00100.083951/2025-44

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXX SUP. A AO Nº 66, TERÇA-FEIRA, 6 DE MAIO DE 2025

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)
Presidente

Senador Eduardo Gomes (PL-TO)
1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)
2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)
1ª Secretária

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)
2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)
3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
2º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)
3º - Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN)
4ª - Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Danilo Augusto Barboza de Aguiar
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Celso Dias dos Santos
Diretor da Secretaria de Expediente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Fevereiro de 2025 5

Ata da 3ª Reunião, Ordinária, realizada em 19 de Março de 2025 25

Ata da 4ª Reunião, Ordinária, realizada em 1 de Abril de 2025 65

Ata da 5ª Reunião, Ordinária, realizada em 8 de Abril de 2025 96

1.2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Fevereiro de 2025 112

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Março de 2025 117

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Março de 2025 157

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de Março de 2025 165

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de Abril de 2025 181

1.3 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1 de Abril de 2025 223

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de Abril de 2025 297

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Abril de 2025 386

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Abril de 2025 472

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Abril de 2025 520

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de Abril de 2025 562

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de Abril de 2025 621

1.4 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1 de Abril de 2025 706

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Abril de 2025 732

1.5 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Ata da 2ª Reunião, Ordinária, realizada em 13 de Março de 2025 776

1.6 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 6ª Reunião, Conjunta, realizada em 8 de Abril de 2025 (em conjunto com a 7ª Reunião da CDR) 841

1.7 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1 de Abril de 2025 932

Ata da 7ª Reunião, Conjunta, realizada em 8 de Abril de 2025 (em conjunto com a 6ª Reunião da CI)**(Vide item 1.6)**

1.8 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de Abril de 2025 977

1.9 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1 de Abril de 2025 1006

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Abril de 2025 1022

1.10 – COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de Março de 2025 1038

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1 de Abril de 2025 1113

1.11 – COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de Março de 2025 1156

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Abril de 2025 1196

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e cinquenta e um minutos do dia dezenove de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Fernando Farias, Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Marcio Bittar, Soraya Thronicke, Otto Alencar, Omar Aziz, Wellington Fagundes, Jaime Bagattoli, Eduardo Girão, Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Rogério Carvalho, Leila Barros, Teresa Leitão, Paulo Paim, Jaques Wagner, Weverton, Ciro Nogueira, Laércio Oliveira, Hamilton Mourão, Esperidião Amin, Tereza Cristina e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Flávio Bolsonaro, Flávio Arns e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Plínio Valério, Jorge Kajuru, Irajá, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Izalci Lucas, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Wilder Morais e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação e eleição. **Resultado:** Comissão instalada e eleito o senador Renan Calheiros presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/02/19

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 19 de fevereiro de 2025.

Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos para o biênio 2025-2026.

Consulto o Plenário se há indicação para os cargos de Presidente e Vice-Presidente. (*Pausa.*)

Ainda não.

Indago às Sras. e aos Srs. Senadores se podemos passar ao processo de votação. (*Pausa.*)

Antes de passar ao processo de votação, quero dar as boas-vindas aqui ao nosso Presidente do Senado, Senador Davi Alcolumbre, e parabenizá-lo mais uma vez pela Presidência e pela votação; e também ao Senador Renan Calheiros, membro desta Comissão, que nos ajudou muito aí, Senador Renan. Eu tenho o maior prazer de estar aqui hoje presidindo esta reunião e, com certeza, dando posse para V. Exa. como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Esta Comissão, Senador Renan, que tem nos seus colaboradores aqui do Senado pessoas comprometidas, durante os dois anos, aliás, os quatro anos em que estive aqui nesta Comissão como Presidente e Vice-Presidente, foi uma das que mais trouxe desenvolvimento aqui ao Senado.

Assim, não havendo objeção do Plenário, declaro aberto o processo de votação, que será realizado por aclamação, uma vez que temos uma candidatura única para Presidente: Senador Renan Calheiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que concordam com a eleição dos candidatos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Eleito...

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Muito bem, meu Líder.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Eleito para Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos o Senador Renan Calheiros. (*Palmas.*)

Senador Rogério, com a palavra.

Eu já o convido para assumir aqui a Presidência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Obrigado. É uma honra grande.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem.) – Eu quero aproveitar, primeiro, para cumprimentar o Senador Vanderlan Cardoso, que, ao longo desses dois anos, teve um desempenho extraordinário aqui. Parabéns pelo seu trabalho. A gente teve uma sequência de temas que foram discutidos, debatidos e aprovados aqui na Comissão. Meus parabéns pela sua condução, que foi muito assertiva aqui.

Quero cumprimentar o nosso Presidente Davi Alcolumbre mais uma vez. Nós não cansaremos de cumprimentá-lo nos próximos dias. Quero dizer que, nesses 15 dias pós-eleição, V. Exa. tem demonstrado e tem praticado tudo aquilo que fez parte do seu discurso no dia da eleição e, nesses dez dias, grande parte do que V. Exa. disse que faria já foi feito. Então, meus parabéns pela forma como o senhor tem conduzido e, tenho certeza, vai continuar conduzindo esta Casa. Parabéns.

De forma firme, negociada, garantindo o rito constitucional para o funcionamento do Congresso Nacional – isso parece pouco no Brasil, Senador Renan Calheiros, por quem eu nutro grande apreço e admiração...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Obrigado, Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – ... desde a época do *impeachment* de Collor, porque eu lembro que V. Exa. foi um dos grandes debatedores daquele momento... Então, é muito importante este momento que a gente está vivendo, que é restabelecer a normalidade do funcionamento das instituições, a normalidade do funcionamento do Congresso Nacional no rito constitucional. Este momento de entendimento entre o Legislativo e o Judiciário, para que cada um cumpra suas tarefas nos seus respectivos âmbitos, eu acho muito importante. E V. Exa., aqui na Presidência, tem uma tarefa, seguindo os passos, mas com a seu próprio estilo... Nós temos uma tarefa muito importante nesta Comissão, que é aprovar todas as medidas relevantes e de importância para consolidarmos uma economia mais includente, uma economia que movimente mais, que gere mais renda, que gere mais riqueza, que faça este país deixar de ser um país do futuro, e que a gente viva um presente. Brasil não é um país do futuro; é um país do presente. Esta Comissão tem que dar conta dessa tarefa de fazer do Brasil um país forte hoje – já hoje.

Com V. Exa., tenho certeza de que isso vai acontecer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Eduardo Braga; em sequência, Senadora Augusta.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Primeiro, eu quero cumprimentar V. Exa. pela aclamação no dia de hoje, na Comissão de Assuntos Econômicos. Para mim, é uma alegria poder estar aqui, não só como seu amigo pessoal de algumas décadas – não vamos falar quantas décadas, porque vão descobrir a nossa idade... Eu quero, portanto, dizer que, para mim, é uma satisfação muito grande, para o nosso partido é uma satisfação muito grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar também o nosso Presidente Davi Alcolumbre, por estar prestigiando a posse do nosso Presidente Renan Calheiros aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Que V. Exa. possa, nos próximos anos, com sabedoria e com muitas bênçãos de Deus, conduzir esta Casa para prestar grandes serviços ao povo brasileiro. E não diferentemente, a CAE terá um papel preponderante, para não usar a palavra protagonista, que ontem foi cortada do nosso dicionário.

Quero também saudar aqui o nosso Presidente Vanderlan, que conduziu com tamanha maestria a Comissão de Assuntos Econômicos nos últimos dois anos e com quem tive prazer de poder estabelecer um grande diálogo durante a reforma tributária. Portanto, quero parabenizá-lo pelo trabalho, agradecer a sua presença e saudar também a presença do nosso Líder do Governo, Jaques Wagner, e dizer, Presidente Renan, que, neste momento, não há nenhuma dúvida de que a pauta do país passa, evidentemente, pela priorização da pauta econômica, e uma pauta econômica que possa garantir crescimento, renda, desenvolvimento, mas, ao mesmo tempo, que possa garantir um combate efetivo, inteligente e socialmente justo da inflação. Não adianta o Brasil crescer, e os preços dos alimentos explodirem. Não adianta o Brasil crescer, e nós termos taxas de juros de 15% ao mês.

Portanto, nós precisamos, aqui, nesta Comissão, sob a condução e a liderança de V. Exa., fazer grandes debates, debates para que nós possamos implementar as reformas estruturantes de que a economia brasileira necessita, que nós possamos ajudar o Brasil, ajudar o povo brasileiro e ajudar as próximas gerações.

Sem nenhuma dúvida, o principal legado que esta Comissão dará ao país é uma contribuição para um crescimento duradouro, sustentável e justo do ponto de vista social e econômico, obviamente com responsabilidade ambiental, mas sem exageros ambientais, porque muitas vezes esses exageros ambientais estão prejudicando e penalizando a nossa economia. Não adianta estarmos presos a 20 anos atrás das teorias, nós precisamos modernizá-las com as novas tecnologias. Nós estamos numa nova era e, portanto, precisamos ter novos comportamentos e novos procedimentos, seja do ponto de vista da economia, seja do ponto de vista ambiental.

Portanto, ninguém melhor do que V. Exa., pela sua experiência e pela sua competência, para liderar a implementação desta agenda econômica no Senado da República. Portanto, o MDB o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saúda e fica com muita satisfação e muita alegria, mais uma vez agradecendo a todos os partidos pelo apoiamento e pela compreensão da necessidade do desafio do momento do país para que V. Exa. presidisse a Comissão de Assuntos Econômicos.

Portanto, mais uma vez, parabéns! E cumprimento mais uma vez o Presidente Davi Alcolumbre, desejando a todos os membros da CAE e do Senado um ano de 2025 próspero, abençoado, com muita paz e segurança.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado, Senador Eduardo.

Senadora Augusta Brito, com a palavra V. Exa.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Pela ordem.) – Obrigada, Sr. Presidente.

De uma forma rápida, eu quero aqui cumprimentar a todos – e aqui o nosso Presidente Davi Alcolumbre, que já vem mostrando aí a sua articulação política, a sua vontade, o seu desejo e, eu diria assim, sua grande empatia em fazer política, em conversar com todos os partidos e realmente buscar essa construção coletiva. Eu quero fazer esse registro do que eu percebo já no início aí da sua Presidência.

Quero aqui também fazer um registro muito importante para mim, que é o do nosso ex-Presidente – não, do Presidente do biênio passado –, que tanto me considerou aqui e me deu várias relatorias importantes. Eu quero agradecer aqui ao Senador Vanderlan também por acreditar no nosso mandato e fazer com que todos pudessem participar de uma forma e de uma maneira iguais.

E quero parabenizar o nosso Presidente eleito, nosso querido Senador Renan, que está aqui. Eu tenho certeza de que eu crio também uma grande expectativa de um bom trabalho junto com o nosso querido Jaques Wagner também, nosso Líder do Governo. Então, Renan, eu quero contribuir muito aqui também – continuar contribuindo, não é? – nesta Comissão, junto com o seu comando, com a sua condução. Tenho certeza de que nós teremos aqui vários projetos, ações e debates importantes para o desenvolvimento do nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, e desejo sucesso!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado, Augusta.

Com a palavra a Senadora Leila.

Em seguida, darei a palavra ao Senador Alessandro, ao Senador Laércio.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Pela ordem.) – Obrigada, Senador Renan.

É apenas também para endossar o que os colegas que me antecederam falaram a respeito da sua trajetória, da sua liderança e da importância de hoje você estar aqui presidindo a Comissão de Assuntos Econômicos.

Quero parabenizar o Senador Vanderlan pelo trabalho, profícuo trabalho, excelente trabalho que exerceu nos dois anos anteriores – parabéns! –, aprovando pautas importantíssimas para o país.

E a pauta econômica segue como uma das prioridades, como o Senador Eduardo Braga falou. Esta Casa vai ter que se debruçar em temas importantíssimos para trazermos ou darmos luz a algumas que... De certa forma, a gente teve algumas resistências em fazermos o debate. Eu acho que agora é a hora. Não vou elencar, porque todos nós já sabemos... Tivemos reunião de Líderes ontem e foi uma reunião muito importante para ver em que cenário o Presidente Davi hoje se encontra na liderança dentro do Senado. Essa facilidade, esse trânsito junto com a Câmara vai nos ajudar muito. Eu acho que a reunião de Líderes ontem, em que estávamos todos presentes, foi importante para vermos que vamos viver um novo cenário do Poder Legislativo, com maior comunicação, com maior trânsito com a nossa Câmara aqui, a Câmara Federal. Então, o Presidente Hugo e o Presidente Davi estão dispostos a fazer o trabalho, a ter diálogo.

E aqui, Senador Renan, conte comigo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado, querida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Vou compor aqui o Colegiado da CAE e, no que eu puder contribuir, não só como membro desta Comissão, mas como Senadora por Brasília, me ponho à inteira disposição de V. Exa. E o parabenizo e lhe desejo muita sorte.

Como falei, está aqui o nosso Líder do Governo – olhe a cara dele de delegado... (*Risos.*)

Ele está aqui: "Termine logo que eu tenho que correr". Tem que correr porque... Vamos tocar a pauta! Então, vamos trabalhar, meu povo!

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Vamos lá!

Muito obrigado, Leila.

Senador Alessandro, com a palavra.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Presidente Renan, primeiro faço uma saudação a Vanderlan, que fez uma gestão aqui primorosa: grandes projetos, grandes debates. Parabéns! Teve muito equilíbrio.

Quero confiar publicamente no trabalho que V. Exa. vai fazer aqui – a experiência está aí para demonstrar – e antecipar que, fruto daquela conversa que tivemos na reunião anterior com o Ministro Haddad, já foi apresentado um projeto, que eu espero que brevemente esteja aqui, cuidando da questão da revisão de benefícios fiscais, porque nós não podemos fazer ajuste fiscal em cima do pobre. A gente tem que fazer ajuste fiscal em cima daquilo que tem sobra, tem excesso, tem excedente de recursos, muito claramente. E é possível – acredito, tenho a mais forte convicção – avançar nisso em benefício do Brasil.

E me coloco novamente à disposição para esse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado, Alessandro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Tenho certeza de que será um trabalho exitoso. É desejo do Brasil, é pauta do MDB que a gente tenha uma estabilidade fiscal e uma economia pujante no nosso país.

Obrigado, Renan.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado.

Senador Laércio Oliveira, com a palavra V. Exa.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, Senadoras e Senadores aqui presentes, meus cumprimentos.

Eu queria, antes, Presidente Renan, fazer uma saudação aqui muito especial ao Senador Vanderlan – eu vou mudar para cá porque eu quero olhar para os dois. Eu quero fazer uma saudação muito especial a V. Exa., Senador Vanderlan. Quero dizer que o Senado Federal deve muito ao senhor pelo tempo que o senhor presidiu esta Comissão de Assuntos Econômicos. Eu fui um dos colaboradores durante o tempo que o senhor presidiu esta Comissão. E o senhor – vou voltar para o meu lugar agora – fez um papel maravilhoso aqui dentro. Eu contribuí com esta Comissão, mas certamente eu aprendi muito, muito, nos primeiros anos, quando cheguei aqui no Senado, com o trabalho que o senhor fez, com a forma como o senhor conduziu, com a habilidade que a V. Exa. tem. Então, antes de qualquer coisa, eu quero render as minhas homenagens a V. Exa. Foi um amigo que eu conquistei e eu fico muito feliz em poder estar aqui presente hoje e fazer esse registro público de reconhecimento ao seu trabalho.

Quero cumprimentar o Presidente Renan Calheiros. Eu sempre vou chamá-lo de Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado, Laércio.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Eu não consigo dirigir-me a V. Exa. sem chamá-lo de Presidente. Eu o conheci como Presidente do Senado Federal quando eu era Deputado Federal. E V. Exa. sempre teve um tratamento muito especial comigo, seja aqui dentro do Congresso Nacional, seja nos nossos encontros, em Alagoas ou em Sergipe, o senhor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sempre foi um amigo e sempre dispensou uma atenção muito especial a mim. Isso constrói dentro de mim, Senador Renan, um carinho muito grande e um respeito muito grande por V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado, Laércio.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Então, saber que o senhor agora preside a Comissão de Assuntos Econômicos me faz ser um soldado, estar aqui presente, colaborar, participar e contribuir. A Comissão de Assuntos Econômicos talvez seja a Comissão que mais mexa com a sociedade – mexe com o Governo e alcança a sociedade. Os temas que serão tratados aqui, discutidos, debatidos e levados a voto quando não se construir um entendimento, encontrarão, na capacidade de cada um dos membros desta Comissão, um ambiente propício para oferecer o melhor para levarmos ao Plenário ou levarmos a um encaminhamento seguinte.

Mas eu quero vir aqui para dizer a V. Exa. desse meu respeito e dessa minha admiração e também dizer ao senhor que estaremos aqui juntos com os nossos pares para fazer um trabalho muito especial. No ano de 2025, eu tenho sido movido por um sentimento de que nós teremos um ano de 2025 muito bom, muito produtivo, muito eficiente e de resultados maravilhosos para o país. Isso certamente será possível através da competência dos Presidentes que foram eleitos para as Comissões, entre elas, a Comissão de Assuntos Econômicos. Portanto, meu respeito e os meus parabéns a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado, Laércio.

Concedo a palavra ao Senador Jaime.

Muito obrigado, Laércio.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Cumprimento aqui Presidente desta Comissão de Assuntos Econômicos, Renan Calheiros. Você tem uma missão nesses próximos dois anos, à frente desta Comissão. Quero dizer a você que antes de Senador eu sou empresário, sei das dificuldades, dentro da economia, que nós passamos pelo Brasil, na geração de emprego e renda. Independentemente de sigla partidária, Senador Jaques Wagner, você sendo Líder também do Governo, nós temos que pensar o melhor para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil. Não importa quem está hoje lá na Presidência da República, nós precisamos ver aquilo que é melhor para o Brasil porque nós precisamos cuidar da nossa geração de emprego e renda.

Quanto a V. Exa., Vanderlan Cardoso, que presidiu esta Comissão aqui, eu quero lhe agradecer. Você atendeu a um projeto meu de lei complementar, daquela situação do ISS dos municípios, em que havia uma briga, uma discussão: não se sabia onde se recolhia o imposto, se na origem da prestação, onde foi feita a prestação de serviço, ou onde era a sede da empresa que fazia a prestação de serviço naquele município. Enfim, já está na Câmara dos Deputados, eu tenho certeza de que V. Exa. deu prioridade para esse projeto de lei complementar.

Quero agradecer a V. Exa. e parabenizá-lo também por esses dois anos em que você ficou à frente dessa Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

E quero só dizer a você, Renan Calheiros: vamos trabalhar juntos pelo Brasil, vamos fazer com que a economia do Brasil volte a crescer, o Brasil possa ter uma melhoria principalmente na nossa situação de geração de emprego e renda.

Temos um grande desafio no Brasil que é um assunto de todos nós: resolver a nossa situação do Brasil para ver se nós conseguimos também trazer a nosso país pessoas que hoje não estão, por exemplo, dentro do emprego ou que estão dentro do Bolsa Família, que nós possamos trazer essas pessoas para ajudar na economia do nosso país.

De mais a mais, obrigado, Presidente. Sucesso pelos próximos dois anos!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Fernando Dueire com a palavra V. Exa.

Muito obrigado, Jaime Bagattoli.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o aviador e poeta francês Saint-Exupéry dizia que nada é mais urgente do que agradecer, do que reconhecer. E aqui vai a palavra de reconhecimento ao trabalho pleno, Senador Vanderlan, que o senhor desenvolveu aqui nesta Comissão. O senhor serviu devotadamente ao país, e nós, que acompanhamos de perto e que colaboramos com a sua gestão aqui nesse biênio, precisamos agradecer e reconhecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Renan, a sua senioridade nos traz luz o tempo todo. É uma honra muito grande poder continuar colaborando na CAE e colaborando na gestão, na condução, na liderança de V. Exa. Aqui o senhor terá um soldado, um Senador focado a serviço do país e do seu trabalho. Tenha certeza de que eu me somo aos que aqui estão e tenho uma profunda admiração... Sua vida fala mais alto do que qualquer palavra. É isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado, Fernando Dueire.

Concedo a palavra ao Senador Jaques Wagner.

Com a palavra V. Exa.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Pela ordem.) – Cumprimento todos os Senadores e Senadoras aqui presentes, cumprimento o Líder Eduardo Braga. Parabenizo o Senador Renan Calheiros por ter sido o escolhido pelo seu partido, pelos pares, para presidir esta Comissão.

E eu estou na situação de chover no molhado, porque, não preciso repetir, V. Exa. carrega todas as qualidades, todos os atributos para dirigir uma Comissão dessa envergadura, porque, para mim, com todo respeito a todas, esta Comissão e a CCJ são uma espécie de Comissões-mães daqui, porque, como já foi dito, o nosso desafio está na economia. E, portanto, V. Exa., na minha opinião, tem maturidade, inteligência e clareza para tocar essa missão. Então eu queria primeiro parabenizá-lo.

Como Líder do Governo, só vou lhe pedir que tenha comigo tanta paciência quanto o Presidente Vanderlan teve, porque muitas vezes a gente tem que esgrimir muito. Quando chega aqui pronto, com todo mundo doido para votar, digo: "Dá para adiar para semana que vem?". (*Risos.*)

Então são os ossos do ofício de cada um, e eu tenho certeza de que V. Exa., por toda a responsabilidade que já teve em sua vida, em sua caminhada política, sabe entender como é que isso funciona.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E ao Vanderlan eu quero realmente agradecer. Além de a gente... Eu considero termos nos transformado em amigos. Eu quero agradecer sempre o investimento que você faz como empresário na Bahia. E eu fui parte disso, convidando-o e garantindo condições que você pudesse desenvolver o seu negócio. E, como também já foi dito aqui, V. Exa., ao longo de dois anos, eu não sei se foi, mas imagino que está perto de ser o Presidente que mais votou matérias aqui – não sei se foi –, porque todo dia, toda sessão tinha uma matéria para votar, uma corrida para fazer. Então eu agradeço a V. Exa. que, como empresário, soube também fazer a mediação necessária entre o bem-vindo desenvolvimento das nossas empresas e ao mesmo tempo o bem-vindo e necessário bem-estar social.

Então, parabéns a V. Exa. e boa sorte, Senador Renan.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado, Wagner.

Senador Fernando Farias com a palavra V. Exa.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Pela ordem.) – Quero parabenizar você, Renan, nessa nova missão aí, e a nossa Liderança, que designou você. É uma missão... Acredito que seja uma missão difícil pela anterior. Vanderlan foi um grande Presidente aqui para a gente, um grande conciliador, então vamos tentar superar o nosso Vanderlan.

Vanderlan Cardoso, muito obrigado por tudo.

E a você, Renan, sucesso aí na nova missão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado, Fernando. Muito obrigado.

Em primeiríssimo lugar, eu quero agradecer a indicação que o Líder do meu partido, o Senador Eduardo Braga, fez do meu nome para presidir essa importante Comissão. Eduardo, mais uma vez, meu Líder de sempre, muito obrigado.

Eu quero agradecer, fundamentalmente, ao Presidente do Senado Federal, Senador Davi Alcolumbre, que construiu um consenso não só em torno da Presidência do Senado Federal, que lhe possibilitou 73 votos, mas, sobretudo, estendeu esse consenso para as Comissões permanentes. Hoje, ser eleito aqui por aclamação é, sobretudo, uma demonstração do que eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acabo de dizer. O Davi Alcolumbre tem feito reuniões, está querendo elevar o debate, consolidar o papel de cada uma dessas Comissões, avançar com relação ao cumprimento regimental dos nossos propósitos.

Eu quero agradecer a esse amigo querido, o Vanderlan Cardoso, que conduziu muito bem essa importante Comissão no primeiro biênio. Vanderlan, com sua experiência, com sua vida de empresário, emprestou a todos nós e a esta Comissão, principalmente, o que de melhor ele angariou e sintetizou na sua vida privada e pública. O Vanderlan cumpriu aqui, à frente desta Comissão, um importantíssimo papel. Eu quero dizer que estarei dedicado permanentemente, que esta Comissão tem, sim, uma oportunidade de contribuir não só com a elevação do debate, mas, sobretudo, de contribuir com aquilo que o Governo muitas vezes não teve condições de encaminhar.

Eu não quero ir muito além, mas gostaria de dizer que nunca se fez no Brasil uma revisão, uma racionalização do gasto público, nunca efetivamente. Acho que hoje, mais do que nunca, nós precisamos fazê-la.

Em algumas oportunidades em que fizemos reuniões – Alessandro, eu, Eduardo –, nós tivemos como sugerir ao Governo, à área econômica, que esse ajuste, claro, poderia se fazer pela elevação da receita, mas ele tinha que se fazer, sobretudo, pelo controle e pelo corte do gasto público. E citei alguns números, por exemplo, e algumas experiências que já atravessamos. A questão dos supersalários, que hoje entedia o país. Nós temos na Constituição um princípio que é autoaplicável. Quando presidi o Senado Federal, nós aplicamos o fim dos supersalários, retiramos 1,3 mil funcionários que ganhavam acima do teto. Essa demanda foi para o Supremo Tribunal Federal, e nós ganhamos no Supremo Tribunal Federal. O Supremo mandou apenas que nós citássemos um a um esses funcionários que ganhavam acima do teto constitucional, acima dos subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Há, com relação a imóveis da União, em verdadeiro desperdício, locados por quantias ínfimas, abandonados, ocupados indevidamente, R$1,7 trilhão. Se nós resolvermos 10% disso aí, nós teremos definitivamente resolvido o problema do déficit público no Brasil.

Nós temos, no Governo Federal, 660 bilhões de contratos. Quando fui Presidente do Senado Federal, nós fizemos um corte adicional, negociamos 20% desses contratos sem prejuízo para as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atividades legislativas. Se nós reduzirmos 5% desses contratos vigentes no Governo Federal, nós teremos feito uma economia muito grande e, definitivamente, teremos feito a nossa parte e cumprido o nosso papel.

Eu lembrava ao Ministro Haddad que não há como falar em cortar gastos sem enfrentar os subsídios. São 643 bilhões – 643 bilhões! É triste ver esses subsídios, em vez de serem racionalmente cortados, serem aumentados, como agora aconteceu com a carne, com o boi. Nós precisamos enfrentá-los. Nós não teremos autoridade para fazer corte nenhum sem enfrentar essa questão dos subsídios.

Nós votamos aqui em 2021 a PEC 109, que manda o Congresso Nacional cortar esses subsídios, que hoje equivalem a 6% do Produto Interno Bruto, para 2%. Essa PEC foi votada quando esses subsídios significavam 4% do Produto Interno Bruto, hoje eles representam 6% do Produto Interno Bruto. Se nós fizermos um corte linear desses subsídios nas três modalidades de 1% ou 2%, nós estaremos definitivamente resolvendo o problema do gasto público no Brasil.

Eu quero me colocar à disposição desta Comissão, de todos os companheiros, de todos os partidos, para que nós possamos contribuir com a agenda que efetivamente colabore com o equilíbrio da economia nacional, mas, sobretudo, possamos realçar, a exemplo do que fez o Senador Vanderlan, o papel desta Comissão e do Senado Federal.

Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de parabenizar primeiramente o trabalho do Senador Vanderlan, que deixa esta Presidência, e dizer da minha felicidade em ver o senhor falando com tanto ânimo, porque – eu não lembro quem foi que disse, acho que foi o *marketing* do Governo Clinton, não me lembro –, se a economia vai bem, tudo vai bem. A gente precisa cuidar das contas para cuidar das pessoas; sem as contas cuidadas, nós não cuidamos das pessoas. Então, por aqui passa realmente o que importa.

E algo que nos assusta sobremaneira são os números, a radiografia, quando a gente analisa o país. Eu fiquei muito chocada com Salim Mattar, uma vez que me reuni com ele. Ele era o Secretário de Desestatização, uma coisa assim. E ele me mostrou um estudo que falava que nós temos mais de 600 estatais e algumas subsidiárias, por isso que a gente não sabe sequer o nome

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

delas. Enfim, muitas dando prejuízo. E terminou o Governo passado sem se venderem essas estatais que são cabides de emprego e dão prejuízo. As pessoas não sabem daquilo. E naquele momento eu falei: "Salim, as pessoas têm que saber, têm que ter acesso a isso aqui, é um escândalo".

Então, tem que ser a favor de exterminar essas estatais que servem de cabide de emprego e que nos dão prejuízos. O Brasil, o povo brasileiro não tem uma radiografia do Brasil. Então, ninguém entende de nada, de contas, por exemplo, é difícil entender economia, mas, se a gente consegue traduzir, Presidente Renan, a gente consegue explicar para a população e trazê-los à consciência.

Nós temos cortado gastos e contingenciado gastos importantes. Ano passado, agora, foram R$17 bilhões de questões importantes que afetam educação, saúde, enfim, sendo que estamos deixando de arrecadar, por exemplo, com a regulamentação, regularização, mesmo que precária, das *bets*. Mesmo durante o período que estava em fase de regulamentação, o tributo tinha que ser cobrado, porque o fato gerador existiu. Tem fato gerador, um CNPJ, tem que cobrar. "Ah, mas eu...". Tem que cobrar! E deixamos de arrecadar, no mínimo, em cada ano de funcionamento dessas *bets*, cerca de R$15 bilhões. Estamos deixando de arrecadar, porque os cigarros eletrônicos estão aí, ninguém consegue contê-los, ninguém consegue estudar. A discussão é ideológica, infelizmente, não técnica, científica. Então, fica na ideologia, é complicado.

É importante perceber que o crime organizado se beneficia disso. Alguém está protegendo o crime organizado, porque, nos outros países, isso já acontece como uma naturalidade, uma normalidade... Não estou dizendo que faz bem, estou dizendo que faz menos mal. É maléfico e é um vício como o jogo, só que, em relação a esses cigarros eletrônicos – que ninguém faz nada para conter, porque não se consegue conter droga, é um inferno você conter tráfico de drogas, armas, enfim –, estamos perdendo, no mínimo, R$7 bilhões em arrecadação, por ano, que poderíamos investir no SUS para cuidar dessas pessoas que estão viciadas nisso, porque, em tese, é nicotina que tem lá dentro, é para ter, e, no Brasil, é permitido usar nicotina, ou proíbe-se a nicotina.

Então, são questões tão óbvias e lógicas que o que me agrada em V. Exa. é o pragmatismo. O Brasil não sabe, e eu não sabia... Quando entrei aqui dentro, por muito tempo, eu escutei dos servidores e, enfim, de muitos colegas: "Ai que saudade do Renan" – eu já lhe disse isso e vou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

externar isso – por conta da capacidade de gestão, pelo fato de atender, quando desceu do palanque, como Senador, quando ganhou, todos os Senadores; todos eram atendidos, eram respeitados com a mesma dedicação de V. Exa. Então, isso é justo: as pessoas sabem falar mal e atacar; o que é certo em uma pessoa eu faço questão de dizer, é isso, o seu foco no trabalho.

Então, conte comigo! A economia para mim é fundamental. Eu fui a única candidata à Presidência que apresentou uma reforma tributária – muito mais simples, muito melhor do que essa, com todo o respeito –, mas ela acabava com a sonegação em geral: 30% da população sonega; 70% da população, que é a menos favorecida, esta população é a que banca o país. Foi difícil até para escutar – desculpe, Relator –, foi muito difícil, já estava tramitando. Então, votei contra o texto-base, mas, uma vez que passou, votei a favor da lei complementar para diminuir o dano dela, e assim votarei com V. Exa., que fez milagre naquela colcha de retalhos, é muito difícil. Então, poderia ser mais simples? Poderia. Eu cheguei atrasada infelizmente. Quem sabe um dia a gente consiga realmente simplificar de uma forma em que realmente haja alguma coisa que traga – traga – um resultado factível que a pessoa possa sentir.

Enfim, parabenizo V. Exa. e quero dizer que concordo com a sua relatoria também na CCJ. Faço questão que seja V. Exa. Eu iria brigar pela sua relatoria se fosse designado outro. Enfim, Senador Renan, sucesso e conte comigo!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado, Soraya, muito obrigado mesmo!

Senador Izalci Lucas, com a palavra V. Exa.; em seguida, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Primeiro, quero parabenizá-lo pela Presidência desta Comissão muito importante, que é a CAE. Nós temos muitos desafios e o que interessa para nós é o país. Independentemente da questão partidária, a gente precisa realmente, com muita seriedade, discutir essa questão econômica, porque nós que vivemos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós que temos mais cabelos brancos vivemos em épocas... Eu vivi uma época de 82% de inflação ao mês, mais de 3.000%, 4.000% de inflação. Então, nós não podemos admitir a volta da inflação neste país.

Temos um desafio da reforma tributária. Realmente nós temos hoje o pior sistema tributário do mundo, tentamos aqui melhorar realmente, criar um modelo que seja um modelo já adotado em outros países desenvolvidos, inclusive os da OCDE, mas temos ajustes aí para serem feitos. O Governo... Aproveitando a presença do Líder do Congresso aí, o nosso querido Randolfe: uma das coisas que a emenda constitucional da reforma tributária tratou foi exatamente da desoneração. Ela deu 90 dias para que o Governo encaminhasse para o Congresso uma lei sobre a questão, um projeto de lei sobre a desoneração. Nós ainda não recebemos isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Desoneração da folha.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Desoneração da folha, que é um contraponto que nós temos que discutir, porque a reforma tributária... Nós estamos falando de reforma tributária, mas o que nós aprovamos foi apenas a reforma do imposto sobre consumo, o IVA.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Claro.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Nós ainda temos patrimônio, temos... Então, a gente precisa tratar a reforma como um todo. E a gente precisa, quando aprovar um, como aprovamos, saber do todo para também a gente não ser campeão, em todas elas, de alíquota. O Brasil não aguenta mais pagar tanto imposto, e há dificuldade de retribuir para o contribuinte aquilo que é competência nossa, de dar bons serviços.

Mas, no mais, primeiramente é só para dizer que a gente vai caminhar junto, conte comigo aqui, eu estou aqui como titular da CAE exatamente para a gente poder realmente cuidar um pouco melhor dos números aqui do país e cuidar das pessoas.

Então, parabéns, muito sucesso!

O nosso querido Eduardo Braga fez um belo trabalho também com relação à reforma, tenho certeza de que ele vai continuar contribuindo muito com isso, mas contem comigo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado, Izalci.

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Pela ordem.) – Caríssimo amigo, Presidente Renan, primeiro quero dizer que para todos nós, membros da Comissão de Assuntos Econômicos, é um luxo ter você nesta Presidência...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – ... um dos Parlamentares mais gabaritados de toda a história do Congresso Nacional e de toda a história do Senado Federal, Presidente desta Casa pelo menos por quatro vezes, com toda a sua experiência e, sobretudo, num momento delicado para a vida nacional com todo o seu discernimento. Se tem alguém que, ao longo do tempo, todos nós aqui aprendemos a admirar e muito, admirar e respeitar – e me permita chamar de você –, é você, meu caríssimo e querido amigo, Renan Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Então é só destacar isto: para nós é um luxo, não é... Na verdade, aqui é o inverso: não foi a Comissão de Assuntos Econômicos que escolheu Renan. Renan seria Presidente de qualquer Comissão deste Congresso Nacional que quisesse. É um ganho para a Comissão de Assuntos Econômicos ter Renan Calheiros na sua Presidência. Tenho certeza de que aqui dará enormes contribuições para a obra que estamos construindo e para, sobretudo, no curso deste ano, cumprirmos os objetivos do Brasil: continuar um crescimento econômico sustentável, controlar a inflação, colocar alimentos na mesa dos brasileiros a preço adequado, a bom preço, enfim, e continuar a obra da reconstrução nacional. Para uma tarefa como essa, na Comissão mais importante sobre assuntos econômicos do Congresso Nacional, só poderia ter alguém com o seu perfil, um quadro como você, que todo o Brasil admira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero reiterar isto: para esta Comissão é um luxo enorme. E é para todos nós uma razão de agradecimento, por mais esse préstimo seu à obra nacional.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu agradeço muito ao Senador Randolfe Rodrigues, uma das referências que nós temos aqui no Senado Federal; agradeço fundamentalmente a todos e, mais uma vez, ao Líder Eduardo Braga, que, muito bem lembrado pelo Senador Izalci, foi o Relator da regulamentação da primeira fase da reforma tributária. Se Deus quiser, será também da segunda fase, e esta Comissão estará permanentemente à sua disposição para que este Colegiado, em colaboração com o país, com a economia e com a sua liderança, possa efetivamente fazer a sua parte e cumprir o seu papel.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 37 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e dezoito minutos do dia dezenove de março de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Fernando Farias, Veneziano Vital do Rêgo, Oriovisto Guimarães, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Vanderlan Cardoso, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Izalci Lucas, Jorge Seif, Wilder Morais, Wellington Fagundes, Jaime Bagattoli, Eduardo Girão, Eduardo Gomes, Rogério Carvalho, Leila Barros, Teresa Leitão, Jaques Wagner, Luis Carlos Heinze, Mecias de Jesus, Hamilton Mourão, Esperidião Amin, Tereza Cristina, Damares Alves e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Fabiano Contarato e Zequinha Marinho, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Carlos Viana, Jorge Kajuru, Irajá, Rogerio Marinho, Randolfe Rodrigues, Augusta Brito e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 801, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a doação de alimentos humanos ou animais, por indústrias, estabelecimentos comerciais e assemelhados, a pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, sem fins lucrativos bem como, as doações financeiras feitas a entidades de proteção dos animais, sem fins lucrativos." **Autoria:** Senador Giordano (MDB/SP). **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Favorável ao projeto e à emenda nº 1-T, e contrário à emenda 2-T. **Resultado:** Aprovado Requerimento nº 12-CAE/2025, de adiamento da discussão da matéria para o dia 22/04. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1075, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para assegurar aos condutores o direito a ter o exame toxicológico obrigatório custeado pelo empregador." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2681, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre emissão, intermediação, custódia, liquidação de ativos virtuais pelas prestadoras de serviços de ativos virtuais e dá outras providências." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO/MS). **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Favorável à matéria, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Aprovado o Requerimento nº 10-CAE/2025, de audiência pública para a matéria. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3172, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010, para destinar 10% das verbas de propagandas institucionais do Governo Federal para o financiamento de campanhas de prevenção ao uso de drogas." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(PL/SP). **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Favorável ao projeto e à Emenda nº 1-T, com uma emenda de sua autoria. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4989, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro de 2001, para priorizar o financiamento da indústria verde, no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX)." **Autoria:** Senador Renan Calheiros (MDB/AL). **Relatoria:** Senador Fernando Farias. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada, e pela rejeição das Emendas n°s 1 e 2-CRE. **Resultado:** Aprovado o Projeto com a Emenda nº 3 - [CAE], por 14 votos favoráveis, nenhum voto contrário, nenhuma abstenção. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 10, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal edo art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiênciapública, com o objetivo de debater, com especialistas e representantes dos setorespúblico e privado, o Projeto de Lei nº 2681, de 2022, que dispõe sobre a emissão,intermediação, custódia e liquidação de ativos virtuais por prestadoras de serviçosde ativos virtuais e dá outras providências." **Autoria:** Líder do PT Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Fica adiado o PL 2681/2022, para realização de audiência pública. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 12, de 2025** que: "Requer, nos termos dos arts. 279, III, do Regimento Interno do Senado Federal, adiamento da discussão do PL 801/2024, que "dispõe sobrea doação de alimentos humanos ou animais, por indústrias, estabelecimentos comerciais e assemelhados, a pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, sem fins lucrativos bem como, as doações financeiras feitas a entidades de proteção dos animais, sem fins lucrativos", para o dia 22 de abril de 2025." **Autoria:** Líder do PT Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Fica adiada a discussão do PL 801/2024 para o dia 22/04/2025. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 13, de 2025** que: "Requer que a Comissão de Assuntos Econômicos avalie a política governamental do gasto público federal e de concessão de subsídios, no exercício de 2025." **Autoria:** Senador Renan Calheiros (MDB/AL). **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Projeto de Lei n° 2088, de 2023 - Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 12-A à Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima, para tornar obrigatório o cumprimento de padrões ambientais compatíveis aos do Brasil, para a disponibilização de bens no mercado brasileiro." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PL/PA). **Relatoria:** Senadora Tereza Cristina. **Relatório:** Pela aprovação nos termos da Emenda nº 1-CMA (substitutiva). **Resultado:** Vista coletiva concedida. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/03/19

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 19 de março de 2025.

Antes de qualquer coisa, eu queria comunicar à Comissão, às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores, que nós vamos apresentar uma ideia de planejamento estratégico para o biênio 2025-2026, de modo a fazer com que plenamente esta Comissão, que é uma importantíssima Comissão do Senado Federal, possa efetivamente cumprir o seu papel.

O presente planejamento tem caráter programático com a finalidade de melhorar, orientar as pautas e as deliberações da Comissão de Assuntos Econômicos, levando em consideração temas relevantes e cenários da economia nacional e global. Assim serão consideradas prioritárias pautas, matérias legislativas inseridas nos seguintes eixos principais: primeiro, equilíbrio fiscal e qualidade do gasto público; segundo, melhoria institucional, segurança jurídica e melhoria do ambiente de negócios regulatórios; terceiro, inovação e desenvolvimento de cadeias produtivas de valor agregado – tecnologia e mineração, por exemplo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Levando-se em consideração o princípio da colegialidade, a CAE pode e deve ser autora de projetos e marcos regulatórios que favoreçam o crescimento econômico e removam óbices aos investimentos em setores estratégicos, inclusive no contexto de reformas microeconômicas.

Como resultado dos trabalhos da Comissão de Relações Exteriores, no ano passado, nós temos o Projeto nº 508, de 2024, coincidentemente de nossa autoria, e relatado pelo Senador Esperidião Amin, que é, não de minha autoria, porque decidimos, na Comissão de Relações Exteriores, que o projeto, que muda toda a legislação de comércio exterior, seria apresentado para tramitar como um projeto da Comissão de Relações Exteriores e, nessa condição, é que ele chega aqui na Comissão de Assuntos Econômicos. Esse projeto teve, lá na Comissão, o Senador Esperidião Amin, e moderniza a legislação aduaneira. Trata-se de um tema absolutamente prioritário agora aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, na medida em que melhora e aperfeiçoa o ambiente de negócios no comércio exterior.

No âmbito da avaliação de políticas públicas, quando fomos Presidente, aprovamos uma avaliação permanente de políticas públicas por cada Comissão permanente do Senado Federal. Isso está vigendo, vamos pôr em prática aqui, e vou me permitir sugerir... É evidente que esse é um assunto em aberto, e vamos pegar sugestões, informações, de todos os Senadores e Senadoras, não só para o planejamento estratégico, como para todos os programas que por aqui tramitarem.

No âmbito da avaliação de políticas públicas, a cargo desta Comissão e prevista regimentalmente, sugerimos, em 2025, que esta Comissão avalie a política governamental da despesa pública e dos subsídios, identificando ineficiências e alternativas para a melhoria da qualidade do gasto público no Brasil.

Proponho, por meio de parceria institucional com o Tribunal de Contas da União... E amanhã terei uma reunião com o Presidente do Tribunal de Contas para que possamos pegar todas as informações necessárias, sobretudo com relação aos subsídios, que, nas três modalidades, já passam de R$660 bilhões.

Em 2021, aprovamos, aqui no Congresso Nacional, uma PEC, se não me engano a PEC de nº 109, que manda que reduzamos, o Congresso, esses subsídios para 2% do PIB.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando nós votamos a PEC, eram 4% do PIB, e hoje já são 6% do PIB, e efetivamente, na prática, nós não fizemos nada – nem nós, nem o Governo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Tá, Oriovisto.

Dada a ligação estreita entre gasto público e engenharia constitucional, Eduardo, legal, esta Comissão também ficará permanentemente à disposição para qualquer aperfeiçoamento que se possa fazer na lei orçamentária e nós tenhamos como claramente discuti-las e encaminhá-las, se possível em nome da própria Comissão.

Eu queria comunicar também que já foi iniciada uma aproximação institucional com o Ministério da Fazenda, com o Tribunal de Contas, com o Ministério do Planejamento. Nós pretendemos realizar aqui, durante esses dois anos, debate com os temas mais proeminentes com os quais a economia brasileira se debate hoje; e que, além disso, a CAE, em diálogo com a Presidência do Senado Federal e em diálogo com o Presidente da Câmara dos Deputados, eu combinei com o...

Eduardo, sente-se aqui, me dê a honra.

Eu combinei com o Presidente Davi Alcolumbre de termos uma conversa conjunta com o Senador Otto Alencar, que é o Presidente da Comissão de Justiça, e com o Presidente da Câmara dos Deputados para que nós possamos estabelecer prioridades, essas que foram listadas aqui nesses eixos, e que eventualmente alguma matéria que tenha a ver com a Comissão de Assuntos Econômicos que ela possa ser despachada para a Comissão de modo a que nós possamos na prática agilizar suas tramitações.

No campo macroeconômico de política fiscal e tributária, nós destacamos algumas iniciativas. A primeira, projetos sobre gestão e administração de impostos sobre bens e serviços; regulamentação dos fundos constitucionais definidos pela reforma tributária; regramento do imposto seletivo; reforma da tributação sobre a renda; regulação legislativa do limite remuneratório constitucional do setor público; reforma da previdência militar; e elaboração de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma lei que favoreça conformidade tributária e aduaneira, e a responsabilização que já foi proposta do devedor contumaz.

No campo microeconômico e do favorecimento da melhoria do ambiente de negócios, o Ministério da Fazenda prevê, neste biênio, algumas medidas. Nós destacamos as seguintes matérias: a promulgação de uma lei para aprimorar o regime falimentar, que já foi proposta ao Congresso Nacional e que já está tramitando; uma legislação para aumentar a proteção dos investidores do mercado de capitais; regulação das instituições operadoras de infraestrutura do mercado financeiro no âmbito do sistema de pagamentos; nova disciplina para o regime de estabilização e liquidação de instituições do sistema financeiro, securitário e do mercado de capitais; reformulação do mercado de crédito, favorecendo a desjudicialização nas operações de crédito; regulamentação das *big tech*; e modernização dos regimes de concessão pública.

Essa sugestão de planejamento estratégico eu vou distribuir para todos os Senadores para que nós possamos colher as sugestões de cada um.

E, com relação à política pública, que será avaliada, fiscalizada, acompanhada, eu estou sugerindo a do gasto público, porque nós poderíamos, de uma maneira geral, abranger a questão do gasto no Brasil. Nós temos muitos problemas no gasto público no Brasil, e, na verdade, nunca se fez no Brasil uma reforma do gasto público – nunca se fez. Então, a quantidade de desperdício que se acumula é algo inacreditável, do ponto de vista dos subsídios, do ponto de vista dos imóveis da União – nós temos mais de R$1 trilhão de imóveis da União, muitos deles alugados, abandonados, ocupados, sem que haja uma política para evitar, evidentemente, esse desperdício.

Então, eu peço para distribuir aos Senadores.

Concedo a palavra ao Senador Oriovisto e faculto a palavra aos Senadores que tiverem alguma comunicação a fazer.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu pedi a palavra apenas para parabenizá-lo e dizer da minha felicidade de ouvir as suas considerações sobre o planejamento estratégico desta Comissão, sobretudo, quando falou... Todos os assuntos que abordou foram extremamente pertinentes e importantes, mas, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especial, eu destacaria um, que é a questão das imunidades tributárias, quando o senhor se refere a mais de R$600 bilhões.

Só para lembrar, eu fui Relator de um projeto do Senador Esperidião Amin. O Senador Eduardo Braga me ajudou na ocasião, e nós tomamos o cuidado de salvaguardar a Zona Franca de Manaus. É um projeto singelo que o Senado aprovou e que está parado na Câmara. Ouvi também o senhor falar que vai conversar com toda essa gente e queria lembrar desse projeto, que é um projeto que pede tão somente que, de tempos em tempos, sejam avaliados esses benefícios tributários para saber se eles realmente estão gerando emprego, estão trazendo benefício para a economia, se ainda se justificam, porque nenhuma análise é feita. Concede-se o benefício, e ele se eterniza. Então, eu acho que aí é uma fonte importantíssima.

Veja, quando o senhor fala em R$600 bilhões – e esse número pode até ser um pouco maior, mas é uma boa referência –, se nós pensássemos em 10% disso, seriam R$60 bilhões. O Governo está se batendo agora para encontrar um caminho para justificar a isenção de imposto para quem ganha até R$5 mil e fala em R$27 bilhões. Nós poderíamos ter R$60 bilhões se fizéssemos 10% de economia.

Eu sou totalmente partidário a se dar isenção a quem ganha até R$5 mil, mas nós não precisamos, para isso, aumentar o imposto de quem ganha R$50 mil ou mais. Com R$50 mil ou mais, você vai pegar toda a OAB, advogados, médicos, juízes, pequenos comerciantes. É mais carga tributária, e a classe média vai reagir fortemente a isso.

Vamos**,** então, não dar o benefício para quem ganha até R$5 mil? Não, vamos dar, eu sou favorável, só que vamos encontrar uma fonte para subsidiar isso que não seja mais carga tributária sobre a classe média.

Então, eu acho que o seu pronunciamento foi sensacional e está no caminho certo. Parabéns.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Presidente Renan, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Braga, Líder da nossa bancada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Presidente Renan, primeiro para cumprimentar V. Exa. pela apresentação desse plano estratégico, porque isso dá oportunidade a todos os colegas Senadoras e Senadores a poderem, a partir desse plano estratégico, fazer um plano também da sua atuação aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, a fim de que nós possamos ter eficiência e efetividade nos resultados desta Comissão.

Ainda há pouco, ali na CCJ, nós estávamos tentando votar uma das pautas que está no planejamento estratégico de V. Exa.: a questão do devedor contumaz. E mais uma vez foi prorrogado, para ter mais uma audiência pública, para ter mais um debate, para poder ter mais uma conversa sobre devedor contumaz.

Quando nós tratamos de devedores contumazes, nós estamos tratando também de outras cifras da ordem de R$600 bilhões, ou seja, eu preciso dizer aqui que o planejamento de V. Exa. vem exatamente na direção de podermos fazer um trabalho de combate ao déficit fiscal, de combate à questão do superávit primário, na questão da estabilidade fiscal brasileira, mas sem que isso signifique onerar o consumidor, ou onerar o cidadão, ou onerar as empresas, ou onerar os investidores, desde que nós façamos o nosso dever de casa e que nós tenhamos um planejamento estratégico com métrica, com plano, com meta, para que nós possamos entregar à nação um conjunto de leis que possam melhorar a *performance* econômica, financeira, fiscal e tributária do país.

Creio que essa é a função básica da nossa CAE, que daqui a poucos meses vai estar debruçada sobre o projeto de lei do benefício da renúncia fiscal sobre até quem ganha não mais R$5 mil, mas até quem ganha R$7 mil, porque é um *phase out* que, na minha opinião, é correto, de R$5 mil até R$7 mil, mas ontem, já numa análise preliminar da medida provisória, entendemos também que o mesmo *phase out* que se estabeleceu para a questão dos salários nós precisamos também estabelecer com relação aos dividendos.

Portanto, quero parabenizar V. Exa. e dizer que é uma grande contribuição e que eu tenho certeza de que os colegas Senadores e Senadoras vão contribuir para que nós tenhamos não só um planejamento estratégico, mas também um plano de metas dentro do planejamento estratégico para dizer "essas matérias serão da pauta prioritária de 2025, essas serão da pauta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prioritária de 2026", para que nós possamos, dentro do tempo e dentro de um cronograma econômico, financeiro, tributário e fiscal, entregar respostas de que o Brasil tanto precisa.

Parabéns, Presidente Renan Calheiros.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Presidente Renan!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senadora Tereza, com a palavra V. Exa.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Parabéns! Eu acho que a função desta Comissão, que é uma das mais importantes desta Casa, é essa. E isso é música para os nossos ouvidos, porque, inclusive, as decisões que serão tomadas aqui terão consistência, análise de qualidade, para que a gente possa melhorar o gasto público, para que a gente possa melhorar a arrecadação, onde está escapando dinheiro, que não vai para os lugares em que o Brasil tem necessidade. Então, parabéns! Eu tenho certeza de que esta Comissão terá êxito e entregará para o Congresso Nacional aquilo que os Senadores esperam e que o Brasil espera deste Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Jaime Bagattoli.

Em seguida, o Senador Jorge Seif.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Parabéns a V. Exa., Senador Renan Calheiros, Presidente desta Comissão, a CAE.

O que deixa a gente muito feliz aqui, neste momento, é quando o senhor vem falando sobre os gastos públicos. Nós temos que rever, sim, há muito desperdício pelo Brasil afora e há muita coisa que a gente poderia fazer, mas infelizmente as leis são engessadas.

Olhe que nós lutamos durante anos! A Aeronáutica tem um aeroporto no município pequeno onde eu moro, Vilhena. É o maior patrimônio que a Aeronáutica tem de terra do Brasil em um aeroporto. A terra vale uns R$300 milhões. Esquece o aeroporto; quase 2 mil hectares. Se lutamos durante anos para que a Aeronáutica arrendasse: "Faz duas safras, soja e algodão", hoje a Aeronáutica tem uma renda, vai para conta da AGU. Inclusive, até a gente discutia que a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

queria que voltasse esse dinheiro para investimento nos aeroportos do interior que não têm logística, não têm faturamento. Então a gente queria até que esses valores voltassem.

Mas é de suma importância para o Brasil... Nós precisamos de fazer uma reforma administrativa. Se nós não fizermos uma reforma administrativa, neste país, não tem reforma tributária que feche essa conta.

De mais a mais, parabéns! Estamos juntos e vamos lutar para que nós melhoremos as condições do nosso Brasil.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra o Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, nós sabemos que a Comissão de Assuntos Econômicos sempre teve uma importância e uma relevância muito grande para o Brasil e para o Congresso Nacional, diante dos desafios que nós estamos passando, com alta de inflação, com desperdício, com má qualidade nos gastos públicos.

A proposta que o senhor trouxe... Eu parabenizo o senhor pela gestão transparente com todos nós que somos membros desta Comissão. Que o senhor tenha êxito e que nós, enquanto Parlamentares representando os estados brasileiros, ajudemos o senhor nessa grande missão, que é realmente melhorar a qualidade dos gastos públicos, combater os desperdícios e também conseguir, como o senhor falou aí, o último item – que me chamou bastante a atenção, e eu ouço isso como música para os ouvidos –, que é realmente o tanto de móveis e imóveis, patrimônio do Governo Federal, que está à míngua – muitas vezes sendo dilapidado, muitas vezes sendo usado de forma irregular – e que pode se transformar, sim, em um superávit que possa ajudar o Governo Federal a melhorar a qualidade de gastos no Brasil.

Parabéns. Obrigado pela proposição que o senhor hoje nos apresenta como membros desta Comissão tão importante. Parabéns. E sucesso para o senhor. Conte conosco.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado, Senador Jorge Seif.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciar, Senador Amin, com a palavra V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Não posso deixar de cumprimentá-lo e reforçar, complementar também as palavras que aqui proferiu o Senador Oriovisto.

Eu apresentei um projeto de lei para avaliar renúncia fiscal, que hoje está em R$750 bilhões – Governo Federal, R$540 bilhões; estados e municípios, R$200 bilhões –, em 1991. O primeiro projeto de lei eu apresentei em 1991 como Senador. Ele parou na Câmara. Todos os governos dizem que são a favor, todos os ministros criaram palavras interessantíssimas – "isso é bolsa-empresário, isso é uma falsidade" – todos os ministros, de todas as corriolas e de todas as confissões religiosas ou econômicas, todos, todos querem avaliar. Quando precisam de dinheiro – e sempre se precisa –, pensam em arrecadar. São R$750 bilhões por ano. Vamos baixar para R$500 bilhões na média, como valor histórico. Com R$500 bilhões de 1991 para hoje, tem que multiplicar por 34. O Senador Plínio já fez a multiplicação: isso dá R$17 trilhões. São R$17 trilhões, ou seja, pouco mais que dez PIBs anuais brasileiros.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – Paga toda a dívida interna e sobra outro tanto!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Nós seríamos um grande banco para emprestar dinheiro para os outros.

Eu não estou dizendo que tudo está errado, mas há uma reação a ser avaliada. Eu vivi isso como Professor: quando se falou em avaliar o professor, foi um arrepio. Ninguém quer ser avaliado! Nem o pai de família quer ser. O único lugar do mundo que avalia e elege o chefe da família é o Butão, que é um país que tem como ícone a felicidade nacional bruta junto com o produto interno bruto, ou seja, a felicidade interna bruta.

O que eu quero lhe dizer é o seguinte: colocar a lupa sobre esse projeto que foi relatado pelo próprio Senador Oriovisto e que está na Câmara dormitando seria útil neste momento, porque é uma tentativa de aferir a qualidade do gasto, justifica o custo-benefício, indica que deve continuar o incentivo pelo menos quanto a três aspectos: geração ou manutenção de emprego,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

competitividade do setor e benefício para o consumidor. Só isso. Então, eu queria cumprimentá-lo e fazer esse apelo, pois, mesmo estando em outra Casa, nós temos que olhar o que está lá.

E, para completar, eu queria lhe fazer um pedido para que o senhor consiga com o Senador Fernando Farias apressar o projeto que é de sua autoria intelectual. Eu apenas o aperfeiçoei, eu procurei consolidá-lo e atualizá-lo, mas é um projeto hoje da CRE (Comissão de Relações Exteriores). Na verdade, é originário de uma iniciativa sua, o PL 508; agora é o 4.423, que está com ele, Presidente, há sete dias já. (*Risos.*)

Eu conto com o seu prestígio. E é lógico que eu estou aqui fazendo um pouquinho de humor. Ele foi designado Relator há sete dias; eu tenho certeza de que ele vai considerar o seu pedido, que já está expresso com o seu sorriso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Plínio, com a palavra V. Exa.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Pela ordem.) – Presidente, é rápido.

As falas do Senador e da Senadora traduziram o que a gente pensa, mas agora, com o Senador Amin, eu acho que o mais importante... Tudo é importante, mas uma coisa foi legal ouvir: essa conversa aberta com a Câmara. Tudo é travado lá. O Amin está aí desde 1990. Então, se tudo fizermos, se cumprirmos tudo isso aí, e não houver diálogo lá, não vai adiantar nada.

O senhor, com a experiência de quem foi Presidente do Senado, a experiência que tem, que dispensa comentários... É louvável isso.

Então, acho que, com isso como prioridade, abrindo o caminho, o diálogo, a Câmara entendendo a importância que tem o Senado, aí vamos realizar a sua agenda, está bom?

Estão todos parabenizados, e eu acompanho.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado, Plínio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Rogério Carvalho, com a palavra V. Exa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, eu queria cumprimentar V. Exa. por trazer – para uma Comissão desta importância e com o papel que ela cumpre no Senado Federal e cumpre para a economia e para o país – essa preocupação que V. Exa. traz.

Esta diretriz de a gente fazer um debate dos projetos, tentando, na medida do possível, reorganizar as finanças públicas brasileiras, eu acho que é muito importante, esse debate sobre projetos de lei que chegam aqui sem definir qual é o impacto orçamentário, qual é o impacto que vai se gerar nas contas públicas – que é uma determinação constitucional e que, muitas vezes, a gente não considera.

Então, eu acho que abre um espaço para a gente fazer um debate de alto nível, independentemente de bandeira partidária...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Claro, claro.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – ... de qualquer bandeira, mas no interesse da economia, no interesse do país, no interesse de toda a sociedade.

Eu acho que o senhor está apontando um caminho que deveria ser observado por todos os Presidentes de Comissão na condução dos trabalhos aqui do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado, Rogério.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 1ª e 2ª Reuniões, realizadas em 19/02/2025 e 11/03/2025.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Eu informo que chegou à Presidência solicitação por parte do Relator da matéria PL 1.075, de 2022, Senador Randolfe Rodrigues, o pedido para a retirada de pauta.

A Presidência defere a solicitação do Senador Randolfe Rodrigues, e o PL 1.075, de 2022 está retirado da pauta de hoje.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 1075, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para assegurar aos condutores o direito a ter o exame toxicológico obrigatório custeado pelo empregador.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações: *1. A matéria será apreciada pela CAS, em decisão terminativa.*)

Nós vamos submeter à discussão este requerimento, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal.

(É o seguinte o item adiado:

EXTRAPAUTA

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 13, DE 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer que a Comissão de Assuntos Econômicos avalie a política governamental do gasto público federal e de concessão de subsídios, no exercício de 2025.

Autoria: Senador Renan Calheiros (MDB/AL))

É evidente que nós poderíamos deixar a apreciação desse requerimento para uma próxima reunião, para que os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras efetivamente possam fazer sugestões com relação a essas políticas públicas que serão avaliadas. Mas, dessa forma, nós vamos deixar para apreciação na próxima reunião, porque cada sugestão que cada um tiver nós receberemos com muita satisfação. Deixamos para a próxima reunião.

Passamos à pauta.

Preliminarmente, há sobre a mesa requerimento de autoria do Senador Rogério Carvalho, para adiamento da discussão da matéria, com fulcro no art. 279, III, do Regimento Interno.

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 12, DE 2025

Requer, nos termos dos arts. 279, III, do Regimento Interno do Senado Federal, adiamento da discussão do PL 801/2024, que "dispõe sobre a doação de alimentos humanos ou animais, por indústrias, estabelecimentos comerciais e assemelhados, a pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, sem fins lucrativos, bem como as doações financeiras feitas a entidades de proteção dos animais, sem fins lucrativos", para o dia 22 de abril de 2025.

Autoria: Líder do PT Rogério Carvalho (PT/SE).

Em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Fica adiada a discussão da matéria para o dia 22 de abril.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há outro requerimento do Senador Rogério Carvalho, Líder do Governo no Senado Federal, que pede a realização de audiência pública para instruir a matéria.

Cadê a matéria? Qual é a matéria? (*Pausa.*)

O PL 2.681.

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 10, DE 2025

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater, com especialistas e representantes dos setores público e privado, o Projeto de Lei nº 2681, de 2022, que dispõe sobre a emissão, intermediação, custódia e liquidação de ativos virtuais por prestadoras de serviços de ativos virtuais e dá outras providências.

Autoria: Líder do PT Rogério Carvalho (PT/SE).

O Senador Rogério Carvalho requer a realização de uma audiência pública.

Seria importante, toda vez que houver requerimento, nós anunciarmos qual é a matéria que está sendo adiada ou sobre a qual nós vamos fazer uma audiência pública, que é para melhor informar os Senadores.

É um projeto da Senadora Soraya Thronicke que tem como Relator o Senador Carlos Viana.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, colocamos em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos ao item 4 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 3172, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010, para destinar 10% das verbas de propagandas institucionais do Governo Federal para o financiamento de campanhas de prevenção ao uso de drogas.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Favorável ao projeto e à Emenda nº 1-T, com uma emenda de sua autoria.

Observações:

1. Foi apresentada a Emenda nº1-T, de autoria do Senador Mecias de Jesus.

2. A matéria será apreciada pela CCDD, em decisão terminativa.

A matéria será apreciada, em decisão terminativa, por esta Comissão.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Relator da matéria, Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Renan.

O relatório é curto, são quatro páginas. Permitam-me ler todas elas.

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei nº 3.172, de 2023, do Senador Astronauta Marcos Pontes, que altera a Lei 12.232, de 29 de abril de 2010, para destinar 10% das verbas de propagandas institucionais do Governo Federal para o financiamento de campanhas de prevenção ao uso de drogas.

Relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem ao exame desta Comissão o projeto de que já falei a autoria e já falei do percentual.

Para tal, o art. 1º do projeto insere o art. 20-C na Lei 12.232 com o comando supracitado e parágrafo único definindo como "propagandas institucionais" do Governo Federal todas as veiculações e divulgações em rádio, televisão, revistas, mídias sociais, informativos e similares. O art. 2º é a cláusula de vigência, determinando a entrada em vigor na data da publicação da lei.

Na justificativa, o Senador Marcos Pontes, o autor, destaca que o uso de drogas é um problema de saúde pública e a prevenção é fundamental para combatê-lo. O Governo Federal possui recursos para realizar campanhas institucionais, que geralmente visam promover sua imagem, e políticas, e destinar parte desses recursos para a prevenção às drogas seria uma forma de cumprir seu papel de promover o bem-estar social.

O autor destaca também que essa iniciativa não comprometeria as demais campanhas, pois o valor destinado seria relativamente pequeno – 10%, como falamos acima.

A matéria foi encaminhada em 3 de junho de 2023 a esta Comissão, cabendo a mim relatá-la. Em seguida irá à decisão da Comissão de Comunicação e Direito Digital em caráter terminativo.

Nesse ínterim, no dia 11 de julho de 2023, foi apresentada a Emenda nº 1-T, de autoria do Senador Mecias de Jesus, alterando o art. 93 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, conhecida como Lei das Estatais, para destinar a campanhas de prevenção ao uso de drogas também parte das verbas das estatais destinadas à publicidade.

O art. 93 da referida lei estipula limite, em cada exercício, de 0,5% da receita operacional bruta do exercício anterior para aplicação em despesas com publicidade e patrocínio. O §1º permite que esse limite seja ampliado para até 2% da receita bruta do exercício anterior por proposta da diretoria, justificada com base em parâmetros de mercado do setor específico de atuação da empresa ou da sociedade e aprovada pelo respectivo conselho de administração.

A regra proposta pela emenda guarda semelhança com a regra constante do projeto original, porém aplicada ao contexto das empresas estatais. Destina 0,05% da receita operacional bruta do exercício anterior para o financiamento de campanhas de prevenção ao uso de drogas, ou seja, 10% do limite original constante no *caput* do art. 93, e 0,2% da receita bruta do exercício anterior na hipótese do §1º supracitado, o que é, também, 10% do limite original.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Análise.

Nos termos do art. 97 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE... Claro, isso já está aqui.

A matéria se insere no campo da competência concorrente da União para legislar sobre orçamento, nos termos do art. 24, II, da Constituição Federal. Ainda, é legítima a iniciativa parlamentar, visto não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República.

Quanto aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, está tudo o.k.

A proposta não traz qualquer impacto econômico-financeiro para a União, tendo em vista que não há aumento de despesas. Trata-se de regra para utilização de recursos já previamente alocados pela lei orçamentária anual (LOA). Não se torna, portanto, necessário verificar o atendimento do disposto na legislação sobre finanças públicas, em especial, às restrições impostas pela lei para políticas que impliquem renúncia de receitas ou aumento de despesas.

O uso de drogas é um problema grave.

Além do componente citado, temos como aliada a prevenção ao uso, mediante campanhas de conscientização dos malefícios que podem ser provocados pelo uso de drogas. Eu acho desnecessário falar aqui das mazelas que é o uso de drogas.

No mesmo sentido, entendo que é pertinente a Emenda nº 1-T, do Senador Mecias de Jesus. Destinar um pequeno percentual das despesas que seriam direcionadas a propaganda para auxiliar no combate às drogas cumpre com a finalidade social do patrimônio público e retorna para a sociedade, de forma virtuosa, parte dos resultados das empresas estatais.

Insiro, no entanto, uma simples alteração redacional no parágrafo único do referido dispositivo. Depreende-se do texto que o autor tem a intenção de definir como "propagandas institucionais" serviços de publicidade institucional em qualquer mídia, seja física, seja digital. Nesse sentido, como há novas tecnologias surgindo diariamente, para evitar a obsolescência do dispositivo com o tempo ou provocar dúvidas de interpretação, proponho a substituição do termo "mídias sociais" por "aplicações de internet", em consonância com o art. 5º, VII, da Lei 12.965, de abril de 2014, conhecida como marco civil da internet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O voto, Presidente.

Diante do exposto, manifesto voto favorável ao Projeto de Lei nº 3.172, de 2023, bem como pela aprovação da Emenda nº 1-T e da seguinte emenda:

> EMENDA Nº – CAE
> (ao PL nº 3.172, de 2023)
> Dê-se ao parágrafo único do art. 1º do Projeto de Lei nº 3.172, de 2023, a seguinte redação:
> Art. 1º .....
> Parágrafo único. Entende-se por propagandas institucionais do Governo federal serviços de publicidade, nos termos do art. 2º, *caput*, veiculados em rádio, televisão, revistas, aplicações de internet, informativos e similares.

É o relatório, favorável, Presidente Renan.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A matéria está em discussão.

Senador Jorge Seif, com a palavra V. Exa.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero saudar aqui o Senador Astronauta Marcos Pontes e o Relator, Plínio Valério.

Eu tenho o dissabor de ter, na minha família, pessoas que foram devastadas pelas drogas.

Logicamente, o governo precisa fazer propaganda de si, de políticas públicas, de ajudas sociais, de obras. Isso faz parte do jogo, e está tudo certo.

Mas isso não tem a mesma importância de nós alertarmos os nossos jovens, especialmente jovens, que são o público-alvo e os maiores consumidores de substâncias entorpecentes, para conscientizar essa população, tanto pais quanto jovens, da destruição que a droga promove não somente no indivíduo que a consome, mas também no meio social, na sua família, nos seus filhos, na sua casa. Então, acho que é muito meritório o Projeto 3.172.

Quero saudar o Senador Astronauta Marcos Pontes, o Senador Plínio Valério e quero já consignar aqui o meu total e irrestrito apoio a esta medida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Fernando Farias, com a palavra V. Exa. para discutir a matéria.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador, não tenho dúvida da importância deste projeto, mas eu pediria vista para ter uma análise mais profunda do processo.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Vista coletiva, então, logo, Presidente, se for conceder... Então, vista coletiva logo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – (*Fora do microfone.*)... vista coletiva.

O projeto voltará na próxima reunião deliberativa desta Comissão. (*Pausa.*)

Nós vamos incluir extrapauta o projeto que acrescenta o art. 12-A à Lei 12.187, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima, para tornar obrigatório o cumprimento de padrões ambientais compatíveis aos do Brasil para disponibilização no mercado brasileiro.

EXTRAPAUTA

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 2088, DE 2023

Acrescenta o art. 12-A à Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima, para tornar obrigatório o cumprimento de padrões ambientais compatíveis aos do Brasil, para a disponibilização de bens no mercado brasileiro.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PL/PA)

Relatoria: Senadora Tereza Cristina

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta matéria é de autoria do Senador Zequinha Marinho, e eu tenho a satisfação de incluí-la na pauta. Ela foi recentemente apreciada pela Comissão de Meio Ambiente e está sendo apreciada hoje aqui, extrapauta.

E para relatar a matéria eu tenho a satisfação de designar a Senadora Tereza Cristina.

Com a palavra V. Exa.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Muito obrigada, Presidente Renan.

Este projeto vem sendo discutido há mais de um ano e meio. Ele não é um projeto que nasceu agora neste momento que nós estamos vivendo em que as relações comerciais no mundo estão de pernas para o ar. Então, ele foi sendo aprimorado, e eu fiz um substitutivo ao projeto do Senador Zequinha Marinho.

Eu vou pedir para ler a análise, o substitutivo do projeto.

O projeto do Senador Zequinha, que é o autor, é dirigido quase que exclusivamente ao problema da reciprocidade ambiental, porque a União Europeia fez uma lei antidesmatamento que traz uma desproporcionalidade para os produtos brasileiros. Vejam só o que aconteceu o ano passado em relação ao Carrefour, que fez uma propaganda negativa por questão sanitária, na verdade, mas também por conta de desmatamento. Então, a França ou o Carrefour não venderia mais carnes do Brasil lá – poderia vender no Carrefour daqui, mas não lá.

Eu vou direto aqui à análise.

Esse projeto, no substitutivo, foi ampliado também para tarifas comerciais para área social e de trabalho.

De início, exalto a meritória iniciativa do Senador Zequinha Marinho, que proporcionou com sua iniciativa o debate do assunto no âmbito do Senado Federal.

Penso ser importante registrar, muito brevemente, o contexto internacional em que se insere o projeto em causa. Ele responde, em larga medida, pela iniciativa do autor, bem como ajuda a compreender os motivos que levaram à sua apresentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observo que o sistema de comércio multilateral, supervisionado pela Organização Mundial de Comércio (OMC) desde 1995, está praticamente paralisado. Após passar por período virtuoso, que englobou os 30 anos desde a queda do Muro de Berlim, a entidade experimenta a suspensão das atividades do órgão de apelação do seu sistema de solução de controvérsias. Esse contexto afasta a possibilidade de um terceiro isento apreciar recursos em disputas comerciais e determinar sanções contra eventuais transgressores das normas internacionais aplicáveis.

O quadro descrito tem estimulado a adoção unilateral de medidas coercitivas e punitivas para estabelecer barreiras comerciais a outros países. Nesse sentido, a União Europeia, por exemplo, tem sido fértil em impor a seus parceiros comerciais a adesão a suas metas ambientais – veja a chamada "lei antidesmatamento" da União Europeia, que foi prorrogada por um ano, mas que entrará em vigor em janeiro do próximo ano, de 2026.

Essa forma de proceder, no entanto, está fortemente apoiada em um protecionismo disfarçado. O bloco europeu aproveita-se da paralisia do mecanismo de solução de controvérsias da OMC para compelir, de maneira seletiva, o cumprimento de seus padrões ambientais, com elevados custos de verificação, a determinados países do mundo. Não se trata de uma "lei antidesmatamento", mas de um regramento que impõe uma série de obrigações para comprovação da origem de um produto, que torna muito oneroso exportar para aquele bloco.

No ponto, destaco que a agenda ambiental merece tratamento sério e respeitoso por todos. E mais, comércio e meio ambiente não são contraditórios, tampouco excludentes. Em realidade, eles devem se apoiar mutuamente. Entretanto, não se pode tolerar o protecionismo camuflado contrário às regras do comércio internacional. O risco de medidas protecionistas se espalharem pelo mundo sob a pauta da sustentabilidade é assunto que preocupa os brasileiros, sobretudo diante do atual panorama do comércio internacional. E essa preocupação é tanto mais elevada quanto mais nos damos conta de que produtos brasileiros do agronegócio são as principais vítimas dessa prática.

Diante da impossibilidade de se recorrer, no momento atual, ao mecanismo de solução de controvérsias da OMC e à vista da real possibilidade de aplicação unilateral de barreiras comerciais a produtos do nosso agronegócio, o Senador Zequinha Marinho propôs o projeto em análise. Como visto, o PL em questão objetiva, em derradeiro exame, adotar procedimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

análogo, à maneira de reciprocidade de tratamento, aos países e blocos econômicos que queiram impor padrões ambientais fixados unilateralmente e que escondem verdadeiras barreiras comerciais.

Acontece que, como ficou evidenciado nas audiências realizadas, o projeto, tal como elaborado, apresenta alguns desafios. Nesse sentido, a proposição busca, de tal ou qual forma, aplicar tratamento semelhante ao recebido. Sendo assim, ela afronta, por igual, as regras do sistema de comércio internacional geridas pela OMC. Esse contexto acarretaria imenso desconforto para nosso país. Essa organização é a pedra angular do sistema de comércio multilateral baseado em regras e em relação ao qual o Brasil tem tido uma participação e comportamentos exemplares; um sistema em que o Brasil tem tido muito mais ganhos do que perdas. Ademais, o emprego da reciprocidade de tratamento no âmbito comercial deve ser considerado caso a caso e sempre com muita cautela – Senador Oriovisto, sempre com muita cautela –, do contrário, ele poderia levar a uma espiral retaliatória recíproca com possíveis efeitos para outros setores produtivos.

Outro aspecto a considerar é o fato de que a situação que o projeto pretende responder está mais no âmbito da política de defesa comercial do que propriamente na esfera ambiental. Muito embora o pano de fundo alegado seja o meio ambiente, a normativa do bloco afigura-se como verdadeiro obstáculo ao comércio multilateral. Nesse sentido, ela se apresenta, para qualquer observador atento, como verdadeiro protecionismo disfarçado. Cuida-se de barreira comercial e, dessa forma, merece ser enfrentada. Desse jeito, o Programa Nacional de Mudanças Climáticas (PNMC) não é o lugar mais adequado para tratar do assunto. O tema está, assim, mais próximo das atribuições dos Ministérios do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) e das Relações Exteriores (MRE).

Para além disso, devemos considerar o fato de que o Brasil acreditou e acredita no sistema da OMC para resolver desacordos no âmbito do comércio multilateral. Ocorre que essa organização se encontra paralisada e existe um vácuo legislativo no nosso ordenamento jurídico para enfrentar situações como as descritas.

Até aqui o marco jurídico pátrio sobre a matéria é a normativa da OMC, que foi devidamente incorporada ao nosso ordenamento jurídico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Necessário, assim, a adoção do marco legislativo para enfrentar esse período excepcional de paralisia do sistema multilateral de comércio.

Isso posto, e considerando que nossa legislação não conta com norma destinada a tratar de barreiras comerciais a bens e produtos brasileiros, para instruir essa matéria, solicitei, nas conversas mantidas sobretudo com o Poder Executivo, que fosse concebido mecanismo normativo pautado pela clareza da reação; elaborado de maneira a adotar mecanismo crível de combate à barreira comercial; concebido tendo em vista as atribuições, tanto do Mdic quanto do MRE; e formulado de maneira compassada de modo a deixar aberto espaço para negociação, considerando que o objetivo não é punir o parceiro comercial, mas resolver o problema da melhor forma possível, garantindo o acesso dos produtos brasileiros ao exterior.

Ante o exposto, estimo que o projeto tal como aprovado na CMA, sob forma de substitutivo, merece também aqui ser aprovado.

Voto.

Diante das considerações anteriormente apresentadas, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.088, de 2023, na forma da Emenda nº 1 – CMA (Substitutivo).

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A matéria está em discussão.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu concedo a palavra, em primeiro lugar, ao Senador Jorge Seif e, em seguida, ao Senador Oriovisto.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, eu trago hoje este tema crucial para o nosso comércio exterior e a competitividade dos produtos brasileiros no mercado global: o PL 2.088, de 2023, do nosso querido amigo Senador Zequinha Marinho, hoje Presidente da CRA.

Essa proposta, Sr. Presidente, estabelece a reciprocidade ambiental, garantindo que produtos importados atendam aos mesmos padrões ambientais exigidos de nossos produtores. Acho que não tem nada mais justo do que isso. E, atualmente, Sr. Presidente, barreiras comerciais disfarçadas de políticas ambientais prejudicam as nossas exportações. Nós vimos recentemente como a própria comunidade europeia tem sabotado os produtos do agro brasileiro.

E o projeto, Sr. Presidente, original, previa que apenas países com regras iguais ou mais rígidas que as nossas poderiam exportar para o Brasil. No entanto, a nossa eterna Ministra da Agricultura Tereza Cristina aprimorou o projeto, que agora se alinha às regras internacionais, evitando retaliações e garantindo defesa comercial e estratégica.

A partir dessa nova abordagem, Sr. Presidente, o Brasil poderá adotar contramedidas comerciais, como aumento de impostos de importação e até suspensão de concessões, sempre priorizando a diplomacia. A Câmara de Comércio Exterior (Camex) será responsável por aplicar sanções de forma estratégica e proporcional.

Então, Sr. Presidente, esse projeto de forma nenhuma prejudica a proteção ambiental, mas impede que exigências ambientais sejam usadas, como tem sido, como desculpa para prejudicar o nosso agronegócio e a nossa indústria. E nós, Sr. Presidente, precisamos garantir que os nossos produtos tenham tratamento justo e igualitário no mercado global.

Por isso, peço apoio do senhor, como Presidente desta Comissão, e apoio também dos nobres colegas para aprovar essa medida essencial, Sr. Presidente – eu reforço –, para proteger nossos produtores e fortalecer a nossa economia.

Parabéns, Senadora Tereza Cristina e Senador Zequinha Marinho.

Muito obrigado pela oportunidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Oriovisto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra V. Exa. para discutir a matéria.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. Para discutir.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, antes de mais nada, quero parabenizar o Senador Zequinha Marinho, pela autoria do projeto, e a Senadora Tereza Cristina, pelo brilhantismo do relatório, e me somar às palavras do Jorge Seif.

Sempre que o projeto fala em reciprocidade, Senadora Tereza Cristina, eu o aplaudo e votarei a favor 50 vezes.

Eu só quero considerar, Presidente, o momento delicado em que nós vivemos em relações internacionais, com as loucuras do Trump.

Eu conversava outro dia com o Presidente da associação dos empresários brasileiros e portugueses, que me deu um relatório que quero compartilhar aqui com vocês. Dizia-me ele o seguinte: "Olha, a Europa descobriu finalmente que não pode contar com os Estados Unidos, que não pode simplesmente ser uma protegida dos Estados Unidos, que ela tem que ter vida própria e que ela tem que ter a sua própria proteção". A Europa sabe também que não pode contar com a China e muito menos com a Rússia, com quem ela tem mais preocupações do que qualquer outra coisa.

Isso significa algo alvissareiro, uma notícia incrível para o nosso país, porque a Europa descobriu, a partir disso, que o Acordo Mercosul-União Europeia passou a ter uma importância que até então não tinha. Por quê? Porque nós somos milhões e milhões de habitantes, somos um mercado consumidor enorme para sua tecnologia, para suas fábricas, para tudo o que eles têm desenvolvido e que muitos de nós não temos; e porque nós somos uma fonte inesgotável quase de matéria-prima, enfim, de produtos agrícolas, de *commodities*.

Tudo isso vai repercutir já na nossa economia, favoravelmente. É um efeito colateral bom do trumpismo, que acaba nos colocando numa situação melhor.

Então, Sr. Presidente, em vista deste momento – eu tive essa conversa há poucos dias –, há um ponto apenas, Senadora Tereza Cristina, com quem eu já conversei anteriormente antes deste pronunciamento expondo esta ideia, e acho que encontraremos uma solução. Há um ponto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apenas que é a questão da possibilidade da quebra de patentes, da insegurança jurídica que se cria para a propriedade intelectual, por uma autorização da Comex. Eu imagino como um agricultor reagiria se houvesse qualquer ameaça à segurança jurídica sobre a propriedade de suas terras. Claro que ele não ia gostar. Ninguém gosta de ter insegurança jurídica.

E eu recebi, nesse meio tempo, Senadora Tereza Cristina, vários representantes de associações que trabalham com propriedade intelectual. E eles estão realmente apavorados. Eles estão muito preocupados com isso. Eu acho que até que a preocupação deles está exagerada. Acho que a senhora tem razão quando diz que é mais para assustar do que para fazer.

De qualquer forma, eu acho que o projeto é bom, merece ser aprovado e precisa de um pequeno aperfeiçoamento nesta questão da segurança jurídica da propriedade intelectual

Conversava também com o Senador Jaques Wagner e expus essas ideias a ele. E ele também concordou comigo com que, se tivéssemos mais uma semana para aperfeiçoar esta questão da propriedade intelectual, seria muito bom para todos nós.

Então, este é o pedido que eu faço, Presidente: vou pedir vista não para contrariar o projeto, mas para aperfeiçoar o projeto.

Nesse sentido, peço vista do projeto.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Vista coletiva, então, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Vista coletiva.

Só consulto se seria o caso de nós ouvirmos também os Senadores que estão inscritos aqui.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Eu gostaria só de pedir para a próxima semana, que eu acho que é suficiente para esses ajustes, se o Senador Oriovisto... Penso que sim.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Podemos combinar isso, Oriovisto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. *Fora do microfone*.) – Podemos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Rogério; em seguida, o Senador Jaime; em seguida, o Senador Heinze.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para discutir.) – Presidente, primeiro, eu quero cumprimentar a Senadora Tereza Cristina pela forma como ela teceu quase um bordado na construção desse relatório. Então, meus parabéns, Senadora. Estamos vendo um progresso muito grande que, em termos de relevância, para o país e para a nossa economia, unificam mais do que separam. Então, acho isso muito importante no processo democrático.

Na segunda questão, eu quero aqui pedir permissão ao Senador Oriovisto Guimarães para usar os argumentos dele. Neste momento em que o mundo passa por uma desestruturação total, quando a gente fala em polarização, a gente precisa se atinar, ficar atento, ficarmos atentos, todos nós, sobre o que é a polarização neste momento do mundo. Está entre aqueles que querem voltar ao uso abusivo da força para impor as suas pautas e agendas e aqueles que acreditam num sistema mediado por regras, por instituições, por organismos multilaterais que garantem a convivência entre povos, entre países, ou seja, que respeitam a diversidade política, geográfica, econômica, histórica de cada país. Então, se nós hoje fôssemos tratar de polaridade, eu diria que temos estes dois polos: aqueles que acreditam num processo civilizatório evolutivo permanente e aqueles que estão apostando no caos para tirar vantagem porque são mais fortes.

Esse projeto é uma cunha no sentido de estabelecer uma regra de convivência entre povos e países, entre nações que têm interesses que, na maioria das vezes, podem se somar, podem ser convergentes. A Europa precisa do nosso mercado, nós precisamos do mercado europeu, mas não podemos abrir mão desse requisito diplomático vivido e experimentado pelo Brasil, ao longo de toda a história do Rio Branco, que é o da reciprocidade. Isso está numa lei; eu acho isso extremamente positivo.

Quero, agora dizendo, tomando e pedindo permissão aqui ao Senador Oriovisto Guimarães... A Europa, de fato, está vulnerável. Nessa vulnerabilidade, eles vão precisar negociar com a gente, com outros setores para que eles já viraram as costas no passado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa lei vem para colocar o caminho do diálogo em outro patamar. Acho que reciprocidade, essa abrangência que foi dada é também um outro pulo do gato, porque não ficou restrita a uma questão específica, como se a gente estivesse aqui choramingando, chorando porque eles estão... Aquele discurso antigo de que eles desmataram e de que nós não podemos desmatar. Não, nós estamos falando de uma coisa muito mais estratégica e muito mais profunda, que deve ter toda a abrangência que está na proposição feita e registrada no relatório de V. Exa., Senadora Tereza Cristina.

Parabéns! Que a gente possa ter debates como esse repetidamente aqui nesta Comissão.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Senador, eu posso fazer um adendo?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Pode.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Todos os países com quem a gente negocia, os países importantes de peso, têm uma lei parecida com esta, e o Brasil não tem. A Europa não tinha, e a União Europeia fez uma lei em 2023, há dois anos, para que ela também pudesse ter essa proteção.

Aqui, o nosso ponto de atenção com que alguns setores estão preocupados é sobre a propriedade intelectual. Ninguém quer quebrar a propriedade intelectual, mas nós temos que ter uma arma na mão caso não se chegue a acordo nenhum. Então, nós não podemos comprar um canhão e ter um festim como bala, mas isso é para usar em último caso, não é uma regra.

A dosimetria foi muito pensada, porque este projeto está sendo gestado já há muito tempo, para que nós não fôssemos intolerantes, mas que a gente tivesse uma rampa tanto de subida quanto de descida, para proteger os vários setores produtivos brasileiros, não só o agronegócio, que hoje é o que tem a mira.

Senador Oriovisto, eu estive na União Europeia em fim de janeiro, conversando inclusive com o Deputado português que é o responsável pelas relações com o Brasil. Ele foi o único *friendly* com o Brasil. A Alemanha e a França continuam vendo e só mudaram, só prorrogaram a vigência da lei, porque eles tiveram problemas internos de como fazer essa aplicação e como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fiscalizar a aplicação da lei. Não foi por conta do Brasil, não. Não foi por conta da Indonésia, não, porque a lei foi feita mirando principalmente esses dois países, no caso da proteção ambiental.

Eu acho que a discussão é super interessante e espero que a gente chegue a um bom termo, para que o Brasil tenha a sua proteção e a nossa soberania garantida.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Jaime Bagattoli. Em seguida, darei a palavra ao Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Cumprimento aqui o Presidente da CRA, Senador Zequinha Marinho, por este PL, e também a nossa Relatora, Senadora Tereza Cristina.

Ninguém melhor do que a Senadora para relatar este projeto, porque, além de tudo, a Senadora Tereza Cristina, que tem um grande conhecimento por ter ficado praticamente quatro anos à frente do Ministério da Agricultura, tem um conhecimento amplo e sabe de todas as negociações que foram feitas na Europa, nos Estados Unidos e no continente asiático.

Quero dizer para vocês que nós continuamos batendo sempre na mesma tecla: no início da década de 70, 1970, 1971, nós éramos insuficientes em tudo. Nós tínhamos que importar alimento, tínhamos que importar petróleo... Estamos discutindo a mesma coisa e sofrendo para produzir e para explorar petróleo até hoje. É o que está acontecendo agora lá na costa do Amapá. Então, nós continuamos discutindo toda vez a mesma coisa.

O que nós queremos, quero dizer aqui, V. Ex., Senador Rogério Carvalho, nós só queremos que seja cumprida a nossa legislação, o nosso Código Florestal. O que nós não podemos aceitar é, por exemplo, a União Europeia dizer que, a partir de 2020, não aceita comprar nada de nós e desmatamento zero.

Nós temos o Código Florestal mais rígido do mundo, então nós não estamos nem discutindo para abrir mais nada na Amazônia, só queremos que respeitem o Código Florestal, que são os 20% e, nas demais regiões, dentro do que está no Código Florestal. E quero dizer para vocês que tudo isso que o mercado vem dizendo da questão ambiental é só um argumento para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos engessar, para nos amarrar. O único problema é que eles sabem que nós somos competitivos. Não existe ninguém hoje, nenhum produtor tão competitivo quanto o produtor brasileiro, apesar de todas as dificuldades que nós temos. Porque, Senador Renan Calheiros – V. Exa. que conhece o mundo inteiro –, o alimento mais barato é o que está dentro do Brasil ainda. Nós não queremos mais proteção, o que nós queremos é que se cumpram as leis e que seja respeitado o nosso Código Florestal, e nós sabemos o tanto que nós podemos contribuir – e estamos contribuindo – nas exportações pelo mundo afora, principalmente dentro do agronegócio, que é a mola mestra do nosso Brasil.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Luis Carlos Heinze.

Com a palavra V. Exa.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Para discutir.) – Sr. Presidente, colegas Senadores; Senadora Tereza, quero parabenizá-la pelo voto; Senador Zequinha, pelo projeto; colegas que estão presentes conosco hoje aqui para entender e quem nos acompanha através da TV Senado, Senador Renan, isso é uma questão unicamente comercial.

Se o Brasil é hoje um dos maiores produtores e exportadores de alimento do mundo, Senador Oriovisto, no seu estado, e mais em Santa Catarina, no Sul, nós produzimos a maior quantidade de frango e o melhor frango do mundo, estamos basicamente nesses três estados, nós tomamos o mercado dos europeus e dos asiáticos e dos americanos; suínos, somos o terceiro; bovinos, somos o primeiro, Senador Mourão, Senador Bagattoli também é produtor de boi lá em Rondônia, e é um grande produtor; soja, já somos exportador de cana-de-açúcar, laranja, tudo isso o Brasil conquistou no mercado.

Quando eles não conseguem nos ganhar, fazem o quê? Essas questões ambientais. Não podem falar de nós, Senador Oriovisto, porque nós temos um Código Florestal que ninguém tem no mundo. Quando nós debatíamos lá na Câmara, você disse que era Deputado também, a gente chamava as ONGs: "Façam vocês, em qualquer país da Europa, parecido com o que nós temos aqui no Brasil". Ninguém fez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, na Europa, reserva legal. No seu estado, Bagattoli, hoje é 80% a reserva legal, eles não querem colocar 4%; 40%, Tereza, e 20% no resto do Brasil. Ninguém tem isso no mundo inteiro, eles não podem nos criticar. Portanto, a legislação ambiental que o Brasil tem é ímpar no mundo, e nós respeitamos a legislação. E, assim, se nós somos o maior exportador, um dos maiores exportadores também do mundo, essa é uma questão comercial.

Então, nós temos, agora, algumas travas nele, extremamente... Porque eles impõem regras.

Agora, Tereza e Bagattoli – e nós conversávamos há pouco –, a Cargill quer sair fora desse negócio dizendo que não pode mais comprar soja da Região Amazônica, colocando entraves. A Bunge e as demais querem fazer isso. Então, já estão falando nisso, e eu estou dizendo que apoio a ideia deles de caírem fora desse entrave, que prejudica o Brasil.

Tereza, no meu Estado do Rio Grande do Sul, eu não tenho desmatamento. Hoje eles exigem um documento, para que uma empresa possa exportar soja para a Europa ou para qualquer lugar, um documento que de que a minha terra não foi desmatada. Pelo amor de Deus! Há mais de cem anos eu produzo na mesma terra. Quer dizer, tudo são exigências para nos prejudicar.

Portanto, parabéns, Tereza, e também ao Senador Zequinha, pelo trabalho que estão fazendo. E vamos votar favoravelmente.

Obrigado.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra a V. Exa., Senador Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Só para cumprimentar os colegas e principalmente a nossa Relatora, Senadora Tereza Cristina, pelo trabalho. Acho que não poderia cair em melhores mãos do que essa relatoria na pessoa dela.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sem dúvida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pela experiência, por viver na pele as dificuldades, como Parlamentar, como Ministra, e depois aqui no Senado.

A gente precisa de alguma ferramenta, mas talvez não seja a ideal. É difícil. Entre o ideal e o possível, V. Exa. sabe que existe uma lacuna muito ampla. Mas a gente não pode mais sentar em mesa de negociação nenhuma da forma como sentamos hoje. O Parlamento tem o dever de suprir aqueles que estão à frente, o Embaixador, o Ministro, enfim, para que a gente sente como nação soberana.

Nós, como diz o outro, lá no meu interior, comemos às nossas custas, não é verdade? Por que nós temos que dizer "sim", abaixar a cabeça e fazer acordos – olha que acordos, né? – que nos prejudicam? A gente precisa começar a conversar melhor e no nível respeitoso, de igual para igual, até porque, quando o senhor parte para as vantagens comparativas do Brasil com qualquer país lá fora, a gente dá – como diz também lá na minha terra – uma surra inesquecível em todo mundo, né?

As vantagens comparativas do Brasil, em cobertura original da sua vegetação, é incomparável. Suas reservas públicas e privadas também, porque no setor privado, o produtor reserva mais de 2 milhões de hectares Brasil afora.

Enfim, somos incomparáveis em tudo. Matriz energética quase noventa e tantos por cento limpa! Enquanto eles estão arrancando carvão mineral, cometendo vários crimes de uma vez só. Primeiro, desmatando florestas, que não pode, porque debaixo das árvores tem o carvão. Aí você entra na terra, outro crime ambiental. Você pega o carvão, queima para produzir energia, isso lá não tem problema nenhum, né? Aqui, nós estamos debaixo do foco de uma fiscalização terrível e de um exército de organizações não governamentais (ONGs), trabalhando dia e noite.

Agora, quando a gente tira a prova dos nove, a gente vê que tudo isso, sob esse manto ambiental, é mera conversa fiada, o problema é comercial. Daí a necessidade de a gente fazer esse debate de forma muito madura, muito tranquila, com muita competência, para que o Brasil possa ter, na manga aqui, uma carta que possa auxiliá-lo nessas conversas que são importantes para o país na relação comercial ou na relação desses entendimentos todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Foi concedida vista coletiva ao PL 2.088, de 2023, de autoria do Senador Zequinha Marinho, que tem como Relatora a Senadora Tereza Cristina, e este projeto retornará à pauta na próxima reunião deliberativa desta Comissão.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 4989, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro de 2001, para priorizar o financiamento da indústria verde, no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX).

Autoria: Senador Renan Calheiros (MDB/AL)

Relatoria: Senador Fernando Farias

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2-CRE.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela CRE, com parecer favorável ao projeto e às Emendas nºs 1 e 2-CRE.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Fernando Farias.

Com a palavra V. Exa.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – Obrigado, Presidente. Feliz aqui por relatar um projeto de sua autoria e, dizendo do projeto de que o nosso Senador é o Relator, quero dizer que em mais uma semana a gente apresenta, porque também não é fácil num projeto de sua autoria e relatado por ele a gente colocar alguma coisa – né, Senador?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos lá. Peço para ir direto à análise.

Nos termos do inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CAE opinar sobre o aspecto econômico e financeiro das matérias que lhe são distribuídas.

Com relação aos aspectos constitucionais, observamos que, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, compete privativamente à União legislar sobre a "política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores" e "comércio exterior" (art. 22, incisos VII e VIII).

Pela Carta Magna, cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União, conforme *caput* do art. 48. Os termos da proposição não importam em violação de cláusula pétrea. Tampouco há vício de iniciativa, não infringindo disposições dos arts. 61 e 84. O PL também segue os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Quanto à sua juridicidade, o PL nº 4.989, de 2023, atende aos atributos de inovação, generalidade, imperatividade e organicidade. É coerente com os princípios gerais do direito. Além disso, o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos – qual seja, a normatização via edição de lei – é o adequado.

Por fim, o projeto atende aos requisitos de regimentalidade, técnica legislativa e redação.

Quanto ao mérito, como destacado pelo Senador Renan Calheiros, autor do projeto, o Brasil tem potencial para gerar um valor de comércio de até US$395 bilhões com exportação de produtos sustentáveis até 2032, devido à sua vantagem de produção industrial verde, ou seja, utilizando processos produtivos sustentáveis, como o uso de fontes de energia renováveis. Para concretizar esse potencial, é necessário um ambiente de negócios favorável e medidas de incentivo do Governo, como a priorização da “nova indústria verde” no Programa de Financiamento às Exportações (Proex). Essa medida tem o potencial de impulsionar as exportações e setores da economia nacional.

Além disso, destaco que o mundo demanda produtos sustentáveis. Entretanto, muitas tecnologias sustentáveis ainda estão em fase de amadurecimento e, em geral, são mais caras que as tradicionais e mais poluidoras. Mais ainda, os países mais avançados detêm grande parte das “tecnologias verdes”. Assim, julgamos extremamente oportuno o PL nº 4.989, de 2023, pois atua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em consonância com outras políticas de Governo que buscam incentivar o desenvolvimento tecnológico sustentável.

O mercado internacional demanda produtos elaborados de forma responsável com o meio ambiente e garante a escala de produção necessária para a viabilização econômica de diversos bens industriais. Sem a exportação, vários setores da indústria não têm como elevar sua produtividade e competitividade.

Destacamos ainda que, no contexto dos últimos anos de crises sanitárias e conflitos internacionais, as taxas de juros do Brasil foram elevadas a níveis que inviabilizam investimentos e tornam o Brasil ainda menos competitivo no mercado internacional. A equalização da taxa de juros mostra-se um instrumento de política econômica essencial para mitigar os efeitos do encarecimento do crédito no mercado interno.

Lembramos que, em abril de 2023, o Governo Federal ampliou o número de empresas que podem acessar os instrumentos do Proex Financiamento, ao corrigir e elevar de R$600 milhões para R$1,3 bilhão, o faturamento bruto anual das empresas que podem fazer parte do programa. Tal medida busca atualizar as novas condições macroeconômicas, como juros e variação cambial dos últimos anos, bem como permitir maior execução orçamentária do programa, já que muitas empresas ultrapassavam o limite de faturamento e não podiam usar esse instrumento.

Assim, o projeto em análise não importará elevação de despesas por parte do Estado, apenas um aproveitamento mais eficiente e com priorização para a indústria verde, de recursos já autorizados.

Esse novo cenário é favorável ao financiamento da chamada indústria verde, que demanda recursos financeiros para se desenvolver e consolidar mercados externos, aproveitando a vantagem competitiva do Brasil em energia limpa e outros recursos renováveis.

Por fim, destacamos que essa medida não se restringe a ser uma política de financiamento das exportações, mas, talvez mais importante, representa um instrumento de incentivo ao avanço tecnológico, dado que empresas e projetos atendidos deverão intensificar a transição de seus processos produtivos para incorporar tecnologias verdes. Como destacado no parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), evidências empíricas apontam que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

expansão da oferta de investimentos para indústrias verdes na China entre 2011 e 2019 teve resultados relevantes sobre o nível de complexidade e sofisticação dos bens exportados, com impactos qualitativos para a exportação. Dessa forma, investimentos verdes estiveram associados a ganhos em pequenas inovações e ao aumento do valor agregado dos bens exportados.

Com o objetivo de aprimorar o projeto, oferecemos uma emenda no sentido de garantir que a legislação esteja alinhada às melhores práticas internacionais, reduzindo riscos de contestações no âmbito da Organização Mundial do Comércio e, com isso, garantindo maior segurança jurídica ao Proex.

Ademais, substituímos o termo "prioridade" por "tratamento especial" para evitar prejuízos a outros setores igualmente estratégicos para a economia brasileira.

Também incluímos "bens e serviços" na definição de indústria verde, tornando o dispositivo mais abrangente ao considerar não apenas empresas e projetos, mas também os produtos e serviços exportados e suas características sustentáveis.

Por fim, propomos nova redação para o §3º do projeto para manter a coerência com o arcabouço normativo existente, uma vez que a Câmara de Comércio Exterior já possui competência para regulamentar o Proex.

Ao voto, Presidente.

Ante o exposto, somos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei 4.989, de 2023, e, quanto ao mérito, pela sua aprovação, com a seguinte emenda, e pela rejeição das emendas da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A votação, na forma do Regimento, terá que ser nominal.

Passamos, portanto, à votação nominal.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Dá, dá.

Nós apresentamos esse projeto exatamente porque o mercado internacional demanda produtos sustentáveis, elaborados. O mercado internacional oferece escala para viabilização e avanço tecnológico. Portanto, esse projeto é importante. O próprio BNDES o defende. Então é um projeto que vem neste momento em auxílio à economia brasileira.

A votação nominal está aberta.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Peço à Secretaria da Comissão que ligue para os Senadores. (*Pausa.*)

Os Senadores que registraram suas presenças podem votar pelo aplicativo. (*Pausa.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. *Fora do microfone.*) – Presidente, está votado, e o voto foi "sim".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado, Oriovisto.

Eu vou passar às suas mãos uma relação de 26 empresas que detêm 46% de todos os subsídios do Brasil.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É. E isso sem transparência, sem prestação de contas, sem nada, absolutamente nada.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Os Senadores podem votar. Nós já temos quórum. (*Pausa.*)

Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Houve 14 SIM; e 1 NÃO... (*Pausa.*)

Houve 14 SIM; e nenhum NÃO – o "1" ali é exatamente porque o Presidente não vota.

Eu queria, mais uma vez, lembrar que nós apresentamos esse projeto porque o Brasil tem potencial para gerar um valor de comércio de até US$400 bilhões, com exportações de produtos sustentáveis e elaborados até 2032. Além disso, o mercado internacional oferecerá, sem dúvida nenhuma, escala para viabilização e incentivo tecnológico dos nossos produtos sustentáveis e elaborados, de modo que eu agradeço muito ao Senador Fernando Farias, que foi o Relator dessa matéria importantíssima, que tem, inclusive, o apoio o Banco Nacional de Desenvolvimento Social.

Aprovado o projeto, com a Emenda nº 3.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para providências cabíveis.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 53 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE ABRIL DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte e um minutos do dia hum de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Fernando Farias, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Oriovisto Guimarães, Lucas Barreto, Izalci Lucas, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Wellington Fagundes, Jaime Bagattoli, Eduardo Girão, Eduardo Gomes, Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Rogério Carvalho, Leila Barros, Teresa Leitão, Paulo Paim, Jaques Wagner, Weverton, Mecias de Jesus, Hamilton Mourão, Esperidião Amin, Tereza Cristina e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Fabiano Contarato e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Carlos Viana, Jorge Kajuru, Irajá, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Sérgio Petecão, Wilder Morais, Ciro Nogueira e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 13, de 2025** que: "Requer que a Comissão de Assuntos Econômicos avalie a política governamental do gasto público federal e de concessão de subsídios, no exercício de 2025." **Autoria:** Senador Renan Calheiros (MDB/AL). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3172, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010, para destinar 10% das verbas de propagandas institucionais do Governo Federal para o financiamento de campanhas de prevenção ao uso de drogas." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Favorável ao projeto e à Emenda nº 1-T, com uma emenda de sua autoria. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3268, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, para estender as isenções do pagamento das tarifas aeroportuárias às aeronaves públicas brasileiras da Administração Direta Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Favorável ao projeto com três emendas apresentadas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4423, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Estabelece normas gerais sobre o comércio exterior de mercadorias." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. **Relatoria:** Senador Fernando Farias. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2088, de 2023 - Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 12-A à Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima, para tornar obrigatório o cumprimento de padrões ambientais compatíveis aos do Brasil, para a disponibilização de bens no mercado brasileiro." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PL/PA). **Relatoria:** Senadora Tereza Cristina. **Relatório:** Pela aprovação, nos termos da Emenda nº 1-CMA (substitutivo). **Resultado:** Substitutivo aprovado com emendas em turno suplementar. **Observação:** Substitutivo definitivamente adotado, após turno suplementar. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 6470, de 2019 - Terminativo -** que: "Isenta os sócios de startups de pagamento de taxas ou emolumentos pela emissão de documentos necessários à viagem ao exterior para apresentação de soluções desenvolvidas pelo empreendimento." **Autoria:** Senador Irajá (PSD/TO). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3745, de 2023 - Terminativo -** que: "Acrescenta o inciso IV, ao art. 6B, da lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o abatimento no saldo devedor do FIES, através de serviços, aos advogados que o fizerem nas defensorias públicas." **Autoria:** Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG). **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com as Emendas nºs 2 e 3-CCJ, e com uma emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 22, de 2025** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, Gabriel Muricca Galípolo, informações sobre a compra do Banco Master pelo Banco de Brasília (BRB)." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PL/DF), Comissão de Assuntos Econômicos. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 25, de 2025** que: "Requer o adiamento de discussão do Item 7 da pauta da CAE do dia de hoje, 01/04/2025, PL 3745/23." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 26, de 2025** que: "Requer Adiamento de discussão Verbas para campanha institucional do governo federal" **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/01

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 1º de abril de 2025.

Eu tenho alguns comunicados a fazer a esta Comissão antes mesmo de iniciarmos a pauta do dia.

Eu gostaria de comunicar às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores desta Comissão que, na linha dos eixos programáticos que propusemos e com base no §1º do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, nós estamos apresentando hoje requerimento para que a Comissão de Assuntos Econômicos avalie a política pública federal de gastos públicos e subsídios. Nós priorizaríamos essa política pública para fazermos a avaliação dela durante este ano de 2025.

Para tanto, nós estamos designando um Senador para relatar a apreciação desse requerimento. Eu tenho a satisfação de designar o Senador Alessandro Vieira.

De fato, Sras. e Srs. Senadores, um dos maiores desafios para a melhoria do quadro fiscal brasileiro reside justamente em se proporem alternativas concretas para a qualidade e eficiência do gasto público. Eu não tenho dúvidas de que a obtenção de resultados primários positivos depende, sem dúvida nenhuma, da racionalização do gasto público, como, por exemplo, venda de imóveis, repactuação de contratos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma renegociação equilibrada dos contratos do Governo Federal poderia possibilitar uma economia de 10% desses contratos – onde se fez revisão de contrato, quer seja em governos estaduais, quer seja em administrações municipais, nós tivemos resultados que variaram de 10% a 20%. Isso seria uma economia substancial para fazermos o dever de casa do Brasil, com a participação desta Comissão, do ponto de vista fiscal.

Nós temos a questão dos subsídios da União, que totalizam R$650 bilhões. Isso equivale a 6% do Produto Interno Bruto. Eu faço questão de lembrar que, de acordo com a Constituição Federal, o volume global de subsídios não pode ultrapassar, na forma da Constituição, 2% do PIB.

Por tudo isso é que eu considero essa avaliação de política pública fundamental.

Eu comunico também a este Plenário que nós estaremos apresentando hoje um projeto de resolução que gostaria que tramitasse como um projeto desta Comissão, em função da necessidade de nós ganharmos tempo, para que seja fixado o limite da dívida consolidada da União no valor equivalente a quatro vezes a receita corrente líquida. A fixação desse limite da dívida da União decorre também de determinação constitucional, expressa no art. 52, VI, da nossa Carta Política, no âmbito das competências privativas do Senado Federal.

Apenas para relembrar, em 3 de agosto de 2000, em atendimento a essa regra constitucional e ao disposto no art. 30 da Lei de Responsabilidade Fiscal, o então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, encaminhou ao Senado Federal a Mensagem 154, de 2000, com duas propostas de limites globais para a dívida consolidada – uma para a União e outra para estados, Distrito Federal e municípios. Ocorre que o Senado Federal fixou apenas os limites da dívida dos estados e municípios, restando ainda em aberto a fixação do limite da dívida consolidada da União.

Assim, diante dessa situação, temos o dever constitucional de fixar o referido limite de endividamento para a União, concluindo, evidentemente, o ciclo legislativo que se iniciou quase 25 anos atrás, com o envio da proposta governamental das três esferas representativas. Nos termos desse projeto de resolução, o prazo para cumprimento do limite da dívida da União é de 15 exercícios financeiros, a partir da publicação da resolução, com regras para as hipóteses de descumprimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, nessas comunicações, eu trago igualmente a deliberação coletiva desta Comissão para o projeto de resolução do Senado Federal que aperfeiçoa institucionalmente o acompanhamento da CAE, do Senado Federal, nas operações de crédito interno dos estados e municípios.

Como sabemos, apenas as operações de crédito externo são objeto de deliberação nesta Comissão. Com a proposta, nós estamos suprindo um vácuo, que deverá tramitar como projeto também.

É o apelo que faço desta Comissão, para que nós, aqui na CAE, possamos ter informações sobre os pleitos de operações de crédito interno dos estados e municípios, bem como sobre as deliberações do Poder Executivo nessas operações. Nós não somos informados absolutamente de nada das operações de crédito interno de estados e de municípios e nós avaliamos a de crédito externo. Muitas vezes, para fazer uma avaliação sensata, equilibrada, correta, da operação de crédito externo, nós precisamos ter também notícias sobre as operações de crédito interno.

Portanto, é fundamental, para nós resgatarmos a competência plena desta Comissão de Assuntos Econômicos, que nós passemos a ser informados das operações de crédito interno. O apelo que faço é que este projeto também possa tramitar em nome da Comissão. Em tramitando em nome da Comissão, nós abreviaremos exatamente o prazo de tramitação e poderemos ter resultados mais rapidamente.

Leitura do expediente. (*Pausa.*)

Esta semana nós não temos expediente. Eu faculto a palavra, antes de começarmos a pauta do dia, ao Senador Alessandro Vieira.

Com a palavra V. Exa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente Renan.

Primeiro, quero agradecer pela confiança no trabalho que vamos fazer e reiterar as palavras de V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é uma missão fundamental do Senado. Nós temos, sim, que fazer um grande ajuste fiscal, uma grande revisão das contas públicas brasileiras, mas esse ajuste não pode recair sobre as costas do mais pobre, como é o nosso histórico. Existe uma margem larga de economia que pode ser feita, e eu tenho certeza de que os técnicos, os Senadores e Senadoras terão capacidade de identificar esses valores. Então, parabenizo-o pela iniciativa.

E, na mesma levada, as duas resoluções contam com o nosso apoio, pelo entendimento de serem extremamente oportunas para a eficiência dos trabalhos do Senado e desta Comissão.

Parabéns, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado, Senador Alessandro.

Senador Oriovisto, com a palavra V. Exa.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para me somar às suas palavras e dizer que, de todos os projetos que o senhor levantou, a mim tem um que me parece absolutamente fundamental e a que deveríamos dar prioridade máxima, que é a fixação do limite para a dívida pública interna do Governo Federal. Isso teria uma repercussão quase que inimaginável sobre o valor de dólar, sobre a inflação, sobre o dia a dia da vida nacional e com reflexo para todos os brasileiros. Eu acho que, se conseguíssemos fixar de uma maneira muito benfeita, como o senhor bem explicou – não é? –, seria o trabalho do ano, seria algo que iria marcar esta CAE, esta Comissão, para sempre, porque é realmente fundamental fazer isso.

A fase já, desde o tempo de Fernando Henrique, está em aberto. E o que cria grande insegurança, o que provoca essas crises malucas do dólar, que chegou aí a 6,30, essa desconfiança no Governo é exatamente o medo de que ninguém saiba aonde essa dívida pode ir e a incapacidade do Governo de honrar essa dívida.

Esse limite vai trazer essa segurança para todos os agentes econômicos. Então, acho que deveríamos dar prioridade a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Antes de iniciarmos nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 3ª Reunião, realizada em 19 de março de 2025.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Presidente Renan, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Eduardo Braga, com a palavra V. Exa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Primeiro, cumprimentando V. Exa. e cumprimentando as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores, acho que o ponto que o Senador Oriovisto levantou é extremamente pertinente, mas eu queria fazer um aditamento à sugestão.

Veja, um dos grandes desafios que o Brasil está tendo neste momento é exatamente a questão fiscal, ou seja, ter um superávit fiscal primário que possa, evidentemente, trazer ao mercado confiança, que possa trazer aos investidores confiança e que possa representar um panorama de perspectiva positiva de estabilidade econômica tanto do lado monetário da política monetária brasileira quanto do lado da política fiscal. A questão da dívida, sem dúvida nenhuma, é um desses pilares, mas tem um outro.

Sr. Presidente, veja, há anos o Governo Federal insiste em tratar a questão dos créditos que o Governo possui em relação aos devedores não pela qualidade do crédito, e, sim, pela qualidade do devedor. O que eu quero dizer com isso? Existem – e o Senador Fernando Farias domina bem essa matéria – algumas centenas de bilhões de reais acumulados de créditos do Governo Federal que poderiam ter uma renegociação com o setor produtivo brasileiro se a negociação fosse fundamentada na qualidade do crédito, porque muitos créditos são líquidos e certos; outros créditos, nem tanto; e outros são absolutamente incertos. Portanto, se a negociação fosse, em vez de pela qualidade do devedor, sim, pela qualidade do crédito, se essas negociações pudessem caminhar, eu não tenho dúvida de que, paralelamente à questão do controle do endividamento público, isso faria com que recursos novos entrassem no Tesouro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional, com que recuperássemos fôlego fiscal, o que daria muita possibilidade de termos resultados muito positivos, sem nenhum aumento de carga tributária para o contribuinte e nenhum prejuízo ao setor produtivo; muito pelo contrário, nós iríamos alavancar positivamente o setor produtivo nacional.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradeço a V. Exa.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Presidente, só para contribuir...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Fernando Farias.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... com a palavra aí do nosso Braga.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Tem a palavra V. Exa.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Pela ordem.) – A PGFN tem 2,6 trilhões para fazer transição. E a Receita Federal tem 3 trilhões. Então, são quase 6 trilhões que estão impactados aí, carentes de transação tributária.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A Secretaria recebeu dos respectivos Relatores solicitação de retirada do item 3 da pauta, que é o PL 3.268, de 2020, e do item 6 da pauta, que é o PL 6.470, de 2019. A Presidência, portanto, defere os pedidos de retirada de pauta dos itens 3 e 6.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 3268, DE 2020

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, para estender as isenções do pagamento das tarifas aeroportuárias às aeronaves públicas brasileiras da Administração Direta Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal.

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Favorável ao projeto com três emendas apresentadas.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela CI, em decisão terminativa.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 6470, DE 2019

- Terminativo -

Isenta os sócios de startups de pagamento de taxas ou emolumentos pela emissão de documentos necessários à viagem ao exterior para apresentação de soluções desenvolvidas pelo empreendimento.

Autoria: Senador Irajá (PSD/TO)

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatório: Pela aprovação do projeto

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela CCT, com parecer favorável ao projeto.)

Passamos à parte deliberativa.

Esta Presidência submete à Comissão a proposta de dois projetos de resolução do Senado tramitarem na Casa como sendo de iniciativa desta Comissão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, como todos sabem, para isso, para que esses projetos tramitem como projetos da Comissão de Relações Exteriores, nós precisamos preliminarmente ouvir a Casa. (*Pausa.*)

Nós submetemos à apreciação da Comissão a questão de que tramite como projeto da Comissão o projeto já sugerido de limite da dívida da União... E, para tanto, nós designaremos um Relator na sequência. E o item 2...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, veja, eu acho importante o que V. Exa. está trazendo, mas eu estou tomando conhecimento desse tema agora e acho que seria interessante a gente conversar com a Liderança do Governo... Eu sei que a Comissão tem todas as prerrogativas, mas eu pediria se não fosse... Não seria interessante a gente tomar conhecimento para que a gente pudesse fazer este debate na semana que vem e encaminhar, se V. Exa. concordar?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Então, nós deixaremos essa matéria para discussão e apreciação na próxima semana. Nós temos dois caminhos, evidentemente. O projeto já foi apresentado. Ou ele tramitará como projeto da CRE, o que agilizará, sobretudo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perdão, da CAE – é porque eu estou vindo lá da CRE. Ou, então, ele tramitará como um projeto apresentado por mim e também deverá ser apreciado depois da designação de um Relator aqui nesta Comissão.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Mas agradeço a sugestão de encaminhamento de V. Exa.

E o segundo projeto é o acompanhamento das operações de crédito interno dos estados e dos municípios.

Nós não temos informações sobre o as operações de crédito interno. Muitas vezes, a gente avalia daquele ente federado um crédito externo e deveríamos levar em conta os internos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E não tendo as informações, a gente nunca faz uma avaliação completa da operação externa como deveríamos fazer.

Em votação.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Presidente, Senador Renan, qual prejuízo teríamos para esperar? Porque esse assunto virá para a CAE – esse é o seu pedido, eu estou absolutamente de acordo, acho que esta é a Comissão onde ele deve ser debatido e discutido – e depois, Senador Rogério, nós vamos ter tempo, nós não vamos aprová-lo, nós vamos aprovar que ele venha para cá e seja discutido, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sim.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Aqui, nesta Comissão. Então, qual o prejuízo de resolvermos isso hoje?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – O Renan vai designar o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Vou designar o Relator.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – E aí vai tramitar normalmente.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Eu não vejo prejuízo para isso.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone*.) – Fica mais fácil, inclusive, a discussão depois que tiver Relator designado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Veja, eu não estou me opondo a gente aprovar hoje, mas é que nós tomamos conhecimento da apresentação hoje.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Não, não, mas ele não vai aprovar o mérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Eu entendi.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Ele só está aprovando como apresentação de projeto de lei da Comissão.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Mas, da Comissão, nós precisamos nos manifestar, como todos membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Está certo? É só isso. Eu quero, inclusive, ser signatário, como todos nós seríamos signatários desse projeto. É só isso, não tenho óbice à discussão do mérito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Então faremos isso na próxima semana, sem problema.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Portanto, depois da aprovação do acompanhamento das operações de crédito interno aos estados e municípios pela CAE, já submetida à Comissão, e da transferência do item primeiro da pauta sobre essa questão do limite da dívida pública, nós passamos agora à votação do Requerimento 13, de 2025, de análise de política pública pela Comissão.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 13, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que a Comissão de Assuntos Econômicos avalie a política governamental do gasto público federal e de concessão de subsídios, no exercício de 2025.

Autoria: Senador Renan Calheiros (MDB/AL)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Alessandro Vieira, mais uma vez, que é o Relator do requerimento.

Com a palavra V. Exa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para encaminhar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Indo com brevidade à análise, o requerimento se mostra absolutamente fundamental para a efetiva apreciação da política de gastos públicos da União e para que a gente possa ter, a partir dessa análise, todo um painel de sugestões de ajustes e de reduções e economias, que, ao final, vão propiciar superávit primário e investimento adequado nas políticas de desenvolvimento do nosso país.

Então, o encaminhamento é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em votação.

As Senadoras e Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Eu tenho a honra e a satisfação de designar o Senador Alessandro Vieira Relator da avaliação objeto da aprovação deste requerimento.

O resto da nossa pauta será deliberativo. Nós vamos apreciar seis itens. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 3172, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010, para destinar 10% das verbas de propagandas institucionais do Governo Federal para o financiamento de campanhas de prevenção ao uso de drogas.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Favorável ao projeto e à Emenda nº 1-T, com uma emenda de sua autoria.

Observações:

1. Foi apresentada a Emenda nº1-T, de autoria do senador Mecias de Jesus.

2. Em 19/3/2025, foi concedida vista coletiva da matéria.

3. A matéria será apreciada pela CCDD, em decisão terminativa.

Há sobre a mesa um requerimento do Senador Jaques Wagner, Líder do Governo, para retirar esse projeto de pauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 26, DE 2025

Requer Adiamento de discussão Verbas para campanha institucional do governo federal

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós vamos retirá-lo e colocaremos numa sessão mais adiante.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Pela ordem.) – Eu agradeço, Presidente, é só porque precisamos aprofundar, porque nós estamos entrando... Eu não quero discutir o mérito agora, é só porque tem uma verba que é do Governo, a gente está designando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Governo já faz suas campanhas e tem um fundo de combate à droga, cujo orçamento é crescente exatamente para esse fim. Por isso, eu fiz o pedido de retirada para conversar com o Governo sobre essa matéria.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Próximo item, item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 4423, DE 2024

- Não terminativo -

Estabelece normas gerais sobre o comércio exterior de mercadorias.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Relatoria: Senador Fernando Farias

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada.

Observações:

1- Em 31/03/2025, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do senador Mecias de Jesus.

Esse foi um trabalho feito pela Consultoria do Senado Federal, assinado pela Comissão de Relações Exteriores, que teve como Relator, na CRE, o Senador Esperidião Amin, e que, nesta Comissão, tem como Relator o Senador Fernando Farias. É uma consolidação das leis de comércio exterior. Desde 1966, nós não temos nenhuma alteração nas leis de comércio exterior.

Há sobre a mesa um requerimento do Senador Girão para fazermos uma audiência pública sobre esse projeto.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador... Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Fernando Farias, Relator da matéria, com a palavra.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – A gente acordou aqui com o Girão, ele vai retirar essa audiência pública.

Esse projeto pegou uma dimensão muito grande – ele já era grande – e agora tomou uma dimensão bem maior. E, de sexta-feira para cá, chegaram várias sugestões, via WhatsApp, via gabinete, até o Senador Mourão aqui, pessoalmente, já pediu. Então, eu pediria a retirada de pauta, para, na próxima terça-feira, que a gente possa trazê-lo aqui com alguma conciliação que possa ser feita. E colocaria para ter até amanhã, umas 16h, aqui, com o pessoal da Secretaria, para chegarem as sugestões para a gente ter tempo de compilar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Então, defiro o pedido de retirada de pauta, e colocamos na pauta da próxima reunião.

Senador Girão com a palavra

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Perfeito. Só para cumprimentá-lo e dizer que eu fiz esse acordo aqui com o Senador Fernando Farias para deixarmos esse pedido de audiência pública para um outro momento.

Sobre o pedido do Senador Jaques Wagner de retirada de pauta do item anterior, sobre a questão dos 10% de verba de propaganda institucional, eu faço um apelo a V. Exas. para que, na próxima semana, coloque-o em pauta, porque é um assunto que tem deixado o brasileiro muito aflito, as drogas estão tomando conta do país, estamos perdendo jovens, cada vez mais, para as drogas.

Este Senado Federal, Presidente Renan, conseguiu aprovar a PEC antidrogas, que está lá na Câmara dos Deputados, ainda não foi deliberada.

Então, eu faço esse apelo para que, na próxima semana, a gente possa voltar com o item dos 10% da propaganda também.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu queria só informar, na medida em que retiramos esse projeto de pauta, que hoje saiu uma grande matéria na *Folha de S.Paulo*: "Senado discute projeto mais amplo contra 'barreiras arbitrárias' na véspera do tarifaço de Trump". Eu queria dizer que esse projeto não tem absolutamente nada a ver com o tarifaço do trumpismo. Esse projeto objetiva consolidar, atualizar, modernizar toda a legislação de comércio exterior, e a gente precisa evitar confusão entre os dois temas, que são temas distintos – eu falo do tema do projeto que nós vamos apreciar em seguida –, embora estejam relacionados.

O projeto que tem como Relatora a Senadora Tereza Cristina, que será apreciado hoje, na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos, é, sem dúvida nenhuma, uma resposta legítima ao tarifaço americano. É evidente que, do ponto de vista do Senado e desta Comissão, nós estamos apenas suprindo a legislação brasileira de mecanismos de reciprocidade, não é? Nós não estamos adotando a reciprocidade, mas, se o Governo quiser adotar a reciprocidade, não será por falta de legislação que ele deixará de fazer isso. (*Pausa.*)

Portanto, passamos ao próximo item da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 2088, DE 2023

- Terminativo -

Acrescenta o art. 12-A à Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima, para tornar obrigatório o cumprimento de padrões ambientais compatíveis aos do Brasil, para a disponibilização de bens no mercado brasileiro.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PL/PA)

Relatoria: Senadora Tereza Cristina

Relatório: Pela aprovação, nos termos da Emenda nº 1-CMA (substitutivo).

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. Em 19/3/2025, foi concedida vista coletiva da matéria.

2. A matéria foi apreciada pela CMA, com parecer favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CMA (substitutivo).

3. Em 28/03/2025, foram recebidas as emendas 2 e 3.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra à Senadora Tereza Cristina, Relatora dessa importantíssima matéria.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Muito obrigada, Presidente Renan, Senador Renan Calheiros.

Eu quero dizer da importância também do projeto que o Senador Fernando Farias está relatando. A modernização da nossa legislação de comércio exterior é importantíssima. Então, eu acho que cabem mesmo discussões, cabe a gente acrescentar e ajudar, assim como nessa lei que eu estou relatando hoje, de autoria do Senador Zequinha Marinho, em que tem um ano que nós estamos trabalhando, fazendo audiências públicas. E a coincidência dos fatos do que acontece hoje no mundo nos trouxe a votar essa lei na véspera de um anúncio de um tarifaço pelo Governo, pelo Governo americano, pelo Presidente Trump. Mas essa lei é uma lei que não é só para os Estados Unidos, ela contempla todos os mercados com que o Brasil faz comércio exterior, que vende a sua mercadoria. E ela é uma lei que não é para ser... Ela não é uma retaliação; ela é uma proteção quando os produtos brasileiros forem retaliados. Então, quero deixar isso muito claro.

Eu recebi algumas emendas muito interessantes do Senador Oriovisto, do Senador Efraim, acolhi um pedaço delas, colocando, Senador Oriovisto, no meu texto. Então, agora eu vou fazer a leitura aqui da complementação do voto.

Na reunião desta Comissão ocorrida no dia 19 de março de 2025, apresentamos relatório ao Projeto de Lei (PL) nº 2.088, de 2023, concluindo pela sua aprovação, na forma da Emenda nº 1, da Comissão de Meio Ambiente (substitutivo). Na ocasião, foi concedida vista coletiva da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto retorna à discussão, agora com apresentação das Emendas nº 2, do Senador Oriovisto Guimarães, e nº 3, do Senador Efraim Filho.

A primeira propõe a inclusão de parágrafo único ao art. 5º, com a seguinte redação:

> Parágrafo único. A contramedida citada no inciso II, §1º, do art. 3º, deve ser utilizada em caráter excepcional, quando as demais contramedidas previstas nesta Lei forem consideradas inadequadas pela CAMEX para reverter as ações, políticas ou práticas, previstas no art. 2º, de coerção econômica que impactem negativamente a competitividade internacional brasileira.

Já a segunda emenda altera a redação do art. 2º para incluir o inciso IV, que tem o seguinte teor: "IV – configurem medidas desleais de comércio, segundo as regras da Organização Mundial do Comércio".

Análise.

A emenda do Senador Oriovisto objetiva assegurar que a contramedida prevista no inciso II, §1º, do art. 3º, que autoriza a suspensão de concessões ou de outras obrigações do país relativas a direitos de propriedade intelectual, deve ser utilizada em caráter excepcional, quando as demais contramedidas previstas na lei em causa forem consideradas inadequadas pela Camex.

Embora concordemos com o mérito da proposta, vislumbramos óbice regimental a que seja formalmente acolhida. Isso porque, na atual fase de tramitação, não há hipótese de apresentação de emenda ao substitutivo. Emendas podem ser ofertadas pelos Senadores a substitutivo que esteja em turno suplementar, na forma do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

Modificações ao texto do substitutivo da Comissão de Meio Ambiente podem ser feitas, no atual estágio, por subemenda. E as subemendas são apresentadas pela Comissão, a teor dos arts. 133, V, c, c/c o art. 231 do Risf. Assim, para viabilizar o quanto proposto pelo Senador Oriovisto, apresentamos a seguir subemenda que aproveita, em grande parte, o texto da emenda ofertada, inserindo-o no substitutivo da CMA. A aprovação da subemenda conduzirá à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prejudicialidade da Emenda nº 2, a teor do art. 334, II, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Quanto à emenda do Senador Efraim Filho, as mesmas observações de cunho regimental podem ser feitas. No mérito, somos pela sua rejeição, pelas razões que passo a expor. Em que pese a louvável iniciativa que exprime a necessidade de observância das normas pactuadas no plano internacional, a emenda não merece ser aprovada, de um lado, pela circunstância de que o projeto em causa já representa uma resposta à violação das regras do comércio internacional geridas pela OMC (Organização Mundial do Comércio); de outro lado, pela dificuldade de dar consequência jurídica à expressão "configurem medidas desleais".

Além disso, melhor refletindo sobre o texto do substitutivo da CMA, optamos por apresentar duas subemendas com o escopo de afastar quaisquer dúvidas que possam pairar tanto em com relação à emenda do projeto quanto ao tocante à sua constitucionalidade formal, uma vez que diversos de seus dispositivos cuidam de atribuições de órgãos do Poder Executivo.

Não ignoramos que o Supremo Tribunal Federal manteve a respeito do art. 61, §1º, II, e, da Constituição Federal, por muito tempo, entendimento refratário a projetos de lei de autoria parlamentar que dispusessem sobre atribuições de órgãos do Poder Executivo. Sem embargo, a jurisprudência da Corte tem evoluído para admitir a iniciativa parlamentar em projetos que confiram atribuições à administração pública, especialmente quando não há ingerência para determinar a que órgão os novos encargos ou atribuições serão cometidos. Como observado pelo tribunal, se a lei não designa a criação de novo ente público, presume-se que a execução das atividades instituídas será incorporada na estrutura e quadros existentes (Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI nº 4.959, DJ de 30.10.2024).

No julgamento da ADI nº 5.126 (DJ de 18.01.2023), foi reconhecida a validade de lei estadual de autoria parlamentar que, dispondo sobre a proibição de fabricar, vender e comercializar armas de fogo de brinquedo, atribuía ao Poder Executivo (sem referência a órgão específico) as funções de fiscalizar o cumprimento de seus preceitos (aplicando as penalidades nela previstas) e de realizar campanha educativa nos meios de comunicação. Naquele julgamento, observou o Ministro Relator Gilmar Mendes:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Jurisprudência desta Corte se orienta no sentido de que são vedadas a criação de novas atribuições administrativas a um determinado órgão da Administração Pública estadual que modifique o rol de atividades funcionais deste.
> Verifico, nesse contexto, que o art. 3º da norma impugnada limita-se a atribuir a responsabilidade de fiscalização da lei ao Poder Executivo, reconhecendo que a ele cabe designar o órgão responsável para tanto. Em sentido semelhante, o art. 4º estimula a conscientização do disposto na lei por meio de propaganda, deixando a regulamentação de como esta será realizada ao critério do Poder Executivo.
> Reforço, nesse contexto, que a mera circunstância de uma norma demandar atuação positiva do Poder Executivo não a insere no rol de leis cuja iniciativa é privativa do Chefe do Executivo [...].

Em vários outros julgados, a Corte tem considerado consentâneas com a Constituição leis de autoria parlamentar que criam encargos ou incumbências para o Poder Executivo, sem associá-los a órgãos específicos. Nesse sentido: ADI 5.872, de 26/11/2019; Agravo Regimental no Recurso Extraordinário com Agravo nº 1.286.223, de 18/12/2020; ARE nº 1.495.711, de 10/12/2024.

Em rigor, em sua natureza, as medidas previstas pelo substitutivo para uso por parte do Poder Executivo sequer constituem novidade, já que estão previstas nas Leis nº 12.270, de 24 de junho de 2010, e nº 14.353, de 26 de maio de 2022. O que diferencia o substitutivo são os pressupostos para o exercício daquelas competências, ou seja, as situações autorizadoras de seu exercício.

De resto, e como já enfatizamos, a elaboração do texto do substitutivo contou com a colaboração do próprio Poder Executivo. A presente iniciativa está longe de ser vista por aquele Poder como uma afronta às suas prerrogativas constitucionais.

Por fim, como todas as modificações que visam a retirar referências a órgãos do Poder Executivo têm o mesmo objetivo, são formuladas em uma única subemenda, observada a lógica estabelecida no art. 230, III, do Regimento Interno do Senado Federal.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante das considerações anteriormente apresentadas, somos pela aprovação do Projeto de Lei 2.088, de 2023, na forma da Emenda nº 1, da Comissão de Meio Ambiente (substitutivo), com as seguintes subemendas, bem como pela rejeição da Emenda nº 3 e pela prejudicialidade da Emenda nº 2:

SUBEMENDA Nº - CAE

Inclua-se, no art. 5º do Substitutivo da CMA ao PL nº 2.088, de 2023, parágrafo único com o seguinte teor:

"Art. 5º .....

.....

Parágrafo único. A contramedida citada no inciso II, §1º, do art. 3º deve ser utilizada em caráter excepcional, quando as demais contramedidas previstas nesta Lei forem consideradas inadequadas para reverter as ações políticas ou práticas de que trata o art. 2º.

SUBEMENDA Nº - CAE

Dê-se à emenda do Substitutivo da CMA ao Projeto de Lei nº 2.088, de 2023, a seguinte redação:

Estabelece critérios para suspensão de concessões comerciais, de investimentos e de obrigações relativas a direitos de propriedade intelectual em resposta a medidas unilaterais adotadas por país ou bloco econômico que impactem negativamente a competitividade internacional brasileira. Altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; a Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000; e a Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021.

SUBEMENDA Nº - CAE

Promovam-se as seguintes alterações no Substitutivo da CMA ao PL nº 2.088, de 2023:

1. Supressão, em seu art. 4º, da expressão "coordenadas pelo Ministério das Relações Exteriores";

2. Substituição, em seus arts. 1º, 3º, 6º, 7º, 8º, 9º e 11º, das referências à "Câmara de Comércio Exterior (Camex)", ao "Conselho Estratégico da Camex (CEC)", ao "CEC", à "Camex" e ao "Conselho Estratégico da Camex", pela expressão "Poder Executivo";

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3. Substituição, em seu art. 10, da expressão "a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil poderá" por "é facultado ao Poder Executivo", e supressão, no mesmo dispositivo, da expressão "do Conselho Estratégico da Camex".

Esse era o voto, Sr. Presidente.

Quero aqui agradecer as várias contribuições que tivemos – Senador Oriovisto, espero ter contemplado em parte a sua emenda, muito construtiva – e dizer que esse é um projeto de proteção aos produtos brasileiros e não de contramedidas ou contra outros países. Agora, se o Brasil tiver os seus produtos com retaliações desmedidas, hoje o Governo passa a ter a possibilidade de fazer essas contramedidas na mesma base que vem de outros países ou blocos econômicos.

Nós temos hoje um problema com a União Europeia, com uma lei antidesmatamento que afeta diretamente os produtos brasileiros, principalmente a agropecuária brasileira; são medidas que extrapolam a razoabilidade, porque ignoram a lei do Código Florestal brasileiro. Agora, amanhã, nós devemos ter um pacotaço tarifário dos Estados Unidos, que vêm fazendo isso não só com o Brasil, mas com outros países. E aí, então, o Governo brasileiro tem ferramentas para contrapor quando essas medidas forem medidas desarrazoadas contra o nosso mercado.

Então, era isso, Sr. Presidente, quero agradecer a todos que contribuíram com essa lei.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado, Senadora Tereza Cristina, meus cumprimentos.

Passamos à discussão da matéria.

Concedo a palavra ao Senador Oriovisto Guimarães, primeiro orador inscrito.

Com a palavra V. Exa.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. Para discutir.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

É apenas, Sr. Presidente, para agradecer à Senadora Tereza Cristina e a todos os seus técnicos, porque, durante esse período que tivemos em função do pedido de vista, eu acho que foi extremamente produtivo – né, Senadora Tereza Cristina? Nem tudo o que nós propusemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pôde ser aceito, mas o que ela aceitou já me satisfaz plenamente. E acho que ficou muito claro que o objetivo do projeto não é colocar em dúvida a segurança jurídica da propriedade intelectual. Longe disso, o objetivo é garantir ao país condições de reciprocidade no comércio exterior, notadamente no que se refere a produtos agrícolas, quando se fazem exigências descabidas à nossa agricultura.

Fico satisfeitíssimo, acho que a subemenda contempla e deixa claro que o espírito não é quebra de patente de propriedade intelectual, que seria uma última etapa de uma eventual guerra tarifária, na qual o Brasil nunca, por tradição, quer se envolver. De forma que eu acho que todos os agentes que defendem a propriedade intelectual podem ficar tranquilos, porque eles continuam tendo total segurança jurídica.

E agradeço, mais uma vez, à Senadora Tereza Cristina e, desde já, quero dizer que voto favoravelmente ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Izalci, com a palavra V. Exa. para discutir a matéria.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Presidente, eu quero parabenizar a nossa Relatora Tereza Cristina, que tão bem relatou esse projeto. É um instrumento importantíssimo para o Governo. Como foi dito aqui, não é nenhuma retaliação, mas é uma medida de proteção. Então, quero parabenizá-la e, ao mesmo tempo, já anunciar também meu voto favorável.

Presidente, eu estou na CPI das Bets... Se V. Exa. me permite, eu fiz um requerimento de informação, que está aí na mesa: se V. Exa. puder botá-lo extrapauta. É de informação só com relação ao BRB-Banco Master.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Nós vamos apreciar o requerimento de V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Pode ficar certo disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Eduardo Braga, com a palavra V. Exa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Para discutir.) – Primeiro, quero cumprimentar a eminente Senadora Tereza Cristina pelo relatório, não só pela competência, mas também pela oportunidade de estarmos deliberando, Sr. Presidente, no dia de hoje esta matéria.

E, como foi dito aqui pelo Senador Izalci, nada mais, nada menos estamos fazendo do que proteger os nossos direitos, ou seja, o direito de os produtos brasileiros terem as suas negociações recíprocas respeitadas. E, a partir do momento em que nos desrespeitem, aí sim, o Governo brasileiro passa a ter instrumentos para poder reagir. Portanto, é um projeto muito mais em favor dos direitos do povo brasileiro, de defender os nossos produtos, e não tentando retaliar seja A, B ou C. E, ao mesmo tempo, estabelece mecanismos legais para que, ao sermos desrespeitados no direito internacional, no comércio internacional, o Governo brasileiro tenha instrumentos para poder restabelecer a ordem do direito internacional dos nossos produtos.

Portanto, quero aqui já antecipadamente manifestar a posição favorável ao relatório da eminente Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Presidente, se V. Exa. me permite...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra V. Exa., Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar a Senadora Tereza Cristina e todos os Senadores que contribuíram, como o Senador Oriovisto, que pediu vista anteriormente, pelo excelente texto, que está à altura das necessidades do Brasil neste momento.

Eu levanto só uma questão regimental, Presidente: essa matéria é de tamanha importância que o ideal seria que o quanto antes o Congresso Nacional a apreciasse. Visto que aqui, nesta Comissão, é terminativa e seguirá logo para a Câmara dos Deputados, eu só gostaria de levantar uma dúvida regimental: me parece que matéria terminativa em Comissão abre o prazo, o espaço de tempo para que até nove Senadores e Senadoras possam requerer que vá ao Plenário e, por vinculação do Regimento, esse espaço de tempo tem que ser cumprido.

Eu só queria tirar essa dúvida regimental, porque, talvez, fosse de bom tom conversar com o Presidente Davi, aprovar a urgência na Comissão e, nós mesmos, já que é de interesse comum, fazermos logo o requerimento ao Plenário para ir logo para o Plenário, dando assim tempo, caríssimo Senador Eduardo Braga e Senador Rogério Carvalho, quem sabe, de ainda amanhã, a Câmara dos Deputados apreciar. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós... Senadora Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Senador Randolfe, eu entendo até a importância de isso ir para o Plenário, mas acho que, dada a urgência do tema, nós poderíamos votar aqui em turno suplementar, se a Comissão achar que isso pode ser feito. E aí, isso já seria...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Eu acho ótimo. A dúvida é se o turno suplementar supre o Plenário? Se suprir, ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós vamos ter que fazer votação nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que registraram presença poderão votar pelo aplicativo. Essa matéria é muito importante, e o Presidente Davi Alcolumbre, ele sim, pode retirar o caráter terminativo da matéria.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Mas, Sr. Presidente, seria uma inversão da ordem do Regimento, porque, não havendo manifestação de nove Senadores, aprovado está. Portanto, é uma inversão.

Eu entendo a preocupação do eminente Líder Randolfe, mas, muito provavelmente, pelo que nós sabemos da posição dos Senadores, não haverá manifestação e, portanto, nós não precisamos inverter a ordem. Aprovamos terminativamente aqui – está certo? – e entendemos que, terminativamente, aprovado está, a não ser que apareçam nove Senadores que, porventura, resolvam recorrer. Mas, até agora, não há identificação desse movimento no Plenário do Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Para tanto, nós teríamos que estabelecer um prazo mínimo, até às 15h, para manifestação dos Senadores desta Comissão.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Resolvido está.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito bom. Acho que fica...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em votação o Substitutivo ao Projeto de Lei 2.088, de 2023, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com a Relatora votam “sim”.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar.

Mais uma vez, eu lembro que os Senadores que registraram presença nesta Comissão hoje podem votar pelo aplicativo. É muito importante que todos participem dessa votação.

Interpretando o sentimento exposto aqui pelo Senador Randolfe Rodrigues, por vários Senadores e pela própria Comissão como um todo, nós vamos fazer um apelo ao Presidente da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Câmara dos Deputados para que ele vote essa matéria em caráter de urgência. Nós precisamos dotar a legislação brasileira de mecanismos de reciprocidade. É evidente que podem ser utilizados ou não utilizados, mas é fundamental que o Legislativo faça a sua parte e cumpra o seu papel.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada, Presidente. Vamos fazer esse esforço conjunto para que seja votado também na Câmara, em regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – E, para tanto, nós pretendemos votar o turno suplementar.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O que é necessário para concluir a tramitação aqui do projeto de lei complementar. (*Pausa.*)

Já temos número, mas aguardamos, para que os Senadores que queiram votar possam fazê-lo. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – SIM, 16; nenhum voto NÃO.

Nenhuma abstenção.

Está, portanto, aprovada a Emenda nº 1, com substitutivo, ao Projeto de Lei 2.088/2023, com as Subemendas nºs 1 e 2, da CAE. (*Palmas.*)

Ficam prejudicados o projeto e as emendas a ele apresentadas.

O substitutivo aprovado será, portanto, com a aquiescência desta Comissão, em função da urgência urgentíssima da matéria, apreciado em turno suplementar agora mesmo, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado.

Votação em turno suplementar. (*Pausa.*)

Não foram apresentadas emendas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O substitutivo é dado como definitivamente adotado em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Portanto, na forma do Regimento, a matéria está aprovada, também, em turno suplementar.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Mais uma vez, eu quero dizer que falaremos com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Hugo Motta, para que a Câmara possa apreciar essa matéria em caráter de urgência. É muito importante a Senadora Tereza fazer o mesmo, para que nós possamos ter, na Câmara, uma rápida apreciação.

Requerimento do Senador Izalci Lucas.

EXTRAPAUTA

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 22, DE 2025

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, Gabriel Muricca Galípolo, informações sobre a compra do Banco Master pelo Banco de Brasília (BRB).

Autoria: Senador Izalci Lucas (PL/DF)

A votação desse requerimento será simbólica.

Em discussão... (*Pausa.*)

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O item 7 da pauta, que é o Projeto de Lei 3.745, de 2023, também terminativo nesta Comissão, recebeu um pedido de adiamento.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 3745, DE 2023

- Terminativo -

Acrescenta o inciso IV, ao art. 6B, da lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o abatimento no saldo devedor do FIES, através de serviços, aos advogados que o fizerem nas defensorias públicas.

Autoria: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Pela aprovação do projeto, com as Emendas nºs 2 e 3-CCJ, e com uma emenda apresentada.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela CCJ, com parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 2-CCJ e 3-CCJ, e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 1-CCJ, com a Subemenda nº 1-CCJ.)

Está aqui o Senador Mecias, que é o Relator da matéria.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, é o seguinte, essa matéria trata de um assunto que é extremamente importante. Por exemplo, há 400 mil estudantes de direito que se formaram pelo Fies. Essa matéria eu acredito que deva passar por uma Comissão de mérito, que é a Comissão de Educação, mas a gente não pode decidir isso aqui. Então, o adiamento é para que a gente possa fazer um requerimento ao Plenário, à Mesa Diretora e ao Presidente, para que possa ir para a Comissão de Educação depois de votada aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator. *Fora do microfone*.) – Vota, depois vai para...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Não, não pode, não dá para votar antes. Se a gente pedir um adiamento, a gente fala com o Presidente; se ele escalar a Comissão de Educação, aí a gente vota aqui na sequência.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – O.k.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Pode ser?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – O.k., Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Obrigado, Mecias.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Votação do requerimento.

Os Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 22 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia oito de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Fernando Farias, Efraim Filho, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Vanderlan Cardoso, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Daniella Ribeiro, Izalci Lucas, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Eduardo Girão, Augusta Brito, Rogério Carvalho, Leila Barros, Teresa Leitão, Paulo Paim, Jaques Wagner, Weverton, Mecias de Jesus, Hamilton Mourão, Esperidião Amin, Tereza Cristina e Damares Alves, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Styvenson Valentim e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Carlos Viana, Jorge Kajuru, Irajá, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Wilder Morais, Wellington Fagundes, Randolfe Rodrigues, Ciro Nogueira e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Apreciação da apresentação de dois Projetos de Resolução do Senado, como de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, perante a Mesa do Senado Federal. **Resultado:** A comissão conclui pela apresentação do PRS - que dispõe sobre o acompanhamento de transparência das operações de crédito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5011, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Programa Nacional do Livro Técnico e Profissionalizante (PNLTP)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, favorável ao projeto, com a emenda de redação n° 1-CAE. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 79, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera os Decretos-Leis nº 6.246, de 5 de fevereiro de 1944, nº 9.403, de 25 de junho de 1946, e nº 1.305, de 8 de janeiro de 1974, e as Leis nº 5.461, de 25 de junho de 1968, e n° 8.706, de 14 de setembro de 1993, para determinar que as contribuições de todos os trabalhadores em transporte e dos transportadores autônomos sejam recolhidas em favor do Serviços Social do Transporte (SEST) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT)." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Favorável à matéria, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1558, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Esta Lei dispõe sobre o uso do Cadastro Positivo para concessão de descontos e benefícios pecuniários para os cidadãos que são adimplentes em seus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financiamentos que usam recursos públicos e já amortizaram mais de 75% da dívida total." **Autoria:** Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2091, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, para tipificar novos crimes cometidos no mercado de valores mobiliários." **Autoria:** Senadora Augusta Brito (PT/CE). **Relatoria:** Senador Oriovisto Guimarães. **Relatório:** Favorável ao projeto com uma emenda apresentada. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 865, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.817, de 16 de janeiro de 2024, que estabelece diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica pública, para instituir o Índice Nacional de Valorização Docente." **Autoria:** Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 4423, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Estabelece normas gerais sobre o comércio exterior de mercadorias." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. **Relatoria:** Senador Fernando Farias. **Relatório:** Favorável ao projeto, com acolhimento parcial das emendas nºs 10 e 12 na forma de duas emendas apresentadas; e contrário as emendas nºs 1 a 9, 11, 13 e 14. **Resultado:** Retirado de pauta. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 8 de abril de 2025.

Eu comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

– Ofícios SEI nºs 11.276/2025 e 14.785/2025, do Ministério da Fazenda, que informam, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43, a publicação, no sítio do Tesouro Nacional, dos demonstrativos das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda em janeiro e fevereiro de 2025, bem como das tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;

– Ofício SEI nº 13.607/2025, Ministério da Fazenda, encaminha, nos termos do art. 4º, letra "a", da Lei 14.148, de 3 de maio de 2021, a Nota Cocad/Suara nº 50/2025, que trata sobre o Relatório de Acompanhamento do Perse e detalha os valores da redução de tributos das pessoas jurídicas habilitadas neste benefício fiscal, demonstrando a superação do limite de R$15 bilhões previstos para a fruição na competência de março de 2025;

– Ofício 5.125/2025, do Banco Central do Brasil, encaminha, em atendimento ao art. 2º da Lei 14.185, o relatório do Banco Central sobre os depósitos voluntários remunerados a prazo do quarto trimestre de 2024;

– ofícios das Câmaras Municipais de Itajaí, Santa Catarina; São Bernardo do Campo, São Paulo; Canoas, Rio Grande do Sul; que encaminham moções de apoio;

– por fim, manifestação de entidade externa InternetSul.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar autuação neste período.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A reunião de hoje terá a leitura do expediente, que já foi feita, uma breve comunicação do Presidente da Comissão, uso da palavra, se for o caso, pelos Senadores que desejarem e, em seguida, partimos para a parte deliberativa.

Antes de iniciar a deliberação de hoje desta Comissão, eu gostaria de informar, enfatizar alguns pontos da pauta, cujo desenho estamos procurando sempre compatibilizar com as prioridades que já apresentamos a V. Exas.

Assim, nós vamos precisar deliberar hoje sobre dois requerimentos, na verdade, sobre dois anteprojetos que fiz e que tramitam nesta Comissão, e a decisão será um projeto individual ou de alguém mais que queira assinar, ou será um projeto desta Comissão. Para que funcione como projeto da Comissão, que teria uma tramitação mais célere, nós teremos que votar, não é? E não há, pelo que eu tenho visto, consenso com relação a essa apreciação. De modo que eu consulto V. Exas. sobre os dois requerimentos.

É um requerimento para limitar a dívida da União. Existe um vazio legislativo com relação a isso. Em 2000, o Presidente Fernando Henrique Cardoso mandou para o Congresso Nacional um projeto de resolução, uma proposta de projeto de resolução, para limitar a dívida de estados, União e municípios. O Congresso Nacional limitou as dívidas de estados e municípios e não limitou a dívida da União. Durante muito tempo, esse projeto tramitou e foi arquivado em 2018. Nós estamos reapresentando este projeto.

E o outro anteprojeto é para que esta Comissão seja informada, obrigatoriamente, pelo Ministério da Fazenda com relação ao endividamento de estados e municípios internos. Hoje a Comissão é informada apenas sobre o endividamento externo e ela delibera sobre esse endividamento. Só que, não havendo a informação sobre o endividamento interno, fica comprometida a avaliação do endividamento externo, porque nós não levamos isso nunca em consideração.

Então, eu quero, em primeiro lugar, consultar sobre o projeto que limita a dívida: se podemos fazê-lo individualmente, como proposto por mim, ou por mais alguém que queira assiná-lo, ou se fazemos como uma proposta da Comissão.

Com a palavra o Senador Wagner, Líder do Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Pela ordem.) – Presidente, em relação ao item das informações sobre dívida dos estados, eu acho absolutamente pertinente: controla a externa e não controla a interna. E o pobre coitado do opositor que ganha a eleição fica com a conta para pagar. Então, não há nenhuma objeção sobre esse da parte do Governo.

Quanto ao outro, não há objeção. Eu confesso que teria até prazer que se tornasse um projeto da Comissão. Porém, não se tem a profundidade do mérito dele, então é difícil...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – ... que as pessoas... V. Exa. mesmo disse que quer fazer audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Eu não sei se a gente pode fazer algumas audiências públicas e, na medida em que as pessoas forem se convencendo da questão do projeto, ele se transformar nesse caminho, porque eu estou entendendo que V. Exa. quer mais celeridade.

Então, eu pondero isso com V. Exa., que é óbvio que a preocupação nesse projeto do Governo... Como V. Exa. disse, ainda no tempo do ex-Presidente Fernando Henrique, foi tentado isso e não foi conseguido. Então, eu ponderaria só com V. Exa., eu não quero ficar empatando a tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, sem problema.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Com relação à informação da dívida, não tem problema. Em relação ao outro, eu preferiria que a gente primeiro se debruçasse sobre ele para depois tomar essa decisão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Omar Aziz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em seguida, o Senador Oriovisto.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, em relação à dívida da União, para mim, tanto faz ser V. Exa. o autor ou a Comissão. Eu acho que é um debate importante que nós temos que ter aqui. Não dá para ser uma coisa açodada, até porque se trata de uma redução e isso demanda um debate bastante profundo.

Em relação a operações de crédito interno, nós estamos cansados aqui de votar matérias para que estados e municípios que estejam endividados a gente tenha que assumir, a União tenha que assumir essas dívidas. E não passa absolutamente nada, só chega para a gente depois o pepino feito, sem a gente discutir.

Hoje, as operações de crédito que são feitas com bancos – Banco do Brasil, Caixa Econômica – são operação de crédito com juros normais. Quer dizer, qualquer gestor... E este que é o grande problema de ter reeleição no país – por isso é que eu sou contra a reeleição –: é que você só pensa no seu momento. A pessoa hoje ganha a eleição e, no dia seguinte, já está pensando na reeleição dele. Não está pensando em como vai ampliar o Estado, melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Então, as duas minutas de resolução que nós temos aqui eu acho que são muito interessantes.

Eu concordo com o Senador Jaques Wagner e concordo com V. Exa., Senador.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Oriovisto, com a palavra V. Exa.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu entendo que discutir a dívida interna brasileira é o mais importante assunto que existe para esta nação hoje.

Mesmo que tenha vício inconstitucional, porque dizem que isso teria que ser uma medida oriunda do Executivo, que aquilo proposto por Fernando Henrique Cardoso já caducou porque foi arquivado e que teria um vício de origem se nós tomássemos a iniciativa, ainda assim, eu acho que a dívida tem que ser discutida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Claro que, no mérito, o grande mérito vai ser a discussão. Eu não quero entrar no mérito agora, Sr. Presidente, mas, só para dar um aperitivo, o projeto fala aqui em quatro vezes a receita corrente líquida. Isso hoje seria o Brasil dever R$5,2 trilhões. O Brasil já deve hoje R$9,968 trilhões, quase o dobro. Em 15 anos, nenhum Governo vai conseguir abaixar essa dívida nesse patamar. Mas, de novo, não vou discutir o mérito, não é?

Outra coisa que temos que pensar é que nós falamos sempre em déficit primário, uma invenção brasileira que não faz nenhum sentido. Nós temos que falar em déficit nominal. Esta é a questão: déficit nominal, colocar o guizo no rabo do gato. O problema é o déficit nominal. Se nós ficássemos aqui com superávit primário e fôssemos fazer uma conta assim tola, com R$300 bilhões de superávit primário, a dívida continuaria crescendo assustadoramente ainda. Só de juro nós deveremos pagar neste ano R$1,5 trilhão, é 15% sobre R$10 trilhões, simples assim.

Agora, tudo isso tem solução? Tem. Não sei se demora 15 anos, 20 anos ou 50 anos, mas eu acho que é nossa obrigação apontar um caminho para a solução disso. Que seja em 50 anos, mas tem que ter um caminho para que o déficit nominal seja zero, ou seja de R$1 o superávit nominal, porque, enquanto estivermos falando em déficit primário e não em déficit nominal, a dívida vai continuar crescendo.

Mas, enfim, quero dizer que tem meu total apoio. Nós temos que discutir essa questão da dívida interna. Isso é fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Então, pelo que eu entendi, o projeto que obriga a Fazenda a prestar informações à Comissão de Assuntos Econômicos com relação ao endividamento, com relação às operações de crédito será assinado por esta Comissão e terá, consequentemente, uma tramitação mais célere. E o projeto que limita a dívida da União será assinado inicialmente por mim, mas o projeto ficará sobre a mesa, para que qualquer outro Senador que desejar assiná-lo, por favor o faça.

Senador Rogério Carvalho, com a palavra V. Exa..

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, eu acho que esse tema é extremamente pertinente, óbvio, mas eu tenho uma preocupação anterior, porque parte da nossa dívida não é de origem fiscal. Quando a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

olha para a dívida bruta brasileira, que a gente fala em 75% em relação ao PIB, mais de 10% dessa dívida não tem origem em déficit fiscal, ela é uma dívida monetária. Portanto, quando você vai olhar a dívida líquida, você diminui e abate 10%, porque são operações compromissadas, ou seja, são títulos da dívida pública que são emitidos, de curto prazo, para fazer gestão de liquidez interbancária.

Portanto, nós precisamos ter uma solução para essa questão, porque a dívida bruta e a dívida líquida... Se a gente tira as operações compromissadas, que são dívidas de origem monetária, e se o Banco Central tem autonomia e ele é o gestor monetário, ele precisa apresentar uma solução para que a gente possa resolver essa questão. Isso nos daria uma redução da dívida bruta, certo? E com isso, diminui a pressão sobre juros, diminuem todas as consequências de uma dívida de 75% passando a ser 64, 63% do PIB.

Então, esse é um tema que a gente precisa também trazer para esta Comissão e aprofundar este debate o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Tá.

Item primeiro da pauta. Passamos à parte deliberativa da reunião... (*Pausa.*)

O projeto de limite da dívida será assinado individualmente. Os Senadores que, por favor, desejarem assinar, que o façam. E o segundo projeto de informações com relação às operações de crédito tramitará como um projeto da Comissão de Assuntos Econômicos.

Item 1 da pauta.

2ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 5011, DE 2019

- Não terminativo -

Institui o Programa Nacional do Livro Técnico e Profissionalizante (PNLTP).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela CE.

2. Em 08/4/2025, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do senador Rogério Carvalho.

Eu tenho a honra de conceder a palavra a V. Exa.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (S/Partido - PB. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Cumprimentando V. Exa., Senador Renan Calheiros, cumprimento meus colegas Senadores e todos que aqui nos acompanham, bem como quem nos acompanha pela TV Senado.

Sr. Presidente, eu vou pedir para ir direto à leitura do relatório por força também... Está havendo audiência pública do Código Eleitoral e do tema... Agora, nesse início, será a participação feminina. Agradeço.

Trata-se, da Comissão de Assuntos Econômicos, do Projeto nº 5011, de 2019, da Câmara dos Deputados, que institui o Programa Nacional do Livro Técnico e Profissionalizante.

Análise.

Compete a esta Comissão, nos termos do inciso I do art. 99 do Regimento Interno, examinar a matéria sobre seus aspectos econômicos e financeiros e sobre ela emitir parecer.

O projeto será ainda apreciado pela Comissão de Educação, onde será analisado em profundidade o mérito da proposta.

Relativamente à constitucionalidade, não há empecilho quanto à iniciativa dessa lei por membro do Senado Federal, nos termos do art. 61 da Constituição Federal, visto não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República. O projeto não cria órgão público nem dispõe sobre suas atribuições, apenas legisla sobre políticas públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também não há óbice quanto à atribuição do Congresso Nacional para dispor sobre matéria de competência da União referente à educação, nos termos do inciso IX do art. 24, combinado com o art. 48, ambos da Lei Maior.

No tocante à juridicidade, o projeto possui os atributos de novidade, abstração, generalidade e potencial coercibilidade, sendo compatível com o ordenamento jurídico vigente.

A proposição também atende aos requisitos de técnica legislativa, em especial da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração e a redação das leis.

No tocante à adequação financeiro-orçamentária do projeto, é necessário atender às disposições legais e constitucionais a respeito do controle de receitas e despesas públicas.

Mais especificamente, o art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias requer que proposições legislativas que criem ou alterem despesa obrigatória deverão vir acompanhadas da estimativa de seu impacto orçamentário e financeiro. Essa exigência também consta da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em relação à emenda apresentada, acolhemos a proposta do Senador Rogério Carvalho como emenda de redação.

O projeto institui um programa que deverá ser executado com recursos do Orçamento Geral da União, possivelmente operacionalizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. No entanto, não vemos aqui a criação de nova despesa, mas tão somente uma programação que deverá ser incorporada ao orçamento desse fundo, fazendo-se os ajustes necessários quando da elaboração da proposta orçamentária a ser encaminhada ao Congresso Nacional.

Nesse sentido, acreditamos que a inclusão da expressão "conforme disponibilidade financeiro-orçamentária" melhora a redação do art. 3º, de modo a deixá-lo mais claro e garantir que o PNLTP seja executado quando houver recursos efetivamente previstos no orçamento.

Por essa razão, Sr. Presidente, diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.011, de 2019, com a Emenda de Redação nº 1, da Comissão de Assuntos Econômicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A matéria está em discussão.

Eu gostaria de informar que essa matéria será apreciada ainda pela Comissão de Educação e que, em 08/04/2025, foi recebida a Emenda nº 1, do Senador Rogério Carvalho.

Não havendo quem queira...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para discutir.) – Só quero agradecer à Senadora Daniella por incorporar a emenda.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não havendo quem queira discutir a matéria, encerro a discussão e passamos à votação.

A votação será simbólica, em função do relatório apresentado.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão de Assuntos Econômicos, favorável ao projeto, com a Emenda de Redação nº 1, da Comissão de Assuntos Econômicos.

A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura.

Muito obrigado, Senadora Daniella Ribeiro. (*Pausa.*)

A Secretaria recebeu dos respectivos Relatores solicitação de retirada dos seguintes itens da pauta:

Item 2 da pauta.

2ª PARTE

ITEM 2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 79, DE 2020

- Não terminativo -

Altera os Decretos-Leis nº 6.246, de 5 de fevereiro de 1944, nº 9.403, de 25 de junho de 1946, e nº 1.305, de 8 de janeiro de 1974, e as Leis nº 5.461, de 25 de junho de 1968, e nº 8.706, de 14 de setembro de 1993, para determinar que as contribuições de todos os trabalhadores em transporte e dos transportadores autônomos sejam recolhidas em favor do Serviços Social do Transporte (SEST) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT).

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Favorável à matéria, nos termos do substitutivo apresentado.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela CAS, em decisão terminativa.

O Relator deste projeto é o Senador Laércio.

Para o item 3 da pauta, também houve um pedido de retirada.

2ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 1558, DE 2022

- Não terminativo -

Esta Lei dispõe sobre o uso do Cadastro Positivo para concessão de descontos e benefícios pecuniários para os cidadãos que são adimplentes em seus financiamentos que usam recursos públicos e já amortizaram mais de 75% da dívida total.

Autoria: Senador Eduardo Braga (MDB/AM)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela CCT, em decisão terminativa.

A Relatora é a Senadora Dorinha.

Item 4 da pauta.

2ª PARTE

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2091, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, para tipificar novos crimes cometidos no mercado de valores mobiliários.

Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE)

Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães

Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda apresentada.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela CCJ, em decisão terminativa.

O Relator é o Senador Oriovisto Guimarães.

Item 5.

2ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 865, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 14.817, de 16 de janeiro de 2024, que estabelece diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica pública, para instituir o Índice Nacional de Valorização Docente.

Autoria: Senador Marcelo Castro (MDB/PI)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela CE, em decisão terminativa.

A Relatora é a Senadora Professora Dorinha.

A Presidência defere os pedidos de retirada de pauta dos itens 2 a 5. (*Pausa.*)

Item 6 da pauta.

2ª PARTE

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 4423, DE 2024

- Não terminativo -

Estabelece normas gerais sobre o comércio exterior de mercadorias.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Relatoria: Senador Fernando Farias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao projeto, com acolhimento parcial das emendas nºs 10 e 12 na forma de duas emendas apresentadas; e contrário as emendas nºs 1 a 9, 11, 13 e 14.

Observações:

1- Em 31/3/2025, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do senador Mecias de Jesus.

2- Em 2/4/2025, foram recebidas as Emendas nº 2 a 9, de autoria do senador Hamilton Mourão.

3- Em 3/4/2025, foram recebidas as Emendas nº 10 a 14, de autoria do senador Eduardo Girão.

Com a palavra o Senador Fernando Farias, Relator da matéria.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – Presidente, eu solicito para estender a retirada de pauta, porque esse é um projeto que pegou uma dimensão maior. Ele requer conversar muito com a Receita, com a Fazenda, Defesa, e o tempo não foi suficiente. Então, eu peço para estender a retirada de pauta a ele.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Esse projeto é um projeto muito importante, fundamental, porque consolida e atualiza toda a legislação de comércio exterior...

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – E, realmente, eu preciso de mais tempo porque pegou uma demanda muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... no momento em que o mundo está explodindo em função das tarifas elevadas do Governo norte-americano.

Então, esse projeto foi retirado de pauta.

Houve um adicional pedido do Senador Omar Aziz, que tem preocupação com relação também à questão da Zona Franca.

Submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 4ª Reunião, realizada em 1º de abril.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata, que será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço mais uma vez a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 52 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e vinte e oito minutos do dia dezenove de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Marcelo Castro e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Veneziano Vital do Rêgo, Flávio Arns, Otto Alencar, Nelsinho Trad, Humberto Costa, Fabiano Contarato, Teresa Leitão, Leila Barros, Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Flávio Bolsonaro, Fernando Dueire e Alessandro Vieira, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Romário, Wilder Morais e Ana Paula Lobato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação dos trabalhos e eleição da presidência e da vice-presidência da Comissão de Assuntos Sociais para o biênio 2025/2026. **Resultado:** Comissão instalada. Eleitos para presidente o Senador Marcelo Castro e para vice-presidente a Senadora Dra. Eudócia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/02/19

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a instalação dos trabalhos e a eleição da Presidência e da Vice-Presidência da Comissão para o biênio 2025-2026.

Tendo em vista a indicação, pela Liderança do MDB, do Senador Marcelo Castro para a Presidência; e a indicação, pela Liderança do PL, da Senadora Dra. Eudócia para a Vice-Presidência, e tendo sido essa a única chapa apresentada até o momento...

Se o Plenário ficar em silêncio me ajuda muito, viu?

Consulto...

Agora, vamos já para os encaminhamentos, não é?

Consulto o Plenário sobre a possibilidade de realizar uma eleição por aclamação. (*Pausa.*)

Pelo que percebi, o.k. Vamos em frente!

As Senadoras e os Senadores que concordam com a proposta queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a proposta.

Consulto o Plenário sobre a aprovação da chapa registrada.

As Senadoras e os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovada, com as minhas palmas de imediato. (*Palmas.*)

Assim, declaro eleitos o Senador Marcelo Castro Presidente; e a Senadora Dra. Eudócia Vice-Presidenta da Comissão de Assuntos Sociais.

Convido de imediato os Senadores recém-eleitos a ocuparem os seus lugares à mesa e em seguida a usarem a palavra.

Pronto, Presidente! Missão cumprida. (*Pausa.*)

Eu só queria fazer uma observação de eu só justificar que, como eu sou o mais novo do Senado... Acho que somos os dois mais novos... Eu terei que abrir mais duas Comissões, por ser o mais idoso, com muito orgulho. Assim, Presidente, eu só vou esperar a sua fala e depois eu...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Eu só queria fazer uma observação em relação a que V. Exa. é muito mais idoso que eu também, porque V. Exa. é de maio e eu sou de novembro. Então é muito mais tempo. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Para discursar.) – Bom, eu queria em primeiro lugar agradecer aos meus pares, que me elegeram aqui, a mim e à Eudócia, por aclamação; agradecer ao meu partido, o MDB, e ao nosso Líder Eduardo Braga, que me indicou para essa missão tão importante.

Eu fiz um pequeno pronunciamento, que eu vou ler aqui, e espero ter sintetizado, Senador Flávio Arns e Senador Paim, o meu compromisso com esta Comissão aqui para os próximos dois anos.

Então, Sras. e Srs. Senadores, é com grande honra e senso de responsabilidade que assumo hoje a Presidência da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal. Tenho plena consciência da relevância desta Comissão, que trata de temas fundamentais para a vida de todos os brasileiros, como saúde, trabalho, previdência, assistência social e qualidade de vida.

Vivemos tempos em que o diálogo, a empatia e o compromisso com as necessidades da população devem ser a base de toda a nossa atuação. Meu compromisso é conduzir os trabalhos desta Comissão com transparência, equilíbrio e dedicação, buscando sempre construir consensos e promover debates que resultem em avanços concretos para a sociedade. Portanto, pretendo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao lado das ilustres e dos ilustres colegas Senadores, ouvir as vozes que ecoam de todos os cantos do nosso país, trabalhadores, profissionais da saúde, representantes sociais e a população em geral. São essas vozes que nos lembram diariamente do verdadeiro propósito desta Casa, Senador Paim: servir ao povo brasileiro. Vamos trabalhar para fortalecer políticas públicas que ampliem direitos, promovam inclusão e garantam dignidade a todos. Que a Comissão de Assuntos Sociais continue sendo um espaço de escuta, de construção de soluções e de esperança.

Convido a todos para, juntos, fazermos desta gestão um período de avanços concretos, com responsabilidade social e compromisso com um Brasil mais justo e solidário.

Muito obrigado a todos.

Esse é o nosso compromisso. (*Palmas.*)

E terei imenso prazer de, nesses próximos dois anos, conviver com essas honradas pessoas aqui que fazem parte da nossa Comissão, porque são 41 membros, 21 titulares e 21 suplentes – não vou citar o nome de cada um, está exposto aí, todos estão sabendo –, que são pessoas da mais alta qualificação. E nós vamos procurar aqui sempre fazer os debates mais francos, mais transparentes, sempre buscando consenso e as melhores soluções para ajudar o nosso país e o nosso povo.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

Nada mais havendo a tratar, declaro...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Flávio Arns, V. Exa. tem a palavra. Desculpe.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Eu gostaria, Sr. Presidente – até o Senador Paulo Paim está se retirando – de cumprimentá-lo por ter conduzido essa aclamação.

E quero dizer para o Brasil que V. Exa., além de ser Senador, tem um trabalho muito importante já no decorrer dos anos, inclusive tendo presidido a Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anteriormente ao meu período. E esta Comissão, a CAS, como V. Exa. colocou – saúde, previdência, assistência, trabalho, dignidade para o ser humano –, é uma Comissão das mais importantes, é o drama da pessoa na saúde, na promoção da família, da criança, o CadÚnico, o trabalho, que é o sinal de realização do ser humano, a previdência, que é um desafio permanente em nossa sociedade.

Então, eu quero parabenizar V. Exa., assim como a Vice-Presidente, representante do Estado de Alagoas, e naturalmente me colocar à disposição, assim como, tenho certeza, os demais membros da Comissão, para fazermos um trabalho que aponte para caminhos, soluções – porque o Brasil precisa disso –, dentro de um diálogo, de um entendimento, do debate, da discussão, que tem que, como V. Exa. colocou, nortear os nossos trabalhos.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns. Nós vamos precisar da ajuda de todos. Vai ser uma gestão compartilhada, vamos dividir tarefas e eu não tenho a menor dúvida de que contarei com apoio decisivo, com a cultura, com o saber, com o conhecimento e a determinação que V. Exa. tem de ajudar o nosso país. Não tenho dúvida de que V. Ex. será uma peça fundamental nesses próximos dois anos de convivência nossa aqui na Casa.

E, nada mais a ver da tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 09 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 09 horas e 37 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia doze de março de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Fernando Dueire, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Nelsinho Trad, Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Romário, Wilder Morais, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Humberto Costa, Fabiano Contarato, Teresa Leitão, Leila Barros, Laércio Oliveira, Damares Alves e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Eliziane Gama, Augusta Brito, Weverton, Marcos do Val e Wellington Fagundes, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jussara Lima, Mara Gabrilli, Paulo Paim, Ana Paula Lobato e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 119, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para estabelecer a atenção humanizada como princípio no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS (de redação). **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 610, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Institui a Campanha Nacional de Incentivo à Doação de Cabelo a Pessoas Carentes em Tratamento de Câncer e Vítimas de Escalpelamento." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS (de redação). **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1739, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta § 8º ao art. 11 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, para estabelecer a inaplicabilidade do limite de dedução do imposto devido na declaração de rendimentos, na hipótese de contribuição adicional para equacionamento de resultado deficitário dos planos de benefícios de entidade fechada de previdência complementar." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator para reexame. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4928, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.069,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para dispor sobre o direito da criança e do adolescente à saúde mental." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1-CDH e 2-CDH. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1-CDH-CAS e 2-CDH-CAS. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2360, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências, para incluir entre as hipóteses de movimentação da conta vinculada o acometimento do trabalhador ou de dependente por esclerose múltipla ou esclerose lateral amiotrófica." **Autoria:** Senador Fernando Dueire (MDB/PE). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1062, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências, para introduzir a disponibilidade de creches para filhos e tutelados de estudantes, professores e demais funcionários, como um dos critérios de avaliação das instituições de educação superior." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO/AL). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Educação e Cultura, em decisão terminativa. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 375, de 2023 - Terminativo -** que: "Modifica a Lei nº 14.457 de 21 de setembro de 2022 para a facilitação da inserção no mercado de trabalho, de mulheres acima de 50 (cinquenta) anos." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CDH. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator para reexame. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 4798, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para explicitar que as atividades preventivas previstas no âmbito das ações de promoção e proteção da saúde incluem a realização de programas de incentivo ao envelhecimento saudável." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-T. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 114, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 111/2024 - CAS sejam incluídos os convidados que especifica." **Autoria:** Senador Laércio Oliveira (PP/SE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Comissão de Assuntos Sociais n° 116, de 2024 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de audiências públicas com o objetivo de tratar do fortalecimento das Instituições Filantrópicas e promover o diálogo entre Governo, Setor Privado e Especialistas visando a inovação, sustentabilidade e gestão eficiente no setor de saúde." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 1, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater acerca das vantagens e/ou desvantagens da realização do exame de mamografia e riscos da radiação em mulheres a partir de 40 anos para detecção do câncer de mama." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 3, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o tema do PL 499 de 2025, que Altera a Lei nº11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino, da mama, e colorretal no âmbito do Sistema único de Saúde (SUS), para assegurar às mulheres a partir dos quarenta anos de idade do direito à realização anual de mamografia para o rastreamento do câncer de mama." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 4, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as recentes decisões da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que têm gerado grande repercussão e preocupação na sociedade brasileira. O objetivo desta audiência é esclarecer as medidas adotadas pela agência e discutir eventuais impactos sobre os usuários de planos de saúde." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 6, de 2025** que: "Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao REQ 3/2025-CAS, que na Audiência Pública objeto do referido requerimento sejam incluídos os convidados que especifica." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 5, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, no dia 14 de maio, data que marca o Dia Nacional da Conscientização das Doenças Cardiovasculares na Mulher, com o objetivo de discutir os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diversos fatores que apontam para a necessidade da tomada de consciência sobre esse importante tema para toda a sociedade brasileira." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/03/12

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário Oficial do Senado*.

Comunico às Sras. e aos Srs. Senadores o recebimento dos seguintes expedientes:

- Aviso nº 1.001, de 2024, do Tribunal de Contas da União, o qual encaminha cópia do Acórdão nº 2.470, de 2024, que trata de auditoria operacional realizada com o objetivo de analisar as políticas públicas para a transição da matriz energética brasileira;

- Cópia do Ofício nº 4.681, de 2024, do Conselho Federal de Enfermagem, o qual solicita a criação da carreira federal para profissionais de enfermagem na área indígena;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Cópia do Ofício nº 3.046, de 2024, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, que encaminha relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias sobre a situação econômica e financeira das santas casas do Estado de São Paulo;

- Cópia de documento do Conselho Regional de Administração do Rio de Janeiro contendo análises sobre a adesão de profissionais liberais aos planos de saúde coletivos;

- Cópia de ofícios e moções de Câmaras Municipais, institutos e entidades, contendo considerações sobre questões trabalhistas e temas relacionados à saúde.

Os expedientes encontram à disposição na Secretaria desta Comissão. (*Pausa.*)

Fica consignado o prazo de 15 dias para a manifestação das Sras. e dos Srs. Senadores, a fim de que sejam analisados pelo Colegiado.

Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados ao final do prazo.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião contará com a possibilidade de as Sras. Senadoras e de os Srs. Senadores votarem, por meio do aplicativo Senado Digital, nas deliberações nominais como nas matérias terminativas.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Informo que os itens 3 e 7, Projetos de Lei nºs 1.739, de 2024, e 375, de 2023, foram retirados de pauta, a pedido dos Relatores Senadores Humberto Costa e Dr. Hiran, para reexame.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 1739, DE 2024

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acrescenta § 8º ao art. 11 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, para estabelecer a inaplicabilidade do limite de dedução do imposto devido na declaração de rendimentos, na hipótese de contribuição adicional para equacionamento de resultado deficitário dos planos de benefícios de entidade fechada de previdência complementar.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

1- Em 11/12/2024, foi concedida vista ao Senador Dr. Hiran, nos termos regimentais.

2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 375, DE 2023

- Terminativo -

Modifica a Lei nº 14.457 de 21 de setembro de 2022 para a facilitação da inserção no mercado de trabalho, de mulheres acima de 50 (cinquenta) anos.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CDH.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.)

Com a palavra V. Exa.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Eu gostaria só de fazer um pleito a V. Exa., se V. Exa. concordar e os demais Senadores e Senadoras: que pudesse haver uma inversão de pauta. É porque estou relatando os nºs 4 e 5 da pauta e, daqui a pouco, eu presido a Comissão da CCT. E me parece que são assuntos bem pacíficos também.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – São os itens 4 e 5, não é?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. *Fora do microfone*.) – Tenho só um requerimento. Eu só vou ler.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Tudo bem. Então a gente leria o requerimento do Senador Nelsinho...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... e, em seguida, eu farei a inversão da pauta.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Presidente...

Presidente Marcelo, aqui.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Ah, pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Pela ordem.) – Presidente, eu cheguei há pouco. Não sei se o requerimento que eu fiz, solicitando audiência pública para discutir a questão do câncer de mama, foi lido. Se puder...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, não, estamos começando agora e não foi lido nada ainda.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Mas vão inverter a pauta e o requerimento vai ficar para o final? Aí, com o requerimento para o final, é cansativo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Sim.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então, vão inverter a pauta e o requerimento fica para o final?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vamos seguir a sequência.

Há um requerimento aqui do Senador Nelsinho Trad, oral, pedindo para relatar o item 13.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. *Fora do microfone*.) – É só ler, não é relatar, não.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Aí, em seguida, vão ler o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Depois, há a inversão de pauta para os itens 4 e 5, porque o Senador Flávio Arns vai presidir uma outra Comissão. Em seguida a gente segue a pauta normal dos itens 1 ao 13.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O.k. É porque eu ainda estou em outras quatro Comissões e fico preocupado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Quarta-feira é assim... (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos ao item 13 da pauta.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 4, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as recentes decisões da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que têm gerado grande repercussão e preocupação na sociedade brasileira. O objetivo desta audiência é esclarecer as medidas adotadas pela agência e discutir eventuais impactos sobre os usuários de planos de saúde.

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)

Passo a palavra ao nobre Senador para a leitura do seu requerimento.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Para encaminhar.) – Presidente Marcelo Castro, quero antes parabenizá-lo por estar na Presidência da Comissão de Assuntos Sociais, muito pertinente ao trabalho que V. Exa. desenvolve aqui dentro, e agradecer à Senadora Zenaide – autora do requerimento do item 1 –, que abriu mão para que eu pudesse ler este parágrafo.

E quero informar ao Senador Plínio que este requerimento aqui, se não me engano – e V. Exa. pode ver –, pode abrigar a intenção de S. Exa. no seu requerimento.

Este requerimento, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado, pede a realização de duas audiências públicas com o objetivo de debater as recentes decisões da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que têm gerado grande repercussão e preocupação na sociedade brasileira.

O objetivo desta audiência é esclarecer as medidas adotadas pela agência e discutir eventuais impactos sobre os usuários de planos de saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS); representante do Ministério da Saúde; da Defensoria Pública da União; da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão; da Secretaria Nacional do Consumidor; do Instituto Brasileiro de Direito do Consumidor; da Associação de Defesa dos Usuários de Seguros, Planos e Sistemas de Saúde; representante da Associação dos Servidores e demais Trabalhadores da Agência Nacional de Saúde Suplementar; da Federação Nacional de Saúde Suplementar; da Associação Brasileira de Planos de Saúde...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. *Fazendo soar a campainha*.) – Por favor... (*Fora do microfone.*)

Façam silêncio, por obséquio.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Prossigo: da Sra. Ligia Bahia, Doutora em Saúde Pública; e do Sr. Mario Scheffer, Doutor em Ciências da Saúde.

Era esse o requerimento.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Pela ordem.) – Presidente, como o Senador Nelsinho citou, não contempla, não, a minha audiência pública. A nossa não envolve plano de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não tem problema, não.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A nossa envolve só setores do Governo e setores médicos especialistas em câncer, que defendem que o câncer de mama deve ser feito em mulheres a partir de 40 anos.

Nesse sentido, eu tenho um projeto de lei já tramitando.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeito.

Em votação o requerimento de autoria do nobre Senador Nelsinho Trad.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Pausa.*)

Vamos ao item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 4928, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para dispor sobre o direito da criança e do adolescente à saúde mental.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1-CDH e 2-CDH.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao projeto.

2- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Concedo a palavra ao nobre Senador Flávio Arns para a leitura do seu relatório.

Com a palavra V. Exa.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Agradeço, Sr. Presidente, e passo diretamente à análise, se V. Exa. permitir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer também que o projeto de lei está de acordo com todas as normativas legais.

Em relação ao mérito, pontuamos que as informações e dados trazidos pelo parecer da CDH – que evidenciam o crescimento de suicídios na população infantojuvenil brasileira entre 2000 e 2019, ao passo que esse tipo de óbito teve redução em escala global nesse mesmo período – apontam que a atenção à saúde mental nessa faixa etária é um grande desafio para a saúde pública.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. *Fazendo soar a campainha*.) – Por favor, mais uma vez, façam silêncio aí, por obséquio.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Estimativas globais indicam que um em cada sete adolescentes de 10 a 19 anos sofrem de algum tipo de transtorno mental, sendo a depressão e os transtornos de ansiedade as condições mais frequentes.

Especificamente em relação às mortes autoprovocadas, que representam o pior desfecho e são o evento sobre o qual há mais dados disponíveis, o país já havia instituído as Diretrizes Nacionais para Prevenção do Suicídio, desde a edição da Portaria 1.876, de 2006, do Ministério da Saúde. Ademais, desde 2011, a notificação de tentativas e óbitos dessa natureza é obrigatória.

O Ministério da Saúde publicou, em 2017, o primeiro boletim epidemiológico sobre as tentativas e os óbitos por suicídio no Brasil, destacando o alto índice de mortalidade por essa causa entre os homens idosos, os jovens, principalmente do sexo masculino, e os indígenas. Entre os jovens de 15 a 29 anos, o suicídio era maior entre os homens, com taxa de nove mortos por 100 mil habitantes. Entre as mulheres, o índice era quatro vezes menor: 2,4 por 100 mil. Na população indígena, a faixa etária de 10 a 19 anos concentrava 44,8% dos óbitos.

Esses dados mostraram...

Desculpe, vamos adiante inclusive. Em 2022, o Boletim Epidemiológico nº 37 trouxe investigação a respeito do suicídio em adolescentes – faixa etária de 10 a 19 anos – no Brasil, com dados relativos aos anos de 2016 a 2021. O número total de óbitos por suicídio nesse grupo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

populacional no período analisado foi de 6.588, com maior frequência na faixa etária de 15 a 19 anos e aumento de 49,3% na taxa de mortalidade nesse mesmo recorte etário.

Enfim, já em 2024, o Ministério da Saúde publicou o Boletim Epidemiológico nº 4, que semelhantemente destaca as maiores taxas de suicídio entre homens, especialmente os idosos, indígenas e adolescentes de 15 a 19 anos, faixa etária em que esse evento representa a terceira maior causa de mortalidade, ficando atrás apenas das agressões e dos acidentes de transporte terrestre.

Fato demonstrado pelos boletins epidemiológicos mencionados e bastante divulgado pela literatura especializada é o chamado "paradoxo de gênero da suicidalidade": a ideação suicida e a tentativa de suicídio são maiores no sexo feminino, embora a consumação do suicídio – e, portanto, a mortalidade por essa causa – seja mais frequente no sexo masculino. Observe-se que a prevalência de afecções mentais, notadamente depressão, também é superior entre as mulheres, inclusive na adolescência.

Sobre as lesões e mortes autoprovocadas, enfatizamos que a preocupação em relação ao Brasil reside no fato de que, apesar de termos taxa de suicídios inferior à média global, as estatísticas nacionais indicam uma tendência de aumento.

Assim, em todos os boletins epidemiológicos citados, ressalta-se que é preciso fortalecer as ações de prevenção dos transtornos mentais e de promoção da saúde mental no Brasil, bem como a expansão da Rede de Atenção Psicossocial, que é provida pelo SUS.

Com efeito, a saúde pública já conta com uma organização robusta de atenção à saúde mental com boa capilaridade no território nacional, cuja estrutura mais conhecida são os Centros de Atenção Psicossocial (Caps).

Ademais, nessa organização, aos municípios é facultado criar unidades na modalidade de Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (Capsi), que atende crianças e adolescentes que apresentam prioritariamente intenso sofrimento psíquico decorrente de transtornos mentais graves e persistentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, como se pode notar, o projeto em comento visa a combater um problema real de saúde na juventude brasileira, por meio da organização de programa de intervenção que, felizmente, já é conduzido pelo SUS, o que demonstra compatibilidade e harmonia da propositura com a legislação e com os critérios sanitários atualizados.

Dessa forma, somos favoráveis a seu aproveitamento, até porque a explicitação em lei de que o SUS deve disponibilizar às crianças e aos adolescentes programas de saúde mental para a prevenção e o tratamento de transtornos mentais traz perenidade à operação da Rede de Atenção Psicossocial, instalada na saúde pública.

Consideramos pertinentes também as duas emendas oferecidas pela CDH ao texto.

Assim, Sr. Presidente, em função do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.928, de 2023, e das Emendas nºs 1 e 2, da CDH.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão o parecer do nobre Senador Flávio Arns.

Com a palavra a nobre Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Eu quero aqui parabenizar a nossa Senadora Damares, o nosso Relator. A gente precisa ampliar os Caps infantis mesmo. A grande maioria das cidades menores – de médio e de pequeno porte – ainda não têm, Flávio.

Nós precisamos não só ampliar esse atendimento, é importante chamar a atenção para isso, e o SUS tem que financiar, porque um Caps Infantil normalmente tem que ter o psiquiatra ou um neuropsiquiatra, pessoas especializadas. É bom chamar a atenção porque, das doenças, das patologias mentais, as crianças também são acometidas. É terminativo aqui?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Aí chamo a atenção de todos os Parlamentares, porque mais uma vez nós vamos falar: é um projeto de lei salutar, é importante, mas precisamos colocar isso aqui no Orçamento, porque para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

construir e equipar é até fácil, é mais fácil hoje, com emendas, emendas individuais e de bancada; agora, para manter... Nós vamos lidar com especialistas, e, como o nosso Presidente sabe, não é tão simples. Mas é importante que esteja na lei, porque aí fica mais fácil de correr atrás do financiamento.

Parabéns, Flávio, e parabéns à Senadora Damares por transformar isso aqui em lei.

E chamo a atenção dos Parlamentares: vamos estender, ampliar, capilarizar esses planos, porque as cidades de médio e pequeno porte ainda não têm Caps Infantil, a maioria fica no Caps AD, de droga e álcool, e de adultos, o psicossocial adulto.

Sou favorável.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Muito bem.

Não havendo mais quem queira discutir o projeto, declaro encerrada a discussão e o submeto à votação nominal.

Então, peço à Mesa que abra a votação nominal, para fazermos a votação eletrônica.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vamos ao próximo item da pauta, não terminativo. Enquanto os Senadores e as Senadoras estão votando, a gente vai dando seguimento aqui à pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 2360, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências, para incluir entre as hipóteses de movimentação da conta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vinculada o acometimento do trabalhador ou de dependente por esclerose múltipla ou esclerose lateral amiotrófica.

Autoria: Senador Fernando Dueire (MDB/PE)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao nobre Senador Flávio Arns para a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Agradeço de novo, Sr. Presidente.

Passo diretamente à análise, porque o relatório já foi distribuído.

Quero parabenizar o Senador Fernando Dueire, que é uma pessoa extremamente focada também nos direitos das pessoas que apresentam problemas de saúde, particularmente doenças raras. Então, é um projeto muito importante, que está de acordo com a legislação vigente.

A esclerose múltipla é uma condição autoimune que afeta o sistema nervoso central, levando a uma ampla gama de sintomas neurológicos que podem variar desde dificuldades motoras até problemas cognitivos e visuais.

Só um minutinho, Sr. Presidente. Só um minutinho porque aqui saiu um pouquinho da... (*Pausa.*)

De acordo com a Associação Brasileira de Esclerose Múltipla, a doença acomete aproximadamente 40 mil brasileiros e frequentemente requer tratamento contínuo e especializado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A esclerose lateral amiotrófica (ELA), por sua vez, é uma doença neurodegenerativa e progressiva que resulta em paralisia muscular e falência respiratória, com uma expectativa de vida média de três a cinco anos após o diagnóstico.

Ambas as condições são incuráveis e exigem tratamentos e cuidados caros – incuráveis por enquanto; Deus queira que a gente ache uma solução, como vêm sendo achadas as soluções para outras doenças neurológicas também –, frequentemente não cobertos integralmente pelo SUS ou por planos de saúde privados. Ademais, os custos associados ao tratamento e ao suporte necessário para pacientes com esclerose múltipla e ELA são elevados e podem sobrecarregar e sobrecarregam financeiramente as famílias. Assim, o acesso aos recursos do FGTS representaria um alívio financeiro para as famílias afetadas, ajudando, inclusive, a cobrir os gastos com o tratamento.

Além disso, a aprovação do projeto de lei, com a inclusão dessas doenças na lista de motivos para movimentação do FGTS, permitirá acesso direto e célere aos recursos disponíveis em conta vinculada, evitando a morosidade dos processos judiciais.

Dessa forma, o projeto apresentado, ao reconhecer as necessidades específicas dos portadores de esclerose múltipla e de esclerose lateral amiotrófica, está em plena conformidade com o princípio da dignidade humana e alinha-se aos direitos fundamentais à saúde e à proteção social previstos na Constituição Federal.

Por fim, visando adequar o projeto aos princípios da técnica legislativa brasileira, consagrados na Lei Complementar 95, de 1995, apresentamos emenda de redação ao art. 1º do PL nº 2.360, de 2024, para fins de constar, tão somente, a explicação do termo FGTS.

Assim, Sr. Presidente, ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.360, de 2024, com a emenda de redação já mencionada e escrita no relatório.

Eu só quero dizer que hoje, inclusive, neste horário, está acontecendo uma sessão solene do Congresso Nacional relacionada ao tema de doenças raras, que foi no dia 28 de fevereiro. A data é 29 de fevereiro, por ser uma data rara também, mas, como neste ano não temos 29 de fevereiro, foi em 28 de fevereiro. Mas a sessão solene até é uma homenagem que estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prestando aqui para a esclerose múltipla e esclerose lateral amiotrófica, dando apoio e também uma circunstância para auxiliar as famílias nesse sentido de poderem ter acesso ao FGTS.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Nós é que agradecemos, nobre Senador Flávio Arns.

Coloco em discussão o parecer do nobre Senador Flávio Arns. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, submeto à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAS.

A matéria vai à CAE.

Vamos agora à pauta normal.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 119, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para estabelecer a atenção humanizada como princípio no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra à nobre Senadora Zenaide Maia para a leitura do seu relatório.

Com a palavra V. Exa.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Como Relatora.) – Sr. Presidente, eu queria pedir licença para ir direto à análise.

De acordo com o inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS opinar sobre proteção e defesa da saúde e competências do SUS. Desse modo, a proposição sob análise, que acrescenta a atenção humanizada como princípio do sistema, é pertinente à temática desta Comissão.

A proposição trata de matéria – proteção e defesa da saúde – que está inserida na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, conforme dispõe o inciso XII do art. 24 da Constituição Federal. Também está de acordo com os comandos constitucionais relativos às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade da iniciativa legislativa dos Parlamentares (art. 61, da CF). Portanto, não vislumbramos óbices quanto à constitucionalidade da proposta. O projeto de lei também atende aos requisitos de juridicidade, inclusive quanto à técnica legislativa, e à regimentalidade.

No que tange ao mérito, o tema da humanização da atenção à saúde ganhou relevância em 2003, com a publicação da Política Nacional de Humanização pelo Ministério da Saúde. A PNH foi criada com os objetivos de melhorar a qualidade e de dar dignidade ao cuidado em saúde no SUS, com ações relacionadas à atenção e à gestão da saúde, visando à mudança dos processos de trabalho no sentido de aprimorar o cuidado ao usuário do sistema.

A partir da publicação dessa política, várias normas infralegais do SUS passaram a incorporar o princípio da humanização, a exemplo do Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Conforme o art. 38 do decreto, a humanização é definida como fator determinante para o estabelecimento das metas de saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desse modo, a humanização tornou-se um tema relevante para o SUS e suas normativas infralegais. Contudo, até o momento esse princípio não obteve o devido reconhecimento de sua importância frente às normas legais que regem o sistema. Nesse sentido, o PL em análise é oportuno, pois corrige esse hiato histórico, dando o devido destaque ao princípio da humanização da atenção à saúde, incluindo-o na Lei Orgânica da Saúde.

Como o projeto foi apresentado em 2019 e, em 2023, foi aprovada a Lei nº 14.679, de 18 de setembro de 2023, que adicionou um novo princípio, designado como inciso XV, propomos ajuste de redação ao PL, renumerando o princípio ora inserido como inciso XVI.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 119, de 2019, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº -CAS (DE REDAÇÃO)
> Dê-se a seguinte redação ao art. 2º do Projeto de Lei nº 119, de 2019:
> "Art. 2º O *caput* do art. 7º da Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XVI:
> 'Art. 7º .....
> .....
> XVI – atenção humanizada.
> .....' (NR)"

Esse é o relatório.

Sr. Presidente, eu queria já dizer minha opinião sobre isso aqui. A gente sabe que humanizar... E nós políticos sabemos que, muitas vezes, a maneira humana com que nós damos um não pesa mais para a população do que você dar um sim mal-humorado. Nós sabemos disso.

Quero levar aqui em consideração aos colegas médicos e aos enfermeiros e técnicos de enfermagem: a gente sabe que não é fácil, principalmente em plantão de pronto-socorro, quando você tem que estar ali. Você trabalha num serviço de urgência, atende uma criança – muitas vezes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o serviço de urgência é para todas as doenças – e o próximo paciente é um idoso, e sua mente já tem que pular para isso aí. Mas eu queria dizer aqui um princípio que eu usava como médica plantonista e sempre eu passava para minha equipe: quando você quiser ficar irritado, perder essa humanidade, essa atenção humanizada, lembre-se de que nós estamos atendendo por opção e ainda estamos recebendo um salário para isso; o único que pode se irritar é o paciente, porque ele não está ali voluntariamente, ele está ali porque precisa. Então, a gente olha os dois lados, entende às vezes a irritação, mas a gente tem que lembrar! Quando você quiser se irritar, lembre: "Eu estou aqui por opção minha e vou receber por isso, e ele não está aqui porque ele quer; ele está ali porque precisa".

Então, quero pedir o apoio dos colegas porque isso é importante para as pessoas serem tratadas com dignidade independentemente de como elas se apresentam.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão o relatório da nobre Senadora Zenaide Maia. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão e o submeto à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CAS, de redação.

A matéria vai ao Plenário.

Concedo a palavra ao nobre Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Presidente, eu tenho quatro relatorias agora, na Comissão de Ciências e Tecnologia. Eu estou com o item 10 aqui. Eu gostaria de pedir a inversão de ordem, se possível.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Pela ordem.) – Presidente, eu vou pedir para sair. Eu já vi que não vai chegar ao 12º, que é um requerimento. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenho que dar atenção à minha saúde. Eu vou, às 11h, ao oftalmologista. Eu estou vendo que não vai dar tempo para o meu requerimento ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Se V. Exa. quiser, Senador Plínio, nós podemos fazer a inversão também e atendê-lo.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu gostaria, porque inversão atrás de inversão acaba atropelando, mas eu peço a compreensão. É rapidinho, é um requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, tranquilo.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Está bom?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – É o de número 13, não é?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Doze.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Número 12. Então, se V. Exa. concordar, a gente lê o de V. Exa., em seguida, o do Senador Astronauta Marcos Pontes.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Eu vou pedir, já que tivemos quórum, que se encerre a votação nominal do item 4 da pauta.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Pela ordem.) – Está todo mundo atrasado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Projeto de Lei nº 4.928.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Eu também estou atrasada, viu? Eu tenho uma entrevista, e o meu é o seis. Então, se a gente puder correr...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Então, vamos ao item 12. O do Astronauta é o item 10, e depois vamos ao item 6, pronto.

Está de acordo assim, Senador? (*Pausa.*)

Então, na votação, foram 10 votos SIM; nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

Então, o projeto está aprovado, com as Emendas nº 1-CDH e Emenda nº 2-CAS.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providencias cabíveis.

Vamos ao item 12 da pauta.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 3, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o tema do PL 499 de 2025, que Altera a Lei nº11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino, da mama, e colorretal no âmbito do Sistema único de Saúde (SUS), para assegurar às mulheres a partir dos quarenta anos de idade do direito à realização anual de mamografia para o rastreamento do câncer de mama.

Autoria: Senador Plínio Valério (PSDB/AM)

Passo a palavra ao nobre Senador Plínio Valério para fazer a leitura de seu requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Para encaminhar.) – Presidente, rapidinho Senador e Senadora.

O Ministério da Saúde do Governo Federal acaba de baixar uma norma para determinar que o rastreamento do câncer de mama seja feito nas mulheres a partir dos 50 anos até os 59 anos. A comunidade médica desse setor, o pessoal que trata e cuida do câncer de mama, o diretor do nosso hospital no Amazonas, o de Brasília, o de São Paulo, me procuraram para que a gente possa tentar reverter essa situação.

Eles mostram cientificamente, e o senhor médico, que 25% dos diagnósticos de câncer de mama nas mulheres, 25% são mulheres entre 40 e 50 anos. É uma preocupação. Portanto, eu acho que é interessante, necessário e urgente que nós possamos colocar na lei que o SUS atenda, rastreie as mulheres a partir de 40 anos, não mais de 50, porque, se assim não for, nós estaremos condenando as mulheres nesse sentido de não prevenir.

A audiência pública – eu já apresentei um projeto, Presidente, nesse sentido: uma audiência pública. Nós abrimos aqui chamando os especialistas, chamando o ministério e deixando aberto, Senadora Teresa, Senador Astronauta. O Senador Girão, por exemplo, já indicou o Sr. Lair Ribeiro, que é contra essa nossa determinação. Então, a audiência pública seria nesse sentido de ouvir também a sua opinião como médico, mas o projeto já está tramitando. Eu peço que seja aprovado, para que nós possamos cuidar dessa audiência pública. É urgente. Nós não podemos deixar as mulheres de 40, de 50 anos à mercê da sorte.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeitamente, nobre Senador.

Submeto à votação...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para discutir.) – Eu quero discutir. Eu só quero fazer um destaque, Presidente. Não é nada contra. Eu só quero chamar a atenção de uma questão. O Requerimento nº 11, o Requerimento nº 12 e o Requerimento nº 13 tratam todos de um mesmo tema, com algumas nuances diferenciadas, mas o foco é a mudança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de idade para a mamografia. Não teria como os três autores sentarem e a gente fazer uma audiência só?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Ganharíamos tempo.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Ganharíamos tempo.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu sei, Presidente, mas aí nós vamos misturar plano de saúde com não sei o quê, e não chegaremos a coisa nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Tudo bem.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Por isso que estou propondo...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu vou ficar determinado no câncer de mama a partir da mulher de 40 anos...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Se V. Exa. não está de acordo, tranquilo.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Tudo bem.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – ... porque botar muita gente na mesma sala de audiência pública é para se chegar a lugar nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeito.

Então, as Sras. e Srs. Senadores que estejam de acordo com a aprovação...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Permita-me só um adendo, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – ... que é para abrir exatamente, Senadora, que possam fazer indicações.

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao Requerimento 03, para incluir os seguintes convidados: Rede Brasileira de Pesquisa em Câncer de Mama, por meio do Dr. Ruffo Junior; representante do SUS em Brasília; Femama – ratificação do nome: Dra. Maira Caleffi. É o adendo que peço.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não.

Então, eu vou fazer a votação conjunta.

Os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos ao item 6 da pauta... Não, item 10, que é da autoria do Senador Astronauta Marcos Pontes.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 116, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de audiências públicas com o objetivo de tratar do fortalecimento das Instituições Filantrópicas e promover o diálogo entre Governo, Setor Privado e Especialistas visando a inovação, sustentabilidade e gestão eficiente no setor de saúde.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Passo a palavra ao Senador Astronauta Marcos Pontes para a leitura do seu requerimento. Com a palavra V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

Esse requerimento trata, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de audiências públicas com o objetivo de tratar do fortalecimento das instituições filantrópicas e promover o diálogo entre Governo, setor privado e especialistas, visando a inovação, sustentabilidade e gestão eficiente no setor de saúde.

Mais especificamente, explicando aqui o que está na justificativa, acho que todos nós observamos, nos nossos estados, as dificuldades que as santas casas têm na sua gestão e na condução dos trabalhos que elas têm que fazer, o que é muito importante para a sociedade, em todas as cidades em que elas trabalham.

O que acontece é colocar especialmente as santas casas, e as instituições filantrópicas também, em três audiências públicas: uma delas são santas casas com o setor público, ou seja, secretarias – aqui tem todos os convidados –, secretarias de saúde, o próprio Ministério da Saúde, etc.; na segunda audiência, santas casas com setor privado, de forma a conscientizar as empresas da importância e ver as maneiras que essas empresas podem ajudar, porque muitas vezes a empresa não sabe como pode ajudar as santas casas; e, terceiro, com especialistas em estruturação financeira – grande parte do problema é falta de gestão e estruturação financeira. Então, é esse ciclo de audiências públicas para ajudar a resolver o problema das santas casas.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Quero parabenizar a V. Exa. pela iniciativa, que é um assunto muito importante, essa questão das santas casas, que vem se arrastando há décadas, e eu acho que um amplo debate pode trazer esclarecimentos.

Então, submeto à votação o requerimento de autoria do Senador Astronauta Marcos Pontes.

As Sras. e Srs. Senadores que estivam de acordo permaneçam como se acham aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 1062, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências, para introduzir a disponibilidade de creches para filhos e tutelados de estudantes, professores e demais funcionários, como um dos critérios de avaliação das instituições de educação superior.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO/AL)

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Educação e Cultura, em decisão terminativa.

Concedo a palavra à nobre Senadora Teresa Leitão para a leitura do seu relatório. V. Exa. tem a palavra.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente. Vou pedir a sua licença para ir direto à análise.

Nos termos dos incisos I e IV do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS opinar sobre temas alusivos à assistência social e assuntos correlatos. Portanto, é regimental o exame do PL nº 1.062, de 2022, por este Colegiado.

A assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até cinco anos de idade em creches e pré-escolas é um dos direitos dos trabalhadores brasileiros definidos no art. 7º da Constituição Federal. A oferta desse direito é dever do Estado, sendo responsabilidade prioritária dos municípios, conforme o inciso IV do art. 208 e art. 211 da Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entretanto, conforme levantamento do IBGE divulgado em abril deste ano de 2024, no Brasil, mais de 2 milhões de crianças com menos de três anos enfrentam dificuldades para conseguir vaga em creches. A maior parte dessas crianças integra famílias pobres e são criadas por jovens mães.

Essa carência do serviço acarreta prejuízos em escala, que vão desde a renda das famílias, comprometida pela falta de tempo para qualificação profissional, até o próprio aprimoramento educativo dos responsáveis. E, concordando com o autor, Senador Rodrigo Cunha, de fato, as mulheres são as mais prejudicadas, uma vez que, numa sociedade patriarcal, são elas as mais sobrecarregadas com as tarefas domésticas e de cuidados com os filhos.

A proposição, ao incluir a oferta de creches entre os parâmetros para avaliação das instituições de ensino superior, pode ser apontada como uma iniciativa criativa, que contribui para inserir essas instituições no esforço coletivo de prover a mães e pais estudantes equipamentos para os cuidados de suas crianças pequenas, sem que haja qualquer afronta aos princípios da autonomia universitária.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.062, de 2022.

Esse é o voto, aprovando. Evidentemente, na Comissão de Educação, nós vamos apurar mais o mérito, que é bastante importante neste momento em que o Governo está se voltando, como também as entidades da sociedade civil, à questão da primeira infância. Inclusive há, Senador, que foi o Relator da temática da educação no Orçamento, uma ideia de que a gente crie o orçamento criança, justamente para prover essas novas iniciativas fundamentais para o alcance do direito.

Então, acho que de fato é um projeto bastante meritório, e com muito prazer eu dou o voto pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão, o relatório da Senadora Teresa Leitão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão e o submeto à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à CE.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 610, DE 2021

- Não terminativo -

Institui a Campanha Nacional de Incentivo à Doação de Cabelo a Pessoas Carentes em Tratamento de Câncer e Vítimas de Escalpelamento.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta.

Observações:

Em 15/08/2024, foi realizada audiência pública para instrução da matéria.

Concedo a palavra à nobre Senadora Damares Alves para a leitura do seu relatório.

V. Exa. tem a palavra.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, permita-me ir direto a análise, não antes de registrar que nós estamos no mês da mulher e este projeto de lei é um presente para muitas mulheres no Brasil. Então, Presidente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obrigada por ter pautado, e a Comissão faz esse carinho para as mulheres hoje por meio desta proposta legislativa.

Permita-me ir direto à análise.

Em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição e Justiça, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e regimentais da proposição.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, ressaem igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria. Tampouco foram observadas falhas de natureza regimental.

Já quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, em especial com as determinações da Lei nº 12.345, de 2010, que estabelece critérios para a instituição de datas comemorativas. De acordo com esse diploma, a apresentação de proposição legislativa que vise a instituir data comemorativa deve vir acompanhada de comprovação da realização de consultas ou audiências públicas que atestem a alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira.

Em atendimento a essa determinação, Presidente, foi realizada audiência pública nesta Comissão de Assuntos Sociais no dia 15 de agosto de 2024 para decidir e tratar sobre a campanha que esse projeto de lei institui.

Registre-se, em adição, no que concerne a técnica legislativa, que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar 95, de 98, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Em relação ao mérito da proposição, reconhecemos a importância única do Projeto de Lei nº 610, de 2021.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A queda dos cabelos é um dos efeitos colaterais mais angustiantes dos tratamentos contra o câncer. Também é um dos mais impactantes, pois pode levar a uma imagem corporal negativa que, geralmente, evolui para depressão, ansiedade ou outros transtornos mentais, implicando em sofrimento psíquico e afetando diversas áreas da vida dos pacientes, especialmente das mulheres.

Estudos diversos apontam que esses efeitos colaterais podem ainda estar presentes seis meses após o término da quimioterapia. O impacto da queda dos cabelos é tão grande que até 8% dos pacientes optariam por tratamentos quimioterápicos com resultados menos favoráveis desde que não ocorresse a perda capilar.

Ressaltamos que, quando tratamos das vítimas de escalpelamento, além de não existir uma opção, as implicações são ainda maiores. O trauma por escalpelamento acarreta tanto sequelas físicas e funcionais quanto deformidades estéticas irreparáveis, e a perda definitiva dos cabelos é apenas uma delas. Ao contrário da paciente de câncer, que pode ter o cabelo de volta, a vítima de escalpelamento, na grande maioria, nunca mais tem o cabelo de volta. Além da perda do couro cabeludo, as vítimas podem ter orelhas, sobrancelhas, pálpebras e parte do rosto e pescoço arrancados, o que causa grave deformação e pode inclusive levar à morte.

Segundo dados da Capitania dos Portos da Amazônia Oriental, 93% dos casos de escalpelamento da região amazônica têm as mulheres como vítimas. Dessas, 65% são crianças, Presidente – é difícil a gente imaginar que em pleno 2025 eu esteja falando ainda de acidente por escalpelamento –; 30%, adultos; 5%, idosas. Nesse contexto, a maior dificuldade das mulheres escalpeladas é a reinserção na vida social, principalmente no mercado de trabalho, e a recuperação da autoestima.

Uma forma de amenizar o grave problema da perda transitória ou definitiva dos cabelos, resultantes tanto do tratamento quimioterápico quanto do escalpelamento ou de outras doenças, é o uso de perucas. Porém, as doações de cabelo para a elaboração de perucas são insuficientes, e, em razão de seu alto custo, sua aquisição por parte das pessoas de menor poder aquisitivo é quase impossível, principalmente em razão dos outros custos envolvidos no tratamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, Presidente, algumas pessoas podem dizer: "Por que não usa peruca sintética?". Na Amazônia, aquele calor, a mulher vítima do escalpelamento, que já tem ferimentos e dores profundas, colocar uma peruca sintética que aquece é de fato desumano. A peruca com cabelo é a solução para elas – é a solução.

Não há dúvida de que o estabelecimento de uma iniciativa que chame a atenção da sociedade para problema que causa sofrimento a tantas pessoas pode contribuir significativamente na diminuição do déficit na doação de cabelos para a confecção de perucas e, assim, mitigar o sofrimento das vítimas de câncer e de escalpelamento, a maioria das quais mulheres.

Nesse cenário, a instituição de uma Campanha Nacional de Incentivo à Doação de Cabelo a Pessoas Carentes em Tratamento de Câncer e Vítimas de Escalpelamento é justa e meritória, razão pela qual apoiamos este projeto de lei.

Por fim, apresentamos uma emenda de redação apenas para atualizar o nome do ministério encarregado de coordenar a campanha.

Voto.

Consoante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 610, de 2021, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº – CAS (DE REDAÇÃO)
> Substitua-se no art. 2º do Projeto de Lei nº 610, de 2021, a denominação “Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos” por “Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania”.

É esse Ministério que tem que cuidar da campanha. Esse é o voto e eu peço apoio aos pares.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão o relatório da nobre Senadora Damares Alves.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com a palavra a nobre Senadora Eudócia.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Para discutir.) – Primeiro, quero parabenizá-lo, quero cumprimentar V. Exa., meu amigo Senador Marcelo Castro, Presidente; Senador Petecão. Quero parabenizá-la, Senadora Damares, pela sua relatoria, e é muito interessante cada ponto que você colocou, muito importante.

E nós, que vivemos essas... Nós, que somos mulheres, sabemos que as vítimas de câncer, câncer ginecológico, câncer de mama, câncer de vagina, câncer de ovário, são as que precisam tanto da quimioterapia para o tratamento. E isso tem realmente como sequelas a queda de cabelos e compromete a dignidade da mulher a falta do cabelo. Então, realmente é um projeto de lei muito importante e que com certeza será o divisor de águas entre antes e depois dessa lei, quando ela for promulgada.

Mas eu quero abrir aqui um parêntese, Senador Marcelo Castro, para comentar um pouco do meu projeto de lei, que é o marco regulatório da vacina contra o câncer. O senhor que é médico... Nós temos mais outros colegas médicos no Senado e também na Câmara, e peço apoio aos pares para esse projeto de lei, que vem inovar o tratamento do câncer no nosso país. É um tratamento revolucionário a vacina contra o câncer, porque a vacina nesse contexto não previne o câncer, ela trata. É um tratamento para o câncer. Nós estamos avançando em nível internacional, já está na fase três de estudos clínicos, em alguns países, e esse projeto de lei com o marco regulatório da vacina é no intuito de trazer aqui para o Brasil essa biotecnologia, para que, através dos nossos institutos, como Fiocruz, como Butantã, a gente poder também produzir essa vacina aqui no nosso país. Dessa forma a gente pode diminuir muito as taxas de mortalidade pelo câncer.

Existe ainda um trabalho grande pela frente, mas eu preciso do apoio de todos vocês para que a gente possa trazer essa biotecnologia, Senador Petecão. E alguns podem até falar: "Mas, Senadora, a senhora não acha que está sonhando muito alto?" Mas alguém precisa sonhar muito alto para que as coisas venham a acontecer, Senador Marcelo Castro. E eu estou aqui para colocar esse marco regulatório e pedir a vocês esse apoio. Está já tramitando na Casa esse projeto de lei e realmente é uma realidade que eu vislumbro a longo prazo, mas não tão a longo prazo assim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma vez que, depois da inteligência artificial, as coisas estão acontecendo de uma forma muito rápida, muito célere.

Eu quero agradecer aqui a oportunidade da fala.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Muito nobre a causa que V. Exa. defende. Não resta a menor dúvida de que V. Exa. contará com o apoio de todos nós. É realmente o ideal a gente alcançar um medicamento que venha tratar uma doença tão devastadora quanto o câncer.

Voltando aqui à pauta, declaro encerrada a discussão do relatório da Senadora Damares Alves.

Eu o submeto à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que agora passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CAS, de redação.

A matéria vai ao Plenário.

Item 9 da pauta.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 114, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 111/2024 - CAS sejam incluídos os convidados que especifica.

Autoria: Senador Laércio Oliveira (PP/SE) e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Subscrito pela Senadora Damares Alves.

Com a palavra, nobre Senadora, para fazer a leitura do seu requerimento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, requeiro, nos termos regimentais, que na audiência pública objeto do Requerimento 111/2024 sejam incluídos os seguintes convidados: representante da Confederação Nacional do Comércio e Serviços (CNC) e representante da Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico.

São esses dois representantes.

Essa é a solicitação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permanecem como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento da autoria da nobre Senadora Damares Alves. (*Pausa.*)

Requerimento extrapauta.

Consulto os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 5, de 2025, da CAS, apresentado pela Senadora Damares Alves. (*Pausa.*)

Não havendo óbice, passo a palavra à nobre Senadora Damares Alves para a leitura do seu requerimento extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 5, DE 2025

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Direitos Humanos e Legislação Participativa, no dia 14 de maio, data que marca o Dia Nacional da Conscientização das Doenças Cardiovasculares na Mulher, com o objetivo de discutir os diversos fatores que apontam para a necessidade da tomada de consciência sobre esse importante tema para toda a sociedade brasileira.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, requeiro a realização de uma audiência pública para fazermos uma manifestação sobre o Dia Nacional da Conscientização das Doenças Cardiovasculares na Mulher, com o objetivo de discutir os diversos fatores que apontam para a necessidade da tomada de consciência sobre esse importante tema para toda a sociedade brasileira.

E aqui, Presidente, eu trago uma lista de convidados, de especialistas, inclusive representante do Conselho Federal de Medicina para discutirmos.

Nós estamos agora, Presidente, falando muito do lipedema e estamos vendo, inclusive, tratamentos alternativos que estão sendo oferecidos na internet e que estão colocando em risco a vida de mulheres.

Essa discussão é para a gente discutir os problemas cardiovasculares e também entender esse movimento dos curandeiros que estão aparecendo na internet dizendo que vão curar definitivamente as varizes das mulheres. Então, o assunto é delicado, e a gente precisa dar uma atenção tanto para marcar o dia como também para a gente ver o que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Muito justo.

Submeto à aprovação o requerimento da Senadora Damares Alves.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento. (*Pausa.*)

Item 11 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 1, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater acerca das vantagens e/ou desvantagens da realização do exame de mamografia e riscos da radiação em mulheres a partir de 40 anos para detecção do câncer de mama.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e outros

Pela sua ausência, a Senadora Dra. Eudócia o subscreve.

Com a palavra V. Exa. para a defesa do seu requerimento.

A SRA. DRA. EUDÓCIA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Para encaminhar.) – Mais uma vez, bom dia a todos os presentes.

Presidente, eu subscrevo este requerimento do Senador Eduardo Girão e quero colocar o seguinte: é para que a gente possa discutir essa questão da mamografia que o Senador... Na verdade, ele quer que haja essa discussão para ver se o ideal seria a partir dos 40 ou depois dos 40. Nós sabemos que o câncer de mama pode acontecer em qualquer faixa etária, desde a pré-adolescência até a fase mais adulta, mas a questão da mamografia é muito importante. Então, eu subscrevo, mas colocando que a importância da mamografia a partir dos 40 anos é, vamos dizer assim, sem discussão; é uma pauta que realmente tem que ser mudada. Eu estou de acordo.

E também, mais uma vez, peço o apoio dos pares para que seja estipulado a partir dos 40 anos, sim.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Perfeito, Senadora Eudócia.

Vou submeter o requerimento à votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O requerimento foi aprovado.

Convoco para o dia 19 de março, quarta-feira, às 9h, reunião extraordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 9 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 26 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e quarenta e dois minutos do dia dezenove de março de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Dueire, Flávio Arns, Fabiano Contarato, Teresa Leitão, Laércio Oliveira, Damares Alves e Mecias de Jesus, e ainda do Senador Izalci Lucas, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Romário, Wilder Morais, Paulo Paim, Humberto Costa, Ana Paula Lobato e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 7, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para discutir sobre os desafios e os direitos das mulheres com Endometriose, mobilizando a sociedade para as medidas de prevenção e os tratamentos inerentes à doença." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4988, de 2023 - Terminativo -** que: "Cria o selo "Diversidade, Inclusão e Equidade no Ambiente de Trabalho"." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, das Emendas nº 1-CDH e 2-CDH e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3346, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para assegurar adaptação razoável do horário de trabalho que permita prestação alternativa ao empregado e ao servidor público, em virtude de escusa de consciência, quando o seu dia de guarda religioso coincidir com os dias ou os turnos do exercício de atividades laborais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4262, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, para especificar a terapia nutricional a ser aplicada à pessoa com transtorno do espectro autista." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 6040, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que "dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde", para garantir que as mulheres que estejam até na 18º semana de gestação que contratem planos de saúde hospitalares com cobertura obstétrica tenham direito a atendimento integral, inclusive à realização de cirurgias, em caso de necessidade de assistência médica hospitalar decorrente da condição gestacional em situações de urgência." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2767, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a oferta de atendimento acessível em serviços de atendimento emergencial." **Autoria:** Senador Romário (PL/RJ). **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de três emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2205, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para estabelecer que os gêneros alimentícios adquiridos no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deverão ser entregues pelos contratados com prazo restante de validade superior à metade do período entre sua data de fabricação e sua data final de validade." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 5328, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Estabelece prioridade para as indústrias que produzem fármacos no território nacional nas compras realizadas por laboratórios públicos." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 6231, de 2023 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 158, de 2009) - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para incluir a realização de exames de identificação de biomarcadores entre as ações destinadas à detecção precoce das neoplasias malignas de mama." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Favorável ao Projeto de Lei n° 6231, de 2023 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 158, de 2009). **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 4798, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para explicitar que as atividades preventivas previstas no âmbito das ações de promoção e proteção da saúde incluem a realização de programas de incentivo ao envelhecimento saudável." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-T. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta e sete minutos. Após

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/03/19

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada. Será publicada no *Diário Oficial do Senado*.

Comunico aos Srs. Senadores que, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno, os membros desta Comissão podem sugerir, por meio de requerimento, até o dia 28 de março, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para avaliação pela Comissão ao longo deste exercício. A reunião de escolha da política pública a ser avaliada está prevista para o dia 2 de abril.

Comunico ainda o recebimento dos seguintes expedientes:

- Aviso nº 192, de 2025, do Tribunal de Contas da União, o qual encaminha cópia do Acórdão 451, de 2025, que trata de auditoria de conformidade de fiscalização que tem por objetivo avaliar os pagamentos do benefício de prestação continuada (BPC) e a adequação dos procedimentos de controle na concessão e manutenção dos benefícios;

- Aviso nº 196, de 2025, do Tribunal de Contas da União, o qual encaminha cópia do Acórdão nº 423, de 2025, que trata de monitoramento para verificar a implementação das medidas propostas pelo Ministério da Saúde e do plano de ação formulado em cumprimento ao acordo relativo à Política Nacional para Prevenção e Controle do Câncer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão, e fica consolidado o prazo de 15 dias para manifestação dos Srs. Senadores, a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados no final do prazo.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão. A reunião contará com a possibilidade de as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores votarem por meio de aplicativo do Senado Digital nas deliberações nominais, como nas matérias terminativas.

Informo que os itens 4, 5 e 6, Projetos de Lei nºs 4.262, de 2020; 6.040, de 2019; e 2.767, de 2021, foram retirados da pauta a pedido dos Relatores Senadores Flávio Arns, Ana Paula Lobato e Mara Gabrilli.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 4262, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, para especificar a terapia nutricional a ser aplicada à pessoa com transtorno do espectro autista.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 6040, DE 2019

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que "dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde", para garantir que as mulheres que estejam até na 18º semana de gestação que contratem planos de saúde hospitalares com cobertura obstétrica tenham direito a atendimento integral, inclusive à realização de cirurgias, em caso de necessidade de assistência médica hospitalar decorrente da condição gestacional em situações de urgência.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao projeto.

2- Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 2767, DE 2021

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a oferta de atendimento acessível em serviços de atendimento emergencial.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de três emendas que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto.

2- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.) (*Pausa.*)

Item 1 da pauta.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 7, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para discutir sobre os desafios e os direitos das mulheres com Endometriose, mobilizando a sociedade para as medidas de prevenção e os tratamentos inerentes à doença.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF) e outros

A autoria é da Senadora Damares, com a subscrição do nobre Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Era o pedido que eu queria formalizar aqui do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Passo a palavra a V. Exa., para fazer a defesa do seu requerimento.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Para encaminhar.) – Presidente, a Senadora Damares, que é dedicada a essas causas, e tudo que vem dela nesse sentido eu costumo apoiar. E eu acho importante essa audiência pública. Se a gente fizer essa audiência pública em conjunto, é melhor, porque evita mais uma audiência pública e outra audiência pública. Ou seja, a gente tem que encurtar o caminho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em síntese, é por isso que eu subscrevo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – É um requerimento interno do Senado, para realização da audiência pública em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para discutir sobre os desafios e os direitos das mulheres com endometriose, mobilizando a sociedade para as medidas de prevenção e os tratamentos inerentes à doença.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento. (*Pausa.*)

Qual é o item? (*Pausa.*)

O item 2 da pauta é de autoria da Relatora Senadora Leila, que não se encontra.

E, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 9 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 47 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e quarenta e três minutos do dia vinte e seis de março de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Lucas Barreto, Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Romário, Wilder Morais, Astronauta Marcos Pontes, Paulo Paim, Fabiano Contarato, Teresa Leitão, Leila Barros, Laércio Oliveira, Damares Alves, Mecias de Jesus e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Augusta Brito, Weverton e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Jayme Campos, Flávio Arns, Humberto Costa, Ana Paula Lobato e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 8, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater Termos da Ocupação por Plataforma (TOP), dispondo sobre os direitos e benefícios do profissional conectado, suas relações com Trabalho, Previdência e Plataformas." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 9, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 5/2025 - CAS, destinada a debater o Dia Nacional da Conscientização das Doenças Cardiovasculares na Mulher e discute os diversos fatores que apontam para a necessidade da tomada de consciência sobre esse importante tema para toda a sociedade brasileira, seja incluída a convidada que especifica." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4988, de 2023 - Terminativo -** que: "Cria o selo “Diversidade, Inclusão e Equidade no Ambiente de Trabalho”." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, das Emendas nº 1-CDH e 2-CDH e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3346, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para assegurar adaptação razoável do horário de trabalho que permita prestação alternativa ao empregado e ao servidor público, em virtude de escusa de consciência,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando o seu dia de guarda religioso coincidir com os dias ou os turnos do exercício de atividades laborais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer Favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovada a apresentação do Requerimento nº 10, de 2025-CAS, de urgência para a matéria. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4262, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, para especificar a terapia nutricional a ser aplicada à pessoa com transtorno do espectro autista." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim (*Ad hoc*), substituiu Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS (de redação). **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2767, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a oferta de atendimento acessível em serviços de atendimento emergencial." **Autoria:** Senador Romário (PL/RJ). **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de três emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 4798, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para explicitar que as atividades preventivas previstas no âmbito das ações de promoção e proteção da saúde incluem a realização de programas de incentivo ao envelhecimento saudável." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-T. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 4558, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a atenção e os direitos das pessoas vitimadas por queimaduras." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 5328, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Estabelece prioridade para as indústrias que produzem fármacos no território nacional nas compras realizadas por laboratórios públicos." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 6231, de 2023 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 158, de 2009) - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para incluir a realização de exames de identificação de biomarcadores entre as ações destinadas à detecção precoce das neoplasias malignas de mama." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Favorável ao Projeto de Lei n° 6231, de 2023 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 158, de 2009). **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora para reexame. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 10, de 2025** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 3346/2019,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que "altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para assegurar adaptação razoável do horário de trabalho que permita prestação alternativa ao empregado e ao servidor público, em virtude de escusa de consciência, quando o seu dia de guarda religioso coincidir com os dias ou os turnos do exercício de atividades laborais"." **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovado. A reunião é suspensa às dez horas e oito minutos e reaberta às quatorze horas e trinta minutos. **2ª Parte - Ratificação de emendas à Lei Orçamentária de 2024**. **Finalidade:** Deliberar sobre a ratificação das indicações para a execução das emendas da Comissão de Assuntos Sociais à Lei Orçamentária de 2024, em cumprimento ao art. 3º da Resolução nº 1, de 2025-CN. **Resultado:** Aprovada por unanimidade a ratificação das indicações para a execução das emendas da Comissão de Assuntos Sociais à Lei Orçamentária de 2024, conforme planilha anexa. Antes de encerrar a reunião, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e um minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/03/26

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Lembro às Sras. e aos Srs. Senadores que, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno, os membros desta Comissão podem sugerir, por meio de requerimento, até o dia 28 de março, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para avaliação pela Comissão ao longo desse exercício.

A reunião de escolha da política pública a ser avaliada está prevista para o dia 2 de abril.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital, tanto nas deliberações nominais como nas matérias terminativas.

Informo que o item 10 do Projeto de Lei nº 6.231, de 2023, foi retirado de pauta a pedido da Relatora, Senadora Zenaide Maia, para reexame.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 6231, DE 2023 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 158, DE 2009)

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para incluir a realização de exames de identificação de biomarcadores entre as ações destinadas à detecção precoce das neoplasias malignas de mama.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Favorável ao Projeto de Lei nº 6231, de 2023 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 158, de 2009).

Observações: *A matéria constou da pauta da reunião de 19/03/2025.*)

Item 4 da pauta.

1ª PARTE

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 3346, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para assegurar adaptação razoável do horário de trabalho que permita prestação alternativa ao empregado e ao servidor público, em virtude de escusa de consciência, quando o seu dia de guarda religioso coincidir com os dias ou os turnos do exercício de atividades laborais.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto.

2- A matéria constou da pauta da reunião de 19/03/2025.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim para a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Presidente, esse é o projeto de que V. Ex., já na abertura, com muita clareza, explica o seu motivo.

Eu já inicio comentando o termo que muitos não conhecem, e é natural, "escusa de consciência". Diz respeito ao direito garantido pela Constituição de recuso ao cumprimento de uma obrigação legal por motivos de convicções religiosas, filosóficas ou políticas.

Vou dar um exemplo: eu tenho colegas que são adventistas. Eles argumentam da importância desse projeto do Deputado Federal Wolney Queiroz, do PDT. Por outro lado, Presidente, eu ainda realizei duas audiências públicas, lá na Comissão de Direitos Humanos, quando lá presidia. Estavam lá todas as correntes religiosas, todas. Havia uma discordância, num primeiro momento, entre o que alguns pensavam e o Senador Magno Malta. Mas, felizmente, prevaleceu o entendimento, o diálogo, e o relatório do Senador Magno Malta foi modificado e contemplou a todos. E foi aprovado por unanimidade. Então, esse é um projeto em que não houve nenhum voto contra naquela Comissão.

Se V. Exa. permitir, eu vou na análise fazer uma leitura, porque é longo o relatório, há toda essa questão religiosa no país, mas fica tudo muito claro. Se V. Exa. permitir, eu avançarei, dizendo.

Dessa forma, entendemos que o projeto de lei é meritório, adequado à atual realidade do mundo do trabalho e do serviço público, trazendo benefício tanto para o Estado quanto também para as próprias empresas, bem como para os seus colaboradores – trabalhadores, empregados e servidores públicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, veja-se, ainda quanto ao mérito, que a Carta Magna abriga o princípio constitucional da liberdade religiosa. Para o trabalhador, isso se manifesta na proteção da consciência, crença, liberdade profissional e de associação, conforme previsto no art. 5º da Constituição. Por outro lado, para o empregador, a Constituição reconhece o direito à propriedade e à sua função social, bem como à autonomia na atividade empresarial, visando ao seu fortalecimento na sociedade.

Além disso, a Carta Magna já determina a proteção contra demissão arbitrária ou sem justa causa, bem como contra a discriminação, determinando ainda a promoção de oportunidades de emprego. A Constituição ainda estabelece como objetivo fundamental a promoção do bem de todos, sem discriminação de origem, raça, sexo, cor, idade ou qualquer outra forma de discriminação. Esses princípios estão em conformidade com o Decreto Legislativo 104, de 24 de novembro de 1964, que ratificou o compromisso do Brasil com a Convenção 111 da OIT, condenando a discriminação no emprego e na ocupação.

Importante ressaltar que a discriminação engloba qualquer tipo de distinção, exclusão ou preferência baseada em raça, cor, sexo, religião, opinião política, nacionalidade ou origem social, com o intuito de afetar a igualdade de oportunidades no trabalho, de forma que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, da ONU, também deve ser lembrada, pois reforça esses princípios fundamentais.

Não podemos esquecer, Sr. Presidente, que o fato de o Estado brasileiro ser laico, como mostra o art. 19, I, da Carta Magna, não lhe impõe uma conduta negativa diante da vida religiosa, de forma que a separação entre o Estado brasileiro e a religião não é absoluta. Assim, o Estado brasileiro deve proteger a diversidade em sua mais ampla dimensão, entre as quais se incluem a liberdade religiosa e o direito do culto. Dessa forma, o papel da autoridade estatal não é o de remover a tensão por meio da exclusão ou limitação do pluralismo, mas sim assegurar aos grupos religiosos que se tolerem mutuamente, sempre quando em jogo estiverem interesses individuais ou coletivos de um indivíduo ou de um grupo minoritário.

Inúmeras são as religiões e as crenças em nosso país. A todas devemos respeitar e assegurar que seus fiéis possam praticar e seguir seus credos, sem entrar em conflito com o mundo do trabalho e empresarial. Nesse sentido decidiu o Supremo Tribunal Federal, quando tratou dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temas "escusa de consciência por motivo de crença religiosa" e "fixação de horários alternativos para realização de certame público ou para o exercício de deveres funcionais inerentes ao cargo público", reconhecendo os direitos aos requerentes nas respectivas ações.

Em razão de todos esses argumentos, nós estamos aprovando o projeto, que veio da Câmara, em que os Relatores foram o Senador Magno Malta, que todo mundo sabe que é evangélico, e eu, que sou católico.

Em razão dos argumentos trazidos à consideração, votamos pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão o parecer do nobre Senador Paulo Paim. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não.

Senador Esperidião Amin, com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Eu só queria reforçar o que disse o Senador Paulo Paim e dizer o seguinte. É claro que o país é laico, mas o exemplo que ele deu, em função de uma confissão religiosa, de uma crença, de tudo aquilo que está compreendido nessa recusa... Não é isso? A palavra certa é recusa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Escusa de consciência.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Que é uma excusa também – excusa com x. Portanto, é uma desculpa.

Na medida do possível, nós devemos acatar, até em nome da tolerância da nossa convivência. O que é razoável e o que não é razoável ficam ao alvedrio, não é? É isso? Esta também é uma expressão boa: ao alvedrio. Essa é uma expressão trabalhista, quer dizer, é negociável, ou seja, é em nome da concórdia, da busca de um acordo. Então, eu quero dizer que dou meu voto favorável, até para manter a unanimidade que até aqui tem acontecido e para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enaltecer o trabalho do nosso jovem Senador Paulo Paim, que na pia batismal já recebeu PP como nome e sobrenome.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Só pelo jovem, já vamos em frente. Nenhum comentário. Fiquei feliz.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Já valeu o resto tudo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Valeu tudo!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Esse é um princípio constitucional.

Não mais havendo quem queira discutir a matéria, declaro encerrada a discussão e a submeto à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, eu gostaria de subscrever o requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Só concluindo aqui, Senador.

O relatório aprovado passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

E a matéria vai ao Plenário.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Peço desculpas por ter atravessado antes da hora, mas eu quero subscrever o Requerimento nº 09, da Senadora Damares Alves, para incluir o nome da ex-Deputada Federal, minha querida amiga, Mariana Fonseca Carvalho de Moraes, ex-Deputada Federal, médica. Como Parlamentar, ela foi e é uma pessoa de grande capacidade de trabalho e diligência. Enalteço, em especial, o fato de ela ter sido a Presidente da Comissão Parlamentar que investigou os crimes cibernéticos em 2017, da qual eu tive a honra de ser o Relator Geral, ainda como Deputado. Portanto, subscrevo o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento nº 09 para que ela seja palestrante na audiência que debate o Dia Nacional da Conscientização das Doenças Cardiovasculares na Mulher e discute os diversos fatores que apontam para a necessidade da tomada de consciência sobre este importante tema para a sociedade brasileira.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Presidente, me permita. Solicitaram-me, e acabei me esquecendo.

Como é um projeto que é um amplo acordo e que veio da Câmara e como a emenda que fiz foi de redação, pediram que eu pedisse urgência ao projeto.

Aí, no Plenário, então...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Submeto o pedido de urgência ao projeto...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Projeto 3.346/19.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Projeto 3.346, de 2019.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo com a urgência permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Concedida a urgência.

Item 2 da pauta.

1ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 9, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 5/2025 - CAS, destinada a debater o Dia Nacional da Conscientização das Doenças Cardiovasculares na Mulher e discute os diversos fatores que apontam para a necessidade da tomada de consciência sobre esse importante tema para toda a sociedade brasileira, seja incluída a convidada que especifica.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF) e outros

Como o Senador Esperidião Amin já fez a defesa do requerimento, eu o submeto à apreciação.

As Sras. e os Srs. que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O requerimento, então, foi aprovado. (*Pausa.*)

1ª PARTE

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 4262, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, para especificar a terapia nutricional a ser aplicada à pessoa com transtorno do espectro autista.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta.

O Senador Paulo Paim será o Relator *ad hoc*, na ausência do Senador Flávio Arns.

Passo, então, a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Presidente Marcelo Castro, agradeço a indicação até porque, como eu estou aqui há algumas décadas, eu fui um dos construtores da Lei dos Autistas.

Agora, do projeto aqui, muito interessante, relatado pelo Senador Flávio Arns, de autoria da Deputada Aline Gurgel, eu farei o relatório.

Já dei uma lida preliminar, antes de vir para cá, e, se V. Exa. permitir, eu vou, de novo, à análise.

Compete à CAS, nos termos do art. 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias que dizem respeito à proteção e à defesa da saúde.

Esse é o caso do projeto de lei sob análise, que dispõe sobre a nutrição adequada e a terapia nutricional das pessoas com TEA.

Reconhecendo a relevância deste tema, é importante destacar que a alimentação é um dos principais fatores determinantes do processo saúde/doença.

Segundo o Relatório Global de Nutrição de 2022, a alimentação inadequada foi responsável por 12 milhões de mortes por doenças não-transmissíveis no mundo, o que representa uma em cada quatro mortes de adultos, globalmente.

Esses dados, por si só, sublinham a importância de políticas públicas voltadas a melhorar as condições de alimentação e nutrição das populações.

Para efetivar o direito constitucional à alimentação e, por extensão, o direito à saúde da população brasileira, a legislação pátria prevê não só medidas voltadas a garantir o acesso à alimentação, a exemplo das diretrizes previstas na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, mas também ações de promoção de alimentação saudável, de vigilância nutricional e de cuidado integral aos agravos nutricionais, como as contidas na Política Nacional de Alimentação e Nutrição.

Especificamente para pessoas com TEA, a Lei nº 12.764, de 2012, reafirma o direito ao cuidado integral de saúde, estabelecendo, de forma expressa, o direito à nutrição adequada e à terapia nutricional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É precisamente esse o foco do PL nº 4.262, de 2020, que se propõe a detalhar o escopo do cuidado nutricional a essa população.

Sob essa perspectiva, a proposta se mostra oportuna e relevante, pois se atenta às necessidades específicas desses indivíduos, que enfrentam desafios singulares relacionados à alimentação e nutrição.

Embora os indivíduos com TEA formem um conjunto bastante heterogêneo em termos de intensidade e tipos de sintomas, frequentemente exibem padrões de comportamento repetitivos e de interesses restritos, que também podem se refletir no comportamento alimentar.

De fato, a seletividade alimentar, uma alteração comportamental comum no TEA, afeta entre 40% e 80% das crianças diagnosticadas com essa condição, proporção significativamente maior do que os menos de 20% observados naquelas com desenvolvimento típico.

Essa seletividade alimentar, muitas vezes ligada a desordens neurossensoriais que influenciam a aceitação de alimentos, resulta em uma dieta limitada, com baixo valor nutricional e alta densidade energética, o que pode levar a deficiências nutricionais, à obesidade, que avança tanto em nosso país, e a outros problemas de saúde.

A esse respeito, apesar de não haver dados oficiais sobre a prevalência de distúrbios alimentares e nutricionais no TEA na população brasileira, estudos nacionais e internacionais indicam uma maior ocorrência dessas condições nesse grupo.

A Pesquisa Nacional de Saúde Infantil dos Estados Unidos, por exemplo, publicada em 2010, envolveu mais de 80 mil indivíduos de 3 a 17 anos e constatou uma prevalência de sobrepeso e obesidade de 30,4% entre aqueles com TEA, em comparação com 23,6% nas crianças com desenvolvimento típico.

Essa diferença, consistente em outros estudos, foi correlacionada a hábitos alimentares inadequados, sedentarismo e ao uso de medicações que podem levar ao aumento de peso, fatores mais frequentes nessa população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os exemplos mencionados, embora não abranjam todas as questões alimentares e nutricionais vivenciadas por pessoas com TEA, ilustram a magnitude dos desafios enfrentados por essa parcela da população.

Assim, é evidente que o PL em análise, ao detalhar a abrangência da atenção nutricional necessária para assegurar a saúde dessas pessoas, fortalece a responsabilidade do SUS com o cuidado integral e promove avanços na atenção às necessidades únicas desse conjunto.

Sugerimos apenas uma adequação redacional, lembrando que o relatório é do Senador Flávio Arns, no art. 2º, que inclui o §2º ao art. 3º da Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012, retirando a palavra "recuperação", por entendermos que o termo "promoção de ações" abrange o objetivado pelo projeto de lei em sua elaboração.

Por fim, no que se refere aos aspectos relacionados à regimentalidade, à constitucionalidade e à juridicidade da matéria bem como à técnica legislativa empregada na proposição, não há o que obstar.

Voto.

Em razão do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.262, de 2020, com a seguinte emenda de redação, já explicada acima e que leio aqui rapidamente:

> EMENDA Nº - CAS (DE REDAÇÃO)
> Substitua-se, no Projeto de Lei nº 4.262, de 2020, no art. 2º, que inclui o §2º ao art. 3º da Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012, a expressão "promoção, de proteção e de recuperação" por "promoção e de proteção".

Esse é o relatório, Sr. Presidente, do Senador Flávio Arns, um especialista na área, que eu fiz questão de acatar aqui, como Relator *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão o relatório apresentado pelo Senador Paulo Paim. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, submeto-o à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAS (de redação).

A matéria vai ao Plenário.

Sras. e Srs. Senadores, hoje, aqui na CAS, nós precisamos convalidar os recursos que foram distribuídos através da Comissão no ano passado. E os partidos informaram, mas há uma inconsistência de números.

Então, nós achamos mais prudente dar mais um tempo às assessorias.

Sendo assim, vou suspender a sessão e reabri-la novamente às 14h, para poder dar seguimento, para concluir a nossa sessão, com a aprovação das indicações que foram feitas, no ano passado, pela CAS, que era presidida pelo nobre Senador Humberto Costa.

Sendo assim, fica suspensa a reunião até as 14h.

(*Suspensa às 10 horas e 07 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 29 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Declaro reaberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Informo que a deliberação sobre a ratificação das indicações para a execução das emendas da Comissão de Assuntos Sociais à Lei Orçamentária de 2024, em cumprimento ao art. 3º da Resolução nº 1, de 2025, do Congresso Nacional, foi incluída como segunda parte da presente reunião.

Dando início à segunda parte da reunião, informo que foram recebidos, até o momento, apoiamentos de 1.753 empenhos de um total de 1.819 empenhos, conforme planilha disponibilizada pela Secretaria Legislativa do Congresso Nacional.

Os empenhos das emendas que tiveram apoiamento registrados são os constantes em planilha anexa à pauta desta reunião, que será encaminhada à CMO, junto com a ata, após a deliberação por este Colegiado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os empenhos que não tiveram apoiamento não constam da referida planilha e, portanto, não serão objeto da presente ratificação.

Coloco a ratificação das emendas em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-las, encerro a discussão.

Em votação a ratificação das emendas, conforme o apoiamento apresentado na planilha.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada a ratificação das indicações para a execução das emendas da Comissão de Assuntos Sociais à Lei Orçamentária de 2024, conforme o apoiamento apresentado.

Antes de encerrar a presente reunião, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

A ata está aprovada, será encaminhada à CMO para publicação e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 09 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 31 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e trinta e três minutos do dia dois de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Dra. Eudócia, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Otto Alencar, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro, Astronauta Marcos Pontes, Rogerio Marinho, Magno Malta, Paulo Paim, Fabiano Contarato, Teresa Leitão, Leila Barros, Laércio Oliveira, Damares Alves, Mecias de Jesus e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Augusta Brito, Beto Faro e Wellington Fagundes, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Jussara Lima, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Eduardo Girão, Romário, Wilder Morais, Humberto Costa, Ana Paula Lobato e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 8, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater Termos da Ocupação por Plataforma (TOP), dispondo sobre os direitos e benefícios do profissional conectado, suas relações com Trabalho, Previdência e Plataformas." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4988, de 2023 - Terminativo -** que: "Cria o selo "Diversidade, Inclusão e Equidade no Ambiente de Trabalho"." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto, nos termos da Emenda nº 4-CAS (substitutivo). **Observação:** Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, o substitutivo será submetido a turno suplementar. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 8, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para revogar o seu art. 18, que dispõe sobre as condições para o registro de medicamentos e insumos farmacêuticos de procedência estrangeira." **Autoria:** Senadora Ana Amélia (PP/RS). **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de três emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1-CAS, 2-CAS e 3-CAS. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3242, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso) para prever a figura do Cuidador de Pessoa Idosa." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com o acolhimento da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Emenda nº 1-CDH, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2767, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a oferta de atendimento acessível em serviços de atendimento emergencial." **Autoria:** Senador Romário (PL/RJ). **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de três emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1-CAS, 2-CAS e 3-CAS. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 4558, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a atenção e os direitos das pessoas vitimadas por queimaduras." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 3-CAS (substitutivo). **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 5328, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Estabelece prioridade para as indústrias que produzem fármacos no território nacional nas compras realizadas por laboratórios públicos." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2205, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para estabelecer que os gêneros alimentícios adquiridos no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deverão ser entregues pelos contratados com prazo restante de validade superior à metade do período entre sua data de fabricação e sua data final de validade." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 3898, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta § 5º ao art. 88 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para prever a atuação do Serviço Social nos hospitais públicos." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 243, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para garantir condições facilitadas e taxas de juros diferenciadas na obtenção de empréstimos de instituições financeiras integrantes das administrações públicas dos entes federados e preferência em processos licitatórios às empresas que concederem aos pais de pessoas com deficiência, ou aos responsáveis legais destes, abono de faltas, sem a necessidade de compensação de jornada, ou jornada especial de trabalho, quando comprovada a necessidade da presença do trabalhador no acompanhamento em terapias e tratamentos ou na assistência nos cuidados da vida diária." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad (*Ad hoc*), substituiu Senadora Jussara Lima. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAS (substitutivo). **Observação:** Matéria a ser apreciada pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Dra. Eudócia
Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/02

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos os presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Comunico aos Srs. Senadores o recebimento dos seguintes expedientes:

– Aviso nº 273, de 2025, do Tribunal de Contas da União, o qual encaminha cópia do Acórdão nº 622, de 2025, que trata de relatório de auditoria operacional coordenada no Programa Nacional de Imunizações, com o objetivo de avaliar aspectos estruturantes da política pública de vacinação no Brasil, notadamente a adesão de estados e municípios aos sistemas de informação (a conservação, a gestão de estoques, a distribuição e o acompanhamento das ações de imunização);

– cópia de documento da Associação de Mulheres Associadas, Mães e Trabalhadoras do Brasil (Matria) contendo considerações sobre a implementação pelo Ministério da Saúde do Programa de Atenção à Saúde da População Trans, que propõe o uso de bloqueadores hormonais e a antecipação de intervenções farmacológicas em corpos em desenvolvimento;

– cópias de ofícios e moções de Câmaras Municipais contendo considerações sobre questões trabalhistas e temas relacionados à saúde.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão e fica consignado prazo de 15 dias para manifestação dos Senadores a fim de que sejam analisados pelo Colegiado.

Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados ao final do prazo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais, como nas matérias terminativas.

Informo que o item 4, Projeto de Lei nº 3.242, de 2020, foi retirado de pauta a pedido da Relatora, Senadora Mara Gabrilli.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 3242, DE 2020

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso) para prever a figura do Cuidador de Pessoa Idosa.

Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR)

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com o acolhimento da Emenda nº 1-CDH, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao projeto, com a emenda nº 1-CDH.

2- Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.) (*Pausa.*)

A pedido do Senador Nelsinho Trad, nós iremos iniciar pelo item 6.

ITEM 6

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 4558, DE 2019

- Não terminativo -

Dispõe sobre a atenção e os direitos das pessoas vitimadas por queimaduras.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao projeto.

2- A matéria constou da pauta da reunião de 26/03/2025.

A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Direitos Humanos.

A matéria constou da pauta da reunião de 26 de março de 2025.

Concedo a palavra ao Senador Nelsinho Trad para a leitura do relatório.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – Presidente, Senadora Dra. Eudócia, é um prazer estar aqui, sendo presidido por V. Exa.

Peço licença para ir direto à análise.

Caros colegas aqui presentes, compete a esta Comissão opinar sobre matérias que digam respeito a proteção e defesa da saúde e a competências do SUS.

O projeto trata de matéria de proteção e defesa da saúde e também atende aos requisitos de juridicidade, inclusive quanto à técnica legislativa e à regimentalidade.

É notório que as pessoas com sequelas graves de queimaduras têm suas vidas profundamente impactadas por essa condição, com necessidades específicas de assistência à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saúde e reintegração social. Cumpre ressaltar que tais impactos também afetam os núcleos familiares e a rede de apoio das pessoas envolvidas, com importante carga de sofrimento e custos.

Exemplo da magnitude do problema é a recente proibição da comercialização de álcool líquido 70% em mercados e farmácias, vigente desde abril de 2024. Essa decisão da Anvisa visa a reduzir os riscos de acidentes domésticos, uma vez que o álcool líquido 70%, sendo altamente inflamável, tem sido associado a numerosos casos de queimaduras graves.

Dados do Ministério da Saúde indicam que 80% dos casos de queimaduras no Brasil são tratados pelo SUS. Esses atendimentos variam de acordo com a complexidade do caso e podem incluir encaminhamento para Centros de Tratamento de Queimados, especialmente para casos de grande extensão e queimaduras químicas ou elétricas. Contudo, são inúmeros os relatos de dificuldade de acesso a serviços especializados, especialmente para cirurgias reparadoras, situação também documentada por publicações da Sociedade Brasileira de Queimaduras.

Por essa razão e tendo em vista as adequações necessárias frente à análise desta Comissão quanto à abrangência do tema na saúde pública e suplementar, oferecemos substitutivo que também contempla as emendas apresentadas quando da análise da proposição na Comissão de Direitos Humanos.

Enquanto nossa análise na CDH centrou-se na defesa dos direitos humanos e na dignidade das pessoas vitimadas por queimaduras, na CAS (Comissão de Assuntos Sociais), em que entra o apêndice de saúde, ampliamos o olhar sobre o impacto dessa condição na saúde pública e na saúde suplementar, considerando o papel estratégico do SUS e dos planos privados no tratamento integral desses pacientes.

O substitutivo aprimora a proposição original também por incluir a previsão de realização de cirurgia plástica reparadora, tanto no SUS quanto na saúde suplementar, a fim de contribuir para superação dos desafios existentes no país.

Nesse contexto, a garantia de acesso a esse procedimento pode ser comparada à reconstrução mamária no câncer de mama, cuja inclusão nas políticas públicas representou um avanço significativo na reabilitação e na qualidade de vida das mulheres. De modo semelhante, a cirurgia plástica reparadora para queimaduras vai além de uma questão meramente estética; é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um elemento fundamental para a recuperação funcional e psicossocial, além da reintegração social.

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.558, de 2019, e pelo acatamento parcial das Emendas nºs 1 e 2 da Comissão de Direitos Humanos, na forma do seguinte substitutivo:

> EMENDA Nº –CAS (SUBSTITUTIVO)
> PROJETO DE LEI Nº 4.558, DE 2019
> Dispõe sobre os direitos das pessoas vitimadas por queimaduras.
> O CONGRESSO NACIONAL decreta:
> Art. 1º As pessoas vitimadas por queimaduras têm direito a todos os meios disponíveis necessários para sua recuperação e reabilitação física, estética, psíquica, educacional e profissional, com vistas à sua inclusão na sociedade.
> Art. 2º É assegurada às pessoas vitimadas por queimaduras a integralidade da assistência no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), nos termos do art. 19-M da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e da saúde suplementar, nos termos do art. 10 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998.
> Parágrafo único. O disposto neste artigo estende-se ao tratamento das sequelas de qualquer natureza decorrentes de queimaduras, garantida a realização de cirurgia plástica reparadora quando existirem alterações com perda de estética ou de função.
> Art. 3º Às pessoas com sequelas de queimaduras será garantida a realização do procedimento previsto no § 1º do art. 2º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para avaliação de deficiência.
> Art. 4º Esta Lei entra em vigor após decorridos trinta dias de sua publicação oficial.

Esse é o relatório, Dra. Eudócia.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Coloco a matéria em discussão.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Para discutir.) – Rapidamente Senadora Dra. Eudócia, quero cumprimentar a senhora, que está à frente hoje da sessão da nossa Comissão de Assuntos Sociais, e quero só parabenizar o Senador Nelsinho pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relatório. Acho que é um relatório muito pertinente, muito necessário. A gente dá a devida assistência, não só na questão médica, mas na questão psicológica, para todas as sequelas daqueles que são vítimas de queimadura.

Então, só quero parabenizar mesmo e dizer que tem o meu total apoio na apresentação do seu relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Muito bem, Senadora Leila.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pois não...

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – ... para discutir.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – ... pode falar.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – Apenas para reforçar os colegas, quando eu atuava na Santa Casa de Campo Grande, o setor de queimados era próximo de onde a minha especialidade tinha os internados, da urologia. E é mais do que justa essa amplitude que nós estamos oferecendo nesse projeto, porque, quando se tem uma queimadura em determinada parte do corpo, e a depender do percentual de queimadura que esse corpo foi afetado, a gente sabe da gravidade das repercussões metabólicas que isso causa no paciente. Muitas das vezes não conseguem suprir essas consequências e essas complicações e acabam vindo a óbito. Para aqueles que conseguem sobreviver, a sequela é tão grande ou até maior do que a própria ferida da queimadura que o paciente apresenta. Queima mais do que o corpo, queima a alma da pessoa.

Então, o que a gente puder fazer aqui para estender a mão para esses pacientes, mesmo assim, Senadora Dra. Eudócia, ainda é pouco.

Então, eu peço a aprovação dos pares.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Eu quero também parabenizá-lo, Senador Nelsinho Trad, porque eu também tive a oportunidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhar na área de queimados e na área infantil, que é bem impactante. E nós sabemos, como você bem falou, que as sequelas emocionais, tanto na família e especificamente no paciente, são sem precedentes. Então, eu quero parabenizá-lo pela sua relatoria.

Agora, não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo).

A matéria vai ao Plenário.

Eu queria pedir, Senadora Leila Barros, que você desse a oportunidade ao Senador Nelsinho Trad, para o item 10, de que ele é *ad hoc*, porque ele me pediu, assim que chegou, para colocar logo esse item.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Tá. Eu agradeço a precedência.

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 243, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para garantir condições facilitadas e taxas de juros diferenciadas na obtenção de empréstimos de instituições financeiras integrantes das administrações públicas dos entes federados e preferência em processos licitatórios às empresas que concederem aos pais de pessoas com deficiência, ou aos responsáveis legais destes, abono de faltas, sem a necessidade de compensação de jornada, ou jornada especial de trabalho, quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comprovada a necessidade da presença do trabalhador no acompanhamento em terapias e tratamentos ou na assistência nos cuidados da vida diária.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

A relatoria é da Senadora Jussara Lima, e o Senador Nelsinho Trad é o Relator *ad hoc*.

Concedo a palavra ao Senador Nelsinho Trad para a leitura do relatório.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – Muito obrigado, Senadora Dra. Eudócia. É com muito prazer que eu leio o relatório da Senadora Jussara Lima de um projeto da Senadora Mara Gabrilli.

O projeto se destina, nos termos da sua emenda, a modificar a CLT, aprovada em junho de 1993, para garantir condições facilitadas e taxas de juros diferenciadas na obtenção de empréstimos de instituições financeiras integrantes das administrações públicas dos entes federados e preferência em processos licitatórios às empresas que concederem aos pais de pessoas com deficiência, ou aos responsáveis legais destes, abono de faltas, sem a necessidade de compensação de jornada, ou jornada especial de trabalho, quando comprovada a necessidade da presença do trabalhador no acompanhamento em terapias e tratamentos ou na assistência nos cuidados da vida diária.

Em sua justificação, a autora indica o intento de humanizar as relações de trabalho, ao estabelecer um esquema de incentivo para que os empregadores adotem práticas socialmente responsáveis, sem que seja estabelecida uma obrigação direta.

O projeto passa por três Comissões: CAS, CCJ e CAE, cabendo à última – ainda vai tramitar – a decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na CAS, a matéria já foi objeto de relatório do Senador Romário, que se orientava pela sua aprovação, na forma de substitutivo. Tal relatório, contudo, não chegou a ser votado, pelo que podemos afirmar que a matéria não recebeu, até o presente momento, nenhuma emenda.

Análise.

Dado que a matéria ainda passará pela CCJ e pela CAE, a presente análise deve se cingir aos seus aspectos propriamente sociais, tendo se em conta, naturalmente, que a competência das Comissões não é completamente estanque, havendo necessariamente alguma sobreposição das áreas temáticas dessas Comissões no presente relatório.

A matéria não está reservada a lei complementar nem se acha em conflito evidente com dispositivo constitucional material ou outra norma, como tratado internacional de direitos humanos.

Não obstante a legitimidade e a justiça das intenções da autora, entendemos que algumas ponderações, tanto de natureza material quanto de natureza formal, se fazem necessárias.

A autora, como dissemos, busca estabelecer um marco legislativo que, em vez de estabelecer uma obrigação para os empregadores, crie incentivos para que eles concedam condições especiais de trabalho aos pais ou responsáveis por pessoas com deficiência, para fim de acompanhamento em terapias, tratamento ou para o seu acompanhamento.

O cuidado das pessoas com deficiência no Brasil recai desproporcionalmente, como sabemos, a todos da família. A inexistência de um sistema completo de prestação de serviços sociais faz com que os familiares tenham de reservar grande parte de seu tempo ao acompanhamento e à movimentação das pessoas com deficiência, fazendo-o, muitas vezes, à custa de seu tempo de trabalho, ou seja, é impossível conciliar as duas coisas.

É uma escolha dramática, sabemos, ter de optar entre suas obrigações profissionais e as responsabilidades quanto à qualidade de vida da pessoa com deficiência que está sob seus cuidados.

O projeto busca erigir um compromisso sensível entre os interesses da pessoa com deficiência e seus responsáveis, dos empregadores e da sociedade como um todo. Os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empregadores que voluntariamente acomodarem as necessidades de seus empregados terão vantagens legais à sua disposição.

Concordamos, no entanto, com as razões apontadas no parecer do Senador Romário quanto à correta inscrição dos dispositivos legais almejados.

Outra coisa que devemos apontar é que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, foi integralmente revogada e substituída pela Lei 14.133, de 2021. Assim, promovemos a necessária correção, nos termos do substitutivo.

Substitutivo:

> [...]
> Art. 1º A Ementa da Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:
> Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e à concessão de benefícios às empresas que adotarem regime especial de trabalho para o acompanhamento de pessoa com deficiência, altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008.
> Art. 2º A Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 1º-B:
> "Art. 1º-B. A Empresa participante do Programa Empresa Cidadã fica autorizada a conceder aos pais ou responsáveis por pessoas com deficiência abono de faltas (sem compensação de jornadas) ou jornada especial de trabalho, para acompanhamento em terapias, em tratamentos ou na assistência aos seus cuidados da vida diária, independentemente da adoção das medidas previstas nos arts. 1º ou 1º-A.
> Parágrafo único. As empresas que demonstrarem, na forma de regulamento, o cumprimento do disposto no *caput* farão jus a:
> I - prioridade na obtenção de empréstimos de instituições financeiras integrantes das administrações públicas dos entes federados, em condições mais vantajosas, com taxas de juros diferenciadas, na forma do regulamento;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

II - aplicação de margem de preferência mínima de 10% (dez por cento) sobre o preço de bens ou de serviços, ou, se mais elevada, pela margem estabelecida na forma do art. 26 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – nos procedimentos de licitação e de contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma do regulamento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

A Relatora é a Senadora Jussara Lima, e quem leu o relatório foi o Senador que está falando, Nelsinho Trad.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Quero parabenizar as Senadoras Mara Gabrilli e Jussara Lima pela autoria e relatoria desse projeto, respectivamente.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

Pois não, pode falar.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – Eu penso que é de uma sensibilidade essa matéria, porque, quando você está com alguém da sua família, um filho portador de necessidade especial, ou um parente, um companheiro, a dedicação para essa pessoa, pessoal, vamos pôr na cabeça, é mais do que 24 horas se ela tem alguma incapacidade. Quem que vai fazer jus às necessidades fisiológicas, por exemplo, dessa pessoa se ela não tem essa capacidade sozinha? Então, é muito mais do que justo.

Parabéns à Senadora Mara! Ela deve ter vivenciado isso na pele e, com a sua sensibilidade, conseguiu transcrever, e a Senadora Jussara, de uma forma também ímpar, traduziu nesse relatório, junto com o Senador Romário.

A nossa Comissão não tem outra coisa a fazer do que referendar, avalizar, com louvor, essa iniciativa, deixando às outras Comissões as matérias pertinentes a cada uma – CCJ e CAE.

É a minha consideração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1, da CAS, substitutivo.

A matéria vai à CCJ.

Item 1.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 8, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater Termos da Ocupação por Plataforma (TOP), dispondo sobre os direitos e benefícios do profissional conectado, suas relações com Trabalho, Previdência e Plataformas.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

Passo a palavra à Senadora Leila Barros para a leitura do requerimento.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Para encaminhar.) – Grata, Senadora Dra. Eudócia.

Vou à leitura.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater termos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da ocupação por plataforma (TOP), dispondo sobre os direitos e benefícios do profissional conectado, suas relações com trabalho, previdência e plataformas.

O tema se torna muito relevante, por tratar da relação entre trabalhadores/empreendedores, plataformas e governo, em um ambiente novo de trabalho, no caso em tela motoristas e motofretistas, mas o tema acaba sendo relevante para todas as categorias que passam a ofertar serviços mediante plataformas.

Proponho para a audiência pública a presença dos seguintes convidados: o Sr. Renan Kalil, Procurador do Ministério Público do Trabalho (MPT); o Sr. Ricardo Festi, Professor da UnB; o Sr. Abel Santos, Presidente da Associação dos Motofretistas; o Sr. Jair Almeida, Presidente da Atam, representante dos motoristas de aplicativos; representante da Secretaria de Regime Geral de Previdência Social; representante da Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia.

Agora eu vou para a justificação.

A realização de uma audiência pública sobre as relações entre plataformas, colaboradores e Governo, especialmente no contexto de motoristas e motofretistas, é de extrema importância por diversas razões, tendo sido trazida pelos motofretistas e motoristas de aplicativo de Brasília.

Primeiramente, esse setor tem crescido de forma exponencial nos últimos anos, trazendo à tona questões relevantes sobre direitos trabalhistas, segurança e condições de trabalho. Motoristas e motofretistas frequentemente enfrentam desafios relacionados à remuneração justa, à falta de benefícios e à insegurança no exercício de suas atividades. Uma audiência pública pode proporcionar um espaço para que esses profissionais expressem suas preocupações e experiências, contribuindo para um entendimento mais profundo da realidade enfrentada por eles diariamente.

Além disso, a interação entre as plataformas digitais e os colaboradores é complexa e muitas vezes marcada por desigualdades. É fundamental que haja um diálogo aberto entre as partes envolvidas — motoristas, motofretistas, representantes das plataformas e autoridades governamentais — para discutir e buscar soluções que promovam um ambiente de trabalho mais justo e, principalmente, seguro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A audiência pública pode servir como um fórum para a apresentação de propostas e a construção de políticas públicas que atendam às necessidades de todos os envolvidos. Por fim, a participação da sociedade civil nesse debate é essencial. A audiência pública permitirá que cidadãos, organizações e especialistas contribuam com suas visões e sugestões, enriquecendo a discussão e ajudando a moldar um futuro mais equilibrado e sustentável para o setor.

Em resumo, a realização dessa audiência pública é uma oportunidade valiosa para promover o diálogo, a transparência e a construção de soluções que beneficiem, sim, motoristas, motofretistas e a sociedade como um todo.

Sra. Presidente, acabei de ler minha justificação, mas é muito clara a minha intenção. A gente teve ontem uma paralisação aqui do setor. A gente sabe da importância hoje. Não dá mais para negar que os mototaxistas, os motofretistas, os *motoboys* são fundamentais para o nosso dia a dia, seja para trazer um medicamento, seja para trazer um alimento no final de semana, quando está todo mundo em casa, e são eles que trabalham no final de semana.

Realmente a gente tem que debater não só a questão dos direitos trabalhistas, mas, mais do que isso, a segurança desses profissionais, porque, uma vez que acontece um acidente, eles simplesmente não têm nenhum direito garantido, vão para o SUS, muitos deles não conseguem mais voltar ao trabalho por causa das sequelas de acidentes. Enfim, é um debate sobre o qual nós temos que nos debruçar, porque é uma classe que vem crescendo, como falei, exponencialmente, e nós temos o dever, dentro desta Casa, de acolhê-los, ouvi-los, e, claro, com o Governo, os representantes das plataformas, abrir o diálogo em torno dos direitos e deveres, enfim, de tudo que envolve esse setor que é muito importante para a nossa sociedade.

Então, eu conto com o apoio de todos os colegas para esta audiência e, inclusive, com a participação de todos.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Parabéns pela iniciativa desta sessão de debates, Senadora Leila Barros, muito pertinente – muito pertinente.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos passar para o item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 4988, DE 2023

- Terminativo -

Cria o selo "Diversidade, Inclusão e Equidade no Ambiente de Trabalho".

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto, com as emendas nº 1-CDH e 2-CDH.

2- A matéria consta da pauta desde a reunião de 19/03/2025.

3- Em 26/03/2025, a Senadora Mara Gabrilli apresentou a Emenda nº 3.

4- Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

Concedo a palavra à Senadora Leila Barros para a leitura do relatório.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Senadora Dra. Eudócia.

Eu vou para a leitura do relatório, já cumprimentando a Senadora Zenaide também pela presença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem a exame desta Comissão de Assuntos Sociais, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Lei (PL) nº 4.988, de 2023, de autoria do Senador Marcos do Val, que cria o Selo Diversidade, Inclusão e Equidade no Ambiente de Trabalho.

Compõe-se o projeto de cinco dispositivos, que têm por objeto criar e regulamentar o Selo Diversidade, Inclusão e Equidade no Ambiente de Trabalho, que se destina a identificar pessoas jurídicas, de direito público e privado, que adotem práticas e promovam ações direcionadas à inclusão no ambiente de trabalho de mulheres e pessoas pretas ou pardas.

O selo será conferido em três níveis, correspondentes ao grau de compromisso e desempenho das pessoas jurídicas no cumprimento dos critérios determinados no projeto.

A concessão da referida distinção acha-se condicionada, nos termos do art. 2º, à avaliação de seis critérios:

I – proporção equitativa de homens e mulheres; e de brancos, pretos ou pardos na composição do quadro de pessoal;

II – proporção equitativa de homens e mulheres; e de brancos, pretos ou pardos em cargos ou funções de liderança ou chefia;

III – garantia de igualdade salarial para o desempenho de atividades equivalentes, respeitados o tempo de carreira e a progressão funcional, independentemente de sexo ou cor;

IV – adoção de práticas educativas acerca de inclusão e diversidade, equidade entre os sexos e de práticas não racistas no ambiente de trabalho;

V – medidas de combate ao assédio e à discriminação no ambiente de trabalho;

VI – promoção dos direitos das mulheres e das pessoas pretas e pardas no ambiente de trabalho.

O selo será concedido nas modalidades bronze, prata ou ouro, conforme as empresas tenham cumprido três, quatro, cinco ou mais dos critérios, e terá validade de dois anos, sendo que a sua concessão, renovação ou perda deverá ser objeto de regulamentação posterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto foi submetido anteriormente à CDH, onde recebeu parecer favorável da Senadora Damares, com duas emendas.

A Emenda nº 1 acrescenta mais três incisos ao art. 2º, ampliando o número de critérios que podem ser analisados:

> VII - promoção de treinamento periódico dos funcionários [...] em letramento racial e de gênero, com vistas a conscientizar sobre questões pertinentes à história, à cultura e aos desafios decorrentes de aspectos raciais e de gênero;
> VIII - existência de canais de denúncia, seguros e confidenciais, e de procedimentos para apoio e suporte às vítimas, em caso de assédio, afronta à equidade ou discriminação racial ou de gênero [...];
> IX - existência de procedimentos para apuração e responsabilização por atos que configurem assédio, afronta à equidade ou discriminação racial ou de gênero no ambiente de trabalho.

A emenda também acrescenta parágrafo para definir letramento racial e de gênero como "o conjunto de práticas pedagógicas que tem por objetivo conscientizar o indivíduo acerca da estrutura e do funcionamento do racismo e do sexismo na sociedade, tornando-o apto a reconhecer, criticar e combater atitudes racistas e sexistas em seu cotidiano".

A Emenda nº 2, por sua vez, modifica o inciso V do art. 2º, que acima transcrevemos, para estabelecer que esse critério passaria a ser entendido como "a adoção de medidas e políticas efetivas de proibição e de combate ao assédio e à discriminação racial e de gênero no ambiente de trabalho".

Nesta Comissão, o projeto recebeu a Emenda nº 3-CAS, de autoria da nossa querida Senadora Mara Gabrilli, que altera diversos dispositivos do projeto e das emendas aprovadas pela CDH, a fim de ampliar o alcance e a efetividade da política pública, garantindo que o Selo Diversidade, Inclusão e Equidade no Ambiente de Trabalho contemple também ações de inclusão direcionadas às pessoas com deficiência, grupo historicamente vulnerabilizado no mercado de trabalho.

Análise, Sra. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A constitucionalidade da proposição está presente.

No mérito, acompanhamos a CDH.

A adoção de mecanismos de incentivo para a adoção de boas práticas de gestão laboral é uma ferramenta suave, mas que apresenta efeitos poderosos a longo prazo.

Trata-se de política que se fundamenta no desejo incorporado pela empresa de adotar políticas mais equânimes quanto às questões de raça e gênero e pelo reconhecimento de seus esforços por meio do selo, que, ao ser divulgado, funciona como um dos componentes do *marketing* da empresa.

A discriminação no ambiente de trabalho é uma realidade que todos reconhecemos. No entanto, embora presente, ela nem sempre é de evidente constatação ou de fácil enfrentamento, dado que nem sempre ela é explícita, mas se encontra escamoteada ou disfarçada nesses ambientes.

Nesse sentido, as ferramentas que agem por meio de incentivos são bastante eficazes. Ao se basearem na atuação voluntária dos próprios interessados, esses mecanismos de incentivo evitam as dificuldades que ocorrem na aplicação de meios mais coercitivos.

Naturalmente, tais mecanismos voluntários não são suficientes para a eliminação das discriminações, mas devem ser um instrumento a mais, ao lado de mecanismos investigativos e punitivos, em uma política integrada.

Assim, consideramos oportuna a aprovação do projeto, não obstante a existência de alguns programas parcialmente coincidentes no âmbito do Poder Executivo federal.

As emendas da CDH apresentam importantes aperfeiçoamentos, no sentido de tornar mais abrangentes as medidas que as empresas podem adotar.

Em relação à Emenda n ° 3-CAS, da Senadora Mara Gabrilli, a ampliação do alcance das medidas consideradas na concessão do selo enriquece o projeto e está em plena sintonia com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, especialmente a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que foi inserida no ordenamento jurídico pátrio com *status* de emenda constitucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sugerimos, ademais, a criação de mais uma modalidade do Selo Diversidade, Inclusão e Equidade no Ambiente de Trabalho, direcionado especificamente às micro e pequenas empresas.

Efetivamente, tais empresas, que contam, muitas vezes, com poucos empregados, que são dirigidas, por vezes, pelo próprio empresário, podem não apresentar claramente os critérios do art. 2º, que se aplicam, evidentemente, a empresas maiores, que possuem diversos cargos de chefia, quadros funcionais mais amplos, etc.

Pela nossa proposta, o selo fará com que as pequenas e microempresas observem ao menos dois dos critérios previstos na norma e que apresentem ambiente efetivamente condizente com a inclusão e equidade, a ser verificado quando do pedido de concessão.

Em razão do grande número de alterações promovidas pelas emendas, entendemos ser recomendável a elaboração de um substitutivo que as contemplem.

Voto.

Do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.988, de 2023, e das Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Direitos Humanos, e Emenda nº 3-CAS, na forma da seguinte emenda substitutiva anexada ao nosso relatório, Sra. Presidente.

E já parabenizando o trabalho realizado pela Relatora na Comissão de Direitos Humanos, Senadora Damares, e aqui o complemento necessário, importantíssimo, como sempre, da nossa querida Mara Gabrilli, citando as pessoas com deficiência, como ela falou claramente na emenda dela, que são altamente atingidas em ambientes de trabalho discriminatórios. Então, quero parabenizar a iniciativa das duas, pedindo o apoio de todos os colegas aqui da Comissão de Assuntos Sociais.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Quero parabenizá-la também, Senadora Leila Barros, pela brilhante relatoria e quero cumprimentar a Senadora Zenaide Maia, que se faz aqui presente – nossa amiga querida.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Senadora Dra. Eudócia, eu fui aqui alertada pela minha assessoria, já fazendo justiça também ao Senador Marcos do Val,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque a iniciativa... Nada seria possível se não fosse pela iniciativa, pela brilhante iniciativa do Senador Marcos do Val. Eu o parabenizo e parabenizo a equipe dele também.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pois não.

Eu também o parabenizo pela autoria, muito pertinente.

E agora coloco a matéria em discussão.

Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Eu quero aqui parabenizar por essa ideia, porque a gente precisa... Já existe uma lei que tem cotas para as pessoas com deficiência, e a gente tem que dar visibilidade a isso, justamente, com o selo, como o que a gente tem, o ISO.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Não é só punir. É a gente também reconhecer o trabalho, a iniciativa.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – É a gente reconhecer. A gente tem que criticar e, quando alguém cumpre, a gente tem que elogiar. Não pode botar todos por igual. Se não cumpre, a gente não vai dar visibilidade. Se cumpre, cabe ao povo brasileiro fazer essa inclusão de pessoas com deficiência.

Eu costumo dizer que o Estado que não tem condições de incluir suas pessoas com deficiência, gente, me desculpe, quem está deficiente é esse Estado.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Agora a Senadora Mara Gabrilli vai discutir também esse projeto.

Pode falar, Senadora Mara. Seja muito bem-vinda.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senadora Dra. Eudócia. Obrigada.

Eu queria parabenizar a Senadora Leila pelo relatório e dizer que foi de muita sensibilidade ter acatado a emenda. A gente está vivendo um momento, Senadora Leila, Senadora Zenaide, Senadora Dra. Eudócia, muito difícil na área da pessoa com deficiência nas empresas. Há um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

movimento que tenta desqualificar a contratação dessas pessoas, facilitar a não contratação das pessoas com deficiência, e a gente tem uma Lei de Cotas que mudou o Brasil pela égide da pessoa com deficiência, porque as pessoas passaram a ter um rendimento, passaram a ter um trabalho. Essa foi uma transformação muito grande, porque, no ano 2000, a gente só tinha cem pessoas com deficiência com carteira assinada, e, por conta da fiscalização dessa Lei de Cotas, a gente hoje tem mais de meio milhão, um número significativo.

A gente precisa trabalhar o ambiente de trabalho para que as pessoas tenham essa capacidade de serem empáticas com a diversidade. Isso faz com que todos os funcionários de uma empresa possam ter um desempenho melhor. E quem ganha é sempre a empresa.

Então, eu quero parabenizar a Senadora Leila e parabenizar o Senador Marcos do Val, que foi quem trouxe o projeto, é o autor do projeto. Parabéns.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Muito bem colocadas as palavras, Senadora Mara Gabrilli.

A Senadora Leila Barros pediu a palavra.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Como Relatora.) – Só para concluir, Senadora Dra. Eudócia, eu gosto muito de ouvir a Mara, até porque a gente não pode perder a capacidade, e a gente vem perdendo, de ser empático, de, muitas vezes, nos colocarmos no lugar do outro ou, pelo menos, refletir sobre o outro que está do nosso lado, sobre as dificuldades que ele enfrenta. Nós somos seres políticos, nós estamos na política e temos a obrigação – apesar de saber que muitos aqui não têm essa capacidade – de fazer uma avaliação muitas vezes técnica, muitas vezes pragmática, pensando em impacto, mas, acima de tudo, fazer muitas vezes essa avaliação com o coração também.

É necessário muitas vezes que ele esteja à frente, a alma da gente, para, quando a gente tratar desses tipos de tema, saber que existem impactos financeiros, existe todo o pragmatismo, que é necessário na avaliação das proposições que nós temos aqui, mas, acima de tudo, sermos empáticos, como a Senadora Mara falou – e ela representa muito isso para todos nós aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então é muito importante ouvi-la e ver a luta dela, porque, se hoje a pessoa com deficiência neste país saiu de cem pessoas com carteira para 0,5 milhão, certamente foi pela atuação dessa Parlamentar, que representa muito bem o Estado de São Paulo.

É isso. Obrigada. É só um elogio, porque eu preciso elogiar o trabalho da bancada, em especial a Bancada Feminina nesta Casa.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Muito oportunas suas palavras, Senadora Leila Barros, nossa Líder. E quero também acompanhar a sua fala em relação à Senadora Mara Gabrilli, porque ela é um exemplo para todos nós.

E não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o substitutivo, nos termos do relatório apresentado.

A votação é nominal, votação eletrônica. (*Pausa.*)

O painel está aberto para votação.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Quero cumprimentar o Senador Jayme Campos, que se faz presente também nesta Comissão.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Pela ordem.) – Quero só aproveitar, Senadora Dra. Eudócia – e pedi já para a assessoria da mesa da Comissão – para falar a respeito do meu requerimento. Eu gostaria de ver, já para a gente se preparar, uma data, pedir vênia e fazer um apelo para que possamos fazer de forma mais célere possível, claro, de acordo com a disponibilidade da Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Tá, Senadora...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – A audiência pública dos motofretistas.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Tá, pode deixar que eu verei isso. Pode deixar. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enquanto está em votação o projeto que ora foi colocado, nós iremos para o item 7:

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 5328, DE 2023

- Não terminativo -

Estabelece prioridade para as indústrias que produzem fármacos no território nacional nas compras realizadas por laboratórios públicos.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

1- A matéria constou da pauta desde a reunião de 19/03/2025.

2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Concedo a palavra à Senadora Zenaide Maia para a leitura do relatório.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Como Relatora.) – Sra. Presidente, colegas Senadoras e Senadores, antes de pedir licença para ir direito à análise, eu queria dizer que desse projeto constam cinco artigos. Mas eu queria pedir licença para ir direto à análise.

É atribuição da CAS opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde e à competência do Sistema Único de Saúde (SUS) – temáticas abrangidas pelo projeto em análise –, nos termos do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal (Risf).

Dessa forma, os aspectos ligados ao desenvolvimento econômico e à indústria serão analisados quando da tramitação da proposição na CAE e na CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que tange ao mérito, a proposta visa a fortalecer a indústria nacional de fármacos, conferindo-lhe prioridade nas compras públicas, o que pode reduzir a dependência de importações, aumentar a segurança sanitária e fomentar a economia nacional. A medida é especialmente relevante em um contexto de crescente preocupação com a autossuficiência em insumos estratégicos para a saúde, notadamente para o fornecimento para o SUS, que serve à maioria da população e é abastecido também pelos laboratórios farmacêuticos públicos.

A concessão de prioridade para produtos fabricados no país está em consonância com as políticas de incentivo à indústria nacional e pode estimular a adoção de melhores práticas de fabricação e a inovação no setor farmacêutico. Ao mesmo tempo, a proposta preserva a competitividade do processo licitatório, garantindo que a preferência só será aplicada em igualdade de condições e como critério de desempate.

Vale ressaltar que a proposição está alinhada com o movimento do Governo Federal na Estratégia Nacional para o Desenvolvimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde. Estruturada em seis programas, a estratégia prevê investimento de R$42 bilhões até 2026 para expandir a produção nacional de itens prioritários para o SUS e reduzir a dependência do Brasil de insumos, medicamentos, vacinas e outros produtos de saúde estrangeiros.

A covid veio nos mostrar isso. Essa dependência foi grave, e não tenho dúvida de que a gente perdeu vidas porque tudo tinha de ser importado.

Além disso, a análise setorial do desempenho do comércio, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), destaca a importância econômica do segmento de artigos farmacêuticos. Em fevereiro deste ano, o setor de medicamentos foi um dos principais impulsionadores do crescimento, com uma alta significativa de 9,9%. Este crescimento evidencia a relevância do setor farmacêutico no cenário econômico nacional e reforça a necessidade de políticas que incentivem a produção local de fármacos.

No mesmo sentido, dados do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos indicam que o mercado farmacêutico brasileiro movimentou R$106,78 bilhões em 2022, representando um crescimento de 16,95% em relação ao ano anterior e posicionando o Brasil como o 10º maior mercado farmacêutico do mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, é importante considerar que o fortalecimento da indústria nacional de fármacos pode ter efeitos multiplicadores na economia. A produção local de medicamentos não só gera empregos diretos na indústria farmacêutica, mas também cria oportunidades de trabalho em setores correlatos, como o de transporte, embalagem e distribuição. Além disso, ao incentivar a inovação e a adoção de melhores práticas de fabricação, a proposta pode levar ao desenvolvimento de novos produtos e tecnologias, ampliando a competitividade do Brasil no mercado global de fármacos.

Dessa forma, o PL nº 5.328, de 2023, não só contribui para a segurança sanitária do país, mas também pode impulsionar a economia ao gerar empregos e fomentar a inovação. A prioridade para produtos fabricados no território nacional incentivará as empresas a adotarem melhores práticas de fabricação e a investirem em pesquisa e desenvolvimento, o que é crucial para a competitividade do setor. Além disso, o projeto traz incentivos para que a indústria coloque maior percentual de integração do processo produtivo no território nacional, o que contribuirá para a criação de empregos.

Ademais, a política de preferência para produtos nacionais também irá contribuir para a redução dos custos logísticos e administrativos associados à importação de fármacos. Ao diminuir a dependência de fornecedores estrangeiros, o Brasil pode mitigar os riscos associados à variação cambial e a eventuais interrupções no fornecimento global de medicamentos, como as observadas durante a pandemia de covid-19. Essa maior estabilidade no fornecimento de fármacos é fundamental para garantir a continuidade dos tratamentos e a saúde da população.

Por fim, é relevante destacar o papel estratégico da produção local de fármacos na promoção da saúde pública: sua disponibilidade fortalece a implementação de políticas de saúde e campanhas de vacinação, aumentando a segurança de que os insumos necessários estejam sempre disponíveis em quantidade e qualidade adequadas.

Voto.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.328, de 2023.

Esse é o voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria fazer logo a minha fala aqui, Leila. Fui Secretária de Saúde e sei o que é isso. A gente faz uma licitação, eles concorrem, ganham e, quando chega a hora de entregar o medicamento... Normalmente, na Lei de Licitações, tem uma história de um alinhamento de preços de até 25%. Então, eu me assustei quando eu era Secretária: "Isso a gente vai ter que alinhar, Dra. Zenaide". Eu disse: "Eu só conhecia alinhamento de carro, de direção de carro. Tem esse alinhamento?". Aí o cara disse: "Não, é porque os sais vêm da Europa, e lá estava reduzido e em falta e, como o dólar subiu de preço, a gente vai ter que aumentar". Eu disse: "Senhor, o senhor ganhou uma licitação, o senhor não estudou geografia? Não lembrou que, entre o Rio Grande do Norte e a Europa, de onde vêm os sais, tem um Oceano Atlântico? O senhor precisa ver isso".

E a covid veio mostrar para a gente a importância... O Brasil já foi um dos maiores produtores de vacina do mundo. Nós temos que incentivar a nossa indústria. Por exemplo, as vacinas da covid foram duas. Nós temos o Instituto Butantan, Instituto Evandro Chagas e Fiocruz, que são exemplos no mundo. Eu queria dizer a vocês que estão nos assistindo: a Fiocruz, o Instituto Butantan e o Evandro Chagas, o que existe de ciência sobre zica e chicungunha, somos nós, nossos cientistas que têm esse conhecimento. Então vamos valorizar o que é nosso.

Com certeza, pensando no lado humano, nós vamos salvar mais vidas porque o preço vai reduzir. Não vamos depender exclusivamente da indústria internacional e ainda vamos valorizar aqueles que se dedicam, nossos cientistas, que passam até 24 horas dentro de um laboratório com sua equipe, Leila, tentando descobrir um antibiótico ou uma vacina que faça com que a gente aumente a vida média do povo brasileiro.

Então todo o nosso respeito à indústria dos fármacos aqui no Brasil. Além de tudo, quem não olhar por esse lado humano... Eu ainda vejo esse lado econômico que a gente tem que mostrar também, Leila.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pode falar, Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Para discutir.) – Na verdade, com esse cenário mundial, nossa geopolítica, cada país se fechando, a gente vê a necessidade mais ainda – já era importante – de nós valorizarmos certos setores, no caso a nossa ciência, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossa indústria. E esse projeto vem muito ao encontro do que a gente vem debatendo e como anda o cenário mundial, nossa geopolítica, com essa crise, essa disputa, essa guerra econômica.

Então eu acho que é fundamental o trabalho que a gente tem feito aqui nessas discussões e é muito pertinente e importante o nosso apoio ao relatório da Senadora Zenaide.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Eu quero parabenizar a Relatora Zenaide Maia pela sua brilhante relatoria. E é exatamente isso – viu, Senadora? Parabéns pela sua relatoria e por tudo que você fez, por todas as suas considerações.

Quero cumprimentar aqui a nossa Senadora Daniella, que se encontra aqui presente.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação relatório.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à CAE. (*Pausa.*)

Retornando ao item 2, vou encerrar a votação. (*Pausa.*)

Pode falar, Senadora Daniella.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB. Pela ordem.) – Cumprimentando V. Exa. e todos os colegas Senadores e Senadoras, eu tenho o item 8, de que sou Relatora, e queria pedir a V. Exa., se não for problema para os colegas, a inversão de pauta, porque eu vou ter uma agenda às 11h e preciso sair daqui faltando 10 minutos para as 11h. É fora, infelizmente. Isso se puder. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Senadora Daniella, a questão é que a Senadora Mara Gabrilli já havia solicitado o mesmo anteriormente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por esse motivo, não tenho como conceder o seu pedido agora, mas, assim que a Senadora Mara Gabrilli se pronunciar, eu coloco você como prioridade.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB) – Eu vou fazer o seguinte então, porque eu não vou poder ficar por causa dessa agenda às 11h: eu peço para colocar um Relator *ad hoc* para não prejudicar o projeto. V. Exa. pode designar.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Nós colocaremos então.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB) – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Obrigada, Senadora.

Em relação ao item 2, que é o Projeto de Lei 4.988, de 2023, o resultado é: aprovado o projeto, nos termos da Emenda nº 4-CAS, Substitutivo.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

E vamos agora para o Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2018.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, DE 2018

- Terminativo -

Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para revogar o seu art. 18, que dispõe sobre as condições para o registro de medicamentos e insumos farmacêuticos de procedência estrangeira.

Autoria: Senadora Ana Amélia (PP/RS)

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de três emendas que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações: *Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.*

Concedo a palavra à Senadora Mara Gabrilli para leitura do relatório.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Senadora Dra. Eudócia.

Eu vou direto à análise.

É atribuição da CAS opinar sobre proposições que digam respeito a proteção e defesa da saúde – temática abrangida pelo projeto sob análise –, nos termos do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal. Além disso, por se tratar de apreciação em caráter terminativo, cabe também a esta Comissão examinar a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa da proposição.

Não vislumbramos qualquer vício de inconstitucionalidade, material ou formal na proposta. De acordo com o inciso XII do art. 24 da Constituição Federal, compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção e defesa da saúde. Além disso, a matéria de que trata a proposição em tela não é privativa do Presidente da República, sendo, portanto, permitida a iniciativa parlamentar. Também não encontramos quaisquer problemas relacionados à juridicidade e à técnica legislativa da propositura. Analisemos, portanto, o mérito – analisemos agora.

No que concerne ao mérito, parabenizando a querida Senadora Ana Amélia por sua visão estratégica, depreende-se que o objetivo do projeto que ora analisamos é alterar o processo de registro de medicamentos e de insumos farmacêuticos estrangeiros, mediante a revogação do art. 18 da Lei nº 6.360, de 1976, cujo *caput* impõe, como requisito adicional para o registro de medicamentos estrangeiros no país, a comprovação de seu registro no país de origem. Ademais, a revogação do §1º do art. 18 suprime a flexibilização do registro de medicamentos estrangeiros ali estabelecida. Assim, com a aprovação da matéria, não será mais legalmente previsto que o registro de medicamento estrangeiro possa ser realizado unicamente com a comprovação do registro em vigor por autoridade sanitária do país em que seja comercializado ou por autoridade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sanitária internacional sem a verificação do atendimento das demais exigências regulatórias previstas na legislação nacional.

Dessa forma, a revogação do *caput* e do §1º do art. 18 da Lei nº 6.360, de 1976, proposta pelo PLS fará com que todos os medicamentos, independentemente do local de sua procedência, estejam legalmente sujeitos às mesmas regras regulatórias no que tange ao registro.

A esse respeito, concordamos com a autora da matéria que a regra contida no art. 18 do referido diploma legal está obsoleta e não atende às necessidades do país, frente ao atual estágio de desenvolvimento do sistema regulatório brasileiro e da credibilidade da Anvisa.

Quanto a aspectos técnicos, a Anvisa já procede à verificação da eficácia e da segurança de todos os medicamentos, sendo eles de procedência estrangeira ou nacional, de forma que não há benefício de se manter tal regra. Registre-se que a agência dispõe de competência técnica e de capacidade operacional para realizar as análises sobre eficácia e segurança de todos os medicamentos a ela submetidos, sem necessitar do registro no país de origem para validar ou embasar sua decisão.

Entretanto, julgamos ser meritória a manutenção do que dispõe o §2º do art. 18 da Lei nº 6.360, de 1976, pois a sua revogação excluirá da legislação brasileira a necessidade de se comprovar o cumprimento das boas práticas de fabricação (BPF) reconhecidas nacionalmente para fins de registro de medicamento. Atualmente, tal comprovação é feita com a apresentação do certificado de boas práticas de fabricação (CBPF) emitido pela Anvisa, conforme disposto na RDC nº 497, de 20 de maio de 2021, que dispõe sobre os procedimentos administrativos para concessão de certificação de boas práticas de fabricação e de certificação de boas práticas de distribuição e/ou armazenagem.

É importante ressaltar que tal exigência está longe de ser um requerimento meramente burocrático, haja vista que o descumprimento das normas de BPF (boas práticas de fabricação) coloca em risco a qualidade do produto, alterando o perfil de eficácia e segurança, e, dessa forma, pode afetar diretamente a saúde da população.

As BPFs são definidas como a parte da garantia da qualidade que assegura que os produtos são consistentemente produzidos e controlados com padrões de qualidade apropriados para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uso pretendido e requerido pelo registro. Além disso, um sistema de garantia de qualidade adequado assegura que os medicamentos não sejam distribuídos ou comercializados antes que os responsáveis tenham se certificado de que cada lote de produção tenha sido produzido e controlado de acordo com os critérios estabelecidos.

A produção consistente dos medicamentos, segundo as especificações pré-definidas e as características de qualidade estabelecidas, é assegurada mediante a exigência do cumprimento de requisitos referentes a instalações, equipamentos, materiais, sistemas, pessoal qualificado, treinamentos, higiene, registros, documentação, controle de qualidade e produção. Tais padrões de qualidade são garantidos pela série de procedimentos a serem adotados pela empresa seguindo as regras de BPF.

Assim, todos os aspectos relativos à produção de medicamentos são cobertos pelas regras de BPF, buscando evitar erros, tais como trocas de embalagem de produtos, contaminação cruzada entre substâncias e outros desvios de qualidade que podem prejudicar a eficácia terapêutica e originar toxicidade e eventos adversos inesperados.

Depreende-se que a ausência de verificação do cumprimento das BPFs no ato de registro impede tanto a comprovação de atendimento dos requisitos de qualidade estabelecidos, quanto a confirmação de aspectos primordiais a partir da verificação *in loco* da existência de um determinado estabelecimento fabril situado em território estrangeiro.

Em que pese a importância das BPFs, a necessidade de verificação de seu cumprimento pelo fabricante para fins de registro tem respaldo legal apenas no §2º do art. 18 da Lei nº 6.360, de 1976. Assim, a sua revogação eliminará a previsão legal de um requisito essencial, podendo resultar em impactos negativos na qualidade dos medicamentos ofertados no mercado nacional.

Nesse sentido, apresentamos emenda para manter, no ato do registro e na forma do regulamento emanado da autoridade sanitária, a exigência de comprovação do cumprimento das BPFs de medicamentos e insumos farmacêuticos de procedência nacional ou estrangeira, além de mais duas emendas, uma para ajustar a ementa do projeto de lei e outra para revogar os parágrafos do art. 18.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2018, pelo qual parabenizo, mais uma vez, a Senadora Ana Amélia, com as emendas apresentadas.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – É só para cumprimentar V. Exa. e cumprimentar a minha (*Fora do microfone.*) ... querida amiga, que hoje apareceu, a outra vizinha, que é a Relatora, que apareceu com seu halo preferido, que é uma mistura de halo com cocar. É um halo muito iluminado. E a minha outra vizinha muito querida, quase catarinense, com laços em Tubarão, Santa Catarina, nossa querida Senadora, sempre Senadora Ana Amélia. E agradeço a V. Exa., Presidente, por convidá-la para participar da mesa no dia da aprovação de mais uma das suas produções legislativas, sempre da melhor qualidade e de interesse público.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Com certeza, Senador Esperidião Amin, não poderia ser diferente, a nossa querida Senadora Ana Amélia, que foi autora. E parabéns, Senadora, pela autoria desse projeto brilhante! Parabéns, parabéns! Também quero parabenizar a Senadora Mara Gabrilli pela excelente relatoria.

E agora eu coloco a matéria em discussão. Não havendo...

Você quer falar, Senadora Ana Amélia, já que a senhora é autora?

A SRA. ANA AMÉLIA DE LEMOS – Minha cara Senadora Dra. Eudócia, eu agradeço as suas deferências todas ao meu querido amigo Senador Esperidião Amin. Meu pai era catarinense; então, eu tenho um pedaço catarinense também. É um estado que eu amo muito, com a honra de ser gaúcha. E eu fico muito feliz e honrada, porque os mandatos que nós temos, quando são exercidos para atender o interesse da população, da ciência, da medicina, especialmente dos pacientes que precisam...

Estamos tratando aqui de saúde pública, e eu fico muito honrada com a Casa que eu honrei nos oito anos em que estive aqui. A senhora, pela deferência que me dá, uma mulher presidindo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui uma Comissão tão importante do Senado Federal... Eu queria agradecer a todos e especialmente ao meu querido amigo Esperidião Amin, que é um exemplo de Parlamentar nesta Casa da República.

Então, muito obrigada, e fico muito honrada com o relatório da minha querida amiga Mara Gabrilli, também brilhante, como sempre, muito voltada ao tratamento das questões relacionadas à saúde.

Eu fico muito feliz, no mesmo dia em que a Comissão de Constituição e Justiça também está apreciando um projeto de minha autoria que trata do devedor contumaz. Então, as pautas foram diversificadas, mas a saúde teve para mim uma prioridade, assim como a agricultura e o interesse nacional na área econômica.

Muito obrigada, Senadora Dra. Eudócia.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Parabéns pelas palavras, nossa eterna Senadora Ana Amélia!

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o projeto e as emendas, nos termos do relatório apresentado.

A votação é nominal. Votação eletrônica.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Eu quero colocar aqui para os colegas, Senadores e Senadoras, que não deixem de votar eletronicamente. É muito importante. Então, vamos participar efetivamente desta reunião e desse projeto que acabou de ser relatado pela Senadora Mara Gabrilli. Obrigada. (*Pausa.*)

Mais uma vez, eu reforço: queridos Senadores e Senadoras, que, inclusive, estão também participando da CCJ, da reunião da CCJ, que se atentem para a votação eletrônica e não deixem de votar. Obrigada. (*Pausa.*)

Atingiu o quórum de votação, vou encerrar a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Encerrada.

Quero colocar que foram 10 votos SIM; nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

Quórum de 11 pessoas, de 11 votos.

Resultado. Aprovado o projeto e as Emendas nºs 1, 2 e 3 da CAS.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Vamos para o item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 2767, DE 2021

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a oferta de atendimento acessível em serviços de atendimento emergencial.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de três emendas que apresenta.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto.

2- A matéria constou da pauta da reunião de 26/03/2025.

3- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agora concedo a palavra à Senadora Mara Gabrilli para leitura do relatório.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senadora Dra. Eudócia.

Eu vou para análise aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Concedido.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Pode?

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Concedido.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Compete à CAS, nos termos do art. 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias que dizem respeito à proteção e à defesa da saúde. Esse é o caso do projeto de lei sob análise, que dispõe sobre a obrigatoriedade da oferta de atendimento acessível em serviços emergenciais.

As centrais telefônicas de atendimento de emergência, como as do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), das polícias e dos bombeiros, são portas de entrada críticas das redes de saúde e de segurança pública, essenciais para a proteção da vida e da integridade física das pessoas. É a partir dessas chamadas telefônicas que centenas de brasileiros buscam socorro imediato todos os dias. Portanto, barreiras nesse acesso inicial podem ser decisivas, podendo significar, muitas vezes, a diferença entre a vida e a morte.

Um dos principais obstáculos à comunicação eficiente com serviços de atendimento de emergência é a falta de acessibilidade para pessoas com deficiência, especialmente aquelas com dificuldades na audição ou na fala. Isso porque muitos sistemas ainda operam exclusivamente por chamadas telefônicas, sem adaptações significativas desde a sua implementação. Assim, sem ajustes para responder às necessidades individuais de comunicação, o direito essencial à segurança e à proteção da saúde é negado a essa parcela da população, o que contradiz a própria essência dos serviços de emergência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Embora não haja estatística qualificada sobre demanda por serviços emergenciais, pessoas com deficiência, por uma série de fatores, estão mais vulneráveis a situações de risco, tais como acidentes e violência, podendo necessitar mais frequentemente de atendimento por esses serviços. À guisa de exemplo, estudos acadêmicos indicam que essa população tem até três vezes mais chances de sofrer quedas e fraturas. Além disso, os números da violência contra esse grupo são também expressivos. O Atlas da Violência 2024, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), registrou 14,6 mil casos de violência contra pessoas com deficiência no Brasil em 2022, o que equivale a um caso a cada meia hora.

Esse registro inicial é importante para ilustrar o mérito do PL nº 2.767, de 2021, pelo qual eu parabenizo o Senador Romário, que propõe uma alteração relevante na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência para garantir que meios de comunicação acessíveis sejam disponibilizados junto às centrais de atendimento de emergência. Do ponto de vista do direito à saúde, o projeto contribui diretamente para a acessibilidade à rede de urgência e emergência do Sistema Único de Saúde (SUS), e indiretamente: ao fortalecer a acessibilidade aos serviços de segurança pública e defesa civil, influencia determinantes da saúde ligados à prevenção e à resposta rápida a acidentes, violência, entre outros problemas de saúde pública.

E não é só. A remoção de barreiras na comunicação com as centrais de serviços emergenciais vai além dos aspectos de saúde e de segurança dos usuários; ela abrange o respeito à autonomia e à dignidade das pessoas com deficiência. Permitir comunicação eficaz é crucial para assegurar que todos sejam vistos, ouvidos e tratados como cidadãos plenos, com direitos e necessidades que devem ser igualmente atendidos.

É importante destacar que a acessibilidade às centrais de atendimento de emergência já é realidade em alguns serviços brasileiros. No Distrito Federal, por exemplo, as centrais 190, da Polícia Militar, e 193, do Corpo de Bombeiros Militar, oferecem atendimento na língua brasileira de sinais (Libras) para pessoas com deficiência auditiva e de fala.

Outras iniciativas de acessibilidade também são observadas nas Polícias Militares dos Estados de Santa Catarina e de São Paulo, além do Tecla Samu, em Campinas. No entanto, é essencial que o direito à acessibilidade seja garantido a todos os brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concluímos, portanto, que a proposta de assegurar meios acessíveis de comunicação com as centrais de atendimento de emergência é meritória e está em harmonia com os princípios constitucionais do direito à vida, à saúde, à segurança e à dignidade da pessoa e do dever do Estado de tornar suas infraestruturas e serviços acessíveis a todos os cidadãos.

Confirmamos, também, que não há óbice de regimentalidade, de juridicidade ou de constitucionalidade na proposição. Todavia, entendemos haver aspectos do texto proposto que poderiam ser aprimorados, os quais expomos a seguir.

A nosso ver, o art. 69-A, que assegura a oferta de meio de comunicação acessível, já contempla de forma suficiente a necessidade de acessibilidade aos serviços especificados, sem restringir a maneira como essa acessibilidade deve ser implementada. Isso permite que os entes federados utilizem soluções inovadoras e adaptadas às suas capacidades e necessidades específicas, como aplicativos de mensagens já amplamente utilizados e acessíveis, sem a necessidade de investimentos adicionais em tecnologias que poderiam não se adequar às condições locais.

Assim, recomendamos a supressão do art. 74-A, para simplificar a implementação da lei, evitando redundância na norma e potencial hesitação dos entes com o termo “tecnologia assistiva”.

Além disso, sugerimos que o rol de serviços de emergência seja meramente exemplificativo, de modo a permitir a inclusão de outras centrais relevantes não listadas explicitamente, como as do serviço de informação toxicológica, destinada a orientar a população em casos de exposição a substâncias tóxicas e venenos, importantes, sobretudo, no contexto das pessoas com deficiência sensorial.

Por fim, para conferir maior clareza ao texto, promovemos ajustes redacionais na ementa e no art. 1º do projeto.

Voto.

Em razão do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.767, de 2021, na forma das emendas apresentadas.

Parabenizo mais uma vez o Senador Romário pela proposição da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Parabéns a você, Senadora Mara Gabrilli pela relatoria. Também parabenizo o autor, Senador Romário, pelo pertinente projeto de lei.

Agora coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação, o projeto e as emendas nos termos do relatório apresentado.

A votação é nominal. Votação eletrônica.

O painel está aberto.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Solicito aos colegas Senadores e Senadoras que votem remotamente.

Obrigada. (*Pausa.*)

Atingiu o quórum, portanto vou encerrar a votação.

Encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Fala da Presidência.) – Nós tivemos 12 votos: 11 SIM; NÃO, 0.

Abstenção: 0.

O quórum foi de 12 Senadores.

Resultado: aprovados o projeto e as Emendas nºs 1, 2 e 3, da CAS.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Quero aqui cumprimentar o meu filho, o Deputado João Antonio Holanda Caldas. É um prazer recebê-lo aqui na Casa, Deputado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encerraremos agora a sessão.

Convoco para o dia 9 de abril, quarta-feira, às 9h, reunião extraordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 16 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE ABRIL DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e dezenove minutos do dia primeiro de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Veneziano Vital do Rêgo, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Sergio Moro, Alan Rick, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Jayme Campos, Plínio Valério, Omar Aziz, Zenaide Maia, Margareth Buzetti, Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Weverton, Humberto Costa, Jaques Wagner, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Laércio Oliveira e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Lucas Barreto, Paulo Paim e Wellington Fagundes, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcio Bittar, Otto Alencar, Eliziane Gama, Rodrigo Pacheco, Cid Gomes, Carlos Portinho, Eduardo Girão, Magno Malta, Marcos Rogério, Rogerio Marinho e Rogério Carvalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos REQ 10/2023 - CCJ, de autoria Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), REQ 13/2023 - CCJ, de autoria Senador Magno Malta (PL/ES), REQ 2/2025 - CCJ, de autoria Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), e REQ 3/2025 - CCJ, de autoria Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Finalidade:** Destinada a instruir os seguintes projetos que tramitam em conjunto: Projeto de Lei Complementar n° 164, de 2022, que "regula o art. 146-A da Constituição Federal e estabelece normas gerais para a identificação e controle de devedores contumazes, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência"; e o Projeto de Lei do Senado n° 284, de 2017 (Complementar), que "regulamenta a Constituição Federal para prever critérios especiais de tributação a fim de prevenir desequilíbrios concorrenciais". **Participantes:** Sr. Gustavo Henrique Formolo, Coordenador de Produção de Informações Estratégicas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) (representante de: Ministério da Fazenda e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional); Sr. Renato Cabral Dias Dutra, Diretor do Departamento de Combustíveis Derivados do Petróleo da Secretaria Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia (representante de: Alexandre Silveira, Ministro de Estado de Minas e Energia); Sr. Rodrigo Senne Capone, Especialista em Políticas e Indústria da Confederação Nacional da Indústria (CNI) (representante de: Ricardo Alvarez Alban, Presidente da CNI); Sr. Emerson Kapaz, Presidente do Instituto Combustível Legal; Sr. Enrico Severini Andriolo, Gerente Jurídico e Tributário do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) (representante de: Roberto Ardenghy, Presidente do IBP); Sr. Hugo Funaro, Advogado do Sindicato Nacional das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes (Sindicom) (representante de: Mozart Santos Rodrigues Filho, Diretor Executivo do Sindicom); Sr. Ricardo Medeiros de Castro, Chefe da Assessoria Técnica do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) (representante de: Alexandre Cordeiro Macedo, Presidente do CADE); Sr. Igor Nascimento de Souza, Membro da Diretoria Jurídica da Federação das Indústrias do Estado de Sâo Paulo (FIESP), sócio do Escritório Souza Okawa Advogados e vice-presidente do Comitê de Investimento do FI-FGTS; e Sr. Ivo Teixeira Gico Júnior, Doutor em Economia, Especialista em Direito Comercial e Econômico. **Resultado:** Realizada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Veneziano Vital do Rêgo
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/01

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Fala da Presidência.) – Minhas senhoras e meus senhores, meus cumprimentos. Bom dia a todos os presentes, às Sras. e aos Srs. Senadores que compõem a Comissão de Constituição e Justiça, aos senhores e senhoras que nos acompanharão através da TV Senado, aos demais presentes, aos convidados.

Nós, por força de já termos alcançado o número regimental, declaramos aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para que nós instruamos o Projeto de Lei Complementar 164, do ano de 2022, que regula o art. 146-A da nossa Constituição, estabelecendo normas gerais para a identificação e o controle de devedores contumazes, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, e que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2017, que regulamenta a Constituição Federal para prever critérios especiais de tributação, a fim de prevenir também desequilíbrios concorrenciais.

Foram aprovados os Requerimentos nºs 10, de 2023, e 2, de 2025, de nossa iniciativa, e os Requerimentos nº 13, de 2023, de iniciativa de S. Exa. Senador Magno Malta, e o de nº 3, do atual ano, de iniciativa do estimado amigo, Senador Ciro Nogueira, presente a esta reunião.

Esta reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores e dos Srs. e Sras. convidados, por sistema de videoconferência para exposição e debate. Será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de que participações populares possam se dar através do nosso Portal ou pelo telefone também, que já deve estar indicado.

Eu quero registrar, Senador Ciro, Senador Laércio, Senador Izalci, Sras. e Srs. convidados, que quem estaria a presidir esta audiência pública seria o nosso Presidente Otto Alencar, mas as senhoras e os senhores devem ter sabido que lastimavelmente ocorreu um trágico acidente no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado da Bahia, vitimando alguns cidadãos e cidadãs, entre os quais pessoas muito íntimas às relações pessoais do Senador Otto Alencar.

Ontem, o Senador fazia uma ligação pedindo minha compreensão e, de imediato, o atendi. Evidentemente, sabedores somos que situações dessa natureza terminam por nos levar, até por uma questão de princípios cristãos, a poder nos solidarizar, acompanhar e prestar as devidas atenções aos familiares enlutados. Portanto, justificou a sua ausência entre nós, e deverá, se esforçando, amanhã presidir a nossa sessão, a nossa reunião normal.

A todos os senhores e senhoras familiares enlutados pelas perdas das pessoas que estiveram envolvidas nesse acidente, todos nós nos solidarizamos e transmitimos os nossos pesares.

Portanto, para que nós venhamos a dar a devida vazão a esta reunião e ao seu propósito, desde já eu gostaria de convidar, já presentes estão, e queria que os mesmos pudessem aqui nos ladear: Sr. Renato Cabral Dias Dutra, Diretor do Departamento de Combustíveis Derivados de Petróleo da Secretaria Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, saudando-o e agradecendo desde já a sua presença e ao seu atendimento ao nosso convite; o Sr. Gustavo Henrique Formolo – não sei se pronuncia corretamente –, Procurador da Fazenda Nacional e Coordenador de Produção de Informações Estratégicas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que, neste ato, representa o Ministério da Fazenda e a Procuradoria-Geral da Fazenda; seja muito bem-vindo; Sr. Rodrigo Senne Capone, Especialista em Políticas e Indústria, representando a Confederação Nacional da Indústria (CNI), ao tempo em que, de já, agradeço a V. Sa.; o Sr. Emerson Kapaz, querido amigo que preside o Instituto Combustível Legal, igualmente seja bem-vindo; por fim, nesse primeiro momento, o Sr. Enrico Severini Andriolo, Gerente Jurídico e Tributário do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), as nossas saudações, nesse início de trabalho, seja bem-vindo.

Eu pediria à nossa Secretaria que me informasse: por gentileza, a praxe em audiências para que nós reservemos é de quantos minutos? (*Pausa.*)

Dez minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Penso eu que não é um tempo que poderíamos pretender e desejar, mas também não é insuficiente para as observações e a instrução que desejamos dar a este momento.

Eu, se os senhores me permitem, queria convidar o Gustavo Henrique, na condição de Procurador da Fazenda Nacional e Coordenador de Produção e Informações Estratégicas da Procuradoria-Geral da Fazenda, para que nós iniciássemos a nossa audiência pública trazendo as impressões e observações do Ministério da Fazenda a respeito dessa matéria que a CCJ enfrenta e que trata diretamente sobre os devedores contumazes.

Gustavo, as minhas saudações renovadas.

V. Sa. disporá de dez minutos para as suas considerações.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE FORMOLO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Bom, primeiramente, eu gostaria de agradecer aqui o convite feito à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para trazer algumas colaborações a respeito do PL do devedor contumaz, um PL muito bem-vindo tanto para a União quanto para a sociedade como um todo.

Inicialmente, eu cumprimento o Senador Veneziano Vital do Rêgo, Presidente aqui da CCJ em exercício, na pessoa de quem eu cumprimento todos os demais presentes.

Bom, inicialmente, a gente tem que ver que o devedor contumaz é um instituto que ainda não conta com regulamentação dentro do cenário jurídico brasileiro, muito embora haja referências ao devedor contumaz em alguns projetos de lei.

É inegável a necessidade de a gente discutir e debater esse tema e de regulamentá-lo, seja pelos aspectos concorrenciais, ou seja, os prejuízos que vêm causando à União, aos estados e municípios, muitos deles que já têm regulamentos próprios a respeito do tema.

Então, deixem-me passar aqui para o próximo eslaide.

Bom, o primeiro ponto que eu gostaria de abordar com vocês é a respeito do conceito de sonegação e se essa sonegação é ou não uma prática comum para os cidadãos brasileiros e para as empresas brasileiras. E o último estudo realizado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional detectou que 92,2% das empresas ativas encontram-se legais, ou seja, encontram-se sem nenhum débito perante a Fazenda Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que isso quer dizer? Isso quer dizer que 7,8% apenas das empresas ativas têm débitos, e eu não estou falando nem da quantidade de débito, podia ser R$1. Mas são só 7,8% – vamos arredondar para 8%. Então, aqui a gente vê que o brasileiro e as sociedades brasileiras têm interesse em pagar seus tributos em dia.

Um conceito que a gente utiliza na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e é muito relevante para a discussão desse PL é o de grande devedor, e gente vê aqui a concentração da dívida em nome desses grandes devedores. E quem são os grandes devedores? São aqueles que tem um débito inscrito em dívida ativa em montante igual ou superior a R$15 milhões. A gente pode ver que os grandes devedores representam 0,4% da nossa carteira de devedores inscritos em dívida ativa. Eu falei que 8% são aqueles que têm dívidas e a gente vê que 4%, na verdade, são grandes devedores. Agora, em uma noção inversamente proporcional, esses grandes devedores detêm 71% do nosso estoque de dívida ativa, ou seja, 71% da nossa dívida é devida por 0,4% dos nossos devedores. E a gente vai vendo, cada vez mais – e avançando um pouquinho na apresentação –, que o nicho do devedor contumaz é muito excepcional. E aqui eu não estou falando nem do devedor contumaz, estou falando do grande devedor.

É importante também trazer um pouco sobre o comportamento dos devedores, principalmente trazendo experiências internacionais. E aqui a gente tem uma classificação, trazida pela OCDE nos relatórios que eles apresentam, dos devedores enquanto o dever de *compliance* deles.

Em uma primeira linha, na base da pirâmide, está a maioria dos devedores; na verdade, a maioria dos contribuintes. São aqueles que tem a intenção de cumprir seus deveres legais. Eles querem cumpri-los, seja como for. Então, para esses devedores, a gente tem que fazer mais fácil cumprir os seus deveres. Já tem uma segunda linha da pirâmide que vai dizer que tem os devedores que tentam cumprir suas obrigações, mas há algum entrave jurídico ou de dúvida mesmo que pode existir, mas eles querem fazer aquele cumprimento. Então, esses a gente tem que assistir, tem que chegar junto deles para que eles possam cumprir os seus deveres. Já subindo para o topo da pirâmide, a gente tem aqueles que não querem cumprir suas obrigações fiscais, mas, se a gente os compelir, eles vão cumprir. Então, seja por uma execução fiscal, seja por uma autuação da receita, eles vão pagar os tributos devidos. E, por fim, tem aqueles que não vão cumprir as obrigações fiscais nem que a gente faça o que for feito dentro hoje da legislação. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui a gente já está falando do devedor contumaz. E, de acordo com a OCDE, ela já traz que, para esse grupo, a gente tem que usar a força total da lei, seja a que for que a gente tenha presente – e quanto mais artifícios existirem melhor.

Vamos passar para o próximo.

Então, de acordo com o PLP 164, de 2022, o que é o devedor contumaz, que é essa parcela refinada de devedores que a gente viu ali? Seria o devedor reiterado, substancial e injustificado. Então, não basta existir uma dívida. Houve um lançamento substancial, ele é devedor contumaz? Ainda não. Precisa ser um devedor reiterado, ou seja, essa dívida tem que persistir por mais de um ano. O que é um devedor substancial? Já é um devedor de uma alta monta de dinheiro. E aqui a gente está falando do grande devedor. Injustificado é: ele não passa por nenhuma crise, não tem nenhuma irregularidade fiscal ou contábil dele. Então, basicamente é aquele devedor que assim... Geralmente tem devedores que falam assim: "Devo, não nego; pago quando puder". Esse aqui é: "Devo, não nego; nunca vou pagar". E aqui a gente vê que um dos pontos positivos trazidos pelo PL são critérios objetivos. Então, a gente tem quem são os devedores contumazes, com critérios bem delimitados, e uniformização em âmbito nacional, o que é muito importante também, porque hoje a gente tem uma miríade de regramentos do devedor contumaz. Então, o devedor contumaz pode ser devedor contumaz num estado e não ser no outro, e isso gera uma insegurança jurídica até mesmo no mercado.

Então, é importante essa uniformização de conceito. O PL tem um atributo positivo de trazer o devedor contumaz como aquele que se utiliza do inadimplemento como uma estratégia de negócio – ou seja, ele quer dever para que possa concorrer deslealmente com seus pares – e aquele que deve de forma dolosa, não é aquele que, ocasionalmente, tem uma dívida e não pode arcar com ela.

O quarto ponto, que é muito importante, do PL é trazer diretrizes para o devido processo legal. Então, o devedor vai ter contraditório, vai ter ampla defesa, vai poder recorrer eventualmente dessa decisão e, depois, ainda que considerado devedor contumaz, tem saídas para ele, o que ele pode fazer depois disso.

Bom, aqui a gente entra um pouquinho no conceito de reiterado e substancial do devedor contumaz. Como eu já havia dito, o reiterado é uma dívida em situação irregular por período

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

superior a um ano. E é muito importante pontuar o que é uma dívida irregular. A dívida irregular é aquela que não está parcelada, que não está garantida. Então, não é pelo simples fato de existir uma dívida que ele vai estar em situação irregular. Se eu tenho uma dívida garantida por um prazo superior a um ano, sou um devedor contumaz? Não, porque ela está garantida. Então, não é um problema para o Fisco isso aqui.

Em valor igual ou superior a R$15 milhões... Aqui a gente já chega a outra cifra importante de levantamento que a gente fez aqui na Fazenda Nacional que é a abrangência, ou seja, o número de entidades que poderia ser alcançadas por esse PL seria de 0,095% das pessoas inscritas em dívida ativa. E aqui eu não estou falando nem de quem é devedor contumaz, eu estou falando das pessoas que poderiam ser alcançadas por esse PL. Em paralelo, a gente tem também outro critério objetivo que seria o de o montante da dívida ser superior a 30% do faturamento, desde que o débito seja igual ou superior a R$1 milhão. Esse critério é muito importante para estados e municípios porque, talvez, R$15 milhões, apesar de ser um valor grande, seja pouco para a União, mas para municípios e estados seria um patamar, às vezes, inalcançável.

A parte do inadimplemento injustificado seria justamente não estar passando por uma crise externa, não estar passando por uma crise... Imagine o devedor que está em uma situação como a que, infelizmente, enfrentou o Rio Grande do Sul. Ele tem uma dívida que não consegue pagar porque a empresa fechou, porque está enfrentando dificuldades para se soerguer. Ele não vai ser devedor contumaz, por mais que a dívida esteja em situação irregular por mais de um ano. Também é importante que ele tenha regularidade contábil, porque não basta passar por uma crise e praticar atos de dilapidação patrimonial, transferir bens para o nome de outras pessoas. Aqui isso não seria muito admissível e nem muito correto. Então, esse conceito de inadimplemento injustificado permite a gente separar o joio do trigo: aquele que é um mero devedor daquele que é um devedor contumaz mesmo e merece o rigor da lei.

E quais são as sanções aplicadas a esse devedor contumaz? A primeira sanção é o impedimento de fruição de benefícios fiscais. E aqui, dentro do regramento brasileiro, a gente já tem alguns impedimentos que são aplicados ao devedor – e eu não estou falando nem do devedor contumaz –, por exemplo, o Simples Nacional. Para você ingressar no Simples, você tem que estar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUSTAVO HENRIQUE FORMOLO – ... regular com os seus tributos; há impedimento de formalização de vínculos com a administração pública. Então, não vai poder contratar com a administração pública quem tem débito – hoje a gente já exige isso mesmo; possibilidade de requerer falência, que seria uma sanção mais excepcional; e, por fim, o cancelamento da inscrição no cadastro de contribuintes, mas isso aqui é só para o devedor fraudulento. Então, as outras seriam para o devedor contumaz como um todo. Escalonando para aquele que praticou uma fraude, seria a possibilidade de cancelamento do CNPJ.

Indo aqui para o final da apresentação, a gente percebe que tem também a possibilidade de retorno à regularidade do devedor. Então, o devedor contumaz, uma vez adquirido esse carimbo, também não pode ficar sem poder retornar à legalidade. A gente tem que permitir que ele possa ter artifícios de voltar. Se ele pagar o débito dele, o procedimento, uma vez instaurado, é encerrado. Se houver uma negociação do débito, o procedimento, se tiver sido instaurado, é suspenso, Enquanto ele estiver regular com essa negociação, está tudo certo, nada vai ser feito contra ele. Se, eventualmente, ele foi considerado devedor contumaz e se encerrou o procedimento, ele pode garantir a dívida, pode negociar, pode pagar, e tudo isso vai ser um caminho para ele retornar à regularidade.

Bom, o nosso objetivo aqui era realmente falar sobre o aspecto do devedor contumaz. Claro que o PL trata de outros temas, trata de regimes especiais de cobrança. Eu acho que outros colegas vão falar muito bem disso aqui, mas, como o tempo é limitado, essas seriam as colaborações que a gente teria para trazer para vocês, e nos colocamos, mais uma vez, à disposição para os demais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado, Gustavo.

Nós pedimos as devidas desculpas por não termos, em razão das próprias demandas e dos próprios pleitos apresentados pelos nossos companheiros Senadores a esta audiência. Há de convir a cada um de nós que gostaríamos até de fazer este debate de forma ampla, mas, dentro das nossas limitações, os dez minutos... Objetivamente, foi por esta razão que pedi a você para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que fosse o primeiro apresentador: exatamente para que o projeto de lei complementar pudesse ser posto da forma como é pretendido. O propósito é exatamente o de defendê-lo como um projeto que demarca, compartimentaliza cada uma das ações, diferenciando, de forma cabal e inequívoca, aqueles que agem com o propósito único e doloso de prejudicar não apenas na concorrência, mas com repercussões as mais variadas, daqueles que são não os devedores contumazes, mas eventuais. A sua fala vai diretamente, é objetiva, e o fez assim a esse sentido do PLP 164.

Eu convidaria, de imediato, o amigo Renato Cabral, que responde pela Diretoria do Departamento de Combustíveis Derivados do Petróleo da Secretaria Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Renato, seja bem-vindo mais uma vez. Você dispõe disporá de dez minutos.

O SR. RENATO CABRAL DIAS DUTRA (Para expor.) – Perfeito.

Bom dia a todos. Cumprimento o Senador Veneziano Vital do Rêgo, na pessoa de quem cumprimento os demais Senadores presentes, membros da Mesa.

Agradeço aqui o convite em nome do Ministério de Minas e Energia, especialmente da Secretaria Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Esse é um tema afeto ao ministério, e, historicamente, a gente tem se manifestado sempre favoravelmente às tramitações de projetos de lei que tratam do tema do devedor contumaz, o que não difere do caso dos dois projetos de lei aqui em destaque.

Vou pedir só um apoio para a gente passar.

Obrigado.

A gente trouxe aqui quatro pontos para rápida exposição.

Primeiro, quero trazer alguns números importantes do mercado de combustíveis no Brasil, dados de 2024; listar alguns dos principais ilícitos praticados no mercado que têm relação direta e indireta com o devedor contumaz nesse mercado; trazer alguns comentários sobre essa caracterização do devedor contumaz e algumas ações governamentais de resposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Iniciando com alguns grandes números, uma primeira informação importante é que a cadeia de combustíveis é uma cadeia que tem grande complexidade. A própria complexidade dessa cadeia traz, digamos, entre aspas, oportunidades para atuação de agentes que se enquadram em cada um desses elos praticarem ilicitudes que prejudicam o consumidor e o ambiente concorrencial.

Então, desde o suprimento primário, que a gente coloca como a produção ou a importação dos combustíveis, isso passa pelo transporte, que a gente chama de logística primária, para a distribuição desses combustíveis e, na ponta, para os revendedores, transportadores revendedores retalhistas ou grandes consumidores desses produtos.

Essa cadeia, na prática, também se traduz em um grande número de agentes, e essa pulverização ao longo dessa cadeia também demonstra, numericamente, essa complexidade do mercado.

Então, se a gente pegar os quatro elos principais, que foram trazidos no eslaide anterior, o elo do suprimento primário tem cerca de 1,5 mil agentes; o da logística primária, de transporte que leva a distribuição, 150, aproximadamente; o elo seguinte, que é o da distribuição, 250 agentes; e o elo final, 135 mil agentes, em ordem de grandeza.

Então, a complexidade da cadeia, a diversidade de agentes e o grande número que demonstra essa pulverização também trazem, digamos, o retrato dessas "oportunidades", entre aspas, que quem quer praticar ilicitude enxerga nesse mercado.

Em termos de números importantes, 2024 foi um ano ímpar para o mercado de combustíveis, foi um ano em que a gente teve os números recordes de consumo de óleo diesel pelo consumidor final e de gás liquefeito de petróleo.

Esse crescimento de todo o mercado de combustíveis foi ao redor de 3,9%, acompanha normalmente, de forma procíclica, o crescimento do PIB, e a gente teve destaques, com o mercado de óleo diesel a 1,7%, o de gás liquefeito de petróleo a 2,2%, o de querosene de aviação a quase 7%, e, no Ciclo Otto, combinando a gasolina com o etanol hidratado, o etanol teve uma alta, com uma queda compensatória da gasolina C.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse mercado, que cresce em volume, teve, em 2024, também uma arrecadação recorde de tributos – R$105 bilhões em tributos federais e cerca de R$116 bilhões em tributos estaduais.

Se for retratada no âmbito dos preços dos principais combustíveis, essa composição de preços com dados recentes, da última semana, demonstra – para gasolina, diesel e GLP, que são os principais combustíveis comercializados – que, para quem pratica uma ilicitude e também para um devedor contumaz, oportunidades se encontram em cada um desses componentes, seja na operação logística com o derivado de petróleo ou biocombustíveis, seja na sonegação do próprio tributo federal e estadual, seja na adoção de práticas que atacam esses componentes e que, se superam as próprias margens dos agentes que trabalham na licitude, fazem, digamos, o crime valer a pena.

Então, por que esse diagnóstico é importante? O problema do devedor contumaz não é um problema sozinho. Em geral, os agentes que trabalham na ilicitude não praticam uma só ilicitude. Existe um conjunto que a gente mapeia como os oito principais ilícitos praticados no mercado de combustíveis, e em geral é comum que os agentes pratiquem um ou mais.

Então, apenas para citar, a gente tem a lavagem de dinheiro; as fraudes metrológicas, que são as quantitativas, como, por exemplo, bomba baixa ou entregar menor volume ao consumidor final; os furtos de combustíveis, que têm sido frequentes – o próprio Congresso tem projetos de lei contra furto, roubo, receptação de combustíveis, que para nós do ministério são extremamente importantes –; vender combustível fora de especificação, em tese, alterando o volume de biodiesel ou de etanol na gasolina, e essa alteração do uso do biocombustíveis pode gerar vantagens competitivas aos agentes; nós também temos, na parte societária, o uso de sócios ocultos ou de laranjas, o que tem também relação direta com a ideia do devedor contumaz; a prática de empresas barrigas de aluguel, que permite que agentes que operam em algum elo da cadeia acumulem dívidas e depois se desfaçam daquele CNPJ, criando um novo, esse também é um problema diretamente ligado ao devedor contumaz; o roubo de carga e a própria sonegação fiscal. . É esse combo de oito ilícitos que, em geral, andam uma ou mais vezes juntos.

Então aqui, apenas para ilustrar, alguns exemplos. Esses oito ilícitos estão na mídia sempre, o tempo inteiro. Em cima, a gente tem o problema da importação; no meio, a questão da barriga de aluguel; na direita, a gente tem aí as questões da associação criminosa para venda de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

combustíveis; embaixo alguns exemplos de ação no âmbito estadual, e a própria ANP, recentemente, revogando um grande agente desse setor. Aqui nós temos também a questão da bomba baixa, na reportagem da esquerda; na reportagem do meio, da adulteração de combustíveis; e, na da direita, exemplos de fraude metrológica. Então aqueles oito ilícitos se manifestam no nosso dia a dia de consumidores finais desses produtos.

Quanto ao devedor contumaz – entrando na terceira parte, já para ir para o encaminhamento final –, para o Ministério de Minas e Energia, como eu mencionei no início, a gente tem apoiado sempre tecnicamente, mandando notas técnicas de posicionamento ministerial favoráveis à tramitação desses projetos de lei, como o próprio representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional mencionou. Esse é um tema que carece de tipificação do ilícito, da sua conduta e da sanção. Esse passo legislativo é fundamental para que a gente avance no combate a esses ilícitos que foram mencionados anteriormente.

Então, apenas para ilustrar, aqui algumas mensagens que vêm dos eslaides anteriores, que estão sintetizadas nestes três pontos: o alto volume comercializado dos produtos; a capilaridade da rede logística; a carga tributária que se pratica em nível federal e estadual para os diferentes produtos. Embaixo, as limitações que existem à fiscalização do Estado – e aí a gente inclui a importância desse PL, porque cria uma conduta tipificada, com sanções previstas, à altura que se espera do combate neste mercado. Esses elementos precisam ser combatidos para se garantir não só a isonomia competitiva, que afeta a sustentabilidade a longo prazo de empresas que atuam licitamente nesse mercado no âmbito concorrencial, mas também porque prejudicam em última instância o próprio consumidor, que acaba pagando mais caro pelos produtos.

E a gente pode citar, como algumas ações de resposta no âmbito do Ministério de Minas e Energia, que, especificamente na questão tributária, o Ministério de Minas e Energia, no ano passado, foi talvez um dos únicos que se manifestou individualmente, realizando diversas reuniões com os agentes do mercado, para coletar contribuições específicas para o processo de reforma tributária. Então, o ministério se empenhou bastante...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENATO CABRAL DIAS DUTRA – ... em contribuir e levar ao Ministério da Fazenda essas contribuições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com apoios às tramitações dos projetos de lei que tratam do tema, principalmente do devedor contumaz, a gente tem se manifestado favoravelmente. Trago aqui também a importância do projeto de lei que tipifica furto e roubo de combustíveis. Como eu mencionei, essas fraudes e esses ilícitos não andam desalinhadamente.

O Conselho Nacional de Política Energética tem se manifestado recorrentemente favorável à adoção de medidas que ampliem as condições competitivas do mercado. Então, especificamente, no âmbito do combate à sonegação e à adulteração, o CNPE já determinou que os órgãos relacionados atuem de maneira proativa no combate a essas práticas e de maneira coordenada. Apenas para citar um exemplo recente, a gente tem atuado aí bastante junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública no âmbito do núcleo de combate ao crime organizado, instaurado desde janeiro deste ano.

São esses os recados principais, Presidente Veneziano, que o Ministério de Minas e Energia tinha para trazer para a Comissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado, Renato, pela sua sucinta, mas eficiente exposição.

Eu queria apenas combinar com o Senador Omar, com o Senador Laércio, presentes, e com outros companheiros que possam estar a nos acompanhar remotamente: nós teríamos a exposição dos cinco convidados; em seguida, colocaríamos e abriríamos para questionamentos que, porventura, fossem do desejo dos senhores; e, logo em seguida, chamaríamos os últimos cinco expositores. Pode ser assim a dinâmica? (*Pausa.*)

Convido o Sr. Rodrigo Senne Capone, que é Especialista em Políticas e Indústria, representando a Confederação Nacional da Indústria.

Desde já, quero agradecer a gentileza ao nosso Ministro Alexandre Silveira por ter disponibilizado para esta reunião você, Renato, como Diretor do Departamento de Combustíveis Derivados da Secretaria Nacional de Petróleo. Agradeço ao Ministro Alexandre a deferência.

Querido Rodrigo, por gentileza, você disporá de dez minutos para a sua exposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO SENNE CAPONE (Para expor.) – Bom dia.

Cumprimento o Senador Veneziano Vital do Rêgo, já lhe agradecendo, em nome da CNI, a oportunidade de participar desta audiência pública para debater um tema de grande relevância para o país e para a economia do país. Estendo meus cumprimentos aos demais Parlamentares presentes, aos colegas de mesa, a todas e a todos que nos acompanham virtual e presencialmente.

Chamo-me Rodrigo Capone. Eu trabalho na CNI com política tributária, na Superintendência de Economia. Há alguns anos, temos debatido bastante essa temática do devedor contumaz. É um tema que para nós é muito caro. Diante disso, criar essa política com normas claras, que permitam identificar corretamente aquele que se utiliza do não pagamento de tributos como *modus operandi* e puni-lo de forma adequada, é algo que para nós é de extrema relevância.

Aqui eu coloco – acho que está um pouco pequeno – que a legislação que identifica e pune o devedor contumaz, se ela trouxer uma definição adequada de quem é esse devedor contumaz para não o confundir com o mero inadimplente, vai representar um importantíssimo instrumento de combate à concorrência desleal no país.

E, para ilustrar o custo que o não pagamento de tributos gera, eu cito o estudo Brasil Ilegal em Números, elaborado pela CNI, Firjan e Fiesp, que nos mostra que o mercado ilegal ocasionou, apenas no ano de 2022, um ônus ou uma perda de R$453,5 bilhões. Desse montante, a maior parcela está relacionada ao não pagamento de tributos, correspondendo ali a mais de R$130 bilhões. Então, o devedor contumaz é um importante agente que eleva esse custo, que, no fim das contas, impacta a todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Perdoe-me, Rodrigo. Só uma dúvida.

O SR. RODRIGO SENNE CAPONE – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Para interpelar.) – Eu já estou a descumprir o que a gente...

Quando você fala sobre a responsabilidade dos devedores contumazes, a cifra de R$136 bilhões refere-se a eles? Ou ali, nos R$136 bilhões, estão os contumazes e não contumazes?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO SENNE CAPONE (Para expor.) – Sim, os contumazes e não contumazes. Se a gente seguir a classificação, a caracterização que a gente está adotando, imagino que nem todos serão contumazes, porque os critérios ainda estão em aberto, estão em construção, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. *Fora do microfone*.) – Perfeito.

O SR. RODRIGO SENNE CAPONE – Então, não necessariamente isso se refere aos contumazes, a serem todos contumazes, mas é uma cifra importante, que ilustra para nós o tamanho do problema.

E para nós, na CNI, é muito importante que essa legislação seja criada, que as balizas sejam bem definidas, porque uma das nossas grandes preocupações é que o mero inadimplente caia nessa malha e venha a ser caracterizado como devedor contumaz. As sanções são gravosas, e devem ser, contanto que o devedor contumaz seja corretamente identificado.

O colega Sr. Gustavo Henrique trouxe muito bem os requisitos teóricos que são adotados para a correta caracterização do devedor contumaz, citando o que a OCDE entende como devedor contumaz, e estamos de acordo com essa classificação.

Há um tripé teórico doutrinário que vai nos apontar três requisitos que devem estar presentes no caso concreto: o contribuinte tem que ter uma inadimplência substancial, em um valor elevado; ele deve ter uma conduta reiterada, ou seja, ele adota um não pagamento reiterado, constante, frequente de tributos como estratégia de negócios para ter vantagens competitivas; e não há uma razão que justifique esse não pagamento, e aí a gente tem a injustificação. Então, há uma intenção em não pagar esses tributos.

Então, o projeto de lei, quando traz esses três critérios de forma assertiva, dá maior segurança a todas as partes envolvidas de que apenas aqueles que são, de fato, devedores contumazes serão punidos.

Quais são os critérios que devem nortear essa definição adequada de devedor contumaz?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso dialoga muito com esse tripé teórico. Então, a gente tem que ter ali débitos elevados, reiteração do inadimplemento, e é preciso que se identifique no caso concreto que há um dolo, que há uma intenção em não pagar esses tributos. Não pode ser uma crise econômica que resultou no não pagamento eventual. É preciso olhar o histórico de pagamento de tributos desse contribuinte para verificar se é uma situação pontual ou se é uma constante. E, com isso, a gente busca evitar que uma empresa que passa por dificuldades financeiras transitórias venha a ser indevidamente punida pela legislação. Então, a combinação de critérios objetivos com a identificação de uma intenção torna a identificação do devedor contumaz assertiva.

Principais pontos positivos do Substitutivo do PLP 164.

Entendemos que o texto cumpre com esse tripé teórico. Ele prevê normas objetivas; ele permite identificar a intenção da empresa em não pagar os seus tributos, então, com isso, ele cumpre esse papel.

E a gente tem um foco no projeto, na redação do substitutivo, em três setores que são muito afetados pela competição desleal, pela atuação do devedor contumaz, que são: o setor dos cigarros ou tabaco; o das bebidas alcoólicas; e o dos combustíveis.

E a gente tem um foco, no projeto, na redação do substitutivo, em três setores que são muito afetados pela competição desleal, pela atuação do devedor contumaz, que são: o setor dos cigarros, com tabaco; o das bebidas alcoólicas; e o dos combustíveis. Então, para nós, a nossa visão é de que esta é uma decisão, num primeiro momento, acertada: focar nesses setores para que sejam retirados do mercado esses devedores contumazes.

Faço um alerta de que, no próprio texto do PLP, há a possibilidade de novos setores virem a ser inseridos e serem alcançados pela norma, contanto que existam evidências de que há uma competição desleal naquele mercado. Então, não são apenas esses três setores. Por enquanto, são esses três setores, havendo a possibilidade de que, posteriormente, novos setores venham a ser enquadrados no alcance da norma.

Valor proporcional ao faturamento.

Necessidade de evidências de práticas lesivas: não é qualquer empresa, são algumas empresas que praticam esses atos prejudiciais ao mercado de forma intencional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E há aqui um ponto que, para nós, é muito importante, que foi contemplado pela redação do substitutivo: o fato de que os débitos dos contribuintes com exigibilidade suspensa não serão considerados para caracterizar a empresa como devedora contumaz. Esse é um ponto muito relevante, porque é preciso recordar que, quando os débitos se encontram com a exigibilidade suspensa, não há nada que o Estado possa fazer contra eles. Eles precisam esperar que essa situação temporária passe para que o tributo possa vir a ser cobrado ou não, posteriormente. Então, a nosso ver, é muito acertada essa decisão de incluir no texto que esses débitos não serão contabilizados. Cito, como exemplo, os processos que correm no Carf: quando o contribuinte apresenta uma impugnação, esse débito que está sendo debatido é mantido com a sua exigibilidade suspensa até o final do processo, podendo, ao final, ser retomada a cobrança, ou, se o contribuinte sair vitorioso, ser extinto. Nessas hipóteses, como consta do texto do substitutivo, esses débitos não serão contabilizados para que a empresa venha a ser caracterizada como devedora contumaz, um ponto que, a nosso ver, é positivo.

Por fim – é uma apresentação breve, mas trazendo os pontos que entendemos ser relevantes –, entendemos que o texto cumpre com o papel, ele identifica de forma assertiva quem é o devedor contumaz, mas, de modo a contribuir com o debate, de modo a contribuir com a construção de um texto que entendemos ser mais adequado para a correta caracterização do devedor contumaz, excluindo o risco de alcançar empresas que não devem ser caracterizadas como devedoras contumazes, trazemos algumas sugestões de aperfeiçoamento.

Entendemos que os critérios devem ser cumulativos entre si.

Quando a gente fala de um débito...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO SENNE CAPONE – ... de valor substancial, injustificado e reiterado, é preciso que esse valor seja igual ou superior a R$15 milhões – como já consta no projeto, na redação do substitutivo –, mas que esse valor também, ao mesmo tempo, represente mais do que 30% do faturamento daquela empresa. Então, atualmente, no texto substitutivo, são critérios alternativos, e entendemos que esses critérios devem ser lidos em conjunto: valor igual ou superior a R$15 milhões que represente mais do que 30% do faturamento da empresa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há a reiteração, que diz respeito ao não pagamento dos tributos por três meses consecutivos, ou seja, o contribuinte tem um valor elevado de débito, ele mantém esse valor em situação irregular por mais de um ano e, ainda existindo aquele débito, ele continua não pagando os tributos mês a mês. Isso configuraria uma reiteração da conduta, porque, se pensarmos em um contribuinte que tem um só débito, que cumpre com esses requisitos, mas que mês a mês continua pagando os seus outros tributos, não haveria uma reiteração. Então, é preciso conjugar esses critérios.

E, por fim, o projeto já traz essa exigência, que é existir a comprovação de que há uma conduta delitiva por parte da empresa: ela não paga, porque não quer e não vai pagar. Essa é a postura dela e adota essa postura como um instrumento para se destacar no mercado concorrencial.

E, encaminhando – o meu tempo já se esgotou, mas, Senador, só um minutinho para concluir, por gentileza –, entendemos que o valor a ser considerado deve corresponder apenas ao principal do débito. Nós sabemos que – vou citar como exemplo o âmbito federal – existem multas tributárias que ultrapassam o valor do principal do débito. Então, às vezes, o contribuinte, por conta de uma multa, pode vir a ser classificado ou enquadrado como devedor contumaz, porque essa multa pode ultrapassar o valor do débito principal. Então, entendemos que deveria ser considerado nesses R$15 milhões ou mais apenas o valor principal do tributo, excluídas multas e juros.

Há três pontos que para nós são muito importantes.

É preciso olhar o histórico do contribuinte. Então, analisar apenas uma foto, aquele momento estático, para nós parece insuficiente, é preciso olhar o filme. Como esse contribuinte tem se comportado nos últimos anos? Ele paga os seus tributos corretamente? Ele é um contribuinte que tem um bom histórico de pagamento? Então, com isso, é possível verificar se ele adota essa postura com constância ou se é uma eventualidade. E, se é uma eventualidade, esse contribuinte não deveria ser caracterizado como devedor contumaz.

Devemos ver se o contribuinte demonstra capacidade de pagamento. A capacidade de pagamento já é um instrumento muito utilizado hoje pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional nas transações tributárias. Então, já existem critérios para verificar se a empresa tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condições de pagar os seus tributos ou não. Se uma empresa possui capacidade de pagamento, ela não deveria ser caracterizada como devedora contumaz, pois existem outros instrumentos por meio dos quais o Estado pode cobrar esses tributos. Cito como exemplo a execução fiscal.

E, por fim, há a questão da empresa que estiver em recuperação judicial. A nossa sugestão é que ela não deveria ser caracterizada como devedora contumaz, porque é muito provável que essa empresa já se encontre numa situação econômica, financeira e contábil desbalanceada. Então, essa empresa, que passa por um rigoroso processo de requerimento de recuperação judicial, não deveria ser caracterizada como devedora contumaz, ainda que cumpra com algum dos requisitos, para que ela possa, então, tentar recuperar o seu fôlego e se manter no mercado.

E, por fim, Senador, sugerimos também a supressão de dois incisos que estão em outro capítulo do PLP, que trata dos critérios especiais de fiscalização. Um deles diz respeito à possibilidade de a empresa ser obrigada a instalar equipamentos de controle de produção. Entendemos que isso gera o risco de que as empresas tenham... As empresas desses três setores, fumo, bebidas e combustíveis, já têm diversas obrigações acessórias. Temos aí como exemplo o Bloco K. Então, se a gente criar mais uma obrigatoriedade, isso gera um custo, gera uma burocracia, e já são setores altamente fiscalizados e controlados. E há a questão da possibilidade de adotar alíquota específica para esses setores. Entendemos que isso é prejudicial, que isso pode gerar efeitos não desejados.

Agradeço imensamente pela oportunidade de contribuir com o debate.

Fico à disposição. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Nós é que agradecemos, Rodrigo, a sua presença e as sugestões tidas, havidas e acolhidas como valiosas, não apenas pela Presidência, pela relatoria, mas decerto pelo conjunto de companheiros e companheiras que se debruçarão à votação do PLP 164. Eu lhe agradeço muito, como também me reservo aqui o registro à atenção dispensada pela Presidência da Confederação Nacional da Indústria, na pessoa do seu Presidente, Ricardo Alban. Faça-me o favor de transmitir-lhe esse agradecimento pessoal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido, de imediato, o estimado amigo e Professor Emerson Kapaz, Presidente do Instituto Combustível Legal, para as suas palavras em exposição a respeito do tema.

Seja bem-vindo, Emerson!

O SR. EMERSON KAPAZ (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Veneziano Vital do Rêgo, pela oportunidade. Tenho acompanhado o seu trabalho ao longo desses últimos dois anos aqui, nesta Comissão especificamente, e a luta para conseguir realizar uma audiência pública sobre um projeto de tamanha relevância. Pela exposição feita antes de mim pelos que já me antecederam, dá para ver o tamanho e a dimensão do que este problema significa na economia.

Nós estávamos falando de combustíveis, mas o Instituto Combustível Legal é um dos elos que mais sofre no meio dessa luta hoje contra a sonegação, adulteração e fraude operacional. Só no setor de combustíveis, em sonegação, em adulteração e em fraude operacional, são R$30 bilhões por ano que o Governo Federal e os governos estaduais perdem. São R$30 bilhões por ano.

E não sei se tiveram a oportunidade de ver, mas, sete dias atrás, o Fórum nacional de Segurança Pública fez e publicou um estudo relevante sobre como o crime organizado atua nas cadeias produtivas no Brasil. O crime organizado no Brasil, Senador Veneziano, já tem na sua dimensão, na sua entrada nas cadeias produtivas, mais lucro do que vendendo cocaína. As cadeias que hoje sustentavam o crime organizado – PCC, Comando Vermelho e mais de 80 facções que existem no Brasil hoje – perceberam que eles podem também ser empresários, podem também empreender. Só que eles vão empreender de que forma nos nossos setores? Vão empreender sonegando, adulterando, falsificando, praticando pirataria. Esse é o mecanismo, porque competir de verdade, pagando o tributo, como todos os empresários sérios de todas as cadeias produtivas fazem, não é para eles. Para eles é competir com sonegação. Nós temos insistido, ao longo desses últimos dois anos em que eu estou à frente do instituto, na importância para o Brasil de combater o crime organizado, não só em combustíveis, mas em vários setores em que ele está entrando: entra na vida pública, financia campanhas, elege Prefeitos, elege Vereadores, bota dinheiro por fora nas campanhas.

Há uma concorrência que foi descoberta em São Paulo de duas empresas de ônibus que tinham como chefes lá o PCC, ou seja, nós aqui no Congresso teríamos a chance de dar um passo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundamental para esse combate, inclusive na segurança pública, de que todo mundo fala hoje. Qual é a sensação de insegurança que todos nós temos em todas as grandes capitais? O que está acontecendo na Bahia, o que está acontecendo no Ceará, o que está acontecendo em São Paulo, por trás disso, está o crime organizado. É o dinheiro que eles conseguem ter para financiar esse roubo a todos nós, cidadãos, que nos sentimos praticamente inviabilizados de poder andar na rua.

Enquanto nós não entendermos que a segurança pública está conectada com o crime organizado, isso não será resolvido. E enquanto não entendermos que crime organizado está conectado com devedor contumaz, com empresas que sonegam para competir, que fazem da sonegação seu modo de vida... E com todas as exceções, Senador Veneziano, que já foram colocadas aqui, substitutivos que foram feitos, situações colocadas pelo Gustavo, pelo Renato, pela CNI...

Mas este projeto precisa ser aprovado. Nós precisamos avançar nesta Casa nisso. Desde 2018 ele está aqui tramitando; são oito anos de tramitação. Era para ser aprovado no final da Senadora Ana Amélia. Tinha passado por todas as Comissões, estava a ponto de entrar em votação. O Senador Rodrigo Pacheco, Presidente da Casa, ia colocar em votação, e recebeu um recado: "Não, não vamos colocar. Tira. Não vamos colocar em votação". Ia cair da Mesa das Comissões e o Senador ex-Presidente da Petrobras fez um substitutivo, que se transformou no 164; melhorou o projeto com o substitutivo. O projeto ficou a ponto de ficar melhor do que estava, e está tramitando todo esse tempo sem se conseguir marcar aqui uma audiência pública, como esta a que hoje temos a satisfação de estar presentes.

Qual é o interesse de não andar? Onde está o interesse de que esse projeto não ande? É possível aperfeiçoar? Claro que é possível aperfeiçoar! Sempre a Casa aperfeiçoa. Vai daqui, depois, para a Câmara, a Câmara ainda pode fazer modificações...

E, para a gente avançar, nós precisamos entender que, neste momento que o país enfrenta, o ótimo é inimigo do bom. "Não, eu quero um projeto que, só se isso estiver lá, ele pode ser aprovado..." Não! Vamos ver o que é possível fazer, entre acordos de vários setores; vamos colocar em votação e vamos avançar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós precisamos dar um sinal para sociedade de que nós queremos combater. O Ministério da Justiça criou o Núcleo de Combate ao Crime Organizado na cadeia de combustível, exatamente porque está percebendo a importância da luta contra o crime organizado. É muito significativo isso.

Dentro do nosso setor, ele vai do poço ao posto. Não está no posto. Está nas distribuidoras, está nos postos de gasolina, está nas empresas de transporte, está nas empresas *fintechs*, que criam um mercado paralelo por fora da Coaf. Você não consegue controlar, porque eles têm a sua própria *fintech*, e essa *fintech* fatura por fora do sistema; ou seja, nós precisamos dar um basta nisso.

E o Senado hoje tem a chance de colocar claramente para sociedade: nós vamos lutar contra o empresário que é bandido, empresário que entra com a perspectiva de combater com banditismo. Não é aquele que escapa. Nós sabemos, tem muitas empresas com dívida, negociando, conseguindo voltar ao mercado. Agora, pelo que foi colocado aqui pelos que me antecederam, está claríssimo que este projeto não atinge essas empresas. Atinge exatamente os devedores contumazes.

Vários setores, junto com o ICL, têm trabalhado nisso. A gente tem o Dr. Hugo aqui, que provavelmente vai falar depois, que tem boas observações, é de um grande mérito também. Muitas contribuições foram feitas a pedido nosso, do próprio Dr. Hugo, em nome do Sindicom; ou seja, nós estamos no momento certo.

Eu queria parabenizar o Senador Veneziano Vital do Rêgo por ter conseguido convocar esta audiência pública. Agora é o momento, Senador. Vamos avançar. Vamos colocar em votação isso. Chegou o momento de a gente tirar as dúvidas, aperfeiçoar, mas votar.

Vamos sair daqui para o Plenário, vamos do Plenário para a Câmara e vamos avançar neste projeto. Nós vamos dar uma grande contribuição ao país e a cada um de nós que sente que a segurança pública está se perdendo no Brasil. Eu não quero ficar prestando contas, daqui há alguns anos, sobre o que eu recolho de imposto não para o Estado, mas para o Comando Vermelho, para o PCC, para o crime organizado. Eu não, eu não quero ficar como um méxico aqui no Brasil, e é para onde nós estamos caminhando. Nós vamos ter uma situação aqui em que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vamos perder o controle, nós não vamos saber quem é que está do nosso lado ali mais. Não vai ser mais o Estado que vai coordenar isso, vai ser o crime organizado, podem ter a certeza disso.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Muito obrigado ao Sr. Emerson Kapaz. Feliz ao revê-lo. Agradeço-lhe as oportunidades que V.Sa. tem nos permitido no ambiente da Frente de Recursos Naturais, convidado quase sempre para que contribuições sejam prestadas, sempre com a sua lucidez, sempre com a sua firmeza e sempre com o seu reconhecido comprometimento com causas que mereçam e merecem as nossas atenções. Sua presença muito nos envaidece.

Eu quero saudar as presenças e as chegadas de S. Exas., Senadora Margareth Buzetti – seja muito bem-vinda –; e nosso Líder, Senador Eduardo Braga, Líder do MDB. A ambos as nossas saudações, até porque, há duas semanas, eles seguiram na linha de quem se preocupa e, de fato, está antenado com essa situação que, postergada ao longo dos últimos anos, se constata e, fundamentalmente, é preciso, como bem disse – renovando aquilo que é óbvio no processo legislativo, mas nunca por demais salientar –, que nós enfrentemos, debatamos, discutamos e votemos e que as melhores teses sejam aquelas que venham a ter a prosperidade com o voto favorável, mas jamais permitir que projetos dessa magnitude, Senador Eduardo, continuem ou continuassem a dormitar sem quaisquer justificativas que pudessem sustentar essa postergação.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – V. Exa. me permite pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Apenas para poder manifestar, eu creio, a posição do MDB com relação a esta matéria.

Logo quando ela iniciou a sua tramitação, havia muitas dúvidas entre como definir o devedor contumaz *versus* aquele empresário que, circunstancialmente, em função de alguma crise econômica, estrutural ou conjuntural que aconteça, esteja inadimplente com pagamentos de tributos e que buscam os parcelamentos, buscam negociar com o Estado para que possam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

restabelecer a sua condição apta junto às fazendas públicas federal, estadual e municipal, diferentemente de um outro que usa esse instrumento como fraude, como sonegação permanente, como objetivo de ganhos e de margens e, muitas vezes, lamentavelmente, até como lavagem de dinheiro. Portanto, ao longo desses anos de debate e pela evolução que esse projeto veio sofrendo, essas dúvidas foram se dissipando.

Eu gostaria de me manifestar nesta audiência pública favorável à definição no voto, já que não há acordo para que se vote, portanto, vamos ao voto, para que a gente possa, de uma vez por todas, pela maioria do Senado da República, definir essa questão do devedor contumaz. A sociedade brasileira não pode mais conviver com essa situação, enquanto o Parlamento, já há alguns anos, como disse o Kapaz ainda há pouco, se debruça sobre essa matéria.

Portanto, quero louvar a iniciativa do Senador Veneziano, com o nosso apoio, porque traz, finalmente, o ponto de que não há mais o que postergar, para que a Comissão de Constituição e Justiça possa deliberar sobre essa matéria, essa matéria possa ir ao Plenário do Senado, para ser deliberada, e, finalmente, o Senado possa se manifestar com relação a essa matéria do devedor contumaz.

Uma coisa é aquele que frauda, uma coisa é aquele que sonega e que faz disso o objetivo do seu negócio; outra coisa são empresários que, por questões estruturais ou por questões conjunturais, passam por circunstâncias de inadimplência tributária, mas que buscam se regularizar, fazer o pagamento do imposto e manter as atividades empresariais.

Com essas duas questões estando bem claras, não vejo por que não votarmos, não deliberarmos, porque a segurança jurídica dos bem-intencionados está assegurada. E vamos, então, combater aqueles que tornam da atividade empresarial uma fraude permanente e constante. É isso que se traduz como devedor contumaz.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado, Senador Eduardo Braga.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Eu estava aguardando o horário para falar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Pois não, Senador Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – ... mas eu vou ter que ir (*Fora do microfone.*) para a Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Sim.

Então, nós vamos antecipar as falas, se os senhores...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, eu só queria dizer aqui uma coisa: o PSD ainda não tomou uma decisão e vou discutir com a bancada, está certo?

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Perfeito.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não sou favorável, de forma nenhuma, a nenhum tipo de ilícito. E, para quem foi Governador – eu fui, o Eduardo foi –, a gente sabe muito bem como funciona esse sistema. Agora, tem duas coisas: essa lei e o narcotráfico.

O crime organizado não atua somente aqui, ele atua na prostituição, no jogo, em uma série de coisas. O crime organizado não atua só em um posto de combustível ou em uma empresa de ônibus, ele tem várias outras atividades para fazer esse tipo de lavagem; quer dizer, isso não é o papel de uma lei dessa só. O argumento...

Inclusive, quando essa lei foi proposta pela Ana Amélia, o PCC não tinha nenhuma empresa de ônibus em São Paulo e muito menos posto de gasolina. Isso foi proposto lá atrás e eles não estavam ainda envolvidos nisso; envolveram-se, porque viram uma oportunidade de, dali – você está me entendendo? –, lavar dinheiro e regularizar, essas coisas. Então, quanto à discussão, eu acho que nós vamos discutir isso amanhã, vamos votar amanhã.

Todas as falas que foram feitas até agora, para mim, são muito satisfatórias. Eu acho que os argumentos trazidos aqui são argumentos muito factíveis ao momento que nós vivemos. Nenhum

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de nós pode admitir que o cara seja um devedor contumaz. Muitas vezes você é empresário, tem um lucro em uma empresa, quer montar um outro tipo de negócio, se dá mal naquele outro tipo de negócio e acaba quebrando uma empresa e a outra. E a gente não pode chamar esse cara de devedor contumaz.

Esses devedores contumazes que nós já temos – o Governo deve saber –, quantos empregos geram esses devedores contumazes? Nós vamos fechar essas empresas. Essa é uma preocupação. A Lava Jato gerou um problema muito sério no Brasil de quebrar empresa e desempregar muita gente. Então, essa preocupação é grande também. Não que eu seja a favor, Veneziano, não sou mesmo a favor de nenhum tipo de devedor, muito menos numa região, como é a minha, onde o tráfico de drogas é muito forte, você está me entendendo? A gente vê isso, não é em São Paulo só, isso é no Brasil todo.

Mas quero dizer que amanhã a gente deve debater esse assunto na Comissão de Constituição e Justiça. Eu não sei se vai ser pedida vista ou não. Na quinta-feira, a gente tem uma reunião de Líderes e marca a votação em Plenário, porque, como não tem acordo, dificilmente nós sairemos daqui pedindo urgência para votar em Plenário amanhã à tarde. Mas é um debate que nós vamos ter.

Quero aqui parabenizar a todos vocês e a você, Veneziano, por dar a ideia de a gente debater esse assunto aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado, Senador Omar.

Evidentemente sei eu, e sabemos todos nós, da sua integral disposição em poder, como em outros variados temas trazidos a debate no Senado, colaborar. Todos nós bem conhecemos o seu perfil e o que o caracteriza, e não difere no instante em que se permite estar aqui acompanhando os expositores num dia, e os senhores bem o sabem, que é um dia – terças e quartas – mais recheado de compromissos nossos nas diversas Comissões temáticas, para as quais todos temos o dever de nos fazermos presentes. Então, quero agradecer a sua participação, igualmente a do nosso Líder Eduardo Braga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Izalci faz menção, gesto pedindo a palavra pela ordem. Pois não, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, é um assunto com que a gente tem certa familiaridade, porque, como contador que sou, acompanho muito isso.

Na reforma tributária, nós... Aliás, não foi nem na reforma tributária. No Perse, na discussão do Perse, quando se falou em extinguir os incentivos, uma das alternativas que tínhamos, exatamente para compensar aquela questão do Perse, era realmente a fiscalização sobre a questão do etanol. Nós já tínhamos estudo, entregue ainda no Governo passado, na legislatura passada, um estudo da Fundação Getulio Vargas que dizia isso, que, só nos Estados do Rio e de São Paulo, a sonegação com relação ao etanol ultrapassava R$22 bilhões, R$26 bilhões. Então, se o Governo cuidasse disso, seria a fonte de recurso para garantir a continuidade do Perse. Isso já vai fazer ano, não é?

Eu participei, junto com o Senador Efraim – eu fui o Presidente da Comissão, e ele, o Relator –, daquelas dez leis, projetos de lei. E tem uma inclusive que está no Plenário, parece que está na pauta já de hoje ou de amanhã, que trata também do devedor contumaz.

Então, de fato, é um assunto que precisa ser votado de qualquer forma. Se não tiver consenso nesse ou no outro, a gente vai para o voto, porque realmente esse assunto é importante.

É evidente que há uma preocupação de dar um poder excessivo à Receita Federal, porque a gente sabe: você tira da Justiça essa competência e dá à Receita praticamente a autonomia para acabar, fechar empresa, vamos dizer assim. Então, são esses cuidados que a gente tem que ter.

Eu acho que o Senador Omar Aziz falou muito bem: dá para você fiscalizar, dá para você autuar, dá para você acompanhar sem realmente extrapolar essa questão, porque tem muita empresa devendo.

Neste país, não é fácil ser empresário. Neste país, a gente tem um sócio que só participa do lucro e não participa de prejuízo, que é o Governo. E vai avançando, cada vez mais ele quer a sua parte maior ainda. Então, as empresas correm, sentem uma certa dificuldade, a carga tributária aumentando todo dia, a inflação agora aumentando também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas é o que foi dito aqui: eu acho que a gente tem que ir para o Plenário e votar. Não dá mais para adiar essa matéria, porque precisamos tomar providências com relação a esses devedores contumazes, principalmente essas pessoas ligadas ao tráfico. Realmente, estão tomando conta do transporte, do combustível, de tudo. E aí é que a gente precisa reforçar a legislação.

O Supremo também dá uma amenizada, porque, se isso está acontecendo no Rio e aqui mesmo, em Brasília, algumas coisas, isto se deve às decisões do Supremo Tribunal Federal, que tem, também, interferido muito nessa questão da segurança pública.

Mas parabéns a V. Exa., e vamos para o voto. Acho que é importante.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado, Senador Izalci.

Como dissemos nós na semana retrasada, no momento em que realizávamos o debate, não o debate propriamente dito, mas tivemos a oportunidade de fazer a leitura do nosso relatório: inconfundível, inquestionável e indissociável do presente momento, que é um momento em que nós estamos a nos debruçar, mais uma vez... E a gente usa muito esse verbo, debruçados estamos há oito anos. Desde o início da proposta trazida à Casa pela Senadora Ana Amélia, indiscutível tem sido a sua participação, como do grupo que, no Senado, se propôs a debater este e outros temas, correlatos ou não.

O fundamental, eu dizia aos companheiros, é que de bom, se não de muito bom, é que a provocação efetiva a essa realidade atual trouxe a nós, Sras. e Srs. Senadores, a constatação, que já era anterior, de não mais nos permitirmos dar a impressão de estarmos com os braços cruzados. Se o 164 ou se o 125, enfim, qual seja, que nós, definitivamente, não nos permitamos mais travar. Não há explicações, não há razões, pelo menos aquelas que estão à frente dos nossos olhos – quais seriam os motivos e quais seriam, quem seriam os motivadores –, para que nós nos arrastássemos a este debate infindo.

Então, eu quero, pessoalmente, e na condição, também, como V. Exa., de colaborador dessa temática, reconhecer os seus valiosos préstimos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Margareth deseja falar. Logo em seguida, eu convidarei o querido amigo Enrico Severini para a sua exposição.

Querida Senadora.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Obrigada, Presidente.

O nome do projeto já diz: devedor contumaz. É aquele que deve sempre, que não paga nunca. Ele está sempre em débito com a Receita, com a União, com o estado, com o município... Ele não paga. Eles até escrituram o imposto, entram com Adin e não pagam. Não pagam. Esse é o devedor contumaz. Aí, quem paga tem que pagar mais. Esse é o problema, entendeu? Então, eu não entendo... E também acho que a preocupação do Senador Omar Aziz é razoável, porque a gente não pode dar à Receita o poder de fechar uma empresa simplesmente porque acha que o cara deve e pronto, mas existem, sim, os devedores, e aí eu fiz essa pergunta no passado. A gente, que paga em dia, se sente otário, porque você pagar imposto no Brasil e ser empresário no Brasil é matar uns três leões por dia, é muita coisa. Então, eu não entendo por que a resistência nesse tema, sabe, Presidente? Eu já vim a várias audiências públicas sobre esse tema, várias, a gente já discutiu, e voltamos sempre à mesma coisa, ao mesmo assunto. E quem paga não quer isso. Quem paga, quem não é o devedor, o cara do Combustível Legal, estou vendo aqui, não pode ser a favor disso, de jeito nenhum, só se estou enganada.

Mas é isso, nós temos todos que pagar igual. Nós sabemos que tem importadores, que importam um tipo de matéria-prima, que só misturam no caminhão e ficam vendendo gasolina, ficam vendendo gasolina, gente. Isso é um absurdo! E o Governo tem que começar a olhar isso, sim, tem que ter olhos para isso. A Receita realmente não tem olhos para tudo, mas aí nós podemos dar luz aos olhos da Receita.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado, querida Senadora Margareth Buzetti. V. Exa., eu quero aqui deixar este registro, por ser justo, é uma das mais ávidas defensoras, desde o início, de que nós tratemos de forma consumativa essa matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido o Sr. Enrico Severini Andriolo, que é o Gerente Jurídico e Tributário do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP). Por gentileza, Enrico.

O SR. ENRICO SEVERINI ANDRIOLO (Para expor.) – Bom dia, Senador Veneziano, na pessoa de quem saúdo os demais Senadores e autoridades presentes.

Uma apresentação breve, prometo que serei breve também na minha exposição.

Já começo aqui agradecendo...

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Enrico, só me perdoe, eu não sou tão deselegante como estou parecendo ser, eu quero apenas tranquilizar e dar a conhecer aos meus companheiros, e pedir a liberdade de saber se os materiais que estão sendo expostos e trazidos a esta reunião podem ser divididos e compartilhados com... Perfeito, obrigado pela atenção.

O SR. ENRICO SEVERINI ANDRIOLO – Bom, nós que agradecemos aqui, Senador Veneziano, pelo convite e oportunidade de estarmos presentes aqui como IBP (Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás), para debater esse tema que é tão caro para o setor de combustíveis, mas também para toda a sociedade.

O IBP representa toda a cadeia, desde a exploração até a comercialização, do poço ao posto. São mais de 200 associados, e a isonomia competitiva é um tema central do trabalho que o IBP faz, realiza, assim como das demais entidades do setor, muitas das quais presentes aqui. E a gente pode perceber aqui pequenos dados, que eu trouxe só para demonstrar a relevância do setor para a nossa economia, a composição da matriz energética dos derivados de petróleo e, no PIB industrial, o setor de óleo e gás representa cerca de 17% do nosso PIB. Isso representa um enorme impacto na geração de emprego e renda e também na arrecadação.

E, trazendo para o ponto da arrecadação, só do ICMS, que é um tema caro aos estados, os quais esta Casa representa principalmente, a gente tem uma arrecadação do setor de combustíveis na casa de R$116 bilhões em 2023. Então, é possível perceber que o impacto do sonegador, do devedor contumaz, gira em torno – dados que a gente já teve no passado – de cerca de R$15 bilhões, em relação a fraudes nesse setor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui eu queria chamar a atenção dos senhores. Já foi apresentada a composição do preço do combustível, mas observem a diferença que existe entre a carga tributária e a margem que o empresário recebe. Vejam que a margem ali é tanto da distribuidora quanto da revenda, ou seja, tanto a empresa que distribui quanto o posto têm uma média da margem do preço final de 15%, e a média do tributo – ali nós temos os tributos federais e estaduais – é da ordem de 27%, ou seja, estamos falando de quase o dobro do impacto que a carga tributária tem em relação à margem do empresário.

Observem que, mesmo que o empresário vendesse a zero, que zerasse toda a margem que ele tem, que ele vendesse e simplesmente repassasse o preço do produto e do tributo, ele não conseguiria competir porque aquele que sonega conseguiria ter toda a margem, mais um pouco e ainda ter um preço mais baixo. Ora, qual é o efeito disso? É fácil saber: se ele não consegue competir, ele vai sair do mercado. Então, nós vamos ter os bons empresários saindo do mercado, deixando o mercado, que vai acabar sendo dominado pelos sonegadores, os devedores contumazes.

E, como já foi exposto aqui pelos demais colegas, o problema é que o sonegador acaba praticando outros ilícitos, e a gente já viu também – o Emerson trouxe muito bem a visão do ICL – que o crime organizado se apropria dessa situação, vê nisso uma grande fonte de receita. A questão é que o sonegador, o devedor acaba sendo também agente de outros ilícitos, e outros agentes também se atraem por esse mercado em busca dessa facilidade gerada.

Então, é importante a gente ter em mente essa questão da competitividade porque ela retira do mercado os bons agentes e permite que fiquem só os agentes sonegadores, que praticam diversas fraudes do crime organizado em geral.

Aqui falando um pouquinho mais da isonomia competitiva, que eu acho que é o tema principal para o qual a gente tem que olhar quando pensa nesse tema do devedor contumaz, tanto a tributação quanto a concorrência são meios, não são fins em si mesmas; elas existem para que, no fim do dia, a sociedade e o consumidor possam ter o melhor produto pelos melhores preços. Quando você tira os agentes honestos do setor e deixa os agentes inescrupulosos, você começa a ter problemas de preço. A gente pode dar um exemplo, uma clássica situação aqui de preço predatório, em que, uma vez que os agentes honestos saem do setor e só resta o devedor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contumaz, este vai poder cobrar o preço de monopólio. Então, você pode ter pressão inflacionária, você pode ter perda de qualidade, e a gente está falando de combustível. A Lei 9.847 diz que o combustível é utilidade pública, então há uma questão de segurança, não só do produto, mas do abastecimento da sociedade.

Então o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás apoia o tema, apoia o projeto, o PLP 164, o trabalho do Senador Veneziano. Entendemos que deve ser uma lei complementar, porque assim ela vai abranger todos os tributos.

Existem alguns pequenos ajustes que a gente pode comentar com relação ao projeto, principalmente deixando a garantia a mais ampla possível, o crédito garantido, que ele possa, de fato, descaracterizar a contumácia. Então prever outros casos na lei, além do CTN.

E, com relação aos dispositivos da Lei do Petróleo e da Lei de Penalidades, a 9.478 e a 9.847, também a gente entende que são temas extremamente relevantes para o setor. Demandariam uma reflexão sistêmica desses dispositivos. E o nosso comentário é que a parte da regularidade fiscal deve ser bem analisada, para que ela não gere... porque existem problemas de irregularidade fiscal ou trabalhista que nem sempre estão associados ao devedor contumaz. Então esse é um ponto a que a gente gostaria de chamar a atenção com relação ao projeto.

Mas o projeto é essencial, porque traz a devida qualificação, demonstra o dolo, demonstra a diferença dos casos dos devedores eventuais ou mesmo reiterados, mas que não são os devedores contumazes. O Dr. Gustavo, aqui da Fazenda, comentou do ditado do devedor, "devo, não nego, pago quando puder". A gente pode dizer que o devedor contumaz é aquele que é "devo, não pago, nego enquanto puder", não é? Então a gente pode perceber a diferença de uma conduta para outra, e isso, o projeto deixa claro. Isso, para a gente, é essencial.

E, para terminar, a gente entende também que, na lei, a monofasia, por exemplo, foi um grande avanço. Esta Casa participou ativamente, melhorou substancialmente a questão dos problemas tributários no setor. Mas ainda assim, existem outros problemas. A gente sabe também da criatividade dos agentes ilícitos, vão buscar outras saídas. Então a gente entende que essa lei também tem um efeito pedagógico, ela também ajuda a demonstrar que o Congresso, o Estado brasileiro não admite esse tipo de prática, considera esse tipo de prática nefasta para a economia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, além da questão operacional que a lei vai trazer para os estados, municípios, a União combaterem esse problema, ela também tem um efeito pedagógico.

Por isso, o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás apoia esse projeto, parabeniza novamente o Senador Veneziano pelo seu trabalho.

E seguimos à disposição para o que for preciso. Conte conosco.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Gratíssimo, Enrico, pela sua presença entre nós. Igualmente, como assim fiz esse pedido ao nosso Rodrigo, que fizesse dar a conhecer o nosso agradecimento ao Presidente da CNI, Ricardo Alban, também gostaria que você, Enrico, dividisse com o nosso Presidente Roberto Ardenghy as nossas considerações. Ele é um contumaz participante das nossas reuniões da Frente de Recursos Naturais e uma figura que muito colabora com os nossos debates. Muito agradecido.

Eu tenho algumas observações feitas em indagações pelos nossos amigos e amigas – Senadora, muito obrigado pela sua atenção e pela sua presença –, mas as farei ao término das exposições. Não quero jamais, jamais passar aqui por, repito, deselegante, mas quero pedir a V. Sas. que pudessem abrir a oportunidade para que os nossos...

Minha amada, um beijo carinhoso para a senhora.

Gostaria de convidar os últimos quatro expositores. Se os senhores pudessem permanecer entre nós, sentados evidentemente, nas poltronas da nossa CCJ, eu agradeceria.

Querido, obrigado, meu irmão.

Esse é um convite apenas para que os senhores possam acompanhar, não é para que os senhores nos abandonem, nos deixem não, viu?

Eu convido o Sr. Hugo Funaro. Fiquei muito feliz ao conhecê-lo, Hugo, e ao saber que você é um dos responsáveis, ao lado da nossa Senadora Ana Amélia, na construção e elaboração da proposta inicial. Seja muito bem-vindo, viu! Por gentileza, sente-se aqui ao meu lado direito.

Eu convido o Sr. Ricardo Medeiros de Castro, que é o Chefe da Assessoria Técnica do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Querido, obrigado pela presença! Ricardo, ao lado do nosso Hugo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido o Sr. Igor Nascimento de Souza – olá, meu Deputado Edinho Bez! O Igor é membro da Diretoria Jurídica da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), sócio do Escritório SouzaOkawa Advogados e Vice-Presidente do Comitê de Investimento. Ó querido, seja muito bem-vindo entre nós!

E por fim convido o Sr. Ivo Teixeira Júnior, Doutor em Economia e especialista em Direito Comercial e Econômico. Muitíssimo bem-vindo e gratíssimo pela atenção dispensada à CCJ!

Para que nós passemos a essa parte final da nossa audiência com os últimos quatro expositores, peço, por gentileza, que faça uso do microfone o Sr. Hugo Funaro, pelo tempo de dez minutos. Mais uma vez registrando aqui a alegria em poder conhecê-lo e em poder saber da sua colaboração a este debate – colaboração efetiva porque, afinal, nasceu a primeira ideia através da sua presença, ladeando a nossa competente ex-Senadora Ana Amélia.

Seja bem-vindo e bom dia!

O SR. HUGO FUNARO (Para expor.) – Bom dia, Sr. Presidente, muito obrigado pelas palavras. É com alegria que retorno a esta Casa para falar de um projeto que tanto nos é caro, porque estamos aí desde 2017 nessa discussão. Também participamos de outras audiências e também estivemos com outros Senadores colegas de V. Exa. discutindo esse tema. Com satisfação, temos V. Exa. liderando este Projeto 164 agora, com o substitutivo apresentado, com esta audiência e com todo esse esforço para que o projeto, enfim, chegue a bom termo aqui nesta Casa.

Então, cumprimentando todos os demais Senadores, Parlamentares, assessores e todos que nos ouvem, eu gostaria aqui de iniciar a minha fala, dizendo que, pelo tudo que nós vimos aqui nas exposições anteriores, nos parece que o projeto está de fato maduro. Tivemos aqui representantes da Fazenda, representantes do setor privado, a CNI, e também do setor de combustíveis. E nos parece que há, inclusive relembrando a fala aqui dos Senadores Eduardo Braga e Omar Aziz, enfim, de todos que já usaram da palavra, que todos estão de acordo: os devedores contumazes precisam, de fato, ser controlados e ter sanções diferentes dos devedores comuns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parece que não há mais divergências, não é? Então nos parece já uma questão madura, não é?

O que nos traz aqui, e eu estou aqui no lugar do meu querido amigo Mozart Rodrigues, do Sindicom, e falo, pelo Sindicom, que o projeto tem todo o nosso apoio, assim como das demais entidades do setor de combustíveis. Também temos, aí nessa jornada, que só foi possível, até aqui, graças à insistência, à persistência do setor, o Combustível Legal, presidido pelo Dr. Emerson Kapaz, enfim, todo esse esforço para realmente demonstrar a existência do devedor contumaz e tudo o que ele causa para a sociedade brasileira e que merece, enfim, essa atenção pelo Congresso Nacional.

Então, nesse sentido, eu quero aqui reforçar o apoio e parabenizá-lo novamente por essa liderança do Projeto 164, para que ele chegue a bom termo.

E de minha parte, eu, como advogado também, eu que tenho algumas poucas observações e, uma vez que nós estamos na CCJ, que é o fórum adequado aqui da Casa para tratar também das questões constitucionais, o que eu gostaria de chamar a atenção, Excelência, é para os conceitos. E aqui todos falaram do tripé que caracteriza os devedores contumazes: a reiteração, a questão do substancial, a substância do débito e a falta de justificativa. Então esse tripé, todos, todos falaram, e não há dúvida quanto a isso. A questão é conceitual; portanto, está bem posta.

O que poderia haver aqui, que eu só chamo a atenção aqui para contribuir com o avanço do projeto, é que esses conceitos, na verdade, já foram bem definidos pelo Supremo Tribunal Federal à luz da Constituição. Então o Supremo, e essa é a minha fala basicamente, o Supremo tem vários julgados já que buscam separar – e foi a preocupação que muitos Senadores aqui já externaram – o devedor contumaz do devedor comum. E por que eu chamo a atenção para isso? Porque todo esse esforço, em muitos anos, o empenho de V. Exa. para fazer um projeto, para aprovar nesta Casa, etc., no Congresso, nós não podemos correr o risco de dar para esses devedores contumazes a chance de questionar isso no Supremo Tribunal Federal e, com boas chances de afastar a aplicação dessa legislação, baseada na jurisprudência do próprio tribunal.

Então o que eu gostaria de chamar a atenção, Excelências, são algumas ponderações que já foram feitas no âmbito do Supremo, para dizer o seguinte: o devedor comum, que é aquele que pode acumular débitos por qualquer razão, qualquer razão, inclusive porque, muitas vezes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o devedor não paga porque acha que a legislação é inconstitucional ou ele acha que foi autuado de forma ilegal. Há discussões no mercado que são bilionárias, e nós, todo dia, recebemos até notícias. Hoje em dia há publicações especializadas para ver o que acontece no Carf, na Justiça. Então todo dia, temos notícias aí de autuações bilionárias, que muitas vezes, são derrubadas no Carf, inclusive de empresas públicas.

Empresas públicas que têm débitos bilionários, elas podem ser acusadas de devedoras contumazes só porque têm um débito bilionário? Com certeza não. Empresa pública, a princípio – e é uma presunção muito forte –, não age de forma irregular no mercado, né? Então, o que o Supremo diz? São três súmulas de décadas e alguns julgamentos, dizendo o seguinte, "Olhe, devedor contumaz é aquele que faz do não recolhimento do tributo o seu negócio". A reiteração, nesse sentido que o Supremo diz, seria não recolher o tributo por vários períodos, vários períodos de não recolhimento, porque ele justamente vive de não recolher tributo. Isso, o projeto original, inclusive, dava já alguns critérios, que seriam quatro vezes seguidas em um ano ou seis vezes alternadas. Esses critérios, embora estejam só no projeto hoje, são aderidos pela jurisprudência do STJ, do Supremo, que, quando falam em reiteração, estão olhando em quantos períodos não houve o recolhimento, principalmente em matéria de ICMS. Isso também foi usado num recurso, em *habeas corpus*, no qual foi criminalizada a conduta do devedor contumaz que se apropria do tributo.

Então, o Supremo, tanto em âmbito tributário quanto penal, já definiu o que é o devedor contumaz. E o que eu sugiro é que essa definição do Supremo seja incorporada, para que amanhã não se diga que o critério tenha ficado muito amplo e, por isso, a legislação seria inconstitucional. Então, esse seria o primeiro ponto.

Segundo ponto que eu quero louvar do projeto é que ele dá um tratamento único para definir o que é devedor contumaz. Isso é fundamental, porque não podemos ter alguém que é devedor contumaz de forma diferente em 5.560 municípios, mais 26 estados, mais Distrito Federal e mais União. Essa matéria tem implicação tributária e criminal. Não pode ter alguém que é criminoso na cidade de São Paulo e não é no Rio de Janeiro pelo mesmo volume de débito que ele não recolheu, pela mesma conduta. Então, essa uniformidade do projeto está em total acordo com a jurisprudência e com a Constituição, embora, eu esteja falando isso porque tem alguns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projetos que tentam colocar uma competência absoluta dos outros entes para fixar valores, o que nos parece inadequado. E o projeto está muito aderente à jurisprudência.

E eu gostaria também de colocar que há uma questão que seria: o que é um recolhimento injustificado? E de novo, estou me valendo da jurisprudência do Supremo, em Plenário, em mais de uma manifestação. A injustificação não seria apenas quando o devedor passasse por alguma questão econômica ou houvesse uma calamidade. Também seriam situações, que eu comentei, em que há um motivo para ele não recolher, por exemplo, de inconstitucionalidade. Isso o Supremo já fixou por mais de uma vez.

Então, isso é uma coisa que pode ser subjetiva, mas temos como objetivar isso. Por exemplo, se já existia uma jurisprudência sobre o tema, seria um critério objetivo. Temos também... E aí, Excelência, esse é um ponto que muitas empresas... Agora eu estou falando aqui como advogado, não só do Sindicom, mas tributário.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUGO FUNARO – E já vou finalizar.

Tem situações, Excelência, em que as empresas hoje, porque elas têm capacidade de pagamento – e, por exemplo, tem uma discussão no Carf que termina empatada e vale o voto de qualidade a favor do Fisco –, têm a dispensa de garantias pela própria lei federal. Então, veja V. Exa., a lei diz que aquele contribuinte, para ir a juízo, não precisa dar garantia. Mas se o débito dele for maior que 15 milhões, por esse projeto, ele seria um devedor contumaz.

Então, há uma questão: ele não é obrigado a dar garantia, mas ele é devedor contumaz. Há uma justificativa para não recolher, qual seja a própria legislação o dispensa de oferecer garantia ou qualquer depósito. Essa situação, em particular, nós entendemos que deveria ser considerada.

E um último ponto – e aí nos valendo também da jurisprudência –: o devedor contumaz não recolhe o tributo para ganhar mercado ou para se apropriar desse tributo. Há muitos autos de infração, e eu tenho experiência aqui de autos bilionários, Excelência, por multas que são aplicadas em função do valor da operação. Pode não ter nenhum recolhimento de tributo, mas teve uma questão de nota fiscal, e isso tanto no estado quanto na União. Nesses casos, não há um problema de mercado nem dos consumidores. Por quê? Porque não é uma falta de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recolhimento tributário, é uma multa por descumprimento de obrigação acessória. E ele poderia, então, se enquadrar como devedor contumaz? Parece-nos que não. Por isso, nós entendemos que não só o valor deve ser levado em conta, mas também qual a origem do débito. É de tributo ou é de uma multa por obrigação acessória?

Veja, eu só estou aqui sugerindo aperfeiçoamentos ao projeto, mas nos parece que hoje a questão está madura, não há divergência conceitual, e temos aqui de reforçar o total apoio à aprovação do projeto. Quanto aos critérios especiais de tributação, quase nem foram comentados, só houve aqui algumas pequenas observações pela CNI, mas acho que estão todos de acordo. E que o devedor contumaz deve ser tratado, regulado, disciplinado, punido, impedido de funcionar também para nós é pacífico.

Eu agradeço novamente pela palavra, pela oportunidade de estar aqui junto com V. Exa. e me coloco totalmente à disposição para o que for aqui conveniente para contribuir para que esse projeto avance. Desejamos muito êxito na condução.

Muito obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Deputado Hugo, muito grato mais uma vez pela sua presença.

De fato, a razão da existência, como instituto do Legislativo, das audiências públicas é exatamente a de nos permitirmos conhecer sugestões que aprimorem as peças que serão elaboradas por cada uma das Casas. E aqui atentamente, não apenas este Relator, mas todos os companheiros e aqueles que, mesmo não estando presencialmente por justificadas razões já expendidas ao conhecimento dos senhores e das senhoras, se fazem através das suas assessorias, com certeza...

Muito grato, mais uma vez.

Eu convido o Sr. Ricardo Medeiros, Chefe da Assessoria Técnica do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, (Cade), a fazer uso dos nossos microfones.

Por gentileza, Ricardo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO MEDEIROS DE CASTRO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Veneziano.

Na sua pessoa, aqui agradeço o convite ao Cade para participar desse debate e saúdo todos os membros desta Casa e também os membros dessa mesa.

Fomos chamados aqui a debater esse conceito de devedor contumaz, e esse não foi um tema que foi levado ao conhecimento ou debatido no âmbito do plenário do Cade. Então, eu trago aqui uma opinião *prima facie* a respeito dessas discussões, mas acredito que a gente pode auxiliar aqui em alguns debates.

Eu trago, inicialmente, esta primeira hipótese. Vamos debater a hipótese de um mercado onde você tem um incumbente com 90% de market share e ele tem uma dívida... E aqui eu estou usando os parâmetros do texto original; não estou pegando nenhum parâmetro das emendas. Aqui é só para demonstrar a hipótese que merece a nossa atenção. Imagine que esse grande agente, com 90% do mercado, tem uma dívida de R$150 milhões, um patrimônio de R$510 milhões, isso significa 29% do patrimônio dele. Ele não seria devedor contumaz, por mais que ele tenha uma dívida de R$150 milhões. Para o entrante, que está tentando colocar os preços mais baixos, que tem 10% de mercado e precisa ainda construir capital, e que ainda não tem um patrimônio muito grande, só tem R$40 milhões, tem uma dívida muito pequena, que representa 10% da dívida do incumbente, mas, nesse caso, tem 37% do seu patrimônio comprometido; ou seja, ele seria, de acordo aqui com o art. 6º do Projeto de Lei Complementar 164, definido como tendo mais de 30% do seu patrimônio comprometido, o que significaria também um devedor contumaz. O grande agente, que já está no mercado, que já está estabelecido, seria um devedor simples; o entrante, que está tentando colocar os preços para baixo e trazer uma dinâmica concorrencial mais assertiva para o mercado, poderia ser entendido como devedor contumaz e, eventualmente, ter que sair do mercado em relação a isso. Aqui, de novo, eu só estou colocando a hipótese de isso acontecer, dependendo de como a gente configura o devedor contumaz.

Gostaria de trazer aqui que esse não é um debate da competência do Cade. O Cade é formado pela Lei 12.529, de 2011, e nós aqui analisamos tanto condutas anticompetitivas, atos de concentração, mas também atuamos do ponto de vista da prevenção e da educação. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos a discussão de advocacia da concorrência. Quando nós olhamos, por exemplo, para a Comissão Europeia, lá se debatem tributos dentro da autoridade de defesa da concorrência, muito porque se tem uma autoridade supranacional que tem diferentes sistemas tributários e, eventualmente, um desequilíbrio entre eles.

Trago aqui também ao conhecimento a Consulta 0038/99 do Cade, já muito antiga, em que o Cade debatia a questão da guerra fiscal e dizia que se podia ter um desnivelamento do campo, ou seja, é contra um princípio concorrencial jogar futebol em uma ladeira. E aqui foi dito, nessa consulta, que isso poderia, eventualmente, trazer uma alocação ineficiente de recursos para a economia, considerando que agentes mais eficientes poderiam estar em posições distintas e talvez não muito racionalmente alocados.

Aqui eu trago outros casos em que o Cade debateu questões tributárias, por exemplo, o caso Sesi, e se verificou que o Sesi não ia predar restaurantes, por mais que tivesse uma política de trazer alimentação barata, e ele tinha benefícios fiscais. O mesmo nós analisamos com cursos de inglês. Houve um debate no caso LG, que tinha diferentes sistemas tributários, um com mais prazo e menos desconto, outro mais desconto e menos prazo, e o Cade entendeu que incentivos fiscais poderiam ser utilizados para possibilitar a entrada de agentes econômicos em mercados concentrados, com elevadas barreiras à entrada, e poderia, eventualmente, ser pró-competitiva essa diferenciação.

Também fizemos aí, em termos de advocacia da concorrência, um *disclaimer* em que se verificava, por exemplo, a cobrança de ICMS por meio do PMPF, e isso estava previsto, inclusive, no art. 2º desse projeto de lei complementar, a possibilidade de, eventualmente, se cobrar com base em uma tabela em que você vê os preços de mercado e, posteriormente, busca uma compensação, se foi a mais ou a menos. O problema é que isso aí pode virar um ponto focal, essa tabela, e daí eu questiono por que o Estado busca fazer uma tabela para eventualmente cobrar um imposto e talvez virar um ponto focal.

Igualmente, o art. 2º abre a possibilidade de se cobrar imposto *ad rem*, enquanto que o imposto *ad rem* pode colocar de novo e desbalancear o campo. Por exemplo, uma empresa que cobra pouco pode ter 91% de imposto, enquanto que numa empresa que cobra muito o imposto pode representar só 33% do preço dela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existe também uma discussão tributária, trazida na Câmara, extremamente importante, do PLP nº 523, de 2018 – e saúdo aqui o Deputado Hugo Leal –, que permitiria ao Cade ter mais acesso a dados de notas fiscais eletrônicas e, por exemplo, auxiliar a regulação, a ANP, os preços. Quando a gente fala no preço de uma cidade, em termos de gasolina, etc., há muitas cidades que não têm uma amostragem adequada.

Eu trago, além disso, esse processo em que o Cade debateu, justamente, a discussão de devedor contumaz. O processo foi arquivado, na Superintendência-Geral, mas teve um despacho para avocação desse processo. A Paula Farani defendia a tese, que foi vencida, de que a inadimplência fiscal reiterada poderia ser um modelo de negócios que, talvez, pudesse ser visto como uma prática anticompetitiva, e se deveriam analisar três empresas, no setor de combustíveis, que estavam devendo e que poderiam ser consideradas devedoras contumazes. E aqui eu trago esse caso para demonstrar, para ilustrar, os riscos que tem, eventualmente, a caracterização do devedor contumaz.

Já o voto vencedor – e aqui eu trago o voto da Conselheira Lenisa Prado – menciona que você não tem aqui uma análise finalística sobre se esse debate está sendo feito, se os agentes fiscais permaneceram inertes em face dessa ilegalidade. Há efeitos negativos quando você não paga os seus tributos e você precisa ter uma análise de todos os agentes, de todas as etapas da cadeia tributária, porque eventualmente você pode estar tratando agentes de maneira diferenciada, de maneira desproporcional.

Esse debate sobre o que era devedor contumaz chegou a ser trazido no PLS 284, talvez não com a mesma clareza que se tem no PLC 164, mas aqui eu trago alguns questionamentos. Por exemplo: e se houver erro? E se alguém caracterizar o que é devedor contumaz de maneira errada? Essa empresa vai sair do mercado, se declara a morte da empresa. Agora, e se esse erro for reconhecido muito tempo depois pelo Judiciário? E se houver concentração de mercado derivada da retirada de uma empresa do mercado, com a elevação de preços no mercado? E por que nós não usamos ferramentas usuais para a cobrança rápida e efetiva do imposto em vez de, eventualmente, retirar essas empresas do mercado?

E aqui eu subscrevo todos os importantes apontamentos da Exma. Ministra Regina Helena Costa e do Dr. Luís Inácio Adams. Deixo aqui os *links* do YouTube onde eles debateram esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temas e os riscos de, eventualmente, se ter um conceito equivocado sobre o que é o devedor contumaz.

Aqui havia algumas discussões que poderiam ser melhoradas no antigo projeto de lei, mas, de novo, eu acredito que possa ter um debate sobre qual o efeito, justamente, de se retirar essa empresa do mercado, entre outras discussões.

Trago também o fato de que, dos 500 maiores devedores em 2019, Petrobras era uma das maiores devedoras...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO MEDEIROS DE CASTRO – ... Raízen, Manguinhos, entre outras. E nenhuma das empresas que estavam sendo julgadas pelo Cade aparecia nessa lista dos 500 maiores devedores da União. Isso significa que, eventualmente... E eu não estou dizendo que não possa ter talvez algum tipo de conceito, mas existe um risco de, eventualmente, o conceito de devedor contumaz acabar com uma empresa que está trazendo benefícios para o país, tem riscos de eventualmente você classificá-la como devedora contumaz e talvez trazer desemprego e outras questões não necessariamente antecipadas quando se pensa... E, de novo, de forma alguma aqui a gente está dizendo que tributos não devem ser pagos, que deve haver sonegação, de maneira alguma se defende esse tipo de ótica, mas simplesmente aqui trazendo algumas questões e ponderações de cautela que talvez possa ter, já que nós estamos num diálogo público, a respeito de efeitos não necessariamente desejados ou antecipados quando se debate essa questão.

Eu peço desculpas por me alargar um pouco no tempo aqui, mas agradeço muito e acho que a aproximação com o Senado é extremamente importante para o Cade, já que não tem apenas esse, mas tem uma série de outros projetos de lei, uma agenda que eventualmente pode melhorar e trazer empresas e o sistema para uma discussão mais pró-concorrencial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Não há de que se desculpar, querido amigo Ricardo Medeiros, que representa o Cade. São boas e interessantes as observações. As nossas preocupações se dão quando, expostas algumas dúvidas, há necessidade de que também nos sejam apresentadas possíveis soluções.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Naquele primeiro quadro que V. Sa. nos trouxe, sobre possibilidades, como grandes empresas que não têm o percentual sugerido de 30% e outras empresas que, em tese, à sua ótica, estão se estabelecendo, que possam incorrer na figura típica de devedores contumazes. Foi por essa razão – e aí, de certa forma, sem desconhecer o representante da Confederação Nacional da Indústria, o Rodrigo, que falava sobre a sugestão de não "e/ou", mas "e", que ambas essas condições sejam reconhecidas –, foi por força desse primeiro quadro que nós colocamos ou uma ou outra das situações. Só não podemos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Pois não, Rodrigo.

O SR. RODRIGO SENNE CAPONE – Senador, obrigado pela palavra.

Muito boa a apresentação. Eu estava aqui assistindo e refletindo, e ver os exemplos numéricos é muito importante para a gente conseguir enxergar quais os pontos positivos e eventuais pontos negativos. E aí eu pensava que isso reforça a ideia de que é preciso que haja uma intenção comprovada, porque – e aí refletindo em voz alta –, ainda que seja uma empresa entrante, mas ficando claro que ela atua de forma intencional para não pagar tributos, a gente tem que refletir se realmente essa empresa deve ser protegida ou não.

Então, o elemento intenção ou dolo entra em cena nesse cenário e vai alcançar a empresa entrante, no exemplo numérico que foi trazido, mas contanto que esses elementos fiquem claros no processo, para que eventualmente ela seja punida. A gente analisa os elementos objetivos numéricos, mas a intenção é muito importante para que isso não aconteça, para que essa empresa que está só passando por dificuldades econômicas nesse início de operação não venha a ser indevidamente caracterizada como devedora contumaz. E aí reforço a intenção: ela entra nesse ponto para eu separar a empresa entrante que quer pagar os seus tributos, mas se encontra numa circunstância na qual ela não consegue honrar com esses débitos naquele momento, das empresas que estão entrando no mercado e não querem pagar os seus tributos. Aí, sim, essa empresa, cumpridos os critérios objetivos e comprovada a intenção dela de não pagar os seus tributos, será alcançada pela lei e será retirada de operação tão logo ela comece a operar, e talvez

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja – e aí deixo para o pessoal do concorrencial comentar – o momento adequado de retirá-la, não a deixar causar um prejuízo tão grande.

Senador, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado, Rodrigo.

Enfim, são valiosíssimas as colocações trazidas pelo Cade a respeito de que possamos nós também colaborar para que dirimamos algumas dúvidas que, porventura e muito provavelmente, ainda existam no transcorrer das apreciações.

Obrigado, Ricardo.

Igor, por gentileza. Igor Nascimento é membro da Diretoria Jurídica da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Nós agradecemos a você e, evidentemente, à federação, que se permite entre nós estar com a sua presença.

Em seguida, nós teremos a palavra derradeira do nosso convidado Ivo Teixeira Júnior, também a fala do nosso querido Senador Laércio Oliveira e algumas colocações que nos foram trazidas por aqueles que estão conosco acompanhando as exposições.

Igor, obrigado.

O SR. IGOR NASCIMENTO DE SOUZA (Para expor.) – Bom dia a todos. Queria, primeiro, agradecer pelo convite; agradecer ao Senado Federal, na pessoa do Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Quero dizer que, como já foi dito aqui, dá para ver a importância do que esse tema significa para o Brasil como um todo. Eu acho que muito do que foi dito aqui já está de acordo com o que nós falamos.

Também queria fazer uma observação. É um prazer estar aqui, uma alegria enorme, com o Hugo ao lado. O Hugo é um grande colega e amigo lá de São Paulo, tributarista de renome, que eu respeito muito. Enfim, a gente sempre teve bons embates nas questões tributárias. E o Ivo aqui, um grande Professor de Brasília também. É muito bom estar com vocês, enfim, aqui, por coincidência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à questão do devedor contumaz, me parece que está havendo um certo, Senador Veneziano, conflito aqui, porque eu acho que toda a ótica do devedor contumaz está sendo olhada pelo olhar dos tributaristas, e eu sou um membro dessa classe. A gente viu aqui Procurador da Fazenda Nacional, enfim... Mas a questão de fundo, que fundamenta, inclusive, o projeto de lei que está em discussão aqui, que é o art. 146-A, não é necessariamente um artigo de direito tributário da Constituição. Ele é tributário e econômico. Eu acho que uma das primeiras pessoas que eu ouvi falar desse tema no Brasil foi o Hamilton Dias de Souza, grande advogado também, sócio do Hugo aqui, que é uma das pessoas que mais conhece o tema.

A gente circula nas duas linhas do direito, que é a questão do direito econômico e do direito tributário. E o que está lá na Constituição? Para precaver os desequilíbrios concorrenciais, é possível se estabelecerem sistemas ou formas de tributação diferenciada para cada contribuinte. Então, eu acho que a gente não pode nunca perder de cena esse debate, esse mandamento constitucional exatamente para evitar o que o Hugo vem falando – e falou muito bem aqui – sobre discussões infindáveis no Judiciário que podem acontecer em torno da aplicação desse artigo.

O que a gente tem que verificar... Se o objetivo da lei que está sendo criada é o desequilíbrio de concorrência, a meu ver, não é a Receita Federal, não é a Procuradoria da Fazenda Nacional, não são as secretarias de arrecadação da Fazenda municipais e estaduais os órgãos competentes para verificar isso. Existe um órgão no Brasil – ele é único – que vê desequilíbrio de concorrência, e esse órgão se chama Cade.

Então, é um risco muito grande – é um pouco sobre isso que nós vamos falar aqui – deixar na mão dos auditores fiscais, ou dos procuradores da Fazenda, ou de qualquer órgão de arrecadação a definição ou a aplicação de uma definição do que está sendo feito em termos de desequilíbrio da concorrência, porque eles não têm competência funcional e, eu penso, nem capacidade técnica para verificar isso, porque, para ver desequilíbrio de concorrência, você tem que analisar a inserção daquela determinada empresa, o que ela está praticando dentro de uma cadeia. E quem vê isso e vê muito bem é o Cade, não é?

Então, sem prejuízo de considerar o projeto muito bom e as consequências para o devedor contumaz que estão no projeto boas, eu acho que falta uma etapa. E esta é a sugestão de que nós vamos falar aqui: após ouvido o órgão de defesa econômica no caso concreto, a Receita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal pode até verificar a existência de indícios da prática de desequilíbrio concorrencial por determinada empresa, em função de sonegação, dolo, conluio; ela reporta isso para o Cade, que define se, naquele caso concreto, aquela empresa de fato está desequilibrando a concorrência; e, a partir daí, se aplicam as consequências de ordem tributária em cima daquele determinado contribuinte.

Já é assim na questão da representação criminal para fins penais, não é? A Receita Federal não tem capacidade técnica nem competência funcional para dizer se um determinado contribuinte está ou não praticando crime. Ela pode dizer que há indícios da prática de crime. Ela jamais pode dizer que há prática de crime. Não é a Receita quem define a prática de crime, mas ela faz uma representação criminal para fins penais e manda para o Ministério Público; e os órgãos – Ministério Público, Polícia Federal ou no caso das polícias estaduais – vão fazer a investigação e verificar se aquela conduta praticada por aquele contribuinte naquele caso concreto constitui ou não prática criminosa.

A nossa sugestão, para evitar que não só a Receita, mas qualquer órgão de arrecadação acabem entrando numa seara que não é da competência técnica e funcional deles, é que tudo que está no projeto é perfeito, mas que a Receita ou os órgãos de arrecadação, identificando o problema ou o risco da conduta que pode tipificar uma prática de uma concorrência desleal, mandem para o Cade, para que o Cade apure. E, se tipificado e o Cade entender que houve a concorrência desleal, que aí, sim, sejam aplicadas as penalidades para esse devedor, que seria o tal do devedor contumaz, porque a contumácia só estaria tipificada ou caracterizada após a verificação do órgão responsável por verificar isso, partindo do pressuposto de que a fundamentação de validade dessa norma é o art. 146-A, que fala de precaver desequilíbrios da concorrência.

Isso é bastante relevante porque já teve um exemplo aqui, que foi colocado pelo colega, de duas situações. Pode ser que a empresa grande exclua o pequeno e não permita esse pequeno entrar no mercado. O desequilíbrio da concorrência vai se dar nesse modelo, nesse momento; ou seja, a pretexto de se querer mais equilíbrio, você vai gerar menos equilíbrio, ou mais desequilíbrio, porque o grande pode engolir o pequeno. Tudo que o Cade não quer é isso. Então, a nosso ver aqui, por tudo que se verifica, esse deveria ser o critério que deveria ser utilizado pela legislação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em outros casos também, isso já acontece, não é? Tem casos que estão sendo avaliados pelo Cade; para vir aqui, a gente pesquisou muita coisa. A gente viu os casos de *sham litigation*. O que é isso? Uma empresa entra na Justiça contra outra empresa, com um objetivo que não é propriamente aquele que está no processo, mas é para desequilibrar a concorrência e gerar prejuízo para o concorrente dela. Isso é comum no Brasil, é comum nos Estados Unidos, é comum no mundo todo. Nem o Judiciário se atreve a falar se essa empresa fez isso ou não fez. O que ele faz nesses casos? Representa para o Cade, o Cade verifica, o Cade analisa, o Cade decide se está havendo *sham litigation*, esse litígio falso, e, a partir das decisões do Cade, o Judiciário toma as providências necessárias para punir aquela empresa que adotou esse procedimento.

Por que no caso de conduta tributária não pode ser assim? Nós já temos todos os instrumentos de arrecadação e cobrança, diversos, na legislação.

Eu queria colocar aqui, eu trouxe vários dados; acho que isso vai ficar para os Senadores também, a importância disso. A caracterização do devedor contumaz é relevante, tem que ser feita, urge isso, não é?

No setor de combustíveis, a gente está vendo aí o tamanho do problema; a gente tem lá uma dívida tributária de R$179 bilhões no setor de combustíveis, dívida impagável de R$155 bilhões: R$90 bilhões para os estados, R$88 bilhões para a União Federal. Muitos desses talvez sejam devedores contumazes, não é? A gente sabe do problema. São muitas situações. A gente sabe da importância da carga tributária também nessa questão da concorrência, não é?

Peguei um exemplo aqui do Fiat Mobi; ele custa R$77.990. Nesse preço do Fiat, R$29 mil, R$30 mil são impostos. Então, quanto à sonegação, é muito provável – a gente sabe disso – que ela possa causar desequilíbrio da concorrência. E não é disso que nós estamos falando. Tem que ser apurado, tem que ser verificado, mas tem que ser apurado e verificado pela autoridade competente, que, com certeza, não são os órgãos de arrecadação. Os órgãos de arrecadação são treinados e capacitados para arrecadar imposto e não para verificar desequilíbrio de concorrência. Essa análise é uma análise técnica econômica, profunda, que demanda toda a análise de um setor para saber se há ou não desequilíbrio de concorrência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A administração possui diversos meios de cobrança que são eficazes: impedimento de emissão de CND; responsabilização de sócios, diretores; penhoras; cobrança judicial; declaração de inaptidão de CNPJ das pessoas jurídicas; arrolamento de bens; medidas cautelares fiscais...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IGOR NASCIMENTO DE SOUZA – Todos esses meios de cobrança vêm sendo utilizados pela arrecadação para cobrar o tributo, tipificação de fraude e tudo isso, mas não são suficientes para dizer se há ou não desequilíbrio da concorrência. Só pode ser caracterizado o desequilíbrio de concorrência – e aí a imputação daquele contribuinte à qualidade de devedor contumaz – após se analisar o cenário, a prática dentro de um caso concreto e dentro de uma cadeia econômica, dentro de toda a cadeia de produção e olhando isso.

Pode acontecer, por exemplo, de um determinado contribuinte não pagar o imposto, por algum motivo justificado ou não justificado, mas ele não reduziu o preço, ele não utilizou aquele imposto que ele deixou de arrecadar para ele; ele pode estar com prejuízo, ele não conseguiu pagar. Ele não está causando desequilíbrio da concorrência, ele está causando prejuízo ao Fisco, mas não é desequilíbrio da concorrência, porque o preço continua o mesmo, ele não está se apropriando daquele recurso. O Fisco deixou de arrecadar, mas a concorrência não foi desequilibrada, não foi lesada.

Então, se o fundamento é o art. 146-A, que é para prevenir desequilíbrio de concorrência, esse tipo de situação não pode caracterizar uma situação de contumácia, de devedor contumaz. É diferente a situação – já foi dito aqui – do devedor contumaz para o grande devedor.

A gente trouxe mais dados, mas, devido ao tempo, eu queria reforçar mais uma vez o que disse o Hugo. Toda essa fala minha aqui está sendo no sentido de tentar contribuir para evitar discussões judiciais. O fundamento é constitucional, está na Constituição. Nós não estamos mudando o art. 146 da Constituição. Se ele diz que é para precaver desequilíbrio de concorrência, o órgão que analisa desequilíbrio de concorrência deveria analisar o caso concreto.

Eu vou fazer uma brincadeira aqui – não é uma brincadeira –, para entender bem como é que pode ser trazido para linguagem simples, não técnica; é uma metáfora. Da forma como está sendo colocado, é mais ou menos o seguinte: vamos imaginar que nós temos um jogo de futebol,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

onde a gente tem um juiz, esse juiz se chama Cade. É ele que conhece todas as regras do jogo de concorrência, é ele que sabe aplicar as penalidades, é ele que sabe avaliar o cumprimento ou não daqueles jogadores que estão dentro daquele campo, daquele gramado. E nós temos outros juízes, que são os juízes do VAR, que são árbitros auxiliares, e esses juízes do VAR não pautam a análise com base nas mesmas regras do juiz do jogo.

Então, o juiz do jogo tem uma lei, que é a lei do Cade, que diz como se deve analisar a questão de equilíbrio de concorrência. Então, é em função dessa lei que ele está aplicando as regras do jogo. Os juízes do VAR, que são os órgãos de arrecadação, têm uma outra lei, que fala: "Não, desequilíbrio de concorrência é sonegar, é dever mais que 15 milhões, ter mais que 30% do seu patrimônio em dívida tributária". Isso não tem nada a ver com equilíbrio de concorrência, isso tem a ver com sonegação, que também tem formas de ser coibida, mas não tem a ver com o desequilíbrio de concorrência.

Então, aquele juiz do jogo que é a autoridade no assunto, que é quem no final do dia decide, julga com uma regra; os juízes do VAR estão jogando com outra. A gente vira um manicômio. Tem que ser dado ao juiz... E não quer dizer que o juiz do jogo não possa se utilizar da competência do juiz do VAR para olhar o detalhe, para olhar "pô, ele está na frente ou não dos últimos zagueiros, então é impedimento", tem que ser feito isso. O juiz vai se utilizar das informações, técnicas que a Receita vai fornecer, que os órgãos de arrecadação vão fornecer, as verificações, inclusive, eventualmente, pressões criminais que os órgãos de apuração, Ministério Público, enfim, possam fornecer e demais outros órgãos, para que aquele juiz possa, analisando a regra de concorrência, decidir se há ou não o desequilíbrio da concorrência, se há ou não a caracterização do devedor contumaz. Se ficar um juiz com uma regra e o outro com outra, vai gerar realmente um problema muito sério de desencontro, de falta de uniformidade e riscos de mais, e mais, e mais discussões judiciais, que eu acho que é tudo que a gente visa proibir, porque, no final do dia, essas discussões também acabam facilitando esses sonegadores – a gente vê isso na prática.

E nunca é demais lembrar – se a gente quiser acrescentar mais uma questão importante – que o juiz do VAR, que é aquele que está julgando contra a regra, tem um nítido interesse: o arrecadatório, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente viu... O Ministro Haddad é uma pessoa que eu respeito, confio, um grande Ministro, um cara sério, um ótimo profissional, a gente confia nele, mas, quando teve a discussão da questão do voto de qualidade no Carf – depois foi aprovada aqui no Senado e aprovada lá na Câmara a questão do desempate –, o Ministro falou: "Eu não concordo com esse voto de qualidade em favor dos contribuintes, porque é a mesma coisa que colocar três delegados e três membros da facção criminosa para decidir um determinado assunto, e, num empate, os membros da facção criminosa vão liberar o bandido". Você vê... O Ministro Haddad, que é uma pessoa equilibrada, que é uma pessoa que sabe o que fala, que é bem informada, se colocou na posição de Ministro da Fazenda, defendendo o quê? O cunho arrecadatório. A gente sabe que julgador do Carf, que representa contribuinte, não é bandido. Quando ele dá a decisão dele, ele não está dando porque ele acha que tem que livrar o bandido da cadeia – é uma interpretação –, mas foi essa fala que ele fez. Se o juiz do VAR tiver esse mesmo pensamento, o risco que nós vamos correr é muito sério para a sociedade.

Então, mais uma vez, eu gostaria de agradecer, pedir desculpas por estender meu tempo, Senador Veneziano, e ficar à disposição para qualquer esclarecimento que se faça necessário.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Somos nós que agradecemos a sua valiosa presença, Igor.

Eu tenho algumas reservas, afinal de contas, primeiro, não é crime que o Estado se faça presente, cobrando de nós, contribuintes, aquilo que é devido por nós. A fala do Ministro não foi em outro sentido, a meu ver, ao meu constatar e ao meu convencer. Absolutamente, o Estado tem que cumprir as suas obrigações, mesmo cientes todos de que nós, enquanto contribuintes, não nos sentimos muito à vontade de poder fazê-lo. Pagar imposto nunca foi, desde os primórdios, séculos e milênios, o que mais nós desejamos fazer, mas é a nossa obrigação.

E eu pergunto: o Cade tem acesso às informações como a Receita tem? Ou seja, se nós vivemos em meio a processos que são burocráticos e que se fazem cada vez mais burocratizantes, o Cade fatalmente haveria, para constatar uma possível ou não tipificação de conduta, de requerer a quem? À Receita, evidentemente. E, quando V. Sa. fala que cabe também à Receita identificar a tipificação, é isso que nós estamos a fazer. Então, eu tenho minhas reservas, é claro e evidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é um bom debate. Nada melhor do que você trazer... O fundamento da realização desta audiência é exatamente fazer com que as questões possam ser apresentadas.

Tem uma discordância: quando nós tratamos dessa sonegação feita objetivamente, criteriosamente, rigorosamente, separando quem é o devedor não contumaz, portanto, eventual, daquele que é mau cidadão, mau empresário, daquele que, às vezes, tem se tornado – desculpe a expressão dura, mas vou utilizá-la, Emerson – bandido, bandido... Porque nós estamos a enxergar o banditismo que identificou um nicho muito alvissareiro, ou seja, muito profícuo para essas atividades.

Então, quando nós falamos sobre a questão que envolve a contumácia, quando nós falamos sobre a desigualdade concorrencial, ela é senão a consequência do ponto fulcral. Eu não vejo inconstitucionalidade, ao nos determos no 146, para que nós o regulamentemos, quando V. Sa... Perdoe-me, afinal de contas, me dá uma inveja tremenda porque há 30 anos estou envolvido com os mandatos que a Paraíba me concedeu, como Vereador, Prefeito, Deputado e Senador, eu não tenho tido a competência de poder estudar. Então, estou usando aqui... Posso até estar fazendo algumas divagações, quiçá, de indolências imperdoáveis – são perdoáveis porque também estou confessando a ausência de uma dedicação –, mas eu não vejo inconstitucionalidade, porque o que nós queremos, o que nós estamos a propor é exatamente falar sobre sonegações que terminam por levar a concorrências desleais; nós não estamos tratando o tema como fulcral, primeiro, concorrências desleais, o que sugeriria transferir para o Cade essa observação, inclusive a definir. E, se eu não estiver enganado, Emerson e meu querido Hugo, vocês falarão, claro que sim, num dos eslaides – como é que se fala? Exposições?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Eslaide, é atual eslaide, fala-se eslaide mesmo? É do nosso tempo, viu, Laércio? Enfim, Ricardo falou sobre o voto de uma senhora integrante a dizer que não caberia ao Cade, voto vencido. Concorda?

O SR. RICARDO MEDEIROS DE CASTRO (*Fora do microfone.*) – Caberia...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Não, mas no voto dela, que foi um voto vencido, a mim me parece que o voto vencedor disse que não caberia ao Cade essa...

O SR. RICARDO MEDEIROS DE CASTRO – Era um caso concreto, houve um despacho de avocação do processo em que, quem pediu para avocar, entendia que naquele caso havia indícios de que as empresas em questão eram devedoras contumazes, mas a opinião que prevaleceu sequer focou tanto na discussão de competência ou não, mas era que não havia indícios de que, porque se precisaria olhar para o mercado inteiro, para o mercado como um todo, e havia outras empresas que eventualmente poderiam estar numa situação de contumácia ainda superior e poderia, ou seja, não se descartou totalmente a tese de que isso poderia ser uma estratégia predatória, mas, naquele caso concreto, se entendeu que não havia indícios para suportar a continuidade das investigações. Esse foi a o entendimento majoritário.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Perfeito.

Vocês me permitiriam, Hugo e Emerson, que nós ouçamos aqui o nosso convidado último, nosso Ivo Teixeira Júnior? Sr. Ivo Teixeira Júnior, a gente termina incorrendo num certo informalismo – eu peço desculpas. A gente tem que ter a formalidade como regra, vez por outra, eu termino fugindo. Mas, enfim, ao término de Ivo, nós abriremos, Senador Laércio, e evidentemente, Kapaz e Hugo, ou quaisquer outros companheiros, terão toda a liberdade para fazer as suas considerações.

Ivo, por gentileza, sinta-se à vontade.

O SR. IVO TEIXEIRA GICO JÚNIOR (Para expor.) – Senador Veneziano, muito bom dia novamente. Muito obrigado pelo convite, agradeço a oportunidade de estar aqui.

O esforço que eu fiz foi, como acadêmico com doutorado em economia e com doutorado em direito: como eu poderia preservar e melhorar o projeto. Essa foi a minha ideia.

Então, a minha ideia foi tentar investigar qual é a relação entre devedor contumaz e direito concorrencial. E eu começo com os pressupostos que foram levantados aqui um pouco antes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre a viabilidade constitucional, no sentido de proteger o projeto e não termos discussões futuras.

Eu começo chamando a atenção para a literalidade do 146-A, que é a possibilidade de criar critérios de tributação especial para prevenir desequilíbrios da concorrência. É um artigo que permite o uso do Direito Tributário para fins parafiscais, ou seja, não é para arrecadar, é para proteger a concorrência, ou seja, se a gente estiver usando o 146-A. Esse é o meu primeiro pressuposto.

O segundo pressuposto é o de que a Constituição proíbe sanção política para cobrar imposto. Quando a função é arrecadar, não se pode ter sanção política, inclusive, é proibida a prisão por dívida, ou seja, dever não é ilegal.

E aí eu queria chamar a atenção de V. Exas. para um ponto, porque quase todo mundo repetiu isso e, como professor, preciso chamar a atenção. Em lugar nenhum do projeto, eu vi uma distinção que é fundamental para o nosso debate: o debate do devedor contumaz não inclui o sonegador. O sonegador não é um devedor contumaz, o sonegador é um sonegador. Existe uma diferença brutal entre quem sonega e quem declarou a dívida, mas não paga. Esse é um dos pontos para o qual eu gostaria de chamar a atenção no projeto, porque o projeto não distingue. Por quê? O sonegador já pratica um crime. E por que é crime sonegar? Porque se você sonega, a Receita não tem capacidade de cobrar, não tem conhecimento daquilo. Então, a sonegação é um ato extremamente grave, por isso sonegar é crime, já é crime; sonegação é ilícito, ponto e acabou. Não tem essa distinção no projeto. Dever não é crime. Eu declaro que eu devo: "Receita, olha, houve o fato gerador, eu tenho uma dívida. Eu declarei, reconheço que sou o devedor". A Receita tem os meios judiciais de cobrar. Então, ser devedor não é igual a ser sonegador. Quase todo mundo igualou as duas coisas. E não pode ser. Esse é um dos pontos para o qual eu mais chamo a atenção no projeto, porque ele não distingue sonegação de dever.

E por que isso é importante? Uma das falas anteriores foi sobre a discussão da viabilidade do projeto, de uma vez aprovado, sobreviver ao escrutínio do Supremo. A distinção está justamente neste ponto: a não utilização da lei parafiscal para fins de cobrança de algo que foi declarado, porque isso seria sanção política, o que é diferente de usar o direito tributário para fins parafiscais para proteger a concorrência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos lá. O que o STF já decidiu mais de uma vez? Decidiu: 1) que não basta a existência de dívida tributária, ainda que repetitiva, ou seja, não pode ser usado como mecanismo de mera cobrança; 2) tem que ter a necessidade de configuração de uma infração à ordem econômica, porque a finalidade é parafiscal; 3) é inconstitucional o uso de meio indireto coercitivo para pagamento de tributos, chamado sanção política.

Só um exemplo: na decisão do recurso em *habeas corpus*, não é um devedor contumaz quem, por exemplo, não pratica preço predatório, e preço predatório é um conceito técnico do direito concorrencial e da economia, que tem requisitos, e eu gostaria de chamar a atenção para isso. Essa é a posição já consolidada na jurisprudência do STF.

O que a gente quer dizer com proibição de sanção política? O entendimento do STF já foi consolidado, inclusive, em várias súmulas, dizendo que é inadmissível a interdição do estabelecimento como meio coercitivo para cobrança; é inadmissível a apreensão de mercadoria como meio coercitivo para pagamento; não é lícito a autoridade proibir o contribuinte que, em débito, adquira estampilhas etc., ou seja, toda e qualquer vez que a Receita estiver usando, para meros fins de cobrança, qualquer medida que não seja ir ao Judiciário e cobrar, isso é considerado sanção política, portanto, inconstitucional.

A minha intenção é tentar empurrar o projeto no sentido de que essa discussão não apareça. Então, essa já foi a tese definida.

Temos aqui mais um julgado do Ministro Marco Aurélio sobre a proibição de sanção política. Essa é a minha maior preocupação.

Então, qual é o requisito para que medidas tributárias não sejam consideradas sanções políticas? Bastam duas: um, não restringir de forma desproporcional quaisquer direitos fundamentais garantidos aos contribuintes – então, essas coisas esquisitas do tipo "ele não pode funcionar", "vai fechar a empresa", esse tipo de coisa –; e, dois, que, como professor de direito concorrencial, para mim é mais importante, a conduta deve configurar uma infração à ordem econômica, porque, se a conduta é uma infração à ordem econômica, ela é um ilícito separado. Aí eu estou atendendo a função parafiscal da Constituição, que é usar o Direito Tributário para impedir o ilícito, que é uma infração à ordem econômica. Maravilha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se a gente está pensando em preço predatório, eu já tenho lei sobre isso que diz o que é.

Outro ponto para que eu queria chamar a atenção... V. Exa. perguntou como é que a gente poderia melhorar para resolver o problema levantado pelo Dr. Ricardo, do Cade. A minha sugestão é a que está na Lei de Defesa da Concorrência. Na Lei de Defesa da Concorrência, tem condutas que, se praticadas por pessoas que não têm poder de mercado, são irrelevantes; e tem condutas que você consideraria normais, mas que, se praticadas por quem tem poder de mercado, são consideradas infrações à ordem econômica. E acho que esse é o critério que resolve todos os problemas que o Dr. Ricardo levantou e que também está faltando no projeto, que é o poder de mercado. Por quê? Porque, veja, não pagar em si não é ilícito, não é um problema, mas, se você não paga e tem poder de mercado, isso pode ser uma infração à ordem econômica. E no direito concorrencial é assim, a gente já está consolidado, a gente já passou pelo Judiciário, não tem problema nenhum com isso. Por quê? Porque é o poder de mercado que torna abusiva uma conduta que, de outra forma, seria legítima e ordinária. Então, esse é o segundo elemento que eu acho muito importante. Está na própria lei, a própria lei já diz, como uma presunção, que, se você tem mais de 20% de participação do mercado, pressupõe-se que você tem poder de mercado.

Então, uma das sugestões que eu faço, a minha ousadia, é de que a gente colocasse o critério de poder de mercado na definição de devedor contumaz. Por quê? Porque aí eu estou me afastando da discussão de sanção política. E eu estou 100% baseado no direito concorrencial, já consolidado. Aí eu vou me livrar dessa discussão no Supremo Tribunal Federal. Então, esse era um ponto que eu queria trazer.

E tanto preço predatório é uma coisa clássica no direito concorrencial que o Ministério da Fazenda, pela Seae, tem um guia de análise de preço predatório, com todos os requisitos, passo a passo. Todo mundo que faz direito concorrencial já está acostumado com isso, a gente já sabe. E eu trouxe aqui só um exemplo: que preço predatório se verifica quando uma firma reduz o preço de venda de seu produto abaixo do seu custo, incorrendo em perdas no curto prazo, objetivando eliminar rivais do mercado – aí é o efeito anticompetitivo, porque elimina rivais –, ou possíveis entrantes, que foi a hipótese que o Dr. Ricardo levantou, para, posteriormente, quando os rivais saírem do mercado, elevar novamente os preços, obtendo, assim, ganhos no longo prazo. Então, essa é uma ideia já consolidada tanto na literatura econômica quanto no direito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

concorrencial, e isso evita discussão de sanção política que poderia cair no Supremo Tribunal Federal.

Aqui uns gráficos, só para a gente parecer inteligente, porque o pessoal do direito concorrencial gosta de parecer inteligente, então a gente bota umas figuras que o pessoal do direito não entende nada.

O que é o preço predatório? O preço predatório é o cara que vende abaixo do custo dele por um período de tempo. Aí você pode ver que naquele gráfico está "perdas". Aí, depois que ele excluiu os concorrentes, ele joga o preço lá para cima para ganhar poder de monopólio e ganhar muito dinheiro. Isso é preço predatório, ou seja, ele afetou a concorrência.

Então, quando eu coloquei os óculos do 146-A para pensar, do ponto de vista parafiscal, defesa da concorrência e devedor contumaz, imediatamente é isso que me veio à mente. E isso está de acordo com a jurisprudência do STF, porque eles falam o tempo inteiro de preço predatório. E esse é o critério tradicional. Então, eu tomei a liberdade de trazer um trecho do meu livro, em que eu apresento os requisitos para a configuração do preço predatório. Quais são? Primeiro, definição do mercado relevante. Tem que saber de que mercado você está falando, não é de qualquer mercado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IVO TEIXEIRA GICO JÚNIOR – Segundo, tem que ter poder de mercado, porque a lei já diz: pelo menos 20% de participação. Terceiro, possibilidade de recuperação dos custos incorridos.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Professor, me perdoe: 20% de participação?

O SR. IVO TEIXEIRA GICO JÚNIOR – No mercado relevante.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Um exemplo.

O SR. IVO TEIXEIRA GICO JÚNIOR – "Eu sou pequenininho, aí eu não estou pagando."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Mas que pequeno?

O SR. IVO TEIXEIRA GICO JÚNIOR – Menos de 20% de participação.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Num projeto, um empresário que se recusa a cumprir as suas obrigações e tenha chegado a R$15 milhões, que foi o paradigma que nós... Isso é pequenininho?

O SR. IVO TEIXEIRA GICO JÚNIOR – Depende. Como no exemplo que o Dr. Ricardo trouxe, se o tamanho do mercado é 1 bilhão...

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Não, pronto, vamos lá. Nos três que estão sendo mais citados, R$15 milhões no setor de combustível seria pequenininho, a gente deixaria de lado.

O SR. IVO TEIXEIRA GICO JÚNIOR – Depende. Se é posto de gasolina, provavelmente o mercado relevante é uma região pequena, o faturamento naquela região provavelmente é uma coisa pequena, R$15 milhões vai ser enorme. Se eu estou falando de distribuição de gasolina, cujo mercado já é regional, Centro-Oeste, R$15 milhões não é nada.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Certo, é por isso que eu estou perguntando ao senhor: qual é essa área da qual nós vamos extrair esse poder de mercado?

O SR. IVO TEIXEIRA GICO JÚNIOR – Maravilha. A definição de mercado relevante tem duas dimensões: a dimensão produto e a dimensão geográfica. A dimensão produto são todos aqueles produtos que o consumidor entende substituíveis um pelo outro. Então, você tem duas dimensões: um, produto – quais são os produtos que são substituíveis –, e dois, geográfico. Exemplo, o mercado geográfico de cimento é 300km. Nenhuma fábrica de cimento consegue vender cimento a preços competitivos além de 300km, porque o transporte torna inviável. Então, a gente diz que o mercado relevante de cimento é 300km do raio da fábrica. E isso vai depender de produto para produto, que é uma análise que o Cade faz normalmente com todos os casos, mas que a gente... Por isso que eu começo definindo o mercado relevante. Porque eu só consigo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizer se aquela conduta tem impacto concorrencial se eu souber de que mercado que eu estou falando.

Então, R$15 milhões no mercado de posto de gasolina. Posto de gasolina pode ser uma rua. Por quê? Porque ninguém vai sair para outro bairro para abastecer. Às vezes, uma rua de ida e volta é um espaço geográfico de um mercado relevante. Às vezes é nacional e às vezes é mundial. Então, depende.

Portanto, eu tenho também de ter o poder de mercado naquele mercado relevante. Depois, eu tenho que conseguir mostrar a racionalidade econômica, ou seja, o que os outros colegas estavam falando de dolo, para nós, economistas, é racionalidade econômica: tem que ser racional a minha conduta predatória para eu ganhar dinheiro depois e eu tenho que ter capacidade ociosa suficiente para atender o mercado, porque a ideia racional da conduta é: "eu vou excluir todo mundo, eu vou vender mais barato para todo mundo, atendendo o mercado". Se eu não consigo atender o mercado, eu não consigo excluir os concorrentes, aí não tem racionalidade econômica. E aí, por fim, eu vou cotejar os preços e custos com o custo variável médio para ver se há, aí sim, o preço predatório.

Então, normalmente, nós do direito concorrencial olharemos o preço predatório olhando esses critérios. E a literatura econômica vai toda nesse sentido.

Normalmente, eu diria que investigar preço predatório é competência exclusiva do Cade, por quê? Porque é o Cade que tem *expertise* na definição de mercado relevante sobre a análise econômica da possibilidade de recuperação de custos, a avaliação de capacidade ociosa, que é uma questão econômica, e presença de preços abaixo do custo médio variável. Essa é a razão pela qual, em geral, para não configurar sanção econômica, eu proponho que a existência de dívida tributária deve estar acompanhada de uma infração à ordem econômica, e isso elimina a discussão do STF total. Aí você tira todo o argumento de quem vai contra o projeto.

E, obviamente, na minha opinião, o órgão competente com a *expertise* suficiente para fazer esse tipo de avaliação é o Cade e não a Receita Federal. E a analogia que eu faço sobre isso é justamente: por que a gente não usa o Exército para fazer policiamento? Porque polícia é treinada para proteger e, excepcionalmente, para dar tiro. Militar não é treinado para proteger; militar é treinado para matar e, excepcionalmente, proteger. Essa é a razão pela qual a gente evita usar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exército no policiamento e até por uma proteção, por quê? Porque um tende mais a ter o interesse do outro.

Então, só para eu encerrar, a configuração de dívida contumaz exige prova objetiva no caso concreto, não pode ser uma presunção, porque, senão, vai cair na jurisprudência do STF. O reconhecimento de débito declarado exclui o dolo de apropriação indébita, que é a distinção entre o sonegador – que é crime, não tenho nenhuma dúvida – e o cara que declara, mas não paga, o que eu acho que é uma discussão interessante, importante. E o direito penal e tributário não devem ser instrumentalizados para cobrança de tributos, justamente para evitar a discussão no STF.

Por isso, o projeto, em que pese fundamental e urgente, na minha opinião, não pode ser usado como um mecanismo para fugir do Judiciário, que ele é lerdíssimo para a Receita e para todos nós. Essa é a grande verdade.

Era isso que eu queria dizer, Excelência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado, Professor, pela sua participação, que muito nos honra e que traduz exatamente aquilo que nós temos querido produzir com este debate.

Pela ordem – até porque, gentilmente, do início até esses últimos instantes presente esteve –, o nosso querido Senador Laércio Oliveira. Depois, o Senador Ciro Nogueira e os nossos companheiros que pediram a palavra.

Senador Laércio, seja muito bem-vindo, irmão.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Para interpelar.) – Meu querido, S. Exa. Senador Veneziano Vital do Rêgo, nobre Presidente em exercício desta Comissão, eu fiquei aqui esse tempo todo para reconhecer o esforço que o senhor tem feito em tratar esse tema.

Quando fui Deputado Federal, eu trabalhei também nesse projeto lá dentro da Câmara dos Deputados. E percebo que, durante a tramitação aqui no Senado, esse projeto foi aperfeiçoado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por várias mãos, pessoas contribuíram para que a gente chegasse ao ponto em que nós estamos hoje.

Eu quero cumprimentar V. Exa. porque V. Exa. tem feito um trabalho brilhante.

A minha presença aqui, do primeiro momento até agora, é tão somente para reconhecer o esforço que V. Exa. tem feito para entregar à sociedade definitivamente uma solução para esse assunto que é tão grave para a sociedade brasileira. Quem mais perde com isso é a sociedade brasileira.

E o senhor resolve, desde a reunião passada, abrir uma audiência pública para que se tragam mais informações, mais conhecimento, um enriquecimento de que o texto precisa, para que a gente não tenha nenhum problema mais à frente, após a luta incansável que V. Exa. tem conduzido até aqui.

E eu percebi, na fala de todos, que existe uma disposição. A todos que aqui vieram eu quero parabenizar e agradecer, porque a contribuição de todos certamente será muito importante para o relatório que o senhor vai aperfeiçoar, para discutir amanhã, para que o projeto siga a tramitação que está definida pela Mesa Diretora e chegue ao Plenário para que a gente consiga votar.

Muito do que foi discutido acabou entrando em sintonia, uns com os outros. Eu queria destacar aqui quatro pontos: a preocupação e a proteção do consumidor em contraponto com o risco da elevação do preço dos produtos, especialmente nós estamos trabalhando nesse projeto, o combustível, o cigarro e bebidas; uma melhor compreensão do perfil do contribuinte, que nós estamos trabalhando nesse assunto; e uma diferenciação importante entre crime organizado, que é muito diferente do empresário inadimplente. Eu quero louvar aqui as falas do Ricardo e do Igor, que colocaram muito bem essa preocupação que a gente precisa ter no texto.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, que nós estamos no caminho certo e o senhor tem sido o grande condutor desse tema.

Por dever de justiça, sem querer fazer nenhuma discussão e com os meus mais profundos respeitos, só gostaria de fazer uma correção na fala do Emerson Kapaz, que felizmente ainda está aqui. Eu gosto de falar daquilo que eu quero fazer os ajustes com a pessoa presente. Teve um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

momento na fala dele em que ele disse que o projeto andou, andou, andou, quando chegou, o Presidente Rodrigo não colocou o projeto para votar. V. Exa. foi Vice-Presidente do Presidente Rodrigo Pacheco. Só para esclarecer, o Presidente Rodrigo Pacheco segue a pauta definida pelo Colégio de Líderes. Quando o projeto não vai para a pauta, Emerson, é porque o Colégio de Líderes não acolheu a indicação daquele projeto para ser votado. É apenas para tirar... Não foi culpa do Presidente Rodrigo que não colocou. Não foi. Não foi porque o trâmite aqui, o Regimento aqui é diferente.

E com referência ao pedido de audiência, que foi outra fala que o Emerson também fez, de que o Relator Veneziano teve muita dificuldade de pedido de audiência, eu, pelo menos, não enxerguei nenhuma dificuldade. Pela qualidade, pelo prestígio que V. Exa. tem aqui dentro, pelo bom relacionamento – eu estou aqui há dois anos, fomos Deputados; estou há dois anos aqui, V. Exa. já está mais tempo –, eu nunca vi nenhum pedido seu não ser pelo menos levado para se dialogar com todo mundo.

Então, eu desconheço qualquer dificuldade que V. Exa. tenha tido para promover qualquer encontro, seja audiência, seja colocação de um projeto seu em uma das Comissões para ser votado. É apenas para a gente colocar as coisas nos seus devidos lugares e trazer luz a uma fala que, na minha opinião, precisava desses reparos. Mas, assim, volto a dizer mais uma vez, Emerson, com muito respeito e agradecendo a sua participação, que apenas é o nosso *métier* aqui, não é? Então, a gente sabe muito bem a regimentalidade da Casa.

Às vezes, é preciso trazer clareza para a sociedade como um todo. E os senhores todos – todos – que participaram aqui trouxeram uma contribuição muito importante para o texto. Vocês, como grandes brasileiros, certamente ajudaram o Senado Federal a produzir uma peça que perfeita jamais será, mas que pelo menos condiz com aquilo que a sociedade espera, através da inteligência de cada um de vocês. Eu não quero nominar nenhum, porque eu acho que todos têm uma participação efetiva neste momento.

Mais uma vez, Presidente Veneziano, meus cumprimentos e meu respeito ao trabalho que V. Exa. tem feito.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Querido amigo Senador Laércio Oliveira, amigo e irmão. Eu tive e tenho a felicidade de poder

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estar me esforçando a cada dia para melhorar e saber cultivar essa amizade que vem da Câmara Federal e que é estreitada ainda mais nesses dois anos particularmente especiais de convivência com uma figura diferenciada, amigo afável e partícipe de chamados como os que nos foram feitos para a gente conduzir, tocar adiante a Frente de Recursos Naturais. Eu fico muito lisonjeado com a sua confiança. Para mim é motivo de lisonja poder ter de V. Exa., como de outros parceiros e parceiras, demonstrações que nos dão e nos trazem responsabilidade maior, mas também com o sentimento de que a gente pode entregar o melhor nosso. Muito grato.

Senador Ciro, V. Exa. foi um dos responsáveis, um dos três autores de requerimento para que nós pudéssemos aqui hoje estar a fazer e realizar esta audiência pública. Portanto, V. Exa. sinta-se à vontade para fazer o uso da palavra e tecer os comentários desejáveis.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI. Para interpelar.) – Perfeito, Sr. Presidente.

Primeiro, quero referendar todas as palavras do Senador Laércio, esse esclarecimento que ele fez sobre o trâmite das matérias aqui na Casa e louvar, Presidente, o seu trabalho e a sua dedicação. Eu fiquei muito feliz de ter uma pessoa correta e séria como o senhor perante esse tema, que é muito importante para o Brasil.

Eu não poderei ficar porque estou na reunião sobre a questão do Imposto de Renda que está sendo debatida na Câmara, mas os progressistas devem entregar hoje ao Presidente Hugo Motta e ao Relator que está sendo escolhido uma proposta alternativa no que diz respeito à compensação que permita aos brasileiros ter essa isenção de até R$5 mil. Então, nós queremos entregar isso. Por isso é que eu fui para outra reunião, mas já pedi a assessoria, porque hoje, no final do dia, eu vou assistir a todas as exposições, que eu acho que são muito relevantes para o debate que deve acontecer amanhã.

Mas finalizou com o Dr. Ivo aqui, e parece que outros autores tocaram nesse tema, que é fruto de uma emenda que eu apresentei ao senhor, que diz respeito... O parágrafo é basicamente este: "Caberá ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) determinar, avaliar o caso concreto, a ocorrência de condutas, inclusive de natureza tributária, que gere" – isso é o mais importante – "ou que tenha o potencial de gerar desequilíbrio à concorrência".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o apelo que eu faço a V. Exa. Eu tenho todo o respeito à Receita Federal do nosso país, um órgão que cumpre o seu papel, com pessoas sérias, comprometidas, mas o foco da Receita Federal é arrecadar. A Receita não se preocupa com concorrência. Ela não se preocupa se um ato que ela vai fazer contra uma empresa vai prejudicar o consumidor, no final das contas, que não vai ter direito àquele produto. E não tenha dúvida de que grandes empresas do nosso país hoje estão focadas nesse projeto para evitar concorrência. Isso é uma coisa com que esta Casa tem que tomar muito cuidado ao votar esse projeto. Por mais bem-intencionado que o projeto seja, ele pode causar um efeito grave para o consumidor, principalmente em setores em que existe praticamente um cartel no país, com poucas opções, está certo?

Eu acho que o campo adequado para essa discussão é o Cade. E eu não estou aqui, nem vou aqui, de forma nenhuma, proteger empresas que sejam ligadas à questão de PCC, dessa situação... Isso nós temos que eliminar. Eu tenho até um projeto para cassar o registro dessas empresas, se tiverem algum tipo de ligação com o crime organizado. Mas aquilo que o Dr. Ivo falou é verdade: tem que separar o que é sonegação do que é dívida tributária, da pessoa que deve. Isso aí é fundamental.

Então, eu peço muito que o senhor avalie até o dia de amanhã essa nossa emenda. Eu confio plenamente na sua experiência do que aconteceu, o senhor está aqui desde o início, se dedicou... Acho que esta audiência é muito importante para o debate amanhã, e nós vamos nos dedicar... Eu tenho certeza de que as assessorias vão nos passar um relatório do que foi dito aqui, para que a gente possa fazer algo que não só proteja a arrecadação do país, que é muito importante – temos de nos focar nisso –, mas principalmente o consumidor brasileiro. Esse não pode sair prejudicado por um projeto, por mais bem-intencionado que ele seja.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Senador Ciro, V. Exa. bem sabe, pública e particularmente, da estima, do carinho pessoal que tenho pelo trabalho e pelo seu histórico. Ao chegar aqui, tive a oportunidade de receber de V. Exa., logo nos primeiros momentos, gestos de muita confiança, e V. Exa. sabe bem a que eu me refiro, que é exatamente – para que todos os que estejam aqui não pensem em outro assunto –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o fato de que eu pedi voto ao Senador Ciro para estar na Mesa Diretora na condição de Vice-Presidente, e carinhosamente recebi esse gesto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado, meu irmão. Então, nós temos e nutrimos... E o bom é que este Colegiado, de fato – são raríssimas as exceções –, se mantém de uma forma muito equilibrada, sempre muito ponderado nas relações entre os seus integrantes; não diferente da nossa relação, que, muito além da política, é pessoal, de amigos que somos.

Então, eu haverei... Nós haveremos de nos deter nas sugestões, dentre as quais a sua emenda apresentada anteriormente.

Nós concluímos as participações dos meus estimados companheiros, diligentes Senadores.

Para que nós encerremos, eu ouço Hugo e ouvirei Emerson.

Só faço aqui algumas abordagens que foram trazidas. Em respeito aos que estiveram conosco nos acompanhando, eu farei essas observações. Se os senhores acharem ser conveniente algum comentário, por gentileza, é só se dirigirem a esta Presidência.

Foram perguntas e comentários.

Virgílio, do Ceará, faz esta indagação: "Essas regulamentações atingem as empresas importadoras?".

Diogo, do Rio Grande do Sul: "Como crimes fiscais frequentemente envolvem fraude [...] [em notas fiscais], quais [seriam as] medidas [...] tomadas para [...] [que melhorássemos o registro] dessas ocorrências?".

Manoel, de São Paulo: "Quais [...] [as providências estão sendo adotadas pela] Receita Federal [...] para [...] [que evitemos a] sonegação de tributos [...] [por] empresas [...]?".

Fabrício, de Minas: "Aumento da fiscalização e redução de impostos poderiam ser estratégias para que as empresas cumprissem com suas obrigações fiscais?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deninson, de São Paulo: "Pequenas e microempresas têm sabidamente maiores dificuldades de manter suas finanças. Seria possível criar incentivos para bons pagadores?".

Júlia, do Rio Grande: "Quais medidas os projetos preveem para [...] [que evitemos] abusos e [...] [protejamos] empresas que enfrentam dificuldades legítimas?".

Valdinei fez um comentário: "É necessário que se criem mecanismos que impeçam uma empresa desse tipo de [entre aspas] 'mudar de CNPJ' para escapar do Fisco".

Fábio, de Pernambuco: "Qualquer dívida deveria ser extinta automaticamente após cinco anos do seu protesto [...]".

São algumas considerações feitas. V. Sas. fiquem à vontade se desejarem comentá-las.

Hugo, por gentileza.

E, logo em seguida, Emerson.

O SR. HUGO FUNARO (Para expor.) – Excelência, obrigado pela palavra.

O ponto que foi trazido aqui pelos meus colegas sobre a concorrência, de fato, é muito relevante, uma vez que o art. 146-A condiciona a adoção de critérios especiais de tributação a prevenir desequilíbrios concorrenciais, só que aqui eu preciso fazer um histórico e lembrar um pouquinho o que aconteceu e por que a questão enveredou para definição dos devedores contumazes, de uma forma pouco dissociada do art. 146-A.

Nós, como disse, desde 2017, acompanhamos este projeto. E, em certo momento, até o Senador Rodrigo Pacheco foi o Relator do PL 284, e tivemos aqui um evento em Brasília para discuti-lo – foi logo que ele assumiu a relatoria, um pouco antes de ele até se tornar Presidente desta Casa. E, na época, houve a presença aqui de várias pessoas ligadas a secretarias de fazenda. E, se não me falha a memória, alguém da Secretaria da Fazenda de Goiás disse o seguinte: "Olhem, aqui o projeto, baseado no art. 146-A, está fixando critérios especiais de tributação e inclusive prevê aqui a cassação de inscrição estadual de alguns contribuintes, mas eles têm que estar ligados a estes setores, combustíveis, cigarros, bebidas, ou seja, limita muito a atuação aqui do Fisco". E o que ele ponderou? Ele falou: "Olhem, essas empresas que são devedoras contumazes – porque não pagam por vários períodos de apuração um tributo, declaram e não pagam – geram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prejuízos também. Talvez elas não vão afetar o mercado, mas estão ali, primeiro, fazendo algo que é ilícito; segundo, estimulando outros a fazerem; terceiro, ou lesando a concorrência ou lesando o consumidor". Então, foi colocado até que se deveria destacar essa questão do art. 146-A. E assim acabou que, em outras emendas e outras discussões... Inclusive, no projeto original apresentado pelo Senador Jean Paul, se nós pegarmos a justificação dele, ele explica isso, lembra esse episódio e inclusive diz que, em relação aos devedores contumazes, a questão foi, de certa forma, dissociada da concorrência do art. 146-A, dos critérios especiais, porque se precisava disciplinar justamente essa figura nacionalmente, pois, veja, hoje, já existe devedor contumaz.

Se você pegar a legislação, em São Paulo, Goiás, Bahia, enfim, pelo Brasil afora já existem devedores contumazes. Só que o devedor contumaz baiano não é o paulista; o paulista não é o goiano. E assim vai, é uma loucura. Então, assim, devedor contumaz hoje é quem o estado acha que é devedor contumaz.

Então, se precisava uniformizar isso. Essa uniformização não é baseada no 146-A necessariamente. Ela se baseia no 146, III, da Constituição Federal, que fala de normas gerais e fala que a lei complementar poderá definir normas gerais em matéria tributária, em matéria de contribuintes, ou seja, sujeito passivo, obrigação, etc. O Supremo entende que esse dispositivo 146, III, é exemplificativo, ou seja, toda matéria que tenha relação com a tributação e que deva ser regulado de uma forma uniforme no Brasil é sujeita à lei complementar. Isso é entendimento do Supremo Tribunal Federal.

Então, o Senador Jean-Paul, inclusive, no relatório dele, colocou que uma parte desse projeto é baseado no 146-A, que são os critérios especiais, e que a parte dos devedores contumazes tem amparo no 146, III, "b". Então, nós não precisamos entrar na questão concorrencial para dizer que alguém é devedor contumaz. O que se precisa só é que seja alguém qualificado como tal, porque atua de forma ilícita no mercado.

A questão não é necessariamente a livre concorrência, mas a livre iniciativa. A Constituição protege a livre iniciativa de quem monta uma empresa para sonegar tributo? Não vou falar em sonegar – declarou, talvez não seja sonegar –, mas em não pagar tributo. Não pagar tributo é um objeto social lícito? Certamente não é.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Supremo Tribunal Federal, no Recurso em Habeas Corpus 163.334, que foi mencionado há pouco... Pasmem, a dívida era de R$30 mil; R$30 mil não machucam mercado nenhum. Até o Ministro Gilmar Mendes falou: "Ó, aqui não está em discussão um grande devedor; aqui a companhia, enfim, atuava em ramo de comércio de para bebês". Enfim, falou que até era insignificante, mas não por isso o Supremo deixou de considerar que se tratava, sim, de um devedor contumaz. E disse: "Considera-se criminosa a inadimplência sistemática contumaz, verdadeiro *modus operandi* do empresário, seja para enriquecimento ilícito, para lesar a concorrência ou para financiar as próprias atividades".

Então, vejam, o Supremo, quando definiu o devedor contumaz, não necessariamente precisou o impacto na concorrência. Ele diz: "Devedor contumaz é quem atua de forma ilícita no mercado". E aqui eram R$30 mil? Eram R$30 mil, mas até o Ministro Barroso falou: "Olhe, ele ficou vários períodos de apuração sem recolher o tributo". Ele faz do não recolhimento tributo seu próprio negócio. E mais: ele pode até não praticar o apreço, mas ele, ele mantém o preço dos concorrentes, mas ele se apropria do consumidor, ele cobra do consumidor, fica com o dinheiro – isso também não pode.

Então, o que o projeto está regulando aqui são duas questões. Senador Veneziano, até acho que como sugestão, aqui os colegas têm razão, porque, na ementa e no art. 1º aqui do projeto – isso já vinha desde o projeto original –, está se falando que iam se regular os devedores contumazes com o objetivo de prevenir desequilíbrios.

Então, cria-se esta celeuma: mas, então, preciso do Cade para falar que tem desequilíbrio. *Data venia*, se o fisco mandar para o Cade, até o Cade decidir, o cara já acabou com o mercado, não é?

Então, por que também foi feita essa... Inicialmente, vejam, a questão dos devedores foi um pouco ampliada, a gente sabe que a Receita Federal, enfim, está se empenhando em aumentar a arrecadação, mas, se vocês pegarem a origem da questão, o que se pretendia era cassar a inscrição estadual, principalmente em matéria de ICMS, de quem adotava essas condutas ilícitas, por quê? Por exemplo, em setores altamente tributados, se a empresa ficar seis meses, por exemplo, trabalhando, ela já causa um rombo enorme, não é? Então, não dá para esperar o Cade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a secretaria, enfim, por anos, até que ele seja reconhecido como um devedor contumaz e tirado do mercado, porque aí já fez o estrago.

Então, daí por que nos parece que o projeto também comporta um aperfeiçoamento no sentido de deixar claro que a definição dos devedores contumazes se fundamenta em outro dispositivo constitucional, que é o 146, III, e que a atividade ilícita também seja o controle, a punição, inclusive e principalmente, como está no projeto. No substitutivo, inclusive, está bem claro que, se tiver também condutas ilícitas – e esses ilícitos podem ser ampliados, o rol dos ilícitos pode ser ampliado com certeza –, aí, sim, vai cassar a inscrição desses contribuintes.

Então, eu gostaria de fazer esse esclarecimento – de fato, aqui eu estou contando um pouquinho da história –, trazendo o porquê de os devedores contumazes se descolaram um pouco da questão concorrencial. A meu ver, sim, cabe essa regulação na lei complementar, com fundamento em outro dispositivo, que é o 146, III. O Supremo, como eu disse, já reconheceu até numa questão de R$30 mil que havia, sim, a contumácia, devedor contumaz, que era ilícito e que não pode.

Obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Muitíssimo obrigado, mais uma vez, Sr. Hugo Funaro.

Emerson, por gentileza, você.

O SR. EMERSON KAPAZ (Para expor.) – É bem rápido.

Primeiro, quero pedir licença e concordar com o Senador que corrigiu alguns exageros na minha fala, provavelmente pelo entusiasmo com que eu trato desse tema. Ficaram desnecessárias as minhas observações depois do que o Hugo colocou com brilhantismo – muito bem – sobre a concorrência no setor.

No nosso setor, necessariamente – você tem 160 distribuidoras e 43 mil postos –, não há como dizer que, aqui no setor de combustíveis, você tem cartel. Não há como dizer cartel no setor de combustíveis, porque as distribuidoras com bandeira ocupam quase 50% a 51%; as sem bandeira ocupam 49% do mercado. Então, como é que você vai dizer que este é um mercado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

onde você tem que tomar cuidado com o cartel? Não há cartel no mercado de combustíveis no Brasil. Há, sim, uma concorrência forte e que pode ser predatória.

Na hora em que eu deixo de recolher 35% de imposto e continuo operando no mercado, como falou muito bem o Dr. Hugo, por três meses, quatro meses, cinco meses, seis meses, um ano, dois anos, eu ganho uma fatia de mercado incalculável. Como eu vou competir com 35% de diferença quando a margem das distribuidoras sérias que recolhem está entre 3% e 5%? Essa é a margem da distribuidora. Imaginem 30% de diferença para poder competir. É só esse critério que eu queria deixar esclarecido.

Quero parabenizá-lo mais uma vez, Senador Veneziano, por ter insistido nesse tema ao longo desse tempo todo, desses dois anos. Se Deus quiser, vai conseguir colocá-lo em votação para que a gente possa ter essa diferenciação do devedor contumaz.

Como falou muito bem o Dr. Hugo, já existem devedores contumazes nos estados, só que o do Rio não é o de São Paulo, o de São Paulo não é o do Ceará, e o do Ceará não é o de Minas Gerais. Nós temos que ter um guarda-chuva, como foi a Política Nacional de Resíduos, que eu tive a oportunidade de relatar aqui nesta Casa. Você tinha políticas estaduais de resíduos, mas só quando teve a Política Nacional de Resíduos Sólidos que nós começamos a ter critérios de diferenciação de resíduos ou não.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Gratíssimo, Emerson.

O Dr. Igor pede a palavra.

Por gentileza.

O SR. IGOR NASCIMENTO DE SOUZA (Para expor.) – Obrigado, Senador Veneziano.

Eu só acho que o Hugo está repleto de razão no que ele fala. Se nós retirarmos a fundamentação do 146-A, a gente sai da questão da necessidade de levar para o Cade ou de atender esses requisitos todos que o Dr. Ivo colocou aqui, mas corre-se o risco de entrar no problema da sanção política, que é o problema que o Supremo reiteradamente já julgou, ou seja,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu não posso usar o tributo como finalidade, enfim, ou qualquer tipo de sanção como finalidade para obrigar a pessoa a pagar o tributo, que é a questão de parar caminhão na estrada.

Então, assim, o que não dá o problema da sanção política é a questão do direito à concorrência. E, lembrando, se nós tirarmos isso, que é o fundamento do 146-A, ele permite, a Constituição permite isso. Então, a gente teria que atender essas regras de concorrência. Mas, se nós fizermos, se essa lei for editada sem ter fundamento no 146-A e for só lá para o inciso que o Hugo falou, existe o risco de o Supremo entender que a lei é inconstitucional, porque seria o típico caso de sanção política.

E mais uma observação, o Deputado Emerson Kapaz falou bastante do setor de combustíveis, mas essa lei não está sendo feita para o setor de combustíveis, essa lei está sendo feita para todas as empresas brasileiras, vai ser aplicada a todos. Então, a gente sabe das dificuldades do setor, é reconhecido, até coloquei aqui na minha apresentação, não só os combustíveis, bebidas, cigarro, enfim, tudo isso, mas a lei vai ser aplicável a todos. A gente precisa ter uma lei que atenda as demandas de todos os setores.

Então, são essas as observações que eu gostaria de fazer porque eu acho que são relevantes, é o cerne da discussão da validade dessa lei. Eu acho que a gente chegou ao ponto que precisava chegar.

Parabéns, mais uma vez, Senador Veneziano, pela sua condução. É um prazer enorme estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Pois não, Gustavo.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE FORMOLO (Para expor.) – Mais uma vez eu gostaria de parabenizar pela tramitação do projeto, que é muito bom e que trata desse tema caro do devedor contumaz.

Só para acrescentar e a gente poder ir almoçar e finalizar a nossa audiência, eu vejo que muito tem se falado sobre os meios ordinários de cobrança como suficientes para combater os devedores ou aqueles meros sonegadores de tributos e também sobre a invalidação de sanções políticas pelo Supremo Tribunal Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vale lembrar, como o Hugo mesmo disse, e como o Emerson trouxe, que existem regimes estaduais já vigentes e já analisados pelo Supremo Tribunal Federal. Não há uma jurisprudência consolidada ainda, mas se afastou o conceito de sanção política quando o devedor é contumaz. Então, seria outra escala de devedor. A um mero devedor é possível aplicar sanções políticas? Não é possível. Nesse caso, é sanção política para o devedor contumaz? Não é sanção política.

Então, só para acrescentar mais esse fato. Eu acho que o Supremo ainda vai ter que revisitar esse ponto, necessariamente. E eu brindo mais uma vez a fixação de critérios objetivos, que é uma das vantagens do projeto de lei, e mais uma vez nos colocamos aqui à disposição.

Só era essa última colaboração que nós gostaríamos de fazer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Gratíssimo, Gustavo.

Enrico, por gentileza.

O SR. ENRICO SEVERINI ANDRIOLO (Para expor.) – Senador Veneziano, obrigado.

Vou ser bem breve também, mas acho que é um ponto importante. Eu já tinha colocado na minha fala, mas acho que os colegas, o Prof. Ivo, trouxeram, do concorrencial. De fato, a competitividade é um conceito mais amplo, não fica só no tributário, mas também não fica só no concorrencial, tem o regulatório. Então, abrange uma série de áreas.

Parece-nos que o devedor contumaz vai pegar um problema em que, talvez, a Lei de Defesa da Concorrência (12.529) não consiga atuar. Talvez o preço predatório não consiga ser a ferramenta necessária para atuar nesse tipo de problema. E aí, assim, eu comentei, ali na minha fala, que se você pensar que são 30% tributo e que a margem do distribuidor e do revendedor juntos é de 15%... Vamos tentar pensar aqui num exemplo rápido. Eu fiz aqui uns números para a gente poder visualizar.

Se o município é pequeno, de 5 mil habitantes – porque o Cade já definiu que o mercado relevante seria do município, nesse cenário – e tem dois postos de gasolina, um tem 90% e outro tem 10%. Se esse que tem 10% começar a adotar uma prática sistemática de sonegação, ou seja,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se tornar um devedor contumaz, ele conseguiria, economizando 30% do tributo – o que talvez nem entre no conceito de custo dele, porque não tem aquele custo –, conseguiria vender a R$3,50. Se o preço de mercado fosse R$5, conseguiria a vender a R$3,50. O outro posto, que tem 90%, se tirar toda a margem dele, zerar, vai conseguir vender, no máximo, a R$4,25. São números redondos para facilitar. Olha, a diferença é de R$3,50 para R$4,25 no litro do combustível. Então, assim, em pouco tempo, é fácil perceber que aquela população ali vai começar a abastecer no posto que tem um preço muito mais barato. E aí, assim, mesmo tendo essa diferença, o outro vai começar a ganhar o mercado, como o Emerson Kapaz falou. Provavelmente ele vai acabar quebrando, no fim do dia, o outro posto. Mesmo tendo, inicialmente, 90%, ele vai acabar quebrando. E ele não se enquadraria, talvez, no conceito de preço predatório porque não tinha poder de mercado, tinha menos de 20%, não tinha, talvez, capacidade de recuperar o custo, talvez não tivesse capacidade ociosa, mas usa a questão tributária para afetar a concorrência.

Então, na nossa visão, a gente entende que o direito à concorrência é extremamente relevante para a questão, mas que, talvez, falte, justamente, uma lei, algum ajuste no nosso ordenamento, para poder trazer esse tipo de situação que nos parece que a Lei de Defesa da Concorrência ainda não consiga atender plenamente e que, no fim do dia, gera um desequilíbrio concorrencial, como diz o 146-A.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado, Dr. Enrico.

Eu queria me despedir dos senhores e das senhoras e de todos os que nos acompanharam pessoalmente, na condição de ter presidido esta reunião na ausência justificada do Senador Presidente da CCJ, Senador Otto Alencar. Eu fiquei extremamente agradecido pela atenção que os senhores, dez expositores, se deram e se permitiram trazer. É um respeito não para com a Presidência, é um respeito para com o colegiado, respeito intelectual, honestidade intelectual, o que nós estamos a propor aqui. Afinal, o que nós pretendemos é apresentar, se não aquilo que é idealmente desejável, aquilo que é possível. Esta é a nossa obrigação: buscar, quanto mais possamos, sugerir construções legislativas que atendam a essas expectativas.

A CCJ, de fato, quando realiza uma audiência tão rica em termos de sugestões, com as presenças altamente capazes dos senhores que conosco participaram, contribui para esse debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero agradecer a Renato Cabral Dias Dutra, a Gustavo Henrique Formolo, a Rodrigo Senne Capone, a Emerson Kapaz, a Enrico Severini Andriolo, a Hugo Funaro, ao Prof. Ivo Teixeira Gico Júnior, a Igor Nascimento de Souza e, por fim, a Ricardo Medeiros de Castro, que atenderam a esse chamamento.

Agradeço às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que participaram presencialmente, em especial, ao Senador Laércio Oliveira e ao Senador Ciro, que, do início ao fim, prestigiaram este momento; e a todos senhores e senhoras brasileiros que também tiveram, pelas presenças que mencionei nas observações e perguntas dos amigos e amigas, a participação no Senado Federal.

Um grande abraço a todos.

Amanhã, nós nos reuniremos. É provável que não concluamos, porque é de praxe que pedido de vista seja apresentado, mas será mais uma etapa superada. Nós haveremos de ter um deslinde a respeito da matéria.

Muito grato a todos.

Bom dia.

(*Iniciada às 9 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 21 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e sete minutos do dia dois de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Jader Barbalho, Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Soraya Thronicke, Marcio Bittar, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Jayme Campos, Plínio Valério, Omar Aziz, Vanderlan Cardoso, Rodrigo Pacheco, Angelo Coronel, Zenaide Maia, Margareth Buzetti, Carlos Portinho, Eduardo Girão, Magno Malta, Marcos Rogério, Rogerio Marinho, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Jaime Bagattoli, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Jaques Wagner, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Laércio Oliveira e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Lucas Barreto, Damares Alves, Paulo Paim, Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Teresa Leitão, Wellington Fagundes e Daniella Ribeiro, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Oriovisto Guimarães, Eliziane Gama, Cid Gomes e Weverton. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 3ª reunião extraordinária, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei Complementar n° 164, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Regula o art. 146-A da Constituição Federal e estabelece normas gerais para a identificação e controle de devedores contumazes, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n° 284, de 2017 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Regula o art. 146-A da Constituição Federal." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do PLP nº 164, de 2022, e do PLS nº 284, de 2017–Complementar, na forma da Emenda nº 3–CTFC, e, no mérito, favorável ao PLP nº 164, de 2022, na forma do Substitutivo que apresenta, pelo acolhimento das Emendas nºs 3-CCJ, 4-CCJ, 5-CCJ, 6-CCJ, 7-CCJ e 8-CCJ, e contrário às Emendas nºs 1, 2 e 9, restando prejudicado o PLS nº 284, de 2017–Complementar. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1640, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Humanização do Luto Materno e Parental; e altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), para dispor sobre o registro de criança nascida morta." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Augusta Brito. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

requerimento de autoria da Senadora Augusta Brito de urgência para a matéria. **ITEM 3 - Projeto de Lei Complementar n° 112, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre as normas eleitorais e as normas processuais eleitorais brasileiras." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, quanto ao mérito, favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 112, de 2021, pelo acolhimento das Emendas nºs 5, 6, 27, 29, 36, 58, 62, 69, 78, 90, 92, 95, 97, 98, 100, 101, 106, 112 e 141 e pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 3, 10, 21, 22, 26, 30, 34, 37, 40, 43, 46, 47, 53, 56, 80, 89, 91, 99, 102, 103, 104, 105, 109, 111, 114, 132 e 133, e contrário às demais, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4872, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para aumentar as penas aplicadas ao furto, roubo e receptação de fios, cabos ou equipamentos utilizados para fornecimento ou transmissão de energia elétrica ou de telefonia ou para transferência de dados e as aplicadas à interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública; e altera as Leis nºs 9.613, de 3 de março de 1998, para aumentar a pena dos crimes previstos no seu art. 1º, e 9.472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer sanções aos detentores de serviço de telecomunicações pelo uso de fios, cabos ou equipamentos de telefonia ou transferência de dados que sejam produtos de crime; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Favorável ao Projeto e à Emenda nº 4, e contrário às Emendas nºs 1, 2, 3, 5 e 6. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e à Emenda nº 4-CCJ, e contrário às Emendas nºs 1, 2, 3, 5 e 6. **Observação:** Aprovado requerimento de autoria do Senador Marcelo Castro de urgência para a matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Plano de Trabalho ao Projeto de Lei Complementar n° 108, de 2024 -** "Plano de Trabalho para o PLP 108, de 2024" **Autoria:** Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Resultado:** Vista concedida. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 5, de 2025** que: "Requer urgência para o PL 1640/2022" **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 6, de 2025** que: "Requer urgência para o PL 4872/2024" **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª Parte - Eleição. **Finalidade:** Eleição do Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para o biênio 2025-2026. **Resultado:** Eleito o Senador Vanderlan Cardoso como Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para o biênio 2025-2026. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/02

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão – minha continência, General! – de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 3ª Reunião, Extraordinária.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião será dividida em duas partes. A primeira destina-se à deliberação dos itens 1 a 4 e a segunda destina-se à eleição do Vice-Presidente da Comissão para o biênio 2025-2026.

Pergunto aos Srs. Senadores e Senadoras se posso fazer a inversão da pauta para a eleição do Vice-Presidente, que é o Senador Vanderlan Cardoso.

Se todos os Senadores concordarem com a inversão, eu a farei. (*Pausa.*)

Como não há nenhuma objeção, contrários, eu vou colocar em votação o nome do Senador Vanderlan Cardoso, do Estado de Goiás, para a Vice-Presidência desta Comissão.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o nome, por aclamação, do Senador Vanderlan Cardoso.

Do item 1 da pauta, já foi feita a leitura do relatório pelo Senador Veneziano Vital do Rêgo e houve a audiência pública ontem.

A matéria está em discussão.

1ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 164, DE 2022

- Não terminativo -

Regula o art. 146-A da Constituição Federal e estabelece normas gerais para a identificação e controle de devedores contumazes, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do PLP nº 164, de 2022, e do PLS nº 284, de 2017–Complementar, na forma da Emenda nº 3–

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CTFC, e, no mérito, favorável ao PLP nº 164, de 2022, na forma do Substitutivo que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 e 2, restando prejudicado o PLS nº 284, de 2017–Complementar.

Observações:

- Em 06/12/2023 foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Ciro Nogueira, ao PLP 164/2022;

- Em 18/03/2025, foi recebida a Emenda nº 2, de autoria do Senador Sergio Moro, ao PLP 164/2022;

- Em 19/03/2025 o Senador Veneziano Vital do Rêgo fez a leitura do Relatório;

- Em 1º/04/2025, foram recebidas as Emendas nºs 3 a 5, de autoria do Senador Weverton e as Emendas nºs 6 e 7, de autoria do Senador Alan Rick, ao PLP 164/2022 (dependendo de Relatório);

- Em 1º/04/2025, foi realizada Audiência Pública, para instrução da matéria;

- As matérias serão apreciadas pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

Concedo a palavra ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, que já leu o relatório, mas a matéria está em discussão, está pronta para a discussão dos Srs. Senadores e Senadoras.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI. Pela ordem.) – Presidente, a matéria está em discussão. Depois queria já apresentar o nosso pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pedido de vista.

Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Presidente, as minhas saudações a V. Exa., a todos os nossos e a todas as nossas companheiras que integram a CCJ.

Eu quero iniciar, como ontem assim fiz, Presidente, no ato de realização da nossa audiência pública, justificando a sua ausência, transmitindo, mais uma vez, a V. Exa. e ao povo baiano os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossos sentimentos pela tragédia que ceifou onze cidadãos. V. Exa., na segunda-feira, fazia questão de justificar. Obviamente, nada mais justificável até do que, como gesto cristão a pessoas tão ligadas, tão próximas, podemos assim dizer, íntimas do seu convívio, V. Exa. não poder, como de fato não pôde, se fazer presente para presidir a audiência. As nossas condolências a todos os familiares dos que fazem esse passamento. São momentos indizíveis, principalmente quando tragédias dessa natureza, dessa magnitude, da forma como aconteceram, se abatem sobre nós.

Realizamos a audiência ontem, Sr. Presidente, com a presença de companheiros, Sras. e Srs. Senadores. Foi extremamente profícua, proveitosa. Dela extraímos algumas sugestões. Inclusive, perguntaria a V. Exa. e à nossa Secretaria se eu poderia fazer, em razão de algumas dessas sugestões colaborativas, aperfeiçoadoras do nosso relatório, algumas dessas menções. Em seguida, V. Exa., evidentemente, orientando todos nós, poderia abrir para discussão, enfim, ao tempo em que já foi pedido vista pelo Senador Ciro Nogueira.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Veneziano Vital do Rêgo, agradeço a V. Exa. as palavras, a referência ao que nós passamos no meu município lá na Bahia, Município de Ruy Barbosa, uma tragédia muito grande.

E foi muito doloroso para todos nós, sobretudo no meu caso, porque eu conhecia as pessoas. E perderam a vida 11 pessoas, né? Foi muito duro, muito difícil, mas coisa da vida e dos desígnios de Deus. Eu sou um católico de muita fé, portanto sei que Deus poderá confortar todos os familiares que estavam conosco nesse domingo e segunda-feira.

Eu passo então a palavra a V. Exa., para que V. Exa. possa, a partir das contribuições que foram dadas na audiência pública, alterar ou manter o seu relatório, ou absorver alguma das sugestões que foram dadas.

Então com a palavra o Senador...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – ... Veneziano Vital do Rêgo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Perfeito, Presidente.

Eu somo às sugestões que foram feitas ontem, em audiência, também algumas sugestões dos nossos companheiros, que terão a oportunidade, durante esse interregno até a apreciação definitiva, com o pedido de vista, de também sugerir outrora sugestões ao aperfeiçoamento.

Submetem-se à apreciação desta Comissão dois projetos de lei complementar que visam regular o art. 146-A da nossa Constituição, que tramitam em conjunto, por força da aprovação pelo Plenário do Senado Federal, em abril de 2023, e do Requerimento nº 313, de iniciativa deste Relator.

O Projeto de Lei Complementar 164 tramita em conjunto com o PLS 284, complementar, ambos voltados à regulamentação do art. 146 da Constituição Federal, que autoriza a edição de lei complementar para instituir critérios especiais de tributação, com o objetivo também de prevenir desequilíbrios da concorrência.

O PLP 164, em epígrafe, de 2022, mais recente e abrangente, é uma derivação do PLS 284, que teve como autora a nossa companheira Senadora Ana Amélia.

No relatório lido na reunião deste Colegiado, no último dia 19 de março, descrevemos detalhadamente o conteúdo de ambos os projetos, ressaltando que o PLP 164, que nós relatamos, propõe uma definição objetiva de devedor contumaz, baseada na inadimplência reiterada, substancial e injustificada, e oferece aos entes federativos instrumentos para adoção de medidas proporcionais e juridicamente seguras.

Ato contínuo, foi convocada a audiência pública realizada no dia de ontem, na qual colhemos importantes contribuições de representantes de entidades públicas e privadas. Após este debate, foram apresentadas diversas emendas de companheiros e companheiras, que levaram ao aperfeiçoamento substancial do texto do substitutivo, que ora estamos a apresentar.

As duas proposições que tramitam em conjunto serão ainda posteriormente apreciadas pela CAE e pela CTFC e em Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao PLP 164 foram oferecidas as seguintes emendas: Emenda nº 1, do Senador Ciro Nogueira, que suprime os arts. 6º e 7º; Emenda nº 2, de S. Exa. o Senador Sergio Moro, que altera os critérios para a definição de devedores contumazes; Emendas nºs 3 e 5, de S. Exa. o Senador Weverton Rocha; Emendas nºs 6 e 7, de S. Exa. o Senador Alan Rick, alterando a redação do *caput* do art. 3º, inciso I, e do art. 4º, §2º, e do art. 6º do PLP; e por fim, Emendas nºs 8 e 9, de S. Exa. o Senador Vanderlan Cardoso, suprimindo o inciso III do art. 2º.

Análise.

Sr. Presidente, senhores e senhoras, nos termos do nosso art. 101 do Regimento Interno do Senado, compete à CCJ opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por despacho da Presidência.

Nesse sentido, reiteramos o que já dizíamos e dissemos, que ambos PLPs em apreciação coadunam-se com os parâmetros constitucionais aplicáveis.

No mérito, nos deteremos aos principais ou às principais alterações promovidas no substitutivo em relação ao que foi apresentado nesta CCJ, na reunião do dia 19 próximo passado. As modificações promovidas decorrem dos debates encampados na audiência pública do dia 1º de abril de 2025, ontem, e pela apresentação de novas emendas, reforçando o tom dialógico e democrático de discussão da matéria. As mudanças buscam tornar o texto mais equilibrado, preciso e compatível com os princípios da proporcionalidade, isonomia e segurança jurídica, bem como mais adequado à nossa jurisprudência.

De início, com base em questionamentos levantados na audiência pública, consideramos importante adaptar a ementa e o art. 1º do substitutivo, a fim de deixar claro que o combate aos devedores contumazes ultrapassa a questão meramente concorrencial, sendo verdadeira proteção à livre iniciativa, de modo que a matéria tem como seu fundamento constitucional não só o art. 146-A da Constituição, no que tange à proteção da concorrência, mas também o art. 146, III, alínea "b", da Carta Constitucional, que permite à lei complementar definir normas gerais em matéria tributária. Esse é o primeiro ponto.

Não é necessário entrar na questão concorrencial para se dizer que alguém é devedor contumaz. O que se precisa é que seja alguém qualificado como tal – devedor contumaz –, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atua de forma ilícita no mercado. Na visão do Supremo Tribunal Federal, que esta matéria procura reproduzir, considera-se contumaz a inadimplência sistemática, verdadeiro *modus operandi* do empresário, seja para enriquecimento ilícito, para alijar a concorrência ou para financiar as suas próprias atividades.

Assim, optamos pelo aprimoramento à redação da ementa e do art. 1º do substitutivo, a fim de impedir interpretações que pudessem condicionar a aplicação das medidas à demonstração de impacto sobre o mercado concorrencial.

Suprimimos, por exemplo, o inciso III do art. 2º, que previa a instalação, Senador Omar Aziz, compulsória de equipamentos de controle de produção e estoque. Essa medida foi considerada excessiva e desproporcional, sobretudo para pequenos contribuintes, e sua exclusão foi sugerida pela Emenda nº 8, do Senador Vanderlan Cardoso, a qual acatamos.

Reformulamos o art. 3º...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – ... para limitar a aplicação dos critérios especiais de tributação aos contribuintes que tenham sido enquadrados como devedores contumazes, nos termos definidos no novo Capítulo III. Essa alteração, proposta nas emendas de S. Exas. os Senadores Weverton Rocha e Alan Rick, aproxima o texto das melhores práticas internacionais, evitando a aplicação injusta de medidas a contribuintes regulares e exige, para a adoção de medidas mais gravosas, prova – não indícios –, prova concreta de desequilíbrio concorrencial em substituição a meros indícios.

Com fulcro nas exposições da audiência pública e acatando emendas, modificamos a definição da inadimplência reiterada e injustificada, que caracterizam o devedor contumaz, previstas no art. 6º do nosso substitutivo, a fim de adequá-la à jurisprudência mais atual do STF, mantendo o conteúdo já apresentado quanto à substancialidade da dívida, dos R$15 milhões.

Quanto à definição de injustificada, acatamos emendas e acrescentamos critérios trazidos nas decisões do STF, a fim de precisarmos, de maneira robusta, a diferenciação, Presidente Otto, entre devedor contumaz e aquele bom empresário, que, por questões comuns de administração, acabam por ficar em dívida com as obrigações tributárias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No art. 7º, esclarecemos que a sanção de impedimento de formalização de vínculo com a administração pública não se aplica, senhores e senhoras, a contratos vigentes, quando se tiverem por objeto serviços públicos essenciais ou operem em infraestruturas críticas, ficando reservada a formação de novos vínculos ou processos licitatórios.

Na parte processual, aprimoramos o art. 9º para prever a aplicação subsidiária da Lei 9.784, do ano de 1999, e delegamos a regulamentação federal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – ... à Procuradoria-Geral da Fazenda e à Receita Federal, por meio de portaria conjunta. Isso garante uniformidade e agilidade na aplicação da norma.

Partindo para os últimos parágrafos, senhores e senhoras.

Importante alteração adicional foi a exclusão do antigo Capítulo IV, que continha disposições específicas para setores de petróleo, gás natural e biocombustíveis. A medida se justifica porque a caracterização do devedor contumaz não depende da comprovação de efeitos concorrenciais diretos, mas sim da observância de critérios objetivos de inadimplência reiterada, conforme os fundamentos da nossa Constituição, em seu art. 146, III, alínea "b".

Conforme argumentado pelos representantes do setor, condicionar a aplicação da norma a aspectos regulatórios setoriais, além de desnecessário, poderia comprometer a sua eficácia. Optamos, assim, em preservar a uniformidade e a coerência da disciplina geral dos devedores contumazes, afastando qualquer risco de sobreposição normativa com agências reguladoras.

Por fim, inserimos dispositivo que impede que o devedor contumaz que incorra nas práticas graves listadas no art. 8º, assim reconhecido em decisão administrativa definitiva, tenha acesso à transação no âmbito federal, regulada pela Lei nº 13.988, de abril do ano de 2020, salvo revisão judicial.

O voto, Sr. Presidente, senhoras e senhores.

Ante o que nós expusemos, reiteramos que votamos pela constitucionalidade, pela juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do PLP 164, do ano de 2022, e do PLS 284,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do ano de 2017, complementar, na forma da Emenda nº 3, da CTFC; e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei Complementar 164, na forma desse substitutivo abaixo relatado; pelo acolhimento das Emendas nºs 3, 4, 5, 6, 7 e 8, da CCJ; pela rejeição das Emendas nºs 1, 2 e 9, também desta Comissão; e por declarar prejudicado o PLS 284, de 2017, complementar, Sr. Presidente Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, inclusive com as alterações que foram aduzidas depois da audiência pública.

Essa matéria está em discussão.

Eu vou colocar em discussão.

Peço aos Srs. Senadores que possam indicar os pedidos...

É o Senador Marcos Rogério que vai discutir?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Também, Sr. Presidente, mas há possibilidade de um pedido de vista dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Já foi pedida vista pelo Senador Ciro Nogueira. Ele já tinha antecipado o pedido de vista.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas vai haver a discussão mesmo com o pedido de vista? O pedido de vista interrompe a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O pedido de vista suspende a discussão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Exato, exato.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, ficará para discussão...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente. Perfeitamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É porque eu vi V. Exa. fazendo um aceno...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu não havia acompanhado a posição dele. A FPA fez uma manifestação e solicitou que se pedisse vista dessa matéria. Eu quero discutir a matéria também, tem aspectos com relação à questão da FPA, em relação à questão dos eletrônicos... Enfim, eu acho que é um tema importante para a gente discutir.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, fica concedida vista coletiva.

Antes de passar para a próxima matéria, eu vou conceder a palavra ao Senador Vanderlan Cardoso.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente Otto Alencar, meus cumprimentos. Senadoras e Senadores, meus cumprimentos.

Eu quero, Presidente Otto, lhe agradecer pela condução, parabenizando-o também pela sua Presidência aqui na CCJ.

Há pouco foi realizada a reeleição para Vice-Presidente. E eu quero aqui agradecer a todos os Senadores e Senadoras com os quais eu falei, conversei nesses últimos dias pedindo esse apoio. Em especial, quero agradecer ao meu Líder do partido, o Senador Omar, e a todos os membros do meu partido que me apoiaram nessa indicação.

Quero expressar aqui a vocês que, com a mesma dedicação que eu tive, Senador Alessandro, quando Presidente da CCT, a Comissão de Ciência e Tecnologia, quando Vice-Presidente da CAE e como Presidente da CAE, como Vice-Presidente... Fui Vice-Presidente na época, Veneziano, em que Senador Otto Alencar era o Presidente e tive o prazer de sucedê-lo na Presidência da Comissão de Ciência e Tecnologia, a CCT. Então, com essa mesma dedicação, vocês podem contar comigo aqui na Vice-Presidência, auxiliando e ajudando o Senador Otto Alencar e também todos aqueles que fazem parte desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, ao Senador Otto muito obrigado pela condução e a todos vocês pelo carinho. Fiquei muito emocionado pelas palavras de carinho de todos aqueles quando... Senador Ciro, eu me direcionei a todos vocês. Senador Amin, ontem o senhor não estava no Plenário, então não tivemos a oportunidade de falar, mas a todos aqueles com quem eu tive a oportunidade, membros desta Comissão...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Nem seria necessário.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

... de pedir o apoio aí, foi unanimidade. Então, muito obrigado a todos vocês por esse carinho. E vou trabalhar ainda mais em prol desta Comissão, em prol do nosso Senado Federal e do nosso país.

Muito obrigado.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela ordem, Senador Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar o Senador Vanderlan Cardoso pela Vice-Presidência, ao passo em que saúdo também o Presidente Otto Alencar. E eu quero aqui, Sr. Presidente Otto, fazer um apelo ao senhor, eu quero fazer uma reflexão aos colegas. Nós temos hoje no Brasil quase 13... para ser mais preciso, são quase 13 milhões de servidores públicos, mas 0,3% de servidores públicos, ou seja, Senador Omar, 25 mil funcionários públicos recebem R$100 mil, R$200 mil. Eu tenho casos aqui de servidor ganhando R$1 milhão em um único mês.

Nós temos uma resolução do Conselho Nacional de Justiça, Senador Amin, que determina que juízes e promotores, a cada três dias trabalhado, tem um de folga. Isso... na prática ocorre o quê? Todos os juízes e promotores, Senador Girão, têm um terço a mais no salário todos os meses. E, pasmem, esse valor não entra... não incide Imposto de Renda, porque é verba indenizatória.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, eles têm 60 dias de férias no ano. E nós temos uma escala 6x1. Nós temos um salário mínimo de R$1.518, quando a própria Constituição diz que a União tem que instituir um salário mínimo digno, capaz de suprir as suas necessidades e da família com saúde, educação, moradia, lazer, vestuário e higiene...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... e nós temos esse mísero salário. Então, passou da hora de o Senado enfrentar o tema dos supersalários.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Senador Contarato! Muito bem! (*Palmas.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Nós temos que acabar com esses penduricalhos. E esse PL é o 2.721, de 2021, e está aqui nesta Comissão de Constituição e Justiça.

Olha, como que nós vamos falar para um trabalhador que está aí no trabalho informal, que está na precarização da relação trabalhista, que está no sistema de uberização, que ganha R$1.518? Como que nós vamos falar que esses juízes, com todo o respeito aos magistrados e aos promotores ou qualquer outro servidor, ganham R$100 mil por mês, R$150 mil por mês, R$200 mil por mês, chegando a R$1 milhão por mês? Olha, não tem como. Nós temos 220 milhões de brasileiros. Nós temos 13 milhões de funcionários públicos. A grande massa dos servidores públicos está nos rincões, está ganhando um salário mínimo.

Sabe quanto que é um piso de um professor, que nem é pago? Qual é o piso de um enfermeiro que nós aprovamos aqui? E nós não enfrentamos o tema de combater esses penduricalhos, esses supersalários. Isso fere um princípio que está no art. 37. São princípios que regem a administração pública, um deles é a moralidade. Não tem como você falar, não tem resolução do CNJ, não tem lei ordinária, não tem nenhum ordenamento jurídico que se sobreponha a um comportamento ético.

Então, passou da hora de nós efetivamente nos debruçarmos sobre isso. Esse projeto é o 2.721. Eu faço um apelo a todos os membros desta Comissão de Constituição e Justiça: vamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enfrentar esse tema dos supersalários. Vamos acabar... Teto é teto – teto é teto! O teto é R$46.366,19. Nada além disso. O que for além disso é supersalário e nós não podemos compactuar com isso.

Perdoem-me, mais uma vez, eu não quero ofender nenhum cargo, nenhum membro do Poder. Agora, nós temos que refletir: um professor da educação básica não ganha o piso salarial, e nós temos só de tíquete-alimentação para determinados servidores o valor do piso de um enfermeiro, o valor do piso do salário de um professor.

Fica aqui o meu apelo para que quem quer que esteja com esse PL: coloque em pauta, pois eu terei o prazer de votar para acabar com os supersalários, acabar com o penduricalho.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Há convergência, vamos votá-lo.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Contarato, esse projeto nasceu aqui no Senado, foi para a Câmara e voltou agora para o Senado. Realmente, o Relator é o nobre Senador Eduardo Gomes. É o PL 2.721. Portanto, é importante que as Lideranças e até o próprio Senador Eduardo Gomes possam se manifestar. E, desde que ele tenha um relatório pronto, jamais me furtarei a colocar na pauta para votação.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Sr. Presidente, ele já entregou o relatório? Só para...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ele já entregou o relatório? (*Pausa.*)

Ele não entregou o relatório.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Sr. Presidente...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu quero deixar bem claro que neste caso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – As assessorias estão falando muito e estão prejudicando a fala dos Senadores. Se for para continuar, eu vou esvaziar o plenário. Essa é uma decisão que eu vou tomar! Não é possível que um Senador use a palavra e dezenas de assessores fiquem conversando, dificultando, inclusive, que os Senadores possam explicar aquilo que eles pensam nos seus relatórios, nas suas palavras. Então, eu vou ter um... Tenho muito respeito pelas assessorias, sempre respeitei, mas é importante que, num ambiente em que um Senador ou qualquer cidadão use a palavra, quem está sem participar silencie para ouvir. É uma coisa de questão de educação familiar, de educação escolar. Eu sempre procuro me manter, quando estou ouvindo, para que as pessoas, os Senadores e Senadoras possam explicitar os seus pensamentos de forma clara... Eu, inclusive, determinei, ao pessoal da assessoria, da Polícia Legislativa, que dá aqui o apoio, para que, se continuar assim, eu vou selecionar, para que entre no máximo uma pessoa por cada assessoria. E eu vejo que tem vários aqui que não são sequer assessores. Tem pessoas da imprensa, que eu respeito também. E é nominar para que possa entrar e dar o silêncio necessário para que os Senadores possam falar com mais tranquilidade. É um apelo que eu faço. Espero que possa ser ouvido nesse sentido.

Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria muito parabenizar o Senador Contarato pelas suas palavras. Saiba que tudo o que o senhor falou aqui hoje é um reflexo da sociedade brasileira.

Já passou da hora de nós enfrentarmos esse tema aqui no Congresso Nacional. Eu acredito que nenhum Senador aqui não tenha sido procurado por *lobby* dessas corporações que querem, no fundo, é que esse debate não aconteça nesta Casa. Eles vêm com todo tipo de tese, mas o que eles querem mesmo e não têm coragem de falar é que esse tema não seja votado aqui no Congresso Nacional. Então, eu acho que nós confiamos no relatório do Senador Eduardo, mas eu acho que o senhor, Presidente, deveria marcar uma data, ou no mês de maio ou no mês de abril

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– de maio, não; em abril. Até o final do mês de abril, a CCJ tem que dar... Eu acho que é um tempo mais do que razoável, mas não podemos empurrar isso mais com a barriga.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – É uma situação a que o Congresso Nacional tem que dar um encaminhamento.

Então, eu faço esse apelo ao senhor, Presidente, porque o senhor sabe que essa indignação do Senador Contarato é um reflexo do que a sociedade hoje pensa, e eu espero que a gente vote, ainda no mês de abril, esse relatório mais do que importante para esta Casa, porque eu não conheço nenhum projeto que esteja tramitando aqui, nesta Casa, mais importante do que nós enfrentarmos o tema de supersalários no nosso país.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sr. Presidente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, só quero aduzir...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Rememorando, não foi...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Permita-me só aduzir?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu vou passar a palavra a todos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Quero complementar. Deixe-me complementar.

O Ministro Gilmar Mendes, na semana passada, usou a palavra "desordem" para a questão de salários, quer do Ministério Público, quer do Judiciário – o Ministro Gilmar, o decano do Supremo Tribunal Federal! Chegou-se a este nível, usou a palavra, Senador Ciro Nogueira, "desordem": "Temos que acabar com essa desordem".

Só isso que eu queria dizer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Pela ordem.) – Senador Esperidião Amin, o decano e o caçula também, Flávio Dino, já criticou o salário do Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Estão inscritos aqui... Eu vou, pela ordem, conceder a palavra a todos: Senador Omar Aziz; em seguida, Senador Alessandro Vieira; Senador Carlos Portinho; Senador Amin, que acho que já está satisfeito; e Senador Eduardo Girão.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sr. Presidente, no relatório...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agora, eu vou deixar claro que, assim que o Senador Eduardo Gomes encaminhar o relatório, a matéria virá imediatamente, na semana seguinte, à pauta. Não sei quando é que ele vai entregar, mas se ele, por exemplo, entregar nesta semana, eu pauto para a próxima. Então, vai ser na semana seguinte à entrega do relatório.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. Senadores e Srs. Senadores, o problema desses relatórios é que vêm com a excepcionalidade da excepcionalidade da excepcionalidade. Eles vêm com tanta excepcionalidade que aí fica o dito pelo não dito, e se arranja o jeitinho brasileiro de se resolver esse problema.

Uma outra questão que eu queria aqui discutir com os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras é a questão da jornada de trabalho. É impossível, com 40 horas, você ter uma produção e não ter uma saúde mental afetada. Imagina um professor em sala de aula, 40 horas por semana, aguentando abuso, aguentando, muitas vezes, pessoas que ameaçam. Isso em todos os setores.

Não tem servidor público que, sexta-feira, depois de meio-dia, trabalhe. Eu quero saber quem é que trabalha. Nós aqui, no Senado, não trabalhamos sexta-feira à tarde. O que a gente pode é estar nas nossas bases fazendo política, mas aqui, dentro do Senado Federal, nós não estamos.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Fora do microfone*.) – Mas é trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, é trabalho em termos. É um trabalho gratificante, porque ninguém entra na política obrigado; a gente entra porque gosta. É diferente de uma pessoa que faz um concurso público, e é necessário enfrentar dissabores dentro do serviço e ter que trabalhar 40 horas.

Os países desenvolvidos hoje fazem um teste, e esse teste mostrou várias questões, melhorou a saúde mental, melhorou a produtividade, e nós temos que discutir isso no Senado Federal. Não é só a questão salarial. A questão salarial é importante.

Há pouco se falava de enfermeiro e tal. O Governo acabou de encaminhar para cá o pedido de salário que está na Câmara hoje, em relação a engenheiro. Eu sou engenheiro civil. O nosso salário, como engenheiro civil, é uma brincadeira – é uma brincadeira.

Então nós temos que ver, Sr. Presidente, essa discussão. Se a gente votar aqui essa questão de salário com excepcionalidade, nós não estaremos fazendo um bem; nós estaremos fazendo um mal muito grande. Ou a gente corta o que diz a Constituição, o que está na lei e não tem excepcionalidade em caso nenhum... A excepcionalidade da excepcionalidade a gente tem que tratar; agora, pegar um projeto, votar e colocar aqui em torno de 40 excepcionalidades, como está hoje, a gente está fazendo de conta que está resolvendo o problema e não estamos resolvendo problema nenhum.

E outro debate que eu queria fazer com os Senadores e Senadoras, principalmente aqueles que têm um vínculo muito grande com setores na área de educação, na área de saúde, é em relação à carga horária, que é um absurdo: 40 horas por semana qualquer trabalhador não aguenta. E essa não é uma questão de direita e de esquerda; essa é uma questão humana, de trabalho, de produtividade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na mesma linha do que o Senador Omar colocou, quero fazer uma ressalva e apelar para os seus conhecimentos médicos, Presidente Otto. Presidente Otto, o apelo não é nem para o Presidente da CCJ, é para o médico.

O senhor sabe que tem dois desafios na medicina, né? Acertar o diagnóstico e acertar o remédio. O Senador Fabiano acerta precisamente o diagnóstico. Nós temos um problema seriíssimo com supersalários e temos que enfrentar esse problema. Derivando disso, nós temos um problema de desregulamentação, de invasão de competência. Como nós não concedemos aqui no Senado – PEC relatada pelo Senador Eduardo Gomes – os adicionais por tempo de serviço, o CNJ e o CNMP regulamentaram *per se*. Eles fizeram lei e eles já recebem e já pagam retroativo. Então, nós temos que fazer o diagnóstico correto – vamos bem nesse ponto –, mas a gente não pode errar no remédio.

O 2.721 é um projeto que traz 32 exceções. Então, no final das contas, ele legaliza 32 penduricalhos. Então, só para ter essa reflexão, para que a gente não vá, às vezes, numa toada de "olha, tem que resolver" e acabar piorando, porque, no final de tudo – e aí já antecipo minha posição sobre o tema, Presidente –, a gente vai ter que avançar para cobrar do Supremo Tribunal Federal, que ordena toda a cadeia judiciária, que apresente um novo plano de cargos e salários. Não tem problema, não. Se eles acham que merecem R$100 mil por mês, que sejam R$100 mil, mas pagando Imposto de Renda e previdência, porque hoje, mais de 50% do que eles recebem é supostamente indenizatórios: não paga imposto, não paga previdência, se arrastam em verbas que são autorizadas administrativamente – alimentar retroativa, Senador Laércio, em todos os estados.

Então, é enfrentar isso, acertando o diagnóstico e acertando o remédio, para a gente não cometer mais uma violência contra os cofres públicos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. e passo a palavra ao Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o Senador Contarato foi muito feliz. Ele deu voz, acho, a uma convergência que é explícita aqui, do PT ao PL, ao PP, ao Novo, ao PSD, provavelmente, ao MDB, a todos os partidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse projeto já foi e já voltou. Pode ser, Senador Alessandro, que a Câmara tenha colocado as exceções. Derrubemos, né? E, se ainda não agradar, faremos outro. Mas a gente não disciplinar isso, ainda que na fase em que se encontra, está sendo pior para o país.

Então, eu acho que a partir do momento em que há uma convergência, eu me disponho, inclusive, também junto a V. Exa., a conversar com o Senador Eduardo Gomes, que é uma pessoa razoável, do meu partido, inclusive, para que seja estabelecida uma data para a entrega desse relatório e que seja o mais breve...

Até porque, pela regra da Casa, se fosse aplicada, seria a perda da relatoria, porque virou o ano. Se não tem relatório apresentado, perde a relatoria.

Como eu tenho certeza que o Senador Eduardo Gomes é sensível a essa matéria, ele vai entender que, sendo uma convergência de todos, deve ser apresentada. Os supersalários precisam ser votados e acabados aqui no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Eduardo Girão.

Em seguida, Senadora Zenaide Maia.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Muitíssimo obrigado, Presidente Otto Alencar. Quero cumprimentar aqui pela eleição o nosso Vice-Presidente Vanderlan Cardoso nesta CCJ, Comissão talvez a mais importante do Senado Federal, de que eu tenho a honra de participar.

Sr. Presidente, eu queria parabenizar o Senador Fabiano Contarato, que traz um assunto de interesse da sociedade. Dia sim, dia não, a gente vê manchetes que envergonham o povo brasileiro, que paga impostos cada vez mais altos. E quanto a essa questão do supersalário, a CCJ faria um golaço sob a sua Presidência, Senador Otto, para que a gente pudesse deliberar. Eu faço um apelo público aqui ao nosso irmão, querido amigo, Senador Eduardo Gomes, para que traga o quanto antes esse assunto, porque poucas vezes eu ouvi aqui nesta Casa quase que uma unanimidade no assunto. Então, quando a gente percebe isso, é porque está maduro. É um assunto que já está incomodando há algum tempo e chegou a hora de acontecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, parabenizo a todos e espero que a gente possa colocar, no máximo – como disse o Senador Ciro –, em abril ou maio, para que possamos fazer essa deliberação para alegria da sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Tem algum Senador que queira se manifestar?

Senador Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Quero cumprimentar aqui o Presidente.

Senador Contarato, eu quero dizer que você foi muito feliz nessa sua colocação, porque isso aqui realmente não é uma questão de sigla partidária, de partido, nada. Eu vejo no meu estado o que acontece na maioria dos estados brasileiros – eu acho que quase que em todos os estados –: o repasse dos Poderes, o problema que está no repasse dos Poderes. E isso é em todos os Poderes. Não quero aqui frisar os nomes dos Poderes, mas, em todos os Poderes, o repasse é muito alto. Eu vejo o que está acontecendo lá no nosso Estado de Rondônia. O que está acontecendo com esse negócio do supersalário é um absurdo, uma vergonha! E depois, outra coisa, ano passado, o que aconteceu? Aumentou-se o ICMS, Senador Jayme Campos, aumentou-se o ICMS em 2,5%, de 17% foi para 19,5% o ICMS, para cobrir os gastos dos Poderes.

Aí é que está errada toda essa situação. Por isso que nós precisamos chegar a um limite dessa situação desse supersalário, a menos que se discuta: se esse teto for baixo, que se aumente esse teto; agora, que não continue essa situação de penduricalhos, iguais aos que nós temos hoje no Brasil.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa..

Senador Veneziano, V. Exa. quer falar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – Presidente, todas essas falas se afunilam em torno da preocupação comum do Colegiado, principalmente quando, há 15 dias, o CNJ se pronunciou, e, enquanto nós não nos pronunciarmos, nós haveremos de continuar a ter valores estabelecidos não por aqueles – no caso, Parlamento, Câmara e Senado – que deveriam fazê-lo.

Como V. Exa. bem o disse, sabemos do compromisso e do comprometimento de fazer com que essa proposta seja debatida, mas que nós cheguemos ao Senador Eduardo Gomes para sensibilizá-lo à apresentação, porque, afinal de contas, dá-se a entender que nós cruzamos os braços circunstancialmente e convenientemente, e isso não é bom para o Parlamento.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Passo a palavra à Senadora Augusta Brito para fazer a leitura do Projeto de Lei nº 1.640, de 2022, não terminativo.

1ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 1640, DE 2022

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Humanização do Luto Materno e Parental; e altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), para dispor sobre o registro de criança nascida morta.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Augusta Brito

Relatório: Favorável ao Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

A matéria será analisada pela Comissão de Assuntos Sociais.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero aqui também aproveitar, antes de começar a leitura do relatório, e parabenizar a eleição do nosso Vice da Comissão de Constituição e Justiça, o Senador Vanderlan; tenho certeza de que vamos continuar a parceria que já tínhamos na CAE. Fiquei feliz com a sua indicação como Vice.

Sr. Presidente, uma vez que o relatório já foi amplamente divulgado, peço licença para fazer essa leitura de uma forma resumida.

O Projeto de Lei nº 1.640, de 2022, da Deputada Federal Geovania de Sá, "institui a Política Nacional de Humanização do Luto Materno e Parental, e altera a Lei nº 6.015, de 1973 (Lei de Registros Públicos), para dispor sobre o registro de criança nascida morta".

Quanto aos aspectos de constitucionalidade, o projeto está em consonância com o ordenamento jurídico brasileiro. Em relação à juridicidade e regimentalidade, entendemos que o projeto promove importante avanço legislativo e é coerente com as diretrizes constitucionais e legais.

Quanto ao mérito, o PL surge como uma iniciativa crucial para abordar uma lacuna significativa na legislação brasileira, ao instituir a Política Nacional de Humanização do Luto Materno e Parental. Este projeto é particularmente bem-vindo, considerando que, em 2022, ocorreram 27.394 óbitos de fetos com mais de 22 semanas e 21.837 óbitos neonatais, destacando a urgência e a relevância de um suporte aprimorado para as famílias durante o luto perinatal.

Como profissional da saúde, como enfermeira, e entendendo a importância e urgência dessa demanda para especialmente as mulheres, apresentei um projeto de lei semelhante no ano passado, o PL 597, de 2024, que “altera a Lei nº 8.080, de 19 de outubro de 1990, para instituir abordagem relativa ao luto perinatal no âmbito do Sistema Único de Saúde”, em tramitação nesta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É fundamental entender que o luto decorrente de perdas gestacionais gera um impacto emocional profundo, sendo um processo complexo e único para cada indivíduo, afetando não apenas a mulher, mas também o parceiro e a família como um todo.

Portanto, o presente projeto propõe medidas concretas para assegurar um atendimento mais humanizado e sensível às necessidades das famílias enlutadas, como o apoio psicológico especializado, a realização de exames para investigar as causas dos óbitos e a garantia de espaços reservados em hospitais, para evitar o trauma adicional de conviver com mulheres em trabalho de parto ativo e com recém-nascidos.

Essas medidas visam não apenas fornecer o apoio necessário durante um período de intensa vulnerabilidade emocional, mas também ajudar na prevenção de futuras perdas gestacionais, ao mesmo tempo que promovem a dignidade e o respeito pelo sofrimento das famílias. É essencial que as equipes de saúde estejam preparadas para oferecer apoio emocional e psicológico às famílias enlutadas.

A conscientização sobre o luto gestacional e perinatal é fundamental para quebrar o silêncio que, muitas vezes, cerca essas perdas. Iniciativas de apoio e de disseminação de informações podem ajudar as famílias a se sentirem compreendidas e amparadas durante esse período desafiador.

Portanto, a aprovação do PL 1.640, de 2022, é um passo fundamental para melhorar o atendimento e a atenção integral à saúde e demonstrar um profundo respeito pela dignidade humana em momentos de extrema dor e perda.

Diante do exposto, Sr. Presidente, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PL 1.640, de 2022, bem como, no mérito, pela sua aprovação, vendo que é de suma importância, exatamente porque o objetivo desse projeto é trazer mais humanidade, para que as famílias enlutadas possam ter esse apoio também do Estado.

Então era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço – e a parabenizo – à Senadora Augusta Brito pelo seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria está em discussão. Há algum Senador ou Senadora que queira discutir a matéria? (*Pausa.*)

Não há nenhum Senador que se manifeste pela discussão.

Está encerrada a discussão.

É uma matéria que é não terminativa.

Eu vou colocar...

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Sr. Presidente, queria pedir regime de urgência. Quero fazer o requerimento de urgência para ela.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Logo após a aprovação.

Vamos colocar em votação.

A matéria está em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada.

V. Exa. pode agora encaminhar o seu requerimento de urgência.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Como Relatora.) – Sr. Presidente, já encaminhei aqui o requerimento e desde já agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Em votação o requerimento de urgência, encaminhado pela Senadora Augusta Brito.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam o requerimento de urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento de urgência para a matéria ser apreciada no Plenário do Senado Federal. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vai para a Comissão de Assuntos Sociais.

Item 3.

1ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 112, DE 2021

- Não terminativo -

Dispõe sobre as normas eleitorais e as normas processuais eleitorais brasileiras.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Marcelo Castro

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, quanto ao mérito, favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 112, de 2021, pelo acolhimento das Emendas nºs 5, 6, 27, 29, 36, 58, 62, 69, 78, 90, 92, 95, 97, 98, 100, 101, 106, 112 e 141 e pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 3, 10, 21, 22, 26, 30, 34, 37, 40, 43, 46, 47, 53, 56, 80, 89, 91, 99, 102, 103, 104, 105, 109, 111, 114, 132 e 133, e contrário às demais, nos termos do substitutivo que apresenta (analisadas as Emendas nºs 1 a 147).

Observações:

- Foram apresentadas 180 emendas à matéria;

- Dependem de relatório as Emendas nº 148 a 180.

O item 3 dispõe sobre as normas eleitorais, normas processuais e eleitorais brasileiras. É uma matéria de autoria da Deputada Federal Soraya Santos, do PL, do Rio de Janeiro.

E eu passo a palavra ao Senador Marcelo Castro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. Eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar o Senador Marcelo Castro, que está debruçado há muitos meses nesse projeto. Eu tenho certeza de que trabalhou com muito cuidado, com muito esmero, porque é um assunto que impacta profundamente os interesses da sociedade.

Nós temos recebido, Sr. Presidente, assim, uma preocupação muito grande de setores da sociedade civil, e nós, um bloco de 23 Senadores, assinamos um pedido de vários partidos, assinamos um pedido aí, um requerimento para que a gente faça – eu acredito ser necessária – uma rodada de audiências públicas. São pedidas seis, com nomes inclusive da CNBB, que tem uma posição firme com relação a alguns pontos.

Então, eu gostaria de pedir a V. Exa. que coloque, se possível, em votação esse requerimento de audiências públicas.

Eu também quero manifestar um pedido de vista com relação a esse projeto, para que a gente possa deliberar efetivamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço a V. Exa.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Minha sugestão é que a gente possa deliberar o pedido de requerimento.

E elogio o trabalho do Senador Marcelo Castro, inclusive estou aqui lendo – já tinha lido no gabinete, estou aqui relendo – e fazendo algumas anotações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha sugestão é que a gente delibere o pedido desse requerimento de audiências públicas e, após as audiências, aí sim, se for o caso, vista. Mas, só para estabelecer uma ordem que V. Exa...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu retiro o pedido de vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senadora Zenaide Maia. Em seguida, o Senador Sergio Moro e a Senadora...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, a gente também aqui fez um pedido de audiências públicas para a gente poder discutir mais esse assunto. É um assunto que está sempre vindo, sendo cobrado, mas a gente precisa de audiências públicas.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, eu quero endossar aqui o pedido de audiências públicas. O trabalho feito pelo Senador é extremamente complexo, mas, olhando nos detalhes, tem, por exemplo, afetação de direitos políticos de várias categorias, magistrados, membros do Ministério Público. Aqui estava a preocupação sobre a questão de vencimentos – acho legítimo –, mas a restrição de direitos políticos deles, de guardas municipais, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, polícias civis, militares, policiais militares. Acho que a gente tem o dever, pelo menos, de ouvir representantes dessas categorias em audiências públicas, para poder aprofundar sobre esse tema, já que o projeto restringe direitos políticos. A meu ver, aqui até apresentei uma emenda para buscar evitar isso, mas, no mínimo, nós temos que ouvir esses grupos para entender a posição deles e ver se existe realmente essa justificativa para nós termos cidadãos de segunda classe, com direitos políticos restringidos.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Pela ordem.) – Bom dia, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, apesar de não ser membro aqui da CCJ, me faço presente na Comissão, como Vice-Líder da Bancada Feminina, porque a bancada debateu exaustivamente esse projeto, por duas vezes contamos com a presença do Relator, a quem agradecemos toda a atenção dispensada, o Senador Marcelo Castro.

Tem vários requerimentos subscritos por Senadoras, salvo engano meu, da Senadora Augusta Brito, da Senadora Soraya Thronicke, da Senadora Professora Dorinha, da Senadora Leila Barros, da Senadora Zenaide Maia – se não me falha a memória, são esses –, e acho que a gente podia analisar e ver como poderíamos fazer um ciclo de debates, já com esse citado pelo Senador Girão, para aprofundar, porque é um projeto complexo, é um projeto longo.

A dedicação do Senador Marcelo Castro é reconhecida por todas nós, mas sabemos que estamos mexendo com muita coisa. A audiência pública, certamente, nos referenciará para tomarmos posições mais duradouras em relação ao processo eleitoral. Não dá para, a cada eleição, a gente estar mudando de determinações e de orientações.

Então é essa a nossa posição, aplaudindo também a necessidade, reconhecida por todos, de aprofundarmos o debate em audiências públicas.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Vou proceder exatamente como foi no projeto do devedor contumaz. Eu vou, claro, fazer as audiências públicas, mas o Senador Marcelo Castro tem um relatório pronto. Ele vai ler o relatório e, depois de lido o relatório, faremos as audiências públicas. É claro: vai ter vista para analisar, vai ter audiência pública.

O próprio Senador Veneziano, na audiência pública de ontem, colheu contribuições para o relatório do devedor contumaz e colocou já no seu relatório. Tanto é que o Senador Marcelo Castro, após as manifestações dos Senadores e das Senadoras, vai fazer a leitura do relatório e nós faremos, em seguida, as audiências públicas que foram solicitadas, de acordo com o encaminhamento dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras.

Senadora Daniella, depois Senadora Dorinha, Senadora Soraya, Senador Rogério Carvalho, Senador Amin, Senadora Augusta também, Senadora Margareth Buzetti.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiro um bom-dia a V. Exa. e aos colegas Senadores e Senadoras, cumprimento o Senador Marcelo Castro, Relator do novo Código Eleitoral.

Sr. Presidente, tem uma palavrinha até que você conhece também, porque você é nordestino, que a gente utiliza, que é para não estarmos agoniados. É essa a palavra. Eu diria que a leitura... Eu aqui pediria para não termos a agonia dessa leitura hoje, porque, ao ler o relatório – que inclusive teve uma complementação de voto da qual estamos tendo conhecimento agora e que nem está disponível – significa dizer que... Com a compreensão também do Senador Marcelo Castro, que se esforçou, que tem se esforçado, que tem escutado, inclusive, também, a Bancada Feminina. Mas, diante desse fato, que eu acho que é justificável – e que, além de tudo, é uma complementação de voto que subiu agora, que não deu tempo inclusive de a gente analisar –, acho que seria de bom tom, como eu disse, sem ficarmos agoniados, deixar a leitura também para a próxima semana, conduzindo um tempo para que a gente possa também discutir e ter as audiências públicas. Acho que isso atenderia a todos os colegas aqui, bem como ao próprio Senador, que só pode complementar, fazer a complementação de voto, com toda certeza, a essa altura, se não já a teria feito.

Então, Sr. Presidente, é também pelo tema muito caro para nós, mulheres. Quem dera se pudéssemos ter uma mulher Relatora nesse Código Eleitoral. Não que o Senador Marcelo Castro não busque fazer o seu melhor, mas, de fato, só uma mulher para compreender as vicissitudes e as lutas para termos espaços e, não só isso, para representarmos as mulheres, que são maioria em nosso país.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente. É a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela ordem o Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Serei breve.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Um minuto.

Senador Marcelo Castro, V. Exa. poderia, então, abrir mão da leitura, como estava previsto para hoje. Nós vamos fazer, antes, as audiências públicas...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... e depois V. Exa. pode ler também.

Eu vou ouvir o Senador Marcelo Castro, porque, se ele aceitar...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – O meu é um pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... da minha parte não tem nenhum problema.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, é uma questão de ordem então, o meu é uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Questão de ordem, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone*.) – A minha também é uma questão de ordem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – O relatório não contempla...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Eu gostaria de fazer...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O relatório não contempla as Emendas a partir de 148; então, 149 e seguintes. Eu, por acaso, sou autor das Emendas 150 e 151. Então, eu acho que, corretamente... Como disse a Senadora Daniella, não é sangria desatada. Eu acho que o Senador Marcelo Castro... Nós já cruzamos em torno de questão eleitoral desde 2014.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É verdade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Nunca recorremos à arma de fogo. Foi tudo resolvido democrática, pacífica, amigável e amistosamente. É o meu psiquiatra preferido, assim como V. Exa., apesar dos maldizeres de alguns, é o meu ortopedista preferido.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Muito obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, eu pediria que ele não lesse hoje, para nos dar tempo de organizar essas audiências públicas, que não são procrastinadoras, não; são esclarecedoras.

Obrigado.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Eu gostaria de pedir a palavra, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Marcelo Castro; depois, Senador Rogério, para uma questão de ordem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu vou colocar, porque foi questão de ordem ali.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu compreendo esse pedido de audiência pública dos nobres pares, mas eu queria esclarecer, porque está parecendo que é uma coisa, assim, apressada, de afogadilho.

Esse código foi aprovado na Câmara dos Deputados em 2021. Chegou aqui ao Senado Federal em setembro de 2021 e teve como Relator o Senador Anastasia, que ouviu vários segmentos, fez o seu relatório. Depois, ele foi para o Tribunal de Contas, passou por Alexandre Silveira. Alexandre Silveira perdeu a eleição. Por último... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Chame o ortopedista. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Para que não saia uma notícia errada, o Eduardo Braga não caiu, é um Senador de pé – quem caiu foi a cadeira –, senão a versão vai ser muito ruim para ele. (*Risos.*)

Senador Marcelo e, depois, a Senadora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Deixe-o terminar ali.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Não, não é isso, não.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Então, esse relatório chegou às minhas mãos, porque eu fui designado Relator, em 2022, mais precisamente em abril de 2022. Então, este relatório está há dois anos comigo.

Eu apresentei o meu primeiro relatório faz, aproximadamente, um ano. Aí vieram as observações, as sugestões. Eu apresentei um segundo relatório. Vieram outras observações, outras análises, outras sugestões. Apresentei o terceiro relatório. E este agora é o quarto relatório que eu apresento.

Nesses dois anos, eu recebi – e estive à disposição de toda a sociedade brasileira – especialmente os Senadores e os Deputados, OAB, Tribunal Superior Eleitoral, associação de advogados eleitoralistas. E a todos, todos – vou repetir aqui umas três vezes: todos – que me pediram audiência para tratar deste assunto eu sempre estive solícito e à disposição para tratar.

Todas as emendas apresentadas nesses dois anos ou foram acolhidas totalmente ou parcialmente, ou foram rejeitadas, e todas fundamentadas. Não tem nenhuma emenda recebida sem a fundamentação de por que eu estou recebendo, porque eu estou acatando parcialmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou porque eu não estou acatando. E, aí, nenhum dos nobres colegas me distinguiu com o prestígio de convocar uma audiência pública nesses dois anos.

Depois que eu apresento o quarto relatório e faço uma complementação de voto ontem à noite para atender uma solicitação da Bancada Feminina da Câmara, que, da semana para cá, se reuniu três vezes – porque quem mais é atingido no meu relatório são as Deputadas –, três vezes, entrando em contato comigo diariamente, dando sugestões, e eu esclarecendo, achei procedentes três itens para fortalecer ainda mais a participação feminina na política. Eu acatei, por isso eu estou fazendo esta complementação de voto hoje.

Então, Sr. Presidente, a minha sugestão é que a gente pudesse dar vista coletiva por um prazo mais dilatado para que as pessoas pudessem trazer suas observações, porque eu estou aberto inteiramente, eu não quero fazer nada da minha cabeça.

Outra coisa: ninguém fique preocupado, porque aqui não tem pegadinha, aqui não tem carta dentro de manga, aqui tudo foi feito com a maior transparência, sempre ouvindo todos os segmentos da sociedade.

No primeiro relatório que eu apresentei, fui à OAB e discuti com os advogados eleitoralistas do Brasil durante mais de quatro horas, com mais de 2 mil advogados *online* acompanhando o debate. Fizeram inúmeras críticas, dirigiram essas críticas a mim. Nós submetemos isso à assessoria aqui, discutimos com a sociedade, acatamos o que era possível.

Eu acho... Não vou dizer que esse seja o projeto de lei mais debatido, mais discutido da história do Senado, porque não dá para comparar, mas foi discutido à exaustão.

Audiência pública depois do quarto relatório apresentado para instruir a matéria?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Essa matéria está sobejamente instruída.

Se alguém discorda, que venha a mim dizer os itens de que estão discordando, que nós podemos modificar. Pode apresentar emendas, vamos trazer aqui para a Comissão, vamos debater emenda por emenda. Essa eu reconheço que é uma matéria complexa, por isso mesmo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é que se está esse tempo todo discutindo. Veio com alguns erros, equívocos da Câmara, que nós tivemos o cuidado, o esmero de poder analisar caso a caso para poder fazer uma legislação transparente, simples, que não deixe margem à interpretação – porque a gente sabe que o Judiciário, tendo margem, interpreta de um jeito num dia, interpreta de outro jeito em outro dia –, amarrando todos os pontos para que a gente possa ser dotado de um instrumento legal que traga transparência, clareza e segurança na nossa legislação. Então, eu acho que esse processo está... esse projeto está mais do que amadurecido.

Eu pediria a compreensão dos nossos colegas: a gente discutiria aqui um prazo de vista, que poderia ser alongado, para todo mundo apresentar suas emendas, discutir, colocar suas assessorias, e aquilo que não for consenso, a gente vai para voto. Democracia funciona assim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Presidente, só um pequeno, só...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Olhe, a Senadora Dorinha...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – É porque é da fala dele.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... está aqui aguardando já. Eu vou conceder a palavra a todos, sem nenhum problema. Ela vem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está inscrito por último, mas eu tenho que seguir a ordem. Ela pediu inscrição primeiro. Depois, eu vou passar para o Rogério, para todos.

Senadora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Pela ordem.) – Bom, Sr. Presidente, eu quero falar que tenho um enorme respeito ao trabalho do Senador Marcelo Castro. Ele esteve... Quando chamado à Bancada Feminina, todas as vezes compareceu, num tempo de debate, isso é indiscutível. O conversar não significa escutar, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lógico, tem ido às reuniões da Bancada Feminina. Eu, em particular, apresentei, sim, um requerimento. Eu não era Senadora quando o texto veio para cá, mas isso não me impede de querer discutir quantas vezes forem necessárias, e acho que isso se coloca para todos os colegas que apresentaram o requerimento de audiência pública.

Um texto subiu agora. O sistema está com problema, porque eu apresentei ontem um requerimento, que não está disponível até agora. E eu queria fazer um apelo para que nós pudéssemos trabalhar talvez com um calendário. Eu não vejo nenhum prejuízo das audiências públicas, desde que fossem trabalhadas num calendário, para que, de trás para frente, nós possamos marcar uma data para o voto.

Eu quero falar da minha principal questão, que é em relação à questão da Bancada Feminina, sim. Eu acho que... Eu vim agora de um encontro sobre paridade; a importância do equilíbrio de gêneros. Nós somos mais de 50% da população. Temos ainda quase 900 municípios brasileiros sem representação de mulheres nas câmaras. E aqui, no Senado, nós chegamos em torno de mais de 18%. Ao retirar a obrigatoriedade de preencher as cotas com o mínimo de 30%, eu vejo um prejuízo para o Brasil. Não estou falando do meu caso, meu mandato vai até 2030, mas eu não estou aqui para tratar do meu mandato, nem da defesa do meu exercício. Eu estou falando de inúmeras mulheres que estão fora da política e cuja representação nós precisamos garantir. O texto é complexo, como é um Código Eleitoral, que reúne diferentes legislações.

Recebi ontem um pedido especial de um debate em relação à questão de violência política.

Acho que é um tema para o qual nós precisamos nos atentar. Tem uma lei específica, eu penso que ele não deveria nem estar tratado aqui no código. É recente e está em processo de discussão.

Estou usando esse tempo só para... Primeiro, quero dizer que eu mantenho o meu pedido de audiência pública. Logicamente, tem vários que podem ser compostos, depende do tema que deve ser abordado. Quero alertar a quem não está acompanhando que não é o principal tema, não é só a questão que nos afeta como mulheres, mas é óbvio que, como é um Código Eleitoral, ele entra em vários aspectos: de composição partidária, de como os partidos vão lidar com o recurso nosso, como é contada a questão de número de votos para mulheres, para negros. Tudo que está organizado no texto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu compreendo a ansiedade do Relator. Eu pedi no Colégio de Líderes várias vezes, antes das eleições municipais, que fosse votado o Código Eleitoral, e o então Presidente resolveu que não teria tempo hábil de debate.

Eu, de igual forma, gostaria de fazer esse pedido e um pedido adicional também. O Senador Marcelo Castro, com esse enorme esforço dele de ouvir, de debate, está construindo um texto. E eu vou repetir o que aconteceu, é lógico que com outra composição, mas a gente faz todo um debate aqui, avança em um texto, chega na Câmara, a Câmara simplesmente ignora o nosso trabalho. Que houvesse um diálogo entre o Presidente Davi e o Presidente Hugo para que eles pudessem tratar de algumas questões que fossem respeitadas no debate.

Em várias situações recentes, o Senado se debruçou em um debate – o último foi inclusive a reforma tributária, todo o esforço do Senador Eduardo Braga – e, quando chegou lá, simplesmente foi ignorado. Que, de igual forma, nesse texto, nós pudéssemos pensar pelo menos numa pauta mínima, porque não adianta fazer todo este esforço: faz audiência pública, constrói um texto e, chega lá, o texto vai para gaveta, e é ignorado todo o trabalho feito aqui.

Então, é uma sugestão técnica de marcar uma data de votação que pudesse dar tempo para essa construção e também que houvesse uma conversa, um diálogo entre as duas Casas. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Rogério Carvalho. Depois, Senadora Soraya. Senador Alessandro Vieira, Senador Eduardo Braga e o Senador Magno Malta chegou agora por último. O Senador Portinho também está inscrito e o Rogerio Marinho está inscrito.

Agora, eu tenho aqui na minha mão um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete pedidos de audiência. São sete pedidos de audiência. Entre os convidados, 18, 29, 13, são mais de cem convidados. Então, é uma situação que, ao meu ver, botar aqui cem convidados numa audiência pública... O que eu proporia é que os que fizeram o requerimento de audiência pública se reunissem e definissem cada um qual o principal candidato, e eu farei a audiência pública sem nenhum problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a consciência que eu tenho a respeito do tema, se tem uma pessoa que não tem ansiedade é o Marcelo Castro, até porque é psiquiatra. Psiquiatra não pode ter ansiedade, senão ele prejudica o próprio cliente dele.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas ele se aflige com a nossa...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Se ainda fosse um cirurgião num pronto socorro, aí tudo bem. Se tem um sujeito, um cidadão, um Senador que é o mais calmo que eu conheci no Senado Federal, eu daria o prêmio a ele. É o mais calmo, mais tranquilo do Senado Federal, o Marcelo Castro.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Ansiedade não significa nervosismo. Ele acabou de fazer uma pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, o que eu proporia, Senadora Dorinha? Que os signatários da audiência pública se reúnam – eu vou fazer audiência pública – e me digam quantas querem que eu faça, que eu farei, e definam os candidatos, porque, como está aqui... Como é que eu vou chamar cem pessoas para uma audiência pública?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Sr. Presidente, a Senadora tem uma sugestão boa, que a gente marcasse a data de votação...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu vou... Ele não vai ler o relatório, o relatório não será lido. Reúnam-se os signatários, façam um requerimento, quantos serão os convidados, para ser uma coisa razoável, porque, como está aqui, não é razoável.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Dessa maneira aqui não vai ter, praticamente, solução nenhuma.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Presidente, vamos fazer as audiências por tema reúne e faz...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sim. Então, vamos fazer...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O requerimento que foi apresentado é por tema.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Olhem: três audiências públicas e, em cada audiência pública, vamos colocar o máximo de 12 convidados – no máximo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Oito? Não. Então serão três audiências públicas com oito convidados para cada audiência pública. Os signatários se reúnem, definem e me encaminhem que eu faço toda semana.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Sr. Presidente, eu estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Será feita, toda terça-feira, às 9h, audiência pública.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Só cuidando para não haver repetitividade.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem.) – Eu queria primeiro, Presidente, fazer justiça. O Senador Marcelo Castro, desde a época que exercia o mandato de Deputado Federal, virou um dos Parlamentares mais estudiosos da matéria sistema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eleitoral, toda questão relacionada a normas que possam garantir que as eleições ocorram com paridade de armas, ou seja, virou um especialista no tema e apresentou projetos, inclusive, muito mais ousados em algumas áreas do que o que está aqui hoje posto. Isso aqui é, na verdade, o retrato do que é possível dentro da compreensão de todas as forças, de todos os Parlamentares sobre o tema. Mas ele é um especialista, ele é um estudioso do tema. Então, a gente precisa, do ponto de vista hierárquico, voltar a dar valor a quem estuda, a quem se dedica a um determinado tema, sem tirar o mérito das opiniões e das compreensões que podem ser agregadas ao trabalho que ele vem fazendo ao longo de mais de uma década sobre a questão.

Então, a sugestão que eu queria fazer vai na linha do que V. Exa. propôs, que é a gente marcar para daqui a um mês – só para concluir aqui – a volta do processo. Mas, veja, se a gente pudesse ler e dar vista daqui a um mês, a gente teria a discussão deste tema. A única divergência que eu tenho aqui é que ele podia ler e a gente dar vista coletiva, abrir por um mês e fazer as três audiências públicas, mas também não tem problema...

Só para concluir. Deixe-me só concluir, Presidente.

A minha sugestão é, então, já que essa questão já foi vencida, eu só estou emitindo uma opinião para gente garantir que não haveria protelação, vista, mas V. Exa. também não vai deixar que protele, certo? Nós temos a garantia de V. Exa. na Presidência. Então, três audiências públicas. Eu acho que, com oito pessoas, não fica produtiva a audiência pública. Uma audiência pública com cinco, seis pessoas... A gente tem que se reunir, tem vários requerimentos de minha autoria e de outros, certo? Três audiências. Acho que três audiências...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Cinco?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone.*) – No mínimo cinco.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – No mínimo cinco.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Cinco audiências?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, no mínimo cinco pessoas.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Cinco pessoas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – No máximo, cinco. Eu acho que, com três audiências públicas, a gente resolve o problema. E aí V. Exa. pauta depois dessas audiências. Agora, é preciso já pautar essas audiências a partir da próxima semana para que a gente possa tratar de um tema que...

Veja, nós reclamamos muito do excesso de discricionariedade da Justiça Eleitoral. No momento em que a gente tem a oportunidade para resolver esse excesso de discricionariedade e trazer para nós a possibilidade de estabelecer um limite sobre o qual a Justiça Eleitoral vai atuar, a gente não pode perder essa oportunidade, que é o que o Senador Marcelo Castro está trazendo para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senadora Soraya.

Em seguida, tem o Senador Alessandro Vieira, o Senador Portinho, o Senador Rogério, a Senadora Augusta.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente Otto Alencar, cumprimento V. Exa. e também aqui declaro os meus sentimentos em relação ao ocorrido.

Senador Vanderlan, parabéns pela eleição!

Cumprimento todos os colegas, todos que aqui estão e reverencio o trabalho do Senador Marcelo Castro, rendo reverências.

Eu gostaria de lembrar e reiterar o pedido das audiências públicas. Acredito que, no mínimo, cinco, porque nós temos temas diferentes para tratar aqui. Um deles é a questão da inelegibilidade; outro é a questão da violência, dos crimes na campanha eleitoral; e outra questão que nos é extremamente cara... Acredito que deva ser cara inclusive para os Senadores homens

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que não devem ter lido os 899 artigos. Fiz questão de imprimir, porque eu gosto de estudar e fazer marcações.

Eu quero lembrar às colegas e aos colegas que, se eu não me engano, o primeiro relatório que foi protocolado na CCJ foi no ano passado, em agosto mais ou menos, foi quando nós da Bancada Feminina tivemos esse primeiro contato com o texto e chamamos o Senador Marcelo. Antes de ter contato com o texto, desde 2021, nós não sabíamos o que precisaríamos discutir. Então, foi ali, bem na época da campanha do ano passado, que nós tomamos consciência do que estava acontecendo. E, desde então, a Bancada Feminina vem procurando o Senador Marcelo, que pacientemente nos escuta, mas nós ainda temos o que discutir.

Eu creio que os Senadores homens não fazem ideia do que está acontecendo com a questão das mulheres na política e, mais uma vez, há a questão de a Câmara ignorar o nosso trabalho. Em 2021, nós votamos o Projeto de Lei 1.951, que tratava já da questão da garantia de cadeiras no Legislativo para as mulheres. Nós votamos, foi uma votação simbólica no Plenário, apenas dois Senadores levantaram a mão e se disseram contra.

E aqui nós estabelecemos, naquele momento, em 2021, antes da campanha de 2022, que escalonaríamos a participação feminina, começando por 18% em 2024 e indo até 30% até o ano de 2040. Ele chegou à Câmara, e houve, inclusive, pedido de urgência para ir direto para o Plenário. Este projeto de lei dormita na Câmara desde 9 de setembro de 2021 – dormita!

E o próprio Senador Marcelo – aqui aspas dele – acabou de dizer: "Quem é mais atingido aqui no meu relatório são as mulheres, são as Deputadas". Então, é realmente por isso, porque eu tenho certeza de que, se os Senadores, homens, que têm consciência tivessem a ciência do que está prestes a acontecer com este relatório, *data maxima venia*, eles não estariam tão calmos assim, porque eu quero acreditar – quero acreditar – que estão do nosso lado, que estão ao nosso lado.

E, se eu fosse marqueteira política, se eu cuidasse disso, eu iria falar para o meu candidato, homem, fazer o seguinte: "Seja você o homem a propor a grande mudança de que o Brasil precisa: a paridade de verdade. Seja você o homem, porque é preciso que um homem faça isso".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso não é um caso para ser discutido entre as mulheres. Isso é uma questão de direitos humanos. Isso é uma questão em que o Brasil está atrasado e muito aquém de países aqui da América Latina, para fazer um comparativo, justamente porque existe uma equivalência cultural. Lembro a todos vocês que o México, um dos países mais machistas, já conquistou a paridade de 50% nos três Poderes. Cuba já conquistou a paridade – Cuba! Nicarágua já conquistou essa paridade. A Bolívia já conquistou essa paridade. O Chile e a Argentina... E o Brasil, o maior de todos da América Latina, o que se diz mais democrático, não quer sequer discutir, porque, se fôssemos pedir e exigir o proporcional da população, nós teríamos de ter 52% de cadeiras femininas. E aí eu teria medo de o feminicídio aumentar cada vez mais, porque iriam querer exterminar as mulheres. Agora, seria muito bacana que fizéssemos 50/50. Estamos aqui discutindo para começar, para pensar em 20%! É aviltante!

É aviltante que nós mulheres tenhamos que comemorar praticamente sozinhas todo mês de março a conquista do voto feminino. Há 93 anos, nós estamos comemorando a conquista do direito de votar, um direito de qualquer ser humano, mas o que me parece é que nós conquistamos o direito de votar nos homens – nos homens!

E eu peço ao Brasil inteiro, a todos os homens e mulheres, porque este não é um assunto de mulherzinha, este não é um assunto da Bancada Feminina, este é um assunto do Brasil... E não é a Bancada Feminina que tem... E, pela primeira vez, estamos absolutamente unidas. Somos 16 hoje. Pela primeira vez, nos unimos, e 16 mulheres param o Senado!

Quero lembrar a vocês que nós estamos aqui – poucas mulheres – discutindo o destino de um país. E estamos experimentando, com todo o respeito aqui, um retrocesso gravíssimo nos direitos das mulheres. Nós chegamos a fazer contas... Porque a gente sabe fazer conta, e muito bem – e muito bem. Nós chegamos aqui a praticamente uma conclusão de que, do jeito que está, é menos ruim do que o novo texto. Então, não há aprimoramento, com todo o respeito.

Nós precisamos discutir, e tudo foi feito sobre nós sem a nossa presença. Nós queremos participar dessa construção, e eu entendo o afogadilho, porque ele começa sempre para chegar um ano antes das eleições nacionais – sempre um ano antes das eleições. E agora é a eleição que nos envolve.

Então, essa mudança seria significativa, mas ela não pode acontecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço que os Senadores, homens, se dediquem realmente e se debrucem sobre este texto, principalmente em relação à questão feminina. Eu ouvi homens falando de inelegibilidade, coisa e tal, mas eu não vi um homem falar sobre o que o texto mais atinge: nós, mulheres, que somos a maioria da população brasileira.

Então, Sr. Presidente, nem que tenhamos que retirar toda essa questão feminina, mas nós, sim, vamos avançar, e a população brasileira, a sociedade civil precisa ter conhecimento e nos ajudar acerca disso, porque nós somos apenas 16 aqui, mas eu conto com o aumento das pessoas em favor de uma dignidade humana mínima. Eu conto que este time aqui, das 16, vai aumentar com a vinda de V. Exa., Sr. Senador Vanderlan, com a vinda de V. Exa., Senador Moro, Senador Alessandro, Senador Rogério, Senador Mecias, Senador... Todos vocês são bem-vindos, Magno.

Estou virando para cá agora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Senador Esperidião Amin, sempre conosco. Senador Rogério, minha Presidente nacional, Renata Abreu, que bom vê-la!

Então, nós vamos todos nos debruçar sobre este texto e conseguir realmente mudar culturalmente o destino desta nação.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Portinho.

Agradeço a V. Exa.

Senador Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Estão inscritos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Queria fazer dois comentários.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Portinho, depois Senador Alessandro; depois está inscrito o Senador Eduardo Braga; depois Senadora Augusta, o Senador Marco Rogério e o Senador Magno Malta também, não é? Marcos Rogério e Magno.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Quero fazer dois registros breves.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Todos vão falar; eu estou falando aqui pela ordem.

Vai lá, Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Senador Otto, Presidente, quero fazer dois registros breves e um pedido.

O primeiro registro é que, se observar esse projeto que veio da Câmara, ele foi de autoria da Deputada Soraya Santos, uma grande mulher, uma grande Parlamentar. E, se eu não me engano, a relatoria também foi de uma mulher na Câmara, não é? Margareth, não é? É bom registrar, porque também é uma grande mulher. São...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Exatamente.

E o fato de a relatoria estar na mão do nosso Senador Marcelo Castro não tem nenhum demérito por ele ser homem, de forma alguma, até porque, aqui a Bancada Feminina, não tenha dúvida, tem apoio em muitos pleitos.

Eu sou sobrinho-neto de Carmen Portinho, sufragista, junto com Bertha Lutz.

Ela pegou um avião e jogou, de um teco-teco, panfletos pelo voto feminino, uma fase da história do nosso país inclusive registrada. Esteve com Getúlio Vargas, peitou e disse que, se a mulher não pudesse, se tivesse que pedir autorização para que pudesse votar, isso não seria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possível. Peitou Getúlio, etc. Então, essa defesa vem na minha raiz, na história da minha família. Então, não se preocupe com relação a isso, Soraya. Mas eu tenho que também registrar que nós devemos defender a igualdade, o princípio maior, que é a igualdade, ainda que tratando de um modo desigual os desiguais, mas buscando sempre a igualdade e o equilíbrio.

Com relação ao meu requerimento, eu queria colocar, Presidente Vanderlan e Presidente Otto, que o requerimento, de autoria inicialmente do Senador Rogerio Marinho e depois assinado, se eu não me engano, por 23 Senadores, faz o pedido de seis audiências públicas. E ele, inclusive, indica aqui os representantes. Eu acredito que haja outros requerimentos. O problema, com todo o respeito, Presidente Vanderlan, é que a CCJ não está numerando, e eu não estou conseguindo enxergar os outros requerimentos. Mas o que eu tenho aqui, que começou com o Senador Rogerio Marinho e depois tem outros 22 subscritores, é um pedido para seis audiências e por temas, temáticas. E, pelo que estou vendo aqui, não tem mais de dois ou três convidados em cada qual.

Por exemplo, ouvir os Srs. Ministros da Justiça Eleitoral, os Srs. Ministros do Supremos é fundamental. Inclusive, nas eleições passadas, nós tentamos ouvi-los, e eles recusaram os convites, né? Agora a gente está se debruçando sobre a elaboração da Lei Eleitoral, que vai valer da maneira como o Congresso dispor dela. Então, a participação do Ministério Público Eleitoral, dos juízes eleitorais e da sociedade civil é fundamental.

Eu sei que o Senador Marcelo Castro, que é um democrata, esteve à disposição para ouvir todos aqueles que o procuraram. Não tenho a menor dúvida disso, só que agora o momento é diferente: nós estamos convocando a sociedade para tomar conhecimento e participar dessa discussão, porque, ao final das contas, o voto é do eleitor.

Então, eu quero encaminhar e, se for necessário, colocar em votação, se não tiver acordo, o requerimento, que são de seis audiências temáticas com três ou quatro convidados – nenhuma delas aqui no nosso pedido ultrapassa esse número –, podendo cada Senador acrescentar mais um ou dois. Não há problema algum, porque teremos, no máximo, cinco.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Portinho, o Presidente Otto teve que se retirar e vai retornar. Assim que ele retornar, ele tomará a decisão de quantas audiências públicas e com quantas pessoas serão feitas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pela ordem, Senador Magno Malta. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Magno Malta, pela ordem.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não, é porque ele me passou a palavra, e eu disse que tem pelo menos quatro antes de mim.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sim.

Agora o Senador Eduardo Braga. Depois, o Senador Marinho, o Senador Magno e a Senadora Leila.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Presidente, se V. Exa. puder se lembrar da minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ah, sim!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Porque já se arrasta há um certo tempo, mas tenho certeza de que é para aguardar o melhor.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu peço desculpa a V. Exa. Realmente, antes o Senador Eduardo Braga estava aqui. É que eu tinha saído...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Com a palavra, Senador Alessandro.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Para discutir.) – Meu Presidente, eu, inclusive, teria o maior prazer de poder ouvir antes o nosso eminente, sempre sábio, Alessandro Vieira. Mas, pedindo vênia aqui aos meus colegas que estão numa discussão bastante acalorada, eu queria conversar com os colegas Senadores e Senadoras sobre a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

experiência que eu tive em fazer nada mais, nada menos do que 85 audiências públicas na reforma tributária.

Presidente Otto, eu vejo aqui uma discussão tão acalorada sobre a audiência pública, e aí corta o coração quando chega no dia da audiência pública, está o Relator, os convidados e as cadeiras vazias do auditório da CCJ.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. *Fora do microfone.*) – Verdade.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Sistematicamente, Sr. Presidente, sistematicamente.

Então, eu queria aqui... Eu compreendo, eu acho que é do jogo político, eu acho que é da esgrima política a utilização dos artifícios regimentais, mas, sinceramente, Sr. Presidente, com uma matéria que já vem se arrastando há tanto tempo e nós temos prazo eleitoral para que ela possa entrar em vigor, seria muito melhor fazer uma ou duas audiências públicas para valer, nas quais os Senadores estivessem presentes, nas quais os convidados mais pertinentes, mais integrados ao tema estivessem presentes, para que a gente pudesse fazer uma audiência pública produtiva. Porque, Presidente, sinceramente, eu, ao presidir 85 audiências públicas nesta Comissão, nesta CCJ, muitas vezes aprendi muito na audiência pública, mas o meu colega que pediu a audiência pública, que sugeriu os nomes para a audiência pública, não participou nem remotamente – nem remotamente – da audiência pública. Sabe, o único objetivo era prestar conta de um movimento político.

Então, aí eu apelo à sensibilidade, ao discernimento de V. Exa., que é um político extremamente experiente, e, obviamente, à habilidade e à capacidade de articulação do Senador Marcelo Castro, para que a gente pudesse fazer duas audiências públicas, mas audiências públicas representativas, em que nós tivéssemos os convidados e os Senadores para fazer um verdadeiro debate sobre um tema tão importante.

Com relação à valorização, à importância da participação da mulher brasileira no processo eleitoral, eu assino embaixo, eu estou do lado, contem comigo. Eu sou um fervoroso defensor da participação da mulher na vida pública. Em toda a minha história, os meus gabinetes são sempre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

montados com uma maioria expressiva de profissionais do gênero feminino. Quando fui Prefeito de Manaus, o meu secretariado tinha uma parte preponderante do gênero feminino; quando fui Governador do estado, de igual modo, porque entendo que a mulher tem muito a contribuir com a sua sensibilidade, com a sua personalidade, com o seu estilo próprio de ver o mundo e de poder reler muitas vezes as questões do cotidiano da vida brasileira, encontrando soluções às vezes simples, mas que são transformadoras. Portanto, fica aqui este apelo.

E ao mesmo tempo, Sr. Presidente, eu pediria a V. Exa. para colocar extrapauta o plano de trabalho que eu apresentei, para que nós possamos apresentar o plano de trabalho para o Projeto de Lei Complementar 108, de que V. Exa. me designou como Relator, e, a partir do plano de trabalho, com a contribuição dos Srs. Senadores, nós começaremos, então, a agenda, inclusive de audiências públicas.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Eduardo Braga, atenderei, como pede V. Exa., a colocação extrapauta, para que V. Exa. possa apresentar o plano de trabalho no Projeto de Lei 108, de 2024. Assim que terminar este debate a respeito do Código Eleitoral, nós passaremos a atender V. Exa., para que V. Exa. apresente o plano de trabalho.

O Senador Rogerio Marinho, que está inscrito...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Fora do microfone*.) – A minha também...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sei, está inscrita aqui. É porque é pela ordem, né?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Presidente, vou já registrar uma moção de...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Alessandro, desculpe!

Ô Rogerio, eu vou caçar a sua palavra e dar para o Alessandro, porque ele ficou... A Senadora Dorinha me pede... Pensei que você tinha saído. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Não, não, não, não largo o posto, não, Presidente. Mas obrigado pelo apoio, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Dorinha está fazendo uma sombra aí porque...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Veja em que situação o senhor me coloca, porque o senhor me obriga a me contrapor ao meu Líder Eduardo e ao meu segundo Líder Marcelo, de uma vez só. Eu ia brigar com um só, vou ter que brigar com os dois – mas brigar no sentido figurado.

Primeiro, uma correção só nas observações que Marcelo fez na sua fala, sempre muito oportuna, muito técnica. Foram apresentados pedidos de audiência em todos os anos desde que esse projeto chegou aqui: apresentei em 2021, apresentei em 2022, apresentei em 2023. Acontece que, e é do Regimento, os pedidos de audiência pública só são pautados quando o projeto entra em pauta. Então, é só por isso que o senhor não teve antes, não foi nenhuma...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Exato, mas é porque a Comissão – talvez seja uma falha da Comissão – só coloca em pauta os pedidos de audiência pública quando o projeto vem para a pauta. Esse é o ponto.

Segundo ponto: eu quero me somar à sugestão apresentada pelo Líder do PL, Senador Rogerio Marinho, que sugere, Presidente, seis audiências, seis audiências divididas tematicamente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Seis, meia dúzia. E me permita, Presidente, descrevê-las: a primeira audiência, para tratar de mudanças pertinentes a partidos políticos; a segunda, para tratar de cotas, sobras e fundos eleitorais; a terceira tratará de registro digital de votos, contagem pública, materialização do voto; a quarta, desincompatibilização e inelegibilidades; a quinta, sobre uso de tecnologia e redes sociais nas campanhas eleitorais; e a sexta, crimes eleitorais e divulgação de fatos inverídicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parece-me uma divisão racional. Nada impede que V. Exa., como Presidente, reordene isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Poderíamos fazer três, colocando dois temas na mesma audiência.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Desde que nós tenhamos a paciência e a capacidade de deliberar, no próximo encontro...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu posso marcar, na próxima terça-feira, 9h, dois temas, na outra terça mais dois temas, na outra mais dois temas. Chegarei aqui às 9h e ficarei até o final.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Porque senão nós vamos passar seis semanas fazendo audiência pública. É uma matéria que está aí desde 2021, se não me engano.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – É, mas é uma matéria que agrega. Parece-me um bom encaminhamento e a liderança é de V. Exa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – E registro de presença dos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Exatamente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Ficar até o final.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Sr. Presidente, essa sugestão do Senador Alessandro é muito boa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Três audiências.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Nós faríamos três audiências e poderíamos votar essa matéria no dia 7 de maio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Três audiências, cada audiência dois temas. Dá para debater os dois temas aqui.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – E me permita, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu acato aí o encaminhamento, faremos dois temas em cada audiência.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – E poderíamos votar no dia 7 de maio. Seriam quatro semanas até o dia 7 de maio, três para fazer audiência e mais uma semana.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Mudei de lugar para facilitar o trabalho de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Numa Comissão, as decisões são de ordem coletiva. Eu vou atender o que a maioria decidir. Agora, a meu ver, a meu sentir, seis audiências, uma por semana, vão ser seis semanas debatendo esse tema.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – A ordenação é de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então nós podemos fazer três audiências públicas, terça-feira, começando 9h, até o final ficarei aqui, e nós teremos dois temas para audiência pública.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É só identificar os dois temas e eu farei.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – E me permita só completar essa colocação, Presidente: seguir a ordenação, Presidente, aqui, para facilitar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Pela ordem.) – Eu queria só sugerir que, para todos os nomes que nós apresentamos, houvesse uma composição para, de acordo com o tema, também ser plural, né?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É, exatamente. Nós podemos colocar por audiência pública oito nomes, quatro de cada tema, para debater.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Uma sugestão de encaminhamento, Presidente, que V. Exa. defina quais serão os temas de cada semana e abra um prazo, que pode ser de 24 horas, para que o Colegiado apresente os nomes.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, eu posso fazer até melhor. Os Senadores signatários das audiências públicas me encaminhem os temas, "na próxima terça serão esses dois temas", "na outra serão esses", e eu acato. É só fazer a reunião e me encaminhar, porque eu não vou escolher o tema. Quem vai escolher o tema serão os Srs. Senadores e Senadoras que encaminharam os requerimentos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito, e para apresentação de nomes...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está certo? Então eu estou aqui pronto. O Ednaldo receberá as indicações dos nomes e nós teremos, na próxima terça-feira, a primeira audiência pública com oito nomes, quatro nomes para cada tema e faremos três audiências públicas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Prazo para indicação dos nomes, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Hum?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Prazo para indicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Até quarta, quinta, ele me encaminha e eu já encaminho as solicitações.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – E para encerrar a minha participação, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ednaldo, você fica responsável por pegar esses nomes e, na próxima terça-feira, 9h da manhã, começamos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Eu quero conduzir aqui para o nosso Relator, Marcelo, o mesmo apelo que eu fiz no começo a V. Exa., apelar para o caráter médico, não do legislador, mas o médico.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Existe um ponto específico que vem do projeto original e que permanece no seu relatório, no tocante à inelegibilidade de determinadas carreiras, o afastamento compulsório, uma moratória de quatro anos para determinadas carreiras, policiais, juízes, promotores deveriam se afastar, a teor do relatório, por quatro anos, de quarentena. Eu peço uma reflexão de V. Exa. porque esse tamanho de segregação para determinadas carreiras me parece fortemente inconstitucional e insuficientemente justificado.

E digo por quê? O diagnóstico não está longe da realidade, não. É preciso evitar a manipulação de carreiras, é preciso evitar o abuso de poder em determinadas carreiras que possam ter um resultado eleitoral. Concordo com o diagnóstico, mas o remédio é violento demais. Quatro anos de afastamento? O cabo da Polícia Militar de Picos é mais relevante politicamente do que o de Prefeito? O Prefeito, na cadeira, pode se candidatar; o cabo tem que se afastar quatro anos antes, o guarda municipal.

Então, assim, eu concordo. O diagnóstico está certo. Existe a manipulação em determinadas carreiras, existe abuso de poder econômico, existe abuso de poder político e o relatório está trazendo, para isso tudo, multa, salvo uma figura etérea da gravidade, porque não está definindo o que é a gravidade. Então, compra de voto não caça o mandato, a não ser que defina a gravidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nexo causal com o resultado. Mas o soldado de polícia não pode ser candidato a não ser que abra mão da patente quatro anos antes. Então, existe uma dissonância entre o diagnóstico correto, que temos que melhorar, punir os abusos, e o remédio aplicado, que é afastar cidadãs e cidadãos brasileiros honestos, enquanto eu estou reduzindo o prazo de inelegibilidade de quem comete crime. Porque, também, esse texto traz a mesma coisa que está no projeto que foi apelidado de Ficha Suja, indevidamente apelidado, mas foi o apelido, não me lembro do nome do projeto agora, que é para reduzir prazos de afastamento de quem comete crimes.

Justamente por isso que é importante a audiência pública porque a sociedade participa de forma mais ativa. A audiência pública não é só para o Senador, é para a sociedade, para ela se apropriar do conhecimento que estamos discutindo. É uma lei imensa, está agregando, salvo engano, cinco ou seis diplomas longos. Tem impactos, tem vários artigos que, aparentemente – há algumas correções já feitas por Marcelo – são flagrantemente inconstitucionais, conforme decisões já tomadas pelo Supremo. Pelo menos cinco ou seis pontos já foram apontados como inconstitucionais pelo Supremo anteriormente, ele está retornando nesse texto.

Então, essa reflexão é importante. Que as audiências aconteçam com a tranquilidade, com a qualidade, a duração e a presença, evidentemente, de todos, mas que V. Exa. já comece um processo de reflexão com relação a esse afastamento, que me parece exagerado, de carreiras que têm cedido bons nomes, diga-se de passagem, à política brasileira. Como a medicina nos cedeu bons médicos, a magistratura, a polícia vem cedendo bons Parlamentares, acredito eu, desde que tenha uma limitação para que a gente possa ter esse trabalho. E, dito isso, não me afeta, porque eu já estou aqui – então, não me afetaria –, mas afasta indevidamente gente de bem enquanto a gente está reduzindo a punição, reduzindo a dificuldade, para quem trabalha do lado, vamos chamar assim, negativo da política e do crime.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Senador Rogerio Marinho com a palavra.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Presidente, agradeço a gentileza de V. Exa. de me conceder a possibilidade de me pronunciar nesse ilustre Colegiado e de dizer que as discussões que antecederam a minha fala já me contemplam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que nós podemos convergir para três audiências. V. Exa. poderá mediar uma possibilidade de termos os temas convergentes, conversando com os outros signatários de proposições nessa linha. Faremos as audiências nas semanas subsequentes, dentro do ordenamento que V. Exa. já anunciou – acho que há concordância do próprio Relator – e, em seguida, iremos ao voto. Então, quero elogiar, também, o trabalho do Relator, porque, quando a gente quer bater em alguém, primeiro a gente elogia. Então, Senador Marcelo, V. Exa. fez um enorme e brilhante trabalho, mas nos permita a possibilidade do tempo para refinarmos ainda mais o seu trabalho.

Mas me desculpe trazer aqui um tema, e de forma muito rápida, que me chamou a atenção hoje. Aqui é a Comissão de Constituição e Justiça do Senado da República, Senado que tem como nosso patrono Ruy Barbosa. Hoje fui surpreendido com uma notícia – eu acho que alguns leram; os que não leram ainda, por favor, se debrucem sobre ela – de que há um pedido de prisão preventiva contra o Presidente Bolsonaro. E o fundamento dessa prisão é uma completa aberração jurídica, né? Diz-se que o fato de o Presidente convocar manifestações a favor da anistia oferece risco à ordem social.

Ora, a anistia é um preceito, é um fundamento constitucional. E me permitam: "é livre a manifestação do pensamento...", que é o art. 4º, desculpe-me, é o inciso IV do art. 5º da Constituição. "VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença...", "IX - é livre a expressão da atividade intelectual...", "XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização..." E por aí vai.

Sr. Presidente, isso é tão grave que o Ministro Alexandre de Moraes, que hoje está sendo contestado – claro que alguns concordam, outros não, mas está sendo contestado, porque, na minha opinião, e quero dizer isso aqui de público, ele não tem a imparcialidade necessária para conduzir esse inquérito –, dá mais uma demonstração de que conduz de forma, eu diria, enviesada esse processo contra o Presidente Bolsonaro. Ele recebe essa manifestação...

E eu quero, inclusive, dizer que as pessoas que fazem, arguem alguma coisa ao Judiciário têm o meu apoio, porque na Constituição qualquer um pode ir à Justiça.

Agora, o Ministro, que é professor de Direito Constitucional, não arquivar de pronto essa representação, mandar para o Ministério Público, com um prazo de cinco dias para manifestação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– já faz 16 dias –, onde se pede a prisão ou medidas cautelares para evitar que o Presidente Bolsonaro peça anistia, se reúna livremente com a sociedade, fale sobre liberdade, reclame contra o arbítrio, contra o totalitarismo, contra a prepotência.

Se o país, se o nosso país, se o Brasil está com essa sombra, com essa mancha, que ela não seja indelével, que nós possamos aqui sensibilizar os nossos pares e, por sua vez, a sociedade, que, por sua vez, pressione esse Supremo Tribunal Federal, já que ele é um órgão político – é o que é dito pelos Srs. Ministros: é um órgão político –, para que ele entenda que a opinião pública repudia o totalitarismo, o arbítrio, a tentativa de calar, de emudecer, de tentar intimidar a população brasileira, porque é disso que se trata.

Foi o mesmo método com o Deputado Eduardo Bolsonaro. A manifestação de um pedido feito, inclusive, pelo Partido dos Trabalhadores também, naquela oportunidade, para se cassar o passaporte de Eduardo Bolsonaro, porque ele estava reclamando contra a arbitrariedade que acontecia no país.

O Sr. Alexandre de Moraes manda para o Gonet pedindo cinco dias de manifestação a respeito de um tema ao qual não deveria sequer ser dado seguimento. E se mantém uma espada na cabeça, como se fosse uma ameaça, uma intimidação. Isso é intolerável no regime democrático, no império da lei. Então, ou a lei é boa para mim e para o meu inimigo, ou essa lei não serve para ninguém. E a Constituição tem que ser o manto que nos cobre a todos, independente do que pensamos, da ideologia que professamos, do nosso gênero, Senadora Soraya, da nossa vontade, da nossa determinação, de quem nós somos.

Então, desculpe a manifestação que faço aqui neste momento no Plenário da CCJ, mas é grande a minha indignação, porque me parece que há uma escalada no sentido de se cercear, de se limitar e de se tentar inibir o que há de mais sagrado na sociedade brasileira que é a liberdade de expressão, o livre-arbítrio.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Senadora Augusta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em seguida, o Senador Magno Malta; depois, o Senador Marcos Rogério – que está inscrito –, o Senador Girão e o Senador Amin.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Pela ordem.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu posso falar também aqui, da mesma forma, para elogiar o nosso Relator e dizer que eu também apresentei um pedido de audiência pública. Isso não descredencia todo o trabalho que vem feito pelo Relator Marcelo Castro até o momento – e quero parabenizá-lo por ouvir e por ir até a Bancada Feminina –, mas eu ainda sinto a necessidade de que a gente possa ter essas audiências públicas. A defesa que eu ia fazer no sentido de que elas aconteçam já foi até acatada. Nessas que são três audiências públicas, que a gente possa botar os dois temas para elas acontecerem, e que a gente realmente possa participar.

Eu estive aqui presidindo uma audiência pública, a pedido do nosso querido Relator da reforma tributária, e realmente só ficam o Relator e os convidados – a gente não vê essa participação. E é muito importante essa participação de todos e todas, para que a gente possa verdadeiramente fazer, porque a gente aprende muito... Eu aprendi muito quando eu estive aqui, tendo a oportunidade de ouvir.

Essa audiência pública que eu estou aqui defendendo no meu requerimento, que já foi até acatado, era só para reforçar o pedido e a fala aqui tanto da Senadora Dorinha, como da Senadora Soraya, que me antecederam, e dizer da importância que elas têm para que a gente não tenha nenhuma dúvida, porque, no momento, eu ainda tenho dúvida de se o que está no relatório é um retrocesso – no que traz a questão da participação feminina, sobretudo – ou um avanço. Então, preciso tirar e esclarecer ou apresentar uma emenda, se assim for necessário, se a bancada ou se eu individualmente achar que precisamos dessa emenda, mas a gente precisa que essa discussão seja ampliada.

Era para fazer essa defesa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço à Senadora Augusta Brito e passo a palavra ao Senador Magno Malta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, este é um debate absolutamente interessante e necessário para o país.

Algumas coisas que eu iria falar seria chover no molhado, até porque a proposição de emenda do Líder da Oposição, o nosso Líder Marinho, especificando os assuntos e os pedidos de audiência – porque uma matéria com essa dimensão, vivendo numa época, em dias em que a internet está em vigor e não volta atrás –, é necessária até para que os operadores do Direito tenham conhecimento dos pormenores. Num processo eleitoral, você tem que ter um advogado que conheça profundamente a matéria, porque senão nós padeceremos no paraíso por falta de conhecimento, em função de tantos artigos que têm essa proposição.

O Senador Marcelo Castro é diligente e também paciente na discussão, no debate. Acho que essa aceitação de que nós tenhamos um debate, porque há pontos importantíssimos aqui, como falou o Senador Alessandro... É o cúmulo do absurdo alguém que está preso por corrupção, sai candidato a Prefeito e ganha a eleição preso, e é empossado preso – Vereador é empossado preso –; agora, se o cara é cabo da polícia e sai candidato a Vereador, tem que renunciar, porque, se ele não se reeleger, não volta mais para a polícia, que é a profissão dele. Ora, será que esse cara ficou tão ruim só porque teve um mandato? Isso é denegrir a própria política em si. O cara piorou lá na política. Ele não pode voltar para corporação. Eu acho que nós precisamos realmente debater esse tema com muita profundidade.

Vejam a colocação que fez o Senador Marinho com relação à imparcialidade de Alexandre de Moraes com esse inquérito chamado por mim agora de inquérito Matusalém: longevo, longevo. Há uma provocação de uma Vereadora de Pernambuco. Ora, de pronto, o PGR tinha que mandar arquivar.

Estou aqui do lado do querido Senador Marcos Rogério, homem que me convenceu a receber o Gonet no meu gabinete, pelo saber jurídico dele, pela amizade, pelo respeito, e eu atendi. Mas todos esses comportamentos dele são avessos ao que ele falou comigo, trancado dentro da sala, no meu gabinete, e eu não tenho nada a esconder. Ele mentiu – ele mentiu.

Então, veja como esta coisa funciona: um provoca, o outro recebe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ora, onde está escrito que o Presidente, ex-Presidente Jair Bolsonaro, não pode falar de liberdade, não pode fazer a sua manifestação e não pode contestar publicamente aquilo que vem ocorrendo sistematicamente há anos? Eu não sei – assim, é uma coisa impressionante – como esse homem ainda está de pé e fazendo um debate depois de tudo que vive a cada meia hora, a cada cinco minutos, a cada segundo, um ataque sistemático. Então, é uma coisa muito sem sentido, muito sem cabimento, absolutamente.

O homem que dá um passo atrás, como o Gonet, na questão da Débora – e nós estamos vivendo a "deburocracia" do batom aqui... Ele dá um passo atrás e a mulher pode cumprir 14 anos dentro de casa. Mas e os outros? Têm que cumprir 14 anos no presídio, 17 anos no presídio?

Quando a gente pensa que é uma coisa sensível, humana, que é a humanidade se apresentando publicamente, saindo do âmago do indivíduo, aí vem uma outra coisa como essa.

Então, é para revelar a nossa indignação com isso.

E aqui eu evoco o Apóstolo Paulo: "Não vos conformeis com este mundo, mas transformai-vos pela renovação do vosso entendimento".

Então é preciso que nós debatamos sim. Existem pontos que são nevrálgicos, sensíveis: volto à questão dos policiais, volto à questão do voto impresso, auditável. Precisamos debater. Quem é a favor é a favor, quem é contra é contra. Mas quero concordar também com o Senador Eduardo Braga. Só que, no debate, ele ouviu todo mundo, ouviu todo mundo no gabinete, ele não se negou a ouvir ninguém. Eu mesmo liguei para ele duas, três vezes. Mas havia uma coisa interessante: é que os setores, eles pediam para ser ouvidos. E ele, como Relator, ouvia os setores. Aqui é diferente. Quem está pedindo a audiência tem que estar presente, porque não tem sentido você pedir uma audiência como essa, para debater um assunto de tamanha sensibilidade e com tantos artigos, Senador Vanderlan – com tantos artigos –, que seja feita a toque de caixa.

Então é necessário realmente que haja as audiências públicas, é necessário que pessoas especializadas... Até abertas ao público que opera o direito, que gostaria de estar aqui para poder ouvir, para poder entender, porque com tantos artigos, certamente eles vão ter que mudar, até porque a legislação no Brasil, o ordenamento jurídico já não existe. Nós estamos falando de uma lei eleitoral que a gente não sabe nem se vai valer, porque o ordenamento jurídico e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constituição, que está aqui já há tanto tempo, já não operam mais, porque o Supremo se tornou uma casa política – palavra dita por eles, reafirmada pelo Presidente daquela Casa.

De maneira que eu faço minha a fala do meu Líder Rogerio Marinho, com a concordância de outros Senadores que me antecederam aqui, com relação às audiências públicas.

Senador Otto, Bahia, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Senador Marcos Rogério, com a palavra.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Senador Otto Alencar, eu cumprimento V. Exa. por este debate que se estabeleceu em cima de um tema que é um tema acessório, que é a discussão do requerimento que trata das audiências públicas.

Aqui tem um requerimento, que eu subscrevi, um requerimento do Senador Rogerio Marinho, em que ele coloca a proposta de seis audiências. Na verdade, são seis eixos a serem discutidos no âmbito dessas audiências: mudanças pertinentes aos partidos políticos; cotas, sobras e fundos eleitorais; registro digital de votos; contagem pública e materialização do voto; desincompatibilização e inelegibilidades; uso de tecnologias e redes sociais nas campanhas eleitorais; e crimes eleitorais e divulgação de fatos inverídicos. Esses são os seis eixos que estão dentro desses requerimentos a serem discutidos.

Eu acho que é uma reforma ampla, profunda, e a gente tem, já há muito tempo, tentado fazer uma reforma eleitoral que não seja aquela que você faz e, na primeira eleição seguinte, você já queira reformar de novo. Então, se você vai fazer uma reforma eleitoral com essa profundidade, sem o debate necessário e sem o conforto necessário para quem está discutindo... Eu digo conforto no sentido de compreender a extensão do que você está fazendo e o resultado que vem depois. Porque nós fizemos a última reforma – e eu me lembro –, em que foram estabelecidas ali as regras com relação à questão das sobras eleitorais... Daqui a pouco nós estaremos diante de uma situação judicializada, em que a composição desse estado ou daquele estado será modificada, porque a interpretação dada pelo TSE será uma – e que eu, particularmente, já acho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

equivocada –, mas a decisão depois tomada pelo Supremo Tribunal Federal também acabará por desfazer aquilo que o Legislativo fez. Então, quando se tem uma reforma sem a necessária discussão aprofundada do tema, o risco de a gente errar é muito maior.

Eu acho que esse é um tema que não é um tema para ser trazido numa reunião como esta e simplesmente se votar. É preciso realmente destrinchar cada eixo de conteúdo para a gente ter a segurança necessária e a previsibilidade de como isso vai se dar no curso das eleições, sejam elas eleições municipais ou a eleição estadual e nacional. Por isso, eu quero também advogar a tese da necessidade dessas audiências públicas com especialistas, com convidados, para nos ajudar no debate desses temas.

E o Senador Alessandro falou aqui da questão dos militares. Esse é um efeito colateral dos últimos episódios que nós tivemos no Brasil. E, como resposta, vem uma medida como essa, e aí erra na dose. A gente critica tanto, às vezes, medidas desproporcionais do Judiciário aqui ou acolá, mas o Legislativo também comete isso. Veja uma resposta como essa. Em cima de uma situação que gerou críticas, o Parlamento de repente cria uma regra em que se estabelece um critério muito rigoroso para uma categoria em detrimento de outras, que às vezes têm até mais vantagens do que o próprio militar. Isso é uma anomalia do processo, por isso a necessidade de uma discussão ampla, profunda, estruturada, com quem tem realmente capacidade de nos ajudar a auxiliar na formação da melhor decisão.

Eu concluo, Sr. Presidente, aqui, para não ser extensivo, apenas fazendo um registro, porque nós estamos em sede da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. E o que o Senador Rogerio Marinho mencionou agora há pouco em relação a esse pedido que está no Supremo Tribunal Federal é algo que tem que nos preocupar a todos. O Supremo Tribunal Federal mudou pelo menos quatro ou cinco vezes o entendimento em relação à regra de prisão no Brasil. A regra de prisão a partir da segunda instância, pelo menos quatro ou cinco vezes, já foi modificada. Em 1991, o Supremo Tribunal Federal, mesmo diante da Constituição de 1988, disse que a execução provisória da pena era possível a partir do segundo grau. De lá para cá, outras quatro vezes isso foi mudado. E a última foi em 2019, quando o Supremo sustentou a tese da presunção de inocência até o trânsito em julgado da decisão; ou seja, se você considera presunção de inocência até o trânsito em julgado, os direitos civis de quem é processado não são suprimidos na fase de instrução da matéria; eles não são negados nessa fase, que é uma fase

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante do processo. Portanto, o pedido em si já é uma agressão ao chamado devido processo legal, mas, ao encaminhar um pedido como esse para a Procuradoria-Geral da República, é uma demonstração de que nós vivemos tempos difíceis, tempos sombrios, em que o direito é negado. O devido processo legal me parece mais uma exceção do que uma regra.

Então, eu estou também fazendo coro a essa fala para advertir que isso é algo que atenta contra garantias constitucionais da liberdade de expressão, manifestação do pensamento, do direito de defesa! A ampla defesa é uma garantia constitucional a todo cidadão brasileiro.

Quando você diz a alguém: "Olha, eu estou te denunciando porque você está chamando o povo para participar de manifestação livre, democrática, mas estou te denunciando aqui porque isso aí está indo contra aquele processo que te denuncia por crimes A, B, C e D."... Ora, aceitar isso como válido dentro do Estado democrático de direito é aceitar que, desde a denúncia, o acusado já perde os seus direitos, e isso é uma agressão à Constituição Federal, que considera até a decisão final a presunção de inocência, referendada inclusive pelo Supremo Tribunal Federal.

É apenas essa observação, agradecendo a V. Exa. a consideração do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Marco Rogério e passo a palavra...

Senador Marcelo Castro, V. Exa. queria fazer alguma observação à fala do Senador Marcos Rogério?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Eu queria... Presidente, nós já ouvimos todos aqui, e eu queria fazer uma sugestão de cronologia.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ainda tem uns Senadores para falar.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Tem?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tem.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Ah! Desculpem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador, a mudança da data é por causa da Semana Santa? É isso?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, o que eu sugeriria...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Seria no dia 14, por sugestão da Senadora...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... a V. Exa. e a todos aqui seria o seguinte: nós faríamos a audiência pública na próxima terça-feira, dia 8; e as outras, depois, nos dias 15 e 22 – três terças-feiras.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Certo.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – No dia 30 de abril, eu leria o relatório, e, no dia 7 de maio, nós votaríamos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Porque tem Semana Santa no meio do caminho aí, segundo a Senadora Dorinha.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois é, está no meio.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Pela ordem.) – Eu queria fazer uma proposta...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – E o 1º de maio!

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Olha, a primeira coisa é a base. Nós vamos fazer uma audiência pública imaginando que ela possa contribuir com o relatório. Se ela termina numa semana e a semana seguinte é uma semana de feriado, como haverá tempo de o Relator apreciar? Porque não adianta a gente fazer de conta e fazer audiência pública que não possa contribuir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, eu não tinha me lembrado da Semana Santa. Então, ficaria no dia 7 de maio.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Em 14 de maio...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ficaria no dia 14 de maio.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Ficaria em 14 de maio.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, em 7 de maio, eu leria o relatório...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Certo.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... e, no dia 14, votaríamos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – No dia 14, vai à votação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Todos concordam?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu acho que está certo, mas poderia ser dia 30 também.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Eu gostaria de fazer uma ponderação, Sr. Presidente, com todo o respeito a quem pensa diferente. O senhor sempre foi muito sereno aqui e está conduzindo de forma exemplar esta Comissão, mas eu me preocupo muito... Só um requerimento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero lembrar às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que só um requerimento assinado por 23 Parlamentares pede seis audiências públicas temáticas. Eu tentei juntar aqui, sinceramente, alguns temas, mas não consegui, porque são distintos. Então, eu acredito que, como é um assunto tão importante, ninguém quer aqui, absolutamente, procrastinar. Queremos deliberar sobre isso, e eu não vou entrar no tema hoje. Tenho divergências aqui em muitos pontos, mas a gente precisa ouvir quem vai ser atingido. A gente precisa ouvir a sociedade, por exemplo, que entrou com mais de um milhão de assinaturas na Lei da Ficha Limpa. A CNBB se manifestou, por exemplo, de forma firme, contra essa mudança, e ela precisa estar aqui conosco.

Então, Sr. Presidente, eu estava conversando agora com o Senador Rogerio Marinho, nosso Líder da Oposição, e acredito que, se a gente fizer... Olha, só um grupo pediu seis – fora o das mulheres, da Bancada Feminina, fora outros. Eu acredito que, se a gente fizer cinco audiências públicas, Sr. Presidente, daria para juntar de forma temática essa questão... Estou falando disso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Aí vamos votar no segundo semestre.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, vamos não, de jeito nenhum. Eu acho que tem que sair um compromisso daqui...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não tem como. Já foi decidido: três audiências públicas com dois temas. Já foi decidido já aqui por todos. Todos decidiram.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então nós vamos fazer três audiências públicas com dois temas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Foi decidido, mas tem divergência.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, nós já tínhamos decidido e eu coloquei para os Senadores. Todos concordaram em ter três

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

audiências e dois temas por cada da audiência. Foi isso que ficou acordado aqui. Para fazer seis audiências públicas, nós vamos passar praticamente dois meses fazendo audiência pública de uma matéria que está aqui desde 2021. Se fosse uma matéria que tivesse chegado agora... Vai ter discussão, vai ter pedido de vista. Espera aí, não tem como. É melhor não votar a matéria então.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, a gente quer votar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não votar a matéria, deixar sem votar a matéria.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Primeira audiência...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É para ser votada em 14 de maio. Ainda pode pedir vista quando for ler o relatório.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu só queria fazer essa ponderação, Presidente. Cada palestrante falando dez minutos...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Isso vai ser decidido por maioria. Todos os Senadores estão no direito de apresentar emendas a isso, derrubar ou não o relatório do Castro. Isso já foi decidido, serão três audiências que já estão marcadas. Estão marcadas três audiências públicas, eu não vou abrir mão. Dias 8, 15 e 29.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Nove de maio.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Dias 8, 15 e 29, nós vamos ter três audiências públicas com dois temas.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Tudo em abril?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, 15 tem um feriado. Dia 15 vai ter um feriado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, não tem feriado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas não vai ter?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, não vai ter feriado.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Na Semana Santa, não vai ter aqui, vai ser semipresencial. É o que antecede a Semana Santa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, mas é dia 18, não é isso? A Sexta-Feira Santa?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Vamos ter...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sr. Presidente, só a título...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... três audiências públicas, e eu espero que os Senadores signatários compareçam, porque, na minha experiência em audiência pública, os primeiros signatários nunca comparecem.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu quero, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Isso aqui já é uma rotina no Senado Federal. Portanto, nós teremos três audiências públicas...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... dia 8, com dois temas, dia 15 e dia 29. Senador Girão, que eu respeito muito, já tinha sido decidido isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, se o senhor está decidindo, eu respeito a decisão. Quero só manifestar o meu protesto, porque eu acredito que não dá para fazer um debate à altura de um tema tão importante e estruturante como esse que a gente vai debater aqui. É um tema polêmico. que envolve impacto em vários setores da sociedade e a decisão é essa. Eu quero manifestar apenas que eu não concordo, que eu acho que não vai ser bom, que a gente não vai conseguir chegar a um denominador comum.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Para ajudar...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Amin; depois, Senador Portinho. Ele estava inscrito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu só gostaria de reiterar o que eu falei há pouco, até com um pouco de humor, tentando aliviar um pouco as tensões sobre o desempenho, sobre a performance do Senador Marcelo Castro. Como eu disse, há dez anos nós terçamos armas, ou seja, discutimos, nem sempre concordamos, mas eu não posso deixar de assinalar que em todas as ocasiões... Vamos começar pela minirreforma eleitoral. Vamos começar pela minirreforma eleitoral. Dando razão aqui ao Senador Marcos Rogério, essa não pretende ser uma mini. Mini é aquela que é feita para a próxima eleição. Nós queremos que esta seja mais longeva. Queremos. Então, nós temos que aperfeiçoar.

O Senador Marcelo Castro, em todos os momentos, foi absolutamente democrático. Mesmo não concordando com a tese, até com veemência, permitiu o debate. E nesse caso também, não é? Eu fui um daqueles que teve a oportunidade de conversar com ele e levar ponderações a respeito da emenda. Se ele não aceita, não tem problema nenhum, vamos continuar lutando. Mas quero enaltecer o seu espírito de tolerância e espírito democrático de respeitar a opinião alheia muito embora não concorde com ela.

Agora, realmente, por ser uma reforma eleitoral no nosso desejo mais duradoura, ela não pode deixar temas polêmicos sem esgotá-los. Não vou falar sobre o direito das mulheres. Eu sou comprometido de nascença, porque nasci em Santa Catarina, o único estado feminino do Brasil, que tem como seu maior vulto histórico Anita Garibaldi, Antonieta de Barros...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, esse é admirador delas.

Mas há temas realmente conflitantes. Eu reapresentei a emenda do voto auditável. Claro. Por que não? A Índia, com 1 bilhão de eleitores – 1 bilhão de eleitores –, faz uma eleição de seis semanas com voto auditável, em urna eletrônica com voto auditável. Seis semanas para votar, porque são várias votações – 1 bilhão de eleitores. Então, o Paraguai faz... Na Venezuela, até o Maduro debochou do Brasil: "Aqui o voto é auditável". Magno Malta, você não pode falar mal de tudo no sistema eleitoral venezuelano. O voto é auditável. Ele não deixa ver as atas, mas o voto é auditável e ele debochou do Brasil, fez uma gozação em cima de nós. Então, por que não auditável? Porque, sem auditabilidade, ninguém usa urna eletrônica. Todos os que usam... E não vão querer agora me prender porque eu estou dizendo isso, não é? Porque juízes estão sendo admoestados se disserem que o sistema eleitoral não é perfeito. Não é perfeito, ele tem que ser aperfeiçoado.

É claro que a urna eletrônica, que nasceu em Santa Catarina, na cidade de Brusque, em 1988, é um grande avanço em relação ao voto de papel. Agora, não é perfeita e tem que ser aperfeiçoada. Cada vez que ela transmite o dado, cada vez, Senador Girão, que sai o dado de uma urna que não tem conexão digital, na hora que sai, ela entra no mundo digital. Então, o sistema tem que ser aperfeiçoado. E nós só estamos pedindo que o voto seja auditável por quem vota, não por quem vai escrutinar. Então, o tema é polêmico.

Só quero lembrar – para concluir – que eu orientei a votação da derrubada do veto, que a Presidente Dilma vetou esse mesmo texto que entrou na minirreforma eleitoral. Eu orientei na Câmara, foram 422 votos a 7, Deputada Soraya. Só sete votaram contra a auditabilidade do voto – 422 a 7 –, Carlos Portinho. E aí uma narrativa, que começou na Procuradoria-Geral da República, denunciando que aquilo permitiria que se descobrisse o voto da pessoa, e o Supremo conseguiu sepultar o que ele não desejava. Mas agora nós estamos voltando. Pode passar e pode não passar, porque as circunstâncias políticas são outras. O senhor que gostava de cabelo enroladinho, agora gosta de cabelo liso, é um direito que tem, quanto a isso e quanto a qualquer ideia, mas eu acho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que esse assunto tem que ser antecedido por um debate. Por exemplo, um debate de quem é contra e um debate de quem é a favor, respeitada a votação final.

Por isso, eu creio que essas audiências públicas têm que ser muito bem disciplinadas no tocante à diversidade de quem vai estar presente. Seja a favor da minha ideia ou contra, mas é esse debate que pode enriquecer para que esse período, Senador Marcelo, entre hoje e o dia 7 de maio. Depois eu vou procurar saber quem é o padroeiro desse dia, no seu relatório final, que eu tenho a impressão de que Santo Agostinho, São Tomás vão permitir que o senhor se arrependa de alguns equívocos do relatório de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero contribuir aqui nesse grande acordo. Não quero de forma alguma atrasar. Esse projeto tem que ser votado até junho na Câmara, não é? Como V. Exa. considera que são dois temas por dia e, a nosso pedido, eram seis temas em seis dias, a minha sugestão é que a gente inclua, em cada dia, dois temas de acordo com o requerimento.

Ele quer tratar os temas... Vou entrar nos temas. Não sei se são os mesmos que V. Exa. imagina, mas a título de sugestão: partidos políticos, cotas, sobras e fundos eleitorais e cotas – a questão feminina é pujante. Até aqui a presença da Deputada Soraya Santos, que eu elogiei sem estar presente, então tem um valor maior.

Registro digital de voto e uso de tecnologias e redes sociais: pode ser no mesmo dia, inclusive, os itens 3 e 5 do nosso requerimento. Fala um pela manhã e um à tarde – minha sugestão.

Desincompatibilização, inelegibilidade e crime eleitoral.

Então, assim, são seis temas do requerimento que eu acho que abrangem todo o universo do que vai ser debatido. E a minha sugestão é que sejam agrupados dois temas por dia, às terças-feiras. E aí eu apenas ia pedir para a gente tirar da data do dia 15, porque quinta e sexta já são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

feriados aqui no Senado e quarta-feira santa – não é por nenhum desprestígio... mas a quarta-feira é uma data que não tem atividade, não é? Vamos falar a verdade! Historicamente, não que eu queira, não...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Historicamente!

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Na Bahia, tem quarta-feira santa, Sr. Presidente? (*Risos.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A vida como ela é! Vamos lá! Então, a minha sugestão...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Acho que não tem...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A minha sugestão...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas as pessoas voltam para suas bases. A partir de quinta-feira, já tem lá os eventos sacros.

A minha sugestão é que começássemos no dia 8 e em 22 e 29...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, Senador Marcelo, pode fazer até durante o feriado, eu vou participar, porque é audiência pública, vou estar em missão do Senado fora do país, acompanhando a cruz da primeira missa no Brasil, que vai chegar aqui ao Senado, inclusive, e eu posso participar de lá. Não tem problema nenhum. Se quiser fazer no domingo, eu participo, mas vamos falar a verdade, a vida como ela é! Ninguém quer esvaziar as audiências. O Senador Braga está correto. Eu quero participar e participarei até remotamente. Agora, para a gente poder encaminhar os trabalhos melhor, minha sugestão são os dias 8, 22 e 29, horário de manhã e à tarde, dois temas por dia. Senão, Deputado, sabe o que vai acontecer?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Horário...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vão botar as mulheres, a cota no dia 15...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Portinho, V. Exa...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É simples, português claro!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Ah, Presidente, espere aí. Não, não, não! Espere aí que, no português claro, eu quero dizer ao meu queridíssimo amigo Carlos Portinho que *modus in rebus*. Nós não estamos brincando aqui com o direito da mulher, não é brincadeira com o direito da mulher. Eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Absolutamente!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Nós não estamos brincando aqui com o direito da mulher e nós não queremos, de jeito nenhum, escamotear o debate. Não é isso que nós queremos! Quem levantou, inclusive, a tese do esvaziamento das audiências públicas foi quem presidiu 85 audiências públicas aqui em que lamentavelmente não tinha – na maioria delas – nenhum Senador, nem remotamente, nem presencialmente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Em algumas, em algumas, em algumas! Eu, inclusive, disse a V. Exa.: não é justo, você me fez colocar não sei quantas pessoas e você não vai lá nem para dizer "bom dia".

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Deixe-me dizer aqui uma coisa. Nós temos que fazer as audiências públicas? Precisamos, mas não vejo nenhum problema em fazer na quarta-feira, na terça-feira, não vejo nenhum problema. Agora, o que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente não pode é ficar passando aqui a impressão para a opinião pública de que nós estamos fazendo isso aqui para escamotear ou para esconder um debate tão importante que diz respeito a uma questão seriíssima que é a participação das mulheres na política brasileira. Portanto, é apenas para não ficar essa coisa...

E eu queria pedir a V. Exa... Eu fiz um apelo, logo no início da sessão, para que a gente tivesse, extrapauta, a leitura do relatório...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A leitura. Eu concedo a V. Exa., então, para fazer a leitura...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Se V. Exa. me autorizar, eu leio rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não. A palavra está com V. Exa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Eu agradeço a V. Exa.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, enfim chegamos ao último estágio deste desafiador projeto que iniciou em 2023 com as discussões sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45, de 2019, e que avançou no ano seguinte com a tramitação do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 68, de 2024. Esses dois projetos assentaram as bases do...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto Seletivo (IS).

O caminho que trilhamos foi de muito diálogo e trabalho para acomodação de diversos interesses que permeiam a matéria, muitos desses conflitantes entre si. O resultado foi a primeira reforma tributária aprovada em regime democrático no Brasil, implementada pela Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023, e regulamentada pela Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não será diferente desta vez.

Neste momento, em que sou chamado novamente para coordenar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Sr. Presidente, se os Senadores não acham importante eu ler o plano de trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... eu o dou como lido e o entrego a V. Exa. Agora, eu ficar aqui lendo o trabalho para os Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pode concluir. Eu peço até desculpas a V. Exa., porque eu fui abordado pelo Senador Alessandro e perdi o foco.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não, não, não. Não estou me referindo a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agora eu estou focado; pode terminar.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Mas, se não há interesse, eu dou como lida a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Essa matéria é de muito interesse, Senador, sem dúvida nenhuma.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Então, desta feita não será diferente.

Neste momento, em que sou chamado novamente, pela Presidência da CCJ – a quem quero agradecer, o nosso eminente e querido amigo Otto Alencar, pela designação –, para coordenar as negociações como Relator do PLP nº 108, de 2024, a segunda fase da regulamentação da reforma tributária, reafirmo meu compromisso de manter meu gabinete de portas abertas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minha equipe de prontidão para atender a todos que queiram contribuir para o aprimoramento do texto dessa proposição legislativa.

Renovo também meus agradecimentos a diversos Senadores; entre eles, o Senador Davi Alcolumbre e, como disse, a V. Exa., o Presidente desta Comissão, Senador Otto Alencar, pela confiança em mim depositada para conduzir essa importante matéria.

A exemplo do que fiz, como Relator tanto da PEC 45, em 2023, bem como do PLP 68, no ano passado, me coloco, de antemão, aberto a avaliar sugestões que possam contribuir para a ampliação do diálogo com todos os segmentos da sociedade interessados em participar deste debate, objetivo principal do plano de trabalho que agora submeto a V. Exas.

Em uma reunião preliminar com o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na semana passada, pude identificar algumas das preocupações da equipe econômica e também dos municípios brasileiros.

A convite do Ministro, também participaram da nossa conversa alguns Prefeitos, como o do Rio de Janeiro, o de São Paulo e o de Porto Alegre, bem como os representantes da Confederação Nacional de Municípios, na figura do seu Presidente, o Paulo, e da Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos.

Caberá ao Senado da República, a Casa da Federação, encontrar agora um texto consensual sobre o funcionamento deste Comitê Gestor, incumbido de tarefas cruciais para o bom andamento do novo sistema tributário. Assim, proponho as audiências públicas a seguir, com os objetivos de instruir a matéria. Naturalmente, o calendário segue aberto para adequações advindas de sugestões dos nobres Senadores e das nobres Senadoras, inclusive do Presidente desta Comissão.

Audiências públicas.

A primeira será do Comitê Gestor do IBS.

Nesta reunião, esperamos que os convidados exponham suas opiniões sobre as normas do PLP nº 108, de 2024, relativas às competências, estrutura organizacional, aspectos orçamentários e de controle externo do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços. Relacionados como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

convidados: Bernard Appy, Secretário Extraordinário da Reforma Tributária; Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional de Municípios; Edvaldo Nogueira, Presidente da Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos; Flávio César, Presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz); Edilson de Sousa Silva, Presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

A segunda audiência pública seria sobre as disposições relativas ao IBS.

Esta audiência pública abordará as infrações, as penalidades e os encargos moratórios do IBS, bem como as regras sobre o processo administrativo tributário desse imposto. Convidados: Manoel Nazareno Procópio de Moura Júnior, Diretor de Programa da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária; Ana Claudia Borges de Oliveira, Presidente da Associação dos Conselheiros Representantes dos Contribuintes no Carf; Rodrigo Spada, Presidente da Associação Nacional de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite); Fábio Macêdo, Presidente da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais (Fenafim); Susy Gomes Hoffmann, advogada e Doutora em Direito Tributário; Zabetta Macarini, Diretora-Executiva do Grupo de Estudos Tributários Aplicados (Getap); Vicente Martins Prata Braga – não é meu parente –, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal (Anape); Anne Karole Silva Fontenelle de Britto, Presidente da Associação Nacional das Procuradoras e dos Procuradores Municipais (ANPM).

A próxima audiência pública: disposições relativas a tributos estaduais.

O PLP 108, de 2024, trata de regras de transição do ICMS e prevê normas gerais do ITCMD, as quais serão objeto de nossa terceira audiência pública: representante do Comsefaz; Francelino Valença, Presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco); Fernando Facury Scaff, Advogado e Professor Titular de Direito Financeiro da Universidade de São Paulo (USP); e Fabio Lemos Cury, Advogado e Doutor em Direito Tributário.

Quarta e última audiência pública. Disposições relativas à questão do ITBI e da Cosip.

Convidados: Lucas Morais, Presidente do Conselho Tributário Fiscal de Goiânia e Auditor Fiscal do Município de Goiânia; Alberto Macedo, Auditor Fiscal do Município de São Paulo e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Doutor em Direito; e Vanessa Rosa, Advogada e Diretora de Relações Institucionais da Associação Brasileira das Concessionárias de Iluminação Pública (ABCIP).

Sr. Presidente, esse é o nosso plano de trabalho, que está, obviamente, à disposição dos Srs. Senadores para receber sugestões para que nós possamos colocá-lo em votação.

Eu sugiro a V. Exa. que dê vista coletiva para esse plano de trabalho para que os Srs. Senadores possam, até a próxima reunião, apresentar emendas, e aí eu acataria ou não as emendas apresentadas para que nós pudéssemos, então, ter o plano de trabalho aprovado e, a partir daí, iniciarmos o nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senador Eduardo Braga. V. Exa. já prestou um grande serviço à nação, como Relator da matéria anterior, e agora, com essa matéria.

Vou colocar em discussão, para saber se algum Senador ou Senadora quer discutir a proposta de plano de trabalho do Senador Eduardo Braga.

Senadora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Pela ordem.) – Eu tinha entendido a sugestão do próprio Senador Eduardo Braga, que tivesse vista coletiva e a gente pudesse votar na outra semana.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Só para uma olhada, lógico que...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Exatamente, é isso que eu queria saber dos Senadores.

Então, vamos conceder vista coletiva do plano de trabalho apresentado pelo Senador Eduardo Braga. Na próxima sessão, nós colocaremos em votação o plano de trabalho do Senador Eduardo Braga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a palavra ao Senador Marcelo Castro, para que possa ler o seu relatório do Projeto de Lei 4.872, de 2024.

1ª PARTE

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 4872, DE 2024

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para aumentar as penas aplicadas ao furto, roubo e receptação de fios, cabos ou equipamentos utilizados para fornecimento ou transmissão de energia elétrica ou de telefonia ou para transferência de dados e as aplicadas à interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública; e altera as Leis nºs 9.613, de 3 de março de 1998, para aumentar a pena dos crimes previstos no seu art. 1º, e 9.472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer sanções aos detentores de serviço de telecomunicações pelo uso de fios, cabos ou equipamentos de telefonia ou transferência de dados que sejam produtos de crime; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Marcelo Castro

Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 4, e contrário às Emendas nºs 1, 2, 3, 5 e 6.

Observações:

- Em 18/12/2024, a Presidência concedeu vista do relatório ao Senador Sergio Moro, nos termos regimentais;

- Foram apresentadas as seguintes emendas ao Projeto: Emenda nº 1, de autoria do Senador Fabiano Contarato; Emendas nºs 2 e 3, de autoria do Senador Jorge Kajuru; Emenda nº 4, de autoria do Senador Magno Malta; Emenda nº 5, de autoria do Senador Sergio Moro; e a Emenda nº 6, de autoria do Senador Alessandro Vieira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observo que é um projeto não terminativo e, como tal, ele será apreciado no Plenário do Senado Federal.

Com a palavra o Senador Marcelo Castro para proferir o seu relatório.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, trata-se de um problema que está ocorrendo hoje com muita frequência no Brasil: a questão de roubo de cabos e fios que fazem as comunicações.

Então, esse é um setor... Tenho aqui uma publicação do *Poder360:* o setor movimenta aproximadamente R$7,4 bilhões, sendo que 30% desse valor, R$2,4 bilhões, se admite que sejam ilegais.

Então, nós vamos votar hoje aqui essa matéria, que é o Projeto de Lei nº 4.852, de 2024 (PL nº 5.845/2016), de autoria do Deputado Sandro Alex, que "altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para aumentar as penas aplicadas ao furto, roubo e receptação de fios, cabos ou equipamentos utilizados para fornecimento ou transmissão de energia elétrica ou de telefonia ou para transferência de dados e as aplicadas à interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública; e altera as Leis nºs 9.613, de 3 de março de 1998, para aumentar a pena dos crimes previstos no seu art. 1º, e 9.472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer sanções aos detentores de serviço de telecomunicações pelo uso de fios, cabos ou equipamentos de telefonia ou transferência de dados que sejam produtos de crime; e dá outras providências".

Com a permissão de V. Exa., eu vou direto à análise.

O direito penal é matéria de competência privativa da União e sujeita à plena disposição pelo Poder Legislativo, *ex vi* dos arts. 22, inciso I, e 48, *caput*, da Constituição Federal, nos limites materiais constitucionais.

Não identificamos vícios de injuridicidade ou de inconstitucionalidade no PL.

No mérito, entendemos que, em linhas gerais, a proposta é conveniente e oportuna.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A prática de crimes que comprometem o bom funcionamento de órgãos da União, de estado ou de município ou de estabelecimentos públicos ou privados que prestem serviços públicos essenciais é conduta que deve ser fortemente reprimida.

Com o mesmo rigor, deve ser punida a subtração de fios, cabos ou equipamentos utilizados para fornecimento ou transmissão de energia elétrica ou de telefonia ou para transferência de dados, bem como de equipamentos ou materiais ferroviários ou metroviários.

Em todos esses casos, a conduta criminosa não atinge apenas o proprietário dos bens subtraídos, no caso, os entes federados ou os concessionários de serviço público, mas também toda a sociedade, que fica privada de serviços públicos essenciais.

Por essa razão, entendemos que o incremento das penas dos crimes de furto, roubo, receptação, para as situações de que trata o PL, e de interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública é muito bem-vindo, pois aumenta o custo da prática dos referidos crimes e, consequentemente, gera um efeito dissuasivo.

Em relação à alteração da Lei de Lavagem de Dinheiro, no entanto, temos que as alterações propostas fogem ao escopo principal do projeto, que trata essencialmente do furto, roubo e receptação de fios, cabos ou equipamentos utilizados para fornecimento ou transmissão de energia elétrica, telefonia, transferência de dados, bem como da interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública e de situações relacionadas a esses delitos.

Assim, estamos acatando a Emenda nº 4, que suprime essa matéria do projeto, e rejeitando as Emendas nºs 1, 5 e 6.

Por fim, verifica-se que os crimes de que trata o PL impactam a atividade-fim de suas vítimas. Diante disso, o projeto acerta ao prever a suspensão de obrigações regulatórias e a desconsideração das interrupções do serviço afetados pelas referidas infrações penais, quando do cálculo dos indicadores de qualidade. Nesse ponto, cabe frisar, primeiramente, que a alteração feita na LGT não atribui à Anatel competências relacionadas a questões de tipificação penal; ao contrário, o PL unicamente amplia o conceito de clandestinidade, para que, como efeito da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condenação criminal, possa ser determinado o perdimento de fios, cabos ou equipamentos de telefonia de origem criminosa em favor da referida agência. Ademais, eventual suspensão temporária de obrigação regulatória em razão de roubo ou furto de equipamentos ficará a cargo de nova regulação, ou seja, na verdade, haverá a atualização das normas regulamentares. Em vista disso, as Emendas nºs 2 e 3 não devem ser acatadas.

Voto.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.872, de 2024, e da Emenda nº 4, e pela rejeição das Emendas nºs 1, 2, 3, 5 e 6.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Para discutir? V. Exa. vai discutir? (*Pausa.*)

Nenhum Senador vai discutir a matéria?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para discutir.) – O Senador Marcelo Castro acatou a minha emenda...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... porque, na verdade, entendeu, como eu, que foi um jabuti que foi colocado na Câmara...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu percebi que ele acatou a emenda. Realmente...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... e ele deixou, na verdade, como estava.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... o tema ficou restrito à proposta inicial...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... e, de alguma forma, está atendido aquilo que pretendia V. Exa na supressão daquele artigo que foi contestado aqui.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – E havia uma grande preocupação das forças de segurança no Brasil com relação a isso. Esse jabuti veio no meio de uma matéria em que ele não caberia.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Quero agradecer ao Relator.

Obrigado, Senador Marcelo, pela relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sim, Senadora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir.) – Eu quero só reforçar a importância do tema tratado. Tenho discutido muito nessa área da comunicação a questão da iluminação, e o custo é altíssimo! No meu estado, em especial, Palmas, nós temos uma ponte que é um cartão postal e que não para iluminada, dado o número de furtos e, lógico, a interceptação.

Então parabéns pelo relatório. Queremos logo que se torne uma lei e que a gente possa avançar em relação ao seu cumprimento.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço à Senadora Professora Dorinha.

Senadora Soraya.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Para discutir.) – Parabéns, Senador! Vamos amenizar o dia de hoje.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Teoria do morde e assopra...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Parabéns, Senador Marcelo Castro. Isso é... de necessidade.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Estando encerrada a discussão, coloco a matéria em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada.

Essa matéria é não terminativa.

Passo a palavra para o Senador Marcelo Castro certamente para apresentar algum requerimento de urgência para a tramitação da matéria.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Eu gostaria de fazer um requerimento de urgência para ir direto ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu acato e encaminho à votação o requerimento de urgência de V. Exa.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a matéria, que vai ao Plenário do Senado Federal com requerimento de urgência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Só para ficar gravado, não é nem para discutir o requerimento, do qual sou a favor, mas, aproveitando a benevolência de V. Exa., só para ficar gravado, porque nós estamos sendo filmados e gravados,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a Emenda nº 4 que fiz propõe a suspensão do art. 2º do PL, que altera a pena do crime do art. 1º da lei de lavagem de dinheiro, para reclusão de 2 a 12 anos...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Desculpe a divergência...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Na verdade, a minha emenda é para que se retire, suprima e mantenha o que já existia, até porque, quando você está falando de punir quem rouba cabo, fio e o caramba, se entra com um jabuti desse tamanho, que nada tem a ver com o projeto, só para ficar registrado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço ao Senador Magno Malta. A matéria...

Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Senador Otto, primeiro, quero elogiar aqui o projeto, é um projeto bom. Muitas pessoas me procuraram, inclusive empresas de telecomunicação, pedindo que fosse aprovado. Nós já aprovamos outros projetos até nesta Casa nesse mesmo sentido e urge a aprovação desse projeto.

E elogio aqui também o Relator por ter tido a sensibilidade de ter tirado essa matéria absolutamente estranha, que vai diminuir, iria diminuir a pena do crime de lavagem de dinheiro na prática, que aumenta a pena máxima, mas diminui a pena mínima, e a gente sabe que o juiz se alinha normalmente, fixa a pena base a partir da pena mínima. Mas só tenho uma indagação: se essa retirada do projeto é um alinhamento com a Câmara, porque o que está acontecendo aqui com frequência nesta Casa é que a gente mexe nos projetos, a gente aprimora os projetos, vai para a Câmara e simplesmente as mudanças são ignoradas. Então, se talvez o Relator pudesse esclarecer se tem algum alinhamento com a Câmara a respeito da retirada desse jabuti, para que a gente tenha a segurança de votar em algo, em aprovar um projeto da Câmara que a gente sabe que tem uma finalidade específica, que é aumentar a pena do crime de furto desses cabos de telecomunicações, porque, do contrário, a gente está beneficiando o crime organizado, porque a lavagem de dinheiro é o que alimenta o crime organizado. A lavagem de dinheiro é o que acaba

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fomentando o crescimento dessas quadrilhas e fazendo essa escalada da criminalidade organizada no país.

Então, se não tiver esse alinhamento, eu também tenho receio aqui de votar a favor do projeto, de chegar lá na Câmara e simplesmente ser recomposto esse gigantesco jabuti. Eu acho que isso aqui não é um jabuti, isso aqui é uma tartaruga marinha. Ele foi colocado ali para tentar não ser identificado. Ninguém sabe quem é o autor disso, aliás. Isso é engraçado.

O Relator está de parabéns por ter acolhido, mas eu gostaria de ouvi-lo, se possível, até saber se tem um alinhamento ou não.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – O jabuti foi colocado pelo Deputado Otoni de Paula.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Desculpe-me, eu não sabia.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Marcelo Castro...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Alinhamento de quê? Como?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Senador Sergio Moro pergunta se há algum alinhamento entre o relatório de V. Exa., se vai voltar para a Câmara para modificação ou não.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não. Nenhum alinhamento.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Sergio Moro, é impossível fazer esse presságio.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu acho que é impossível. O que vai acontecer na Câmara ninguém vai saber.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Foi só a supressão?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Como?

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Pela ordem.) – Foi só a supressão que foi feita?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Foi supressão.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu acho que é possível fazer, porque eu já tive outros casos em que a Mesa, com supressão, não precisa... Não volta para a Câmara.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. *Fora do microfone*.) – Não volta. Se foi só isso não volta.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Se não houve outra alteração.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Não. Acho que é só isso.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Bom, a matéria já foi aprovada e o Senador Marcelo Castro fez um requerimento de urgência, Sergio Moro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Ah, então não vai voltar para Câmara também? Esse é um ponto que eu gostaria de ...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu não sei se vai voltar para a Câmara. Eu não posso dar uma decisão, interpretar o Regimento, sobre se vai voltar para câmara ou não.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Não. Sim, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Fala da Presidência.) – Mas a matéria já tinha sido aprovada e ela, não terminativa, vai ao Plenário. Ela não é matéria terminativa aqui, era não terminativa.

Então, está aprovada a matéria com o relatório do Senador Marcelo Castro.

Como não há nenhuma outra matéria para ser apreciada, está encerrada a sessão.

Na próxima terça-feira, teremos a primeira audiência pública.

(*Iniciada às 9 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 02 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE ABRIL DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e dezessete minutos do dia oito de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Vanderlan Cardoso e Professora Dorinha Seabra, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Soraya Thronicke, Marcio Bittar, Alessandro Vieira, Marcelo Castro, Jayme Campos, Plínio Valério, Efraim Filho, Angelo Coronel, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Carlos Portinho, Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Weverton, Jaques Wagner, Esperidião Amin, Mecias de Jesus e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Wellington Fagundes, Styvenson Valentim, Damares Alves e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Otto Alencar, Omar Aziz, Eliziane Gama, Rodrigo Pacheco, Cid Gomes, Magno Malta, Marcos Rogério, Rogério Carvalho e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Destinada a instruir o Projeto de Lei Complementar n° 112, de 2021, que "dispõe sobre as normas eleitorais e as normas processuais eleitorais brasileiras". Conforme entendimento entre os Senadores, serão abordados os seguintes temas na presente Audiência Pública: Tema 1: Participação Feminina nas Eleições; Tema 2: Distribuição das vagas no sistema proporcional. **Participantes:** Sra. Marilda de Paula Silveira, Doutora e Mestre em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Minas Gerais; Sra. Flávia Cristina Mascarenhas Magalhães, Consultora Legislativa do Senado Federal; Deputada Federal Renata Hellmeister de Abreu; Sra. Teresa Sacchet, Doutora em Ciência Política, Professora na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Sra. Raquel Branquinho Pimenta Mamede Nascimento, Procuradora Regional da República e Diretora da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU); Sr. Jairo Nicolau, Doutor e Mestre em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Professor da Fundação Getúlio Vargas; Sr. Roberto Carlos Martins Pontes, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados; e Sra. Malu A. C. Gatto, Doutora em Ciência Política, Professora no Instituto das Américas do University College London (UCL). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e três minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso
Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/08

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei Complementar nº 112, de 2021, que dispõe sobre as normas eleitorais e as normas processuais eleitorais brasileiras.

Conforme entendimento entre os Senadores, serão abordados os seguintes temas: "participação feminina nas eleições" e "distribuição das vagas no sistema proporcional".

Esta reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores e dos convidados, por sistema de videoconferência, para exposição de debate.

Será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Aqui já se encontra presente o Relator da matéria, o Senador Marcelo Castro, o Senador pelo nosso Rio de Janeiro... E acaba de chegar também o Veneziano Vital do Rêgo. Sejam todos bem-vindos. (*Pausa.*)

A seguir, Senador Portinho, nós vamos já chamar os convidados que vão participar desta audiência pública.

A maneira que eu for chamando... A informação que eu tenho é que já alguns se encontram aqui.

Sra. Marilda de Paula Silveira, peço que venha compor a mesa aqui conosco.

Ela já se encontra aqui, né? Ela é Doutora e Mestre em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Bem-vinda, Marilda!

Sra. Flávia Cristina Mascarenhas Magalhães, Consultora Legislativa do Senado Federal.

Sra. Renata Hellmeister de Abreu – depois me corrija se eu tiver pronunciado errado –, Deputada Federal. (*Pausa.*)

A Sra. Renata está no remoto, no semipresencial.

Sra. Teresa Sacchet – também me corrija se eu tiver pronunciado errado –, Doutora em Ciência Política e Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Ela se encontra presente? Está remotamente? (*Pausa.*)

Está no remoto.

Sra. Raquel Branquinho Pimenta Mamede Nascimento, Procuradora Regional da República e Diretora da Escola Superior do Ministério Público da União.

Ela está no remoto? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está a caminho.

Sr. Jairo Nicolau, que está no remoto, é Doutor e Mestre em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro e Professor da Fundação Getulio Vargas (FGV).

Sr. Roberto Carlos Martins, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados – o Sr. Roberto se encontra aqui.

Seja bem-vindo, Sr. Roberto!

Sra. Malu A. C. Gatto, que está no remoto, é Doutora em Ciência Política e Professora do Instituto das Américas do University College London (UCL) – está no remoto também.

Sr. Luiz Augusto Campos, Doutor em Ciência Política e Professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – aí, ele é da sua terra, Senador Portinho, e está no remoto.

Bem, já anunciados os nossos convidados.

Senador Marcelo Castro, Relator, o senhor quer usar da palavra antes de iniciarmos? Algum outro Senador quer usar da palavra? (*Pausa.*)

Portinho, o Senador Fabiano Contarato tinha pedido antes de iniciar, mas ele foi fazer a abertura na Comissão, se eu não me engano, de Meio Ambiente, de que ele é Presidente.

Bom, vamos já ganhar tempo, pois nós queremos estar ouvindo aqui os nossos convidados: a Sra. Marilda de Paula Silveira com a palavra.

A SRA. MARILDA DE PAULA SILVEIRA (Para expor.) – Exmo. Sr. Senador Vice-Presidente, Vanderlan, e Exmo. Sr. Senador Relator, Marcelo Castro, eu queria antes de mais nada agradecer o convite para estar aqui hoje – e não só ao Relator, mas também à Senadora Soraya Thronicke – e exaltar o trabalho que foi feito, por todo mundo que trabalhou nesse Código Eleitoral, e sei que não foi pouca gente. Teve uma dedicação muito grande da então Deputada Margarete Coelho...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. *Fora do microfone.*) – Desculpa por te interromper. É que o Fabiano Contarato, na Comissão, pediu para fazer uso da palavra, né?

A SRA. MARILDA DE PAULA SILVEIRA (*Fora do microfone.*) – Claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. *Fora do microfone*.) – A palavra com ele já, e passo novamente para V. Exa. aqui. Perdoe-nos.

A SRA. MARILDA DE PAULA SILVEIRA (*Fora do microfone*.) – Imagina.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Eu preciso justificar aos colegas e aos convidados: eu estou presidindo a Comissão de Meio Ambiente e eu tenho que ir para lá também, mas eu não poderia deixar de passar aqui.

E eu venho aqui com toda a força da minha alma, Senador Veneziano e Senador Marcelo Castro, porque eu acho assim... Ô, Portinho! Desculpa, Portinho. Não, Portinho, sabe por quê? Eu fico assim triste quando a gente está numa Casa de Leis em que, desde o dia 5 de outubro de 1988, está expresso na Constituição que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, mas é uma sociedade que é tão sexista, que é tão preconceituosa. Eu não canso de fazer esta fala aqui: dos três Poderes, o único que nunca foi presidido por uma mulher é justamente o Legislativo. Eu estive numa Assembleia Legislativa de um estado da Federação cujo nome, por uma questão ética, não vou citar: 23 Deputados Estaduais, todos homens. Isso tem que me dizer alguma coisa, porque, se não me disser, tem algo errado. Nós temos que entender qual é a participação das mulheres.

Até a reforma do novo Código Civil, Senador Portinho, a mulher era relativamente incapaz. Eu me lembro da minha mãe usando o CPF do meu pai. Eu lembro: quando as mulheres obtiveram o direito à licença-maternidade, o que as empresas começaram a fazer? Não contratavam mulher ou exigiam atestado de esterilidade. E, pelo princípio constitucional de que não há crime sem lei anterior que o defina e não há pena sem prévia cominação legal, nós tínhamos um fato que era moralmente reprovável, mas era lícito, até que surgiu, posteriormente, muitos anos depois, uma lei federal falando: constitui crime exigir atestado de esterilidade ou negativo de estado gestacional para qualquer fim. Mas a verdade é que este Congresso legisla no seu tempo, mas às vezes de forma muito letárgica, e como método. Eu não tenho dúvida disso. É como método a gente falar que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. Nós tivemos aqui, na CPI da covid, que diversos Senadores homens se exaltaram. Nenhum foi chamado, Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veneziano, de descontrolado, mas a nossa querida Senadora Simone Tebet foi, porque é um comportamento sexista, é um comportamento misógino.

Um dos primeiros projetos de emenda constitucional de que eu fui Relator aqui na CCJ – eu lembro – queria acabar com a participação das mulheres no processo eleitoral, nas cotas. Até nisso nós somos preconceituosos, porque falam assim: "30% para as mulheres". A lei não fala isso. A lei fala 30% para um gênero. Você pode ter uma chapa com 70% de mulheres e 30% de homens, mas olha como nós somos impregnados de um comportamento sexista, misógino e atribuímos isso. E aí queriam acabar. E eu fui, e relatei pelo arquivamento, e apresentei uma PEC para determinar paridade, 50%. A gente tem que avançar, a gente tem que caminhar. Como a gente quer que o Congresso legisle de forma plural, se a gente não tem uma representatividade maior das mulheres?

Eu não canso de dizer isso, e isso não é palavra porque eu estou falando aqui, porque eu estou utilizando. Não! Eu tenho duas missões na minha vida. Eu fui Delegado por 27 anos e fui Professor de Direito Penal – sou ainda Professor, com muito orgulho, de Direito Penal e de Processo Penal desde 1999 –, mas eu queria muito que, aqui no Senado, nós tivéssemos uma representatividade maior das mulheres, da população preta, parda, indígena, quilombola, da população LGBTQIA+, dos pobres, porque é muito fácil a gente legislar de forma incisiva contra uma camada socioeconômica menos favorecida.

Então, eu fiz questão de vir aqui para falar: "Olha, contem comigo naquilo que humildemente eu puder contribuir nessa reforma, na defesa intransigente daquela premissa constitucional que está deitada eternamente em berço esplêndido desde o dia 5 de outubro de 1988 que diz que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações".

Obrigado, Sr. Presidente.

Só queria fazer esse registro aqui e parabenizar as mulheres.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. *Fora do microfone*.) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Gostaria de fazer o registro da única Senadora presente até o momento, ou a primeira, melhor dizendo, Senadora presente até o momento, Senadora Zenaide, que chegou agora, e dizer que essa não é uma causa da direita ou da esquerda, é um princípio constitucional de igualdade e que deve ser uma causa de todos.

Eu, como sobrinho-neto de Carmen Portinho, que, junto com Bertha Lutz, foi a grande sufragista... As mulheres conquistaram uma primeira vitória numa batalha.... Não sei se é guerra e não gosto de tratar assim, como uma guerra de gêneros ou como aquela novela Guerra dos Sexos. A gente tem que compreender que a vitória foi expressiva na medida em que ela permitiu a participação igualitária das mulheres no processo eleitoral, podendo votar e ser votadas.

Muitos anos depois, a gente chega a esta audiência pública, agradecendo ao Relator Marcelo Castro, porque é um tema muito sensível, e o que deve ser debatido aqui, acredito, pelos nossos convidados e por todos nós, Senador Contarato, é se já é o suficiente, ou o que mais a gente pode fazer para estimular a participação de mulheres, de todos, de todos os brasileiros. Eu defendo muito a dignidade da pessoa, seja ela qual gênero tenha.

Por isso, vim aqui, Senador Marcelo. Pedi para acompanhar toda a audiência, assim como meus colegas a acompanharão. Muitos não estão aqui presentes fisicamente, mas sei que estão nos seus gabinetes – alguns me ligaram dizendo que estão acompanhando de lá. A Deputada Soraya Santos, inclusive, que é uma grande mulher defensora do PL, da causa, também me escreveu aqui – quero fazer o registro – e disse que está acompanhando do seu gabinete.

Espero que esta audiência seja muito profícua, com a participação de grandes mulheres aqui, como a da nossa Senadora Zenaide.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Zenaide, seja bem-vinda à nossa audiência.

Agora sim, Dra. Marilda, com a palavra.

A SRA. MARILDA DE PAULA SILVEIRA (Para expor.) – Bom, então, retorno ao bom dia e aos agradecimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria agradecer, então, mais uma vez ao Senador Marcelo Castro não só pelo convite, mas também pela audiência pública – porque sei que nós insistimos, às vezes, de forma até muito incisiva, mas esse é um momento muito importante –, e cumprimentar a Senadora Zenaide.

E gostaria aqui de representar toda a diversidade possível. Sei que eu não sou capaz disso, mas também gostaria de reiterar que seria muito importante que a gente tivesse aqui, Senador, mulheres negras, mulheres pobres, outras diversidades que pudessem falar por si. Como a gente não tem, eu também gostaria de ser capaz de representar todas, o que vou tentar fazer com o que eu aprendi com grandes mulheres, sobretudo com a Ministra Edilene Lôbo e com a Ministra Vera, que têm me ensinado muito. Vou tentar contribuir com todas.

Eu falo em nome da Transparência Eleitoral Brasil; falo em nome do observatório de violência política de gênero, que integro e que é integrado por outros grupos de pesquisa; falo em nome do Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral, do qual sou Diretora; e falo em nome do Lidera, que é um grupo de pesquisa que eu mantenho lá no IDP, uma instituição de ensino que integro há quase 15 anos.

Nesse grupo de pesquisa, eu aprendi muito. E trago muitas perguntas, e perguntas semelhantes às do Senador, algum diagnóstico e algumas respostas para tentar contribuir com este debate, considerando o contraponto, que me parece que é muito importante aqui. E as ponderações partem do pressuposto, eu já disse, da exaltação do trabalho de todo mundo que está aqui. Eventuais críticas são para contribuir, não são para diminuir o trabalho de ninguém.

Eu procurei entender as razões do Relator e as razões daqueles que são contrários às cotas, ao aprofundamento das cotas, e favoráveis à flexibilização desse direito, que para nós parece fundamental. O que propõe o relatório, e é desse pressuposto que eu parto? Propõe 30%, no máximo, de um grupo; 70% de outro, não flexível – se não cumprida a cota, ela não vai ser obrigatória –, condicionada à reserva de 20% de vagas, o que, num primeiro momento, parece muito benéfico, porque, de fato, é preciso reconhecer, vai aumentar sobretudo o número de Vereadoras, o que em muitos municípios nunca existiu.

O relatório, então, manifesta quatro preocupações da leitura que eu fiz. A primeira, que se possa buscar promover candidaturas viáveis de mulheres realmente engajadas na vida política – viáveis vai aparecer muitas vezes, o que me faz perguntar se é só mulher que tem que ser viável,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se homem pode brincar de ser candidato ou de fazer política. Segundo, que o partido possa definir o percentual de candidatas e candidatos segundo viabilidade de eleição. Terceiro, que seja possível que o partido possa concentrar apoio e recursos financeiros em um percentual menor de candidatas para que ele tenha mais chances de êxito e consiga gradativamente ir aumentando esse número, também só para as mulheres. E, quarto, que não corra o risco de cassar mandatários que nada têm a ver com a fraude e até mulheres que acabam substituídas por homens.

Nesse ponto, eu vou abrir um parêntese. Eu fiz três pesquisas, uma em curso, sobre a cassação das mulheres eleitas. Poucas... A cassação das mulheres eleitas é um ponto crítico. Com todo o respeito ao TSE, a Justiça Eleitoral tem errado. E não é um erro que vai ser atribuído às mulheres para a supressão de um direito. É evidente, me parece, nesse apontamento – Bianca está aqui, me ajuda a fazer essa pesquisa, esse levantamento sobre as mulheres cassadas eleitas em razão do descumprimento da cota de gênero –, que uma ação afirmativa não pode levar a finalidade diversa da pretendida. Eu não posso levar, por um erro do tribunal, com todo o respeito ao tribunal, ao vilipêndio de um direito conquistado com muito esforço.

Eu preciso reconhecer que são preocupações legítimas, Senador. Eu reconheço isso. Eu reconheço a legitimidade da preocupação de ter mulheres engajadas na política, e é isso que a gente quer. A gente concorda que é fundamental ter candidatas viáveis, mulheres realmente engajadas. A questão é como fazer isso.

É verdade que o número de Vereadoras aumenta imediatamente com a reserva de vagas de 20%, mas isso acontece na primeira rodada. E a minha pergunta é: e depois? O que acontece depois que aumentar esse número de Vereadoras e aumentar um pouquinho o de Deputada Federal e Deputada Estadual?

A conclusão que eu trago aqui é de que nem em 150 anos haverá um número maior do que o que a gente tem hoje de mulheres viáveis e, sobretudo, de mulheres negras. Esse é um ponto fundamental. As mulheres negras não vão estagnar, elas vão retroceder.

Eu vou pedir licença para usar o vocabulário médico, em homenagem ao meu marido e ao Relator nesse percurso, que é de três etapas. O primeiro é de diagnóstico. A gente sabe os números que já foram repetidos mil vezes, esse não é o meu ponto e eu não vou repetir, porque todo mundo está cansado de saber. A gente vai ao exame do diagnóstico, que exige, então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atenção a três pontos. Primeiro, do que a gente está falando? A gente está falando de ocupação de espaços de poder. Isso não é um concurso público; não é uma disputa em que eu sento minha bunda na cadeira, abro um livro, leio e consigo disputar em igualdade de condições. Como dizia minha avó, que era analfabeta, mas era muito sábia, tem determinados percursos que a gente vence com o tempo de bunda na cadeira. Não é esse o caso. Ele passa pelos partidos, pelo dinheiro, pelo legado e pelo capital político. Esse espaço público, a gente não ocupa da noite para o dia. Acontece que, como disse o Senador, até 1962, a gente era considerada relativamente incapaz. Eu ouvi a minha vizinha, mesmo tendo só 45 anos, dizendo que a minha mãe não podia participar da reunião do condomínio porque ela não era a cabeça do casal. Isso não foi hoje, não foi ontem, foi anteontem. Hoje, o Supremo discutiu se era o histórico da vítima que deveria ser considerado na condenação. Foi hoje que o Supremo discutiu se o teto de 15% de gasto para candidatura era ou não era constitucional. Isso não foi há 50 anos. Isso quer dizer, Senador, com todo o respeito, que o seu legado está sendo construído há 500 anos; o meu, há 50. Isso não é trivial.

Não foi por falta de vontade das mulheres ou da natureza das mulheres que esse espaço da política e do poder não foi ocupado; foi por decisão do Estado brasileiro. Isso não é uma questão de cultura; foi o Estado quem tomou essa decisão por meio das leis. Nós estamos aqui nessa mesa, nesse espaço, que tradicionalmente é ocupado por homens, pagando o preço de uma decisão que foi do Estado, não foi da natureza. Porque tem um discurso antecedente embarcado nessa narrativa de que há uma condição natural na posição da mulher. Isso não é verdade. Se a posição da mulher não fosse de disputa, eu não seria advogada, e a faculdade de Direito não estaria com mais de 50% de mulheres e a OAB com mais de 50% das mulheres, porque advogada só faz na vida brigar. O nosso espaço é de disputa, é de saber perder e ganhar, como o espaço da política. Quem não sabe perder não pode ser advogado. Isso é uma questão de história.

Eu me pergunto: e as mulheres negras? As mulheres negras na fila desse pão, na fila do poder? Eu aprendi com a Ministra Edilene um dado que eu não sabia: 67% das trabalhadoras domésticas são negras, 40% em situação de pobreza. Como que elas vão romper esse legado se 20% das vagas já são ocupadas pelas mulheres que vão continuar? Num dado de conversão de 60%, como elas vão entrar nesse ciclo de eleição? Nunca. Isso não vai acontecer. O dado de hoje,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das pesquisas de hoje, varia de 130 a 150 anos para poder ter o mínimo de equiparação. Neste modelo, nem 150; é nunca.

O segundo ponto do diagnóstico.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARILDA DE PAULA SILVEIRA – Essa corrida não zera quando termina o ciclo eleitoral, porque também é um discurso comum. Começou a eleição, é só a gente ir disputar aqui, entre a gente, se se esforçar muito, você consegue; 60% de reeleição é a média. Isso quer dizer que 60% de quem está sentado aqui, nas câmaras municipais, nas prefeituras vai se reeleger. Como é que eu rompo este ciclo de reeleição? A média, eu repito, é 60%. Todas as posições estão ocupadas, quem está sentado, não quer levantar. Portanto, é evidente que, nessa pirâmide, quem chega primeiro, já ocupa o espaço, vai continuar.

Terceiro, a pergunta é: quem já chegou e quem está? Este é um ponto. Isso não é uma disputa de mulheres contra homens, de eu sou contra os homens, os homens são maus. Isso é uma disputa de ocupação de espaço de poder; a questão é de lógica. Os homens já estão, e eles não querem sair. Para sentar, alguém tem que levantar. Quem vai levantar? O senhor quer levantar, Senador? Ninguém quer levantar, mas acontece que só tem 513 cadeiras aqui. Se os espaços estão ocupados por homens, só tem 18% de mulheres, e o ciclo é de reeleição de 60%, é só fazer conta. Esse ciclo não vai mudar. Se for 20% o teto – porque isso não é piso, é teto –, que incentivo os partidos têm para lançar mais de 20%? Nenhum. A gente não vai mudar o que a gente já tem aqui.

Como eu disse, não é uma questão de um contra os outros, de mal contra o bem; é de matemática, é de conta, é de lógica.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Dra. Marilda, por uma falha desta Presidência, nós não passamos o tempo inicial. O tempo é de dez minutos; como já venceu, nós vamos dar um tempo para a senhora concluir, o.k.?

A SRA. MARILDA DE PAULA SILVEIRA – Está bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou concluir o meu raciocínio, então, para dizer ao que leva esse diagnóstico, para dizer as consequências desse remédio, Senador. Embora já tenha me antecipado aqui, eu trouxe cinco consequências.

A primeira é um completo desincentivo para que os partidos lancem candidatas acima dos 20%.

A segunda é a manutenção das candidatas reeleitas, que têm todo o mérito, Senador, mas que também já têm o seu legado, o que não vai permitir a entrada de outras mulheres, sobretudo as mulheres negras, que não ocupam espaços. Elas têm 7% de ocupação, que é quase irrelevante.

Terceira, a gente cria o que é pior: uma separação na disputa das mulheres com os homens. As mulheres vão se matar pelos 20%, enquanto os homens vão continuar disputando a sua eleição dos 80% com 70% do dinheiro, o que não me parece justo, nem se a gente tivesse vivido até 1962 como relativamente incapazes. Como se eu não precisasse pedir autorização do meu marido para assinar um contrato, e ele tivesse autorização legal para me bater.

Quarta, mulheres que possuem vínculos familiares, também terão autorização... Terão vantagem para poder competir nesse universo de 20% e de 30% de cota não obrigatória.

Quinto, a destinação de 20% das cadeiras parece positiva, como eu disse, mas é baixo para as próximas eleições.

Eu queria, por último e finalmente, dizer que eu li, na segunda página desse relatório, que esse Código Eleitoral só reúne leis que já existem. Eu queria chamar a atenção para isso. Este pressuposto não procede. Ele não reúne só leis que já existem. São mais de 800 artigos.

O Supremo decidiu a interpretação de uma palavra no Código Eleitoral, no último julgamento. O TSE decidiu a interpretação de uma palavra na alínea "l" da Lei Complementar 64/1990. Isso derrubou uma biblioteca de livros e de pesquisas. Oitocentos artigos, Senador, com todo o respeito, não são uma reunião de leis que já existem. Não tem nada mais importante para um país do que como a gente converte vontade em cadeira. Espelhar o que está ali na rua aqui dentro, em 513 cadeiras, é muito difícil. Para isso, a gente precisa ouvir o povo, precisa ouvir as instituições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse código foi votado na Câmara, e eu, que vivo disso, conheci o texto no dia. Esta é a primeira audiência pública que a gente faz sobre isso. O CPC teve não sei quantas audiências públicas e é Código de Processo Civil, que só advogado tem que saber. O Código Eleitoral o povo tem que saber. É disso que se trata.

Eu disse que a minha avó era analfabeta, mas era uma mulher sábia e ela dizia: "Tudo que a gente divide multiplica". A gente vai precisar dividir Senadores e Senadoras. Para a mulher se sentar, alguém vai ter que se levantar e tem que se levantar é aqui.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Presidente, pela ordem! V. Exa. me concederia...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim. Com a palavra, Senador Veneziano.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Só uma dúvida: se a gente deixa os questionamentos para o final ou não.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Mas não é questionamento, não...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, não, não, é só uma dúvida. A gente faz no final, depois de todos? Como é que será a condução?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O que V. Exas. decidirem. É no final?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – É melhor no final, porque senão cada um que for interromper...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Não, eu peço desculpas, não era o meu propósito...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Era apenas um aparte. Imagine!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Veneziano, com a palavra.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – O meu propósito não é de fazer questionamentos neste instante, Presidente, senhoras expositoras, senhores expositores, companheiros e companheiras, mas imaginemos que, sobre quem está a nos ouvir e quem está a nos ver neste instante, estamos a pensar que eles e elas, senhores e senhoras brasileiros, já saibam o teor dessa matéria, e, na verdade, não estão como sabedores. Podemos, e olhe lá, minha querida Deputada Soraya Santos – seja muito bem-vinda à Casa! –, que nem todos os integrantes deste Colegiado, nem todos, estão a conhecer em detalhes o trabalho que está sendo debatido pelo Senador Marcelo Castro.

Eu não sei se V. Exa. assim permitiria e se assim entenderia o Senador Marcelo Castro, porque a exposição da Profa. Dra. Marilda foi muito brilhante, muito precisa, mas quem está em casa não vai estar sabendo o que de fato foi trazido pelo Senador Marcelo – e o inverso também acontece.

Eu sugeriria, por gentileza, se o Senador Marcelo pudesse, em rápidos minutos mesmo, dizer... É a título de tornar uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Veneziano, no início V. Exa. não estava aqui, mas eu franqueei a palavra para o Relator antes de começar a audiência. Mas se ele quiser usar da palavra...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Com imenso prazer.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Antes, Senador Marcelo Castro, eu gostaria de convidar aqui a Sra. Raquel Branquinho Pimenta, que já chegou, para fazer parte aqui da mesa; e registrar a presença aqui, com muita honra, da Deputada Soraya Santos, ali do nosso Rio de Janeiro, grande amiga – é um prazer tê-la aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chegaram aqui também, participando desta Comissão, a Senadora Damares – está aqui presente –, a Senadora Augusta Brito; e acaba de chegar também, para participar desta audiência, a Senadora Dorinha.

Então, Senador Portinho, nós temos aqui já o número maior das mulheres Senadoras aqui, já está 4 a 3 o placar, o.k.?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, deixe-me registrar também a presença da ex-Ministra da Mulher, Dra. Cristiane Britto – está aqui com a gente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Seja bem-vinda, Dra. Cristiane, à nossa audiência.

Senador Marcelo Castro. Com a palavra, Senador Marcelo.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Bom, quero cumprimentar o Presidente, os senhores, as Sras. e os Srs. Senadores, e agradecer a intervenção aqui do nosso Veneziano, que, em boa hora, deu essa sugestão. A gente fica trabalhando no código e fica achando que todo mundo está informado daquilo que a gente está fazendo, quando, na verdade, não ocorre.

Então, o que é que está em discussão hoje, principalmente? É que nós estamos propondo no Código Eleitoral uma inovação radical, revolucionária sobre a questão da participação feminina na política. Por quê? Porque o Brasil se encontra numa situação vexaminosa, constrangedora no cenário internacional pela sua sub-representação feminina. Na última vez que eu pesquisei, nós éramos o 137º país do mundo que tinha a menor representação feminina.

Temos hoje no Brasil mais de 700 municípios que não têm uma mulher na Câmara de Vereadores. Temos hoje no Brasil mais de 1,6 mil municípios que só têm uma mulher. E nós temos uma tabela aqui, que está sendo distribuída aí para todos, que mostra que, desde a redemocratização, a participação feminina aqui no Parlamento, na Câmara dos Deputados, tem sido ínfima: 1986, 5,3%; 1990, 5,6%; 1994, 5,7%; 1998, 5,7%; 2002, 8,2%; 2006, 8,8%; 2010, 8,8%; 2014, 9,9%, ou seja, a participação feminina não vem aumentando ao longo das legislaturas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, em 1997, o Congresso Nacional tomou uma decisão: "Isso não pode ficar assim", porque só se apresentavam candidaturas masculinas. E se criou uma reserva de candidaturas, ou seja, 30% das vagas que um partido destinar, obrigatoriamente terão que ser de mulheres, ficam reservadas a mulheres, isso em 1997. Em 1998, o número de Deputadas eleitas não aumentou; em 2002, não aumentou; em 2006, não aumentou, ou seja, criar reservas de candidaturas femininas não aumenta a participação feminina no Parlamento.

Em 2009, o Supremo Tribunal Federal tomou a decisão: "Olha, não basta reserva de candidaturas para mulher, é obrigatório lançar as candidaturas de 30% de mulher". Então, se um partido lançar dez candidatos, três têm que ser mulheres. Conclusão: veio a eleição de 2010, foi o mesmo percentual de 2006; veio a eleição de 2014, praticamente o mesmo percentual de 2006 e de 2010, ou seja, a obrigatoriedade de candidaturas femininas não elege mulheres. Em 2018, veio uma novidade: o Supremo Tribunal Federal decidiu que 30% dos recursos do Fundo Especial de Campanha e do fundo partidário gastos em campanhas eleitorais obrigatoriamente tinham que ser em candidaturas femininas. Isso, Senador Veneziano, fez diferença. Nós aumentamos a participação feminina de 2014, quando não tinha obrigatoriedade do recurso, para 2018, quando já tinha obrigatoriedade do recurso, em 50% – foi um salto expressivo – e aumentamos de 2018 para 2022 em 20%.

Conclusão. Conclusão matemática, numérica, que eu aprendi ainda com a minha professora de primário: contra números não há argumento. Reserva de candidaturas, obrigatoriedade de candidaturas femininas não elege Deputadas; obrigatoriedade de recurso elege sim.

O que é que nós estamos propondo agora, Senador Veneziano? É um salto maior ainda. É manter os recursos; é botar na lei que os votos dados a candidaturas femininas serão contados em dobro para efeito do fundo eleitoral, para efeito do fundo partidário; é colocar no Código Eleitoral que, para as mulheres eleitas, os mandatos serão contados em dobro para efeito do fundo eleitoral, para efeito do fundo partidário; e estamos, pela primeira vez na história, criando reserva de cadeiras. Hoje a lei obriga candidaturas femininas; a partir da aprovação do código, se for aprovado como eu estou propondo, serão cadeiras reservadas. Então, nós estamos trocando um modelo de candidaturas por um modelo de cadeiras de Deputadas Federais e Estaduais e Vereadoras eleitas. Eu entendo que isso é uma grande vantagem. Por quê? Nós não deixaríamos, Senador Vanderlan, nenhuma Câmara de Vereadores do Brasil sem duas Vereadoras. Hoje nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos 1,6 mil, 1,7 mil que só têm uma, nós temos mais de 700 que não têm nenhuma. Nós aumentaríamos expressivamente o número de mulheres aqui na Câmara Federal. E vou dizer por quê. Porque, quando a gente diz 20% obrigatoriamente têm que ser femininas, nós temos 11 estados no Brasil que só tem oito Deputados, oito cadeiras; 20% de oito dão 1,6; 1,6 obrigatoriamente tem que aproximar para dois. Então, esses 11 estados do Brasil obrigatoriamente teriam que mandar duas mulheres para cá. Para quem sabe fazer conta, dois de oito são 25%. Então, para cumprir a cota, oito estados do Brasil não enviariam para o Congresso Nacional, para a Câmara dos Deputados, 20% de mulheres, não; enviariam 25%.

Então, quando a gente bota que o piso é de 20%, isso não é teto, isso não pode ser chamado de teto. Os termos têm um significado próprio: madeira é madeira, cadeira é cadeira, noite é noite, dia é dia, piso é piso, e teto é teto. Não existe teto aqui nesse código para mulheres, existe piso.

Nenhuma Câmara de Vereadores do Brasil, se esse código for aprovado, terá menos de duas mulheres. Nenhuma Assembleia Legislativa do Brasil, se esse código for aprovado, terá menos de cinco mulheres. E a Câmara Federal – quero que V. Exas. gravem isto –, se esse código for aprovado, terá um salto na próxima legislação – gravem o que eu estou dizendo aqui – de 40% das mulheres que existem hoje. Em 40% vão aumentar as mulheres que existem hoje. Por quê? Porque os estados... Você vai dar uma média...

Não, 40% não, perdão. Vai aumentar em 40... (*Risos.*)

Não! Esperem aí que eu fiz a conta errada aqui.

Nós vamos aumentar... É, exatamente...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – São 40% do que já existe...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, vai aumentar em 40% para a próxima legislatura.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – O que é que eu quero dizer aqui para todos que estão presentes? Posso estar certo, posso estar errado, mas acho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que esse é o único caminho efetivo que nós temos para aumentar a participação feminina na política. Por quê? Porque o sistema, Senador Vanderlan... O nosso problema fundamental da nossa participação pequena é o nosso sistema eleitoral. Nós não estamos atacando a causa que leva a essa pequena participação feminina. O fenômeno de participação feminina sub-representada é um fenômeno mundial. A média das mulheres nos Parlamentos do mundo inteiro hoje é de 26,9%. É um fenômeno mundial. Quais são os países que têm maior participação feminina na política? Os países que têm sistema de lista fechada, haja vista México, Argentina, Espanha, Suécia... São esses países que têm um sistema eleitoral de lista. Como o sistema que eu defendo é o sistema misto, que é muito difícil de ser aprovado, com que aí resolveria em definitivo essa questão da participação da mulher, nós estamos propondo uma maneira prática, objetiva e, com toda a modéstia, inteligente e, sobretudo, exequível. Eu digo com segurança que, se nós colocarmos 20% de reserva de candidatura feminina, nós vamos aprovar isso aqui no Senado e aprovar na Câmara.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Marcelo, só uma pergunta.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – E por que não botar 30%? Porque não aprovam.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Marcelo, só uma pergunta.

Do jeito que veio da Câmara, está sendo colocado para 2026 também ou 2030? Você está antecipando aqui para 2026?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – A Câmara não vem com essa inovação. Essa inovação nós estamos colocando aqui no Senado.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Então lá não veio dessa maneira, não?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não veio assim. Então, a gente, aprovando-a aqui, ela teria que ser aprovada na Câmara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Simplificando, só para concluir, nós estamos trocando o modelo atual de obrigatoriedade de candidaturas para o modelo de reserva de cadeiras. Não vamos nos aventurar no campo de se vai ser eleito ou não. Já estamos determinando que serão eleitas.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

Eu consulto os Senadores e as Senadoras...

Nós temos aqui alguns convidados presencialmente e outros remotamente. Já ouvimos aqui a Marilda, presencialmente. Vamos ouvir agora a Deputada Federal Renata Abreu, que está remotamente – ela já está aguardando.

Deputada Renata.

A SRA. RENATA ABREU (PODEMOS - SP. *Por videoconferência*.) – Bom dia. Está todo mundo me vendo?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Bom dia, Deputada. Seja bem-vinda.

A SRA. RENATA ABREU (PODEMOS - SP. *Por videoconferência*.) – Obrigada, meu Senador Vanderlan. Obrigada, nosso Relator Marcelo Castro, e a toda a bancada do Senado, às nossas Senadoras, que tanto representam a voz feminina no Congresso Nacional, no Senado, a minha amiga Deputada Soraya, porque eu e ela estamos sempre juntas – não é, Soraya? –, lutando, às vezes, com opiniões diferentes, mas sempre com o mesmo objetivo, e esse é o motivo da nossa união hoje.

Eu queria fazer uma palavrinha rápida e agradecer muito o convite do Senador Marcelo Castro também para falar sobre a participação da mulher na política, sobre o olhar partidário. Afinal, sou Presidente Nacional do Podemos e acho que é muito legal a gente poder debater todos esses temas, ouvir a Marilda no observatório... Os pontos de vista são muito importantes.

Eu queria, assim como muitas Senadoras que comandam os seus partidos nos estados, colocar o olhar e a importância desse momento que a gente está vivendo. Quando a gente olha para a história, a gente está falando de um voto feminino que tem menos de cem anos, e é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante que a gente pense em soluções efetivas para aumentar a participação da mulher na política – o que deu certo, o que não deu –, que a gente possa criar leis, projetos que de fato garantam essa participação feminina.

E foram grandes avanços, como disse aqui o nosso Senador Marcelo Castro. A lei da reserva de candidaturas foi extremamente importante – eu queria muito dar esse ponto de vista –, por quê? Eu ouvi muita gente nos debates dizendo: "Ah, os partidos não querem lançar candidatas femininas, os partidos não querem botar mulheres candidatas". A lógica partidária não tem tanto, na minha visão, essa questão de "eu não quero lançá-la por ser mulher". A questão é histórica. Quando um partido vai montar a chapa, ele olha voto, ele olha estritamente voto, porque ele precisa atingir coeficiente eleitoral. Como nós mulheres, infelizmente, começamos mais tarde no processo, conquistamos o nosso direito de votar há menos de cem anos, como eu disse, naturalmente nós não tínhamos um histórico eleitoral que nos favorecia. Então, na hora da montagem da chapa, nós éramos preteridas não por sermos mulheres, mas porque nós não tínhamos voto garantido na chapa que desse um coeficiente para a eleição. A reserva de candidaturas foi muito importante, porque de fato fez com que os partidos não pudessem usar aquelas vagas para preencher com homens.

O que aconteceu na prática? Tivemos um aumento efetivo de mulheres eleitas? Não, porque ela foi um crescimento artificial de candidaturas. Aí você tem a obrigatoriedade das candidaturas, que também não surtiu efeito no crescimento de mulheres eleitas, porque você trabalhou uma obrigatoriedade de preenchimento, sem a garantia do que era necessário para as eleições. E eu concordo, porque contra fatos cessam-se os argumentos, e os números estão aí.

E, finalmente, como foi importante aprovarmos os 30% de reserva de candidaturas, porque, se não fosse essa lei, o Supremo, o TSE não poderiam ter garantido o que de fato fez diferença: a reserva de recursos. E essa reserva de recursos, de fato, gerou um aumento significativo na eleição de mulheres. E por que isso aconteceu? É importante a gente se atentar aos fatos. Por que mais mulheres decidiram ir para a política num primeiro momento? Sim, um pouco, sim. Mas teve um fato dentro da política que aconteceu: muitos políticos, homens, começaram a estimular esposa, mulher, filha, que antes eles nem queriam muitas vezes que participassem da política, para que elas entrassem na política, justamente porque tinha reserva de recursos. Um que era Deputado Federal, então passou a lançar a filha a Deputada Estadual. E, naturalmente, você teve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um crescimento, sim, de pessoas com relação já com a classe política. Eu estou falando na maioria, mas, obviamente, temos exceções, né? E isso foi muito importante, porque, quanto mais mulheres presentes na política, outras se estimulam, outras se enxergam, outras conseguem ver que, sim, é possível a gente estar lá, mesmo com filho, mesmo com as dificuldades. Então, tudo isso que aconteceu foi muito importante para o avanço da participação feminina na política.

Eu tive a oportunidade de ser Relatora da PEC que garantiu a reserva de recursos para as mulheres, né? Mesmo depois da decisão do Supremo, a gente aprovou na Constituição Federal. Então, não teremos retrocesso se algo for aprovado no Senado com relação a isso, porque está aprovado na Constituição. Lembro que colocamos, junto com a Bancada Feminina – a Deputada Soraya está aí também –, o voto da mulher contando em dobro, da mulher e do negro, para fundo partidário, o que também foi um avanço para estimular os partidos a investirem nas candidaturas femininas. E tentamos, num trabalho árduo na Câmara, colocar as cadeiras efetivas, inclusive naquele momento com uma graduação que começava com 15% e crescia até 30% lá na frente. Naturalmente, por entendermos a dificuldade – é claro que o nosso sonho é ter a paridade, ter os 50% – de aprovação, era muito necessário garantirmos as cadeiras efetivas. Mas naquele momento não houve na Bancada Feminina consenso com relação à proposta de acordo que estava na mesa, que era a flexibilização da obrigatoriedade da reserva de cadeiras para simplesmente a reserva de cadeiras. E aí nós não avançamos nas cadeiras efetivas.

E aí eu queria dar sim a minha opinião. Eu acho que cadeiras efetivas realmente é uma conquista nossa e que a gente tem muito que lutar por isso. A gente está falando que, na última eleição, nas duas últimas eleições, se nós tivéssemos as cadeiras de 20% – e olha, eu brigo por mais, mas se tivéssemos os 20% –, a gente está falando de mais de 3,7 mil mulheres eleitas Vereadoras no Brasil; a gente está falando de mais de 37 Deputadas Estaduais, mais 24 Deputadas Federais.

Então, assim, dizer que não é um avanço... é um avanço. Mas é muito importante que nós tenhamos também um pragmatismo no que a gente consegue construir para que a gente, em hipótese nenhuma, deixe de avançar. Foi muito difícil a gente chegar até aqui e é triste ver muitas vezes, gente... Eu queria muito compartilhar um sentimento aqui com vocês. Eu sei que eu sou uma das poucas mulheres que preside um partido político no Brasil. E, quando eu assumi um partido nanico, sem nenhum Deputado Federal, como se dizia, num mundo estritamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

masculino, sem Governo, sem dinheiro, sem prefeitura para bancar o partido, e chegamos a segunda bancada do Senado Federal, com 11 Senadores, liderada pelo Alvaro Dias, 20 Deputados Federais, eu tive que ouvir de mulheres, muitas vezes na Câmara e no Senado, que eu sou homem de saia, que eu não sou uma mulher. Então, nós mesmas duvidamos da nossa capacidade – me desculpem –, nós precisamos ter ideologia, nós precisamos olhar a história, ver as conquistas, olhar os números e construir com pragmatismo, com acordo, para que a gente possa avançar na política.

Eu mais do que nunca sonho em termos 50% de mulheres nessas Casas. Eu acho que, quando uma mulher entra na política, a política melhora, pelo dom da mulher de ser a grande cuidadora da sociedade, pelo dom da mulher de dialogar com respeito, com carinho, de construção. E uma sociedade – eu quero dizer para todos os Senadores aí presentes – só vai ser plena com a presença de todos, de mulheres, de deficientes, de homens, porque os problemas da vida dos brasileiros, eles são reais, eles são diferentes.

Eu me lembro de que, quando a gente discutia a cesta básica lá na Câmara, a Bancada Feminina propôs a inclusão do absorvente. E muitos falaram: "Poxa, que absurdo, vai incluir absorvente na cesta básica?", mas só uma mulher, uma jovem que precisa ir para a escola e não tem dinheiro para pagar um absorvente sabe que ela não sai de casa por causa disso; só um deficiente físico sabe as dificuldades que ele enfrenta todos os dias; só uma mãe de um filho autista sabe das necessidades daquela criança. E os espaços de poder, eles são essenciais para darmos voz a todos na sociedade, todos, absolutamente todos! Então, todas as políticas públicas, todas as políticas afirmativas que nós possamos criar para dar voz a todos os segmentos da sociedade é muito válido na nossa representatividade brasileira.

Então, assim, eu quero muito parabenizar aqui a todas, todas as Senadoras, todas as Deputadas, porque essas conquistas que vieram muito no Judiciário foi fruto da mobilização, foi fruto de um trabalho árduo de persistência, de resiliência. E agora também quero colocar aqui a importância de avançarmos. E, assim, tem muitas Senadoras aqui – para eu concluir – e Deputadas presidentes de partido. E a gente observa que realmente, quando você fala de estimular a mulher a querer ser candidata, a gente precisa entender que, sim, temos alguns desafios. Por exemplo, não é fácil você convencer uma mulher, como a gente, de sair de casa, em São Paulo, deixar três

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

filhos pequenos e ficar três dias em Brasília. Então, a mulher, como eu digo, ela é a mãe, ela não abre mão disso. São desafios culturais, sim, que nós enfrentamos.

Eu lembro que eu propus a inclusão da inteligência artificial para poder... me perdoe, da inteligência emocional para poder dar não só a formação política para as candidatas mulheres, mas a inteligência emocional, porque a maior parte de desistência das candidaturas femininas numa campanha é emocional: são os ciúmes do marido, é a pressão dos filhos, é a pressão, é a saudade dentro de casa. Então, é muito importante que a gente crie como apoio a possibilidade de usar o fundo eleitoral para, sim, bancar uma cuidadora, uma creche, a segurança das mulheres, a violência política. Todas essas medidas ajudam muito.

Infelizmente, eu fiz uma consulta no TSE e a gente sentiu uma resistência a que se pudesse efetuar gasto para inteligência emocional, o que eu acho crucial, porque ajuda muito a mulher a estar na política. Então, nós podemos pensar diferente, mas todas essas iniciativas são muito válidas.

Eu, pessoalmente, para concluir, entendo que a gente tem que avançar nas cadeiras efetivas, é uma conquista para a Bancada Feminina, é uma conquista para as mulheres participarem da política. Eu acho, Senador Marcelo, que se a gente conseguir criar uma projeção, se conseguir um belo acordo com os Líderes partidários... Porque eu tenho conversado muito com os Presidentes de partido para ver se a gente consegue criar uma projeção. Eu não tenho dúvida de que isso vai representar muito para a democracia brasileira, e não só para as mulheres, mas para que a gente possa amanhã trabalhar os negros, as pessoas com deficiência, para que a gente possa, de verdade, garantir uma representatividade plena.

E, só para concluir, uma informação importante que eu ouvi no Senado quando eu estive na última audiência. Quando se falava da proposta de acordo, da questão das cadeiras pelas candidaturas, eu ouvi algumas falando assim: "Mas vai tirar a punição dos partidos". Eu queria muito só dizer isto: que a reserva de candidaturas não é uma punição. A gente não pode tratar uma reserva de candidaturas femininas como uma punição. Eu acho que isso até nos desmerece, entre nós aqui, sabe? E eu acho que, quando você reserva as candidaturas para as mulheres e, como se diz, flexibiliza em troca das cadeiras... Porque eu vejo: "Ah, vai desestimular os partidos a não lançarem candidatas?". Não, não vai. Por quê? Porque é o seguinte: essas vagas não podem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser preenchidas por homens, não podem. Se o partido não colocar mulheres, ele tem que deixar vazia. E nenhum partido quer manter vazia, porque atrapalha o coeficiente eleitoral. Num estado de oito Deputados, por exemplo, um candidato faz toda a diferença. Então, nenhum partido vai trabalhar para não ter mulheres candidatas. O que vai acontecer é que não vão criar candidatos laranjas, não vão criar factoides. E eu acho que isso é um avanço para a gente, por quê? Porque serão candidatas mulheres que querem ser candidatas, o recurso vai ser investido nas mulheres que querem ser candidatas. Talvez a gente tenha ainda mais efetividade de eleição, porque o nosso sonho é que nunca fique um piso de 20%, mas que a gente consiga chegar a 30%, 40%, 50%. E eu acho que a gente tem que começar.

Eu queria dar muito esse testemunho e parabenizar toda a Bancada Feminina, que nunca desistiu de lutar, de acreditar; quero parabenizar muito o Senador Marcelo Castro por enfrentar este debate. Veja, ele não precisaria estar colocando isso no Código Eleitoral, porque o texto da Câmara não veio com cadeira, e ele está enfrentando esse tema, está dialogando conosco, está tentando um acordo possível. E eu acho que nós temos que ter, neste momento, o pragmatismo de tentar – e nós não conseguimos na Câmara – um acordo para que, finalmente, a gente tenha as cadeiras tão sonhadas nos espaços legislativos para as nossas mulheres. Mais de 4 mil mulheres poderiam ser Vereadoras nos dias de hoje. Isso, sem dúvida, representa uma conquista para todas nós.

Já falei muito.

Agradeço o convite do Senador Marcelo Castro, agradeço a todas as Senadoras, Deputadas.

Eu espero que a gente possa ter ainda mais avanços na luta pela representatividade feminina nas Casas Legislativas.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Deputada Renata Abreu. Se V. Exa. puder continuar participando conosco aí... Nossos agradecimentos.

Só a título de informação – tem muita gente nos acompanhando remotamente e muita gente assistindo pela TV Senado –, esta audiência pública está sendo feita em dois temas. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

primeiro tema é "Participação Feminina nas Eleições", alterações propostas no PLP 112, de 2021. Nós temos hoje, como são dois temas, o segundo tema, que é "Distribuição de Vagas no Sistema Proporcional", alterações propostas também no PLP.

Nós já ouvimos aqui, no primeiro tema, a Sra. Marilda e a Sra. Renata. Como a gente ficou de chamar um convidado presencial e um remoto, vou passar a palavra agora para a Sra. Flávia Cristina Mascarenhas Magalhães, que é Consultora Legislativa aqui do Senado Federal.

Senadora Leila, bem-vinda!

Com a palavra, Flávia.

A SRA. FLÁVIA CRISTINA MASCARENHAS MAGALHÃES (Para expor.) – Bom dia, Exmo. Sr. Senador Vanderlan Cardoso, Exmas. Sras. Senadoras e Exmos. Srs. Senadores.

Agradeço o convite.

Eu venho aqui como Consultora Legislativa. Eu trabalho na Casa desde 2006, já acompanhei várias discussões e várias reformas políticas. E venho a convite do Senador Marcelo Castro, Relator do PLP 112, porque eu tenho trabalhado e faço parte do grupo que assessora o Senador desde abril de 2023, quando ele assumiu a relatoria. Eu já tinha trabalhado também com o Senador Anastasia quando ele foi Relator anteriormente.

Eu não vim aqui, na verdade, nem para criticar nem para defender o projeto. O meu papel, eu acredito, foi mais para explicar, com maiores detalhes, o contexto e a proposta introduzida pelo Senador no projeto.

Eu acredito que é um dos temas... Para mim, eu acredito que seja o tema mais relevante nesse projeto, porque o projeto veio da Câmara apenas com a reserva de candidaturas de 30%, como tem sido feito já na legislação atual, e ele inova trazendo a jurisprudência do TSE que prevê a cassação da chapa por fraude à cota de gênero.

Por que surgiu essa ideia da reserva de vagas durante o amadurecimento da relatoria do Senador? Bom, acho que foi considerado, primeiro, o contexto atual, em que a gente tem que trabalhar com o sistema eleitoral de listas abertas. A gente pode ver que os países que têm maior participação feminina nos Parlamentos adotam o sistema eleitoral de lista fechada, então fica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito mais fácil trabalhar, porque você faz alternado ou um gênero a cada três. Então, isso possibilita que os Parlamentos aumentem a diversidade com um prazo menor. Aqui no Brasil, a gente parece não ter disposição ou intenção de mudar o sistema eleitoral. Então, a gente tem que trabalhar com o que a gente tem, que é o sistema eleitoral aberto.

Além disso, foi verificado que essa obrigatoriedade da reserva de candidaturas tem proporcionado um crescimento, na verdade, até muito pequeno nas Casas Legislativas que são preenchidas pelo sistema proporcional. Como o Senador falou, de fato, esse aumento... Em 2010, quando foi obrigatória a reserva de candidaturas, a participação ainda foi de 45 mulheres na Câmara dos Deputados – apenas 45 eleitas. Em 2014, não chegou a 10%, não superou 10%. Esse percentual só aumentou quando foi prevista a reserva de 30% dos recursos dos fundos, tanto do fundo de campanha quanto da parcela do fundo partidário aplicado em campanhas, para mulheres. Aí, sim, esse percentual mudou, em 2018, para 15%, lá na Câmara dos Deputados; e, em 2022, ele aumentou para 17,7%.

Além disso, foram levadas em consideração situações anteriores, de quando esse tema foi discutido aqui no Senado, com uma maior intenção de se chegar a um acordo.

A primeira tentativa foi na PEC 98, de 2015, que foi aprovada aqui e foi para a Câmara como PEC 134, de 2015. Essa PEC previa uma reserva de vagas para as mulheres nas Casas Legislativas, preenchidas pelo sistema proporcional, em três legislaturas. Esse aumento se daria nas seguintes proporções: 10%, na primeira legislatura; 12%; depois 16%. Era um percentual ainda muito pequeno, mas ainda assim chegou à Câmara. Essa PEC foi relatada pela Deputada Soraya Santos tanto na CCJ como na Comissão Especial, mas, desde 2017, ela não tem nenhum andamento, então foi percebido que há uma grande dificuldade em avançar nesse tema.

Então, veio uma segunda tentativa, em 2021, com a apresentação do PL 1.951. Aqui também, no Senado, foi uma segunda tentativa. Ele veio com uma previsão de reserva de cadeiras de 15%. Também não houve um acordo.

Somente quando a Bancada Feminina se reuniu com os Senadores se concordou em fazer o que está sendo proposto agora no PLP 112, em que se cedia no tocante à obrigatoriedade de reserva de candidaturas para exigir a reserva de vagas. Então, foi previsto que, a cada duas eleições, aumentaria essa reserva de vagas, começando por 18%, 20%, 22%, 26% e 30%. Mas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ainda assim, esse projeto chegou à Câmara e continua parado. Ele não tem relatório. Teve um pedido de urgência aprovado, mas ele não tem relatório e não chegou a ser discutido no Plenário.

Então, a proposta do Senador Marcelo se baseia em todo esse contexto e nessas duas proposições, além de na PEC 9, de 2023, que também tramitou lá na Câmara, na Comissão Especial. Ela deixava de exigir essa reserva de 30% de candidaturas de cada gênero, bastando a reserva, e estabelecia uma reserva de 20% de vagas para mulheres. Mas também esse trecho da PEC foi todo suprimido por falta de acordo. E a Emenda Constitucional 133 foi aprovada sem tratar desse tema.

Bom, levando em consideração todas essas tentativas frustradas, o Senador veio com essa proposta novamente, porque, como eu disse, acho que é o tema mais relevante do projeto, porque não se pode mais aguardar a questão da baixa participação feminina nos Parlamentos.

E qual foi a ideia trazida? Que durante 20 anos vigore uma reserva de 20% de vagas para mulheres em nossas Casas Legislativas preenchidas pelo sistema proporcional. Nesse período de 20 anos, a reserva de candidaturas de 30%, no texto, continua obrigatória; mas, na verdade, ela não será obrigatória nesses 20 anos, de forma que o partido não será penalizado se ele não preencher os 30% de reserva de candidaturas desde que ele deixe remanescentes, deixe vazias essas vagas que seriam destinadas para um gênero ou para outro.

Caso esse percentual de 20% não seja atingido naturalmente, qual é a proposta? Como será feito esse preenchimento? Ele será feito por meio da substituição do candidato que tiver obtido a última vaga distribuída na fase das sobras, ou seja, a fase quando todos os partidos já obtiveram as vagas pelo quociente partidário e já ocorreu essa divisão, e ainda há vagas a serem preenchidas. Então, é feita a substituição pelo critério das maiores médias.

Essa ideia da substituição é algo que vem desde a primeira discussão da PEC 98, também esteve presente no PL 1.951 e, agora, está sendo trazida também no PLP, com algumas adaptações.

Essa substituição, todavia, não vai ocorrer se o partido que tiver obtido essa última vaga nas sobras já tiver preenchido, entre seus eleitos, 20% de candidatas mulheres. Nesse caso, ele é preservado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. FLÁVIA CRISTINA MASCARENHAS MAGALHÃES – A substituição é feita sempre com a ideia de preservar o sistema proporcional, então a substituição é feita dentro do partido.

E o que aconteceu? Foi questionado, foi discutido, e a Senadora Eliziane apresentou algumas emendas prevendo a reserva de vagas. E, nas emendas da Senadora, ela achou interessante que a candidata que fosse substituir o candidato tivesse uma votação mínima de 10% do quociente eleitoral, para que tivesse um mínimo de representatividade. Essa medida foi acatada também pelo Senador, e ele previu essa obrigatoriedade, a exemplo do que ocorre com relação aos demais candidatos. É uma forma de estimular os partidos a investirem nas suas candidatas, porque, se o partido não tiver uma candidata que tenha obtido essa votação mínima, ele perde a vaga. Então, é um estímulo para que os partidos continuem investindo nas candidaturas femininas.

Aí essa vaga passa a ser distribuída pelo partido que tiver obtido a segunda maior média na distribuição daquela última vaga. Então, pelo critério das maiores médias, se um partido X tinha direito àquela vaga, porque ele, pelo critério das maiores médias, era o primeiro lugar, mas perde a vaga porque não tem uma mulher com a votação individual mínima, ela passa para o partido com a segunda maior média. E assim vai, até encontrar um partido que tenha uma candidata com a votação mínima.

E aí um esclarecimento, porque eu acho que vai ser necessário fazer uma alteração no relatório.

Quando foi feita toda essa rodada e não foi encontrado um partido que tenha candidata com essa votação mínima, aí eu acho que seria o caso de dispensar essa exigência para que fosse feita a substituição sem a necessidade de uma votação individual.

A ideia é que essas substituições sejam feitas da última vaga, vindo para a penúltima até preencher esse percentual mínimo, começando pela fase das sobras, indo até as vagas distribuídas pelo quociente partidário, se necessário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo, num estado que conte com dez Deputados Federais, se apenas uma for eleita, tem que haver uma substituição na última vaga para que o estado passe a contar com duas mulheres eleitas. Se não tiver elegido nenhuma mulher, haverá duas substituições.

Algo que também foi pensado na elaboração desse texto foi: como evitar que todos os partidos, de comum acordo, deixassem de lançar candidatas para evitar que nenhum fosse penalizado com a perda de vaga? Se fosse passando de um para outro e nenhum tivesse mulheres, como resolver essa situação?

Então, foi previsto que, nesse caso de não ter mulheres candidatas para fazer essa substituição, as eleições têm que ser anuladas e haverá uma nova eleição para que esse preenchimento seja possível.

Qual seria o impacto nas casas legislativas?

O Senador Relator Marcelo Castro já... (*Pausa.*)

Como 15 estados não elegeram o número suficiente na última legislatura para a Câmara dos Deputados, então, haveria aumento de 24 cadeiras. Nas assembleias legislativas, esse aumento passaria... Quatorze unidades federadas também não atingiram o mínimo. E o grande impacto mesmo, como também já foi falado, seria nas câmaras municipais, que eu acho que seria revolucionário mesmo, começando de baixo, para que a mulher possa subir na política, começando ali da comunidade.

Esse aumento seria de cerca de 40%, de 10 mil passaria para 14 mil eleitas, o que representaria, na prática, um aumento na proporção de 24% das câmaras municipais preenchidas por mulheres. Embora o percentual exigido fosse de 20%, essa medida aplicada nas últimas eleições municipais aumentaria, representaria um aumento para 24%.

Então, a mudança parece tímida. É claro que há muitas críticas. (*Fora do microfone.*)

No Congresso?

Nas últimas eleições de 2022, passaria de 91 mulheres eleitas para 115, 22,41%. Passaria para 22,41%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é uma medida que parece tímida. Principalmente em nível municipal, o impacto seria grande, porque chegaria a 24%. A média, hoje, é de 26% de mulheres nos Parlamentos. E a intenção, qual é? Por que começar com 24%? Primeiro, para viabilizar a proposição, a aprovação da proposição, porque já houve duas tentativas frustradas, inclusive com percentuais maiores e menores, e nada conseguiu ser aprovado até hoje.

E a ideia é que seja apenas o começo. A ideia não é que seja um teto, mas um piso, como ocorreu em vários países que, hoje, adotam a cota de candidatura em listas fechadas e que começaram com a adoção de percentuais menores. Na medida em que esse percentual era atingido e a força feminina nos parlamentos ia crescendo, esse percentual ia sendo aumentado na legislação, que foi o caso do México e da Argentina.

(*Soa a campainha.*)

Além disso, um último ponto – só para terminar – é que o estímulo às candidaturas femininas ainda continua presente, porque o PLP veio com uma medida da Câmara, que foi mantida aqui pelo Senador no último relatório, que prevê a contagem em dobro dos votos para as mulheres, para fins de distribuição do fundo partidário e do fundo de campanha, não só até 2030, como prevê a Constituição, mas até que sobrevenha a paridade política, a paridade entre homens e mulheres.

Era isso que eu gostaria de pontuar.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Agradeço a participação da Sra. Flávia Cristina Mascarenhas Magalhães, Consultora Legislativa do Senado Federal.

Dentro do critério que foi estabelecido pelo Presidente Vanderlan, nós vamos ouvir agora uma participação remota.

Como a Deputada Soraya Santos trata do tema e ela foi citada três vezes – foi citada, inclusive, pela Flávia –, ela gostaria de fazer um esclarecimento.

Pediria só que fosse breve, Soraya, porque eu já peço para se preparar a Teresa Sacchet, que é Doutora em Ciência Política e Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e que está remotamente participando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputada Soraya, por favor.

A SRA. SORAYA SANTOS (PL - RJ. Para expor.) – Senador Dorinha, agradeço a participação, porque o Senador Marcelo trouxe um dado histórico, mas cabe aqui, neste Parlamento, esclarecer alguns dados históricos.

Nós entendemos que os partidos, lá atrás, dentro do processo, não traziam mulheres para política. Por isso houve uma mudança de verbo, obrigando o preenchimento dos 30%.

É lógico que isso não é suficiente, até porque, Senadora Dorinha, V. Exa. estava na Câmara quando foi votada uma matéria gravíssima que proibia utilização de recursos públicos acima de 15% para candidaturas femininas. Ora, naquele momento, a Bancada Feminina ajuizou, obviamente... porque, se você tem uma largada de 30%, como é que você proíbe um partido, por uma decisão interna, de gastar mais de 15%?

Vejam: só naquela eleição, Senador Marcelo, materializaram-se os números, porque, quando a mulher ganha tempo de televisão, tempo de rádio e recurso, ela chega lá.

Os partidos também não procuram mulheres de conteúdo. Isso ficou bem apontado no levantamento de 2016, quando mais de 14.250 candidatas a Vereadora tiveram zero voto. Elas eram chamadas para emprestar CPF. Com isso, houve um movimento, lógico, de os partidos buscarem candidatas mulheres, que, culturalmente, Senadora Dorinha, sempre foram convidadas para não se elegerem, mas para serem trampolins de candidatura masculina.

Agora, o que a gente está fazendo é dar mais um passo. E é por isso que eu quero defender, como princípio de representatividade, que, na primeira fase, não se flexibilizem os 30%, porque, com os 30%, eu forço a representação feminina.

Nenhuma das Deputadas e Senadoras querem mulheres chantagistas, que, passado o prazo de poder se descompatibilizar, não tiram a candidatura masculina, porque isso é fruto de uma cultura de se trazerem candidaturas para ganhar benefícios pessoais.

Ora, o que a gente está defendendo aqui é que a cadeira efetiva, Senador Marcelo – isso já está até atrasado –, é um dever do Brasil! É um direito da mulher, é uma necessidade de representatividade!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está mais do que provado que os países, Senadora Leila, que têm mulheres em todos os espaços de decisão diminuem a desigualdade. Isso é inerente à pauta feminina, Senadora Damares. Por isso, eu volto a dizer: não é um direito da mulher; é uma necessidade de país e é um compromisso que o sistema eleitoral tem que ter para garantir essa representatividade.

Portanto, queria fazer um alerta: o que a gente entende como possível é a garantia da cadeira efetiva, mas, no primeiro momento, os partidos têm a obrigação de trazer e forçar essa representação, até porque, Senadora Dorinha, nosso sistema não é de lista para eu chegar e dizer "eu quero só a Leila eleita", e não colocar mulher nenhuma. É isso que a sociedade não aceita.

Força-se. Passado o prazo, Senadora Zenaide, de substituição, aí sim, uma mulher não tira duas candidaturas masculinas, para que a gente garanta o processo eleitoral. Nesse caso, se justifica esse ganho, porque é uma cláusula pétrea da Constituição. Por isso nós nem, num primeiro momento, colocamos esse tema no código.

E só para fazer uma correção, Marilda, a Câmara fez mais de cem audiências públicas sobre o Código Eleitoral. Não foram uma, nem duas, nem três. Foram cem audiências públicas. Eu participei ativamente de todas essas audiências, com todos os setores da sociedade.

Nós entendemos, naquele momento, que deveria ser por PEC, porque toda essa conquista das mulheres foi amparada pelo art. 5º da Constituição.

Obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Obrigada, Deputada Soraya.

A Consultora falou das PECs que estão lá aguardando e também do PL 1.951, de 2021, que V. Exa. mencionou. Estão sendo tratados, inclusive, com o Presidente. Tenho uma reunião, hoje, com o Presidente Hugo Motta para tratar desse tema.

Todos esses tratam de percentuais, de evolução de cadeira, porque é lógico que ninguém vai querer, nem minha neta que nem nasceu – não tenho nem neta ainda –, que, daqui a 20 anos, nós permaneçamos nessas condições.

Eu queria saber se a Sra. Teresa já está disponível para entrar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TERESA SACCHET (*Por videoconferência*.) – Sim, sim. Estou disponível.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Então, vamos.

Com a palavra. Seja bem-vinda.

A SRA. TERESA SACCHET (Para expor. *Por videoconferência*.) – O.k. Obrigada.

Bom, primeiramente, prezadas senhoras, prezados senhores, bom dia.

Eu quero cumprimentar todas as pessoas que estão nos assistindo.

Agradeço muito o convite para esta audiência pública sobre um tema que é tão importante, e num momento tão importante que é um ano pré-eleições gerais. Então, isso é importantíssimo. Eu fico feliz com a abertura deste espaço para o diálogo entre o Congresso, a sociedade civil, representantes acadêmicos, enfim... A democracia requer fóruns como este, de conversa, proposta, argumentação, mas, acima de tudo – eu espero –, de escuta. Eu espero que possamos nos ouvir aqui neste debate sobre o novo Código Eleitoral, que é um debate tão fundamental.

Eu fui convidada aqui para falar sobre a participação das mulheres na política. No curto espaço de tempo que eu tenho, eu não posso aqui me demorar com questões importantes mas mais gerais, que já foram, inclusive, trazidas aqui por pessoas que me precederam, em falas brilhantes aqui. Então, eu vou focar em questões mais específicas desse novo Código Eleitoral.

Porém, em caráter introdutório, ainda que já tenha sido dito, eu acho que é necessário destacar o que nós temos dito por décadas: o Brasil continua na última posição do *ranking* latino-americano em termos de presença de mulheres em cargos legislativos nacionais.

Há 30 anos, nós iniciamos, juntamente com os nossos vizinhos latino-americanos, um movimento para fazer aumentar ou para fazer mudar esse quadro de extrema sub-representação política das mulheres, que não ocorria só no Brasil, mas em outros países da América Latina.

A política de cotas foi, naquele momento, proposta e adotada por praticamente todos os países da América Latina. Trinta anos depois, eles não falam mais em cotas. A maioria deles, dez países da América Latina, tem agora regra de paridade. Então, cota já era, é coisa do passado. E alguns, como o México – mas tem outros –, já atingiram esse patamar e têm hoje 50% de mulheres

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em suas Casas Legislativas, muitos outros têm acima de 40%. Enquanto isso, no Brasil, nós estamos com 17,8% de mulheres na Câmara dos Deputados, mas mulheres negras são apenas 5,7% do percentual geral.

Então, a princípio, nós ficamos estagnados por décadas abaixo de 10%, como já foi colocado aqui pelo Senador Marcelo Castro, não é? Nós ficamos sem ter mulheres eleitas, abaixo de 10%, até 2018. E as cotas, de fato, não funcionaram; só funcionaram com a mudança, com a minirreforma eleitoral de 2009, quando mudaram o termo de "reservar" para "preencher". Mas, como bem falou o Senador, não adianta ter mulheres se elas não receberem recursos.

Então, nós tínhamos, até 2018, 10% na Câmara dos Deputados e também a mesma proporção nas Assembleias Legislativas; como Vereadoras, nós tínhamos 13%. Isso por quê? Ter mulheres candidatas sem recursos para concorrer nos pleitos, que são extremamente caros, era similar a não ter cotas. Então, de fato, todo mundo aqui falando que a importância foi em 2018. Esse foi o grande salto, não é? Em 2018, quando políticas de ações afirmativas relacionadas aos recursos públicos de campanha – financiamento público e propaganda eleitoral gratuita – foram implementadas. Então, foi a partir daí que nós observamos aumentos efetivos na Câmara dos Deputados. Teve um salto de 50%, passou para 15%. Nas eleições seguintes, de 2022, o percentual de aumento foi um pouco menor, menos expressivo, mas ainda assim nós elegemos 17,8% de Deputadas.

Portanto, o aumento percentual veio em decorrência direta, em consequência direta dessas novas regras implementadas relacionadas aos recursos públicos de campanha, né? Então, o divisor de águas foram, de fato, como tem sido dito aqui, as novas regras relativas aos recursos de campanha, que estabeleceram uma proporcionalidade entre candidaturas e recursos. Então, novamente destacando isso.

Mas, o que é necessário destacar? É que as coisas não acontecem, não mudam sem que haja instituições adequadas. A constatação de que as cotas no nosso tipo de sistema eleitoral não funcionavam bem, ou não funcionam bem, é antiga, como já foi dito aqui: a representação proporcional com lista aberta não dá bons resultados para mulheres, também não dá para pessoas negras, membros de minoria, mas em um ambiente eleitoral como o nosso, um ambiente eleitoral onde há altos gastos eleitorais, tetos altos, a possibilidade de investimento do próprio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

candidato e de doadores privados limitado apenas por um percentual do seu rendimento anual, as coisas ficam ainda mais difíceis. Então, nós temos países na América Latina que têm sistemas similares ao nosso, porém com uma representação de mulheres muito maior.

Então, o que é preciso dizer é que nós conseguimos identificar o principal problema – recursos – e agir sobre ele. Com isso, o número de eleitas vem aumentando, ainda que de forma lenta. Porém, eu queria fazer um destaque aqui sobre a fala do Senador Marcelo Castro. Isso só funciona porque nós temos uma cota de 30% que garante que tenha candidaturas. A partir do momento em que nós não tivermos mais essa cota que garanta a candidatura de mulheres, eu não sei se os partidos... Os partidos não teriam incentivo para usar esse dinheiro em mulheres. Então, a tendência é que caia a candidatura de mulheres, não é? Porque todo mundo quer se eleger e, quanto mais dinheiro, mais isso é facilitado.

Então, eu quero destacar aqui os pontos centrais problemáticos que eu vejo nessa proposta do novo Código Eleitoral. No meu entendimento, eles seriam dois. Eu vou destacar dois até pelo tempo que eu tenho. Então, primeira coisa: adotar uma reserva de cadeiras em posições legislativas de 20% num contexto em que nós estamos quase perto disso. Então, minha pergunta inicial para os senhores, para as senhoras é: por que 20% e não 30%, sendo que a nossa cota é de 30%? Alguns países da África e da Ásia adotam reserva de assento há décadas, de 30%, não de 20%. A Índia tem 30% de reserva de assento para as posições legislativas locais desde o início da década de 1990. Nós estamos no século XXI, em 2025, e o nosso novo Código Eleitoral propõe uma reserva de cadeira de 20%.

Segundo ponto. Para nós podermos adotar ou ter direito a essa política de 20% de reserva, nós teríamos ainda que abandonar as cotas de candidatura de 30%. A proposta aqui é que os partidos não precisem mais preencher, como já foi explicado aqui, apenas reservar as candidaturas para as mulheres, 30%, não é? Ora, propor reserva e não exigir preenchimento significa, na prática, acabar com as cotas, certo? Significa trocar as cotas por uma recomendação, retrocedendo, portanto, a 1997, como bem explicou aqui o Senador Marcelo Castro, então, desde quando as cotas foram instituídas – e nós sabemos muito bem o resultado, inclusive o Senador nos apresentou aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu fiz foi alguns cálculos tomando por média o crescimento das duas últimas eleições, crescimento médio, após a implementação das cotas, certamente a implementação das regras de ações afirmativas – certamente, porque antes não havia condições de as mulheres competirem em pé de igualdade com os homens, sem recurso, não é? Então, nesses cálculos, nós teríamos o seguinte resultado daqui a dois pleitos: para a posição da Câmara dos Deputados, em 2030, nós teríamos 32% de Deputadas Federais eleitas; nas Assembleias Legislativas, também, em 2030, nós teríamos 29,6% de eleitas; e, em 2032, nós teríamos 28% de Vereadoras eleitas. Ou seja: se deixássemos as coisas como elas já são, nós teríamos 30% de eleitas nos dois próximos pleitos. Com a proposta de contagem em dobro para recursos por Deputadas Federais eleitas pelos partidos, a probabilidade de aumento seria, então, ainda maior.

Então, seria esse o problema, senhoras e senhores? A ideia de mudar as regras é exatamente porque as regras que nós temos podem aumentar o número de mulheres eleitas?

Eu acredito que a reserva de cadeira é importante, mas ela precisa ser de 30%, não de 20%. Então, acabar com as cotas como nós temos e instituir uma reserva de cadeira de 20% significa, na prática, transformar uma cota de 30% com um teto de 20%.

Não esqueçamos que a meta não é a 30%, mas sim a paridade. Então, 30% é um percentual mínimo, mas agora nós corremos o risco, inclusive, de perder esses 30% se não tiver a obrigatoriedade.

Então, já terminando aqui...

Eu vou só tratar rapidamente do argumento de que há muitos municípios sem a representação parlamentar de mulheres.

Essa constatação não pode servir como justificativa para a extinção das regras atuais, a meu ver. Não podemos acabar com uma política porque ela falhou em dar os resultados previstos em alguns contextos, mas sim analisar quais são as falhas dessa política e, portanto, aperfeiçoá-la. Essa deve ser a nossa orientação.

Então, acho que é importante nós pensarmos aqui em mecanismos que possam potencializar uma maior entrada de mulheres na política. Há necessidade de aperfeiçoamento das regras de fechamento das brechas que induzem ao seu descumprimento, mas não podemos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu acho, acabar com o que temos e trocar as regras que nós temos por uma regra que vai fazer com a que a gente possivelmente tenha um teto.

Enfim, eu espero, então, que essa nossa troca aqui, o que está proposto, que a gente consiga, de fato, pensar em regras que sejam bem desenhadas, para que possam ser bem implementadas pelos partidos, para que a gente possa fechar as brechas, e que os partidos entendam efetivamente o que precisa ser feito.

E eu espero, por fim, para finalizar, que, nas próximas semanas e meses, nós possamos então refletir sobre isso, adequar as regras, de forma a melhor atender aos interesses das mulheres, que se relacionam aos interesses de mais de 50% da população e aos interesses da democracia.

É importante, eu acho, para finalizar, dizer que a nossa meta não é 30%, mas a nossa meta é atingir, no fim das contas, a paridade. Então, eu acho que disso é que a gente precisa ter compreensão. Nós aceitarmos uma reserva de cadeira de 20% significa nivelar por baixo.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Obrigada pela participação à Sra. Doutora em Ciência Política e Profa. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Teresa Sacchet.

Eu passo a palavra para a Sra. Raquel Branquinho Pimenta Mamede Nascimento, Procuradora Regional da República e Diretora da Escola Superior do Ministério Público da União.

A SRA. RAQUEL BRANQUINHO PIMENTA MAMEDE NASCIMENTO (Para expor.) – Bom dia; bom dia, Senadora Dorinha; bom dia, todas as Senadoras, Senadores, Deputadas, Deputados, todos que estão aqui nesta sala, Pesquisadora e Profa. Marilda.

É um prazer poder vir aqui discutir essa temática do novo Código Eleitoral, e eu vou falar um pouco no recorte do trabalho que a gente vem desenvolvendo, Senadora, há mais de três anos, ali na Vice-Procuradoria-Geral Eleitoral, onde eu coordeno um grupo de trabalho – já estive aqui até nesta sala debatendo várias vezes este assunto – sobre a violência política de gênero. Então, nós trabalhamos ali naquele grupo de trabalho que eu coordeno – a colega Nathália, do Ministério Público Federal, também está junto comigo; aqui tem a Dra. Bianca, do observatório que também integra esse GT, e a própria Secretaria da Mulher, na pessoa da Deputada Soraya, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputada Benedita, da Deputada Yandra, que também estão ali com a gente nesse trabalho – e nós já vínhamos discutindo essa temática há bastante tempo.

Então, no recorte que eu vou fazer, já que o Código Eleitoral, como aqui já foi dito, são praticamente 900 artigos sobre vários aspectos – aqui a gente poderia ficar realmente um ano discutindo tudo –, nós vamos discutir, para além da questão do financiamento, das cotas, das reservas, a violência política como um aspecto mais abrangente, trazida aqui no Brasil a partir de 2021, quando foi aprovada a Lei 14.192 por este Parlamento, impulsionado, obviamente, por tratados internacionais, mecanismos, recomendações de que o Brasil é signatário, com um trabalho muito grande da Bancada Feminina do Congresso Nacional naquele momento e também dos homens Parlamentares que votaram juntos nessa temática, porque só a Bancada Feminina não teria voto suficiente para aprovar a Lei 14.192.

Qual é a nossa preocupação? Sempre falei com a Deputada Soraya, grande parceira neste debate, com todos os demais Senadores, com a Senadora Leila, que já esteve aqui com a gente, com a Senadora Daniella, com todas as Senadoras, e a questão é: nós temos uma lei que trata de forma sistemática a violência política contra a mulher, e agora há o Código Eleitoral. A princípio, obviamente, sobre a visão de que nós trabalhamos na ótica da recomendação da Corte Interamericana, das convenções internacionais, é importante ter uma lei para trabalhar isso sistematicamente, mas também não vou entrar no mérito do debate, que compete ao Parlamento. Se for eventualmente se trabalhar tudo no âmbito do Código Eleitoral, que pelo menos se mantenha essa estrutura que vem tratada pela Lei 14.192. O que a Lei 14.192 fez? Ela tem três artigos que são abrangentes e que tratam sistematicamente da violência política contra a mulher para além do aspecto criminal apenas: violência política, que também pode ser tratada no aspecto da mulher nos espaços de poder, não apenas no Parlamento, porque também fala de espaços públicos, cargos públicos, ali nesses artigos.

Então, a partir dessa sistemática, nós temos trabalhado, pelo Ministério Público Eleitoral brasileiro e também pelas organizações da sociedade civil que trabalham e que apoiam essa causa de uma forma muito consistente, o enfrentamento da violência em vários aspectos. Nós temos impugnações, ações judiciais eleitorais, ações de danos morais, ações civis públicas com aspecto coletivo e também várias ações criminais. Nós acompanhamos pelo GT aproximadamente 350 casos, a partir de mais de 90 representações criminais feitas pelo grupo de trabalho...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RAQUEL BRANQUINHO PIMENTA MAMEDE NASCIMENTO – ... já considerando que há condenações criminais, inclusive condenações criminais mantidas pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Então, qual é a visão para esse recorte específico que eu venho falar aqui? É evitar retrocesso, porque, a depender da redação do novo tipo criminal que vai tratar desse aspecto, principalmente, pode cair tudo que já foi feito nesses três anos de trabalho, porque uma redação, por mais bem-intencionada que seja, eventualmente, pode trazer algo que a Justiça considere como um tipo penal mais benéfico, uma pena menor ou alguma mudança específica que vai fazer com que ali na Justiça se fale "não há mais esse crime. Mudou o tipo, então houve um posicionamento mais benéfico para o legislador [o que a gente chama de "lei penal mais benéfica"]. Então, a gente não vai mais manter, vão ser anulados esses trezentos e poucos casos". Nem todos são ações penais, mas nós já temos em torno de 50 ações penais que tratam desse tema, inclusive com impedimento de candidaturas de agressores por violência política de gênero nessa última eleição de 2024. Por isso que é muito importante.

Então, para olhar sob esse aspecto, nós temos dois tipos penais que foram tratados agora na relatoria. Inclusive, eu queria agradecer ao Senador Marcelo, que recebeu a equipe do grupo de trabalho, colocou também a sua assessoria sempre em contato e nos disponibilizou, sempre que possível, apresentar sugestões, sugestões ali técnicas, sem mudar qualquer estrutura de redação, que eu acho que isso não compete à gente, mas sempre apresentar propostas para melhorias redacionais, olhando sempre a técnica do Direito Penal, que exige muita especificidade, muita cautela, quando se vai redigir ali um tipo, para depois o efeito não ser pior do que aquela intenção de ser mais efetivo e mais assertivo, e muitas vezes a gente não alcança.

Então, tem dois tipos: os arts. 862 e o 863, hoje tratado na proposta, na redação do Relator.

O que é que nós... Nós, assim... Pelo menos eu vou falar na pauta e no olhar da minha pessoa, porque, embora eu seja coordenadora, não vou trazer aqui a visão de todo um grupo, porque é uma questão polêmica, várias colegas podem ter um outro olhar, mas eu vou trazer o olhar de quem está acompanhando, pelo menos no âmbito do sistema criminal brasileiro, o que tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acontecido, as discussões, as ações penais, as decisões favoráveis, desfavoráveis, os equipamentos, as dificuldades do sistema de enfrentar.

O art. 862, que hoje está lá nessa proposta, ele traz a redação 326-B. Eu entendo que, de uma forma, não há retrocesso. É um artigo que trata sobre todos os aspectos que estão ali no criminal e também outros aspectos que estão nos arts. 1º, 2º e 3º da Lei 14.192. Então, não vejo que haveria que se falar num retrocesso ou numa redação que possa... É óbvio que estou falando sempre num aspecto geral e sob perspectiva. Todos sabem que a questão do entendimento e aplicação judicial do trabalho... Uma mudança de uma palavra de interpretação das Supremas Cortes mudou toda uma biblioteca de estudos e tudo o mais que aconteceu durante décadas. Mas, na perspectiva de hoje, o art. 862 é suficiente para tratar o que vem sendo tratado pelo 326-B do Código Eleitoral e também alguns aspectos dos arts. 1º, 2º e 3º.

E também ele traz... Obviamente, a gente sempre discute, no sistema de justiça, o termo "gênero", mas ele traz a violência contra uma ou mais mulheres, que vai ser interpretada, no *caput*, pelo sistema de justiça como gênero, que já como está sendo tratado, e isso permite que outras mulheres da atividade política que não apenas as candidatas ou as detentoras de mandato eletivo também sejam protegidas e tuteladas por esse artigo, que não vai ser específico apenas no aspecto criminal, como é hoje o 326-B a candidatas e detentoras de mandato eletivo.

Agora, quanto à atual redação do art. 863, que eu também não tinha acompanhado e verifiquei apenas quando foi disponibilizada a redação final da proposta sob a relatoria do Relator – a gente estava sempre olhando um pouco mais para o 862 –, eu nem sabia a numeração, mas é o que veio a ser o 862, que traz essa essência do 326-B...

O 863 a gente compreende como, obviamente, um avanço na perspectiva de se considerar trabalhar as questões de gênero e raça, mas, assim, justamente eu gostaria de trazer esse destaque sobre essa visão, porque, muitas vezes, quando a gente quer avançar ou trazer um tema com uma intenção de progresso, nessa perspectiva, isso pode causar um retrocesso, inclusive na leitura e na aplicação desse artigo. Por quê? Não é bem o meu lugar de fala, na questão racial, mas obviamente seria bom que a gente tivesse aqui uma representante que pudesse falar sobre a ótica da raça, mas o art. 863 denomina violência de gênero e raça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A violência de gênero já está tratada no 862, e colocar o título como "raça", não obstante a boa intenção, pode ser reducionista, tentar trazer uma redução a esse artigo apenas para a violência política na questão racial, quando ela perpassa todos os demais aspectos, e não é necessário para o sistema penal... É óbvio que o 862 já traz ali a questão racial e alguns incisos também, e nós temos a Lei 7.716, que também tem crimes específicos que podem ser trabalhados conjuntamente, mas colocar a denominação "violência de gênero e raça" pode causar uma interpretação eventualmente de redução e até de discriminação, como se tivesse grupos distintos e que não se comunicam. Como nessa questão que a gente trabalha, de violência política contra a mulher, violência política de gênero, a gente já falou várias vezes a raça, a posição social... Vários aspectos se somam, muitas vezes, na violência, e eles têm que ser trabalhados conjuntamente.

Então, a visão que eu trago de quem está ali no chão de fábrica, do dia a dia, é que o art. 862 está bem trabalhado, pode ser aprimorado em um outro aspecto, inclusive se quiser trazer o termo "gênero" para o seu *caput*, mas, se não for essa a proposta do Congresso Nacional, respeite-se. A palavra contra uma ou mais mulheres atende, como o 326-B hoje sempre atendeu, porque nós trabalhamos na perspectiva, na ótica criminal dos tratados e das decisões das cortes internacionais de direitos humanos, que trabalham gênero e não o termo especificamente mulher. Então, isso não vai trazer grandes dificuldades, mas o 863, sim, vai trazer grande dificuldade de interpretação e aplicação, por ser tratar de forma diferente, em um outro dispositivo, por trazer, talvez, depois, um olhar de segregação e de certa discriminação...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RAQUEL BRANQUINHO PIMENTA MAMEDE NASCIMENTO – ... quando o gênero já está trabalhado no 862.

O que a gente pode fazer, e eu trouxe uma proposta que depois eu posso deixar à disposição do Relator, que sempre foi supersolícito conosco, ou a quem quiser deste Parlamento, é colocar uma qualificadora para situações em que o gênero, raça e outras situações se somam na violência no próprio art. 862. Então, ficaria só um dispositivo penal e com uma qualificadora dobrando a pena, quando tivesse... Por exemplo: se a violência política de gênero é cometida com a cumulação de violência contra a raça, cor, etnia ou religião, por exemplo, menosprezo ou discriminação com a condição de grupos LGBTQIA+, que são tratados no 863, mas essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diferenciação pode, não obstante a boa vontade de o Congresso trazer isso para uma pauta legislativa, algo que está no seio da sociedade, que está discutindo todo dia, que é um anseio de todos os grupos serem reconhecidos e trabalhados em condições de igualdade...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RAQUEL BRANQUINHO PIMENTA MAMEDE NASCIMENTO – ... pode trazer discriminação e dificuldade de aplicação no sistema de justiça, por tentar reduzir, principalmente, a questão da raça, no 863, quando ele perpassa o 862 – está ali inclusive escrito e temos legislações específicas. Essa redação pode causar uma grande dificuldade, a do 863.

E, só para terminar – eu acho que tem 40 segundos ali –, nós fizemos uma análise comparativa da Lei 14.192 com as propostas trazidas nessa redação atual. E o art. 452 do atual PLP 112 trata do inciso X do 243 do Código Eleitoral; ou seja, os dispositivos que estão ali na Lei 14.192 estão trabalhados no Código Eleitoral, embora a nossa preferência seja trabalhar sistematicamente numa legislação à parte. O art. 859 do PLP é o atual 323 do Código Eleitoral; o art. 862...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RAQUEL BRANQUINHO PIMENTA MAMEDE NASCIMENTO – ... §4º, do PLP é o atual 327 do Código Eleitoral; e também o 35, inciso X, do PLP é aquele que determina aos partidos políticos que tenham nos seus estatutos – isso é muito importante – normas de prevenção, repressão e combate à violência política de gênero. Então, mais ou menos, está trabalhada a 14.192 dentro da proposta do novo Código Eleitoral. A melhor das hipóteses seria ter uma legislação só para isso, mas, se não tiver, está aqui abarcado.

E a grande problemática, na nossa visão, é o art. 863.

Agradeço muito a atenção e desculpa se eu passei aqui do horário.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Dra. Raquel, só faça por escrito essa sugestão, porque nós acatamos uma emenda do Senador Contarato, mas eu estou sensível aos argumentos da senhora para a gente fazer esse ajuste, viu?

A SRA. RAQUEL BRANQUINHO PIMENTA MAMEDE NASCIMENTO – Certinho, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (S/Partido - PB) – Sra. Presidente, gostaria... Eu sei que há outros inscritos, mas, por ter sido a Relatora da lei de violência política de gênero, eu queria dar uma palavrinha complementando, se pudesse, já para aproveitar o tema, rapidamente, nesse minuto.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Na verdade, nós já vamos começar...

Quero convidar o Vice-Presidente, o Senador Vanderlan, mas antes já fecho essa mesa e nós abrimos para o debate deste tema, para não misturar com o tema seguinte.

Então, Senadora Daniella, eu tinha colocado aqui, mas já faça seus esclarecimentos e a sua fala.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (S/Partido - PB. Para interpelar.) – Pronto. Eu quero agradecer, Senadora. Inclusive tive o prazer e a honra de relatar agora – por isso não cheguei antes – o projeto de sua autoria, quando Deputada Federal, que diz respeito aos livros profissionalizantes, na CAE. Eu estava lá na CAE. Aprovamos agora esse relatório.

Eu quero cumprimentar aqui, de forma muito especial, mas rápida, as Senadoras, minhas colegas aqui presentes; minha colega, minha amiga, a Deputada Federal Soraya Santos, uma parceira em defesa das mulheres aqui, representando muito bem – aliás, extraordinariamente – o seu estado, o Rio de Janeiro, aqui na Câmara dos Deputados, também Procuradora da Mulher na Câmara Federal, minha parceira do Antes que Aconteça, Vice-Coordenadora do Antes que Aconteça, programa em defesa, na luta pelo combate à violência contra a mulher.

Sr. Presidente, quero cumprimentar os convidados aqui. Eu não tinha chegado, mas, antes de relatar, eu estava ouvindo – ouvi a Dra. Marilda –, estava escutando a todos aqui, muito atenta ao tema.

Sr. Presidente, como Relatora do projeto de violência política de gênero, além de dar aqui uma sugestão que eu acho que é fundamental – e até a Deputada Soraya trabalhou e trabalha muito esse tema também na Câmara – no Senado Federal, especificamente, meu colega Portinho, eu queria dizer para vocês: a gente precisa tratar a lei, especificamente a lei, separada do Código

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eleitoral, Senador. Não há como a gente trabalhar violência política de gênero no Código Eleitoral, em virtude – e aqui eu corroboro a fala da Dra. Raquel – tanto das *nuances* quanto dos detalhes que precisam ser trazidos para essa lei.

E aqui eu quero contar – eu tenho certeza de que conto – com o apoio da Bancada Feminina nesse pedido a V. Exa., por força, tanto das *nuances*...Para o senhor tem uma ideia, eu estive com a Dra. Raquel por várias vezes para a gente ver a questão de uma violência política que eu tinha sofrido aqui no Senado Federal. E houve dificuldade porque a lei ainda precisava ser muito trabalhada e muito aperfeiçoada, Senadora Zenaide. Haja vista, ainda, assim como na Câmara se trabalhou a lei do *bullying*, Senador Vanderlan... Porque se dizia *bullying*, *bullying*, mas como tipificar, como falar e como tratar realmente que existiu o *bullying*? Então, é uma coisa que também é subjetiva, tem uma subjetividade que as mulheres compreendem muito bem e sobre a qual precisam se debruçar, por serem, na maioria das vezes, as grandes vítimas na questão de violência política de gênero.

Inclusive, no meu estado, a Paraíba, durante todo esse tempo da lei, em que foi sancionada, só conseguimos uma única condenação acontecer – foi uma festa –, em que o agressor pudesse pagar pelo que fez.

Então, assim, para V. Exa. ter noção de quanto a gente precisa aperfeiçoar e o quanto ela realmente... Se ela entra no Código Eleitoral, na minha opinião também, ela vai ser enfraquecida, não por força do Relator – Sr. Relator –, mas porque realmente a gente precisa da *nuance* também da questão da justiça criminal. Tem todo um detalhamento em que nós precisamos nos debruçar separadamente.

Esse o apelo que eu faço a V. Exa., me unindo, inclusive, à Dra. Raquel também, na sua fala, pedindo esse apoio – já temos a Bancada Feminina –, nesse sentido de que haja essa deferência de V. Exa. para que a gente... Não é que a gente vai trabalhar contra os homens, a gente sabe que violência política de gênero está dito: política de gênero. Mas nós sabemos o que significa bem. Até serem retiradas de mesa, muitas vezes isso acontece, só para dar um detalhe, uma pequena coisa. E muitas vezes é nítido por sermos mulheres.

Eu já estive uma situação – para concluir, rapidamente – na qual a maior autoridade era eu, Senador Vanderlan, era Senadora. E estava só, era Tribunal de Contas, Ministro Tribunal de Contas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ministro, Ministro de Estado e Deputados Federais do meu estado, era uma audiência com o ministro. E, Senadora Dorinha e Senadora Zenaide, só eu de mulher nessa mesa inteira. Infelizmente, eu fui... chegou a pessoa até mim para pedir para eu levantar e dar lugar a um outro Ministro do Tribunal de Contas que estava chegando para sentar. E eu disse que não, que não daria meu lugar para ninguém, o lugar era meu.

Mas, assim, eu estou mostrando só que, como mulher, é difícil para ela estar na política. Por isso que por V. Exa. estar se debruçando nesse código, na questão da mulher, eu agradeço demais. Inclusive, a gente vê não só na sua forma de trabalhar no dia a dia, mas até no seu olhar, na sua tranquilidade, na sua... nos seus ouvidos, de estarem bem atentos. Mas é questão realmente de ouvir os testemunhos do que se vivencia... Isso a gente está falando de uma Senadora da República. Vamos falar aqui, se a gente for falar de uma Vereadora – eu já fui Vereadora também. Assim que fui eleita, a primeira notícia que colocaram em um blogue era que eu tinha sido eleita para passar batom e pentear o cabelo dentro da Câmara Municipal.

Então, são só umas questões que, muitas vezes, para o homem pode ser uma coisa que ele não entenda como agravante, mas isso constrange. Porque, na hora em que um adversário diz que a gente está aqui no Senado Federal... Não só constrange, diminui a nossa participação, a nossa atuação e a nossa importância como pessoas que ocuparam o espaço por ter a mesma competência, obviamente, e inteligência para estarmos aqui. Então, inclusive, estar no Senado Federal e ser dita como alguém, ser tratada como alguém ou falada como alguém que desfila no Senado Federal, que está ali para desfilar no tapete do Senado Federal... Então, são coisas que são inadmissíveis. Mas este é um tempo em que a sociedade vai precisar aprender a conviver com o fato de as mulheres estarem ocupando esses espaços. E eu sei que nós alcançaremos isso com essas ajudas. Os homens é que vão ser os nossos grandes parceiros, porque, se não forem eles, que têm a maioria dos espaços, realmente nos ajudando, dificilmente nós chegaremos a essa que não é uma disputa, é uma parceria fundamental para que a gente possa representar a sociedade brasileira como um todo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Obrigada e agradeço aqui, já vendo o Presidente e o Relator balançando assim a cabeça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dra. Raquel, a minha Bancada Feminina e minha Líder – quero homenagear também a Líder Leila.

Vamos inaugurar finalmente nosso espaço, a Liderança da Bancada Feminina. Vamos ter um espaço, Senador Vanderlan, depois de um bom tempo. Eu quero parabenizar a luta da Senadora Leila Barros e quero parabenizar todas as colegas da bancada que sempre também deram essa força e puderam ajudar na busca dessa conquista.

E também quero dizer – e convidá-las – que hoje à tarde teremos uma conquista histórica no Conselho Nacional do Ministério Público. Nós assinaremos, pela primeira vez, uma cooperação técnica com o Dr. Paulo Gonet e todos os procuradores dos estados da Federação brasileira, com o programa Antes que Aconteça, que já está no CNJ, com o Ministério da Justiça. Assinaremos, às 13h, tendo essa felicidade de termos agora como parceiros também o Ministério Público Federal dentro do programa Antes que Aconteça. Então, eu quero convidar todos para, às 13h, fazerem parte deste momento histórico lá na sede do CNMP.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela deferência e pela paciência. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senadora Daniella, e parabéns pela sua fala. Se tem uma pessoa, Senadora Daniella, que veio para cá...

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (S/Partido - PB) – Deixe-me cumprimentar a minha querida amiga Izaura, primeira suplente de Senadora. É Senadora. Eu digo que o meu parceiro que é suplente é Senador. É uma mulher também que representa demais, ali no Goiás, o seu povo. Eu quero cumprimentá-la não só como sua esposa, não, mas como alguém que está aqui para buscar trabalhar e representar as mulheres. Parabéns, Izaura! Obrigada pelo carinho e por estar aqui nessa luta para a gente ter mais espaço.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Daniella.

Só complementando, Senadora Daniella, se tem uma pessoa que, aqui no Senado e na política, não veio nem para Câmara dos Deputados, nem para Câmara de Vereadores, nem aqui para o Senado passar batom... Aliás, eu nunca vi V. Exa. passando batom aqui. Mas quero ressaltar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a liderança que V. Exa. tem. Foi minha Líder no PP quando estava no PP, Líder da nossa bancada, nos conduziu muito bem, rígida, mas companheira e nos orientava muito bem. E agora é a nossa Prefeita aqui do Senado Federal, não é? A gente chama de Prefeita, viu, Senadora Soraya? Então, isso é pela liderança, pela competência. Eu tenho muita honra de ser seu amigo e ter sido liderado por V. Exa. ali quando estávamos no PP.

Senador Portinho, com a palavra.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente Senador Vanderlan.

Essa discussão é muito sensível. E, antes de entrar em alguns pensamentos, algo que eu queira expor a todos, eu quero dizer que a gente não deve tratar isso como um tabu, porque senão a gente cerceia esses pensamentos, a liberdade de a gente falar.

Eu vou repetir. Minha história familiar é ligada a essa causa, pela tia Carmen Portinho. E eu sempre digo que essa causa é dos homens. Inclusive o combate à violência contra a mulher também e todas as outras. E eu lembro da foto, uma foto célebre da conquista ou da busca pelo voto feminino, que antecedeu a sua conquista, e que havia... Tia Carmen estava lá, havia várias mulheres do movimento sufragista. E lá no fundo, se ampliar a foto, vocês vão ver lá atrás dois ou três homens, nessa mesma fotografia, o que ilustra exatamente o que eu estou dizendo.

É um tema pertinente a todos nós, até porque o que eu imagino é que o que a gente está querendo alcançar é o que a Constituição Federal propaga, que é a igualdade entre homens e mulheres. E a igualdade de oportunidades numa situação em que as mulheres conquistaram o direito e entram no cenário político num momento posterior aos homens. Então, têm um caminho maior, como foi dito aqui antes, e a gente deve ajudar a pavimentá-lo para que a gente chegue a essa igualdade.

Dito isso, existem – eu ouvi aqui todos que se manifestaram – várias formas de endereçamento. Eu não vou dizer se uma está certa, se outra está errada, porque o objetivo comum é chegar à igualdade, à dignidade da pessoa humana e à igualdade em condições de votar e ser votado, para homens e para mulheres. E então, tem vários endereçamentos. Eu estava

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui acompanhando... Converso muito com a Deputada Soraya e me inspiro muito na sua força, Deputada, você sabe disso e da minha admiração pela sua luta, né?

E aqui no Senado, encontrei Leila, encontrei Dani, Augusta, Dorinha, tantas outras. E eu vou colocar alguns pensamentos. Eu não quero ser o senhor da razão nisso. Eu só receio que a gente faça os endereçamentos e continue buscando esse endereçamento para aprimorá-lo, para que a gente chegue nisso com uma dificuldade que é natural, porque eu não tenho dúvida de uma coisa: recurso financeiro, tempo de TV e o investimento dos partidos na formação política das mulheres são três instrumentos fundamentais, que estatisticamente o Senador Marcelo Castro traz, no seu estudo que ensejou o projeto, que contribuíram para o crescente aumento da participação feminina.

Então, isso na verdade se estende a qualquer candidato, aos homens também, né? A possibilidade de um homem ser eleito ou de uma mulher está intimamente ligada a acesso a fundo partidário. E por isso, nós elegemos a forma de financiamento, o fundo partidário, o acesso a recursos, a tempo de TV e aqueles que tenham uma formação, uma mobilização política. E eu acho que incentivar a participação das mulheres é um *plus* que é necessário. Mas todos, todos os candidatos, almejam isso, porque é a fórmula – digamos assim – mínima para uma eleição.

E a gente tem que entender que do outro lado tem um eleitor. Ele tem o direito dele também de escolher se ele quer votar num homem ou numa mulher, né? E a gente não... eu tenho muito cuidado em não dirigir isso, a não ser que a gente chegasse à conclusão de que cada eleitor teria dois votos em cada pleito, porque aí ele votaria num homem e numa mulher. Mas não chegando a isso, ao voto universal e único...

Eu assisti aqui ao endereçamento e à discussão sobre a questão da reserva de vaga. E a gente fala em 20%, e assisti à proposta de 30%. E poderíamos até dizer: "Por que não 50% de reserva de vaga, porque aí chegaríamos à igualdade?". E aí eu respondo: porque aí a gente não estaria considerando a vontade do eleitor. Cabe a ele, o voto é dele; não cabe à lei dizer: "Você vai ter aí 50% de homens, 50% de mulheres". Ele pode querer votar em homem ou ele pode querer só votar em mulher. E tem mulher que vota em homem, não é? Porque senão a gente vai dizer: "Não, mulher só vota em mulher". Para uma campanha de maior participação, eu acho que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

até faz parte as mulheres pedirem o voto feminino, mas a gente não pode esquecer que a decisão do eleitor é soberana, é própria.

Então, como é que a gente, nesse arrazoado aqui, pode estimular? A reserva de vaga é um estímulo, mas ela não está garantindo igualdade, nem em 20%, nem em 30%. Isso é um fato. Se vão querer chegar a 50%, é outra história, mas a gente sabe que no Legislativo o ótimo é inimigo do bom, então devagar com a louça. E, considerando que o que é importante é recurso, tempo de TV e formação, eu não sei se lá na frente – e é o que passa na minha cabeça... Eu quero aqui antecipar e dizer que aceito a proposta que a Bancada Feminina conseguir encaminhar ao Senador Marcelo Castro, e eu entendo também o cuidado do Senador Marcelo Castro, porque o que nós fizermos aqui alterando o projeto da Câmara tem que combinar com a Câmara. Porque a gente pode aqui, o Marcelo Castro poderia fazer a maior das bondades e jogar para a galera – falando o português claro –, mas não seria honesto. Ele está sendo honesto na proposta dele, ele está trazendo uma proposta do que ele acha que é razoável que seja mantido na Câmara. Mas ele poderia aqui fazer todos os benefícios, jogar numa lei e dizer: "Agora, resolvam com a Câmara". Porque o projeto veio da Câmara e teve cem sessões de audiência pública, e não se chegou ainda...

Não foram cem? Foram cem, né? Cem sessões de audiência pública, ou algo parecido, num volume...

A SRA. MARILDA DE PAULA SILVEIRA (*Fora do microfone.*) – Zero.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Zero audiência pública?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Bom, se a gente não chegar pelo menos a essa convergência de que o projeto tem sido discutido...

A SRA. SORAYA SANTOS (Bloco/PL - RJ. Para interpelar.) – Eu quero deixar registrado, Senador Portinho, porque foi criada uma Comissão Especial, que durou um ano, com participação de todos os segmentos de advogados do país. Foram mais de cem audiências públicas, eu participei de várias. Tivemos contribuição do eleitoral, porque o Ministro Fachin à época já estava fazendo um apanhado da jurisprudência, ele fez inclusive uma doação. O Juiz Nicolau, que é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

braço direito dele nesse assunto, participou ativamente. Então, assim, me causa estranheza essa colocação de não ter tido nenhuma...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas, de qualquer forma, aqui estamos tendo uma audiência pública.

A SRA. SORAYA SANTOS (Bloco/PL - RJ) – Eu não vou aqui contradizer, é só baixar os vídeos que estão disponíveis. Até porque, Senador Portinho, tudo o que se faz, tanto no Senado quanto na Câmara, fica disponível, basta entrar no sistema que vai encontrar as audiências.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim, sim, sim. Isso é uma discussão lateral, eu respeito, enfim, talvez alguém quisesse participar mais...

A SRA. MARILDA DE PAULA SILVEIRA (Para expor.) – Senador, eu peço desculpa pelo aparte, mas é porque eu afirmei que não teve nenhuma e eu não quero que fique parecendo que eu estou mentindo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Lógico.

A SRA. MARILDA DE PAULA SILVEIRA – E eu não estou. Existe uma diferença entre comissão técnica que é ouvida antes de haver um texto... Eu dou aula na graduação, dou aula de 60 horas de direito eleitoral, eu vou lá e falo coisas abstratamente – isto é uma discussão técnica abstrata sobre um tema. Isso existiu de fato, Deputada. Vários técnicos: TSE, Ministério Público, professor. Eu estive três vezes discutindo abstratamente. Nunca houve texto. Não havia texto. Não se discutiu, como o Senador colocou aqui, um relatório, um texto para a gente opinar. Esse texto foi votado no dia em que ele apareceu na Câmara dos Deputados, no dia da votação. Sobre este texto, esta é a primeira audiência pública.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Compreendido. Compreendido, e é importante que haja essa discussão, porque mesmo aqui essa discussão eu ainda considero abstrata, porque, pelo que eu vejo do pleito da Bancada Feminina, ainda não se atingirá ou não se endereçará aquilo que é almejado. E essa é uma discussão que só vai, na verdade, surtir maior efeito quando efetivamente a participação feminina for maior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, caminhando para minha conclusão, eu receio que a gente ainda vá discutir muitas vezes isso, como, aliás, isso faz parte da evolução legislativa, inclusive, né? E do tempo, as coisas têm um tempo da sociedade e do Legislativo. E eu receio que... E aí seria a minha sugestão, e eu vou guardá-la para o futuro, porque eu sei que a gente vai voltar a essa discussão, sobre o texto que vocês, que a Bancada Feminina conseguir aprovar com o Marcelo Castro, que seja factível de ser aprovado na Câmara, que não seja uma expectativa ilusória, que seja algo concreto que garanta a participação feminina... A minha sugestão seria garantir para as mulheres 50% de fundo, 50% de tempo de TV e efetiva formação na promoção do seu preparo e das suas candidaturas, porque aí ela teria igualdade de condições para concorrer com os homens, e o resultado é o voto do eleitor.

Não me agrada totalmente a questão, vou ser sincero, de dizer que são 20% de cadeiras ou são 30%, porque não me parece que assim a gente está garantindo igualdade; está garantindo maior participação, sim, mas não a igualdade. A igualdade, na minha opinião, tira tudo isso. Dá 50% de fundo, 50% de tempo de TV e compele à formação de mulheres, sem reserva de vagas e sem cadeira: essa é a minha sugestão, mas é a sugestão de um homem, que pode estar completamente fora do seu lugar de fala, né?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Portinho, V. Exa. colocou emenda nesse sentido?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, eu não coloquei emenda, porque eu estou aqui dentro desse endereçamento, eu estou aqui aberto, eu não estou convencido de tudo ainda, não, mas posso fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

Bem, olha, nós temos aqui ainda a Senadora Dorinha, que é a próxima a usar da palavra, a Senadora Augusta, a Senadora Daniella...

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (S/Partido - PB. *Fora do microfone*.) – Não, eu já falei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Daniella já falou.

... a Senadora Zenaide e a Senadora Leila.

Então, esse é o primeiro tema ainda. Nós temos o segundo tema, que tem quatro convidados para falar. Eu pediria a V. Exas... O tema é muito bom, é gostoso de debater, mas nós temos aí um...

Então, com a palavra a Senadora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para interpelar.) – Bom, queria pedir só para o Senador nos ouvir aqui um pouquinho.

Dani...

Presidente, eu acho que, assim, primeiro, é muito importante essa realização das audiências, porque o Senador mostrou uma enorme disposição. Ele se reuniu, eu tenho certeza de que não foi só com a Bancada Feminina, mas com todos que o procuraram. Mas só com o texto pronto é que a gente realmente tem condição de discutir a partir de uma ação concreta.

Eu quero começar falando sobre a fala da Deputada Renata Abreu. Ela falou assim: "Elas falaram". Nós falamos mesmo, mas não foi no texto, no sentido que ela disse. Talvez ela não tenha nem compreendido, eu vou repetir o que nós dissemos. Quando se flexibiliza o percentual, a cota de candidaturas e, ao mesmo tempo, deixa de existir a punição para o não cumprimento, significa que nós estamos legitimando a fraude. Ninguém disse que era castigo a cota; ao contrário, é um direito. Nós gostaríamos... E aí, infelizmente, o Senador Portinho saiu, mas ele disse assim: "O Senador Marcelo Castro poderia fazer a maior das bondades". Nós não queremos bondade, nós queremos respeito ao nosso direito. Somos plenas de direito para votar, para sermos votadas, somos mais de 50% da população. Então, não é bondade! Nós estamos tentando avançar para... Países em que as mulheres usam burca já conseguiram chegar em outro estágio.

Então, eu vim agora, recentemente – eu, a Deputada Soraya e tantos outros representantes –, de um fórum na Cidade do México em que o tema era paridade. Esse é o nosso horizonte, mas é um horizonte que não quero para a minha quarta geração. Eu quero um horizonte... E não estou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falando de mim, eu tive três mandatos de Deputada Federal, sou Senadora. A minha obrigação e a minha responsabilidade não é tratar do meu direito ou do meu lugar, é uma representação legítima.

Ao mesmo tempo, eu quero colocar – então, não é bondade –, quero colocar também um outro tema que foi muito colocado por... A gente escuta muito isso, Relator, sobre... E o Portinho me deu oportunidade de falar depois dele e disse isso também, ele falou que não quer... a gente tem que respeitar e saber que tem uma vontade popular. Lógico, nós vivemos de voto e da vontade popular. Eu tenho muitos votos de homens e de mulheres. Isto sempre vai existir, escolhas a partir do que as pessoas defendem, da sua colocação... Nós não estamos querendo segmentar voto. O que nós estamos dizendo aqui é sobre condições: condições de disputa, condições de participação e condições de representação. É isso que eu estou dizendo.

Então não adianta dizer que eu vou... Eu e o Senador Vanderlan – o senhor tem carteira, eu também tenho a minha carteira de motorista –, vamos dizer que nós vamos fazer uma corrida lá na nossa querida cidade de Goiânia, onde pode ser feita a corrida; nós dois vamos fazer essa corrida. Aí me dão um carro muito potente, uma Ferrari – suponhamos que eu soubesse dirigir esse carro – e ao senhor dão um Fusca, e dizem: "Olha, os dois estão saindo do mesmo lugar, vão participar do processo eleitoral". Eu acho que só se eu fosse muito ruim na direção para eu não chegar muito na sua frente, porque as condições são diferentes – e é disso que nós estamos falando, de condições.

Por isso não dá para pensar na mudança da realidade eleitoral quando a gente olha assim: "Não, só a cota de candidatura não produziu efeito". Sim, porque não adianta me dar uma Ferrari sem combustível, eu preciso ter condição. Então, eu precisava ter a reserva de cadeiras, de candidatura... Avançamos para a reserva de recurso, e agora é um passo que poderia ser dado, desde que somado concomitantemente às cadeiras efetivas.

Então, nós não vamos ceder, eu não vou ceder – é um processo de votação – nenhuma concessão. Daqui para frente, é só candidaturas, recurso e cadeira. Aonde eu quero chegar? No mínimo, 50%. O México, o Chile e outros países aplicaram a cota. E não é cota de mulher, gente, não; é cota de gênero. Então, o México aplicou cota de gênero, e mulheres perderam a sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representação para entrarem homens, porque lá foram eleitas mais mulheres do que homens. É disso que nós estamos falando.

Então, com todo o respeito, é excelente se a gente conseguir avançar nas cadeiras, desde que não seja para abrir mão das candidaturas, de forma alguma. Senão... Eu sei que o Relator, na última vez em que eu falei, ficou zangado; agora a Doutora falou a mesma coisa: para mudar, para ter que abrir mão das candidaturas, eu prefiro que fique do jeito que está, e nós vamos continuar no nosso fórum de luta, no texto que está lá na Câmara. Nós vamos para lá, para cima do Presidente Hugo Motta, de todos, para votar o texto que já está lá, numa reserva de cadeiras que vá avançar e em que eu vejo um horizonte, um horizonte em que nós vamos sair de 20%... Nós somos 19,75% aqui. E aí eu quis... Falei com a Flávia separadamente e vou falar de novo: é muito bom que a gente aumente a participação na Câmara de Vereadores e com as Deputadas Estaduais, mas eu quero lembrar que quem constrói lei e dá direção para o país é Congresso. E, de verdade, os 20% não têm efetividade aqui. Nós já somos 19,75%. Agora, lógico que nós queremos consolidar essa presença, aumentar a presença de Senadoras, aumentar a presença de Deputadas no Congresso, porque, quando a gente fala de crescente, de Câmara e tudo, é muito bom, mas nós queremos saber a efetividade de mudança do ponto de vista de condução. Essa é a minha perspectiva.

Quero também lembrar: quando a gente diz que a reserva só de candidaturas não produziu efeito, vamos dar uma olhada em quem eram as candidatas. Eram as mulheres dos candidatos, eram as mães dos candidatos, eram as filhas dos candidatos. Então, de novo, era burlando a lei. Botavam na sua maioria.... Eu estou falando e posso dar nomes no meu estado, não vou falar dos outros estados. O partido tinha que ter candidatas, procurava-se uma mulher; como não tinha punição, acontecia em grande escala: "Ah, eu punha o nome da minha mãe para cumprir a cota". Então, realmente não ia produzir efeito. Hoje, nós temos um processo que fiscaliza e que pune. Então, candidaturas, recurso e cadeira. A gente precisa ter essa equação.

E já finalizo. É só sobre um alerta. Quando a gente conseguiu, provocado pela Bancada Feminina, avançar na compreensão da correspondência tanto do fundo partidário quanto do fundo eleitoral entre as candidaturas – 30% no mínimo, 30% do dinheiro, pode gastar mais; 40% de candidatura, 40% do dinheiro –, eu não tenho dúvida de que nós vamos ter uma série de judicialização quando o partido não cumprir as candidaturas, para dizer: "Por que nós vamos ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que gastar 30% se o partido não cumpriu?". Reservou cadeira. Cadeira vazia não me representa. Não adianta colocar uma cadeira aqui do lado da Dra. Raquel e dizer assim: "A Senadora Dorinha está ali". Eu não estou. Tem uma cadeira vazia que me afronta.

Então, essa é a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senadora Dorinha.

Senadora Augusta, com a palavra.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero aqui cumprimentar os convidados, as convidadas que aqui estão, Senadoras, Senadores, o Relator.

Eu acho que a fala da Dorinha me antecedeu nos pontos que realmente eu ia botar aqui como os principais. Primeiro, essa questão da reserva de vagas é importantíssima – nós sabermos –, mas da forma como ela vem, tirando a cota de candidaturas, não nos contempla. Assim, pelo menos a mim e, pelo que eu vi, à Dorinha também; acho que a Bancada Feminina está entrando aqui mais ou menos num acordo.

Então, o que nós almejamos – inclusive, apresentei uma emenda – é que a gente pudesse combinar o que já existe na cota de candidaturas com a reserva de vagas, isso mantendo a questão também do recurso, para poderem elas ter essa candidatura. Da mesma forma, também, como disse – eu vou até pegar a fala da Dorinha aqui, só complementar –, são as cotas, que têm que continuar; são as reservas de cadeira que têm que ter, ela botou aqui; e eu vou botar só uma coisa a mais, que é a punição se isso não acontecer. Se tiver tudo isso, e não tiver a punição prevista aqui, nesta lei, eu, infelizmente, não acredito que vá ser cobrado tanto como está sendo cobrado agora. Então, a punição é essencial que continue para, exatamente, fiscalizar os partidos que não estiverem cumprindo com a cota de candidatas e, agora, se for assim, combinando tudo com a reserva também de vagas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu não queria ficar repetindo aqui, mas a gente apresentou uma emenda, que foi assinada por várias Senadoras e Senadores, exatamente pegando esses pontos que para nós são cruciais: continuar com a cota de candidaturas, a reserva de vagas, o financiamento das campanhas e a punição para os partidos que não cumprirem com esses requisitos. Eu acho assim, simplificando, resumindo bem aqui o que é a nossa intenção da fala da Dorinha, é falar nesses pontos.

Já terminando minha fala, não podia deixar aqui só de comentar – a Senadora já saiu, teve que sair, a Senadora Daniella – sobre a violência política de gênero, não é? Ela é muito forte, e eu queria até acrescentar – eu, com a minha audácia, não é? – uma forma como ela não é falada, ela não é sentida fisicamente, mas até no silêncio a gente sofre uma violência política de gênero.

Como ela bem falou, até numa composição de cadeiras, porque eu já vi uma cena, numa solenidade – não vou nem falar onde foi, nem como foi – em que, nas cadeiras da frente estavam todos os maridos com as suas esposas. Nada contra, tudo ótimo. Mas a mulher que tinha mandato e que estava lá tinha que sentar atrás, porque, se fosse um homem, sentaria na frente. Mas ali é a total, diria assim, transparência do que é uma violência, não é? Então, ali estavam dizendo assim: "Ó, você, mulher, você quer entrar na política? Seja esposa, tenha um homem para lhe respaldar". Porque se a mulher, na política, tiver um mandato, ela tem que ficar para trás porque ela não está ali respaldada por um homem. Então, essa violência silenciosa que acontece, que, muitas vezes, passa despercebida – eu quero aqui acrescentar à fala da Senadora Daniella –, é muito forte, não é?

E acaba que nós, que estamos aqui, no mandato, como mulheres, sentimos muito isso na pele todo dia, não é? Então, é por isso que a gente não vai, exatamente, retroceder em nada do que a gente está tentando ter aqui, porque não é nada mais do que fazer justiça, e eu acredito que justiça a gente faz fazendo o que é certo para homens e mulheres, não é?

Então, era só para acrescentar aqui, na fala da Daniella, também esse desabafo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senadora Augusta.

Senadora Zenaide. Com a palavra, minha amiga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente, nossas – aqui, pelo menos, a maioria é mulher – palestrantes, quero dizer o seguinte: o que a gente ouviu hoje aqui, Profa. Marilda, a senhora resumiu tudo nessa questão de a gente ter, em 500 anos dos partidos, homens com dinheiro, com um legado, e a gente, há pouco tempo, é que teve o direito de votar e ser votada.

Quero também dizer o seguinte, respaldando Dorinha: desde o início... Porque essa tentativa de tirar 30% de candidatura, isso não é recente, não. Quase todo ano isso vem à tona. Quando se fala em reforma eleitoral, infelizmente já se vem com essa história de tirar os 30% de candidatura.

Gente, os 30% são a base. Sem os 30%, mesmo que a gente conseguisse, dissesse "não, vai ter 20 ou 30% de cadeiras", a justificativa vai ser que nós não preenchemos as cadeiras porque não tinha mulheres candidatas.

E concordo plenamente com a senhora: é uma decisão do Estado brasileiro de não colocar a participação feminina. Eu vejo isso, como eu ouço, sobre a educação – que se usa muito ainda hoje –, que as pessoas estão na pobreza, sem educação, porque Deus quis. A senhora falou aqui como não era da natureza das mulheres. Porque Deus quis. Deus quis que você fosse analfabeto.

Ora, gente... Não é verdade. Faltou decisão política do Estado brasileiro para deixar as pessoas analfabetas, para não terem direito a nada. É isso a essência.

E, por exemplo, o fato de achar que a Câmara não aprova 30% de cadeiras, aí por isso nós vamos fazer errado, Dorinha? E aceitar que tirem aquilo que a gente conseguiu, no dia a dia, e o Poder Judiciário que nos deu...

Por isso que eu já entro aqui no que Daniella disse: crime eleitoral tem que ser julgado no eleitoral, e não na Justiça comum, porque é diferente.

Então, o que é que a gente... Eu vou dizer aqui o que as meninas confirmaram: não abrimos mão dos 30% de candidaturas; não vamos abrir mão dos recursos do financiamento, como já tem; e, as cadeiras, vamos ver. Se vier, não como teto... Porque eu acho que, se a gente botar 20% de teto, então a gente nunca vai poder andar. Serão 20 anos o mesmo: vão ficar 20% os homens sempre...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada contra os homens. Aqui isso não é uma questão pessoal, não é uma questão partidária, não é uma questão de cor. Isso é uma questão das mulheres deste país, que são mais de 50% e precisam sim estar representadas, como falou a nossa Professora Dorinha.

Mulheres deste país, quem decide o seu salário, quem decide quantas horas vamos trabalhar, com que idade vamos nos aposentar, quais os recursos que vão para a educação pública, para a saúde pública e para a segurança pública de todas nós, inclusive dos homens, é definido aqui no Congresso Nacional. Por isso que nós precisamos dessa representatividade.

Eu não tenho dúvida de que, se a gente mantiver os 30% de candidatura, o financiamento, com todo o respeito, e a punição para quem não cumprir, nós podemos chegar lá – mas vamos demorar. Agora, deveria a gente tentar conseguir cadeiras, nem que fossem por tantas legislaturas, mas um número maior e que não fossem o teto, que a gente pudesse crescer.

Era isso que eu queria dizer e continuo... Somos aqui de mãos dadas: os 30%, o que a gente já conseguiu, de jeito nenhum! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O Relator pediu a palavra. Em seguida, a Senadora e Líder Leila.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ou melhor, Senadores, esta causa do aumento da participação feminina na política é uma causa que deve ser de toda a sociedade brasileira, porque não se justifica sob nenhum ângulo que nós tenhamos uma sociedade com maioria feminina – nas universidades as mulheres já são maioria; nos concursos públicos as mulheres se destacam – e na política a gente continue com a representação tão ínfima, tão pequena como nós temos agora.

Então, em primeiro lugar, eu posso estar enganado, mas, se essa proposta, se esse código estivesse sendo relatado aqui por uma mulher e a mulher tivesse apresentado essa proposta que eu estou propondo, eu acho que teria tido uma receptividade melhor.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Posso estar errado.

(*Intervenções fora do microfone.*) (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Posso estar errado, sou um ser humano, e só Deus – só Deus – não erra.

Eu quero que todos entendam que eu estou imbuído do propósito firme, legítimo, autêntico... Não é de hoje, é de sempre: nenhuma pauta em que avançava a participação feminina na política deixou de contar com o meu apoio. Quando eu fui Relator do Código Eleitoral em 2015, eu apresentei o sistema eleitoral misto em que se colocava metade das candidaturas e o sistema proporcional de lista fechada privilegiando a participação feminina. Sou Relator do Código Eleitoral e poderia estar numa posição aqui muito cômoda. Esse código foi relatado na Câmara por uma mulher: não trouxe reserva de cadeiras. Eu poderia muito bem dizer... É muito mais cômodo para mim não colocar, e aprovar do jeito que veio da Câmara.

No entanto, eu estou fazendo isso. Por que eu estou fazendo? Porque eu estou convencido de que essa é uma das poucas maneiras que nós temos para aumentar a participação feminina na política.

Nós estamos, como eu disse aqui, atacando a causa? Não. Mas nós estamos corrigindo o efeito.

Qual é a causa? A causa eu acho que todos nós sabemos. Por que a representação feminina é tão baixa no Brasil? São várias as causas: a sociedade patriarcal que nós temos, arraigada; o machismo estrutural; uma falta de cultura de igualdade; o preconceito que existe na sociedade; a violência de gênero; as condições peculiares que a mulher tem de maternidade, de dupla jornada de trabalho. Tudo isso dificulta.

Agora, qual... Se me perguntassem assim: Marcelo Castro, para você, que é um estudioso de sistema eleitoral no Brasil – não sou o melhor, não sou o maior, mas sou um estudioso –, qual a causa mais importante que faz o Brasil ter uma sub-representação, de ser tão ínfima? É o patriarcado? É o machismo? O que é? Não! Porque eu acredito que os brasileiros não são menos machistas do que os portenhos. Eu acredito que os brasileiros não são mais machistas do que os mexicanos. Por que o México tem 50% de representação feminina? Por que a Argentina tem quarenta e tantos por cento de representação feminina? É o sistema eleitoral. Tudo isso que eu falei é importante, são causas, mas o determinante, o fator preponderante é o nosso sistema eleitoral, de lista aberta, em que as candidaturas são individualizadas e, por isso mesmo, por serem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

individualizadas, são caríssimas. Agora, recentemente, nós tivemos quatrocentas e tantas mil candidaturas no Brasil. Você vai bem aqui no Uruguai, você vai bem aqui na Argentina, você vai bem aqui em Portugal, na Espanha, e não tem: "Vote em João", "Vote em Maria", "Vote em Francisco". Não! Vote no partido. Então, enquanto aqui no Brasil nós fazemos milhares de campanhas, bem aqui na Argentina ou em Portugal, fazem quatro, cinco ou seis campanhas, e se resolve tudo. Por quê? Porque as campanhas são partidárias.

Nós somos um sistema eleitoral anômalo, disfuncional, porque, em todo lugar do mundo em que o sistema é proporcional, como aqui no Brasil, que é um sistema de conceito, de programa, de ideia, de doutrina, de ideologia, de filosofia política, você vota no conceito, na ideia, no programa, na ideologia. Você vota no partido comunista, você vota no partido socialista, você vota no partido trabalhista, você vota no partido conservador, você vota no partido cristão. Aqui, no Brasil, nós adotamos o sistema proporcional e votamos nas pessoas, como nos Estados Unidos, na Inglaterra e na França, em que você vota em pessoa, mas vota no distrito, num lugar fechado, restrito.

Qual é a condição *sine qua non* de se votar uma pessoa, de eu vou votar em João e não em Pedro? Qual é a condição *sine qua non*? É o conhecer João e conhecer Pedro. Por isso é que, no mundo inteiro, nos lugares em que você vota em pessoas, você vota num distrito que é restrito. Então você é daquele distrito, você nasceu no distrito, você conhece as pessoas, estudou nos colégios, torce por aquele time de futebol, participa dos clubes daquele lugar, então você vota restritamente.

Observe só a anomalia no Brasil. Na eleição passada, São Paulo teve mil quinhentas e tantas candidaturas para Deputado Federal; mil seiscentas e tantas candidaturas para Deputado Estadual; 3 mil candidaturas para Deputados Estadual e Federal. Aí você pega o coitado do eleitor e diz: "Agora escolhe um no meio desses 3 mil que tem aqui". Não dá nem tempo de aparecer na televisão. Não dá tempo de a pessoa dizer a que veio, a que se propõe.

Então, qual é a nossa proposta de fundo, de base? É mudar o sistema eleitoral. Quem mais tem lutado por isso aqui no Congresso Nacional? Acho que sou eu. Mas já conseguimos? Não, não conseguimos até agora. A exemplo de outras, já aprovamos no Senado, está na Câmara, mas a Câmara não vota. A exemplo da cota de mulher, nós aprovamos no Senado, está na Câmara, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Câmara não vota. O código que veio da Câmara não traz essa inovação que eu estou botando. Não estou fazendo uma guerra contra a Câmara, não; estou falando aqui de fatos concretos.

Então, qual é a minha ideia aqui? A minha ideia é criar uma cultura favorável à participação política da mulher. Como que cria essa cultura? Obrigando a que todas as Câmaras Municipais do Brasil, no lugar mais longínquo, mais distante, mais isolado, tenha pelo menos duas mulheres representando as mulheres – isso vai criando uma cultura –; que todas as Assembleias Legislativas do Brasil tenham pelo menos cinco mulheres, que os menores municípios tenham lá cinco mulheres, é o que determina o nosso código. E isso cria uma cultura. E mais: a mulher que chegar lá por cota vai permanecer sem a cota.

Então, D. Marilda, com todo respeito, não vira teto, continua piso. Por quê? A mulher que chega lá, a mulher que chegar à Câmara aqui vai ter gabinete, ela vai ter assessoria, ela vai ter recursos para prestar conta do seu trabalho na sua base, ela vai ter emendas parlamentares para levar para o seu estado. Então, ela chegou pela cota, mas, quando ela for disputar outras candidaturas, ela talvez não precise mais de cota. Ela vai chegar com votos tanto quanto os homens têm também. E aí você vai criando uma cultura de base nos municípios, nos estados, na Câmara Federal, e as mulheres vão servindo de modelo, de espelho, de exemplo para outras mulheres entrarem na política também. Imagina o benefício que fez à humanidade, no tocante a mulher, uma Margaret Thatcher dessas daí, a Dama de Ferro, uma mulher importante que foi, que dominou o cenário político internacional? E uma Angela Merkel, da Alemanha?

Então, nós precisamos de mais exemplos de mulheres. E o que é que nós estamos botando? Uma cota, isso aqui é uma cota. E o que é que nós estamos fazendo? Olhem o ganho: nós estamos trocando uma cota de obrigatoriedade de candidatura, que com todo o respeito a minhas colegas, não serve para absolutamente nada... E digo isso, não por impressão subjetiva, digo isso por números.

Está aqui o trabalho que eu mostrei, que eu apresentei: cria cota de mulher, não aumenta a participação; cria obrigatoriedade de candidaturas femininas, não aumenta a participação; bota dinheiro, aumenta.

Agora, Dorinha, presta atenção aqui, repare o avanço, Leila, que nós estamos tendo. De 2014 para 2018 – em 2014 não tinha cota, não tinha dinheiro; em 2018 teve –, nós aumentamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

50% a participação feminina na Câmara. De 2018 para 2022, nós aumentamos 20%. Com a minha cota aqui, com essa cota – a minha, perdão –, a nossa cota de 20%, sabe quanto nós vamos aumentar na próxima legislatura? Quarenta por cento. Olha o ganho: aumentamos 50%; aumentamos 20% em cima de 50%; e vamos aumentar 40% em cima de 20% em cima de 50% – só na Câmara. E isso vai acontecer em todas as Assembleias Legislativas do Brasil, vai acontecer em todas as Câmaras Municipais do Brasil, mas o mais importante de tudo, o que é que vai ser? A cultura. Quantas Câmaras Municipais têm no Brasil hoje que não tem uma mulher? Vão ter pelo menos – pelo menos – duas. E aí essas mulheres vão servir de exemplo, vão ser o estímulo para as outras.

E os recursos públicos... Olha o tanto de coisa que nós estamos botando no código. Os recursos para as mulheres vão aumentar, porque os votos dados à mulher serão contados em dobro. As mulheres que foram eleitas serão contadas em dobro, tanto para o fundo eleitoral como para o fundo partidário. Então, você faz uma dupla contagem.

Então, gente, eu não sou *magister dixit*, não sou dono da verdade, mas estou imbuído do melhor espírito de que nós estamos trilhando um caminho certo. Quando eu fiz essa proposta, digo do fundo do meu coração, eu esperava encontrar uma reação adversa dos homens, que vão perder cadeiras para as mulheres, no Brasil inteiro. Hoje tem 700 Câmaras Municipais que têm nove homens e nenhuma mulher; dois desses homens estão condenados, eles vão deixar de ser Vereadores. O estado da Dorinha, Tocantins, tem oito homens hoje, não elegeu uma mulher. O meu Estado do Piauí tem dez homens hoje, elegeu uma mulher, mas ela foi para o Tribunal de Contas. O que é que nós estamos dizendo na prática, Dorinha? É que dois dos oito Deputados do Tocantins vão perder a vaga com este código aqui. Eles não vêm para cá, não, porque duas vagas serão de mulher. O que é que nós estamos dizendo na prática? É que, dos dez homens que hoje são Deputados Federais do Piauí, dois nós estamos tirando do jogo, eles não vêm para cá porque duas mulheres virão – no mínimo duas. Porque o Piauí, na eleição passada, mandou uma mulher só – 10%, lá são 10 –, mas na eleição anterior tinha mandado quatro, tinha mandado 40%. Olha o ganho que isso tem! No caso do Tocantins, Dorinha, que são oito vagas, a gente aplicando 20% de oito vagas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, Dorinha... Eu ouvi você atentamente, com todo respeito, com toda consideração, não lhe custa nada ter o mesmo tratamento. Você está impaciente que não pode ouvir? Pelo amor de Deus!

Eu estou com dois anos nesse Código Eleitoral. Todo mundo que teve uma ideia, que me procurou, eu atendi. Digo isso aqui de público. Ouvi atentamente, com todo o respeito, com toda a distinção e procurei atender no que foi possível. Na hora que eu concluí o código, o que fiz? Fui à OAB Nacional. A Dra. Marilda estava lá. Passei quatro horas apresentando o código, recebendo sugestões, recebendo críticas, com toda humildade. Pedi as sugestões e incorporei muitas das sugestões que foram feitas. Então, fizemos esse código da maneira mais democrática, mais participativa possível. Agora, democracia é democracia. Minha ideia vai prevalecer? Por que não? Tem que prevalecer a ideia da maioria. Então, se nós não chegarmos a um entendimento, que é o que eu tenho procurado desde o primeiro instante, não tem problema. As divergências da democracia não são resolvidas na bala, na força; são resolvidas no voto. Então, nós vamos democraticamente... Quem não tiver de acordo, apresenta a emenda, faz os seus argumentos, e quem tiver força maior de argumentação junto à maioria... E então se define o que se tem que fazer.

Então, dizendo isso daí, como eu estou convencido de que eu estou fazendo o que é certo – aí eu faço igual a Dorinha fez e a Zenaide fez –, não vou abrir mão do que eu acho que é certo. Agora, eu posso ser derrotado. Isso é da democracia e não me ofenderá se eu for derrotado.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Relator, Marcelo Castro.

Líder Leila com a palavra.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Para discutir.) – Rapidamente aqui, porque eu não vou me estender, já é mais de meio-dia. Só vou pegar uma fala, no finalzinho, do nosso Relator, Marcelo Castro.

Primeiro, Marcelo, quero agradecer a você porque sempre teve a disponibilidade de conversar com a bancada, e ao Senador Otto também por ter dado a oportunidade, junto com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vanderlan, que é o Vice-Presidente da CCJ, de fazermos este debate através dessa audiência e trazermos os *players* aqui, os interessados a respeito da temática.

O código... Toda vez que tratamos, entra e sai, termina um pleito, finaliza um pleito, e a gente... Eu estou aqui há seis anos. Então, a gente vive esse drama. E aí, Marcelo, eu queria te falar uma coisa: na democracia tem que ser decidido pela maioria, e nós não somos maioria aqui dentro. Nós não somos.

Infelizmente, eu acho assim, o maior desafio que nós temos dentro desta Casa – aí eu pego a fala da Dorinha – é porque é aqui que se decide tudo. Aqui dentro desse Congresso Nacional é que nós decidimos não só quem vai participar ou não... E vou dizer para você: não estou nem um pouco preocupada em garantir a minha cadeira, Marcelo, sinceramente, porque eu vim em um outro contexto dentro da política, mas, como mulher, é muito fácil ser técnica, mesmo sendo mulher, falando sobre Código Eleitoral; e um homem também, tecnicamente, mesmo não sendo mulher, falando sobre Código Eleitoral. Mas nós, mulheres que estamos na política, nos bastidores, naquele dia a dia, Marcelo... Ninguém mais sabe o que é viver a política como nós, no bastidor. Não, aqui não está mais se valendo, não está mais se valendo... E desculpa o debate.

Não é tecnicamente, não são números, é o bastidor, porque, quando você fala que ainda temos uma participação ínfima da mulher dentro desse contexto, existe um comando partidário. E esse comando partidário, muitas vezes, não quer seguir e não segue... Não vou generalizar, Marcelo, porque hoje eu sou Presidente de um partido, mas eu vou te dizer que eu vivi isso. É muito diferente quando se garante legislação, valores, números. E a gente se depara muitas vezes... porque a gente não tem essa garantia, como nós estamos tentando aqui, de que a coisa seja feita da forma correta, porque, senão, não se trataria aqui sobre a anistia dos partidos com relação às cotas. Então, está muito claro que, se a gente tira o básico, Marcelo, e, mesmo assim, um monte de partido já está respondendo, está pedindo anistia, está pedindo para ser perdoado: "Ah, nós não cumprimos a cota porque a gente teve inúmeras dificuldades"... Mas existe um desinteresse, Marcelo.

E vou falar para você. Esses dias mesmo eu desabafei num vídeo falando que, às vezes, eu tenho a sensação de que a gente fala para nós mesmos. E é verdade. Nesses debates, nós só falamos para nós mesmos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, olha aqui, nós tivemos uma reunião na CCJ na semana passada: "Vamos participar!". Não é, Vanderlan? Não é, Marcelo? "Vamos vir todo mundo." Os homens aqui mesmo falaram... Quantos homens estiveram aqui, gente? Cinco. Vou dizer aqui – eu estava olhando –: Marcelo, Otto, Vanderlan e Portinho.

Então, Marcelo, deixe-me falar para você: não é mais disputa de gênero. Para mim, enquanto mulher e Senadora da República, é muito ruim, depois de tanta luta das que vieram antes de mim, a gente ter qualquer tipo de retrocesso na questão das cotas. Sabe? Porque foram essas mulheres que fizeram eu estar aqui, nós todas aqui, a maioria, ou aquelas que participaram do processo. Então, é retrocesso, sim, a gente tratar disso, tirando a punição, porque existem partidos e partidos, comandos e comandos.

E aí, Marcelo, eu vou lhe dar os parabéns pelo seu avanço, que são os 20%. Isso é um avanço, mas não a retirada de cota das candidaturas, porque, sim, houve um grande trabalho das que vieram antes e a gente sabe que, nos bastidores, tirar a punição vai ser retrocesso para a nossa participação, porque é uma violência.

Não, assim, você vai falar que não, Marcelo, você é MDB, mas eu estou te falando, cara. Eu estou te falando que falar tecnicamente de número, vir aqui e falar de participação é uma coisa. No bastidor, quem está na política... A política é dura para a mulher, em todos os sentidos.

Eu não vou ficar aqui remoendo nem me lamentando, porque agora eu vou ter algo na minha cabeça: que eu estou aqui para representar a maioria e eu vou lutar pela manutenção da cota, pelo recurso. E, se a gente conseguir, Marcelo, com a sua sensibilidade, com a sua delicadeza, com o seu respeito mesmo... Ninguém vai poder dizer nunca que o Relator que tratou desse código não teve a devida atenção e o respeito com as duas bancadas. Você teve. E, como você falou, vai ter que ir para o voto, e nós não somos a maioria, então vocês já sabem o resultado disso, mas, enquanto mulheres, Senadoras da República, representando a maioria aqui dentro, nós temos que lutar pela manutenção e, sim, pelos avanços. Nenhum tipo de retrocesso.

Obrigada, amigo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senadora Leila.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para interpelar.) – O Senador achou que eu não queria ouvir. Eu estava era brincando. Eu falei: o Senador está me dando tanta oportunidade, porque ele mencionou meu nome várias vezes, e, pelo Regimento, eu tenho o direito a...

Foi só essa brincadeira, não era impaciência. Porque o sentimento que eu tenho é de que, do que a gente fala, nós não somos escutadas. Ouvir, porque não tem jeito de trancar o ouvido, é um enorme avanço; mas, se a gente não conseguir manter a equação candidatura, recurso e cadeira, nós não vamos avançar. Isso não sou eu que estou dizendo, não, são números.

Quando o senhor mencionou que não tinha mudança – eu também, isso que eu falei eu tenho certeza absoluta de que aconteceu em todos os lugares de candidaturas de mulheres, de esposas, de mães, de tias –, é lógico que não tinha jeito de dar certo, elas não entraram para dar certo, só para cumprir uma mera formalidade. E o que eu estou entendendo é que o Brasil, de maneira muito lenta, deu alguns passos e nós não temos a permissão de retroceder. Se nós não conseguirmos chegar a um entendimento aqui, a Justiça vai fazer isso, porque nós não vamos retroceder.

Nós temos uma oportunidade de o Senado, mais uma vez... Porque já fez isso, votou várias vezes, a consultora Flávia colocou isso e o Relator também. Já houve avanços em relação a cadeiras efetivas. O Senado fez isso, a Câmara tem essa tarefa. Agora, nós não podemos é permitir ter que, para poder avançar para a cadeira, retroagir, de ter que abrir mão das candidaturas. É só nesse sentido e foi só uma brincadeira, eu não estava com impaciência, não. Na verdade, vou dizer, pela primeira vez eu vou ter chance de pedir o Regimento e poder falar.

Mas muito obrigada sempre pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senadora Dorinha.

Nós já estamos encerrando esse primeiro tema, agradecendo à Sra. Marilda de Paula Silveira pela presença, atendendo ao nosso convite; à Sra. Flávia Cristina Mascarenhas, também agradeço pela presença; à Sra. Renata de Abreu, Deputada Federal; à Sra. Teresa Sacchet, Doutora em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ciência Política, Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, nossos agradecimentos; e à Sra. Raquel Branquinho Pimenta Mamede Nascimento.

Se V. Exas. quiserem permanecer, será uma honra para nós. Se não, estão liberadas.

Obrigado. Obrigado, Raquel. Obrigado, Flávia.

Só a título de informação, foi definido pelos Senadores e Senadoras que nós teremos três audiências públicas, Senadora Dorinha, Senadora Augusta. Hoje com o Tema 1 e o Tema 2. No dia 15/04, com o Tema 3, desincompatibilização, inelegibilidade e crimes eleitorais, e com o Tema 4, sistema eletrônico de votação. E, no dia 29/04, Tema 5, partidos políticos e federações, e o Tema 6, propaganda eleitoral.

Também quero aqui fazer uma observação – Senadora Dorinha, ouvindo atentamente a todos aqui, a todas e ao Relator –, nós estamos num momento ímpar de chegar a um acordo nessa relatoria, por quê? O Senador Marcelo Castro tem ouvido, conversado, dialogado e é um entendido da área. Então é um momento que nós temos agora realmente para chegar a um acordo e talvez, com essas audiências públicas...

E eu gosto muito de audiência pública por isto: é uma oportunidade ímpar para nós Senadores e Senadoras entendermos melhor o projeto. Confesso para vocês que já aprendi muito, entendi, porque é uma correria tão grande para nós aqui e, nessas audiências públicas, a gente tem a oportunidade de ouvir mais em detalhes o que é o projeto e as observações em cima de um debate que eu estou vendo aqui muito proveitoso.

A segunda etapa... O segundo tema...

Sr. Jairo Nicolau, que está remotamente, Doutor e Mestre em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro e Professor da Fundação Getulio Vargas; Sr. Roberto Carlos Martins Pontes, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados; Sra. Malu A. Gatto, que está remotamente; e o Sr. Luiz Augusto Campos, também remotamente.

Nós temos um pedido aqui da Sra. Malu Gatto, que está fora do país e pediu que fosse a próxima a ser ouvida.

Então, Sra. Malu Gatto, com a palavra, se estiver nos ouvindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MALU A. C. GATTO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senador.

Obrigada também por flexibilizar essa questão da ordem de apresentação. Eu sou Professora em Ciência Política da University College London; então, estou quatro horas à frente e, daqui a pouco, tenho que pegar minha filha na creche. Portanto, talvez eu não possa ficar para todo o período da sessão.

Cumprimento as Senadoras e os Senadores, as convidadas e os convidados.

Eu agradeço muito pelo convite.

Eu pesquiso representação da mulher na política e leis de cotas de gênero na América Latina. Tenho diversas publicações nessa área, que depois posso compartilhar, caso seja de interesse, até porque eu vou falar um pouco sobre isso hoje. Também através desse estudo, eu sei a importância do papel histórico do Senado em avançar nessa questão do fortalecimento das leis de cotas no contexto brasileiro. Então, é muito importante também para mim estar aqui nesta audiência pública para um debate sobre o tema.

Eu vou começar, na verdade, reiterando algo que já foi dito por outras colegas, que é o fato de o Brasil estar na lanterna do mundo e, principalmente, da América Latina com relação à representação política da mulher. Mas isso não é algo, digamos... O Brasil ficou na lanterna enquanto outros países avançaram, ou seja, os outros países da América Latina estavam em patamares similares ao Brasil, na década de 90, quando essas cotas começaram a ser adotadas na região, e esses outros países avançaram. Então, o que eu queria falar hoje sobre? Eu queria falar sobre como esses outros países conseguiram fazer isso, como que a gente traduz isso daí para o caso brasileiro e pensando, principalmente, sobre a proposta que temos em mãos atualmente.

Eu começo por delinear as cinco dimensões das cotas de gênero, e eu acho que isso daí pode ser útil para a gente depois parar para pensar sobre cada uma dessas dimensões e o que isso daí tem a ver com o projeto de lei. Então, das cinco dimensões das cotas de gênero, a primeira delas tem a ver com o tamanho, ou seja, a proporção de reserva de candidaturas ou assentos; a segunda dimensão tem a ver com esses mecanismos de competitividade; a terceira, com mecanismos de *compliance* ou sanções; a quarta, com aplicabilidade, ou seja, para quais cargos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as cotas se aplicam; e a quinta dimensão tem a ver com essa questão dos obstáculos de implementação ou as brechas dessas leis.

O que a gente pode aprender com os casos de sucesso da América Latina? E eu queria aqui colocar que, mesmo nos países de lista fechada, o fortalecimento da Lei de Cotas se deu de forma gradual e que as cotas só se tornaram efetivas quando esses países fortaleceram os mecanismos de competitividade, fortaleceram e implementaram sanções e também fecharam brechas na lei, ou seja, fecharam esses obstáculos de implementação. Eu queria colocar isso aqui, porque eu acho que a discussão... A gente está trazendo muitas vezes essa ideia de que as listas fechadas são soluções para representação política da mulher. E eu também entendo que a realidade... De fato, é revolucionar o sistema eleitoral brasileiro, eu acho que isso daí seria muito mais difícil, mas, mesmo nesses países proporcionais de lista fechada, as cotas não iniciaram, não começaram já tendo um efeito imediato, e esse efeito só se deu a partir do momento em que essas cotas foram revisadas e fortalecidas nesses âmbitos aqui, que eu já estava discutindo.

Deixem-me voltar a essa questão das cinco dimensões dos desenhos de Lei de Cotas, e depois eu vou trazer para o caso específico brasileiro. O que os casos da América Latina nos trazem em termos de aprendizagem nessas cinco dimensões?

Um, como foi dito antes, com relação ao tamanho das cotas, os países avançaram até chegar a essa questão da paridade. Então, muitos dos países – a Profa. Teresa Sacchet já falou sobre isto – da região não falam mais sobre cotas, mas falam sobre leis de paridade que respeitam esta ideia de que, dado que as mulheres são 50% da população e também do eleitorado, elas deveriam estar representadas também na política respeitando esse percentual também de 50%.

As cotas nesses outros contextos também, em termos dos mecanismos de competitividade, ou seja, a segunda dimensão, garantem as candidaturas viáveis. Agora, num contexto de listas fechadas, isso se traduz na nomeação de mulheres para lugares na lista que são viáveis, ou seja, no topo da lista. Muitas vezes, pensamos sobre alternância, tanto vertical quanto no que a gente chama também de alternância horizontal, ou seja, variando de distrito a distrito, se a lista começa com um homem ou uma mulher. O principal aqui é pensar sobre como, nesses contextos, garantir as candidaturas viáveis. Eu vou voltar a isso para pensar sobre o caso brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A terceira questão dos casos de sucesso vem nessa terceira dimensão, que é a questão das sanções, ou seja, em todos esses casos, foi fundamental que os partidos que não cumpram com a Lei de Cotas fossem punidos. A partir do momento em que as sanções foram implementadas, esses países começaram a ter cotas de gênero efetivas, ou seja, conseguiram mudar o retrato da representação política nessa questão de gênero.

A aplicabilidade da lei, em termos de pensar sobre quais cargos. Muitos desses outros países também aplicam a Lei de Cotas para suplentes, para disputas majoritárias e também para lideranças partidárias. Eu sei que isso aí não é algo que está em discussão no momento, principalmente esta questão das majoritárias e das lideranças partidárias, mas há esses outros casos também. Muitos deles pensam sobre as leis de cotas em termos de transformar a representação política de uma forma mais holística, pensando sobre todos os cargos.

E, finalmente, esses outros casos também de sucesso fecharam as brechas das leis que acabavam permitindo aos países não cumprir com as leis através de outros mecanismos. Então, por exemplo, no México, a lei, em algum momento, permitia que os países fizessem eleições primárias, e, a partir disso, eles não tinham que respeitar as leis de cotas.

Agora, como traduzir isso para o contexto brasileiro, de um sistema proporcional de lista aberta? De novo, usando a mesma fórmula que foi utilizada por outros países da América Latina com sucesso: fortalecendo o mecanismo de competitividade, fortalecendo ou implementando sanções e fechando brechas na lei, fazendo com que a gente não tenha obstáculos de implementação.

Pensando sobre o projeto em debate, específico, essa reserva de 30% de candidaturas já é baixa quando comparada com os avanços da região e com o fato de as mulheres serem 50% da população. Então, seria, no mínimo, manter a obrigatoriedade dos 30% de reserva de candidatura, algo que muitas Senadoras já falaram e outras convidadas também já mencionaram. Obviamente, o ideal seria aumentar o percentual de candidaturas reservadas de acordo com o que outros países da região já vêm fazendo.

Em termos de mecanismos de competitividade, eu acho que é aqui que está a questão, que é muito importante e que outras pessoas também já vêm debatendo: num contexto de eleição proporcional de listas abertas, o que a gente precisa fazer é não somente garantir que as mulheres

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenham espaço na lista de candidatos, mas que também elas possam competir de forma igual, que elas tenham a mesma oportunidade de competição que os homens. Para isso, a gente precisa garantir que a reserva de 30% dos recursos de campanha – então, aqui, estão recursos financeiros e de tempo de TV – sejam destinados apenas às candidatas que concorrem a cargos para os quais as cotas se aplicam – então, aqui, pensando nas disputas proporcionais – para que a gente possa ter, de fato, um alinhamento entre as cotas de gênero e a reserva de candidaturas e também a reserva de recursos de campanha.

Também há uma coisa que esta proposta já coloca e que eu vejo como um avanço, que foi algo que já foi retirado anteriormente, mas que outros casos, inclusive o do Chile, mostram o quanto é importante: é promover incentivos financeiros para os partidos que apresentarem candidaturas femininas competitivas. Então, essa questão de os votos das mulheres serem contados em dobro é muito importante.

E eu diria aqui que estabelecer também, adicionalmente a essas duas outras questões, a reserva de assentos com um aumento gradual. Eu também vejo essa questão de reservar 20% dos assentos como um avanço baixo, dado que a gente já está quase lá, principalmente em nível nacional, na Câmara dos Deputados. E isso daí, como a série histórica do Brasil e de outros países mostra, seria um teto. Então, é muito importante que isso aumente gradualmente e que a gente mantenha a reserva de candidaturas.

Em termos das sanções, é indispensável que os partidos sejam punidos por não respeitar a Lei de Cotas. Em outros países latino-americanos, isso é feito antes e não depois das eleições, ou seja, no momento de registro das candidaturas. Dados o sistema proporcional de lista aberta e a necessidade de a gente monitorar a distribuição de recursos de campanha, é indispensável a gente pensar sobre como viabilizar o monitoramento também da distribuição de recursos durante o período da campanha. E isso daí eu acho que deveria ser feito em consulta com o TSE sobre a viabilidade da logística do monitoramento.

Eu vou só, para fechar, em termos de falar sobre os obstáculos de implementação, de fato, voltar aqui para mencionar que é importante que a gente não retroceda na linguagem da lei e mantenha que as vagas para candidaturas devem ser preenchidas e não somente reservadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, finalmente, quero acabar dizendo por que os Parlamentares e os partidos devem promover as leis de cotas de gênero e fortalecer essas leis de cotas. E eu quero trazer quatro pontos muito rapidamente.

O primeiro é que as mulheres querem participar da política. E o que os estudos mostram é que, quando os partidos ativamente buscam e recrutam as mulheres, as mulheres se candidatam.

O segundo ponto é que, quando recebem apoio dos partidos, as mulheres são tão competitivas quanto os homens. O problema aqui não é o eleitorado. Então, por exemplo, nas eleições para as prefeituras, que são competições em que os partidos investem nessas mulheres, as mulheres são tão competitivas quanto os homens.

O terceiro ponto é que os eleitores querem mais mulheres na política. Eu venho fazendo diversas pesquisas em nível nacional e também em grupos focais no Brasil, em diversos estados do Brasil, e isto vem à tona em todos eles: os eleitores querem mais mulheres, até porque eles veem as mulheres como trazendo características positivas para a política.

E o quarto ponto é que os eleitores também apoiam as leis de cotas de gênero e a reserva de recursos. De novo, diversas pesquisas de opinião pública que eu venho fazendo mostram isto de forma muito consistente: mais de 50% do eleitorado apoiam leis de cotas de gênero e a reserva de recursos para as mulheres. E isso daí não tem viés ideológico. Tanto as pessoas de direita quanto as de esquerda querem mais mulheres na política e também apoiam leis de cotas de gênero, algo que eu acredito que até o Senador Portinho já trouxe na sua fala anterior.

Eu agradeço de novo o convite e a oportunidade.

E, enfim, fico disponível para dialogar mais sobre o tema.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Sra. Malu Gatto.

Sra. Malu, a senhora engrandeceu muito aqui esta audiência pública com a sua participação, mesmo de longe, com muitos afazeres. A senhora é Doutora em Ciências Políticas, Professora no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Instituto das Américas do University College London (UCL). Muito obrigado pela participação. Convido a senhora a permanecer conosco por mais 20 minutos a 30 minutos.

Sr. Roberto Carlos Martins, Consultor Legislativo na Câmara dos Deputados.

Com a palavra, Sr. Roberto.

O SR. ROBERTO CARLOS MARTINS PONTES (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento o Sr. Relator, as Senadoras e os Senadores pelo convite. Para mim, é uma honra enorme ser ouvido pelos Senadores e Senadoras, pelos servidores, por toda a comunidade que discute matéria político-eleitoral no Brasil.

O meu tema aqui no painel é para falar sobre sistema eleitoral, não especificamente sobre a questão das cotas, muito embora esses dois temas estejam imbricados, e um tangencia o outro, de modo que eu vou falar um pouco sobre a proposta do relatório no tocante ao sistema eleitoral e também um pouco sobre a questão das cotas.

Eu lembro que o nosso Constituinte originário definiu que o nosso sistema eleitoral deveria ser proporcional. Ele colocou isso lá na Constituição. Isso, de certo modo, é uma trava, porque, se, por um lado, ele já dificulta, por exemplo, a adoção de sistemas eleitorais majoritários, por outro, ele já nos livrou de alguns sistemas eleitorais que de fato iriam, digamos, piorar a nossa representatividade. Então, o que temos é um sistema proporcional, isso está na Constituição. A proposta que está sendo discutida e debatida é uma proposta infraconstitucional. Então, iremos continuar com o sistema proporcional.

Também não está em debate o sistema de listas fechadas ou listas preordenadas, o que até facilitaria a questão da busca pela paridade via alternância de gênero. Esse tem sido um instrumento que outros países, inclusive do continente, têm lançado mão para acelerar esse processo de paridade de gênero na política. Nós, então – é um dado –, permaneceremos com o sistema de listas abertas.

Nesse contexto, o modelo de cotas, eu diria, é essencial para uma aceleração da participação política feminina. Eu gosto de ver essa questão com base em modelos, porque, quando a gente analisa em modelos, a gente, penso, tem uma visão mais clara de todo o contexto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de um e de outro. O modelo atual é baseado em reserva de candidaturas, em assegurar o financiamento. Aqui eu até abro um parêntese para pontuar uma questão que foi levantada aqui e acolá no que diz respeito ao financiamento. O financiamento foi constitucionalizado. Houve uma emenda constitucional, a Emenda Constitucional nº 117, em 2022, que anistiava partidos que não tinham cumprido o financiamento nas eleições de 2018 e 2020. E, como contrapartida, essas regras que eram apenas construções jurisprudenciais, decisões dos tribunais, do Supremo e do TSE, agora fazem parte do corpo da Constituição. Portanto, não será uma lei infraconstitucional que irá mudar essa proporção. Isso está lá, tanto para o financiamento com recursos públicos quanto para tempo de TV. Então, continuando, o modelo atual fala em reserva de candidaturas, em assegurar financiamento e um sistema de punição com uma judicialização bastante grande, com cassação de chapas, inclusive, por quem não contribui para a verdadeira fraude, em algo que se aproxima de uma responsabilidade objetiva.

O modelo de cotas é um pouco diferente. Ele assegura a cadeira efetiva direto no Parlamento, e o financiamento, como eu disse, é assegurado. Aqui, observo que há uma certa polêmica, uma certa controvérsia sobre a questão da manutenção ou não da reserva de candidaturas.

Aqui, também foi falado de um projeto de lei que foi aprovado aqui no Senado em 2021, o Projeto 1.951, em 2021. Esse projeto também implementava reserva de vagas com a flexibilização da reserva de candidaturas de 30%. Esse projeto hoje está na Câmara dos Deputados.

Pois bem, dito isso, feita essa contextualização, em que o modelo de reserva de candidaturas, pelo menos na minha avaliação, e os números parecem demonstrar isso, é uma forma de acelerar a participação política feminina, eu diria que o modelo atual até tem funcionado, mas ele é lento, ele está aquém da velocidade que todos gostaríamos como sociedade. O modelo de reserva de candidaturas, que até, como todas as ações afirmativas, deveria funcionar com um tempo definido e ter uma porta de saída, certamente vai acelerar essa participação nos três níveis da Federação. Eu acho que isso representa um avanço importante.

O ponto central aqui da minha apresentação diz respeito ao funcionamento, a como a proposta do projeto de lei complementar está garantindo que a mulher vai ocupar a cadeira. Eu vi a primeira apresentação feita pela Dra. Marilda, e ela usou ali uma alegoria dizendo que um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

homem tinha que se levantar para que a mulher pudesse preencher ou que ele tinha que se levantar para a mulher sentar. É exatamente o que está sendo proposto. Para garantir que haja essa participação nominal de 20%, que, na verdade, na real, na realidade, não será de 20%, será mais, porque há regras de arredondamento... Esse percentual não é aplicado nos 513 da Câmara dos Deputados, é aplicado na eleição de cada estado. Há situações em que os 20% na prática representarão mais do que isso, e, no cômputo geral, as simulações mostram que esse número ficaria na ordem de 23%, só considerada a eleição pelas cotas, sem considerar as eleições orgânicas, digamos assim, das mulheres. Então, provavelmente, esse número tenderia a ser ainda maior. Pois então, para garantir os 20%, pelo menos, de mínimo, haverá uma substituição de um homem por uma mulher, quando a eleição orgânica não assegurar a eleição da mulher. Essa é a proposta. É uma proposta que tem uma mínima intervenção. Como funciona? Da seguinte forma. É feita a apuração normal. Se mulheres forem eleitas em número superior aos 20%, essas regras de substituição não incidem; elas só incidirão se houver uma eleição em número menor do que a cota. Nesse caso, haverá uma substituição de um homem que preliminarmente teria sido eleito, que provisoriamente teria sido eleito, mas que deverá ceder o lugar para uma mulher para fins de cumprimento da cota. Essa é a filosofia da proposta.

E essas substituições ocorrerão, a princípio, nas vagas decididas nas sobras. Por que nas sobras? Acho que é uma boa proposta, porque preserva toda aquela eleição de quem é eleito na primeira fase do sistema eleitoral, que é a fase do quociente partidário.

Eu fiz um levantamento sobre a eleição de 2022, e, na eleição de 2022, considerando todas as cadeiras de todos os estados, 65% das cadeiras foram decididas na fase do QP (quociente partidário); e 35%, nas sobras. Então, é um número de vagas importante, relevante, né? Aproximadamente de um terço – dois terço, um terço, eu diria. Então, essas vagas das sobras, por todas as simulações e estudos que fizemos na Consultoria da Câmara...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO CARLOS MARTINS PONTES – Na Consultoria da Câmara, temos um trabalho que desenvolvemos junto com a Deputada Soraya, na Secretaria da Mulher, já há algum tempo. Então, construímos essas simulações. Então, essas cadeiras colocadas nas sobras são suficientes para garantir essas cotas de 20% para as mulheres na Câmara dos Deputados, nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assembleias Legislativas e também nas Câmaras Municipais. E essa substituição na fase do quociente partidário seria marginal, ocorreria, digamos assim, em situações bem excepcionais.

De um modo geral, essa é a filosofia da proposta.

E aí um outro ponto que eu considero muito relevante também e que faz parte da proposta – o Congresso Nacional deve realmente se debruçar sobre isso – diz respeito a uma característica que foi introduzida no nosso sistema eleitoral em 2015, que é a votação nominal mínima exigida dos candidatos. Lá em 2015, isso foi dimensionado em termos de 10% do quociente eleitoral, as pessoas às vezes chamam de cláusula de desempenho individual. Isso foi colocado lá, surgiu como uma ideia de combater a possibilidade que até se revelou concretamente em 2002 e que ficou sendo conhecida como efeito Enéas. Alguns Parlamentares, naquela eleição de 2002, foram eleitos com centenas de votos – 300 votos, 500 votos. E o Congresso Nacional, de forma correta, a meu ver, alterou o sistema eleitoral para estabelecer um percentual mínimo de votos, dizendo: é necessário, além da filosofia do sistema proporcional, que é uma correspondência entre votos e cadeiras – ao partido que tem 20% de votos, 20% de cadeiras; 30% de votos, 30% de cadeiras...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO CARLOS MARTINS PONTES – Além desses requisitos, era necessário também ter um mínimo de expressão eleitoral do candidato, e isso foi dimensionado em 10%. Isso acabou valendo para as eleições de 2016. Na ocasião, foi mantida a cláusula de exclusão de 100% do quociente eleitoral. Os partidos que não faziam pelo menos o quociente eleitoral, estavam excluídos da disputa das sobras. E isso valeu para as eleições de 2016.

Quando chegou em 2017, houve uma nova reforma. Foi aquela reforma que criou o fundo eleitoral, etc. Nessa reforma, foi também, só que em nível constitucional, introduzida a cláusula de desempenho na Constituição, aplicada a partidos. Foi também suprimida a possibilidade de coligações em eleições proporcionais. Esse contexto fez com que o legislador infraconstitucional mantivesse a cláusula de desempenho individual em 10%, mas liberasse aquela cláusula aplicada aos partidos do quociente eleitoral. Não tinha mais essa cláusula. Essa regra valeu para as eleições de 2018 e 2020.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando foi em 2021, o legislador fez uma nova reforma, e aí a gente já pode perceber que há um certo experimento do legislador em calibrar que regras seriam essas aplicadas tanto a candidatos quanto a partidos.

Em 2021, então, foi aplicada uma nova regra aos partidos, uma nova cláusula, um patamar mínimo de votação situado em 80% do quociente eleitoral. E para os candidatos, houve uma inovação em que eu não vejo muito sentido do ponto de vista da lógica do sistema proporcional, que foi a seguinte: mantêm-se os 10%...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO CARLOS MARTINS PONTES – ... de votação nominal mínima aplicada a candidatos na primeira fase do quociente partidário e 20% nas sobras, não é? Não faz muito sentido, pensando na origem dessa regra, que era não ter candidatos eleitos com votação muito baixa, não é?

Então, veja, esses 20% parecem uma demasia. Observem que, em São Paulo, por exemplo, o quociente eleitoral, na última eleição, foi de 333 mil votos. Significa que um candidato que tivesse 50 mil votos, por exemplo, não conseguiria conquistar a cadeira. O partido perde a cadeira, e vai para outro candidato, porque esse patamar mínimo, no caso de São Paulo, sendo 66 mil votos, foge um pouco daquela ideia original de não serem eleitos candidatos com a votação muito baixa, não é?

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO CARLOS MARTINS PONTES – Isso, por exemplo, no caso de Santa Catarina, o quociente eleitoral – 248 mil votos – vai para aproximadamente 50 mil votos. No Pará – 265 mil votos –, o candidato teria que ter pelo menos 53 mil votos para ser eleito, senão o partido perde a cadeira, e isso fere a proporcionalidade, porque a proporcionalidade é calculada em termos de votos de todos os candidatos e dos votos de legenda.

Então, eu vejo como positiva a proposta que tem no código de restaurar, de estabilizar a regra lá de 2015, quando começou. Acho que depois dessas experiências... Inclusive, vale ressaltar que esse modelo, que ficou conhecido como 80/20, acabou sendo discutido no âmbito do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Supremo Tribunal Federal, e houve, inclusive, uma decisão que deve alterar a composição da Câmara dos Deputados em sete cadeiras, não é?

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO CARLOS MARTINS PONTES – Então, o que acontece? Eu acho que é um aspecto muito positivo da proposta, que estabiliza e coloca isso de volta no modelo 100/10.

E qual é a relação disso com as cotas das mulheres? É um ponto que eu deixo para reflexão – porque o meu tempo está se esgotando –, que é o seguinte: as mulheres substitutas deverão ou não cumprir os 10% de votação nominal mínima?

A proposta está exigindo os 10%; eu acho que é uma medida correta. Se o partido não tiver uma candidata que, ao substituir o candidato, atenda, cumpra esse percentual, o partido perderá a cadeira. Há um incentivo no sentido oposto. Partido, se você não investir em candidaturas femininas, para que elas tenham pelo menos uma votação mínima, que é aplicada a todos os candidatos, homens e mulheres, você vai perder a cadeira.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO CARLOS MARTINS PONTES – E ganhará a cadeira um partido que fez esse investimento, não é?

Então, esse é o ponto de tangência que eu queria colocar desde a proposta original, que se, por um lado, reestabiliza o sistema no modelo 100/10, traz essa questão também do modelo de substituição para o cumprimento dos 10% das candidaturas femininas.

Para finalizar, Sr. Presidente, peço apenas um minuto. Vou fazer algumas considerações em geral sobre a questão das cotas.

Eu vejo muitas assertivas de que as cotas seriam o piso *versus* teto. Eu realmente não consigo entender por que é que se tornaria um teto.

As cotas preservam as eleições orgânicas e só interferem...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO CARLOS MARTINS PONTES – ... para atingir o mínimo. Então, se o modelo for de reserva de candidaturas, e eu acho que ele vai acabar sendo – o Senado já aprovou duas propostas nesse sentido –, não seria razoável entender que isso sempre é um teto. Acho que essa é uma discussão que poderia...

E, por fim, para finalizar, penso que essa proposta é um ponto de partida, e não um ponto de chegada. Eu até faço uma consideração: que tal continuar o debate com essas cadeiras dentro? Primeiro colocamos as cadeiras e continuamos os debates.

Eu penso que a experiência internacional mostra que nenhum país atingiu essa paridade em um movimento, em um cavalo de pau. É um crescimento gradual, várias pessoas aqui falaram dessa forma... Eu penso, então, que a proposta como um todo... Claro que é sempre possível fazer aperfeiçoamentos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO CARLOS MARTINS PONTES – ... mas eu vejo como uma grande vantagem.

E finalizo, Sr. Presidente, novamente falando da minha grande honra de ser ouvido por Senadores e Senadoras, por toda a comunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Nós é que agradecemos, Sr. Roberto Carlos Pontes, que é Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados. Esclarecedora a sua participação.

Nós estamos já caminhando aí para o último convidado, que é o Sr. Jairo Nicolau. Ele vai participar remotamente.

Ele é Doutor e Mestre em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro e Professor da Fundação Getúlio Vargas.

Com a palavra, Sr. Jairo.

O SR. JAIRO NICOLAU (*Por videoconferência.*) – Boa tarde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Boa tarde, Jairo.

O SR. JAIRO NICOLAU (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu tenho que começar agradecendo a falando da minha honra de estar aqui com vocês, mesmo que virtualmente.

Eu sou estudioso do sistema representativo já faz 30 anos. Participei já de várias audiências públicas, desde 1998, praticamente em todas as Comissões na Câmara, e é a primeira vez que eu sou convidado para falar no Senado, ainda que seja virtualmente. Então, para mim é uma grande honra.

Eu vou compartilhar com vocês uma apresentação que eu fiz, por razões... Ela é muito simples, mas...

Não sei se vocês estão me vendo. Estão vendo a apresentação? (*Pausa.*)

Já está? (*Pausa.*)

Está aí a apresentação, na tela? Então vendo?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – A gente está ouvindo, sim!

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Não, não tem apresentação disponível ainda não.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – É, não tem apresentação não.

O SR. JAIRO NICOLAU (*Por videoconferência*.) – Pera lá. Não sei o que está se passando aí.

Acho que agora vai.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Agora sim.

O SR. JAIRO NICOLAU (*Por videoconferência*.) – Opa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou me ater, amigos e amigas, Senadores queridos, Senadoras, a um tema que foi o dever de casa para mim: falar um pouco da distribuição de vagas no sistema proporcional. Esse foi um tema tocado por alguns dos colegas, particularmente agora a última fala do Consultor Roberto, e eu vou me ater a isso.

Eu sei que o Senador Marcelo Castro disse que a proposta é um compilado de tópicos que estão distribuídos em diferentes partes da legislação e, com isso, dando mais robustez ao Código Eleitoral, que já está um pouco defasado, de fato. Mas eu vou ter a ousadia aqui de fazer uma proposta, ainda que eu saiba que para isso não dê tempo; e uma crítica também ao aspecto do nosso sistema proporcional.

Antes disso, queria chamar a atenção para o que eu chamei de fundamentos aqui, que são coisas muito rápidas, né?

O primeiro fundamento é o de que a representação proporcional, a ideia, é do século XIX, na Europa, mas modernamente ela tem um fundamento que é a relação de votos e cadeiras dos partidos. Quer dizer, o que eu tenho que garantir: proporcionalidade. A proporcionalidade se dá pela votação dos partidos. Daí, sempre foram o meu incômodo as coligações no antigo sistema – elas caíram – e de certa maneira também essa regra de 10%, porque, ao tirar cadeiras de um partido numa eleição porque um candidato não teve os 10%, isso significa que eu estou tirando representação de um partido. Tem um caso extremo que aconteceu com o PSL em São Paulo, em 2018, quando o partido perdeu seis cadeiras, não é? Ou seja, quando você olha a votação do PSL, ela é uma, mas a representação ficou muito menor por conta desse artifício que foi criado recentemente, como foi dito. Então, isto a gente não pode perder do horizonte: a ideia da proporcionalidade deve ser mantida e, como critério, a votação dos partidos.

Acho que há um aspecto importante – e é aí que eu quero navegar, digamos, aqui na minha curta fala –, que é a inteligibilidade. Eu acho que um sistema eleitoral pode ser bom por vários critérios, mas, se ele puder ser simples, inteligível para as pessoas comuns, melhor ainda. Quer dizer, todos os brasileiros hoje sabem como funciona a regra dos dois turnos. Quando ela começou porque foi estabelecida na Constituinte, as pessoas tiveram muitas dúvidas de como é que aquilo iria funcionar, e hoje todo mundo sabe. E as pessoas que moram em cidades pequenas, onde não há dois turnos, também sabem, é uma regra simples.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, a regra para a escolha de Deputados no Brasil sempre foi complexa, não é? Eu sou professor, já tive a oportunidade de dar muitos cursos sobre o sistema eleitoral brasileiro, e, quando a gente chega na explicação de como funciona a distribuição de cadeiras no Brasil, o que era... Quando a gente fala dos outros sistemas, sei lá, para explicar como funciona o sistema de eleição no Reino Unido, eu gasto cinco minutos; para explicar como funciona o sistema de escolha de Deputados no Brasil, eu preciso de meia hora.

Ontem eu passei lendo o novo código, para estar minimamente capaz de conversar com vocês, e eu percebi que a leitura dos arts. 150 até 160 me tomaram aí 20 minutos, meia hora, não é? Porque não é fácil, não é simples, pois nós optamos por um sistema eleitoral extremamente complexo. Isso apareceu em várias falas aqui hoje, as pessoas tentando explicar a regra 80/20, as maiores médias, as sobras, os 10%, isso é ininteligível para as pessoas comuns, elas precisam de uma aula muito longa.

Eu acho que há problemas com isso, e o ideal é que a gente pudesse tornar isso mais simples, não é? É essa a proposta que eu vou fazer aqui modestamente hoje.

Vale a pena salientar que essa... Pelo menos para mim... Os estudiosos da Câmara devem saber isto melhor que eu, mas até onde eu alcanço, eu não conhecia nenhuma proposta de assegurar cadeiras para as mulheres, particularmente, num sistema proporcional de lista aberta. Então, se essa proposta for aprovada, até onde eu alcance é a primeira... Se não for a primeira, é uma das primeiras do mundo. A combinação de sistema de lista aberta com a garantia de vagas para um segmento, podia ser mulheres ou podia ser qualquer outro, é uma iniciativa interessante, importante e inédita.

Dito isso, eu vou passar para um exemplo hipotético que eu criei aqui, só para mostrar para vocês um pouco o meu argumento, né? Quer dizer, imaginem aqui uma eleição com oito partidos, e se esses oito partidos tivessem essa distribuição de votos aqui, e nós precisássemos alocar dez cadeiras para esses partidos. Pelo nosso sistema atual, a regra é mais ou menos conhecida de todos vocês, né? Muitos são Senadores sem terem sido Deputados, mas, se foram Deputados, tiveram que fazer essas contas, né?

O primeiro passo é somar os votos válidos de todo mundo, dividir pelo número de cadeiras, encontrar o quociente eleitoral, que até recentemente funcionava como uma cláusula de barreira,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não é? Ou seja, se você não atinge o quociente eleitoral, você não pega uma cadeira, foi um drama para muitos partidos. Isso caiu, mas a regra continua sendo 80% do quociente eleitoral. Se um partido não atinge 80% – seriam aí 80% desses 7.035 aí, da divisão desse exemplo –, ele está fora da representação legislativa. Isso ainda está em vigor. Então, existe uma cláusula de barreira hoje, ela não é o quociente cheio, mas ela é uma proporção do quociente, que funciona só para a segunda rodada, mas, se funciona para a segunda, ela funciona para todos.

Bom, aí que vem a minha sugestão. Eu acho que o Brasil, desde 1945, quando adotou o sistema proporcional de lista pela primeira vez, seguiu um caminho desnecessário ao separar a ideia que está mais ou menos, digamos, entranhada. Eu nunca vi nenhuma proposta na Câmara de reforma do sistema eleitoral que não adotasse essa regra, ou seja, você tem o quociente partidário, depois as sobras. O que eu proponho é simplesmente acabar com isso, está certo? Adotar uma outra fórmula matemática, que é uma fórmula semelhante à nossa, mas muito mais simples. O que nós poderíamos fazer? Simplesmente criar um método de divisores, que é parecido, que é semelhante às nossas sobras, para todas as cadeiras.

Ou seja, o que eu faria? No lugar de fazer aquela divisão clássica de dois tempos, que confunde as pessoas, eu faria simplesmente... A votação de cada partido seria dividida pelos números 1, 2, 3, e assim sucessivamente, até que todas as cadeiras sejam ocupadas, cabendo a cada partido as maiores médias. Aí vocês podem ver nesse exemplo que eu fiz... O primeiro partido a pegar a cadeira é o partido A, né? Depois vai... Está aqui em ordem, né? A segunda cadeira vai para o partido B, aqui na primeira fila; depois, o partido C. E aí o sistema vai operando com razoável simplicidade, até que a gente chegue à distribuição das dez cadeiras, não é? Qual seria a vantagem?

Antes disso, esse é o sistema utilizado em praticamente todo o planeta que usa a representação proporcional. Depois eu dou os exemplos de países que usam esse método, que é simples, não tem quociente, não tem sobra, isso sai da nossa linguagem, está certo? E eu acho que ele tem uma vantagem... Ouvindo as pessoas falarem mais cedo, ele tem uma vantagem, que é a seguinte: é mais fácil de explicar como vai ser distribuída a cadeira para as mulheres. Nesse exemplo aqui, digamos, o partido B, que ficou com a última cadeira, é o primeiro a perder a cadeira se ele não tiver elegido pelo menos 20% das mulheres. Ele perde essa cadeira, ou é aí que vem o drama... A regra dos 10% faz com que esse partido perca a cadeira, mas, se essa regra –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que não sei se vai ficar – não fica, esse partido perde a cadeira masculina, que é substituída pela feminina, e, depois dele, o partido chegou com nove, pegou a última cadeira, a nona, lá embaixo, que é o partido E.

Ou seja, é um sistema simples, é um sistema muito mais fácil de ser explicado, ele tem os resultados parecidos com o nosso, ele não cria cláusula de barreira nenhuma... Reparem que, aqui nesse sistema, o último partido pegou uma cadeira com 5 mil votos; no nosso lá, ele precisa de cerca de 6 mil votos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAIRO NICOLAU (*Por videoconferência.*) – Então, não importa. Se o partido tem uma votação expressiva mais próxima do quociente, por que ele vai ser excluído da representação, como é no nosso sistema? Não faz sentido esse número arbitrário de 80%. Em alguns estados, por exemplo, no Acre, isso significa mais ou menos 10% para um partido pegar uma cadeira – é muito voto. E esse sistema seria, digamos assim, mais inteligível, a meu juízo, para os eleitores.

Eu sei que, pelo que ouvi do andamento da discussão, vocês estão muito mais adiante, já incorporaram a ideia do sistema atual, esse sistema bizantino de 10% para a pessoa dentro da lista, 20% para as sobras, 80% para disputar as sobras... Nós teríamos um sistema muito mais fácil de ser explicado, ele é proporcional e – terminando aqui, só para mostrar para vocês – guarda uma proporcionalidade entre cadeiras e votos, que não é perfeita, porque, no sistema proporcional, por exemplo, aqui o partido B fica com um pouco mais de cadeiras, mas isso é natural de um sistema proporcional, ele não garante a proporcionalidade perfeita.

E, para terminar, fiz aqui uma lista de países que já usam esse método. Espanha, Portugal, Bélgica, Áustria, Finlândia, Grécia, Polônia e vários outros países do mundo usam esse sistema que eu acabei de sugerir para vocês.

Então, mesmo para a questão que foi discutida na parte da manhã, a representação feminina, o aspecto inédito da proposta do Senador Marcelo Castro, eu acho que esse sistema funcionaria melhor, é mais fácil de explicar. Quem pegou a décima cadeira e a nona, se não tem 20%...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAIRO NICOLAU (*Por videoconferência*.) – ... de mulher, vai ter que trocar um Deputado ali por uma Deputada, pela primeira suplente mulher, e a mesma coisa com o nono partido.

Essa é a minha modesta sugestão, entendendo que, a essa altura do campeonato, ela talvez tenha chegado tarde.

Nós temos uma cultura, que já faz 80 anos, de pensar a representação proporcional, sempre com a ideia de maiores médias para as sobras e de quociente eleitoral na primeira rodada, que eu acho uma ideia ultrapassada, não é usada em outras democracias e gera enorme dificuldade para as pessoas comuns entenderem.

Eu termino dizendo que eu já estive em reuniões com Deputados, e eles confessaram que não entendiam como funcionava, de fato, essa coisa do sistema das sobras, na época em que não tinha a regra dos 10%.

Então, termino por aqui. Agradeço a oportunidade e a honra de ter sido chamado para este evento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Dr. Jairo, nós é que agradecemos a sua participação também esclarecedora. Obrigado pelas sugestões, o Relator as ouviu atentamente, eu observei.

Dr. Jairo é Mestre em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro e Professor da Fundação Getulio Vargas.

Também nossos agradecimentos a todos aqueles convidados que participaram: a Sra. Marilda de Paula Silveira, a Sra. Flávia Cristina Mascarenhas, a Sra. Renata de Abreu, a Sra. Teresa Sacchet, a Sra. Raquel Branquinho Pimenta, o Sr. Jairo, a quem eu já agradeci, o Sr. Roberto aqui presente, a Sra. Malu A. C. Gatto – nossos cumprimentos.

Consulto a Senadora Dorinha e o Relator se têm alguma pergunta nessa última etapa aí, a segunda etapa da nossa audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Na verdade, eu até já falei com o Consultor Roberto, mas, quando a gente olha o texto da PEC e da Emenda Constitucional nº 117, no §2º, já é feita uma referência, mas usando o percentual de 30% de candidatura e a sua correspondência em relação ao financiamento. É aí que eu imagino que tem um alerta, porque assegura 30% de candidatura correspondente em dinheiro e vai além, diz que é proporcional.

No mais, acho que foram muito interessantes todas as apresentações. Queria só reforçar o pedido de que a mesa pudesse recolher as apresentações para disponibilizar para todos os Senadores – os textos e as apresentações.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Com certeza, Senadora.

Relator, quer usar a palavra? (*Pausa.*)

Participaram e conduziram os trabalhos aqui hoje nesta audiência pública, aos quais nós queremos agradecer: o Sr. Luiz Pedro de Rossi Junior – nossos agradecimentos –, Ana Cristina, David Costa, Roberta Romanini Bitar, Daniel Guedes e Wilce – é isso, não é, Wilce? –, que está ali na taquigrafia, participando aqui, conduzindo esse trabalho.

Agradecemos por essa participação de vocês.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos.

(*Iniciada às 9 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 03 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e trinta e um minutos do dia oito de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Rogério Carvalho, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Soraya Thronicke, Marcio Bittar, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Jayme Campos, Plínio Valério, Efraim Filho, Vanderlan Cardoso, Angelo Coronel, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Carlos Portinho, Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Weverton, Jaques Wagner, Esperidião Amin, Mecias de Jesus e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Wellington Fagundes, Styvenson Valentim e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Otto Alencar, Omar Aziz, Eliziane Gama, Rodrigo Pacheco, Cid Gomes, Magno Malta, Marcos Rogério e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 26/2024 - CCJ, de autoria Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Finalidade:** Instruir a Proposta de Emenda à Constituição n° 148, de 2015, que "altera o inciso XIII do art. 7º da Constituição Federal, para reduzir a jornada de trabalho semanal". **Participantes:** Sr. Abel Santos, Coordenador do Movimento Vida Além do Trabalho (VAT) no Distrito Federal; Sra. Shakti Prates Borela, Auditora Fiscal e Assessora Técnica da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego; e Sra. Rosane Silva, Secretária Nacional de Autonomia Econômica e Política de Cuidados do Ministério das Mulheres. **Observações:** Fazem uso da palavra, por autorização do Senador Paulo Paim: Moacyr Roberto Tesch Auersvald, Presidente da Nova Central; Nilza Pereira, Secretária-Geral da Intersindical; Ubiraci Dantas de Oliveira, Vice-Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); Isaú Joaquim Chacon, Presidente da Federação Nacional dos Securitários (FENESPIC); Alexandra Lucena, Advogada da Federação Nacional dos Securitários (FENESPIC); Rita Vivas, Advogada da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins (CNTA); Paulo Douglas Almeida de Moraes, Procurador do Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso do Sul; Sônia Maria Zerino da Silva, Secretária de Trabalho da Mulher, do Idoso e da Juventude da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI). **Resultado:** Realizada a audiência pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Rogério Carvalho
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/08

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 148, de 2015, que "altera o inciso XIII do art. 7º da Constituição Federal, para reduzir a jornada de trabalho semanal", conforme o Requerimento nº 26, de 2024, da Comissão de Constituição e Justiça, de iniciativa do Senador que vos fala, do Senador Rogério Carvalho.

Esta reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores e dos convidados, por sistema de videoconferência, para exposição e debate, e será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Eu quero chamar para compor a mesa: o Sr. Abel Santos, Coordenador do Movimento Vida Além do Trabalho (VAT) do Distrito Federal (*Palmas.*); a Sra. Shakti Prates Borela, Auditora Fiscal e Assessora Técnica da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, representante do Ministério do Trabalho e Emprego, que participará remotamente; a Sra. Rosane Silva, Secretária Nacional de Autonomia Econômica e Política de Cuidados, representante do Ministério das Mulheres. (*Palmas.*)

Justificou a ausência o Sr. Rick Azevedo, fundador do Movimento Vida Além do Trabalho.

Outros convidados não responderam ao convite; portanto, nós temos aqui os dois convidados presenciais, o Sr. Abel e a Sra. Rosane, e a Sra. Shakti, que vai estar pelo sistema remoto.

Então, vou passar a palavra primeiro para o Sr. Abel Santos, Coordenador do Movimento Vida Além do Trabalho, para falar sobre a redução da jornada e da PEC 148.

O SR. ABEL SANTOS (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Primeiro, quero agradecer ao Senador Rogério pela oportunidade de estar aqui falando; ao Rick, que me nomeou como representante aqui do Distrito Federal para falar em nome do movimento; e a todos os presentes.

Não tinha conhecimento dessa PEC de 2015, estudei-a ontem. Achei muito interessante o modo como implementa a redução da jornada, em relação à diminuição de quatro horas de forma primária e ali decrescendo essa jornada até as 36 horas, reduzindo uma hora por ano. Isso traz adaptação para as micros e pequenas empresas, fazendo com que a gente tenha uma adaptação não só das empresas, mas também da sociedade em si.

Eu queria poder ressaltar aqui hoje a importância desse debate, trazendo que o mundo já debate isso hoje. Nós temos Reino Unido, Espanha, Islândia, Bélgica, Alemanha, Portugal, Japão, Nova Zelândia, que já praticam hoje uma jornada menor do que 44 horas semanais. Isso foi um intenso debate, com a pluralidade dos trabalhadores trazendo apoio à pauta. Isso gerou resultado em produtividade, gerou resultado em criação de novos empregos e gerou resultado em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

economia, lembrando que economia é aquilo que traz um bem social, economia não é mercado. Mercado é uma coisa, economia é outra.

Quando se fala em países que estão ali mais próximos economicamente do Brasil, nós temos África do Sul, México, nós temos Chile e Colômbia, que já estão debatendo. Inclusive, o que mais me espantou, por exemplo, foi a Colômbia, onde se permitia 48 e está reduzindo para 42 agora, então, é algo que espanta pelo tamanho da jornada a que os trabalhadores têm que se submeter lá. E o México já está debatendo as 40 horas, transformando em quatro.

Eu queria trazer para vocês hoje a justificativa disso. Nós sabemos que o debate sobre a redução tem que ser feito, e aí não vamos falar de mim sem eu estar presente, é uma expressão que eu aprendi hoje e achei magnífica. Neste debate têm que estar incluídos os trabalhadores, já que o impacto é nos trabalhadores. Eu sei que muitos dos senhores da Casa também vão trazer o impacto para a empresa, só que todo mundo que debateu e reduziu aumentou a produtividade, por conta de quê?

Nós temos hoje, entre as cinco doenças que mais atingem o trabalhador no Brasil, a Dort e a LER, que são distúrbios osteomusculares por movimentos repetitivos. Diversas horas fazendo o mesmo movimento, independente da função, desenvolvem esses distúrbios, que fazem com que o trabalhador passe até três meses de atestado para se recuperar da lesão, sendo que, muitas das vezes, ele não consegue fazer a recuperação total. Aí ele tem que passar por cirurgias, reconstituição osteomuscular em relação ao distúrbio, fora que hoje já se tem até mesmo uma legislação que garante um valor menor na compra de um carro, por exemplo, automático, porque ele é impossibilitado de dirigir, ele não consegue mais fazer ali os movimentos que exige um carro de marcha para poder transitar. Esse é o primeiro.

Em segundo lugar, estão os transtornos mentais, como desenvolvimento de *burnout*, ansiedade e depressão, por conta da jornada extenuante. Aí eu quero atentar: quando a gente fala da questão mental, não é só a jornada em si, no ambiente de trabalho, muitas das vezes insalubre, de cobrança e de um trabalho que se desenvolve fora daquilo que é para a saúde e bem-estar do trabalhador naquele ambiente, mas sim, a falta de ter relacionamentos além do trabalho, de estar com as suas famílias, de ter o relacionamento socioafetivo com os filhos, a mãe, de se ter uma relação à parte disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu trabalhei em *shopping* por muitos anos e eu falava: "A minha casa é aonde eu só vou para visitar minha mãe, meus filhos, minha esposa, porque onde eu resido mesmo é dentro do *shopping*, e ali é onde eu desenvolvo as minhas relações socioafetivas. Então, se eu ia para um futebol, era com o pessoal da loja, se eu ia para um *happy hour*, era com o pessoal da loja. Eu já estava praticamente me tornando a loja, por conta da jornada, na qual se entrava muito cedo e se saía muito tarde.

Outras doenças, como doenças respiratórias e doenças cardiovasculares, principalmente o AVC, que é a quarta doença que mais acomete os trabalhadores hoje no Brasil. Este é um estudo do Brasil. Saiu pelo MPT, a OIT, a Fiocruz e o estudo do INSS. Essa doença é desenvolvida pelo estresse crônico. Não sei se alguém aqui já passou por uma situação de sentir a pálpebra do olho tremer e pensar "o que está acontecendo comigo?" Isso é sinal de estresse crônico.

Cobranças, principalmente na área de vendas. Isso causa.... Eu não sei nem explicar, porque eu já passei tantas vezes que eu não consigo explicar o que é essa sensação, até você entrar em crise de pânico. Você entra num estado de sobrevivência, o seu corpo dispara vários sinais que você não consegue compreender, e a única coisa que você quer fazer é fugir de onde você está. Você acha que tudo o que está ao seu redor é uma ameaça à sua vida. Você entra nesse estado de sobrevivência, e isso só para com um medicamento.

Falando em medicamento, a gente pode citar que os analgésicos... Tudo aquilo que é vendido no balcão da farmácia virou rotina para a vida desse trabalhador, porque são dores de cabeça, dores musculares, gripes constantes, por conta do estresse excessivo, que abaixa a imunidade, ele fica mais suscetível a vírus, e isso faz com que ele se automedique para aguentar a rotina.

Essa rotina não são só as oito horas que ele passa ali dentro da loja, mas eu trago para vocês uma outra questão: transporte público. "Ah, mas se a gente reduzir de 44 para 40?" A meu ver, não é o suficiente. Por quê? Hoje, no Distrito Federal, a média que se passa dentro do transporte público é de mais de três horas, somando quinze horas semanais dentro do transporte público. Então, quem sai às 5h da manhã vai chegar às 8h no trabalho. Só que ele está dentro do transporte público, enlatado, desde as 5h da manhã. Quando ele sai às 18h ou até mesmo ali na rotina do *shopping*, que é diferente, ele vai passar mais três horas enlatado para chegar em casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente tem que levar em consideração essa questão, que não é só o tempo que ele leva para exercer a sua atividade laboral, mas o tempo que ele leva para chegar até o trabalho e voltar do trabalho para casa. Isso é estimado no Brasil todo. A média, no Brasil todo, é de uma hora e meia a duas horas e meia, somando até doze horas e meia semanais dentro de transporte público. Então, não adianta a gente debater trabalho, não adianta a gente debater a jornada de trabalho se todo o ciclo que compõe a atividade laboral não está sendo debatido. Então, é saúde, é direito humano, é direito da mulher, é direito racial, é previdência, é transporte público, é segurança. Tudo isso envolve esse trabalhador para que ele faça ali a sua atividade laboral – e isso levando em consideração que nós precisamos que este debate se intensifique a cada ano, trazendo o trabalhador para dentro desta Casa, para que a gente entenda quais as nuances desse trabalhador, porque não é o trabalhador que sai de casa, está no seu carro com ar-condicionado, que leva 30 minutos até o trabalho, que chega lá, trabalha de segunda a sexta, que tem duas horas de almoço e tem tempo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ABEL SANTOS – Isso faz o trabalhador hoje, que é do comércio, da farmácia e n outros que cumprem isso, estar fadado ao ciclo de pobreza, porque ele não tem condição de formação para evolução e até mesmo de sair de uma classe pobre para subir um pouco na classe social, não dá. Por quê? Se você soma oito horas de trabalho mais três horas de ônibus, vai dar onze horas, e ele precisa dormir, cuidar da casa e estudar. Ele não tem como estudar. Hoje o maior impacto na qualificação, para que esses trabalhadores possam alçar um nível mais alto dentro do mercado de trabalho, é justamente o impeditivo por falta de tempo para poder se qualificar. Fazer faculdade não é fácil, se qualificar até mesmo na área técnica não é fácil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ABEL SANTOS – E nós precisamos entender que a redução da jornada traz benefício na produtividade porque o trabalhador se qualifica e busca qualificação para sair daquela atividade laboral, para alçar algo melhor. E isso vai trazer para ele descanso, bem-estar, lazer, e esse conjunto de fatores é que torna o profissional mais eficaz naquilo que ele desenvolve dentro da empresa, trazendo maior lucratividade, empregabilidade para a empresa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós precisamos fazer com que este debate chegue a esses trabalhadores, para que eles venham expor a realidade deles, e a gente possa fazer com que saia daqui um exemplo para o mundo. O Brasil tem oportunidade de dar exemplo ao mundo hoje na redução, no debate de redução de jornada de trabalho.

Agradeço pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Obrigado, Abel.

Enquanto a gente coloca a pessoa que está no sistema remoto, eu queria primeiro cumprimentar o Senador Paulo Paim, que é o autor da PEC, é uma PEC de 2015. O Senador Paulo Paim foi Deputado constituinte, acompanhou a definição de jornada no debate da Constituição de 1988, eram 48, baixou para 44, havia um campo mais humanista, naquele momento, podiam falar de esquerda, direita, mas tinha um campo humanista um pouco mais amplo do que um campo específico da esquerda, que defendia uma jornada de 40 horas. E o Senador Paim é autor dessa PEC de jornada de 36 horas, começando com 40 e chegando a 36 horas.

Eu queria aproveitar para passar aqui para a Sra. Shakti Prates Borela, que é Auditora Fiscal e Assessora Técnica da Secretaria de Relações do Ministério do Trabalho e Emprego, representando o Ministério do Emprego.

Eu acho que a gente está num momento... A gente também fica o tempo todo justificando muito no sentido de convencer e de dar satisfação ao setor produtivo.

A gente sabe que determinadas empresas já adotam o sistema remoto, já adotam uma presença menor das pessoas, mas não adotam uma cobrança menor do ponto de vista das tarefas. A gente já sabe também que o servidor público não cumpre jornada de 44 horas, é de no máximo 40 horas. A gente sabe que os dirigentes e os trabalhadores mais graduados das empresas não trabalham aos sábados e domingos, trabalham até a sexta.

Então, quem é que fica com o peso do trabalho de 44 horas? Aquelas pessoas que pegam transporte, que moram mais distante do seu trabalho, as pessoas que têm uma atividade mais exaustiva do ponto de vista físico. Portanto, seria um reconhecimento, e até mesmo... Vamos pensar nas pessoas, nos seres humanos, porque, por trás da condição de trabalhadores, são seres

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

humanos, são pessoas que têm família, que têm que perder um dia de lazer e de folga, para ficar e conviver com a família, porque têm que dar quatro horas, muito mais por uma obrigação do que necessariamente uma necessidade objetiva de quem emprega. Nós não estamos falando em acabar, nós estamos falando de quatro horas, oito horas de trabalho – inicialmente quatro horas.

Então, eu acho que a gente precisa olhar mesmo... A gente precisa, claro, justificar que isso não diminui a produtividade, que isso vai aumentar a produtividade, que as pessoas vão ter mais dedicação, que as pessoas vão ter mais energia, vão adoecer menos. Tudo isso é muito importante, mas tudo isso é importante porque a gente está cuidando das pessoas, porque a gente está olhando para o ser humano que está por trás da consigna de trabalhador e trabalhadora.

Então, nesse sentido, eu quero dizer que todas as batalhas que foram enfrentadas e trazidas para estas Casas Legislativas pelo Senador Paulo Paim, cedo ou tarde, ele consegue vencer essas batalhas, porque ele é um persistente, porque ele acredita, porque ele é militante autêntico, verdadeiro de todas as causas que envolvem direitos. É um homem que acredita na inclusão pelo direito, na inclusão pela renda, na democracia, na defesa da vida, na garantia das liberdades individuais, é um ser humano completo que aposta num processo civilizatório que é a integração e a convivência entre os diferentes, a autodeterminação dos povos, tudo aquilo que é importante.

É muito importante a gente cuidar do nosso país, da nossa população, daqueles que trabalham. É muito importante que a gente tenha um olhar dedicado, acolhedor e solidário, Abel – solidário –, porque não é fácil, para as mulheres, principalmente, que, além da sua jornada de trabalho, às vezes, têm que cuidar da família, cuidar da saúde da família, cuidar da educação da família, ou seja, todos os cuidados são imputados, na maioria das vezes, às mulheres e elas ainda têm que ter uma jornada de 44 horas de trabalho semanais. E também para todos, independentemente de gênero, é fundamental que a gente repense e que a gente tenha um pouco mais de desprendimento. Isso pode ser mais difícil para pequenas empresas, que têm um, dois funcionários, mas é possível a gente propor acordos, negociação. A gente negocia tudo, a gente concede benefícios para tanta gente, e não tem um benefício humanitário em troca, em torno da defesa da vida, da qualidade de vida. Por que não fazer acordos para melhorar a qualidade de vida do nosso povo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu quero, com isso, parabenizar, cumprimentar o Senador Paulo Paim, que está aqui, e convidá-lo para presidir esta sessão. Daqui a pouco eu vou fazer umas perguntas e gostaria que V. Exa. pudesse vir presidir esta sessão a partir de agora. Já logo, na sequência, a Sra. Shakti vai falar, então quero convidar V. Exa. agora – pode vir; eu já falei aqui o que eu queria falar, Senador Paim. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Quero primeiro cumprimentar o nosso Presidente, nosso Líder da bancada, Rogério Carvalho, que é o Relator dessa PEC.

A partir do momento em que eu soube que ele estava disposto a ser o Relator – e trabalhou para ser Relator, fez contato com o Presidente desta Comissão –, eu disse "agora vai, agora vai". Olhem que a PEC é de 2015, ainda.

E queria agradecer muito as palavras que você falou em relação ao nosso trabalho desde a Constituinte até hoje, não é? E eu disse baixinho, agora vou dizer em público aqui: eu posso gravar e soltar nas minhas redes a sua fala? (*Risos.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Foi uma bela fala – foi uma bela fala, indiscutivelmente.

Vamos continuar o nosso trabalho, senão, eu fico aqui só elogiando o Presidente, que é o nosso Relator, e não avançamos.

Então, de imediato, você passou a palavra...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Para a Sra. Shakti.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Isso.

Sra. Shakti Prates Borela, Auditora Fiscal e Assessora Técnica da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, representando aqui o Ministério do Trabalho e Emprego.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SHAKTI PRATES BORELA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, boa tarde. Boa tarde a todas as pessoas presentes.

Eu quero, inicialmente, cumprimentar o Senador Rogério Carvalho pela iniciativa da audiência e, especialmente, cumprimentar o Senador Paulo Paim, que, além de autor da PEC, como já disse o Senador Rogério Carvalho, é um lutador pelos direitos dos trabalhadores. Não foi à toa que foi ele que fez essa PEC, já há dez anos – é de 2015 a PEC 148.

Quero cumprimentar, ainda, o Abel e a Secretária Rosane – somos companheiros de mesa, embora eu esteja de forma remota – e a todos os presentes.

Eu queria, inicialmente, ressaltar a importância desse debate e dizer que a gente fica muito feliz em ver a matéria trabalhista de volta à pauta como uma agenda positiva, como uma agenda de ganhos de direitos, de buscas de direitos dos trabalhadores, porque, quando a gente fala da jornada de trabalho, a gente toca nos pontos mais importantes da vida das trabalhadoras e dos trabalhadores.

O tempo é o recurso, talvez o recurso mais escasso que a gente tem na nossa vida, e é ele que, dentro da vida das pessoas, é um quebra-cabeça que tem que ser montado, no qual o trabalho ocupa um espaço central na nossa sociedade. Não é a troco de nada que as primeiras lutas por direitos trabalhistas já tratavam da redução de jornada, já buscavam regulamentar as jornadas de trabalho, e, quando a gente vê essa discussão do fim da escala de trabalho 6x1, da redução da jornada de uma maneira geral, quando ela ganha as ruas, ela ganha um amplo apoio popular muito por isto, porque ela afeta a vida de todo mundo. Ela afeta a vida de algumas pessoas de forma mais forte – como disse muito bem o Senador Rogério Carvalho e o Abel, que me precederam –, mas afeta a vida de todos nós, de todos aqueles que trabalham, que são os trabalhadores.

A gente tem pesquisas que mostram que cerca de dois terços da população apoiam o fim da jornada 6x1. E por que essa discussão é tão importante? Na verdade, desde a Constituição de 1988... A última alteração positiva na jornada aconteceu com a promulgação da Constituição de 1988: nós tínhamos uma jornada de 48 horas semanais que passou para 44 horas, mas, desde aquele momento, os trabalhadores vêm buscando fazer uma alteração e conseguir uma redução

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dessa jornada. E nós temos uma Constituição que tem mais de 25 anos, daqui a uns dias ela já... Tem mais de 35 anos, desculpem-me, e a gente ainda não conseguiu avançar neste debate.

A Constituição vai falar que o trabalho não pode durar mais do que oito horas diárias nem mais do que 48 horas semanais: esses são os limites. Só que esta mesma Constituição vai estabelecer uma série de outros direitos fundamentais, como o direito à educação, à saúde, ao lazer, à convivência familiar, os direitos da criança e do adolescente, à convivência comunitária, e todos esses são direitos que têm que se encaixar. E, hoje – eu acho que o Abel trouxe isso muito bem para gente –, principalmente quando a gente está falando das grandes cidades, o exercício desses direitos fica prejudicado em razão da dinâmica da vida, das grandes jornadas de trabalho e, também, do tempo de deslocamento da casa ao trabalho, dos cuidados com a casa, com as obrigações familiares, com todas essas outras atividades que os trabalhadores têm que exercer no seu dia a dia.

E a gente tem que falar que isso afeta especialmente as mulheres. Acho que a Rosane vai falar disso melhor, até, mas as jornadas de trabalho excessivas vão afetar mais as mulheres porque são essas mulheres que continuam sendo as principais responsáveis pelas atividades de cuidado, o que vai gerar uma jornada dupla ou mesmo uma jornada tripla de trabalho, com baixíssimo tempo para qualquer outra atividade que não seja o trabalho. E isso precisa ser revisto, ser repensado.

A redução da jornada – e eu acho que essa proposta do Senador Paulo Paim é muito interessante porque ela vai trazendo uma redução gradual –, com certeza, é um fator de promoção de um melhor equilíbrio entre a vida profissional e a vida pessoal das trabalhadoras e dos trabalhadores; vem com o aumento da qualidade de vida, reduzindo danos à sua saúde física, à saúde mental; minimização dos riscos psicossociais decorrentes do trabalho; e uma ampliação do tempo da convivência familiar e comunitária, que são questões fundamentais para nossa sociedade. A sociedade tem que se pensar coletivamente, não é? Então a gente vê que a redução da jornada é um fator muito importante, traz inúmeros benefícios para as pessoas, para a sociedade, para a coletividade.

E a gente percebe, há várias pesquisas e há vários países que já fizeram esse caminho da redução, a gente percebe que, para além desse benefício para o ser humano, para as pessoas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para os trabalhadores, também há um benefício pensando em aspectos econômicos e pensando em aspectos da produtividade. A gente vai ter trabalhadores que vão trabalhar, que vão laborar de forma mais descansada, com menor nível de estresse, com maior grau de satisfação, podendo se tornar mais produtivos no seu trabalho. Os países que fizeram esse caminho tiveram bons resultados na produtividade, com redução nas taxas de absenteísmo, de acidentes de trabalho, de doenças, de esgotamento profissional.

E a gente tem que conseguir... A gente teve um acelerado desenvolvimento tecnológico nos últimos anos, a gente tem que reverter isso também em benefício do ser humano, não é? Esse desenvolvimento tecnológico propiciou um ganho de produtividade que pode contribuir para que haja uma redução de jornada sem um impacto na produção das empresas, desses trabalhadores. Na verdade, esses trabalhadores já vêm, há muito tempo, produzindo muito mais. Isso não pode ser um fator de gerar desemprego, e sim, um fator de redução da jornada, mantendo esses postos ou até ampliando esses postos de trabalho. E isso permite que haja essa redução sem uma redução salarial, já que não haveria uma perda de produtividade, além de poder, inclusive, contribuir numa geração de empregos.

A gente fala bastante, aqui no Ministério do Trabalho, a gente tem, como uma das suas políticas, o estímulo e a promoção da negociação coletiva. E a gente já vê, em várias categorias, que já conseguem negociar acordos e convenções coletivas que permitem, que estabelecem jornadas mais reduzidas do que a de 44 horas semanais. E isso é fundamental, porque as negociações coletivas permitem adequação para cada realidade, permitem que as partes possam ajustar as condições de acordo com aquela empresa, com aqueles trabalhadores e com aquela região.

Mas, infelizmente, nem todas as categorias são organizadas a ponto de conseguirem isso. Por isso que é importante que isso seja tratado também por meio de uma alteração legislativa, uma vez que a negociação infelizmente não consegue ser universal e atingir todas as categorias, todos os trabalhadores do país e especialmente aqueles que têm menor poder de negociação, que acabam sendo, muitas vezes, aqueles que hoje têm maiores jornadas, não é? E aí, tem essa importância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o que o Ministério do Trabalho vem fazendo e propondo é que a gente faça um amplo diálogo, como este que está sendo feito aqui.

Eu vi que é a primeira de muitas audiências que vão acontecer. Então, acho que têm que ser ouvidos todos os setores. A gente parte muito, dentro do Ministério do Trabalho, da discussão do diálogo tripartite: Governo, empregadores e trabalhadores. Então, acho que esses são os setores que devem ser ouvidos, essa discussão deve passar por aí, mas não só. A discussão deve passar... Tem o Movimento Vida Além do Trabalho, que é um movimento fundamental nessa discussão, mas há várias outras entidades, organizações e instituições que vêm tratando desse tema e que devem ser ouvidas.

Então, a gente parabeniza essa iniciativa e, enquanto Ministério do Trabalho, se coloca à disposição também para participar desse diálogo e – perdi a expressão aqui – quer que esse diálogo realmente seja feito da forma mais representativa possível, podendo ouvir todos os setores da sociedade.

Mais uma vez, parabéns pela iniciativa de todos.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Shakti Prates Borela, Auditora Fiscal e Assessora Técnica da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, representante do Ministério do Trabalho e Emprego, representando aqui, também, o Ministro Marinho.

Na sua fala, ficou muito claro, porque chegaram a falar que o Marinho estava contra a PEC: eu conversei com o Marinho, o Marinho não está contra a PEC coisa nenhuma. Ele é totalmente favorável. Há categorias que já têm, inclusive, 36 horas e podem, numa negociação, chegar a 30 horas. Enfim, isso foi o que ele quis formalizar na sua fala, de improviso, mas ele está apoiando todo esse movimento, porque é bom que se diga: não é só essa PEC. Tem a PEC da Erika Hilton, a do Reginaldo Lopes – são, na Câmara, essas duas –, e aqui tem uma, também, do Cleitinho, que apresentou também uma PEC das 40 horas semanais.

Eu sempre digo que o importante é debater o tema e nós construirmos juntos o melhor para a classe trabalhadora, para o nosso país. Essa foi a intenção do próprio Líder Rogério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Carvalho, quando conversou comigo: "Paim, vamos tratar, é claro, desta que está aqui no Senado, mas vamos olhar para o todo". E assim nós temos feito, tanto que, no primeiro debate foram convidados ambos, mas eu entendo que não dá para estar em todos os lugares ao mesmo tempo, e eles não puderam estar aqui hoje.

Então, vamos, de imediato, para a Sra. Rosane Silva, Secretária Nacional de Autonomia Econômica e Política de Cuidados, representante do Ministério das Mulheres.

A SRA. ROSANE SILVA (Para expor.) – Boa tarde a todas as pessoas.

Eu queria aqui, na pessoa do Senador Paulo Paim, do Senador Rogério, cumprimentar todas as pessoas que estão aqui na mesa, mas também no plenário. É uma grata satisfação falar depois do Abel e da Shakti, que eu acho que já falaram várias questões que são extremamente importantes para discutir esse tema, que é tão caro e tão importante para a classe trabalhadora do nosso país.

Enquanto o Abel falava, e a Shakti também, eu ficava lembrando, Senador Paulo Paim, que este debate... Eu, que venho... Minha origem é do movimento sindical. A gente, historicamente, lá nos anos 80, anos 90, até os anos 2000, discutiu muito esse tema. Foi, inclusive, dessa produção coletiva do movimento sindical...

Estou vendo aqui várias centrais sindicais acompanhando esta audiência pública. Queria parabenizar todas as centrais aqui presentes na pessoa do Moacyr, Presidente da Nova Central, da Nilza, Secretária-Geral da Intersindical, e do nosso valoroso Bira, da CTB. Quero dizer que é muito importante, o movimento sindical organizado luta por essa pauta há muitos anos. Inclusive, a sua PEC, apresentada em 2015, é fruto desse trabalho coletivo do movimento sindical. O Senador Paim sempre, prontamente, abraçou a pauta do movimento social organizado, em especial do movimento sindical. Podemos citar aqui o tema do salário mínimo, o tema da jornada de trabalho, o tema da previdência, tantos temas que são extremamente caros para a classe trabalhadora do nosso país.

Mas eu trouxe aqui um pouquinho... Olhando esse debate tão importante num momento em que a gente volta a ter um processo de crescimento no nosso país, de crescimento das taxas de emprego, de crescimento da renda no nosso país, o avanço em políticas públicas, o avanço na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

democracia do nosso país, acho que é o melhor momento para a gente tratar de um tema tão estratégico para a classe trabalhadora brasileira.

E é um tema também fundamental para nós, mulheres. Somos nós, mulheres, que nos sobrecarregamos com acúmulos de jornada de trabalho. Já foi falado aqui pela Shakti e até mesmo pelo Abel que nós, mulheres, acumulamos o trabalho remunerado com o trabalho não remunerado, que é o trabalho exatamente que a gente faz no cotidiano das nossas casas, seja com o cuidado da família, com as crianças, com os idosos, é o popular trabalho de cuidados.

Inclusive, parabenizo esta Casa – e a Câmara Federal também – porque a gente aprovou, no final de 2024, a nossa Política Nacional de Cuidados. O Senador Paim também foi estratégico nessa pauta, para a gente, aqui dentro do Senado Federal, foi um indutor desse debate aqui no Senado Federal. A gente conseguiu aprovar, por unanimidade, no Senado Federal, muito pela condução e pela relatoria aqui do Senador Paim.

Então, para as mulheres, no entanto, que têm jornada de 44 horas ou mais... Porque se a gente for colocar todo o trabalho não remunerado, nós temos uma sobrecarga de jornada. A gente acaba, então, acumulando o trabalho remunerado e o não remunerado. Segundo a Rede Brasileira de Economia Feminista, mais de 65% das mulheres empregadas formalmente estão em jornadas de trabalho superiores a 40 horas semanais. Além disso, no trabalho de cuidados, nos afazeres domésticos, elas empenham, em média, seis horas semanais a mais do que os homens.

Pesquisas também indicam que jornadas excessivas de trabalho comprometem diversas dimensões da vida dos trabalhadores e das trabalhadoras, afetando tanto sua saúde física quanto a saúde mental – o Abel já trouxe aqui várias questões que eu acho extremamente importantes – , reduzindo significativamente o tempo disponível para o descanso e o lazer. No caso das mulheres em especial, se a gente for colocar na ponta do lápis – estou vendo aqui várias mulheres –, pouco tempo sobra para nós, para o lazer. As mulheres... A gente até estava comentando com o rapaz que nos trouxe, de táxi, que, quando a gente está em casa, a gente sempre tem uma tarefa a fazer, a gente nunca para. Então, o nosso tempo de lazer é muito pequeno, às vezes nem existe.

Nessas condições precárias, a insatisfação tende a se intensificar, resultando em aumento nos pedidos de demissão. Os dados do Caged de 2024 mostram essa tendência, com maior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

número de desligamentos voluntários no ano, assim como a proporção desses pedidos em relação ao desligamento.

A análise revela que as ocupações com maiores índices de pedidos de demissão estão frequentemente associadas à escala 6x1. Então, por isso que esse tema e o debate 6x1 – porque eu acho que eles não divergem, eles andam juntos –, o fim da jornada 6x1 com a redução de jornada de trabalho é algo que reflete um pouco esses dados que a gente está trazendo aqui. E esse movimento, inclusive, reflete uma crescente insatisfação, em especial entre os jovens, impulsionada por um mercado de trabalho aquecido, mas com poucas oportunidades de conciliação entre a vida pessoal e a vida profissional. Por isso é tão importante esse movimento Vida Além do Trabalho, para mostrar que as pessoas precisam ter condições de lazer, de ter vida para além do trabalho.

Portanto, a redução da jornada de trabalho traz benefícios para toda a população brasileira, mas também traz benefícios para nós mulheres, especialmente.

Eu queria trazer aqui alguns dados que acho serem pertinentes. A redução da jornada de trabalho sem redução de salário significa também menos sobrecarga direta às mulheres, que somam cerca de 11 horas de trabalho por dia entre trabalho remunerado e não remunerado, e a possibilidade de uma distribuição mais equilibrada do tempo de trabalho de cuidado entre homens e mulheres, considerando que as mulheres, especialmente as mulheres negras, recebem salários inferiores aos dos homens.

Ontem, a gente teve o nosso 3º Relatório de Transparência Salarial, que mostra que as mulheres recebem 20,9% a menos do que os homens, estão quase chegando a 21% a menos do que os homens, e, quando a gente olha o recorte de raça, as mulheres negras, Senador Paim, recebem 47,5% de um salário de um homem não negro. Olha o que é a disparidade salarial, o que são as desigualdades no nosso país! Então, pensar numa redução da jornada de trabalho é também olhar para essas condições em que vive o conjunto da classe trabalhadora, em especial as mulheres negras.

E são também as mulheres que estão nas ocupações que estão muito associadas a essa escala 6x1. São vendedores, prestadores de serviço do comércio, trabalhadores do serviço de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

modo geral, representando, respectivamente, 50% e 61% do saldo da força de trabalho para o ano de 2024 nesses setores.

Então, uma redução da jornada de trabalho pode ter dois impactos importantes na distribuição da renda por gênero: primeiro, pode favorecer uma divisão mais equilibrada do trabalho não remunerado, conforme eu falei acima dessa redistribuição do trabalho doméstico; segundo, pode estimular a incorporação de mais mulheres ao mercado de trabalho devido ao aumento da demanda por mão de obra em setores que tradicionalmente...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSANE SILVA – ... operam em escala de seis dias de trabalho e um dia de descanso.

De acordo também com especialistas, ao analisar a economia brasileira, a redução da jornada de trabalho aumenta o emprego e promove uma distribuição favorável da renda. Mesmo numa situação de baixo crescimento, essa distribuição, favorecendo a demanda, aumentaria a possibilidade de empresas ocuparem melhor a capacidade instalada, e o impacto seria ainda mais expressivo em setores intensivos de mão de obra, como no caso do de serviços. O aumento do emprego geraria uma redução de despesas com repasses sociais, aumentando, com isso, a arrecadação previdenciária do nosso país – e as despesas previdenciárias, no nosso país, correspondem a 50% das despesas primárias da União.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSANE SILVA – Isso significa que todo mundo ganha com uma redução da jornada de trabalho: não somente a classe trabalhadora, mas a própria economia.

Em uma economia na qual uma parcela expressiva da população está empregada em atividades dependentes da renda disponível, a redução na jornada de trabalho – e, consequentemente, a necessidade de novas contratações – não deve ser vista apenas como uma oportunidade de aumento de custo para os empregadores, mas sim uma oportunidade de fortalecer a participação da renda do trabalho na composição da renda nacional.

Por fim, o fim da escala 6x1 e a redução da jornada de trabalho se projetam para além de um argumento de melhoria da produtividade do trabalho e representam uma oportunidade de avanço sobre uma distribuição mais justa do valor produzido socialmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para os trabalhadores e trabalhadoras, a redução da jornada de trabalho pode promover mais qualidade de vida e a redução da perda da produtividade por esgotamento profissional; pode promover compatibilização entre a vida pessoal, a vida familiar e a vida profissional, considerando ainda uma maior parte das atividades de lazer, como se encontrar com os amigos, jogar o futebol, tomar a cervejinha, poder ir ao cinema com a família – é um conjunto de benefícios para o conjunto da sociedade brasileira –, mas também isso conjugado a uma legislação brasileira bastante restritiva com acompanhamento de cuidados com os filhos e familiares, que acaba sendo quase uma tarefa exclusiva das mulheres.

Então, devemos pensar uma redução da jornada de trabalho combinada com todo esse debate dos cuidados como um trabalho que precisa ser valorizado socialmente, não somente pensando políticas públicas pelas quais o Estado também possa prover serviços de cuidado, mas as próprias empresas devem também pensar novas formas, inclusive incluindo os homens no compartilhamento dessas responsabilidades – a gente não quer apenas o aumento da licença-maternidade; nós queremos o aumento da licença-paternidade, nós queremos o direito de que os homens também possam levar os seus filhos ao médico, os homens também possam levar as pessoas, os seus familiares ao médico. Todos nós temos um pai e uma mãe que, às vezes, precisam de auxílio.

A gente precisa pensar a redução da jornada de trabalho como um benefício para toda a população brasileira, mas, em especial, um benefício para aqueles e para aquelas que estão fora, muitas vezes, do mercado de trabalho, que são as mulheres, em especial as mulheres negras, como eu já trouxe vários dados aqui.

A redução da jornada de trabalho é um benefício para toda a sociedade brasileira, é um benefício para a classe trabalhadora do nosso país. Como disse a Shakti, a gente teve um debate sobre isso lá em 1988. Eu acho que passou da hora de a gente avançar no nosso país.

Nesse sentido, encerro aqui e parabenizo muito o Senador Paim pela PEC e também o Senador Rogério Carvalho – ia dizer Correia, porque tem o Rogério Correia na Câmara – pela relatoria e digo que nós do Ministério das Mulheres, como expressou aqui o Senador Paim, e o próprio Governo brasileiro são favoráveis, sim, à redução da jornada de trabalho, porque a gente sabe que beneficia toda a sociedade brasileira, e, em especial, as mulheres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Meus cumprimentos, Sra. Rosane Silva, Secretária Nacional da Autonomia Econômica e Política de Cuidados, representante do Ministério das Mulheres. Meus cumprimentos.

Se o Plenário assim entender e os nossos convidados também, eu daria cinco minutos para cada representante de central ou de confederação, para que façam perguntas ou mesmo comentem a importância deste momento, porque esse movimento não vem de hoje, não é? Vem lá de 1946. Foi em 1946 que nós criamos a jornada de 48 horas; em 1988, nós criamos a jornada de 44, e de lá para cá, o movimento sindical, todo ele, porque é unanimidade no movimento sindical, nossos convidados Abel e Rosane, tanto que foi uma conversa rápida que tivemos, e grande parte deles estão aqui presentes hoje já. Esse movimento sindical inspirou a todos nós. Tenho certeza de que foi o movimento sindical que inspirou a Erika Hilton e também o Reginaldo Lopes para que apresentassem, fizessem esse movimento muito positivo, que aqui você representou muito bem – e vocês também, Rosane e Abel.

Então, neste momento, eu acho que é mais do que justo nós estarmos dando no Senado... Porque a PEC ficou desde 2015 parada, viu? Agora que nós estamos retomando, não é? Então, marcamos quatro reuniões aqui, teremos reunião na CDH, teremos reunião na Comissão de Assuntos Sociais e, se depender de mim e assim o movimento sindical entender, porque, se vocês não entenderem assim, não acontece... Em inúmeras vezes, eu viajei pelos estados ou por regiões, fazendo debate de outros temas: contra, por exemplo, a terceirização – lembram daquela PEC... Bom, não vou dizer o número porque eu vou trocar os números e depois vai dá confusão, mas fizemos roteiro por todos os estados para fazer o debate da reforma trabalhista e da reforma da previdência, sempre acompanhados pelo movimento sindical. Então, se vocês entenderem que devemos fazer talvez eventos regionais, tenho certeza de que a Erika, dentro do possível, vai, como também o Reginaldo. Eu também estarei disposto a ir e creio que o Relator também, que é o Rogério Carvalho. Vamos convidar todos, inclusive o Cleitinho, porque ele também tem uma emenda, tem uma PEC nesse sentido.

Eu deixarei a palavra agora com um representante de cada central ou confederação que está presente, por cinco minutos. Depois eles fazem a fala final e respondem... Eu faço uma falinha,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque eu fiz um resuminho aqui de como é que está este debate. Prometo que é um resuminho. A minha fala vai ser de três minutos.

Quem é o primeiro a falar aí? (*Pausa.*)

O Moacyr, que é Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores, companheiro de longas jornadas.

Eu não vou elogiar cada um, senão vocês não falam, viu? Todos são guerreiros e guerreiras.

Moacyr, cinco minutos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD (Para expor.) – Senador Paulo Paim, companheiros da mesa, dirigentes sindicais aqui presentes, companheiras e companheiros...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – O Diap também está presente, sempre presente (*Fora do microfone.*) desde a Constituinte, lembra? Nós nos reunimos lá no Diap.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Senador Paim, a gente tem que torcer para que Deus dê muita saúde para V. Exa. para continuar nessa trincheira.

V. Exa. já foi autor de outras propostas, e eu só vou citar uma aqui, que ia quebrar o Brasil, que era a do salário mínimo de US$100, e chegou a ter o apelido do "Senador de US$100." Quando o de US$100 foi criado, disseram que ia quebrar uma quantidade enorme de empresas, e hoje ninguém fala mais no benefício dos US$100 da época. Hoje nós estamos aonde estamos. Essa é mais uma proposta bastante polêmica, e o pessoal vai mais ou menos, de repente, tachá-lo novamente. Mas a gente tem que lembrar também que as 48 horas, como foi colocado, vieram lá de 1934. E, de 1934 para 1988, nós conseguimos quatro horas. Na Constituinte, com uma guerra monstruosa, proposta do Gastone Righi, à qual V. Exa. deu o maior apoio na época, que inclusive Plínio Arruda tentou diminuir para 42 horas, mas não teve sucesso.

Portanto, Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Se você me permite...

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu fiz uma série de anotações e fiz só um improviso para ajudar. O autor foi Almir Gabriel – eu sou muito de dar a César o que é de César... O Relator Constituinte foi Almir Gabriel. O Relator Constituinte que incluiu, mas o autor foi Gastone Righi, e conseguimos com ele buscar o meio termo.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Sim.

Então, a gente vê o período de tempo que a gente levou para diminuir quatro horas. Eu acho que é mais do que justo este momento. As centrais sindicais já tentaram diminuir para 40 horas. V. Exa. foi o patrono dessa grande história. Nós fizemos uma marcha aqui em Brasília... Uma não, a nossa colega aqui me lembra de quantas marchas a gente organizou para estar chamando para 40 horas – a Rosane –, e nós não conseguimos chegar a esse ponto. É uma luta antiga do movimento sindical.

Eu acho que para nós é muito importante esse retorno, principalmente no momento em que o empresariado tenta trazer o 6x1. Eu acho que é um contraponto, que vai mexer com o Brasil inteiro. E a gente espera vencer essa luta não pela luta em si, mas pelo benefício que, como já foi colocado na mesa, traz o repouso, o descanso, a redução do estresse e até a vontade de produzir mais. Temos absoluta certeza de que com um propósito desses o Brasil só tem a ganhar, e o cidadão brasileiro, também.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Moacyr, Presidente da Nova Central.

Pode pegar o microfone e se identificar para efeito de notas para a história, porque esta sessão entra para a história.

A SRA. NILZA PEREIRA ALMEIDA – Posso falar, companheiro?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – É com você mesma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Deve.

A SRA. NILZA PEREIRA ALMEIDA – É que ele também estava com o microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Mas as mulheres aqui têm preferência.

A SRA. NILZA PEREIRA ALMEIDA (Para expor.) – Obrigada.

Boa tarde, Senador Paim.

Rosane, é um prazer reencontrá-la. Ela estava lá ontem no lançamento do 3º Relatório de Transparência Salarial.

Abel, é um prazer conhecê-lo.

A minha fala, Senador, nem vai ser muito a respeito do que o senhor está propondo aqui, porque nós vamos participar da próxima audiência também que será das centrais. Eu quero colocar o que nós estamos fazendo de movimento na sociedade junto com o pessoal do Vida Além do Trabalho, mais particularmente a gente da Intersindical está com eles na construção do 1º de maio, tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo. As atividades, infelizmente, foram, neste ano, divididas. A gente está chamando de convocação unificada e atos não unitários para a mídia. E a realidade é esta: a gente está usando a mesma convocação, mas os atos vão ser diferentes, conforme a cultura de cada central. Nós estamos com eles juntos, no 1º de maio, e estamos também com a Frente Brasil Popular e com a Frente Povo Sem Medo organizando o plebiscito, porque a gente acha que, além do abaixo-assinado que o VAT fez na internet e que já conseguiu os 2 milhões de assinaturas, é preciso fazer um agito direto na sociedade, ali, no chão, nos *shoppings*. Eles têm feito bastante atividade, mas a gente, como movimento social, também quer se engajar, porque a pauta da redução de jornada de trabalho que está hoje na sociedade – inclusive com a mídia falando e sendo pautada durante vários dias nas redes sociais – é a pauta da classe trabalhadora, e há anos a classe trabalhadora não consegue colocar a sua pauta na ordem do dia. A gente tem feito muitas ações e muitas atividades de recuo e de resistência, para não atacarem ainda mais os nossos direitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, desde 15 de novembro – desculpe-me, foi em novembro que teve o primeiro ato, dia 16; eu acho que foi no Rio de Janeiro, quando a gente estava lá no G20 –, a gente está discutindo sobre isso. Gente, essa é a pauta da classe trabalhadora. Para quem quer discutir só a questão da qualificação, dá; para quem quer discutir só a questão da produtividade, dá. E nós queremos discutir a questão da mais-valia. As empresas ganham em cima da exploração da força de trabalho por mais tempo. Então, dá para discutir, por qualquer viés ideológico, a questão da redução da jornada de trabalho e dessa jornada 6x1.

A minha origem sindical é do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas, e nós temos empresas que fazem jornada 6x1. Amanhã iria acontecer uma assembleia – a gente cancelou por outros motivos – de uma empresa que faz as jornadas 6x1 e 6x2. Para ela fazer a 6x1 e a 6x2, os trabalhadores fazem meia hora de refeição, porque eles não abrem mão das 44 horas semanais. Então, para a gente é fundamental essa discussão de redução de jornada de trabalho e de uma escala mais humanizada. Por isso, a Intersindical está participando e está lá na construção do 1º de maio em São Paulo, no Rio e onde for possível.

Que fique claro que a convocação é unificada, os atos não são unitários e que nós estamos movimentando o plebiscito. Hoje à noite, às 18h30, tem uma plenária de organização do plebiscito, e, na quinta-feira, dia 10, vai ser o lançamento lá no Largo São Francisco. Vai ser na faculdade, e a gente espera juntar muitos militantes de esquerda, de todo o mundo sindical, do movimento social, do movimento popular, para a gente fomentar essa pauta, porque todas as pautas são importantes, mas, se a gente não discutir a pauta que é relacionada ao trabalho e ao trabalhador, a gente fica nessa pauta sempre defensiva, de sempre recorrer, sendo pautados pela direita.

Então, nós queremos, neste momento, com essa discussão de jornada de trabalho, pautar a direita, pautar a patronal. Que eles venham discutir e venham dizer por que não dessa questão da redução neste momento...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. NILZA PEREIRA ALMEIDA – ... do século XXI. A gente fala nesta quadra miserável do século XXI, em que a gente está vivendo, em que eles já ganharam tudo possível. Que... Eu ia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falar um palavrão... Mas o Trump está criando problema, ele vai criar problemas a todo custo, mas nós, trabalhadores, temos que pensar na nossa classe, do nosso jeito.

Então, agradeço a oportunidade de falar. Espero, no dia da nossa audiência, estar aqui com boas notícias sobre os atos, sobre a plenária, sobre a nossa movimentação, e a gente poder avançar nessa discussão da redução de jornada, seja com o projeto que o senhor está desde 2015, sejam esses projetos que vêm reduzindo mais gradativamente. Agora o importante para nós é a redução da jornada de trabalho e que a gente possa não viver essa escala do 6x1, seja no comércio, seja no serviço e seja na indústria.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, muito bem. A líder Nilza, da Intersindical. Parabéns pelo relato que deu.

E é o que nós pensamos: trabalharmos juntos com um objetivo comum, reduzir a jornada. Aí, as escalas, a gente vai acertando dentro do possível, na redação final da proposta que vamos construir nas duas Casas.

Quem é o próximo inscrito? O Bira... Dizem que, pela idade, é o Bira – pela idade. Foi ele que me ajudou ali. "Decida pela idade, Paim."

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Estatuto do Idoso.

Bira, registre o nome e a central para...

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA (Para expor.) – Boa tarde.

Eu sou Ubiraci, sou Vice-Presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil).

Meus companheiros, eu, antes de entrar nessa questão da redução da jornada de trabalho, a 6x1 e tal, eu queria levantar uma preocupação, que é a seguinte: se a banda tocar como está tocando daqui para frente, desse jeito que está acontecendo, o que vai acontecer é que não vai ter trabalho. Sabe por quê? A indústria nacional está sendo dizimada – a indústria nacional está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sendo dizimada –, porque não é possível ser entregue, todo ano, de mão beijada, para quem não produz um prego, R$1 trilhão em termos de juros – um trilhão, um trilhão! Não sou eu que estou inventando esse número, não, está certo? O IBGE, a Getúlio Vargas e uma série de entidades estão levantando isso.

Aí vem falar para mim que está construindo emprego de qualidade? Conversa, não está. O cara que carrega a comida nas costas para levar para as pessoas não pode comer o que ele está levando, por mais que a família dele esteja passando necessidade. Ele não pode mexer naquilo lá.

Então, emprego de qualidade é o que a gente está querendo e querendo mesmo, porque veja o seguinte: enquanto a gente fica na generalidade, os caras enfiam o ajuste fiscal, que tira, reduz o aumento do salário mínimo, reduz o Bolsa Família, reduz o Fundeb e aí vem com a conversa de fazer uma nova reforma da previdência e o arcabouço fiscal que impede, que inibe que a Nova Indústria Brasil possa ir adiante, porque tem uma limitação concreta no arcabouço fiscal de 2,6%. Não tem maior investimento que isso. Então, é necessário acabar com essa lógica fiscal para poder fortalecer a indústria nacional com emprego de qualidade.

Eu sou ferramenteiro e ajustador mecânico. Você é metalúrgico e sabe muito bem o que é isso. É o seguinte: na minha época ali – eu vou falar o ano para você, quando eu estava na Philco, em 1978 –, os relações humanas das empresas iam disputar na porta da empresa para levar você para a empresa dele, pagando um salário maior. Hoje nós não podemos ficar satisfeitos com essa situação – não podemos. Então, eu acho que a gente deve abrir um olho muito forte, ter uma atenção forte para essa questão da redução das taxas de juros e aumento do investimento público, para fortalecer o trabalho...

E esse projeto do Governo da Nova Indústria Brasil, na minha opinião, é excelente, é muito bom, mas não tem dinheiro para você investir. Então, ele acaba não saindo do papel como deveria sair. Eu estou dizendo isso porque falei isso para o Vice-Presidente da República, Geraldo Alckmin, numa audiência com a direção da nossa central. Essa é uma preocupação que estou tendo porque, daqui a pouco, a gente está brigando por isso e não vai ter trabalho para ninguém, porque estão destruindo, infernizando a vida do povo, e as pesquisas estão aí para quem quiser ver, está certo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não quero que volte bolsonarista para o nosso Governo, eu não quero que o bolsonarismo volte...

(*Soa a campainha.*)

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – ... senão a gente vai sofrer muito mais ainda, porque eles pegaram experiência e vão meter a faca entre nós.

Nessa questão do 6x1, tem um projeto da Daiana, lá na Câmara dos Deputados, que foca na questão dos comerciários e não tem contradição nenhuma com esse que está sendo debatido aqui. Por isso que eu acho que a gente deve somar esforços, somar esforços para poder jogar duro no sentido de conseguir essa redução. Essa redução é muito importante – claro que é –, ajuda o povo, ajuda os trabalhadores. Como a companheira disse, abre espaço para que essas pessoas, os trabalhadores possam fazer outras coisas, estudar, levar sua família para passear, como você disse. É verdade, está certo?

Por isso que eu tenho 53 anos de luta no movimento sindical. Desde que eu entrei, essa porta já estava na parada, há muito tempo – muito tempo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Eu fico feliz quando um jovem como esse vem aqui botar os argumentos e tal. Só um alerta: tudo isso que você falou para botar depende muito da nossa força, botar as condições – vou terminar agora – para que as pessoas possam viver, acabar com os abusos que tem, como você disse, etc. e tal, pegar um arcabouço mais amplo, além da redução da jornada. Isso depende muito da mobilização do nosso povo em mudar o sistema que está em voga, porque o patrão não vai querer resolver isso, chegar e dar para você, não vai dar.

Então, eu acho que esse movimento é importante, é decisivo e a gente tem condição, juntando as forças, juntando os esforços todos, de fazer essa redução. Isso vai ser benéfico para nós, para o povo, para os trabalhadores. E a gente avançar nessa direção e conquistar a vitória final.

Muito obrigado pela oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Bira. (*Palmas.*)

O Bira aqui terminou chamando a unidade de todos os trabalhadores do campo e da cidade pela causa comum que interessa a todos nós.

Vai lá, meu amigo.

Não esqueça o nome e a entidade.

É contigo.

O SR. ISAÚ JOAQUIM CHACON (Para expor.) – Isaú Chacon – me chamam de Chacon. Eu sou da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (Contec), que é de bancários e securitários.

A nossa categoria – eu sou Presidente da Federação Nacional dos Securitários – é uma categoria que hoje trabalha, em média, 40 horas, já há muito tempo. Defendemos, sim, esse projeto, com toda a força. Entendemos que a carga horária da forma como ela está e como querem fazer, de fato, prejudica a essência do trabalhador e da família.

Eu estava exatamente olhando, na fala do Abel, que eu já vi, em outros tempos, falando, que, na melhor parte da nossa vida nós estamos na empresa, de 8h às 18h, de segunda a sexta, nos quase 21, 22 dias do mês, com pessoas que não são da nossa família. A nossa família passa a ser os colegas de trabalho que estão todo dia conosco. E, na melhor fase da vida, entre os 15 e os 65 anos, toda essa construção, você está dando sua força de trabalho. Se você não reduz essa carga horária para construir espaço para que outros trabalhem mais e com maior qualidade e com maior eficiência, você não constrói e vai entrar na seara de uma série de doenças, como você declinou aqui.

Nós temos todo tipo de doenças hoje. Inclusive, eu estava vendo na matéria hoje cedo as principais doenças dos países, que são a LER, o *burnout* e outras mais. Essas doenças hoje nos perseguem e destroem nossas famílias, porque você está cansado. Você chega em casa cansado. Você sai cansado e chega cansado. E, quando você entra na área feminina, da mulher, que tem tripla jornada de trabalho... Já foi dito em quantos congressos a que a gente vai sobre a tripla

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

jornada que ela tem? E, se você não tiver esse cuidado e a grandeza de reconhecer isso, pela ganância do lucro fácil, você só destrói a família e a sociedade. E isso não traz benefício.

O trabalhador, quando chega no trabalho, chega forte, ele chega com construção, chega com desenvolvimento e com alta produtividade. À medida que ele vai trabalhando exageradamente, exacerbadamente, ele vai perdendo sua capacidade de produção e vai diminuindo todo o seu potencial como pessoa, como família e como sociedade.

Por isso, nós defendemos, sim, a carga horária... Hoje temos as 40 horas e defendemos as 36 horas, sim, até para melhor distribuir as tarefas para a concorrência dos companheiros que precisam trabalhar e melhor industrializar os países, como foi dito aqui também, vários países que nós mencionamos.

Esse é o ponto que nós defendemos pela Confederação, pelas nossas instituições, até pela central a que eu pertenço, a UGT, mas não estou falando em nome dela. Estou falando em nome da Confederação.

Muito obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem. Muito bem, Chacon! Parabéns pela fala!

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Paim... Paim... Só para apresentar aqui.

Estão presentes com a gente aqui a Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telemarketing, Vivian Queiroz; e o companheiro Edvaldo, dos *motoboys*, que estão junto conosco nessa batalha aqui e que são filiados à CTB.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, registrado.

Quem fala ainda por confederação ou por central?

Depois eu vou abrir oportunidade também para vocês.

Quem? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LINEU NEVES MAZANO – Vou falar pela CSPB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Em seguida você, pode ser? (*Pausa.*)

Então, vamos lá.

O SR. LINEU NEVES MAZANO (Para expor.) – Boa tarde a todas e todos.

Cumprimento o Senador Paim, sempre na luta, efetivo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Só para registro, peço que diga o nome e a central.

O SR. LINEU NEVES MAZANO – Falando em nome da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, representando o companheiro João Domingos, como Vice-Presidente, mas também integrante do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST) – o nosso Presidente está aqui –, e também sou integrante da Força Sindical.

Quero parabenizá-lo, Senador, pelo trabalho. Veja como aqueceu, neste momento, pelos projetos apresentados na Câmara, mas o Senador já tinha, desde 2015, esse projeto, ou seja, há tempo vem preocupado com essa questão.

Quero dizer que é um projeto que merece todo o respeito, todo o apoio, e que é algo importante para a classe trabalhadora. Nós servidores públicos, que já temos as 40 horas – em algumas áreas, um pouco menos, e, em alguns lugares, salvo engano esta Casa aqui já ultrapassou também o trabalho 4x3; não é nem o 5x2 mais... Então, é uma luta nossa também no serviço público, para melhorar a qualidade no serviço público.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Para um certo setor, não para todos, viu?

Eu não vou entrar em detalhe, para não apanhar dos mais graduados. Se é que queriam fazer, eu acho que tinha que ser para todos, mas não é bem assim. Não se trabalha sexta nem sábado e, se trabalhar, na sexta, ganha um adicional. Ou é para todos ou é para nenhum, não é?

O SR. LINEU NEVES MAZANO – Não vou entrar nos detalhes. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – É, vamos deixar assim. Vai lá.

O SR. LINEU NEVES MAZANO – É uma proposta apresentada pelo Senador que é coerente.

Parabenizo a fala do Abel, que destacou que tem que negociar também com o outro lado. Para os trabalhadores é ótimo, mas e o empresário, e o empregador? Tem que se debater. Então, é uma proposta bem razoável de se fazer isso, de uma forma gradativa, até virem as 36 horas. Está de parabéns pela análise da elaboração do projeto e de compreender também a possibilidade de fazer caminhar.

Lembro que nós servidores públicos também estamos enfrentando muitas dificuldades. Veja aí que estão querendo resgatar a PEC 32, a reforma administrativa do Bolsonaro, que é uma reforma que transforma o Estado, o poder público numa plataforma de serviço, para ser tudo contratado. E, se vai ser tudo contratado, vai depois tudo ir para a CLT e para um outro regime também, lembrando que o próprio Supremo também já deu, vamos dizer assim, uma derrotada na nossa cabeça, quando ele vota pelo fim do Regime Jurídico Único no serviço público. E aí qual vai ser a forma de contratação? Então, vem o capital, o empresariado, essas forças lutando contra a administração pública, para que eles possam explorar, e o Supremo dizer: "Vamos já retaliando aqui para facilitar para vocês lá na frente". É mais ou menos isso que aconteceu com o fim do Regime Jurídico Único, como se prestar serviço público fosse simplesmente um contrato de entra hoje e sai amanhã. Não é isso, é muito diferente.

Então, é para dizer que é muito importante, inclusive essas audiências... E, se precisar, Senador, se for importante fazermos algumas audiências, não vou dizer em todos os estados, mas em algumas audiências regionais, conte conosco, porque eu tenho certeza de que... Pela CSPB, nós podemos falar, mas o Fórum Sindical, aqui representado pelo Arraes, nosso Presidente, e também as centrais sindicais, como estamos aqui com o JP, que é o nosso Diretor da CSPB, mas também da CTB, junto com o Bira lá. E o JP cometeu uma falha aqui, viu, Bira? Porque ele falou que você está há 50 anos na luta, mas você falou que são 53. (*Risos.*)

Muito obrigado, Senador, obrigado a todos aí. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Agora é você. Não esqueça o nome e a entidade.

A SRA. ALEXANDRA VASCONCELLOS LUCENA DE ASSIS CHACON (Para expor.) – Alexandra Lucena. Represento a Federação Nacional dos Securitários, no Rio de Janeiro.

Na Federação que eu represento, como falado aqui pelo Chacon, nós temos uma carga horária, para os trabalhadores do setor, de 40 horas semanais. Mas a riqueza do debate de hoje é tão grande que, na fala da Rosane, do Movimento Sindical de Mulheres, que teve início lá no Movimento Sindical, que fala das mulheres pretas – eu, como mulher preta –, e a do Abel, que fala desse deslocamento, do tempo de trabalho, não está adstrito só à jornada 6x1. Não é só isso. Engloba vários fatores, não é?

Como a membra do Ministério Público do Trabalho chamou a atenção, a questão da jornada de trabalho já é algo que, dentro da sociedade, lá atrás, no direito do trabalho, começou assim, se a gente começar a olhar a história do direito do trabalho.

E eu vou trazer para vocês um caso à baila aqui de uma empresa que a gente representa. Então, a importância de a gente, como dirigente sindical, promover as negociações coletivas, porque, como também falado pelo Senador Rogério Carvalho, no início da sessão, os acordos coletivos são justamente para reduzir, melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores. Falando a grosso modo, do meu jeito, tá? Não foi bem com essas palavras que o Senador tratou o tema.

Hoje eu tenho algumas empresas, por incrível que pareça, que ainda querem colocar uma jornada 7x1. Isso é real – isso é real. E 7x1 não existe, porque a semana tem sete dias. Se você colocar um trabalhador para laborar sete dias, ele está folgando no oitavo? Não. Ele está trabalhando sete dias sem folgar, ou seja, direto.

Em audiência, eu provoquei o Ministério Público do Trabalho – quem tiver curiosidade, depois eu passo o número da denúncia – aqui da 10ª Região, de Brasília, para tratar do caso. E o representante da empresa falou o seguinte: "Olha, não é toda semana que isso acontece". Bom, lógico, se fosse toda semana, a gente estaria falando de um escravo, porque sete dias, 7x1, então ele nunca folgaria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vocês veem a aberração a que ponto chega. A sociedade dentro desta Casa discutindo o fim da jornada 6x1, e algumas empresas ainda querem emplacar uma jornada 7x1, que não existe.

Vê-se a importância do movimento sindical, porque é o movimento sindical e os representantes dos trabalhadores que, na hora de fazer as normas coletivas, nas mesas de negociações coletivas, somos nós que temos a responsabilidade de não deixar isso acontecer. E o pior é que está acontecendo. São trabalhadores do *call center*, que estão laborando 7x1, exaustivamente.

Vejam bem, precisamos, sim, reduzir para 6x1, até mesmo com a proposta do Senador Paulo Paim, de 36 horas. Acho justo, porque a gente está falando... Estou um pouco seca, tá, gente? Em Brasília, diferentemente do Rio de Janeiro, é um pouco seco, e eu tenho um pouco de dificuldade aqui de adaptação.

Então, eu acho importante, sim, a gente ter um olhar mais atento. Isso não esbarra só nas questões ou na questão, melhor dizendo, da escala de trabalho; é todo o contexto social.

E vou um pouco além: eu sou uma trabalhadora que defende trabalhadores, mas, por vezes, também tenho laborado 12 horas, porque o movimento sindical está cada vez mais sucumbindo. Eu sei que não é o tema, mas a importância do movimento sindical para os trabalhadores esbarra nesse exemplo que eu trouxe aqui para vocês, de a gente não deixar que empresas extrapolem os direitos constitucionais. Eu cheguei a falar para o Ministério Público do Trabalho: "A empresa está rasgando a Constituição Federal". Não é a posição do sindicato; é simplesmente respeitar o descanso semanal remunerado previsto na Constituição Federal. "Bom, mas cabe o acordado sobre o legislado". Não, doutores, não cabe, não. A CLT, com a reforma trabalhista, foi bem clara: tem alguns temas que não poderão ser objeto de negociação. Quais são? Entre eles, está a supressão do repouso semanal remunerado. Então, não pode. Não é questão de que o sindicato não deixa; a Constituição não prevê. E, agora, mais ainda, a gente está lutando...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ALEXANDRA VASCONCELLOS LUCENA DE ASSIS CHACON – ... para o fim da jornada 6x1, para dar dignidade aos trabalhadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sim, passamos a maior parte do nosso tempo no nosso trabalho – eu posso dizer isso com bastante propriedade. E a gente acaba deixando, como a Rosane Silva falou, de ter vida social. A gente deixa de ter, porque a gente chega em casa e ainda tem que cumprir as tarefas que muitas vezes são inerentes às mulheres. Então, o tema esbarra em vários aspectos: na ampliação da licença paternidade, sim, para que os homens também tenham obrigações como as mulheres; na questão racial do salário... Eu, como filha de pai preto, até consegui ter uma vida melhor, porque meu pai, naquela época, conseguiu estudar e conseguiu, como homem preto, dentro da sociedade, me dar uma escola particular para eu estudar, mas, talvez, se ele não tivesse conseguido e se esforçado muito naquela época, hoje eu seria mais uma num subemprego, tentando a vida e sem conseguir, como o nobre colega Abel Santos falou...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ALEXANDRA VASCONCELLOS LUCENA DE ASSIS CHACON – ... sem conseguir nem estudar, porque você só vive para o trabalho.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Parabéns. Muito boa a sua fala.

Agora, só falta você – eu fiquei de lhe dar a palavra –; depois, o Paulo Douglas.

A SRA. RITA DE CÁSSIA VIVAS (Para expor.) – Boa tarde a todos e todas.

Eu me chamo Rita Vivas. Falo pela CNTA (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação e Afins), representando aqui o Presidente Artur, que participa pela CNTA do Fórum Sindical de Trabalhadores.

Cumprimento o Senador, a Rosane e...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Abel.

A SRA. RITA DE CÁSSIA VIVAS – ... o Abel – eu não consigo ler daqui –, componentes da mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha fala vai na tônica do aumento expressivo – é uma estatística hoje certa de que tem tido um aumento expressivo; chega-se a dizer que está em torno de 70% – de afastamentos dos trabalhadores por transtornos mentais. Esses transtornos incluem *burnout*, ansiedade, provocados por assédio moral, metas exageradas. Tanto o é que, atento a isso, o Ministério do Trabalho atualizou a NR1, visando exatamente combater isso, ditando diretrizes sobre a saúde mental no mercado de trabalho.

Na fala que faço aqui, bem sucinta, da CNTA – já aderindo a tudo que foi falado aqui, que tem absoluta relevância, importância –, não podemos desprezar que o afastamento por *burnout* tem sido crescente, e a jornada extensiva é um fator que contribui de maneira assim bem pesada, bem forte no afastamento dos trabalhadores. Então, precisamos de conscientizar o lado patronal sobre este aspecto: ele não vai trabalhar menos, ele vai trabalhar melhor e vai trabalhar mais, porque, com a jornada não sendo tão extensiva, por certo não haverá adoecimento. É nesse aspecto que se preocupa que isso vire lei. Precisamos que seja lei, e não uma liberalidade do empregador, até porque nas convenções, mediante acordo e convenção coletiva, nem todas as categorias têm esse fator forte de negociação. Então, é importante que seja lei, que seja uma imposição à redução da jornada, evitando metas excessivas, assédio moral e jornadas extensivas, que são esses fatores que contribuem para o afastamento no trabalho.

Sucintamente falando, é esse aspecto que, pela CNTA, nós deixamos aqui colocado.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, parabéns pela fala.

Vamos, de imediato, intercalando, passar a palavra agora ao Dr. Paulo Douglas Almeida de Moraes, Procurador do Ministério Público do Trabalho.

O SR. PAULO DOUGLAS ALMEIDA DE MORAES (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Senador Paim, é para nós do Ministério Público uma satisfação enorme estar aqui, especialmente perante V. Exa., que enobrece todo o Parlamento brasileiro pela sua sensibilidade e sempre lutando por causas que tocam diretamente a razão de existência do Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Estado, é importante lembrar, existe para servir as pessoas. E nós temos um país majoritariamente composto por trabalhadores. Portanto, olhar pelos trabalhadores é cumprir a missão efetiva do Estado brasileiro. Quando nós pensamos em trabalhadores num sistema capitalista, nós temos um modelo de troca. E aqui me reporto ao movimento Vida Além do Trabalho, cujo nome é extremamente eloquente no sentido de traduzir a que ele se propõe: que os trabalhadores estão, no momento em que dedicam um terço da sua vida três da sua vida ao trabalho, entregando, portanto, um terço da sua existência em troca de dinheiro, no modelo no qual esses mesmos trabalhadores são também consumidores.

Essa proposta, quando reduz a jornada de trabalho – e sua proposta vai além; e que bom! –, não apenas vem socorrer interesses de trabalhadores, mas também do próprio modelo capitalista, que está em linha de exaustão, exatamente em razão da crescente desnecessidade da demanda por mão de obra humana no modelo no qual nós temos uma revolução tecnológica.

Eu tive a oportunidade de fazer um estudo, na minha dissertação de mestrado, que demonstra que, apenas nas atividades de cobradores de ônibus e na atividade de caixas bancários, nós tivemos uma redução superior, ao longo de 20 anos, a 50% da colocação de trabalhadores e também na ordem de 50% de redução da massa salarial nesse mesmo segmento.

Portanto, a redução de jornada é um imperativo no atual modelo e no atual momento histórico que nós estamos atravessando. E é um imperativo, volto a dizer, de um resgate da missão do próprio Estado em buscar escolher entre distribuir dignidade, distribuir qualidade de vida ou começar efetivamente a investir mais em estabelecimentos prisionais, porque, na medida em que as pessoas não conseguem auferir com o tempo que trabalham o mínimo para sua subsistência, acaba sobrando a delinquência.

Então, eu enalteço – e já ouvi várias referências aqui da colega ao Ministério Público do Trabalho – e estamos absolutamente à disposição para contribuir, seja fiscalizando, seja de alguma maneira oferecendo subsídios para este importante debate.

Muito obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Dr. Paulo. Nós o cumprimentamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em seguida – eu estou aqui acelerando já porque o Plenário daqui a pouco abre e eu tenho que estar lá –, a senhora, do CNTI.

A SRA. SÔNIA MARIA ZERINO DA SILVA (Para expor.) – Eu quero cumprimentar a todos e a todas, em especial o Senador Paulo Paim, que tem feito tantas lutas em defesa dos trabalhadores, o Abel e a Rosane Silva, uma companheira de longas lutas em defesa da questão da igualdade salarial e tantas outras lutas que nós travamos junto às centrais sindicais em defesa dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Quero dizer ao Senador Paulo Paim que essa proposta da PEC 148 é salutar, porque vem ao encontro do desejo de uma luta muito árdua e muito antiga de nós mulheres trabalhadoras, porque essa questão da redução de salário não só beneficia todos os trabalhadores, mas em especial as mulheres trabalhadoras, que têm jornada dupla, têm jornada tripla e são muitas vezes mães chefes de família, que não têm tempo de ter nenhum tipo de lazer.

Então, eu quero parabenizar pela iniciativa e dizer que nós, mulheres, criamos o Fórum Nacional de Mulheres Trabalhadoras das Centrais Sindicais. E ali nós temos uma pauta das mulheres trabalhadoras – não que essa seja uma pauta só das mulheres, é de todos os trabalhadores, mas, como nós temos uma demanda muito grande com essa questão do horário de trabalho, como a gente trabalha e como a gente não tem tempo para a família, seria um impacto muito positivo, Senador Paulo Paim, na melhoria da qualidade de vida da classe trabalhadora e na redução da perda de produtividade por esgotamento profissional.

Então, eu quero deixar registrado isso aqui, em nome da CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria). O meu Presidente José Reginaldo não pôde vir, ele está em outra atividade, mas nós estamos aqui firmes na luta em defesa dos trabalhadores e das trabalhadoras brasileiras.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem.

Eu vou tentar agora fazer um resuminho e daí eu deixo os nossos convidados encerrarem, porque o momento alto é o encerramento, né? Então, vocês encerram daí. Vou fazer um histórico rápido, no máximo quatro, cinco minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No início do século XX, a jornada de trabalho diária chegava a 16 horas. A Constituição de 1934 trouxe a conquista das 48 horas semanais. Na Constituição Cidadã de 1988 – eu fui Constituinte –, nós conseguimos as 44 horas semanais. Queríamos as 40 horas. Por questão de justiça, eu registro: o Relator na Constituinte dessa proposta foi o Deputado Federal constituinte Almir Gabriel; o autor da proposta, Gastone Righi. E nós todos nos somamos juntos para construir esse meio-termo.

Em 1980, os sindicatos europeus já defendiam a redução para 30 horas semanais. Após a Constituinte, o movimento sindical brasileiro intensificou a luta, porque nós queríamos as 40 horas, com jornada de trabalho reduzida. Em 1994, apresentamos, em nome do movimento sindical, o PL 4.653, que previa 40 horas semanais. Aí disseram para nós que por PL não dava, tinha que ser emenda constitucional. Nós somos teimosos. Em 1995, junto com o Inácio Arruda – vocês se lembram do Inácio Arruda, né? –, um grande Parlamentar, nós apresentamos a PEC 231, com o mesmo objetivo. Em 2003, já no Senado, apresentamos, junto com o movimento sindical, a PEC 75, de 2003, propondo 36 horas semanais.

Muito bem. Foi uma peleia enorme, mas não aprovamos.

Daí fomos para 2005. Apresentamos o PLS 254, de 2005, que previa um tal de pacto empresarial. É uma proposta construída coletivamente, mas não foi à frente. Paramos ali. Agora vamos para 2015. Em conjunto com o movimento sindical, apresentamos a PEC 148, que propõe a redução de jornada para 36 horas semanais, sem redução salarial. A PEC tramita nesta Comissão, Rogério Carvalho é o Relator.

Agora só apontando caminhos.

Aprovamos aqui um ciclo de debate. Vamos ter quatro debates nesta Comissão, pegando todos os setores da sociedade. Depois teremos também debate na Comissão de Direitos Humanos e na de Assuntos Sociais. A redução da jornada de trabalho também integra o Estatuto do Trabalho, que está em debate lá na CDH e de que eu sou o Relator – está lá também a proposta de 36 horas.

Outra proposta semelhante, quero dar aqui o devido destaque, tramita no Congresso com a mesma autoridade, sendo do Senador Weverton uma proposta e do Senador Cleitinho uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proposta, além da Deputada Erika Hilton e do Deputado Reginaldo Lopes, que fizeram um grande movimento em nível nacional e recebem todo o nosso carinho e todo o nosso apoio. Eu tenho esperança de que nós vamos estar num grande ato público um dia, todos juntos, consolidando a proposta principal, que é a redução de jornada, né? Aí vamos ver o que vamos construir juntos.

A luta pela redução de jornada sem redução salarial é uma bandeira histórica da classe trabalhadora. A redução de jornada para 36 horas semanais trará inúmeros benefícios: qualidade de vida, tudo que foi dito aqui... Eu só vou repetir, porque fica nos *Anais* da Casa, né? A redução de jornada para 36 horas semanais pode trazer inúmeros benefícios: qualidade de vida, mais tempo para lazer, estudo, convivência familiar e comunitária, além da redução de estresse, melhoria na saúde mental, mais emprego, mais renda, aumento da produtividade – trabalhadores mais motivados e descansados produzem muito mais –, geração de empregos...

Aqui é um debate. O debate... Com os primeiros dados que eu tinha, se formos a 40 horas semanais... E as propostas vão neste sentido: num primeiro momento, para 40 horas; e depois se vai reduzindo uma hora por ano, até chegar às 36 horas.

Num primeiro momento, se reduzirmos para 40 horas, segundo os dados do Dieese, daria em torno de 3 milhões de empregos neste momento. Depois, com a redução de mais uma hora por ano, claro, vai aumentando.

O impacto ambiental também é muito importante. Um ritmo de trabalho mais equilibrado contribui para a sustentabilidade e a justiça social, amplia a oportunidade e equilibra a oferta de demanda do trabalho.

Rapidamente, aqui eu termino com exemplos internacionais. A jornada semanal de trabalho varia entre os países, refletindo aspectos culturais, econômicos e legislativos. Com 40 horas semanais: desde 2023, no Chile, uma lei reduz gradualmente a jornada de 45 para 40 ao longo de cinco anos; Equador e Venezuela, aqui pertinho, já adotam a carga de 40 horas semanais; Alemanha, jornada entre 35 e 40, com foco na produtividade, equilíbrio entre vida profissional e pessoal; Itália, Polônia, Rússia, Suécia, jornada padrão de 40 horas, que pode chegar a 36 em alguns países. Menos de 40 horas semanais rapidamente: França, jornada de 35 horas semanais, priorizando a qualidade de vida; Dinamarca, 37 horas; Noruega, 37,5; Bélgica, 38 – estou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abreviando aqui já –; na Islândia, testes reduziram a jornada de 40 para 35 e 36, aumentando a produtividade; Países Baixos, Holanda, média 31,6, uma das menores do mundo.

Enfim, a redução de jornada mostra, não só nos países europeus, mas também aqui na América Latina, que é um caminho natural devido às novas tecnologias, à inteligência artificial e ao fato de muita gente trabalhar de casa, mas tem que ser regulamentado para não haver exploração. Nós podemos tranquilamente chegar às 36 horas, claro com a devida negociação, e num primeiro momento para 40.

Agora eu vou passar a palavra para meus dois convidados, que vão encerrar a nossa audiência.

Parece que a Rosane tem que sair rapidamente.

Está com você, cinco ou dez minutos, como achar melhor.

E para você é a mesma coisa.

A SRA. ROSANE SILVA (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Eu vou pedir desculpas porque eu vou falar, vou ter que sair e não vou te escutar, Abel, porque eu tenho uma outra agenda às 16h30.

Mas, depois dessas palavras do Senador, eu acho que a gente encerra esta audiência pública tendo muita clareza de que é possível, sim, avançar no nosso país nessa pauta. Eu acho que, inclusive, as falas aqui, seja do movimento sindical, seja do Ministério Público, mostram o caminho que a gente está construindo aqui no nosso país. É um caminho, sim, de a gente avançar nessa pauta tão central.

Eu tenho acompanhado um pouco de longe, claro, a movimentação do movimento sindical. Sei que, no 1º de maio, essa é uma pauta central.

E é isto: como disse o Senador Paim aqui em outra oportunidade, é a gente se juntando num mesmo caminho, com um único objetivo, que é, sim, reduzir a jornada de trabalho, porque a gente já falou aqui, nesta tarde toda, e tenho certeza de que outras audiências vão trazer novamente mais dados, mais informações. Mas eu acho que a grande, como que eu posso dizer, síntese desta tarde aqui, desta audiência, é que todo mundo falou o quanto que uma redução da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

jornada de trabalho beneficia o conjunto da sociedade brasileira, não beneficia só quem vive de trabalho remunerado, no trabalho formal.

Esqueci seu nome.

A SRA. ALEXANDRA VASCONCELLOS LUCENA DE ASSIS CHACON (*Fora do microfone.*) – Alexandra.

A SRA. ROSANE SILVA – A Alexandra falou: "Nós já temos uma jornada de 40 horas", mas o Senador lembra, inclusive, o movimento sindical, o Ministério Público, todo mundo aqui se lembra do nosso debate sobre a política de valorização do salário mínimo. A gente dizia: a política de valorização do salário mínimo vai beneficiar o conjunto da classe trabalhadora. E ela foi, inclusive, o farol para todas as negociações coletivas, porque, a partir da política de valorização do salário mínimo, o conjunto de outras categorias que ganhavam acima do salário mínimo teve como horizonte o que era toda aquela política de valorização do salário mínimo.

No tema da redução da jornada de trabalho, não é diferente, Senador. Mesmo categorias que já têm 40 horas, a partir do momento em que a gente reduzir para 40 horas, essas categorias vão conseguir, na sua negociação coletiva, diminuir ainda mais a jornada de trabalho. Então, o que está na lei acaba induzindo o conjunto das categorias. E eu acho que é nesse sentido, inclusive, que a PEC do Senador Paim trabalha, com essa perspectiva de a gente ir construindo uma escala até chegar nas 36 horas, mas quem já tem 36 horas também conseguir construir uma escala para diminuir ainda mais a jornada de trabalho, para 30. Para 30, né, Senador?

E, como o Senador trouxe aqui, vários países, seja da América Latina, seja da Europa, já avançaram com uma jornada de trabalho e são países que estão em pleno desenvolvimento. Então, esse é mais um argumento para a gente trabalhar, porque a redução da jornada de trabalho beneficia o conjunto da sociedade, porque traz desenvolvimento, traz geração de renda, traz mais emprego formal e traz mais vida para as pessoas, como trouxe brilhantemente aqui no início o Abel. E também Abel, parabéns, eu acho... Não sei como usar a palavra, mas eu vou usar a palavra que você deu, eu acho lindo o nome do movimento de vocês: Vida Além do Trabalho. É isso, a gente mostrar que existe uma vida além do trabalho e que as pessoas têm o direito de viver com dignidade, numa sociedade que seja, de fato, justa, igualitária, democrática, que é a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sociedade que a gente tem tentado reconstruir desde que retornamos ao Governo deste país a partir de 2023.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSANE SILVA – Então, Senador, quero parabenizar muito a sua iniciativa e o Senador Rogério Carvalho pela relatoria. Contem com o Ministério das Mulheres, a Ministra Cida inclusive está agora aqui numa audiência na Câmara Federal, mandou um abraço e agradece, mais uma vez, ao Senador, que também foi fundamental ao debate. A Sônia, que está aqui, da Nova Central, lembra. No nosso debate nesta Casa sobre a Lei de Igualdade Salarial, o Senador Paim foi importantíssimo para nós nessa disputa aqui dentro. A gente conseguiu essa vitória graças ao Senador Paim, aqui no Senado Federal, como foi o tema da Política Nacional de Cuidados.

Então, o Senador Paim é alguém que a gente... Um Senador de todas as lutas e de todos os momentos, né? Então, nós, a classe trabalhadora de modo geral, podemos contar sempre com a valorosa contribuição do Senador Paim.

A Ministra Cida manda um grande abraço e manda falar para o senhor que nós do Ministério das Mulheres estamos à disposição do senhor, do seu mandato e dessa luta aqui dentro desta Casa. Estamos juntos por uma sociedade mais justa, mais igualitária, em que a classe trabalhadora esteja no centro da política pública.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Rosane Silva, Secretária Nacional de Autonomia Econômica e Política de Cuidados do Ministério das Mulheres. Mande um abraço também para a Ministra Cida. Nós todos aqui gostamos muito dela. Parabéns pelo trabalho.

Eu não sei se ainda está nos acompanhando a Sra. Shakti Prates. Ela está ainda nos acompanhando ou não? Está? Então, a palavra agora é com ela.

Por favor, Sra. Shakti Prates Borela, Auditora Fiscal e Assessora Técnica da Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, lá do Luiz Marinho, nosso Ministro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Trabalho, que nos recebeu muito bem e deu todo o apoio a essa luta do movimento sindical pela redução de jornada de trabalho.

A SRA. SHAKTI PRATES BORELA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador. Eu quero mais uma vez parabenizá-lo. Eu acho que as falas mostram a importância, né?

Como foi dito várias vezes no decorrer desta audiência, é uma luta antiga da classe trabalhadora e isso tem os seus motivos, porque, realmente, quando a gente fala da jornada, talvez seja aquilo que hoje tem um dos maiores impactos na vida dos trabalhadores. Nós estamos num Governo que defende a classe trabalhadora. Dentro do Ministério do Trabalho, existe sempre a preocupação com a garantia dos direitos dos trabalhadores. E eu acho que, quanto ao que já foi dito aqui, eu queria somente colocar, falar que o Ministério do Trabalho está à disposição para fazer esse debate. Nós temos, inclusive, uma capilaridade, estamos em todos os estados do país e tenho a certeza de que, se formos convidados para debates dessa natureza, participaremos.

E quero reforçar que isso que está sendo feito nós entendemos que é sempre o melhor caminho para qualquer alteração no que diz respeito à legislação – a qualquer legislação, mas da legislação trabalhista em especial –, e deixou de ser feito nos últimos anos. Nós tivemos uma série de alterações que não consideraram a opinião das partes mais interessadas, que são os trabalhadores. Então, é por esta discussão que hoje está sendo feita aqui com os trabalhadores – e é claro que é necessário também ouvir a as empresas, os representantes patronais –, através do debate que nós vamos conseguir realmente achar a melhor solução, que garanta um maior, um melhor equilíbrio, melhores condições de vida, melhores condições de saúde, de convivência para os nossos trabalhadores.

Mais uma vez, quero parabenizar V. Exa., Sr. Senador Paim, que é uma referência para todos nós, o Senador Rogério Carvalho, o Abel e o Movimento Vida Além do Trabalho, que teve essa capacidade de colocar esse debate no centro novamente, no centro das discussões, a Secretária Rosane e todos que estão aqui contribuindo enormemente para este debate, enriquecendo e trazendo contribuições fundamentais.

É isso. Eu agradeço o convite mais uma vez.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Sra. Shakti Prates Borela, que representou o Ministro Luiz Marinho. Ele me dizia, o Ministro Luiz Marinho, que, em São Bernardo, quando Presidente do sindicato, emplacou lá a jornada de 40 horas semanais. São Bernardo já tem jornada de 40 horas semanais.

Vamos em frente.

Então, agora eu passo a palavra ao Sr. Abel Santos, Coordenador do Movimento Vida Além do Trabalho, que é um sucesso em nível nacional.

O SR. ABEL SANTOS (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Eu queria apontar aqui a importância que teve o Movimento Vida Além do Trabalho. O que fez com que essa pauta se aquecesse novamente, principalmente nas redes sociais, foi o trabalho feito de ir ao encontro do trabalhador. Não foi algo assim: simplesmente viralizou um vídeo do Rick. Ele fez um trabalho extenuante, mas, desta vez, em combate à escala, do qual fez ele, de forma indignada, um vídeo que viralizou. Mas se ele não tivesse ido aos comércios, aos *shoppings*, aonde está o trabalhador para se conscientizar, meu amigo não teria concretizado mais de 30 mil votos para Vereador na cidade do Rio de Janeiro.

Então, é este trabalho que nós precisamos fazer, não só no Rio de Janeiro, mas em todos os estados do Brasil, que é sair da militância atrás de um celular, sentado numa cadeira, num sofá, onde ali você se coloca como um leão, enquanto ir à rua fazer o trabalho de campo, bater de porta em porta, voltar ao chão de fábrica, como era antigamente, isso não se faz mais. E isso se deixou acontecer por conta da evolução tecnológica. Não é porque nós temos mais um braço que vamos deixar de fazer aquilo que dava certo, né? Nós temos que usar a evolução tecnológica como complemento de alcance, mas mantendo o trabalho de base que foi feito, o que destacou o Rick Azevedo com o movimento Vida Além do Trabalho, que está hoje com quase 3 milhões de assinaturas no pedido pelo fim da escala 6x1.

Eu sei que o Senador Paim, ao que ele relatou, vem lutando há anos e que essa PEC é de 2015. Nós estamos em 2025. Foram dez anos em que essa PEC ficou parada por conta... E só veio a ter esse andamento agora por conta do VAT, do Vida Além do Trabalho. Então, a gente precisa ter esse resgate. E aí eu coloco a mim e as centrais à disposição para organizar o Primeiro de Maio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui em Brasília, em conjunto. Acho que distanciamento ou separação não vão construir nenhuma vitória em relação à classe trabalhadora. Se a gente não for de forma unida e passar como exemplo aos trabalhadores que só teremos vitória nessas lutas mediante essa união da classe trabalhadora ao ir às ruas para pedir... Por conta de quê? O nobre colega – eu sou péssimo para lembrar nomes, até peço desculpas – falou em diversas questões da indústria, que está sendo sucateada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Bira.

O SR. ABEL SANTOS – É, o Bira. E eu concordo plenamente com que o Brasil, com o porte que tem, deveria ter uma indústria fortíssima hoje e estar liderando o mercado de carro, televisão, tecnologia, desenvolvimento de tecnologias, e infelizmente nós não temos isso. E aí trago uma questão que poucos percebem: hoje não se tem a responsabilização das empresas com o trabalhador, e, a cada dia que se passa, nós perdemos não só direitos, mas poder de compra. Em 2019, o salário mínimo era reajustado através da inflação mais o PIB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Isso.

O SR. ABEL SANTOS – Não era? Isso acabou e passou. Hoje, se tivesse sido feito esse reajuste de 2019 a 2025, nós teríamos um salário mínimo de R$1.600,25 – e só temos o de R$1.518 por conta da volta do Presidente Lula ao poder, que aí implementou, mesmo que limitado, um aumento real, mas ainda limitado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ABEL SANTOS – Então, nós precisamos ter essa consciência de que se perdeu poder de compra da classe trabalhadora, que está ali dependente do reajuste do salário mínimo. R$1,6 mil fazem muita diferença para quem só está ganhando R$1.518. Então, nós temos que ter essa responsabilização.

E o aumento da tecnologia causa, sim, o aumento da jornada, a exemplo do que nós temos com os aplicativos. E o Brasil tem, repito, a oportunidade de ser exemplo para o mundo na redução de jornada de trabalho e na regulamentação do trabalho por plataforma, porque, daqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uns anos – eu não dou nem dez anos –, várias categorias serão extintas por conta do avanço da tecnologia. E, se isso não for regulamentado, valorizando e preservando o direito do trabalhador, nós teremos, a meu ver, a volta do período de escravidão, porque vai se colocar o trabalhador para trocar a sua força braçal e o seu tempo pelo prato de comida.

Hoje já está difícil sobreviver com qualquer tipo de labor em que se ganha um salário mínimo. Imaginem onde não se tem a garantia do mínimo, não se tem a garantia de férias, não se tem a garantia de décimo terceiro, não se tem a garantia de fundo de garantia e de INSS, como está a vida dos trabalhadores por aplicativo. Então, nós precisamos ter essa consciência e fazer o debate sobre isso.

E a pauta de redução de jornada se faz importante neste momento, porque é a única pauta de ganho do trabalhador e que, de forma orgânica, está partindo do trabalhador, porque, nos últimos anos, os exemplos são de perdas – perdas de direitos trabalhistas, sucateamento da CLT e perdas de direitos previdenciários.

Agora eu vejo Senadores desta Casa, cujos nomes eu não vou lembrar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ABEL SANTOS – ... porque realmente eu não lembro, que colocam que tornar o Imposto de Renda mais progressivo, pela proposta do Governo, de isenção até R$5 mil e mais um desconto para quem ganha até R$7 mil, fazendo essa transferência para quem ganha mais de R$50 mil, está gerando um entrave, sabe? Como a gente fala no meio dos trabalhadores, está dando "pala" nos Senadores de direita. Por quê? Ele não pode ir contra, porque tem eleição ano que vem, e aí ele está achando meios de ser favorável, mas sem tirar da classe dominante, que hoje não é responsabilizada por nada de mais de 70% da classe trabalhadora. E aí ele fala: "Ah, mas isso tem que sair de outro lugar". Por quê? Tem que sair de quem pode pagar mais, sim, porque é quem está ganhando em cima da mais-valia, como citou a colega, dos trabalhadores que estão deixando de viver, estão passando a sobreviver e tendo o ambiente de trabalho como sua casa, seu lar. E eles não aguentam mais isso.

Então, nós temos que debater tudo isso. Como falei da primeira vez, e repito, a questão do ambiente de trabalho, a questão do trabalhador não é somente essa redução, mas sim todo um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ecossistema que está se perdendo e fazendo com que trabalhadores percam suas vidas. São vidas, pessoal, reais.

Eu conheço dois que se suicidaram, porque não aguentavam mais as dívidas e não conseguiam trabalhar o suficiente para pagar dívida; fora os que perderam suas vidas em cima de moto, fazendo entrega pelo iFood; fora os que perderam, através de latrocínio, trabalhando pela Uber. A mais recente foi a nossa colega no Sudoeste. Eles são trabalhadores. Ninguém ali é empresário, microempreendedor ou PJ. Ali são trabalhadores, vidas de pessoas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ABEL SANTOS – ... que fazem a real economia girar.

E nós precisamos trazer este debate de forma séria à Casa, com a tendência, sim, de valorizar e proteger a ponta mais frágil.

E, para finalizar, eu gostaria de trazer, Senador Paim, a seguinte questão: por mais que tenha outras PECs que estão tramitando e que a gente tenha que fazer o debate de forma democrática, eu vejo uma inviabilidade da redução somente para 40 horas. Por quê? Como apresentei na primeira fala, o trabalhador não tem somente essa hora. Ele não se teletransporta num piscar de olhos de casa para o trabalho. Ele tem que enfrentar um transporte público que consome dele ali mais três, quatro horas do seu dia. Esse é um tempo que ele não passa com os filhos. Nós estamos vendo diversos vídeos viralizando de brigas de adolescentes e crianças em porta de colégio e estão culpando a escola, estão culpando os professores...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ABEL SANTOS – ... sendo que a responsabilidade de educação, de formação de caráter é do pai, e o pai hoje não faz isso porque ele não está presente dentro de casa.

Eu criei o meu irmão, eu eduquei meu irmão e formei o caráter do meu irmão, porque minha mãe, empregada doméstica, tinha que sair de casa às 5h da manhã e só chegava às 8h da noite. E sábado ela estava fazendo tudo dentro da casa para poder dormir o domingo. Eu cresci vendo isso, então eu sei a importância da presença de uma mãe e de um pai. Eu sou um filho sem pai, porque o meu pai eu nunca vi. Ele fugiu dessa responsabilidade, mas minha mãe fez o papel que era para ser feito, na medida do possível. Hoje eu entendo por que essa geração Z, que foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colocada por vários aí como a geração zero... Isso é culpa da geração anterior, que hoje são os pais dessa geração, que não consegue estar ali presente para passar a educação. Nós precisamos ter esse debate para menos de 40 horas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Na PEC aqui em debate, são 36 horas.

O SR. ABEL SANTOS – Não, sim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Que é também o que é da...

O SR. ABEL SANTOS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eram 40, num primeiro momento; depois, uma hora por ano, até chegar às 36.

O SR. ABEL SANTOS – É porque, quando a gente vai para o debate com o pessoal da direita, eles trazem as 40 horas. E, além de trazerem as 40 horas, trazem mais um risco: eles querem tornar o pagamento do salário por pagamento de salário mínimo hora. Aí vêm os aplicativos que querem enfiar goela abaixo do trabalhador o pagamento do salário mínimo hora efetivamente trabalhada, porque, estando disponível, não merece o pagamento.

Então, nós estamos aqui sofrendo ataques reais de pessoas que estão dominando por conta de estarem na elite...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ABEL SANTOS – ... e que ganham através do suor do trabalhador. Se nós não fizermos um enfrentamento de forma unificada a toda essa ofensiva que sofremos, em dez anos, eu garanto... Eu mesmo não quero estar mais vivo, porque nós não vamos conseguir trabalhar para pagar as contas básicas, entendeu? E nem comer! Gente, hoje...

Eu fiquei extremamente feliz, porque o imposto da cesta básica vai ser zerado, mas triste porque será só em 2027. Nós estamos em 2025 e até lá nós vamos ter que nos virar, porque, no estado em que eu moro, que é o Distrito Federal, a porcaria do Governador não quis tirar a isenção do ICMS, mesmo isso sendo indicado pelo Governo Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós precisamos fazer um enfrentamento unificado, e eu estou aqui para somar, como representante do VAT, às centrais sindicais e a todo qualquer trabalhador que queira sair de trás do celular para ir para a rua lutar.

Obrigado, gente, pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem!

Parabéns, Abel, fechou com – como é que eu diria? – medalha de ouro aqui a nossa fala de hoje, mostrando que, efetivamente... Você falou bem: eles vão no máximo até as 40, mas nós temos 36 e há já movimento que chega a 30. São etapas: 40, 36... Em setores que já têm 36, vamos trabalhar para as 30.

Parabéns a todos! Foi uma excelente reunião. E vamos em frente.

Uma salva de palmas a todos aí. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 32 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE ABRIL DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e sete minutos do dia nove de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Jayme Campos, Plínio Valério, Efraim Filho, Omar Aziz, Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Angelo Coronel, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Weverton, Humberto Costa, Jaques Wagner, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Laércio Oliveira e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Wilder Morais e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Soraya Thronicke, Oriovisto Guimarães, Marcio Bittar, Rodrigo Pacheco, Cid Gomes, Carlos Portinho, Magno Malta, Marcos Rogério, Rogerio Marinho e Rogério Carvalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 4ª e da 5ª Reuniões Extraordinárias, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei Complementar n° 164, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Regula o art. 146-A da Constituição Federal e estabelece normas gerais para a identificação e controle de devedores contumazes, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n° 284, de 2017 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Regula o art. 146-A da Constituição Federal." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do PLP nº 164, de 2022, e do PLS nº 284, de 2017 – Complementar, na forma da Emenda nº 3–CTFC, e, no mérito, favorável ao PLP nº 164, de 2022, na forma do Substitutivo que apresenta, pelo acolhimento total ou parcial das Emendas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nºs 2-CCJ, 3-CCJ, 4-CCJ, 5-CCJ, 6-CCJ, 7-CCJ, 8-CCJ, 10-CCJ, 12-CCJ; e contrário às demais Emendas, restando prejudicado o PLS nº 284, de 2017 – Complementar. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao PLP 164/2022, pelo acolhimento total ou parcial das Emendas nºs 2 a 8, 10 e 12, na forma da Emenda nº 17-CCJ (Substitutivo), contrário às demais emendas, e pela prejudicialidade do PLS 284/2017. **ITEM 2 - Proposta de Emenda à Constituição n° 12, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Constituição Federal para determinar a inelegibilidade para o mesmo cargo dos chefes do Poder Executivo no período subsequente e definir seus mandatos em cinco anos." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA), Senador Romário (PL/RJ), Senador Reguffe (PODEMOS/DF), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Luiz Carlos do Carmo (MDB/GO), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Favorável à Proposta, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta. **ITEM 3 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei do Senado n° 436, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir ações e serviços públicos de saúde no rol de aplicação das receitas arrecadadas com a cobrança das multas de trânsito." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (art. 284 do RISF). **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 7, de 2025** que: "Requer realização de audiência pública referente ao PL 4158/2024" **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/09

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 4ª e da 5ª Reuniões, Extraordinárias.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovadas.

As atas aprovadas serão publicadas no *Diário Oficial do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 3.

Antes disso, pede a palavra, e eu a concedo, o Senador Jorge Kajuru.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Bom, inicialmente, Presidente Otto Alencar – reserva moral da Bahia para o Brasil, que preside mais uma vez a mais importante Comissão –, a todos e todas presentes e ausentes, Deus e saúde, um belo ano novo. Fiquei feliz, já conheço o seu filho, conheci a sua filha mais nova. Parabéns pela família, Otto!

Bem, meus amigos, minha gente, está sendo retirado de pauta, a pedido do Relator Marcelo Castro, o piauiense, o relatório dele para mim está absolutamente irretocável...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Nosso psiquiatra.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Nosso psiquiatra, como disse outra reserva moral, o nosso querido Esperidião Amin.

E apenas há o incômodo a mim, meu querido Ciro Nogueira, também aqui nosso Presidente General Hamilton Mourão, a imprensa chegou ali no corredor e fez uma pergunta: "Kajuru, o Relator vai retirar de pauta porque o Presidente Lula não aceita a sua PEC. O Presidente Lula quer o mandato de seis anos e não de cinco anos". Falei: "Isso não é verdade". E até acho que o Otto deve se lembrar, porque tem memória melhor do que a minha, que nós tivemos um encontro, foi no ano passado, com ele à noite, lá no Palácio, você estava, o Marcelo estava, o Weverton estava, e, quando se comentou sobre essa PEC, a PEC 12, do fim da reeleição, a partir de 2030, com o mandato de quatro para cinco anos e alinhando as eleições gerais no país a partir de 2030, eu me lembro de que não houve discórdia frontal do Presidente Lula. Ele apenas deu a opinião dele e, como se fosse hoje, a maioria dos Senadores lá disse a ele: "Presidente Lula, a gente prefere a PEC do Kajuru. A gente a gente vai lutar pelos cinco anos, que é o melhor para uma gestão".

E aí, para concluir, entendo a retirada de pauta, mas tenho certeza de que nós vamos conseguir marcar a história deste Senado Federal com a votação que boa parte do país quer, porque grandes políticos ouvidos por mim, ultimamente, inclusive José Sarney, têm a mesma opinião, não discordam de nada na PEC; o Senador Pedro Simon tem a mesma opinião. Grandes jornalistas do Brasil estão escrevendo editoriais – ultimamente, agora o Elio Gaspari, da *Folha de*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

S.Paulo, inclusive cumprimentando por uma declaração sua, Presidente Otto Alencar, ao jornal *Folha de S.Paulo* sobre essa PEC.

E por fim, gente, alguém aqui deve se lembrar – com certeza Ciro, Amin, Mourão e Otto – de uma entrevista que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que foi o primeiro que ganhou a reeleição. Dez anos depois, Presidente Otto, na *Folha de S.Paulo*, ele claramente confessou que foi o maior erro que ele cometeu – ele, Fernando Henrique Cardoso. Então, se ele, Fernando Henrique Cardoso, reconheceu que foi um erro a reeleição e disse claramente que o melhor não era nem oito nem seis, e sim cinco anos um tempo suficiente para uma bela gestão, e depois, se você quiser, você volta cinco anos depois.

Enfim, era isso que eu queria colocar e entendo... Embora hoje todos estivessem esperando o início dessa discussão, Presidente Otto, ela haverá. Podem ter certeza de que não está existindo pressão do Presidente Lula ou de ninguém. E o Marcelo Castro, que todos conhecem como homem público, jamais aceitaria pressão.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço, Senador Jorge Kajuru.

No entanto, não existe na PEC, pelo menos do que eu li, nenhuma possibilidade de ampliação de mandato do Presidente da República. Na PEC, consta a reeleição em 2026 por mais quatro anos. O que, na verdade, a redação da PEC traz é o fim da reeleição de dois em dois anos, da reeleição para Prefeitos, Governadores e Presidente da República a partir de 2030, com um mandato de cinco anos, sendo que a reeleição dos Prefeitos eleitos em 2024, de 2028 para 2030, seria um mandato de dois anos para fazer coincidir a reeleição.

O que o Senador Kajuru falou a respeito do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, cuja biografia eu acompanho muito e também as declarações... Realmente, ele falou que foi um erro fazer a reeleição dele, até porque nela pipocaram no Brasil os maiores escândalos de compra de Deputados Federais para votar a reeleição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembro dos Deputados – o que foi confirmado, inclusive com provas – Ronivon Santiago, do João Maia... E, na Lava Jato, o ex-Deputado Pedro Corrêa confirmou todas essas compras de votos para se fazer a reeleição.

Na minha opinião, no meu sentir, a declaração que foi dada à *Folha de S.Paulo* e que o Elio Gaspari repercutiu é que ou se acaba com a reeleição de dois em dois anos... Ou se acaba com a reeleição de quatro em quatro anos, botando o mandato de cinco, ou então os escândalos recorrentes que estão acontecendo permanentemente nas reeleições... Porque a necessidade da reeleição obriga até quem tem uma vida pública correta a cometer um erro fora daquilo que está pré-estatuído na lei eleitoral, ou até fora da lei eleitoral. E nós temos visto isso permanentemente, o que desqualifica, de uma maneira geral, o Colegiado, porque não são todos, é uma minoria, mas uma minoria macula, deslustra a imagem do Congresso Nacional, da Câmara Federal e também do Senado Federal.

Portanto, ao meu ver, ou se muda isso para coincidir de cinco em cinco anos, ou eleição de dois em dois anos, com quatro anos tendo três fundos eleitorais... Porque, em 2024, teve o fundo eleitoral para Prefeitos e Vereadores; em 2026, haverá o fundo eleitoral para Governadores, Deputados, Presidente da República e Senadores; depois, em 2028, vai ter outro fundo eleitoral para prefeituras. São três fundos eleitorais em quatro anos, o que significa dizer R$18 bilhões em quatro anos para financiar eleições, e só se trabalha exatamente dois anos.

O Senado e a Câmara produziram muito em 2023, mas não posso dizer que produziram a mesma coisa em 2024, quando nós tivemos eleições municipais. E, no próximo ano, será a mesma coisa: poderemos produzir agora muito e não produzir absolutamente nada em 2026 na sucessão dos Governadores, dos Senadores, dos Deputados Estaduais e Deputados Federais.

Então, na minha opinião, ou muda-se essa legislação, fazendo coincidir eleições de cinco em cinco anos a partir de 2030... Inclusive, no caso da proposta do Senador Marcelo Castro, os Prefeitos e Vereadores que por acaso venham a se eleger pela primeira vez em 2028 terão direito a uma reeleição de cinco anos a partir de 2030, mas eu acredito que, ou se muda isso, ou, a continuar como vai, eleições de dois em dois anos, com tantas coisas que estão acontecendo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma incorreta, que de alguma forma comprometem as eleições... E vou repetir a frase: a dificuldade de se reeleger, a necessidade de se reeleger obriga, inclusive, até as pessoas que têm uma vida correta a sair desse caminho e fazer coisas que estão fora da legislação eleitoral, comprometendo a imagem do Parlamento. Ou então, certamente, lá em 2030, 2034, a população vai pedir para parar com a frágil democracia, que já foi ameaçada agora em 8 de janeiro de 2023, e poderá ser ameaçada e extinta lá adiante, porque a população não vai suportar eleições recorrentes num país emergente e nas dificuldades políticas em que nos encontramos agora.

Então, eu quero dizer ao Senador Jorge Kajuru que o Senador Marcelo Castro está aprimorando a sua letra de lei que altera essa questão e vai apresentar essa proposta de emenda à Constituição quando ele achar próprio, até porque é uma legislação que muda completamente e precisa passar pelo crivo, pela avaliação das discussões que nós teremos aqui com Senadores e Senadoras. É isso aí.

Mas o Senador Esperidião Amin... Senador Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Pela ordem.) – Desculpe-me, Sr. Presidente. Eu só quero aqui parabenizar a sobriedade de V. Exa. e também o equilíbrio do Senador Marcelo Castro nesse assunto que é de fundamental importância. Concordo em gênero, número e grau com V. Exa.: de dois em dois anos o país para e nós, efetivamente, não produzimos. E isso repercute diretamente na população, porque o processo legislativo tem que acompanhar a velocidade dos acontecimentos. E, infelizmente, o que nós temos aqui presenciado é esse movimento letárgico, para não dizer uma inação do Congresso Nacional, com o qual eu também não compactuo. E quero parabenizar V. Exa. e a sobriedade do Senador Marcelo Castro.

Agora, eu queria aproveitar, Sr. Presidente, já que o senhor tocou nisso, os colegas recordam que semana passada eu fiz aqui uma fala sobre os supersalários. E eu fico só, assim, estarrecido de ver essa desigualdade que nós temos no Brasil, o senhor sabe muito bem disso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Como é que nós temos determinados servidores ganhando fortunas? O Senador Amin sabe da minha postura com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relação a isso, a minha fala, e eu faço um apelo: nós aprovamos o piso da enfermagem e ele foi vilipendiado com interpretação equivocada, com todo o respeito, vinculado, inclusive, a 44 horas semanais.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Vinculado a 44 horas semanais. Então, eu pediria, por gentileza, aos colegas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Por gentileza, só para concluir aqui, eu prometo ser breve.

Eu só pediria a V. Exa. que, diante do que foi feito com a enfermagem, nada mais justo que a gente paute a PEC 19, que vincula as 30 horas para essa categoria, que eu acho de fundamental importância. Não acho razoável um professor ganhar R$4.800, o piso, e não ganham. Não acho razoável para o enfermeiro nós aprovarmos o piso e eles não o ganharem. E agora foi vinculado a 44 horas semanais, enquanto nós temos servidores públicos ganhando R$100 mil por mês, R$200 mil por mês, R$300 mil por mês, e nós vamos ficar nesse comportamento.

Então, faço um apelo a V. Exa., diante do compromisso de V. Exa., para pautar a PEC 19, que estabelece a carga horária para a enfermagem, por favor.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

A questão do projeto dos supersalários, na última sessão aqui que nós fizemos, eu fui claro e textual: no momento que o Relator encaminhar o relatório, eu vou colocar em votação, mas não posso absolutamente dar prazo para nenhum Senador ou Senadora apresentar o seu relatório. Isso é da consciência e também da conclusão de cada Senador. Portanto, estou aqui à disposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No momento que for encaminhado, eu vou colocar em votação na Comissão de Constituição e Justiça.

O Senador Esperidião Amin pede a palavra. Logo depois, nós vamos apreciar o projeto do item nº 1, da relatoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que é uma matéria que deverá ser votada hoje – já que foi pedida vista –, será votada hoje na Comissão de Constituição e Justiça.

Com a palavra, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, eu não quero abordar os dois assuntos muito relevantes que foram aqui passados, mas faço minhas as suas palavras, as do Senador Kajuru Nasser, e compartilho a preocupação do Senador Fabiano Contarato.

Eu peço muitas desculpas, peço a atenção especialíssima do Senador Alessandro Vieira. Eu estou requerendo urgência para que a Comissão de Justiça aprecie um PDL que eu apresentei, um projeto de decreto legislativo que eu apresentei no dia 12 de dezembro de 2024, que versa sobre a sustação de dois decretos absolutamente extemporâneos e provavelmente ilegais que o Presidente da República assinou no dia 4 de dezembro. Esta Comissão, em agosto do ano passado, tomou conhecimento de que o Ministro Gilmar Mendes criou uma grande comissão para mediar o entendimento a respeito da questão do marco temporal da terra indígena. Esta comissão ainda hoje existe e foi prorrogada ontem, Senador Alessandro, foi prorrogada por prazo indeterminado!

Em função disto – eu tenho as notas taquigráficas –, em outubro do ano passado, nós estabelecemos um consenso com o então Presidente da Comissão, Davi Alcolumbre, de não apreciarmos a PEC do marco temporal. Nós temos uma lei do marco temporal, que é de 2023, muito contestada, mas que está em vigor, inclusive quando ela determina que demarcação de terra indígena só pode ser homologada, ouvida – não como se dizia em 1996, facultada a audiência, agora é obrigatório que se ouça – a comunidade, o município e o estado federado, que serão alvo de uma demarcação baseada num laudo antropológico, o que é realmente um entulho autoritário que nós continuamos a acolher. Ninguém discute, é matéria incontroversa, é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dogma de fé! Então, esta lei está em vigor, mas nós decidimos não deliberar sobre a PEC do marco temporal na busca... prestigiando a iniciativa do Ministro Gilmar Mendes e do Supremo Tribunal Federal.

Só para mencionar, esta grande comissão tem como representantes do Senado o nosso querido amigo Jaques Wagner, que é o Líder do Governo, e a Senadora Tereza Cristina, absolutamente credenciados a nos representar, mesmo que possam ter focos partidários ou ideológicos diferentes. O fato é que o Presidente foi induzido e assinou dois decretos de demarcação, ou seja, homologando a demarcação de terras indígenas, durante este período de armistício. Lembrei-me até da Ucrânia e da Faixa de Gaza, que, em processo de armistício, parece que estão ficando mais agressivas.

Tivemos uma sessão, uma audiência pública com a Ministra dos Povos originários, e ela disse: "Não, isso não foi feito de propósito, não foi para agredir o Supremo". Mas agrediu e nos agrediu também.

Então, o nosso projeto de decreto legislativo visa o quê? Suspender os efeitos desses dois atos: um, em Abelardo Luz, que já foi suspenso pelo Supremo, pelo Ministro André Mendonça, numa decisão monocrática, que ainda vigora, vigora para lá e vigora para cá... E o decreto do Presidente está sendo implementado numa área populosa, numa área delicadíssima, que é a região do Morro dos Cavalos. E é sobre isso que eu vou pedir a atenção de todos, mesmo considerando que o senhor não vai botar em pauta. Eu respeito a decisão, respeito, mas não posso deixar de alertar.

Então, eu queria pedir licença para apresentar três fotografias e um audiovisual. Pode tocar? (*Pausa.*)

O que é isso? Em primeiro lugar, o Estado de Santa Catarina, numa decisão do grande ex-Governador Antônio Carlos Konder Reis, criou nessa região o Parque da Serra do Tabuleiro, com 1 milhão de metros quadrados, 1% do território de Santa Catarina, é um parque decretado em 1975.

Se eu mostrasse a fotografia... Não, eu não vou mostrar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode projetar.

Se eu fosse projetar, os senhores veriam a Serra do Mar praticamente intocada, a não ser as ocupações antigas.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pode projetar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, eu peço... Isso é uma foto só, não tem nada de pornô aqui. (*Risos.*)

É uma foto de uma floresta.

Então, Parque do Tabuleiro, por favor.

Eu só quero mostrar a sobreposição de intervenções governamentais.

Por favor, a primeira.

Olha aí, isso aqui é o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Aquela estrada que passa quase no litoral é a BR-101, a única ligação do Mercosul. E a única passagem da Ilha de Santa Catarina, que está ali, Florianópolis, Ilha de Santa Catarina, passa pelos Municípios de Palhoça, São José, Palhoça, ainda é Palhoça, atravessa o Morro dos Cavalos, que é onde as duas manchas se confundem, e vai para o sul do estado.

Por favor, a seguinte.

A terra indígena pega o Parque do Tabuleiro, que está incólume, e atravessa a 101. Por que será? Atravessa a 101 antes do Morro dos Cavalos. Essa homologação indevida foi feita em dezembro do ano passado.

Eu não discuto o mérito. Quero dizer que ninguém construiu mais escolas indígenas em Santa Catarina do que eu. E quero oferecer, inclusive, para o Governador Jerônimo a maior escola de ensino médio que fora construída no Brasil: foi obra do meu Governo, no ano 2000, para celebrar os 500 anos, desenhada por um índio chamado Bira, que é do Estado do Pará e mora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

agora no Sul do Brasil, com 22 salas de aula, um ginásio de esportes com telha francesa, imitando um tatu, e um espaço cultural em forma de cágado.

Muito bem. Não bastasse isso, no dia 26 de março... O seguinte, por favor; fica mais claro no próximo, em um dos próximos. A Enseada de Brito – está escrito ali, logo na aba da terra indígena – foi tombada – pode passar para o próximo – como a freguesia açoriana mais antiga do Estado de Santa Catarina, do século XVIII, no dia 26 de março, agora – eu assisti à sessão do Iphan.

Vamos adiante.

Portanto... Parece que esse está difícil de ver, então.

Além do mais – eu só queria mostrar isso aqui –, foram incluídas nesta zona as áreas identificadas com necessidade de regularização fundiária, que significam apenas 4,7% dessa extensão do parque, e a Reserva Indígena Morro dos Cavalos, que agora foi homologada, cuja área, no caso de ser aceito o processo administrativo demarcatório, abrangeria 121 hectares de 1 milhão de metros quadrados do parque. Mas a definição desta área como de ocupação temporária, inclusive pelos indígenas, é algo a ser tolerado.

E, para concluir, se me permite, então, está aqui a superposição. Os senhores veem lá em cima o azul escuro e o azul claro, é a Enseada de Brito, reconhecida pelo Iphan, por unanimidade, numa sessão do conselho, como a mais antiga póvoa – freguesia, como se chama – açoriana do litoral de Santa Catarina.

Portanto, primeiro nasceu o parque; agora se cria, durante esse *intermezzo* de discussão, se consolida ou se decreta uma área indígena; e, simultaneamente, se reconhece que os açorianos estão lá há mais de 250 anos. Portanto, isso aí não pode dar certo e não deu.

Por favor.

No último domingo... Está aqui. Isso aqui é a Enseada de Brito, com a parte tombada e a chamada área de entorno. Aí a reserva indígena agora já está do lado de lá da BR-101, porque do lado de cá da BR-101 é a Enseada de Brito, que é mais antiga do que tudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor.

E, finalmente, no último domingo, para quem não acredita em Deus eu recomendo assistir.

Por favor.

Esse é um filmete. Não sei se vai.

Em resumo, um caminhão que transportava gás etileno... Então, percebam que a estrada não tem acostamento, porque é proibido fazer o acostamento. Então, isso aí é o que o Brizola chamava de rato em guampa. O sujeito entra num túnel apertado, não tem para onde fugir. Quando pegou fogo, o gás vazou e foi lá embaixo. Vazou incandescente. Queimou os carros de baixo para cima.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Foram 25 carros.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Foram 25 carros, quatro carretas, e ninguém morreu.

Quero dizer ainda que o meu amigo, o Ministro dos Transportes, esteve lá em abril do ano passado e não pôde visitar o Morro dos Cavalos porque tinha havido um desmoronamento.

Então, isso é um elo, é uma gambiarra fajuta.

Tem mais alguma coisa marcada aí?

Todos esses carros aí incendiaram. Não morreu ninguém. Por quê? Infelizmente, eu acho que não está... mas, acreditem, eu tenho aqui no meu...

Todos esses carros... Vejam bem, isso aí é a cena do caminhão, de como é que ele fez: esparramou... Isso foi explodindo e queimando, morro abaixo, 25 automóveis, quatro carretas, e não morreu ninguém. Mas não é porque os homens impediram; é alguma coisa diferente, porque, se dependesse dos homens – e eu me incluo –, teriam morrido todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, pode até não ser urgente, mas eu preciso pedir que este PDL seja apreciado quando o senhor quiser.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Esperidião Amin, o que me parece é que falta a licença para ampliar a estrada, é isso? Para fazer o acostamento da estrada?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Senador Otto Alencar, um dia vai ser esclarecido isso. Aí passava uma rodovia de uma pista com três faixas, uma para ultrapassagem. O Dnit, burlando as proibições do Ministério Público, fez a quarta faixa. Meteu o trator e fez. Isso no Governo Dilma. O Dnit meteu o trator e fez a quarta faixa. Então, nós temos hoje que a BR-101 foi duplicada, temos duas faixas para o sul e duas faixas para o norte, sem acostamento.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Entendi.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E não se pode mexer nisso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não pode fazer o acostamento?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E querem erradicar a BR-101. Isso é que querem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Querem o quê?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Querem erradicar, querem apagar a BR-101. O propósito é forçar o Governo a fazer dois túneis e, como está lá mostrado ao norte, apagar a BR-101. Deu para entender?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Entendi.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ou seja, o Governo não tem dinheiro... O nosso orçamento do Ministério dos Transportes deu uma inflada com o arcabouço fiscal e já murchou. No meu estado, investiu, justiça seja feita, o Governo Lula R$1,2 bilhão em 2023; R$1,1 bilhão, em todas as obras do estado, em 2024; e, neste ano, baixou para R$600. Como é que vai incluir, nesse orçamento estrangulado, R$4 bilhões para fazer dois túneis como seria o propósito do Governo?

Então, eu quero fazer um apelo ao Ministro dos Transportes, mas quero, acima de tudo, submeter a esta Casa... Se um decreto governamental, baseado numa norma revogada por lei – o decreto de 1996, do ainda Presidente Fernando Henrique, do final do primeiro mandato, Decreto 1.775 – faculta ouvir as comunidades... Mas a Lei do Marco Temporal, que está em vigor, determina, e isso não foi contestado nem será revogado. Por quê? Porque o princípio de consultar o ocupante faz parte dos terrenos de marinha.

Se a demarcação do SPU chega até aqui e eu tenho uma ocupação, eu tenho que ser notificado pessoalmente. Isso é do princípio do direito de propriedade e do direito da ocupação de boa-fé.

Portanto, o decreto do Presidente da República foi levado a ele para ser assinado por alguém de má-fé, que quer que nós consideremos que a Lei do Marco Temporal não existe e num momento em que nós não podemos decidir, por uma questão de respeito – que eu concordo que se deve ter – ao Supremo Tribunal Federal, porque está criada uma Comissão para tentar chegar a um acordo.

Então, meu apelo é esse.

Peço desculpas se me excedi no tempo, mas eu hoje vou ficar um pouco mais sereno, porque cumpri com o meu dever.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

Agradeço a V. Exa.

Senadora Margareth Buzetti. Em seguida, o Senador Veneziano Vital do Rêgo.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) – Obrigada, Presidente.

Olha, colaborando com o que o Senador Amin falou e com o que o senhor expôs antes, Presidente, sobre a reeleição, o fim da reeleição, sou totalmente a favor, porque nós temos várias coisas que podem, sim, complicar o país cada vez mais.

Essa questão do marco temporal, que foi discutida, rediscutida. E agora eu vi o Presidente Lula lá no Xingu, com o Raoni, que esteve no meu estado pedindo para fazer asfalto dentro da terra dele, dentro da aldeia dele, para que o Governo o faça, e, daí, impede que a Ferrogrão avance, uma ferrovia que vai paralela à BR, sendo que não tem nada, absolutamente nada que vá comprometer as terras indígenas... Quer dizer, o Brasil virou algo, assim, que não tem como explicar.

E olha: lá, no meu estado, esse tema é caro, Presidente, muito caro, porque nós temos municípios que vão perder 50%, estão perdendo 50% do seu território para demarcações novas de terras indígenas, e faz dois anos que eu pedi para a Funai, a Funai disse que só o MJ poderia fazer, o MJ não respondeu, a Funai não respondeu, e nós continuamos do mesmo jeito.

No Paraná nós temos os indígenas do Paraguai vindo se apossar de terras no Paraná. Isso está certo, Presidente? Não é possível isso. Como é que o Cacique Raoni quer asfalto dentro da terra dele e não quer que o país se desenvolva com ferrovias, que são muito menos impactantes na questão ambiental do que uma rodovia?

Nós precisamos realmente, não é só a reeleição e os gastos que podem comprometer a democracia. Nós temos vários temas que podem sim comprometer a democracia, e muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Passo a palavra ao Senador Veneziano Vital do Rêgo para ler o Projeto de Lei Complementar 164. Concedo inclusive a palavra para que ele possa proferir o relatório sobre as duas emendas, as Emendas 10 e 16.

ITEM 1

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 164, DE 2022

- Não terminativo -

Regula o art. 146-A da Constituição Federal e estabelece normas gerais para a identificação e controle de devedores contumazes, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do PLP nº 164, de 2022, e do PLS nº 284, de 2017 – Complementar, na forma da Emenda nº 3–CTFC, e, no mérito, favorável ao PLP nº 164, de 2022, na forma do Substitutivo que apresenta, pelo acolhimento total ou parcial das Emendas nºs 2-CCJ, 3-CCJ, 4-CCJ, 5-CCJ, 6-CCJ, 7-CCJ, 8-CCJ, 10-CCJ, 12-CCJ; e contrário às demais Emendas, restando prejudicado o PLS nº 284, de 2017 – Complementar.

Observações:

- Em 06/12/2023 foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Ciro Nogueira, ao PLP 164/2022;

- Em 18/03/2025, foi recebida a Emenda nº 2, de autoria do Senador Sergio Moro, ao PLP 164/2022;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 19/03/2025 o Senador Veneziano Vital do Rêgo fez a leitura do Relatório;

- Em 1º/04/2025, foram recebidas as Emendas nºs 3 a 5, de autoria do Senador Weverton e as Emendas nºs 6 e 7, de autoria do Senador Alan Rick, ao PLP 164/2022;

- Em 1º/04/2025, foi realizada Audiência Pública, para instrução da matéria;

- Na 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 02/04/2025, a Presidência concedeu vistas do relatório nos termos regimentais;

- Em 03/04/2025 foram recebidas as Emendas nºs 10 a 15, de autoria do Senador Mecias de Jesus, ao PLP 164/2022;

- As matérias serão apreciadas pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

[Tramita em conjunto o Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2017 (Complementar).]

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Um bom e produtivo dia para todos nós!

Minhas saudações a V. Exa., a todos os demais e a todas as demais companheiras que integram o nosso Colegiado.

Como V. Exa. sugere, nós partiremos à análise, fazendo as menções àquelas propostas que nos foram sugeridas nesse lapso entre a semana anterior, na qual nós tivemos a oportunidade de fazer algumas considerações ao texto que nós relatamos, período esse nos foi permitido qualificar, aprimorar com ideias extremamente felizes dos nossos companheiros. Então eu vou à análise.

A Emenda nº 10 da nossa Comissão possui objetivo semelhante ao da Emenda nº 4, também da Comissão de Constituição e Justiça, já acolhida parcialmente. Especificamente, enuncia que, do total de créditos tributários considerados para identificar o devedor contumaz, serão deduzidos os saldos de parcelamentos e de acordos de transações tributárias que estejam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adimplentes; os valores empenhados, liquidados e vencidos, porém, não efetivamente pagos decorrentes de compras governamentais; e os valores correspondentes a créditos líquidos e certos relativos a tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do nosso país, que originalmente são próprios do sujeito passivo em face da União e que foram reconhecidos em decisão judicial transitada em julgado, que já defina o montante a ser restituído.

A proposta é parcialmente adequada e, neste ponto, já está contemplada. Isso porque os débitos do contribuinte relativos a valores parcelados e transacionados estão regulares, nos termos dos arts. 151 e 156 do nosso Código Tributário Nacional. Todavia, as demais hipóteses não se justificam, pois são créditos de titularidade do sujeito passivo que não necessariamente serão utilizados para pagamentos de seus débitos.

A Emenda nº 12 da Comissão insere a expressão – abrimos aspas – "de que trata o art. 6º desta Lei Complementar – fechamos aspas –, para qualificar o contribuinte nos arts. 1º e 2º, ou seja, restringe a aplicação das disposições da proposição aos devedores classificados como contumazes. A sugestão, tal qual aquela contida nas Emendas nºs 5 e 7, foca a aplicação dos regimes diferenciados de tributação aos devedores contumazes. A medida gera segurança jurídica e merece o nosso acolhimento.

As Emendas nºs 11, 13, 14, 15 e 16, que nos foram apresentadas, pedindo a devida compreensão aos seus autores, nós não as acolhemos.

Analisadas as novas emendas, cabe reforçar um aspecto essencial do projeto de lei complementar, qual seja, que trata de dois assuntos que, embora correlatos, têm objetivos e fundamentos específicos diversos.

O primeiro dirige-se à fixação de critérios especiais pelos entes federados para garantir o adequado cumprimento de obrigações tributárias, principais ou acessórias, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência. A base constitucional para tanto é o art. 146-A da Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo aspecto refere-se à fixação de critérios para a definição do devedor contumaz, que tem seu amparo constitucional no art. 146, em seu inciso III, ao atribuir competência à lei complementar para estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária.

O intuito do PLP, portanto, é gerar segurança jurídica de forma que haja unicidade mínima das legislações específicas sobre esses temas quando editados pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos nossos municípios. Não por outro motivo, propomos no substitutivo a divisão dessas matérias do PLP em capítulos diferentes, o II e o III, para reforçar esse aspecto que, nos parece, ainda tem proporcionado alguma desinformação.

Nós estamos aperfeiçoando neste complemento de voto, também com o apoio de emendas, os textos da ementa e dos arts. 1º e 2º do nosso substitutivo, principalmente para deixarmos claro que os critérios especiais de tributação se aplicam ao devedor contumaz e não – e não – a qualquer sujeito passivo, e com o intuito de prevenir desequilíbrios concorrenciais. Também efetuamos algumas modificações formais no projeto para o seu melhoramento em ordem lógica.

A Emenda nº 2, da CCJ, que havia sido rejeitada no relatório anterior, foi parcialmente acolhida na parte que trata das razões que afastam a inadimplência injustificada, que deixam de ser cumulativas e passam a ser alternativas.

Diante do exposto, votamos pela constitucionalidade, pela juridicidade, pela regimentalidade e boa técnica legislativa do PLP 164, de 2022, e do PLS (Projeto de Lei do Senado Federal) nº 284, na forma da Emenda nº 3 da CTFC.

E aqui faço, Sr. Presidente, por ser mais do que justo, o nosso reconhecimento à estimada, querida amiga Senadora Ana Amélia. A ela todo o nosso respeito, porque a partir da sua iniciativa é que nós estamos, mesmo nesse largo tempo de análise, quiçá de deliberação, tendo esta chance. Então, eu quero aqui reservar este instante, renovando publicamente os mais merecidos cumprimentos à sua iniciativa, que data de 2017, de 2017. Foi a autora do Projeto de Lei Complementar 284.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, no mérito, somos pela aprovação do PLP 164, do ano de 2022, de autoria do Senador Jean Paul Prates, e pelo acolhimento total ou parcial, Presidente Otto, das Emendas nºs 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10 e, por fim, da 12ª emenda, na forma do substitutivo abaixo, e pela rejeição das demais outras emendas, declarando prejudicado o PLS 284/2017 – complementar.

E nós fizemos, para conhecimento dos senhores e senhoras, a transcrição do substitutivo.

Sr. Presidente, essa é a nossa colaboração.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Coloco a matéria em discussão.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Para discutir, o Senador Ciro Nogueira e o Senador Contarato.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, esse é um projeto extremamente importante, que visa a evitar que alguns setores da economia se utilizem disto, de deixar de pagar os tributos, para ter um ganho financeiro e até uma concorrência desleal.

Nós fizemos uma emenda, Sr. Presidente, transferindo da Receita Federal para o Cade essa discussão, porque, ao se deixar apenas para a Receita Federal essa avaliação, eu tenho muito medo de que, no final de tudo isso, quem seja prejudicado seja o consumidor brasileiro, porque Receita só pensa em arrecadar, ela não tem... E acho que é a função dela. Tenho todo o respeito pelo trabalho da Receita Federal no nosso país, mas ela não pensa na concorrência, ela não pensa no consumidor. Um dos objetivos também é evitar que fechar algumas empresas no nosso país possa prejudicar, no fundo, depois, o consumidor brasileiro.

Então, faço essa... Eu vou votar favoravelmente ao projeto. Espero que essa discussão aconteça na Comissão de Assuntos Econômicos, mas é uma preocupação que eu tenho, de que alguns cartéis que nós temos no nosso país se utilizem disso, principalmente no setor de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

combustíveis, de evitar que essa concorrência possa, no final das contas, prejudicar o consumidor brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Ciro e passo a palavra ao Senador Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar o brilhante relatório do Senador Veneziano Vital do Rêgo, ao passo que eu quero aqui enaltecer quem iniciou essa discussão, que foi a ex-Senadora Ana Amélia, que aqui está. Meu agradecimento pessoal.

Eu já me debrucei sobre esse tema em algumas oportunidades: aqui nós estamos falando de devedor contumaz, não é o mero inadimplente. Nós temos requisitos estabelecidos de forma objetiva no projeto de lei. Nós estamos aqui para preservar a isonomia, a igualdade. O próprio Supremo Tribunal Federal já se debruçou sobre esse tema. Eu acho que vai ser de fundamental importância. O que nós não podemos permitir é que pessoas jurídicas usem esse *modus operandi* para dar um rombo de quase R$240 bilhões nos cofres públicos, que vão implementar as políticas públicas para reduzir a desigualdade.

Então eu quero aqui, mais uma vez, agradecer. O meu voto é, com louvor, parabenizando o Senador Veneziano Vital do Rêgo... E volto a falar da Senadora Ana Amélia, que teve a sensibilidade de se colocar no lugar do outro e ver: "vá você para o comércio e veja essa concorrência desleal para quem vive violando essa isonomia, que deveria ser uma premissa para todo mundo". O mau pagador que faz este ato, a prática reiterada da inadimplência, criando empresa apenas com esse objetivo... Vá concorrer com uma pessoa jurídica dessa. Não tem como concorrer.

Então, eu o parabenizo e o meu voto é favorável.

Essa discussão do Senador Ciro pode ser feita num momento oportuno, em outra Comissão, mas eu espero que... Esta Casa passou da hora de aprovar esse projeto, que vai efetivamente corrigir uma injustiça nesse setor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Passo a palavra ao Senador Efraim Filho.

Em seguida, ao Senador Jaime e ao Senador Rogério.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para discutir.) – Sr. Presidente, quero saudar o Senador Veneziano pelo brilhante trabalho. Tenho dialogado muito com o Senador Veneziano sobre esse tema, até porque a gente coincide na análise das matérias: Veneziano, nesse PL sobre o devedor contumaz, e eu num outro PLP, projeto de lei complementar, como o de Veneziano – mas o meu está no Plenário, porque é o Código de Defesa do Contribuinte. E, dentro do Código de Defesa do Contribuinte, que foi aprovado na Comissão Especial presidida pelo Senador Izalci, me tendo como Relator, nós avançamos nesse tema.

Acredito que é um tema que amadureceu, Senador Veneziano. Os textos evoluíram bastante. Hoje tem uma sintonia muito forte entre o que traz o texto do Senador Veneziano – que tem também extratos daquilo que foi discutido na Câmara dos Deputados – e o que está no PL 15, lá na Câmara dos Deputados, de relatoria do Deputado Danilo Forte. E tanto no meu texto quanto no de Veneziano, em que há sintonia total, até porque muita gente tem questionado... E eu digo: não, eu e Veneziano, além de sermos conterrâneos, também nos entendemos.

E o que é importante nesse tema que o Senador Contarato trouxe? Qual é o cenário que nós trazemos hoje de estudo e de pesquisa? São 1,2 mil empresas que seriam classificadas na conceituação de devedor contumaz no Brasil. E objetivamente cito o que é o contumaz. Ele não é o mero devedor, ele não é aquele que está passando por uma crise econômica e deixou de pagar seus impostos, ele necessita que tenha, Presidente, inadimplência reiterada, substancial e injustificada. São critérios objetivos. Os subjetivos não se apresentam. Foi retirada, por exemplo, aquela questão do que era subjetivo, porque subjetivo é difícil comprovar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, por exemplo, só vai ser devedor contumaz quem tiver devendo mais de R$15 milhões em pagamento de impostos, ou seja, não é aquela coisa do pequeno, do cara da lojinha, da lanchonete, não. A primeira premissa para ser substancial é o piso de R$15 milhões; segundo, para ser reiterado, não é apenas um período de apuração, não é aquele momento de crise, ele tem de ter passado por no mínimo quatro períodos de apuração, e isso varia de imposto para imposto – tem imposto que é mensal a apuração, tem outros que são trimestrais, tem outros que são anuais –, enfim, ele traz essa necessidade de que seja reiterado; terceiro ponto, que está no nosso relatório, Senador Veneziano, é que precisa ser injustificado.

É dado ao CNPJ que é apontado como contumaz o direito de se defender, de mostrar por que ele está ali injustamente sendo tratado como contumaz. E ele pode alegar catástrofes climáticas; temas que aconteceram, como o da pandemia, por exemplo; também a discussão de tese para o setor produtivo, que está muito atento a esse tema. A discussão de tese jurídica relevante não permite que esse débito que está sendo discutido – e aí temos aqui um Presidente que foi Relator da Lei do Carf, as teses relevantes que o próprio Carf aponta para afetar os processos judiciais – entre nessa conta dos 15 milhões. E ele precisa ter patrimônio conhecido, porque, se uma grande empresa tem patrimônio conhecido, tem seu imposto de renda, tem um patrimônio, ela não vai ser contumaz, porque o devedor contumaz é daquela empresa que tem um CNPJ criado com o fim específico de sonegar. A sonegação é o mecanismo de concorrer, derrubar a concorrência legal e, muitas vezes, deteriorar o mercado.

Nas conversas que tivemos com o Ministério da Fazenda, esses R$200 bilhões que essas 1,2 mil empresas devem, a Receita já disse, "chance zero de recuperar esse patrimônio" – chance zero –, porque as empresas não têm patrimônio, elas são casca de ovo, está certo? Elas não têm CPF conhecido, quando chega, é num CPF que não se encontra e, portanto, nós não vamos recuperar.

O que nós queremos com a aprovação da Lei do Devedor Contumaz é afastar essas empresas nocivas ao mercado, para que esse dinheiro volte a circular no mercado formal, que as empresas cumpram com suas obrigações e que paguem os impostos, porque essa concorrência desleal, inclusive, está fazendo fechar determinadas empresas que participam do mercado, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empregam pessoas, que assinam carteiras de trabalho. Então, elas vão tendo que fechar para outras que não cumprem com as suas obrigações.

Então, a preocupação que existe é muito comum aqui no plenário e é muito bem-vinda. O devedor contumaz abandonou – nesse amadurecimento do texto, que partiu da Senadora Ana Amélia e chega ao Senador Veneziano – esse critério da subjetividade, para chegar a critérios objetivos e que afastam qualquer chance de ter perseguição aos pequenos ou algo desse tipo. E no Brasil hoje há 1,2 mil empresas dentro dos critérios da lei que está sendo posta, apenas 1,2 mil empresas é que estariam a responder como devedoras contumazes, mas essas 1,2 mil empresas devem cerca de R$200 bilhões ao nosso Erário.

Era essa a contribuição que eu queria trazer como Relator do PLP 125 e manifestar também o meu apoio de aprovação ao relatório do Senador Veneziano.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Efraim e o parabenizo, pois conhece bem essa matéria. A outra matéria está sendo relatada, os dois são do mesmo estado, poderão perfeitamente se entender para entregar ao Brasil uma lei que possa coibir esses abusos de sonegação.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. *Fora do microfone*.) – Já nos entendemos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Que bom.

Senador Jaime, depois o Senador Rogério, depois o Senador Izalci e a Senadora Margareth.

Senador Jaime.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Quero cumprimentar o nosso Presidente, Senador Otto Alencar.

Quero dizer a você, Senador Efraim – Senador Efraim –, que as suas palavras foram muito bem colocadas, quando você afirmou que as empresas até 15 milhões não vão ser penalizadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, eu quero dizer para vocês que essas empresas que fizeram esses acordos têm liminares – nessas grandes empresas tem muita sonegação através de liminares –, as quais só poderiam existir se as empresas tivessem entregado uma garantia de posteriormente recolher o tributo e a União tivesse a garantia do recolhimento. Isso não existiu nas liminares, e houve muitas empresas prejudicadas – muitas. Muitas empresas no Brasil tiveram que sair fora do mercado por essas condições. Você imagina, hoje, se trabalhando com lucro baixo, uma empresa deixa de pagar 10% de um tributo, para empresas que faturam 200 milhões, 300 milhões, talvez até mais por mês, quanto isso significa durante cinco anos?

Então, nós precisamos dar um basta nisso; isso tem que ser aprovado, isso não pode mais seguir adiante.

Eu quero parabenizar aqui o Relator Veneziano, o Senador Veneziano, e dizer a você, Senador, que isto aqui já passou da hora de ser aprovado – já passou da hora de ser aprovado. Isso já tinha que ter acontecido há muitos anos. Isso aqui faz mais de 20 anos que está acontecendo.

Por isso que chegou nesta Casa, de mais de R$200 bilhões, e a própria Receita Federal hoje fala que não vai mais ter condição de receber. Precisamos votar e aprovar o projeto.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço e parabenizo V. Exa.

Senador Rogério Carvalho.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Presidente, eu queria só me inscrever. Senadora Eliziane.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para discutir.) – Presidente, eu queria cumprimentar o Senador Veneziano, cumprimentar V. Exa., todos os Senadores e Senadoras, cumprimentar também o Senador Efraim Filho pelo trabalho que vocês vêm fazendo nesta área.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu reconheço a preocupação do Senador Ciro Nogueira. Eu não posso acusar, mas eu quero dar um testemunho de quem acompanha o crime do devedor contumaz. No meu estado, nessa área que o Senador Veneziano relatou, que pega o setor de combustíveis, tem uma determinada empresa que está se tornando a maior empresa, e toda a arquitetura e toda a estratégia empresarial é de sonegar impostos, matando a concorrência que trabalha pagando seus impostos, é óbvio. Se ela tem uma estratégia muito bem estruturada para sonegar impostos, é óbvio que a concorrência não vai sobreviver, certo? Nem os grandes, nem os pequenos.

Então, eu queria só dizer que esse projeto de lei – e essa lei futuramente – pode dar a disciplina necessária para que os setores, de uma maneira geral – e esse, em particular, que está em foco neste momento –, possam ter uma concorrência mais regrada, não é? Apesar de a gente estar vivendo um tempo em que aquilo que era regra e que conduzia o mundo do ponto de vista das relações comerciais está se transformando; era tão sólido, e está virando... está se desmanchando no ar, não é? Apesar disso, nós não podemos abrir mão de regramentos que estabelecem uma convivência honesta e justa entre aqueles que disputam determinados setores da economia.

Portanto, meus parabéns aos dois e por quem teve e tomou essas iniciativas, porque isso ajuda a gente a fazer um país mais civilizado e um ambiente de negócios mais apropriado para receber investimentos, para poder promover o crescimento com segurança para quem investe. Quem investe quer ter um conjunto de regras que vai seguir e que os outros vão seguir, porque aí é a criatividade, é o planejamento, é a eficiência, é a qualidade que vai definir se vai ter ou não desempenho, e não estruturar sua operação em cima da sonegação. Portanto, parabéns para vocês e muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Rogério.

Passo a palavra ao Senador Izalci.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Presidente, eu também não poderia deixar de parabenizar a nossa querida Senadora Ana Amélia pela iniciativa, lá em 2017, cumprimentar também esse belo trabalho do nosso querido Senador Veneziano.

Acho que a aprovação desse projeto facilita a gente aprovar o Código de Defesa do Contribuinte, que está na pauta do Plenário, um projeto já aguardado há anos. Ainda me lembro muito bem do projeto do Jorge Bornhausen, que tratava desse assunto, então eu fico satisfeito.

Agora, de qualquer forma, acho também que o Senador Ciro tem razão. A receita faz muito bem isso na questão da arrecadação, mas a gente precisa ter essa questão da concorrência mesmo – existe um órgão específico para isso, que é o Cade – e a gente não pode deixar de levar isso em consideração, porque, de fato, hoje virou um negócio chamado de planejamento tributário.

Normalmente você tem uma série de teses jurídicas, porque, muitas vezes, a legislação não é muito clara, e hoje o melhor negócio do Brasil é direito tributário, é advocacia tributária. Eu não tenho nenhuma dúvida de que, saindo daqui, vou fazer um curso de direito tributário para ganhar dinheiro, porque contador trabalha e os advogados ganham dinheiro. Então a gente precisa, na medida do possível, toda a legislação tributária... Espero que, com a reforma tributária, a gente avance nessa linha. Acho que avançamos já com o IVA, mas existem ainda alguns mecanismos em que precisamos mexer, na reforma de outras áreas, como Imposto de Renda e patrimônio, etc., e deixar um texto muito claro para evitar realmente essa insegurança jurídica, que dá margem a diversas interpretações e virou uma indústria realmente.

Então, parabéns, Senador Veneziano. Eu também voto essa matéria com louvor, porque de fato é necessária e urgente.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Passo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, eu só vou passar aqui ao Senador Jaime, que quer dar um detalhamento, se o senhor me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Claro.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Eu só quero esclarecer o que o Senador Izalci falou: tem que se ter cuidado. Se essas empresas ainda estivessem sonegando e beneficiando o consumidor, mas beneficiam o consumidor em quase nada; o que elas estão fazendo com isso é beneficiar a si próprias. Esse lucro está ficando para elas e praticamente não estão repassando nada para o consumidor – é muito pouco o que elas estão repassando –, e quem perde com isso é a União.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, o Brasil já cobra impostos demais das empresas. Nos índices internacionais, nós somos um dos países que mais cobram e que menos têm competitividade. Eu digo índices internacionais, OCDE, etc.

Então, essa matéria é muito meritória. Precisamos aqui enaltecer o trabalho da Senadora Ana Amélia, do Jean Paul Prates e também do meu querido amigo Veneziano Vital do Rêgo. Também não posso deixar de mencionar um Senador que hoje tem sido um farol dentro do Senado Federal para falar de questões econômicas, estudar a fundo e nos dar base, àqueles que não cuidam tanto dessa parte tributária, financeira, que é o Efraim Filho. Apesar de ser um jovem Senador, tem dado colaborações brilhantes para o Senado Federal e para o Brasil.

O senhor imagine... O senhor quer fazer um aparte? Eu permito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, eu estava apontando. Realmente, o craque do jogo é ele mesmo.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Eu queria agradecer a esse novo Senador, que eu quase não reconhecia, né? O Jorge Seif versão 2.0 aí, estou certo? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está bacana, está bacana.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Então, Senador Otto, Sr. Presidente, o senhor imagine, diante desse cenário de cobrança de impostos, de difícil acesso a crédito, de tudo isso, ainda existem empresas que montam como estratagema uma grande assessoria contábil e jurídica para ficar postergando seus compromissos com a União, realmente destruindo o que nós mais defendemos, que é a liberdade econômica e a concorrência leal.

Quero saudar nossos Senadores que fizeram essa brilhante proposição e relatório, e quero dizer que eu, Senador Jorge Seif, voto a favor, de antemão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Para discutir.) – Presidente, eu queria inicialmente cumprimentar a Senadora Ana Amélia, que está aqui conosco. Queria cumprimentar o Jean Paul Prates, que é um grande companheiro de luta, e cumprimentar de forma muito especial o Senador Veneziano.

Primeiramente quero dizer, Ana Amélia, que a pauta econômica acabou sendo muito, digamos assim, apropriada em situações mais pela área masculina, né? Mas nós temos também mulheres, e aí não é uma questão de competência, porque nós temos competência de sobra. Aliás, as mulheres são a maioria, inclusive, nas universidades debatendo e discutindo com muita propriedade esses temas. Mas, na área política, por falta de oportunidade, às vezes as mulheres acabam não atuando nessa área, que abre muito mais espaço e dá muito mais oportunidade para os homens, infelizmente. Então, eu queria cumprimentá-la, porque V. Exa. conseguiu entrar nessa pauta com muita efetividade. Os meus cumprimentos.

E quero dizer ao Senador Veneziano – e cumprimentá-lo pelo relatório – que eu acho que é um relatório muito salutar. Quando a gente fala, por exemplo, de arrecadação, quando a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fala de mais investimentos para trazer um retorno para a sociedade brasileira, a gente tem visto várias iniciativas, inclusive do Governo, alguns projetos de lei aqui dentro do Congresso Nacional, em que o ponto central é: vamos buscar maior arrecadação para melhorar as contas públicas, a fluidez dos serviços públicos para a sociedade brasileira.

Aí você vê, por exemplo, este projeto que nós estamos aqui a aprovar, a estimativa é que traga, na verdade, uma compensação de um prejuízo hoje ao Erário da ordem de R$14 bilhões. E aí, Veneziano, você pega, por exemplo, a regulamentação das *bets*, a estimativa é que se tenha uma arrecadação de R$14 bilhões ao ano. Você pega, por exemplo, o Imposto de Renda dos ricos do Brasil, acima de R$50 mil por mês, a estimativa de arrecadação é de R$15 bilhões por ano. Eu cito esses dois projetos porque são os projetos que estão na ordem do dia, são os debates que trazem todo o Congresso Nacional. E este projeto que nós estamos aqui a aprovar é um projeto que vai trazer e vai retirar um prejuízo da ordem de R$14 bilhões por ano, ou seja, é um grande benefício para a sociedade brasileira. E eu acho, e o cumprimento por isso, que você conseguiu, na verdade, unificar, trazer um relatório que eu acredito que será o relatório aprovado por unanimidade neste plenário e que vai trazer benefícios importantes para o Brasil.

Nós temos uma luta histórica nesse sentido de combate à sonegação fiscal, aliás, já com decisão do Supremo Tribunal Federal, que enquadra os sonegadores em crime contra a ordem tributária, ou seja, nós melhoramos a legislação brasileira, mas nós não conseguimos criar mecanismos de fiscalização e de evitar que o sonegador continue. E esse projeto traz uma série de mecanismos, exclui, por exemplo, de benefícios fiscais e evita aquilo que a gente sabe que é rotineiro: é alguém que está com uma empresa, sonega, sonega, fecha essa, abre um outro CNPJ, sonega, sonega e vai sonegando *ad aeternum*. Isso é o que está realmente na sociedade brasileira.

E eu acho que o seu relatório traz um resultado importante, ele traz benefícios para a sociedade brasileira, e a gente, na verdade, hoje apresenta para o Brasil com a aprovação, não há dúvida nenhuma, uma forma de se arrecadar de quem está cometendo crime. Não sou eu que digo isso, é a legislação brasileira que diz isso. São decisões da magistratura brasileira que dizem isso. Nós vamos buscar nesse criminoso que está sonegando benefícios para atender a população brasileira como um todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, parabéns a V. Exa.! Mais uma vez, parabéns à Ana Amélia, parabéns ao Jean Paul Prates, por um debate e uma iniciativa muito importante para a sociedade brasileira!

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço à Senadora Eliziane e passo a palavra à Senadora Margareth Buzetti.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para discutir.) – Obrigada, Presidente.

Eu não poderia deixar aqui de enaltecer e agradecer à Senadora Ana Amélia. É brilhante o relatório do Senador Veneziano sobre um tema que a gente já discute há muitos anos, porque isso se chama fraude tributária.

A Senadora Ana Amélia – e aí é um testemunho que eu vou dar, próprio –, lá em 2012, nos ajudou na questão da reforma de pneus e a fazer uma justiça social a esse tipo de empresa que é vista como subempresa pelo Governo, pelos órgãos, por tudo. Eu peço à Receita Federal quanto é arrecadado da reforma de pneus, ela não sabe me dizer. Eu apresentei um projeto em 2012, a Senadora Ana Amélia ajudou a aprovar nas Comissões, passou em Plenário, passou pela Câmara, e a Dilma vetou quando entrou. Agora, na reforma tributária, Senador Efraim, o senhor nos ajudou na questão do ISG para fazer justiça a um tema que o senhor viu bem como é. Hoje eu vou vender uma reforma de pneus a preço do pneu novo? E aí como é que fica?

A fraude tributária no meu setor acabou de acontecer numa grande empresa que se beneficiava dos impostos, que não pagava impostos e tinha um fornecedor que a financiava. Quando ela não pôde mais pagar esse financiador, ela pegou outro fornecedor, e hoje está tudo penhorado. Ela pediu falência – está tudo penhorado para esses dois financiadores, dois empresários – e não pagou absolutamente nada de imposto. É esse meu CPF, que está... É com o mesmo CNPJ há 38 anos que eu tenho que concorrer com esse tipo de gente. Isso está certo, Senador Jaques Wagner? Não é possível! A gente não consegue concorrer com esse povo. Para você manter o mesmo CNPJ há quase 40 anos, é difícil. Eu passei por várias crises, a reforma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tributária não fez justiça ao meu setor – aliás, ela nos prejudicou e muito –, e eu não sei o que fazer. Agora, o que nós podemos...

Aí eu te deixei o desafio de uma PEC, porque só pode ser modificado por PEC, já que o que o Senador Efraim colocou a Câmara tirou. Como a gente faz isso agora? São 14 milhões de pneus reformados por ano, economizando, em cada reforma, 54 litros de petróleo. Isso vezes 14 milhões são 7 bilhões de economia para o transporte. Olhem para o meio ambiente o que é isso. Quer dizer, a justiça tributária é importante, sim.

Então, voto, Senador Veneziano, com muito gosto essa matéria.

E, Ana Amélia, você foi visionária quando apresentou esse projeto.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Parabenizo a Senadora Margareth Buzetti e também a Senadora Ana Amélia, Senadora representante do Estado do Rio Grande do Sul, que foi uma Senadora muito ativa e apresentou projetos relevantes da lavra dela. Convivi com ela por muitos anos e me lembro, inclusive, do projeto de lei que isentou os aposentados com mais de 60 anos do pagamento do Imposto de Renda, além de outras tantas. E ela foi fundamental para preservar a cultura nordestina quando nos apoiou na PEC dos esportes equestres, da vaquejada. Senador Efraim, nosso Veneziano, nós do Nordeste ficamos muito gratos aos gaúchos, que fazem lá a peleada com o cavalo crioulo. Ela foi uma defensora dos esportes equestres. Parabéns! E espero o seu retorno ao Senado Federal para continuar contribuindo com o Rio Grande e com o Brasil.

Está encerrada a discussão da matéria.

Vou colocar em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está aprovado o projeto da relatoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O presente relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao PLP nº 164, de 2022, pelo acolhimento total ou parcial das Emendas de 2 a 8 e de 10 a 12, na forma da Emenda nº 17, da Comissão de Constituição e Justiça (Substitutivo), contrário às demais emendas, e pela prejudicialidade do PLS 284, de 2017.

Essa matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O Senador Veneziano pede a palavra, e eu a passo a ele.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Presidente, derradeiramente, as minhas considerações são para agradecer a todos os companheiros e a todas as companheiras.

As menções que fizemos são mais do que merecidas. As autorias que nos permitiram, nesses últimos oito anos, utilizando o termo "amadurecer", que é muito comum... Mas, de fato, é uma matéria que chega a essa condição bem trabalhada, bem discutida, bem debatida. As palavras do Senador Efraim sobre ombros, recaindo a responsabilidade de relatar o 125...

Eu queria fazer uma rápida menção, e presente entre nós na semana retrasada, quando V. Exa. não pôde, por força de um motivo superior, aquele acontecimento de um desastre automobilístico ocorrido no seu amado, nosso amado Estado da Bahia, mas, inclusive, foi muito rica a oportunidade da audiência pública, Senador Otto. Entre os expositores, houve a exposição do advogado Hugo Funaro, que foi um colaborador em 2017 dessa discussão, e ele de uma forma muito precisa, preciosa, detalhista, pontual, quando questionado foi legitimamente sobre a competência do Cade para tratar sobre essa matéria dos devedores contumazes, reservando-se, em tese, ao Cade a condição de dizer se há ou não concorrência desleal, ele deixou ao meu estimado e respeitado amigo Senador Ciro Nogueira bastante claro: essa matéria não é tão somente, Senador Otto Alencar, adstrita ao devedor contumaz que faz deliberada e dolosamente uma ação para criar embaraços, dificuldades e nocivas repercussões à concorrência. O fato em si do devedor contumaz, da sua existência e da sua prática, não está só relacionado ao prejuízo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concorrencial. Portanto, não cabe ao Cade fazê-lo, porque são figuras típicas, autônomas, existentes. Tanto verdade o é, e aí importante a essa participação, que nós fizemos o adendo... Nós não estamos a falar tão somente sobre a regulamentação do 146, mas do 146, inciso III, deixando bastante evidente que a amplitude desse projeto é a de alcançar aqueles que perpetram as suas ações dolosas, deliberadas, e aí com um recorte muito preciso e criterioso, para que nós não incorramos em interpretações ou que confundamos quem é o devedor contumaz nocivo com aquele que não é senão o devedor eventual, mas também as outras práticas, entre estas a que delitivamente se impõe ou se faz sobre a própria sociedade, sobre nós, cidadãos, ao vermos e constatarmos os prejuízos colossais que nós temos.

Então, eu quero agradecer a V. Exas., agradecer ao Senador Efraim Morais.

Não sei se caberia, diante do que foi dito, todos os senhores e todas as senhoras foram uníssonos em mencionar, ao tratar sobre o assunto, que essa matéria bem já está à apreciação do nosso Colegiado. Não sei se caberia o pedido, claro, ouvindo-o e ouvindo aos demais companheiros, para que nós fizéssemos aqui a apreciação de um requerimento de urgência, já estando lá no Plenário, possivelmente e proximamente a ser pautado, o 125. Se nós pudéssemos, eu acho que seria pertinente, porque todos aqui já disseram: "Eu sou membro da CAE, eu vou me reportar a essa matéria dizendo o mesmo do já dito". Quantos daqui não são senhores e senhoras que estão com assento na Comissão de Assuntos Econômicos? E a mim me parece que, se contribuições outras houver, essas contribuições serão prestadas em discussão de Plenário.

É essa uma ponderação que eu faço a V. Exa., como é do meu perfil, sempre com os cuidados de não extrapolar regimentalmente a autoridade dessa Presidência e a autoridade maior que reservada é ao Colegiado. Eu proporia, através de requerimento, a urgência para que nós levemos ao Plenário e lá façamos a discussão definitiva, derradeira, a outras possíveis, podendo até cabíveis e legítimas, sugestões enriquecedoras.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Veneziano Vital do Rêgo – um instante, Senador Ciro –, seria possível, talvez, tomar essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

iniciativa de aceitar um requerimento, consultando-se o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. Não o ouvir seria, inclusive, um ato de descumprimento do Regimento, já que a matéria está prevista para passar na Comissão de Assuntos Econômicos. Dessa forma, eu acho que o requerimento não cabe, até porque seria uma descortesia ao nosso Presidente de lá, o Senador Renan Calheiros.

Então, a matéria vai para a Comissão de Assuntos Econômicos e lá será debatida.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Perfeito, perfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Lamento muito não poder atender a V. Exa.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Não, em absoluto!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Ciro.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI. Pela ordem.) – O senhor fez das minhas as suas palavras, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está bom. (*Risos.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Perfeito, Sr. Presidente.

Não seria, evidentemente não foi e não será jamais a intenção de desconhecer, muito longe de nós, a condição do Presidente Renan, mas também nos cabe aqui... Sem querer levar V. Exa. e o Senador Ciro a qualquer constrangimento, não seria o primeiro...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu sei, entendo perfeitamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – ... dos inúmeros, centenas e milhares, ao longo dessa história senatorial, requerimentos de urgência, em que, precedentemente, menções feitas foram de que poderiam ser avaliadas e abordadas outras instâncias.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois é.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Mas compreendo V. Exa. e não quero deixá-lo em situação constrangedora. Cabe a este Relator, como membro integrante da CAE, sugerir ao Presidente Renan a diligência à apreciação desta.

Muito grato, Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não. Agradeço a V. Exa.

A matéria, aprovada, vai ser encaminhada para a Comissão de Assuntos Econômicos para ser apreciada por aquele Colegiado.

Do item 2 foi pedida a retirada de pauta pelo Senador Marcelo Castro. Vamos retirá-lo de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Constituição Federal para determinar a inelegibilidade para o mesmo cargo dos chefes do Poder Executivo no período subsequente e definir seus mandatos em cinco anos.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO) e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Marcelo Castro

Relatório: Favorável à Proposta, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Em 08/04/2025, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Eduardo Girão (dependendo de Relatório).)

Passo a palavra ao Senador Hamilton Mourão para que possa relatar o projeto do Senador Ciro Nogueira.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 436, DE 2018

- Terminativo -

Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir ações e serviços públicos de saúde no rol de aplicação das receitas arrecadadas com a cobrança das multas de trânsito.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório:

Observações:

Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

Com a palavra o Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, esse projeto já se encontra em turno suplementar. Ele foi aprovado em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dezembro do ano passado, em turno inicial. Então, vou apenas recordar para as Senadoras e os Senadores aqui presentes do que se trata.

É um projeto extremamente meritório do meu colega e grande amigo Senador Ciro Nogueira, com quem partilhamos origens comuns lá no Piauí, uma vez que o meu avô é piauiense. (*Risos.*)

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Da minha cidade.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – De Pedro II.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Parabéns, Senador Hamilton Mourão!. V. Exa. tem um pé no Nordeste, está de parabéns!

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Tenho um pé no Nordeste.

Então, é um projeto, como digo, meritório, porque ele inclui ações e serviços públicos de saúde no rol de aplicação das receitas arrecadadas com a cobrança de multas.

Indo à análise aqui.

Ele não tem óbice na constitucionalidade; a juridicidade também está dentro do que prevê o Regimento Interno do Senado; e, no mérito, a matéria merece aprovação.

A gente sabe que os acidentes de trânsito são uma constante. Hoje mesmo, o Senador Esperidião Amin apresentou imagens de um que poderia ter sido uma tragédia, e, graças a Deus, não ocorreu. E há uma escassez de recursos para o tratamento das vítimas de acidentes de trânsito.

Nós procuramos aprimorar o projeto e, por isso, apresentamos um substitutivo.

Alteramos aí, no art. 218 do Código de Trânsito Brasileiro, que trata do excesso de velocidade, a obrigatoriedade de aferição dos medidores de velocidade a cada 12 meses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também o art. 261, para estabelecer o prazo de cinco anos para o término dos processos relativos à suspensão das Carteiras Nacionais de Habilitação, de modo que os eventuais condutores que tenham sido apenados possam retornar a dirigir, tendo quitado sua dívida com a sociedade.

No art. 282, a exigência de postagem de notificação de autuação com carta registrada, pois a correspondência simples realmente não garante que a pessoa autuada possa rastrear a multa que recebeu.

Sugerimos a destinação de 10% dos recursos oriundos das multas para o Fundo Nacional de Saúde e 5% para o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, devido à nobreza de seu propósito e à importância que possui em financiar projetos, estudos e empreendimentos que visem à redução de gases de efeito estufa.

Dessa forma, Presidente, o nosso voto é pela aprovação do PLS nº 436, na forma do substitutivo que segue aí abaixo.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Senador Ciro Nogueira, com a palavra.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI. Para discutir.) – Presidente, só para agradecer ao sempre brilhante Senador Hamilton Mourão, meu quase conterrâneo, pelo substitutivo que veio aprimorar esse projeto, que eu acho que é muito importante para todos aqueles que precisam da saúde pública do nosso país, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não. Agradeço ao Senador Ciro Nogueira.

Não há nenhum outro Senador ou Senadora que queira discutir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu consulto os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras se podemos fazer a votação simbólica. (*Pausa.*)

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Não foi apresentada nenhuma emenda. É dada como definitiva a matéria, com aprovação.

Quero parabenizar o Senador Hamilton Mourão, o nosso Relator.

Há algum outro Senador que deseja usar a palavra? (*Pausa.*)

Senador Weverton?

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. Pela ordem.) – Só quero fazer a solicitação... Eu tenho dois pedidos à Presidência.

Quero cumprimentá-lo aqui pelos trabalhos, Presidente Otto.

A Senadora Eliziane apresentou a PEC 19 – já foi pedido aqui pela manhã –, que trata sobre a questão do piso salarial dos enfermeiros. E nós estamos pedindo que seja incluída, também referendando esse pedido de pauta aqui da PEC 19.

E o segundo: eu gostaria de solicitar aqui ao Plenário da CCJ e ao Presidente Otto que aceitem o nosso requerimento de audiência pública do PL 4.158, de 2024. É de minha autoria e trata sobre ferrovias, para conferir à ANTT atribuições específicas relativas ao transporte ferroviário. Ele disciplina a responsabilidade das concessionárias de ferrovias quanto à prestação de serviço adequado, e disciplina a responsabilidade da ANTT sobre comissões tripartites de ferrovias.

Como ele vai ser tramitado aqui e na Comissão de Infraestrutura, nós vamos sugerir também ao Presidente Marcos Rogério, dependendo da agenda aqui da CCJ, para ver se a gente consegue fazer a audiência pública conjuntamente, para ajudar a instruir melhor esse PL, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. está apresentando um requerimento para audiência pública.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, coloco o requerimento do Senador Weverton em votação.

EXTRAPAUTA

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 7, DE 2025

Requer realização de audiência pública referente ao PL 4158/2024

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

V. Exa. pode fazer o contato com o Senador Marcos Rogério e nós poderemos marcar, de acordo com a conveniência do Senador e de V. Exa., a data para que possamos fazer conjunta essa audiência pública. Portanto, assim que tiver a data, V. Exa. pode me comunicar, e eu terei o maior interesse em fazer, inclusive de participar, no caso.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Está bom. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não havendo mais nenhuma matéria para discutir e deliberar hoje, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 33 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2025, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e cinquenta e um minutos do dia vinte e quatro de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Vanderlan Cardoso, Sergio Moro e Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Soraya Thronicke, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Efraim Filho, Zenaide Maia, Margareth Buzetti, Izalci Lucas, Eduardo Gomes e Esperidião Amin, e ainda do Senador Wellington Fagundes, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick, Oriovisto Guimarães, Marcio Bittar, Otto Alencar, Omar Aziz, Eliziane Gama, Rodrigo Pacheco, Cid Gomes, Carlos Portinho, Eduardo Girão, Magno Malta, Marcos Rogério, Rogerio Marinho, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Weverton, Ciro Nogueira e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A Presidência registra a presença de Suas Excelências: Vereadora Comandante Nádia, Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, e Tenente-Coronel da Brigada Militar do Rio Grande do Sul; Vereadora Fernanda Barth, da Câmara Municipal de Porto Alegre; Vereador Hélio Kaminski, da Câmara Municipal de Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento PLP 112/2021, de autoria Câmara dos Deputados. **Finalidade:** Destinada a instruir o Projeto de Lei Complementar n° 112, de 2021, que "dispõe sobre as normas eleitorais e as normas processuais eleitorais brasileiras". Conforme entendimento entre os Senadores, serão abordados os seguintes temas na presente Audiência Pública: Tema 3: Desincompatibilização, Inelegibilidades e Crimes Eleitorais Tema 4: Sistema Eletrônico de Votação. **Participantes:** Sr. Giancarlo Corrêa Miranda, Presidente da Diretoria Executiva da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis (COBRAPOL); Ex-Deputado Federal Luiz Gonzaga Ribeiro; Sr. Elias Miler da Silva, Diretor de Assuntos Legislativos da Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais (FENEME); Sr. Fernando Gaspar Neisser, Mestre e Doutor em Direito Penal pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP), Membro fundador da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP); Sr. Francisco Octávio de Almeida Prado Filho, Advogado, Mestre em Direito do Estado pela PUC/SP e Membro fundador da Academia Brasileira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP); Sr. Melillo Dinis do Nascimento, Advogado e Representante da CNBB no Conselho Diretor do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE); Sr. Adriano Costa, Diretor Executivo da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (ADEPOL DO BRASIL); Sra. Beatriz Graeff, Coordenadora de Projetos do Instituto Sou da Paz; Sr. Felipe Marcelo Gimenez, Procurador do Estado do Mato Grosso do Sul; e Sr. Carlos Rocha, Presidente do Instituto Voto Legal. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso
Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/24

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3º Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei Complementar nº 112, de 2021, que dispõe sobre as normas eleitorais e as normas processuais eleitorais brasileiras. Conforme entendimento entre os Senadores, serão abordados os seguintes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temas: desincompatibilização, inelegibilidades e crimes eleitorais; e sistema eletrônico de votação.

Esta reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores e dos convidados, por sistema de videoconferência, para exposições e debates, e será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Começo esta reunião reafirmando a importância de discutirmos o novo Código Eleitoral e suas principais modificações. O tema desta audiência trará os aspectos da desincompatibilização, inelegibilidades e dos crimes eleitorais. Outro ponto é a discussão sobre o sistema eletrônico de votação, sendo imprescindível que nossa democracia e segurança jurídica sejam valorizadas e garantidas pela nossa Constituição.

Vale ressaltar que, na reunião passada desta Comissão, nós tivemos os temas do fim da reeleição e do tempo de mandato. A relatoria do Senador Marcelo Castro mostra um posicionamento cuidadoso diante de temas que modificarão todas as nossas atividades políticas e sociais.

Reafirmo que o compromisso desta Casa está alinhado com o que será melhor para a continuidade dos nossos trabalhos, seja em momentos de eleição ou posteriores a isso.

Então, desejo uma ótima audiência para todos. Que façamos deste um trabalho proveitoso!

Passo agora a anunciar os participantes, os convidados para esta audiência pública, Senador Moro.

Eu gostaria, à medida que for anunciando – nós temos quatro cadeiras aqui à frente –, de já chamar os quatro primeiros para que possam sentar aqui. Como, para o primeiro tema, nós temos seis dos convidados presentes, e aqui tem quatro cadeiras, eu peço aos outros dois convidados, caso queiram, que já sentem aqui com os nossos Senadores.

Então, passo a chamar:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Sr. Giancarlo Corrêa Miranda, Presidente da Diretoria Executiva da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis (Cobrapol). Seja bem-vindo, Sr. Giancarlo, por favor.

- Ex-Deputado Federal, Subtenente Gonzaga. Seja bem-vindo, Subtenente Gonzaga.

- Sr. Adriano Costa. Aliás, o Sr. Adriano Costa está remotamente.

- Sr. Coronel PMESP Elias Miler da Silva, Diretor de Assuntos Legislativos da Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais (Feneme). Seja bem-vindo, Coronel Elias.

- Sr. Fernando Gaspar Neisser, Mestre e Doutor em Direito Penal pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP) e membro fundador da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep). Seja bem-vindo.

Neste primeiro tema, temos também o Sr. Francisco Octávio de Almeida Prado Filho, Advogado, Mestre em Direito do Estado pela PUC/SP e membro fundador da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep). Bem-vindo, Sr. Francisco.

Sr. Melillo Dinis do Nascimento, Advogado e representante da CNBB no Conselho Diretor do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), se encontra? (*Pausa.*)

Seja bem-vindo.

Passo, então, a palavra ao primeiro convidado, Sr. Giancarlo Corrêa Miranda.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sr. Presidente, quero só fazer comentário.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Esperidião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, eu queria me congratular com V. Exa. pela realização desta sessão – participei da priorização dos temas – e cumprimentar, evidentemente, o nosso Relator, sempre dedicado e amplamente elogiado ontem, Senador Marcelo Castro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero fazer votos de que nós possamos colocar luzes sobre esses tópicos, muito especialmente – porque foi o tópico da minha indicação – na questão da auditabilidade do voto, que é o último dos tópicos programados para hoje.

Queria cumprimentar a todos os que já estão aí à mesa e desejar o maior sucesso. Vou acompanhar a audiência, intercalando-a com a sessão que eu tenho que presidir sobre a situação da destinação de plásticos, que será discutida agora na CRE.

Muito obrigado.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Questão de ordem também.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Esperidião.

Faço questão, Senador, de ir lá presenciar também, pois é um tema de muita relevância essa discussão da questão dos plásticos em nosso país. Então, faço questão de ir lá também, daqui a pouco, prestigiar essa audiência.

Senador Moro, com a palavra.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Questão de ordem muito rapidamente, Senador Vanderlan.

Primeiro, eu quero cumprimentá-lo e também aos demais pares aqui presentes, especialmente o Senador Marcelo Castro.

Nesta audiência tem várias pessoas que eu indiquei, inclusive, para serem ouvidas. São representantes, principalmente, de categorias vinculadas às polícias, e que estão sendo atingidas em seus direitos políticos, pela reforma.

Então, quero apenas destacar a importância desse ponto, e que seja exposto por todos os que foram convidados dessa área o como isso afeta não só os direitos, a meu ver, de maneira arbitrária. Estamos buscando aí convencimento dos pares. Sabemos das boas intenções do projeto, mas afeta de uma maneira arbitrária os direitos dessa categoria, e vai acabar, na prática, expulsando relevantes contribuições desses profissionais aqui nos debates parlamentares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui nós temos até um exemplo vivo do Subtenente Gonzaga, que foi Deputado Federal, exerceu seu mandato com brilhantismo e não poderia exercer esse mandato, se fossem aprovadas essas reformas do Código Eleitoral. Assim, muitos outros, inclusive, que estão ali na Câmara e que estão no Senado seriam tolhidos não só eles, nos seus direitos, mas seria tolhido o próprio Parlamento de ter a possibilidade de contar com a experiência deles e as contribuições deles para o debate parlamentar.

Então, eu só queria aqui, também, agradecer a presença deles todos e ressaltar a importância desse tema para a data de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

Senador Marcelo, nosso Relator, houve uma falha desta Presidência. O senhor nos perdoe. O senhor quer usar a palavra?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Pela ordem.) – Não, de jeito nenhum...

É rapidamente, Sr. Presidente, Srs. Senadores e senhores convidados, porque esse assunto que nós vamos debater hoje, aqui, da inelegibilidade e quarentena para militares, juízes, promotores, policiais é um tema que já veio no código que foi votado na Câmara. Então, nós temos agora o poder de modificar ou manter como está.

Eu sou o Relator, e nós estamos aqui em audiência pública para isso. Então, é só para orientar o debate e não ficar dirigido a mim, que eu estou fazendo... É evidente que veio da Câmara, e nós estamos debatendo para ver se a gente mantém ou se modifica, viu?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – É sempre bom a gente lembrar que o Senado Federal é uma Casa revisora. Então, é aqui onde a gente procura sempre estar debatendo mais. Está aí a importância – não é, Senador Marcelo? – dessas audiências públicas.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – O vizinho aqui me socorre, dizendo que eu estou requerendo um *habeas corpus* preventivo. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Já senti que há disposição em revisar, hein? Eu não tinha ouvido isso ainda, mas agora...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – É, eu senti também alguma coisa no ar.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Senador Moro, eu senti que há luz no fim do túnel. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Então, Sr. Giancarlo. Agora, sim, com a palavra, Sr. Giancarlo. O senhor tem dez minutos para colocar aqui, nos mostrar aqui a sua posição.

O SR. GIANCARLO CORRÊA MIRANDA (Para expor.) – Bom dia. Bom dia, Senador Vanderlan, Senador Mourão, Senador Moro, Senador Marcelo. Bom dia a todos aqui presentes; aos policiais civis, cidadãos que estão acompanhando esta transmissão; ao colega Diretor da Cobrapol, Ênio Nascimento; ao meu conterrâneo, Procurador Felipe Gimenez, que está acompanhando a reunião também.

É importante fazer essa fala, é importante demonstrar a opinião dos policiais civis, já que nós representamos quase 140 mil policiais civis do Brasil, na totalidade dos policiais, e nós sabemos as dificuldades que passamos todos os dias. Começo já dizendo que não tem como você excluir os operadores da segurança pública – aqueles que conhecem realmente as dificuldades que a população enfrenta, as dificuldades de combater a criminalidade – de participarem do debate político.

Primeiramente, nós temos que falar do princípio da igualdade, da isonomia e, depois, da proporcionalidade. Inclusive, a gente estudou para falar sobre isso. Entretanto, nós temos que falar da realidade que nós vivenciamos todos os dias. Nós temos pouquíssimos policiais civis eleitos nas assembleias legislativas, nas câmaras de Vereadores ou como Prefeitos, como Deputados Federais, Senadores. Aqui na Câmara Federal, acho que há um, no Senado não há ninguém. E Deputados... Eu, ontem, conversei com o Ribeiro, que é um policial civil de Rondônia, Deputado Estadual. Salvo engano, são somente ele e mais um outro. Então, nós temos uma participação que já é diminuta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com essa redação, com o que foi aprovado na Câmara Federal e agora no Senado, sob a relatoria do Senador Marcelo, acaba-se excluindo de vez a participação política dos policiais civis. Essa quarentena de quatro anos, a situação de pedir exoneração são uma covardia. Como é que você vai fazer com que o policial concorra? Então, a simples opção de ele fazer o concurso para ser policial civil já o retira, depois, de participar da política. É uma infringência total ao art. 14 da Constituição Federal, de a gente participar do sufrágio, do voto direto. Nós estamos limitando a participação política do policial civil, enquanto outras carreiras de servidores públicos, de profissionais liberais participam. Hoje, a grande maioria, aqui no Congresso Nacional, é de médicos, advogados, professores. Nada contra, é sempre importante a participação de todos os profissionais. É importante a contribuição. E por que os policiais civis não podem participar? E têm muito a contribuir.

Lembro que a maior preocupação da população brasileira, neste momento, é a segurança pública. Houve uma pesquisa, divulgada ontem, em que mais de 28% da população do nosso país diz que a preocupação principal é a segurança pública. É um país que está sendo cooptado por organizações criminosas. E como nós vamos mudar essa realidade? Tendo um debate sério, necessário, e com pessoas que realmente conheçam a segurança pública, aqui no Congresso Nacional, nas assembleias legislativas, nas câmaras de Vereadores, tendo gestores que trabalhem a segurança com seriedade, que conheçam a realidade das ruas. E nós, policiais civis, policiais militares, guardas, enfim, policiais federais ou rodoviários federais, conhecemos a realidade das ruas, as dificuldades de combater o crime. Sabemos onde está o gargalo, o que nós temos que fazer.

Muitas das políticas que não dão resultado são realizadas e implementadas por aqueles que não conhecem. Um exemplo claro é a PEC da Segurança Pública, que foi gestada no Ministério da Justiça e que não passou sequer por um debate com as entidades de classe. Ela não vai mudar em nada a realidade da segurança pública do Brasil da forma como foi apresentado ao Congresso Nacional. Então, nós temos que possibilitar e oportunizar a participação de policiais, de operadores da segurança pública, no debate político, possibilitando serem votados, serem eleitos e estarem aqui desempenhando, com os nobres Congressistas, a oportunidade de fazer uma segurança pública diferenciada, que realmente atinja o povo brasileiro da forma como ele deve ser atingido: para dar segurança, para diminuir esses índices alarmantes de criminalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso o que nós temos que registrar aqui, porque impondo, limitando, você retira e exclui desse debate. Nós temos que oportunizar e ouvir cada vez mais vozes no sistema político. Calar as vozes é você realmente restringir uma democracia tão plural como a nossa. Estávamos, esses dias, debatendo a questão dos atos golpistas e, agora, um projeto desse limita, voltando à ditadura.

Então, nós temos que, realmente, oportunizar, nós temos que buscar a pluralidade e voltar... Como eu estava dizendo aqui para o Coronel Miler, nós temos aí vários dispositivos, até a emenda do Senador Ciro, que estabelece que o afastamento temporário de seis meses é algo palpável, é proporcional. A proporcionalidade é algo que nós temos que discutir. Não podemos tratar todos da mesma forma e, principalmente, os policiais civis, que são os mais afetados. Os operadores da segurança pública são os mais afetados, como os membros do Judiciário, do Ministério Público, e nós é que fazemos a segurança pública do nosso país.

Fica essa mensagem aqui ao nosso Relator, aos Senadores: vamos tratar todos com igualdade, com isonomia, dar a liberdade do direito do voto. E, se há interferência, nós temos que coibir essa interferência no voto. Mas não é você dar um... A pessoa está doente, é um simples resfriado e você dá um coquetel de remédios que a leva à morte. Nós temos que tratar a situação da interferência do cargo na questão eleitoral com a devida proporcionalidade, com precaução.

Então, essa é a voz dos policiais civis, que precisa ser ouvida, a voz de quem combate a criminalidade nas ruas e conhece a realidade do nosso país.

Muito obrigado pela oportunidade de participar desta audiência, e estamos juntos aí no combate à criminalidade, proporcionando um país mais justo, com mais justiça e mais segurança. Muito obrigado.

Deus abençoe!

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Presidente Giancarlo. Obrigado aí pelas suas palavras, tirando algumas dúvidas aqui dos Senadores e das Senadoras e daqueles que nos assistem, lembrando que tem Senadores e Senadoras que estão acompanhando dos seus gabinetes esta audiência pública.

Com a palavra o ex-Deputado Federal Subtenente Gonzaga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só esclarecendo, Subtenente, só a título de informação, nós temos ali um relógio lá no fundo que marca os dez minutos. Então, o senhor pode ficar bem à vontade. Isso não quer dizer também que nós vamos ser rigorosos no horário.

O SR. LUIZ GONZAGA RIBEIRO (Para expor.) – Quero, inicialmente, agradecer a oportunidade desse debate, cumprimentando o Senador Vanderlan Cardoso, Vice-Presidente da CCJ e Presidente desta audiência pública.

Quero cumprimentar o Senador Sergio Moro, e agradecê-lo, que aquiesceu com o nosso nome e também o nome para representar a Associação Nacional de Praças, que é uma entidade nacional que congrega soldados, cabos, sargentos, subtenentes. E aqui faço também um agradecimento ao Soldado Prisco, que é o seu Presidente, que também nos confiou essa representação.

Cumprimento o Senador Hamilton Mourão e cumprimento o Senador Marcelo Castro, com quem tive a oportunidade de conviver por quatro anos no mandato lá na Câmara, fazendo discussão sobre reforma política lá em 2015, onde ele presidiu uma Comissão Especial. Lá nós já defendíamos o direito de cidadania dos militares, ele vai se recordar bem.

Eu queria, primeiramente, falar em cima da observação feita pelo Relator, Senador Marcelo Castro, sobre essa matéria ter vindo aprovada da Câmara. Isso é fato, Senador, mas o projeto original tem a autoria da Deputada Soraya Santos. Isso não está no projeto original da Deputada Soraya Santos. A Relatora... Essa discussão se deu num grupo de trabalho na Câmara em que a Relatora foi a Deputada Margarete Coelho, do seu belíssimo Estado do Piauí, que também não trouxe essa matéria. Essa matéria foi trazida como emenda de Plenário. Quando votada essa emenda de Plenário, ela foi derrotada por 411 votos, que foram contrários a essa proposta. Houve, sim, uma articulação, e essa matéria voltou em uma emenda aglutinativa, em outro dia de votação, que, na nossa compreensão, é até um rito ilegal, questionável do ponto de vista da legalidade desse rito.

Portanto, este debate não aconteceu na Câmara. Ele só foi manifestado nos encaminhamentos, nos quais eu já me posicionei contra essa matéria lá na Câmara. Então, nós temos como sendo uma matéria cuja aprovação na Câmara já se deu de forma irregular, porque foi a mesma matéria, ainda que com algumas vírgulas diferentes das do primeiro texto, votada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

duas vezes lá na Câmara. Aí sim, dentro de uma emenda aglutinativa, já com outras matérias incluídas nessa emenda, ela foi aprovada, mas ela não foi debatida. A primeira oportunidade que nós estamos tendo para debater esse tema, efetivamente, é aqui nesta Comissão, onde tive o prazer de estar no dia 2 de abril e vi o grande debate que deu aqui, mais de três horas só de encaminhamento para a audiência pública, em que essa matéria era a questão central. O que nos aponta que a fala do Senador Marcelo Castro – essa deixa que ele trouxe para nós aqui no início – é um bom indicativo de que, de fato, nós vamos demonstrar, assim como vários Senadores já demonstraram aqui, que essa é uma matéria que é um retrocesso civilizatório. Ela não é uma quarentena, ela é um banimento dessas categorias ao processo político, ao direito político.

Nós compreendemos que a Constituição – aqui tem representação de todos os segmentos, e a Constituição trata de forma diferente esses segmentos –, em relação aos militares, por exemplo, já trouxe a limitação. Qual que é a limitação? Se tem menos de dez anos, todos os militares da União e dos estados são banidos. Tem que dar baixa. Já está na Constituição: menos de dez anos, ele não pode permanecer. E o Supremo já se manifestou sobre isso. Não pode permanecer.

Se ele tem mais de dez anos? Ele é agregado por um período em que vai ter um vínculo com algum partido, e, nesse período, ele fica desobrigado das suas responsabilidades institucionais de militar – a agregação é esse instrumento – e, se for eleito, na diplomação, ele vai para a reserva.

Nós compreendemos que aquilo que o Constituinte quis de vedação para os militares está na Constituição, e não cabe criar novas inelegibilidades específicas para os militares, nem para os demais, porque as regras para os demais são diferentes, mas também estão na Constituição. A magistratura já não pode se candidatar. O Ministério Público já não pode se candidatar, mas não tem que esperar quatro anos, porque, na verdade, não são quatro, são no mínimo seis, se considerarmos a intercalação de eleições federais e municipais, porque esse afastamento de quatro anos tem que se dar no momento de ele ser admitido como candidato, então, não é nem no momento da eleição. Na prática, pelo texto, não são quatro anos; são, no mínimo, seis, se considerarmos as eleições municipais e federais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós compreendemos que não cabe sequer trazer inelegibilidade específica para esses segmentos, porque a Constituição tratou daquilo que o Constituinte quis tratar e depois, na Emenda 45, estendeu a proibição da candidatura para o Ministério Público, porque já era proibido para a magistratura.

Nós compreendemos que essa proposta, que não teve debate concreto na Câmara dos Deputados e que está tendo debate aqui pela primeira vez, é um banimento real e é um retrocesso civilizatório! Eu fiz militância como associação, Senador Vanderlan, e é o processo de participação, é o respeito à participação... A Constituição garantiu o direito de se associar – e nós nos associamos aos demais –, o direito de se sindicalizar. Aos militares, só o de associação, mas esse processo, esse respeito à participação é que permite que haja, de fato, crescimento, que haja avanço civilizatório, que haja avanço nos direitos.

Nós compreendemos, bem no mérito, vamos dizer assim, que nem sequer cabe a essa regulamentação trazer uma lei infraconstitucional, ainda que lei complementar, trazer uma inelegibilidade específica para essas categorias. Nós entendemos que a Constituição já assim definiu, mas, no campo político, no campo da discussão do direito de representação... Giancarlo trouxe aqui: a média histórica, de 1988 para cá, da presença de militares no Congresso Nacional foi dois, três, quatro... Dois três, quatro! Só em 2014, nós conseguimos ser sete e, em 2018 e 2022, chegamos a 13, se não me engano, na Câmara. Aqui no Senado, a primeira eleição que eu tenho, que está no meu radar foi a do Major Olimpio e do Capitão Styvenson, em 2018, de militares estaduais. De militares federais, foram o General Hamilton Mourão e o nosso Astronauta que inauguraram a primeira eleição de militares federais no Congresso Nacional.

Como isso distorce a representação, ou como isso impacta decisões políticas? Nós nunca fomos maioria, nem para uma Subcomissão sequer, na Câmara dos Deputados! Nós nunca fomos maioria para nada, mas entendemos que essa proposta, ao cassar esse direito, não está fazendo avanço civilizatório nenhum. Até 1988, o cabo e o soldado nem sequer tinham direito de voto; a Constituição de 1988 trouxe o direito de voto para o cabo e o soldado. Depois, vieram as urnas eletrônicas e, por conta delas, o voto em trânsito nem sequer era possível, ou melhor, o direito de voto nem sequer era possível ser exercido pelos policiais em serviço, porque eles têm que trabalhar e não são escalados de acordo com o seu domicílio eleitoral. Nós fizemos, o senhor nos ajudou a fazer esse avanço na Câmara, ao regulamentar o voto em trânsito para os policiais e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para os militares no dia de serviço. Foi um avanço que está mantido aqui neste texto de V. Exa., mas o que o senhor traz agora neste relatório castra tudo isso; castra tudo isso!

Então, nós entendemos que nem sequer pode ter vínculo, nessa proposta, com o que nós estamos vivenciando em termos de realidade política... Porque falaram assim: "Ah, vincula com o 8 de janeiro". Essa proposta é de 2021. Não tem nada a ver com o processo que está em discussão neste momento, depois das eleições de 2022, porque é uma proposta que veio lá em 2021. O alvo não era essa realidade que hoje nós estamos vivendo. Alguém pode dizer: "Mas vamos aproveitar" – mas é injusto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ GONZAGA RIBEIRO – ... não é correto e não tem relação a proposta original com o momento que nós estamos vivendo, ainda que se queira aproveitar.

Então, aquilo para que nós estamos apelando, primeiro, é para V. Exa., de fato, reconhecer que é um retrocesso civilizatório, que é expurgar um segmento que tem importância institucional, mas que são cidadãos. Nós não queremos ser admitidos, reconhecidos e colocados na condição de cidadãos de segunda categoria – que nós não somos. Nós queremos exercer o direito de voto e de ser votado.

Portanto, esse é o apelo aqui, em nome do conjunto dos militares do Brasil, em nome também das demais categorias, para que, de fato, o Relator possa já admitir e para que este Plenário possa acatar.

Nós temos duas emendas que suprimem essa matéria; que o conjunto dos Senadores desta Comissão possa efetivamente acatar uma das duas emendas: uma é a do Senador Hamilton Mourão e a outra é do Senador Izalci, a quem também faço questão de agradecer aqui, que, desde o primeiro momento, fez o debate conosco e tem pontuado junto conosco a necessidade de supressão dessa matéria, como consta na sua emenda.

Então, essa nossa fala acredito que seja o pensamento majoritário das instituições policiais e de bombeiros militares, especialmente a classe dos policiais e bombeiros militares, que tem um papel importante na sociedade, ninguém discorda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós não podemos ser importantes para tomar tiro e não ter o reconhecimento do direito de ser votado. Está certo? Na hora de tomar o tiro, nós admitimos botar o soldado na frente – ainda que como escudo balístico, mas o soldado na frente –; ele serve para me defender na hora do tiro, e não serve para exercer uma cidadania, uma representação, assim como toda a sociedade tem direito, como todas as pessoas têm direito?

A exposição da farda é maior do que uma exposição de televisão, de mandato. Eu exerci um mandato por oito anos, e eu tive muito mais exposição que qualquer um dos colegas policiais e bombeiros militares de Minas Gerais, que estavam trabalhando no dia a dia.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ GONZAGA RIBEIRO – Então, nós fazemos aqui esse apelo.

Agradecemos a oportunidade do debate e, mais uma vez, insistimos: este debate está acontecendo aqui, pela primeira vez, concretamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Deputado Gonzaga, pela sua participação e colaboração aqui nesta audiência pública.

Senador Sergio Moro, com a palavra.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Só uma referência, porque foram citados os Senadores e Parlamentares de origem militar – policiais militares e militares –, mas vamos lembrar aqui o pessoal da polícia civil, porque nós temos o Senador Alessandro, temos o Senador Contarato. Então, todos eles não poderiam concorrer, não poderiam estar aqui. Então, quem votar a favor tem que dizer para eles que eles não têm direito de ser Senadores, tem que estar preparado para isso.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

Com a palavra o Sr. Fernando Gaspar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por dez minutos, Sr. Fernando, com a palavra.

O SR. FERNANDO GASPAR NEISSER (Para expor.) – Obrigado, Exmo. Sr. Senador Vanderlan Cardoso, que nos dirige aqui nesta audiência pública de hoje.

Quero cumprimentar os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que acompanham esta sessão. E o faço na pessoa do Senador Marcelo Castro, que, de forma sempre muito competente, conduz a relatoria do debate do Código Eleitoral e, como já lembrado aqui, o fez também com extrema competência em 2015, quando relatou a minirreforma eleitoral na Câmara dos Deputados, que levou à Lei 13.165.

Venho aqui, Sr. Senador, para tratar de outro tema que não a desincompatibilização, que foi objeto da reflexão dos colegas que me antecederam, mas para falar do tema dos crimes eleitorais, que, nessa proposta de Código Eleitoral, passam por uma grande revolução em relação ao que temos hoje – e me parece que é uma revolução muito positiva.

Nós que conhecemos a legislação eleitoral sabemos que o Código Eleitoral de 1965 se apoiava numa compreensão das normas jurídicas em que tudo aquilo que se buscava proibir precisava se dar por meio da criação de um tipo penal, de um crime. Isso repetia uma lógica do nosso primeiro Código Eleitoral de 1932.

E, diante desse cenário, nós temos dezenas, nós temos mais de 70 crimes eleitorais atualmente em vigor, a maioria deles no Código Eleitoral, alguns na Lei Geral das Eleições, tem crime na Lei de Inelegibilidade, tem crime na Lei de Transporte de Eleitores. Em 90% desses tipos penais, Excelências, se formos procurar um único acórdão da Justiça Eleitoral que tenha deles tratado, não encontraremos.

São crimes que existem no papel, que criam uma supercriminalização aparente de questões administrativas menores. Quando dou aula na Faculdade de Direito da FGV, em São Paulo – dou aula de Direito Eleitoral –, costumo trazer o caso talvez mais emblemático desse excesso de crimes, que é o crime de furar fila no dia da eleição. Não faz sentido que o direito penal seja usado para algo tão comezinho, algo tão irrisório, que pode ser resolvido do ponto de vista administrativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira lógica, portanto, que deu origem, na parte dos crimes eleitorais, ao PLP 112 foi a ideia de simplificação e retirada do Código Eleitoral de uma série de condutas que não mereciam criminalização.

Por outro lado, questões sérias, sérias para a sociedade, tinham uma subpenalização. Se a gente não deve usar o direito penal para tudo, para aquilo que ele precisa ser usado precisa ser usado de forma contundente, de forma correta.

E casos como a compra de votos, como o uso da máquina pública, como o caixa dois, que são condutas que a sociedade quer ver bem punidas, tinham penas irrisórias ou tinham normas penais muito mal desenhadas. O caso do caixa dois é bastante emblemático, porque não existe, a bem da verdade, uma norma que criminalize o caixa dois. Fez-se, com todo o respeito, um puxadinho jurisprudencial para encaixar a falsidade ideológica eleitoral como se de caixa dois se tratasse, mas o empresário ou a empresária que doa e não tem o dever de prestar contas, porque não é o empresário ou a empresária que faz essa prestação de contas, não responde pelo tipo penal, a não ser na condição do concurso de agentes.

Agora, o PLP traz um tipo penal específico muito bem desenhado para o caixa dois. Divide a compra de votos entre aquele que compra e aquele que vende votos. São condutas com gravidades diferentes, que precisam de um olhar diverso por parte da Justiça Eleitoral. Portanto, aqui também uma mudança positiva. Há um olhar muito mais firme com relação ao uso indevido da máquina pública, que a gente sabe que é uma chaga ainda muito relevante nos nossos processos eleitorais.

E no geral, portanto, o recado que eu gostaria de trazer, a reflexão que eu gostaria de trazer – cumprimentando o eminente Senador Sergio Moro, que agora preside esta sessão – é que o projeto avança muito no que toca aos crimes eleitorais.

Permito-me aqui trazer uma única reflexão, uma sugestão, Senador Marcelo Castro, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, para que V. Exas. ponderem na análise do projeto: o atual art. 853, parágrafo único, trata da ação penal eleitoral. A regra hoje vigente, nós sabemos, é a de que todas as ações penais eleitorais são públicas e incondicionadas. O que significa? Só quem tem o poder de propor uma ação penal por um crime eleitoral é o Ministério Público Eleitoral. E isso se mostrou muito positivo ao longo das décadas. Por quê, Excelências? Sabemos todas e todos aqui que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participam da política – V. Exas. muito mais e com muito mais experiência do que eu – que se usa tradicionalmente para o bem ou para o mal, não cabe aqui julgar, a Justiça Eleitoral durante o processo eleitoral. Ajuízam-se ações contra adversários para que isso reverbere na imprensa, para que isso produza efeitos eleitorais, e isso de certa forma faz parte do jogo. Diz-se que o adversário cometeu uma infração de propaganda ou que praticou um ato de abuso, e há um certo chumbo trocado entre as candidaturas no que toca às ações eleitorais, mas o direito penal eleitoral ficou preservado, ele ficou na mão exclusivamente do Ministério Público Eleitoral, que tende a agir de forma menos motivada eleitoralmente, até porque, obviamente, não participa diretamente da disputa.

Essa regra está sendo mudada pelo PLP 112, porque o parágrafo único do artigo mencionado, do art. 853, prevê que, se o Ministério Público não propuser a ação penal eleitoral, poderá qualquer cidadão ou cidadã propor como ação penal privada subsidiária. E aqui, com todas as vênias ao entendimento contrário, isso me parece abrir um cenário de um uso abusivo do direito penal que a gente precisa preservar para questões mais sérias.

Uma coisa é dizer que o adversário responde a uma ação porque colocou uma faixa acima do limite e pode tomar uma multa. Outra coisa é dizer que o adversário responde a uma, a duas, a três, a dez ações penais, sem explicar que essa ação penal eventualmente vai ter sido ajuizada pelo próprio adversário ou, pior, por uma terceira pessoa qualquer do povo, que hoje não tem legitimidade para propor ações eleitorais nem cíveis, e passaria a ter essa capacidade no âmbito penal.

Então, com isso, Excelências, eu trago à reflexão que me parece que seria muito prudente retirar esse parágrafo único que permite a ação penal privada subsidiária, mantendo a ação penal eleitoral nas mãos do Ministério Público Eleitoral, que tem se mostrado, ao longo das décadas, extremamente responsável. Sabemos que os processos criminais eleitorais não são multiplicados, como a gente vê nas representações eleitorais, e parece que seria melhor para o nosso cenário eleitoral.

Fora isso, Sr. Senador, Sr. Relator Marcelo Castro, o trabalho de V. Exa. tem se mostrado primoroso na condução dos trabalhos. A reforma proposta nos crimes eleitorais é positiva, me parece. Sugiro que seja mantido o texto dos tipos penais como vieram e como até o momento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estão, no relatório de V. Exa. Falo aqui não só como Professor da FGV, mas também como membro fundador da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político, como Presidente da Comissão de Direito Eleitoral e Político do Instituto dos Advogados de São Paulo e como membro da Comissão de Direito Eleitoral da OAB-São Paulo.

Esse é o recado que eu queria trazer.

Agradeço muito ao Senador Sergio Moro pela possibilidade e pelo convite de aqui estar presente. Devolvo a palavra a V. Exa., ainda com algum tempinho aqui, para não exceder a paciência das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu lhe agradeço aqui, enormemente.

Eu vou parar o tempo aqui.

Ah, já pararam.

Eu agradeço enormemente, até pela síntese realizada pelo Dr. Fernando, que conseguiu até não usar todo o tempo, e pelas ponderações, porque, como é um novo código e, de fato, o texto veio da Câmara, muita coisa vem e às vezes a gente passa até um pouco despercebido.

Particularmente, eu não tinha visto isso, mas concordo integralmente com a sua última observação, inclusive, sobre o risco de um dispositivo dessa espécie dar abertura para aventuras judiciais de ação penal privada.

Dito isso, passo a palavra, por dez minutos, ao Coronel da Polícia Militar, Sr. Elias Miler da Silva, também com uma larga experiência aqui, dentro do Parlamento.

O SR. ELIAS MILER DA SILVA (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente, Senador Sergio Moro, Senador General do Exército, Mourão, e Sr. Senador Marcelo Castro.

Ressalto o espírito democrático de V. Exa., não só como Senador, como Relator, mas como Deputado. Eu que, há longo tempo, trabalho aqui, no Congresso Nacional, tive sempre...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. abre espaço para a audiência, traz a sua assessoria e ouve como um sacerdote. Então, queria ressaltar isso, a forma democrática como V. Exa. tem aberto.

Então, permitam-me os colegas aqui, na mesa, a quem eu saúdo também, e os demais presentes, porque a nossa fala é uníssona. Eu falo pela Federação Nacional dos Oficiais, falo pela Amebrasil e também, com a permissão do Sargento Leonel Lucas, pela ANERMB, que congrega mais de 300 mil militares no Brasil. Então, nós estamos uníssonos, policiais civis, policiais federais, policiais penais e Adepol. Estamos uníssonos nessa matéria.

Ali estão aqueles, e as Forças Armadas, a quem também... Ou seja, eu não tenho legitimação para representar, mas estão na mesma matéria. Essas categorias é que estão sendo tratadas nesse tema.

Então, eu faria, Senador Marcelo, algumas preliminares, colaborando com o senhor e com a sua assessoria capacitada.

A primeira delas é que temos um projeto de lei complementar que está revogando sete leis, uma lei complementar e seis leis ordinárias, regulando tudo numa lei complementar; portanto, aparentemente uma inconstitucionalidade formal, porque eu não posso tratar matéria de lei ordinária em lei complementar, a não ser de maneira subsidiária, senão o que vai acontecer? V. Exa. tem mil artigos... A pergunta é: qual artigo será alterado por lei ordinária ou por lei complementar, ao longo da existência?

Então, aqui há uma impropriedade de técnica jurídica e legislativa. Falo a V. Exa., pela minha experiência, não só como coronel, mas também advogado, professor de Direito Constitucional e especialista em processo legislativo.

Então, qual a sugestão que faço? Está aqui, olha, V. Exa. está alterando sete leis. Só uma que é lei complementar – só uma. Só uma exige quórum qualificado. Então, nós teríamos que mexer nisso. Por quê? A lei complementar é a que trata – é o art. 14, §9º, que trata especificamente do tema aqui abordado –, justamente, da influência do poder econômico ou do abuso do exercício de função, cargo e emprego. Esse é o foco, e atinge as categorias aqui representadas.

Então, esta é a lei complementar, somente esta aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, qual a sugestão que faço preliminarmente a V. Exa.?

Como o parecer de V. Exa. é regimental, V. Exa. apresenta dois projetos autônomos. Um de lei complementar, e as outras seis numa lei ordinária. Então, nós vamos condensar sete leis em duas. É regimental, é constitucional e é formal.

Outro aspecto é do direito político, com a devida *venia*, Senador Marcelo. O direito individual fundamental, que é cláusula pétrea, não pode ser reduzido ou extinto, nem por emenda à Constituição. Isso é cláusula pétrea.

Muitos deram a vida lutando pela consolidação da democracia do Estado de direito no mundo, pelas liberdades. É por isso que as cláusulas pétreas, na forma do art. 60, §4º, não podem ser restringidas, muito menos suprimidas. E, por conta disso, os direitos políticos estão situados no direito fundamental e direito individual, Senador Izalci – também agradeço a sua presença.

Então, aqui nós fizemos, Senador Marcelo, três eslaides comparativos do texto de V. Exa., que veio da Câmara, e aí o Tenente Gonzaga ampliou o *habeas corpus* de V. Exa.; ele falou que V. Exa. presidiu a Comissão na Câmara, mas esse texto não veio da Comissão, foi de Plenário. Então, ele ampliou o *habeas corpus* de V. Exa. O texto de V. Exa. está ali, em vermelho, que tirou do 192 para o 165 a figura do afastamento.

Agora, falando do ponto de vista jurídico, o afastamento, do ponto de vista de saúde, porque V. Exa. é médico psiquiatra, é um distanciamento temporário. Estar acometido de uma enfermidade é um distanciamento temporário. E do ponto de vista jurídico também o afastamento é temporário; e V. Exa. muda para afastamento definitivo e quatro anos antes do pleito.

Senador Marcelo, V. Exa., como médico... Eu não sei se eu... Um amigo meu, subtenente dos bombeiros aqui, com 66 anos, dormiu e não acordou. Quem sabe se amanhã eu estarei vivo? Só Deus!

Quer dizer, quatro anos antes eu tenho que pedir demissão do serviço público. É isso o que veio da Câmara. Isso é uma monstruosidade, do ponto de vista de cidadania, de direito fundamental. Quatro anos antes, eu não sei se eu vou estar vivo; quatro anos antes, eu não sei se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu vou ter a legenda do partido, se eu vou estar na nominata e não sei se eu vou ganhar a eleição, mas você, para ser candidato, suma do cargo público para o qual você prestou concurso.

Senador, eu fui professor de cursinho em Brasília, por mais de 20 anos. Eu sei a luta para passar em um cargo policial, a disputa, em um cargo para juiz e para promotor, e falam assim: "Se você quer exercer cidadania, peça demissão". Isso é uma monstruosidade que veio da Câmara e jogaram no colo de V. Exa.

Aí, está lá a Constituição. O que ela fala no 95? De fato, para juiz e promotor, ela traz que eles não podem exercer atividade político-partidária, mas o promotor não tinha isso na Constituinte; foi colocado na Emenda 45. Eu entendo e até falei com o Senador Sergio Moro, porque, no ponto de vista jurídico, você tem várias interpretações, que foi mitigado o direito político do membro do Ministério Público, que não veio na Constituinte.

Então, na minha posição, como advogado e como professor de direito, eu entendo que a Emenda 45 foi inconstitucional, porque ela restringiu um direito político do Ministério Público; e a lei traz seis meses antes do pleito.

Aí, quando eu vou para o agente público, nós temos tido uma interpretação de que algum dispositivo constitucional não cabe ao servidor policial. Isso é um absurdo, porque, na classificação do direito administrativo, eu tenho o agente público, eu tenho o servidor público, eu tenho o agente militar e eu tenho o agente político. Estão misturando isso.

Então, o servidor público policial ou o guarda municipal, na Constituição, é regulamentado no art. 38, do inciso I ao V. E veja que no art. 38, Excelência, há um conflito. O art. 38 fala que, em mandato federal e distrital, ele se afasta, mas não sai do serviço público – ele se afasta. Já tem um confronto do texto de V. Exa. com o 38. Investido em mandato de Prefeito, ele se afasta e opta pela remuneração – outro confronto com a Constituição –; e, investido em mandato de Vereador, ele acumula.

Então, a Constituição fala que eu acumulo a vereança, e o texto fala que eu peço demissão quatro anos antes. Flagrantemente inconstitucional, que, eu conversando com uma pessoa ontem, que não é da área de direito, falei: "Olhe, eu vou debater tal tema". A pessoa, que não era, falou: "Que monstruosidade é essa?". Precisa nem ser jurista para poder enxergar isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, hoje, pela lei, afasta-se de três a seis meses – hoje, pela lei. Durante o afastamento, o tempo é contado para todos os fins. Nós temos aqui: se o Senador Alessandro é policial ainda da ativa – eu não sei se é –, ele pode ser promovido aqui, é promovido no mandato de Senador. Só não pode ser promovido por merecimento, mas, por antiguidade, é. Então, nós estamos num texto emendando a Constituição e violando uma cláusula pétrea.

Quando eu vou ao militar, o Deputado Gonzaga, Tenente Gonzaga, ele já falou – estou falando tenente porque ele fala subtenente, mas ele é tenente. Então, está lá. Ou seja, o que diz a Constituição? Ele afasta ou agrega. Ou seja, quatro anos antes, V. Exa. fala para ele: "Olhe, vai afastar ou agregar", quatro anos antes! O que é que eu faço com esse homem quatro anos antes? Ele vai para a reserva ou não vai? Inativo ou não inativo? Quem vai pagá-lo? Vai ficar fazendo o que quatro anos antes?

Então, o que diz o texto constitucional, como disse o Deputado Gonzaga, é suficiente. Militar tem restrição, porque o Senador Alessandro, acabou o mandato, volta a ser delegado. Já o militar, não; não volta nunca mais. Se ele tem 11 anos, é só 11 anos e acabou. Ele que vá arrumar outra função para ele. Então, já tem restrição demais.

A transição. V. Exa. na transição traz aqui dois anos antes. Sugestão: acolher a emenda do Senador Ciro, ou seja, a supressão do art. 84, que é a transição, e todos têm que se desincompatibilizar nos termos do art. 14, VI. O que diz o art. 14, VI, que é o maior prazo de desincompatibilização? Seis meses antes. É o maior prazo constitucional. Indevidamente usa o termo "quarentena". Quarentena, V. Exa. sabe que é da área de saúde, e estão trazendo para cá, quarentena. Não é quarentena, é extermínio.

São os únicos profissionais que fazem juramento de renúncia da própria vida e vão ser mais penalizados. Aqui eles fazem juramento de morrer pela defesa do patrimônio, do celular e da liberdade de alguém. Cemitério de PMs em São Paulo, tem cemitério, e ninguém fala isso, milhares que morreram em serviço. Está aqui, olhe, essa aqui.

Taxa de mortalidade do cidadão comum no Brasil: 8,7; policial morre 43,8.

Suicídio, acabou de se suicidar um ontem: 16% de suicídio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deficientes. Só em São Paulo, Senador Marcelo, nós temos 5 mil deficientes. Ninguém aborda isso.

Presos. Nós temos vários presos, ou seja, a corporação é purificada.

Carga de trabalho. Enquanto um trabalhador comum, 57 mil horas, 30 anos, um policial, 82 mil horas, 43 anos.

Dos 34 direitos sociais, só têm seis, e querem tirar mais um.

Fechando a minha fala, Senador Moro, só agradecendo,1888... Nós precisamos acabar com alguns mitos da caverna.

Em 1888, a abolição da escravidão: "Isso vai quebrar o país". As mulheres brasileiras conquistaram o direito de votar só em 1932, e de estudar em 1827. A licença-maternidade vai quebrar o país, a jornada de oito horas vai quebrar o país, férias vão quebrar... Aí chega a questão do militar: cabo e soldado votarem vai acabar com a disciplina, ampla defesa vai acabar, e o militar e o policial votarem e serem votados atenta contra a democracia. É um retrocesso muito grave, e eu peço, tenho certeza de que V. Exas. vão corrigir isso e a sociedade também.

Então, esses são aqueles que dão a vida e salvam vidas pela sociedade.

Muito obrigado, Senador Moro. (*Palmas.*)

Quanto mais direito e cidadania tem o militar, maior defensor dos direitos da pessoa, e, para cada vedação de direito, nós temos que ter um direito compensatório e que não tenha nada a trazer.

Muito obrigado pela paciência, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Agradeço pela exposição do Coronel Miler, com toda a sua veemência e também a parte técnica, e esse aspecto também tem que ser considerado, da compatibilidade. Eu acho que não é conveniente restringir direitos às categorias, mas também existem questões constitucionais da própria compatibilidade dessas restrições com dispositivos que já existem no texto constitucional.

Eu vou sugerir agora, pela questão temática, nós ouvirmos o Adriano Costa, remoto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ADRIANO COSTA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Exmos. Senadores, Exmos. Deputados convidados, demais colegas integrantes da mesa!

Meu nome é Adriano Costa, sou representante da Adepol do Brasil e vim representando o nosso Presidente, Rodolfo Laterza.

Sinceramente, eu me sinto muito confortável com essa referida temática porque também sou cientista político. Sou mestre, doutor e pós-doutorando em Ciência Política pela UnB.

Ouvido com muita atenção todos os argumentos trazidos pelos colegas, é importante nós repisarmos a quem interessa esse tipo de limitação. Porque passa-se a falsa impressão, Senador Moro, de que os policiais são ampla maioria... (*Falha no áudio.*)

... integrando as nossas Casas Legislativas. Nós temos 84... (*Falha no áudio.*)

... 20 professores, e nós temos 40 profissionais de segurança pública. Isto indica claramente que não existe, então, uma desproporção absurda de representatividade dessas categorias de segurança pública no âmbito do nosso Legislativo nacional. A quem interessaria, então, calar as vozes – sim, vorazes na defesa da sociedade, vorazes na defesa da segurança pública – desses policiais que aí representam não a si próprios, mas uma pauta de grande interesse na sociedade?

Foi já repisado por um outro colega que, realmente, a pauta de segurança pública traz um anseio popular muito grande, como traz também a medicina. E olha que curioso: eu, que sou do Estado de Goiás, posso dizer que aqui o nosso Governador é médico, mas conhecido nacionalmente pelos seus feitos na segurança pública. A pauta de segurança pública traz esse interesse social. A sociedade se interessa pela referida temática. Mas isso não conduziu a qualquer desproporção numérica na representatividade feita pelos policiais. E aí me parece que trazer uma regra de expurgação desses policiais, além de inconstitucional, é absolutamente injusta. Esses policiais, que perderiam seu espaço de fala, provavelmente, seriam apropriados, então, por outros representantes nacionais. Por que perderiam a sua capacidade de trazer o conhecimento adquirido ao longo do tempo para esta Casa para que esses debates sejam formulados?

E não tenham dúvida de que é graças também a essa representatividade dos poucos policiais que aí estão – sejam militares, sejam civis, sejam delegados, sejam PRFs, sejam guardas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

municipais – que essa pauta está sendo tratada, porque há que se respeitar, de fato, a vontade do povo.

O povo elege os seus representantes com base em atalhos informacionais. Nós vivenciamos uma democracia indireta, em que a população escolhe os seus representantes com base na expectativa da defesa das pautas que lhe parecem importantes.

E a segurança pública o é, mas a segurança pública nunca criou uma distorção na representatividade, como alguns podem pensar.

Ora, curioso: nós somos, numericamente, similarmente associados aos médicos. É uma pauta importante também, a saúde pública. Nós temos quase a mesma quantidade de profissionais de segurança em relação aos médicos que aí estão.

Então, é importante que nós repensemos esse tipo de escolha de Sofia a que os profissionais de segurança estão sendo submetidos. Está-se pedindo que o profissional de segurança pública abdique da sua carreira, do seu legado profissional, para quem vá concorrer às incertezas de um pleito, sendo que, efetivamente, a segurança pública vem melhorando, não só pelos investimentos, não só pela mudança da legislação, mas pela capilarização dessa intervenção política, que passa a trazer melhorias significativas para os policiais.

Eu preciso rememorar a importância da aprovação das leis orgânicas nacionais, seja para a Polícia Militar, seja para a Polícia Civil, o quanto isso deriva dessa representatividade vinda desses nossos representantes da segurança pública. E não se enganem: isso repercute na ponta para a sociedade. Sem falar que a eleição deriva da vontade popular. E, se os votos são conferidos livremente a esses profissionais, é porque existe uma confiança pública no trabalho que vai ser desempenhado por cada um desses nossos representantes classistas. Não existe imposição.

É claro que nós acatamos alguma sorte de restrição, como a trazida pela emenda do Senador Ciro, mas é importante que nós entendamos que não existe desproporção na representação numérica dos profissionais de segurança pública, porque, se assim o fosse, nós teríamos que também, daqui a pouco, cogitar que tipo de restrição deve haver, então, em relação aos advogados, que são a ampla maioria na nossa Casa Legislativa nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É fato que os policiais hoje trazem uma importante contribuição para esse tipo de debate acerca da segurança pública. Não se promove qualquer tipo de desproporção. E é fato que isso vem contribuindo para a melhoria dos índices do nosso sistema de segurança pública, que todo dia é alvo de críticas, é alvo de tentativas de mudança unilateral, como nós vemos na PEC da Segurança Pública.

Enfim, eu espero que haja uma profunda reflexão de todos os nossos Senadores acerca da absoluta incapacidade de se ter um Parlamento representativo sem a presença da vontade popular esposada no voto para esses agentes de segurança pública.

Enfim, concordo, convalido todas as opiniões anteriores trazidas pelos nossos colegas policiais e peço a cautela, eu peço a prudência e peço essa reflexão mais apurada dos nossos Senadores sobre a injustiça, a inadequação e a falta do espírito democrático que seria aprovar esse referido dispositivo, art. 192, §§2º e 3º, como está.

Muito obrigado pelo espaço. Fiquem todos com Deus.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Agradeço então a participação do Sr. Adriano Costa, que, como foi dito, é Diretor Executivo da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol do Brasil).

Na sequência, concedo a palavra, por dez minutos, também em participação remota, à Sra. Beatriz Graeff, que é Coordenadora de Projetos do Instituto Sou da Paz.

A SRA. BEATRIZ GRAEFF (Para expor. *Por videoconferência*.) – Estão me ouvindo direito?

Bom dia a todas e a todos.

Cumprimento a todos os presentes e agradeço a oportunidade de estar aqui hoje neste debate, que é tão importante e que, de fato, tardou. Que bom que, enfim, estamos tendo essa oportunidade neste momento.

Eu queria começar a minha fala trazendo só algumas premissas do que a gente vem defender aqui hoje.

A primeira delas, a mais importante, é que nós acreditamos que todo policial, assim como toda categoria profissional, deve ter o direito de participar da vida política e eleitoral do país. Não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

há nenhum tipo de questionamento em relação a isso, mas as polícias, assim como o Ministério Público, os juízes, são profissionais que detêm e exercem o monopólio da força no Estado democrático. Os policiais são os profissionais que pegam em armas em nome da sociedade, e isso é uma atribuição muito específica e muito sensível numa democracia. Por isso, eles precisam ter direitos específicos e deveres específicos, como tem em diversas áreas, sob diversas óticas, na Constituição e em outras legislações. Os limites e os contornos da atuação policial precisam ser muito precisos.

Nós acreditamos muito na polícia profissional, na necessidade de profissionalização, de aprofundar a profissionalização das polícias no Brasil. Por isso, nós acreditamos na necessidade de proteger as instituições e os próprios policiais do uso político, do sequestro político das instituições policiais e da manipulação política que pode ocorrer e ocorre dentro dessas instituições.

Ainda que a gente defenda uma hierarquia que não tolere abusos, nós sabemos que, sem a hierarquia e sem a disciplina, é muito difícil que existam polícias eficientes, seja a Polícia Militar, seja a Polícia Civil. E, quando a política entra sem nenhum tipo de regulação, sem controle, nos quartéis e nas delegacias, a hierarquia e a disciplina vão por água abaixo – todos que estão aqui hoje sabem disso –, e a hierarquia e a disciplina são fundamentais para a atuação policial.

Nós acreditamos também que é importante, que é necessário que a polícia esteja representada na vida política. É preciso ter representantes da polícia na política, mas também é muito importante que a discussão sobre a segurança pública e sobre as organizações policiais não seja feita somente sobre polícias e somente por policiais.

O que temos visto, inclusive dentro do Congresso Nacional, é um fechamento do debate na área de segurança pública, e eu acho que esta audiência pública hoje ilustra isso.

Não é exatamente tranquila a decisão de estar aqui hoje, participando desta audiência pública. Eu fico imaginando como seria, por exemplo, estar participando de um debate como este na Comissão de Segurança Pública da Câmara, diante do cenário que nós temos visto naquela Comissão, em que qualquer voz que traga pontos dissonantes, com bastante veemência e até violência... (*Falha no áudio.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acreditamos que... (*Falha no áudio.*)

Nós acreditamos que....

Desculpe-me. Eu estou travada.

Alô.... Não, voltou.

É como se, por não sermos policiais, nós não tivéssemos o direito de participar desse debate. Isso é ruim, é muito ruim, inclusive para a democracia. É como dizer que só professores podem discutir sobre educação, e nós acreditamos e sempre atuamos a partir da premissa da construção conjunta, juntando o saber policial com o saber civil, com o saber de quem está estudando a segurança pública e construindo conhecimento para apoiar a segurança pública. Temos trabalhado, a partir dessa premissa, no Sou da Paz, há muitos anos; e muitos dos senhores foram interlocutores nossos ao longo desse período. E tudo o que construímos é a partir disso, é a partir dessa construção conjunta.

Enfim, o que vemos, nos últimos anos, são muitos casos, e não poucos casos – e é isso o que é preciso lembrar neste debate aqui –, de uso político das instituições policiais, de policiais que usam a sua atuação à frente da sua função para se promoverem politicamente, que usam o capital simbólico de ser policial para se projetarem politicamente, de uma forma muito nociva para a instituição. Temos inúmeros exemplos disso.

Enquanto que o policial que está lá na ponta da linha, no dia a dia, o praça que está fazendo o policiamento, o investigador que está ali na delegacia, muitas vezes não é visto, ele é esquecido. É desses policiais que a gente precisa falar, porque acreditamos na importância desse policial, no trabalho desse policial.

É por isso que a questão da desincompatibilização, que está sendo discutida aqui hoje, é prevista para um conjunto grande de profissionais de diversas carreiras que desejam concorrer a cargos eletivos, e a gente precisa olhar a fundo qual é a realidade, hoje, em relação aos policiais.

Na atual legislação, para delegados de polícia são exigidos de quatro a seis meses de afastamento, dependendo do cargo eletivo; para policiais civis não delegados, são três meses, independentemente do cargo, e, no caso da polícia militar, que é objeto de uma jurisprudência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do TSE, esse afastamento se dá num calendário que conta a partir do pedido de registro da candidatura na Justiça Eleitoral, o que ocorre, em geral, em torno de 45 a 50 dias antes do dia da eleição. É disso que a gente está falando.

Além disso, essa legislação permite que militares com mais de dez anos de serviço retornem às corporações em caso de derrota eleitoral, o que cria o que nós chamamos de "porta giratória", ou seja, o policial entra em campanha, busca uma candidatura, se não é eleito, retorna à corporação.

Com contornos tão pouco delimitados, o que acontece, com frequência, é um policial militar estar em plena atividade funcional até cerca de dois meses antes de se confirmar candidato. Como é possível assegurar que, em tão pouco tempo, as atividades de policial e candidato não vão estar sobrepostas? É disso o que a gente está falando aqui.

Em um contexto em que policiais e militares podem se candidatar a cargos políticos sem uma quarentena adequada, existe um risco elevado de que essas forças sejam utilizadas para fins partidários e comprometam a neutralidade dessas instituições. A implementação de períodos de quarentena mais longos para policiais candidatos é uma medida preventiva necessária. Isso garantiria que, ao entrarem na vida política, esses indivíduos estejam suficientemente afastados das suas funções anteriores, minimizando a possibilidade de que as suas atividades profissionais sejam diretamente influenciadas por lealdades políticas e partidárias ou por interesses particulares decorrentes das suas posições.

Ao estabelecer regras mais rigorosas para as candidaturas de policiais, incluindo períodos de quarentena mais longos do que os atualmente previstos, nós estamos não apenas protegendo as tropas da politização excessiva, mas também reforçando a solidez e a imparcialidade das instituições democráticas. Essa medida é vital para assegurar que as forças de segurança permaneçam como guardiãs da ordem pública e da justiça, e não como ferramentas de interesses políticos específicos.

É isso.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu agradeço a exposição da Sra. Beatriz Graeff.

De fato, sempre é importante ter um contraponto. Embora discorde das observações que foram feitas, eu não acho que o risco de abuso deve justificar o cerceamento de direitos políticos de todas essas categorias, mas é importante que haja realmente um contraponto para ponderação, o que não significa que, necessariamente, acompanhamos essa argumentação. Mas aqui tratamos, evidentemente, sempre com respeito.

E eu acho, é até uma observação, que, se prevalecesse mesmo a visão dos agentes da segurança pública nos debates da segurança pública no Congresso Nacional, creio que o nosso Direito Penal seria muito diferente do que é hoje. Aliás, nós sofremos, muitas vezes, uma crise de segurança diante de uma afirmação de que nossa legislação é muito leniente, tanto a processual como a penal. Então, não creio que exista essa tão grande vedação do debate dentro aqui da Comissão de Segurança Pública ou dentro de outras Comissões dentro do Congresso.

Mas, enfim, temos agora o Dr. Francisco Otávio de Almeida Prado Filho para exposição.

O Doutor prefere falar daí ou gostaria de vir à mesa aqui?

O SR. FRANCISCO OCTÁVIO DE ALMEIDA PRADO FILHO – Eu posso falar daqui. Como preferir.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu acho que pode ser, temporariamente. (*Pausa.*)

Então, o Dr. Francisco é advogado, Mestre em Direito de Estado pela PUC de São Paulo e membro fundador da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep).

Com a palavra, então, Doutor.

Muito obrigado pela sua presença.

O SR. FRANCISCO OCTÁVIO DE ALMEIDA PRADO FILHO (Para expor.) – Eu é que agradeço, Exmo. Sr. Senador Moro, presidindo aqui esta reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de cumprimentar todos os Senadores e Senadoras que acompanham as presentes discussões.

Quero cumprimentar, em especial, o Senador Marcelo Castro pelo belíssimo trabalho que vem fazendo.

Eu sou, como já apresentado, membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep) e também membro da Comissão de Direito Eleitoral da OAB de São Paulo.

Vou falar aqui sobre o regime de desincompatibilizações, previsto aqui na proposta, já elogiando a simplificação dos prazos e a unificação dos prazos de desincompatibilização para a maior parte das hipóteses; a exclusão daquele prazo para os servidores em geral de três meses, a redução desse prazo, que, acho, acaba com uma série de incongruências; e, também, elogio o Relator pela proposta de estabelecer um prazo de quatro anos, a partir da publicação da lei, para que passe a valer esse prazo de desincompatibilização especial de quatro anos.

Com isso, há um ganho inegável de segurança jurídica. E essa proposta de desincompatibilização de quatro anos para a magistratura, para membros do Ministério Público e para as forças de segurança não traz consequências para aqueles que já estão na vida política ou já exercem mandato. Quer dizer, não os afastaria da política e isso gera um avanço significativo com relação ao texto da Câmara.

Foi dito aqui já, por aqueles que me antecederam, e cumprimento todos, se não me engano, o Subtenente Gonzaga falou: "Olha, essa discussão não diz respeito ao 8 de janeiro, nem pode dizer". Concordo com essa premissa. Essa é uma discussão anterior e que, a meu ver, tem a ver com o desenho institucional do Estado brasileiro.

E eu já adianto aqui que defendo esse prazo especial de desincompatibilização por uma situação jurídica específica, que ressalta a importância das funções exercidas pela magistratura, pelo Ministério Público, pela Polícia Civil, Polícia Militar e pela Polícia Federal.

O Prof. Oswaldo Aranha Bandeira de Mello, lá atrás, ao falar das funções do Estado, apresenta uma divisão que trata o exercício das funções legislativa e administrativa como dois estágios de uma mesma função, que seria o exercício do poder político. Então, o Legislativo, criando as leis, e a Administração, o Poder Executivo, executando com margem de liberdade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ambos estariam no exercício do poder político. E não é por outra razão que a cúpula desses Poderes é eleita pelo voto democrático.

Já a magistratura, a função jurisdicional, seria o exercício de um poder jurídico. E eu aproveito esse gancho e faço a distinção porque enxergo uma similaridade entre as funções exercidas pela magistratura, pelo Ministério Público e pelas polícias, atuando na manutenção da ordem, ou seja, como polícia judiciária, em todas as suas funções, que é uma função de garantia da ordem jurídica posta pela função política, posta pelas Casas Legislativas, e da ordem jurídica também estabelecida pela administração pública. O exercício dessas funções ditas jurídicas exige independência e imparcialidade. Não é por outra razão que, já foi mencionado aqui, a própria Constituição já estabelece que a magistratura, o Ministério Público e as Forças Armadas são incompatíveis com o exercício de atividade político-partidária. Bom, isso significa que não pode haver a transição dessa função jurídica para uma função política, quer dizer que aqueles responsáveis pelas forças de segurança não poderiam deixar as suas funções e se candidatar? Não. O que significa é que é necessário que haja um prazo de transição. Isso é uma proteção a essas nobres funções. Isso, ao contrário de representar um demérito, como foi dito aqui, em exposições muito bem fundamentadas, a meu ver, apenas reforça a importância dessas funções e a importância das funções exercidas por esses agentes estatais na garantia da ordem jurídica.

Então, parece-me que esta proposta que está sendo hoje discutida é um avanço institucional, é um avanço no desenho institucional do Estado brasileiro, em homenagem ao princípio da separação dos Poderes, e esse princípio da separação dos Poderes é enxergado como princípio da separação das funções, dessa função pública exercida por todos esses entes, de garantia da ordem jurídica com imparcialidade. Essas funções não podem – com todas as vênias àqueles que me precederam –, entendo eu, ser contaminadas pelo exercício de uma atividade político-partidária. Com isso, eu estou dizendo que isso sempre vai acontecer? Não, mas que se precisa estabelecer um prazo razoável para que haja essa separação.

Todos nós aqui sabemos que uma candidatura não se constrói da noite para o dia. A candidatura... Aquele que sai candidato já teve discussões políticas, já falou com o partido. Aqui mesmo foi dito: "Como é que vai abandonar a função se não sabe nem se vai ter legenda ou se não vai ter legenda?". Bom, para um candidato saber se vai ou não ter legenda, significa que as conversas já avançaram bastante e, nos prazos que são hoje previstos, parece-me que o exercício

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dessa atividade político-partidária, embora não formalizado, inicia-se e coincide com o exercício das funções públicas exercidas por esses agentes – tanto magistratura, Ministério Público, quanto as forças de segurança.

Isso significa um impedimento à cidadania? Não, de forma alguma; é um condicionamento ao exercício do direito de ser votado. Isso significa que as forças de segurança não podem conversar com os órgãos do Legislativo, trazendo suas pautas específicas? De forma alguma; isso não é atividade político-eleitoral, isso é a defesa dos interesses perante o Legislativo. Significa que eles não podem votar? Também não significa. Significa que eles não podem deixar aquelas suas funções e pretender se candidatar? Também não! O que se estabelece é um prazo razoável, uma divisão, e uma divisão forte, há que se reconhecer. Foi estabelecido esse prazo de quatro anos, poderiam ser três, poderiam ser cinco... Enfim, esse foi o prazo, essa é uma decisão do Congresso – quer dizer, qual vai ser esse prazo –, mas o que eu venho aqui defender é que me parece mais do que justificável, dentro do desenho institucional do Estado brasileiro, que haja um prazo especial para estes agentes públicos, exatamente em razão da importância institucional e na formação do Estado brasileiro que o desempenho dessas funções representa.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, aqueles todos que nos acompanham, essa é a contribuição que gostaria de trazer aqui ao debate, de forma sucinta. É uma visão um pouco diferente, mas que me parece ser o reconhecimento da importância dessas funções, e exatamente por isso é que se justifica essa diferença de situações.

Foi dito aqui do princípio da igualdade, e um dos corolários do princípio da igualdade é que situações iguais devem ser tratadas de forma igual, e situações diferentes, de formas diferentes, na medida da desigualdade. Parece-me que, neste caso, há uma desigualdade, uma especificidade no exercício dessas funções que justifica essa diferença de tratamento como forma de consolidação do princípio da separação dos Poderes e de fortalecimento institucional do Estado brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Agradeço as ponderações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só fico aqui pensando nessas restrições de direitos políticos... Até entendo: se alguém é punido por algum fato que cometeu, algum ilícito, alguma coisa assim, parece-me que restringir é algo admissível dentro de um sancionamento, mas aí nós estaríamos restringindo direitos, porque tem um tipo de categoria em que a pessoa não cometeu nenhum ilícito, não cometeu nenhuma falta...

E, assim, vamos tratar o eleitor também como se fosse uma criança. Então, o eleitor não pode fazer escolhas e fazer, inclusive, essas distinções entre pessoas que, eventualmente, abusaram da função para ganhar voto, ou para se projetar eleitoralmente? Até que ponto, para nós aqui, legisladores, se justifica que nós cerceemos essas possibilidades de escolhas? Porque é o que V. Exa. disse em relação a essas profissões: pode acontecer em outras também. Radialistas, professores podem distorcer o uso da tribuna, da profissão, para tentar se projetar eleitoralmente.

Então, enfim, respeitamos aí as suas ponderações e vamos seguir aqui adiante.

Eu só faço aqui o registro da presença da Vereadora Comandante Nádia, Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, também Tenente-Coronel da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, e da Vereadora Fernanda Barth, de Porto Alegre.

A Vereadora Comandante Nádia, infelizmente, também seria uma que teria seus direitos políticos tolhidos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... não seria considerada digna, por quatro anos, de ser eleita se nós aprovássemos essa legislação.

Se a gente não estiver preparado para dizer que as pessoas não têm confiança, não são dignas de serem eleitas ou candidatas por quatro anos após deixarem a profissão, acho muito difícil justificar essas restrições.

Desculpe aqui a ponderação.

E quanto à Vereadora Fernanda Barth também, de Porto Alegre, faço aqui o registro.

Eu passo aqui também a palavra agora ao Dr. Melillo Dinis do Nascimento, advogado e representante da CNBB no Conselho Diretor do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também convido V. Sa. a ocupar aqui o assento.

Antes só de começar, eu vou aqui pedir vênia a todos os presentes e convidar o Senador Hamilton Mourão para assumir a Presidência da...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – O senhor vai embora?

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Vou ter que ir...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Eu ia ponderar sobre a sua ponderação...

O senhor assiste depois, tá bom? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Dr. Melillo, a palavra está com o senhor por dez minutos.

O SR. MELILLO DINIS DO NASCIMENTO (Para expor.) – Bom dia.

Primeiro quero dizer da alegria de participar desta audiência pública, Senador Hamilton Mourão, tenho certeza de que é uma grande oportunidade.

Quero agradecer a esta Comissão do Senado Federal, agradecer também a extrema gentileza de sempre do Relator, Senador Marcelo Castro, que há muito, por ele próprio e por sua equipe de assessores, vem aguentando com paciência as visitas que o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral faz por causa desse tema do novo Código Eleitoral e do conjunto de mudanças a que a gente tem assistido no Congresso Nacional em relação ao que eu chamo de reforma política.

Eu falo em nome do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral. Sou um dos diretores. Aqui, neste Plenário, está o meu colega Diretor Sidney Neves, que representa o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – não o tinha visto antes, Sidney; você devia estar aqui no meu lugar, em vez de ser minha a presença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O MCCE é uma rede de entidades. Nós temos 74 entidades, uma delas é a OAB. Tem várias entidades do universo das corporações e também de algumas tradições religiosas como a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil).

Eu represento a CNBB, mas não falo em nome dela neste espaço. Até foi convidado o nosso Presidente, o Cardeal Jaime Spengler, que, infelizmente, com o falecimento do Papa Francisco, foi para Roma para participar do período tradicional e também do conclave de eleição do novo Papa.

Então, eu quero dizer que pensei em dividir a minha fala, nestes míseros dez minutos – já gastei dois, está piorando a minha situação –, em três temas distintos.

Apesar de não falar em nome da CNBB – só quem fala em nome da CNBB é a sua assembleia e suas instâncias, como o Conselho Permanente –, eu achei por bem ler aqui para os senhores uma nota que a CNBB fez agora em março sobre o tema que nós estamos discutindo, que é a relação entre essas mudanças legislativas e a Lei da Ficha Limpa.

Diz assim: "Nota da CNBB sobre os ataques à Lei da Ficha Limpa". E aí tem uma citação bíblica que diz: "Quem segue a justiça e a misericórdia encontrará vida, justiça e glória" (Pr 21,21). Vou ler para estabelecer o padrão ético em que está localizada essa dimensão para não só a CNBB, mas para o próprio MCCE, que adere integralmente a essa nota. Diz assim, abro aspas:

> A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, por meio de seu Conselho Permanente, reunido em Brasília-DF, na data de 18 de março de 2025, expressa a sua perplexidade e indignação diante das propostas de mudanças da Lei da Ficha Limpa no Congresso Nacional. Ela é uma das mais importantes conquistas democráticas da sociedade brasileira, um patrimônio do povo e importante conquista da ética na política. Esta lei, fruto da mobilização de milhões de brasileiros e brasileiras convidados à participação por dezenas de organizações sociais e Igrejas, foi aprovada por unanimidade pelas duas Casas Legislativas em 2010. Conhecida em todo o país, representa um marco na luta contra a corrupção. [E aí uma citação do nosso querido Papa Francisco:] "É necessário uma política melhor, a política colocada ao serviço do verdadeiro bem comum" [é uma Encíclica do Papa] (Papa Francisco, *Fratelli Tutti,* nº 154).

Continua a nota da CNBB:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As propostas de alterações na Lei da Ficha Limpa, Lei complementar nº 135 no Congresso Nacional, são: o Projeto de Lei Complementar PLP 192; o PLP 112, o nosso novo Código Eleitoral, ambos no Senado Federal, e mais dois que estão na Câmara dos Deputados – o PLP 141, que altera o prazo de inelegibilidade, e também o PLP 316. É de se destacar que um deles estava, na época de março, na pauta do Plenário do Senado, nesse período sem um debate necessário com a sociedade.

As mudanças contidas nesses PLPs desfiguram os principais mecanismos de proteção da Lei da Ficha Limpa, ao beneficiar especialmente aqueles condenados por crimes graves, cuja inelegibilidade poderá ser reduzida ou mesmo anulada antes do cumprimento total das penas. Além disso, as mudanças pretendidas isentam quem praticou os abusos do poder político e econômico e enfraquecem o combate às práticas corruptas que comprometem a democracia brasileira.

Neste momento da vida nacional, da vida política nacional, a CNBB posiciona-se em defesa da Lei da Ficha Limpa, denuncia os ataques perpetrados pelas propostas legislativas em curso, renova o seu compromisso com a ética e defende que a Lei da Ficha Limpa é um valor fundamental para a construção de um Brasil mais justo, democrático e solidário, em que a vida seja sinal de justiça e honra.

Apelamos à consciência dos Parlamentares e convocamos toda a sociedade a lutar contra qualquer alteração na Lei da Ficha Limpa que possa destruir a democracia, conquista de todos e do bem comum.

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – por meio do seu Conselho Permanente, que é a instância logo inferior à Assembleia dos Bispos.

Dito isso, eu quero, reiterar, reafirmar que a gente tem que ter um cuidado danado com essas mudanças legislativas, que, como tudo na vida, tem aspectos positivos e aspectos negativos. E nós não queremos que o Senador Marcelo Castro, médico de formação, seja aquele que jogue fora o bebê junto com a água do banho. Tem propostas positivas e negativas, como a gente acompanha neste debate, nesta manhã, e outras mais que vão acontecer.

Mas aqui é um raciocínio jurídico-político. Depois de décadas de consolidação da Lei da Ficha Limpa, depois de muita disputa sobre isso, inclusive no Poder Judiciário, especialmente no Supremo Tribunal Federal, qual é a motivação de modificar essa conquista histórica, Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mourão? É uma pergunta. Qual é a razão? E eu tenho – aí em nome do MCCE – uma avaliação muito simples. É que isso faz parte de um conjunto de medidas que vão ampliar o distanciamento dos srs. políticos, dos Parlamentares, e especialmente do povo brasileiro. Não faz o menor sentido, a essa altura da construção da democracia brasileira, recuar nas propostas que estão no PLP que está em discussão, PLP 112, especialmente nos arts. 174 e 180, para modificar uma conquista histórica, fruto da mobilização. O Brasil tem duas ou três leis que são fruto de iniciativa popular, e uma delas é a Lei da Ficha Limpa. Eu quero dizer que isso é um ataque frontal a essa conquista democrática, um ataque que pode ser chamado de vergonha alheia. E eu quero dizer que esse negócio não vai poder prosperar se nós tivermos um compromisso com a ética.

Já rumando para o meu terceiro argumento, não mais jurídico ou político, mas um argumento prático, eu me pergunto por que um Parlamentar, no exercício do mandato, portanto, tendo passado pelo processo de elegibilidade decorrente de não ser ficha suja – sendo, portanto, ficha limpa –, vai mudar uma legislação para aumentar a sua concorrência?

Eu acho que isso não é, do ponto de vista racional, uma medida que possa ser chamada de inteligente. Ou seja, se, por conta da construção da Lei da Ficha Limpa, vetou-se a presença de um sem-número de pessoas, em condições que foram aprovadas pelo próprio Parlamento, que, em certa medida, violavam a ética na política – e isso, com valor moral ou não – quando o atual Parlamento diz: Olha, voltemos à estaca zero e vamos liberar aí, em alguma medida, a presença de quem é, na atual legislação, ficha suja... Qual é a razão prática disso? Parece-me, com todo o respeito, a proposta que veio da Câmara dos Deputados, e da qual o Senador Marcelo Castro ainda não tem culpa nenhuma – pode ser que isso se firme durante esse procedimento –, não tenho dúvida de que isso é o famoso tiro no pé. Não faz sentido prático, racional, eu aumentar a concorrência com gente que, no passado, teve, como comprovação, a prática de, por exemplo, abuso do poder político, ou do poder econômico, ou então quem está associado a um tipo de criminalidade grave, que é o que restringe, pela Lei da Ficha Limpa, a presença na política.

E aí, já rumando para a conclusão, quero citar o Conselheiro Acácio, que disse: "O problema das consequências é que elas vêm depois". O Senador Mourão sabe essa citação, de cor e salteado, como eu. E o que é que se coloca dentro desse contexto? É que qualquer mudança que não seja bem pensada – e eu quero, mais uma vez, parabenizar o esforço desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, por mais que seja permanente e presente o debate da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sociedade civil, não tenho dúvida – e aí, para encerrar – que quem apoiar isso, e eu sei que aqui grande parte dos Senadores não apoiam qualquer tipo de mudança na Lei da Ficha Limpa, vai arcar com as consequências, desta vez, como bebê e como água do banho.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MELILLO DINIS DO NASCIMENTO – Muito obrigado e agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Agradeço ao Dr. Melillo por sua exposição. E concedi a V. Sa. dois minutos a mais, Dr. Melillo.

O SR. MELILLO DINIS DO NASCIMENTO – Posso pegar de volta?

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Não, não, o senhor já recebeu.

O SR. MELILLO DINIS DO NASCIMENTO – Já recebi? (*Risos.*)

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Queria registrar aqui a presença do Vereador Hélio Kaminski, da Câmara Municipal de Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso.

Estamos encerrando aqui esta primeira parte da nossa audiência pública em cima dos temas de desincompatibilização, inelegibilidade e crimes eleitorais.

Passo a palavra aqui ao nosso Relator, Senador Marcelo Castro, se desejar fazer alguns comentários sobre aquilo que foi apresentado.

V. Exa. tem a palavra, Senador Marcelo Castro.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, nobre Presidente Mourão.

Agradeço a V. Exa.

Quero parabenizar e agradecer a todos os expositores, nossos convidados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que foi uma audiência muito enriquecedora. Ouvimos as observações dos dois lados. Isso vai me fazer debruçar novamente e estudar mais ainda, para ver o que a gente pode concluir do que nós recebemos hoje aqui das posições que foram expostas.

E quero dizer ao último expositor, o Sr. Melillo, que ele colocou, assim, como se nós estivéssemos desfigurando a Lei da Ficha Limpa.

Salvo melhor juízo, convido V. Sa. a apresentar por escrito algumas observações, porque nós estaremos sempre abertos, como estivemos nestes dois anos, a todas as contribuições. Com todas as entidades, todas as pessoas que nos pediram audiência para tratar do assunto, nós estivemos abertos a isso daí, recebemos todas as solicitações, analisamos em profundidade e estamos abertos, porque, no nosso entendimento, nós não estamos desfigurando a Lei da Ficha Limpa. A Lei da Ficha Limpa traz várias incongruências e nós estamos sistematizando, uniformizando e trazendo mais transparência e mais regularidade.

Por exemplo, se uma pessoa se torna inelegível por um crime eleitoral, um ilícito eleitoral qualquer – captação ilícita de sufrágio, abuso do poder econômico, abuso do poder político –, ele fica inelegível, pela Lei da Ficha Limpa, por oito anos, mas a partir de quando se contam esses oito anos? Está na Ficha Limpa, sim, e nós estamos corrigindo. O que diz a Lei da Ficha Limpa? A partir da data, Senador Mourão, da eleição na qual ocorreu aquele ilícito.

Então, vamos supor, por hipótese, que a eleição tenha ocorrido no dia 4 de outubro. Ora, o que diz a nossa Constituição? "A eleição [...] realizar-se-á no primeiro domingo de outubro". O primeiro domingo de outubro pode ser dia 1º, dia 2, dia 3, dia 4, dia 5, dia 6 ou dia 7 de outubro. Então, se a eleição ocorrer no dia 4 de outubro, a pessoa ficar inelegível por oito anos e, oito anos depois, a eleição se der no dia 4, 5 ou 6 de outubro, aquela pessoa estará elegível; se a eleição se der no dia 3, 2 ou 1º de outubro, ela estará inelegível. Isso é justo? A Ficha Limpa está correta nisso daí? Não, está completamente errada.

O que nós estamos fazendo? Estamos colocando que o prazo contará a partir do dia 1º de janeiro do ano subsequente, porque não é justo que pessoas que cometeram o mesmo ilícito sofram penas diferentes, uma por mais de oito anos e outra por menos de oito anos. Então, colocando a partir de 1º de janeiro do ano subsequente, você uniformiza e iguala todo mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu votei a favor da Ficha Limpa, na época, e achei que era um avanço, mas qual era o espírito da Lei da Ficha Limpa? Que a inelegibilidade se desse por oito anos. E nós estamos botando aqui que nenhuma inelegibilidade será superior a oito anos. Esse que é o espírito. Para quê? Para quem cometer um ilícito, uma infração qualquer, numa eleição geral, passe duas eleições gerais fora do pleito; numa eleição municipal, que ele passe duas eleições fora do pleito.

E hoje, a interpretação não é assim, porque, se uma pessoa sofreu uma condenação penal, quando é que ela se torna inelegível? Ela se torna inelegível quando ela for julgada por um colegiado. Tornou-se inelegível no dia x. Se a pessoa recorrer, é contra ela. Isso está fora da lógica, porque, se ele recorrer, vai transitar em julgado, e, pela Lei da Ficha Limpa hoje, só começa a contar o prazo depois que transitado em julgado, e, se ele for apenado por alguns anos de condenação, só vai começar a contar depois que cumprir a pena.

O que é que nós estamos fazendo? Estamos botando uma uniformidade, uma transparência. Quando é que começa agora pelo código, quando é que começa a contar a inelegibilidade? Do dia que foi decretada a inelegibilidade. É o lógico! E se recorrer? Se recorrer, você tem a detração, porque ele está recorrendo num direito que é dele, porque, na terceira instância, ele pode ser inocentado. Hoje, se ele for inocentado, é pior para ele, porque já transcorreu o prazo, e evidentemente nós estamos cerceando o direito da pessoa.

Então, no caso aqui, eu entendo que nós não estamos desfigurando a Lei da Ficha Limpa, e antes, pelo contrário, estamos corrigindo alguns equívocos que existem hoje na Lei da Ficha Limpa para aperfeiçoá-la, para melhorá-la e para torná-la mais efetiva.

Se V. Sa. tiver alguma coisa que ache que ainda precise de alguma correção, de uma reparação, pode mandar um oficiozinho para a gente. Temos imenso respeito em ler, e até, se quiser, com a sua própria presença, nós estamos abertos para ouvi-lo e corrigir naquilo que estiver ao nosso alcance.

O nosso objetivo aqui é um só: é dotar o Brasil de um Código Eleitoral o melhor possível que estiver ao nosso alcance. Sabemos que não iremos fazer uma obra perfeita, mas estamos abertos a todas as informações para a gente fazer o melhor que a gente puder fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Dr. Melillo vai só responder rapidamente para o senhor, estou concedendo essa vênia para ele.

O SR. MELILLO DINIS DO NASCIMENTO (Para expor.) – Obrigado pela vênia.

Senador Marcelo Castro, o senhor já recebeu, a gente pode mandar de novo. Em novembro do ano passado, foi encaminhado e foi dialogado, o senhor ficou poucos minutos, mas foi entregue à sua assessoria a opinião do MCCE sobre isso.

Veja, eu não tenho dúvida, Senador, de que nós divergimos. O senhor tem um entendimento que está corrigindo. Nós temos um entendimento que os senhores estão desvirtuando.

Veja que coisa curiosa, o senhor fala do espírito da lei. É interessante, porque eu, em certa medida, também tenho fé no espírito, e a fé do espírito diz respeito à percepção de que há uma necessidade de ética na política.

Olhe aí, o Senador Mourão, quando se falou do espírito, ele disse que está bom. Está bom.

É isso, mas foi encaminhado, Senador, não tem problema, encaminhamos de novo.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Então, conforme eu tinha colocado aqui para todos, nós encerramos aqui o tema 3.

Eu apenas vou fazer alguns comentários. Já lhe concedo a palavra novamente, Subtenente Gonzaga, mas vou fazer alguns comentários sobre a questão do tema 3, muito rápidos.

Em primeiro lugar, nós tivemos o Gonzaga colocando muito claramente a forma como a questão da desincompatibilização, o prazo foi aprovado lá na Câmara dos Deputados. Ele havia sido derrotado por ampla maioria, e, depois, apareceu como num passe de mágica e veio, vamos dizer assim, de contrabando, praticamente, nesse projeto de lei, e coube ao Senador Marcelo Castro prosseguir fazendo o relato sobre ele.

Tivemos a parte muito bem-colocada tecnicamente aqui pelo Coronel Miler e pelo representante, também, da Polícia Civil sobre o que é uma inconstitucionalidade nesse prazo de quatro anos em relação a policiais militares, policiais civis, magistrados e militares das Forças Armadas. E óbvio, tivemos os contraditórios, e muitos colocam a atipicidade, como foi colocado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui pelo Dr. Francisco Octávio, das carreiras e que, por isso, elas deveriam ser tratadas de forma desigual.

Bom, aqui, ninguém tem mais tempo de serviço na área militar do que eu. Ninguém. Nem o Miler, nem o Gonzaga... Eu tenho 46 anos de serviço ao Exército Brasileiro. E foi tratada aqui a questão da hierarquia e da disciplina. A hierarquia e a disciplina são uma preocupação fundamental de instituições dessa natureza. Agora, a partir do momento em que nós podemos votar, e isto acontece a partir dos 16 anos de idade, e ingressamos nas Forças Armadas aos 18, então já estamos contaminados pela política. Independentemente de participarmos dela objetivamente ou não, sempre haverá a discussão de quem será o melhor candidato para a função A, a função B, a função C. Isto vai acontecer dentro de qualquer quartel. Então, independentemente dos preceitos sérios de hierarquia e de disciplina que regem as instituições, a política estará presente dentro dessas instituições, mas, obviamente, dentro dos limites traçados pelos regulamentos disciplinares de cada uma delas. E o primeiro item que está dentro de qualquer regulamento é que é proibido ao militar, seja ele da Polícia Militar, seja ele das Forças Armadas, participar de atividades político-partidárias. Ou seja, ele não pode ser filiado. Então, a coisa funciona muito claramente da seguinte forma: se algum integrante das Forças, em algum momento, obtém algum destaque dentro da comunidade, ele vai ter seis meses para mostrar que pode entrar em um partido político, se filiar àquele partido, ganhar a nominata do partido, e hoje, mais ainda, além de ganhar a nominata, ele tem que ganhar o quê? O dinheiro, não é, Miler? Porque quem não ganhar recurso não vai ser eleito. Então, é um longo caminho a ser percorrido.

Então, nessa questão desses prazos que estão sendo colocados, eles não estão levando em conta a realidade. E houve todo um processo, vamos dizer assim, desde tempos atrás, e o Miler colocou isso... Você esqueceu apenas de colocar uma coisa, Miler: em 1963, houve uma revolta dos sargentos aqui, em Brasília, porque os sargentos eram inelegíveis, e o STF deu o contra dizendo que deveriam continuar inelegíveis. E houve uma revolta aqui, em Brasília, e prenderam, inclusive, um Ministro do STF. Então, essas questões vêm de muito tempo atrás.

Tivemos problema no passado quando havia a porta giratória. O militar era eleito, perdia a eleição seguinte e voltava para dentro do quartel. Quem acabou com isso? O Presidente Castello Branco. Ele acabou com isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa é a realidade que se enfrenta hoje. Não há uma politização dentro dos quartéis, nem nas polícias militares, nem nas Forças Armadas, e muito menos na Polícia Civil ou na magistratura. O que acontece é que algumas pessoas se destacam, em determinado momento, e consideram que prestarão ou continuarão a prestar um serviço à população do país trabalhando dentro da política. É isso que eu gostaria de deixar claro, para que todos compreendessem melhor essa questão do prazo que todos têm para desincompatibilização.

Alguma coisa mais, Subtenente Gonzaga? Eu lhe dou aí dois minutos.

O SR. LUIZ GONZAGA RIBEIRO (Para expor.) – Obrigado. Já as considerações finais. Eu queria fazer duas observações muito rápidas.

Primeiro, que Brasília comemora 65 anos. E se estivesse em vigor lá em 1950, essa regra, Brasília provavelmente não existiria, pelo menos neste momento, porque Juscelino Kubitschek era capitão médico da Polícia Militar de Minas Gerais. Talvez ele tenha construído Brasília pelo conhecimento médico dele, pela formação médica, mas ele estaria impedido, pelo simples fato de ser integrante da Polícia Militar naquele momento.

A segunda. O senhor fez uma fala que me chamou a atenção: que ninguém fique inelegível mais de oito anos. Pela regra que veio da Câmara, que o senhor, acredito, não vai acatar, nós estamos inelegíveis por 41 anos. Por 41 anos, porque nós temos que trabalhar no mínimo 35 para ir para a aposentadoria. E depois temos que esperar mais quatro. Então, contrariando a fala do senhor, de que ninguém deveria ou deverá ficar inelegível por mais de oito anos, essa regra da quarentena impõe uma inelegibilidade por 41 anos.

No caso dos militares, já são dez, pela Constituição. Então já é mais do que o senhor está defendendo, de oito anos.

Então a gente finaliza. Agradeço a oportunidade.

E reforçando a fala do Presidente da reunião neste momento, Senador Mourão, que os fatores que interferem na hierarquia e disciplina, quisera Deus que fosse o exercício da cidadania. Não é o exercício da cidadania, o direito à cidadania, de votar e ser votado, que impacta negativamente a ponto de haver uma vedação dessa na hierarquia e disciplina das polícias militares, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou militar há 43 anos, menos do que o General Mourão, mas há 43 anos. Os fatores de hierarquia e disciplina são variáveis. E aí, concentrar que o exercício da cidadania, previsto na Constituição, que deve ser castrado para preservar a hierarquia e a disciplina é um erro de leitura, é um erro de diagnóstico, usando a expressão mais usada aqui pela medicina.

Então, Presidente, eu agradeço, mais uma vez, agradeço ao Senador Moro, por ter nos indicado, e à Anaspra, por ter nos permitido representá-la. E cumprimento os demais participantes, que contribuíram, mesmo com as visões contrárias, mas contribuíram para que, na minha leitura, a gente possa ter ampliado um pouco essa possibilidade de o Senador Marcelo Castro, já no seu relatório, suprimir essa vedação. E senão, que nós possamos trabalhar aqui na CCJ para votar em separado as emendas do Senador Mourão ou do Senador Izalci, para que possamos suprimir no Colegiado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Bom, passaremos agora ao tema quatro, que é o sistema eletrônico de votação.

Eu convido o Sr. Felipe Marcelo Gimenez, Procurador do Estado do Mato Grosso do Sul, para fazer a sua apresentação. (*Pausa.*)

Dr. Felipe, o senhor tem a palavra por dez minutos, mas, como eu sou um Presidente mais democrático, eu posso conceder algum minutinho a mais para o senhor, está bem?

O SR. FELIPE MARCELO GIMENEZ – Obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – O senhor pode iniciar sua apresentação.

O SR. FELIPE MARCELO GIMENEZ (Para expor.) – Microfone ativo, não é?

Bom dia a todos.

Eu agradeço a ajuda.

Não está ligado não?

Está acesa a lâmpada aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos travar o tempo aí, por favor. Está correndo.

Primeiro, agradeço àqueles brasileiros que acompanham essa luta e à minha esposa, Miriam.

Na abertura desta reunião, o Presidente disse: "Faremos o melhor Código Eleitoral". E a questão para a qual eu quero chamar a atenção aqui é que seja o melhor Código Eleitoral para o povo brasileiro, porque democracia é um regime de soberania do povo – do povo.

Eu quero repetir aqui a frase de Sepé Tiaraju "*Co Yvy Oguereco Yara*", "Esta terra tem dono", e os donos desta terra não são os burocratas, não são as instituições, o dono desta terra é o povo.

O art. 1º da Constituição Federal diz que todo poder é do povo, o art. 14 diz que essa soberania – porque quem tem todo o poder é soberano –, essa soberania do povo é exercida através do sufrágio universal.

Infelizmente, o Senador Marcelo recebeu uma missão espinhosa. A Câmara dos Deputados colocou um bode suado no colo do Senador e ele está tendo que lidar com isso. Nós sabemos que não é culpa do senhor, isso veio da Câmara do jeito que está. O texto é muito ruim. Eu tenho um quadro que vou compartilhar com o senhor depois. Tem muitos absurdos nesse texto. Um deles, o mais gritante, é que o povo brasileiro, num regime de soberania do povo, não pode ser consultado sobre algum tema decidido pelo STF. Chegamos ao absurdo de positivar a possibilidade de que o povo seja calado – calado – diante do STF.

Foi bem observado aqui, por um expositor, que há inconstitucionalidade formal e material. A única reserva que a Constituição Federal faz para lei complementar é a organização da Justiça Eleitoral. Usam o pretexto do art. 121 para colocar gatos e sapatos num projeto de lei complementar, e aí a inconstitucionalidade é formal. Também é material a inconstitucionalidade quando atropelam garantias constitucionais – garantias pétreas.

Há muita coisa a se dizer, mas eu vou, então, direto ao ponto, o do tal voto eletrônico.

Quero ressalvar que sou procurador de estado, esse é meu ofício de dedicação exclusiva. No Brasil, na cultura nacional, somos conhecidos pelo ofício. Se eu fosse padeiro, estaria escrito aqui padeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não tenho outro ofício e não posso ter outro ofício, mas falo aqui em nome da Associação Pátria Brasil, uma associação civil sem fins lucrativos que atua em defesa da democracia – da verdadeira democracia: *demos kratos*, soberania do povo. Atuamos na ADI 5.889 como amigos da corte, e, aqui estou, novamente, defendendo a soberania popular.

Esse projeto parece demais com uma encomenda do Judiciário, porque em muitos momentos a gente vê o Poder Judiciário encilhando – uma expressão muito comum lá na fronteira. Encilhar é colocar arreios no Poder Legislativo. Porque há uma série de restrições, há uma série de ferramentas de censura, matéria que não deveria nem estar nesse projeto. Não há tempo para discutir tudo isso.

Aqui se falou, há muito pouco tempo, sobre o princípio da isonomia. E a essência científica, jurídica, do princípio da isonomia é o nexo lógico entre o critério de desequiparação e o bem jurídico que se pretende atingir com a desequiparação. Não é a minha pauta, não vou me estender, mas falta esse exame objetivo e eu recomendo a todos a leitura do livro *O Conteúdo Jurídico do Princípio da Isonomia*. Toda vez que se fala em cota, toda vez que se fala em desequiparação, esse princípio é atropelado, porque é tratado sem o cuidado científico.

Nós temos, no Brasil, um sistema de votação que, no campo científico, é conhecido como DRE. Mal traduzindo do inglês: registro direto eletrônico. A vontade do cidadão sai da sua consciência e só ganha existência no mundo dos elétrons... E é bom lembrar Heráclito, porque a corrente elétrica é o rio de Heráclito: permanente movimento. O mundo eletrônico é sempre, e apenas, potencial, virtual. O sistema de votação que nós temos hoje é um ídolo dos pés de barro diante do qual o povo brasileiro está ajoelhado, abrindo mão de sua soberania, um ídolo que é atávico, bárbaro e primitivo, a despeito da aparência. Não importa quantas vezes mudaram a cara daquela maldita máquina. É bárbaro, é atávico e é primitivo. É atávico porque traz de gerações anteriores o que tem de ruim – na Biologia, é trazer defeito, é trazer monstruosidade; é bárbaro porque não indica evolução; é retrógrado no direito; é primitivo porque aponta para um regime político ditatorial.

E como isso acontece? Acontece porque, em geral, o assunto é tratado como se fosse pauta da informática. Voto não é apenas uma informação, voto é um objeto jurídico que tem natureza

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na ciência do Direito. Um dos atributos fundamentais do voto, em qualquer democracia, é estar sob o domínio direto do cidadão soberano que vota.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE MARCELO GIMENEZ – Tenho três minutos.

Domínio direto. O voto eletrônico é intermediado por um *software*. O voto eletrônico contraria a cláusula pétrea do voto direto. A compreensão teleológica da cláusula pétrea do voto direto nunca é examinada no trato dessa matéria. O assunto não é de informática, é de ciência do Direito, de hermenêutica constitucional.

Sufrágio não é voto, senhores, busquem no étimo, na origem da nossa língua, no idioma do império romano, no latim, sufrágio é um processo. Sufrágio é o processo no qual, essencialmente, deve haver o fragor público do voto, porque o escrutínio, o exame do voto, é um ato que deve ser público, por força de um princípio constitucional. E ser público não é ser ato de agente público, ser público é ser um ato compreensível para o povo. Não há um cidadão brasileiro, Senador, que, nesses 30 anos –, nenhum cidadão brasileiro é testemunha do escrutínio do voto, porque ele acontece no ambiente secreto dos *bytes*.

É por isso que um país avançado como Israel joga no lixo o voto eletrônico. Nem Butão e Bangladesh usam mais essa porcaria, porque a Corte Constitucional da Índia recusou esse lixo do sistema de primeira geração. Recusou. Alemanha, Japão, Índia, Israel, com toda a tecnologia que têm, dão ao corpo materialidade, porque eu, ser humano, não tenho domínio direto sobre elétrons. Eu posso pôr o dedo numa tomada, tomar um choque de 220, sofrer os efeitos, mas isso não é *cognoscere*, conhecer, saber junto.

Eu tenho que conhecer diretamente meu voto e tenho que conhecer diretamente o sufrágio, porque o art. 82 do Código Eleitoral diz que o sufrágio deve ser direto. O voto é do cidadão. O cidadão deve ser senhor dominante do seu voto. O sufrágio deve ser do povo, não de burocratas.

Uma ação que é dada exclusivamente ao Estado, para o Estado, no Estado, é uma ação fascista. Esse é o conceito de uma ação que exclui o povo. O voto eletrônico exclui o povo do momento crucial, que é o *eligere*. O *eligere* no sufrágio é a vontade majoritária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fala-se muita coisa de informática, mas não se fala do povo, da soberania do povo. O sistema é retrógrado e implica em retrocesso jurídico, porque, a partir de 1996, o povo brasileiro não participa da eleição, porque a eleição acontece no escrutínio do voto.

Não há tempo aqui para expor toda a complexidade semântica, metafísica, porque os senhores deveriam entender qual é a causa formal e material do voto. Os senhores deveriam entender por que sufrágio vem de *frangere*, do latim, e tem uma carga metafórica, que é a colisão de partes, que são os compromissos individuais. Voto é compromisso, é *volvere*.

Voto não é secreto, senhores. A lei não se extrai da simples literalidade do texto. Toda norma, pode ser um aviso na porta do elevador, deve passar por uma interpretação teleológica e sistemática. Não é o voto que é secreto, senhores. É o ato de votar. O voto é produto. E o voto nasce para ser contado, o voto nasce para ser conhecido. O voto é público, senhores. A despeito da péssima redação que está na Constituição, o voto é público. Se ele fosse secreto, nós não saberíamos o resultado da eleição. É o ato de votar que é secreto.

A malícia dessa história toda é que tornaram todo o processo secreto. Alijaram o povo. Não pensem que o Japão é um país atrasado tecnologicamente, a Alemanha, a Índia, a Holanda, sejam países atrasados tecnologicamente. Nós o somos – nós o somos. Ganhamos um espelhinho e, naquela caricatura dos tupinambás nus na praia, estamos deslumbrados com o espelhinho e abrimos mão da nossa cidadania.

O sistema eletrônico de votação usado neste país é tão retrógrado quanto uma TV de tubo da década de 90 e foi recusado pelo mundo todo. Hoje nós estamos solitariamente carregando esse fardo, esse ídolo do pé de barro, primitivo, atávico.

Nós precisamos olhar para o assunto com a luz da lei.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE MARCELO GIMENEZ – Eu disse isso aqui diante do Senador Lasier Martins, em março de 2018.

Parem de discutir informática, aritmética; olhem para os institutos jurídicos, para o princípio da publicidade. Não há nenhuma justificativa na ordem jurídica para que o escrutínio seja secreto, e é. Porque, se não está na compreensão do povo, é secreto. Esse sistema viola o princípio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constitucional da publicidade – princípio! E isso aqui não é só semântica; ainda que a semântica seja fundamental no direito, porque a lei é feita de palavras.

Quando nosso Senhor Jesus Cristo disse – seus discípulos estavam se alimentando sem lavar as mãos, e os fariseus criticaram –, nosso Senhor Jesus disse: o que faz mal para o homem é o que sai da boca, e o que sai da boca do homem são palavras. É pela palavra que nós somos ludibriados; é com palavras que a mentira é construída; é com palavras que falácias são construídas, como essa falsa analogia entre sufrágio e voto.

Eu espero, como disse o Presidente na abertura da sessão – e já encerrando –, que se faça, sim, o melhor Código Eleitoral, mas o melhor Código Eleitoral para o povo; olhando para o que está estabelecido no art. 14 da Constituição Federal e respeitando o povo que, afinal de contas, é o dono desta terra. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito bem. Agradeço ao Dr. Felipe Gimenez e passo a palavra ao Sr. Carlos Rocha, por meio remoto. Ele é o Presidente do Instituto Voto Legal.

O SR. CARLOS ROCHA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde a todos. Estão me ouvindo bem?

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo, Dr. Carlos.

O SR. CARLOS ROCHA (*Por videoconferência.*) – Muito obrigado pela oportunidade.

Cumprimento a todos os Senadores, na pessoa do Senador Mourão. Quero parabenizar o Senador Marcelo Castro pelo excelente trabalho. É muito difícil relatar uma lei tão complexa e um código que não é aperfeiçoado profundamente desde sua aprovação, em 1965. Quero agradecer ao Senador Esperidião Amin, que me convidou.

O prazo é exíguo, então vou passar rapidamente o conjunto de eslaides. Vou comentar.

Eu preciso aqui da autorização para apresentar os meus eslaides.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Está autorizado.

O SR. CARLOS ROCHA (*Por videoconferência.*) – Agora sim, perfeito. Por favor, me confirmem quando estiverem vendo os eslaides.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo, pode prosseguir, Sr. Carlos.

O SR. CARLOS ROCHA (*Por videoconferência.*) – Obrigado, Senador.

Eu vou passar rapidamente. Esse é um tema complexo. Vamos destacar alguns pontos e, depois, fico à disposição de todos, especialmente do Relator, para contribuir.

Esta apresentação vai falar da criação da Agência Nacional Eleitoral, do registro digital de cada voto, do comprovante impresso, da contagem pública e da fiscalização eleitoral pelos partidos políticos.

O nosso instituto estuda práticas e melhorias para os sistemas eleitorais. O trabalho é estritamente técnico, não tem qualquer conotação político-partidária – é vedado pelo estatuto.

Nós estamos fazendo um trabalho muito interessante, que é o de criar um assistente de inteligência artificial. Está em desenvolvimento e vai responder a temas eleitorais. Nós temos um canal no YouTube. Eu sou engenheiro formado no ITA e tive o privilégio de liderar o time que desenvolveu e fabricou a urna eletrônica. Em 2022, eu coordenei a equipe técnica que foi contratada pelo Partido Liberal para conduzir a fiscalização das eleições.

Hoje, o sistema eleitoral tem vários desafios importantes: há uma concentração de funções, no TSE, tanto a normativa quanto a operacional e também a judicial, o que gera, naturalmente, desafios institucionais; a fiscalização realizada por partidos e cidadãos é limitada; há algumas ausências importantes, como a da verificação do eleitor do comprovante do seu voto, que não é possível; não existe um registro digital individual de cada voto, como a lei determina; não se utiliza a certificação digital ICP-Brasil em cada urna, o que a lei também exige; não há uma contagem pública; e pesquisas independentes, como a última da Latinobarómetro, no seu *Informe 2024*, informam que o grau de confiança tem se reduzido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O tema específico que me foi pedido para comentar é a possibilidade de auditorias independentes. Ora, existem diferentes opiniões. Um professor muito renomado do MIT fez *papers* que são relevantes e é categórico: os equipamentos do tipo DRE, como é o caso da urna eletrônica brasileira, não são auditáveis de forma confiável sem a presença de um mecanismo físico independente. Essa opinião não é isolada; isso é um consenso entre entidades internacionais, há inúmeros trabalhos publicados. No MIT, nós temos o Election Lab; temos o Nist, que é uma organização do Governo americano; temos o International Idea, que é um instituto sueco que trabalha e estuda os sistemas eleitorais no mundo inteiro. Podem pesquisar aí, na internet, que vocês vão achar o trabalho de mestrado, publicado no *site* do TCU, sobre "Auditoria da votação eletrônica: possibilidades de atuação do controle externo". Recomendo que esse documento seja considerado pelo Relator como uma referência técnica de um profissional especializado; é um trabalho de mestrado do Tribunal de Contas da União.

Bom, entre os requisitos legais importantes, tem a Lei Eleitoral, de 1997, que prevê a realização de uma votação paralela como um mecanismo de auditoria. Entretanto, os especialistas consideram que esse método é limitado, que ele não substitui a necessária verificação de cada voto pelo seu eleitor. Na Constituição, o princípio da publicidade exige que os elementos de apuração e totalização possam ser verificados pelo eleitor e por auditores independentes.

A nossa proposta é criar uma Agência Nacional Eleitoral, adotando o modelo do Reino Unido, que tem a The Electoral Commission; existe uma autarquia na Inglaterra. Acreditamos que isso seria adequado no Brasil, usando o modelo das agências reguladoras. Essa autarquia, sob regime especial, seria vinculada ao Congresso Nacional, assim como é o Tribunal de Contas da União, e passaria a ter competência sobre operação, logística e contagem pública dos votos, porque a Justiça Eleitoral deveria ter como função essencial os aspectos judiciais, não é? Na opinião de especialistas, não cabe essa confusão entre operação e logística da administração eleitoral dentro de um tribunal. Entre as 22 maiores democracias do planeta, o único país que tem a administração eleitoral totalmente controlada pelo Judiciário é o Brasil. Em todas as democracias modernas – Estados Unidos, Índia, enfim, Inglaterra, França e por aí vai, Alemanha – existe um órgão eleitoral independente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Algo muito importante na segurança da informação é a existência de um sistema de gestão de segurança da informação com certificação na norma ISO 27001. Isso não existe hoje, e nós acreditamos que uma agência eleitoral poderá ter essa exigência resolvida.

A ideia da criação é que a agência assuma o foco na gestão técnica e operacional, e que a Justiça Eleitoral concentre o foco nos aspectos jurídicos e de fiscalização legal. Esse modelo é inspirado em boas práticas regulatórias que são estabelecidas na Lei das Agências Reguladoras, que tem inclusive um modelo muito bem-sucedido.

Também a criação de uma agência estará alinhada com a realidade das maiores democracias do mundo, e é convergente com o conhecimento técnico consolidado.

Os fundamentos técnicos para a transparência que consideramos essenciais são: um registro digital para cada voto, como define a lei, não como é hoje um arquivo único, uma tabela que mistura todos os votos; esse registro digital de cada voto tem que ser um documento eletrônico assinado com o certificado ICP-Brasil para que tenha a presunção legal de veracidade; deve haver um comprovante físico, que será exatamente o comprovante impresso desse registro digital, e o eleitor tem que poder conferir o seu registro de voto; a contagem pública é necessária, essencial; e um outro fundamento é que devem ocorrer auditorias independentes pelos partidos políticos e, quando necessário, deve ser possível a recontagem.

É muito importante que cada urna eletrônica contenha um certificado digital ICP-Brasil. Esse tema é inconteste. Há um parecer oficial da procuradoria no ITI que afirma de forma categórica: "É ilegal a utilização de certificados pela administração pública que não sejam emitidos no âmbito da ICP-Brasil". Então, merece uma análise aprofundada a forma como técnicos do TSE hoje têm lá uma autoridade certificadora própria que gera certificados digitais para colocar nas urnas eletrônicas. O ITI considera isso ilegal.

A contagem pública é o pilar das democracias avançadas e deveria haver uma abertura de contagem, pode ser até por amostragem num primeiro momento, mas é fundamental que haja contagem pública e exibição pública de cada voto, digital e físico – e esse procedimento tem que ser fiscalizável por cidadãos e por partidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A fiscalização, no nosso entender, deve ser obrigatória pelos partidos, os partidos fazem parte desse ecossistema. Só que, infelizmente, embora a lei eleitoral dê aos partidos o poder de fiscalizar todas as fases das eleições, isso tem sido uma exceção. A nossa sugestão é que esse novo código estabeleça uma obrigação dos partidos, e isso deve fazer parte intrínseca das atividades partidárias, incluindo o custeio da fiscalização poder ser feito pelos fundos partidário e eleitoral. Então, esse controle externo deve ser legitimado por lei.

Naturalmente, deve haver o acesso a sistemas, documentos, comprovantes, completamente público, e deve poder ocorrer o apoio de empresas especialistas e auditoria independente, como aconteceu nas duas auditorias: a que o PSDB realizou sobre a eleição de 2014 e a que o PL realizou sobre a eleição de 2022. Ou seja, a atuação de profissionais especializados vai contribuir muito nesse processo.

A criação de uma agência eleitoral e a implementação desses fundamentos técnicos vão alinhar o Brasil internacionalmente. Esse é o modelo adotado pelas democracias avançadas. É essencial o uso de evidências físicas e digitais auditáveis. Isso não é uma opinião isolada nossa, isso é recomendado por um universo de profissionais e entidades especialistas há muitos anos. *Papers* do Ronald Rivest, do MIT, são *papers* de dez anos atrás. E essas organizações que estão atuantes, o MIT Election Lab, o Nist, o International IDEA, da Suécia, e o Verified Voting, nos Estados Unidos, que são apenas algumas entre várias, são unânimes em defender que o modelo DRE, usado no Brasil, não permite a auditoria necessária.

Há, nessa proposta, uma compatibilidade constitucional e legal, ou seja, o art. 2º da Constituição estabelece a separação entre os Poderes; o art. 37, os princípios de legalidade, moralidade e publicidade. A Medida Provisória 2.200 estabeleceu que a assinatura digital válida para a presunção legal de veracidade requer assinatura com certificado digital ICP-Brasil, ou seja, os documentos eletrônicos gerados pela urna eletrônica, pelo sistema eleitoral, só têm presunção legal de veracidade quando assinados por um certificado digital ICP- Brasil, que hoje não existe. E a Lei das Agências Reguladoras estabelece princípios muito robustos e já validados em inúmeras agências que podem servir de base para a nova Agência Nacional Eleitoral.

A lei complementar – e aí há uma observação mais técnica –, essa Lei 95 estabelece que na redação de legislação deve-se evitar pormenores operacionais. Eu imagino que esse projeto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lei tenha trazido detalhes que muito possivelmente foram propostos por técnicos da administração eleitoral, mas eles não devem constar de uma lei complementar. Quer dizer, não faz nenhum sentido, por exemplo, o art. 219, que fala de detalhes, de geração de mídias, de carga. São detalhes absolutamente técnicos, operacionais, que não deveriam nunca fazer parte de uma lei complementar.

Então, estamos à disposição aí para contribuir, mas seria importante que fossem removidos desse código novo... o Código Eleitoral, que se propõe ser o melhor de todos, não pode incorrer nessa falha de técnica legislativa.

Bom, os benefícios esperados com a nossa proposta de criação de uma Agência Nacional Eleitoral são: garantia da governança e transparência, independência dos demais Poderes; total rastreabilidade, que hoje não existe. Isso vai reduzir disputas e conflitos pós-eleitorais, toda essa polarização política e vai aumentar a confiança institucional e a participação cidadã.

Tem aí um resumo das recomendações: a criação da agência; do registro digital de cada voto, verificável pelo eleitor; do comprovante impresso do voto com certificação digital; do certificado digital em cada urna eletrônica; da contagem pública e uma obrigatoriedade legal de que os partidos façam auditoria.

Quero agradecer a oportunidade e estou à disposição para perguntas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Dr. Carlos Rocha, agradeço aí a sua exposição a respeito desse tema.

Senador Marcelo Castro, algum comentário de V. Exa.?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Gostaria, Sr. Presidente Mourão. Essa questão das urnas eletrônicas tem causado realmente divergências e opiniões.

Quando eu fui Relator da reforma política em 2015, alguns Deputados apresentaram questionamentos sobre a segurança das urnas eletrônicas, e nós fizemos uma audiência pública, como estamos fazendo essa daqui. Na oportunidade, vieram os técnicos do TSE e mostraram, de maneira muito convincente, a segurança das urnas eletrônicas. Os outros que questionavam, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

verdade, não tinham argumentos consistentes, não tinham provas nenhuma. E o fato concreto que nós temos hoje, Presidente Hamilton Mourão, é que até hoje não foi comprovada uma única fraude de urnas eletrônicas.

Eu participo de processo eleitoral desde que eu nasci – meu pai era político –, e, quando o voto era impresso e os mapas eram feitos manualmente, havia muitas denúncias, muitas ações judiciais exatamente discordando do resultado eleitoral. Lá no Piauí, inclusive, houve vários casos. Houve um que ficou notório: o de um Deputado Federal que perdeu o mandato em função de um outro e ganhou até um nome especial chamado de mapismo. Mapismo por quê? Porque aquele Deputado foi eleito no mapa, e não nas urnas, e não no voto. Foi uma alteração que se fez manualmente. Com o advento das urnas eletrônicas, nada disso mais aconteceu no Brasil. Por exemplo, agora na última eleição de Prefeito e Vereador, nós tivemos mais de 450 mil candidatos a Prefeito e Vereador do Brasil. Quase 400 mil perderam a eleição, do Oiapoque ao Chuí. Uma pequena parcela ganhou e a grande maioria perdeu.

Senador Hamilton Mourão, já andei pesquisando e a informação que eu tenho até o presente momento é que não há uma única ação judicial hoje no Brasil de alguém questionando que tenha perdido a eleição por fraude em urna eletrônica. Eu participo de eleições de dois em dois anos a vida inteira. Se a pessoa está esperando uma urna longínqua, distante, com dois votos, saem os dois votos; está esperando um voto só, sai o voto; não está esperando nenhum, não sai nenhum.

Então, não há assim um único fato que eu tenha presenciado nesses anos todos de você levantar o mínimo questionamento de uma dúvida razoável sobre insegurança de urna eletrônica. Pelo contrário, todas as vezes que se pesquisa e que se vai verificar é sempre no sentido de que as urnas são seguras e não há nenhuma fraude.

Eu participo de eleições há 42 anos, já participava antes, já citei o fato aqui. Por exemplo, se houvesse a menor desconfiança... O último palestrante aí, o Sr. Carlos Rocha, disse que, se fossem adotadas as medidas que ele está dizendo, nós iríamos diminuir, haveria uma redução de conflitos pós-eleitoral. Não, não tem conflito nenhum. É zero! Não tem hoje um brasileiro que tenha perdido a eleição para Prefeito ou para Vereador, não tem um brasileiro que tenha entrado na Justiça questionando a segurança da urna eletrônica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É evidente que, se as urnas não fossem seguras, como não eram antes, haveria dezenas, centenas, milhares de ações no Brasil inteiro dizendo que perdeu a eleição porque fraudaram, porque adulteraram os mapas, porque houve um mapismo... Não, hoje não tem ninguém. Nenhum dos que perderam, dos 400 mil brasileiros que perderam a eleição no ano passado, estão questionando que perderam. Eles perderam por falta de voto e não por fraude nas urnas eletrônicas.

Então, esse é o meu convencimento, mas quero deixar aqui bem claro que sou uma pessoa sempre aberta a ouvir, a ver e às comprovações. Por exemplo, o nosso querido Senador Esperidião Amin tem uma implicância com as urnas eletrônicas, e acho que é um dos poucos do Brasil fora do Rio de Janeiro. Todos os questionamentos que tenho recebido, na sua imensa maioria – todos não –, a imensa maioria dos questionamentos sobre a segurança de urna eletrônica vêm do Rio de Janeiro.

Eu entendo que talvez ainda seja um trauma da Proconsult. No início da década de 80, V. Exa. deve se lembrar bem, quando houve uma programação errada da computação dos votos – e houve, isso ficou comprovado –, o Brizola estava sendo prejudicado nessa... Então, parece que os cariocas ficaram com esse trauma, que eles ainda têm. Fora do Rio de Janeiro, de pessoas assim mais notáveis, eu conheço o Senador Esperidião Amin. E o restante não, todo mundo aceita passivamente.

O resultado da urna saiu, todo mundo, ninguém... Não conheço ninguém que questione – ninguém, absolutamente ninguém –, que tenha participado...

(*Manifestação da plateia.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... de um processo eleitoral, que tenha perdido a eleição e que tenha entrado na justiça dizendo: "perdi porque houve uma fraude, porque a minha mulher votou, o fulano votou e o voto não saiu". Isso não existe, em canto nenhum do Brasil.

Estou dando um exemplo aqui. Aproximadamente 400 mil brasileiros perderam a eleição no ano passado. Não tem um só, um só no Brasil, do Oiapoque ao Chuí, que tenha entrado na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Justiça dizendo que perdeu, não por falta de voto, mas que tenha perdido por causa da segurança, da fraude em urna eletrônica, como existia de primeiro, Senador Hamilton Mourão. Eram milhares de ações que existiam de pessoas questionando a segurança da apuração dos votos.

Hoje, estou convencido, já há alguns anos, de muito tempo, que a urna eletrônica é absolutamente segura, inviolável, tranquila. Agora, é auditável? Não. Tem voto impresso? Não. E estou aberto, se alguém tem algum motivo para dizer "olha, não são e tem aqui uma prova", eu estou disposto a ouvir perfeitamente, mas até hoje não apareceu ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – ... estou ali, recebe ali, conversa com o senhor, sem problema nenhum.

O SR. FELIPE MARCELO GIMENEZ (*Fora do microfone*.) – A questão jurídica não foi tratada. Ele falou esse tempo todo e não respondeu a aplicação do princípio jurídico.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Eu quero lembrar aqui não só aos nossos debatedores, mas à nossa plateia que o Senador Marcelo Castro é nada mais, nada menos que o Relator. Ele apresenta um relatório que será votado a favor ou contra. Então, o debate é realizado aqui dentro do Senado Federal.

Eu, particularmente, tenho uma posição distinta da do Senador Marcelo Castro, porque eu considero que as nossas urnas eletrônicas merecem ser aperfeiçoadas, como todo e qualquer sistema. E o aperfeiçoamento... (*Palmas.*)

Também não estou procurando as palmas da plateia, minha gente! Eu quero colocar que...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Hamilton Mourão, nesse aspecto, nós estamos de acordo. Eu acho que toda obra humana é passível de aperfeiçoamento. Claro!

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – A visão que uma parte aqui dentro tem é a de que, com o voto sendo impresso ali, naquele momento em que a gente realiza a nossa votação, se alguém tiver dúvida... Apesar de o Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marcelo Castro ter colocado muito claramente que nós tivemos uma eleição no ano passado em que ninguém questionou nada dos resultados, não é? Isso é uma realidade...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Meu amigo, plateia é plateia aqui. A plateia não é campo de futebol, está bom? O.k.? Mas a gente recebe no nosso gabinete e ouve todas as apresentações de cada um.

Eu quero lembrar que é um tema polêmico, é um tema que, vamos dizer, desperta paixões de norte a sul e de leste a oeste do Brasil, em que compete a nós aqui, dentro do Senado, votarmos e buscarmos a melhor solução. Essa é a realidade.

Eu queria agradecer a presença de todas as senhoras e senhores que acompanharam esta audiência pública e agradecer aos nossos expositores.

E, como nada mais há a ser apresentado, eu declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 20 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e quarenta e nove minutos do dia vinte e nove de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Vanderlan Cardoso, Marcelo Castro e Carlos Portinho, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Soraya Thronicke, Jayme Campos, Plínio Valério, Efraim Filho, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Weverton, Jaques Wagner, Ciro Nogueira, Mecias de Jesus, Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Wellington Fagundes, Lucas Barreto, Styvenson Valentim, Damares Alves, Paulo Paim e Wilder Morais, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Oriovisto Guimarães, Marcio Bittar, Otto Alencar, Omar Aziz, Eliziane Gama, Rodrigo Pacheco, Cid Gomes, Magno Malta, Marcos Rogério, Rogério Carvalho, Augusta Brito e Esperidião Amin. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento PLP 112/2021, de autoria Câmara dos Deputados. **Finalidade:** Destinada a instruir o Projeto de Lei Complementar n° 112, de 2021, que "dispõe sobre as normas eleitorais e as normas processuais eleitorais brasileiras". Conforme entendimento entre os Senadores, serão abordados os seguintes temas na presente Audiência Pública: Tema 5: Partidos Políticos e Federações Tema 6: Propaganda Eleitoral. **Participantes:** Sr. Flávio Eduardo Wanderley Britto, Advogado e membro fundador da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Público (ABRADEP); Sr. Sidney Neves, Advogado, Coordenador-Geral da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP); Sra. Ezikelly Silva Barros, Advogada Eleitoralista, Mestra em Direito Constitucional pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) e Membro Fundadora da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP); Sr. Carlos Enrique Arrais Caputo Bastos, Advogado, Doutor em Direito Constitucional e Mestre em Direito Parlamentar, Eleições e Estudos Legislativos pela Universidade Complutense de Madri; Sra. Marina Atoji, Diretora da Transparência Brasil; Sr. Admar Gonzaga Neto, Advogado especializado em Direito Eleitoral e ex-Ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE); Sr. Alexandre Arns Gonzales, Doutor em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB); Sr. André Garcia Xerez Silva, Advogado, Doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo (USP) e membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP); Sra. Bruna Martins dos Santos, Representante da Força-Tarefa Eleições da Coalizão Direitos na Rede; Sra. Roberta Benatti, Coordenadora de Regulatório do Conselho Digital; e Sra. Iná Jost, Coordenadora de Pesquisa do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

InternetLab. **Resultado:** Realizada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso
Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/29

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei Complementar nº 112, de 2021, que dispõe sobre as normas eleitorais e as normas processuais eleitorais brasileiras.

Conforme o entendimento entre os Senadores, serão abordados os seguintes temas: "Partidos Políticos e Federações" e "Propaganda Eleitoral".

Esta reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores e dos convidados por sistema de videoconferência para exposições e debates.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular.

Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/eCidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800... (*Pausa.*)

Hoje é a última audiência das três audiências. Já realizamos duas.

O primeiro tema será "Partidos Políticos e Federações".

Antes de iniciarmos o convite aos nossos convidados de hoje, o nosso Relator quer usar a palavra? (*Pausa.*)

Bom, eu vou chamar os convidados.

Nós temos dois convidados que estão remotamente: a Sra. Marina Atoji, Diretora do Transparência Brasil, e o Sr. Admar Gonzaga Neto.

O Sr. Sidney Neves, advogado e Coordenador-Geral da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político, está a caminho e vai participar de forma presencial.

Convido o Sr. Flávio Eduardo Wanderley Britto, advogado e membro fundador da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Público (Abradep), a fazer parte aqui da mesa. Dê-nos essa honra.

Convido a Sra. Ezikelly Silva Barros, advogada eleitoralista, Mestra em Direito Constitucional pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) e membro fundadora da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep), a fazer parte aqui, nos dando a honra.

A Sra. Ezikelly já se encontra? (*Pausa.*)

Seja bem-vinda.

Sr. Carlos Enrique Arrais Caputo Bastos, advogado, Doutor em Direito Constitucional e Mestre em Direito Parlamentar, Eleições e Estudos Legislativos pela Universidade Complutense de Madri. Dê-nos a honra também da sua presença aqui.

Bem-vindo, Carlos. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a palavra por dez minutos... (*Pausa.*)

O Sr. Sidney Neves, advogado e Coordenador-Geral da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político, já acaba de chegar.

Seja bem-vindo, Sidney.

Sr. Sidney, o senhor acaba de chegar e já pode usar da palavra.

O SR. SIDNEY NEVES (*Fora do microfone.*) – Posso ser na sequência?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Pode. Nós somos democráticos aqui, não é, Relator?

Sr. Flávio Eduardo Wanderley Britto, advogado e membro fundador da Academia Brasileira de Direito Eleitoral, com a palavra.

O SR. FLÁVIO EDUARDO WANDERLEY BRITTO (Para expor.) – Sr. Presidente, é uma satisfação estar aqui nesta audiência pública.

Eminente Relator, bom dia a todos aqui presentes.

É uma grande honra estar aqui nesta Casa e fiz questão, Sr. Presidente, de estar pessoalmente porque tenho um grande respeito por esta Casa que meu pai integrou, nas décadas de 60 e 70, como Senador da República pelo Estado do Amazonas e Presidente da CNA.

Tenho algumas considerações a fazer e vou direto aos pontos.

Cumprimento também, antes disso, todos os presentes, em especial, na classe da advocacia do seu estado, a advogada Marina Morais, que nos assiste, na pessoa de quem eu cumprimento todos os advogados.

Eminente Relator, eu trago seis singelas contribuições.

Direto ao ponto: sobre a fidelidade e disciplina partidária. O art. 49, § 4º, prevê, em relação à carta de anuência para o Parlamentar eleito no cargo proporcional – Vereador, Deputado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estadual, Distrital e Federal –, uma das condições para que ele possa mudar de partido. Isso interessa a todos os partidos.

E diz o seguinte:

> Art. 49. [...]
> [...]
> § 4º A carta de anuência a que se refere este artigo é de competência do presidente do diretório regional ao qual o parlamentar é filiado, salvo se o estatuto do partido dispuser de forma diversa.

Gostaria de sugerir a V. Exa. e ao Senado Federal uma mudança redacional. Por quê?

Como advogado de partido político – eu sou advogado há 25 anos e comando, desde 2012, o jurídico do Republicanos nacional –, fui também desembargador eleitoral e tenho uma vasta experiência no assunto para falar com propriedade, assim, sobre esses pontos. Quando falamos de diretório regional, isso estaria mais fácil em estados que possuem um número reduzido de municípios.

Eu vou dar um exemplo a V. Exa. Eu sou Presidente de um diretório estadual de Minas Gerais, 800 municípios aproximadamente. Eu tenho que ter a competência em relação a dar essa carta de anuência a Vereadores. Isso fica, a meu sentir, muito, muito... Como é que eu posso dizer? Eu vou sobrecarregar esse Presidente do diretório regional.

Eu vejo também, eminente Relator, que, em relação aos Parlamentares federais – e V. Exa. foi um brilhante Deputado Federal e tem feito igual trabalho aqui no Senado da República –, nós temos muitos conflitos que envolvem Deputados Federais com diretórios ou provisórias regionais. A meu sentir, seria o ideal manter, em relação aos Parlamentares federais, aos Deputados Federais, essa prerrogativa ao Presidente do diretório nacional.

Então, propomos: "A carta de anuência a que se refere este artigo é de competência do Presidente do diretório nacional, no caso de Deputado Federal, e do Presidente do diretório regional, nos demais casos, salvo disposição diversa no estatuto partidário", alterando "regional" para "nacional". Se o estatuto previr que o Presidente do diretório municipal ou da comissão provisória municipal tenha competência para expedir a carta de anuência para um Vereador, isso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobremaneira, iria reduzir o trabalho do Presidente do diretório regional. Essa é a nossa singela sugestão em relação a esse ponto.

Em relação à segunda contribuição, ao art. 73, eu peço vênia para ler: "A fundação é um instituto de direito privado, criado por partido político, destinada ao estudo e pesquisa, à doutrinação e à educação política, rege-se com as normas de lei civil e tem autonomia para contratar com instituições públicas e privadas, prestar serviços, manter estabelecimento de acordo com suas finalidades, podendo ainda manter intercâmbio com instituições não nacionais, desenvolver atividades amplas de ensino e formação, tais como cursos de formação e preparação em geral, incentivo à participação feminina na política, capacitação e estratégia de campanha eleitoral, cursos livres, inclusive de formação profissional". Aí, ao final, há uma frase cuja supressão eu sugiro: "desde que gratuitos".

Por que eu digo isso? O Partido Republicanos, de maneira inovadora, tem vinculado à sua fundação partidária a Fundação Republicana, uma faculdade chamada Faculdade Republicana, devidamente homologada pelo MEC há alguns anos.

Nós temos, em situação similar, mas não homologada pelo Ministério da Educação, a Universidade Leonel Brizola, que é uma universidade aberta. Entretanto, na nossa faculdade – e eu tenho muito orgulho de ser o Coordenador da Pós-Graduação de Direito Eleitoral da Faculdade Republicana; já tivemos duas turmas e estamos com uma terceira em andamento –, nós temos o curso de Direito, eminente Relator, de graduação presencial, nós temos o curso de Ciências Políticas e nós temos o curso de Gestão Pública; e nós temos inúmeras pós-graduações.

Eu mesmo e o Dr. Carlos Caputo Bastos fomos colegas de pós-graduação, em 2007, de Direito Eleitoral na Escola do Tribunal Superior Eleitoral, no TRE do Distrito Federal e na UnB. E a UnB cobrava por esses cursos – não era gratuito –, cobrava do TSE para os seus servidores, cobrava do TRE para os seus servidores, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal para os seus servidores, do Ministério Público; e nós advogados, Carlos – você se lembra bem disso – pagávamos a UnB. Agora, isso não gerava lucro para a UnB, isso cobria os custos.

E, efetivamente, quando colocamos, desde que gratuito, nós não estamos pensando nos custos que a faculdade, a fundação ou os institutos terão. E essa faculdade do Partido Republicanos serve, com a devida *venia*, de parâmetro para outros partidos. O próprio MDB pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ter a sua faculdade, o PSD, o PL e outras agremiações. E, quando nós colocamos, assim, com a devida *venia*, que sejam gratuitos, nós não vamos ter esses custos cobertos.

É bom relembrar que nem a Faculdade Republicana nem a maioria das faculdades no Brasil que possuem mantenedoras possuem o objetivo de lucro, mas um objetivo social e educacional. Esse ponto hoje é uma realidade, e, certamente, outras agremiações partidárias terão também.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO EDUARDO WANDERLEY BRITTO – Então, essa é a nossa outra sugestão.

Em relação a isso, eminente Relator, eu também coloco a emenda do eminente Senador Cid Gomes, que versa exatamente sobre isso – a Emenda 207 ao PLP do qual V. Exa. é o Relator.

Gostaria de elogiar também a previsão que V. Exa. colocou no 648, §3º, e no 71, sobre a desconsideração da personalidade jurídica, que vai alcançar a responsabilidade do dirigente partidário que, eventualmente, venha a atuar com o malfeito na direção do comando partidário.

Em relação à criação de partidos políticos... Em relação ao prazo da provisória do art. 22, §4º, que fala de dois anos, prorrogável uma vez, por igual período, do comando da provisória estadual e municipal.

Eu parabenizo V. Exa. pela sensibilidade, porque é algo que realmente os partidos e só quem atua efetivamente no comando partidário, na administração do partido político, entende como é difícil você instituir e manter, Senador Portinho, uma provisória.

Muitas vezes... Nós temos, por exemplo, em Campinas, um Diretório Municipal do Republicanos, que foi feito após uma provocação do Ministério Público, que, pasme V. Exa., no ano de 2020 quis derrubar todas as nominatas dos partidos na circunscrição de Campinas, porque eram provisórias. Então, V. Exa. está de parabéns por ter essa sensibilidade de colocar dois anos, prorrogável por mais dois anos.

Em relação à nossa quinta e penúltima contribuição, no art. 26, §1º, com a devida vênia, nós gostaríamos de sugerir que fosse elastecido esse prazo de dois anos para a criação de partidos em formação. Por que digo isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Deputado Rodrigo Maia foi Relator de uma reforma eleitoral na Câmara no passado e houve, por bem, naquele período, se reduzir o prazo para a criação de partidos políticos para dois anos. O prazo de dois anos inviabiliza efetivamente a criação de partidos políticos. Poderíamos falar que temos mais de 30 partidos aqui no Brasil, Senador Portinho, e que isso fragmenta efetivamente a vida partidária.

Com a devida vênia, é bom relembrar que nos Estados Unidos, muitos falam, que lá só tem dois partidos: Republicano e Democrata. Não é verdade! Nós temos quatro partidos, efetivamente, com representatividade no Parlamento, que envolvem o Republicano, o Democrata, o Libertário e o Verde. E nós temos mais de 100 partidos nos Estados Unidos. A diferença é que lá existem partidos regionais que não dependem de dinheiro público, o financiamento é estritamente privado.

No Brasil, em nosso financiamento, apesar de ser público, nós temos, Senador Portinho, uma nota de corte, e o que é? A cláusula de desempenho. Então, se V. Exa. permitir que haja a criação efetiva de partidos, não quer dizer que esses partidos vão conseguir conquistar cadeiras na Câmara e no Senado Federal para que recebam o direito de antena e fundo partidário. Então, esse prazo de dois anos, na prática, inviabiliza. Por quê? Porque temos a coleta de assinaturas, temos que ter a validação dessas assinaturas pelos cartórios eleitorais e, após essa validação, temos as certidões. E aí dá-se início ao quê? Ao processo de registro nos TREs e, futuramente, no TSE.

Esse prazo de dois anos afronta, a meu sentir, com a devida vênia, dois dispositivos da Constituição Federal, e isso já está acontecendo atualmente. Isso afronta o fundamento constitucional do art. 1º, inciso V, que é o pluralismo político, e afronta também, Senador Portinho, o art. 17, *caput*, que fala: "É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático [e] o [pluralismo partidário] [...]". Ora, eu não posso ter uma amarra efetiva que impeça a criação de um partido político. Então, sugerimos aqui em relação ao art. 26, §1º, que seja adotada a mesma redação, nessa parte, do art. 22, §4º, que seria: dois anos, prorrogável uma vez por igual período, ou seja, por mais dois anos, Sidney.

Por fim, eu gostaria...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Se me permite, sobre o tema, inclusive pedindo atenção do nosso querido Relator, que fez um trabalho hercúleo, o que V. Exa. coloca me parece guardar também uma lógica. A partir do momento em que estão se unificando os mandatos em cinco anos, a previsão de dois anos mais dois permite que um ano antes, no ano anterior ao ano eleitoral, seja possível estar o jogo estabelecido, digamos assim.

Então, eu fico também... É uma questão pontual, sem dúvida alguma, Senador Marcelo Castro, mas talvez guarde alguma lógica na medida em que está se prorrogando para cinco anos o mandato, dois mais dois são quatro, ou seja, até um ano antes das eleições, você já sabe quem é que pode estar posicionado. Não é um cavalo de batalha para mim, mas eu vejo uma lógica no que foi colocado.

O SR. FLÁVIO EDUARDO WANDERLEY BRITTO – Por fim, eu gostaria de registrar e elogiar a manutenção do §16 do art. 68, que diz o seguinte: "A sanção de que trata o §9º deste artigo não poderá ser descontada a qualquer título dos recursos financeiros do órgão partidário hierarquicamente superior, por inexistir responsabilidade solidária entre os órgãos partidários".

O que acontece e é importante colocar aqui para o Senado da República – e me permita, Sidney, citar você também como exemplo, e você sabe bem do que eu sou falando...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO EDUARDO WANDERLEY BRITTO – ... – a questão da nossa querida Asepa. O que é Asepa? Asepa é o setor de contas do TSE. E parece-me, muitas vezes, que o setor técnico, com a devida vênia, elaborando em graves equívocos, leva a própria Corte a – ou tenta levar a Corte – cometer erros.

Nós temos hoje, Senador Portinho, um expediente interno que está fazendo com que a Asepa indique a glosa de fundo partidário do diretório nacional por eventuais devoluções de executivas ou comissões provisórias regionais e municipais, em nítido descumprimento ao que existe hoje, atualmente, Senador Portinho, na Lei dos Partidos Políticos. Isso, com a devida vênia, é um absurdo, literalmente um absurdo! Nós temos hoje situações – e coloco ao Senado Federal – em que... Eu atuei com a minha equipe de São Paulo em processos eleitorais de candidatos que concorreram pelo então PRB ao cargo de Deputado Federal por São Paulo que já não estão no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

partido, tiveram contas julgadas reprovadas, tiveram problemas com cabos eleitorais, e esses cabos eleitorais demandaram contra o candidato – e é até um candidato bem abastado financeiramente, da região de Presidente Prudente –, e, no juizado especial e na – pasmem V. Exas. – própria Justiça do Trabalho, colocam o partido como litisconsorte no polo passivo.

E aí, o que é que acontece? De repente, e peço a devida vênia – não é uma crítica explícita ao tribunal, mas é uma constatação fática –, a Justiça bandeirante, a Justiça do TJ-São Paulo, diz o seguinte: "Pouco importa o que diz a legislação eleitoral" – a 9.096, Sidney! "Pouco importa"! "Se tem aqui uma condenação de 50 mil de danos morais, de falta de pagamento de cabo eleitoral, de material de fornecedor, o diretório nacional deu legenda. Se deu legenda, ele é corresponsável solidário." Isso é um absurdo, porque isso deveria ser, eminente Relator, de competência do candidato e quiçá do diretório ou da comissão regional.

Então, esse ponto é um ponto que merece uma atenção especial de V. Exas.

Parabenizo V. Exa. pela sensibilidade e acho, inclusive, que V. Exa. poderia acrescentar – não preparei a sugestão, mas está me vindo à cabeça agora – que um desrespeito pelas autoridades competentes em relação a essa norma legal iria incidir, de certa forma, em algum tipo de sanção ou de punição, eventualmente, um abuso de autoridade, porque está descumprindo deliberadamente a norma legal em vigor. Faço esse apelo a V. Exa.

No mais, parabenizo o seu trabalho, de todo o Senado Federal. Tenho certeza de que é um trabalho hercúleo. V. Exa. está querendo colocar uma norma moderna, uma norma que seja palatável e aceitável perante o Poder Judiciário e a comunidade jurídica.

E, no mais, agradeço a oportunidade de estar aqui presente, agradeço a V. Exa., agradeço ao Senador Portinho e, por fim, agradeço também a indicação do Senador Mourão e da sua suplente, Liziane Bayer, que é uma grande política, foi uma grande Deputada Federal pelo Rio Grande do Sul.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Dr. Flávio. Muito bons os seus acréscimos e suas questões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou consultar aqui o nosso Relator se a gente pode passar para o próximo e fazer de dois em dois, talvez, com uma pausa para perguntas – eu também tenho aqui algumas...

Então, eu vou pedir, seguindo aqui a lista, para o Dr. Sidney Neves, advogado, Coordenador-Geral da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep).

Com a palavra, pelo tempo regimental.

O SR. SIDNEY NEVES (Para expor.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Carlos Portinho.

Eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui falando em nome da Academia Brasileira de Direito Eleitoral, na condição de Coordenador-Geral, tendo assumido recentemente esse múnus.

Venho dizer aqui que a minha fala é uma fala muito mais institucional, buscando alguns pontos específicos, relacionados àquilo que a academia tem produzido relacionado à questão da reforma do Código Eleitoral.

É importante frisar que nós, nesse período agora de pouco mais de um mês desde que o Senador Marcelo Castro trouxe à discussão o código, criamos oito grupos de trabalho, com mais de oitenta pessoas, para fazer um estudo aprofundado de cada um dos temas e capítulos do código que são trazidos, renovando aquilo que já havíamos apresentado ao Senador, e é importante deixar registrado aqui um ponto que para nós é fundamental: o Senador Relator, o Senador Marcelo Castro, sempre foi um Senador extremamente aberto e disponível para escutar a comunidade jurídica. E é importante relevar que, na Abradep, nós não temos apenas advogados, temos também magistrados eleitorais na composição, cientistas políticos, contadores eleitorais, jornalistas; é uma academia que reúne diversas visões em relação ao direito eleitoral, direito político, e o Senador Marcelo Castro sempre se pôs à disposição.

Inclusive, à época em que eu estava como Presidente da Comissão Nacional de Direito Eleitoral do Conselho Federal da OAB, fizemos uma audiência pública lá no Conselho Federal e o Senador esteve conosco por cerca de seis horas, escutando mais de 20 expositores tratando de temas específicos relacionados ao código. Muitos daqueles temas que foram abordados, que foram propostos, o Senador acolheu e alterou em um dos seus relatórios que foram apresentados. Isto é importante deixar claro, registrado: a lhaneza e a capacidade de escuta ativa do Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marcelo Castro durante esse processo. Aliás, é um bom entendedor não só de direito eleitoral – não é, Senador? –, mas também de pessoas, um cientista das mentes humanas, e que, por essa razão, talvez desenvolva com muito maior capacidade essa maestria.

Bom, eu vou me ater aqui a dois pontos. Como eu disse, nós fizemos vários grupos de trabalho – e traremos o resultado desses grupos de trabalho agora, no dia 30, vamos fazer a entrega amanhã, vamos fazer a entrega para o Senador do resultado desse trabalho, desse calhamaço de informações, de estudos que foram feitos –, mas estamos numa audiência para tratar especificamente de partidos políticos e federações, e dois pontos específicos não podem deixar de ser abordados.

O primeiro desses pontos, na nossa concepção, que é um ponto extremamente preocupante, é o que se relaciona, Senador Portinho, à competência da Justiça Eleitoral, especificamente em relação a atos *interna corporis*. Hoje, a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior Eleitoral...

E aí vale abrir um parêntese: quando falamos de competência, eu entendo que competência, se o legislador puder não deixar para discussão por parte da jurisdição, pelo Poder Judiciário, quanto mais, melhor, né? E competência tem que ser estabelecida no diploma legal, na nossa concepção.

O que diz a jurisprudência do TSE? Diz lá claramente que os casos *interna corporis* que são levados ao Judiciário – disputa ali interna entre presidente, filiado, retirada de candidaturas, entre tantos casos... Inclusive, ultimamente, um dos casos mais levados ao Judiciário é a questão do repasse de recursos financeiros para campanhas de candidatos que se sentiram esquecidos e que foram ao Judiciário levar essa demanda para que o Judiciário estabelecesse, como ordem, que a direção partidária fizesse um direcionamento de recursos, de certa forma retirando a autonomia do partido político nessa discussão e deliberação.

É óbvio que a gente sabe que nem todo candidato que se lança candidato necessariamente terá acesso aos recursos financeiros, porque isso é, necessariamente, uma decisão interna do partido. O partido deve avaliar os seus candidatos e candidatas da melhor forma possível para, obviamente, investir dinheiro bom em candidaturas boas, que possam render frutos. Isso é natural, é da decisão política.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ocorre que o Poder Judiciário tem tido uma deliberação reiterada no sentido de compreender que, naquilo que for deliberação *interna corporis* e que não extravasar, como efeito consequencial, o pleito eleitoral que se avizinha, a competência é da Justiça comum, e não da Justiça Eleitoral. E para que nós temos uma Justiça Eleitoral? Justamente para discutir todos os temas relacionados àquilo que é político. Então, se temos uma discussão interna nos partidos políticos que extravasa os limites do partido, levando a uma judicialização – o que é sempre ruim, o melhor é fazer o acordo, o melhor é chegar a uma composição... O princípio da inafastabilidade da jurisdição existe para isso, para levar ao Judiciário quando a parte se sentir prejudicada.

Então, nesse aspecto, a nossa contribuição é no sentido de que se altere o dispositivo legal para consolidar a competência única e exclusiva da Justiça Eleitoral para questões *interna corporis,* e não deixar ao alvedrio, por exemplo, de um juiz eleitoral, de uma comarca – com todo respeito a todos os juízes, a questão não é essa, a questão é da especialidade; aqui o que se traz é a questão da especialidade. Óbvio que a jurisdição especializada é a mais capaz, é a mais competente para discutir e debater questões relativas a partidos políticos e a eleições. Então, na nossa concepção, isso deve ser trazido como dispositivo legal específico e vai estar apresentado, Senador, no nosso relatório.

O segundo ponto, já correndo aqui por conta do tempo, especificamente, é a questão relacionada a financiamento de campanhas. Sabemos todos, e aí não é novidade para ninguém, que, a partir, de 2015, o Supremo encerrou um julgamento, e esse julgamento que o Supremo encerra diz, firma o seguinte: que é inconstitucional a doação de pessoas jurídicas para pleitos eleitorais, contribuição eleitoral.

Bom, dada essa discussão, que começou a partir de uma ação direta de inconstitucionalidade proposta pelo Conselho Federal da OAB, esta Casa, junto com o Parlamento brasileiro em si, responde a essa deliberação do Supremo com uma proposta legal criando o Fundo Especial de Financiamento de Campanha. Ou seja, a partir daquele minuto ali em que o Supremo dá aquela decisão, surge, a fórceps, a criação de um fundo, ou seja, passa-se a ter um financiamento público de campanha; hoje, praticamente exclusivamente público.

O que a gente traz aqui como proposta... E isso é uma matéria que já não é novidade, desde 2015 – inclusive 2015 foi o ano em que a academia nasceu, temos dez anos de criação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

completamos agora no dia 20 de março – surge essa inquietação relacionada a esse direcionamento de recursos do orçamento público para campanhas eleitorais. É natural que a democracia, o processo democrático precise ser financiado, não há outra forma de se fazer democracia, sem dinheiro, sem recursos para fazer campanhas. Agora, é óbvio que a gente precisa, de certa forma, modular esses efeitos, porque, uma vez que o Supremo exerce o controle de constitucionalidade posterior e esta Casa tem a capacidade e a tranquilidade de exercer esse controle de constitucionalidade prévio, eu não vejo como haver qualquer tipo de conflito, até porque o Supremo, ao declarar a inconstitucionalidade, diz que é inconstitucional a partir de um modelo estabelecido.

Perceba, Senador Portinho, que o art. 24 diz lá diversas hipóteses de vedação ao financiamento de campanha. Fontes vedadas, organismos estrangeiros, sindicatos, igrejas... Enfim, por que não se trazer para esta discussão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SIDNEY NEVES – ... *cum grano salis*, obviamente, essa discussão de retorno, de forma paulatina, é bem verdade, criando-se ali um regime até, de certa forma, híbrido para que a gente tenha um tempo para que o acesso para recursos financeiros de campanha relacionados ao orçamento público seja reduzido e aqueles recursos sejam aplicados nas finalidades do Estado? É óbvio que a democracia também é uma finalidade do Estado, porque o nosso Estado é um Estado democrático de direito. Mas a questão não é essa. A questão, especificamente, é quanto ao financiamento, ou seja, se devemos ou não ir ao bolo do orçamento público para lançar mão de recursos e trazer esses recursos para discussão no âmbito do processo eleitoral.

Então, Senador, isso também será trazido nesse conjunto de elementos que iremos entregar a V. Exa., nesse esforço conjunto, como eu disse, de mais de 80 cabeças pensantes do direito eleitoral brasileiro para que a gente consiga trazer as mudanças que, de fato, a gente precise no nosso sistema eleitoral brasileiro.

Senador Portinho, muito obrigado pela palavra e pela participação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Dr. Sidney.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, particularmente, como advogado eleitoral – o início da minha trajetória política eu devo à advocacia, à advocacia eleitoral, que me trouxe até aqui e é um tema do meu maior interesse –, por acaso, compartilho nos dois temas, *ipsis litteris*, o que você colocou. Essa competência, querido Relator, Senador Marcelo Castro, da Justiça Eleitoral deve ser ampla em qualquer assunto que diga respeito à relação entre filiados e partido, em qualquer questão que diga respeito às eleições, ainda que no momento preparatório ou posterior às campanhas eleitorais, que é quando surgem os conflitos, geralmente. Eu acho fundamental que esteja clara essa competência, até porque é uma Justiça especializada.

Eu me especializei, Dr. Sidney, em direito... Eu sou advogado de tribuna de contencioso, gosto de uma briga, digamos assim. Hoje, eu estou afastado. Pelo meu exercício, eu preferi me afastar da advocacia desde que assumi, mas eu me especializei em duas questões bem pontuais do direito, que foi o direito desportivo e o direito eleitoral. Eu não me aventuro, por exemplo, no direito penal. Não entendo de direito penal. Eu entendo as normas gerais, que são muito válidas, inclusive, para outros ramos do direito que também têm códigos de penas, como o direito eleitoral e o direito desportivo, mas essa questão da especialidade, para quem julga, principalmente, eu acho fundamental. Então, em relação a levar algumas questões para o Juizado Especial, que já está assoberbado, inclusive, que tem outras demandas, ou para a própria Justiça comum, querido Senador Marcelo Castro, peço a reflexão a respeito, para que não reste dúvida, pelo menos no texto final, quanto a essas competências, porque, com essa competência aberta, a gente está vendo aí uma ginástica, às vezes, de interpretação por parte de alguns tribunais.

Com relação ao financiamento de campanha, e era até um dos temas em relação ao qual eu iria levantar o questionamento, eu também me alinho. Acho que houve uma aversão, digamos assim, do financiamento privado, e a gente tem que aprender com as lições.

Em um primeiro momento é "para e vamos para o público", mas, se me permitem, eu penso que a gente gradativamente deveria reconstruir esses conceitos do financiamento privado, criando amarras. Por exemplo, um recurso num teto – vou dar um número aqui, não que seja este – de R$100 mil, máximo, doado por uma empresa privada tem condição de interferir nas relações entre o partido e essa empresa? É por isso que ele vai apoiar uma questão ou outra? É um valor, me parece, pequeno. É lógico que a gente tem que pensar também se são R$100 mil que uma empresa vai doar para todos os candidatos ou se só para alguns, se ela escolhe um lado. Mas eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acho que é uma questão, Senador Marcelo Castro, que a gente deveria voltar a pensar, porque a consequência natural seria a redução do fundo público, do investimento público nas campanhas, conforme a gente fosse avançando, com tetos, com limites e outras amarras, para o financiamento privado, mas o reconstruindo, por conta de uma má versão, e tirando essa carga do orçamento público, porque os valores chegaram a bilhões e são muito caros para toda a sociedade.

Senador Marcelo, eu tenho algumas questões objetivas, mas queria, antes, passar a V. Exa. se tiver alguma colocação a fazer. Ou seguimos? (*Pausa.*)

Seguimos.

Eu tenho duas questões que eu já coloco para os dois primeiros, para a gente depois seguir, assim, de forma mais ordenada.

Há proposta no relatório de que, no que toca à prestação de contas do partido, até 20% de desvio, digamos assim, não seja considerado para rejeição de contas, mas para aprovação com ressalva. Com a experiência que V. Exas. têm, 20% é um percentual grande, pequeno ou poderia ser menor do que os 20%? Os casos em que há a rejeição de contas extrapolam esse percentual – na prática, com uma visão geral, naturalmente – ou eles estão situados em percentual menor e poderia se reduzir esse percentual? E 20% de 10 milhões são 200 mil...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É, perdão. São 2 milhões, o que não é pouco. Era isso que eu queria dizer.

Então, eu queria ouvir a respeito disso, brevemente.

O SR. FLÁVIO EDUARDO WANDERLEY BRITTO (Para expor.) – Senador, atualmente a jurisprudência tem entendido que, quando há uma glosa nas contas de campanha de um candidato superior a 10%, isso vai ensejar uma ação cuja previsão está no art. 30-A. Isso vai gerar a cassação do diploma, caso o candidato tenha sido diplomado, e consequentemente do mandato.

Nós tivemos isso, inclusive, em eleições majoritárias. Cito, como exemplo, salvo engano, a eleição do Senador Fávaro, no Mato Grosso, e temos isso Brasil afora. Tivemos... Eu mesmo, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2022, atuei num caso – e o caso ocorreu não por culpa do candidato, mas por culpa da administração de campanha – que foi superior a isso. de campanha, um caso que foi superior a isso. E nós ficamos com toda a equipe focada – aí não é só a equipe jurídica, a equipe de campanha, né? –, para reduzir efetivamente esses valores. Mas, atualmente, a jurisprudência tem entendido acima de 10%. Vinte por cento, para nós que somos advogados – né, Sidney? –, seria o ideal, iria diminuir muito o nosso trabalho de causídicos, mas acredito que entre 10% e 20% poderia chegar a ser um denominador comum.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O Senador Marcelo Castro quer fazer um uma colocação.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Pela ordem.) – Pois não. Senador Portinho e Dr. Flávio Eduardo, esses 20% vieram da Câmara, mas, no nosso relatório, nós reduzimos para 10%. Por quê? Dez por cento já fazem parte da jurisprudência, do acatamento de aprovar com ressalvas as contas, quando não foi a comprovação de 10% dos recursos aplicados. Já faz parte da jurisprudência do tribunal. Então, nós achamos que seria mais razoável, mais prudente, desde que não haja má-fé, ou seja, que não seja comprovada má-fé, e que o partido não tenha deixado de cumprir a aplicação dos 5% para a estimulação da participação feminina na política. Então, é um artigo que está bem amarrado.

Eu parabenizo V. Exa., Senador Portinho, pela preocupação. Realmente, quando nós lemos o que veio da Câmara, achamos que seria um exagero uma aprovação de contas com 20% de irregularidades. Por isso mesmo, nós voltamos aos 10%, porque já faz parte da jurisprudência dos tribunais.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Nisso, Senador Marcelo Castro, só uma questão: valendo também esse mesmo percentual para o candidato ou só para a questão de prestação de conta do partido?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Só para o fundo partidário que se refere.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Por favor, Dr. Sidney.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SIDNEY NEVES – No caso dessa alteração, a gente também entendeu, viu com bons olhos, por conta da preocupação, porque a gente está, neste momento ainda, num regime de financiamento público de campanhas. Então, ao fim e ao cabo, a gente tem dinheiro público, e a preocupação, quando se extravasa para 20%... Se a gente talvez tivesse um regime híbrido, o preciosismo que vem da Asepa – como o meu querido amigo Flávio falou – poderia ser mitigado nesses percentuais trazidos no dispositivo legal. Porém, a gente está tratando de recursos públicos. Então, a gente fica entre a cruz e a caldeirinha, porque você tem uma dificuldade muito grande de lidar, e a própria jurisdição encontrar limites para lidar quando se trata de recursos públicos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu tenho uma última pergunta objetiva também. O texto faculta a contratação de uma auditoria externa pelos partidos para sua prestação de contas. Seria mais conveniente ser compulsório, como se fosse o exercício de um órgão externo de fiscalização, ou sendo facultativo terá adesão?

O SR. FLÁVIO EDUARDO WANDERLEY BRITTO – Eu entendo – aí como advogado partidário, Senador, com a devida vênia – que os partidos, via de regra – eu até brinco, muitas vezes –, têm que ser geridos, a meu sentir, como se fossem uma empresa. Independentemente da empresa que visa o lucro, partido objetiva votos, porque esses votos vão gerar, como consequência, fundo partidário e direito de antena.

Agora, o custo de uma auditoria externa sendo compulsória, sobremaneira, iria sobrecarregar os partidos políticos. Eu vou lhe dar um exemplo. É um partido pequeno, e nada contra esse partido. Isso eu me recordo de quando eu era, eminente Relator, Desembargador aqui no TRE do Distrito Federal, mas continua. O PCO, do Distrito Federal, a sua sede fica em São Paulo, Senador Portinho, e não presta contas. Mesmo não recebendo o fundo partidário, ao longo dos anos é recorrente isso. Ora, como esse partido que não recebe fundo partidário iria arcar com esse custo externo?

Eu gostaria, inclusive, de fazer um registro aqui, com a devida vênia, do nosso TRE do Distrito Federal. Apesar de ser carioca, Senador Portinho, digo que é o melhor TRE do Brasil, é um TRE pequeno, é um TRE enxuto, é um TRE competente e que, a meu sentir, deveria servir – inclusive a parte técnica, Sidney, da parte contábil – de parâmetro e exemplo para a nossa Asepa. A Asepa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada contra a Asepa, mas alguém tem que fazer a crítica técnica. E, nesse ponto, como advogado eleitoral... E você sabe bem do que eu estou falando, você já sofreu na mão da Asepa. Entendeu? Eu já sofri também.

Vou lhe dar um exemplo, Senador Portinho, uma coisa prática, eminente Relator. Nós advogados – e V. Exa. é advogado – não temos salário, nós somos profissionais liberais. Então, os nossos honorários têm uma natureza salarial, verba alimentar. Ora, os contratos feitos... E pasmem V. Exas., isso aconteceu com o meu escritório, tá? Os contratos firmados entre pessoas jurídicas e outros profissionais não podem... E até empresas... E muitas vezes o escritório é uma pessoa jurídica, não pode ser tratado de uma maneira romântica, tem que ser tratado de uma maneira empresarial, senão você quebra, você não paga aluguel, não paga funcionário, não paga nada. Os nossos reajustes inflacionários muitas vezes são pelo INPC, ou IGP-M, ou qualquer outro índice. O meu escritório optou por colocar o indexador do salário mínimo; ora, natureza alimentar, atrelado ao salário mínimo. A jurisprudência do STJ entende que você não pode ter contrato entre pessoas jurídicas em salário mínimo. Só que, na advocacia, a contabilidade é *sui generis*, porque aquilo tem uma natureza alimentar, não é uma natureza meramente empresarial. Nosso contrato é com partidos de modo geral, com esse indexador.

Um belo dia chega um técnico iluminado da Asepa e diz o seguinte: "Não, eu entendo que tem que ser glosado. O trabalho que vocês fizeram ao longo de um ano não valeu nada. Vocês têm que devolver e o partido também". Isso é um absurdo, isso foge à razoabilidade. Ora, esse técnico não tem que se imiscuir nesse tipo de situação, ele tem que verificar se houve uma legalidade na contratação, se o serviço foi prestado, se está no parâmetro de mercado e acabou. Nós temos, Senador Portinho, mais...

Agora vou esquecer um pouco a Asepa, a que eu tenho críticas, e cito, por exemplo, cartórios eleitorais em São Paulo. Por que eu cito em São Paulo? Porque eu atuo em São Paulo, eu tenho suplementar em São Paulo, Sidney. Pasmem V. Exas. com o seguinte: o chefe da área contábil de um cartório eleitoral quer questionar que os honorários que foram pagos a um advogado de fora – a Dra. Ezikelly também atua em São Paulo – não correspondem à minha realidade na minha cidade, então tem que ser glosado. Isso esteve em contas de campanha de 2024. Isso é um absurdo, isso não compete à Justiça Eleitoral, nem ao técnico, nem ao magistrado, nem ao órgão colegiado, a ninguém. Se o serviço foi prestado, efetivamente está dentro de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parâmetro de legalidade, não compete a esse técnico querer se imiscuir nessa situação, nessa seara.

Então, essa questão da competência de prestação de contas é muito importante. E tenho certeza de que a Abradep trará isso e apresentará ao Relator.

O SR. SIDNEY NEVES – Sr. Presidente, para fazer só um adendo a essa questão, mas, também, fazendo aqui uma ponderação em relação a quando eu citei a questão do financiamento, o art. 24, hoje, da Lei 9.504 traz lá as hipóteses de fontes vedadas para doação de campanha, para doação para campanhas eleitorais. Na oportunidade da minirreforma de 2015, quando o Relator na Câmara dos Deputados era o Deputado Rodrigo Maia, que à época ainda não era Presidente da Casa, naquela oportunidade, nós apresentamos uma ponderação para ele para não se afastar, até para que evitasse que o Supremo levasse o julgamento até o final – como de fato levou, e a gente sabe do resultado, o resultado está aqui presente neste momento –, que se colocassem ali dispositivos específicos no 24, hipóteses – pegando a sua fala, inclusive – como, por exemplo, a empresa que eventualmente doar não pode ter contratos com o poder público; se tem contratos com o poder público, não pode doar. E por aí vai. E criar mecanismos justamente de travas para que possibilite as empresas participarem do processo eleitoral, porém com essas limitações específicas.

Eu encerro por aqui, Sr. Presidente, a minha fala.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vamos seguir, então, agora.

Dra. Ezikelly Silva Barros, Advogada eleitoral, mestre em Direito Constitucional pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) e membro fundadora da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político, com a palavra, pelo tempo.

A SRA. EZIKELLY SILVA BARROS (Para expor.) – Obrigada, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia a todas e todos. Cumprimento, em nome do nosso Presidente, o Senador Carlos Portinho. E não poderia deixar de agradecer o honroso convite, na pessoa do nosso Relator, Senador Marcelo Castro, e também do Senador Mecias de Jesus.

Cumprimento todos os meus colegas de mesa, na pessoa da nossa advogada eleitoralista presente, Dra. Cristiane Britto, que muito nos honra aqui com a sua presença na audiência.

Sr. Presidente, os meus colegas que me antecederam... Vou até ligar o meu cronômetro também. O tempo regimental é de dez minutos, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Não, mas eu sempre dou uma tolerância, principalmente se é uma mulher advogada. É uma questão de educação.

A SRA. EZIKELLY SILVA BARROS – Obrigada, Excelência.

Mas eu até irei pular alguns pontos que já foram mencionados pelo Dr. Flávio e pelo Dr. Sidney, para dar celeridade aos trabalhos.

Uma questão que me preocupou bastante, Senador Marcelo Castro, foi a Emenda 156, apresentada pela Senadora Soraya Thronicke, que ainda não consta do relatório de V. Exa. – pelo menos da última versão a que eu tive acesso –, porque ele propõe aqui uma alteração em relação à justa causa para desfiliação dos partidos federados.

Essa questão é muito interessante, porque a Lei dos Partidos Políticos, no art. 11-A, não prevê a hipótese de justa causa, mas veio a Resolução 23.610, de 2021, do TSE, no art. 7º, §3º, mencionando a possibilidade de aqueles partidos que fizeram federação com prazo mínimo de quatro anos, no curso desse prazo, desfazerem, extinguirem essa federação, sem aquelas sanções previstas em lei para dar vida a um novo partido por meio de uma fusão ou por meio de uma incorporação. A proposta... A Emenda 156, da Senadora Soraya, prevê aqui um puxadinho para essa hipótese, estendendo também a hipótese de fusão ou incorporação daqueles partidos não integrantes da federação.

E aqui, com o devido respeito à Senadora proponente, e até mesmo seguindo a linha de V. Exa., Senador Marcelo Castro, que tem tido a preocupação – isso é o que se depreende tanto das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

audiências públicas quanto do relatório de V. Exa. – de compatibilizar esse texto que será aprovado por esta Casa com aquilo também que já está sendo convalidado pela jurisprudência do TSE e da Suprema Corte. E nós não podemos perder de vista, quando se fala de federação, que o Supremo Tribunal Federal, no âmbito da Ação Direta 7.021 – de que eu tive a oportunidade de participar também, pois fui uma das autoras da ação –, naquela oportunidade, considerou a federação constitucional com algumas ressalvas.

Aqui eu preciso dar um passo um pouco para trás.

A federação foi criada no contexto de que, a partir da Emenda 97, de 2017, vedou-se a celebração de coligações nas eleições proporcionais. Quando surge a federação, houve um fundado receio, principalmente dos que eram contra o retorno das coligações nas eleições proporcionais, de que se repetisse o mesmo fenômeno. Com esse ânimo, o partido que eu representei apresentou então essa ação direta ao Supremo.

Também temendo que essa federação fosse desnaturada para uma coligação disfarçada, o Ministro Relator e hoje Presidente da Suprema Corte, em caráter liminar, estabeleceu os seguintes requisitos como essenciais para que essa federação fosse considerada constitucional. Em primeiro lugar, o prazo mínimo de quatro anos; em segundo lugar, a questão da afinidade programática, em contraposição à composição pragmática das coligações das eleições proporcionais; e, em terceiro lugar, aquele funcionamento parlamentar no curso, no mínimo, de quatro anos.

E qual foi a preocupação já de S. Exa. o Ministro Luís Roberto Barroso naquela oportunidade? Foi de que considerada, pelo menos em caráter eliminar... E é importante que se diga que o mérito ainda não foi apreciado pelo Supremo. Considerou que aquelas federações que fossem criadas naquele ano de 2022 já seriam afetadas aqui por atos jurídicos perfeitos. Então, qualquer modificação na legislação que modificasse esses parâmetros não retrocederia. E, inclusive, ele menciona que qualquer modificação nesse regime jurídico das federações que viesse a desnaturalizar essas características que ele considerou como essenciais para afastar essas federações das coligações e aproximar de um partido político – tanto que o prazo de criação ele também equiparou ao prazo de criação de partidos políticos –na p. 20 do acórdão da Ação Direta 7021, que já nasceria qualquer modificação sob a forte suspeição de inconstitucionalidade, porque senão seria, de fato, uma coligação disfarçada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, renovando as mais respeitosas vênias à proponente dessa Emenda 156, recomendo, Senador Marcelo Castro, a rejeição dessa emenda, porque entendo que ela vai acabar desnaturalizando esse instituto que tem se revelado tão importante para a nossa democracia.

Em relação à Emenda 162, também apresentada pela Senadora Soraya Thronicke, que fala da convocação de suplentes em caso de vacância, para que seja aferida a filiação partidária, eu entendo que essa realmente é uma questão muito relevante. A gente tem inúmeras judicializações perante a Justiça Eleitoral de suplentes que mudam de partido quando estão ainda nessa condição e que por alguma razão são convocados a assumir. A Justiça Eleitoral muitas vezes não dá conta de apreciar uma ação por justa causa ou por infidelidade partidária, e o partido fica, se não houver justa causa, sub-representado no Parlamento. Então, nesse caso, eu recomendo a aprovação dessa emenda.

Em relação à Emenda 173, de autoria do Senador Flávio Bolsonaro, S. Exa. menciona a possibilidade de, na hipótese de incorporação ou fusão de partidos políticos, que aquele prazo previsto hoje... Eu não sei no novo Código Eleitoral, mas na legislação é o art. 4º da Lei das Eleições, que trata de que o partido, para participar das eleições, precisa ser criado até seis meses antes das eleições. E, na Emenda 173, o Senador propõe que, na hipótese de incorporação ou de fusão, esse prazo não seja... Na verdade, o prazo não seja computado da incorporação ou da fusão, mas da própria preexistência do partido.

E aqui também, rogando as mais respeitosas vênias ao Senador Flávio, entendo que se trata aqui de uma escolha desta Casa Legislativa, mas não faria sentido equiparar a hipótese de incorporação ou de fusão, porque as consequências são diversas. Na fusão, dois ou mais partidos se unem para dar a vida um novo partido. E aqui, de fato, haveria necessidade de equipar essa proposta ao que já existe no art. 4º da Lei dos Partidos, que é o prazo de seis meses, ou então seria o caso até de reduzir esse prazo, porque não faria sentido, do ponto de vista da sistematização da legislação, manter essas duas regras distintas.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. EZIKELLY SILVA BARROS – Em relação à incorporação, aí eu já concordo com o Senador Flávio, porque, de fato, na incorporação, aquele partido incorporado deixa de existir, mas um incorporador permanece. Mas nesse ponto também entendo que haveria um excesso, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

verdade, porque a própria legislação, o art. 4º da Lei das Eleições, repetido no código, já cumpre essa finalidade.

Em relação ainda à Emenda 207, do Senador Cid Gomes, que dialoga com a Emenda 85, com a Emenda 39 e a Emenda 58, que o Dr. Flávio Britto bem posicionou, que trata das fundações e dos institutos de partidos políticos, da possibilidade desses institutos... E aqui corroboro tudo o que o Dr. Flávio Britto disse em relação à importância de que esses institutos possam oferecer cursos livres, cursos de formação, cursos de graduação ou de pós-graduação. E lá no Republicanos nós temos já os cursos de graduação de Ciência Política, de Direito, que são, Senador, de forma inquestionável, importantes para essa formação política, para a doutrinação. E, por ser tratar de uma entidade, ainda sem fins lucrativos, como o Dr. Flávio bem mencionou, isso não impede... Concordo também com a supressão proposta pelo Dr. Flávio, em relação à Emenda 58, que fala "desde que gratuitos", porque, na verdade, o valor destinado muitas vezes pelo instituto ou pela fundação do partido para determinado curso não é suficiente muitas vezes para ofertar...

Então, essas são as minhas considerações. Eu vejo que me excedi. Agradeço mais uma vez e parabenizo o Senador Marcelo Castro pelo hercúleo esforço em dar seguimento ao nosso trabalho iniciado lá na Câmara dos Deputados.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Dra. Ezikelly Silva Barros.

Agora, com a palavra, o Dr. Carlos Enrique Arrais Caputo Bastos, Advogado, Doutor em Direito Constitucional e Mestre em Direito Parlamentar, Eleições e Estudos Legislativos pela Universidade Complutense de Madri.

Com a palavra o Dr. Carlos Enrique Arrais Caputo Bastos.

O SR. CARLOS ENRIQUE ARRAIS CAPUTO BASTOS (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Bom dia a todos e a todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de obviamente fazer um agradecimento especial pelo convite ao nosso Relator, Senador Marcelo Castro. E, obviamente, não poderia deixar de ressaltar a minha particular alegria em retornar esta Comissão 21 anos depois, porque aqui realizei o meu estágio e aprendi muito sobre a vida, sobre a política, Senador. E não poderia deixar de registrar o meu agradecimento ao sempre Edison Lobão, à Dra. Gildete Leite de Melo, ao Dr. Itamar Melchior Júnior, à Dra. Elissa e ao Dr. João Rollemberg, diletos colegas.

Cumprimento a todos os colegas que integram esta especialíssima mesa.

E, óbvio, é um privilégio, uma honra, Senador, poder tratar do Projeto de Lei Complementar 112, de 2021, o novo Código Eleitoral.

O mérito desse trabalho é evidente, uma vez que nós temos uma miríade de leis e atos normativos que regem o processo eleitoral. É muito complicado, obviamente, inclusive, lecionar essa matéria, exatamente porque temos uma lei complementar, a Lei das Eleições, a Lei dos Partidos Políticos e temos uma infinidade de resoluções do Tribunal Superior Eleitoral, que muitas vezes, mesmo sem alteração normativa, muda as regras da eleição a cada dois anos ou a cada quatro anos. Então, apenas para ter uma ideia, o rito ordinário do processo eleitoral está na lei complementar, mas o rito sumário está na Lei das Eleições, nenhum dos ritos está no Código Eleitoral. Então, é bastante curioso; talvez a nós aqui, até pelo número de anos em que já trabalhamos na Justiça Eleitoral, não nos estranha tanto mais, mas é evidente que, para apresentar o direito eleitoral a alguém, esse tipo de particularidade talvez seja a premissa necessária para se iniciar a matéria.

Eu tenho apenas três aspectos que gostaria de ressaltar, Excelências, no estudo que fiz do novo Código Eleitoral.

Eu tenho uma impressão crítica em relação ao art. 67, aos incisos, no que diz respeito ao regime jurídico dos funcionários de partidos políticos. Isso porque não é de se estranhar que, muitas das vezes, os partidos políticos são onerados de maneira inclusive talvez excessiva no que diz respeito à contratação de seus funcionários. E o que se pretendeu, com o projeto que veio da Câmara dos Deputados, é que não seja aplicada a Consolidação das Leis do Trabalho a esse tipo de contratação, e, sim, a aplicação da Lei 8.112, no que diz respeito ao regime de assessoramento dos partidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu gostaria de ressaltar nesse aspecto, ainda que muito brevemente, é que os empregados de partidos políticos obviamente são regidos por um regime de direito privado. Os partidos políticos, como todos sabemos, desde um precedente histórico do Ministro Pertence em que se reconheceu a natureza privada das associações políticas... Desde então, o Supremo Tribunal Federal vem interpretando os regimes de trabalho oriundos dos partidos políticos como os regimes aplicáveis à CLT ou pelo menos destinados à aplicação direta da CLT.

O que se pode inferir do que veio da Câmara dos Deputados é que realmente os partidos poderiam pretender, ainda que de maneira justificável, que essa contratação e até o próprio processo de demissão sejam excluídos do regime da CLT e que muitas vezes esse direito ao FGTS e a todos os consectários que obviamente a legislação refere ao regime de contratação privada não sejam aplicados aos partidos políticos.

O fato é que, com o devido respeito e com todas as vênias, não podemos aplicar aos partidos políticos, que são entidades privadas, um regime que é propriamente dos cargos públicos em comissão. Isso me parece que vai de encontro com aquilo que o Supremo Tribunal Federal vem decidindo.

Há uma decisão bastante recente, a Reclamação 61.763, um agravo vindo de São Paulo, da relatoria do Ministro Flávio Dino, que analisou essa perspectiva sobre o acidente que infelizmente levou a óbito o Eduardo Campos. Discutia-se, nesse recurso, qual era a natureza jurídica de contratação do piloto, que também faleceu nesse acidente, e o Ministro foi muito claro no que diz respeito ao reconhecimento de, em havendo o reconhecimento de subordinação, horários e outras funções típicas do contrato trabalhista, obviamente não se poderia pretender outro regime se não o da própria CLT.

Então, ainda que se postule no novo código que possa ser excluído desse regime os partidos políticos, no meu modo de ver, não podemos fugir daquilo que o Supremo Tribunal Federal vem analisando no que diz respeito ao regime de contratações dos partidos políticos.

Outra questão que me parece importante – no que diz respeito ao tema que nos traz aqui hoje, que é exatamente partidos políticos – diz respeito às prévias eleitorais. Parece-me algo extremamente salutar que nós possamos ter um regime de prévias eleitorais. Nós temos um modelo de democracia que, muitas vezes, me parece, se ateve muito mais ao custo das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

campanhas do que propriamente à possibilidade de que o eleitor venha a saber, com a devida antecedência, quem são os candidatos. Claro, como muito bem colocou o meu amigo Sidney Neves, nós temos uma preocupação legítima em relação ao custo das eleições, porém, esse custo não pode ser em detrimento daquilo que, obviamente, favoreça ao eleitor o conhecimento dos candidatos e, obviamente, a possibilidade, inclusive, de debater, no ambiente interno do partido, quais são os melhores nomes a serem submetidos ao sufrágio eleitoral.

Então, o que me pareceu, com o devido respeito, é que, não havendo uma modificação no que diz respeito ao período de convenções partidárias, essas prévias eleitorais serão praticamente letra morta, porque nós temos um modelo eleitoral que hoje permite, por exemplo, Senador – isso é de conhecimento de todos –, que se discutam os requisitos para o registro de candidatura quando já inaugurado o mandato para o qual há o pleito eleitoral. Quer dizer, no primeiro ano, poder-se-iam discutir os elementos próprios do que seria um direito de candidatura propriamente dito, mas é claro que, a partir das coligações formadas e, obviamente, a partir das intenções que foram formuladas nas convenções partidárias, não me pareceria possível alteração dos nomes ou das listas partidárias, porque isso, obviamente, se operará em detrimento da estabilidade do processo eleitoral.

Eu teria ainda uma última colocação, Senador – se me permite –, que diz respeito às candidaturas coletivas. Há inúmeros artigos que vêm tratando das candidaturas coletivas no novo Código Eleitoral, e o que se tem, aparentemente, é que esse é um tema novo. Não é um tema novo, com o devido respeito, em nenhuma das perspectivas possíveis. Nós temos candidaturas coletivas como uma realidade factual desde pelo menos 2016, aqui, no Brasil, operando sem qualquer tipo de regulamentação, seja normativa, seja por parte do Tribunal Superior Eleitoral, mas a verdade é que essa é uma realidade advinda da idade média. Os mandatos imperativos, que eram exatamente as primeiras formas de representação política, quando ainda nem se falava em democracia, mas já havia representação política, era exatamente o que imperava durante pelo menos 300 anos, até o final do século XVIII, quando se entendeu que os Parlamentares eleitos não eram eleitos para representarem apenas e tão somente as suas circunscrições eleitorais, mas eram representantes da nação; eram um corpo eleitoral qualificado não por aqueles que o elegeram propriamente, mas, sim, responsáveis por determinar um rumo de algo muito maior, quer dizer, do país no qual estavam inseridos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu traria uma frase bastante rápida de Burke em relação a esse discurso célebre que proferiu em Bristol, e já para concluir, Sr. Presidente:

> O Parlamento não é um congresso de embaixadores de interesses diferentes e hostis, cujos interesses cada um deve assegurar, [...] o Parlamento é uma assembleia deliberativa de uma nação, com um interesse, o da totalidade, em que nenhum propósito local, nenhum preconceito local deva guiar, exceto o bem comum [...].

E por que destaco esse aspecto, Excelências? Porque o mandato coletivo tem uma natureza inequívoca de mandato imperativo. Quem decide é aquela coletividade, entre aspas, "detentora do mandato", e isso fere de morte, obviamente, a liberdade do Parlamentar.

Não há nada mais importante no exercício da atividade parlamentar do que a liberdade. E é óbvio que, para a liberdade parlamentar, se for possível algum tipo de segmentação, essa segmentação é feita pelo partido político.

Se o mandato pertence a essa minicoletividade que detém o mandato coletivo, qual é o papel do partido político? O próprio papel do partido político se torna secundário, o que é um absurdo, já que nós sabemos, com o devido respeito, que a democracia existe por meio de partidos políticos, verdadeiros órgãos que catalisam a vontade pública e podem promover alianças e a concatenação daquilo que a nação entende como o ideário do bem comum.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Agradeço e obviamente permaneço à disposição de todos para qualquer apontamento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito interessante esta audiência. Vou buscando alguns alinhamentos.

Eu também confesso, Senador Marcelo Castro... O legislador escolheu, lá na nossa Constituição de 1988, uma democracia partidária. Essas candidaturas coletivas são uma federação de candidatos, como você colocou: uma federação de candidatos. Ou seja, ela está acima até dos partidos, porque tem um foro próprio de deliberação.

Não é questão de ser contra isso, eu só acho que não se adapta ao que o legislador escolheu na Constituição, que é a democracia partidária. Se fosse num outro rumo, o de "vamos acabar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com essa democracia partidária, candidatura avulsa, sem financiamento público, quem quisesse...", aí poderia ser. A gente talvez estivesse voltando para a idade média. Depois de a gente, no nosso pacto social, ter ordenado um pouquinho, organizado esse processo eleitoral, a gente estaria retroagindo, na minha opinião, e até se justificaria, na ausência dos partidos, as federações de candidatos.

Então, eu até me manifesto, Senador Marcelo Castro. Confesso que eu não vi, não me dediquei... Eu vi, mas não me dediquei a esse tema, e agora que foi trazido, vou ver como está no relatório isso, porque o que eu manifesto aqui é minha posição pessoal como advogado também eleitoral.

E tem uma questão que você trouxe. Antes de ouvir os nossos dois convidados remotos, a quem eu estendo também a pergunta... E eu estendo aqui primeiro aos quatro presentes, se eles quiserem se manifestar a respeito. Como advogado eleitoral, a minha grande angústia – vou dizer, usar esse termo – era o momento do registro das candidaturas, porque a gente sabe que o processo de certificação dos tribunais eleitorais é demorado, inclusive pelo número de candidaturas, e se justifica. E muitas vezes você está literalmente no meio do processo da campanha, do processo eleitoral, e discutindo se um candidato tem que ser deferido ou indeferido, enquanto isso ele não recebe fundo. E eu venho me debatendo com isso há muito tempo, porque é lógico que as convenções partidárias são o momento da definição das candidaturas, mas sem prejuízo a essas.

Eu quero trazer um tema que é a possibilidade de um registro prévio, de uma aferição prévia de candidaturas, por parte do tribunal eleitoral, a partir do início de abril, no dia 4, se não me engano, quando se encerra o prazo para mudança de partidos, para filiações e também desincompatibilizações, etc., se a gente já não poderia, aí sim, respeitando a vontade individual da pessoa em querer se candidatar – porque é um direito que a ela é concedido, se candidatar, votar e ser votado –, se já não seria razoável que a gente abrisse um momento de registro prévio de candidaturas, até para que o próprio tribunal eleitoral já pudesse ir certificando aqueles candidatos com um prazo maior. Não que a gente vá com isso acabar com o problema, provavelmente ainda vão sobrar algumas candidaturas em fase de recurso e tudo mais, mas num universo muito menor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí seria uma ratificação, depois, daquele desejo dos candidatos durante as convenções, mas certamente o partido já saberia se aquele candidato está apto ou não; o próprio eleitor, que é o mais importante nessa história, já saberia se aquele candidato está apto ou não, porque "enganar", entre aspas... Acreditar o eleitor que está votando num candidato, e chega, às vezes, no final da apuração, aquele voto vai para outro, porque aquele candidato foi indeferido...

Então, eu queria, primeiro, ouvir os quatro e depois, na sequência, pedir que os dois palestrantes incluam essa questão do registro prévio de candidaturas, sem prejuízo, naturalmente, da ratificação pela convenção.

O SR. FLÁVIO EDUARDO WANDERLEY BRITTO (Para expor.) – Posso? Muito bom o seu questionamento e me vieram à cabeça duas situações, uma até eu não trouxe, sobre a composição da Justiça Eleitoral, por ser a temática de partido político, mas vou aproveitar também e fazer essa ponderação.

O Ministro Lewandowski, hoje Ministro da Justiça, defendia, quando Presidente do TSE, que houvesse na legislação uma previsão de registro, exatamente o que V. Exa. colocou aqui, prévio, no primeiro semestre do ano da eleição, para que a Justiça Eleitoral pudesse fazer esse julgamento antecipado, para que, quando se iniciasse propriamente o período da eleição, todos os candidatos tivessem o seu registro já deferido. Só iria concorrer efetivamente quem estivesse apto, não teríamos aquela figura de concorrer por conta e risco. "Não, eu vou receber fundo partidário, eu vou prever..." E lembro que isso, em 2018, foi objeto até de questionamento na Corte, aqui no TRE, quando eu a integrava. "Se eu estou concorrendo por conta e risco, eu não posso receber fundo partidário porque é recurso público." Ao final, o TSE entendeu que, se você está concorrendo por conta e risco, você preenche todos os requisitos para fazer campanha e receber recurso até o momento de ter o seu registro julgado em definitivo.

Porém, isso cria, efetivamente, uma insegurança jurídica muito grande para o eleitor ou aquele efeito surpresa, o que a Justiça Eleitoral, efetivamente, rechaça. Então, acho que V. Exa. poderia colocar esse ponto no relatório como sugestão.

E aproveito o ensejo, Presidente, também... Apesar de não ser objeto da audiência pública, quando eu vi a proposta no PLP do mandato na Justiça Eleitoral, eu me lembro também de S. Exa. o Ministro Lewandowski... Isso, inclusive, tem nos registros da casa, porque era competência do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

próprio Supremo uma alteração da Loman, e isso foi discutido no nosso Colégio Permanente de Juristas da Justiça Eleitoral, que engloba todos os desembargadores ativos e os ex-desembargadores eleitorais. E o mandato, eminente Relator, da Justiça Eleitoral ser de quatro anos acabaria com a recondução, na questão do biênio. Por exemplo, se eu fui desembargador eleitoral substituto por dois anos, eu tenho direito a novamente dois anos; acabaria com isso.

E, nesse projeto da Loman, também está previsto estritamente o seguinte, Senador Portinho: a vedação total. Porque hoje o desembargador eleitoral oriundo da advocacia não está impedido de advogar. Então, esse é um ponto que eu acho que merece uma reflexão desta Casa, é um ponto nevrálgico, que estava nesse projeto da Loman e que, posteriormente, o Ministro Lewandowski retirou. Era o mandato de quatro anos; o impedimento total para a advocacia; e, durante esse período do mandato, quem estivesse servindo na Justiça Eleitoral receberia o subsídio da magistratura.

Eu mesmo, por ser da área de direito eleitoral, durante o período em que servi a Justiça Eleitoral, por dois anos, eu me vi obrigado a me licenciar da advocacia e a requerer – talvez tenha sido o único, Senador Portinho, no Brasil a requerer –, quando magistrado, o meu impedimento total na Justiça Eleitoral, porque há uma consulta promovida pela Abrampe, então presidida pelo Marlon Reis – à época, Juiz de Direito, hoje advogado eleitoral –, de que haveria uma vedação efetiva para a atuação do magistrado... Por exemplo, eu, do TRE-DF, poderia atuar no TRE de Goiás, no TRE do Rio. Então, há essa vedação.

Então, acho que isso seria um ponto a ser acrescentado no relatório.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Interessante, Senador Marcelo Castro, o novo ponto. Além de confirmar o que eu havia dito, essa outra questão, eu particularmente acho que são escolhas na vida: quem quer exercer a magistratura eleitoral durante um período deve abdicar. Eu, aliás, fiz isso sem obrigação: quando assumi o Senado Federal, abdiquei do exercício da advocacia, embora não tivesse conflito algum.

O SR. SIDNEY NEVES (Para expor.) – Senador Portinho, eu, com relação a esse ponto, entendo que a questão a ser debelada é de complexidade baixa até. Numa audiência pública de que participei ainda no começo, na época da pandemia ainda, a gente falou disso. E a gente falou disso numa outra audiência pública da minirreforma, em um grupo de trabalho, e, posteriormente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o projeto foi incorporado ao projeto do código. O então Ministro Henrique Neves fez essa sugestão, e nós aderimos a essa sugestão, que é a de criar o dispositivo da ação declaratória de elegibilidade.

Então, você propõe a ação se o partido tem dúvida, porque a Justiça Eleitoral joga para o partido, dizendo: "O controle prévio da elegibilidade do seu candidato quem tem que fazer é você". Só que deixa o candidato ser registrado na dúvida e, posteriormente, acontece isso de que V. Exa. falou.

Então, se proponha – simples –: autorize a ação declaratória de elegibilidade; a Justiça Eleitoral afere se aquele cidadão ou aquela cidadã tem condições, reúne as condições, se é candidato ou não. Uma vez a Justiça Eleitoral deliberando sobre isso, ele vai para a convenção de forma tranquila e calma: é candidato ou candidata.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SIDNEY NEVES – E sem direito – exato –, sem direito adquirido. Porque pode surgir uma inelegibilidade *a posteriori*, mas, em relação àquele fato específico que foi suscitado, isso poderia ser resolvido dessa forma.

Obrigado.

A SRA. EZIKELLY SILVA BARROS (Para expor.) – Senador Portinho, eu até procurei, busquei no texto, no relatório do Senador Marcelo Castro, e encontrei aqui a rejeição, inclusive na Emenda 134, que traz uma proposta de pré-registro de... É um requerimento de declaração de elegibilidade, seria a RDE.

Eu não sei exatamente, aqui – peço até desculpas por não dar a autoria –, não sei se isso é a proposta do ex-Ministro Henrique Neves ou se é, este texto aqui, que eu não estou com o texto da emenda, se é a proposta da servidora da Justiça Eleitoral, Dra. Roberta Gresta, que é nossa colega da Abradep.

Mas o fato é que, desde a Câmara dos Deputados, eu tive a oportunidade, como uma das juristas, de trabalhar nesse texto com os Parlamentares. E não houve, pelo menos em relação à Câmara dos Deputados, naquele diálogo de lideranças, não houve o ânimo de avançar num pré-registro, porque havia, pelo menos naquele momento, o fundado receio de que, quando você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

antecipa esse registro, ainda que seja uma ação declaratória e que, eventualmente, se houver um fato superveniente, você possa impugnar o registro e levar à Justiça Eleitoral, haveria, sim, um fundado receio de uma antecipação de um momento eleitoral em que se espera que seja mesmo próximo do mês de outubro... desculpe, do mês de agosto.

E, inclusive, a proposta que está submetida na Emenda 134, o nosso Relator, Marcelo Castro, rechaçou.

Eu entendo que é uma escolha realmente legislativa. Caberá aos senhores e essa é a beleza do bicameralismo brasileiro. Então, V. Exas. têm aqui a oportunidade de, eventualmente, mudar o texto e persuadir os Deputados quando do retorno dessa matéria àquela Casa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ainda, Senador Marcelo Castro, que os prazos de impugnação fiquem mantidos para *posteriori*, né?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. *Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sem prejuízo.

Dr. Caputo, quer acrescentar alguma coisa?

O SR. CARLOS ENRIQUE ARRAIS CAPUTO BASTOS (Para expor.) – Só um ponto de vista.

Nós temos uma administração eleitoral permanente. Então, sendo uma Justiça Eleitoral permanente, é óbvio que o TSE poderá – e, da mesma forma, os Regionais Eleitorais também poderão – ter tempo suficiente para essa análise prévia.

E até, de alguma maneira, complementando, ainda que em sentido contrário ao que a colega colocou, tomara que isso antecipe, realmente, o processo eleitoral. Tomara! Porque nós precisamos de mais transparência no que diz respeito às escolhas feitas, e é óbvio que isso beneficia o eleitor.

No que diz respeito aos gastos que isso, eventualmente, poderá exsurgir, é claro: é possível que sejam feitas normas que restrinjam os valores que possam ser gastos nesse período de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escolha dos eleitores ou mesmo nas prévias eleitorais, mas eu não tenho a menor dúvida de que a antecipação desse processo poderá dar ainda mais transparência, e o eleitor poderá, obviamente, ser beneficiado ainda mais, porque é muito difícil conhecer um candidato em 45 dias de campanha.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Tratando dos custos para essa avaliação prévia, a maioria das certidões são gratuitas, e as outras ficariam a cargo do próprio candidato.

Vou passar agora a palavra, com muita admiração e quero aqui de público registrar, ao Dr. Admar Gonzaga Neto. Dr. Admar, se eu estou aqui, em parte é porque você me inspirou, porque fundamos juntos um partido, o PSD, hoje aqui do nosso Presidente da CCJ, Senador Otto Alencar, do Presidente Kassab, como advogados eleitorais, eu no Rio de Janeiro e o senhor carregando o piano aqui em Brasília, literalmente, mas eu tentei ajudar dentro do que pude.

Dr. Admar Gonzaga com a palavra – ele está pela via remota –, Advogado especializado em Direito Eleitoral e ex-Ministro do Tribunal Superior Eleitoral.

O SR. ADMAR GONZAGA NETO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia para todos os participantes, gostaria aqui de agradecer muito as palavras do Senador Carlos Portinho, agradecer a V. Exa. pelo convite de participar deste debate, que está sendo muito produtivo, agradecer também ao Senador Marcelo Castro, que é o Relator do Código Eleitoral. V. Exa. está fazendo um trabalho muito importante e de forma muito transparente com essas audiências públicas. Já participei de uma também lá na OAB, na qual V. Exa. trouxe os principais pontos sobre o Código Eleitoral.

Queria cumprimentar também os que estão aí na bancada, a Dra. Ezikelly Barros, o Dr. Sidney Neves, o Dr. Carlos Enrique, o Dr. Flávio Britto, queridos colegas e amigos de longa data.

Bom, sobre essa questão de registro de candidatura, esse registro prévio, eu acho muito saudável. Eu peço desculpas porque estou bastante gripado, estou participando aqui remotamente, não consegui me deslocar para Brasília, e não seria prudente estar aí contaminando V. Exas. com essa gripe que é pesada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que nós estamos caminhando para o registro prévio de candidaturas, até porque a pré-campanha já é uma realidade, já é uma realidade. A pré-campanha é uma realidade, mas o que não é realidade é a aferição do financiamento dessa pré-campanha. Isso é muito importante porque o jogo já começa a ser jogado na pré-campanha e muitas vezes com investimentos consideráveis, pré-campanhas muitas vezes de candidaturas inviáveis, e o TSE tem se debruçado sobre essa questão das candidaturas inviáveis.

Eu penso que já é chegada a hora de ter um pré-registro de candidaturas, essas candidaturas que sejam avaliadas a partir daqueles prazos de desincompatibilização previstos na Lei Complementar 64/90, a Lei de Inelegibilidade, até porque nós estamos aí encaminhando aos eleitores, que são os destinatários principais do processo eleitoral, da questão, se eles estarão ali votando em alguém que realmente possa representá-los ou não. O que não é justo com o eleitor é dizer a ele para votar em determinado candidato que tem uma candidatura inviável e ele jogar o seu voto fora. Isso causa insegurança jurídica, isso causa, sobretudo, insegurança política, porque nós temos visto, por exemplo, prefeituras, municípios sendo conduzidos pelo Presidente da Câmara durante um longo período, quando isso já poderia ter sido resolvido no primeiro semestre do ano da eleição. Eu entendo até que, caso haja uma substituição de candidaturas que tenham sido rejeitadas, no curso desse registro ou desse pré-registro, a partir de uma decisão colegiada do TRE, que os recursos públicos sejam suspensos para essa candidatura, com a ressalva, naturalmente, de uma cautelar do Tribunal Superior Eleitoral, porque nós estamos tratando de recursos públicos – de recursos públicos.

E sobre os demais temas deste debate, eu gostaria de indagar do Senador Portinho e do Senador Marcelo Castro se eu avanço nas outras questões que foram postas...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Por favor. Sim, por favor. Essa é só a questão prévia, a causa da minha pergunta, mas vamos seguir com sua análise do todo.

O SR. ADMAR GONZAGA NETO (*Por videoconferência.*) – Eu vou me limitar aqui a algumas questões que eu entendo interessantes e que já foram abordadas pelos ilustres colegas que me antecederam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à competência da Justiça Eleitoral para questões *interna corporis*, eu entendo que a competência da Justiça Eleitoral deva ser aplicada para toda e qualquer questão que tenha relação com a eleição. E entendo que as questões partidárias devam ser examinadas pela Justiça Eleitoral e não pela Justiça comum, porque elas, sem sombra de dúvidas, sempre têm algum interesse eleitoral envolvido por conta disso.

É natural que se devam excluir dessa competência da Justiça Eleitoral questões exclusivamente cíveis, por exemplo execuções por inadimplência, por falta de pagamento para prestadores de serviços, coisa e tal, mas toda e qualquer questão envolvendo filiação partidária, destituição de órgão partidário... deve ser encaminhada à Justiça Eleitoral, que deve ser, sim, aquela com competência para analisar, porque, ao fim e ao cabo, tudo isso vai desaguar na capacidade eleitoral daqueles que serão escolhidos por esses diretórios, por essas comissões provisórias.

Outra questão que me preocupa um pouco e que eu gostaria de trazer aqui é o Código Eleitoral ser considerado como lei complementar. Isso implica, a meu ver, algo que pode não ser interessante para a democracia, porque vai causar um engessamento, uma limitação política para alterações que possam ser necessárias.

A lei complementar serve para complementar a Constituição naquilo que a própria Constituição determina, como, por exemplo, nas cláusulas de inelegibilidade. Lá, no art. 14, §9º, a Constituição chama, convoca ou determina que sejam, por lei complementar, definidas outras cláusulas de inelegibilidade, que não estão ali como condições de inelegibilidade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADMAR GONZAGA NETO (*Por videoconferência.*) – Não vejo sentido algum para que todo Código Eleitoral seja editado na modalidade de lei complementar.

Fidelidade partidária.

Eu tenho até um certo orgulho de ter sido praticamente, vamos dizer assim, o pai desse instituto da fidelidade partidária porque foi minha a consulta... quer dizer, minha não. Foi o partido que me contratou na época, mas eu encaminhei essa ideia para o Presidente de então, que era o Senador Jorge Bornhausen.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu entendo que a fidelidade partidária, como foi concebida, não atendia aquilo que eu imaginava – que a fidelidade não deve ser ao partido, mas deve ser ao eleitor. Então, essa questão da carta de anuência, por exemplo, deve ser conforme a jurisdição eleitoral – Deputados Federais, Presidente da República e Senadores, pelo diretório nacional. Hoje isso não está definido na legislação e não deve ser aplicado agora, mas, a partir da edição do Código Eleitoral, sim. E a possibilidade também de ajuizamento da ação ao suplente, por que não? Assume o suplente que mudou de partido, talvez mais de uma vez, e, a partir dali, então, é que ele vai ser demandado sobre a sua infidelidade? Eu não vejo sentido algum.

Sobre criação de partidos políticos, o prazo de dois anos seria até possível para a criação de partido político. Eu preferiria a situação anterior, de antigamente, em que você poderia criar partidos provisórios e eles teriam dois anos para se constituir de baixo para cima; hoje, é de cima para baixo. E na criação, que seja possível a validação das assinaturas digitais, as assinaturas digitais. Elas têm que ser acolhidas. Nós temos hoje dois anos para a criação de partidos políticos. Imaginem a criação de partido político numa pandemia. Como é que se faz a coleta dessas assinaturas? Eu passei por isso quando fui convocado a constituir um partido político naquela época, foi inviável. E a Justiça Eleitoral, o Tribunal Superior Eleitoral foi implacável: dois anos, acabou. E não permitiu as assinaturas digitais, muito embora haja legislação para a validação dessas assinaturas.

Prestação de contas. Eu creio que seria importante se considerar a possibilidade de pagar aquelas multas e promover a devolução de valores com o fundo partidário também, com o fundo partidário. Que outros valores o partido tem? Vender rifa, fazer *show* de arrecadação? O partido não tem outro dinheiro, não tem mais nada.

A questão do financiamento privado, eu acho que deve ser instituído com o teto e sem restrição para o financiamento para outras candidaturas que também podem ser desejadas por um determinado grupo financeiro ou seja lá quem.

E essa questão do percentual para rejeição, eu acho que o percentual de 10% que está sendo aplicado aí pelo Senador Marcelo Castro é razoável, mas a questão da gravidade e não da proporção que tem que ser aferida. Essa proporção deve ser desconsiderada, a meu juízo, quando se tem ali uma gravidade, uma gravidade importante, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A participação feminina na política. Eu sempre defendi – a Dra. Ezikelly sabe – que as cotas também deveriam ser aplicadas para a participação de mulheres nas direções partidárias, não apenas para as eleições. Porque é muito injusto jogar uma mulher que nunca participou de política, nunca participou da vida partidária... E esse tipo de situação é que tem causado esse fenômeno das candidaturas laranja. E acho também absolutamente injusto, incompatível com a Constituição, na via da reserva legal proporcional, a cassação integral da chapa, a cassação integral da chapa.

E, com essas considerações, eu agradeço aqui mais uma vez o convite e quero externar minha alegria de estar participando de um evento com considerações trazidas pelos colegas e um debate tão importante, que é a elaboração do Código Eleitoral, porque a democracia é tudo aquilo que a gente imagina para a preservação da liberdade, sobretudo da liberdade de expressão. E eu gostaria que o Brasil tivesse um pouco mais de cuidado com essas restrições que nós temos visto ultimamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Dr. Admar sempre com muita contribuição. Muito obrigado pela sua participação.

Eu vou, de imediato, passar para a Dra. Marina Atoji, Diretora da Transparência Brasil, que nos falará remotamente.

Na sequência, fazendo aqui o registro da presença do Senador Rogerio Marinho, Líder da Oposição, de dois em dois, nós temos aberto, Senador Rogerio Marinho, para perguntas objetivas para quaisquer deles.

Marina, com a palavra, pelo tempo.

A SRA. MARINA ATOJI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada.

Bom dia a todos e a todas.

É um prazer estar aqui nesta audiência pública, contar com essas companhias tão ilustres e tão bem qualificadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, sou Marina Atoji, sou Diretora de Programas da Transparência Brasil, organização da qual o Movimento Transparência Partidária faz parte.

Eu vou me descrever brevemente para fins de acessibilidade: eu sou uma mulher amarela, com 40 anos, de cabelos castanhos presos aqui atrás da cabeça, olhos também castanhos, eu uso óculos de armação fina e estou usando uma blusa preta.

Novamente agradeço aos senhores e às senhoras presentes pelo convite para participar desta audiência.

Eu vou usar o meu tempo aqui para chamar a atenção para alguns pontos que a Transparência Brasil e o Movimento Transparência Partidária consideram muito prejudiciais no parecer atual do Relator do PLP 112, nesta CCJ, e que, na nossa opinião, precisam ser suprimidos ou significativamente alterados em suas redações. Esses pontos, eu consigo resumi-los ou agrupá-los em cinco categorias basicamente: pontos em que há redução ou implicam redução de transparência e de controle social sobre contas partidárias; pontos que acabam favorecendo ilícitos; pontos de incentivo ao descumprimento de deveres legais, especialmente em relação à prestação de contas partidárias; um dos pontos que implica esvaziamento da competência da Justiça Eleitoral; e a flexibilização de inelegibilidade por questão de renúncia.

Então, começando aqui a entrar nesses pontos no que diz respeito à redução da transparência e do controle social, existem dois dispositivos especificamente no parecer do Relator, que são o art. 66, §2º, que impõe um retrocesso na disponibilização de informações importantes, que hoje estão em transparência ativa e que servem à identificação de irregularidades, de abusos de poder político e de eventuais conflitos de interesse, que é justamente a divulgação da lista de passageiros e tripulantes transportados ou usados como prestadores de serviço no uso de aeronaves por partidos políticos, por agremiações políticas; e o art. 68, por sua vez, ao dispensar o uso ou ao admitir apenas a apresentação de escrituração contábil, abre um caminho, na nossa opinião, à despadronização dos dados de prestação de contas de partidos e, portanto, a prejuízos graves à transparência, porque desobriga o uso do sistema próprio da Justiça Eleitoral, o SPCA.

E hoje, o SPCA, o sistema, garante que os dados estejam efetivamente transparentes, ou seja, eles estão padronizados, organizados e visíveis de forma bastante acessível à maioria de nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eles servem ao controle social, porque a análise de grande quantidade de dado oriundo de fontes distintas, como é o caso de prestações de contas partidárias, só é possível quando existe um modelo a ser seguido e quando esses dados estão estruturados. A apresentação apenas da escrituração contábil, sem estabelecer-se um padrão, sem estabelecer-se um formato específico, como existe hoje, realmente prejudicaria essa transparência sobre essa prestação de contas e, portanto, o controle social e, arrisco dizer, inclusive, o controle exercido pela Justiça Eleitoral, que terá bastante mais trabalho ao verificar as informações.

Na sequência, a gente identifica pelo menos quatro dispositivos, no parecer do Relator, que criam condições favoráveis para a ocorrência de ilícitos, especificamente o art. 68, §2º, e o art. 426, §4º, inciso I, que restringem, ou expressamente ou de alguma outra maneira, a auditoria feita pela Justiça Eleitoral nas contas partidárias a aspectos meramente formais. Então, dessa forma, fica limitada a apuração de irregularidades, justamente como sobrepreço significativo no pagamento de algum serviço, a contratação de um fornecedor sem capacidade técnica ou mesmo o pagamento por serviço não prestado. A gente recomenda que não haja justamente a retirada dessa ou a limitação tão estrita de quais aspectos a Justiça Eleitoral pode ou deve se debruçar na hora de fazer análise das contas partidárias.

O art. 391 do §16 pode favorecer a compra de votos, no nosso entendimento, porque impede que a Justiça Eleitoral solicite documentos que comprovem a efetiva prestação do serviço por pessoas subcontratadas por empresas terceirizadas. Então, dessa forma, essas pessoas podem acabar sendo pagas sem trabalhar e sem que a Justiça Eleitoral consiga verificar se houve esse tipo de ilícito, e aí essas pessoas podem receber sob o compromisso apenas de votarem no candidato ou no partido que pagou essa empresa que as contratou, que as subcontratou. A gente recomenda aqui que não haja essa determinação, que não haja essa limitação no trabalho da Justiça Eleitoral nesse caso, para a comprovação das despesas.

Na sequência, o art. 408, inciso II, na nossa visão, abre caminho para que candidatos sejam usados como laranjas para passar materiais de campanha a outros, sem que esse gasto seja contabilizado por esses segundos ou terceiros mencionados, porque você tem essa desobrigação de declarar esses gastos contabilizáveis por um outro candidato. Se há dois candidatos compartilhando bens ou compartilhando a prestação do serviço, por exemplo, de folhetos ou de materiais de campanha, um deles pode não declarar esses gastos, isso para nós, no nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entendimento, abre caminho para uma candidatura driblar o seu limite de gastos ao dividi-lo com outra candidatura. Assim, a gente tem um caminho aberto para um ilícito e também enfraquece justamente essa disposição da legislação em limitar os gastos eleitorais, os gastos de campanha eleitoral.

Em outro ponto, os §§7º e 8º do art. 66, na nossa opinião, fazem com que o descumprimento de alguns deveres legais saia muito mais barato do que atualmente, digamos assim. Justamente os §§7º e 8º do art. 66 possibilitarem que os partidos usem justamente o fundo partidário para pagar multas e sanções, mas até mesmo cobrir a devolução de recursos a particulares, se for o caso, ou quitar débitos de órgãos partidários, inclusive aqueles impedidos de receber o fundo, tornam justamente essa punição eventualmente aplicada a algum órgão partidário de não poder receber o fundo inócua, porque o diretório regional ou eventualmente o diretório subnacional deixa de ser apto a receber o fundo partidário, mas o seu diretório nacional pode cobrir essa punição de alguma forma indireta, ou seja, você tira o caráter dissuasório da punição de não receber o fundo partidário e enfraquece esse caráter, digamos, pedagógico da punição.

Na nossa visão, há três dispositivos, no parecer do Relator atualmente, que favorecem a prescrição das prestações de contas partidárias, inclusive com alguns pontos inconstitucionais ou incompatíveis com decisões do Supremo Tribunal Federal. O art. 68, §7º, é justamente um desses pontos. Ele parece ignorar ou parece passar ao largo do fato de que o STF já decidiu que a preclusão, ou seja, a apresentação de documentos em prazo certo dentro do processo, é constitucional no caso de prestações de contas partidárias. Então, não faz sentido incluir ali no texto do Código Eleitoral uma autorização para que os partidos permaneçam prestando contas indefinidamente e, assim, estendendo o julgamento das prestações de contas também indefinidamente até a sua prescrição.

Os §§10º e 13, por sua vez, impõem prazos impraticáveis para análise de contas que ou tornarão a edição de pareceres favoráveis à aprovação das contas uma regra, porque é impossível que hoje, pelo menos nas condições atuais, a análise se dê naquele prazo específico fixado no texto hoje pelo parecer do Relator... Então, antes de que esse prazo se extinga e considere-se o parecer prévio pela aprovação. Isso também impõe uma prescrição, mesmo em casos de erros ou de irregularidades graves na prestação de contas. Então, a gente tem um favorecimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

justamente de irregularidades ou de problemas de prestações de contas não adequadas ou não de acordo com a legislação.

O art. 68, §9º, também tem esse condão, porque ele coloca um teto de 30 mil para multa aplicável a casos de gravidade em problema na prestação de contas partidária; ou seja, um caso de gravidade na prestação de contas partidárias, de problemas de prestação de contas partidárias sai relativamente barato, se a gente for falar em casos milionários, em casos de graves irregularidades que chegam à casa dos milhões, em que hoje há uma porcentagem máxima nessa multa de punição, e acaba saindo por apenas R$30 mil. Então, a gente acredita que deveria ser revista essa questão do teto.

Por último, tem também a questão da inconstitucionalidade da possibilidade de contratação de auditoria privada para acompanhamento e análise das contas pelo partido – o fato de o partido poder contratar essa auditoria privada para acompanhar a análise das contas pelo partido. Para a gente, isso configura justamente um conflito direto com o art. 17 da Constituição, segundo o qual a competência para julgamento e análise das contas de partidos é da Justiça Eleitoral.

E, por último, já finalizando, a flexibilização da inelegibilidade por renúncia: ao reduzir o prazo atual de inelegibilidade para oito anos a partir da data da renúncia, para a gente isso reduz o custo dessa prática de renunciar a um mandato apenas com o fim de escapar de uma eventual cassação e manter a sua possibilidade de eleição. Então, para a gente, isso acaba ferindo o espírito justamente dessa sanção de inelegibilidade.

Então, em apertada síntese, esses são os nossos apontamentos relativos ao parecer do Relator hoje nessa CCJ. A gente espera que essa contribuição sirva de alerta ou ajude os senhores a enxergarem os riscos que esses dispositivos que eu mencionei aqui representam à integridade dos partidos políticos brasileiros, às eleições e, portanto, à própria democracia. A sociedade brasileira – e a gente tem ouvido bastante isto – demanda mais transparência, governança e responsabilidade dos partidos políticos e dos candidatos. E a gente entende que, se o texto for aprovado com essas fragilidades que a gente aponta aqui hoje, o texto vai promover justamente o contrário do que é esperado pela sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Novamente, peço perdão, primeiro, por ultrapassar o tempo e agradeço a atenção dos senhores e das senhoras. Espero que essa seja mais uma audiência frutífera.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Dra. Marina, Diretora do movimento Transparência Brasil.

Esta é a grande dificuldade: dar a transparência sem tornar complexo demasiadamente o processo de prestação de conta. Eu confesso que, da mesma maneira que muitos adotam a linguagem simples, inclusive muitos tribunais, a gente precisa de uma linguagem simples para prestação de conta, porque, do outro lado, tem um homem médio que tem o direito de se candidatar. E eu fico pensando na dificuldade de muitas candidaturas de primeira viagem, de candidaturas femininas, porque não basta só a pessoa fazer política, ela tem que entender de contabilidade e de direito, e ela já sai gastando uma fortuna com advogados e com contadores para que possa prestar conta. E, mesmo assim, os próprios técnicos, advogados e contadores, têm dificuldade dada a complexidade do instrumento de prestação de conta. Não que não deva ser transparente, não deva ser rigoroso – sem dúvida, é dinheiro público –, mas eu também chamo atenção para a linguagem simples, ou seja, uma forma simplificada dessa prestação de contas, porque o que eu vejo, principalmente, de mulheres inelegíveis... Às vezes não receberam um tostão, ou receberam um valor muito pequeno, e se tornam inelegíveis por não saberem prestar contas.

Senador Rogerio Marinho, com a palavra.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para interpelar.) – Agradeço a V. Exa.

Eu lamento não ter podido assistir o cômputo das intervenções que foram feitas, sem dúvida nenhuma, bastante pertinentes, dada a qualidade da mesa que está aqui colocada na nossa frente.

O nosso eminente Relator, Marcelo Castro, que pacientemente faz as suas anotações, certamente vai se debruçar sobre o texto com mais cuidado ainda – ele que se notabiliza aqui pelas minúcias, pela capacidade operativa que ele tem de buscar e formar consenso nesta Casa. Já pedi a ele aqui uma audiência para tratar de algumas situações que nos chamam atenção no texto, ele vai nos receber aqui em nome da Oposição. E nós esperamos, nos próximos dez dias,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quinze dias, votarmos aqui na CCJ esse importante projeto, que unifica uma série de legislações ligadas às eleições que, se forem votadas agora, antes do mês de outubro, estarão aptas para as eleições do ano subsequente.

Os dois temas que nós estamos tratando aqui são a organização partidária, a prestação de contas e essa questão que nos afeta, em particular, que é uma discussão que está no mundo inteiro, que é a questão da maneira como as redes sociais interagem com a sociedade e de que forma nós podemos lidar com ela de tal maneira que nós potencializemos as coisas boas e nós não tenhamos dificuldade com as coisas ruins – ou menos dificuldade.

Então, primeiro, eu queria fazer uma observação aqui para o nosso Relator: de que é uma enorme responsabilidade apresentar um texto formatado que represente o consenso das opiniões desta Casa, mas também que possa extrair ensinamentos do que esses mais de 40 anos de restabelecimento do processo democrático na sua plenitude, a partir de 1985, nos proporcionou. E eu faço sempre uma reflexão a respeito desse momento, porque, a partir de 1986, nós tivemos uma pulverização de partidos políticos, até como uma espécie de resposta à camisa de força que era colocada entre duas agremiações distintas que tinham como guarda-chuvas diferentes visões ideológicas da sociedade, Arena e MDB.

Em 2018 – eu vou saltar no tempo –, nós chegamos a 37 partidos com representação na Câmara dos Deputados. Parece-me claro que não há um número de ideologias que possa casar com essa pulverização partidária. Isso gera toda uma sorte de dificuldades na própria condução da ação parlamentar – a fragmentação, a fulanização, a pulverização do processo de formação de consensos e definição de linhas programáticas. Os partidos tendem a buscar franquias, e boa parte dos partidos são franquias de uma única pessoa, presidentes que se perpetuam ao longo do tempo – e aqui eu não estou excepcionalizando nenhum partido –, com raras exceções. E essa cultura partidária precisa ser, pelo bem da democracia, revisitada. Como é que a gente vai tratar esse tema?

E aí nós temos um mecanismo – fazendo um corte rápido para não me alongar muito nessa tese –, que foi instituído me parece que em 2017 ou 2016, que determinou que os partidos, para terem direito ao fundo partidário e ao tempo de televisão, precisavam de um número mínimo de votos de forma nacional, e com o sarrafo sendo erguido gradativamente a cada quatro anos. Isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fez com que apenas 14 partidos em 2022 ultrapassassem esse sarrafo, e o 14º partido nos 46 do segundo tempo, após a prorrogação, com uma recontagem.

Quero saudar aqui o Senador Ciro Nogueira, que se junta a nós. Ele agora é muito poderoso, ele está parrudo: vai ter mais de cem Parlamentares na Câmara e 14 no Senado da República. Vamos estar juntos, Ciro...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Sempre.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... em favor do Brasil e contra o PT.

Feito esse breve comercial – em favor do Brasil, Marcelo –, o importante aqui é o seguinte: essa situação vai diminuindo gradativamente o número de agremiações, mas surgiu um outro tema – e foi bom Ciro ter chegado aqui –, que é a questão das federações. Hoje nós vamos – vou lá dar um abraço no Senador Ciro – assistir ao surgimento de um gigante aqui no Parlamento. É UP, não é isso, Ciro? UP?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – UP.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – UP, que vai congraçar dois partidos importantes, que é o Partido Progressista e o União Brasil.

Ocorre que as federações, que deveriam ser situações episódicas e contingenciais, se transformaram num *motu continuo* para abrigar legendas que não têm mais capilaridade e conexão com a sociedade.

Então, eu estou fazendo inclusive uma emenda, que o Relator vai receber – ele que faz parte de um partido histórico, que é o MDB – na próxima semana, em que eu proponho que a federação possa, sim, existir, mas que ela tenha um prazo, que ela possa ser renovada por mais um período, Senador Ciro. Então, quatro anos com mais quatro anos, oito anos, que é o tempo do amadurecimento e da consolidação, eu diria, de uma certa integridade de agenda programática.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Resumindo, na hora em que eu estou chegando, você já quer botar limites, né? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Não, pelo contrário. Eu acho que V. Exa. é um ator importantíssimo nesse processo.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Não, V. Exa. está corretíssimo – está corretíssimo.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Oito anos é um tempo suficiente para que vocês sejam amalgamados, para que o partido passe a ter uma mesma substância e para que as eventuais diferenças possam ser tratadas no âmbito do próprio partido ao longo desse período. E, após oito anos, os partidos terão que virar um partido só. Não haverá a possibilidade de sair da federação. E, se houver a saída da federação, que não haja a possibilidade de se fazer uma nova federação.

Então, essa é a primeira observação, porque eu acho que isso dará maior salubridade ao processo eleitoral, maior nitidez programática e ideológica às agendas, para que as pessoas, na hora em que escolherem os seus candidatos, o façam não apenas em função da personalidade das candidaturas, do personalismo, mas também da linha programática que esse partido ou essa agremiação defende – quais são os seus ideais, quais são as suas agendas, quais são os seus programas partidários.

E eu não tenho dúvida de que isso vai ser importante inclusive na perspectiva da governabilidade. Hoje nós estamos ouvindo alguns defenderem o que se denomina presidencialismo de coalizão. Desculpem-me, parece-me uma coisa absolutamente fora do contexto: ou você tem um presidencialismo, ou você tem um parlamentarismo, ou até uma monarquia. Isso é uma jabuticaba brasileira fruto dessa pulverização, dessa falta de identidade programática que está sendo corrigida.

E eu quero saudar aqui, com muita alegria, a formação do bloco partidário que tem uma visão muito clara sobre a forma como esse partido deve se comportar na sociedade de forma positiva.

Essa é a primeira observação.

A segunda, ilustre Relator, que anota atentamente as minhas parcas ideias aqui – mas com certeza ele vai assimilar algumas –, é essa questão do tal crime de *fake news*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não sou advogado. Eu quero reverenciar os senhores, que são advogados, são agentes da lei. Vejam a dificuldade de quem exerce um cargo eletivo e não conhece o direito: ele precisa redobrar os seus esforços para conseguir entender a maneira como funciona a formulação da legislação, a sua aplicação. E, nos tempos que estamos passando, Senador Ciro, me parece que nós vivemos o tempo das jurisprudências relativas – "relativa" passou a ser a palavra da ordem –, então o que era fixo, sólido, passou a ser movediço, passou a ser fruto da conveniência do momento. Então, até nós, que não somos operadores do direito, olhamos o cenário e dizemos: "Puxa, mas mudou. O que houve? Foi a conveniência de alguém? Foi uma circunstância? Mas o direito não deveria ter uma certa lógica, o que a gente chama de previsibilidade, segurança jurídica?". Tudo isso nos chama a atenção.

Então, quando se fala de *fake news* – e aqui o art. 859 aumenta penas, joga, de uma maneira muito forte, essa situação –, qual é a nossa preocupação? A subjetividade. Ora, se os senhores julgadores, doutos julgadores, desde a mais alta corte até as instâncias inferiores, iluminados pelos exemplos dos senhores – como é que se chamam? – recivilizadores nacionais, iluminados por esses exemplos, tomam atitudes com as quais nós ficamos perplexos, nós os formuladores da lei: "Mas não foi isso que o nós gostaríamos de ter acenado, apontado quando fizemos a lei"... Mas existem hoje 11 constituições no Brasil e elas são colocadas de uma maneira muito vaga. Então, me parece temerário, eminente Relator, nós entregarmos à subjetividade de um julgador a possibilidade de dizer o que é certo ou que é errado. E, pior, com termos como o que nós vimos ultimamente: desordem informacional. Achei bonito, eu vou repetir aqui, até para aspear: "desordem informacional".

Vejam, se você vai enfrentar uma eleição e você é candidato, há um risco aumentado consideravelmente, eu diria geometricamente, com a subjetividade desse artigo. Nós estamos nos entregando ao escrutínio e à visão de mundo, inclusive política, de um cidadão que vai nos julgar e que não vai precisar estar afeito à letra fria da lei, mas à sua interpretação dela, de acordo com a sua formação, a sua condição política – ele é um cidadão como qualquer outro. Então, me parece um risco que é muito sério. Aí nós vamos conversar com o senhor *in pectore*, mas também vamos fazer o debate público de que isso nos deixa desconfortáveis.

Por fim, para não me alongar muito, uma última observação – tem várias aqui, a assessoria me deu 14; eu vou poupá-lo, eminente Senador, eu sei que V. Exa. está sensibilizado com os temas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que levantei – é o art. 493, que fala sobre a previsão legal para banimento de contas. Não estamos falando aqui de conteúdo, mas de contas. Aí vejam a violência desse artigo. Se eu fosse um Ministro do Supremo Tribunal Federal – que não é o caso –, eu diria: "Isso é flagrantemente inconstitucional, porque é censura prévia".

Ora, se eu estou banindo a conta de alguém, eu estou impedindo que ele se manifeste sem saber qual o teor da sua manifestação, o que ele pretende falar. Não é o que ele falou e que pode ser gravoso para alguém, e que eventualmente poderia ser arguido juridicamente por uma calúnia, uma difamação, uma injúria, ou até pela velocidade que o próprio sistema eleitoral determina para que não haja injustiça, assim, um certo *fast track* no processo legal.

Não, nós estamos falando aqui de banimento da conta...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sem uma gradação legal, né?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – E isso me parece tão grave, eminente Relator, e tão desproporcional que me chama a atenção.

E me chama a atenção principalmente porque nós assistimos, na eleição passada, a uma das juízas, um dos juízes, desculpe, neutro, como jogar aqui o gênero neutro, num caso rumoroso, que disse: isso é censura prévia, mas vou fazer só dessa vez; só dessa vez. E o só dessa vez gerou uma jurisprudência.

Não há nada mais odioso do que a censura. Não há nada que me incomode mais do que o cerceamento do livre-arbítrio das pessoas.

Eu estou com 61 anos de idade. Eu sei que você olha para mim e pensa que eu tenho 35, mas eu tenho 61 anos de idade, tenho quase 40 anos de vida pública. E olha, já fui atacado de todas as formas possíveis.

Eu fui o Relator da reforma trabalhista. Eu chegava a um aeroporto e era recebido por uma comissão bastante barulhenta. Eu fui a debates das universidades, e eu era poupado na entrada, na saída e durante o debate. E para mim, isso era uma coisa interessante porque era a democracia acontecendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tive o meu prédio pichado e tive que pagar. Os condôminos foram para mim dizendo: "Você que tem que pagar, você foi o culpado da pichação".

Eu tive minha filha, em dois ou três momentos, de oito a dez anos, sitiada de casa, com um carro de som em frente, falando coisas não muito agradáveis a meu respeito, e depois dei satisfação a ela: "Não, não é bem assim, filha, o que eles estão dizendo aí é política, é democracia".

Então me ofende terrivelmente o cerceamento do debate, porque me agride como cidadão o fato de que, por se buscar a integridade do processo eleitoral, nós estejamos, em nome da democracia, aviltando a democracia.

Causa-me espécie assistir a pessoas que deveriam prezar por esse documento, que é o escudo que nos protege a todos, porque a lei precisa ser boa para mim, mas tem que ser boa também para o meu adversário. A lei tem que proteger todos nós, a lei precisa ser o meu escudo, o meu guarda-chuva, o meu anteparo, a minha previsibilidade de ser cidadão.

Então, eu fiz questão de vir aqui, porque esse tema para mim é muito importante, para deixar registrado aqui que esse é um artigo que não faz bem à democracia, que não faz bem à liberdade de expressão, que não faz bem ao debate, porque a desinformação – que eu saiba – se combate com mais informação.

As aleivosidades, as agressões se combatem com a verdade; e se impedir o debate, e se entregar essa discricionalidade ao governante de ocasião, àquele que no momento detém o poder... o pêndulo muda, pau que dá em Xico dá em Francisco.

Imaginem os senhores como se darão os embates eleitorais no futuro! Quem estiver mandando no Brasil e tiver condição de eleger os seus juízes eleitorais vai tratar o tema de uma maneira, mudou o espectro político, ele vai ser tratado de outra forma, porque você está dando a discricionariedade a um homem, a um cidadão, ao arrepio da lei. Nós estamos permitindo esse tipo de situação.

Então, desculpem a extensão da minha fala, mas para dizer aos senhores que o trabalho que o Senador Marcelo Castro vem fazendo é excepcional, não é fácil, são mais de 900 artigos, ouvir todos nós, está aqui atentamente nos escutando, escutando os senhores que são convidados para contribuir conosco, mas é necessário mostrarmos a nossa indignação e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessidade de termos reflexões sobre temas que dizem respeito à nossa cidadania e à nossa condição de democracia.

Era isso. Obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Ciro Nogueira, e, na sequência, a Ezikelly, ela queria responder a um questionamento do Senador Rogerio Marinho, e aí vamos fazer a próxima mesa.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI. Para interpelar.) – Perfeito. Sr. Presidente, meu querido Portinho, quero saudar aqui o Dr. Sidney, Dr. Flávio, Carlos, e minha querida amiga – para mim é a Kelly, não é Ezikelly –, uma das maiores autoridades deste país em direito eleitoral.

Quero saudar aqui o Presidente Marcelo Castro, que, no Congresso Nacional, eu considero a maior autoridade nessa área de legislação eleitoral. Divergirmos em algumas coisas, mas poucas coisas – viu, Marcelo? –, estamos quase chegando a um consenso.

Pegando um pouco do gancho – queria abordar com vocês para ver o que vocês acham – do nosso Rogerio Marinho, o que mais me preocupa na questão eleitoral, Portinho, é a influência negativa que algum Poder ou alguma situação pode ter no resultado das urnas, que às vezes se torna irreversível. Na eleição passada, nas duas eleições passadas, nós tivemos dois casos muito emblemáticos para mim. Eu acho que o nosso grupo político, que defendia o Presidente Bolsonaro, teve um erro grave, um erro legítimo, mas grave, porque nós focávamos muito nessa questão das urnas eletrônicas. Eu acredito 100% nas urnas brasileiras. Não quer dizer que elas nunca possam ser fraudadas, tanto que o próprio TSE, Marcelo, de tempos em tempos, está se aprimorando, mas eu acredito plenamente nas urnas brasileiras. Acho legítimo as pessoas que defendem a impressão dos votos, até porque diversas outras pessoas, já tivemos grandes autoridades no país e até do Judiciário que defendiam isso no passado e agora mudaram de posição, mas eu acho legítimo. Mas, naquela época, eu dizia: "Olha, isso não vai influenciar, nós não vamos mudar isso na eleição", mas as decisões do TSE nos tiraram a eleição. Um caso emblemático para mim era aquela imagem do Presidente Bolsonaro imitando uma pessoa que estava com falta de ar, que foi colocada do primeiro ao último dia do programa eleitoral...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – E descontextualizado.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Descontextualizado e por isso não podia fazer parte, tinha que ter sido retirado, e aquilo nos tirou a eleição. Eu via nas pesquisas aquela imagem, as pessoas tinham repulsa por aquela imagem e nos tiraram a eleição. Só aquela imagem, numa eleição de 2 milhões de votos, Marcelo, nos tirou a eleição. Então a decisão do TSE, que inexplicavelmente... Nós temos que criar mecanismos aqui no Congresso, Marcelo, para que essa decisão, lógico que a gente tem que respeitar a decisão, mas a decisão tem que ser em cima da lei, não pode ser por conta, eu acho isso ou aquilo, ou decisões que podem ter por um lado de uma forma e por outro de outra forma, que foi o que aconteceu nessa eleição.

Diversas imagens que nós queríamos usar nas eleições não foram permitidas por conta de decisões, e isso nos tirou a eleição passada, está certo? Esse é um caso.

E tem um caso muito emblemático, que aconteceu no meu Estado do Piauí, que diz respeito às pesquisas eleitorais. O Piauí é o estado que mais teve pesquisa em todo o Brasil, e quiseram usar uma forma nazista de fazer, de criar uma mentira e insistir nessa mentira até que ela se tornasse verdade. Todos os institutos de pesquisa davam que o candidato que perdeu a eleição ganharia a eleição com muita folga no primeiro turno, e foi-se criando essa verdade. Nós tínhamos o instituto; os meios de comunicações não publicavam as pesquisas corretas, também tudo fruto de uma orquestração; e quase nós perdemos a eleição. Graças a Deus, a população de Teresina, onde aconteceu esse fato, não sucumbiu, mas a gente via nas pesquisas que o outro candidato ia crescendo por conta do que se criava. Lá no Piauí, tem aquela ideia: "Ah, não vou votar no candidato que vai perder". Então, se criou... E fica por isso mesmo.

Os institutos de pesquisa que cometem essa fraude não têm, Rogerio, nenhum tipo de vinculação com a verdade. Eu criei um projeto, porque eu acho que o instituto de pesquisa tem que ser obrigado, pelo menos, a publicar uma última pesquisa, e, se ela não estiver dentro da margem de erro – a margem de erro pode ir até até 50%, o que é um absurdo, mas ela tem que ter uma margem de erro –, esse instituto, pelo menos, ficar proibido, se ele não acertar, ele e o seu estatístico, claro, proibido de, por pelo menos cinco anos, publicar novas pesquisas, para não cometer uma nova fraude eleitoral, que pode influenciar o resultado de uma eleição, e aí não tem o que ser feito depois disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa questão se faz porque... Entrando nessa questão de *fake news*, a maior *fake news* que eu já vi na minha história foi cometida contra o próprio Presidente Lula uma vez, naquele famoso debate da Rede Globo contra o Collor. Ali se tentou manipular a eleição, e deu certo. Pegaram-se todos os veículos de imprensa, colocando só o lado ruim do Lula naquele dia, o que ele errava, e todo o lado bom do Collor, e se decidiu uma eleição. Maior *fake news* que isso não existe, e foi feita por uma entidade, com todo o respeito, como a Rede Globo. E aí? Então, vai-se discutir *fake news*?

Nós só ganhamos a eleição no Piauí, em Teresinha, Portinho, por conta das redes sociais, em que nós tínhamos liberdade, porque todos os meios de comunicação estavam a serviço do candidato vencedor, aliás, do candidato que perdeu – graças a Deus. E aí?

Eu citei um fato em que hoje, é lógico, o Partido dos Trabalhadores está tendo benefício por conta disso aí, mas já teve o lado negativo no passado. E a população e as pessoas não podem ficar à mercê de interesses que não sejam o interesse de se escolher livremente quem deve ganhar as eleições no nosso país.

Eu queria que vocês abordassem esse tema, porque é um tema que, no fundo, no fundo, é o que decide as eleições. E é o que acontece hoje. Ficam "ah, vamos combater *fake news*, *fake news*", e aí? E a maior *fake news*, que às vezes foi feita de forma legal, legítima, e nós não temos como reparar isso depois?

Eu agradeço muito. Tenho certeza de que o Senador Marcelo vai fazer um brilhante relatório, que vai melhorar, e muito, essa questão eleitoral do nosso país. Eu sempre defendi – eu cheguei aqui em 1994 e sempre defendi – uma reforma política. E eu sempre digo que ela nunca vai acontecer se for feita para a próxima eleição, porque – eu sempre digo – os Deputados e os Senadores pensam: "Eu fui eleito dessa forma, eu vou manter dessa forma".

Eu acho que nós devíamos fazer uma reforma política para as eleições subsequentes, duas, três eleições depois, porque aí nós nos despiríamos dos nossos interesses, que são legítimos – nós somos seres humanos –, e como é a melhor forma de ganhar eleição. Mas nós teríamos um resultado muito melhor para o Brasil se nós fizéssemos isso.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Portinho...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bom, Senador Ciro. Não sei se o Senador Marcelo Castro quer...? Com a palavra.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Pela ordem.) – Gostaria de falar.

Bom, eu quero manifestar aqui o meu agradecimento a todos os palestrantes de hoje. Eu acho que, de todas as audiências públicas que nós tivemos, essa foi a mais profunda e a mais proveitosa. Sugestões muito importantes foram dadas aqui por todos os palestrantes.

E eu gostaria de fazer um pedido adicional: que todas essas sugestões que foram dadas pudessem ser enviadas para a gente por *e-mail*, para a gente poder se debruçar. Eu estou vendo, Senador Rogerio Marinho, que eu estou há dois anos na relatoria desse código e, toda semana, tem uma opinião, um aperfeiçoamento. E estou vendo que, se passarem mais dois anos, todo dia vai ter... Quer dizer, nós nunca vamos fazer uma obra acabada, completa. Sempre vão ser necessários mais aprimoramentos.

Então, agradeço a todos e digo aqui ao nobre colega Ciro Nogueira que essa questão das pesquisas eleitorais é uma questão que nos preocupa muito. E nós procuramos uma maneira de como fazer isso daí. E a conclusão a que nós chegamos é que é muito difícil para a gente botar uma punição para um instituto de pesquisa.

O que é que nós fizemos, que é o que está no projeto? É que toda e qualquer pesquisa que for publicada por um candidato a Prefeito – no caso, de Teresina – ou candidato a Governador, no texto da pesquisa publicada, no início, esse instituto seja obrigado a dizer as três últimas pesquisas que fez na eleição anterior sobre o candidato que foi eleito. O que ele dizia? Quais eram os números que ele dizia sobre aquele candidato que foi eleito? E qual foi o resultado efetivo da eleição? Porque não tem uma punição, mas tem uma censura moral. Nós achamos que isso traz uma inibição, e os institutos vão procurar cada vez mais acertar, pelo caso aí que V. Exa. está citando, que diziam que o candidato que foi eleito perderia a eleição.

Então, vem a eleição em 2028. Quando vier a eleição em 2028, o instituto que for publicar uma pesquisa sobre a eleição dos candidatos em 2028, na hora em que ele for publicar, ele tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que dizer as três últimas pesquisas que fez: a última, a penúltima e a antepenúltima. Ele tem que dizer o que o instituto dizia que o candidato eleito teria e o que foi que efetivamente o candidato teve, porque, na hora em que você pega essa pesquisa na qual o instituto está dizendo que fulano tem tanto, que vai ganhar, e esse mesmo instituto tinha dizer que, na eleição anterior, o candidato ia perder, perde uma certa credibilidade.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Tá, mas por que não proibir o estatístico de assinar pesquisa depois de eleições subsequentes, se errar na margem de erro?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Deixe-me lhe dizer: nós estudamos de todas as maneiras; tem muitas ideias. Mas fica difícil, para a gente, saber, efetivamente, o que é fraude e o que não é fraude.

Vou dar um exemplo aqui. V. Exa. citou a eleição, agora, para Prefeito. Vamos retornar à eleição para Governador. O instituto que substitui o Ibope, o Ipec, lá no Piauí, dizia que o candidato Rafael Fonteles perderia a eleição por uns 20 pontos. Foi aproximando a eleição e, na véspera, ele pegou e botou o candidato que ganhou subindo, o candidato que perdeu caindo e aproximou os números, botou 48 a 47.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, ele deu esse resultado. Quando abriram as urnas, o resultado foi de 17 pontos. Quer dizer, ele dizia que o candidato iria ganhar por 17 pontos, e o candidato perdeu por 17 pontos. Aí, se você for processar um instituto desse, ele já preparou a defesa dele. Ele disse: "Não, olhe aqui: na última pesquisa, um candidato estava subindo e o outro estava caindo". Como é que você vai punir? Ora, é evidente, é evidente que isso foi um arranjo. Quer dizer, eu entendo que foi uma acochambração de números o que o instituto fez, porque não haveria, e não houve, nenhum motivo para, por exemplo, o candidato que perdeu ter caído. Que o outro candidato subisse, tudo bem. Mas um candidato que está com um número consolidado, não teve nenhum escândalo, não teve nenhum fato extraordinário, por que, esse cara, esse candidato, iria cair? Não tinha como. Com aquilo ali a gente entende que o instituto já estava preparando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Na minha campanha, o Ipec deu dez pontos no sábado. Eu ganhei por quase dez no domingo. Então, não se preocupe, não, que é parecido. (*Risos.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Mas eu acho difícil.

Bom, isso é um debate...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – O Ipec deu, no Piauí, o meu, o nosso candidato Joel, lá, perdendo por 25 pontos no sábado. Perdeu por 1%. Você vai me dizer que isto aí não influenciou a eleição, 25 pontos?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone*.) – O Ipec é um bom instituto.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Bom, a maneira como nós encontramos foi essa de trazer um constrangimento, quer dizer, o instituto, ao dizer que o candidato tal vai ganhar, tem que dizer o que é que ele disse há quatro anos – está entendendo? –, para mostrar se ele acertou ou não. Eu acho que é uma maneira, não é?

Então, de uma maneira geral aqui...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Mas, aí, na hora de publicar, fica obrigado a, em todos os meios de comunicação, divulgar as pesquisas anteriores.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Exatamente. Tem que sair a publicação do que ele diz e o que é que ele dizia na eleição anterior.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Isso aí vai constranger mesmo. Se eles forem obrigados mesmo a publicar...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – É. As três últimas pesquisas, porque ele pode ajeitar a última, está entendendo? Mas aí tem a penúltima e tem a antepenúltima, para você ver o histórico. Eu acho que dá para fazer um bom constrangimento.

Bom, então, era só para dizer isso aqui, agradecer a todos e dizer que eu espero as contribuições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero só fazer aqui uma observação à Dra. Ezikelly. Tudo que ela falou aí sobre as emendas está na decisão que nós já tomamos, viu? Parece até que nós tomamos a decisão em conjunto. O que V. Sa. disse que deveria rejeitar nós rejeitamos; o que deveria aproveitar nós aproveitamos. Não está ainda no relatório, mas eu já passei para a assessoria a decisão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É um relatório vivo, porque é fruto também desta audiência. E você, com toda a sensibilidade, Senador Marcelo Castro... Eu acho que essa questão que foi trazida, do registro prévio da candidatura, vai ser uma mão na roda para todo mundo, sinceramente.

Como advogado eleitoral também falo, não só como seu colega Senador.

E, quanto a essa questão das pesquisas também que trouxe o Senador Ciro Nogueira, eu me pergunto até se não deveriam ter marcos para essas pesquisas, como tem marcos para prestação de conta parcial, final, para não virar uma guerra de pesquisa. E aí todos os institutos soltem nos seus marcos, que permitam ao eleitor também acompanhar. Mas estou só pensando alto aqui, eu ainda vou formular para V. Exa. a sugestão.

Antes de desfazer a mesa e começar a próxima, a Dra. Kelly Barros queria fazer um comentário.

A SRA. EZIKELLY SILVA BARROS (Para expor.) – Obrigada, Senador Portinho.

Gostaria de fazer uma saudação especial para o Senador Ciro Nogueira, com cuja família eu tenho a alegria de conviver há tantos anos. Saúdo também o Senador Rogerio Marinho.

E, respondendo brevemente, Senador – e até contribuindo de uma forma viva com o relatório do nosso Senador Marcelo Castro –, as duas questões que V. Exa. disse que vai encaminhar para o Senador Marcelo Castro em relação à federação de partidos na verdade já constam da lei. Então, na questão do aumento do prazo para a federação, que já seria, como V. Exa. entende, de oito anos, na verdade, o que a lei diz é o prazo mínimo. Então, é o prazo mínimo para que ela não seja extinta sem aquelas sanções.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, já respondendo ao segundo questionamento de V. Exa., que seria uma proposição também em relação à vedação, uma das sanções, das que já são previstas em lei também e que são mantidas no PLP 112, a de vedação a uma federação pelo prazo de duas eleições, também já está prevista. Então, eu já estou ajudando aqui, contribuindo para diminuir o relatório do Senador Marcelo Castro.

Senador, agradeço também a deferência de V. Exa. e sigo à disposição de V. Exa. e da Isabela.

Muito obrigada.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Só uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para interpelar.) – O mínimo, o.k.; mas o máximo tem também na lei?

A SRA. EZIKELLY SILVA BARROS (Para expor.) – Não tem máximo, porque...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – É isso que eu quero estabelecer, entendeu? Para não ficar indefinidamente. A preocupação é que não seja uma coisa perpétua, *motu continuo*.

Eu vou dar o exemplo aqui, para dar nome aos bois: nós temos uma federação do PT com o PCdoB e o PV. Vai fazer 12 agora, não é? Vai fazer aniversário, se eu não estou enganado. Então, isso precisa em algum momento, dar cobro, porque aí os partidos ou se fundem, ficam uma coisa só, ou saem debaixo do guarda-chuva e vão buscar os votos e a conexão necessária com a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É, esse prazo máximo eu acho importante.

Eu quero agradecer aqui a todos os nossos convidados.

Eu vou desfazer essa mesa, para a gente entrar na última do segundo tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradecendo a todos, eu convoco para a próxima mesa: Dra. Bruna Santos, representante da Força-Tarefa Eleições da Coalizão Direitos na Rede; Dr. Alexandre Arns Gonzales, Doutor em Ciência Política pela Universidade de Brasília; Dr. Garcia Xerez Silva, Advogado, Doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo e membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político; e, de modo remoto – e eu vou sugerir começar com ela, até porque são duas mulheres –, Dra. Iná Jost, Coordenadora de Pesquisa do InternetLab, e Dra. Roberta Benatti, Coordenadora de Regulatório do Conselho Digital. (*Pausa.*)

Vamos lá.

Dando prosseguimento, eu queria chamar a Dra. Iná Jost – ou Sra. Iná Jost, não sei qual é a formação exatamente –, a Coordenadora de Pesquisa do Internetlab. Iná.

A SRA. INÁ JOST (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, vocês me escutam bem? Sim?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito.

A SRA. INÁ JOST (*Por videoconferência.*) – Perfeito, obrigada.

Eu falo aqui em nome do Internetlab, que é uma organização de pesquisa interdisciplinar sobre direito e tecnologia.

Em primeiro lugar, eu queria agradecer pelo convite para participar dessa audiência pública, acho que é um marco muito importante nesse debate de regras eleitorais.

Aproveito também para cumprimentar o Relator desse projeto no Senado, o incansável Senador Marcelo Castro, pela condução desse debate; também a Presidência da Comissão, pela decisão de realizar essas audiências públicas.

Eu acho que os senhores sabem melhor do que ninguém que os temas de propaganda eleitoral são infinitos e que a gente podia dedicar semanas só para aprofundar as discussões sobre essas regras, mas aqui eu decidi concentrar minha fala em três tópicos específicos que me parecem muito caros ao processo, que são: 1, o papel dos influenciadores digitais nas eleições; 2, normas para o uso de IA, inteligência artificial; e 3, eu queria fazer alguns comentários sobre o dispositivo de condutas vedadas ligadas à desinformação, que está aí no parecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou começar com o papel dos influenciadores, porque eu acho que é o tema mais espinhoso desses três que eu me proponho a trazer.

Como vocês sabem, o texto do código novo traz um arranjo para tentar conter o peso indevido de influenciadores digitais na propaganda eleitoral. Por que eu digo indevido aqui? Eu acho que os senhores vão concordar comigo que existe uma preocupação muito legítima com o desequilíbrio da disputa e a igualdade de chances entre candidatos. A gente precisa reconhecer que as redes sociais viraram um *locus* importante de campanha e é muito diferente você começar a fazer uma propaganda política com 10 mil seguidores *versus* a hipótese em que você começa a fazer uma propaganda política com 1 milhão de seguidores.

Eu acho que um paralelo que não é perfeito, mas faz sentido de ser trazido aqui, é a vedação a que pré-candidato seja apresentador de televisão e rádio a partir do dia 30 de junho do ano eleitoral. Claro que isso é uma regra para TV e para o rádio e que a internet tem uma lógica de operação muito diferente. É diferente da TV; os perfis de redes sociais são espaços de expressão fundamentais, a gente sabe, e também não poderia impedir que influenciadores – que no fim das contas são pessoas naturais, eleitores e usuários de redes sociais – sejam impedidos de manifestar suas posições políticas.

Então, eu acho que a minha pergunta aqui é como que a gente encontra um arranjo que equilibre, de um lado, a garantia da expressão dessas pessoas, desses influenciadores, e, de outro lado, a igualdade de chances quando essas pessoas querem apoiar alguma candidatura ou quando elas mesmas viram candidatas.

No caso do apoio, eu acho que as regras de propaganda eleitoral já dão conta de resolver eventuais desequilíbrios, porque elas determinam que só o próprio candidato ou o partido poderia impulsionar conteúdo político-eleitoral. Então, supondo que eu seja uma influenciadora famosa na minha cidade, eu não poderia, por exemplo, pagar para uma rede social aumentar o alcance de um *post* meu defendendo um Vereador em quem eu quero votar. Mas e se eu, como uma influenciadora famosa, decido me candidatar? Como é que as regras eleitorais devem se comportar em relação a isso? E aí é que eu vou dividir em três momentos a minha fala.

Primeiro, gostaria de sugerir que, durante o período eleitoral, sejam vedados aos candidatos e partidos políticos quaisquer impulsionamentos que não sejam de cunho político-eleitoral, ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja, aqueles que tenham a finalidade de explorar de maneira comercial ou profissional a página, o perfil ou o canal. A ideia de delimitar esse impulsionamento a conteúdo político-eleitoral tem a finalidade de impedir que influenciadores que viraram candidatos sigam fazendo propaganda de outros produtos ou serviços, já que a gente sabe que essas propagandas podem inflar desproporcionalmente a sua figura e tem potencial de desequilibrar a disputa. No limite, o que eu estou tentando buscar balizar aqui com essa ideia é o abuso de poder econômico e o uso indevido de meio de comunicação. E aí, para apertar o parafuso desse arranjo, a gente propõe que, caso o candidato impulsione qualquer conteúdo que não político-eleitoral, essa forma de propaganda seja considerada política de maneira a compor o teto de gastos e ser computado na prestação de contas.

Em segundo lugar, a gente sabe que essas questões não se resumem ao período de campanha. Por isso, eu acho superimportante olhar para essas figuras também na pré-campanha. A gente tem que criar mecanismos que possibilitem que, quando influenciadores se utilizarem de impulsionamento não político-eleitoral durante a pré-campanha para inflar sua figura *online*, isso possa ser também objeto de representação de denúncia mais à frente, após a campanha, para que esses valores sejam considerados quando se calculam os 10% de gastos de impulsionamento na pré-campanha em relação ao gasto total.

Ao mesmo tempo, entendemos que influenciadores que não se candidatam não podem ser proibidos de falar sobre política, mas também não devem ser contratados ou receber nenhum tipo de benefício para apoiar candidatos ou fazer parte da estrutura dessas campanhas. Então, a gente propõe que não haja uma vedação completa para que essas pessoas falem de política como está no relatório, mas sim uma vedação relacionada a qualquer tipo de contratação dessas pessoas.

Para resumir aqui, eu acho que a amarração proposta é aquela que permite que influenciadores, sim, falem de política, porque são pessoas naturais e devem ter suas manifestações espontâneas resguardadas, mas, se elas quiserem se candidatar, está o.k., mas devem desativar quaisquer mecanismos de aumento de alcance artificial das suas postagens, salvo quando se tratar de conteúdo político-eleitoral, que é o que já está dentro das regras do jogo estabelecidas pelo impulsionamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Migrando para a segunda questão, o segundo tópico que eu trago aqui é a IA, inteligência artificial. A gente acha superimportante que o código traga regras para o uso dessa ferramenta para a propaganda. Uma coisa que a gente já sabe muito sobre a IA é que ela pode ajudar muito as campanhas, porque acelera processos e utiliza recursos, mas que ela também pode confundir os eleitores. Então, por isso, eu acho que cabe muito bem o estabelecimento do dever de informar, que o parecer do Relator traz.

A minha sugestão aqui vai no sentido de sugerir que qualquer modalidade de conteúdo sintético multimídia gerado por meio de IA seja rotulado, a não ser que seja um uso meramente técnico, como, por exemplo, quando é feito para melhorar a qualidade de uma imagem, de um som, para produzir algum elemento gráfico. Aqui a minha inspiração vai muito no sentido do art. 9º-B da Resolução 23.610, que é a resolução lá do TSE. Eu acho que essa resolução pode servir como inspiração porque ela trouxe um arranjo muito bom que permite que a ferramenta seja usada de maneira legítima, mas que determina também que as campanhas informem para evitar a confusão dos eleitores.

E aí, por fim, eu adentro ao meu último tópico, que é sobre a sessão de condutas vedadas, mais especificamente o artigo destinado a coibir desinformação. Aqui eu proponho que a configuração da gravidade dessa conduta e a aplicação de sanção considere o alcance da disseminação dessa mensagem, porque eu acho que essa sugestão passa pela reflexão de que a mensagem que é muito disseminada, ou seja, uma mensagem que tem muito alcance, uma mensagem que traz desinformação com muito alcance deve ser mais punida do que uma mensagem que não é vista por ninguém, que não tem capacidade de viajar e atingir tantas pessoas.

E aí, além disso, de maneira a proteger também a liberdade de expressão, a gente gostaria de propor uma redação desse artigo que excetue manifestações legítimas de humor, como sátiras e paródias, que a gente sabe que são manifestações muito presentes nas campanhas, que eu acho que são supersaudáveis.

Por fim, queria parabenizar muito o Relator pela inclusão dos artigos de violência política, sobretudo a ideia de trazer medidas protetivas de urgência nesses casos. Esses mecanismos são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundamentais para prevenir abusos que sacrificam a participação democrática de tanta gente, assim como a gente sabe.

Agradeço muito pelo espaço concedido e fico à disposição para eventuais esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Cara Iná, muito obrigado pela sua participação.

Você traz dois temas que eu particularmente penso aqui dos três muito significativos: a questão do uso de inteligência artificial, que é uma ferramenta da era da tecnologia que a gente vive, que pode ser usada para o bem ou para o mal, e eu tenho certeza de que o Relator deve se debruçar sobre essa questão; e o último tópico que também deve ser análise do nosso Relator.

Queria agora convidar ainda, fechando o quadro das mulheres desse bloco, Dra. Roberta Benatti, também remotamente, Coordenadora de Regulatório do Conselho Digital.

Dispenso a Iná, se tiver outros afazeres. Se puder acompanhar, melhor; se não fica dispensada.

Dra. Roberta, com a palavra, pelo tempo.

A SRA. ROBERTA BENATTI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada. Boa tarde, Sr. Presidente. Muito boa tarde também ao Sr. Relator Marcelo Castro, que tem feito um excelente trabalho na relatoria desse projeto, aos senhores presentes, aos Srs. Senadores, aos demais convidados e a todos aqueles que me ouvem no ambiente digital.

Eu gostaria de agradecer imensamente pela oportunidade da palavra e gostaria de registrar aqui que eu me sinto de fato honrada em participar de uma discussão tão rica com outros convidados e com os senhores na construção do Código Eleitoral, do novo Código Eleitoral, que certamente vai ser um avanço para a nossa democracia e, especialmente, aqui contribuir com a discussão da propaganda eleitoral em ambiente digital, que hoje nós sabemos que, com o avanço da tecnologia, é algo muito importante e basilar para a democracia brasileira.

Bom, eu me apresento, como o Sr. Presidente já o fez gentilmente: meu nome é Roberta, eu falo em nome do Conselho Digital, que é uma associação que tem atuado de forma muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

intensa e contínua na discussão e análise de políticas que dizem respeito ao ambiente digital e que se relacionam com os agentes desse ecossistema digital.

O Conselho Digital tem um compromisso de defesa, sim, do ambiente digital de forma livre, mas muito equilibrada com os aspectos de segurança e de responsabilidade – responsabilidade, sim, para os seus agentes e responsabilidade também para os seus usuários. Os nossos associados, gostaria de destacar, são, no âmbito dos seus serviços, provedores de aplicações da internet muito relevantes e que impactam milhões de pessoas no dia a dia do Brasil.

O meu objetivo aqui, o objetivo do Conselho Digital, é, de uma forma talvez cirúrgica ou nem tanto, trazer cinco pontos que nós entendemos que, apesar de todo o trabalho do Relator, o excelente trabalho do Relator, que eu acredito que não tem sido fácil, mas tem sido muito valioso, de conseguir compilar todos esses dispositivos e trazer uma redação bastante equilibrada... mas eu gostaria de chamar atenção para esses cinco pontos que, apesar de todo o trabalho, podem ainda gerar alguma externalidade negativa para o próprio processo eleitoral ou para o ambiente digital e que poderiam, de alguma forma, ser entraves para o próprio ambiente dos provedores de aplicações da internet. Então, eu vou destacar os cinco pontos pelos artigos e respectivas temáticas e depois eu vou comentar ponto a ponto com uma análise e uma sugestão breve.

Os pontos são: a questão da requisição de espaço de propaganda pelo TSE para provedores de aplicações da internet, prevista no art. 449, §1º; a questão da distribuição do direito de resposta no caso de impulsionamento de conteúdo digital e uma garantia de distribuição à mesma audiência desse conteúdo original impulsionado, proporcionalmente, que está prevista no art. 491, §1º; o art. 493, que já foi comentado aqui, que trata da não aplicação das medidas de moderação de contas e perfis durante o período eleitoral, ressalvados casos de decisão judicial nesse sentido; a questão do prazo definido para as regras de moderação de conteúdo eleitoral, ou seja, publicação dessas regras e eventual justificativa no caso de alteração extemporânea, prevista no art. 506; e um bloco de três dispositivos aqui que tratam de aspectos de litisconsorte passivo por parte de provedores de aplicações da internet em processos eleitorais, que têm sido tratados atualmente nos arts. 640, 742 e 749, §5º.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, de forma detida aos pontos, com relação ao art. 449, §1º, que trata da requisição de espaço para propaganda eleitoral, o meu comentário é bastante objetivo aqui. Hoje, o TSE pode requisitar espaço para divulgação de comunicados, boletins, instruções e propaganda junto aos operadores de televisão e os operadores de serviços de radiodifusão que operam em regime público. Existiria aqui uma tentativa, uma ideia de estender isso também para esses atores, provedores de aplicações da internet. Aqui, a ponderação apenas de que se trata de agentes bastante diferentes com relação à questão da finalidade. Aqui, os provedores de aplicações figuram como intermediadores de um conteúdo de terceiros e eles não operam em regime de concessão pública, mas, caso V. Exa., Relator, entenda como pertinente a democracia que, sim, esse espaço seja estendido para os provedores de aplicação da internet. A única sugestão que fazemos é que, considerando a diversidade de tecnologias e serviços hoje prestados por esses agentes do ecossistema digital, que expressamente se preveja que, sim, esses provedores vão cumprir a lei, mas observadas as limitações operacionais dos seus respectivos serviços.

Com relação – próximo ponto – ao art. 491, §1º, que trata do direito de resposta com o impulsionamento obrigatório e a mesma distribuição à audiência do conteúdo original, o texto, no seu art. 491, fala do dever do ofensor de garantir o direito de resposta segundo contornos estabelecidos na decisão judicial. E a nossa preocupação está no §1º não com relação à obrigação do investimento na mesma quantia de recursos financeiros para o impulsionamento do conteúdo original, mas, sim, de uma previsão que o parágrafo traz que é a de determinar a distribuição para a mesma audiência anteriormente contratada.

E qual é a minha preocupação aqui registrada? Uma questão puramente técnica. Hoje, quando eu faço o impulsionamento, os algoritmos, o sistema algoritmo vai entregar esse conteúdo de acordo com peculiaridades de interesses desses usuários dos provedores de aplicação da internet. E a dificuldade aqui é que essa obrigação seja interpretada como, de fato, um dever de precisão de audiência, algo que tecnicamente os candidatos que forem condenados a darem o direito de resposta, eles não vão conseguir garantir e as plataformas também não, por conta desse aspecto de tecnologia envolvido. Então, a nossa sugestão é de que o texto traga o reconhecimento das limitações técnicas de precisão no alcance do conteúdo impulsionado, evitando, por mais diligentes que sejam os atores, sejam as plataformas ou mesmo os candidatos na oferta de direito de resposta, uma responsabilização indevida desses agentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação ao art. 493, que já foi comentado anteriormente pelo Senador Marinho, ele trata da impossibilidade de que as plataformas, os operadores de aplicações, os provedores de aplicações da internet venham a aplicar medidas de moderação às contas e perfis de candidatos a cargos eletivos durante o período eleitoral. Quais são as nossas três preocupações? Aqui eu concordo e entendo a preocupação dos nobres Senadores com relação à importância do espaço e da pluralidade do debate e do conteúdo eleitoral, mas o primeiro ponto que chama atenção é que o texto trata de banimento, cancelamento, exclusão e suspensão de contas, todos como se fossem praticamente equiparados, como medidas que estivessem todas no mesmo nível, e isso não é verdade. No caso, por exemplo, de suspensão de contas e até no caso de um cancelamento, existe um grau de irreversibilidade e existem também providências ainda a serem adotadas no âmbito... seja pelo usuário ou seja pelas plataformas.

Já, por exemplo, o banimento, de fato, tem um efeito muito ruim, porque ele exclui os dados, ele tira essa pessoa, essa conta do ar e, de fato, teria o efeito de censura, ou mesmo uma exclusão, que poderia ser até motivada por um pedido do interessado, da pessoa que possui a conta no provedor de aplicação, normalmente isso se motiva por fatos gravosos ou condutas reiteradas, bastante gravosas, e o fato de você não poder aplicar nenhum tipo de sanção evitaria... Evitaria, não, desculpa, tornaria, por exemplo, muito perigoso o ambiente digital. A gente fala aqui de um alcance de, por exemplo, 500 mil candidatos, segundo os dados do TSE, de 2024, que foram candidatos na última eleição, que concorreram a cargos eletivos, pensando que 500 mil pessoas poderiam ter uma espécie de salvo-conduto nas redes sociais, tanto, assim, para o debate legítimo, mas também para compartilhar conteúdos nocivos e de outras naturezas que não são relacionadas ao conteúdo eleitoral, e, por exemplo, estariam imunes de qualquer prática de moderação. Isso é algo que nos preocupa, porque gera uma insegurança e também um prejuízo ao próprio usuário no ambiente digital.

O terceiro ponto que nos chama a atenção é que as plataformas não seriam, então, passíveis de aplicar nenhum tipo desses mecanismos. No entanto, o Judiciário, sim. Então, se criaria, de uma forma inédita, uma figura de moderação preventiva de conta, que não está prevista em nenhum lugar da legislação e que poderia, sim, a partir desse texto, autorizar que o Judiciário passasse a banir candidatos nas redes sociais, nas plataformas, de uma forma geral. Então, a nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preocupação aqui é justamente o risco de uma censura provocada por uma decisão preventiva nesse sentido.

Então, com relação à sugestão, seria de encontrar aqui um equilíbrio no texto para permitir, sim, que exista ainda a autonomia das plataformas, principalmente em violações graves e políticas de uso, com obrigação de notificação e possibilidade de contestação rápida, sempre preservando a segurança do ambiente digital e a integridade do processo eleitoral e, se me permite, essa rejeição da previsão desse banimento judicial preventivo que nos causa um pouco de temor.

Mais um ponto: o prazo limite para divulgação das políticas de moderação previsto no art. 506. Aqui, o texto fala que as políticas de moderação das plataformas devem estar publicadas até dia 1º de junho do ano eleitoral. Elas devem ser justificadas; ou seja, toda vez que existir uma alteração extemporânea dessas regras, as plataformas devem se retratar publicamente.

O que nós sugerimos é que... Acredito que o objetivo dessa regra seja dar transparência, de fato, às regras de moderação para o período eleitoral. A partir disso, então, se estender esse prazo para todo o período eleitoral e permitir que as plataformas possam, de forma ágil, fazer as alterações, justamente porque o ambiente digital é muito dinâmico.

É importante que as plataformas tenham também autonomia e flexibilidade para elas atuarem, justamente para evitar burlas a essas regras que são previamente estabelecidas. Então, a nossa sugestão, muito respeitosamente, é que esse prazo seja estendido e que, com a devida a transparência, essas regras sejam publicadas, mas se aproveitando todo o prazo eleitoral e sem a possibilidade, sem a obrigação dessa retratação pública.

E, por fim, com relação aos três dispositivos que eu havia comentado no início, que tratam da obrigação de litisconsórcio passivo em ações eleitorais, o ponto aqui de contribuição é tão somente para tentar acelerar, da melhor forma possível, o processo eleitoral, com a seguinte preocupação. Por mais um meritório que seja o texto no sentido de resguardar o interesse desses atores, como os provedores de aplicações da internet, no caso de uma discussão e até numa aplicação de penalidade – pois o texto fala expressamente disso, para garantir uma responsabilização, no caso de algum tipo de descumprimento –, o que nos preocupa é que essa medida acabe se tornando contraproducente para o processo eleitoral, que gere atrasos e que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

haja um aumento de litigância muito maior do que a gente deseja, considerando aqui que as plataformas não têm interesse direto no conteúdo eleitoral da propaganda.

Então, o objetivo aqui seria apenas tornar esse mecanismo mais célere, ou seja, as plataformas passariam a ser notificadas de uma decisão de remoção de conteúdo ou de compartilhamento de dados, de fornecimento de dados para finalidades eleitorais; a partir deste momento – notificadas e com elementos suficientes para identificar –, deveriam fornecer esse conteúdo ou adotar a providência determinada pelo Judiciário; e, numa eventual necessidade de responsabilização por descumprimento, algo que já está previsto no marco civil da internet, que isso seja tratado em autos apartados, sem a necessidade de tratar isso no mesmo processo, nos autos do processo da Justiça Eleitoral.

Dito isso, eu encerro a minha fala, as minhas contribuições, novamente agradecendo pela oportunidade, e me coloco à disposição, inclusive, para o encaminhamento desses pontos de forma escrita, para ficar mais fácil.

Gostaria de cumprimentar todos os presentes e, novamente, o trabalho do Relator.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Dra. Roberta Benatti.

Essa questão da gradação da penalidade, começando com uma admoestação, uma advertência... O banimento eu acho que é a pena mais odiada, porque ele traz consigo uma certa censura, Sr. Relator, mas uma gradação, com multa e, nos casos mais imediatos, com a suspensão do *post*, ainda que sujeito a uma defesa, a análise, etc., parece-me mais recomendada. Eu não... Essa questão de banir a página, em nenhuma – não só eleitoral, em nenhuma – situação. O cara tem lá uma ópera que postou um mês atrás; a ópera vai junto. E a ópera não tem nada a ver com o banimento. Enfim, o nosso Relator vai saber lidar.

Tem mais uma mulher, representante feminina, que é a Dra. Bruna Santos, representante da Força-Tarefa Eleições da Coalizão Direitos na Rede – a quem eu peço desculpas; estava aqui na minha outra página –, antes de ouvir os nossos dois presencialmente. A Bruna também está remota.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou tomar a liberdade, Senador Marcelo Castro, embora todo o meu interesse seja em ficar até o último minuto, mas eu tenho um compromisso e estou aqui com o meu *headphone* porque vou assistir ouvindo para não perder nada, porque está muito interessante.

Se V. Exa. puder, Senador, me suceder aqui enquanto o Senador Vanderlan não retorna, eu agradeço, na medida em que, além da Bruna, que eu já vou ticar aqui porque ela já vai assumir a palavra, restam os nossos dois colegas de mesa e, sem nenhum desprestígio, peço a compreensão nessa sucessão aqui à mesa. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Então, vamos passar a palavra à Sra. Bruna dos Santos.

A SRA. BRUNA MARTINS DOS SANTOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada e boa tarde, Senador.

Eu gostaria de cumprimentar a mesa e também os colegas de painel.

Peço desculpas pela voz, estou um pouco doente, saindo de uma gripe, então, se a minha voz ficar muito falha, por favor, avisem. A gente faz questão de submeter os nossos comentários escritos para a Comissão.

Gostaria de agradecer o convite também em nome da Coalização Direitos na Rede. Para quem não conhece, o nosso coletivo é um coletivo de organizações de pesquisa e sociedade civil, que atua no campo de direitos digitais e direitos humanos e nas suas muitas intersecções.

Assim como muitos dos outros processos políticos que acontecem nesta Casa, é um prazer também representar o coletivo em um momento de tanta valia para a democracia brasileira, que é a discussão do Código Eleitoral.

Para fins de esclarecimento também, eu gostaria só de dizer que eu sou membro da Coalização e da Força-Tarefa, mas também sou Gerente de Incidência e Políticas Públicas na Witness, que é uma organização que apoia e treina cidadãos a usar o vídeo para expor violações de direitos humanos com segurança e eficácia na luta por um mundo mais justo.

Superadas as apresentações, passo a destacar algumas contribuições da Coalizão para o texto atual e a discussão sobre a propaganda eleitoral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero começar com o assunto da inteligência artificial também, porque eu acho que, ao longo dos últimos anos, a gente tem visto o crescimento do uso de tecnologias emergentes, como a própria inteligência artificial, e muito mais clareza na intersecção entre a mídia sintética e o ecossistema informacional, ao mesmo tempo em que a gente experiencia os efeitos dessa intersecção.

Com o progresso das tecnologias equivalentes à IA, mídias sintéticas têm se tornado muito mais realistas ao longo dos anos e alguns dos resultados ainda podem ser reconhecidos ou alterados por tecnologias ainda mais novas, mas isso significaria que a qualidade que a gente vê hoje, em termos de manipulação de mídia sintética, é o nível mais baixo de verossimilhança que podemos ver nos próximos anos ou que podemos esperar com o avanço dessas tecnologias.

Eu comecei com o assunto da inteligência artificial porque eu acho que no ano passado a gente passou por um momento chave em todas as democracias mundiais, que foi o mega ciclo eleitoral de 2024, no qual tivemos mais de 60 eleições em países de todas as regiões do mundo, de Brasil até o Chile, passando também pelo Paquistão, Índia e muitos outros lugares, não só na maioria global, como no norte global também.

E, a partir desse processo, algumas coisas ficaram claras, como o fato de mulheres na política e midiativismo estarem sendo desproporcionalmente alvo de desinformação gerada por inteligência artificial e assédio *online*, o que é um ponto que ajuda a desencorajar a nossa participação na vida pública. Também o ponto de a inteligência artificial estar ampliando riscos e padrões de abuso da desinformação existente, impactando de forma desproporcional grupos já vulneráveis, como aqueles que mencionei, mas também incluindo grupos como populações indígenas, pessoas com deficiência, pessoas migrantes, minorias de gênero e outras partes da comunidade queer.

Um terceiro ponto seria que as atuais ferramentas de detecção de inteligência artificial ainda parecem inadequadas porque a disseminação dessa tecnologia não é feita de maneira equitativa entre o Norte e o Sul Globais e também não é adaptada para idiomas que não têm como base a língua inglesa ou para comunidades com baixos recursos. Isso quer dizer que a justiça continua sendo inacessível para muitas vítimas e pessoas sobreviventes de violência, como a manipulação não consensuada de imagens íntimas, *deepfakes*, também que podem vir fruto disso. Em muitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

casos também, se o conteúdo é gerado ou manipulado por inteligência artificial, isso não muda o dano causado à reputação ou à credibilidade dessas vítimas.

Apesar dos riscos, a gente sabe também que a adoção de ferramentas conectadas com a inteligência artificial por campanhas e partidos tem sido feita de forma muito significativa. No entanto, a Coalizão entende ser importante que a lei perceba a utilização dessas tecnologias, acima de tudo, de uma maneira responsável, estabelecendo salvaguardas para evitar o maior impacto no ecossistema informacional e promovendo maiores níveis de proteção dos eleitores.

Nessa conversa sobre inteligência artificial, eu decidi destacar o ponto da transparência por entender que essa é a principal base da conversa. É fundamental que o Código Eleitoral Brasileiro traga regras claras e transparentes sobre o uso de IA em propaganda eleitoral, ao mesmo tempo em que exija mais salvaguardas, também, das empresas que desenvolvem e implementam esses modelos.

Eu digo que transparência é um ponto-chave porque a gente gostaria de sugerir a inclusão de um mecanismo sobre rotulagem de conteúdo gerado por inteligência artificial e demais formas de mídias sintéticas. Essa já é uma prática corrente adotada por empresas como a Meta, o Instagram, o TikTok, que tem isso a principal resposta das empresas de *big tech* às exigências que são feitas por autoridades ao redor do mundo. Vale dizer, também, que a própria União Europeia tem *guidelines* específicos para o uso de *deepfake,* para *o* uso de inteligência artificial, por campanhas que também exigem uma maior transparência e rotulagem de conteúdo.

Adicionalmente, a gente entende que a redação do art. 487 é relativamente vaga e não traz as salvaguardas necessárias para a utilização de inteligência artificial em campanhas eleitorais. A ideia do imediatamente identificável que está no texto é cada vez menos evidente, na nossa opinião. Também achamos importante prever, no texto, que o TSE vai regulamentar a rotulagem de conteúdo e que poderá, eventualmente, excetuar a aplicação do dispositivo para casos em que a IA é usada exclusivamente como uma ferramenta de produção de conteúdo, sem induzir o eleitorado a erro.

Por fim, a gente acha importante também essa exigência, essa obrigação, para os atores do ecossistema eleitoral, de informar os eleitores, especialmente diante do uso dessas novas tecnologias para, acima de tudo, evitar a confusão dos eleitores de maneira geral e a potencial

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manipulação que a gente tem observado em eleições ao redor do mundo e também de aproximar o Código Eleitoral à redação do art. 9º-B da Resolução nº 23.610, do TSE.

O meu segundo e último ponto é sobre redes sociais, desinformação e moderação de conteúdos. Começo com o ponto de remoção e dispensa de conteúdo na internet. Nessa questão, a gente gostaria de sugerir, também, a inclusão de texto com a possibilidade de suspensão cautelar do acesso a perfis e canais em redes sociais, quando configurada violação reiterada das disposições dessa lei, causando atentado grave à igualdade de condições entre candidatos no pleito ou embaraço e desestímulo ao exercício do voto e de legitimação do processo eleitoral.

A mudança que a Coalizão Direitos na Rede propõe aqui tem a finalidade de explicar um pouco mais a *ratio* desse artigo em torno da indisponibilização de perfis, canais e redes sociais e não exclusivamente da indisponibilização de conteúdos. A proposta do código já traz protocolos para a remoção de conteúdos, mas não para a suspensão eventual de perfis, que a gente entende como uma das restrições mais graves à liberdade de expressão durante campanhas eleitorais.

Adicionalmente, eu gostaria também de reforçar os pontos colocados pela minha colega Iná a respeito da importância de se promover uma solução equilibrada entre a necessidade de se conter o peso da atuação de influenciadores digitais em períodos eleitorais, o aparente desequilíbrio imposto pela intersecção da atuação de influenciadores em campanhas digitais, bem como a necessidade de se respeitar a liberdade de expressão *online*. Nenhuma sugestão que o Código adote vai ser uma decisão justa, caso ela acabe afetando a liberdade de expressão dos usuários da internet, a liberdade de expressão dos influenciadores acima de tudo.

E, por fim, a gente gostaria só de ressaltar também a importância de aprovarmos uma regulação democrática para plataformas de redes sociais, que promova níveis parecidos de salvaguardas e controles para os abusos performados por plataformas digitais, que já estão também no Código Eleitoral e que também implicam mais transparência e exigência de transparência para esses atores.

O Código Eleitoral e suas constantes atualizações em face das novas tecnologias é de fato um enorme avanço, e a gente fica muito feliz em fazer parte desse processo, mas, de fato, é necessário que aprovemos uma lei aplicável para além do período eleitoral e que proteja os usuários acima de tudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim, vale dizer que esta Casa já deu sua grande contribuição ao tema com a aprovação do Projeto de Lei 2.630, alguns anos atrás, e tem um enorme acúmulo em torno de regulação de redes sociais. Seria muito importante que a visão, o trabalho e a contribuição do Senado em torno desse tema ajudassem o Brasil a chegar nesse resultado final e também promovessem uma harmonização maior entre muitos avanços que o Código Eleitoral já fez com relação a plataformas e propaganda eleitoral e também à simples existência de plataformas digitais na vida de todos os usuários.

Eu paro por aqui.

Agradeço muito a oportunidade e coloco a Coalizão Direitos na Rede à disposição da Comissão e dos Senadores.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Agradecemos a contribuição...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... da Dra. Bruna dos Santos.

E vamos passar ao próximo palestrante aqui, o Dr. André Garcia Xerez Silva.

Com a palavra V. Sa.

O SR. ANDRÉ GARCIA XEREZ SILVA (Para expor.) – Gostaria, de antemão, de registrar o privilégio e a honra que é prestar esse dever cívico com a minha nação de contribuir com um debate tão relevante que é o projeto do novo Código Eleitoral, de modo que, Senador Marcelo Castro, para mim, não seria exagerado dizer que se trata, provavelmente, da lei mais importante do país, justamente porque é a partir dela que será exercida a representação popular, que, no limite, enseja o processo de formulação de toda a legislação do país.

Então, a forma que hoje estamos aqui a discutir, pela qual se exercerá o processo eleitoral, é fatal e decisiva para o futuro da nossa democracia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria também de agradecer pela indicação do Senador Cid Gomes para estar presente nesta mesa; ao Presidente Otto, Presidente da CCJ; ao colega de bancada, Dr. Alexandre; às colegas que me antecederam; aos advogados e à população que nos assistem neste momento, numa discussão tão relevante nesta audiência pública.

Eu vou tentar exercer o meu poder de síntese, Senador, e me ater a três pontos que destaquei como objetos de uma reflexão neste novo código.

O primeiro deles diz respeito a um título específico do livro que foi criado para propaganda política que se refere à propaganda antecipada. Eu percebi, Senador, que V. Exa. pretendeu dar segurança jurídica a um cenário de inquietação profunda de quem, como eu, milita na advocacia eleitoral, que é o regime jurídico da pré-campanha quanto à liberdade de expressão, ao que pode ou não pode ser dito pelos pré-candidatos.

Todos nós sabemos que, na jurisprudência do TSE e da Justiça Eleitoral como um todo, tem se aplicado essa doutrina das palavras mágicas para punir e coibir aqueles pré-candidatos que veiculam mensagens que, ainda que não contenham pedido explícito de voto, têm um sentido semântico análogo a esse pedido de apoio. Consta, na minuta do código, um parágrafo que repete, em alguma medida, a disposição do art. 36-A da Lei Eleitoral, mas, para deixar mais claro no que consiste a possibilidade do pedido de apoio político nessa fase da pré-campanha, quando consta, no §4º do art. 453, que: "Para fins do disposto no §3º deste artigo, considera-se apoio político toda forma de suporte, empenho ou envolvimento que não implique, por si, a confirmação de voto na urna".

Eu tenho dúvida, Senador, se isso aqui seria suficiente ou não para imprimir segurança jurídica nesse período da pré-campanha. Se revisitarmos o repositório da jurisprudência da Justiça Eleitoral, nós vamos encontrar diversas locuções como: "tamo junto", "fechado com fulano", "para um futuro melhor", "vamos sonhar juntos". Enfim, tudo isso a Justiça Eleitoral tem interpretado como expressão semântica análoga a esse pedido de voto. De modo que, ainda que conste uma redação textual de que esse pedido de voto só seria configurado quando implicasse a confirmação do voto na urna, não sei se aqui está suficientemente claro que essas expressões vão ser abrangidas nesse universo de proteção da pré-campanha. De modo que aqui uma ideia para aprofundamento e reflexão talvez fosse estabelecer um marco temporal. Porque aí sim, com uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

objetividade inequívoca, talvez dispusesse que, até três meses ou seis meses antes do pleito, seriam insindicáveis pela Justiça Eleitoral essas expressões análogas ao pedido explícito de voto, para que, somente nesse período mais crítico, como já acontece na prática na Justiça Eleitoral, haja fiscalização e punição dessas mensagens, até porque nós sabemos que, se hoje, por exemplo, como nessa regulamentação – estamos em 2025 – determinados atores políticos que são pré-candidatos começarem a veicular essas mensagens, provavelmente isso passará batido, à margem de qualquer fiscalização, justamente pela distância do período eleitoral, diferentemente de se isso acontecer em junho, julho, maio do ano que vem. A mesma expressão semântica vai desencadear essa fiscalização da Justiça Eleitoral. Então, acho que o período temporal bem demarcado talvez contribuísse para dar esse cenário de segurança jurídica e preservar, na extensão que o legislador pretendeu, essa manifestação de apoio no período da pré-campanha.

Outro ponto, Senador, que é muito relevante e V. Exa. parece ter tido a atenção que o tema merece em termos de disciplina, foi a regulamentação específica do Título VII, Da Publicidade Institucional, um tema a rigor de menor importância, mas que ainda hoje é muito nebuloso no processo eleitoral, porque, com a digitalização das mídias, não se tem com clareza os parâmetros pelos quais, por exemplo, páginas institucionais de órgãos públicos estão submetidas a um tratamento jurídico diferente dos agentes públicos pessoalmente. Na prática, é fácil dirimir que a página oficial do Instagram, Facebook, YouTube, de órgão público, de Prefeitura, do Governo caracteriza claramente as vedações já previstas para divulgação dessa publicidade institucional não promover ou beneficiar candidaturas, enquanto a jurisprudência eleitoral tem tido uma visão mais flexível sobre essas postagens na página pessoal do agente público, muito embora, curiosamente, o conteúdo da página pessoal do agente público, muitas vezes, seja praticamente o mesmo que vai ao ar nas redes sociais dos órgãos públicos.

Essa discussão aqui não está aprofundada sobre os limites de uma publicidade institucional em órgãos públicos e em páginas pessoais. Isso tem desdobramentos infinitos. Em alguns casos concretos... Talvez V. Exas., que militam em municípios e têm suas bases próximas, costumam fazer visitas, participar de ações em municípios, entregar benefícios à população, múnus próprios da função parlamentar através da destinação de emendas... Isso naturalmente resulta em notícias na página oficial da prefeitura, por exemplo, ou do Governo: determinado Parlamentar participou da entrega de um determinado benefício àquela comunidade. Será que a página oficial daquele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

órgão público marcar o perfil da rede social do agente público caracteriza essa promoção pessoal? Será que a marcação oculta também vai caracterizar? O simples registro de presença do agente público naquela solenidade é promoção pessoal? Talvez aqui seja o caso de estabelecer parâmetros para dar essa objetividade de quando essa promoção pessoal está ou não caracterizada, porque hoje o que há é uma zona nebulosa em que a própria função parlamentar de transparência das ações públicas costuma ser interpretada como uma promoção pessoal, a depender, claro, da gravidade, do teor da mensagem, do enaltecimento que pode vir a se fazer naquelas postagens, mas que, na maioria dos casos concretos, há simplesmente um conteúdo informativo que, pela falta de clareza, pode dar margem a essas interpretações de promoção pessoal.

Houve um caso, Senador, que, curiosamente, eu tive a chance de defender, em que eu baixei do próprio *site* do Tribunal Eleitoral uma notícia que mencionava que o Presidente do Tribunal tinha participado da inauguração de um cartório eleitoral novo numa comunidade do interior do meu estado, que em nada se distinguia de postagens que o Ministério Público pretendia fazer crer que eram promoções pessoais do agente político. E é claro que, na nossa visão, em nenhum dos casos havia promoção pessoal.

Então, acho que aqui seria bem-vindo um disciplinamento sobre postagens colaborativas: a página da prefeitura pode marcar, pode fazer postagens no *feed* em conjunto com os agentes públicos que vão ser pré-candidatos ou não? É bem-vindo estabelecer um marco temporal? Isso é lícito, desde que não se dê no ano eleitoral? Enfim, acho que o regramento vai dar uma segurança jurídica válida tanto para o agente público, que pode ser punido diante de uma acusação de estar alavancando determinado aliado político através dos recursos da máquina pública que gere, quanto para os pré-candidatos, agentes públicos de boa-fé que dão transparência às suas ações.

Outro ponto, Senador, que nos parece relevante, vai um pouco dialogar com as ponderações até que foram feitas no final do último painel sobre *fake news*, desinformação e até mesmo inteligência artificial, em que os colegas que me antecederam já tocaram. Parece-me que, para avançar nessa discussão, é preciso, primeiro, estabelecer uma premissa. E muita literatura hoje no mundo já deixou claro que tecnologia nenhuma é má ou boa em si.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As mídias sociais, de fato, mudaram a dinâmica da comunicação, que era controlada por emissoras de rádio e televisão, empoderando o cidadão naquilo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ GARCIA XEREZ SILVA – ... que se convencionou chamar a mudança do paradigma da comunicação um-para-muitos, e agora é muitos-para-muitos, ou seja, qualquer cidadão passa a ser, em alguma medida, um agente de veiculação de informações nessas mídias sociais.

No limite, como muitos já defenderam, as redes sociais, apesar de serem tratadas como plataformas de entretenimento, são plataformas de comunicação social, embora não tenham um tratamento jurídico que assim as discipline. Isso é particularmente relevante porque, nos tempos em que avança essa digitalização da vida, muitas críticas se fazem sobre as interações informativas na rede social, porque, a rigor, há uma diferença entre informação, conhecimento e sabedoria, e, nas redes sociais, o que se tem é esse oceano de informações que causa – o que se disse aqui mais cedo – essa desordem informacional. Isso é algo que já vem, em alguma medida, acendendo discussões nas resoluções do Tribunal Superior Eleitoral, mas, no Código Eleitoral, ainda está um pouco tímido.

Muitas das críticas se dirigem exatamente porque, no universo das mídias sociais, há o que se chama de formação de bolhas comunicacionais. A personalização algorítmica da rede faz com que as interações sejam construídas e dirigidas para nos colocar em contato com nossas preferências, com a confirmação das nossas opiniões, ou mesmo com aquilo que é mais fácil de ser vendido segundo os nossos interesses. Ou seja, a informação aqui não se presta ao esclarecimento da verdade. Aqui, a informação, no limite, não é uma fonte de conhecimento. Muitos chegam a dizer que ela é uma fonte de identidade. Eu não me comunico para me esclarecer, eu me comunico para pertencer.

Até por isso são difíceis as interações. Mesmo diante de notícias falsas, as pessoas não querem mais nem ser convencidas diante de uma informação que claramente contrapõe as suas convicções, porque negar aquela informação é negar a sua própria identidade, e isso cria um tribalismo nas redes sociais, que, no final das contas, significa que... Alguém pode alertar que, em um certo momento da história, a democracia estava em risco pelo viés autoritário de querer calar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as pessoas, mas a democracia também morre quando as pessoas não escutam, e as pessoas não estão escutando dentro do formato de interação que acontece hoje nas redes sociais.

Uma proposta talvez ambiciosa, Senador, seja imaginar uma espécie de programa eleitoral gratuito ou obrigatório nas redes sociais justamente para furar essa bolha e conseguir fazer com que visões de mundo opostas mergulhem no *feed* de notícias ou no *story* das pessoas para fomentar o que é um desses postulados da democracia, que é o aspecto discursivo-racional de ter o outro em perspectiva. Quando a propaganda eleitoral ou as informações eleitorais somente confirmam aquilo de que nós estamos convictos, não é propaganda eleitoral, é autodoutrinação, e a propaganda precisa do outro para poder haver essa circulação de ideias, procurada para dar isonomia aos candidatos no pleito. É por isso que o impulsionamento, que aqui está regulamentado, é muito bem-vindo, porque ele talvez seja a única ferramenta de furar a bolha e fazer alguém ter contato com uma ideia diferente daquela sua preconcebida.

Então, se for não imaginar talvez um programa eleitoral nos moldes da televisão, naqueles dez minutos, dentro de uma proporcionalidade que guarde correlação com a representação dos partidos políticos na Câmara, talvez um diálogo com as plataformas digitais permita *spots* de 30 segundos chegando no *feed* das pessoas para poder democratizar e dar acesso a essas visões de mundo para dialogarem com a população e fomentarem a tolerância e o discurso político. Isso é necessário, inclusive, para a existência de uma esfera pública, que a rede social corrói.

Do jeito que está hoje, sem nenhuma regulamentação, isso acaba beneficiando os candidatos que têm mais recursos financeiros para aplicar com impulsionamento e, portanto, conseguem furar a bolha; e aqueles que não têm recurso algum ficam à míngua dessa personalização algorítmica da rede.

Um dado curioso, já para encerrar a minha participação, que o Professor Diogo Arrais sempre cita é a pesquisa Domo (*Data Never Sleeps)* – ou "os dados nunca dormem". Nessa pesquisa, Senador, consta que, no YouTube, por hora, são inseridas 500 horas de dado a cada hora que passa. Ou seja, no final do dia, depois de 24 horas, foram "subidas" 720 mil horas de dados no YouTube, o que demoraria 82 anos da nossa vida se nós nos dedicássemos exclusivamente a assistir tudo o que foi para o YouTube ontem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Logo, as redes sociais assumem uma responsabilidade na formação da opinião e das ideias porque nós não conseguimos ver tudo o que está exposto e chega nas redes sociais. Nós só vimos aquilo que as redes sociais fazem chegar para a gente, em uma ou duas passadas no *feed* e nos *stories*, que passam através de anúncios para a gente.

Então, ficam essa provocação e essa reflexão, Senador, para que as mídias sociais também eventualmente incorporem ditames mínimos de propaganda eleitoral pela sua função pública e pela sua natureza, obviamente, clara de veículo de comunicação social.

São essas as minhas humildes contribuições, agradecendo, mais uma vez, a oportunidade, Senador Marcelo Castro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Importantes contribuições, Dr. André. Nós agradecemos.

Passamos a palavra agora ao último convidado, Dr. Alexandre Arns Gonzales.

O SR. ALEXANDRE ARNS GONZALES (Para expor.) – Bom, enquanto vão organizando a apresentação que eu trouxe, eu gostaria, Senador, na pessoa do senhor, de agradecer ao conjunto dos Parlamentares da Comissão a oportunidade de poder estar aqui e, além de participar da audiência, de poder trazer contribuições para o debate em torno do tema da propaganda eleitoral.

A contribuição que eu trago aqui de maneira específica é derivada e tem relação ao acúmulo de pesquisas desenvolvidas desde a tese de Doutorado em Ciência Política que eu pude realizar, sob a orientação da Professora Marisa von Bülow, na Universidade de Brasília, bem como de pesquisas no pós-doutorado, financiadas pelo CNPq e pelo Instituto da Democracia e Democratização da Comunicação. É a agenda com a qual eu sigo trabalhando no Grupo de Pesquisa sobre Relações entre Sociedade e Estado (Resocie), do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, e também junto à organização que eu integro, o DiraCom (Grupo de Defesa do Direito à Comunicação e Democracia). O desdobramento dessa agenda me levou hoje a estar também como pesquisador bolsista no Ipea sobre o tema de transformação digital do Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De maneira resumida, o que eu pensei em apresentar, centrando no tópico sobre transparência – que acho que poderia ser um aspecto que beneficiaria a legislação eleitoral e, de um modo geral, a eleição brasileira, e poderia talvez ser inserido no debate do atual projeto –, é considerar se se poderia estabelecer obrigações justamente às plataformas digitais para que elas apresentem relatórios de suas ações sobre as contas e conteúdos ao longo do ano eleitoral, considerando avaliações, sanções e reavaliações dessas sanções sobre essas contas e conteúdos; e, por outro lado, também estabelecendo meios para que instituições de pesquisa e organizações possam, de alguma maneira, auditar esses relatórios e produzir avaliações próprias.

E qual é a ideia central que eu acho importante destacar nesse aspecto? Como foi trazido, acho que pela mesa anterior, na fala de alguns Parlamentares que estiveram aqui presentes, na fala do colega André e também na fala das minhas colegas Iná e Bruna, existe uma discussão acerca, evidentemente, de se atribuir certas responsabilidades e obrigações sobre como essas empresas têm que tratar determinados conteúdos e contas.

E o que eu trago aqui é no sentido, também, de pensar no aprimoramento de instrumentos para que se possa ter melhores meios de se verificar como essas empresas têm atuado sobre essas contas e conteúdos. Então, quando se fala, por exemplo, em relatórios de suas ações ou em moderação de conteúdo e contas, o que coloco aqui não é apenas a sanção e a remoção, mas é justamente o tipo de tratamento que eles fazem. Se, por exemplo, a própria plataforma... que são tipos de avaliações que elas realizam internamente e poderiam ser colocadas a público, como foi a avaliação delas com relação ao fenômeno de violência política de gênero e raça, violência política contra a mulher, quantas contas e conteúdos foram identificados e rotulados no uso de mídias sintéticas, como foi levantada também a proposta. Então, esse tipo de relatório e avaliação própria das empresas é fundamental. É fundamental porque são elas que têm essas informações. E, ao mesmo tempo, para poder também ter uma avaliação crítica sobre isso é importante deixar que outros atores, terceiros, também possam acessar isso.

Então, este debate que eu trago está embasado, essa contribuição está embasada na publicação de um artigo que eu pude escrever com a Profa. Marisa, publicado na *Revista de Sociologia e Política*, intitulado "Entre resistência e concessão de transparência: as plataformas digitais colaboraram com as eleições?", que foi uma indagação que, precisamente no final das eleições de 2022, foi levantada por uma repórter na coletiva de imprensa ao Presidente do então

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tribunal Superior Eleitoral, à qual ele reagiu dizendo que as plataformas colaboraram e que teriam removido os pedidos de remoção que o tribunal teria apresentado.

E o ponto que é importante colocar aqui, e é justamente esse um aspecto, é que avaliar a contribuição dessas empresas vai além da extensão das remoções que elas realizam, mas é também como elas têm avaliado o desenvolvimento sobre certos riscos, sobre certos fenômenos, nos seus ambientes, de certa maneira dialogando bastante com o que o André colocou aqui agora sobre essa magnitude de informações que existem nas plataformas, como YouTube e tudo mais, e poder ter meios de avaliar isso. Então, essa indagação sobre se as plataformas colaboraram tem sido cada vez mais prementes nos processos eleitorais e, ao mesmo tempo também, objeto de controvérsias.

Trazendo um histórico com relação a, de certo modo, como que a gente percebe que a evolução sobre essa transparência tem se dado, desde 2018, o Tribunal Superior Eleitoral, junto com outras empresas e plataformas digitais, tem avançado em estabelecer meios de cooperação que, entre outras medidas, têm resultado na adoção que a gente coloca na nossa pesquisa como justamente concessões dessas empresas a doses de transparência, como, por exemplo, poder identificar que aquele conteúdo patrocinado, impulsionado, é uma propaganda eleitoral e que o anunciante que está patrocinando aquele conteúdo é de determinada candidatura, é de determinado partido. Mas essas informações ou esses mecanismos de transparência, importantes, ainda assim são insuficientes para poder compreender a atuação dessas empresas e, ainda assim, esses próprios instrumentos também têm as suas limitações.

Então, não só os padrões de transparência adotados até o presente momento são insuficientes – porque justamente não possibilitam uma avaliação sobre como as plataformas atuaram ou não, durante os processos eleitorais, sobre essas contas e conteúdos –, eles também são, hoje, concessões dessas empresas, cuja manutenção está sujeita, em alguma medida, às decisões unilaterais delas.

O exemplo mais recente que eu acho que podemos trazer e colocar aqui, para retratar um pouco o estado de fragilidade desses instrumentos, foi durante o ano eleitoral passado, em 2024, quando o Google suspendeu a disponibilidade do seu serviço de anúncios digitais para anúncios políticos no país, em razão da entrada em vigor de algumas resoluções aprovadas pelo Tribunal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Superior Eleitoral, que atribuíam algumas obrigações sobre conteúdos e também previam justamente uma obrigação para se estabelecer um repositório de transparência sobre conteúdos eleitorais.

E aqui a questão que está posta, nesse exemplo do Google, é que os problemas decorrentes de decisões como essas e de empresas como a Google acabam sendo pelo menos dois. O primeiro é que, ao indisponibilizar o serviço dela, a empresa também se viu desobrigada de atualizar o seu repositório de anúncios no Brasil, que é um repositório que a empresa adota em outros países desde 2018, mas que somente passou a adotar no Brasil em 2022 – nas eleições presidenciais de 2022 –, suspendendo-o em 2024 por essas questões. E há o fato de que a empresa suspender esse serviço não impediu, ao fim e ao cabo, que os anúncios políticos fossem veiculados através dos seus serviços de anúncios digitais. Esse é o segundo problema que eu queria trazer à tona. Dado o caráter estruturante que os serviços dessas plataformas digitais assumem na mediação e organização do debate público eleitoral, a decisão de suspender os serviços de anúncios, em realidade, acabou significando, para a sociedade e para as autoridades eleitorais, uma perda de transparência de modo geral.

Então, é importante trazer aqui que as empresas dispõem de meios para disponibilizar informações sobre a sua atuação sistêmica acerca de contas e conteúdos sem correrem risco em termos de proteção a dados pessoais dos usuários, mas optam por não fazê-lo, com raríssimas e pontuais exceções.

A gente sabe disso, como no caso que eu vou trazer aqui, mas também por episódios, um e outro, que ocorrem, ano sim, ano não, de algum ex-funcionário que opta por, de repente, fazer uma delação nos Estados Unidos, trazendo consigo uma série de documentos e relatórios internos, demonstrando justamente pesquisas dessas plataformas fazendo avaliações sobre esses riscos. Mas é também como este caso, que foi um caso em que a Meta possibilitou que um conjunto de instituições de pesquisa nos Estados Unidos tivessem um acesso inédito a uma base de informações de 208 milhões de usuários diários do Facebook nos Estados Unidos. É, basicamente, se fossem fazer o equivalente para o Brasil, poder possibilitar que um conjunto de instituições e universidades...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE ARNS GONZALES – ... tivessem acesso a uma base de informações para compreender o universo todo de usuários de Facebook no Brasil, como está sendo, por exemplo, o consumo, o direcionamento de conteúdos e a recomendação de contas para isso.

Esse artigo é um dos seis outros que o Google... que o Facebook, perdão, e a Meta possibilitaram. Foi publicado em 2023 na *Science*, foi possível analisar esse universo de conteúdo, mas ainda assim também coloca certos empecilhos. Acaba sendo apenas um movimento por parte de empresa de tentar trabalhar a sua imagem pública, porque é isto: foi uma iniciativa única, uma iniciativa isolada, não é um elemento que se mantém.

E, de novo, eu insisto, eu acho que um tipo de instrumento análogo a esse, possibilitando acesso às informações, pensando justamente para contribuir de como que está sendo utilizado ou desempenhado o papel dessas empresas nas suas decisões, nos seus serviços, nas eleições, acaba sendo fundamental.

Então, em geral, quando as empresas acabam, de maneira mais recorrente, oferecendo informações ou anunciando mudanças de regras específicas, alegando problemas, acabam fazendo sem se dignificar a apresentar uma avaliação própria ou aprofundada que demonstra que problemas foram esses, como esses problemas estavam incidindo sobre o conjunto do ambiente digital ou mesmo como as medidas anunciadas ou não para enfrentar esses problemas poderiam contorná-los ou mitigá-los.

O caso mais emblemático, acho que é o caso recente, foi o de janeiro de 2025, quando o Presidente da Meta justamente anunciou que ocorreram erros, sem precisamente informar quais são os erros, sem apresentar qualquer relatório ou avaliação nesse sentido.

Um segundo menos badalado foi em 2023, no próprio YouTube, vinculado às eleições de 2020, nos Estados Unidos. Como lá ocorreu um movimento de denúncia e alegações falsas sobre uma suposta fraude nas eleições estadunidenses de 2020, o YouTube, assim como outras plataformas e outras empresas, adotou medidas de remover conteúdos que eles identificassem que reproduzissem essas alegações consideradas falsas sobre o resultado das eleições nos Estados Unidos, mas, em 2023, a empresa anunciou que iria suspender essas medidas como regra, porque estariam prejudicando justamente o ambiente de comunicação e troca de ideias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De novo, o ponto aqui colocado não é nem tanto sobre o mérito da questão que está posta, mas é que não é apresentada nenhuma contrapartida por parte da empresa para poder apresentar quais são esses tipos de danos, quais são os prejuízos que estão sendo colocados.

Então, quando optam em oferecer outros tipos de informações para justamente dizer o que estão fazendo, resumem-se apenas, quando muito, às remoções que fazem e ainda assim adotando métricas que de alguma maneira, enfim, não possibilitam um escrutínio maior. Excepcionalmente, o YouTube, a Meta e o TikTok publicaram um balanço sobre a atuação de remoção de contas e conteúdos delas sobre as eleições de 2022, uma prática comum e que foi tratada de maneira excepcional. Aqui eu acho que é bastante sintomático do quanto que as empresas têm, vamos dizer assim, esse compromisso fraco com relação a justamente apresentar essas informações. A mesma métrica que foi apresentada sobre as suas atuações de remoção nas eleições brasileiras foi a métrica idêntica apresentada com relação às eleições de 2020, nos Estados Unidos. "[...] removemos mais de 10 mil vídeos relacionados às eleições no Brasil por violarem nossas diretrizes". E aqui vem um aspecto: "Mais de 84% dos vídeos removidos foram retirados antes de atingirem 100% das visualizações". O problema está justamente nesses outros 16% de vídeos, que vão de 101 visualizações a centenas de milhares ou possivelmente milhões. E aqui é onde fica sendo projetada essa noção, que, de novo, em caso de outra empresa e de outros casos, é colocada com a intenção de querer projetar uma suposta eficiência e eficácia dos seus sistemas algoritmos, não apresentando, por exemplo, os casos em que a empresa acaba tendo problema.

A Meta e o TikTok vieram apresentar o seu balanço somente depois da intentona golpista do 8 de janeiro e também simplesmente centrando apenas nessas métricas de remoções.

Enfim, eu encerro o meu comentário reiterando o meu comentário inicial, entendendo que o processo eleitoral brasileiro poderia se beneficiar do estabelecimento de obrigações às plataformas digitais para que elas sejam obrigadas a apresentar relatórios sobre as ações que elas desempenham, atuam e decidem ao longo do ano eleitoral e, ao mesmo tempo, possibilitando meios para que instituições de pesquisa possam auditar esse relatório ou produzir avaliações próprias.

É isso. Eu agradeço mais uma vez e fico à disposição da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Nós que agradecemos, Dr. Alexandre.

Vou passar a palavra ao nobre Deputado José Medeiros, ex-Senador da República.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT. Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria parabenizá-lo por esta audiência pública, um tema tão relevante. Na verdade, pela importância desse tema, isso aqui era para estar lotado de todo mundo, de esquerda, direita, centro, porque o interesse nesse assunto é muito importante.

E o parabenizo também por estar conduzindo esse tema ouvindo, e queria fazer um único pedido: é que nessa reforma, nesse seu relatório o senhor possa retomar o processo político, a condução do processo político para aquele que realmente é o interessado maior, que é o eleitor, e que ele possa também, em segundo lugar, ser trazido para o campo de quem deve legislar.

Hoje, o processo político está totalmente nas mãos da Côrte, e o que ocorre? Você, por vezes, tem a mudança da regra no meio do jogo, isso é complicadíssimo. E muitas vezes todos nós ficamos nas mãos não é nem do juiz, nós ficamos nas mãos de qualquer um que esteja manejando lá dentro do TRE ou dentro do TSE.

Já teve casos, Presidente, por exemplo, de alguém fazer a prestação de contas e colocar lá: "gasto com uma plataforma X", por exemplo, "gasto com Facebook". Acontece que a razão social dele não é Facebook, e aí a pessoa que está julgando as contas glosa isso, dá desaprovação das contas – com risco de a pessoa até perder o mandato –, sob qual o argumento? "Não, nesse gasto aqui ele não comprovou o gasto com o Facebook". Ora, até você explicar que aquela empresa que está na nota é o Facebook, são três, quatro tipos de ida de documento, e, por vezes, eu já vi serem reprovadas as contas por causa disso, mesmo o sujeito falando: "não, isso aqui é o Facebook". Ele não se dá o trabalho de ver se é.

Então, o que a gente vê é um protagonismo muito grande da parte da burocracia, sobrepondo-se à vontade soberana dos votos. A pessoa votou no Marcelo Castro para Senador, é uma vontade soberana se eles elegeram o Marcelo Castro. Não podem, às vezes, filigranas – nem de legislação – de infralegislação derrubarem essa vontade popular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a minha preocupação é de que nessa reforma possa sair, sobretudo, o seguinte: restringindo esse poder de legislação que eles estão tendo, porque na história de regulamentar, a grande verdade é que tomaram para si o processo eleitoral, e ele saiu das mãos daqueles em que realmente deveria estar, que são o eleitor e os que estão concorrendo, que são os políticos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não.

Chegamos, então, ao final aqui das duas audiências públicas que tivemos hoje.

Eu quero agradecer aqui aos últimos palestrantes, a Dra. Iná, a Dra. Roberta, a Dra. Bruna Santos, o André Garcia, que está aqui, do meu lado, o Alexandre Arns, que também se encontra aqui, e fazer a solicitação que eu fiz aos outros expositores para nos enviarem suas sugestões por escrito, que vão ser de grande valia.

E eu, que pensava que já estava com o relatório completo, estou vendo que nós temos uma longa tarefa ainda pela frente, por tantas sugestões. A gente não pode atrasar demais a votação desse Código Eleitoral, mas também queremos fazer o melhor possível, e todas as sugestões são bem-vindas. Vamos nos debruçar sobre elas. Antecipadamente, agradeço a todos aqueles que puderem contribuir, e vamos procurar fazer o que é da nossa intenção para dotar o país de uma legislação eleitoral melhor, mais transparente, mais efetiva, mais clara, que não deixe margem a dúvidas, ao subjetivismo. A gente sabe que, em alguns momentos, isso é muito difícil. Por exemplo, nessa questão de *fake news*, fica difícil a gente dizer o que é *fake news* e o que não é. Há uns casos flagrantes que são claros, que você sabe, e há outros em relação aos quais fica aquela nuvem, aquela penumbra, que, naturalmente, vai depender do poder discricionário de quem vai julgar. Mas, até onde for possível, a gente quer fazer uma legislação que seja mais clara e que não dê margem a interpretações. Eu acho que todos nós ganharemos com isso.

Então, no mais, mais uma vez, agradeço a todos. E, nada mais havendo a tratar nesta reunião, declaro-a encerrada.

(*Iniciada às 9 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 44 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE ABRIL DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e onze minutos do dia hum de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Ivete da Silveira, Alan Rick, Jussara Lima, Zenaide Maia, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Rogerio Marinho, Paulo Paim, Humberto Costa, Augusta Brito, Laércio Oliveira, Hamilton Mourão, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Lucas Barreto e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Vanderlan Cardoso, Flávio Arns, Magno Malta, Wellington Fagundes, Leila Barros e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata das 4ª e 5ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3613, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para recrudescer o tratamento penal dispensado ao autor de crime praticado nas dependências de instituição de ensino." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Segurança Pública. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3611, de 2024 - Terminativo -** que: "Estabelece diretrizes para as instituições de ensino privadas na prestação de serviços educacionais a estudantes bolsistas." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (MDB/SE). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3215, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o direito à isenção do pagamento da taxa de inscrição no Exame Nacional do Ensino Médio." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo). **Observação:** A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 5616, de 2023 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Brega." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Augusta Brito. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto, em decisão terminativa. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 14, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 3/2025 - CE, destinada a debater o Projeto de Lei nº 2614/2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034, seja incluída uma representante da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, de forma a contribuir com os debates, junto aos demais convidados para a realização da 5ª Audiência Pública do ciclo de audiências. Propõe para a audiência a inclusão da Senhora Mariana Luz Camargo Mendes, Presidenta da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 15, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 2/2025 - CE, destinada a debater a eliminação do trabalho infantil, da fome e da pobreza, do desemprego e outras mazelas e o papel da educação e da articulação intersetorial, seja incluída um representante da Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes, de forma a contribuir com os debates junto aos demais convidados." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 16, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Camilo Sobreira de Santana, Ministro de Estado da Educação, a comparecer a esta Comissão, a fim de realizar um balanço das atividades da pasta, avanços e desafios." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 17, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidada a Exma. Sra. Margareth Menezes da Purificação Costa, Ministra da Cultura, a comparecer a esta Comissão, a fim de realizar um balanço das atividades da pasta, avanços e desafios." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 19, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 3/2025 - CE sejam incluídos os seguintes convidados: representante do Fórum Nacional de Gestão Democrática da Educação; representante da Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal; representante da Rede Nacional de Escolas Estaduais de Educação Profissional e Tecnológica; representante da União das Organizações de Educação Indígena da Amazônia Brasileira; representante do Sindicato Nacional dos (as) Servidores (as) Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica; representante da Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior; e representante do Instituto Sonho Grande." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Seleção de política pública para avaliação em 2025**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 8, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Educação e Cultura avalie o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) como a política pública, especialmente em relação à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sustentabilidade financeira, aos critérios de distribuição da complementação da União e à regulamentação de fontes adicionais de financiamento da educação, no exercício de 2025." **Autoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), subscrito durante a reunião pela Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura nº 13, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Educação e Cultura avalie como política pública a Política Compromisso Nacional Criança Alfabetizada." **Autoria:** Senadora Augusta Brito (PT/CE). **Resultado:** A comissão aprova ambos os requerimentos, que têm por objeto a análise de políticas públicas em 2025. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e um minuto. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/01

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todas e a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 1º de abril de 2025.

Comunicados da Presidência.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

- Ofício nº 103, de 2024, encaminhado pela Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen), contendo considerações acerca da Lei 14.945, a lei do novo ensino médio;

- Aviso nº 975, de 2024, encaminhado pelo Tribunal de Contas da União, contendo cópia do Acórdão nº 2.590, de 2024, que trata do levantamento "acerca dos procedimentos adotados pelo Ministério da Educação e pelo então Ministério da Economia, voltados para implantação das rotinas de definição do valor da Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e sua distribuição aos entes subnacionais";

- Aviso nº 989, de 2024, também encaminhado pelo Tribunal de Contas da União, contendo cópia do Acórdão 2.281, que trata da "auditoria operacional com o objeto de avaliar o Programa Nacional de Assistência Estudantil";

- Moção de Apoio nº 23, de 2024, da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, em favor do Projeto de Lei nº 3.710, que "confere ao Município de Foz de Iguaçu, no Estado do Paraná, o título de Capital Nacional do Transporte Rodoviário Internacional".

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 4ª e da 5ª Reunião, realizadas nos dias 25 e 26 de março.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião está dividida em duas partes, prezados Senadores. A primeira destina-se à deliberação de matérias e requerimentos apresentados na Comissão. Conforme acordado previamente, se não houver discordância do Plenário, votaremos em bloco os itens terminativos que exigem votação nominal. Na segunda parte, ocorrerá a escolha de política pública a ser avaliada por esta Comissão no corrente exercício, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal.

Fica retirado de pauta o item 2, a pedido do Relator.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

1ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 3611, DE 2024

- Terminativo -

Estabelece diretrizes para as instituições de ensino privadas na prestação de serviços educacionais a estudantes bolsistas.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

1. Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Presidenta...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Pela ordem.) – Eu conversei com o meu Líder Confúcio no Plenário e aqui também, e ele concordou – como eu estou com um probleminha, que todo mundo sabe, de coluna e ciático – que eu fizesse meu relatório, que é do item 3; e em seguida seria o item 1, que é o item dele.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não. Então vamos proceder a essa inversão de pauta.

Eu passo, então, a palavra ao Senador Paulo Paim para relatar o item 3.

1ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 3215, DE 2021

- Não terminativo -

Dispõe sobre o direito à isenção do pagamento da taxa de inscrição no Exame Nacional do Ensino Médio.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

2. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 13/06/2023 e 15/10/2024.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Presidenta, é um projeto simples, que praticamente bota na lei o que o MEC já faz nessa questão do Enem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Devido a isso, o que mais importa para mim aqui, e foi construído com o apoio do MEC, é que nós estamos legalizando o que está praticamente regulamentado.

Então, como é na forma de um substitutivo, com algumas adaptações, eu vou direto ao substitutivo se V. Exa. entender, porque ele está bem simples.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Primeiro, eu sou pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.215, de 2021, do Senador Contarato, nos termos da emenda substitutiva abaixo:

> EMENDA Nº 1– CE (Substitutivo)
> Dispõe sobre o direito à isenção do pagamento da taxa de inscrição no Exame Nacional do Ensino Médio.
> O CONGRESSO NACIONAL decreta:
> Art. 1º Esta Lei estabelece e regulamenta o direito à isenção do pagamento da taxa de inscrição para realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).
> Art. 2º São isentos do pagamento da taxa de inscrição no Enem aqueles que comprovarem ao menos uma das seguintes condições:
> I - ser concluinte do ensino médio, em qualquer modalidade de ensino, matriculado em instituição pública de ensino declarada ao Censo Escolar da educação básica;
> II - ter cursado todo o ensino médio em escola da rede pública ou como bolsista integral na rede privada e ter renda per capita igual ou inferior a um salário mínimo e meio;
> III - se declarar membro de família de baixa renda, nos termos de regulamento.
> § 1º O cumprimento dos requisitos para a isenção deverá ser comprovado pelo participante no momento da solicitação de isenção da taxa de inscrição e de acordo com o que dispuser o edital do exame.
> § 2º O participante que se enquadrar nas situações de isenção previstas nos incisos II e III e não comparecer para a realização das provas perderá o benefício da gratuidade para a próxima edição do Enem, salvo justificativa da sua ausência, por meio de documento que comprove a impossibilidade do comparecimento, de acordo com o que dispuser o edital do exame.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E por fim:

> Art. 3º Sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o participante que prestar informação falsa para usufruir da isenção de que trata esta Lei estará sujeito à eliminação do Enem e, caso já o tenha realizado, à nulidade de seu resultado individual para todos os efeitos, inclusive para a admissão em instituições de educação superior.
> Art. 4º Esta Lei entra em vigor após decorridos 24 meses de sua publicação.

Presidente, não tem aqui nenhuma novidade, o Enem praticamente adota isso. Mas o Contarato – e eu sou o Relator – conversou com o ministério para que fossem feitas algumas adequações na visão do Ministério da Educação.

É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada. Belo relatório. É uma matéria realmente de muito mérito, de muito impacto.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam, em votação simbólica, o relatório apresentado permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O relatório passará a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Vamos, então, voltar ao item 1 da pauta. É também um projeto não terminativo.

1ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3613, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para recrudescer o tratamento penal dispensado ao autor de crime praticado nas dependências de instituição de ensino.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Segurança Pública e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Vamos longe, Senador Confúcio.

Concedo a palavra ao Senador Confúcio Moura para a leitura do seu relatório.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Sra. Presidente, vem a exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 3.613, de 2023, que propõe alterações na Lei dos Crimes Hediondos. O objetivo da proposição é endurecer as penas para crimes cometidos nas dependências de instituições de ensino, reconhecendo a gravidade desses delitos e a necessidade de reforçar a proteção do ambiente escolar.

Eu vou direto à análise.

Nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições relativas a normas gerais sobre educação, cultura e ensino entre outros assuntos correlatos. Nesse contexto, a matéria ora examinada possui relevância direta para a segurança e o bem-estar da comunidade escolar, justificando sua apreciação por esta Comissão.

Diante do aumento de episódios de violência nesses espaços, a preocupação com a segurança nas instituições de ensino tem sido um tema debatido recorrentemente nos últimos anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A escola deve ser um ambiente seguro, propício ao aprendizado e ao desenvolvimento integral dos estudantes, garantindo condições de trabalho adequadas para professores e demais profissionais da educação. No entanto, observa-se que a crescente incidência de atos violentos no interior dessas instituições tem comprometido esse objetivo, gerando um clima de medo e insegurança.

A proposta de recrudescimento das penas para crimes cometidos nas dependências das instituições de ensino se alinha com a necessidade de reforço da proteção desses espaços, dissuadindo a prática de tais atos e garantindo a punição mais severa para os responsáveis, medida que busca preservar a integridade física e psicológica de estudantes, educadores e demais membros da comunidade escolar.

A classificação desses crimes como hediondos também reforça seu caráter repulsivo e a necessidade de uma resposta penal mais rigorosa. A violência no ambiente escolar não afeta apenas as vítimas diretas, mas compromete toda a estrutura da sociedade e o direito fundamental de acesso à educação em condições seguras.

No mérito, do ponto de vista da educação, entendemos que o PL se mostra pertinente e necessário para fortalecer a proteção da comunidade escolar e garantir a efetividade das políticas de segurança no ambiente educacional. Portanto, a proposição contribui para o fortalecimento da segurança nas instituições de ensino e reforça o compromisso do Estado com a proteção de estudantes e profissionais da educação.

O voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 3.613, de 2023.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador. Parabéns pelo relatório.

A matéria está em discussão.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Eu quero complementar, Sra. Presidente, e eu manifesto a mais profunda indignação diante do recente caso de violência contra a Profa. Célia Regina, de 65 anos, brutalmente espancada por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

familiares de um aluno no bairro Resgate, na cidade de Salvador, Bahia, dia 22 passado agora, simplesmente por cobrar do aluno a entrega do dever de casa. A agressão foi tão severa que a docente teve os cabelos arrancados e seu corpo coberto de hematomas. Este episódio não é um fato isolado, mas um reflexo preocupante da inversão de valores que assola a nossa sociedade.

Dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) indicam que o Brasil lidera o *ranking* da violência contra professores, com 12,5% dos docentes relatando agressões verbais e intimidações semanais. Além disso, estudo da ONG Nova Escola e do Instituto Ame Sua Mente apontou um aumento de 20% na violência contra educadores e funcionários escolares no ano de 2023.

A escola deveria ser um ambiente de aprendizado e respeito e construção de cidadania; no entanto, estamos presenciando um cenário, no qual professores, pilares da educação, são desrespeitados e violentados no exercício de suas funções.

A inversão de valores se manifesta quando, em vez de serem protegidos, os educadores se tornam vítimas de agressões, praticadas até mesmo por pais irresponsáveis, que deveriam ser parceiros na formação de seus filhos.

Diante desse cenário alarmante, eu sugiro reforçar no Senado o debate sobre políticas públicas de proteção aos professores e valorização da educação, que é o objeto desse projeto de lei, de autoria do Executivo. Precisamos de ações concretas para garantir a segurança dos profissionais da educação, fortalecer a disciplina, o respeito no ambiente escolar e assegurar que casos como o da Profa. Célia Regina não se repitam. A valorização da educação passa necessariamente pela proteção dos professores e dos profissionais. Sem esse respeito ao professor, não há futuro para a nossa sociedade.

É só isso, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada.

Aliado a isso ou em consequência disso, Senador Confúcio, Senadora Augusta, o índice de adoecimento mental nos trabalhadores da educação tem crescido muito – muito. Tem outros fatores, evidentemente, fatores voltados para a própria responsabilização; a infraestrutura das escolas, que muitas vezes não é condizente; temos também muitas coisas relacionadas às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pressões dos órgãos gestores... Mas, sem sombra de dúvida, a relação que deve existir positivamente baseada na confiança, no respeito, no prazer de ter uma relação tão profícua entre professor e estudante tem sofrido realmente esses impactos da violência, que também se manifesta de estudante para estudante, de estudante para professor, de alguns professores para estudante, de estudante para estudantes, e há a dificuldade de se controlar isso.

Então acho que a escola precisa ser esse espaço de aprendizagem, de troca de experiências, e com violência isso fica difícil.

A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Parabéns pelo seu relatório mais uma vez!

Não havendo mais quem queira discutir, aprovada simbolicamente.

Encerro a discussão.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Segurança Pública.

Nós vamos agora para o item 4. O 3 já foi votado.

1ª PARTE

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 5616, DE 2023

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional do Brega.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Augusta Brito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do projeto.

De autoria do Deputado Pedro Campos.

Concedo a palavra à Senadora Augusta Brito, para a leitura do seu relatório.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Como Relatora.) – Bom dia. Bom dia à nossa Presidenta, nossa Senadora Teresa Leitão. Quero aqui cumprimentar a toda assessoria que está aqui presente, da Comissão e também dos Parlamentares.

É o relatório do Projeto de Lei nº 5.616 de 2023, que institui o Dia Nacional do Brega, de autoria do Deputado Pedro Campos.

Sra. Presidenta, eu queria pedir para fazer a leitura logo direto da análise. Uma vez que o relatório já foi amplamente divulgado, peço licença para a leitura de uma forma resumida.

O Projeto de Lei nº 5.616 de 2023, de autoria do Deputado Federal Pedro Campos, institui o Dia Nacional do Brega.

A proposição, que não recebeu emendas, foi distribuída pela análise exclusiva e terminativa nesta Comissão de Educação e Cultura.

Quanto aos aspectos de constitucionalidade, o projeto está em consonância com o ordenamento jurídico brasileiro.

Quanto à juridicidade, a proposição está em consonância com as determinações da Lei nº 12.345, de 2010, que traz critérios para a instituição de datas comemorativas.

No que tange à técnica legislativa, o projeto atende aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Quanto ao mérito, a matéria merece acolhida.

De fato, o brega é um verdadeiro fenômeno cultural, com incontestável relevância na formação da identidade nacional, constituído de um repertório de emoções, histórias e experiências de milhões de brasileiros que encontram no gênero um canal de expressão legítimo e autêntico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com uma força popular, o brega não é apenas trilha sonora: é uma linguagem, é a roupa, é o modo de andar, de falar, de amar. Ele pulsa nas ruas, nos paredões, nas festas de bairro, nas rádios e nos mais diversos lugares deste país. Sintetizando afetos, dores e paixões, o brega transforma o cotidiano em arte e resgata o que há de mais humano nas nossas relações.

A importância do brega para a identidade nacional está justamente em sua capacidade de contar o Brasil real. O brega abraça o drama popular sem pudor, não disfarçando a emoção. Por isso, é tão brasileiro. É uma cultura que não pede desculpas por sentir demais.

O reconhecimento institucional desse gênero é também um ato de justiça social. O brega deu voz a quem não tinha palco. Seus intérpretes, muitas vezes vindos das periferias, conquistaram espaço com talento e persistência, fora dos modelos tradicionais da indústria cultural. É inclusão pela arte, pela letra direta, pela batida que fala a língua das massas.

Atualmente, o brega vive uma nova efervescência. Com a ascensão do brega *funk* e do tecnobrega, surgem novas linguagens, misturas, batidas. O brega se renova, se reinventa, mas nunca se rende. Continua popular, provocador, sincero e, sobretudo, atual.

O brega também tem um papel fundamental na preservação da memória afetiva do povo brasileiro.

Símbolo de resistência cultural, ele atravessou décadas sendo chamado de cafona, pobre, inferior, e mesmo assim nunca deixou de ser cantado, dançado e amado. Ele sobreviveu ao preconceito social, ao elitismo musical e aos filtros do mercado. E, mais do que isso, sempre venceu. Hoje está nas *playlists*, nas pistas, nas redes, nos *shows* lotados.

Essa força não se manifesta apenas no campo simbólico. O brega movimenta uma verdadeira engrenagem cultural e econômica, feita de trabalho coletivo e criatividade popular. Destaco, assim, o poder do seu ecossistema econômico, que sustenta milhares de famílias e aquece a economia local. O brega gera emprego e renda em diversas frentes.

Quero aqui já cumprimentar o nosso autor, o Deputado Pedro Campos, que acaba de chegar aqui à nossa Comissão. Já estou concluindo aqui o relatório, com muito prazer, e ressaltando aqui a grande importância realmente desse projeto ser aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, como eu estava lendo aqui anteriormente, o brega gera emprego e renda em diversas frentes: dos cantores e compositores aos técnicos de som, dos produtores de eventos aos criadores de conteúdo, das figurinistas às costureiras que criam os trajes que brilham nos palcos. É uma cadeia produtiva sólida, muitas vezes informal, mas vital para a cultura das periferias urbanas e rurais.

Por tudo isso, reconhecer o Dia Nacional do Brega é reconhecer o Brasil profundo, apaixonado e contraditório que existe em todos nós, é dar valor ao sentimento escancarado, ao romantismo exagerado, ao drama que embala o cotidiano de milhões de brasileiros.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.616, de 2023.

Já quero aproveitar a presença do autor e parabenizá-lo pela iniciativa, dizer que é um prazer relatar esse projeto aqui nesta Comissão, com a nossa Senadora Teresa Leitão. Então, parabéns, Deputado. Eu acho que quem gosta e quem não gosta do brega sabe da importância desse reconhecimento que foi feito nessa proposição do projeto de lei.

Obrigada.

Era isso, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada.

O relatório é pela aprovação.

Antes de passar a palavra para o autor do projeto, o Deputado Pedro Campos, que nos honra com a sua presença, quero fazer só uma breve observação.

Ouvindo atentamente o relatório, a análise da Senadora, a gente percebe que o relatório, Deputado, deu uma leitura muito real do significado social do brega, o que é que ele significa para a população que é fã, que gosta. E eu não poderia deixar de registrar aqui o Rei do Brega do nosso estado, do brega romântico, hoje já falecido, o queridíssimo Reginaldo Rossi. Quem não conhece, quem não dançou, quem não ouviu, há cerca de 20 anos, Reginaldo começar a ganhar o mundo? Antes ele era da Ilha de Itamaracá. Ele tem uma música inclusive dedicada à Ilha de Itamaracá, que é uma ilha encantada, segundo ele. E quem não conhece A raposa e as Uvas? Quem não conhece Garçom, uma música de tanto sentimento, de dor e, ao mesmo tempo, muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

romântica? Então, para nós lá de Pernambuco, eu e o Deputado Pedro Campos, que também é de lá, o relatório de V. Exa. caiu como uma luva. Ele evidencia muito, muito fortemente esse significado. É cafona para alguns, mas é muito representativo para outros.

Então, quero registrar, Senadora, os meus parabéns pelo seu relatório e conceder a palavra ao Deputado Pedro Campos, que nos visita com muita honra para nós.

O SR. PEDRO CAMPOS (Bloco/PSB - PE) – Bom dia a todas e a todos.

Quero saudar a Sra. Presidente Senadora Teresa Leitão. É muito orgulho de todo o povo pernambucano ter Teresa Leitão, uma professora, presidindo a Comissão de Educação do Senado. Quero saudar a Relatora, Senadora Augusta Brito, os demais Parlamentares aqui presentes e os que nos assistem.

Quero começar agradecendo ao Deputado Felipe Carreras, que relatou esse projeto na Câmara dos Deputados, e agradecendo à Senadora Augusta Brito, que tão bem acolheu esse projeto, fez esse relatório, que traz toda a importância simbólica, cultural e econômica do brega e que também é de um estado que tem as suas figuras do brega. Aqui cito talvez uma das figuras mais icônicas do estilo brega, que é o Falcão, que é cearense e que faz ali o seu humor, a sua música e faz também essa coisa que é o lugar comum do brega, que é a exacerbação do sentimento, é o sentimento ao extremo ali em tudo que faz. Tudo que é brega tem muito sentimento envolvido e não tem vergonha de ser colorido, de ter as suas formas.

Então, quero agradecer muito à Senadora e agradecer à Senadora Teresa Leitão, que nos permitiu trazer essa pauta aqui para a Comissão de Educação do Senado, que é uma pauta muito importante para o povo pernambucano e para a cultura brasileira como um todo.

Hoje, Teresa, é um dia que traz um misto de sentimentos. Nós aqui somos pessoas que herdamos uma luta pela democracia, uma luta contra a ditadura. Estar aqui no dia 1º de abril, no espaço da democracia, podendo falar de coisa boa, de coisa alegre e de brega, eu acho que para gente significa muito, porque a gente precisa ter a memória, precisa ter a lembrança, mas precisa também ter o sentimento de que democracia tem que rimar com alegria, com felicidade, tem que rimar com melhoria da vida das pessoas. E a gente poder fazer isso numa democracia nos alegra muito. E, por isso, apesar do que passou, hoje é dia de festa, hoje é dia de brega.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero trazer aqui à lembrança também o nosso rei Reginaldo Rossi, que é homenageado pelo projeto, já que o Dia Nacional do Brega será o dia 14 de fevereiro, o dia do nascimento do rei, que tão bem cantou as paixões, as emoções, no Estado de Pernambuco, de onde ele veio, e acabou ganhando o coração de todo o Brasil.

Muita gente tentou, por muito tempo, diminuir o brega. Acredito que isso é muito devido a de onde o brega surgiu e onde o brega se enraizou. É fato que Reginaldo Rossi tocou o coração de todo o povo brasileiro, com músicas como Garçom, como A Raposa e as Uvas, mas é inegável que a raiz do brega é periférica. A raiz do brega vem das comunidades mais pobres, quer seja do Estado de Pernambuco, do Nordeste e do Brasil, por isso o caminho do brega sempre foi mais difícil, por isso que brega, por muitas vezes, foi utilizado como algo pejorativo, como algo cafona, e não como algo que ressaltava e reforçava os sentimentos. Mas o brega resistiu, o brega cresceu no coração do povo brasileiro e o brega chegou até aqui, em Brasília. E chegou com toda a sua importância social, porque o brega é ritmo, mas também é identidade, é a oportunidade de a gente dar voz à periferia e de vê-la tendo voz e sendo referência e sendo exemplo e sendo símbolo.

Nesse mundo globalizado em que a gente vive, saber que um menino lá do Ibura tem um ídolo que mora na rua do lado dele, e não nos Estados Unidos ou na Europa ou em qualquer outro lugar que seja, também mostra a força do brega: de se cantar e se mostrar uma identidade e de você poder ter exemplos, ter modelos de sucesso que moram do lado da sua casa, e não do outro lado do mundo. Eu acho que isso é uma força que o brega tem. E isso pode gerar oportunidade, emprego, renda para as pessoas.

Vou citar aqui, por exemplo, os cantores Shevchenko e Elloco – Elloco que acabou falecendo no último ano –, que fizeram questão de verticalizar toda a cadeia do brega. A produção de música é deles, a produção de vídeo é deles, a marca de roupa é deles, e tudo é feito dentro da periferia do Recife, trazendo essa importância também econômica para essa questão do brega.

E o brega avançou, se modernizou, virou tecnobrega no Pará, virou brega *funk* pelo Nordeste. É um movimento vivo! E, muitas vezes, Teresa – e aqui é importante a gente ter duas mulheres protagonizando este momento –, muitas vezes o brega acabou sendo estigmatizado pela relação de determinadas vertentes e correntes do brega com a questão das mulheres e com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a pauta das mulheres. Mas o brega nunca criou problema entre as mulheres. Talvez tenha colocado luz em problemas que a sociedade tem e desafios que a sociedade tem que enfrentar, da relação e do lugar e do espaço que é negado às mulheres todo dia na sociedade. E isso tem que ser também visto e cantado pelo brega, então é importante ressaltar isso aqui.

E deixo a última homenagem para aqueles que fazem o brega. A gente não chegou aqui sozinho; nós abrimos esse processo com uma grande audiência pública, com a presença do Conde Só Brega, de Michelle Melo, com a presença do MC Tocha, de Elvis, de tantos outros cantores e cantoras que estiveram aqui e de cantores que não puderam estar, mas que levaram o nome do brega adiante. A gente pode citar a Gaby Amarantos, a Priscila Senna, a Raphaela Santos e tantas pessoas que ajudaram e contribuíram para que isso pudesse acontecer.

Então, a gente fica muito feliz no dia de hoje e espera que, o quanto antes, o nosso Presidente Lula sancione esse projeto de lei, que segue diretamente para a sanção, e possa anunciar também investimentos e valorização para o brega, através dos editais específicos, através do trabalho do Ministério da Cultura e de diversos programas e ações que precisam valorizar esse segmento da sociedade, esse movimento cultural. Porque o brega é cultura, o brega é resistência, o brega é Brasil e, agora, o Brasil tem o Dia Nacional do Brega.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito bem, Deputado. Eu acho que é uma lei tão simples, não é? Acho que, com toda essa retaguarda, toda essa identidade, terá, com certeza, consequências importantes para todos nós.

Não havendo mais quem queira discutir, a discussão está encerrada, e a votação será nominal.

Em votação, o Projeto de Lei nº 5.616, de 2013, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com a Relatora votam "sim".

Os Srs. Senadores já podem votar pelo painel.

Nós vamos aguardar a votação por um tempinho, Senadora Augusta Brito, enquanto faço a leitura dos requerimentos, para ir ganhando tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos três requerimentos – aliás, quatro requerimentos – e, depois, passamos para a segunda parte. São requerimentos de nossa autoria, que dizem respeito àquele ciclo de audiências públicas do Plano Nacional de Educação, para a inclusão de representantes que nos procuraram para fazer parte das audiências públicas.

Eu vou ler todos, e a gente vota em conjunto.

1ª PARTE

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 14, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 3/2025 - CE, destinada a debater o Projeto de Lei nº 2614/2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034, seja incluída uma representante da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, de forma a contribuir com os debates, junto aos demais convidados para a realização da 5ª Audiência Pública do ciclo de audiências. Propõe para a audiência a inclusão da Senhora Mariana Luz Camargo Mendes, Presidenta da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

1ª PARTE

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 15, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 2/2025 - CE, destinada a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

debater a eliminação do trabalho infantil, da fome e da pobreza, do desemprego e outras mazelas e o papel da educação e da articulação intersetorial, seja incluída um representante da Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes, de forma a contribuir com os debates junto aos demais convidados.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

O terceiro requerimento, de nº 16, é requerimento de convite – os dois últimos – de ministros, como de praxe, aqui à nossa Comissão.

1ª PARTE

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 16, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Camilo Sobreira de Santana, Ministro de Estado da Educação, a comparecer a esta Comissão, a fim de realizar um balanço das atividades da pasta, avanços e desafios.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

1ª PARTE

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 17, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidada a Exma. Sra. Margareth Menezes da Purificação Costa, Ministra da Cultura, a comparecer a esta Comissão, a fim de realizar um balanço das atividades da pasta, avanços e desafios.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

A data da presença dos dois Ministros será acordada pela Comissão, com as suas respectivas assessorias.

Aqueles que concordam com a aprovação desses quatro requerimentos... (*Pausa.*)

Tem que aguardar o resultado da votação. (*Pausa.*)

Tem mais um requerimento extrapauta.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 19, DE 2025

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 3/2025 - CE sejam incluídos os seguintes convidados: representante do Fórum Nacional de Gestão Democrática da Educação; representante da Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal; representante da Rede Nacional de Escolas Estaduais de Educação Profissional e Tecnológica; representante da União das Organizações de Educação Indígena da Amazônia Brasileira; representante do Sindicato Nacional dos (as) Servidores (as) Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica; representante da Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior; e representante do Instituto Sonho Grande.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

Vamos aguardar o quórum para podermos votar em bloco esses requerimentos. (*Pausa.*)

O quórum é de 11 votos, estamos próximos a atingi-lo. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Confúcio esteve aqui no início da reunião.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – É. O Senador Confúcio e o Senador Paim. Os dois estavam...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Paim já voltou. Os dois estiveram aqui conosco, no início da reunião. (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

Daqui a pouco ele vota. (*Pausa.*)

Mais dois. (*Pausa.*)

É com emoção. (*Pausa.*)

Pronto, só falta um.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Falha no áudio.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... a de Laércio também. (*Pausa.*)

Quórum atendido. (*Palmas.*)

Eu vou esperar o Senador Astronauta concluir o seu registro de presença e, certamente, também o seu voto favorável.

Gosta de um brega, Senador? (*Risos.*) Já pensou, um brega no espaço sideral? (*Risos.*)

Então, aprovado o projeto... (*Pausa.*)

Tem que abrir o painel. Vou aguardar. (*Pausa.*)

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador.

Foi verificado o seguinte resultado: 12 votos SIM; nenhum voto NÃO.

Nenhuma abstenção.

Projeto aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Parabéns ao autor e à Relatora.

Consulto o Plenário se podemos fazer uma votação em bloco para os requerimentos incluídos na primeira parte da pauta. (*Pausa.*)

Com a concordância, coloco em votação os Requerimentos nºs 14, 15, 16, 17 e 19.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Requerimentos aprovados.

Vamos à segunda parte, rapidamente, porque vencemos o prazo da escolha de política pública a ser avaliada pela Comissão de Educação em 2025. Nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, as Comissões Permanentes selecionarão, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo, para serem avaliadas, observando os impactos dessas políticas e as atividades-meio que suportam sua execução.

No prazo disponibilizado aos membros da Comissão de Educação, foram recebidos os seguintes requerimentos: Requerimento nº 8, de autoria da Senadora Professora Dorinha; Requerimento nº 13, de autoria da Senadora Augusta Brito.

Pergunto às autoras... Passo a palavra às autoras dos requerimentos para a leitura.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – São requerimentos... O requerimento da Senadora Augusta é o Requerimento nº 13. E o requerimento da Professora Dorinha eu posso ler porque ela está presidindo outra Comissão.

2ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 13, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Educação e Cultura avalie como política pública a Política Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE)

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Posso agora?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pode.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Para encaminhar.) – Obrigada.

É um requerimento de nossa autoria, em que eu requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Educação e Cultura avalie a política do compromisso nacional da criança alfabetizada no exercício de 2025.

Eu quero aqui pedir à Presidenta que realmente avalie esse nosso pedido por acreditar que a gente, com certeza...

E quero aqui cumprimentar a Senadora Jussara. Que bom encontrá-la e vê-la aqui.

O Estado do Ceará, quando começou com esse programa de alfabetização na idade certa, fez uma grande diferença na educação como um todo, especialmente porque não se pode pensar em grandes projetos, em projetos inovadores se o básico não for feito, que é exatamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alfabetizar e a criança sair sabendo ler para que possa exercer, em todo o percurso de sua educação, realmente o seu desenvolvimento.

Então, a gente precisa levar essa experiência do Estado do Ceará para o nosso país visto que é fundamental a gente ter a alfabetização na idade certa.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada. Na verdade, o programa – não é, Senadora? – já está nacionalmente posto.

Requerimento nº 8, da Senadora Professora Dorinha.

2ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 8, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Educação e Cultura avalie o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) como a política pública, especialmente em relação à sustentabilidade financeira, aos critérios de distribuição da complementação da União e à regulamentação de fontes adicionais de financiamento da educação, no exercício de 2025.

Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO) e outros

Eu sugiro que nós tomemos, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, o mesmo encaminhamento que fizemos no biênio passado, no ano passado. Só vieram essas duas sugestões; que nós possamos, portanto, avaliar, Senador, as duas sugestões.

A gente as submete a aprovação. (*Pausa.*)

Então, não havendo nenhum óbice, eu subscrevo os requerimentos e designo as Relatoras Professora Dorinha Seabra e Augusta Brito como Relatoras dos trabalhos de avaliação das políticas públicas da Comissão de Educação e Cultura em 2025 para, no prazo regimental, até o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

final do ano, apresentarem, cada uma, o seu relatório. Certamente a Comissão colherá bons frutos dessas duas políticas tão importantes para a educação nacional.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e de todas, muito feliz com a presença da Senadora Jussara, já plenamente recuperada, graças a Deus.

Declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 01 minuto.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e dezenove minutos do dia oito de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Alan Rick, Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia, Flávio Arns, Sérgio Petecão, Izalci Lucas, Paulo Paim, Augusta Brito, Hamilton Mourão, Damares Alves, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Jorge Seif, Weverton, Beto Faro, Angelo Coronel, Styvenson Valentim e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Jussara Lima, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Wellington Fagundes e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 6ª reunião, que é aprovada. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 3/2025 – CE e REQ 19/2025 - CE, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Finalidade:** Debater o Projeto de Lei nº. 2614/2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034. **Participantes:** Sra. Roberta Guedes, Coordenadora da Comissão Especial de Monitoramento e Sistematização do Fórum Nacional de Educação (FNE); Sr. Waldeck Carneiro, Coordenador Geral do Fórum Nacional de Gestão Democrática da Educação (FORGEDE); Sr. Álvaro Domingues Júnior, Representante do Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Educação (FONCEDE); e Sr. Manoel Humberto Gonzaga Lima, Presidente Nacional da União dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/08

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todas e a todos.

Havendo quórum regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 8 de abril de 2025.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 6ª Reunião, realizada em 1º de abril de 2025.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário Oficial do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 2.614, de 2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034, em atenção ao Requerimento 3, de 2025, de autoria da Senadora Teresa Leitão, e ao Requerimento 19, de 2025, desta Comissão, de autoria da Senadora Teresa Leitão.

Convido para tomar assento à mesa o Sr. Álvaro Domingues Júnior, representante do Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Educação (Foncede), e a Sra. Roberta Guedes, Coordenadora da Comissão Especial de Monitoramento e Sistematização do Fórum Nacional de Educação. Agradeço a presença dos nossos dois convidados.

Informo que também teremos outros dois convidados, que participarão de forma remota: o Sr. Manoel Humberto Gonzaga Lima, Presidente Nacional da União dos Conselhos Municipais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Educação (Uncme), e o Sr. Waldeck Carneiro, Coordenador-Geral do Fórum Nacional de Gestão Democrática da Educação (Forged).

Informo também que foi convidado o representante do Conselho Nacional de Educação, que justificou a ausência, não podendo comparecer a esta audiência.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores. Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos, prorrogáveis por mais cinco. A campainha vai tocar, mas é mecânica, não se assustem. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares – já saúdo a presença do nosso Senador Izalci – inscritos para fazerem as perguntas ou comentários.

Informo que foram já enviados, por meio do Portal e-Cidadania, perguntas e comentários dos seguintes cidadãos: João, de Alagoas; Victória, do Amazonas; Leonardo, do Distrito Federal; Francisco, do Maranhão; Emerson, do Paraná; Mário, de São Paulo; Bruno, de São Paulo também. As perguntas e os comentários foram encaminhados previamente aos convidados, que podem, já na sua fala, abordar alguns dos aspectos relacionados às questões enviadas e já entregues previamente.

Com a palavra, inicialmente, o Sr. Álvaro Domingues Júnior, representante do Fórum Nacional de Conselhos Estaduais. Só um segundinho, Sr. Álvaro.

Esta audiência de hoje tem como foco a importância dos órgãos colegiados de monitoramento e acompanhamento do plano. A participação desses órgãos dá realmente uma dimensão muito importante do que a gente deseja como gestão colegiada e democrática do plano.

As audiências, eu informo ao Sr. Álvaro e à Sra. Roberta, foram organizadas assim, por blocos. Então, vocês integram esse bloco de instituições colegiadas, conselhos, fóruns que acompanham a implementação das políticas públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, sem mais delongas... Vai tocar quando completar os dez minutos, mas, se não tiver concluído, o senhor tem mais cinco minutos para concluir.

O SR. ÁLVARO DOMINGUES JÚNIOR (Para expor.) – Bom, bom dia!

Senadora, muito obrigado pelo convite.

Cumprimento a todos. Cumprimento meu amigo Senador Izalci, também aqui presente, daqui de Brasília; a querida Roberta está também de muito tempo aí conosco nas atividades educacionais.

Bom, como a Senadora falou, eu represento o Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação. Eu sou Presidente do Conselho de Educação do Distrito Federal – eu estou Presidente na atualidade. Sou Conselheiro aqui no Distrito Federal.

O que eu vou apresentar aos senhores e às senhoras resulta de uma reunião realizada na semana passada com todos os presidentes e representantes, conselheiros dos conselhos estaduais de educação.

Uma sugestão, de antemão eu posso já antecipar, antes de passar as lâminas, é que para nós existem alguns tópicos que são incontroversos. O investimento na educação usando o PIB como régua, aumentado dos 5%, 5,5% atualmente para, nos próximos anos, 7% – 7%, 7,5% – ou até o decênio, a 10%: esse é um item que é incontroverso entre todos os membros dos conselhos estaduais de educação.

Um segundo item, que é incontroverso também, é a formação dos professores. Nós estamos diante de uma situação que está se agravando rapidamente e que requer muita atenção nas instituições formadoras de professores, especificamente no caso de pedagogia e licenciatura, as licenciaturas. Esse é outro item também que tivemos bastante tempo debatendo e nos é muito caro.

Um terceiro item que é incontroverso, que os senhores verão também nas próximas lâminas ao serem comentadas, é que existam, que nós sugerimos, mais ferramentas, mais processos de acompanhamento do controle da aplicação dos recursos da educação de maneira eficiente. Esse é um item também que vocês verão nas próximas lâminas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar uma por uma das lâminas e as deixarei depois à disposição para que os senhores apreciem, e estaremos aqui também para completar, caso exista alguma dúvida.

Então, esse pensamento aqui não é só meu, é de um grupo que eu represento, que são os presidentes e membros dos conselhos de educação dos estados.

Há um item que eu acredito seja inovador: é uma sugestão de se aproximar das famílias, envolvendo-as no processo educacional para além da educação escolar. Acreditamos que o envolvimento da família no processo educacional pode contribuir, de forma significativa, para a redução da violência e também para uma gestão das escolas mais próxima da comunidade escolar, realizando um trabalho mais eficiente junto à comunidade.

O que foi elaborado aqui é sobre o Projeto de Lei nº 2.614, de 2024, que institui o novo plano de educação para o decênio 2024-2034 – aqui está 2025-2034, na verdade.

Os planos nacionais, estaduais e municipais de educação, um histórico.

O avanço do último PNE, a ampliação da participação e efetividade de parte dos objetivos e metas traçadas. Deseja-se, com esse item, sugerir que se amplie a participação nas metas.

Desafio na definição e no alcance das metas. Aqui o debate nosso esteve entre o equilíbrio de se colocar metas factíveis, realizáveis, para que não haja uma frustração da comunidade escolar ao administrar as escolas sem conseguir atingir essas metas, usando o último plano nacional como exemplo em que nem todas – embora tenha existido um avanço significativo e reconhecido em várias das metas – foram atingidas de maneira satisfatória. Notadamente até cito o caso da educação infantil, do ingresso na educação infantil.

Incompatibilidade das metas sem o devido aporte de recursos. Está relacionado a um maior investimento, como eu disse aqui anteriormente, usando o PIB como régua, um maior investimento nas metas com o aporte de recursos exatamente naqueles itens que são significativos. Aqui o debate esteve principalmente ligado a três degraus da nossa educação, históricos, que a gente sabe que é o acesso, a permanência e a qualidade.

A gente sabe que o acesso atualmente já é praticamente garantido aos estudantes, com exceções em lugares específicos no Brasil. A permanência também, a gente tem um índice de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

evasão que pode ser trabalhado e reduzido, mas nós estamos agora no item que a qualidade das instituições educacionais e, principalmente, do corpo docente – investir no corpo docente é o degrau necessário na opinião dos conselheiros para se avançar mais significativamente nessa próxima década.

Desafio quanto ao regime de colaboração e atuação conjunta dos entes federados e da integração dos seus planos. Aqui, na verdade, o que nós desejamos foi sugerir que o Plano Nacional de Educação tem que estar articulado com os planos estaduais, com os planos municipais, referendados pelos conselhos municipais, pelos conselhos estaduais e pelo conselho nacional, de maneira articulada, conversando entre si e permitindo o acompanhamento e um esforço conjunto dos entes federados na realização desse processo.

A dificuldade no monitoramento dos planos. Nós achamos que os dados elaborados pelos sistemas de avaliação, pelo IBGE, pelo Inep – notadamente o caso do Inep, Saeb, etc. – têm chegado atrasados à comunidade escolar, aos gestores, impedindo ou dificultando uma ação interventiva em tempo para poder melhorar as condições de aprendizado dos estudantes.

A dificuldade na implementação e na responsabilização frente aos objetivos e metas traçados. Esse é outro ponto também. A Lei de Responsabilidade Educacional, que foi amplamente debatida, precisa ser aprimorada, e nós acreditamos que a responsabilização dos gestores públicos na aplicação dos recursos é uma forma de melhorar os índices atuais.

Um dos itens que eu falei anteriormente – para nós também é incontroverso – é a valorização dos profissionais da educação, quer seja no plano de carreira, quer seja em termos de renda, quer seja na própria formação das instituições que se dedicam à formação de professores. Ali a gente cita o objetivo 16 do PL.

Outro item é a ampliação dos investimentos da educação. Eu já falei anteriormente: sair do 5,5% do PIB na atualidade, ir aos 7%, 7,5% nos próximos cinco anos e a 10% nos próximos dez anos. Aqui nós podemos usar a régua do PIB ou a régua da OCDE, sabendo que o Brasil ainda está aquém no nível de investimento por estudante com valor de referência, no nível de investimento por estudante que seja satisfatório e que garanta um retorno mais esperado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ampliação da participação das famílias no processo educacional. Eu considero esse item como o item mais... Porque, nos anteriores, eu acho que há incontrovérsia, assim, ao ser muito citado na avaliação de Deputados, Senadores, pessoas profissionais que se dedicam à área, mas, nesse item, que foi sugerido inclusive – faço até questão de fazer uma homenagem a ela – pela Profa. Guiomar Namo, na nossa reunião, penso que a educação não pode ficar restrita apenas à educação escolar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ÁLVARO DOMINGUES JÚNIOR – Nós temos que entender a educação de maneira ampla, além da escolar, e esse é um item em que a gente sugere que existam mecanismos de aproximação com a comunidade escolar, notadamente as famílias, principalmente as famílias providas ou mantidas pelas mães.

Plano nacional.

Incluir nas leis de planejamento e orçamento – PPA, LDO e LOA – a remissão aos objetivos e metas do respectivo plano de educação, porque é uma forma de atrelar o cumprimento da aplicação do recurso.

Efetivar a articulação entre os planos nacional, estaduais e municipais de educação, fortalecendo o regime de colaboração, os sistemas de ensino e os resultados educacionais – e, novamente, eu falei no início, a articulação entre o plano nacional, o plano estadual e o plano municipal. E aqui eu faço questão de elogiar o trabalho que a Uncme (União Nacional dos Conselhos Municipais), especificamente na pessoa do nosso Presidente Manoel Humberto, e os conselhos municipais vêm realizando de uma maneira muito sutil, muito despercebida até pela sociedade, na representação dos municípios e a consequência desses planos municipais. Essa articulação é muito importante.

Criar mecanismos na Lei do Fundeb para ampliação do repasse de recursos aos entes com necessidade de maiores esforços para atingir as suas metas. Nós sabemos que o Brasil é muito desigual, e, obviamente, a gente tem que estar atento para que o investimento chegue àquelas regiões em que há uma demanda maior para a gente poder conseguir uma igualdade de oportunidade no processo educacional. Posso citar aqui populações ribeirinhas, quilombolas;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

posso citar também outros municípios que ficam, às vezes... Mesmo existindo um recurso à disposição, não há a aplicação do recurso de maneira satisfatória. E volto a insistir, dos três degraus – acesso, permanência e qualidade –, hoje a qualidade de professores seria provavelmente o mais importante. Escolas sem professores de excelente qualidade não conseguem resultados significativos.

Incluir na tramitação dos planos educacionais a passagem prévia destes para os seus respectivos conselhos de educação para manifestação. Nós acreditamos que os conselhos municipais, estaduais e o próprio conselho nacional têm muito a contribuir.

A disponibilização, desde o início do PNE, de instrumentos de monitoramento e acompanhamento dos planos, nos três níveis, com disponibilização de dados aos gestores dos sistemas de ensino e à sociedade. Aqui eu reitero que o retorno das avaliações tem sido tardio, impossibilitando uma ação interventiva dos gestores, quer seja em nível federal, estadual ou municipal. Eu usaria um termo em inglês para isso, que seria um *up-to-date,* ou seja, a gente tem que ter uma atualização desses processos avaliativos em intervalos menores. A gente, às vezes, chega ao final do ano e recebe todo um processo consolidado de análise, mas a ação interventiva naquele ano já fica prejudicada – talvez até mudar o intervalo dos processos avaliativos.

Nós debatemos essa questão. A gente acredita que anual ainda é o satisfatório, mas, talvez, até deva haver uma avaliação, para algumas metas, em regime semestral, para que os gestores possam realizar atividades realmente interventivas no processo educacional.

Fracionamento das metas do PNE para que possam ser acompanhadas e debatidas anualmente. Isso está colocado de forma correlacionada ao anterior.

Fortalecimento dos órgãos de monitoramento, com a produção de um relatório anual a ser encaminhado aos órgãos de controle e disponibilizado à sociedade. Aqui nós reiteramos que essa avaliação tem que ser anual, mas eu, novamente, digo que houve divergência entre nós, e a gente acredita que algumas metas devem ser avaliadas em intervalos, se possível, menores, permitindo uma ação interventiva dos gestores.

Essa é a nossa apresentação, é como nós gostaríamos de contribuir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço imensamente à Senadora Teresa, pelo fórum e pelo Conselho de Educação de Brasília.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós é que agradecemos, enaltecendo, sim, as diversas sugestões que foram dadas. Esse tema do monitoramento ao longo do processo é um tema que está vindo com muita força nas reuniões que nós tivemos, inclusive, na Frente Parlamentar Mista da Educação, esse foi um tema tocado, porque não adianta avaliar ao final, quando não se tem mais tempo de redimensionar ou de redirecionar.

Vou passar, sem mais delongas, a palavra para a Sra. Roberta Guedes, Coordenadora da Comissão Especial de Monitoramento e Sistematização do Fórum Nacional de Educação.

Depois iniciaremos as duas apresentações de modo remoto.

A SRA. ROBERTA GUEDES (Para expor.) – Bom dia a todas as pessoas aqui presentes e às que nos acompanham. Um bom-dia especial e um agradecimento especial à Senadora Teresa Leitão, que, de forma muito democrática, tem trazido à plenária desta Casa uma discussão tão importante que é a do Plano Nacional de Educação. E oxalá que a gente esteja aqui para discutir o Sistema Nacional de Educação, que não pode ser esquecido.

Eu vou fazer uma audiodescrição.

Cumprimento o Senador aqui presente e todos que nos acompanham.

Sou professora, sou mulher, sou mãe, sou avó, sou militante da educação há 30 anos, sou branca, de estatura pequena, 1,55m, sou loira com cabelos grisalhos, mais ou menos gordinha de tamanho – digo que sou fofinha – e tenho olhos claros. Estou vestida com um vestido branco com marcações pretas.

Represento aqui uma instituição muito importante para nós, que é o Fórum Nacional de Educação, porque ele é um espaço de interlocução, ele é um espaço que representa vocês, nós todos, a sociedade civil. Ele representa o Estado brasileiro e ele representa as vozes que, muitas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vezes, são caladas, que não estão aparecendo, e aparecem por meio do fórum nacional, dos fóruns estaduais, do fórum distrital e do fórum municipal.

Nós fomos criados, instituídos, pela Portaria 1.407/2010, e, desde lá, nós temos lutado de fato para que sejamos ouvidos. O fórum é composto por diversas entidades que representam a educação. Não é, Senador Izalci? O Senador sempre esteve lá conosco, a Senadora Teresa... O nosso principal objetivo é debater ações para melhorar a educação do Brasil. Então, o fórum é um espaço legítimo, de direito, democrático.

Nós temos promovido, ao longo desses anos, a participação social, nós temos identificado os problemas locais, elaborado documentos com metas e estratégias para mapear, acompanhar e, principalmente, potencializar o Plano Nacional de Educação.

E eu não posso falar desse PL sem falar das CONAEs e sem falar, em específico, da última Conae, de 2024, porque as conferências nascem de lá, do lugar, das pessoas, da educação local. Então, nós tivemos, sim, uma participação democrática na Conae, nós tivemos um movimento que foi processual, democrático, em que todas as pessoas foram convidadas para discutir, avaliar e sugerir questões para o Plano Nacional de Educação. Desde o menor município até o maior; aqui no Distrito Federal e, também, em nível nacional.

E por que a gente faz essa memória? Porque foi produzido um documento de que, às vezes, a gente fala muito e não o conhece, que é um documento da Conae. E eu convido esta Casa, que representa o povo brasileiro, e todos vocês que nos assistem a tomar posse, literalmente, do documento da Conae, a ler, a discutir, a criticar, mas também a entender as propostas ali feitas porque vieram das pessoas, vieram do povo e vieram das entidades que compõem também o Governo.

A partir disso, esse documento está disponível no *site* do Fórum Nacional de Educação para qualquer pessoa baixar, e a gente também fez um documento muito importante, que eu convido esta Casa a conhecer, que é uma análise comparativa do que veio no documento da Conae e do que está no Plano Nacional de Educação.

Então, essa apresentação que eu vou fazer para vocês agora e que depois estará disponível também para os que quiserem... O documento completo, que também está na página do fórum,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dessa análise comparativa e um documento síntese, que é um PowerPoint que também será disponibilizado depois para vocês.

Nós trazemos aqui os sete eixos discutidos no projeto de lei e nós trazemos observações sobre esses eixos. O que a gente percebe? Que no projeto está divergente do que nós colocamos ali na Conae e o que precisa também ser olhado com lupa porque é essencial para a educação brasileira.

O primeiro eixo fala do Sistema Nacional de Educação e debate o sistema, a sua vinculação com os planos estadual, distrital, municipal. E o documento final da Conae traz algo muito importante para nós: senhores e senhoras, nós precisamos instituir o Sistema Nacional de Educação. E eu quero fazer memória ao Prof. Dourado, que fala que o Plano Nacional de Educação é o epicentro do Sistema Nacional de Educação. Causa-me um certo estranhamento, como educadora há 30 anos, que, desde 1932, nós estamos falando do sistema nacional, ele está previsto na Constituição, nós estamos em 2025 e não temos o Sistema Nacional de Educação. O que é que está acontecendo no meio desse caminho?

Então, o que a gente traz aqui do Eixo I, que para nós é fundamental? Que seja explicitada, sim, no novo Plano Nacional de Educação, a sua articulação com o Sistema Nacional de Educação; que haja garantia da instituição do sistema até o prazo de um ano após a promulgação do plano, mas que ele seja concretizado porque isso é urgente para a educação brasileira.

No Eixo II, a gente fala sobre o acesso, a permanência e a conclusão, a garantia do direito a todas as pessoas. A gente precisa garantir educação como direito subjetivo, básico, para todo mundo. Todo mundo tem que ter direito à educação, a educação não pode ser de alguns ou de poucos. A educação precisa ser de qualidade. O Prof. Álvaro fala muito da qualidade. E aí nos cabe, sim, questionar o que é qualidade de educação, o que é qualidade de educação a ser ofertada para todos? Falar de qualidade é falar de equidade, é falar das diversidades, das diferenças. É falar, sim, das preocupações que a gente tem com a universalização da educação básica e não se esquecer, em nenhum momento, da educação quilombola, da educação indígena, da educação do campo e para o campo, da EJA, da modalidade da educação de jovens e adultos, que não é uma vírgula, um apêndice, ela está dentro da nossa Lei de Diretrizes e Bases e precisa ser cuidada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente precisa, sim, de uma universalização em sintonia, em sinergia. E a gente percebe que o projeto trouxe alguns avanços, mas também traz retrocessos, e isso não pode passar despercebido desta Casa. O projeto precisa ser melhorado e, para ser melhorado, ele precisa ser discutido. Então, que bom que nós estamos discutindo aqui, mas nós precisamos discutir o projeto de lei nas escolas públicas e privadas, nós precisamos discutir o projeto de lei nas câmaras municipais e distrital. A gente precisa reverberar o projeto de lei para melhorá-lo e a gente só melhora quando a gente pensa verdadeiramente para quem ele está servindo, para que ele está sendo feito. Então, nesse sentido, a gente precisa, senhores e senhoras, é enfrentar. Enfrentar os desafios, as desigualdades, enfrentar os medos e tocar nas feridas, de forma concreta e real, para que a gente tenha um Plano Nacional de Educação.

No Eixo III, a gente fala dos direitos humanos e da diversidade. E aí eu trouxe para vocês direito de educação para todas as pessoas. E aí, ao pensar em direito de educação, a gente tem que pensar numa educação pública, popular, numa gestão pública, inclusiva, democrática, de qualidade social, de equidade e de justiça. Senhores e senhoras, todas as pessoas de boa-fé, que acreditam na educação, não podem mentir sobre isso. É unânime, não é? Nós queremos, sim, a equidade.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROBERTA GUEDES – Nós queremos, sim, uma escola que seja um território de direitos. E, por isso, a gente não pode silenciar as questões de gênero, as questões de racismo, a gente tem que enfrentar esses desafios. E não de forma ideologizada, mas de forma ideal, real, política, porque somos agentes políticos.

Quando a gente fala do Eixo IV, da gestão democrática e da participação, muitas vezes me passa o sentimento de que ainda estamos falando de algo que já deveria ser fato, mas, entretanto, não é. Por quê? Porque a gente precisa, sim, do empoderamento dos conselhos escolares, dos conselhos superiores, da ação dos nossos alunos, dos grêmios. Gente, nós estamos matando os grêmios? Não se fala mais dos grêmios estudantis? Olhem os meninos aí lutando por um espaço de fala. Isso é gestão democrática? Será que a gente está falando só de critérios meritocráticos ou de desempenho? Não. Nós precisamos, sim, ter verdadeiramente uma gestão democrática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, do Eixo V, acho que eu levaria uma sessão inteira com o Álvaro aqui falando sobre a valorização dos profissionais da educação, porque eu sou professora e não posso deixar de falar. Senhores e senhoras, desculpem-me, mas só uma regulamentação de remuneração não vai ser o suficiente. Falar de valorização dos profissionais da educação é muito mais do que isso. Olhe o percentual de professores que não estão concursados; olhe a falência das licenciaturas, e eu sou formadora de licenciaturas.

Falo em nome do fórum, falo em nome dos professores e falo em nome de todas as pessoas que militam pela educação aqui presentes, nossos colegas do fórum, porque nós estamos falando de formação inicial e continuada, de piso salarial, de reconhecimento social do professor, porque o professor não é um coitadinho; o professor é um docente e é um profissional que merece respeito. E esse respeito tem que passar em toda a sua formação, em todas as suas especificidades, em todas as etapas e modalidades. E me desculpe a forte palavra, mas ser professor, sim, é digno, é justo e merece reconhecimento.

Quando a gente fala de financiamento público, senhores e senhoras, a gente não faz gestão de educação sem recurso, e de onde vai vir o recurso? Porque é muito bonito a gente falar "precisa de dinheiro", mas de onde vai sair? Então, isso tem que estar claro no plano nacional. A gente tem que falar, sim, dos 10% do PIB e a gente tem que garantir esses 10%, porque a gente já está falando há mais de 15 anos de 10% e a gente está morrendo na praia. Então, a gente precisa, sim, destacar a necessidade de ampliar esse investimento, de implementar o CAQ e explicitar, senhores e senhoras, de onde vem esses recursos.

E aí não posso deixar de falar com ênfase do desenvolvimento socioambiental sustentável. Senhores, nós estamos em uma casa comum, nós estamos falando de uma visão ecoplanetária, e nos parece que ainda está muito ausente um detalhamento dentro do Plano Nacional de Educação de um assunto tão importante, que é comprometido com a justiça social, com a proteção da biodiversidade e o desenvolvimento social sustentável. Cadê a economia solidária? Será que falar sobre isso não é pauta primeira da educação? Quero dizer aos senhores que essa pauta é importante, é urgente se a gente quiser, inclusive, ter um planeta para viver.

E aí eu teria muito mais coisas para falar sobre as nossas recomendações, mas quero dizer que precisamos combater as desigualdades, precisamos implementar políticas verdadeiramente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

específicas para as populações vulneráveis, para as pessoas como os indígenas, os quilombolas, o LGBTQIAPN+, entre outros.

Precisamos, sim, de projetos institucionais que respeitem e valorizem a diversidade e a inclusão; precisamos, sim, de uma educação de qualidade social; precisamos, sim, de uma gestão verdadeiramente democrática; e precisamos, senhores e senhoras, nos debruçar sobre as convergências e divergências que apresenta o plano para fazer um plano que seja um projeto, um projeto de vida, um projeto de educação.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Profa. Roberta.

Eu também julgo que esse Eixo VII é uma grande contribuição que a Conae dá para o plano. A própria temática geradora do Conae foi muito ousada quando colocou o Plano Nacional de Educação como uma política de Estado com justiça social, combatendo as desigualdades, promovendo a equidade e defendendo o desenvolvimento socioambiental planetário.

Isso muda muita coisa na perspectiva de uma educação inclusiva. Não são simples eventos climáticos, tem todo um contexto envolvido, e a educação tem que cuidar.

Muito obrigada, inclusive pelo rigor do tempo, a todos os presentes.

Vamos agora para os nossos convidados que vão falar de maneira remota.

Passo a palavra, inicialmente, para o Prof. Waldeck Carneiro, Coordenador-Geral do Fórum Nacional de Gestão Democrática da Educação (Forgede).

Mesmo processo, Prof. Waldeck: dez minutos iniciais, podendo prorrogar por mais cinco minutos, já agradecendo-lhe também sua participação.

O SR. WALDECK CARNEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todas as pessoas presentes, remota ou fisicamente, nesta audiência pública.

Eu quero agradecer o convite, em nome do Fórum Nacional de Gestão Democrática da Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar efusivamente a Senadora Teresa Leitão pela iniciativa desta série de audiências públicas, na Comissão de Educação e Cultura do Senado, sobre o novo PNE; e aproveitar a ocasião também, Senadora Teresa, para saudar que a Câmara de Deputados, afinal, tenha dado os primeiros passos para iniciar a tramitação do Projeto de Lei 2.614, de 2024, quando autorizou a criação da Comissão Especial, na última sexta-feira. Cumprimento a Deputada Tabata Amaral, que vai presidir a Comissão, e o Deputado Moses Rodrigues, que será o seu Relator.

Quero agradecer também à nossa interpretação de libras, que contribui para incluir as pessoas surdas nesta audiência.

Quero me autodescrever rapidamente: eu sou um homem branco, estou falando sentado, com uma camisa rosa e usando, de vez em quando, óculos de armação preta.

Quero dizer que o Fórum Nacional de Gestão Democrática da Educação é uma entidade nacional, que tem como princípio e objetivo central dar visibilidade à pauta da gestão democrática da educação, que é um princípio constitucional. Falo aqui em nome da entidade e da sua coordenação colegiada, composta pelas Profas. Malvina Tuttman, Monica Ribeiro da Silva, Ana Rosa Peixoto, Erasto Mendonça e Bethânia Bittencourt e pela própria Senadora Teresa Leitão.

Quero também dizer que esta minha manifestação aqui hoje conta com contribuição decisiva do Fórum Estadual de Educação do Rio de Janeiro, do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Educação (Gruppe), que eu coordeno na UFF, e de estudantes de pedagogia, de mestrado e de doutorado em Educação da UFF, com quem eu estou, neste momento, inclusive, em sala de aula, e eles fazem uma saudação a esta audiência também.

Esse grupo de pesquisa publicou recentemente, em outubro do ano passado, um livro que faz um balanço do Plano Nacional de Educação e do cumprimento de suas mestras de 2014 a 2024. Tivemos o privilégio de ter o prefácio escrito pela Senadora Teresa Leitão.

Quero também dizer que esta minha manifestação aqui tem como referência principal a Conae 2024, particularmente o seu documento final, marco importante da reconstrução democrática da educação no Brasil.

Quero saudar também o Senador Izalci Lucas, presente nesta audiência, e meus colegas expositores, em particular a representante do Fórum Nacional de Educação, Roberta Guedes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero iniciar com rápidos elementos de contextualização e conceitos, primeiro lembrando, Senadora Teresa Leitão, que, infelizmente, de modo geral, o Brasil tem fracassado no planejamento da educação nacional: desde a Assembleia Constituinte imperial, passando pela Constituição de 1934; pelo plano que foi relatado por Anísio Teixeira, no Conselho Federal de Educação, nos anos 60; e pelo Plano Nacional de Educação 2001-2010, que sofreu com os vetos do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que o transformou numa carta de intenções; e o atual Plano Nacional de Educação, que viveu um período muito difícil, no intervalo de tempo de 2016 a 2022, quando os governos federais praticamente abandonaram à própria sorte o Plano Nacional de Educação. Isso tem nos tornado a vida muito difícil, em matéria de macroplanejamento da educação.

Como já se disse aqui nesta audiência, de fato, o Plano Nacional de Educação é o eixo central, ou o epicentro, como dizíamos eu, Dourado, Saviani e outros autores, do Sistema Nacional de Educação. Isso não é só uma frase de efeito, afinal, 5.598 entes federativos participam da governança da educação brasileira, sobretudo na educação básica, mas também na educação superior.

Se não houver planejamento estratégico, se não houver coordenação federativa, tem tudo para dar errado. Por isso que o plano – essa referência – é para os estados, para os municípios e para o Distrito Federal em matéria de planejamento estratégico da educação. É bom lembrar, inclusive, que o plano tem relações com a LDB, mas tem uma finalidade completamente diferente, porque a LDB é uma lei de caráter estruturante, organizativo, ao passo que o PNE instituído por lei é uma lei de caráter estratégico, para definir metas, horizontes que o Brasil precisa perseguir e alcançar no campo da educação.

Só para dar um indicador, entre tantos outros, para falar do tamanho do nosso desafio, pelo Censo Escolar de 2023 – e, aliás, o Inep está demorando a soltar os dados do Censo Escolar de 2024, pelo menos até o final da semana passada, não tinha ainda liberado, o que prejudica inclusive o trabalho do Fórum Nacional e dos fóruns estaduais e municipais que fazem o monitoramento da política... Mas quero dizer que, só com um dado do Censo de 2023, pouco mais da metade da população brasileira acima de 25 anos – pouco mais da metade – completou a educação básica – da população acima de 25 anos. Isso mostra o tamanho do nosso desafio no tocante à garantia do direito à educação no Brasil contemporâneo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso dito, queria falar, antes de mais nada, que para o próximo Plano Nacional de Educação, provavelmente para o decênio agora de 2025-2035, a gente precisa, antes de tudo, ter metas claras, sem ambiguidades e de fácil monitoramento, diferentemente de algumas metas do atual plano, cujo texto principal contém ambiguidades, aponta numa e noutra direção ao mesmo tempo. Então, antes de mais nada, qualquer que seja o teor da meta, que elas sejam claras, sem ambiguidades e de fácil monitoramento.

No campo do financiamento, tema de que já se tratou aqui, é claro que a meta de 10% do PIB é muito importante, até o final da vigência do próximo plano, mas, além disso, é preciso, afinal de contas, disciplinar e incluir, verdadeiramente, na política de financiamento da educação brasileira o parâmetro do Custo Aluno-Qualidade, do Custo Aluno-Qualidade Inicial, do Custo Aluno-Qualidade Amazônico. O CAQ é muito importante. E, além disso, também começar a trabalhar com a variável custo aluno ano e etapa de escolaridade, porque, para fazer comparações internacionais, é limitado fazer isso com base no percentual do PIB, porque isso depende do tamanho do PIB de cada país e depende das populações a serem atingidas pela educação nesses diferentes países.

Então, ao trabalhar com essa variável custo aluno ano e etapa de escolaridade em dólar, dá para fazer uma comparação mais, digamos assim, efetiva, da situação do Brasil com os países da América Latina, com os países da OCDE e com os países de outras regiões do mundo. No caso do financiamento, é bom lembrar também que nós temos o fantasminha da DRU (Desvinculação das Receitas da União), que é uma erva daninha e que ainda afeta, em alguma medida, o financiamento público da educação, e é preciso também garantir os recursos do pré-sal. Isso tem que estar no horizonte do financiamento da educação pública brasileira, claramente configurado, claramente consignado no plano para o próximo decênio.

E mais do que isso, é preciso tocar nas feridas. Temos que ter critérios mais rígidos para as exceções que a legislação brasileira prevê de destinação de recursos públicos para o setor privado. Essas exceções já são largas. E lembro que essas instituições já contam com receitas próprias, que são as mensalidades que cobram. Então, temos que ser mais criteriosos, mais rígidos, quando essas exceções tiverem que ser praticadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do ponto de vista da gestão democrática da educação, eu quero lembrar, em primeiro lugar, que no plano atual, cuja vigência vai expirar em breve, é muito espantoso que a gestão democrática seja tratada como sendo apenas algo do ensino público, da escola pública. Por que a escola particular não pode ser alcançada pelo princípio da gestão democrática? Por que não se pode falar em conselhos nas escolas particulares? Por que não se pode falar do princípio da colegialidade nas escolas particulares? É muito importante que a gente dê um salto adiante na gestão democrática do ensino público. Esse é um princípio constitucional insculpido no art. 206 da Constituição. Ele foi corroborado na LDB, aparece no Plano Nacional de Educação de diferentes formas – no corpo da lei, como meta, como diretriz do plano, enfim –, mas é preciso também que ele não se restrinja, não tem por que se restringir aos ambientes apenas da escola pública.

Mais do que isso, eu quero ressaltar, ainda no campo da gestão democrática, que o Projeto de Lei 2.614 eliminou, não consta mais, diferentemente da lei atual, aquele dispositivo que está no art. 9º da lei atual que obriga os entes subnacionais a aprovarem leis específicas sobre gestão democrática de educação nos seus territórios. Essa ausência não é boa. Para se avançar na cultura da gestão democrática de educação, é preciso que os estados, os municípios e o Distrito Federal também disciplinem a matéria nas suas jurisdições e nos seus territórios. Isso não pode desaparecer da Lei do PNE, na minha opinião.

Além disso, é preciso avançar na responsabilização...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WALDECK CARNEIRO – ... dos gestores públicos sobre o cumprimento das metas do PNE. É uma vergonha que a gente esteja terminando a vigência do PNE já com prorrogação e que grande parte das metas não tenham sido cumpridas! Em alguns casos houve até retrocesso em relação aos indicadores da época de início da vigência do plano, em 2014.

Então, é preciso avançar na responsabilização dos gestores, não só em relação ao cumprimento das metas, mas também em relação aos gestores que não fazem os planos nos seus estados, nos seus municípios. Eu falo aqui do Rio de Janeiro, que é o único estado da Federação brasileira que não tem o plano de estado de educação aprovado. E não é a primeira vez que isso acontece no Rio de Janeiro. E não acontece nada com os gestores!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é muito importante pensar desse ponto de vista também, para que se apresentem relatórios parciais, anuais, bienais ao Parlamento, aos respectivos conselhos de educação, aos respectivos fóruns de educação, mas é preciso cuidar disso. Isso não pode ser uma terra sem regulação, não pode ser um campo sem regulação.

Além disso, falou-se aqui dos fóruns de educação, a Roberta mencionou muito bem. É preciso lembrar: quem dá missão dá meios, ou seja, a lei fala do Fórum Nacional de Educação, leis estaduais falam dos fóruns estaduais de educação, mas eles não são apenas instâncias consultivas de participação social. São instâncias consultivas e fiscalizadoras não só da participação, mas do monitoramento e da avaliação das políticas e dos planos. Quem fala isso não sou eu. Quem fala isso é a lei. Quem fala isso é a 13.005, por exemplo, quando dá as atribuições do Fórum Nacional de Educação.

Então, é muito importante... Eu acho, Senadora Teresa Leitão, que é preciso que a lei discipline com maior clareza a natureza, a finalidade, as atribuições e as formas de provimento dos recursos necessários ao funcionamento dos fóruns. Tem duas oportunidades, talvez, neste momento, no Congresso Nacional: ou essa disciplina ser introduzida no projeto de lei que tramita no Congresso sobre o Sistema Nacional de Educação, de autoria do Senador Flávio Arns, se não me engano, ou no projeto de lei, Senadora, de sua autoria, sobre gestão democrática da educação. Mas é preciso encontrar um lugar na lei para disciplinar com clareza o papel dos fóruns nacionais de educação e, por simetria nos estados e nos municípios, também o dos fóruns estaduais e municipais.

Nesse tema da gestão democrática de educação, ainda queria avançar, reforçando o que disse a Roberta Guedes sobre os conselhos, sobre o papel dos órgãos colegiados intraescolares e extraescolares. É muito importante que a gente potencialize a lei recente, de 2023, que alterou a LDB, para avançar na questão dos conselhos, voltar a debater a questão dos grêmios. É muito importante, já tivemos um momento mais áureo no Brasil, debatendo as representações estudantis e o seu papel na governança das escolas. É muito importante que os grêmios sejam novamente enaltecidos como instâncias da democratização da escola.

E, também, em relação à consulta direta para a escolha de diretores das escolas, mesmo sabendo que o plano fala da combinação, de combinar consulta direta com critérios técnicos, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

critérios técnicos não podem virar um festival de burocracia, porque isso vai matar a representatividade do diretor da escola. Então, talvez um programa de gestão, como pré-condição para que o candidato ou candidata apresente, discuta e submeta à sua comunidade escolar, mas um festival de provas, de concursos e de certificações vai transformar a questão da escolha do diretor de escola, talvez, num novo concurso. Acho que não é isso que a gente quer. Quando a lei fala de combinar a consulta direta à comunidade com critérios técnicos, não é para tecnificar, nem burocratizar, nem fazer as secretarias de educação tomarem conta autoritariamente desse processo.

E, por último, ainda nesse ponto, eu queria lembrar, de novo, que a gestão democrática da educação, que é um princípio constitucional, é incompatível com a privatização da gestão de escolas públicas por fundações e outros entes privados. Não dá para reafirmar o princípio constitucional da gestão democrática da educação, se as escolas públicas brasileiras começarem a ser governadas, controladas e administradas pelo setor privado. Isso não é possível, tem uma incongruência, tem, a meu ver, um agravo à Constituição em relação a esse princípio que está no art. 206.

Caminhando para concluir, eu queria, primeiro, em relação aos profissionais da educação, lembrar três aspectos. Primeiro, temos que avançar no plano, ter metas para definir o mínimo de profissionais da educação concursados nas redes públicas, porque as redes públicas estão se transformando em um festival de professores terceirizados, pejotizados. Temos que ter... Sei lá, pelo menos 80% do corpo docente tem que ser efetivo, concursado, e as contratações temporárias têm que ser a exceção, para atender aqueles processos de licença, de transitoriedade que toda rede – reconheço – precisa.

Segunda coisa, é preciso limitar, ao máximo, por meio de exigências acadêmicas rigorosas, os cursos de licenciatura por EaD. Eu sei que já houve avanços recentes no Governo Lula 3, mas é muito impressionante, já sumiram...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WALDECK CARNEIRO – ... das instituições de ensino superior privadas os cursos de licenciatura, estão todos concentrados na EaD, de qualidade acadêmica muito discutível. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso é muito sério para o processo de valorização, de profissionalização de professores e professoras de educação básica do Brasil.

E, por último, terceiro ponto desse item: piso salarial do magistério e um terço de planejamento. Essa lei é de 2008, Senadora, já tem 17 anos de vigência. Não é possível que haja tanta confusão, tanta esquiva, para cumprir um preceito fixado em lei em 2008, já chancelado pelo Supremo Tribunal Federal quanto à sua constitucionalidade. E eu acho que a gente tem que consagrar, universalizar isso na educação pública e começar a avançar para a educação básica privada também. Por que os colegas professores e professoras da educação pública básica não podem ser alcançados, cobertos por estes dois princípios: o do piso salarial e o do um terço de planejamento? A questão é a seguinte: como melhorar a qualidade da escola, a formação das pessoas e os indicadores educacionais apequenando as condições de trabalho e de formação dos professores? Isso não dá para fazer.

Já perto de concluir, entrando no meu tempinho de prorrogação, quero lembrar que o acesso à creche no Brasil virou um nó. O grande desafio do direito à educação no Brasil é o acesso à creche, missão principal dos municípios, além da oferta de ensino fundamental. Então, temos que ter limites também à terceirização, limites à "voucherização" das matrículas da educação infantil que os municípios fazem, porque é preciso que eles assumam diretamente essa responsabilidade.

Ainda na educação básica, as escolas públicas vinculadas às secretarias de educação, Senadora, senhoras e senhores, Senador, as escolas públicas vinculadas às secretarias de educação são laicas e civis! As escolas militares, qualquer que seja a denominação, têm que estar vinculadas às corporações militares, não integram as redes públicas convencionais, gratuitas, universais. Isso é uma distorção do ponto de vista do funcionamento das escolas públicas nas secretarias de educação.

Além disso, aqui já se falou, eu quero apenas endossar rapidamente, que sumiram do Projeto de Lei 2.614/24 as metas que constavam no documento final da Conae – na forma de proposições – sobre educação ambiental e sobre educação para pessoas privadas de liberdade. Isso está dentro desse Eixo VII, tão bem enaltecido pela Roberta Guedes e pela própria Senadora quando fez o seu documentário. Sumiram... Não tem uma meta sobre educação ambiental, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem uma meta sobre educação de pessoas privadas de liberdade. É preciso retomar essa direção, inspirada no documento final e nas suas proposições, constantes sobre esses temas, no Eixo VII.

Outra coisa muito importante que também já se falou, quero só endossar: temos que conter – o plano pode ser um instrumento importante nesse sentido – o processo de desescolarização da EJA neste momento. Em vários lugares do Brasil, estão tentando transformar a EJA, que é uma modalidade escolar da educação básica, em um mero processo de certificação. Isso é um absurdo! Então, tem que ter metas para garantir a oferta escolar da EJA nas escolas, no turno da noite, em outros turnos, enfim, a EJA não pode se limitar a uma mera certificação.

A superação das desigualdades e...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Concluindo, Professor...

O SR. WALDECK CARNEIRO (*Por videoconferência.*) – Sim.

A superação das desigualdades e a valorização da diversidade são muito importantes. É muito importante também falar sobre negros e não negros, educação diferenciada para quilombolas, povos das águas e das florestas, indígenas e educação do campo.

Por último, Senadora, alfabetização e letramento. Isso não é um problema só dos professores e alfabetizadores, é de todo o ensino fundamental, é a educação integral... Estamos nos 40 anos dos Cieps neste ano. O primeiro Ciep foi inaugurado em 85, essa meta tem que ser para valer.

A educação especial na perspectiva da inclusão... Nesse caso, o PL é bastante bom em relação à educação de surdos. É preciso avançar nos meios, na cultura escolar, para valorizar a cultura surda na escola e garantir a educação das pessoas surdas. Nesse sentido, temos que pensar se não é a hora de o Instituto Nacional de Educação de Surdos, sediado no Rio de Janeiro, já não ser equiparado aos institutos federais e integrar a rede dos institutos federais.

Senadora, concluo dizendo que é muito importante completar a votação do PNE em 2025. A experiência mostra que o ano eleitoral não é o melhor ano para avançar na discussão dessa matéria. Vamos honrar o prazo de prorrogação até 31 de dezembro deste ano, e essas audiências

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cumprem um papel muito importante nesse sentido. O Congresso Nacional deve tornar o PNE, eu diria, na grande matriz da revolução educacional que o Brasil até hoje ainda não fez, não obstante os avanços da primeira década e meia deste século.

Muito obrigado pela atenção! É a contribuição deste momento do Fórum Nacional de Gestão Democrática da Educação.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Professor.

Sem sobra de dúvida, a questão da tramitação e a conclusão do debate ainda neste ano de 2025 é uma meta das duas Comissões. A Comissão foi criada sexta-feira passada no Congresso, na Câmara de Deputados, melhor dizendo. De lá vem para cá, e estas audiências cumprem este objetivo de não ficarmos parados nem paradas, avançando no debate.

Vou passar a palavra agora para o nosso último convidado, o Prof. Manoel Humberto Gonzaga Lima, Presidente Nacional da União dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme), que também sempre nos acompanha nos debates.

Seja muito bem-vindo, Prof. Humberto.

O senhor terá dez minutos iniciais, podendo ser prorrogados por mais cinco minutos. A palavra é sua.

O SR. MANOEL HUMBERTO GONZAGA LIMA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora Teresa Leitão.

Quero, inicialmente, agradecer-lhe a gentileza do convite e dizer que a Uncme está realmente decidida a apoiar todas as ações que o Senado Federal possa trazer em momentos como este.

Quero, neste momento, fazer minha autodescrição: eu sou um homem branco, de estatura mediana, calvo, estou nesta audiência usando óculos, pela necessidade da idade, e também usando uma camisa cinza, com gravata vermelho grená e um terno preto.

Quero iniciar saudando aqui, além da nossa Senadora, que preside esta audiência, os nossos painelistas: a Roberta Guedes, que representa o Fórum Nacional de Educação, querida amiga; e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Álvaro Domingues, que preside o Conselho de Educação de Brasília e representa o Foncede. Já aproveito, Álvaro, para agradecer-lhe a gentileza das palavras na sua fala com referência ao trabalho que a Uncme executa em todo o território nacional. Sou muito grato pela sua compreensão e pelo seu apoio em vários momentos que passamos discutindo essa temática da educação brasileira. Saúdo o Prof. Waldeck Carneiro, do Forgede, e parabenizo-o pela brilhante apresentação.

Permitam-me também dizer que nesta audiência me acompanha o nosso Diretor de Articulação e Comunicação, Luis Cipriano, que é pernambucano, Senadora. A senhora deve conhecer de perto o trabalho que ele tem feito lá, junto com o Messias, no Conselho de Educação de Pernambuco.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Conheço-o muito.

O SR. MANOEL HUMBERTO GONZAGA LIMA (*Por videoconferência.*) – É um trabalho brilhante que é feito lá no Estado de Pernambuco, seu estado, que sempre contou com o seu decisivo apoio, é bom que se registre neste momento.

E quero aproveitar também para saudar todos os conselheiros municipais de educação que estão acompanhando esta audiência. Nós somos hoje mais de 100 mil conselheiros no Brasil, englobando aí a filiação de mais de 5.250 conselhos municipais de educação e os conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, que também se filiam à Uncme, que tem sido acompanhada de perto pela nossa instituição através das nossas seccionais. Forte abraço a todos os conselheiros.

Eu quero iniciar falando um pouco de uma retórica muito necessária, que nós entendemos que precisa ser sempre revista, que é a Constituição Federal, que traz uma forma de fazer, principalmente, uma análise dos conselhos setoriais.

Os conselhos municipais de educação hoje, sem dúvida, se constituem no maior instrumento de base do municipalismo brasileiro. É impossível a gente falar hoje de Plano Nacional de Educação e não falar dos planos municipais de educação. Os planos municipais de educação foram instalados a partir do ano de 2015, logo após a publicação da Lei 13.005, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criou o Plano Nacional de Educação, e trazem uma retórica muito forte de análise neste momento. É impossível a gente não refletir, por exemplo, no estágio em que se encontram os planos municipais de educação e que têm vigência, a maioria deles, entre o final de 2014, o final de 2024, aliás – desculpem! –, e o final de 2025. É importante que a gente faça essa reflexão, até para podermos ter um direcionamento oportuno, que vamos fazer ainda na nossa fala, sobre o PL 2.614, de 2024.

Eu solicitei à organização do evento, inclusive, a possibilidade de falar por último, justamente porque eu me encontro neste momento em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, participando de um encontro de cooperação técnica dos planos decenais de educação. E aí que se inclui a discussão do Plano Nacional de Educação – esse é um evento que tem sido coordenado pela Sase/MEC (Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino), que tem como titular hoje o Prof. Armando Simões, mas que passou anteriormente pelo Prof. Maurício Holanda –, e que tem cuidado, de uma forma muito direta, desse relacionamento com os municípios brasileiros. Algo que a Uncme sempre defendeu é que essa secretaria é fundamental, inclusive na sua outra Sase, entre os anos de 2014 a 2016, quando foi criada, e atuou plenamente nesse relacionamento. Esse encontro de cooperação técnica, que se iniciou agora no dia 1º, em São Luís do Maranhão e prossegue aqui, e vai persistir trabalhando nos 26 estados da Federação e no Distrito Federal, traz uma discussão que nos interessa. É aquela discussão que vai naquilo que o Prof. Waldeck acabou de falar: da necessidade de termos esse Plano Nacional de Educação realmente discutido, com as devidas emendas, caso sejam necessárias – e serão –, aprovadas no ano de 2025.

Há uma constatação muito clara que nós fizemos aqui na Uncme desse estágio de avaliação do próprio Plano Nacional, mas principalmente dos planos municipais de educação. Instituições como a Undime, que esteve aqui na audiência passada, a Atricon e o Todos pela Educação têm uma metodologia muito prática – a Uncme também – de instruir para que esses planos municipais, na realidade, caminhem – e é o que a gente defende – para a prorrogação conjunta com o Plano Nacional de Educação até o final de 2025. Evidentemente que esta é uma necessidade: que o Congresso reflita e faça esse trabalho, como a Senadora colocou ao final da palavra do Prof. Waldeck, e que mostre realmente a disposição que nós apoiamos integralmente. Nós temos que ter essa visão necessária para que a gente possa instituir realmente uma política de Estado, de Estado em toda a sua plenitude.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ausência de um Sistema Nacional de Educação, já citada nesta audiência, é algo também que nos incomoda muito. Neste momento, a Uncme tem um observatório que detecta, no Brasil inteiro, mais de 3,2 mil sistemas municipais de educação já instituídos e aprovados pelas Câmaras Municipais de Vereadores. É impossível esses sistemas funcionarem plenamente, evidentemente, dentro de uma possibilidade de não existir o Sistema Nacional de Educação. Temos que acelerar também essa discussão e aprovação, para que o diálogo de colaboração e cooperação também se estabeleça nesse patamar. Já existe.

Hoje entendemos, por exemplo, que a proposta do próprio PL 2.614, que alicerça um trabalho feito pelo próprio Ministério da Educação, mas que, em alguns aspectos, considera também o trabalho realizado pela Conferência Nacional de Educação, em 2024, é essencial e que essa visão seja devidamente preparada na sequência de trabalhos que precisamos realizar.

A Uncme tem instruído os nossos coordenadores estaduais – nós temos um em cada estado com a sua respectiva diretoria – de que essa discussão não pode e não deve ser esquecida. Ela tem que ser objeto de prioridade para que possamos dar continuidade nessa nova proposta que se vislumbra realmente com a governança um pouco diferenciada em todos os sentidos possíveis, a partir do diálogo que tem sido mantido, principalmente com o Fórum Nacional de Educação, com o Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação e com a Uncme, no âmbito de entidades que podem e devem servir como um aspecto muito forte na legislação brasileira.

Eu falei há pouco dos Vereadores, que aprovaram o sistema municipal de ensino nesses 3,2 mil municípios aproximadamente, mas queria aqui fazer também um alerta necessário. Nós precisamos levar, além de todas essas instituições já citadas, a discussão também para o âmbito municipal através das Câmaras de Vereadores. Talvez os planos municipais aprovados em 2015 e que hoje têm vencimentos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MANOEL HUMBERTO GONZAGA LIMA (*Por videoconferência.*) – ... no formato de datas que eu coloquei há pouco tivessem tido um melhor êxito se os Vereadores tivessem feito realmente uma análise mais profunda do processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parece-me que é o momento oportuno, tenho levado essa preocupação não somente para os nossos pares da Uncme, mas, também, em outras instâncias, a exemplo da própria secretaria de assistência do sistema de ensino, que entendemos como uma necessidade iminente que o Poder Legislativo municipal possa se equiparar e discutir de forma direta essa situação.

Feitas essas considerações, eu queria falar um pouco também, de uma forma muito objetiva, do que nós entendemos pela aprovação do Plano Nacional de Educação para o próximo decênio.

Além da esperança que ele nos traz de trazer uma política... Há pouco eu achei aqui no *chat* uma pergunta da Antônia, do Ceará, em que ela pergunta: "Qual será a participação dos Conselhos Municipais de Educação na elaboração e monitoramento das metas propostas pelo PNE?". Eu diria, minha cara Antônia, que será total. Posso lhe assegurar que a Uncme vem trabalhando já há mais de um ano nessa perspectiva, mostrando principalmente a preocupação que nós temos que ter de levar a nossa posição dentro desse aspecto daquilo que se passa no município. É por isso que estamos apoiando integralmente essa ação que o Ministério da Educação tem feito de chegar dentro de uma discussão, primeiro, em nível nacional, com todos os parceiros – a Ucme, a Undime, o Foncede, o Fongede e fórum nacional – e, num segundo momento, com os encontros regionais que já foram realizados e, agora, com os encontros estaduais.

Estamos aqui no Mato Grosso do Sul discutindo hoje uma amplitude que eu considero altamente significativa, com a realização de oficinas e com a realização de um debate de proposições que serão levadas, inclusive, na discussão para o Congresso Nacional.

Eu tenho feito uma proposta, Senadora Teresa, de que nós possamos, no momento oportuno, com essas instituições, nos reunir com a senhora e agora com a Deputada Tabata para levarmos algumas contribuições além daquelas que vão surgir naturalmente pelos nossos Deputados e Senadores. Eu entendo, mais do que nunca, que esse é o momento de discutirmos as diretrizes, os objetivos e as implementações.

Numa rápida análise que fizemos nas 20 metas definidas para o próximo Plano Nacional de Educação, chama-nos a atenção que temos, assim, algumas prioridades, em nível de município, que já estão previstas lá e que serão regulamentadas também nos estados e dos municípios: as metas de educação infantil são três com nove estratégias; de qualidade da educação infantil, são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

duas com 16 estratégias; na alfabetização, duas com 12 estratégias; no acesso à conclusão do ensino fundamental e do ensino médio, quatro e 12 estratégias; na aprendizagem no ensino fundamental e no ensino médio, cinco e 19 estratégias; na educação integral, que hoje tem sido tão discutida em nível nacional, uma meta e 11 estratégias; na educação para os tecnologias e cidadania digital, duas e 11 estratégias; educação escolar indígena, educação no campo e educação escolar quilombola, seis metas e 17 estratégias; na educação especial na perspectiva de educação inclusiva, quatro metas e 25 estratégias.

Isso faz com que nós tenhamos, assim, uma concepção muito clara. E o plano é amplo. O plano deixa uma abertura muito forte para que as prioridades sejam atingidas. Precisamos apenas ajustar. E aí nós municipalistas, que estamos na base, temos, depois da aprovação que será feita pelo Congresso, mais um ano – é até um ano – para aprovarmos nossos Planos Municipais de Educação. E creio que, se esse prazo da finalização do plano nacional deste decênio, que foi prejudicado por vários motivos – a pandemia foi um deles; a mudança de Governo em 2016, de uma forma abrupta, também repercutiu de uma forma muito forte nessa discussão que foi feita... E nós, tendo isso diagnosticado, precisamos evitar que isso possa ser repetido no futuro. Mais do que nunca, essa é uma pretensão que a gente entende como mais do que necessária.

Eu quero ainda frisar que estamos atentos a essas questões e já discutindo, não somente em momentos como este que eu estou vivenciando aqui em Campo Grande, mas também nos nossos municípios. O que a Uncme tem instruído é que, a partir da ação dos nossos coordenadores estaduais, comecemos a discutir já – e já o estamos fazendo – nos Conselhos Municipais de Educação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MANOEL HUMBERTO GONZAGA LIMA (*Por videoconferência.*) – ... de cada município brasileiro, para que os 5,7 mil municípios possam já conhecer de perto a pauta do que está sendo proposto e já discutir aquilo que se enquadra, no momento efetivo, em cada município brasileiro.

Evidentemente, essa é uma discussão que, se antecipada... E aí, quando eu invoco a participação dos Conselhos Municipais de Educação, entendo que toda a comunidade educacional do município deva se envolver e que a ação dos fóruns municipais, que foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reativados de uma forma ainda tímida, mas que já fazem um trabalho um pouco diferenciado no território brasileiro, possa servir, porque lá estão as devidas representações, inclusive dos Conselhos Municipais de Educação, para promover essa discussão.

Eu quero agradecer a deferência; agradecer, mais uma vez, à nossa Senadora pelo convite feito, colocando-me à disposição tantas vezes quanto for necessário para estarmos nesse diálogo constante em prol do crescimento e da estabilização cada vez maior da educação brasileira.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Somos nós que agradecemos, Prof. Humberto.

Realmente, após a aprovação do nosso plano, nós vamos para as etapas estaduais e municipais, e sem dúvida é importante o acompanhamento por parte dos municípios e por parte dos estados.

Registro a presença do Senador Flávio Arns, que também coordenou uma série de audiências públicas no biênio passado, antes de o plano chegar, mas já nos preparando para o que estamos debatendo agora.

Concluída essa fase inicial de apresentações, eu vou ler algumas perguntas. Depois, caso o Senador queira falar, passo a palavra para ele, antes de devolver para os nossos convidados e a nossa convidada.

As perguntas do e-Cidadania iniciais já foram distribuídas, mas durante o nosso debate chegaram as seguintes.

Joyce, do Espírito Santo: "Como o projeto garante a continuidade de políticas públicas educacionais já em andamento?".

Vivilane, do Rio de Janeiro: "Como garantir o financiamento adequado e a sustentabilidade das políticas educacionais, assegurando a implementação efetiva das metas?".

Antônia, do Ceará: "Qual será a participação dos Conselhos Municipais de Educação na elaboração e monitoramento das metas propostas pelo PNE?". Eu acho que isso ficou bem evidenciado nas falas, sobretudo agora, da Uncme.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Júlia, do Rio Grande do Sul: "Quais metas do novo PNE são prioritárias para melhorar a qualidade da educação nos próximos [10] anos?".

Beatriz, de São Paulo: "Houve participação de pessoas com deficiência, representantes da comunidade surda, indígenas e quilombolas na construção do novo plano?". Sem dúvida, Beatriz, inclusive como delegados e delegadas, a Conae e as conferências estaduais e municipais.

Comentários.

De Fabrício, de Minas Gerais: "Para um ensino público de qualidade, [é preciso] melhorar a qualidade de vida e condições de trabalho dos profissionais da educação". Isso já foi afirmado também aqui.

E Josianne, de São Paulo: "É fundamental retomar a ênfase na criticidade e na educação para a autonomia diante da epidemia de desinformação e de intolerância".

Vou passar a palavra ao Senador Flávio Arns. Depois, devolvo à mesa e faço algumas considerações e registros de presenças.

Está aqui o pessoal do Forpibid, e eu quero registrar nominalmente.

Pois não, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discursar.) – Obrigado. Agradeço, Sra. Presidente. Quero cumprimentar V. Exa., Presidente da Comissão, em primeiro lugar; quero me desculpar com os expositores por ter chegado mais tarde um pouco, mas é sempre uma alegria rever as lideranças, as pessoas que vêm debatendo todas as questões educacionais, em particular neste momento, nessas audiências, a proposta do Plano Nacional de Educação.

Quero cumprimentar a Roberta, com quem a gente já participou de tantos eventos no decorrer dos anos, e também o Dr. Álvaro, o Dr. Waldeck, e cumprimentar o Humberto, que estava remotamente, grande amigo e grande liderança também, que faz um trabalho tão importante junto à Uncme. Eu considero, no caso da Uncme, a importância de uma maneira particular, porque o Conselho Municipal da Educação está lá, na ponta, onde, particularmente, a fase da educação infantil, das séries iniciais, do ensino fundamental, da alfabetização, EJA, tudo isso acontece lá na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ponta. Então, esse trabalho da Uncme, como do Foncede também, sem dúvida alguma, dos conselhos estaduais e do Conselho Nacional, é muito importante.

Eu penso que nós devemos ter as instâncias bem consolidadas, bem estruturadas, porque, na Uncme, o grande desafio nosso é fortalecer os conselhos municipais de educação, mas também termos o sistema municipal de educação nos municípios todos, para que o município decida, lá no município, o que acha que é importante, o que deve acontecer.

Eu cito o caso do Paraná, que parece que é um dos estados que tem menos sistemas municipais de educação. Eu acho que, dos 399 municípios, só uns 30 tem o sistema municipal. Então, o que acontece quando não tem o sistema municipal? As pessoas, os profissionais, a comunidade tem que discutir o que é importante, organizar essa estrutura e pedir a permissão para o estado, para o sistema estadual de educação, pedindo permissão para que aquilo aconteça no município.

Eu digo: olha, por melhor que seja o conselho estadual de educação, e o do Paraná eu respeito muito, porque é de muita qualidade, mas você remete para uma instância distante aquilo que tem que ser decidido na instância local. Então, novamente tem que estruturar, debater, discutir e, junto com o conselho municipal, a comunidade e o sistema decidirem lá na ponta.

Então, acho que isso vem junto, porque junto com isso sempre vem a questão da responsabilidade educacional. A responsabilidade educacional está em função, assim, da estruturação dessas instâncias. Agora, o que mais faz falta, na minha opinião, para que as políticas, de fato, se transformem em realidade é o Sistema Nacional de Educação, porque se um Prefeito ou um município... Se um município vai fazer o plano municipal de educação, como é que ele vai fazer o plano municipal se não sabe com que apoio, com que pactuação ele pode contar do estado e do Governo Federal para qualquer coisa?

Tecnologia. O que o Governo Federal está fazendo? Como é que isso vai chegar lá no Amazonas, no Mato Grosso, no Paraná para que ele coloque isto no plano municipal de educação? Inclusive, o projeto de lei da responsabilidade educacional em que o Prefeito – no caso o Governador também – tem que ir para a Câmara de Vereadores e dar explicações sobre como é que o plano de educação municipal está ocorrendo, avanços, desafios ou não... mas para ele fazer alguma coisa ele não está sozinho, então tem que pactuar nas instâncias próprias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa, vamos dizer, eu diria, é uma grande lacuna, no meu ponto de vista pelo menos, que a gente tem, e tem que ter a celeridade do próprio plano para saber como é que essas instâncias todas vão funcionar.

Agora, de qualquer forma, o ministério sabe que é um desafio, o Governo sabe, todos nós sabemos que é um desafio, mas que tem que ser resolvido, uma hora ou outra tem que ser resolvido.

Aqui já foi aprovado no Senado Federal, acho que há três anos, quatro anos – não me lembro mais –, por unanimidade inclusive.

Está na Câmara e na Câmara pode ser modificado, melhorado, aprimorado... Não há resistências do Senado Federal para que isso aconteça. O que não pode acontecer é transformar isso numa assembleia. Esse é um problema, porque o que foi aprovado aqui é de autoria da gente, de minha autoria, de nossa autoria – porque ninguém faz um projeto sozinho, também –, e as pessoas dizerem: "Não, o Senador Flávio está transformando numa assembleia!"... Não, não estou transformando! São cinco – é o que consta do projeto, pelo menos – do Governo Federal; cinco indicados; cinco dos governos estaduais, um por região; e cinco dos governos municipais, um por região.

Só que há outras instâncias nesse sistema, nessa articulação do sistema do Conselho Nacional de Educação com os estaduais e com os municipais, um fórum específico para isso, que é muito importante, para se apoiarem, para se ajudarem, pactuarem, resolverem dúvidas em conjunto; quer dizer, uma instância onde isso aconteça... Mas a gente está feliz, porque afinal o Plano Nacional está aqui, está sendo debatido, tem uma Comissão na Câmara – que bom!

Eu só quero dizer que, de fato, já mencionamos... Inclusive antes de o plano chegar foram 12 audiências públicas; depois de o plano chegar, foram mais dez audiências públicas; então, foram 22 audiências públicas realizadas antes do plano, o que é muito importante. Eu acho que até a impressão de antes de o plano chegar é interessante, porque as pessoas analisaram do ponto de vista do que deu certo, do que não deu, de por que não deu... Daí veio o plano e deu para comparar o que veio com aquilo que foi analisado antes, também, e todas essas notas estão à disposição aqui no *site* da Comissão; a Andréia e o pessoal cuidam muito disso também. Mas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de qualquer forma, é importante continuar discutindo, porque – poxa vida! – é uma iniciativa, uma responsabilidade para a próxima década.

Eu só quero dizer que, se houver vontade política, mesmo... A gente não pode ficar esperando dez anos por algumas coisas. Temos que ver aí, em dois, três anos, educação técnica, profissionalizante, fazer mutirões e tal, para que o pessoal realmente... Para que a gente possa responder aos anseios da família, porque a família chega e diz: "Pelo amor de Deus [falaram para mim, que era Secretário de Educação], preciso que meu filho trabalhe, tenha curso; estude, mas trabalhe junto e ajude a família", e assim por diante.

Mas eu quero saudar... Eu acho que todos que estão aqui nas audiências são pessoas de referência no Brasil – parabéns por isso – e tantos outros que não estão nesta audiência também. Esse debate todo é que vai gerar essa convergência para aquilo que a gente considerar o mais importante, factível, não é? A gente vai debatendo e discutindo junto.

Quero parabenizá-la, Sra. Presidente, também pelo esforço. A gente sabe que é uma luta, sempre tem que ser meio insistente demais, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – O senhor bem que o sabe... (*Risos.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Mas parabéns.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada.

O projeto de lei do Senador Flávio Arns sempre é citado. E na reunião que nós tivemos na Frente Parlamentar pela Educação foi retomada a importância da tramitação na Câmara. Eu acho que a gente vai agora, nesse diálogo mais amplo, na retomada inclusive da própria Frente Parlamentar, conseguir avançar.

Antes de passar a palavra para os nossos convidados, eu quero, além de anunciar a presença do Senador Flávio Arns, também as desculpas do Senador Izalci Lucas, que precisou sair para a CPI. Ele esteve presente até um determinado momento, mas precisou sair.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero anunciar a presença de Salette Marinho de Sá, Secretária-Executiva Adjunta do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub); de Cristiane Johann, do Fórum Pibid e da Univates; de Jaqueline Rabelo de Lima, também do Fórum Pibid e da Universidade Estadual do Ceará, e de Frederico Jorge – é isso? – também do Fórum Pibid e da Universidade Federal do Mato Grosso. Vocês nos honram muito com as presenças.

E quero dar conta de três anúncios. Permitam-me, antes que a gente termine.

Do primeiro eu já falei o significado, que foi também muito explorado pelas exposições, que trata da questão da gestão do plano, do monitoramento, da lacuna que a gente tem. Portanto, essa escuta de vocês, que são representantes justamente dessa parte da execução do plano. As entidades que fazem isso muito nos alegram.

Também quero fazer referência – o Prof. Waldeck citou também rapidamente – a decisão da Câmara dos Deputados, por meio do seu Presidente, o Deputado Hugo Motta, que, no último dia 4, editou o ato que cria a Comissão especial para proferir parecer ao Projeto de Lei 2.614, que aprova o Plano Nacional de Educação. A Comissão será composta por 33 membros titulares, Senador, e igual número de suplentes – lá tudo é mais superlativo, porque a quantidade de Deputados é bem maior do que a de Senadores –, mais um titular e um suplente, atendendo ao rodízio entre as bancadas não contempladas.

A Presidenta da Comissão será a Deputada Tabata Amaral, que também é membro da Frente Parlamentar da Educação, e o Relator será o Deputado Moses Rodrigues, ambos Parlamentares experientes e dedicados à área da educação, com os quais nós pretendemos debater, ao longo desse processo, para que tenhamos um PNE robusto e que, embora a tramitação se dê primeiro lá e depois chegue aqui, a gente possa também fazer alguns acordos concomitantemente à tramitação e fazer também dessa votação, como vocês também colocaram, um movimento de mobilização, para que todos reconheçam e conheçam o valor do Plano Nacional de Educação.

Quero fazer também um segundo registro, o da homologação das diretrizes da EJA, uma coisa importante, que o Conselho Nacional de Educação debateu exaustivamente, e o parecer do Conselho Nacional de Educação/CEB nº 3, 2025, na Câmara de Educação Básica, votou favoravelmente à atualização das Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos, nos termos do projeto de resolução a ele anexado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Registro o importante trabalho do CNE, de modo especial da Relatora Conselheira Mariana Rosa, do Ministro Camilo Santana e da Secretária Zara Figueiredo, por esse importante momento de resgate, que foi citado também em nossa fala inicial, no fortalecimento dos princípios da EJA, dialogando com os trabalhadores, com os estudantes e com os fóruns estaduais de educação. E, no projeto do plano, trata-se agora de educação de jovens, adultos e idosos. Algumas modificações de ampliação estão sendo trazidas nessa formulação.

Então, sem mais delongas, vou devolver a palavra para os nossos convidados, que terão cinco minutos, para alguma complementação, alguma contestação do que foi dito ou algum esclarecimento. Fiquem à vontade.

Iniciando pela mesma ordem, pode ser? (*Pausa.*)

Quer começar, Roberta? (*Pausa.*)

Então, Roberta começa.

A SRA. ROBERTA GUEDES (Para expor.) – Eu quero destacar o meu agradecimento especial ao companheiro Waldeck, ao companheiro Manoel Humberto, que estão e fazem parte dessa luta que é compor um fórum, trabalhar lá no município, Prof. Manoel Humberto, e vir com esse trabalho de formação, de conhecimento, de discussão positiva dos nossos planos no estado, nos fóruns estaduais, no fórum municipal. Isso é muito significativo!

O meu muito obrigado, Prof. Manoel, Prof. Waldeck, pelo trabalho que vocês fazem ao longo dos anos para a gente realmente ter uma gestão democrática.

Eu quero trazer, para fechar esse momento, a fala do Fabrício, de Minas Gerais, e da Josiane, que se concentram em duas questões básicas, sendo a primeira, a criticidade.

Senhoras e senhores, nós não estamos no momento de subtrair ou de dividir. Nós precisamos, mais do que nunca, para uma educação de qualidade social, multiplicar e somar boas ações, boas discussões, diálogo democrático. Isso é fundamental!

A gente tirar as barreiras e construir juntos. Construir juntos, sim, um Plano Nacional de Educação que vem das nossas bases, que vem das conferências, que vem das discussões democráticas que acontecem no município, no estado, no Distrito Federal, que vem das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

discussões que também aconteceram aqui no Senado e que vão acontecer na Câmara. É isso que nós precisamos, nós precisamos de informação. Informação leva a conhecimento e conhecimento leva à produção de boas ações democráticas.

E também falar que, sim, os nossos professores precisam de qualidade de vida, de condições de trabalho e precisam principalmente de que a gente volte a entender qual é a função social do professor, qual é a sua identidade de profissionalidade e qual é a sua posição social num país democrático.

Em nome do Fórum Nacional de Educação, quero convidar cada um e cada uma que está aqui e que nos acompanha a acessar o *site* do fórum, a acessar o documento da Conae, a acessar o documento que foi construído de análise do projeto de lei para que estejamos prontos para construir, para dialogar, para criticar, para melhorar, porque é assim que a gente faz educação.

Que a gente tenha, sim, um cuidado em conhecer, criticar, construir, mas colocar em prática; colocar em prática uma política de qualidade social, colocar em prática uma política que inclui, que não exclui, que avalia, monitora e aperfeiçoa, e não uma política que fica enraizada em tecnicismo, em meritocracia e que larga o principal objetivo da educação, que são as pessoas.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Profa. Roberta. A senhora está muito inspirada.

É isso que a gente chama de meritocracia estéril. O mérito das questões tem que ser muito valorizado, desde que ele tenha rebatimento da prática no projeto pedagógico; não pode ser somente ranqueamento, quantitativos. E a avaliação e o redirecionamento ao longo do processo nos ajudam bastante.

Eu vou passar a palavra para o Prof. Waldeck, porque ele levantou a mão. Como ele está em aula, nós vamos – já conversei aqui com o Álvaro – passar a palavra para você, Waldeck, por cinco minutos.

O SR. WALDECK CARNEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senadora e Profa. Teresa Leitão, que sabe muito bem quando a gente está envolvido na atividade de aula.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero aproveitar a ocasião desta manifestação final para saudar o Senador Flávio Arns, que não tinha chegado ainda ao plenário da Comissão, quando eu fiz a minha manifestação, e dizer que, sem demérito a nenhum outro Senador ou Senadora da Câmara Alta da República do Brasil, de fato, Teresa Leitão, Flávio Arns e Izalci Lucas têm sido interlocutores muito importantes para tratar, no Senado, da pauta da educação. Então, queria fazer esse registro em nome do Fórum Nacional de Gestão Democrática da Educação.

Queria também dizer à Senadora Teresa Leitão que é uma notícia muito alvissareira essa homologação das diretrizes da educação de jovens e adultos, porque ajuda a fazer – insisto – um contraponto às iniciativas, em vários estados brasileiros, inclusive no meu estado, de avançar para um processo de certificação da EJA, de fato, desmerecendo, desconsiderando ou minimizando a EJA como uma modalidade da educação básica escolarizada, como prevê a LDB.

Queria aproveitar a ocasião para insistir em um ponto da minha intervenção, que foi a questão dos fóruns de educação. O Senador Flávio Arns, na sua manifestação agora há pouco, falou da importância de termos as instâncias devidamente estruturadas.

O Fórum Nacional de Educação, os fóruns estaduais de educação e os fóruns municipais de educação ainda carecem de um disciplinamento mais preciso na lei. Na verdade, eles foram criados por atos do Poder Executivo – o Fórum Nacional de Educação, por uma portaria ministerial em 2010; no caso do meu Estado do Rio de Janeiro, por um ato da Secretaria de Estado de Educação, em 2012 –, e depois a Lei 13.005, de 2014, do PNE consagrou, por assim dizer, o Fórum Nacional de Educação, quando dá missões de Estado ao fórum, a fiscalização e o monitoramento dos planos, a organização das conferências e tudo mais; e nos fóruns estaduais também aconteceu isso em várias unidades da Federação.

Mas é muito importante que a lei seja mais precisa quanto ao papel dos fóruns, sua finalidade, suas atribuições e também aos meios para prover o seu funcionamento. E eu levanto de novo a ideia, agora na presença do Senador Flávio Arns, porque, no projeto de sua autoria sobre o Sistema Nacional de Educação, assim como no projeto da Senadora Teresa Leitão sobre a gestão democrática na educação, eu modestamente acho que tem possibilidades de assimilarmos esse disciplinamento mais preciso sobre o funcionamento dos fóruns de educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Faço, portanto, essa sugestão para que possa ser, claro, levada em conta, examinada, sobre sua viabilidade, mas considero que são projetos muito importantes, e ambos, tanto um quanto outro, poderiam conter dispositivos relacionados ao Fórum Nacional de Educação e, simetricamente, aos fóruns nos estados e nos municípios.

Queria ainda aproveitar a ocasião, Senadora, a oportunidade, também na presença do Senador Flávio Arns, e de todas as pessoas presentes, para lembrar de um importante projeto de lei que tramita na Câmara Federal, e parece que avança bem, já com bom diálogo com o Governo, que é o projeto do Deputado Patrus Ananias, que disciplina a transformação dos dois únicos CEFETs no Brasil, o Cefet Rio de Janeiro e o Cefet Minas Gerais, em Universidades Tecnológicas Federais, a exemplo do que aconteceu no Paraná do Senador Flávio Arns, onde tem uma Universidade Tecnológica Federal criada há algum tempo.

Queria também aproveitar a ocasião, já que a educação profissional é um tema importante do Plano Nacional de Educação, para que a Comissão de Educação e Cultura do Senado ficasse atenta, ainda mais atenta, prefiro dizer, quando a matéria chegar ao Senado, porque é muito importante, tanto para o Cefet-RJ, quanto para o Cefet-MG, ter essa consagração.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WALDECK CARNEIRO – Na verdade, já funcionam como universidades, em várias áreas do conhecimento, com graduação, com pós-graduação, enfim, com pesquisa, com extensão universitária, e preenchem ambos todos os requisitos para serem, afinal de contas, reconhecidos, credenciados, enfim, como universidade, no caso, tecnológicas federais.

Por último, queria saudar o representante dos Conselhos Estaduais de Educação, representantes da Uncme. No meu Estado do Rio de Janeiro, a Uncme tem uma atuação exemplar. Uma das entidades mais importantes do debate da política educacional do Estado do Rio de Janeiro é a Uncme-RJ. E quero também saudar, mais uma vez, a representante Roberta Guedes do Fórum Nacional de Educação. Uma saudação especial ao nosso querido amigo Heleno Araújo, que coordena o Fórum, e quero falar da importância, da centralidade dessa sequência de audiências públicas, tal como foi feito no Senado, como lembrou o Senador Flavio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senado produziu um importante relatório de monitoramento do Plano Nacional de Educação, que é objeto de estudos nossos, inclusive, sob a coordenação do Senador Flávio Arns, e esta sequência de audiências, agora, presididas pela Senadora Teresa Leitão, são uma contribuição inestimável para a gente amadurecer e ter o Plano Nacional de Educação à altura das demandas educacionais e sociais do Brasil, em consonância com a Conferência Nacional de Educação, reafirmando essa agenda, essa política, como uma política do Estado brasileiro, duradoura e longeva, como a gente espera.

Obrigado pela atenção, obrigado pela oportunidade, e parabéns à Comissão de Educação e Cultura do Senado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Prof. Waldeck.

Vamos passar a palavra agora para o Prof. Álvaro Domingues Júnior, representante do Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Educação (Fonced).

O SR. ÁLVARO DOMINGUES JÚNIOR (Para expor.) – Bom dia, novamente. Acho que já é quase boa tarde.

Senadora Teresa, muito obrigado pelo convite. Espero ter contribuído aqui com as ideias do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação e representado bem os meus pares.

Senador Flávio Arns, é muito bom revê-lo e saber que o senhor deu andamento ao projeto do Sistema Nacional de Educação. E aqui eu coloco uma preocupação debatida no nosso grupo.

Nós também, e aliás eu faço isso e o senhor é testemunha, porque eu já estive com o senhor em mais de um evento falando sobre o Sistema Nacional de Educação e a importância dele na articulação de todo esse processo, mas preocupa-nos, Senadora, se vincularmos o PNE à aprovação do Sistema Nacional de Educação.

São dois projetos importantíssimos, mas acreditamos que um não poderia depender do outro, sob pena de ocorrer prejuízos se apensar o Sistema Nacional de Educação ao PNE. Então, eu só coloco isso que foi uma preocupação. Espero que o projeto do SNE realmente vá adiante.

Eu vi aqui várias perguntas; a Roberta já respondeu algumas, o Manoel Humberto, também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem o João, de Alagoas, que fala sobre as desigualdades. A Vitória fala sobre a desinformação, que a Roberta abordou muito bem. Tem o Leonardo, aqui do meu Distrito Federal, preocupado também com o plano de carreiras. E o Francisco, lá do Maranhão, que fala sobre punição, como poderia se exigir mais responsabilidade dos gestores acerca da aplicação dos recursos.

A todos vocês eu vou fazer uma resposta, assim, bem geral.

Primeiro, o que para nós do Conselho de Educação é incontestável e, assim, incontroverso? É aumentar o financiamento da educação; isso é incontroverso para nós. Você pode usar a régua do PIB, você pode usar a régua da OCDE, mas há a necessidade de mais recursos e investimentos.

Segundo ponto é que não adianta aumentar os recursos e os investimentos se não existir também uma preocupação na formação de gestores na aplicação desses recursos de forma eficaz. E aí nós acreditamos que a responsabilidade dos gestores na consecução e na execução desses planos tem que ser mais bem aprimorada para que, de fato, tal investimento chegue ao chão da escola.

Por fim, eu quero dizer a todos vocês que mandaram perguntas que a forma que a gente tem – se não garantirmos, pelo menos termos mais proximidade, ou melhor, atingirmos os objetivos, as diretrizes, as metas e as estratégias de forma adequada – está ligada à participação da comunidade escolar. Eu insisto na sugestão que foi trazida que a gente não deve se restringir à educação escolar apenas, deve lembrar que a educação vai para além da escola, principalmente com a tecnologia presente na atualidade, e deve lembrar que no seio das famílias ainda é muito importante o processo educacional familiar. Trazer a comunidade, especificamente a família, para junto da escola na consecução desse Plano Nacional de Educação fortaleceria esse processo.

Outra coisa também que eu reitero é o papel dos conselhos municipais, dos conselhos estaduais e do Conselho Nacional de Educação. São fóruns de amplo debate e que contribuem de forma demasiada na interpretação de normas, na regulamentação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ÁLVARO DOMINGUES JÚNIOR – ... e na possibilidade de contribuir com ideias para a consecução do Plano Nacional de Educação. Não consigo enxergar um plano da amplitude do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso, para aplicar na extensão do nosso país sem a participação dos municípios e dos estados de forma bem articulada, notadamente, como disse aqui já outros que me antecederam, dos municípios principalmente, porque é no chão do município que acontece o processo.

Agradeço imensamente.

Deixo aqui a contribuição do Foncede, que espero seja repassada a todos.

Muito obrigado, Senadora, Senador, Roberta – é muito bom revê-los – e todos os demais que participaram aqui.

Estaremos à disposição, quer seja no Conselho de Educação, no Fórum Nacional de Educação ou nos Conselhos Estaduais de Educação.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Somos nós que agradecemos.

A presença do Fórum e da Uncme realmente tem essa intenção, esse foco de agregar e de estimular os conselhos estaduais e municipais a fazerem esse debate.

E, sobre o Sistema Nacional de Educação, Álvaro, a gente quer que seja aprovado na articulação com o PNE, e não apensadamente. São leis distintas, com finalidades distintas, mas nós sabemos como o Sistema Nacional de Educação ajuda na implementação do plano, que, como disse Roberta – para usar suas palavras –, é o foco...

A SRA. ROBERTA GUEDES (*Fora do microfone.*) – É o epicentro.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... é o epicentro do Sistema Nacional de Educação, também já copiando o Prof. Luiz Dourado, não é? Estamos todos de acordo.

Então, vamos passar a palavra para o nosso último palestrante, o Coordenador-Geral do Fórum Nacional, aliás, o Presidente Nacional da Uncme (União dos Conselhos Municipais de Educação), Sr. Manoel Humberto Gonzaga Lima, para os seus cinco minutos finais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MANOEL HUMBERTO GONZAGA LIMA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora. Muito obrigado pela deferência.

Quero iniciar saudando o Senador Flávio Arns e lhe agradecendo, pela gentileza das palavras a respeito da Uncme e da nossa atuação enquanto Presidente. E alinho isso também com o que o Prof. Waldeck Carneiro colocou sobre a nossa coordenação no Rio de Janeiro, feita pelo Conselheiro Jorge Roberto em Nova Friburgo, que faz com que a gente possa afirmar, categoricamente, que a Uncme tem uma unidade muito forte em todo o território nacional.

Há pouco, eu falava da atuação em Pernambuco, e duas imagens me sobrevieram, Senadora Teresa: a nossa comemoração dos 30 anos da Uncme, lá na Câmara Municipal de Recife, que a senhora prestigiou, que foi o momento de marcar a nossa presença com 30 anos na educação brasileira, colaborando muito fortemente; e a finalização que tivemos também no Senado Federal, com a audiência pública que foi convocada pelo Senador Flávio Arns, na qual toda a nossa diretoria esteve presente e tiramos uma foto histórica, mostrando o quanto a Uncme representa hoje nesse cenário. Deixa-me muito orgulhoso e feliz de ver, publicamente, essas ações serem concretizadas.

No âmbito de trabalho, a gente continua muito forte. Em 2025, se Deus permitir, nós vamos ter 90% de municípios brasileiros com conselhos municipais de educação. Com o nosso projeto de planejamento estratégico, a gente imagina que, ao final de 2026, poderemos ter 100% de conselhos no Brasil – hoje, faltam um pouco mais de 350 conselhos ser criados –, e todos eles com sistemas municipais de educação.

Daí a importância, realmente, desta discussão que a gente tem feito, desde quando o Projeto 235, de 2019, tramitou e foi aprovado pelo Senado, e da necessidade de termos essa lei aprovada também. É essencial e necessário para os municípios brasileiros fazermos esse *link* necessário de cooperação e de colaboração com o Sistema Nacional e com os sistemas municipais já existentes.

Esse é um trabalho com o qual a Uncme tem se preocupado de todas as formas possíveis, não somente aqui na Presidência, mas também com os nossos vice-presidentes, com os nossos diretores e com os nossos coordenadores estaduais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero responder rapidamente aqui à Joyce, do Espírito Santo, a pergunta da colocação da continuidade das políticas públicas. Naquela relação do número de metas e estratégias que eu citei, já está contemplada toda a continuidade prevista para a educação infantil, para o ensino fundamental, para o ensino médio, para a educação de jovens e adultos – que acabou de ser citada pela Senadora, a aprovação do documento – e a educação integral, em tempo integral, que nos deixa com uma perspectiva muito forte de podermos, através dela, atingir uma melhoria cada vez maior no cenário dos municípios brasileiros.

A Júlia, do Rio Grande do Sul, fez uma pergunta sobre quais metas do novo plano são prioritárias.

Júlia, eu acho que todas têm a mesma prioridade. Não podemos ter um plano por etapa ou parcialmente por atendimento. Todas elas merecem a atenção devida dos Congressistas que vão analisar, evidentemente, e aprovar, se Deus permitir. Todos nós que fazemos os municípios, quando citei a necessidade dessa discussão, de já começar também com as Câmaras de Vereadores, eu acho mais do que pertinente. Os conselhos têm... Os foros municipais também têm tratado nesse sentido. Eu acho que é importante que a gente comece a ter, realmente, uma visão geral do plano, uma discussão também nessa mesma prioridade para que ele possa ser aprovado com toda a extensão possível de trabalho a partir de 2026. Eu acho que é aí que se concretizam todas essas ações.

Eu quero ainda informar que a Uncme, além desse apoio que tem dado aqui aos planos no campo de cooperação técnica dos planos decenais, está realizando também os nossos eventos. Agora mesmo, em junho, estaremos no Rio de Janeiro, Waldeck, se você puder estar conosco, fazendo o nosso VII Fórum de Presidentes de Conselhos Municipais de Educação. O último foi em Aracaju, com mais de 500 participantes. Esperamos levar agora para o Rio o mesmo número de participantes, discutindo esses temas que estão na proposta do plano, temas diversificados, temas importantes para a educação brasileira. No decorrer do segundo semestre, temos os encontros regionais, com uma mesa de discussão sobre educação infantil como prioridade absoluta. Fechando, finalmente, em 26, 27 e 28 de novembro, estaremos com o nosso congresso nacional em Fortaleza. Então, isso faz com que a Uncme se coloque à disposição desse cenário tão necessário da nossa educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado a todos, que Deus nos proteja nessa batalha em prol da educação em nosso país.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Prof. Humberto.

Antes de encerrar a sessão, eu quero registrar a presença do Prof. Marcos Reis, da Faculdade Integrada Rio da Prata (Firp), e do Prof. Gerson Seabra, da Faculdade Integrada Rio da Prata (Firp), da Universidade Candido Mendes e do Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro.

Muito obrigada pela presença e pela atenção de todos que participaram desta audiência, pois, sem sombra de dúvida, é mais um passo importante que vem se juntar a tantos outros que esta Comissão já deu na defesa do Plano Nacional de Educação. Nós temos realmente que fazer um bom trabalho de mobilização.

Esta audiência é acompanhada e isso serve também para esclarecer e para estimular as pessoas, Senador, a participarem desde o seu município, nas suas entidades, nas suas instituições, para que o povo brasileiro saiba o que é e o valor que tem um Plano Nacional de Educação.

Então, muito obrigada aos nossos convidados que se apresentaram aqui com boas ideias, com muita intenção e com muita propriedade em relação ao plano.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 2025, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte e quatro minutos do dia treze de março de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Tereza Cristina, Ivete da Silveira, Veneziano Vital do Rêgo, Astronauta Marcos Pontes, Marcos Rogério, Jaques Wagner, Rogério Carvalho, Beto Faro, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Mecias de Jesus, e ainda da Senadora Teresa Leitão, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Fernando Dueire, Carlos Viana, Mara Gabrilli, Rodrigo Pacheco, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Magno Malta, Randolfe Rodrigues, Humberto Costa e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - 1º Encontro de Ex-Presidentes da CRE**. **Finalidade:** Promover um diálogo sobre desafios e perspectivas da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no cenário internacional. **Participantes:** Excelentíssimo Senhor Eduardo Suplicy, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no Biênio 2003-2004; Excelentíssimo Senhor Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no Biênio 2005-2006; Excelentíssimo Senhor Heráclito Fortes, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no Biênio 2007-2008; Excelentíssimo Senhor Eduardo Azeredo, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no Biênio 2009-2010; Excelentíssimo Senhor Aloysio Nunes Ferreira, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no Biênio 2015-2016; Excelentíssima Senhora Kátia Abreu, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no Biênio 2021-2022; e Excelentíssima Senhora Maria Laura da Rocha, Ministra Substituta das Relações Exteriores (representante de: Chanceler Mauro Vieira). **Resultado:** Audiência Pública Interativa realizada. **2ª Parte - Eleição - Vice-Presidente**. **Finalidade:** Eleição de Vice-Presidente da Comissão para o biênio 2025-2026, nos termos do art. 88 do Regimento Interno do Senado Federal. **Resultado:** Eleita, por aclamação, a Senadora Tereza Cristina para o cargo de Vice-Presidente desta Comissão para o Biênio 2025-2026. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/03/13

NOTAS TAQUIGRÁFICAS REVISADAS

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta a 2ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Esta audiência tem um caráter especial: estamos reunidos hoje com presidentes históricos desta Comissão para um diálogo sobre os desafios e as perspectivas da Comissão de Relações Exteriores no cenário internacional.

Tenho a honra de registrar a presença nesta Comissão da Ministra Substituta do Ministério das Relações Exteriores, aqui representando o Ministro Mauro Vieira, a Sra. Embaixadora Maria Laura da Rocha.

A presente audiência pública promove o primeiro encontro de ex-presidentes desta Comissão para propiciar um diálogo sobre desafios e perspectivas da Comissão de Relações Exteriores no cenário internacional.

Agradeço aqui a presença do Senador Hamilton Mourão e do Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E apenas um esclarecimento: alguns colegas que estão no mandato e que passaram pela Presidência da Comissão – o Senador Amin, o Senador Renan Calheiros e a Senadora Margareth Buzetti – falaram: "Mas eu não fui chamado para sentar na cadeira dos ex-Presidentes". Eu falei: "Mas você está no mandato, o seu lugar é defronte à mesa que vai fazer esse diálogo". Então, só para esse esclarecimento. Não houve nenhuma discriminação, a não ser a intenção de prestigiar aqueles que por aqui já passaram, mas que não estão mais na Casa.

Dessa forma...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Quem reclamou foi o Renan?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Foi, foi ele mesmo. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Nós aprendemos a não escrever carta anônima...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Isso. (*Risos.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (*Fora do microfone*.) – Essa foi boa. Eu vou anotá-la.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Recebi, agora pela manhã, um telefonema do ex-Presidente José Sarney dizendo da sua impossibilidade de comparecer em função de compromissos assumidos anteriormente, desejando sucesso e dizendo que, na terça-feira, estará aqui no Senado para a comemoração dos 40 anos da redemocratização.

Com muito prazer, registro a presença aqui, ao meu lado esquerdo, lado do coração, da Sra. Kátia Abreu, ex-Presidente da Comissão de Relações Exteriores no biênio 2021-2022; também do Sr. Eduardo Suplicy, Presidente da Comissão de Relações Exteriores no biênio 2003-2004; do Sr. Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Relações Exteriores no biênio 2005-2006; do Sr. Heráclito Fortes, Presidente da Comissão de Relações Exteriores no biênio 2007-2008; e do Sr. Eduardo Azeredo, Presidente da Comissão de Relações Exteriores no biênio 2009-2010.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Participa ainda, remotamente – e eu pediria para botar a imagem dele; se não me engano, ele está nos Estados Unidos –, do ex-Chanceler Sr. Aloysio Nunes Ferreira, Presidente da Comissão de Relações Exteriores no biênio 2015-2016.

Não puderam comparecer e enviaram mensagens o Vice-Governador Ricardo Ferraço, Presidente da Comissão de Relações Exteriores no biênio 2013-2014, e o ex-Presidente Fernando Collor, Presidente desta Comissão nos biênios 2011-2012 e 2017-2018.

Esta sessão está sendo interativa, transmitida ao vivo pela TV Senado e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no seguinte endereço: senado.leg.br/ecidadania – tudo junto –; ou pelo telefone da Ouvidoria do Senado: 0800 0612211.

Acaba de chegar o Senador Marcos Pontes, o astronauta.

Muito prazer pela sua presença.

Dinâmica do encontro.

Para tornar este encontro ainda mais produtivo, adotaremos uma dinâmica em duas rodadas. Na primeira, cada um dos ex-Presidentes poderá tecer os seus comentários a respeito da situação globalizada do comércio que nós estamos enfrentando e essas repercussões, em nível da Comissão de Relações Exteriores e em nível do nosso país.

No segundo tema, na segunda rodada, os convidados poderão interagir entre si, com os Senadores aqui presentes e também com as perguntas que vão chegar do e-Cidadania. Cada um terá cinco minutos para suas considerações e, ao final – até porque ela tem um compromisso às 10h30 –, a gente vai passar a palavra para a Embaixadora Maria Laura da Rocha, que está aqui representando o Chanceler Mauro Vieira.

A pergunta que a gente quer e sugere que vocês respondam, mas vocês têm toda a liberdade de fazer o comentário que quiserem, mesmo que não esteja inserido especificamente nessa pergunta, é a seguinte: como a Comissão pode contribuir para a diplomacia Parlamentar no atuário cenário global? Que sugestões podemos deixar para fortalecer a missão desta Comissão nesses próximos dois anos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira a falar – e nós temos que homenagear as mulheres no mês do Dia Internacional da Mulher – não podia ser diferente. A palavra está com a...

A SRA. KÁTIA ABREU (*Fora do microfone*.) – Eu queria mais um pouquinho...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Você queria mais um pouquinho?

A SRA. KÁTIA ABREU (*Fora do microfone*.) – É, só para eu finalizar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Perfeito.

A SRA. MARIA LAURA DA ROCHA (*Fora do microfone*.) – Senador, eu vou ter que sair.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Então, vamos passar para quem está substituindo o Chanceler Mauro Vieira, a Embaixadora Maria Laura, para tecer os seus comentários, porque ela tem uma reunião às 11h com o Presidente Lula.

A SRA. MARIA LAURA DA ROCHA (Para expor.) – Muito obrigada, Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Nelsinho Trad, por intermédio de quem cumprimento todos os ex-presidentes da Comissão aqui presentes.

Sras. e Srs. Senadores, é uma satisfação poder dirigir-me a esta Casa, nesta sessão especial, representando o Ministério das Relações Exteriores. Transmito, igualmente, os cumprimentos do Ministro Mauro Vieira, que hoje se encontra no Senegal, concluindo visita a cinco países africanos.

O diálogo entre o Itamaraty e esta Comissão é indispensável para a condução de uma política externa democrática. A política externa, enquanto política pública, deve estar conectada aos anseios da sociedade.

Ao longo das últimas décadas, esta Comissão tem auxiliado o Poder Executivo a implementar as relações exteriores do país, respaldando suas ações por meio do debate democrático, e a prestar contas de tais atividades à sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assistimos hoje no mundo a conflitos armados em diferentes continentes, com graves consequências humanitárias. Vivenciamos o recrudescimento da mudança climática e seu impacto sobre sociedades inteiras. Observamos a fragilização e mesmo a falência de instituições internacionais que foram criadas para amenizar, conter e solucionar conflitos entre países e para encontrar soluções coletivas para os problemas globais.

Nesses contextos, apesar dos desafios, a política externa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva posicionou o Brasil como ator responsável e equilibrado. A exitosa presidência brasileira do G20, em 2024, foi ocasião privilegiada para reiterar a vocação diplomática do país.

Na Presidência do G20, o Brasil defendeu três prioridades: a inclusão social e o combate à fome e à pobreza, a transição energética e o desenvolvimento sustentável, e a reforma da governança global. Cada uma dessas prioridades gerou uma iniciativa específica: a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, a Força-Tarefa para a Mobilização Global contra a Mudança do Clima, e o Chamado à Ação sobre a Reforma da Governança Global. Essas iniciativas tiveram adesão de muitos países e contribuíram para alcançarmos um desfecho muito bem-sucedido na cúpula do Rio de Janeiro, em novembro último.

Nos últimos meses, cabe destacar, ainda, a assinatura do Acordo Mercosul-União Europeia, o avanço na parceria com a Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean) e a expansão do Brics, com a inclusão de seis novos membros.

Há pouco mais de um mês, o Brasil assumiu a Presidência do Brics e, nessa condição, priorizará a cooperação para o desenvolvimento econômico, social e ambiental, com ênfase em áreas como saúde global, comércio, governança da inteligência artificial e paz e segurança. O Brasil sediará a próxima cúpula do Brics, em julho, a primeira ocasião em que o grupo se reunirá em sua nova composição, com 11 membros, com o objetivo de alcançar resultados concretos para o Brasil e para o mundo.

Também já se iniciou a preparação para a COP 30, a se realizar em Belém do Pará em novembro. A intenção é que a COP 30 marque virada definitiva no tratamento do tema da mudança do clima, passando da fase de negociações para a devida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

implementação dos compromissos assumidos pelos países no âmbito do Acordo de Paris. Para isso, será crucial destravar a vinda de recursos dos países mais desenvolvidos para ajudar os países em desenvolvimento a financiar suas ações de adaptação e de mitigação das mudanças climáticas.

Além desses dois grandes eventos – cúpula do Brics e COP 30, que o país sediará em 2025 –, o Brasil promoverá, em maio, o 2º Diálogo Brasil-África sobre Agricultura, para o qual estão sendo convidados todos os 54 Ministros da Agricultura dos países africanos. Ao reiterar a prioridade da África na política externa brasileira, o evento será a oportunidade para identificar novas áreas de cooperação, comércio e investimento. No mês seguinte, em junho, o Brasil sediará, em Brasília, a Cúpula Brasil-Caribe, com a participação dos Líderes de 16 países da região.

A execução de uma política externa à altura da importância do Brasil no mundo, no atual contexto de múltiplas crises internacionais, depende de um diálogo fluido entre o Executivo e o Legislativo.

Nos termos do art. 4º da Constituição Federal e das linhas gerais da política...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA LAURA DA ROCHA – ... externa estabelecida pelo Presidente da República, é essencial o fortalecimento do debate, consensual e democrático, acerca da definição dos interesses nacionais a serem defendidos e promovidos internacionalmente. Na condição de representantes das unidades da Federação, a contribuição dos membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado para esse debate é valiosa e necessária.

Agradeço, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos as considerações da Embaixadora Maria Laura, que vai ter que se retirar.

Muito obrigado pela sua presença. Leve o nosso abraço ao Chanceler Mauro Vieira e a todo o corpo diplomático do Itamaraty.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO SUPLICY (Para expor.) – Prezado Senador Davi Alcolumbre...

É esse aqui? Então, vai começar agora o tempo, tá?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Isso, fique à vontade.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Cumprimento o Sr. Presidente, o Senador Davi Alcolumbre; o Presidente desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o Senador Nelsinho Trad; os Senadores José Sarney, Cristovam Buarque, Heráclito Fortes, Eduardo Azeredo, Fernando Collor, Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira; a Senadora Kátia Abreu, aqui do meu lado. Querido Cristovam, que é sempre um colaborador ao meu lado, estamos sempre interagindo, inclusive depois do nosso mandato.

Primeiramente, quero agradecer o convite a participar desta audiência pública. Cumprimento o Senador Nelsinho Trad e o Senador Davi Alcolumbre – Presidente desta Comissão o Nelsinho Trad. Achei uma iniciativa muito positiva e parabenizo a realização deste encontro tão esperado, que objetiva debater o papel estratégico que esta Comissão desempenha na diplomacia parlamentar, bem como apresentar sugestões para o seu funcionamento.

Durante meus 24 anos, participei ativamente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, contribuindo para o exame das relações do Brasil com outros países. Em 2003, fui indicado à Presidência da CRE, o que me permitiu apoiar a política externa do Governo Lula, que buscava maior equidade nas relações internacionais.

Nesse período, atuei em momentos decisivos, como a mediação da crise na Venezuela e a oposição à guerra do Iraque. Propus debates no Senado, enviei carta ao Papa João Paulo II pedindo esforços pela paz, convidei autoridades internacionais a exporem suas posições, inclusive interagi com o diplomata Sérgio Vieira de Mello, poucos meses antes do atentado que ceifou sua vida, sobre a proposta da renda básica para promover a paz no Iraque. Foi um período de grande fortalecimento da política externa brasileira, em especial com a América do Sul, África e as grandes democracias do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acompanhei o crescimento do Mercosul, as tratativas da Alca e a participação do Brasil no G4 para promover a reforma do Conselho de Segurança da ONU. Também acompanhei a criação do Ibas, o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul.

Além das questões diplomáticas, dediquei-me a temas humanitários e sociais e acompanhei casos de violação de direitos humanos como o resgate de George Geraldo de Assunção Pinto no México e a defesa de Amina Lawal na Nigéria. Sempre busquei atuar com o compromisso de contribuir para um mundo mais pacífico e justo, fortalecendo a presença do Brasil como autor relevante nas discussões globais sobre paz, desenvolvimento e cooperação. É neste mesmo espírito que hoje busco responder às perguntas colocadas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO SUPLICY – A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) desempenha um papel essencial na projeção internacional do Brasil, promovendo diálogo entre legisladores de diferentes países e fortalecendo a presença diplomática do Brasil. A CRE poderá contribuir com a diplomacia parlamentar ao ampliar relações bilaterais e multilaterais por meio da participação ativa em fóruns multilaterais como a União Interparlamentar, Mercosul e Unasul, além das missões parlamentares ao exterior, que possibilitam a troca de experiências entre governança e políticas públicas. Deve atuar também para fortalecer o *soft power* brasileiro, ao estabelecer canais diretos de diálogo com legisladores estrangeiros, difundindo valores democráticos, boas práticas legislativas e o compromisso com temas globais, como direitos humanos, meio ambiente e comércio sustentável.

No âmbito da política externa, a CRE tem o papel fundamental de ratificação de tratados internacionais e mediação de disputas, facilitando acordos comerciais e consolidando parcerias estratégicas em setores como agricultura, energia, infraestrutura e defesa. Além disso, deve contribuir para a defesa dos interesses nacionais, ao apoiar setores produtivos na superação de barreiras comerciais e promover a competitividade dos produtos brasileiros no exterior.

No campo da segurança internacional, deve monitorar ameaças transnacionais e auxiliar na formulação de estratégias para proteger os interesses do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com respeito às sugestões para o fortalecimento da CRE nos próximos anos, sugiro a implementação de algumas medidas para que esta Comissão continue fazendo tão bem o seu trabalho, como a criação de um Observatório Internacional do Senado. A criação de núcleos de análise de inteligência legislativa fortaleceria a CRE ao fornecer informações estratégicas sobre geopolítica, economia e diplomacia. Com especialistas dos Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa, além de parcerias acadêmicas, esse observatório subsidiaria decisões e anteciparia desafios internacionais. A maior cooperação com organismos internacionais e a formalização de convênios com organizações como ONU, OMC e OEA ampliaria a troca de informações e a participação do Brasil em decisões multilaterais. Além disso, a inclusão de representantes da CRE em delegações oficiais do Brasil no exterior fortaleceria a representatividade parlamentar em debates globais. O aprimoramento da diplomacia parlamentar digital e o uso de plataformas digitais ampliaria o diálogo diplomático ao permitir debates remotos com parlamentos estrangeiros.

A criação de um fórum virtual permanente da CRE com comissões de relações exteriores de outros países facilitaria a troca ágil de informações sobre questões emergentes. A capacitação contínua dos Parlamentares, a oferta de curso de política externa, de segurança e de comércio global qualificaria a atuação da CRE, e programas de intercâmbios legislativos com Parlamentares estrangeiros fortaleceriam a diplomacia parlamentar.

O cenário internacional atual apresenta muitos desafios para o nosso país: o acirramento de conflitos geopolíticos de grandes nações, como Estados Unidos, Rússia e China, a guerra na Ucrânia e o genocídio na Palestina, as crises políticas e conflitos internos em países vizinhos, como Venezuela, Argentina e Bolívia, o avanço acelerado da inteligência artificial, das tecnologias de vigilância digital, a questão das mudanças climáticas, a necessidade de transição energética. Esses desafios podem impactar negativamente o nosso país, mas também podem ser transformados em oportunidades estratégicas para que o Brasil venha a diversificar seus mercados de exportação e expandir sua presença no mercado global de alimentos, energia e armamentos. O Brasil pode, assim, aproveitar sua posição como grande exportador agrícola...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO SUPLICY – ... de produtos e de biocombustíveis. Além disso, o país tem o potencial de assumir um papel de liderança global na produção de energias renováveis, como hidrogênio verde e biocombustível, consolidando-se como um parceiro estratégico.

Nesse sentido, a CRE pode atuar na negociação de acordos comerciais bilaterais na defesa dos interesses do Brasil em disputas na OMC, pode ajudar a estabelecer pontes entre diferentes blocos econômicos, garantindo que mantenha uma posição estratégica em meio às disputas globais; pode contribuir formulando marcos regulatórios que garantam a soberania digital do Brasil e evitem vulnerabilidades estratégicas; e, conjuntamente com a Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados, atuar no fortalecimento de acordos regionais para garantir políticas migratórias coordenadas e estratégias de desenvolvimento que mitiguem os efeitos de crises humanitárias e econômicas.

Vai haver uma segunda oportunidade, não é?

A SRA. KÁTIA ABREU (*Fora do microfone*.) – Vai, para outra pergunta.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Muito obrigado, então. Eu devo concluir a minha fala, e assim está feito.

Muito obrigado, e ainda tenho outras...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Na segunda rodada.

O SR. EDUARDO SUPLICY – ... informações que, na segunda rodada, apresentarei.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agora, vamos ouvir, através do mecanismo remoto, diretamente de Bruxelas, corrigindo, o ex-Chanceler Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito bom dia, meus caros colegas Senadores, meu prezado Presidente Nelsinho Trad, meus amigos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não poderia estar mais de acordo do que estou com a apresentação do Senador Suplicy, que nos dá uma excelente plataforma de sugestões de atuação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado.

Eu não vou me deter muito sobre os diferentes aspectos que a sua intervenção, muito boa, nos trouxe; vou me centrar sobre os problemas, os desafios graves que nós estamos vivendo hoje no mundo e que atingem o Brasil, em razão de mudanças que estão acontecendo, mudanças dramáticas de paradigmas que abrem uma fase de transição entre o mundo velho, que está morrendo, e o mundo novo, que ainda não nasceu, que é uma fase muito perigosa em que costumam proliferar os monstros.

O que está morrendo? Está morrendo o mundo unipolar que se afirmou depois da queda da União Soviética, e está surgindo um mundo multipolar. Que multipolaridade será essa? Será que ela é baseada na igualdade dos Estados, um mundo multipolar universalista ou será um condomínio de grandes potências, três, quatro grandes potências? Nós estamos vivendo uma transição entre a globalização e as restrições ao comércio, baseadas no nacionalismo e na busca de autossuficiência. Estamos vivendo um momento em que pode haver uma mudança do comércio internacional, baseada na convergência de interesses e na busca de complementariedade, para o comércio internacional como instrumento de geopolítica. Estamos vivendo um momento de passagem de uma visão universal da política internacional para uma visão de afirmação de soberanias incontrastáveis de nações se impondo sobre as demais. São momentos de transição difíceis em que o Brasil se encontra inserido, atinge o mundo e nos atinge a nós.

A Embaixadora Maria Laura se referiu à possibilidade – e também o Senador Suplicy se referiu a isso –, a oportunidades que este mundo perigoso oferece ao Brasil, oportunidades que nós podemos e devemos aproveitar, com base no nosso *soft power* e numa tradicional posição da diplomacia brasileira, da política externa brasileira, de não alinhamento com nenhuma grande potência. Nós não temos na nossa política externa amizades incondicionais nem amizades irredutíveis; nós buscamos sempre atuar buscando aquilo que parece ser, segundo a opinião majoritária, o interesse nacional. Este *soft power*, meus amigos, poderá, com base nos atributos que o Brasil tem de tamanho, de composição étnica, de tradição diplomática, propiciar a nós uma atuação muito positiva na criação de um novo tipo de multilateralismo que guarde, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relação ao ideário anterior, a ideia da universalidade, da igualdade entre os estados, mas que agora introduza novos elementos, novos, digamos assim, componentes e novos objetivos que decorrem da realidade do mundo atual.

Eu cito um, que me parece evidente, que é o tema das mudanças climáticas, em que o Brasil tem um papel enorme para desempenhar e vem desempenhando já desde a Conferência Rio-92 e vai agora reafirmar na COP 30, que vai ser realizada em Belém.

Nós temos também uma presença muito forte no fornecimento de alimentos para o mundo: o Brasil é o maior exportador líquido de alimentos. Os Estados Unidos são os maiores exportadores de alimentos, mas nós somos o maior exportador líquido – tirando aquilo que importamos daquilo que exportamos.

O Brasil participa de todas as organizações internacionais que foram criadas depois da Segunda Guerra Mundial. Em todas elas, tem uma presença muito forte em torno de alguns temas, como defesa dos direitos humanos, como defesa do asilo político, como defesa da paz. São temas tradicionais da diplomacia brasileira, cada vez mais importantes de serem levados agora a efeito, de serem evidenciados, de serem enfatizados nessa fase de desafios que o mundo vive e que poderão propiciar o enfrentamento desses desafios com o surgimento de um novo tipo de multilateralismo com estes objetivos: a busca do combate ao aquecimento global; a defesa dos direitos humanos e da democracia contra a emergência dos populismos e da extrema direita que ameaçam a democracia; a regulamentação da atuação das *big techs;* e a busca de maior equidade entre as nações e no interior das nações, no combate à pobreza e à desigualdade entre os estados.

Para isso, o Brasil tem que ter uma visão estratégica, juntando objetivos de longo prazo aos desafios de curto prazo. Uma visão estratégica que só poderá ser efetiva se ela for resultado de um amplo consenso nacional, ou pelo menos de uma ampla convergência de opiniões, envolvendo o mundo político, o mundo empresarial e os profissionais da diplomacia. É claro que o Senado brasileiro terá um papel fundamental na criação desse entendimento e dessa coesão pela própria tradição e pela própria autoridade que tem o Senado brasileiro nas questões internacionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me lembro, quando fui Presidente da Comissão, que nós conseguimos, apesar de termos vivido um momento de grandes disputas políticas – basta lembrar que foi durante a minha gestão que ocorreu o *impeachment* da Presidente Dilma – e apesar das diferenças muito grandes de posicionamento político, encontrar formas de cooperação entre nós, que deram uma resultante muito positiva na atuação da Comissão.

Tínhamos pessoas como Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, Cristovam Buarque, José Agripino, Jorge Viana, e conseguimos, entre, nós criar um ambiente de cooperação que superou as divergências políticas que nos dividiam, que nos afastavam e conseguimos dar como resultante uma equação que deu respaldo a algumas iniciativas importantes do próprio Governo Dilma, ao qual eu fazia oposição.

Então, eu penso que, entre as funções da Comissão do Senado, além dessas todas que foram enumeradas pelo Senador Suplicy, está esta de buscar um nível maior de coesão do nosso mundo político e abrir um diálogo produtivo com o mundo empresarial, com o mundo político em geral, com a academia, de modo que nós possamos, a partir daí, definir uma linha estratégica que possa contribuir para que o interesse nacional brasileiro se afirme neste momento de grandes desafios e grandes dificuldades pelas quais passa o mundo.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço as considerações do Chanceler Aloysio Nunes Ferreira. (*Palmas.*)

De pronto, passamos a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (Para expor.) – Bom dia, Presidente Senador Nelsinho Trad.

Eu saúdo todos os colegas que estão aqui na mesa e já usaram da palavra; e saúdo também o Senador Marcos Pontes, o Senador Hamilton Mourão.

Eu vou começar, na verdade, invertendo: eu vou falar primeiro da outra função das relações exteriores, que é a questão da defesa nacional.

Nós vemos aí no mundo hoje um movimento de rearmamento, digamos assim, anunciado na União Europeia, anunciado nos Estados Unidos, na própria China, e esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é um ponto fundamental sobre o qual a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional deve se debruçar. O Brasil vem discutindo há muitos anos esse rearmamento.

Eu lembro bem que, naquele período em que aqui participei, nós tivemos algumas discussões sobre exatamente a incorporação tecnológica, a nossa indústria nacional, as quais resultaram no projeto dos caças, que acabou sendo aprovado, levando a um projeto de origem sueca, que foi exatamente aquele projeto que mais transferiu tecnologia para o Brasil.

O outro é exatamente o programa de submarinos, que está nos levando aos submarinos, mas que ainda está incompleto, porque não é razoável que o Brasil tenha apenas uma base naval forte, que é no Rio de Janeiro, com esse tamanho de costa que nós temos. O projeto realmente prevê um segundo centro, no Nordeste, mas lá se vão alguns anos e isso não avançou.

Há ainda a questão dos blindados, em que até o meu Estado de Minas Gerais colabora bem. E eu ainda vi outro dia alguma questão, discutindo-se a importação de novos equipamentos para o Exército, quando na verdade é melhor investir no que nós já temos, que são as tecnologias que são feitas, que são utilizadas lá na cidade de Sete Lagoas.

Então, o Sisfron, que é um sistema importante para fronteiras, o Proantar... Isso tudo sempre foi uma função importante desta Comissão.

E, chegando exatamente à questão em si das funções específicas de relações exteriores, eu quero lembrar que esse papel de aprovação de embaixadores é sempre um papel muito importante, são momentos em que você pode discutir a realidade do país, daquele que está entrando, mas também a realidade de alguns que estão mudando de postos e que podem nos trazer as notícias de onde estiveram – o embaixador ou a embaixadora.

Eu me lembro até, Senador, que eu cheguei a discutir com o saudoso Embaixador Paulo Tarso se não era muita indisciplina esta Comissão poder convidar embaixadores diretamente para virem falar aqui, e o Embaixador me disse que não, que isso era uma interferência que ia criar muito problema na hierarquia, porque o Itamaraty já tem a lei do embaixador, do chanceler, e tem também os embaixadores responsáveis pelas áreas do mundo afora. Mas é porque, em determinado momento, pode vir a ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interessante ouvir diretamente o embaixador que está acreditado naquele determinado país.

Aqui tivemos alguns momentos importantes, como o Acordo Brasil-Santa Sé, que foi muito importante, e polêmicas também: a admissão da Venezuela no Mercosul; a questão que me opôs ao Senador Suplicy, que a foi do Cesare Battisti – aquele foi o momento que mostrou que nós da oposição de então estávamos certos; quanto ao Cesare Battisti, acabou se vendo que o Brasil errou ali, que foi um equívoco ter dado aquele perdão a ele. Mas tivemos outros momentos.

A própria questão da Venezuela me parece um problema sobre o qual a Comissão de Relações Exteriores deve continuar se manifestando, porque não faz sentido o Brasil realmente condenar alguns regimes ditatoriais e deixar de lado a condenação de regimes ditatoriais como aquele da Venezuela, inclusive com o problema da fraude, aí sim uma fraude clara: diferentemente do Brasil, onde as urnas têm o resultado afixado na porta da seção imediatamente após a votação, lá na Venezuela esse mínimo não foi colocado, o resultado de cada urna. Então, este é um problema que, realmente, me parece que é da Comissão: continuar fazendo essa fiscalização para que nós tenhamos uma imparcialidade na política externa brasileira e que trate de igual maneira os regimes que estão longe dos direitos humanos, que estão longe da democracia, sejam eles de esquerda ou de direita.

A diplomacia parlamentar – o Senador Heráclito Fortes aqui usou muito essa expressão – se impõe muito, sim. Nós vivemos no Brasil um regime, como às vezes se discute, de semipresidencialismo, no qual o Congresso Nacional tem um papel muito forte. Nós do meu partido, o PSDB, sempre defendemos o parlamentarismo, e o parlamentarismo prevê exatamente o quê? Que os Parlamentares discutam todas as questões.

Sobre essa diplomacia parlamentar, eu quero lembrar só um exemplo aqui – o Heráclito estava junto – em que nós discutimos a Presidência da Organização Internacional do Café. E chegou-se a um determinado ponto em que tinha um impasse, e o Itamaraty não podia mais entrar. Por quê? Pelos meandros, pela delicadeza da função.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós, os Senadores e Deputados que lá estavam, é que conseguimos fazer um acordo, sim, um acordo que desse ao Brasil a Presidência naquele momento, acordando com os mexicanos, que disputavam a posição por um momento seguinte. O Itamaraty não podia fazer isso; nós podíamos, como Parlamentares, garantir um apoio futuro.

A missão às Guianas, que foi também um grande momento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO AZEREDO – São três países, na verdade.

Dessa campainha, eu me lembrava bem dela aqui, tinha hora que tinha que apertar a campainha. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. *Fora do microfone*.) – Você sabe já que dá um minuto...

O SR. EDUARDO AZEREDO – Dá um minuto, tem que apertar lá.

Quanto às Guianas, nós temos duas Guianas que são países e uma que é a possessão francesa. Na época, o Heráclito liderou aí uma viagem que foi muito interessante. Eles nunca tinham visto a presença do poder brasileiro lá, a não ser pelos embaixadores. E são brasileiros que vivem nesses dois, nesses três países. Na época, a Francesa era a mais rica; a Inglesa, a segunda; e o Suriname, o mais pobre. Hoje inverteu só que a Inglesa está mais rica do que a Francesa. A recepção, com as delegações internacionais, é outra função fundamental.

E aí chega realmente a essa globalização *versus* o nacionalismo, que voltou. O que é que nós vamos fazer? Qual é a posição do Brasil? Primeiro, o que eu já falei: a imparcialidade. É o mínimo que nós temos que ter.

Nós hoje temos uma situação meio estranha realmente, porque a Rússia, que agrediu, de alguma maneira, a Ucrânia, invadindo o território, tem um apoio aqui no Brasil, da esquerda e da direita. Em um primeiro momento, houve um apoio à Rússia, sob o argumento da nossa dependência – não é, Senador? – dos insumos, dos fertilizantes. E depois o Presidente Lula, já por um motivo mais ideológico, também manifestou apoio à Rússia, quando é uma questão realmente muito difícil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da mesma maneira, a guerra lá no Oriente Médio, que é uma questão milenar. Daí a cautela que o Brasil precisa ter permanentemente – não é, Presidente? – e o aconselhamento da Comissão, a opinião dos Parlamentares, a presença permanente do Chanceler aqui, para poder discutir. Aí eu quero reconhecer que os Chanceleres daquela época – todos – foram muito atentos, vinham a toda e qualquer convocação e estavam presentes.

Dessa maneira, nessa disputa sobre "vamos acabar com a globalização", "vamos voltar à 'compartilização'", digamos assim, é evidente que todos nós queremos que as indústrias sejam fortes, mas nós conseguiremos? Nós conseguiríamos ser os líderes em painéis solares, se nós não tivéssemos a globalização? Foi a globalização que possibilitou a queda do preço dos painéis, e aí, sim, o Brasil pôde avançar tanto nesse segmento.

Então, essa discussão globalização ou regionalização está aí. Disse bem o Chanceler Aloysio Nunes: o que é que nós vamos fazer? A importância realmente de tantas cabeças pensantes deste ambiente é fundamental.

Então, eu agradeço, Presidente, a lembrança de nos chamar. E é a nossa paixão, pelo menos da minha parte, pela área de relações internacionais, pelo mundo afora. Eu acho que nós não podemos, em momento nenhum, ter um afastamento do Congresso Nacional dessas decisões tão importantes em relação ao futuro do Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Senador Eduardo Azeredo.

De pronto, passamos a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

Só para colocar no radar os ex-Presidentes, depois vamos com o Senador Heráclito Fortes e a Senadora Kátia Abreu. Aí a gente vai abrir para que os Senadores que estão aqui possam fazer alguns questionamentos a quem desejarem.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Para expor.) – Bom dia! Bom dia a cada uma e a cada um dos presentes, bom dia aos meus colegas e minhas colegas que aqui estão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero começar agradecendo ao Senador Nelsinho, não por 20 anos depois eu ainda estar vivo – isso eu não devo a ele –, mas por ter se lembrado de mim. Hoje em dia é mais fácil ficar vivo do que ser lembrado quando o tempo passa, e 20 anos é um bocado.

Ao mesmo tempo, quero agradecer a chance de estar com esses colegas, amigos, que eu fiz aqui. Um distante, que, aliás, é o mais antigo, Aloysio, eu conheci quando éramos estudantes ainda – ou seja, ponham séculos nisso – e está nesta Comissão.

Dos meus trabalhos, nos 16 anos de Senado, esta Comissão talvez tenha sido a que mais me dava prazer, embora, de vez em quando, me desse uma inveja imensa dos embaixadores sabatinados – eu ficava com vontade de estar no lugar deles. Mas tem uma outra razão, Senador Nelsinho, que me dá satisfação de estar aqui: é o momento que nós vivemos. Eu quero olhar o futuro, não os 20 anos passados.

Nós estamos entrando numa fase das relações... Eu não vou nem usar a palavra internacionais, porque já para: "internações"; eu vou dizer do conjunto delas, não do multilateralismo, como falou o Aloysio, porque no globo não tem lados, o globo não tem lados. Nós estamos entrando numa fase em que saímos do tempo em que o mundo era a soma de países para um tempo em que cada país é um pedaço do mundo. Não há mais país isolado.

Você vê que agora mesmo o mais forte país do mundo em todos os sentidos, os Estados Unidos, não está conseguindo fazer as coisas, porque o resto do mundo não aceita a maneira como o Presidente Trump está tratando as relações comerciais. Cada país, hoje, é um pedaço do mundo.

E aí vem a grande chance do Brasil, porque o Brasil é o pedaço do mundo que mais se parece com o mundo. Nós temos a mesma renda *per capita* do mundo, pouca gente percebe isso, US$10 mil. Nós temos a desigualdade do mundo. Alguns dizem: "Não, mas o Brasil é o país dos mais desiguais". É verdade, mas, se você conseguir colocar junto toda a população da Noruega e do Congo, a desigualdade é igual à do Brasil. Nós temos as riquezas do mundo e as pobrezas. Nós temos algumas das melhores universidades do mundo e algumas das piores escolas de educação de base do mundo. O Brasil é um retrato do mundo. E esta Comissão podia aproveitar isso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque Presidente da República é Presidente do seu país – o Presidente Lula não vai poder fazer um discurso planetário.

O Obama, em Copenhague, na COP de Copenhague, onde eu estive representando o Senado, disse uma frase que precisamos lembrar: não há um presidente do mundo, o presidente é do seu país, mas o Senado pode ser um fórum supranacional, pode trazer, aqui, filósofos. Cada Senador tem suas limitações, porque é político e representa o eleitor, não representa o ser humano. O Presidente representa o Brasil, não representa a humanidade. O Presidente Lula vai ter dificuldades de querer um chapéu da humanidade e um chapéu do eleitor brasileiro, mas aqui pode haver um bom fórum, um bom fórum que discuta o que é que o Brasil quer dizer ao mundo na COP de novembro, no Pará. Não o que é que o Brasil espera do resto do mundo para proteger as nossas florestas – isso o Presidente vai dizer –, mas o que é que nós temos para dizer para o mundo inteiro. E aí, para não perder uma mania de propor sempre, eu proponho que o senhor crie uma Subcomissão da COP, uma Subcomissão provisória, de seis meses. Traga filósofos, traga pessoas que pensam a geopolítica. Vamos debater o recado que o Brasil quer dar para o mundo.

O Aloysio falou que a gente vai entrar no novo mundo. Vai levar décadas, mas a primeira razão para que esse mundo exista é o mundo sobreviver. E, se cada país quiser fazer guerra, como o Trump está fazendo, de tarifas, não sobrevive o comércio; se cada um quiser explorar o máximo das suas florestas, não se sobrevive. Como é que a gente consegue ter – a palavra pacto é muito degradada, hoje, no seu significado – um conjunto de valores éticos, morais, acima dos interesses políticos do país? Isso é um idealismo, reconheço, porque cada um de nós, por exemplo, é político do seu eleitor, mas aqui é um lugar onde se pode debater questões morais e não apenas questões políticas. Então, eu quero deixar aqui essa sugestão de a gente ter uma Subcomissão para a COP, com uma pergunta: o que o Brasil pode dizer ao mundo visando à sua continuidade, à sua sustentabilidade?

E aí, para não dizerem que eu não falei de educação, porque senão talvez não me convidem outra vez, tem algo que nenhuma das 29 COPs fez: nenhuma colocou educação nas discussões. E não vai ter saída, se não for uma nova mentalidade na cabeça das crianças de hoje para, quando adultas, pensarem o mundo não como uma soma de países, mas cada país, inclusive o seu, como um pedacinho do mundo. Vão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ter que colocar a educação nas discussões da COP. Eu já estive com o Presidente da COP, o Embaixador André, e sugeri isso, mas o Senado poderia aprofundar esse debate como uma estratégia mundial de educação, colocando toda criança na escola, com um conteúdo planetário, um conteúdo mundial, um conteúdo de sustentabilidade, para que a gente crie uma nova mentalidade, que virá das crianças ou não virá. Mas as crianças só vão à escola se nós, aqui, os adultos, construirmos as escolas e ajudarmos a formular o conteúdo.

Fica aqui, Senador Trad, a minha sugestão e, mais uma vez, o meu agradecimento pela chance de estar com esta turma aqui – Heráclito, Azeredo, Suplicy – e a Kátia, por uma razão a mais do que a de vocês. Eu, todo dia, me lembro da Kátia, porque, em frente à minha mesa de trabalho da minha casa, tem um livro que ela me deu de presente, um livro do Kissinger, *Sobre a China*, que foi um livro que eu li e me marcou muito. Então, aqui a Kátia tem esse lado, e os outros, uma grande convivência que eu tive com cada um deles.

Muito obrigado! E eu, diferentemente de muitos, moro bem pertinho daqui. É só me chamar outra vez que eu venho da Asa Norte para cá correndo. Grande abraço, Senador! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos, prazerosamente, ao Senador Cristovam Buarque.

Vamos, já de pronto, passar a palavra ao Senador Heráclito Fortes e, depois, à Senadora Kátia Abreu e encerro esse ciclo para os questionamentos dos Srs. Senadores. Antes, porém, agradeço a presença da Senadora Tereza Cristina, que abrilhanta a manhã desta sessão.

O SR. HERÁCLITO FORTES (Para expor.) – Sr. Presidente, colegas ex-Presidentes desta Comissão, Senadores, minha querida amiga Kátia Abreu e minha querida amiga Tereza Cristina, eu quero fazer uma saudação muito especial ao Senador Mourão pelo motivo muito simples: ele saiu do Piauí com a família e foi ser Senador pelo Rio Grande do Sul. É o que nós chamamos do acordo do chimarrão com a rapadura. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, como é bonita a sobrevivência do homem, viu, Senador? É fantástico isso! E, como eu sou um deles, isso, para mim, é uma lição diária.

Eu fui Presidente desta Comissão por circunstâncias políticas. Eu estava me preparando para ser reeleito para a Comissão de Infraestrutura. Aí, meu querido amigo, Senador Marconi Perillo, que tinha sido eleito Governador de Goiás e estava com o olhar no orçamento da Comissão naquela época, impôs – não tinha como impor, mas preferiu vir para esta Comissão – e lá vou eu para a Comissão de Relações Exteriores. Difícil! Cheio de estrelas, cheio de problemas, problemas gravíssimos. E eu resolvi procurar pessoas que, naquele momento, pudessem me ajudar mesmo – Nelson Jobim! O Nelson era Ministro da Defesa. E aí, antes que eu ligasse para ele, ele ligou para mim. "Passe aqui, que eu preciso conversar". E aí me deu um retrato do país. Ele como Professor de Lógica... Impressionante, meu caro Astronauta! Se não fosse a lógica, o homem não tinha ido à Lua, não é verdade? Então, eu disse: "Olha, você está me dizendo tudo isso, mas como é que eu vou chegar lá? Eu preciso...". Ele disse: "Não tem nenhum problema. A Embraer está querendo vender os aviões pelo mundo afora. Nós vamos arrumar um avião, você faz uma comitiva, caravana de Senadores e vai". E era engraçado, porque, quando a gente chegava, ninguém queria ver os Senadores da comitiva, não: queriam ver o avião da Embraer. E, naquele momento... Eu me lembro muito disto, no Vietnã: os vietnamitas impressionados por um Legacy ter derrubado um Boeing.

Por aí nós fomos, nós criamos três grupos de viagens. A primeira viagem foi à África; a segunda, à Ásia; e a terceira...

O SR. EDUARDO AZEREDO (*Fora do microfone*.) – Essa é a das Américas.

O SR. HERÁCLITO FORTES – Hein?

O SR. EDUARDO AZEREDO (*Fora do microfone*.) – A das Américas...

O SR. HERÁCLITO FORTES – A das Américas!

Estão vendo a cautela dele? Nós não podemos dizer Caribe, porque senão a imprensa vem em cima. (*Risos.*)

Aí, os problemas começaram. Eu devo muito ao Suplicy. O Suplicy aporrinhava a gente como podia com a história da renda mínima, não era? Renda mínima. Aí...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO AZEREDO (*Fora do microfone*.) – Renda básica.

O SR. HERÁCLITO FORTES – Renda básica!

Aí, nós estávamos vivendo um problema gravíssimo no Iraque. Era tão grave, Senador Mourão, que o Itamaraty não metia a cara lá. Não ia; não ia. Um dia, numa reunião aqui, eu pedi ao Suplicy, implorei ao Suplicy que ele fizesse a viagem. Anunciei; anunciei aqui. Não deu dez minutos e o Itamaraty – era o Celso Amorim, na época – telefona para mim, assombrado: "Você vai mandar esse maluco para o Iraque?". (*Risos.*) "Olha, isso custa". Tinha os assessores de segurança, que eram uma empresa inglesa de picaretagem, você chegava e tinha... Bom, mas aí o Suplicy salvou a nossa questão. Por quê? Ficava um grupo de familiares do engenheiro desaparecido na Comissão. O grave da história era da Odebrecht dos Estados Unidos; teoricamente, nós não tínhamos nada a ver com o problema. E o Suplicy foi quem abriu esse leque e encontrou uma solução.

Então, esta Comissão de Relações Exteriores, para mim, é a mais importante, Senador Trad, do Senado, do Congresso. Eu fiquei 40 anos, 39 como Parlamentar. Os meus melhores momentos foram aqui, as amizades... Eu tenho um episódio com o Cristovam Buarque muito interessante: nós estávamos em Rabat, e aí chega Mário Soares – que estava sem mandato, mas era o Mário Soares – com uma cara emburrada para mim. Eu fiquei: "Que mal eu fiz ao Mário Soares?". Quando terminou, nós fomos para um hotel à beira do mar, muito agradável. Ele disse: "Eu preciso falar com você". Pegou uma cadeira, eu peguei outra e fomos lá. Ele disse: "Olha, vocês precisam aprender que Portugal não é penico do mundo". Eu disse: "O que é que houve, Mário?". E ele: "Professor, vocês só estão mandando bucha para Portugal". Eu tomei um susto, mas ele era muito esperto e sabia que eu era amigo do Bornhausen, que tinha acabado de ser Embaixador, mas, na época, já era o Paes de Andrade.

Imagine você que o Embaixador Paes de Andrade está viajando por Portugal todo, vendendo a Constituição dele. Só que a Constituição é antiga. E eu olhava para o relógio... Ele disse: "O senhor está com um compromisso importante, não é?". Eu digo: "Estou". Ele disse: "Eu não quero perturbá-lo. Seria impertinência eu perguntar para onde?". Eu digo: "Não, eu estou indo com o Cristovam Buarque para Casablanca". "Para Casablanca?", ele disse. "Olha, eu quero ir ao restaurante em que foi a filmagem do... O restaurante, embora seja cenográfico, está lá, e eu quero ir." Aí conversamos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos despedimos. Ele disse: "Olhe, lembre-se de uma coisa: o filme acaba com o avião partindo para Lisboa. Se você tiver alguma notícia, me dê". São coisas que você...

Eu tenho outra história muito engraçada, Senador Trad, e aí eu me curvo à evolução do Brasil. Nós estávamos na Suíça, numa reunião parlamentar e, quando encerrou a parte da manhã, disseram que íamos ter à tarde um representante dos índios. O Brasil não tinha índio. Aí foi um Deus nos acuda, "como é que nós vamos fazer?". O Lindbergh Farias, que andava com a gente, vira-se e diz: "Pode deixar que tem índio". Na delegação não tinha. Está bom. Quando chegam as 2h da tarde, meu caro Astronauta, aparece lá a Senadora do Pará, que depois foi Governadora...

A SRA. KÁTIA ABREU (*Fora do microfone*.) – Ana Júlia Carepa.

O SR. HERÁCLITO FORTES – Ana Júlia Carepa! De índio, pintada de índio, e fez uma palestra. Nós não tínhamos um... Você entendeu? Hoje, nós temos uma infinidade de...

Nós fizemos também algumas missões complicadas, como, por exemplo ir ao Timor-Leste. Nós fomos no Timor-Leste 15 dias depois de um atentado ao Primeiro-Ministro. Eu já conhecia o Xanana. O Xanana esteve no Brasil, coitado, e, pelas condições, ele ficou aqui sob a proteção do louco do Paulo Delgado. E aí, nós estamos lá. Parecia... Vocês aqui que conhecem, o General sabe, parecia o Projeto Rondon. Era o Projeto Rondon: grupo de brasileiros, grupo de portugueses. Interessante, não é? Você conhece isso. É isso que aconteceu de relações exteriores.

Fizemos as viagens, aí eu criei uma publicação – infelizmente, ou felizmente, está esgotada –, mas eu pedi ali, sugeri, que se reeditasse e se ampliasse, que é sobre a diplomacia parlamentar. Ela é muito importante.

Nós vivemos o episódio da compra dos aviões. E aí tem uma coisa interessante. Os americanos numa loucura, quando se falava em fechar o negócio, porque chegava algum malandro, Astronauta, propondo, e o americano tem pavor desse tipo de coisa. E vem daqui, vem d'acolá, vem uma delegação francesa. O Presidente da Comissão de Defesa da França acompanhou.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HERÁCLITO FORTES – Aí, vira-se para mim e diz: "O que vocês têm contra?".

Aí eu digo: "Temos uma coisa muito grave. Vocês ainda hoje não justificaram porque na Guerra das Malvinas os aparelhos franceses não acertavam o alvo". Isso é uma coisa... O cara da Defesa, um bem grandão, deu um murro. Eu digo: "Vai dar em mim!". Nisso, o Presidente da Comissão de Relações Exteriores disse: "Não, ele tem razão. A minha mulher é de origem argentina. Ainda hoje ninguém consegue explicar isso".

São fatos que eu vivi, graças a Deus; eu tive essa oportunidade. E essa condição, meu caro Trad, é uma condição fundamental.

Eu não consegui ter o brilhantismo da Kátia Abreu nem do Eduardo Azeredo.

O Eduardo, ex-Governador de Minas, meu colega, colecionador de tampinha de garrafa. Você imagina? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – É verdade?

O SR. HERÁCLITO FORTES – É. Uma vez quase perde o avião, atrás de uma tampinha que faltava na coleção dele, não é isso? (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HERÁCLITO FORTES – E eu vou terminar dizendo a vocês o seguinte: a experiência minha neste Parlamento está me remetendo a escrever um livro – já está na fase final, fase final –, e o livro vai se chamar *A Casa*. Por que *A Casa*? Porque fatos importantes da política brasileira aconteceram na minha casa lá no lago. E aí criou-se a figura da "quinta-feira sem lei". Por quê? Os Parlamentares saíam na quinta-feira para o aeroporto e a casa ficava no meio do caminho. Aquela casa foi... Hospedou-se nela Ulysses, na campanha. Você tem vários fatos importantes que eu vou transcrever nesse livro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HERÁCLITO FORTES – De forma, minha gente, que eu quero agradecer profundamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí vem a parte pior: é o envelhecimento. Por quê? Fui colega do pai dele, na Câmara. (*Risos.*) Fomos da Mesa: O Michel, Presidente; eu, Primeiro Vice; e o pai dele, Terceiro-Secretário.

Fui amigo do pai desse cidadão aqui, não é verdade? E ele tinha uma coisa engraçada. Ele colocava o cigarro aqui no canto da boca e ficava lhe dando lições diferentes das lições de hoje. Era o Renato. O gabinete dele era um ponto obrigatório de passagem. E ele botava a mão aqui e ficava conversando, dando... Fantástico!

São essas experiências que eu... (*Pausa.*)

Deixe-me ver se eu esqueci alguma coisa...

Mas eu quero agradecer ao Jobim, Nelson Jobim, que foi desta Casa e que foi um companheiro que eu tive desde a época do ulyssismo, seu conterrâneo, e tinha uma pessoa fantástica que era o Mauro Vieira, que hoje é Ministro. O Mauro era ligado ao Ulysses e ao Renato Archer e fez a carreira diplomática por aí. De forma que eu não sei lhe dizer se o Mauro... Qual é a posição ideológica dele. Eu sei a origem. Eu sei a origem. É uma amizade que eu conservo há vários anos. De forma que eu queria fazer essa... e ficar à disposição para algum esclarecimento de alguma coisa que eu falei.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Senador Heráclito Fortes.

De pronto, a palavra à Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Para expor.) – Muito obrigada, Presidente.

Cumprimento todos os ex-colegas, mas atuais amigos, que estão aqui presentes, especialmente a Tereza Cristina, essa mulher extraordinária que representa tão bem o país; Confúcio Moura; General Mourão; Astronauta; Laércio, que está no telefone e é do nosso Estado de Sergipe; e Danilo Forte. Quero cumprimentar o Nelsinho Trad por esta iniciativa, que achei fantástica, porque são experiências extraordinárias que podem ser dadas minimamente aqui, de cada um dos ex-Presidentes que passaram por esta Casa e passaram por esta Comissão maravilhosa, que é tida como uma das três Comissões mais importantes do Congresso Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento e agradeço toda a contribuição que cada um aqui deu: ao Heráclito, sempre maravilhoso com as suas histórias, é um contador de histórias; ao Eduardo; ao Suplicy, sinto muito saudade do Suplicy e tenho histórias muito interessantes também com ele aqui nesta Casa, divergentes, na maioria das vezes, mas muito cômicas, muito engraçadas; e ao Cristovam, que é essa lucidez, esse pensamento tão especial e que deixou também um legado bacana aqui para todos; ao Aloysio; e àqueles que não puderam vir.

Amigos, nós estamos neste momento vivendo...

Os cumprimentos também contabilizam? (*Risos.*)

Nós estamos vivendo um conflito bastante forte entre duas grandes nações: uma nação já consolidada, que é os Estados Unidos, e uma nação ascendente, que é a China, e que estão num conflito tácito, por vezes, por vezes não, a respeito de uma hegemonia econômica, de uma hegemonia militar e de uma hegemonia tecnológica. E o melhor da democracia é que os mandatos passam, mas as instituições ficam. E para mim uma das instituições mais poderosas do pilar da democracia, se é que se pode colocar alguém mais especial do que outro, é o Parlamento, é o Congresso Nacional. Quer seja num parlamentarismo, quer seja num presidencialismo, o Congresso é sempre soberano e caracteriza maximamente um país democrático.

Então, essa guerra entre esses dois países, essa guerra branca ou vermelha ou verde entre esses países, está dando uma repercussão muito forte em todas as nações, especialmente nas nações em desenvolvimento, e, nem se fala, nas nações que não estão nem em desenvolvimento, nesse patamar, mas as mais pobres.

Essa diplomacia parlamentar, na verdade, não é um favor nem uma condescendência que é dada ao Congresso Nacional. Isso está na Constituição brasileira. Nós temos o dever de exercer a diplomacia parlamentar. Especialmente os arts. 49 e 84 da Constituição atribuem competência exclusiva ao Parlamento para: "resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional", bem como referendar tratados, convenções e atos internacionais celebrados pelo Presidente da República.

A Presidência da República, com sua diplomacia tradicional, cuja eficiência e compromisso com as nossas questões eu ressalto, não é unanimidade e nem tem a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exclusividade sobre essas decisões, que podem, por muitas vezes, e são... Não se trata de Governo A, B, C ou D, mas todos os Governos têm a prerrogativa de fazer os acordos para o Congresso Nacional apenas referendar.

E eu me incluo nisso. Passei aqui 16 anos da minha vida. Deu tempo de fazer quatro cursos em universidade nesses 16 anos, contabilizando quatro cursos, com quatro anos cada um.

Então, são coisas que nós temos que superar, avançar, progredir no sentido de participar desses acordos e entender melhor para votarmos da melhor forma possível, interferindo de forma positiva nessas questões.

Falando nesse confronto dessas duas nações, nós teremos pela frente – e esta Comissão tem essa responsabilidade e esse dever – que analisar qual é a consequência, qual é a repercussão para o nosso país em especial dessas atitudes que são feitas por esse Presidente da hora, que quer, a qualquer preço e custo, em quatro anos, reindustrializar os Estados Unidos.

Eu louvo o princípio, a ideia de industrializar o seu país, como nós também temos o dever de nos preocupar com a industrialização do nosso país, mas uma nação que representa o que representa, que comanda a moeda do mundo, que é o dólar, não pode, não deveria tornar essas atitudes tão radicais a ponto de interferir na economia das nações.

Eles tiveram a responsabilidade até aqui de comandar esse processo político internacional, de ser uma referência geopolítica mundial e, do dia para a noite, rasgam todos os manuais da diplomacia no mundo fazendo diretamente ações que... são soberanas? São. São legais? São. Mas são imorais. Eles não têm o direito de fazer isso com os países, de trazer essa insegurança aos países, do ponto de vista econômico.

Então, eu acredito que isso vai produzir inflação, todos nós sabemos disso; instabilidade do dólar, como nós estamos vendo no Brasil. Por ora, as instituições duvidam até da credibilidade dele; o dólar faz é cair quando ele toma uma atitude. Em outras frentes, como quando ele tributou o aço brasileiro, já o dólar subiu novamente, e, com isso, a inflação brasileira, prejudicando o povo brasileiro, cuja maioria é uma população de baixa renda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é uma irresponsabilidade moral que não tem tamanho nem dimensão. Vão mudar os preços no mundo inteiro, quer seja de transporte, quer seja dos produtos e, lá na ponta, no caixa do supermercado, onde as pessoas simples precisam comprar.

Então, essas discussões relevantes... não importa se existe o parlamentarismo ou o presidencialismo. Então, nós estamos acostumados a ver na imprensa que o Parlamento Europeu decidiu isso, o Parlamento Europeu decidiu aquilo – com soberania. E o Parlamento brasileiro está onde? Nós também existimos e somos uma instituição forte, respeitada, formada por grandes cabeças hoje e no passado, e virão outras no futuro.

Então, eu sinto um pouco de despeito com relação a isso, de essas questões europeias serem decididas apenas pelo Parlamento exclusivamente, e os outros países são mencionados assim: "O Governo brasileiro decidiu isso", "o Governo americano decidiu aquilo", "o Governo chinês decidiu aquilo outro". Então, que nós possamos, Senador Nelsinho Trad, trazer a relevância que nós já temos internamente, mas levar essa relevância, e não deixar o Governo brasileiro sozinho. É o Governo brasileiro e o Parlamento brasileiro que não aceitam essas condições impostas nas questões ambientais ao nosso país, muito mais para criar uma barreira comercial, vamos aqui dizer com sinceridade, do que, na verdade, pelas questões ambientais.

Se não fossem os industriais europeus, nós estaríamos em dificuldades hoje. O que fez os europeus, Senadora Tereza Cristina, prorrogarem em um ano não foi pressão internacional, foi a pressão interna dos industriais que importam produtos do Brasil e do mundo inteiro. E estão cansados de saber, esses industriais, que jamais essas regras impostas pelo Parlamento Europeu – soberanamente, repito – não deverão e não poderão ser cumpridas pelas nações.

Então, é nesse ponto que eu imagino uma força muito grande. No meu curto período aqui, os dois anos, nós fizemos incursões internas e incursões externas na Europa com o objetivo de levar nossa mensagem.

Outro dia eu vi um vídeo muito interessante de um dos maiores astrofísicos do mundo, Neil Tyson, sobre a imagem dos americanos sobre o Brasil. Posso mandar uma coisinha de internet aqui? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, ele disse o seguinte: que a imagem do brasileiro para os americanos é o biquíni, o Carnaval e o futebol. Isso não é sem propósito, isso tem um propósito, para não lembrar que o Brasil tem a maior tecnologia de exploração de petróleo em águas profundas; que nós temos a terceira maior indústria aeroespacial do mundo; que nós temos o mais antigo, mais tradicional e perfeito combustível, que é o etanol; que nós temos uma mineração forte, somos um dos maiores produtores de aço, para não dizer do lítio, para não dizer de outras fortunas que nós temos no subsolo brasileiro, especialmente na Amazônia, e que são proibidos de serem explorados por influência desses europeus, desses concorrentes russos, israelenses, ucranianos, canadenses, que não querem perder a boquinha de exportar potássio para o Brasil e nem os nitrogenados e querem insuflar as ONGs, insuflar os nossos índios, insuflar a Justiça brasileira para não permitir que a nossa soberania seja executada.

É nesse ponto, Senador Nelsinho Trad, que nós podemos dar uma contribuição muito especial: conclamem a Abin, que está sob a supervisão desta Comissão. A Abin não foi feita para xeretar a vida alheia, a Abin foi feita para produzir inteligência para o país, para produzir para esta Comissão. Eles mandam boletins quase que diários sobre o que está acontecendo no comércio mundial, vamos explorar esse *know-how* da Abin para nos ajudar a refletir sobre essas questões internacionais.

Essa questão ambiental agora com o Trump: "enfezei com tudo isso". E muita gente da direita adora. "Foi macho, hein?". Saiu da COP, largou o povo falando sozinho de meio ambiente.

Gente, eu sou agropecuarista de nascença, eu sou ruralista, eu fiz a minha carreira em cima desse setor. Minimamente eu o conheço um pouco – né, Tereza Cristina? –, eu o conheço minimamente.

Essas questões ambientais são lógicas, pragmáticas e racionais, mas elas estão prejudicando a agricultura dos países. Nós estamos numa mudança climática, eu vejo isso na minha propriedade rural, em que eu estou lá há 40 anos. As mudanças horríveis que estão acontecendo no mundo por conta do aquecimento global. E eu simplesmente viro as costas, vou produzir petróleo e gás e seja o que Deus quiser? Pensando apenas no poder econômico do seu país, sem pensar nas consequências sociais do mundo? É mais uma vez moralmente irresponsável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque ele vai produzir com petróleo e gás e vocês não tenham dúvidas de que o produto americano ficará mais barato do que o nosso, que produzimos com energia renovável, porque ela é ainda mais cara, a mais barata é o petróleo e gás. E vocês sabem como é que o mercado funciona? Todo mundo quer comprar o mais barato, todo mundo quer ser competitivo, todo mundo quer ter lucro, e eu respeito isso.

Por que não instituirmos em cima dessa decisão infantil, irresponsável, desse Presidente americano, o *carbon tax*? Faça o que quiser em seu país, o senhor tem legitimidade para isso, mas não pode chegar com esses produtos poluídos, aquecendo o mundo, sem pagar nada.

O *carbon tax* precisa ser instituído. Ele já precisava antes, hoje, com a decisão americana de virar as costas para o aquecimento global, ela se faz urgente ou nós vamos perder a competitividade com os Estados Unidos.

Então, eu luto e acredito na transição energética. Estou trabalhando por isso, estudando 24 horas, para nós encontrarmos tecnologias que possam baratear, que deixe de ser uma tecnologia disruptiva e passe a ser uma tecnologia tradicional, porque a tradicional é mais barata, como o etanol, como o biodiesel, como outras tantas tecnologias que nós já desenvolvemos e que um dia foram caras.

Então, por que não continuar investindo nisso para que nós possamos ter, não é um país verde, não estou preocupada com o verde, eu estou preocupada com o resfriamento do planeta, com a nossa agricultura, com a saúde dos seres humanos, dos animais e dos vegetais. Nós precisamos ter paz no planeta.

Cristovam Buarque disse uma coisa linda. Nós não somos o planeta, nós somos um pedaço desse planeta, uma grande colcha de retalhos, que quando você tira um pedaço fica um buraco na colcha da cama feio, horrível. Então, essa colcha de retalhos pode ter várias cores, mas ela precisa ser harmônica, ela não pode ter buraco, ela precisa estar vendo todas as questões estratégicas do mundo.

E para isso que... Eu acho que a resposta fica para a próxima porque são as sugestões que a gente pode deixar aqui. Mas essa... Desculpa meu ânimo, mas é porque eu vou ficando nervosa, entusiasmada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa participação do Congresso da direita, da esquerda, do centro, isso é maravilhoso, isso é a democracia. Eu admiro essas manifestações, cada um tem sua cara, cada um tem seu jeito, cada um tem seu pensamento. Então, que isso venha à tona, cada um contribuindo com um objetivo só: fazer com que o Brasil seja competitivo.

Na área da defesa, está aqui o nosso General Mourão, que sabe o quanto as Forças Armadas são importantes para o país. Digo isso porque nesta Comissão também... As Forças Armadas, a Abin, a Polícia Federal estão sobre a guarda e a fiscalização desta Comissão. E nós não podemos deixar de falar das Forças Armadas, que precisam estar equipadas e atentas para proteger o nosso país. As Forças Armadas, às vezes, criticadas, sim, por um pequeníssimo grupo que se arvorou a fazer loucuras, apoiado por uma força maior, mas essas mesmas Forças Armadas, a sua grande maioria disse não – disse não! –, ao que pretendiam fazer.

Então, é deste país pacificado, deste país harmônico, deste país maravilhoso que nós precisamos, e ele precisa fazer o seu dever de casa, como vem fazendo cada dia com mais força.

Falar, Tereza Cristina – e eu estou me dirigindo a ela, porque ela também é da área rural –, que vai tributar o etanol brasileiro, porque a nossa tarifa é maior para cá do que a nossa para lá, vamos colocar na conta corrente e fazer um encontro de contas. E a subvenção dada ao etanol lá? Vamos esquecer a alíquota do imposto e vamos ver quanto custou os US$50 bilhões que o Presidente Biden colocou a serviço do SAF, que é o combustível da aviação. Ele é à base de quê? Do que ele é à base? Etanol. Isso representa, Senador Laércio, US$46 dados de graça – não é emprestado, não – para o produtor de etanol americano. Isso ele não vai retirar, vai? O sistema produtivo de etanol americano vai permitir? Então, vamos fazer um encontro de contas, não só de tarifas, de todas as áreas e de todas as subvenções, porque a OMC permite subvenção até 2% do valor bruto da produção. Nós não chegamos nem ao décimo disso, e os americanos já passaram de mais de 10 de subvenção ao produtor de milho, ao SAF, tudo embutido, mas que, lá na frente, vai dar etanol.

Então, nós queremos essas contas em cima da mesa, antes de discutir tributação do etanol, a alíquota pura, sem outra discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu encerro, até economizando o meu tempo, porque eu posso querer acrescentar o meu tempo de dois minutos na outra fala.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Vamos facultar a palavra aos Senadores que se fazem presentes: Senadora Tereza, Senador Confúcio, Senador Laércio, Senador Astronauta Marcos Pontes e Senador Hamilton Mourão.

Pela ordem da inscrição que se manifestou, Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Bom dia a todos.

É uma honra estar aqui hoje e poder ouvir cada um dos senhores e das senhoras; é muito, mas muito interessante. Eu me sinto honrado em poder participar hoje. Então, muito obrigado por estarem aqui conosco.

Realmente esta Comissão tem uma função extremamente importante. Ouvindo as falas, eu estava aqui lembrando, já que é fala de astronauta, olhar para este nosso planeta do espaço. Senador Cristovam, é justamente isto: é uma coisa só. Isto aqui é a nossa casa, é uma coisa só, é uma espaçonave em que nós vivemos. Para quem não se deu conta, nós estamos neste momento voando em torno do Sol a, aproximadamente, 109.000km/h, ou seja, 30km/s, para se ter uma ideia dessa velocidade nossa.

É importante a gente pensar nisso de vez em quando, porque a gente tem uma responsabilidade muito grande internacionalmente. O nosso país tem essa responsabilidade, uma possibilidade de ajudar muito este planeta, esta nossa espaçonave azul como um todo. Quando a gente fala disso, tem o cenário internacional que nós vemos, como foi falado aqui. Ele é muito complexo hoje em dia por várias razões e por várias perspectivas diferentes.

Quando a gente vê os conflitos acontecendo, quando a gente vê as dificuldades com as mudanças climáticas que existem e elas vão ser problemáticas cada vez mais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se a gente não tomar providências sérias com relação a isso... E isso interfere na produção, interfere na fome do planeta, interfere na economia do planeta, interfere em relações com paz e o resultado das guerras, refugiados para baixo e para cima; tudo isso tem uma interferência gigantesca.

Poucos falam, mas a poluição nas águas, nos oceanos, por exemplo, é outra coisa extremamente importante, e eu ouço muito pouco falarem sobre isso. E toda essa relação tem dois pontos de convergência: a economia e a tecnologia.

Eu vou aqui puxar um pouco para o lado da tecnologia, que é basicamente transversal e interfere, tanto negativamente quanto positivamente, em tudo isso. Agora, neste momento, a gente vive uma transição muito grande de tecnologia, com inteligência artificial, e pouca gente se dá conta de como isso vai interferir em tudo o que a gente faz, inclusive questões de emprego no mundo, renda básica e tudo mais. Como a gente vai viver nesta situação?

E o que nós fazemos aqui, as nossas decisões dentro do nosso país – esta Comissão tem essa conexão externa, que é muito importante –, isso pode e deve afetar todas as nossas relações.

E, quando eu falo nisso aí, existe uma rede que conecta. Quando a gente fala de tecnologia, fala de telecomunicações, espaço e outras novas tecnologias que vêm pela frente a partir daí, tudo isso nos faz não só brasileiros, mas principalmente tripulantes desta espaçonave que nós temos aqui. A gente tem que começar a pensar nesse sentido.

Então, o que um país faz tem uma relação muito grande com os outros também. E, como foi falado pela Senadora Kátia Abreu, realmente é importante cada um de nós poder trabalhar essas relações, usando o seu conhecimento aqui e poder ajudar a trazer mais serenidade e mais calma para o nosso planeta.

E, com isso, a educação entra diretamente. Como o Senador Cristovam Buarque falou, se a gente não começar a cuidar da nossa educação da maneira correta, para que eles vivam nesse novo planeta, vamos dizer assim, com a tecnologia que existe hoje, com as novas ferramentas e com os conflitos e situações que nós temos...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – ... vai ser muito difícil resolver tudo isso.

Portanto, eu não tenho uma pergunta específica, mas eu gostaria simplesmente de agradecer muito por todos os *insights*.

Durante as apresentações, eu andei escrevendo aqui alguns pontos que eu vou levar comigo e tenho certeza de que vão ser muito úteis para o dia a dia aqui nesta Comissão.

Então, muito obrigado e parabéns pelo trabalho que todos fizeram e estão fazendo pelo Brasil.

Nós contamos com a sua ajuda aqui, para que nós possamos tomar decisões baseadas no que nós aprendemos no passado, para melhorar o futuro.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Muito obrigado!

Obrigado, Senador Astronauta Marcos Pontes.

De pronto, o Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Presidente, bom dia. Bom dia aos colegas.

Eu quero cumprimentar, especialmente, os eternos colegas que estão sentados aí à mesa e que tiveram a honra e o privilégio de presidir esta Comissão.

Para mim, foi extremamente gratificante ouvir as observações de cada um sobre o período que estiveram à testa da Comissão, com as dificuldades, as peculiaridades de cada um desses momentos, e expressaram as suas preocupações sobre o que nós estamos vivendo nos dias de hoje.

Oitenta anos se passaram desde o fim da Segunda Guerra Mundial, que trouxe uma nova ordem ao mundo. E, hoje, o que nós vemos é que essa ordem parece começar a ruir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O nosso Chanceler e ex-Presidente também da Comissão, Aloysio Nunes Ferreira, citou essa questão da saída do mundo unipolar para a multipolaridade. Mas o que nós vemos – e aí a Senadora Kátia Abreu foi incisiva nessa questão – é que a potência que tinha a primazia, a liderança, hoje tem um novo Governo, que parece que rasgou aquilo que era o tripé da política externa dos Estados Unidos da América, que se baseava nos conceitos de democracia, de livre comércio e de liberalismo.

Então, nós entramos num momento em que – não vou nem tocar no diálogo meliano, eu vou usar uma expressão mais do tempo do desenho animado –, parece que estamos num momento "Incrível Hulk, eu tenho a força". (*Risos.*) Essa é a forma como parece que as relações internacionais passarão a ser balizadas.

E nós aqui no Brasil, pelas nossas características, sempre trabalhamos dois pilares: o pragmatismo e a flexibilidade – o pragmatismo de buscar os nossos interesses, e a flexibilidade de entender o melhor caminho na busca desse interesse, no momento que está sendo vivido.

Eu, particularmente, por formação, formação cartesiana que caracteriza a nós militares... Eu jamais posso despir a farda que eu enverguei durante 46 anos. Eu estou com este terno aqui, mas por baixo tem um verde oliva que não sai. (*Risos.*)

Eu sempre fui da doutrina realista e acho que, nas relações internacionais, a gente tem que ser realista e entender que, por mais que tenhamos ideais – e aí o nosso Senador Cristovam Buarque foi muito claro, que o idealismo é muito bonito –, tem horas que a gente tem que saber navegar nesses mares bravios e tempestuosos.

A Senadora também colocou muito claramente – a gente é oposição ao Governo –, mas tem horas que nós temos que cerrar fileiras e entender que o conjunto de decisões entre o Governo que hoje representa o Estado brasileiro e o Parlamento, que também representa o Estado brasileiro, tem que caminhar junto. E nós aqui, nesta Comissão, temos que procurar fazer esse trabalho para que esse relacionamento do Brasil com o resto do mundo não nos prejudique.

Existem várias questões que foram colocadas e abordadas, principalmente em relação àquilo que hoje eu considero a nossa grande potência, que é a nossa produção de alimentos, e fora toda – vamos dizer assim – a gama de riquezas que existem no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso subsolo, que nós ainda não conhecemos e que estão, em grande parte, inexploradas.

Então, Senador Nelsinho Trad, meus parabéns por essa iniciativa de V. Exa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – ... a satisfação de rever esses líderes, de ouvi-los, e espero que a gente continue com esse enlace, que é fundamental para que nós que hoje estamos trabalhando aqui possamos buscar sempre os melhores caminhos.

Muito obrigado e um fraterno abraço aí a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Senador Hamilton Mourão.

De pronto, a palavra à Senadora Tereza Cristina, posteriormente ao Senador Confúcio e ao Senador Laércio. E aí vai voltar para mais alguns pontos de debate da mesa. E o Senador Aloysio remotamente já pediu a inscrição logo depois desses três.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Obrigada, Presidente Senador Nelsinho.

Parabéns! Parabéns, mesmo, por essa iniciativa. Ouvi a todos os nossos colegas que passaram por esta Comissão, que passaram por esta Casa com as suas experiências, no seu tempo, com os problemas daquele momento que todos viveram aqui. Eu não pude chegar primeiro, também peço desculpas, eu estava lá na casa do nosso Presidente, na nossa reunião de Liderança, resolvendo as pautas para este próximo mês; mas quero dizer que é muito bom ouvi-los e tirar daqui algumas sugestões e encaminhamentos que vocês deixaram, de alguma maneira, nas suas falas.

Senador Buarque, além de ser um grande educador, o senhor é um poeta. Fiquei feliz de ouvi-lo novamente, a sua lucidez, trazendo aqui pontos importantes.

Agora, quero dizer que a subcomissão já está criada, da COP, mas nós vamos colocar esse ponto da educação, que é fundamental. Se a gente não educar as nossas crianças... Aliás, nós fizemos isso muito bem com o cigarro, com o tabaco, né? O Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolveu uma campanha lá atrás, educativa, e nós conseguimos alcançar sucesso nessa política pública, mostrando que o fumo era prejudicial. Agora nós precisamos mostrar que a educação é fundamental, para que a gente tenha essa mudança de mentalidade das nossas crianças a favor do clima, enfim, de tudo aquilo que a gente precisa colocar nas nossas crianças e para os nossos jovens.

Quero cumprimentar também o Senador Eduardo Suplicy. Eu não tive a oportunidade de estar aqui junto com o senhor, mas as suas histórias são memoráveis, né? Então, a sua persistência com a renda mínima, com a bolsa... Como é? Bolsa...

O SR. EDUARDO SUPLICY (*Fora do microfone*.) – Bolsa Família para a renda básica.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – ... para a renda básica, exatamente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Isso.

Quero cumprimentar também aqui o Eduardo Azeredo, mineiro. Eu estudei em Minas Gerais, fui lá para aprender mineiridade, segundo meu pai: Você não vai para Piracicaba, vá para Viçosa porque lá você vai aprender mineirice – ou mineiridade, sei lá –, mas ele achava que era eu precisava aprender, e eu fui para lá. Acabei me casando com um mineiro.

Não por acaso falando aqui, deixando a Kátia Abreu, dizendo, Kátia, que a gente pensa muito parecido com um monte de coisas e que tem assuntos que são assuntos de Estado, não é situação e oposição. Eu e você concordamos em muito e discordamos em alguns pontos, mas tem assuntos, como disse aqui o nosso querido Senador Mourão, que são assuntos do Estado brasileiro e que perpassam as nossas ideologias. Nós temos que trabalhar a favor do Brasil. Concordo com você que este momento delicado que nós vivemos das relações comerciais... A gente tem que lembrar que o mundo hoje está tão rápido que o Presidente Trump fez toda essa confusão, toda essa mexida, em menos de 60 dias. Então, o mundo hoje anda muito rápido, mas nós temos que ter a convicção daquilo que é bom para o Brasil, e nós temos que trabalhar naquilo que é bom para os brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que esta Comissão é o lugar adequado dessas discussões da geopolítica do mundo, do que está acontecendo, das guerras, porque nós temos guerra na Ucrânia...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – ... temos guerra no Oriente Médio, nós temos aí um mundo muito conturbado e não vemos que a solução é de curto prazo. A Rússia, quando invadiu a Ucrânia, achava que, em uma semana, dez dias, resolvia o problema, e temos dois anos de guerra já acontecendo.

Bom, mas não vou me estender muito, porque nós temos lá a sessão do Congresso acontecendo, e eu tenho outros colegas aqui que querem falar.

Por último, deixei o meu querido amigo Heráclito Fortes, que foi a pessoa que, quando eu cheguei à Brasília, naquelas reuniões na sua casa, levou-me debaixo do braço e me ensinou muito. Ele me ensinou muito a diplomacia, não só a parlamentar, mas a diplomacia da convivência aqui em Brasília. Então, você é um amigo queridíssimo que eu tenho! Eu gostei muito do título do seu livro. A sua casa faz muita falta à República brasileira, porque lá nós discutimos, conversávamos informalmente, mas lá nós achávamos às vezes caminho de consenso para muitas coisas. Isso faz muita falta... Então, Heráclito, eu tenho muita saudade da sua passagem por aqui, da nossa convivência, e sei do que você fez por esta Comissão.

Nelsinho, precisamos aprofundar os temas de relações internacionais, comerciais. A Senadora Kátia já falou – não vou ser redundante –, do problema da União Europeia, do bloco, querendo nos impor protecionismo e se proteger, porque são ineficientes, porque vivem de subsídios. Cada vaca lá tem 500 euros de subvenção anual... Os agricultores hoje são muito mais funcionários dos países do bloco do que agricultores, porque vivem em uma dependência extrema dos seus governos e não podem nos impor, naquilo que nós fazemos melhor que eles, regras protecionistas para aquilo, para os nossos produtos, que são produzidos de maneira muito mais sustentável, em uma agricultura moderna, eficiente e baseada em ciência.

Infelizmente, ainda temos aqueles que, aqui dentro do nosso país, jogam contra essa agricultura que devia ser exemplo para nós, de orgulho, e para o mundo, daquilo que a gente faz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, terminando aqui a minha fala, parabéns, Nelsinho! Eu acho que esta Comissão terá um desafio e, com certeza, nós vamos ajudar muito este Parlamento a entender o que está acontecendo no mundo, os desafios que o Brasil terá pela frente. E eu tenho certeza de que daqui sairão boas soluções e bons diálogos para que a gente possa ajudar o Brasil.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos a Senadora Tereza Cristina.

Com a palavra, de pronto, o Senador Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só gostaria mesmo de cumprimentar todos os Exmos. Senadores, ex-Presidentes desta Comissão. Eu nunca fiz parte desta Comissão, eu vim aqui atraído pela admiração que eu tenho por todos vocês. Estava lá no gabinete e vi quem estava aqui presente. Pela característica das falas e pelas personalidades amplamente conhecidas, que são os senhores e a Kátia, eu imagino que esta Comissão só escolhe para Presidente pessoas iluminadas. Diante disto, tenho certeza de que eu jamais serei Presidente dela... (*Risos.*)

Realmente são pessoas extraordinárias. Com alguns eu convivi; com outros eu convivi na Câmara, e eles já eram Senadores; outros, só por admiração eterna pelo trabalho maravilhoso, ora como Governadores, ora como Parlamentares brilhantes, articuladores fantásticos. Eu tenho certeza de que vocês andaram aqui nesses corredores e falaram "já fiz muitos quilômetros de corredores neste Senado". Ir e voltar para gabinete, passar aqui, passar ali, correndo para votar, para falar, essa correria que vocês conhecem muito bem.

Então, eu vim aqui só para abraçar vocês, para saudar e dizer da admiração que eu tenho por cada um dos senhores aqui, particularmente. Se eu não tivesse essa admiração, eu não viria aqui. Não vou nem citar o nome de nenhum ou reunir suas qualificações porque vocês sabem o tanto que eu os admiro. Admiro muito. Por exemplo, com o Heráclito, nós fomos Deputados juntos lá atrás. Ele já era um líder muito distante, eu era um "baixo clero". E ele era o *top* do *top*, e nós... Eu tenho o maior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

respeito e admiração pela sua liderança, pela sua condução brilhante, eterna. São, realmente, pessoas fascinantes.

Do Cristovam eu não preciso falar nada, porque todo mundo aqui sabe e dessabe tudo que ele é. Eu copiei muito dele quando ele foi Governador. Depois, eu fui Prefeito e Governador lá, e eu copiei muitos projetos seus. Copiava e levava. Eu não tinha vergonha de falar. Eu sou um ótimo copiador. Então, eu o copiei muito.

Quero lhe apresentar um projetinho que você fez aqui, em Brasília, que não tem nada a ver com relações internacionais, mas que acho que completou 28 anos, que é o Pare na Faixa. Brasília foi uma das primeiras capitais brasileiras a introduzir o Pare na Faixa, e foi o Cristóvão que implantou. Demorou um ano e pouco, e com uma crítica terrível da oposição aqui na Câmara Legislativa contra ele, sendo que até alguns processos ele tomou baseado no Pare na Faixa, que hoje é um sucesso, uma admiração fantástica, um orgulho para a cidade, muito bom.

Eu quero abraçar vocês e dizer da admiração imensa e do legado extraordinário que vocês deixaram para esta Casa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(*Interrupção do som.*)

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) – Bom dia, senhoras e senhores.

Com a permissão da minha Líder, Senadora Tereza Cristina, quero cumprimentar você, Nelsinho, e te parabenizar por este momento tão especial.

Eu procurarei ser sucinto na minha fala, mas eu fui movido por sentimentos que já foram revelados aqui por alguns dos meus colegas. Eu também, igual ao Senador Confúcio, estava no meu gabinete fazendo atendimento. Eu não sou desta Comissão. Quando eu vi aquela imagem dos senhores e de você, Kátia, aqui presentes, eu pedi desculpas ao pessoal que estava agendado comigo e está me esperando lá, mas eu disse "eu não posso perder esta oportunidade. Eu preciso ir à Comissão de Relações Exteriores". E ouvi o relato, aqui, igual ao que o Senador Confúcio teve, mas eu quero cumprimentá-los e dizer que, para mim, é uma honra muito grande cumprimentar o professor, mestre Cristovam Buarque. Eu nunca tive a oportunidade de conversar com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o senhor, mas o senhor é um exemplo, assim como, de igual modo, o Eduardo Suplicy. Nós nunca conversamos.

Eu comecei nesse mundo da política a partir de 2010, mas vocês deixaram um legado neste Parlamento e neste país, de igual modo Kátia Abreu, com quem tive o privilégio de conviver, aprendi com ela, gosto do jeito dela, sou fã, e ela sabe disso, e fico muito feliz em poder cumprimentar você mais uma vez. Ouvi você na CNT, você falou de um assunto que eu adorei, e a gente vai conversar sobre isso depois.

Eu quero falar de Eduardo Azeredo, Governador, Senador, Deputado. Eu aprendi com você, meu amigo, nunca te disse isso. Nós éramos do PSDB, em um período da minha vida eu fui do PSDB, e eu ficava muito feliz quando calouro, chegando à Câmara dos Deputados, você subia à tribuna ou você fazia o debate nas Comissões, e eu ficava pensando assim: "Poxa, eu queria ser como esse cara. Esse cara é uma fera!". Você não sabe disso; estou revelando publicamente os meus sentimentos, eu gosto de revelá-los diretamente às pessoas. E você é uma pessoa que formou um pouco do político que eu sou. Eu queria que você tivesse certeza disso.

Eu estava aqui anotando umas coisas e pensei numa frase assim: "Felizes são as pessoas que deixam seguidores". Jesus Cristo deixou seguidores até os dias de hoje, mas, na vida pública, na vida empresarial, seja aonde for, é muito bom a gente passar por esta vida e deixar pessoas que entenderam a nossa proposta e que acreditaram na gente. E, para ser o político que sou, eu formei os meus ídolos, os meus mestres e os meus seguidores... Os meus seguidores não, os meus exemplos. E vocês se enquadram perfeitamente nessa definição que eu quero fazer.

Aqui a gente convive de várias formas, tem momentos tristes, momentos felizes, momentos em que a gente se decepciona com as pessoas, mas eu acho que a gente tem mais do que menos aqui. E vou roubar um pouco da minha Líder, vejam a ousadia a que cheguei, roubar um pouco da fala da minha Líder para revelar aqui para você, Heráclito Fortes, o mesmo sentimento. A gente teve um episódio: vejam a ousadia de um calouro chegando à Câmara dos Deputados, fazendo um debate com Heráclito Fortes na Comissão de Finanças e Tributação. Quem perdeu? Lógico que fui eu, fui eu que perdi; Heráclito Forte ganhou.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Aonde ele chegava, era essa celebridade que todo mundo respeitava, reverenciava, até os dias de hoje. Eu fiz uma discussão com ele até um pouco tensa e, ao final – faço questão de contar isso, viu, Nelsinho –, depois a gente chegou ao Plenário, iria começar a deliberativa, ele chegou perto de mim e disse: "Eu quero falar com você, sente aqui". Ele sentava quase que no fundo, e eu sentei perto dele. Aí ele disse: "Eu quero lhe pedir desculpas. Eu acho que a discussão que a gente fez foi importante, em função de um projeto, mas eu queria lhe pedir desculpas por ter provocado aquele momento na Comissão". Eu olhei para aquele homem e disse "Que homem é esse?". Do prestígio que tinha, eu chegando à Câmara, e ele fazer uma revelação dessa para mim. Aí eu disse: "O senhor não tem o que desculpar não, Deputado. O senhor certamente tem os seus argumentos, e aqui é uma Casa em que a gente debate". Poucos dias depois, uns meses depois – viu, Tereza? –, ele chegou para mim e disse: "Quero falar com você". Ele me puxou assim e disse: "Eu quero que você participe de um grupo, "quinta-feira sem lei", mas também tem a terça, para a gente se encontrar lá no...". Eu sei que a gente acabou no Piantas; todas as terças-feiras a gente ia lá. E eu quero dizer a você, Heráclito, como eu fui feliz ali, da mesma forma como a Ministra Tereza.

Eu não entendia como você me colocava no meio daquelas cabeças pensantes, maravilhosas. E a gente conversava, o Miro Teixeira participava dessa conversa, você comandava, chegavam jornalistas famosos, e eu dizia: "Eu não acredito que eu estou numa mesa com jornalistas". Tudo por causa de Heráclito Fortes, que atraía esse pessoal. Mas eu quero dizer que, de igual modo à minha Líder, a Senadora Tereza Cristina, ali foram os melhores dias que eu vivi aqui dentro do Congresso Nacional.

Eu hoje sou um Senador pelo meu Estado de Sergipe, mas o político que eu procuro ser certamente é inspirado em vocês, pelo que vocês fizeram pelo meu país e ajudaram tanto. Então, vocês têm o meu respeito e a minha admiração. Sempre terão – sempre! E dos momentos que vocês proporcionaram aqui eu tenho saudade, porque às vezes eu fico no Plenário, principalmente no meu último mandato como Deputado, assistindo àquele Plenário todo e pensando: "O que será que pensa Cristovam Buarque assistindo a este Plenário aqui hoje?".

Então, os debates calorosos, intensos, mas debates qualificados... Eu sinto muita falta da qualidade dos debates dentro do Congresso Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Recebam todos vocês o meu respeito e a minha admiração.

Obrigado, Nelsinho. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Acabo de receber uma mensagem do Presidente do Congresso, o Senador Davi Alcolumbre, pedindo para abraçar todos os ex-Presidentes que aqui estão conectados nesta reunião, o Chanceler Aloysio Nunes, a quem de pronto vou passar a palavra.

Dando sequência, para a gente poder saborear o que foi preparado pela assessoria aqui na sala do fundo, vamos de pronto passar a palavra ao Chanceler Aloysio Nunes, que está lá em Bruxelas.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Nelsinho Trad.

Estou aqui em Bruxelas, trabalhando no escritório da Apex (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos), onde sou colega de um ex-Senador, que foi meu Vice-Presidente na Comissão de Relações Exteriores, que é o Jorge Viana.

Primeiro, conversa de velho: eu também fui muito amigo do seu pai, Senador Nelsinho Trad. Tenho uma lembrança muito, muito carinhosa da minha convivência com ele. E tenho com o Cristovam Buarque uma amizade de 60 anos – eu o conheci em 1965, na companhia do nosso saudoso Sergio Amaral, e nunca deixei de aprender com o Cristovam, de me encantar com o Cristovam e de gostar dele.

Então, dito isso, quero usar a palavra "multilateralismo", Cristovam, embora eu concorde com você que o mundo hoje não tem lado, o mundo hoje é uma... A ideia de um mundo só é cada vez mais presente e evidente.

O Brasil é, como você lembrou, um retrato do mundo, por vários elementos que você apontou na sua fala, mas eu queria acrescentar outro: a nossa composição étnica. O Brasil é um grande país africano. Metade da nossa população tem origem africana: são descendentes de negros ou mestiços com a presença de negros na sua composição étnica. E nós somos um grande país japonês, nós somos um grande país árabe, um grande país europeu. Isso dá uma condição, digamos, ao nosso *soft power*, de diálogo e de compreensão das realidades culturais e políticas dos outros países do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mundo, que é uma condição ímpar, por esse atributo que nós temos, além de outros, evidentemente.

Agora, a nossa Comissão de Relações Exteriores, onde eu tive talvez o momento mais feliz da minha vida Parlamentar, tem autoridade porque o seu âmbito de atuação é a nossa política externa, que vem sendo objeto de um grande consenso nacional há muitas décadas. Os elementos fundamentais da política externa brasileira estão hoje, aliás, plasmados no art. 4° da nossa Constituição Federal e têm sido seguidos por governos de diferentes cores políticas. Houve talvez uma exceção, no início do Governo Castelo Branco, com um alinhamento incondicional aos Estados Unidos – com a frase "o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil", uma frase infeliz de um grande político brasileiro, que foi Ministro de Relações e Exteriores na época, o Senador Juracy Magalhães –, e também durante o primeiro momento da gestão Bolsonaro, quando o chanceler era o que me substituiu, quando se chegou, inclusive, a aventar a possibilidade da instalação de uma base norte-americana na Amazônia, algo absolutamente fora do padrão da política externa brasileira, mas que foi corrigido depois, na gestão do Chanceler França.

Bem, então, nós temos uma tradição na qual nos apoiar, e a tradição é importante na eficácia da ação política. E nós temos um tema que, em razão dessa mesma tradição, pode ser objeto de convergência entre pessoas dos mais diferentes cantos da vida política brasileira, desde que você não olhe para o seu adversário político como seu inimigo. Essa postura de transformar, de ver no adversário um inimigo é algo que precisa ser evitado, porque envenena o ambiente político no qual a Comissão deve trabalhar.

E esta Comissão tem todos os elementos para impulsionar a política externa brasileira, para ser um elemento, digamos assim, de movimentação de consensos em torno de algumas questões que, no meu entender, vão hoje posicionar o Brasil, diante dos desafios que nós enfrentamos, num terreno onde nós temos tudo para ter sucesso na busca de um novo multilateralismo, guardando do multilateralismo antigo a ideia da igualdade entre os Estados, o que, aliás, é um dos princípios da política externa. (*Pausa.*)

Opa! Tiago?!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Pode ir em frente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (*Por videoconferência*.) – Posso ir em frente? Alô!

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Pode continuar falando.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (*Por videoconferência*.) – Alô! Posso continuar falando.

A busca de parceiros para a defesa de alguns valores e interesses que nós temos o desejo e a necessidade de afirmar:

- o desejo de relações comerciais submetidas a regras, e não à lei da selva, que é a lei da selva que o novo Presidente norte-americano pretende instaurar;

- a defesa de ações de cooperação para o combate ao aquecimento global;

- a busca de soluções financeiras adequadas para buscar maior igualdade entre os Estados e uma participação equânime dos países de menor nível de desenvolvimento nas instâncias financeiras internacionais;

- a busca da defesa da democracia contra o populismo que a arruína;

- e a busca de uma regulação da inteligência artificial, também da internet e de toda a comunicação digital que, se deixada sem controle, ameaça a própria resistência da democracia.

Então, nós temos condições de buscar parceiros para a defesa desses valores, não apenas na nossa vizinhança, mas na União Europeia, com a qual nós firmamos já um primeiro acordo, que precisa ainda ser ratificado pelo Conselho Europeu e pelo Parlamento Europeu, e na Ásia. Não me refiro apenas à China, que já é o nosso principal parceiro comercial, mas aos países da Asean, os países do Sudeste da Ásia, que são países de um dinamismo extraordinário, com os quais nós temos uma grande convergência de interesses em relação a esses valores aos quais eu me referi. A Asean é, hoje, um ponto de aglutinação e de coordenação dos países mais dinâmicos do mundo, que se situam nessa região do mundo, no Sudeste da Ásia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu penso que a nossa Comissão de Relações Exteriores pode e deve impulsionar a busca de pontos comuns de cooperação com esses países que possam ser parceiros nossos na defesa desses valores, pontos comuns com os seus Parlamentos, com as suas instâncias representativas.

Então, eu quero dizer que vejo com muita alegria as sugestões que foram formuladas aqui pelos colegas, como fez a Senadora Tereza Cristina, que tem uma iniciativa parlamentar da maior importância, que precisa ser analisada e deliberada com a maior rapidez pelo Congresso Nacional, que é uma legislação que nos dá condições de reagir com reciprocidade às retaliações e às pressões comerciais a que o nosso país está submetido com base em argumentos geopolíticos. É uma lei da reciprocidade, uma proposta de lei da reciprocidade, que ela está propondo e relatando, se não me engano.

De modo que são essas as minhas considerações, dizendo a vocês, meus colegas, queridos colegas, da minha alegria de participar, ainda que à distância, deste momento da vida da nossa Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Pela ordem, o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (*Fora do microfone*.) – Eu queria apenas pedir permissão para registrar a presença, nesta sala, do Embaixador Roberto Azevêdo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – V. Exa. acabou economizando o que eu ia fazer. Então, de uma maneira respeitosa, acolho esse seu registro. Pois não.

O SR. HERÁCLITO FORTES – Eu fui desta Comissão por oito anos. A melhor sabatina que já tivemos (*Fora do microfone.*)

... foi a dele.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Sem dúvida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HERÁCLITO FORTES – Quero fazer este registro por dever de justiça. Quando eu vi aquela sabatina, num momento muito tumultuado da relação entre o Senado e o Itamaraty, eu digo: "Não, a coisa agora está pegando rumo". Então eu queria fazer esse registro, por essa admiração crescente que eu tenho pelo Embaixador.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Eu que agradeço. Nós íamos fazer esse registro.

Digo ao Embaixador que V. Exa. será sempre muito bem-vindo a esta Casa, a esta Comissão, porque V. Exa. tem muito a contribuir com todo o seu saber, com o seu conhecimento neste momento tão importante que nós estamos vivenciando.

Antes de eu passar a palavra aqui para a mesa, eu queria que vocês testemunhassem um momento.

Após um amplo entendimento entre os partidos desta Casa, quero comunicar a V. Exas. que a eleição da Vice-Presidente já foi definida. Nós tínhamos cinco candidatos querendo, mas, em comum acordo, entendemos, juntamente com o Presidente Davi, a candidatura da Senadora Tereza Cristina para Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores no biênio 2025-2026. (*Palmas.*)

Consulto os senhores, colegas Senadores e Senadoras, se podemos elegê-la por aclamação. (*Pausa.*)

Não havendo nenhum ato contrário, em havendo concordância de todos, declaro, neste momento, eleita por aclamação, para a Vice-Presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a Senadora, ex-Ministra Tereza Cristina. (*Palmas.*)

Com a palavra a nossa Vice-Presidente, Senadora Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Agradeço, Senador Nelsinho, por poder contribuir com esta Comissão, que eu tenho certeza de que fará um papel importantíssimo, principalmente neste momento que nós vivemos na área internacional das relações comerciais e internacionais do mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui, já começando, pedir desculpas para o nosso querido Ministro Aloysio Nunes, dizer que cometi aqui um... Não falei do seu nome, desculpe-me, mas saiba da minha admiração por você. Estivemos juntos há poucos meses em Bruxelas, tivemos uma conversa longa sobre comércio, enfim, sobre o nosso país, e quero agradecer muitíssimo a lembrança da lei da reciprocidade, que vai ser um tema que nós vamos discutir, com certeza, nesta Comissão e que deve ir à votação na terça-feira, em duas Comissões, porque ela entrou através da Comissão de Meio Ambiente e vai para a CAE, terminativamente.

Eu acho que é uma lei que nós vamos precisar discutir e talvez aprimorá-la, porque ninguém é dono da verdade. Mas quero dizer, Chanceler, que nós conversamos muito, e tenho aqui a presença do nosso Embaixador Roberto, que é um dos grandes especialistas, e o Brasil teve o privilégio de tê-lo como Presidente lá na OMC, e ele muito fez.

Infelizmente, hoje, Embaixador, a OMC está um pouco esvaziada – e nós precisávamos muito dela; neste momento, ela seria fundamental para o que nós temos vivenciado nesses meses, mas infelizmente... Eu acho que podemos tentar, enfim, os países deveriam tentar reerguer e colocar o peso que essa instituição merece nas relações comerciais do mundo.

Quero agradecer, Nelsinho, e dizer para você que eu estou muito feliz de poder ajudá-lo nesta Comissão. Eu tenho certeza, como disse a Senadora Kátia Abreu, que ela é uma das três mais importantes desta Casa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço à Senadora Tereza Cristina.

Quero repassar aos colegas que esta Comissão vai funcionar com o empoderamento de cada um que aqui estiver. A gente precisa de uma união, a gente precisa formar uma fileira. As alterações e as mudanças que estão ocorrendo são muito dinâmicas, constantes, é a tempo e a hora.

A própria Senadora Tereza estava com esse relatório pronto, aí começaram essas "trumpulências" – em vez de falar turbulências –, ela teve que recolher o relatório,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mudou de novo, a cada dia mudava de novo. Agora, com a reação da União Europeia, ela vai ter que mudar. Então, é esse o momento que estamos vivendo, mas Deus não coloca nas nossas costas aquilo que a gente não pode suportar.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Para expor.) – Obrigada, Presidente.

Quero também aqui cumprimentar Roberto Azevêdo, essa figura, esse personagem tão importante para o Brasil e para o mundo pela sua contribuição de sempre. Em todos os momentos a gente se socorre com ele, sempre que é preciso; e ele atende com a maior delicadeza do mundo.

Respondendo à segunda pergunta, Sr. Presidente, eu só gostaria de registrar, ainda como sugestão: no meu período, nós instituímos uma norma aprovada na Comissão e eu sugiro, como primeira sugestão aqui da lista, que continuem pedindo aos candidatos a embaixadores nos países que tragam o relatório do que foi feito – de onde estão saindo – e o plano de trabalho para o próximo posto.

Nós tivemos uma repercussão muito positiva dos embaixadores, porque eles encontraram nesse formato, aprovado pela Comissão no meu período, uma objetividade aqui, no dia de sua apresentação. Então, eles estudam muito sobre o assunto para já trazer um plano antecipado antes de chegar até o destino.

Outra questão importante: nesse período nós aprovamos – foi uma quantidade recorde, em dois anos – 61 embaixadores para os postos. Destacamos uma situação especial para as embaixadoras. Eu, por exemplo, sou feminista, mas não sou militante, não sou ativista, mas sempre feminista. As mulheres estavam sempre em desvantagem nos postos das embaixadas, sempre. Eu fui Presidente no Governo Bolsonaro, no período do Governo Bolsonaro, aqui da CRE, então não estou fulanizando. Isso vem desde sempre: as escolhas em detrimento das mulheres. Quando escolhem as mulheres, vão sempre para lugares muito difíceis, vamos assim dizer, para não dizer lugares menos expressivos. Está bom assim, Roberto?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. KÁTIA ABREU – Para lugares diplomaticamente inexpressivos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós não podemos suportar isso, porque as mulheres são diplomáticas, aprendendo, dentro de casa, com a família, a administrar todas as dificuldades familiares.

Quero deixar aqui... Tive dificuldades, na época, talvez pela questão governamental, para abrir como funciona a comissão das escolhas dos destinos dos embaixadores. Ninguém nunca conheceu, estou falando de um outro Governo, mas deve continuar do mesmo jeito agora. Deve ser desde Sarney, Collor, Fernando Henrique. Então, eu apenas consegui saber que nessa comissão que faz a seleção de quem vai para onde não tem nenhuma mulher. Então, é difícil mesmo alguém se lembrar das mulheres na hora das escolhas. Então, eu peço que comece por aí, verificando com o Chanceler como é a criação dessa comissão, quem faz parte dessa comissão e os critérios para essas escolhas. Tudo pensando no espaço que as mulheres podem ter e o quanto elas podem significar com o seu talento para a diplomacia mundial.

A segunda sugestão, Presidente, é com relação às embaixadas do Brasil. Nós temos, em cada país, uma sala que pode ser de negócios, que pode ser de cultura, de lazer, de turismo, mas falo, principalmente, de usar as embaixadas do mundo todo para eventos pequenos, mas muito representativos e significativos, para colocar a narrativa brasileira, o diálogo brasileiro, quem nós somos. Somos do biquíni, da praia, do futebol, do Carnaval, mas, principalmente, somos um país com essas vantagens, e nós devemos colocar as vantagens competitivas do país. Então, nas embaixadas, especialmente na Europa, nos Estados Unidos – enfim, em todos os países, mas especialmente na Europa, de onde vêm os ataques maiores – nós precisamos mudar essa imagem que tem no inconsciente coletivo global sobre essas características do Brasil.

Entrando no ponto de vista econômico, alugar qualquer espaço na Europa, no exterior, é caríssimo. E nós temos as nossas embaixadas. Nós temos embaixadas maravilhosas, prédios que são palacetes, verdadeiros palacetes, para serem usados. Os diplomatas usam? Usam, mas eu acho que esse é um espaço da CRE, organizada com o Congresso, com um orçamento, que eu sei que precisa. O Itamaraty sempre, sempre, tem pouco orçamento, cada dia menos, e a gente precisa reverter essa situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terceira e última. Eu gostaria de lembrar a existência do P20 – dia 7 de novembro do ano passado foi a décima edição, foi aqui no Brasil –, que é a cúpula – o "p" é de Parlamento – de todos os Presidentes dos Parlamentos do mundo, quase todos, que se reúnem no evento do G20; então, eles fazem o P20 – este ano, foi no Brasil. Esse é um fórum espetacular.

E o segundo fórum é a União Interparlamentar. Também existe um outro espaço, que precisa ser alimentado. Cada um, cada qual, tem a sua função – os Presidentes de Congresso, atribulados com uma pauta infernal e governo de um lado, o Judiciário do outro, os próprios colegas –, então, quem vai alimentar esses fóruns? Eu acho que a CRE é um espaço muito especial para entregar ao Presidente do nosso Parlamento, para que, nessas oportunidades, possam levar a nossa pauta específica para as discussões.

E aí, eu enumero, para deixar registrado como sugestão – acredito que nesses fóruns, não só nas embaixadas, na nossa narrativa, mas no P20, na União Interparlamentar –, colocar a questão do aquecimento global e do *carbon tax*, porque, quando os Estados Unidos saem da COP, eles estão levando junto com eles alguns bilhões de reais que deveriam servir de compensação e indenização para os países, por conta das emissões acumuladas, das emissões históricas, porque parece que o mundo aqueceu foi ontem. Não! O mundo vem aquecendo desde 1850, quando iniciou a Revolução Industrial. E o grande responsável por tudo isso, inicialmente, a Inglaterra, depois, fortemente os Estados Unidos, que nos devem esse passivo do mundo, que aqueceu até aqui.

Agora, individualmente, a China é o maior? É. Mas, em emissões acumuladas, o Sr. Trump não pode sair nos devendo essa compensação. Então, se nós não podemos ter uma renda *per capita*, se nós não podemos ter um PIB do tamanho do deles – graças à industrialização e ao que eles viraram hoje, muito em função do que emitiram, e nós não podemos mais –, então, isso não é dado, isso é compensação do que foi emitido e que aqueceu até agora. O *carbon tax* pode ser uma alternativa importante para essa discussão.

A inteligência artificial é transnacional. Ela é uma coisa maravilhosa e extremamente perigosa ao mesmo tempo, e que precisa de uma regulação internacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembro aqui essa guerra tarifária, que é importantíssima; e a desigualdade, que para uns tem um foco social, mas eu também gosto de lembrar o pragmatismo: essa desigualdade traz prejuízo ao capitalismo, porque é muito menos gente consumindo. Então, quem não tem a visão social, que se agarre à questão pragmática comercial, que é o prejuízo quando essas pessoas deixam de consumir, de comprar no mercado internacional.

E por último, para mim o mais grave, é o crime organizado. Nós não enfrentaremos sozinhos essa parada, nem dentro do Brasil, nem fora. Nós precisamos de uma união nacional. Ontem, eu escutei alguém dizer: "O Congresso não vai deixar aprovar nada que melhore a segurança pública, porque isso pode ajudar o Bolsonaro". Eu falei: "Não acredito nisso". Não há hipótese de ajudar o Lula – não o Bolsonaro, o Bolsonaro está inviabilizado. "Essa questão da segurança pública, se for solucionada, pode ajudar na eleição do Lula." Eu falei: "Olha, é muita pequeneza e mediocridade, e eu não acredito que o Congresso Nacional pense assim".

Então, eu tenho certeza de que nós temos alternativas para solucionar. Que não seja a PEC elaborada pelo Ministro Lewandowski, que é um homem acima de qualquer suspeita, que vem do Supremo Tribunal Federal, comprometido com o país e não com o cargo de Ministro, mas, se não serve a dele – não é possível que não tenha nada de bom lá –, que o Congresso Nacional, com todas as cabeças especialistas, possa encontrar uma solução para unificar o país com relação à segurança pública.

Não podemos mais permitir que cada polícia tenha sua inteligência individualmente, porque cada uma dessas polícias existe em função de dinheiro público: não é dinheiro de ninguém, é dinheiro do povo brasileiro! Então, isso não pode ser reserva de mercado; esses bancos de dados, essas informações precisam ser unificadas para que nós possamos combater de verdade o crime organizado. O Congresso tem toda condição de fazer isso, e tenho convicção de que a CRE pode ter um papel fundamental na busca dessas informações, de ideias, de sugestões no mundo inteiro, de unir esses Parlamentos, de como nós vamos combater essa desgraça, gente! É uma desgraça no mundo, hoje, esse crime organizado, mas eles não são maiores do que nós.

Eu quero, mais uma vez, agradecer a Nelsinho Trad; parabenizar todos os colegas que aqui fizeram a sua exposição; agradecer ao Laércio, à Tereza Cristina, ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

General Mourão, a todos que se manifestaram; e agradecer, em especial, ao meu ex-assessor Gileno, que foi o meu braço direito aqui na CRE enquanto eu fui Presidente e me fez essa gentileza – e agradeço também ao Fernando Farias, ele está hoje atendendo, o grande Senador de Alagoas Fernando Farias –, pelo histórico e pela busca das informações do que nós fizemos aqui na CRE. Muito obrigada, Gileno. Parabéns pelo trabalho de sempre.

Muito obrigada a todos.

Eu peço licença para me retirar, Senador Nelsinho Trad, porque eu tenho um compromisso inadiável.

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Antes, porém, nós temos uma foto oficial que nós vamos fazer e a entrega de uns diplomas.

Já vamos passar para essa fase da entrega dos diplomas.

Eu pediria para a Senadora Tereza Cristina entregar para a Senadora Kátia Abreu o diploma dela.

(*Procede-se à entrega de diploma à Sra. Kátia Abreu.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Apenas um registro sobre essa semente que a Senadora Kátia Abreu plantou do empoderamento das mulheres de forma legítima: a primeira mulher a ocupar a Secretaria-Geral das Relações Exteriores é a Embaixadora Maria Laura, que esteve aqui, e a Embaixadora do Brasil nos Estados Unidos, Maria Luiza Viotti... Eu quero dizer que, na visita que fiz ao Chanceler Mauro Vieira, ele se referiu a esse ponto, dizendo que vai sempre primar por olhar essa questão da semente que a Senadora Kátia Abreu plantou lá atrás.

Agora, eu pediria ao Senador Laércio...

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. *Fora do microfone*.) – Oi!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. *Fora do microfone*.) – ... para entregar ao Senador Heráclito Fortes.

(*Procede-se à entrega de diploma ao Sr. Heráclito Fortes.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. *Fora do microfone*.) – Aquele que te derrotou no primeiro debate, agora, você está homenageando.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. *Fora do microfone*.) – Perdi de zero! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. *Fora do microfone*.) – E eu queria entregar para o Senador Suplicy o seu diploma.

(*Procede-se à entrega de diploma ao Sr. Eduardo Suplicy.*)

O SR. EDUARDO SUPLICY (*Fora do microfone*.) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. *Fora do microfone*.) – Pediria ao Senador Laércio, de novo, entregar para o Senador Eduardo Azeredo...

(*Procede-se à entrega de diploma ao Sr. Eduardo Azeredo.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. *Fora do microfone*.) – ... e à Senadora Tereza para entregar para o nosso professor de sempre, o Prof. Cristovam Buarque.

(*Procede-se à entrega de diploma ao Sr. Cristovam Buarque.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Eu pediria para vocês ocuparem os seus lugares, para a gente terminar a sessão.

Vamos ter mais dois minutos de cada um, aí a gente já termina. (*Pausa.*)

Bom, vamos começar da ponta de lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque, para as suas conclusões.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Para expor.) – Boa tarde a cada uma e a cada um.

Eu quero primeiro, Senador Nelsinho, dizer que o senhor viu quantas referências ao seu pai. Eu não tive com ele convivência, mas o senhor o honrou, pelo que eu ouvi do que falam os outros. E vou dizer por quê. O senhor aqui trouxe, primeiro, uma generosidade, ao se lembrar desses antigos; segundo, um sentimento que falta tanto ao Brasil hoje de unidade – aqui tem todos os partidos, todas as visões do mundo –; e, terceiro, a percepção de institucionalidade, com o passado servindo e chegando aqui ao presente. Eu lhe agradeço muito por ter se lembrado e me trazido para cá. Eu gostei tanto que sugiro que repita e nos convide aqui de vez em quando também para rever os amigos e para poder estar presente.

Sobre o que falou a Kátia, eu achei muito interessante quando ela insistiu tanto na transição que a gente está vivendo – tanto a transição energética, quanto um novo modelo de civilização – quanto no casar o social com o econômico.

O Heráclito deixou aqui a gente com vontade de ler o livro dele – viu, Heráclito? E o título *A Casa* é muito bom. Quando eu vi pela primeira vez, pensei que a casa a que você se referia era esta Casa. E aí eu lembrei que tem um belo livro – esqueci agora o nome do Senador que fez – sobre o Senado americano; chama-se *O Clube*. É um belo livro sobre o Senado americano. Mas a sua casa, e eu estive lá, é muito boa. E isso se refere à qualidade dos vinhos que nós tomamos lá.

Quanto ao Azeredo, eu gostei muito, porque ele trouxe para aqui, Azeredo, uma coisa interessante: como a gente dialogava, por exemplo, quando você citou do caso da Venezuela. Mas se dialogava, se analisava.

E ao Aloysio, esse velho amigo, eu queria dizer que vale a pena, Senador, trazê-lo para falar aqui, porque ele está numa posição muito especial no mundo que é olhando o Brasil de lá.

E aí eu aproveito para fazer aqui uma referência em relação ao Embaixador Roberto, que saiu daqui. Cada vez que eu vejo o noticiário hoje, eu me lembro: esse Embaixador Roberto faz uma falta danada, e não está hoje na OMC, porque ele tem a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

competência, ele tem a sensibilidade e ele tem uma coisa que Joaquim Nabuco – desculpa falar em pernambucano, mas é difícil não lembrar – dizia: o patriotismo exige ser humanista. Para você ser um bom patriota, tem que ser humanista. O Roberto tinha essa capacidade – tem – de ver o Brasil e, ao mesmo tempo, o mundo. O Aloysio de certa maneira o substitui hoje na posição em que está, não com aquela importância, de olhar o mundo com os olhos de brasileiro.

E o Suplicy não preciso nem lembrar que é uma figura notável, e trouxe aqui lembranças muito boas do tempo dele. Eu tive o prazer de estar com ele aqui.

E eu gostaria de deixar claro que o Senado é maior do que os partidos da gente, o Senado é maior do que as divergências da gente. E o senhor, ao nos trazer aqui, colaborou para isso.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Obrigado.

Com a palavra o Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Para expor.) – Caro Presidente, alguma coisa muito especial ocorreu para todos nós, querido Senador Nelsinho Trad. Mais uma vez, os diálogos aqui fizeram com que eu aprendesse. Eu aprendi muito hoje com essa convivência tão amistosa entre nós.

Quero dizer que eu acredito que a política externa do Brasil sob o Presidente Lula tem se consolidado como um pilar de compromisso com a paz, com a justiça social e com o respeito aos direitos humanos.

Em relação à guerra da Ucrânia, ao conflito palestino, o Brasil tem se posicionado de forma clara na defesa de soluções diplomáticas que priorizam o diálogo, a negociação. O Brasil se coloca como mediador, defendendo o cessar-fogo, o respeito ao direito internacional e à autodeterminação dos povos. Essa atitude reflete o compromisso histórico do país com a paz mundial, alinhando-se aos princípios de não intervenção e soberania nacional, fundamentais para a construção de um mundo mais justo e seguro para todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também saúdo a atuação do Vice-Presidente Geraldo Alckmin à frente do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, que tem conduzido com maestria os acordos comerciais e as negociações tarifárias, fortalecendo nossa inserção no cenário global sem abrir mão da soberania nacional.

E reforço também a necessidade de o Brasil seguir firme na defesa intransigente dos direitos humanos, da democracia e da igualdade, princípios que são a base de nossa luta e que devem guiar tanto nossa política externa quanto interna.

Parabenizo o Presidente Lula e o Ministro Fernando Haddad pela sua destacada campanha internacional sobre a erradicação da pobreza e a tributação das grandes fortunas, abordagens essenciais para a construção de um novo modelo global, mais solidário e igualitário.

Nesse sentido, considero muito importante a conclamação do Papa Francisco, que recomendou a todos os Chefes de Estado que venham a instituir a renda básica universal, tal como ele o faz no seu livro *Vamos Sonhar Juntos: o Caminho para um Futuro Melhor*, de maneira a assegurar dignidade e liberdade real para todos os habitantes de cada país e assegurar a paz entre as nações.

É importante ressaltar: o Brasil é o primeiro país do mundo...

Há experiências notáveis, hoje, no Alasca. Em diversos países, está havendo muitas experiências locais, como aqui no Brasil, em Maricá. Resultados positivos e interessantes estão sendo experimentados em diversos outros municípios.

Quero dizer que o interesse pela experiência brasileira não apenas porque tem a lei aprovada e outra lei aprovada em 2023, que diz com clareza... Além de o Brasil ser o primeiro país do mundo a aprovar duas leis que instituem a renda básica universal...

A Lei 10.835, de 2004, que foi aprovada neste Senado, teve como Relator o Senador Francelino Pereira. Quando ele foi designado Relator, ele me disse: "Olha, Eduardo, estou com 81 anos, não vou ser mais candidato, mas eu quero estudar com seriedade a sua proposta". Então, eu lhe dei o livro *Renda de Cidadania: a Saída É pela Porta*. Sabem todos que quem falou "a saída é pela porta" foi o mestre Confúcio, 520 anos antes de Cristo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é uma proposta que acompanha a história da humanidade. Pessoas como Thomas More, Thomas Paine, todos foram colocando isso, e hoje, em todos os países, está se debatendo a renda básica universal e incondicional. Todas as pessoas, não importa a sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou mesmo socioeconômica, terão direito à renda básica, como até o senhor e todos aqui dentro, sim, até para os ex-Presidentes e o Presidente. Por que razão? Se trata de algo de bom senso quando se estuda muito bem esse assunto.

A Lei 10.835, de 2004, e a Lei 14.601, esta promulgada pelo Presidente Lula em junho de 2023, que extinguiu o Auxílio Brasil e reinstituiu o Programa Bolsa Família, definindo claramente como etapa gradual na implementação da renda básica de cidadania...

Acredito que a Comissão de Relações Exteriores pode não apenas incentivar o Governo brasileiro e todos os demais, mas promover, nos encontros internacionais, a adoção dessa iniciativa, estimulando governos de todos os continentes a seguir a recomendação do querido Papa Francisco. Eu recomendo a todos que leiam tudo aquilo que o Papa Francisco escreve em duas páginas, 142 e 143, de um livro como construir um país melhor e sobretudo com a renda básica incondicional e universal.

Quero agradecer muito a cada um dos Senadores aqui presentes, inclusive o Heráclito Fortes, que comigo aqui muito dialogava, às vezes com esse bom humor, mas eu também, muitas vezes, dialoguei com ele tanto nas Comissões das quais participávamos quanto no Plenário. Então, muitíssimo obrigado.

Inclusive, quero lhe desejar que venha a colaborar também com o Nelsinho Trad nessa parceria formidável que vocês hoje estão já nos apresentando.

Eu quero dizer que, com muita alegria, encontrei-me aqui com os Senadores do meu tempo como com os de hoje.

Muitíssimo obrigado.

Parabéns a vocês! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Eduardo Azeredo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO AZEREDO (Para expor.) – Primeiro, eu agradeço ao Presidente Nelsinho Trad este convite e esta homenagem a todos nós que aqui estivemos.

Eu me esqueci só de falar de uma outra função importante que o Congresso e esta CRE tiveram que foi o apoio às tropas brasileiras no Haiti. Nós estivemos duas vezes no Haiti, exatamente apoiando os nossos soldados que estavam tentando conseguir melhorar a situação. O problema ainda permanece, mas pelo menos nós estivemos lá para apoiar.

O SR. EDUARDO SUPLICY (*Fora do microfone*.) – Eu estava lá.

O SR. EDUARDO AZEREDO – Você estava lá. Exatamente. Era isso que eu ia dizer.

Senador Suplicy, eu quero aqui realmente aproveitar este momento para lhe prestar, sim, uma homenagem, porque o senhor merece. O senhor é um homem persistente, com espírito social, com espírito democrático, com essa visão de mundo. Nós nos encontramos por aí afora: encontramo-nos no México, em Xangai e em alguns pontos pelo mundo afora.

O SR. HERÁCLITO FORTES (*Fora do microfone*.) – Ele viajava muito.

O SR. EDUARDO AZEREDO – Viajava muito, não é?

Mas o Suplicy, gente, sempre teve essa visão de mundo, essa visão social – não é, Cristovam? –, que é importante mesmo, e a sua persistência na renda mínima para a gente ter uma... É evidente que a gente nunca vai deixar de ter uma desigualdade social, mas diminuir a desigualdade social é fundamental. Eu tive realmente o orgulho de poder ser vice do Suplicy, ser vice do Heráclito e ser vice do Cristovam também – não fui, Cristovam?

E aí, então, eu quero lembrar essa questão do Haiti e deixar só, Sr. Presidente, um outro tema sobre o qual é muito importante que esta Comissão se debruce, que é a questão da imigração.

A gente, às vezes, vê essa confusão na Europa e acha que não afeta o Brasil, mas os Senadores que são do Norte, do Nordeste, em especial, e mesmo de São

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paulo sentem que a imigração para o Brasil tem aumentado. A nossa saída do brasileiro é até muito pequena. Nós temos, de 210 milhões de brasileiros, 4 milhões só morando no exterior. Então, quando o pessoal fala aí: "Até me dá vontade de ir embora do Brasil", então, vá, porque são só 4 milhões. Então, não vai aumentar muito, não, porque nós temos aí realmente um país maravilhoso, um país que não pode ter essa brigalhada que nós estamos vivendo, não.

E aí eu lembro realmente o querido Cristovam. O Cristovam era Governador de Brasília, candidato aqui, e eu, lá em Minas, candidato à reeleição. Ele, do PT; e eu, do PSDB. Nós nos encontramos lá em Paracatu, cujo Prefeito era do PT também. Fomos lá, ele foi lá me apoiar, e eu, depois, vim para cá e falava: "Oh, minerada que mora em Brasília, vamos votar no nosso Cristovam Buarque".

Quer dizer, é possível esse diálogo, é possível você ter uma oposição que converse com a situação, e isso é muito bom que aconteça.

O nosso Heráclito se esqueceu de falar aqui – e tem que ter no livro dele – que ele serve também na casa dele um peixinho, uma piaba frita a que eu dei o nome de torresmo do mar, fritinha assim, a piaba frita assim muito gostosa.

Então, é isso aí. Vamos aí.

Realmente, eu agradeço muito, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço as colocações do Senador Eduardo.

Vamos finalizar com o Senador Heráclito Fortes, sem antes aqui transmitir o abraço do Senador Otto Alencar, que é o Presidente da Comissão que funciona nesta sala, que é a Comissão de Constituição e Justiça. Ele acabou de ligar, está acompanhando a gente remotamente e está na Bahia; disse que, se pudesse, iria dar esse abraço pessoalmente em cada um de vocês.

Quero registrar a presença do Embaixador Saboia, que está aguardando a leitura da sua indicação para a Áustria. Então, logo que for feita a leitura do Senador Davi, nós vamos procurar agilizar ao máximo, porque vai ser essa a nossa dinâmica. Aquilo que for lido lá, logo na semana seguinte, vai ser sabatinado aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (Para expor.) – Meu caro Senador Nelsinho Trad, que bom e que alegria nós termos a oportunidade de conviver nessa manhã. Você reclamou, porque eu fiz uma saudação ao Roberto Azevêdo, o que era a sua intenção, e você agora me deu o troco. O Saboia estava levantando, e eu disse: "Fique aí, porque eu quero citá-lo".

Eu acho que, dessa geração nova do Itamaraty, ele é uma das melhores figuras; é corajoso, já deu prova de coragem, pagou o preço por essa coragem, mas, mais cedo ou mais tarde, quem triunfa é a virtude.

Portanto, eu quero lhe dar o meu abraço pessoal e dizer, Cristovam, que nós vivemos aqui um momento muito interessante. Não quero cansá-los – ouviu, Tereza? –, mas você é da área.

Eu vivi aqui um momento muito... Eu era Deputado – não, já era Senador –; e aparecia todo mês aqui um francês ligado a esse movimento do Suplicy chamado José Bové. O José Bové chegava com uma saca de soja de mais de 10kg e jogava aí nos corredores da Câmara e do Senado, dizendo que a soja brasileira era transgênica e não podia de maneira nenhuma... Era uma arruaça o que eles faziam, Tereza.

Bom, isso passa; Lula ganha a eleição e o José Bové desaparece. E aquilo me incomodou. Toda vez que eu procurava o José Bové, as pessoas mudavam de assunto. Fui para a França, na Assembleia Nacional, na Comissão, e eu atrevidamente pergunto pelo José Bové lá. Disseram tanto palavrão. Ele era malvisto aqui, mas era pior ainda lá. Então, vinha para cá.

As coisas aconteceram em uma época em que, felizmente, o Lula se elegeu Presidente naquela circunstância e deu umas corrigidas, inclusive botando o eixo no nosso Suplicy.

O Suplicy, para mim, é uma figura fantástica; não mudou nada. A cabeça dele de 40 anos atrás é a cabeça dele de hoje. E é bom que isso aconteça, Suplicy – é bom. Eu, às vezes, encontro com você – e não tenho vergonha de falar – fazendo *cooper* lá perto da casa do Michel. Eu vou ver o Michel, aí passa o Suplicy, que tem alguma coisa por lá, não sei, de forma que eu quero fazer esse registro e contar outra história.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Cristovam, meu amigo, me convida para ir a... Para onde era, Cristovam, aquele convite que você me fez? Um país que teve um terremoto violento...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HERÁCLITO FORTES – Não. Lá... Hein, Saboia, onde tem Dalai-Lama.

O SR. EDUARDO SABOIA (*Fora do microfone*.) – Nepal.

O SR. HERÁCLITO FORTES – Nepal.

E aí, tudo, eu recebi a passagem e, quando foi na véspera, minha mulher diz: "Não vá, não. Você vai fazer o que nessa maluquice?". (*Risos.*)

Eu não fui. Eu traí o Cristovam, que foi sozinho.

Passou uns apertos, não passou, Cristovam? (*Risos.*)

Mas é isso.

Outra coisa que eu queria, se é que eu posso dar alguma sugestão ou conselho, é que esta Comissão não se permita levar por ideologia. Relações exteriores não podem ter ideologia.

Você pode ter suas posições, mas não pode usá-las – é um crime –, porque o Brasil é maior do que nós, é maior do que nossas tendências. E nós estamos num momento em que ou se acerta ou se acaba, de forma que eu fico muito feliz de ver a Tereza ali como Vice-Presidente, porque vai ser uma guardiã sua.

Eu sou amigo da Tereza desde antes de ela ser Deputada. É muito tempo, hein? Posso dizer?

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone*.) – É o nosso segredo, por favor. (*Risos.*)

O SR. HERÁCLITO FORTES – É mesmo.

Ela morava com o avô, do Senado, e eu namorava a filha de um Senador de Pernambuco. Parou por aqui! (*Risos.*)

E aí a gente começou uma amizade que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone*.) – Lá atrás, era jovem...

O SR. HERÁCLITO FORTES – Na época, ela já tinha esse cabelo curtinho, e a gente a chamava de Rita Pavone. (*Risos.*) Não era?

Dê um abraço no Caio que eu tenho muita saudade dele. Está bom, querida?

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone*.) – Está bom. Obrigada.

O SR. HERÁCLITO FORTES – Vou encerrar, agradecer essa oportunidade, Nelsinho, e dizer que você não queira saber como isso fez bem a meu coração. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Bom, antes de encerrar, eu queria dizer a todos vocês que a intenção desta reunião foi justamente esta, só que extrapolou: foi tocar o coração de vocês, mas extrapolou com vocês tocando o coração da gente.

Eu acho que a gente fecha esta reunião para descortinar um horizonte de muito trabalho que nós vamos ter pela frente, Tereza. Não podia ter sido melhor essa escolha do Senado – quero agradecer ao Presidente Davi, que foi fundamental para que isso pudesse acontecer –, com a sua experiência, com todo o seu histórico na política internacional, que você exercitou muito durante o mandato de Ministra da Agricultura.

E quero dizer a vocês: nós estamos irmanados e prontos para enfrentar os desafios que haverá pela frente, sempre ouvindo muito, a começar pela experiência de cada um de vocês.

Muito obrigado por terem vindo, de coração a gente quer registrar isso e dizer que esta Comissão vai estar sempre de portas abertas a qualquer interlocução necessária e prudente que puder ser feita.

Ali, no final, naquela porta lá, tem uma salada de frutas, uma coisa bem leve, para vocês poderem ter a sobremesa como prato final de tudo isso que aconteceu aqui.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO SUPLICY – Permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – O Senador Suplicy quer fazer uma consideração.

Ligue ali para ele.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Para expor.) – Eu gostaria de passar às mãos dos Senadores aqui presentes...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Azeredo... (*Pausa.*)

Heráclito Fortes...

O SR. EDUARDO SUPLICY – Nelsinho Trad...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Nelsinho Trad...

O SR. EDUARDO SUPLICY – Para o Cristovam eu já dei...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Já deu...

Tereza.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Falta...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Tereza Cristina.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Tereza Cristina. (*Pausa.*)

Quem mais está aí? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Cumprida a finalidade desta sessão, declaro-a encerrada.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 17 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA (6ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO (7ª REUNIÃO), EM 08 DE ABRIL DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e quarenta e quatro minutos do dia oito de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Marcos Rogério, reúnem-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura e a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Plínio Valério, Confúcio Moura, Efraim Filho, Fernando Dueire, Marcelo Castro, Sergio Moro, Margareth Buzetti, Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Eduardo Gomes, Beto Faro, Weverton, Fabiano Contarato, Randolfe Rodrigues, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Tereza Cristina e Luis Carlos Heinze, e ainda dos Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Zenaide Maia, Alan Rick, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Sérgio Petecão e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Fernando Farias, Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro, Wilder Morais, Rogério Carvalho e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 2/2025 - CI, de autoria Senador Confúcio Moura (MDB/RO), e REQ 6/2025 - CDR, de autoria Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senadora Augusta Brito (PT/CE). **Finalidade:** Debater o plano de trabalho do Ministério de Portos e Aeroportos para os próximos dois anos. **Participante:** Silvio Costa Filho, Ministro de Estado de Portos e Aeroportos. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Fazem uso da palavra os Senadores Confúcio Moura, Tereza Cristina, Jayme Campos, Esperidião Amin, Beto Faro, Alan Rick, Jorge Seif, Jaime Bagattoli, Mecias de Jesus, Luis Carlos Heinze, Sérgio Petecão, Wellington Fagundes, Randolfe Rodrigues e Margareth Buzetti. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e cinco minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/08

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, havendo número regimental, declaro abertas a 6ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura e a 7ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que ocorrem de forma conjunta, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, e que se realizam nesta data, 8 de abril de 2025.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o plano de trabalho do Ministério de Portos e Aeroportos para os próximos dois anos, em atenção ao Requerimento nº 2, de 2025, da CI, de autoria do Senador Confúcio Moura, e ao Requerimento nº 6, de 2025, da CDR, de autoria das Senadoras Professora Dorinha Seabra e Augusta Brito.

Já faz parte da mesa o Ministro Silvio Costa, Ministro de Estado de Portos e Aeroportos, a quem agradeço a gentileza da presença nesta manhã para um importante debate.

Eu tive a alegria de ser colega de Parlamento do Deputado Silvio na época, como Deputado Federal, e hoje ele ocupa essa importante pasta, responsável por uma agenda importante para o desenvolvimento do país.

Antes de passar a palavra ao nosso convidado, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

Registro aqui a presença do Senador Jorge Seif, que é o Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional. E já está também a caminho desta Comissão a Presidente Senadora Dorinha, a quem agradeço a atenção e a disposição para que pudéssemos realizar esta sessão de forma conjunta, otimizando os trabalhos das Comissões e oportunizando ao Ministro também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o tempo necessário para apresentar aqui todas as informações relacionadas ao desempenho da pasta.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, o convidado poderá fazer uso da palavra pelo tempo que achar necessário, e, na sequência à exposição, os Senadores e as Senadoras, com ordem de preferência para aqueles que foram subscritores dos requerimentos, terão a oportunidade também de fazerem perguntas ou observações à fala do Ministro Silvio Costa.

O Senador Jorge Seif é o Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, e eu lhe asseguro a palavra para as suas saudações iniciais.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, muito bom dia. Bom dia, senhoras e senhores.

Quero dar boas-vindas aqui ao nosso querido amigo Silvio Costa, com o qual temos longo relacionamento desde o tempo em que fui Ministro da Pesca do Governo do Presidente Bolsonaro. Quero agradecer ao senhor, como membro deste Parlamento, a sua presença aqui. A questão de portos e aeroportos no nosso país é uma demanda muito grande. Nossos principais problemas de norte a sul do Brasil são ligados à parte de infraestrutura, o que envolve portos e aeroportos. Então, seja muito bem-vindo à CDR. E muito obrigado por o senhor e a sua equipe estarem aqui para esclarecer os diversos pontos que nós Parlamentares temos a perguntar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senador Jorge Seif.

Quero registrar, com muita alegria, a presença do Prefeito Sérgio, Sérgio do Skinão, Prefeito da cidade de Presidente Médici, lá no meu Estado de Rondônia, e também dos Vereadores que o acompanham aqui nesta Comissão – depois, vou nominar todos os Vereadores que estão aqui também. São todos muito bem-vindos a esta reunião.

Quero agradecer também, na pessoa do Dr. Tiago, a toda a equipe do Ministério de Portos e Aeroportos e dizer que são todos muito bem-vindos a esta Casa hoje, na condição daqueles que acompanham o Ministro. E o Tiago em breve deve ser sabatinado aqui, porque foi indicado à Diretoria da Anac. Eu tive recentemente uma conversa com ele, conhecendo a visão, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

capacidade técnica. Em breve, ele também será sabatinado no âmbito desta Comissão. Muito bem-vindo à Comissão de Infraestrutura.

Com a palavra, já agradecendo a sua presença, o Ministro Silvio Costa.

À vontade.

O SR. SILVIO COSTA FILHO (Para expor.) – Primeiro, meu muito bom dia. Bom dia a todos e a todas aqui presentes.

Quero cumprimentar a todos os servidores do Congresso Nacional, a toda a imprensa aqui presente; cumprimentar o nosso Presidente da Comissão de Infraestrutura, Senador Marcos Rogério; e cumprimentar o nosso querido Ministro Senador Jorge Seif. Quero dizer, Marcos e Senador Jorge, do apreço que tenho a vocês e, sobretudo, do compromisso e do comprometimento com a agenda do desenvolvimento do Brasil.

É uma alegria poder participar deste debate, desta conversa sobre a agenda do desenvolvimento econômico e, sobretudo, da pauta da infraestrutura brasileira.

Quero cumprimentar o Senador Jaime; cumprimentar o Senador Esperidião Amin; cumprimentar o nosso Senador do Estado do Pará Beto Faro; cumprimentar o nosso Líder, nosso querido Ministro, Governador da Bahia, nosso Senador Jaques Wagner. Muito obrigado pela presença. Na sua pessoa, quero cumprimentar a todos que fazem o Congresso Nacional.

Na pessoa do Dr. Danilo, quero cumprimentar a todos que fazem o setor produtivo brasileiro, que nos acompanham nesse momento.

E, na pessoa da nossa Secretária Executiva, Mariana Pescatori, quero cumprimentar a todos que fazem o Ministério de Portos e Aeroportos.

Quero dizer, Senador, primeiro, da alegria de poder voltar ao Congresso Nacional, voltar ao Senado da República, até porque, independentemente da relação institucional, eu construí aqui dentro do Parlamento muitos amigos. E acho que o Parlamento brasileiro tem um papel fundamental na construção da cidadania brasileira, na agenda institucional do Brasil. E, quando você pega a história, desde o processo da redemocratização de 1988, o Congresso Nacional sempre foi um ator muito importante nas pautas de interesse do Brasil, na pauta das reformas de que o Brasil precisa – a reforma da previdência, a reforma tributária, a reforma trabalhista – e das grandes leis que nós aprovamos, como o marco legal do saneamento, como o marco legal das PPPs, pautas fundamentais que dialogam com a agenda do desenvolvimento do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, publicamente, quero agradecer, mais uma vez, Senador, ao Presidente Lula, que me confiou o privilégio de poder assumir o Ministério de Portos e Aeroportos num dos momentos mais desafiadores em que vive o Brasil. E, nesse último um ano e seis meses em que nós estamos à frente do ministério, a gente tem procurado trabalhar muito em defesa da agenda do desenvolvimento. Eu digo sempre que a pauta da infraestrutura brasileira não é uma pauta apenas da direita, da esquerda, de centro, mas é uma pauta do Brasil. Eu penso que a nossa geração... Eu digo sempre isto: na Constituição de 1988, nós discutimos saúde, discutimos educação, discutimos segurança pública, discutimos o papel das instituições, mas efetivamente não houve uma priorização da agenda de infraestrutura brasileira. Então, o Presidente Lula tem colocado a agenda do desenvolvimento na ordem dos avanços de que o Brasil precisa.

Antes de entrar, Senador Jorge, na pauta, para falar um pouco da agenda do crescimento da aviação, da agenda portuária, da agenda hidroviária brasileira, é preciso que a gente faça um pouco uma reflexão do momento em que estamos vivendo.

Quando o Presidente Lula assumiu o Governo em janeiro de 2023, todo o mercado financeiro precificava que o Brasil fosse crescer em torno de 0,8%. Terminamos o ano de 2023 com crescimento de mais de 3%. Quando a gente pega todos os indicadores econômicos apontados, naquele momento, pelos agentes econômicos XP, BTG, Febraban, Itaú, por bancos que fazem uma leitura do mercado financeiro, quase 40 instituições financeiras precificavam o crescimento do Brasil em 2024 na ordem de 1,5%, no melhor cenário, Senador Beto. Terminamos o ano de 2024 com crescimento na ordem de 3,5%. Isso significa dizer que, em dois anos, o Brasil cresceu mais de 7%. E nós estamos tendo, em 2024, o maior volume da história do Brasil de concessões do Brasil. Quando a gente pega a área de ferrovias, de rodovias, de investimentos em estradas, portos, aeroportos, a gente teve, no ano de 2024, o maior volume da história de investimentos.

Por que eu estou colocando isso? Porque, independentemente do Governo, na medida em que o país cresce, a gente precisa mais do que nunca preparar o Brasil para a agenda logística, ou seja, para a gente avançar nos grandes gargalos que o Brasil tem. E a gente só vai tratar os gargalos resolvendo, sobretudo, a agenda de infraestrutura.

Eu quero, para podermos dar início... Falando um pouco do que foi feito no ministério, queria começar falando um pouco da aviação no mundo. O Brasil, nós tivemos... Aqui falo um pouco, antes de entrar na aviação, Presidente Marcos, do que a gente tem trabalhado no ministério. A gente tem trabalhado uma agenda da sustentabilidade, a gente está trabalhando para que possa avançar na descentralização dos portos públicos brasileiros. É uma prioridade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossa, até porque, na década de 90, 40% da movimentação portuária no Brasil eram através – quero cumprimentar o Senador Sergio Moro – do Porto de Santos. Nesses últimos anos, houve uma descentralização, e a gente tem trabalhado para avançar ainda mais na descentralização dos portos brasileiros, tanto é que hoje 95% das nossas exportações são pelos portos e 3% pelos nossos aeroportos.

A gente tem focado muito no desenvolvimento da agenda da aviação e das agendas portuária e hidroviária brasileiras, com o viés de não ter preconceito com quem produz, porque muita gente diz: "Olhe, o Governo do Presidente Lula tem preconceito com o setor produtivo". Isso não é verdade, tanto é que nós vamos apresentar mais à frente: nós estamos fazendo, não só o Ministério de Portos e Aeroportos, mas o Ministério dos Transportes, o maior volume de concessões da história do Brasil. Então, a gente está trabalhando a agenda de desenvolvimento econômico; nós estamos trabalhando para que a gente possa fomentar a agenda da sustentabilidade econômica; a gente tem dialogado com os agentes do mercado internacional para cada vez mais trazer investimentos internacionais; e, concomitantemente, a gente tem buscado um diálogo com os governos estaduais e os municípios brasileiros.

Falando um pouco da agenda da aviação, eu acho que cabe uma reflexão: nós tivemos, Presidente Marcos, um grande desafio na pandemia, que não foi apenas um problema do Brasil, mas um problema do mundo, na área da aviação. E, quando a gente pega de 2019 para cá, nós tivemos um crescimento na aviação brasileira, mas é importante registrar que, no processo da pandemia, as companhias aéreas no mundo sofreram bastante, tanto é que, antes de 2019, no ano de 2018, o mundo produzia 1.940 aeronaves e, no ano de 2024, o mundo produziu 1.708 aeronaves, ou seja, houve uma queda, Senador Moro: foram mais de 200 aeronaves a menos fabricadas no mundo, ainda, por falta de equipamentos.

E a gente faz um registro, que é uma leitura importante: quando o Presidente Lula assumiu o Governo em 2023, nós tivemos, em 2023 e 2024, um crescimento em mais de 20 milhões de passageiros a mais viajando pelo Brasil, um crescimento em 14% de 2022 para 2023, um crescimento de 5% em relação a 2024, e, em 2025, a gente botou um crescimento de 2%, mas todo o mercado já prevê um crescimento em mais de 5% este ano. Isso significa dizer que, em dois anos de Governo, mais de 20 milhões de brasileiros ingressaram na aviação do Brasil.

É importante a gente registrar, em relação à redução do preço das passagens... Muita gente me pergunta: "Mas, Silvio, as passagens estão altas". É verdade, as passagens estão altas, mas esse não é um problema apenas no Brasil, é um problema no mundo. Houve uma inflação na passagem aérea em mais de 15% no mundo desde o processo da pandemia, mas, quando a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente pega o retrato do Brasil, nós tivemos, no valor globalizado, uma queda nos preços das passagens em 8%. Por quê? Porque houve uma queda na redução do QAV, do combustível da aviação, em mais de 18% nesses últimos dois anos. E vocês sabem que 98% dos insumos da aviação são dolarizados. Então, 40% da aviação dependem do QAV. À medida que o QAV cai, automaticamente a gente tem um impacto na queda das passagens. Agora nós temos trechos em que, muitas vezes, em passagens compradas de última hora, termina a gente tendo que pagar valores mais altos, que terminam impactando também no custo operacional das empresas e no custo operacional das famílias brasileiras.

Por que eu estou colocando isso, Senador Jorge? Porque há um desafio no Brasil muito grande, pois nós temos, Senador, a cultura do povo brasileiro de comprar a passagem de última hora. Tanto é que, se você comprar uma passagem Brasília-São Paulo com oito meses, seis meses, cinco meses, você compra uma passagem por R$700, R$800 e, às vezes, por até menos, dependendo do horário, mas, se você deixar para a última hora, comprando para sexta-feira agora ou para daqui a uma semana, essa passagem vai dar R$2,5 mil, R$3 mil. Então, a gente está trabalhando, através de campanhas publicitárias, para que a gente possa incutir na cultura do brasileiro a compra de passagens com mais planejamento, como existe hoje na Europa, como existe em outros países, como existe nos Estados Unidos e na própria Ásia.

Quero registrar um aumento significativo no número de passageiros internacionais. Nós tivemos, no ano de 2024, um crescimento no turismo internacional brasileiro em 14% e tivemos um crescimento de passageiros internacionais em torno de 17%. É o maior volume de estrangeiros vindo viajar pelo país, não só no Nordeste, mas no Sul, no Norte, sobretudo com o olhar agora para a COP 30, que terá um impacto significativo para o desenvolvimento da agenda da sustentabilidade brasileira na Região Norte do Brasil.

Quero falar um pouco dos investimentos públicos. Aqui são dados que estão no Portal da Transparência, são dados da Anac e do Governo Federal, acompanhado por todo o mercado, que naturalmente faz esse diagnóstico sobre a agenda do setor privado brasileiro. É importante registrar que nós tivemos nos quatro anos anteriores, se vocês pegarem 2019, 2020, 2021 e 2022, R$1,5 bilhão em investimentos. Em dois anos do Governo atual, nós tivemos um investimento de R$700 milhões e agora, 2025-2026, nós vamos investir mais R$1,2 bilhão, R$1,1 bilhão aproximadamente.

Por que eu estou colocando isso? Porque a gente tem priorizado investimentos públicos, sobretudo com o olhar para a regionalização do desenvolvimento da aviação brasileira, através da Infraero e através de estados e municípios. É importante registrar, em relação à questão dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investimentos privados, que, em quatro anos, de 2019 a 2022, nós tivemos investimentos na ordem de aproximadamente R$4 bilhões. Em 2023 e 2024, nós já tivemos investimentos privados na ordem de mais de R$5 bilhões, em dois anos de investimentos, como o Aeroporto de Guarulhos, como o Aeroporto de Congonhas – daqui a pouco, eu falarei um pouco do Aeroporto de Congonhas. E a nossa expectativa é que, em 2025 e 2026, a gente possa ter investimentos de quase R$9 bilhões. Por que eu estou colocando isso? Porque, Senador Jaime, esse é o maior volume de investimentos na aviação brasileira.

É importante registrar que o Governo do Presidente Lula, o Governo da Presidenta Dilma, o Governo do Presidente Temer e o Governo do Presidente Bolsonaro tiveram um olhar para a aviação no país, porque eu acho que é fundamental esse olhar estratégico para as concessões no país, tanto é que hoje nós só temos um grande aeroporto que é gerido pela administração pública, pela Infraero, que é o Aeroporto Santos Dumont. O resto, os 59 aeroportos, os maiores aeroportos do Brasil, é concessionado. Isso significa investimentos nos aeroportos e melhoria na qualidade do atendimento, tanto é que o mercado internacional hoje aponta o Brasil como entre os cinco melhores países com governança nos aeroportos do país. Então, esse é um dado importante. A gente sabe como é a nossa cultura: às vezes, a gente só valoriza o terreno do vizinho, mas, se você olhar nesses últimos 20 anos, o Brasil teve um grande ganho estratégico na área da agenda aeroportuária brasileira.

Passou um pouco.

Aqui é sobre o que nós fizemos. A gente tem procurado ter, Senador Alan Rick, um olhar para o desenvolvimento da aviação regional brasileira. Sabemos que os aeroportos... O Aeroporto de Congonhas, por exemplo, de que vamos falar mais à frente, tinha um plano de investimentos para os próximos dez anos. Nós antecipamos esses investimentos, até porque Congonhas é o coração do Brasil, e anunciamos, no final do ano passado, R$2,6 bilhões de investimentos para o Aeroporto de Congonhas. Para o Aeroporto de Guarulhos, que é em São Paulo também, há mais R$1,4 bilhão. Nos dois principais aeroportos do Brasil, nós estamos com investimentos de quase R$5 bilhões. Por que eu estou colocando isso? Esses aeroportos são estratégicos – turismo internacional, turismo de negócio, turismo de lazer –, mas o olhar para a aviação regional, Senador Jorge, é fundamental para a gente animar o agronegócio, fortalecer a pecuária brasileira, o setor da proteína animal, entre outros setores, para a economia, que é fundamental para o país.

A gente entregou, no ano passado, 42 obras em aeroportos, o equivalente a R$3,2 bilhões – como eu disse, recursos de concessões e do Fnac e da Infraero.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São 13 aeroportos no Norte, a exemplo lá – e o Senador Alan tem acompanhado investimentos lá – dos Aeroportos de Boa Vista, Cruzeiro do Sul, Manaus, Porto Velho, Rio Branco, Tabatinga, lá no Amazonas, Tefé, Vilhena. A gente fez lá uma requalificação nesses aeroportos.

Houve investimentos também no Nordeste, Senador Esperidião: João Pessoa, Aracaju, Petrolina, Imperatriz, São Luís, Teresina, Mossoró – onde nós vamos fazer a segunda entrega agora no mês de maio –, Aracati, São Raimundo.

No Centro-Oeste, entregamos, recentemente, com o Governador do estado, onde a gente pôde fazer um belo evento, o Aeroporto de Cuiabá. E também há Sinop, Rondonópolis, Alta Floresta, Goiânia, Sorriso, lá no Mato Grosso, que era um pleito antigo daquela região.

Um olhar para o Sudeste: o Aeroporto de Congonhas já está em obras, o de Governador Valadares está em obras, o de Divinópolis foi entregue, o de Ipatinga está em obras, o de Itaperuna, no Rio de Janeiro, também, entre outros.

E, no Sul, há os Aeroportos de Bagé, Pelotas, Paranavaí e Joinville.

Por que eu fiz questão de trazer esse diagnóstico dos aeroportos? Porque a gente está tendo com o aeroporto um olhar para a descentralização.

E há a reconstrução do Aeroporto Salgado Filho, porque todos nós acompanhamos aquele avião ali, Senador Moro, coberto de água. O Estado brasileiro teve que fazer ali um aporte de R$500 milhões naquela concessão, e conseguimos, até dezembro, em pouco menos de seis meses, fazer a entrega do aeroporto, que terminou sem impactar efetivamente na economia do estado, tanto é que o Estado do Rio Grande do Sul, no ano passado, cresceu 4%. Prejuízos houve, mas, dentro do possível, a gente conseguiu avançar nessas entregas.

Aqui é falando um pouco da perspectiva 2025-2026.

Nós temos 66 obras, como eu disse, com mais de R$9 bilhões de investimentos, dos quais R$8,7 bilhões de concessões e mais R$1 bilhão de obras públicas. A prioridade nossa são três: Aeroporto de Congonhas, Aeroporto de Guarulhos e o aeroporto da COP 30.

Por que Guarulhos? Porque, hoje, 80% do turismo internacional do Brasil passam pelo Aeroporto de Guarulhos, e era emergencial que a gente pudesse fazer um investimento, desde a melhoria dos banheiros, do acesso, da mobilidade... Então, depois, eu posso encaminhar aos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Srs. Senadores um pouco do diagnóstico de como vão ficar essas obras, para vocês também terem conhecimento.

E houve um olhar para o Aeroporto de Belém, onde nós vamos realizar, com o Senador Confúcio, a COP 30, que será um ativo para a economia brasileira. Os hotéis já estão lotados, a gente já está tendo um ganho muito importante do ponto de vista econômico para a Região Norte do país. E, no Aeroporto de Belém, que por mais de 15 anos não passava por uma requalificação, nós estamos fazendo esses investimentos.

São aeroportos no Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste, Sul. É um mapa, Senador, que a gente tem de entregas para 2025 e para 2026, que eu posso entregar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ministro, conserte Passo Fundo. Senão, o Senador Alessandro Vieira pode retaliar.

O SR. SILVIO COSTA FILHO – Vamos cuidar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É RS, não? Conserte a localização: Passo Fundo, RS. Ali está em Santa Catarina.

O SR. SILVIO COSTA FILHO – Ah, está em Santa Catarina.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O Alessandro Vieira tem boa pontaria. (*Risos.*)

O SR. SILVIO COSTA FILHO – Está certo.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone*.) – Era em homenagem a V. Exa. (*Risos.*)

O SR. SILVIO COSTA FILHO – É uma justa homenagem ao Senador Alessandro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É um Delegado muito competente.

O SR. SILVIO COSTA FILHO – Sem dúvida.

Bom, aqui é falando um pouco... Até o Senador Marcos Rogério, lá atrás, manifestou essa preocupação, como também o Senador Rogerio. Eu tenho muito apreço pelo Líder da Oposição, Rogerio Marinho; eu tive o privilégio de, como Deputado Federal, discutirmos muitas pautas conjuntamente na legislatura passada...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SILVIO COSTA FILHO – Senadora Tereza, minha Ministra. (*Fora do microfone.*)

Lá atrás fizeram algumas indagações sobre como se daria o Programa AmpliAR.

Vocês sabem, Senador Jaime – lá atrás eu pude explicar a V. Exa., lá no ministério –, o Brasil hoje tem muita dificuldade de fazer investimentos públicos, tanto é que a gente tem a grande necessidade de ampliar os investimentos com o setor privado.

E houve um questionamento do Senador Rogerio e do Senador Marcos Rogério, lá atrás, de como se daria efetivamente esse Programa AmpliAR, de investimentos com o setor privado. Qual foi a lógica que nós construímos até com o Ministro Vital, com o Ministro Bruno Dantas e com a própria Casa Civil? É que a gente pudesse, tendo em vista que hoje nós temos em torno de 12 concessões no Brasil, ampliar o prazo de concessão por mais cinco anos de concessão, e automaticamente a gente pudesse trocar essa ampliação de concessão de mais cinco anos por investimentos aeroportuários. Por exemplo, aqui na Inframerica, em Brasília, nós podemos dar mais cinco anos de concessão – digamos que isso signifique R$400 milhões, R$500 milhões de ativos –; em contrapartida, a própria concessionária tem que construir aeroportos ou requalificar aeroportos existentes. Essa foi uma forma inteligente que também o Tribunal de Contas encontrou de a gente poder fazer um grande investimento na aviação regional do Brasil. E o nosso olhar é para a Região Norte, para a Região Nordeste, para a região também do agronegócio brasileiro, como Mato Grosso, Mato Grosso Sul.

A primeira fase do Programa AmpliAR, Ministra Tereza, é que a gente possa fazê-la através da iniciativa privada. E é importante registrar que todos esses aeroportos hoje aqui já existem – alguns serão novos – e têm VPL negativo. Assim, a concessionária vai investir o recurso e, automaticamente, a concessionária vai ter que bancar o aeroporto, ou seja, a manutenção, tirando dos estados e dos municípios a obrigatoriedade de poder cuidar desse aeroporto.

Esse é o primeiro programa estratégico de desenvolvimento da aviação regional do Brasil, que contou com o apoio do Tribunal de Contas da União, a quem eu quero publicamente agradecer.

Aqui é um programa... E eu tenho um sobrinho que é autista, meu querido Henrique, que tem agora sete anos, por quem sou apaixonado, e, Senador Moro, tem uma coisa que muito me toca: hoje, no Brasil, a cada 36 crianças que nascem, uma nasce com autismo. E cada vez mais o poder público precisa, Senador Alan, ter um olhar social, porque eu sei o que passa a minha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mãe, o que passa a minha irmã, assim como milhões e milhões hoje de mulheres brasileiras mães de família e pais que precisam ter um olhar especial para essas crianças, para esses jovens no Brasil.

Quero cumprimentar a Senadora Teresa...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Vou só cumprimentar o meu conterrâneo. Com licença, gente!

O SR. SILVIO COSTA FILHO – Obrigado, Senadora!

Esse programa é o Programa AmpliAR...

Eu quero agradecer a Fábio, Presidente da ABR, porque a gente pôde construir um programa pelo qual há o compromisso hoje de que todas as concessionárias no Brasil – no primeiro momento, nas 27 capitais – possam construir, Senador Jorge, salas multissensoriais, para que a mãe de família ou o pai, quando estiver com sua criança no aeroporto, possa levar o seu filho a essas salas para poder ter tranquilidade e se preparar para o voo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Agora, são quatro...

O SR. SILVIO COSTA FILHO – São... Eu vou apresentar aqui.

Em Florianópolis foi feito, em Pernambuco entregamos, estamos entregando também no Estado de São Paulo... Já são quatro até agora entregues, e a gente espera chegar ao final do ano com 15 salas multissensoriais prontas. Acho que isso é um ganho institucional e social para a aviação brasileira.

Aqui é o Voa Brasil. Esse programa é um programa em que não há nenhum real, Senador Zequinha, de recursos públicos. Esse é o primeiro de inclusão social da aviação do país. Não há nenhum real de recursos do poder público brasileiro. E o que nos levou a criar esse programa? Hoje a gente tem uma bela oportunidade de avançar no turismo das pessoas mais experientes, das pessoas idosas, dos aposentados. Então, surgiu a ideia para que a gente pudesse criar esse programa. Num primeiro momento, atende 25 milhões de aposentados no Brasil, que tem a oportunidade de comprar passagens por até R$200, tanto é que já foram vendidas, nesses meses, a 40 mil aposentados. Muitas vezes, casais de aposentados, aposentados do Nordeste que não viam seus netos há oito ou dez anos, porque não conseguiam pagar passagem, agora estão voando pelo Brasil com passagens a R$200. Naturalmente, sabemos que períodos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Réveillon, de férias no mês de julho, quando estão as férias escolares, são mais difíceis, mas hoje esse programa, através das companhias aéreas, já é uma realidade efetiva no Brasil.

Aqui é um pouco do setor aéreo brasileiro. Não quero aqui adjetivar, até porque faço sempre, procuro fazer política, Ministro, tentando a construção e não a desconstrução. Eu acho que as pessoas precisam construir, fazer com que as diferenças construam convergências. E, quando a gente analisa o que nos levou a sacrificar as companhias aéreas brasileiras... É que, no processo da pandemia, é importante registrar isso, nós tivemos uma grande crise nas companhias aéreas, mas, quando eu fui estudar isso, eu disse "Bom, o que é que foi feito, nos quatro anos do Governo anterior, para as companhias aéreas brasileiras?". Efetivamente, não foi feito nada. Houve uma desoneração fiscal pontual, mas não houve um programa de linha de crédito. Os Estados Unidos, na pandemia, aportaram US$50 bilhões nas companhias aéreas; a Alemanha aportou US$18 bilhões, estou dolarizando; a França aportou US$12 bilhões; Portugal, US$4 bilhões, eu estive, no ano passado, conversando lá com o Primeiro-Ministro, com o Presidente da TAP, e foram US$4 bilhões; no Brasil não foi feito nada efetivamente. E nunca houve, de governos anteriores, uma prioridade na agenda de crédito. E a gente sabe da importância que tem o crédito para o agronegócio, da importância que tem o crédito para a construção civil, da importância que tem o crédito para o setor de tecnologia da informação, e é fundamental que a gente tenha crédito para a aviação brasileira, tanto é que nós construímos, com o Presidente Mercadante, a primeira linha de crédito para as companhias brasileiras de R$4 bilhões.

Agora em agosto, penso eu, entre julho e agosto, cada companhia aérea deve pegar aproximadamente uma média de R$1,2 bilhão por companhia aérea, e elas vão fazer compra de aeronaves, vão requalificar aeronaves existentes, vão poder qualificar e capacitar pilotos, porque, com o crescimento da aviação, a gente está tendo a necessidade de formar, Senador Moro, mais pilotos no Brasil, tanto é que muitos pilotos estão indo para Estados Unidos, entre outros países, pelo crescimento da aviação do mundo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SILVIO COSTA FILHO – Então, eu quero agradecer ao Senado da República, quero agradecer à Câmara Federal, porque, se não fossem vocês, a gente não teria, Senador Jorge, aprovado esse crédito do Fnac, que é fundamental para a aviação do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui é um pouco da tragédia do Rio Grande do Sul. Já falamos dos investimentos, e a gente está tendo não só um olhar para o Salgado Filho, mas para muitos aeroportos no Estado do Rio Grande do Sul.

Tem essa pauta do SAF, que é o novo combustível da aviação do futuro. Eu lembro que a Senadora Tereza Cristina, como Ministra, sempre defendeu a pauta também da sustentabilidade, já apontava a necessidade de poder também discutir esse novo combustível da aviação no Brasil. O Brasil hoje tem 20 plantas de produção do SAF, a exemplo da Raízen, que está já produzindo. A gente está tendo outras produções do SAF no país, e o Brasil pode se transformar num dos grandes produtores de SAF, tanto é que já há uma lei hoje que é a Lei 14.993, que obriga que, até 2027, 1% da aviação brasileira seja com o SAF e, até 2050, 10%, mas o grande fato determinador disso é que a Ásia, por exemplo, e a Europa, observam o Brasil como uma grande janela de oportunidades para poder consumir o SAF e isso vai ajudar o setor sucroenergético brasileiro.

Quero cumprimentar o Senador Fernando Dueire, nosso conterrâneo. Muito obrigado, Senador.

Então, falamos um pouco – eu estou só também preocupado com o adiantado da hora de vocês – dessa agenda da aviação brasileira. Acho que a gente tem grandes desafios, tanto é que nós crescemos 20 milhões de passageiros em dois anos, o Brasil teve um crescimento no turismo internacional de 14%, o turismo brasileiro cresceu 10% e nós estamos tendo um grande estímulo ao turismo brasileiro, não só no turismo de lazer, mas no turismo de negócio. E um dado importante: a cada quatro turistas que chegam a uma cidade, é um emprego que é gerado para a população. Eu digo sempre que o emprego e a renda são, sem dúvida alguma, Senador Fernando, o maior programa social do Brasil.

Em relação ao setor portuário, que é um setor com que eu confesso, Senador Marcos Rogério, que estou encantado... Eu sempre militei mais na área da educação, sempre discuti a parte mais de rodovias, a parte da infraestrutura, por todos os gargalos que têm também o Pernambuco e o Nordeste, mas eu cada vez mais estou encantado pelo setor portuário brasileiro. E, pela necessidade, Senador Confúcio, que o Brasil tem, a classe política brasileira tem que se dedicar ao setor portuário e à agenda logística brasileira, porque isso é fundamental para o futuro do país.

Entrando na agenda portuária, nós tivemos, nesses últimos anos, um grande volume de crescimento no setor portuário, um maior volume de crescimento, de movimentação. Nós tivemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aí 1 bilhão de toneladas, 1,321 bilhão de toneladas no ano de 2024. Em 2025, a nossa expectativa é um crescimento maior, porque a gente espera este ano uma supersafra, e a tendência é que a gente possa bater recorde também na balança comercial brasileira.

Tivemos um recorde importante de crescimento nos portos públicos brasileiros, um crescimento em mais de 5%, o maior crescimento dos últimos dez anos, nos portos públicos do país. Tivemos um crescimento recorde na agenda de contêineres, um crescimento em 20%, que foi o maior crescimento do setor de contêineres da história do Brasil. Isso se deve a muitos setores da economia brasileira, mas a gente está tendo um impacto forte nos nossos portos com o nosso trigo, com o nosso açúcar, com o nosso fertilizante. Naturalmente, nós temos que fazer uma discussão sobre a questão do café e do algodão, porque temos desafios estratégicos nesses dois setores, com que a gente tem procurado dialogar, mas o fato é que a gente está tendo aí um investimento importante, um crescimento importante no setor portuário brasileiro.

E: "Silvio, o que é que o Governo está fazendo?". A gente tem procurado destravar obras estratégicas no setor portuário brasileiro.

Os investimentos públicos. Quando a gente pega de 2019 a 2022, os quatro anos do Governo anterior, nós tivemos investimentos na ordem de R$1,4 bilhão, R$1,5 bilhão. Em 2023 e 2024, nós investimos quase R$1,5 bilhão de investimentos públicos, e, agora, em 2025, a gente espera investir R$1,7 bilhão. Por quê? Porque a gente colocou no PAC... Eu tenho conversado com o Presidente, conversado com o Governo, conversado com o Ministro Renan Filho: não adianta a gente só fazer – embora seja fundamental – a Ferrovia Norte-Sul, a Ferrovia Leste-Oeste, a BR-319, um conjunto de investimentos de logística na região do Matopiba e no acesso também às ferrovias logísticas a Santos, se a gente não tiver um maior investimento público em dragagem, em melhoria da requalificação dos molhes públicos, ou seja, é estruturar a cadeia portuária brasileira. Então, aqui é um pouco o retrato dos investimentos públicos que a gente tem procurado fazer.

Os investimentos privados. Eu tenho procurado avançar nessa agenda, ao lado de toda a equipe. O mundo hoje observa o Brasil, Senador Jaime, como a grande janela de oportunidades. À medida que o agro brasileiro cresce, a gente está tendo... Estão aqui a Maersk, a TiL, a Santos Brasil, investimentos... Muitos investidores internacionais hoje, como a CGM, entre outros grupos, observam o Brasil como a grande janela de oportunidades no setor portuário, tanto é que nós tivemos um grande volume de investimentos. Para vocês terem ideia, em quatro anos do Governo anterior, nós tivemos o equivalente a R$6 bilhões de investimentos privados. Nos dois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

primeiros anos do Governo atual, nós tivemos quase R$21 bilhões de investimentos privados em todas as regiões do país.

Por exemplo, você pega Espírito Santo e Santa Catarina hoje, que você conhece bem, Senador, nós temos hoje quase 4 bilhões em obras em andamento naqueles dois estados. Isso tem se revelado muito importante para o escoamento da produção, a exemplo do setor automotivo ali no Estado do Espírito Santo.

E a perspectiva para 2025 é que nós tenhamos em torno de R$18 bilhões de investimentos. Só no nosso estado, nós vamos ter em Pernambuco R$1,8 bilhão, que é investimento lá da Maersk, que vai ampliar os investimentos no Porto de Suape.

Aqui é importante a gente registrar que, desde a Lei dos Portos, que foi a lei de 2013, nós tivemos no Brasil o equivalente a 42 leilões, com investimentos na ordem de R$6 bilhões.

Senador Heinze.

Tivemos, de 2015 a 2022 – veja, Senador Zequinha, o senhor que é um estudioso da matéria –, em mais de dez anos no país, nós tivemos apenas 42 leilões, o equivalente a R$6 bilhões. Nós estamos fazendo agora, em quatro anos, a maior carteira de concessões portuárias da história do Brasil. Em quatro anos, serão 60 leilões no país.

E o que isso significa? Que nós fizemos o maior leilão no ano passado, que foi lá no Porto de Itaguaí, que era um processo que demorava mais de 12 anos, que fica ali entre a Vale e a CSN, na famosa área do meio (ITG02, Itaguaí), com investimentos na mineração. E, neste ano, nós vamos fazer o maior leilão da história do setor portuário brasileiro, que a Senadora conhece bem, no Porto de Santos, que é o Santos 10 (STS10), que vai dobrar a capacidade de movimentação de contêineres no Porto de Santos.

Eu estou indo agora, no dia 22, com o Governador Tarcísio, Governador de São Paulo, à Europa fazer um *roadshow* conjuntamente, para a gente poder falar para os investidores do mercado internacional, para a gente poder fazer uma apresentação para a iniciativa privada. A gente espera que esse leilão, agora em novembro – é a nossa expectativa –, lá na B3, signifique quase R$5 bilhões de investimentos só nesse Porto de Santos.

E, além disso, a gente está trabalhando para fazer investimentos em outros portos do Brasil, porque não adianta crescer no Porto de Santos, não adianta apenas ficar Santos, São Paulo e Rio; é importante que esses estados cresçam, mas é fundamental que a gente tenha um olhar para o Norte brasileiro, para o Nordeste brasileiro, que são o futuro do Brasil. A gente tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, nesses próximos anos, fortalecer o Porto de Paranaguá, que é uma estratégia que a gente tem trabalhado muito com o Governador Ratinho, a gente está trabalhando para avançar na Região Norte do país e também para avançar na Região Nordeste, destravando os empreendimentos fundamentais.

Eu não sei...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. *Fora do microfone*.) – E o Arroio precisava disso.

O SR. SILVIO COSTA FILHO – E o Arroio do Sal, que o Senador Heinze... que é privado, que é fundamental. Conversamos muito com o Senador Heinze, ele teve um papel estratégico. Já demos lá autorização para a construção desse TUP, que é um TUP estratégico, que vai dialogar com toda a América do Sul brasileira, com investimentos que podem chegar a quase R$4 bilhões naquela região.

Então, Senador, não sei como está o meu tempo, se eu detalho ou se eu posso ir avançando, mas o que eu quero passar é que a gente está avançando nesse leilão.

Aqui foi o anúncio do Túnel Guarujá, que fizemos agora em dezembro – perdão, no início do ano –, com o Governador Tarcísio e com o Presidente Lula, R$6 bilhões em investimentos, que é o Túnel de Santos, a maior obra do PAC hoje, do Brasil. A gente também vai conversar com investidores internacionais sobre isso, nessa viagem. É uma obra em que R$3 bilhões serão do Governo do Estado e R$3 bilhões, do Governo Federal. Esta é a beleza da democracia, e isso é muito bom para o Brasil: quando a gente vê um Presidente da República e um Governador de São Paulo sentarem à mesa, construindo obras públicas. Eu acho que é isso que a gente espera para o Brasil, uma obra estratégica, cuja licitação a gente está colocando para a rua agora no mês de agosto.

Aqui é um pouco de contratos assinados no ano de 2024. Nós tivemos R$5,5 bilhões de investimentos, 26 TUPs autorizados em investimentos, oito contratos que se revelam como R$1 bilhão em investimentos e fizemos reequilíbrio de contratos para ampliação de arrendamentos, na ordem de mais de R$1 bilhão.

Aqui já são obras iniciadas nos portos públicos brasileiros: Porto de Santana, Porto de Belém, no Pará, Porto de Fortaleza, de Natal, de Suape, de Salvador, de Itaguaí, do Rio de Janeiro, de Paranaguá, de Santos e de São Francisco do Sul, lá em Santa Catarina. Tem um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande TUP lá, que vocês conhecem, Itapoá, que é estratégico. A gente tem conversado com o próprio Governador Jorginho sobre a importância daquele TUP para aquela região.

Então, aqui está um detalhamento de obras iniciadas. Como vocês podem ver, efetivamente, a gente tem priorizado a descentralização dos portos públicos brasileiros.

Aqui é um pouco das nossas ações. Está aí o Porto de Itajaí, que é um porto que estava fechado, um porto cujas operações passaram quase dois anos paralisadas. A gente teve a oportunidade de retomar essa operação do porto. Hoje nós temos quase mil empregos sendo gerados. Hoje o grupo Seara assumiu aquele porto e está, de fato, fazendo a ampla movimentação, tanto é que, em 2024, nós tivemos um crescimento substancial de mais de 10% na movimentação do Porto de Itajaí. Eu acho que está sendo muito saudável, e nós vamos fazer o canal de acesso daquele porto, vamos fazer uma concessão do canal. Pagamos ontem R$40 milhões em investimentos para dragagem, para que a gente possa manter sempre esse porto funcionando e operando.

A gente está trabalhando com o Porto Sem Papel, para, cada vez mais, a gente ter portos automatizados, digitalizados, portos que dialogam com a globalização internacional. Nós lançamos, pela primeira vez, um planejamento portuário setorial. Avançamos também na publicação de planos mestres, o que dá um diálogo das diretrizes do nosso ministério.

Sobre o programa Navegue Simples, a gente tem construído esse programa ao lado do Tribunal de Contas da União. Para você ter uma ideia, hoje um TUP, um terminal de uso privado ou uma concessão portuária, demora, em média, quatro anos – quatro. A gente, através do Navegue Simples, conseguiu reduzir para um ano e dois meses. O que é que significa isso? Acelerar a carteira de investimentos do setor privado brasileiro.

Então, o Tribunal de Contas nos ajudou, ao lado da Antaq, para que a gente pudesse acelerar, Senador Efraim, essa carteira de investimentos dos portos públicos brasileiros.

Criamos também o primeiro Fórum Permanente dos Trabalhadores Portuários, no qual a gente, todo mês, senta-se à mesa e dialoga sobre a agenda do setor portuário.

Nós avançamos, recentemente – foi assinado lá em São Paulo –, o Portus. É um acordo na ordem de R$5 bilhões, que vai atender a 8 mil trabalhadores que, nesses últimos 15 anos, tiveram perdas salariais de décimo terceiro salário, perdas nos seus contracheques, perdas de ganhos de produtividade. A gente conseguiu construir esse acordo, que vai beneficiar 30 mil famílias brasileiras, e é uma injeção de quase R$5 bilhões na economia do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Porto Sem Papel está ali novamente, e o foco que a gente tem dado é a agenda da sustentabilidade nos portos públicos brasileiros.

O que é que o mundo quer hoje? O mundo quer crédito, o mundo quer bons projetos, o mundo quer projetos com sustentabilidade, quer segurança jurídica – e o Brasil hoje tem segurança jurídica – e, agora, a reforma tributária, porque isso vai dar mais segurança para quem quer prover investimentos no Brasil, tanto é que o mundo, hoje, observa o Brasil como a grande janela de oportunidades, e o nosso Trump tem ajudado nas medidas protecionistas que tem tomado. Isso acelerou a procura de investimentos no Brasil.

Falando um pouco agora de hidrovias, nós criamos a Secretaria Nacional de Hidrovias, é a primeira vez na história que se tem uma secretaria... Para você ter uma ideia, o Brasil tem uma dívida histórica com a agenda hidroviária brasileira. Não tem sentido nós passarmos 30 anos no Brasil e o Brasil não ter uma concessão hidroviária no país. Quando a gente pega a Europa, os Estados Unidos, mais de 70%, muitas vezes, dos transportes nesses países, Senador Fernando, é na agenda hidroviária. Isso significa agenda da sustentabilidade; isso significa redução no custo logístico em quase 40%; e, sobretudo, ajuda na agenda ambiental brasileira, tanto é que, a cada 20 mil toneladas transportadas, são necessários 500 caminhões, e isso pode ser feito com duas barcaças, tirando 500 caminhões da estrada brasileira.

Então, eu conversei muito com o Presidente Lula sobre a necessidade de a gente poder priorizar a agenda hidroviária brasileira, ao lado da Antaq e do setor produtivo brasileiro, que tem apoiado.

Aqui fala um pouco da movimentação. Nós tivemos, em 2024, uma movimentação de transporte de cargas de 126 milhões de toneladas. Houve uma queda, por conta da seca do Norte, mas este ano a gente espera um crescimento para 130 milhões de toneladas, com o foco na soja, milho, bauxita e ampliação de movimentação de contêineres.

Aqui fala um pouco da criação da Secretaria Nacional de Hidrovias.

A dragagem do Rio Madeira, Senador Alan...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SILVIO COSTA FILHO – ... aquela região que é fundamental e que o Senador Eduardo Braga, o Senador Omar Aziz, muitos Senadores... O Senador Marcos Rogério, lá atrás, se não me falha, fez um pronunciamento sobre a preocupação dele com as secas naquela região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que é que acontecia? Naquela região do Rio Amazonas (Manaus, Itacoatiara) e do Rio Solimões (Coari, Benjamin Constant, Tabatinga), sempre houve, naquele momento... Historicamente, sempre há seca naquela região. E veja, Senadora: ia acontecendo todo ano, independente do governo, e o ministro ia fazendo emergencial, fazia emergencial, fazia emergencial... Então, não havia um planejamento e havia uma descontinuidade por falta de planejamento do setor produtivo. Nós construímos uma licitação, ao lado do Tribunal de Contas; agora, para essa dragagem, a gente já tem empresa ganhadora, para que, independente do governo... Nos próximos cinco anos, essa empresa já tem a obrigação de fazer as dragagens, para que não possa ter nenhuma paralisia para o escoamento da produção daquela região. Esse foi um avanço importante.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SILVIO COSTA FILHO – Falando um pouco de investimentos públicos, a gente tem... Se vocês pegarem – esse é um dado em que cabe uma reflexão –, em quatro anos do Governo anterior, nós tivemos R$500 milhões de investimentos, chegou a R$500 milhões, aproximadamente; em dois anos, 2023 e 2024, foram quase R$800 milhões de investimentos, mais que o dobro; e, neste ano, 2025, em que a gente está acelerando a carteira de investimentos públicos, vamos chegar a quase um R$1 bilhão. Ou seja, em 2023, 2024 e 2025, serão mais de R$1,5 bilhão de investimentos nas hidrovias do Brasil.

E um dado importante: os árabes e os chineses estão procurando muito o Governo, para a gente poder avançar.

Aqui são obras de IP4, que é muito importante para a Região Norte do país.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SILVIO COSTA FILHO – O Pedral do Lourenço, o famoso Pedral do Lourenço: foram 12 anos para a gente poder ter essa licença ambiental – 12! –, prejudicando completamente o Arco Norte do Brasil e, sobretudo, aquela região do Tocantins ali, que é estratégica para o escoamento da produção, de que o Senador Zequinha, lá atrás, tratou comigo.

O Senador Zequinha me deu um dado, que depois eu fui estudar, e fiquei preocupado com esse dado. Ele disse: "Silvio, com o Pedral do Lourenço feito, nós vamos sair de 2 milhões de toneladas para 20 milhões de toneladas de escoamento do agro naquela região". Então, o que é que acontece? Nós estivemos com a Ministra Marina. É uma decisão política do Governo.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SILVIO COSTA FILHO – A expectativa – está ali o nosso Secretário Nacional de Hidrovias – é que agora, no mês de maio, a gente esteja com a licença ambiental do Pedral do Lourenço pronta, para que a gente possa fazer essa obra. Vai dar em torno de R$1 bilhão; já tem R$400 milhões esse ano alocados por parte do Orçamento do Congresso Nacional, para que a gente possa fazer essa obra estratégica para o desenvolvimento do agronegócio do Brasil, entre outros insumos que serão transportados naquela região.

Além disso, a regulamentação da BR do Mar, que vai dar segurança à navegação brasileira.

A BR dos Rios. A expectativa, Senador Jorge, é de que a gente possa, em junho, assinar a BR dos Rios – e o senhor não está nem convidado, mas intimado a estar presente –, porque a gente está criando segurança jurídica para que se tenha um marco para os próximos dez anos. Então, a gente está criando esse investimento estratégico para a fundamentação da BR dos Rios.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SILVIO COSTA FILHO – Então, algumas dragagens, alguns investimentos.

Eu vou concluir, Senador.

Aqui é um dado importante...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Essas são perguntas para o senhor.

O SR. SILVIO COSTA FILHO – Perfeito.

Eu tenho uma excelente relação com o ex-Ministro Paulo Guedes. Eu sempre conversei com ele sobre a importância de a gente poder preservar o Fundo da Marinha Mercante.

Em determinado momento, esse fundo voltou para o OGU. Numa das primeiras conversas que eu tive com o Presidente e com o Ministro Haddad, eu disse: "Olha, Ministro, Presidente, não há projeto sem crédito no mundo. Não há projeto sem crédito".

A primeira medida que nós temos que tomar é preservar, nos próximos quatro anos, o Fundo da Marinha Mercante para a gente investir na navegação brasileira. Nós temos hoje quase 35 bilhões de recursos disponíveis de operações. Quando eu fui ver, o que é que tem de projeto de navegação? Tinha em torno de 20 bilhões. Aí, eu convenci o Governo. Disse: "Olha, vamos fazer assim: o que é navegação de projeto é prioridade no Brasil – vamos fortalecer a indústria naval e a indústria de navegação –, mas tem muitos projetos portuários estratégicos no país que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisam de crédito". Então, vamos passar a financiar de maneira mais objetiva parte do Fundo da Marinha Mercante, financiar projetos portuários em Santa Catarina, no Espírito Santo, no Amapá, no Rio Grande do Sul, do Senador Heinze, que vai buscar recursos do Fundo da Marinha Mercante, o ITG02 agora, no Rio, na área da mineração. Financiamos quase 4 bilhões do grupo J&F, que está fazendo 400 barcaças que vão atender aquela região norte e sul do Brasil, que vão escoar minério para o Rio Paraguai, que vão fazer todo o escoamento subindo ali aquela região. Então, o Fundo da Marinha Mercante...

Veja que dado importante: contratados de obras já em andamento e que vão iniciar... Para vocês terem uma ideia, Senadora e Ministra Tereza, veja, Senador Jayme, que dado impressionante sobre o qual cabe uma reflexão do Senado da República: em quatro anos passados, praticamente o programa não avançou na expectativa que poderia ter avançado. Foram feitos, de operações, de contratos assinados, R$1,5 bilhão. Em dois anos, nós assinamos R$6,5 bilhões de contratos e, agora, para 2025 e 2026, vamos assinar mais R$16 bilhões. Isso significa dizer que, no Governo do Presidente Lula, em quatro anos, nós vamos assinar, do Fundo da Marinha Mercante, entre navegação, indústria naval e setor portuário, o equivalente a R$22 bilhões, o que terá um efeito prático na melhoria da logística brasileira, mas sobretudo no estímulo à economia do país.

E, de projetos já aprovados pelo Comitê Gestor do Fundo da Marinha Mercante, nós tivemos, de projetos aprovados nos quatro anos anteriores, R$44 bilhões – perdão, R$14 bilhões – e, agora, de projetos aprovados... Eu tenho me dedicado a isso permanentemente, atendendo lá no ministério o setor produtivo, até porque eu acho que nós temos que priorizar a agenda do setor produtivo brasileiro, nós temos que homenagear quem produz no país. Quem defende o trabalhador não é só o sindicato, não; quem defende o trabalhador é quem produz e quem gera emprego no Brasil. E é por isso que a gente tem trabalhado para fortalecer o setor produtivo brasileiro. Então, nós temos aí... podemos chegar a ter de contratos aprovados quase R$80 bilhões. Senador Confúcio, imagine o Brasil ter de contratos aprovados e assinados para os próximos dez, quinze anos, quase R$80 bilhões de investimentos no setor.

"Mas, Silvio, esse dado existe?" Existe. Só a Wilson Sons pegou quase 2 bilhões de investimentos. Então, a gente vai pegando um detalhamento... Quando a gente pega esses dados, são animadores e dialogam com a necessidade do agronegócio brasileiro.

Aqui fala um pouco da regionalização, porque a gente tem tido um olhar para a regionalização: Amazonas, Pará, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia. O Nordeste também está fazendo algumas operações. Aqui é só um detalhe para não me adiantar muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui são as concessões de hidrovias. Isso aqui é uma prioridade nossa. Nunca houve, Senador, hidrovia no Brasil. Isso é uma coisa incompreensível por nós da parte da classe política brasileira. A gente está focando agora em seis hidrovias no Brasil: a primeira é do Rio Paraguai, que é o Paraguai-Paraná, já está em audiência pública – a gente espera investimentos de quase R$3 bilhões na hora em que essa modelagem estiver pronta, e já há alguns grupos hoje interessados em fazer a concessão do Rio Paraguai –; a do Rio Madeira, que é estratégica naquela Região Norte do país; Lagoa Mirim, no Rio Grande do Sul, que vai subindo todo o escoamento para a região da América do Sul brasileira; a do Tocantins, de que eu falei agora há pouco, a Hidrovia do Tocantins, que, depois da obra do Pedral do Lourenço feita, vai ampliar de 2 milhões de toneladas para mais de 20 milhões de toneladas o escoamento da produção; a do Tapajós, no Mato Grosso, que está em estudo no BNDES – a do Tocantins já está em estudo no BNDES –; a Hidrovia Verde também, que está em estudo; e a do São Francisco.

Essa hidrovia do São Francisco foi lá atrás pensada na década de 1950. Essa hidrovia, Senador Zequinha, pode nos ajudar demais. Por exemplo, Pernambuco tem um grande potencial na área da avicultura, tem um grande potencial no setor gesseiro. Então, o setor da avicultura, o setor da pecuária, o setor da suinocultura ou da piscicultura precisam se alimentar de ração. Então, com a Hidrovia do São Francisco feita, a gente vai pegar o milho do oeste da Bahia e o milho do sul do Piauí e escoar para Pernambuco, da mesma forma como a gente pode estimular o polo gesseiro do nosso estado para subir para a Região Nordeste do Brasil e sul de Minas Gerais o gesso – até porque está vindo o gesso da Espanha e está prejudicando a economia do Estado e da Região Nordeste –, como também a gente tem a fruticultura, a gente tem a piscicultura, tem outras regiões, como você conhece bem a piscicultura, Senador Jorge, do Nordeste, então a gente está tendo olhar para essa região.

E há a Hidrovia do Parnaíba, que a gente está anunciando agora no mês de maio, possivelmente será R$1 bilhão de investimentos, feitos pelo Governo do Estado do Piauí, que vai ajudar no escoamento de minério, de fertilizantes, de grãos da Região Norte do Brasil.

Então, nós precisamos muito do Senado Federal no apoio a essa agenda hidroviária brasileira, porque essa não é uma pauta apenas do Governo do Presidente Lula, essa tem que ser uma pauta do Brasil, tendo em vista os grandes desafios que nós temos colocados no escoamento do agronegócio brasileiro.

Aqui fala um pouco da sustentabilidade: da transição energética; da COP 30; do Comitê Interministerial de Navegação, que nós criamos; da agenda da sustentabilidade, em que a gente tem que focar; como eu disse lá atrás, na apresentação da aviação, do SAF, que é fundamental;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da questão de financiamento: do Fundo Nacional de Aviação, dos R$4 bilhões para aviação, das debêntures, que a gente criou ao lado do setor produtivo – a gente tem feito operações de debêntures no ministério; é a primeira vez que a gente está fazendo, na história, a operação de debêntures no setor portuário brasileiro –; do Reporto, em que o Senado e a Câmara nos ajudaram muito, que nos ajuda a preservar a nossa competitividade com o mercado internacional; do guia de financiamento que nós lançamos no ministério.

Senador, a gente termina falando muito – até para não ficar um monólogo –, mas eu quis apresentar um pouco do que nós estamos fazendo à frente do ministério.

Não é uma tarefa fácil, a gente sabe disso, a gente sabe dos desafios que estão colocados para a agenda da infraestrutura brasileira, mas eu estou muito confiante com o momento que vive o Brasil e com o momento que vive a agenda da aviação, do setor portuário e do setor hidroviário brasileiro.

A gente pode, nesses próximos cinco anos, se transformar em uma das grandes potências mundiais. O Brasil saiu da 12ª economia para a 10ª. Podemos chegar, em dois anos, à 8ª economia do mundo, e o agronegócio... Não tenho dúvida de que daqui a 15 anos pode faltar alimento no mundo, e o Brasil será, como já é hoje, o grande celeiro de consumo do mundo, e a gente tem que estar preparado, preparado com o setor produtivo, com o setor público, para fazer com que o Brasil cresça, se desenvolva, gere emprego, gere renda e que a gente possa, sobretudo, resgatar a esperança dessa nova geração de brasileiros que acreditam num país mais justo, mais solidário, mais humano e mais fraterno.

Então, muito obrigado pelo convite que recebi de poder vir aqui ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço ao Ministro Silvio Costa Filho pela exposição que faz, exposição longa, mas rica em detalhes e abordando dois temas que são centrais para o desenvolvimento do país, dois setores que são extremamente sensíveis à política de infraestrutura: o setor da aviação e o setor dos portos, da navegação brasileira. Eu acho que o Brasil tem um desafio para além dos investimentos que você tem direcionados a cada um desses modais, você tem uma necessidade no Brasil de fazer uma discussão, uma discussão que não se centre apenas no modal em si, que é a discussão da intermodalidade.

Você fala de um modal que é tão estratégico para o desenvolvimento da logística brasileira, que é o das hidrovias, da navegação, e aí você tem, paralelamente a ele, como corredor necessário, o setor rodoviário e o ferroviário. A gente tem – e isso é uma situação que se arrasta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao longo dos anos, ao longo dos tempos – uma política que muitas vezes é focada, cada uma dentro do seu setor, mas não tem essa capacidade de integração, da visão. O que está fazendo o Ministério da Infraestrutura, agora o Ministério dos Transportes no sentido de viabilizar uma política eficiente, que integre os modais? Porque não tem porto forte, não tem hidrovia forte se você não tem uma rodovia bem estruturada, uma ferrovia bem estruturada, portos secos, portos de integração, para você fazer chegar o escoamento até as nossas hidrovias.

Só para se ter uma ideia – aí arrastando um pouco para o quintal de casa – o Ministro Silvio Costa falou aqui de cento e poucos milhões de toneladas de escoamento da nossa produção pelas hidrovias. Dessas cento e poucos mil toneladas, 14,5 mil toneladas passaram pelo porto público e pelos portos, terminais privados lá do Estado de Rondônia, da nossa capital Porto Velho. Só para se ter uma ideia da dimensão que é, o potencial que nós temos. E onde está o gargalo, Senador Confúcio? O gargalo está no acesso até os portos.

O Senador Zequinha apontava para o Ministro Silvio, aqui, um desafio que é do Pará. E olhando para cada região, nós vamos encontrar essa mesma dificuldade. Você tem uma solução inteligente de menor impacto ambiental mais barata, que é o modal hidroviário, mas você tem ao mesmo tempo, ao lado, o grande desafio que é promover a integração até esses pontos de embarcação e, enfim...

Então, meu cumprimento a V. Exa. pela presença e pela riqueza de detalhes que trouxe à Comissão de Infraestrutura, à Comissão de Desenvolvimento Regional.

Passo, nesse momento, a ouvir aqui o conjunto dos Senadores e das Senadoras que se inscreveram, inicialmente priorizando os Parlamentares que são subscritores dos requerimentos. Tem o Senador Confúcio Moura, a Senadora Tereza e o Senador Amin, que também foi subscritor – quem foi, da CDR? –, e a Senadora Dorinha, que não está.

Eu faria, nesse primeiro bloco...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – A Profa. Augusta também é subscritora.

Então, eu faria, nesse primeiro bloco, os subscritores, e na sequência os demais Senadores, em blocos de três.

O Senador Heinze também está pedindo para se inscrever.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Confúcio Moura foi o primeiro que apresentou; e a Senadora Tereza.

Senador Confúcio, eu posso ouvir V. Exa. Se V. Exa. permitir, a Senadora Tereza me fez um comunicado de que precisa... Como ela é subscritora também, e é a primeira mulher a solicitar a palavra, nós vamos fazer essa distinção.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Como bons conservadores, primeiro as damas, não é isso, Senador Confúcio?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Vou conceder a palavra à Senadora Tereza Cristina.

Na sequência, como autor, o Senador Confúcio Moura.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para interpelar.) – Muito obrigada, Presidente Senador Marcos Rogério.

Eu quero agradecer ao Senador Confúcio pela gentileza de me conceder a primazia de fazer a primeira fala.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Com alegria.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Ministro Silvio, parabéns pela apresentação. Acho que nós hoje ouvimos aqui o conjunto da obra do que o seu Ministério vem trazendo e isso é muito importante para que os Senadores saibam o que está acontecendo, até para que a gente possa ajudar em projetos que estejam tramitando nesta Casa, olhando o Brasil como um todo. E o senhor tem razão quando o senhor falou que as hidrovias no Brasil nunca foram priorizadas. O meu Estado do Mato Grosso do Sul tem duas grandes hidrovias, a do Paraguai e a do Paraná: a do Paraná, com mais dificuldades, porque temos muitas eclusas para serem ultrapassadas pelo rio por conta das hidrelétricas; e a do Paraguai, que não tem nenhuma eclusa, mas na qual nós temos um problema sério. E é um problema – e eu gostaria de deixar uma pergunta – que eu tenho certeza de que reflete em todas as outras hidrovias: é o problema ambiental.

Então, se nós não resolvermos o problema das licenças de maneira célere, olhando o desenvolvimento do país... Nós já temos um problema de planejamento, como bem colocou aqui o Senador Marcos Rogério, e nós precisamos dessa integração. O processo é multimodal. Ele precisa de rodovias, ele precisa de ferrovia, ele precisa de hidrovia, porque, diferentemente dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estados Unidos, que têm uma hidrovia que corta o país, facilitando o acesso de toda a área produtiva dos Estados Unidos, meu querido Senador Confúcio, levando para o mar a produção americana, aqui a nossa produção está no interior. Então, nós precisamos mais ainda dessa multimodalidade do sistema de logística para o Brasil, barateando custos de produção.

E a gente sabe que, onde a hidrovia funciona, você diminui muito o custo de produção. O Brasil consegue produzir uma soja mais barata que o resto do mundo, tendo todas essas dificuldades de logística que nós temos: de sermos um modal rodoviário preponderantemente, de termos ainda poucas hidrovias, poucas ferrovias.

E esse é um assunto também que não está na sua pasta, mas que nós temos que ter como prioridade. Aí nós falamos em meio ambiente, mas a gente coloca caminhão à vontade, soltando, emitindo gases de efeito estufa para o mundo, emitindo...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – Aos bilhões de toneladas.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – ... aos bilhões, e a gente não prioriza ferrovia, não prioriza hidrovia.

E a hidrovia talvez seja o modal mais barato. Eu até não tenho esse levantamento, mas deve ser o quilômetro mais barato que a gente tem de escoamento de safra.

A agricultura brasileira está pronta para produzir muito mais do que produz hoje. Ela está pronta! É o único país do mundo que, se tiver um problema "olha, precisamos produzir mais"... Toda hora a gente ouve: "Os 40 milhões de terras degradadas...", e o Brasil não precisa derrubar uma árvore sequer para produzir e ainda temos o que derrubar para produzir pelo nosso Código Florestal, podemos ainda produzir mais com essa abertura de novas fronteiras aí no Matopiba. Enfim, então, a importância da logística para a agricultura – para tudo, mas principalmente para a agricultura – brasileira é fundamental, e para alimentar o mundo.

Então, eu fico muito feliz de a gente ter a hidrovia sendo priorizada.

O meu estado tem lá a hidrovia do Paraguai – o senhor colocou que vão construir 400 barcaças para levar minério –, que pode trazer diesel da Argentina, pode trazer fertilizantes do mar; leva soja, enfim, tem uma mão dupla, tirando o caminhão das rodovias. Agora, tem que ter prioridade. Nós não podemos ter lá o Pedral. Há quantos anos o senhor colocou? Doze anos, vinte anos? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Doze anos que se fala desse bendito Pedral e não se tem a licença para explodir lá. É a mesma coisa na hidrovia do Paraguai. Nós precisamos explodir umas pedrinhas lá, nem é tão grande assim, e aí nós não temos o licenciamento.

Então hoje nós temos esse problema que precisa ser ultrapassado. Problemas tem, mas nós temos como mitigar. Então nós não vamos acabar com o mundo, porque nós vamos explodir uma pedra, mas nós estamos tirando milhões de toneladas de CO_2, que são emitidos por caminhões, quando a gente resolve um problema de uma hidrovia e também de portos, em que a gente tem caminhões acumulados para poder exportar. Então eu fico por aqui.

A minha pergunta é a seguinte: nós vamos ter prioridade mesmo? Esses recursos serão alocados mesmo, do Fundo da Marinha Mercante? Eles vão ser colocados? Porque isso é fundamental para o desenvolvimento do nosso país e para o desenvolvimento da nossa agropecuária.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fazendo soar a campainha*.) – Muito obrigado, Senadora Líder Tereza Cristina.

Conforme anunciado, na sequência, o Senador Confúcio Moura. Eu vou ouvir o conjunto de três Senadores. Na sequência o Ministro responde, e assim a gente segue para os demais inscritos.

Muito obrigado.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, primeiro eu quero agradecer a V. Exa. por ter pautado esta audiência pública, onde podemos constatar o interesse pelo número de Senadores presentes, inúmeros convidados, assessores, consultores, técnicos e provavelmente empresários do ramo estão aqui no plenário, e muita gente assistindo à distância pela internet.

Quero agradecer ao Sr. Ministro também por atender ao nosso convite. É muito importante a sua presença aqui.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Foi muito didático em sua explanação. Eu até tinha feito uma exposição escrita, mas vou dispersar, porque o senhor esclareceu grande parte do que eu escrevi aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho observado, Sr. Presidente... Vou destacar aqui três ou quatro Parlamentares, ao longo do meu convívio aqui no Parlamento, os quais lutavam muito por infraestrutura portuária e aeroportuária. Eu vou falar do mais antigo, Alberto Silva, do Piauí, que foi, além de Governador, foi Senador e foi Deputado Federal. Ele lutou realmente muito pela navegabilidade do Rio Parnaíba. Ele discursava incessantemente falando das belezas do Delta do Parnaíba – fantástico –, ele queria que o Parnaíba se comunicasse com o Brasil inteiro, esse era o sonho do falecido Parlamentar, brilhante Governador Alberto Silva.

Aqui mais recente em nosso meio, contemporâneo, o Irajá, o tanto que o Irajá tem falado do Pedral do Lourenço, do derrocamento do Pedral do Lourenço. Eu acredito que a metade dos discursos do Irajá nas Comissões e no Plenário, é falando do mesmo tema. Isso é muito importante, emite uma energia tão boa, que chegou ao ponto agora de o ministro alocar um recurso de 1 bilhão e pouco para fazer o derrocamento do Pedral do Lourenço, que será um investimento fantástico para a melhoria da navegabilidade do Rio Tocantins na sua plenitude, é uma integração maravilhosa.

E tem mais um que os velhos Parlamentares aqui podem lembrar, do Deputado Nilson Gibson, de lá de Pernambuco. O tanto que o Nilson Gibson falava no Plenário – o senhor bem sabe disso, seu pai foi colega do Nilson Gibson –, o tanto que ele falava do Porto de Suape, e está lá o Porto de Suape funcionando, pela energia daquele Parlamentar brilhante. Eu não sei se ele é vivo ou falecido, mas ele deixou marcas aqui nos *Anais da Câmara dos Deputados*.

Por fim, cito mais um, que é o Francisco Ariosto Holanda, que foi também Deputado Federal, Ministro, secretário de estado lá no Estado do Ceará, o Porto de Pecém. Toda aquela área portuária de Pecém foi um trabalho fantástico, didático, repetitivo de Francisco Ariosto Holanda.

Então, eu destaquei quatro nomes aqui só para observar como é importante a defesa de pautas de integração e de infraestrutura no país. Mesmo assim, um Parlamentar... Aparentemente era só um discurso, mas, devido à sua renitência e repetição, a coisa aconteceu. Então, eu tiro o chapéu para esses brilhantes Parlamentares e tantos outros – eu não vou me lembrar de todos aqui – que têm trabalhado essas pautas fantásticas sobre a infraestrutura portuária e também a área de logística.

Eu agradeço muito a visita. Eu não vou fazer nenhuma pergunta. Sobre as perguntas de Rondônia, V. Exa. explicou muito bem, o que realmente interessaria muito a nós lá do estado. O Senador Marcos Rogério também já pontuou alguns pontos extremamente importantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço a V. Exa. e o parabenizo pela sua presença honrosa. E foi o motivo que me fez ser o autor, com os outros colegas, do convite para estar aqui presente, porque eu sei que o tema seria palpitante, interessante. Realmente todos aqui estão movidos e satisfeitos com a sua explanação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, nobre Senador Confúcio Moura.

Na sequência...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Eu queria pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pela ordem, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para interpelar.) – ... só um minuto.

A nossa Ministra já falou como mulher e acho que o mais velho quase aqui também tinha o direito, até pelo Estatuto do Idoso, né? (*Risos.*)

É só um minuto.

Eu só quero cumprimentar o Ministro Silvio Costa aqui.

O SR. SILVIO COSTA FILHO – Obrigado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Eu confesso que saio extremamente animado desta audiência de V. Exa. aqui, porque, na verdade, é só notícia ruim que nós temos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – A sua fala aqui, confesso, me encheu de satisfação e sobretudo de esperança, na medida em que, se o que o senhor falou de fato acontecer – e eu espero que aconteça –, realmente estarão sendo contempladas todas as regiões do Brasil, seja na questão aeroportuária, seja na questão dos nossos portos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, eu só quero pedir para o senhor uma coisa. Lamentavelmente, o transporte aéreo no Brasil, a cada dia que passa, parece que está de mal a pior, na medida em que nós lá de Mato Grosso, sobretudo ali da região da grande Cuiabá, que congrega mais de 1,2 milhão de habitantes, temos muita dificuldade em relação aos voos. As companhias de transporte aéreo reduziram sobremaneira o número de oferta de aeronaves.

Dito isso, eu queria pedir a V. Exa. para fazer uma intervenção junto a essas companhias para melhorar. Lamentavelmente, em Cuiabá, hoje nós temos três, quatro voos. Muitas vezes temos que sair de Cuiabá, ir a São Paulo para vir a Brasília. A maioria dos voos está acontecendo dessa maneira, além de serem caríssimas as passagens – é bom que se esclareça aqui. Acho que é uma das tarifas mais caras do Brasil. Eu faço esse apelo ao senhor, como Senador já no segundo mandato, Prefeito da minha cidade por três mandatos, Governador, eu faço esse reclame aqui, pedindo sua intervenção junto às companhias aéreas para melhorar a oferta de números de aeronaves lá, para fazer o transporte da população mato-grossense, porque ali concentra praticamente todo o estado, em que pese nós já termos lá em Sinop voo direto para algumas partes do nosso país. Espero que possamos também melhorar o ambiente em relação a essa questão que eu estou falando, que é muito grave. Há uma reclamação da população mato-grossense em relação a essa oferta.

E, concluindo: foi internacionalizado o Aeroporto Marechal Rondon, lá em Cuiabá. Foi uma luta incessante de todos nós há alguns anos, mas, graças a Deus, está internacionalizado. Mas nós não temos nenhum voo internacional, Senador Alan Rick, lamentavelmente.

Eu queria pedir a V. Exa. sua intervenção para que uma dessas companhias, seja a Gol, a TAM, a Azul, qualquer uma que seja, também ofereça um voo internacional passando por Cuiabá. Não adianta um aeroporto ser internacionalizado e não ter nenhum voo; ter a estrutura da Anvisa, do Ministério da Agricultura, da Polícia Federal, mas não ter o voo. A gente está jogando, desperdiçando dinheiro público em relação a uma coisa que não acontece.

Ademais, se eu fosse falar, eu iria falar muito aqui.

Cumprimento V. Exa. Estou muito feliz, vou sair daqui verdadeiramente fascinado pela sua fala aqui, pelo fato de que, com certeza, esse é o Brasil que nós queremos.

Muito obrigado, Senador Marcos Rogério.

Obrigado, Silvio. Parabéns!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

Eu acho que há controvérsia em relação à idade, viu? (*Risos.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Há muita, Amin?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – É apelar demais, né?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Cabelo branco facilita a essa gente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ninguém ousa questionar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E prejudica a mim...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Nós dois aqui!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A mim e ao Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Esperidião Amin, V. Exa. tem a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – Eu serei o mais conciso possível, mas tenho perguntas para fazer.

Vou iniciar cumprimentando o Ministro pela exposição.

Eu costumava dizer para o Silvio Costa, pai, que se eu tivesse alguma vez uma situação judicial em que eu tivesse pouca razão, Silvio Costa seria a solução. (*Risos.*) Ele era o melhor advogado para as causas difíceis, para não dizer causas perdidas. Mas a sua capacidade de exposição... E ele sabe disso, ele gostava. Isso ajudava a banca, a advocacia dele a ser valorizada.

Mas eu quero cumprimentá-lo pela exposição, pelas atitudes que eu pude testemunhar até aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E vou começar falando sobre a questão de suas estatísticas. Quando o senhor apresenta as estatísticas, por exemplo – se consegue recuperar –, de movimentação aérea, voos, nós temos que pegar 2019 como início. Porque 2020 foi um fiasco, 2021 também. Então, a grande dúvida é a seguinte: nós recuperamos mais ou menos do que os Estados Unidos o patamar de 2019. Até onde eu acompanhei a nossa recuperação – positiva, portanto –, nós já estávamos com 8% acima de 2019, mas eu não tenho o dado atual.

Isso vale para portos também. Movimentação portuária de 2020, ainda que tenha sido menos afetada... Mas se o senhor começar por 2022 as estatísticas, o senhor não vai nos dar a realidade de que nós precisamos, quando pleiteamos lá no ministério, por exemplo, a questão da segunda pista do Aeroporto de Navegantes – e aí temos que assumir o encargo de fazer a pesquisa de demanda. Estou falando de uma matéria que está no Supremo Tribunal Federal, que não é da sua responsabilidade, mas a dúvida é essa.

E no caso lá, queria deixar uma questão para o senhor mandar estudar. Os blocos, no nosso caso – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul –, tiveram nove aeroportos concedidos, concessionados, como queira, num único leilão, o Bloco 6. Comenta-se – e vou dar aqui um nome – que a CCR contratou quatro bancos para fazer a modelagem da venda, ou da cessão, subcessão, não sei como vai ser...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, a concessão é dela; ela ganhou.

Como é que vai ser a subconcessão?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – Quarteirização.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas tem que ser por bloco, senão vai acontecer de separar filé-mignon da carne de pescoço.

Então, eu queria alertar, especialmente diante da presença aqui do Secretário Nacional de Aviação Civil... Eu não estou criticando a CCR, não, mas uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Se eu ganhei um leilão de um pacote, eu posso vender o filé-mignon do pacote? É uma questão jurídica que eu coloco, porque nós queremos que o senhor possa sempre dizer que está multiplicando as concessões, mas temos que ter uma avaliação do que está acontecendo com as concessões. Então, acho que uma ação sua junto com a Anac, a Secretaria Nacional de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aviação Civil, para avaliar o desempenho das concessões, como já existe avaliação do desempenho dos aeroportos.

Nós já estamos ficando um pouco... Parece até gauchada – né? Só porque o aeroporto de Florianópolis foi tetracampeão, eles começam a ficar... (*Risos.*)

Parece um gaúcho, padrão Luis Carlos Heinze, que, pela sua postura germânica, sempre é altivo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, o que eu queria colocar para o senhor são estatísticas, tanto para portos quanto para aeroportos, porque isso vai dimensionar a nossa potencialidade.

E a comparação, no caso do transporte aéreo, é de 2019. Eu até deixaria essa pergunta: nós, em relação aos Estados Unidos, estamos abaixo ou acima na recuperação?

Segundo, queria chamar a sua atenção aí na área dos portos, nesta semana está se realizando, em Londres, o último debate da IMO (International Maritime Organization), que vai definir um novo combustível. As mais longas rotas de importação e exportação do mundo são as nossas, especialmente as do Sul do Brasil, mas do Norte também, porque nós compramos e vendemos para o Hemisfério Norte. O senhor já imaginou se eles mudam o combustível do *bunker oil* para o hidrogênio verde – e nós não temos nem navio, nem porto habilitado – e aplicam uma multa de 100% sobre o frete? Já imaginou? Onde é que vai parar a nossa competitividade? Então, eu queria...

Quem tem acompanhado esse assunto é o pessoal da Marinha e do Ministério das Relações Exteriores, mas esse conclave lá para eleger o Papa termina dia 11 de abril. E eu queria reforçar essa necessidade em nome da competitividade do país. Eu, pessoalmente – quem sou eu? –, acho que, se nós conseguirmos defender o combustível, o álcool de cana, o etanol, e os Estados Unidos, do milho, nós faremos uma boa aliança com os Estados Unidos e incluiremos a África, que é onde se pode plantar ainda, Seif; na Europa, não dá para plantar. E o hidrogênio verde, que se apregoa, eles não têm energia para produzir o hidrogênio verde. Então, o combustível marítimo pode ser uma armadilha e pode ser uma coisa muito boa para nós, depende de estarmos atilados e ligados a isso.

Queria lhe fazer um apelo sobre aeroclube. Fiquei muito feliz quando o senhor falou da formação de pilotos. Eu tive o privilégio de fazer o curso para brevê de planador e pude arcar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com as minhas despesas, mas tem muita gente cuja família não pode custear, e os nossos aeroclubes, que agora são chamados de CIACs, prestaram e prestam um serviço extraordinário ao país – me ajude aí, Tomé! Eu gosto muito do Tomé, porque eu nasci no Dia de São Tomé e também só acredito depois de conferir. (*Risos.*)

Eu acho que apoiar com bolsas – eu até incluiria isso no Pé-de-Meia, isso é um curso técnico – e apoio aos aeroclubes. Eles, com um grão de areia, fazem um muro historicamente. Eu fiz, num aeroclube de São José, perto de Florianópolis, o meu curso. O Grob Twin 102 está lá ainda, desde 1984, é um Cadillac para pilotar. Então, eles guardam bem as coisas, é um espírito comunitário. Então, eu queria chamar a sua atenção para bolsas e equipamentos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Queria concluir, acho que tomei bastante tempo, mas lhe trago aqui contribuições efetivas. Eu queria chamar a atenção... Eu sou procurador do Kajuru, então o senhor vai me dar mais um minuto. O Senador Kajuru Nasser, no dia 18 de março, fez um pronunciamento, protestando – e o Seif, o Senador Seif e eu subscrevemos – sobre o fato seguinte: o Governo Federal, a afirmação é dele, mas nós subscrevemos, fez um empréstimo no BNDES para a empresa Azul, ele imagina, ele usa a palavra contrapartida, para atender 12 cidades, duas são de Goiás, duas de Santa Catarina; ambas foram desatendidas. Eu tenho aqui o pedido de informação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... a resposta que foi encaminhada pela Anac. Eu acho até que esse assunto é muito mais do ministério e da secretaria do que... Então, eu queria lhe entregar essa solicitação, não porque eu queira revogar o princípio muito bem lembrado pela Anac de que existe a liberdade de oferta, claro, e que tem que haver parceria dos governos estaduais, que eu acho que, em Santa Catarina, isso não tem faltado. O nosso amigo Beto Martins é bamba nisso aí, tanto é que, no de Jaguaruna, uma outra empresa – vou dar o nome –, a Latam, já cobriu o espaço aberto, mas é o tal de conferir a efetividade da política. O senhor consegue anunciar 12 aeroportos. E isso, daqui a dois, três meses, deixa de acontecer... Quer dizer, é a efetividade da política pública.

E, finalmente, quero informar que já está apresentado por mim o projeto que disciplina os eVTOLs. Eu acho que, na Anac, principalmente – certo, Dr. Tomé? – o nosso Dr. Roberto Honorato tem interesse nisso. Eu acho que é uma regulamentação indispensável. Nós temos hoje empresas já credenciadas. O *drone* é uma realidade, e esse equipamento de decolagem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vertical para transporte de cargas e, daqui a pouco, de pessoas já é uma realidade. O aeroporto de Navegantes seria o segundo do Brasil a estar qualificado para isso, se o projeto se desenvolvesse. Nós estamos lutando, não é nenhuma queixa aqui.

E, finalmente, quero cumprimentá-lo, porque o senhor está fazendo acontecer descentralização também no transporte de carga. E o maior exemplo disso é o caso de Joinville, que está bem encaminhado. Estamos evitando uma barbaridade, pois o senhor imagine um polo metalmecânico como é Joinville ter que depender de importar e exportar via Guarulhos! Por quê? Isso não é um cartório! E fármaco! Importar e exportar insumo de fármaco. Quantos caminhões a mais nós vamos botar nas estradas, que já estão congestionadas, Senadora Tereza? E, nesse caso, é forçar botar caminhão. Então, como já foi conseguida uma solução emergencial, eu gostaria muito que essa proposta de regulamentação da portaria, que é da Receita Federal, mas que se vai transformar numa mensagem conjunta da Secretaria Nacional de Aviação Civil e da Receita Federal, concretizasse o que também é objetivo do Secretário da Receita Federal, que é descentralizar e não afunilar, criar um gargalo artificial para dificultar o comércio exterior de áreas consolidadas com vocação para isso. Então, eu queria cumprimentá-lo por ter desfeito, nesse caso, uma barbaridade, que aconteceu, e abrir esse cenário para outros, como Cuiabá, como falaram aqui, como Mato Grosso do Sul, outros estados que têm essa vocação já despertada, potencialmente, verdadeira. O que falta é dar licença para executar.

Muito bem. Essas são as minhas colocações, repetindo que eu queria ter um líder assim, mas aí no seu caso... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, nobre Senador Esperidião Amin.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Senador Marcos Rogério, só um segundinho.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senadora Tereza Cristina, pois não.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para interpelar.) – Eu quero até me desculpar, porque eu estava com uma emergência, mas que agora já foi sanada, e eu vou ficar aqui para ouvi-lo.

Eu só queria colocar um ponto: Rota Bioceânica, Hidrovia do Paraguai. E aí o Senador Amin tocou rapidamente num problema que é nas hidrovias, em portos. Tivemos este problema,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no passado, na crise da pandemia, no Porto de São Francisco, que é: Receita Federal, aduana. Então, nós temos tanto na parte terrestre quanto na parte hidroviária, portuária... Portuária menos, mas a gente precisa ter a Receita Federal trabalhando junto, senão... E o Ministério da Agricultura, por que eu passei por lá e sofri por falta de funcionários para estarem nos portos, para poderem fazer... Tem que se trabalhar num combo para agilizar o escoamento, seja de produtos agropecuários, remédios, enfim, o que for, nos portos e aeroportos brasileiros e nas rodovias também.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Senadora Tereza Cristina.

Eu vou assegurar a palavra agora ao Ministro, para responder aos questionamentos e às observações feitas.

Na sequência, já anuncio os três próximos Senadores inscritos: Senador Beto Faro, Senador Alan Rick e Senador Jorge Seif.

Ministro.

O SR. SILVIO COSTA FILHO (Para expor.) – Bom, agradeço todas as perguntas, questionamentos e sugestões. Acho que isso é fundamental para avançarmos na nossa agenda do desenvolvimento.

Primeiro, Senadora, em relação à Hidrovia do Rio Paraguai, eu acho que essa é uma obra estratégica para o Brasil. Eu quero concordar com a senhora em relação aos grandes desafios que a gente tem na agenda ambiental, porque a gente sabe, muitas vezes, da burocracia dos órgãos públicos, da dificuldade das licenças, do retrabalho. Isso tem nos tirado efetivamente um gasto de energia grande, mas a gente tem procurado, quase que semanalmente, fazer reuniões com esses órgãos de controle, para que a gente possa avançar nessa agenda de liberação de licenças ambientais para a gente poder prover efetivamente esses investimentos.

Então, especificamente em relação à Hidrovia do Paraguai, a gente está confiante de que em breve a gente deva ter a licença autorizada para que a gente possa avançar nessa concessão. A gente já está fazendo as audiências públicas e, quando a gente tiver autorização, a gente espera que nesse segundo semestre a gente possa fazer a Hidrovia do Rio Paraguai, uma hidrovia que hoje movimenta, há quase dez anos, 7 milhões de toneladas. Com a hidrovia pronta, como a senhora sabe, deve chegar a quase 25 milhões de toneladas de escoamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

daquela produção, pegando todo aquele Tramo Norte, Tramo Sul, passando pela Bolívia, pelo Paraguai, pela Argentina, pelo Uruguai. Vai ser um grande *hub* logístico naquela região. Então, isso efetivamente é uma prioridade nossa. Naturalmente, a gente tendo o olhar para preservar a agenda ambiental do Pantanal, que isso, sem dúvida alguma, é um ativo do povo brasileiro. Então, essa questão da hidrovia é uma prioridade nossa.

Segundo, eu concordo integralmente com que a gente tem que avançar no plano logístico, não só do Brasil, mas a gente tem que avançar num plano logístico que dialogue com a América do Sul. Tanto é que a ex-Senadora e Ministra Simone Tebet criou as Rotas de Integração. São cinco rotas, e, nessas rotas, a gente está montando planos logísticos que vão desde a Guiana até praticamente o Uruguai e vão ampliando o diálogo com todo o mercado da América do Sul. Por quê? Porque isso vai desde uma ponte, desde uma estrada, desde uma hidrovia, a um aeroporto binacional, que está sendo construído. Então, esse plano logístico da América do Sul tem que ser ampliado cada vez mais, e a gente está trabalhando nessa direção. Em outro momento, a gente pode falar com mais calma sobre isso.

Eu tenho tentado, ao lado do Ministro Renan Filho, ter um olhar para a logística brasileira. Como é que se tem um olhar para a logística? A gente pega o que é que se tem de ativos, por exemplo, do agronegócio do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, daquela região, e o que é que a gente tem de alternativas de escoamento. A gente tem a BR lá, a gente vai ter uma ferrovia, a gente vai ter aqui uma hidrovia... Porque, dessa forma, a gente vai, independentemente do governo, fazendo um planejamento estratégico para o futuro do Brasil.

Então, a gente tem, hoje, mais ou menos esse plano desenhado e a gente tem atacado, efetivamente, nessa construção coletiva.

E é uma prioridade nossa, Senadora, hidrovias, para que a gente possa avançar nestes próximos anos.

Terceiro, em relação ao Senador Confúcio, que nos indagou sobre a questão da estratégia que esses portos do Nordeste têm... O Porto de Suape e o Porto de Pecém têm um potencial para mais que dobrar as suas capacidades nos próximos dez anos, sobretudo com a Transnordestina pronta.

A Transnordestina pronta, além de atender a todo o Nordeste – Piauí, Pernambuco, Maranhão, Ceará... –, vai ter um impacto estratégico no escoamento, vai fazer o *link* com a Ferrovia Norte-Sul, até escoando por Santos. Então, isso vai ser um *hub* logístico muito forte que o Brasil tem e vai ajudar, efetivamente, no desenvolvimento da região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a Hidrovia do Parnaíba, tão falada, que era apenas nos cantos, nos livros do Nordeste, quando se falava na Hidrovia do Parnaíba, hoje, não; há uma decisão política do Governador Rafael, o Governador do Piauí, de fazer essa hidrovia. A gente tem apoiado, e, quanto à parte desses recursos, haverá um financiamento da Eletrobras, já que a Eletrobras tem recursos ambientais de contrapartida que ela efetivamente tem que fazer.

Quarto, Senador Jayme Campos.

Quero agradecer as manifestações de apoio, de carinho, e lhe tenho a suspeição de origem, em relação a mim, porque ele sabe do apreço que tenho a ele. Então, tem uma suspeição de origem, mas – quero agradecer as palavras, agradecer também o carinho da Senadora Tereza, do Senador Confúcio – ele coloca a importância das ofertas de voos.

Eu tenho trabalhado muito isso com o Tomé Franca...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SILVIO COSTA FILHO – ... o Secretário Nacional de Aviação.

O Brasil tem uma necessidade... Hoje nós temos um *gap*, um déficit aí de quase 8% da necessidade que o Brasil tem na área da aviação. Por quê? Porque as aéreas estavam com dificuldade – e ainda estão – de crédito para poder comprar novas aeronaves e, concomitantemente, houve uma paralisia de fabricação de aviões, por conta da pandemia. Então, isso vai levar mais de dois, três, quatro anos, para que a gente tenha a repactuação definitiva da malha aérea brasileira. Por quê? Porque cada avião, como vocês sabem, demora três, quatro ou cinco anos para que ele possa chegar.

O que a gente tem feito nesse momento? Avançado na aviação internacional, ampliando cada vez mais voos internacionais, e também avançando com crédito, para que as empresas peguem dinheiro, comprem aviões – estamos trabalhando para que elas possam comprar aviões da Embraer, para fortalecer a indústria local –, e a gente ter um planejamento a curto e a médio prazo de retomada de voos. Nós vamos dar uma olhada nessa questão dos voos estratégicos para o Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, para que a gente tenha um olhar com as companhias aéreas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SILVIO COSTA FILHO – ... e veja o que está efetivamente pendente, tendo em vista o crescimento do agronegócio, tendo em vista que aqueles três estados juntos, este ano, devem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crescer mais de 5% – em 7% já se fala naquela região. Então, esse é um dado muito importante em que a gente precisa de avançar.

Depois, o nosso Senador Amin fez algumas indagações. Começando pelo número de 2019, nós conseguimos voltar ao que era em 2019; em 2019 foi em torno de 117 a 118 milhões de passagens; nós chegamos a 119 agora em 2024; e, se não fosse a cheia lá do Rio Grande do Sul, nós teríamos chegado a quase 123, 125 milhões de passageiros. Por quê? Porque no Rio Grande do Sul, no ano passado, nós perdemos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SILVIO COSTA FILHO – ... entre 3 e 3,5 milhões de passageiros que deixaram de ir para o Rio Grande do Sul por conta, infelizmente, do fechamento do aeroporto.

Segundo, em relação à segunda pista, eu acho que a segunda pista é importante que seja viabilizada, mas desde que a gente tenha a necessidade técnica e operacional, validada pela Anac, da efetivação dessa pista. São investimentos na ordem de quase R$500 milhões, e a CCR não vai fazer esse investimento sem ter esse reequilíbrio. Então, o que nós estamos fazendo? Nós já estivemos com o Ministro Zanin, estamos dialogando com o Governador Jorginho e com o ex-Senador Beto, e estamos construindo uma proposta. A gente está autorizando que essa área da segunda pista hoje ingresse no parque aeroportuário – isso já está validado pelo Ministério de Portos, a primeira etapa foi feita.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ou seja, volte para o plano diretor do aeroporto.

O SR. SILVIO COSTA FILHO – Volte para o plano diretor do aeroporto.

Na medida em que se tenha a necessidade da segunda pista, a gente vai autorizar esse reequilíbrio, para que essa segunda pista saia efetivamente do papel.

Terceiro, em relação à CCR. A CCR hoje é um ativo do Brasil, é um dos grupos que tem feito no país mais de 15 bilhões de investimentos em rodovias e em aviação. Então eu tenho tentado dialogar com essas concessionárias no Brasil.

Para você ter uma ideia, a CCR... Eu estive conversando recentemente com o Miguel Setas, ao lado do Tomé, tem 15 dias, no ministério. Eu disse: "Olha, está havendo aí uma conversa na rua [não sei como é que chama lá no estado, à boca miúda, como se diz lá no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nordeste] e está-se colocando que existe a possibilidade de venda". Ele disse: "Olha, não. Naturalmente a CCR é um agente financeiro, é uma empresa que dialoga com o mercado".

O mundo está voltando a investir no Brasil, o mundo tem procurado o Brasil, sobretudo agora um pouco por essas medidas protecionistas que estão sendo tomadas ao mercado americano, tanto o é que, nesses três meses, nós tivemos o maior volume de investimento dos últimos anos que ingressaram de recursos extraordinários do exterior aqui para o Brasil. Muita gente não está querendo ficar vivendo na tese só do rentismo, ou seja, está querendo investir em projetos de infraestrutura.

Eu até tenho conversado muito sobre isso com o Governador Tarcísio, tenho conversado com o Governador Ratinho, tenho conversado com o Governador Rafael, que é um excelente quadro hoje do Estado do Piauí, para que a gente possa trazer esses ativos para o país.

Então, por que eu estou colocando isso? Porque a venda da CCR de parte da concessão – ou seja, está ali o contrato de concessão e ela pode vender parte, mas não é permissível a possibilidade de venda de bloco – preserva o ativo positivo, e o negativo termina deixando o prejuízo para que, no futuro, o Estado... ou volte para a Infraero. Isso nós não vamos aceitar, nós não vamos permitir. Se a CCR ou qualquer concessionária quiser fazer IPO, quiser fazer a venda desses ativos para o mercado, ótimo, é importante, mas a gente não vai aceitar que efetivamente tenha venda de parte, preserve o bom e esqueça o ruim. E a gente tem conversado muito sobre isso com o Fábio Rogério, que está até aí, da CCR, que são as concessionárias.

Dentro disso, até já entrando na questão da Joinville – eu não ia falar, mas vou falar –, há o que a gente está construindo no ministério. Nós vamos anunciar agora, do mês de junho a julho: estamos construindo – o Tomé disse: "Não fale data, não, porque a pressão aumenta!" –, a gente está construindo lá, com Mariana Pescatori, com o ministério, com a Anac e com a iniciativa privada, um amplo programa de fortalecimento dos aeroportos brasileiros, o Investe Mais Aeroportos. Por quê? Porque os aeroportos hoje, como vocês sabem, Senador Marcos, viraram grandes agentes de desenvolvimento regional. Não é mais aquele aeroporto onde a gente desce, pousa e vai embora. Hoje, não. Eles são *hubs* logísticos, não só de lojas... Tem aeroportos que estão hoje com *shoppings* funcionando internamente. Eles estão se transformando, Senador Jorge, em *hubs* logísticos comerciais.

Então, o que é que a gente está fazendo? Nesse programa, Senador Mecias, que a gente deve anunciar agora neste primeiro semestre, que é o Investe Mais Aeroportos, serão grandes *hubs* logísticos, onde a gente vai priorizar o transporte de cargas no Brasil. A gente quer fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com que esses grandes grupos no Brasil, essas concessionárias, busquem a iniciativa privada para que a gente faça grandes investimentos em aeroportos. Por exemplo, no aeroporto de Petrolina, no aeroporto em Barreiras, no aeroporto de Vitória, no aeroporto de Pernambuco, no aeroporto de Recife, no de Fortaleza, no de São Paulo – entre outros, Guarulhos –, no de Florianópolis. A gente quer fazer grandes *hubs* logísticos onde devem se dar, de investimentos da iniciativa privada, aproximadamente, Senador, o equivalente a quase R$12 bilhões nos aeroportos brasileiros, e isso só do privado. Isso significa dizer, Senador, infraestrutura regional. E vai gerar emprego, vai gerar renda, vai movimentar a economia. Então, acho que esse é um dado importante que a gente, efetivamente, espera lançar em breve.

Segundo, em relação ao... que foi registrado, a essa questão da preocupação com o combustível marítimo no mundo, a gente tem tratado isso via nosso Ministério de Portos, a gente tem dialogado com esses agentes econômicos. Eu não sinto que, neste momento, vá ter alguma medida de maior tensionamento, que haja uma proibição para ter uma descontinuidade. Mas eu acho que vai haver essa discussão, que já está tendo, para, da mesma forma como está havendo na aviação, através do SAF, que é o novo combustível da aviação, que vai ajudar na descarbonização, a gente tem trabalhado, ao lado do ministério, sob a liderança lá de Mariana, a gestão ambiental de portos sem papel... Navios verdes é o termo com que a gente está chamando lá no ministério, onde a gente tem procurado desenhar esses grandes projetos pela frente, porque a gente tem, Alex, uma agenda ambiental visando à sustentabilidade.

E duas preocupações que eu tenho: tanto o SAF como o... são dois combustíveis verdes que dialogam com o futuro do mundo, da globalização, mas a gente tem que discutir o preço, porque não adianta... É fundamental, todos nós defendemos a agenda ambiental, mas o que a gente tem que discutir é o custo logístico, porque não adianta também ter preços, dos que já são pagos hoje, que impactem economicamente o agronegócio, que impactem a economia dos países, prejudicando o escoamento da produção no Brasil. Então, é um olhar que a gente está tendo para que a gente possa avançar.

Em relação aos aeroclubes, eu acho importante, a gente tem tentado fazer o programa de fortalecimento dos aeroclubes brasileiros, que não são apenas para pouso de King Air, de Seneca, de aviões menores, que os aeroclubes servem também, mas também escolas de preparação, encontros de lazer dos pais com os seus filhos, o fortalecimento dessa aviação. Nisso a gente está trabalhando, mas o grande fato de qualificação e capacitação que a gente está fazendo são parcerias com a Embraer e com a Boeing, que estão levando hoje alunos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todo o Brasil, até alunos de escola pública, para que eles possam fazer, lá em São Carlos, lá em São Paulo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SILVIO COSTA FILHO – ... esses cursos de qualificação e capacitação profissional.

Em relação ao nosso Kajuru, em relação a essa demanda da Azul, eu já conversei com o Kajuru, a gente tem trabalhado com o nosso Tomé. Vou registrar o Kajuru, da voz ativa do Senador Amin, em defesa não só do Estado, mas também do Estado de Goiás e da região, para que a gente possa tocar isso conjuntamente.

Quero registrar a importância da rota oceânica, Senador, e depois eu quero lhe fazer uma visita, ao seu gabinete, Alex, para que a gente possa – eu, você e Dino – ouvir a nossa Senadora, que – não é porque estou na frente dela – foi uma excelente Ministra da Agricultura do Brasil, ela sabe do apreço que tenho por ela, pela contribuição que a senhora deu ao setor do agronegócio brasileiro. O Brasil tem uma dívida histórica com a senhora, eu digo isso pessoalmente e publicamente, porque é importante que a gente faça esse registro. E que a gente possa fazer essa discussão também da rota oceânica, porque é um ativo em que a gente precisa efetivamente avançar.

E há a preocupação da Receita Federal. A gente está trabalhando junto à Receita, com o Barreirinhas, para que a gente possa avançar na desburocratização de projetos, que muitas vezes ficam parados um ano, dois anos, três anos, dependendo da Receita Federal. O nosso Secretário Nacional de Portos, Alex, tem praticamente... Mensalmente a gente tem feito uma reunião com a Receita. A gente fez uma ordem de prioridade nos projetos que tenham uma maior capacidade de geração de emprego, de operacionalidade, de liberação para começar junto à Receita, e a gente está destravando isso.

E outro debate que eu tenho feito – já tive autorização do Ministro Haddad, tenho conversado com o Barreirinhas –: a gente está fazendo com que também os portos secos no Brasil possam ter também a governança do Ministério de Portos, porque a gente tem a operação primária...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SILVIO COSTA FILHO – ... mas, muitas vezes, essa operação primária depende de um porto seco, então não adianta ter dois mundos diferentes, a gente tem que ter uma agenda...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. SILVIO COSTA FILHO – ... para que a gente possa casar essas operações e tentar avançar, de maneira conjunta, em portos molhados e portos secos, numa integração com a legislação, que dê mais segurança para quem quer prover investimentos no Brasil.

Eu acho que era isso, Presidente Marcos Rogério, essas indagações que foram feitas no primeiro momento.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente. Agradeço a V. Exa., que foi cuidadoso em responder a cada um dos Senadores e também à Senadora Tereza Cristina, de maneira que traz mais clareza e mais segurança para esse ambiente de debate.

Eu até faria, nessa mesma assentada aqui, alguns questionamentos, aproveitando a provocação que o Senador Esperidião Amin trouxe, e fazendo o registro em relação ao Senador Jorge Kajuru, mas eu vou deixar para lhe fazer objetivamente no final. E já vou botar o tema na mesa, porque nós estamos vivendo um momento no Brasil em que o número de companhias operando já é muito pequeno – nós temos, neste momento, três companhias operando, e uma delas ou duas delas em processo de fusão, ou seja, reduzindo a oferta de empresas no Brasil, de concorrência...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... dualidade. E na verdade, nós tínhamos uma outra companhia, que recentemente teve uma suspensão pela Agência Nacional de Aviação Civil. Eu tive a oportunidade de conversar, inclusive, com o Diretor-Geral da agência e com parte da equipe técnica. E aí eu, assim, não estou entrando no mérito neste momento, porque não é a oportunidade para fazer esse enfrentamento, mas sobre aquilo que foi dito naquele momento, em razão das cautelas que estão sendo praticadas, porém vislumbrando um mercado aberto e competitivo, o que eu observo na sequência, pela agência, é um trabalho no sentido inverso.

E aí estou falando e daqui a pouco talvez lhe questione, mas vou fazer esse questionamento à própria agência, para que preste informações a esta Comissão em relação ao que a agência decidiu na sequência, que me parece algo direcionado a operadores que trabalham para o distanciamento de um ambiente de competitividade. E não é isso que a gente quer para o Brasil. Mas eu vou lhe perguntar objetivamente, na sequência, sobre esses pontos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Abro a palavra agora aos Senadores, nesta ordem, Beto Faro; na sequência, Alan Rick e Jorge Seif.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, demais Senadores e Senadoras, Ministro, primeiro eu quero parabenizá-lo pela exposição. Já fizemos vários encontros nesse período e quero agradecê-lo por todo o trabalho que tem feito no nosso estado, no Estado do Pará.

Estive presente quando do lançamento do programa de construção das barcaças, a partir do Fundo da Marinha Mercante. O Estaleiro Maguari é um dos que está construindo lá, com um investimento alto no estado, o que demonstra aqui, primeiro, a importância de ter o Ministério de Portos.

Nós passamos por um período... Foi um ministério criado no Governo da Presidenta Dilma, e passamos por um período sem ter o ministério. Hoje você atua nesse ministério e demonstra aqui sua importância: é impossível pensar cidades, transporte, portos, aeroportos, tudo numa única pasta. Aqui, mesmo com a defesa de muitos de que nós tínhamos que ter menos pastas, está uma clara demonstração de que é fundamental ter o Ministério de Portos e Aeroportos na estrutura governamental brasileira. E ter um Ministro com a habilidade que V. Exa. tem ajuda, está certo? Então, eu quero parabenizá-lo, tanto aqui, nessa relação com o Parlamento, como na relação com os estados.

No nosso estado, tem tido investimentos, em Belém, Santarém, Altamira, Carajás, Marabá. Nós temos uma distância entre cada aeroporto, de um para o outro, na média de uns 700km. Nós vivemos num estado grande territorialmente. Grande!

Nós tivemos, no Governo da Presidenta Dilma, o lançamento de um programa por meio do qual nós faríamos mais aeroportos, nós construiríamos mais aeroportos. Avançou em alguns aspectos, mas não avançou tanto. Eu acho que nós tínhamos que fazer um processo de retomada disso e eu queria ver como a gente pode, porque a logística toda hoje, no Pará, quando se fala muito na COP... Não é só para a COP, não, é porque o estado cresceu; e nós crescemos com desenvolvimento no estado inteiro, não é só numa ponta. Então, é em agronegócio, agricultura familiar, minério, turismo... enfim, nós estamos crescendo e poderíamos trabalhar numa perspectiva de diminuir pelo menos para 500km a distância de um aeroporto a outro. E, para diminuir para 500km ali, nós teríamos que ter Cametá, Breves, Soure, Redenção, Paragominas, Tailândia, que são cidades que estão com desenvolvimento tanto nessa área da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produção, grande, turística, para que a gente pudesse ter então essa logística. Era fundamental isso, assim como o investimento nos portos que estão sendo trabalhados ali no estado.

Então quis lhe trazer uma demanda e evitar uma audiência. Trago-lhe aqui uma demanda para que a gente esteja ampliando além daqueles em que nós estamos investindo lá: Belém, com uma obra em execução, bem como naqueles outros que já foram mencionados aqui.

Portanto, é só para registrar aqui e agradecer essa relação que tem sido construída com o estado. Mas a demonstração aqui da sua fala, todos os dados que traz aqui é o que está acontecendo no país inteiro, não é só numa região, só num estado.

Então, parabéns pela atuação à frente do ministério, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Passo a palavra para o Senador Alan Rick, para suas considerações.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para interpelar.) – Obrigado, Senador Jorge Seif.

Cumprimento o Ministro Silvio Costa Filho, parabenizo-o pela explanação que trouxe acerca dos investimentos, dos desafios do Brasil.

Eu sou testemunha, Ministro, do trabalho de V. Exa. Eu moro no estado com o querosene de aviação mais caro do Brasil. Daí surgiu o nosso projeto de lei, aprovado agora, Senador Jorge Seif, na nova Lei Geral do Turismo, em setembro do ano passado, sancionada, que permite a utilização desses recursos do QAV – que eu sei que é uma pauta que V. Exa. também defende, Ministro Silvio – para subsidiar o preço, reduzir o preço do querosene de aviação nos aeroportos da Amazônia Legal.

Ora, a Amazônia Legal compreende todos os estados da Região Norte, Tocantins, parte do Maranhão e Mato Grosso. E citei aqui o preço do QAV no meu Estado do Acre: R$7,82, isso com relação ao ano de 2024. Em Rondônia, R$7,36 o litro – R$7,82 no Acre e R$7,36 em Rondônia. Para o senhor ter ideia, como referência, no Estado de Pernambuco, que é a casa de V. Exa., R$4,11 o litro; no Paraná, R$4,28; em Minas Gerais, R$4,24. Então, a variação entre o preço praticado nas Regiões Sudeste e Nordeste e o no Norte do Brasil é de 84% – 84% a mais nós pagamos. Enquanto o preço do QAV representa 36% do valor da passagem aérea, Senador Marcos Rogério, na média brasileira, na nossa região, no estado de V. Exa., no meu estado e em outros estados da Região Amazônica, ele compreende 60% do preço da passagem. Nós temos trechos mais longos e um QAV mais caro. Alguma coisa tinha que ser feita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós, estudando o Código Brasileiro de Aeronáutica, estudando a legislação, encontramos um caminho: o uso dos recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil, que foi criado para isto, para fomentar a aviação regional, reduzir as desigualdades, fortalecer desde os táxis aéreos até mesmo as grandes companhias, para que elas possam aumentar a oferta de voos e reduzir o preço das passagens.

E agora, Ministro, nós estamos numa fase crucial: o projeto virou lei, foi sancionado – maravilha –, mas precisamos regulamentar. Tenho conversado com V. Exa., com a equipe de V. Exa. – está aqui o Secretário de Aviação Civil, Tomé Franca –, e nós apresentamos uma sugestão, uma minuta de sugestão, construída com a Anac, ouvindo também as companhias aéreas, ouvindo o consumidor – acima de tudo, ouvindo as pessoas –, e apresentamos ao ministério. Essa minuta já está com o Secretário Tomé, e nós precisamos avançar. E eu tenho certeza de que é uma prioridade de V. Exa. a regulamentação desse subsídio, de que maneira vamos aplicar o desconto.

E uma das coisas mais importantes, Ministro, é amarrar na regulamentação. Por isso é que nós fizemos uma sugestão, uma minuta de sugestão, para que as empresas só recebam o subsídio se repassarem o desconto para a passagem aérea. Não podemos admitir que aconteça como aconteceu outras vezes: nós reduzimos a zero o imposto sobre o *leasing* de aeronaves, reduzimos impostos sobre outras operações, acabamos – eu não, porque votei contra, mas o Congresso acabou – com a franquia da bagagem, inclusive tem o veto para votar, mas isso não se refletiu na redução do preço da passagem como um todo. Então, precisamos avançar nisso.

As empresas, ao apresentarem suas planilhas, colocam o QAV como principal vilão, principalmente na região da Amazônia Legal, e nós temos hoje a solução para isso. Temos o Fnac, temos a nova Lei Geral de Turismo, pela qual o Ministério de Portos e Aeroportos será o gestor desse subsídio. Muito bem. Diante disso, eu solicito a V. Exa. que envide todos os esforços para que nós consigamos regulamentar isso o quanto antes. A minuta está pronta, dialogamos com todos os segmentos, e está com V. Exa.

Segundo ponto, Ministro. V. Exa. falou a respeito da importância de nós fomentarmos a ampliação de voos e a concorrência, a possibilidade de companhias aéreas estrangeiras também operarem no Brasil. E nós temos outra solução. O nosso Projeto de Lei 4.392, de 2023, aprovado no Senado em agosto do ano passado, Senador Jorge Seif, agora está na Câmara dos Deputados: é a cabotagem, é a oitava liberdade do ar, o que permite que empresas estrangeiras que operam trechos internacionais no Brasil possam fazer uma perna doméstica. Isso reduziria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

custos e aumentaria a concorrência, justamente nessa região com menor oferta de voos no Brasil.

V. Exa. sabe do Acordo de Fortaleza, um grande conclave dos países que compõem o Mercosul e a América do Sul, com o objetivo de aumentar a oferta de voos, fomentar a aviação regional entre os nossos países, promovendo a integração sul-americana. O Brasil pode sair na frente.

O Chile já apresentou o modelo de cabotagem, o México também, e outros países estão andando. A Argentina também apresenta proposta semelhante. E o Brasil, Ministro? V. Exa., com toda a capacidade técnica, com a capacidade política que tem, isso demonstrado na gestão do ministério...

O SR. SILVIO COSTA FILHO (*Fora do microfone*.) – Obrigado, Senador.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – ... pode liderar, junto com o Governo brasileiro, uma grande aliança dos países do Mercosul em favor da cabotagem. Porque também ouvimos o que dizem as empresas brasileiras, o temor que têm, mas se nós tivermos a reciprocidade, não teremos tanta dificuldade junto a alguns segmentos do setor aéreo brasileiro.

Então, o projeto já está na Câmara, está aguardando parecer do Relator na Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais, e o nosso projeto, junto com outros, foi apensado a um projeto também da Câmara, o PL 1.007, de 2024. V. Exa. também demonstra total apoio à matéria, eu tenho certeza de que o Brasil hoje avança, Senador Jorge Seif, amigos, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, e todos os amigos que nos acompanham, o Brasil avança para se tornar um protagonista desse grande debate da oitava liberdade do ar, que é a cabotagem aérea na nossa região.

Portanto, peço também a V. Exa. que envide os esforços necessários para que a gente possa aprovar a matéria dentro da Câmara dos Deputados e, desta forma, com um diálogo com os países do Mercosul, fomentarmos a aviação regional e reduzirmos preços e aumentarmos a concorrência, que é salutar para qualquer segmento.

E para finalizar, V. Exa. falou muito bem sobre as concessões portuárias, investimentos em hidrovias. A Região Amazônica é profícua nas hidrovias. Temos aqui a Hidrovia do Madeira, lá de Rondônia. O Senador Bagattoli conhece muito bem, ele que é um produtor rural muito bem-sucedido, mas nós sabemos que temos enormes dificuldades logísticas com a BR-364.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, lá em 2008, Ministro, Brasil, Peru e China começaram o debate da Ferrovia Transoceânica.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Essa ferrovia, que liga o Porto do Açu, lá no Rio de Janeiro, corta os Estados do Rio, Minas, São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Rondônia e Acre, e vai desembocar lá no Boqueirão da Esperança, em Cruzeiro do Sul, no Acre, nossa última fronteira com o Peru. E a China tem total interesse hoje, pois é a maior parceira comercial do Brasil, é quem mais compra as nossas *commodities*, os nossos produtos, e tem o maior interesse em financiar e ajudar.

Eles acabaram de construir no Peru, com um investimento de US$3,6 bilhões, o Porto de Chancay. Para o senhor ter uma ideia, Ministro, o Porto de Chancay é uma alternativa hoje para que o Brasil tenha acesso ao Pacífico, muito mais barata do que o Canal do Panamá e do que fazer toda a travessia pela Patagônia, pelo bico da América do Sul. E nós podemos reduzir de 20 a 25 dias de tempo de navio das nossas cargas por meio desse porto.

Então V. Exa. tem nas mãos a oportunidade – e eu falo isso com muita alegria, porque vejo a competência, o dinamismo e o respeito que V. Exa. tem pela pasta que ocupa –, a oportunidade de fazer também um amplo debate, levando ali a Ministra Simone Tebet, o Ministro Celso Sabino, o Ministro Fernando Haddad e o Governo brasileiro como um todo, para um debate com os irmãos peruanos, com o Governo chinês e com toda a América Latina. Eu penso que nós podemos tanto ter a viabilidade da Rodovia BR-364, ligando-se à cidade peruana de Pucallpa – são apenas 240km, e nós teríamos a ligação ferroviária definitiva –, quanto retomarmos o debate, Senador Marcos Rogério, sobre a Ferrovia Transoceânica. Esse é um dos grandes gargalos da logística no Brasil, o nosso modal ferroviário é ínfimo, comparado à de outros países.

Então, coloco aqui esses três temas, para que V. Exa. envide todos os esforços para a regulamentação do subsídio do QAV aos aeroportos da Amazônia Legal para voos com origem ou destino nestes aeroportos, para que a gente possa reduzir essa variação de 84% entre o preço que é cobrado no Sudeste, no Nordeste e o preço que é cobrado lá no Norte, notadamente no Acre e em Rondônia – são os preços mais altos do Brasil. Lembrando a V. Exa.: cabotagem e o debate sobre a Ferrovia Transoceânica.

Ministro, eu estou absolutamente contemplado com aquilo em que nós já avançamos: o Programa AmpliAR, a retomada de investimentos nos aeroportos regionais, e lembro que esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

QAV mais barato também vai fomentar a nossa aviação regional, as pequenas empresas aéreas, que muitas delas fecharam suas portas.

Obrigado, Ministro, e aguardo ansiosamente sua resposta.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, nobre Senador Alan Rick.

Na sequência, com a palavra, o Líder e Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, o Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Marcos Rogério, estou muito feliz com a presença do Ministro Silvio, que nos prestigia. Fiquei muito feliz com as notícias de investimentos, coisas sensacionais. Quero lembrar ao senhor, e faço aqui uma defesa do Governo de que eu fiz parte, de que o senhor teve a sorte de estar agora num novo momento do Brasil, quando não há teto de gastos, e isso lhe dá muito mais liberdade para fazer tantos investimentos e concessões, o que nos alegra muito. Acredito muito, Presidente Marcos Rogério, na iniciativa privada gerindo e tocando esses grandes projetos no Brasil.

Eu tenho algumas perguntas para o senhor.

Primeiro, na verdade, eu vi uma entrevista recentemente do senhor na CNN, na qual o senhor falava de novas companhias aéreas. Também fazendo aqui uma lembrança do tempo do Governo do Presidente Bolsonaro, estava-se conversando com outras empresas, mas veio a pandemia e a escassez, as empresas aéreas não puderam, as empresas começaram a reduzir suas rotas, seus investimentos, e a própria produção de aeronaves no mundo ficou comprometida, como o senhor já bem colocou. Então eu queria que o senhor detalhasse um pouco sobre essas novas companhias aéreas.

Porque nós vemos hoje, com todo o respeito às companhias brasileiras – Azul, Gol e Latam –, que isso é um oligopólio. E eu atribuo grande parte dessa falta de voos domésticos, esses altos valores nas taxas ao fato de que eles estão realmente deitados eternamente em berço esplêndido, visto que é um grupinho de três empresas, fazem o que querem.

O Brasil está na mão dessas três, e, para que isso fosse mitigado, reduzido e eles tivessem, sim, que reduzir as suas margens de lucro, tínhamos que ter, Senador Alan Rick, outras companhias aéreas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero também dizer para o senhor que são muito importantes esses investimentos em portos, hidrovias, etc., mas eu reforço aqui as palavras da Senadora Tereza Cristina. Hoje, o Ministério da Agricultura, Ministro, e a Receita Federal têm sido, Senador Mecias, grandes barreiras de exportação, trazendo prejuízo inclusive; e eu vou agora mencionar um estudo que saiu recentemente no *Valor Econômico*, que diz que houve um custo adicional de US$2,3 bilhões em 2024 devido a atrasos nos portos. E eu queria saber quais são as medidas, o que o senhor, como Ministro de Estado, está fazendo, porque os custos logísticos no Brasil representam de 12% a 15% do PIB, e as economias desenvolvidas nos portos representam 8%. Quais iniciativas estão sendo planejadas para alinhar custos logísticos nacionais aos padrões internacionais? Ou seja, os nossos portos, devido a problemas com servidores da Receita e do Mapa, que, inclusive, recentemente fizeram a operação tartaruga, pressionando o Governo por maiores salários e impedindo o Brasil de exportar, trazendo prejuízos para as empresas que aqui carregam e descarregam... E, com o crescente interesse de investidores estrangeiros no nosso setor portuário, qual é a previsão de novas ondas de fusões e aquisições? Como o ministério pretende equilibrar essa atração de investimento com garantia de que os serviços portuários não sofram excesso de tarifas, Sr. Ministro?

Dentro dessa linha, recentemente, a Antaq autorizou aumento de tarifas portuárias em 13% no Porto de Santos. Quais são as estratégias do ministério para assegurar que tais aumentos não prejudiquem a competitividade?

E quais são os planos do ministério para acelerar investimentos? O senhor já apresentou aqui; pode desconsiderar essa pergunta.

Ministro, eu também tenho uma preocupação. Eu costumo dizer que o homem inteligente aprende com os erros alheios e não os comete; o homem ordinário, o homem padrão, o homem comum aprende com os próprios erros; e o tolo, o imbecil, o idiota não aprende nunca. Nós tivemos no passado, durante os Governos de Lula e Dilma, um esforço significativo para revitalizar a indústria naval brasileira com investimentos substanciais na construção de estaleiros e embarcações; no entanto, corrupção, prisões, fracasso na política... E o senhor apresentou aqui, inclusive com entusiasmo, mais investimentos num programa que no passado já não deu certo. O que mudou, Senador Alan Rick, de um passado de Lava Jato, de prisões, de corrupção, de ineficiência, de falta de cliente, de falta de atração de investidores, o que mudou para que nós, de novo, estejamos investindo nessa pauta sem que tenhamos os mesmos problemas que envergonharam o nosso Brasil e o setor público?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também quero dizer, Sr. Ministro, que, diante dessas lições aprendidas, quanto a esses investimentos na indústria naval, como o ministério pretende equilibrar necessidade de desenvolvimento com prevenções de práticas de corrupção e garantir que os investimentos públicos realmente resultem em benefícios econômicos? Lembro que cidades inteiras do Nordeste – o senhor lembra – quebraram, pois pessoas investiram em hotel, em comércio, cresceram acreditando nesses investimentos e foram 100% à bancarrota.

O senhor sabe que, lá na cidade de Dionísio Cerqueira, no meu amado Estado de Santa Catarina, nós temos um porto seco que faz divisa com a Argentina e que é o principal *hub* logístico das exportações do sul do Brasil com o Mercosul, que passam por esse porto. E também estamos com problemas aí com os servidores do Mapa e da Receita. O senhor tem alguma novidade para que haja agilidade? Temos portos importantes, criaremos novos portos secos, hidrovias – fiquei superfeliz com a criação da secretaria, parabéns pela gestão do senhor –, mas não adianta termos portos, não adianta termos *hubs*, não adianta termos tudo isso se o serviço público acaba sendo um entrave.

Também quero pedir para...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... o senhor, Ministro, já me encaminhando para o final... Nós temos um píer turístico em Itajaí, que é uma área da Antaq, e hoje existe o interesse do Governo do estado, existe o interesse da Prefeitura de Itajaí de se permutar essa área para fazermos um terminal de passageiros para navios de turismo. Como se fala?

O SR. SILVIO COSTA FILHO (*Fora do microfone.*) – Terminal de passageiros.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Terminal de passageiros. E que não tenhamos que dividir o Porto de Itajaí, o que eu acho que é inadequado, apesar de todos os esforços do Porto de Itajaí em ter um espaço compartilhado com esses navios de passageiros. Então, queria pedir o seu apoio. É uma área da Antaq. Vou mandar para o senhor um ofício e peço que o senhor me ajude junto com a Antaq para que haja uma permuta. Como aquela área hoje está inoperante, que se ceda isso para a cidade de Itajaí, para a prefeitura fazer os investimentos em um porto de passageiros, e que haja contrapartida por parte da prefeitura.

No mais, quero agradecer imensamente a presença do senhor e a honra que nos dá em debater temas tão importantes para o futuro do nosso Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço, Líder Jorge Seif.

Com isso, concluímos os três oradores desta assentada de perguntas, e asseguro a palavra ao Ministro para as respostas.

Na sequência, teremos a fala do Senador Jaime Bagattoli e do Senador Zequinha Marinho. Também estão inscritos aqui os Senadores Sergio Moro, Chico Rodrigues e Mecias de Jesus.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Eu também. Heinze.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – E o Senador Heinze.

O SR. SILVIO COSTA FILHO (Para expor.) – Primeiro, respondo desde já o nosso Presidente, o Senador Marcos Rogério, em relação a essa possível operação de uma fusão entre a Gol e a Azul. Esse processo está no Cade. Nós tivemos uma conversa com os Presidentes das companhias aéreas dois meses atrás, em que eles nos colocaram que esse processo é um processo em que eles ainda estão efetivamente estudando essa operação, porque não é uma modelagem fácil até entre as próprias companhias aéreas. E querem tentar avançar no Cade para que isso possa dar segurança para qualquer operação que venha a ter de fusão. Esse processo de fusão já vem ocorrendo no mundo, já houve algumas fusões de companhias aéreas no mundo. Agora, entretanto, nós temos que pensar bem estrategicamente para o Brasil.

Confesso que eu tenho dúvidas em relação a esse processo. Eu defendo que o Brasil possa ampliar a quantidade de novas companhias aéreas. Acho que esse caminho da fusão não é saudável para o setor da aviação brasileira, porque, quando eles tomaram essa decisão de poder começar a conversar, não se tinha uma linha de crédito que hoje nós estamos implementando no país.

Nós vamos aportar, nas companhias aéreas brasileiras – naturalmente crédito –, quase R$4 bilhões. Então, o Brasil hoje tem agenda de crédito, que está sendo ofertada, e, concomitantemente, nós estamos tendo um crescimento da aviação no país.

Então, o mercado brasileiro, hoje, com mais de 200 milhões de habitantes, é muito interessante para qualquer companhia aérea.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou na torcida e tenho trabalhado para que elas permaneçam de maneiras independentes e, ao final, elas possam sair dessa dificuldade. Entretanto, nós não podemos interferir num ente privado, até para não causar qualquer insegurança jurídica. Nós temos que respeitar a decisão dessas companhias aéreas, e, ao final, cabe ao Cade poder tomar a decisão.

Mas está muito clara a nossa posição, do ministério, quando o ministério for provocado a participar das discussões, de que nós não vamos aceitar redução de número de voos no Brasil, nós não vamos aceitar aumento de passagens que venha a ser abusivo, e nós temos que ver quais são as contrapartidas positivas para o Brasil que essa possível fusão venha a ter. Entretanto, é muito prematuro ainda.

Eu defendo a democratização da aviação no país. Tanto é, que, já avançando um pouco na pergunta do nosso Senador que nos fez essa pergunta agora há pouco, nosso Alan Rick, sobre o que é que o ministério e o Governo estão fazendo para poder ampliar a aviação. Além do crescimento na aviação internacional, visto que nós tivemos a entrada de várias companhias do mundo agora, no Brasil, que estão ampliando voos para o país, voos internacionais, nós estamos conversando com o mercado árabe, e companhias aéreas como, a exemplo, a Etihad Airways, entre outras, já sinalizam avaliar voos para o Brasil, da Arábia Saudita, voos também da África, visando a voos diretos ou com escala para o país.

Mas, no mercado brasileiro, tem duas companhias aéreas com as quais a gente está dialogando. Uma é a Total, que já faz transporte de cargas no Brasil, e a outra é a Avion, que é uma empresa lituana, que sinaliza também fazer operações e voos no país.

A gente está tendo a melhoria na aviação no mundo. Voltou a funcionar com mais intensidade a indústria da aviação, as empresas começam a receber aeronaves, porque há dois, três anos que não recebiam, e a gente espera que a gente possa trazer mais companhias para operar no Brasil, a exemplo de companhias aéreas daqui, da América do Sul, que sinalizam também operar no país.

Não é uma tarefa fácil, porque, quando você pega o mundo, Estados Unidos... Têm poucas companhias aéreas operando para o mercado. Portugal: praticamente só tem a TAP, que domina 90% das operações de voos.

Então, há hoje uma grande concentração de companhias aéreas no mundo, e a gente precisa preservar o Brasil, e que a gente possa fortalecer a aviação num todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Marcos Rogério e o Senador Alan Rick trataram, efetivamente, dessa questão da cabotagem.

Eu entendo que essa questão da cabotagem precisa avançar. Já há um projeto aprovado aqui. A gente tem que discutir a regulamentação, o quanto antes, da cabotagem. E eu sou da tese de que a gente deve começar efetivamente essa operação no Norte. Funcionou bem a cabotagem, as aéreas operaram bem, deu resultados efetivos de redução de passagem, de ampliação de voos? Aí, a gente vai trabalhando para tentar avançar nessa modelagem no resto do Brasil.

Há hoje algumas críticas de alguns trabalhadores e colaboradores das companhias aéreas, mas nisso eu entendo que uma conversa franca, transparente, com o Congresso, com o Poder Executivo, mostrando todos os benefícios que a gente pode trazer para a aviação brasileira, eu acho que não vai haver impeditivo. Então, é muito importante que a gente possa avançar nessa direção. Em breve, a gente vai convidá-lo para poder fazer uma discussão sobre isso.

Em relação ao que disse o Alan, eu concordo, Alan, que essa questão das passagens aéreas naquela região – Rondônia, Roraima, Acre – tem preços que... Precisa haver mais oferta de voos, porque hoje a gente está tendo ocupação de voos ali de quase 92% em média; então, é uma alta ocupação. O Senador Mecias tem me cobrado isso também, pela preocupação que ele tem com o Estado.

E a gente está fazendo um apelo, porque, neste momento, é o que a gente pode fazer efetivamente. E, além de solicitar, de fazer esse apelo, a gente está ajudando também com o Fnac. Nesse Fnac que está sendo construído, essas companhias aéreas vão ficar obrigadas... Elas vão ter o crédito, mas elas vão ter a obrigatoriedade de repassar. Então, vai desde a compra de combustível – elas poderão fazer compra de combustíveis verdes, elas poderão ter desoneração –, e elas têm que dar contrapartidas nas tarifas, é o que a gente espera.

Agora, foi criado um comitê 15 dias atrás, e esse comitê vai tratar das regulamentações, porque, ao final, nós não podemos... É como eu chegar, daqui a pouco, a um supermercado e dizer: "Olha, essa fuba aqui, esse cuscuz, como se diz no Nordeste, não vai mais ser R$7,00, vai ser R$4,50". Eu não posso fazer essa intervenção. A gente não pode chegar, do dia para a noite, e cobrar a operação. A gente não pode fazer uma intervenção nessas aéreas. Mas eu penso que, com medidas como essa, a gente vai aprimorando a boa governança na aviação desses estados.

Em relação à cabotagem, vamos avançar conjuntamente nesse diálogo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Custo da passagem. Vamos, através do Senac, buscar contrapartidas, e a Anac será nossa parceira.

Eu quero até pedir ao Senado Federal – devem estar chegando em breve os três novos nomes da Anac, que foram encaminhados pelo Governo Federal – que vocês possam apreciar esses nomes. São nomes qualificados, que têm *expertise* na área. Está ali até um pretendente que foi sugerido pelo nosso nome, o Dr. Tiago, que hoje é Diretor Comercial da Infraero – estou até fazendo a propaganda dele aqui –, que é um excelente quadro e pode nos dar uma boa contribuição. Com essa nova roupagem da Anac – são cinco diretores, e serão três novos diretores –, aí, sim, a gente vai poder avançar nessa discussão mais profunda dessa questão da cabotagem e também da própria regulamentação de fusão, entre outros temas que estão colocados.

Então, o nosso...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SILVIO COSTA FILHO – Não, e a Transoceânica é um debate que a gente está fazendo em dois aspectos. Você sabe que ali tem o Porto de Chancay, que é um porto da China no Peru, que hoje é um dos maiores portos da América do Sul. Ele faz hoje... Fará competição de operações com o próprio Porto de Santos. E a gente tem trabalhado para não haver disputa, e, sim, uma agenda conjunta, que vai desde fertilizantes a minério e agronegócio, tendo em vista que pelo Peru, pelo Porto de Chancay, a gente terá o escoamento... Terá uma redução para o mercado asiático em quase 8 a 9 dias, podendo chegar a 11 dias, dependendo da embarcação.

Então, em média, é em torno de 9 a 12 dias, o que a gente espera, mas não deixa de ser um ativo para que o setor portuário brasileiro e o setor portuário do Peru e da América do Sul possam ampliar essas rotas.

Então, essa Transoceânica a gente entende que é fundamental, para que possa haver essa intercessão com o Brasil. Eu estou até marcado de ir...

Agora, possivelmente no início de junho, farei uma ida ao Peru, onde nós vamos visitar o porto e conversar com o Presidente e com o Legislativo para pensar em ações integradas. A própria Ministra Simone Tebet vai estar lá, já faz parte do planejamento da gente nas Rotas de Integração.

Isso aqui... É isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao Senador Beto Faro, quero agradecer as palavras que deu de reconhecimento do trabalho, do esforço. Nós estamos trabalhando muito pelo Estado do Pará, focando na COP 30, focando nas obras de requalificação dos portos. Nós estamos fazendo uma grande carteira de leilões também nos portos do Pará. Será estratégico isso que a gente vai fazer. Faremos investimentos também no porto do Amapá, entre outros portos. Vamos fazer parcerias com a iniciativa privada para ampliar o escoamento da produção, mas estamos avançando fortemente na aviação do Estado do Pará, tendo em vista a importância da COP 30 para a economia daquela região e do Brasil.

No mais, acho que era isso, as perguntas. E, naturalmente, o nosso Senador Jorge Seif. Eu não posso... A gente tem que procurar trabalhar conjuntamente pelo Estado de Santa Catarina. Tem o desafio da aviação, que a gente tem tocado conjuntamente. Nós queremos avançar na agenda logística do estado. Eu penso que a indústria naval brasileira é fundamental para o país. Todas as grandes nações no mundo, a exemplo dos Estados Unidos, a Europa, a Ásia, estão investindo fortemente na indústria naval, não apenas na área de petróleo e gás, mas também na requalificação e na construção de embarcações para o país. Nós não podemos falar em seis concessões hidroviárias se nós não tivermos a capacidade também de produzir embarcações e navios. A gente precisa avançar na indústria de conteúdo local, e é para isso que o Fundo da Marinha Mercante está servindo, tanto é que 400 barcaças estão sendo construídas ali no Paraguai e Paraná, que está pegando toda aquela parte do Mato Grosso, ali daquela região, que é com o Grupo J&F; 400 barcaças que estão sendo feitas com investimento, que vão ajudar no escoamento de minério.

Então, o olhar que nós estamos tendo na navegação, com esses recursos do Fundo da Marinha Mercante, não é só para potencializar e relançar a indústria naval; é, sobretudo, estimular que novos estaleiros, no Brasil, possam ser criados, e isso vai estimular muito a economia do país, porque nós estamos tratando de ferro, nós estamos tratando de indústria de tecnologia, nós estamos tratando de muitos insumos que fortalecem a economia do país.

Em relação a malfeitos, naturalmente esses malfeitos, que ocorreram lá atrás não podem acontecer. Isso naturalmente tem um modelo de governança. A Petrobras, depois do que enfrentou lá atrás, hoje é um centro de excelência. Há hoje um *compliance,* que é acompanhado por todo o mercado internacional. A Petrobras hoje está listada em bolsa, cada vez mais agentes econômicos estão comprando ações da Petrobras; então, eu penso que hoje é um modelo de governança. Eu acho que todo mal traz um bem. E aquele período lá atrás que a Petrobras enfrentou, de até muitos diretores presos pela Polícia Federal, é inadmissível que volte a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acontecer no Brasil. Por isso que hoje é o que a gente observa, existe claramente um amplo modelo de governança através de *compliance* para preservar aquele ativo, que é, sem dúvida alguma, patrimônio do povo brasileiro, e a gente sabe a contribuição que a Petrobras dá à economia brasileira.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SILVIO COSTA FILHO – Mas Petrobras, Transpetro e grandes grupos hoje estão estimulando a indústria de navegação.

Em relação ao Porto Seco, lá de Dionísio Cerqueira, sei que é uma região em que o senhor atua bem politicamente, vamos conversar com o nosso Alex de Ávila, que é o Secretário Nacional de Portos, para que a gente possa avançar nesse Porto Seco, Alex, porque essa integração é muito importante com os portos e com os topes regionais. Então, esse processo está com a Receita também, e vamos sentar conjuntamente para a gente tentar destravar esse Porto Seco, que é fundamental.

Em relação a Santos, você perguntou do aumento do custo logístico. Naturalmente está havendo um aumento de custo logístico em todo o mundo, mas isso faz parte já do plano estratégico das próprias empresas. Eu não tenho observado nenhum movimento de grupos privados do Porto de Santos reclamando efetivamente das taxas de operação. Pelo contrário, o que a gente está vivendo é um ambiente de harmonia com o setor produtivo local. Eles estão alavancando investimentos no Porto de Santos, tanto é que nós estamos fazendo investimentos estratégicos.

Vou lhe dar um dado, eu brinquei até com o Governador Tarcísio com que tenho uma relação pessoal; eu disse: "Governador, o senhor, em quatro anos, investiu R$200 milhões no Porto de Santos; nós vamos investir R$12 bilhões no Porto de Santos". Então, é isso que a gente tem trabalhado. Como são esses números? São R$6 bilhões do túnel, R$6 bilhões da concessão da dragagem, R$700 milhões da perimetral, mais R$150 milhões de estacionamento para ajudar na mobilidade.

Estamos fazendo o Aeroporto do Guarujá, que é mais de R$50 milhões de investimentos, porque aquele aeroporto é muito estratégico para o turismo de Santos, que você conhece bem. Então, a gente tem trabalhado de maneira coletiva para avançar nas pautas de interesse do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Ministro Silvio Costa Filho.

Ainda temos inscritos aqui. O Senador Jaime Bagattoli, que vai ser o primeiro a falar. Na sequência, o Senador Zequinha Marinho... Não está. Se voltar, está inscrito. O Senador Chico Rodrigues também se ausentou. Mecias de Jesus e Heinze. Então, nós vamos conseguir, nessa rodada, já fazer a conclusão com os Senadores inscritos.

Senador Jaime Bagattoli, Senador pelo Estado de Rondônia, com a palavra, para indagar o Ministro.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Cumprimento aqui o nosso Presidente da Comissão de Infraestrutura, Senador Marcos Rogério; nosso Senador Jorge Seif, Vice-Presidente da CDR. Cumprimento V. Exa., Ministro Silvio Costa. Quero agradecer por você já ter me atendido duas vezes. Excelente. Atendeu com... Foram muito boas as nossas conversas lá no seu Ministério. Quero agradecê-lo. Mas eu preciso fazer umas colocações, Ministro, que muito nos preocupam.

Primeiro, a situação... Já foi muito comentado sobre a questão da aviação aérea. Nós temos um grande problema, lá no Estado de Rondônia. Tem a questão do valor das passagens, que já foi comentada. Agora, por final, nós só temos a Azul, que faz o interior; nós não temos outra empresa. A Latam e a Gol não fazem. E ela mudou, começou no mês passado. Os voos saindo tanto de Vilhena quanto de Ji-Paraná e Cacoal saem direto para Campinas, São Paulo, para depois ir para os outros lugares. Eu tenho observado que todos os voos que estão indo não estão sendo lotados. E outra coisa: eles nos desconectaram, nós do interior, do nosso vizinho Mato Grosso.

Senador Marcos Rogério, muitas pessoas iam em Cuiabá, até pela questão de saúde, consultas médicas, porque é um centro maior, mas desconectaram totalmente o interior do nosso Estado de Rondônia com o Mato Grosso. Só se for a Porto Velho para pegar um voo para o Mato Grosso, para Cuiabá. Então, essa é uma indignação minha, e eu tenho uma grande preocupação sobre isso.

Mas o que eu quero lhe falar... Eu ouvi aqui sobre a Hidrovia do Madeira. A Hidrovia do Madeira talvez seja a mais antiga que existe, uma das mais antigas do Norte, dos afluentes do Rio Amazonas. Para quem já viu a história, a Hidrovia do Madeira foi o grande passo para a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, daquele acordo de Petrópolis, do Estado do Acre, na era da borracha, que faz mais de cem anos, quando era interligada a ferrovia que vinha de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Guajará-Mirim a Porto Velho, que era o transporte da borracha, da interligação com o país vizinho, a Bolívia.

E o que muito nos preocupa, Ministro, é que, em 1995 ou 1996, começou-se a construir a ideia de se criar o porto junto com a iniciativa privada, que foi com o Grupo Maggi, inclusive no Governo do Valdir Raupp, do ex-Senador, ex-Governador Valdir Raupp. Foi no Governo dele que houve essa parceria, lá no ano, provavelmente, de 1996. Então, ali que começou a viabilizar para o nosso Estado de Rondônia e também para o noroeste do Mato Grosso, principalmente naquela região de Campo Novo, Sapezal, Comodoro, Campos de Júlio, Vilhena e nos demais municípios do Estado de Rondônia, a exportação pelo Porto de Porto Velho.

Qual a minha grande preocupação sobre a hidrovia? Houve agora... Senador Marcos Rogério, o nosso Presidente da Comissão, nós vamos fazer três audiências sobre aquela situação que aconteceu da privatização da BR-364. Nós vamos fazer – Porto Velho, Ji-Paraná e Vilhena – três audiências públicas, porque aquilo ficou num custo altíssimo para o nosso produtor, para os nossos usuários do Estado de Rondônia, com muito pouco benefício que vamos ter naquela rodovia, a BR-364, numa concessão por 30 anos.

E aí, o que eu vejo, assim, a grande situação, é que isso aí custa – eu nunca tinha visto na história –: um caminhão vai gastar nos pedágios mais 40% daquilo que gasta de óleo diesel. É impossível, aquilo é impossível, aquilo tem um custo altíssimo.

E agora, quando eu olho para a Hidrovia do Madeira, para privatizar, nós não temos necessidade de privatizar a Hidrovia do Madeira. Eu vou lhe explicar por que, Ministro. É minha opinião, respeito cada opinião, porque eu, na condição de empresário, produtor rural, aqui, nesta condição de Senador da República, eu tenho uma grande preocupação, porque, mais uma vez, vai elevar os custos. E, quando nós falamos dos portos, as empresas que estão lá em Porto Velho, fazendo exportação, 100% já são da iniciativa privada. Não vai haver nem... Já estão todas nos portos, é a Maggi, a Cargill, a Bunge, a ADM, e as que mexem com contêiner também, são todas da iniciativa privada. Então, nós temos uma grande preocupação nessa situação da privatização da hidrovia.

Nós não precisamos da privatização da hidrovia; nós precisamos reativar a BR-319, porque, nos próximos dois meses, nós vamos ter o colapso da seca. Eu estou lá há 50 anos; nos 50 anos deu problema na seca – nos 50 anos! Então, o que nós precisamos ver junto ao Ministério da Infraestrutura é a reativação da BR-319. Eu sei que o Amazonas quer, Rondônia quer, o Acre quer, todos nós do Norte queremos a reativação da BR-319.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu lhe peço, Ministro, que, antes de tomar qualquer atitude sobre a hidrovia, não vamos cair no mesmo erro que fizemos com a rodovia, porque agora estamos com esse caroço aí para poder desenrolar, para vermos como vamos chegar num denominador com isso aí. Então, eu lhe peço, nós precisamos ir lá, conversar com os transportadores que já estão lá na hidrovia, com os nossos produtores rurais, com os nossos empresários, com os garimpeiros que estão lá no rio, todos nós precisamos ter um diálogo, uma conversa. Nós não podemos mais onerar a produção.

E quero dizer a você – as minhas palavras aqui – que eu tenho duas perguntas só para lhe fazer. Quanto a essa questão da hidrovia, o senhor já entendeu o que a gente está querendo. Agora eu tenho mais duas perguntas.

Nós temos um grande problema com o nosso pequeno exportador – não é só o de Rondônia, é o de Santa Catarina, Jorge Seif, do Paraná, do Rio Grande do Sul, do Brasil inteiro –, com o nosso pequeno produtor que exporta quatro, cinco, seis contêineres, ou dez contêineres talvez, por mês, ou um contêiner só. O que está acontecendo? A primeira pergunta que eu vou lhe fazer: como anda o trabalho do pessoal do Mapa, do Ministério da Agricultura? Esse é que é o grande problema. Melhorou ou parece que cada dia está numa situação muito mais complicada do que já vinha no ano passado.

E o pior vem aqui na segunda pergunta. Os armadores ainda estão cobrando multas, taxas, por atraso dos embarques, que não é culpa do pequeno exportador. Só para o senhor entender, Ministro, eu tive reclamações de pequenos exportadores de que eles pagaram, Senador Marcos Rogério, 50% do valor, 60% do valor da mercadoria que eles estavam exportando, em multa. E aí não é só madeira, não é só esse tipo de exportação; é até de produtos perecíveis, de carne – de suíno, de bovino. Teve diversos produtores me ligando, até do Estado de Santa Catarina, porque há uma grande indignação deles sobre essa situação.

Então, eu deixo aqui essas perguntas no ar e eu gostaria de que V. Exa. pudesse respondê-las. Qualquer dúvida, nós podemos ir ao Mapa, podemos marcar para ir lá com o Sindicato dos Armadores, para ver o que realmente está acontecendo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senador Jaime Bagattoli.

Na sequência, como inscrito, o Senador Mecias de Jesus; e, por fim, Tchê, V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. *Fora do microfone*.) – A Senadora também vai falar.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – A Senadora está aguardando porque ela tem uma relatoria na sequência.

Senador Mecias de Jesus, V. Exa. tem a palavra.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para interpelar.) – Presidente Marcos Rogério, cumprimento V. Exa.

Quero cumprimentar o nosso Ministro, o querido amigo Silvio Costa Filho, e dizer que é uma satisfação tê-lo aqui conosco, discutindo o planejamento do Ministério de Portos e Aeroportos. Quero parabenizá-lo pelo dinamismo e competência com que V. Exa. tem gerido aquele ministério e essa questão tão pontual em nosso país.

Como já estive com V. Exa. algumas vezes, falamos sobre algumas questões em Roraima, e eu gostaria de aproveitar aqui, publicamente, para falar sobre isso.

Nós tínhamos um aeroporto não muito moderno, e precisaria sim... E agora nós temos um aeroporto moderno, mas nos tiraram algo que era tão moderno e que a gente precisava muito, que eram as pontes, os *fingers* que ligam o terminal ao aeroporto. Em Roraima, quando é tempo de sol, é um verão escaldante, um sol escaldante; quando é chuva, período chuvoso, é chuva todos os dias. Então, sem os *fingers*, nós avançamos no aeroporto moderno que recebemos, mas retroagimos, porque perdemos os dois *fingers*.

Eu gostaria de pedir, em nome do povo de Roraima, que Exa. estudasse uma possibilidade de a concessionária ou o próprio Ministério colocar de volta essas pontes que são tão importantes para nós lá, principalmente quando tem um cadeirante para embarcar na aeronave. Já tivemos lá várias dificuldades nesse sentido. E esse certamente é um apelo da população de Roraima, sobretudo daqueles que usam o aeroporto e as aeronaves para poder sair do estado.

Um outro pedido que eu tenho a fazer a V. Exa., nós só temos, na verdade, um aeroporto em Roraima, oficial, que é o Aeroporto Internacional de Boa Vista. Fora esse não temos nenhum outro. Nós temos no sul do estado a segunda maior cidade do estado, que é Rorainópolis, e necessitamos muito lá de uma pista de pouso, um aeroporto, que possa dar àquela população a tranquilidade de termos um aeroporto também seguro ali para pousos e decolagens de aeronaves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do outro lado, nós temos, na região norte, o Município de Uiramutã, que é um município essencialmente indígena, mas que tem o acesso mais difícil no estado, em função das serras e da dificuldade que temos de estradas lá. Portanto, se V. Exa. tiver como colocar isso no plano de trabalho do Ministério, um aeroporto em Uiramutã, um aeroporto em Rorainópolis e, logicamente, os *fingers* tão solicitados pelo povo lá do nosso estado.

Por último, Ministro, parabenizando, mais uma vez, V. Exa., eu gostaria de verificar a possibilidade de nós termos, no Rio Branco – que liga o Rio Amazonas ao Rio Negro lá no Estado do Amazonas, lá entre os ribeirinhos, onde nós temos uma vila, a mais desenvolvida de todas, que é a Vila de Santa Maria do Boiaçu –, um porto, de pequeno porte, por menor que seja, nós precisaríamos muito, porque lá nós temos em média de 20 a 30 embarcações por dia e não temos nenhum porto.

O SR. SILVIO COSTA FILHO – É Boiaçu?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – É, Santa Maria do Boiaçu. Isso atenderia certamente todas aquelas embarcações que trafegam por ali, em Santa Maria, como é a vila mais populosa, certamente a mais visitada também por turistas, e atenderia ali muito bem toda aquela região do Baixo Rio Branco.

É isso. Quero deixar meu abraço a V. Exa. e expressar a alegria que eu tenho de vê-lo desempenhando muito bem as funções de Ministro de Portos e Aeroportos no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Líder Mecias.

Na sequência o Senador Heinze, e o Senador Petecão também pede a palavra.

Quero também registrar a presença do Líder Randolfe Rodrigues, e aí a gente conclui a rodada de perguntas.

Senador Heinze, V. Exa. tem a palavra.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, nosso Ministro Silvio Costa Filho, quero parabenizá-lo pela explanação. Aqui algumas questões relacionadas ao Rio Grande Sul, que nós já temos tratado bastante. Primeiro, sobre o Aeroporto Vila Oliva. Conversei agora, outro dia, com a Luiza e o Maffili, e também com a Mariana, a gente tem trocado ideias com ela, com relação a recursos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

específicos para esse aeroporto. Começamos um trabalho com ele em 2019, já está nos finalmente, o projeto está praticamente pronto, e foi a resposta que eu recebi.

Agora nós temos que fechar o recurso junto ao PAC. Já estamos fazendo inclusive, por orientação da sua equipe, um pedido de audiência com o Ministro Rui Costa, em nome do Senador Paim, do Senador Mourão e em meu nome – os três Senadores gaúchos –, para solicitar a ajuda do Ministro para nós garantirmos o recurso no PAC, o que é fundamental. É em torno de R$170 milhões, R$180 milhões.

Gramado hoje, Senador Marcos Rogério e Seif, recebe 8 milhões de turistas por ano, e praticamente todo mundo vem por Porto Alegre. É um número expressivo de turistas. Um dos maiores destinos turísticos do Brasil é Gramado hoje. Então, a região precisa disso.

Outro ponto importante, Ministro: o Rui Costa me questionou, numa ocasião em que eu falava com ele, sobre as estradas, os acessos. Já temos, nesse documento, um compromisso, o Governo do estado, se comprometendo a fazer o acesso a Caxias-Vila Oliva e Vila Oliva-Gramado. Então, também esse é um ponto importante. E o Prefeito Nestor, de Gramado, já tem quase todo o trecho assaltado. Falta uma ponte, que o estado vai fazer. Para chegar, de Vila Oliva a Gramado, de muito pouca coisa se precisa, mas o importante é que essas obras não estarão no recurso do projeto em si. Então, esse é o primeiro ponto importante, em que a gente tem que ombrear juntos, porque é fundamental para o Rio Grande do Sul, mas, em especial, para aquela região.

E uma outra questão que nós conversamos também, em 2019, é a Hidrovia da Lagoa Mirim, que os senhores já conhecem. Foi trabalhada em cima de um projeto, Seif, fazendo-se uma parceria público-privada. Já tinha empresas que iam fazer o processo, e depois ela está se tornando pública. Foi suspensa a licitação, e a gente está insistindo agora com o pessoal do Dnit para fechar essa questão. Porque é fundamental para nós, para a nossa metade sul do Rio Grande do Sul e também para a parte norte e nordeste do Uruguai, que é a parte mais pobre do Uruguai e que agrega, uma parte, com o Brasil. Para nós é fundamental essa hidrovia fazer a ligação.

Para que os colegas tenham noção, Senadora Margareth, o Rio Grande do Sul hoje tem mais água, proporcionalmente ao tamanho do estado, do que o próprio Mato Grosso, do que o Pará. Essa é uma posição. Só perde para o Amazonas. Se fizer a proporção do estado, as lagoas, Seif, que nós temos no estado hoje e os rios que nós temos são fundamentais. E nós estamos usando muito pouco a navegação, portanto é importante essa questão de fazermos essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hidrovia, que faz essa ligação importante e ajuda também o Porto de Rio Grande. Porque o Uruguai tem 1 milhão de hectares nessa região, em que pode plantar milho, soja, madeira; até uma planta de celulose cabe naquele local, ou na zona sul do estado ou naquele processo. Então, é muito importante que saia essa ferrovia... a hidrovia, quer dizer, e é um valor barato.

Nesse assunto ali, nós potencializamos, e vi que no seu mapa essa obra já consta ali...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – ... nas prioridades do Governo Federal. Então, é importante.

O Uruguai tem demandado muito esse assunto junto conosco, por meio do Embaixador Guillermo Valles, que tem, intensamente... Nós já temos conversado junto com V. Exa. Então, é importante que a gente possa ter esse processo do Dnit o mais rápido possível, para poder chamar essa licitação.

Senador Marcos Rogério, ela foi suspensa em função das enchentes, porque o assoreamento que houve vai mascarar o volume que teria que ser dragado no processo ali. Claro que hoje é diferente, e já estão fazendo o levantamento dessa parte. Para nós, é fundamental.

E, para finalizar, eu vi o Senador Marcos Rogério o questionando dos acessos. Nós temos um projeto... O Porto de Arroio do Sal é um segundo porto marítimo do Rio Grande do Sul.

Seif, vocês têm lá sete portos funcionando – sete –, e nós copiamos o modelo de... Itapoã? Pode ser?

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Itapoá.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Itapoá, esse é o modelo que implementamos no Rio Grande do Sul...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – ... totalmente privado. Marcos Rogério, da ligação do porto em direção à Rodovia BR-101, 12km de estrada, o próprio pessoal do porto vai fazer a estrada. Então, não tem problema de estado ou de União, a obra está no projeto do porto: R$6 bilhões, R$7 bilhões, que se pagam. A nossa economia, Seif, é maior que a de Santa Catarina, e não podemos admitir apenas um porto funcionando, enquanto vocês têm sete, porque vocês agilizaram, os empresários fazem, e esse é um processo importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que nós queremos para o Rio Grande do Sul é um segundo porto marítimo, que não vai prejudicar Rio Grande, mas vai ajudar o Rio Grande do Sul.

Conversamos com a parte norte do estado, agora, recentemente, em Caxias, na semana passada, e todo o empresariado de Caxias presente na reunião: eles querem o porto. Sexta-feira passada, estivemos lá em Novo Hamburgo, então, no setor coureiro-calçadista, todo mundo quer. Estivemos em Santa Cruz, fumo, todo mundo quer o porto lá. Então, para nós é fundamental que tenhamos um segundo porto marítimo no Rio Grande do Sul.

E também com relação à ferrovia. Quando eu peguei esse assunto com o Dr. Carrion – e quero render homenagem ao Carrion, que foi Deputado desta Casa, foi Relator da Lei dos Portos, quando Deputado naquela ocasião, foi duas vezes Prefeito de Passo Fundo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Ele que trouxe essa ideia em 2018, Marcos Rogério, e hoje é uma realidade, o porto vai sair do papel. Foi desenhado por D. Pedro, em 1870. Quando ele pediu para os engenheiros espanhóis, D. Pedro disse assim: "Descendo de São Paulo a Montevidéu-Buenos Aires, onde seria o melhor local para um porto no Rio Grande do Sul?". E deu nesse local. Quero agradecer à Marinha, também, que foi fazer a batimetria para nós, e hoje não é por Torres, mas é ao lado, num município que se emancipou depois, que se chama Arroio do Sal. Então, o projeto é de 1870. No tempo de Getúlio Vargas, os ingleses e os alemães fizeram um projeto também no mesmo local. Que bom! E hoje, então, nós estamos ressuscitando essas obras de muito tempos atrás, que vão se tornar uma realidade. Para nós é fundamental e para o Brasil é fundamental. O custo logístico do Rio Grande do Sul, hoje, é um dos mais caros do Brasil, por falta de portos, hidrovias, ferrovias, pontes e aeroportos. Então, estamos tratando justamente deste assunto, do aeroporto de Vila Oliva, da Hidrovia da Lagoa Mirim e também da questão do porto de Arroio do Sal.

Obrigado pela atenção, Ministro.

Quero elogiar a Mariana, que tem nos atendido muito bem, que é a sua Vice, substituta lá; o Tomé, a Luiza e o Maffili, na Aviação Civil; e o Alex de Ávila, de quem também temos cobrado a questão da hidrovia, que para nós é fundamental, e do porto também.

Obrigado.

O SR. SILVIO COSTA FILHO (*Fora do microfone.*) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senador Heinze. A Vice-Ministra? (*Risos.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – É Secretária-Executiva.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, o Heinze botou aqui "Vice-Ministra".

Muito bem! Pelo combinado, a cada três Senadores, o Ministro responde, e nós ainda temos dois Senadores remanescentes inscritos, o Senador Petecão e o Senador Wellington Fagundes, e o Senador Randolfe, para completar os três e finalizar.

Então, o Ministro tem a palavra. Vamos tentar ser o mais sucinto possível...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sim!

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – ... como já está bem avançado, eu gostaria de pedir...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Se o Ministro quiser, eu já coloco todos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... a possibilidade de todos nós...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Todos?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – É.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente. Aqui, vamos...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Democracia!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pela democracia!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ministro...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Pela ordem.) – O Ministro é jovem e tem a capacidade de sintetizar todos juntos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – E o Ministro é cuidadoso. Eu fico observando, a cada fala, ele vai fazendo as anotações. Eu acho que ele pegou alguma prática com aquele pessoal da Taquigrafia do Senado ou da Câmara: anota tudo; não esquece nada.

Então, vamos fazer desta forma: na sequência, fala o Senador Petecão; Wellington Fagundes; e fecha com o Senador Randolfe.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Para interpelar.) – Presidente, vou ser bem breve.

Primeiramente, queria agradecer ao Ministro Silvio pela forma como ele sempre nos recebe lá em seu ministério. Eu tenho até dito que você virou referência. Que bom se todos os ministros recebessem igual você nos recebe! Às vezes, eu sei que não dá para resolver tudo, mas, da forma como você recebe, isso já conta muito para mim.

Então, Ministro Silvio, eu gostaria que V. Exa. pudesse... Eu tenho um PL aqui, que é o 4.715, que está na Câmara.

Porque agora lá na Câmara o que eles estão fazendo? Os projetos vão daqui, aí o cara pega um projeto da Câmara e apensa o nosso. Nós temos que acabar com isso. Tem que acabar com isso. E se eu for falar com o Presidente Davi, esse não é o primeiro, não; isso acontece com vários projetos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Essa é aquela lógica da tramitação invertida, em que eles acabam com a iniciativa do Senado.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Tá, mas por que...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O que me parece...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – ... por que o cara não apresenta o projeto dele? Por que ele tem que apensar no meu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Parece-me assim, sem querer ser... apenas reportando o que foi tratado na reunião de Líderes mais recente, que, até o final do ano, a prática seria esta: o Presidente Davi teria, numa composição com o Presidente Hugo Motta, feito o realinhamento dentro daquilo que manda a Constituição Federal, do que manda o Regimento, respeitando a iniciativa de cada Parlamentar. Então, apenas para reportar, esse assunto foi tratado na reunião de Líderes e era um absurdo...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Um absurdo!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... acabava com o poder de iniciativa. E ficava uma guerra, porque, se o Senado começa a praticar a mesma coisa, a gente fica num ambiente em que para todo o processo legislativo. Assiste razão a V. Exa.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, daqui a pouco, o cara que está lá no estado diz: "Olha, esse Petecão nunca aprovou um projeto". Não só eu, os colegas aqui...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Tem razão V. Exa.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O que eu estou dizendo aqui é o que todos têm me relatado.

Silvio, então eu tenho o PL 4.715, que trata, que permite, que os voos... Por exemplo, nós estamos lá na divisa com o Peru e com a Bolívia. Nós temos ali uma cidade, por exemplo, Cusco, uma das cidades mais visitadas do mundo. Aí o cara pega um voo lá em Cusco, e ele pode vir a Rio Branco, mas, com a lei atual, ele não pode pegar passageiro em território brasileiro. O que nós queremos? Que esse voo – o projeto trata disto – faça uma escala em Rio Branco, e o cidadão que estiver lá em Rio Branco possa vir para Brasília, possa ir a São Paulo. O projeto trata disso, Marcos Rogério. E isto é importante para a nossa região: que ele possa fazer uma escala em Porto Velho, pegar os passageiros... Cria mais opções, porque nós vivemos totalmente isolados naquela região, você sabe disso. E você é um dos baluartes batalhadores que luta por isso.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Pela ordem.) – Senador Petecão, nessa linha, eu tenho no Rio Grande do Sul: São Borja está do lado da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Argentina e próxima do Paraguai. Entendeu, Seif? Nós podemos fazer essa conexão. Para nós é importante esse assunto também no Rio Grande do Sul.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Mas é importante para todo mundo...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Pro Brasil.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – ... para os estados que estão na fronteira, é importante para todo mundo

Então, eu gostaria muito, Ministro Silvio, da sua contribuição. Você tem nos ajudado muito lá na Região Amazônica, especialmente lá no Acre. Que o senhor abraçasse essa causa, que, com certeza, vai nos ajudar e ajudar muito.

Eu faço parte da Frente Parlamentar de Portos e Aeroportos. Então eu queria... O nosso Presidente lá é o Deputado Paulo Alexandre – não sei se você conhece –, o Paulinho, lá de Santos. Esse cara tem feito um trabalho maravilhoso.

Já tive algumas oportunidades de fazer algumas viagens e conhecer alguns portos do mundo – na última vez, visitamos alguns portos do Mediterrâneo –, e é totalmente diferente: você chega a um porto da Europa, e é uma verdadeira festa. Aqui, criou-se a cultura – e espero que isso mude, tenho certeza – de que os portos têm que viver isolados. Não, no porto de Barcelona, você chega num navio, é uma verdadeira festa. Você conhece.

Então, essa frente é uma frente muito importante, que cuida de portos e aeroportos. Eu estou lá à sua disposição.

Mais uma vez, até por conta do adiantado da hora, em respeito aos meus colegas e ao acordo que foi feito, eu vou ser bem breve, eu quero lhe agradecer, de coração, o carinho que você tem dado aos Parlamentares, não só a mim, isso eu ouço de todos os Parlamentares daqui, do Senado. E quero aqui me colocar à sua disposição. Tá bom? Conte comigo, estamos juntos.

Valeu, Silvinho.

O SR. SILVIO COSTA FILHO – Maravilha. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senador Sérgio Petecão.

Na sequência, Senador Wellington Fagundes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.) – Sr. Presidente Marcos Rogério; nosso companheiro Silvio Costa, meu Presidente da frente parlamentar em defesa dos municípios, de que sou Vice-Presidente, mas, como Ministro agora, ele foi para um cargo mais importante. Mas continuamos na luta em defesa dos municípios.

E, na mesma linha do Petecão, eu quero inclusive registrar que, nesse sábado, eu estive em Miami na inauguração de um grande terminal da MSC, que é hoje uma das maiores companhias, inclusive também é a empresa líder. E tem a TIL, que é a empresa de transportes e, principalmente, de contêineres que comprou a sua concorrente agora por US$22 bilhões e se transformou na maior do mundo. E eles estão com investimentos altíssimos no Brasil, inclusive no Porto de Santos: compraram a Santos Brasil, e outros investimentos.

O que a gente percebeu lá na conversa – viu, Ministro? – é que eles continuam ávidos pelo Brasil. E eles querem – inclusive estarão voltando aqui – exatamente esse trabalho junto conosco. Eu falei muito, Senador Marcos, do nosso trabalho aqui, como Presidente da Frente Parlamentar Mista de Logística e Infraestrutura, e eles querem expandir esses investimentos, inclusive na área também de aviação, de navegação de passageiros. Então, eu quero marcar inclusive a possibilidade dessa reunião.

Bom, também um outro aspecto, Ministro. Saiu uma matéria agora, há poucos dias, do Governador Mauro Mendes pedindo ao STF permissão para o uso de aviões agrícolas no combate a incêndios em Mato Grosso. Olha só, em função dessa matéria, que me estranhou muito – ir ao Supremo para decidir uma situação dessas –, eu tive uma reunião com o Presidente da Anac em que ele me disse que não é nada disso, que a Anac tem as portarias... Enfim, mas eu vou fazer a pergunta aqui de acordo com o que foi colocado. Recentemente, então, foi veiculada, na mídia nacional, notícia sobre a limitação regulatória que estaria impedindo o uso de aeronaves agrícolas privadas no combate a incêndios no Estado de Mato Grosso – e aí não é só Mato Grosso, não. Como o ministério avalia a participação da frota de aeronaves privadas em esforços de combate a incêndio, ainda que de forma remunerada?

E eu falo isso principalmente porque, no meu estado, muito grandioso – Rondônia também, mas em Mato Grosso nós temos o Pantanal, uma região grandiosíssima; são 300 mil quilômetros quadrados –, o incêndio é constante. Inclusive, nessa minha ida à Flórida, eu tive a oportunidade de visitar o Everglades, num trabalho que estamos fazendo junto com as universidades exatamente na experiência de combate a incêndios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao uso dessas aeronaves, no caso de Mato Grosso, porque temos inúmeras – inclusive foi criado agora, pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia, um curso de engenharia de manutenção de aeronaves agrícolas, exatamente pelo volume que temos lá. Eu gostaria que V. Exa. fizesse algum comentário. Se não, não tem problema, pode depois conversar com a Anac, porque isto precisa ficar bem claro: de que forma nós podemos usar esses aviões? Porque às vezes o fazendeiro quer fazer parceria com o fazendeiro vizinho ou, ali no caso do Pantanal, de outras regiões, para poder fazer esse trabalho conjunto.

Eu tenho mais duas perguntas em relação ao Aeroporto Marechal Rondon, em Várzea Grande, Mato Grosso, na Região Metropolitana de Cuiabá. Conseguimos finalmente, Ministro, fazer a internacionalização, e eu quero agradecer também o seu trabalho, o da Anac e de todos os órgãos. Está lá tudo pronto, mas infelizmente nós não temos ainda as companhias, os voos. Eu gostaria que V. Exa. fizesse algum comentário. Acho que o Petecão falou ali da situação. Eu tenho feito reuniões com as companhias, mas, se o ministério já está trabalhando, gostaria que explicasse mais sobre o que está sendo feito.

Ainda tem o investimento também do Aeroporto de Cáceres. A pergunta é: quais os principais impactos esperados com investimentos públicos em melhorias no Aeroporto de Cáceres para a cadeia logística da região e quando essas melhorias devem ser concluídas?

Eu falo Cáceres porque nós estamos ali na região fronteiriça. São 720km de divisa com a Bolívia. Temos que integrar essa região exatamente para não ficarmos só sofrendo as consequências, principalmente com a questão do narcotráfico. Se V. Exa. puder também fazer alguns comentários, aí o nosso Presidente Marcos Rogério vai me perdoar por ter que ir lá, como Líder do bloco. Nós temos lá uma reunião agora.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Isso.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Logo que concluir aqui, nós estamos aguardando V. Exas. lá também porque hoje também temos o aniversário do Izalci... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ah, hoje é aniversário do Izalci...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... para comemorarmos lá no nosso bloco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Líder Wellington Fagundes.

Toda terça-feira, nós temos reunião do Bloco Vanguarda, e, a cada terça-feira, um Senador é que oferece o almoço para todos os Senadores das bancadas. E hoje tem aniversariante, então, além do almoço, vai ter um momento festivo.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone*.) – A comida é boa!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. *Fora do microfone*.) – Convidaram o Ministro?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O Ministro é convidado!

Senador Líder Randolfe, para concluir a nossa lista. Aliás...

O SR. SILVIO COSTA FILHO – Senador, eu queria só lhe pedir, eu sei que não é regimental para esse tipo de procedimento, mas, se antes o Senador pudesse me liberar só para ir ao banheiro um minuto...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Todo mundo foi e o Ministro não!

O SR. SILVIO COSTA FILHO – Vou fazer um apelo ao Regimento Interno... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Por favor! (*Risos.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Não é regimental, é humanamente necessário!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É um apelo humanitário.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Ele tem que fazer um curso com o Davi, não é? Porque foi o recordista, não é? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Tem que se apurar qual foi o mecanismo...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone*.) – O que ele tomou naquele dia...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Exatamente! Eu acho que ele ficou uns dois dias sem tomar água, não é? Ele se preparou...

Muito bem. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Com a palavra o Líder Randolfe Rodrigues. (*Pausa.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Para interpelar.) – Ministro, fique à vontade. Sem problema nenhum.

Presidente Marcos Rogério, muitíssimo obrigado.

Presidente, o senhor pôde perceber que, pela unidade aqui presente entre Parlamentares de governo e de oposição, o Ministro Silvio Costa Filho é uma unanimidade. Eu costumo dizer que é a melhor das gerações dos Silvios Costas, entendeu? Isto é conhecido em todo o Congresso Nacional. É a melhor geração dos Silvios Costas, e, exatamente pelo perfil de atuação do Ministro, eu diria que é um dos mais eficazes e competentes da nossa Esplanada dos Ministérios, do Governo do Presidente Lula, e eu acho que lhe caracteriza, sim, Ministro Silvio Costa, é esse seu caráter atencioso não somente com os colegas Parlamentares, mas com qualquer cidadão, onde quer que esteja, e eu sou testemunha disso, pela dedicação que o senhor tem à causa pública sempre. Qualquer serviço que é colocado para o senhor, o senhor devolve com dedicação e enorme zelo. Então, essa homenagem eu também tenho que prestar. E, sobretudo, pela forma resolutiva, que já foi testemunhada aqui por outros colegas Parlamentares, porque, toda vez que alguma demanda é colocada junto ao ministério, o senhor, de imediato, resolve e dá a resposta. Eu tenho que prestar aqui esta homenagem ao senhor, e a primeira razão de eu estar aqui é para prestigiá-lo e testemunhar o que todo o Congresso Nacional já sabia e que agora é de conhecimento também do Poder Executivo em seu exercício no Ministério de Portos e Aeroportos.

Para acrescentar, Presidente e Ministro Silvio Costa Filho, eu queria trazer ao senhor, aproveitar esta oportunidade aqui, eu iria até o senhor e saberia que teria uma resposta, mas aproveito a oportunidade de sua presença aqui na Comissão de Infraestrutura, para lhe reportar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a situação do aeroporto de minha cidade, que o senhor conhece muito bem. O senhor esteve junto com o Presidente Lula ainda há pouco, e o senhor viu a boa infraestrutura do Aeroporto Internacional de Macapá.

Pois bem, Ministro Silvio, aquele aeroporto, o Aeroporto Internacional Alberto Alcolumbre, foi um anseio antigo dos amapaenses e foi um esforço da nossa bancada parlamentar, como eu lhe reportei anteriormente, inclusive meu e do Senador Davi Alcolumbre, nosso Presidente daqui da Casa. A obra tinha estado paralisada no início dos anos 2000, e, depois de dez anos de paralisação, a partir de iniciativa do Senador Davi Alcolumbre conosco e com outros colegas da bancada, nós deixamos emenda de bancada no total de R$163 milhões, que concluiu. Eu diria, e o senhor pode me corrigir, que talvez seja um dos melhores equipamentos de infraestrutura aeroportuária que nós temos no Brasil, na Amazônia seguramente.

Aquela obra é muito recente, é jovem, foi inaugurada em 2019. Ocorre que, embora seja uma obra recente e uma belíssima infraestrutura – inclusive, para atender a demanda da capital do Amapá, eu diria pelos próximos 20 ou 30 anos, porque é um amplo aeroporto –, a partir da privatização e da concessão para empresa privada, ocorreu um total abandono. A concessionária do aeroporto, a NOA, a mesmo do aeroporto de Belém, o que eu acho que nos deixa com uma pulga atrás da orelha, visto que o Aeroporto Internacional de Belém é o aeroporto da Conferência do Clima, que será realizada em novembro... Não sei como detalhadamente eles estão cuidando do Aeroporto de Belém. Eu posso lhe testemunhar que, em relação ao Aeroporto Internacional de Macapá, o Aeroporto Internacional Alberto Alcolumbre, num prazo exíguo, eles conseguiram deteriorar um equipamento excelente que foi construído pelo poder público.

Para o senhor ter ideia, nos anos de 2023 e 2024, eles não conseguiram fazer a manutenção de equipamentos de navegação aeroportuária. O aeroporto internacional de Macapá, o senhor percebeu, tem três ou quatro *fingers*. Eles, ao longo deste ano, e eu posso testemunhar, ao longo dos últimos três meses, a maioria dos *fingers* não estão operacionais pelo descaso da concessionária. O sistema de ar-condicionado do aeroporto, há pelo menos dois ou três anos, não funciona na plenitude do que deve funcionar. O estacionamento do aeroporto tem sido totalmente abandonado. Enfim, o último ocorrido é que, neste último final de semana, parte do teto do aeroporto internacional foi comprometido, ou parte do teto veio a desabar.

Então, não há justificativa para uma obra feita pelo poder público, com um custo de mais de R$100 milhões aos cofres públicos, um patrimônio construído para os amapaenses, ser transferida para uma empresa privada, e uma empresa privada tratá-la com tamanho descaso como tem tratado o Aeroporto Internacional de Macapá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, até chegar ao senhor... Eu recorro ao senhor como *ultima ratio*, porque a Agência Nacional de Aviação Civil tem sido inoperante. Deixe-me reiterar os termos, ainda bem que nós estamos mudando os representantes da Anac agora, em breve, aqui no Congresso Nacional, porque a Anac tem sido inoperante e repetidas vezes não tem respondido, ou pelo menos dado a devida resposta às questões que temos trazido sobre o Aeroporto Internacional de Macapá. É por isso que recorro ao apoio sempre resolutivo de V. Exa. à frente do Ministério de Portos e Aeroportos, para, o quanto antes, buscar ou fiscalizar rigorosamente ou exigir da empresa concessionária um plano de resposta, de recuperação e de funcionamento adequado desse aeroporto, porque, como eu disse, não se justifica um equipamento, que não tem três ou quatro anos, estar sendo cuidado por uma empresa privada dessa natureza.

Inclusive, Presidente Marcos Rogério, eu quero cumprimentar V. Exa. Eu sei que V. Exa. tem um requerimento aqui para, inclusive, constituir uma Comissão Externa para ver a situação do funcionamento dos aeroportos brasileiros. Cumprimento-o pela iniciativa. Adiro à iniciativa de V. Exa. para essa Comissão Externa. Tem junto um requerimento meu especificamente sobre o aeroporto de Macapá. Até peço a V. Exa., se possível, apensar ao seu, porque eu acho que é uma providência a ser muito bem tomada por V. Exa. Inclusive, no nosso requerimento, nós pedimos a vinda do Presidente da Anac aqui, porque eu acho que pode ser uma providência, se V. Exa. me permite, preliminar para ouvirmos sobre a situação dos aeroportos brasileiros, sobre como estão sendo cuidados, sobretudo pelas concessionárias, para, em seguida, juntos termos a Comissão Externa por V. Exa. assim proposta.

Eram esses os termos, mais uma vez prestando ao Ministro Silvio Costa Filho todas as homenagens pela gestão que tem feito à frente do ministério.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Líder Randolfe, e agradeço a referência que faz ao requerimento das diligências, que eu acho que vai ser um instrumento, para o conjunto dos Senadores, muito importante.

Eu acho que, além dessas diligências nos aeroportos, especialmente aqueles que passaram pelo processo de concessão... Porque a gente aprova aqui. O gestor público formula a política pública, o modelo, a modelagem toda, e passa pelo regulador, pela agência, mas com a autorização, com a aprovação do marco legal pelo Parlamento. E depois, lá na ponta, a efetividade disso, às vezes, escapa do controle do Parlamento. Então, a Comissão de Infraestrutura tem a prerrogativa de fazer essas inspeções, essas diligências, e nós assim encaminhamos em relação aos aeroportos, em relação também às rodovias e às ferrovias, e eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já tenho pedido aqui, inclusive, que em relação à questão da navegação também se faça, até com a contribuição que o Senador Jaime Bagattoli trouxe aqui agora há pouco, no tocante à Hidrovia do Rio Madeira, que está na fase de estudos e com a possibilidade de concessão também – é algo que nos preocupa muito.

Nesse caso, Ministro – depois eu vou lhe encaminhar –, eu fui o Relator da medida provisória que tratou da Eletrobras, daquele processo de desestatização. E naquele momento, Senador Mecias, nós alocamos ali dois recursos, e um deles foi justamente para a Hidrovia do Madeira. E esse recurso ainda não foi devidamente encaminhado. Um foi para o Madeira e outro foi para uma outra hidrovia de que eu não me recordo agora de cabeça, mas foram duas medidas adotadas para garantir justamente a infraestrutura necessária para a navegação.

Fica, então, feito o pedido para que a equipe faça o apensamento dos dois requerimentos, atendendo ao pedido do Senador Líder Randolfe.

Com a palavra o Ministro Silvio Costa Filho para responder aos Senadores.

O SR. SILVIO COSTA FILHO – Acho que a Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ah, perdoe-me! Perdoe-me, Senadora Margareth Buzetti.

Vejam como aqui, Randolfe, se somou o prestígio pessoal do Ministro Silvio Costa Filho – que foi muito prestigiado; o número de Senadores e Senadoras que vieram a esta Comissão e que aqui permaneceram, inclusive, foi muito acima da média... Então, além do prestígio pessoal dele, os temas são sensíveis para o Brasil inteiro. Cada região do país tem suas necessidades, suas peculiaridades, e o Ministro atenciosamente a todos encaminhou resposta.

Senadora Margareth com a palavra.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente. Eu prometo que falarei só uma hora. (*Risos.*)

Mentira, Ministro. Muito obrigada pela presença. O senhor é sempre muito gentil, muito prestativo.

Eu falei que não iria mais reclamar da aviação no Brasil, mas eu só quero lhe dar um dado hoje do que está acontecendo no Mato Grosso: de hoje, 08/04, até o dia 11/04, nós não temos voo à tarde para Mato Grosso. Nenhum! Nós só temos voo pela manhã. Nós tínhamos dois, até três voos nós chegamos a ter, e iam lotados; agora, nós não temos mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero parabenizar o senhor, eu quero declarar aqui, pelas salas extrassensoriais que o senhor anunciou hoje para atender aos autistas. Isso é algo fantástico e necessário dentro da aviação, porque realmente eles são uma categoria... São pessoas que têm muito medo de barulho, medo de escada rolante, enfim.

É muito bacana isso o que o senhor está fazendo nos aeroportos, mas nós estamos com graves problemas na aviação civil, e isso é fato. E, hoje, quando o senhor sair daqui, nós vamos aprovar a Lei Joca, do cão Joca, na qual trabalhamos juntos por quase seis meses para fazer esse relatório e ele agora está redondo, pronto para ser aprovado.

Muito obrigada.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Está na pauta, na sequência da audiência...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Já está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É, o item da pauta. Até pensei em: "Não, vamos passar para a semana que vem", e a Senadora Margareth: "Não, não, não, vamos votar". (*Risos.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço, Senadora Margareth Buzetti.

Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Para interpelar.) – Só uma questão, aproveitando... Aquele aeroporto na divisa de Livramento com Rivera, Brasil com Uruguai – estivemos lá na inauguração –, ainda não tem companhia aérea. Se puder botar nas suas orações também, com o seu pessoal, (*Risos.*) coloque.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O que não consegue na gestão, apela pelas orações.

Senador Jaime.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Ministro, na hora em que V. Exa. responder, só esclareça também sobre o Fundo da Marinha Mercante; aquilo é muito importante para o Rio Madeira, porque todo o transporte de combustível de Rondônia, do Acre e do noroeste de Mato Grosso é feito pelo Rio Madeira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Senador Jaime.

Ministro, com a palavra.

O SR. SILVIO COSTA FILHO (Para expor.) – Bom, primeiro quero agradecer as manifestações de carinho e de atenção. Nós vamos juntos – poder público e Senado Federal – continuar trabalhando muito pelo Brasil.

Naturalmente, eu fico muito feliz de poder vir a esta Casa, uma Casa pela qual eu tenho muita admiração, muito respeito, sobretudo pelo papel institucional que cumpre para o Brasil e para a democracia brasileira.

Eu venho lá de Pernambuco, Senador Randolfe. Meu avô era cortador de cana e ele sempre me dizia... Eu era bem novinho, ele me chamava no canto e dizia duas frases que me marcaram muito: "A verdade sempre vence" e "Quem ouve erra menos", e eu tenho procurado sempre ouvir para poder acertar, para tentar fazer as coisas da melhor maneira possível, despido de qualquer componente ideológico, porque eu acho que isso é muitas vezes o que está faltando ao nosso país.

Primeiro, respondendo ao Senador Jaime, que é uma referência no setor do agronegócio brasileiro, quero dizer que essa pauta do Rio Madeira é uma pauta... A gente tem que ter muita sensibilidade nessa discussão porque hoje nós temos uma movimentação de 15 milhões de toneladas, podemos chegar a 25 milhões de toneladas depois que essa hidrovia for feita, mas a gente percebe que há algumas dificuldades com o setor produtivo brasileiro, e precisa ser feita uma melhor discussão.

O que é que nós fizemos efetivamente? A gente iniciou a Hidrovia do Paraguai e do Paraná, nós avançamos na Hidrovia de Tocantins, nas discussões, e eu pedi para deixar sobrestada a Hidrovia do Madeira para que a gente possa fazer uma discussão mais profunda com o setor produtivo local, com o Senado, com a Câmara Federal, para que a gente possa avançar de maneira substancial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a nossa ideia é que agora, nesses próximos 30 dias, nós façamos uma reunião aqui ou lá no ministério, para a qual a gente possa convidar os agentes políticos envolvidos nesse processo para fazer uma discussão sobre onde nós estamos e aonde nós queremos chegar e ver se é possível equalizar um entendimento para que a gente possa avançar no fortalecimento do transporte de grãos, fertilizantes e combustível, porque o transporte de combustível também abastece países da América do Sul.

Essa é a discussão do Madeira. Há uma discussão... O que me preocupa é que nós vamos evidenciar um processo eleitoral daqui a pouco, e, de certa forma, a narrativa que se está fazendo é de que pode haver uma privatização do rio. Muitas vezes, o cara que não para para ler o relatório recebe uma notícia como "o rio vai ser privatizado", e aquilo termina gerando um efeito muito negativo.

Por isso, a gente tem que se sentar – é o que eu tenho orientado ao nosso Secretário Nacional de Hidrovias, Dino – para que a gente possa fazer uma discussão efetiva sobre esse processo.

Quero colocar uma questão em que avançamos bem e que era uma preocupação, Senador Jaime: a das dragagens. Você sabe que ali em Benjamin Constant, Tabocal, no Rio Solimões e no Rio Madeira sempre precisa ser feita dragagem. E o que acontecia? Historicamente, as dragagens eram feitas, Senador, de última hora. Já se sabia que em um ano haveria estiagem na Amazônia, naquela região. Então, nós fizemos uma licitação agora de cinco anos, para que, independentemente do Governo – esta é a primeira iniciativa da história –, a gente tenha, Senador Randolfe, essa dragagem feita, porque isso dá previsibilidade ao setor produtivo, para que não se tenha prejuízos no minério, para que não se tenha prejuízos no agronegócio, para que a gente possa avançar, tendo em vista que essa hidrovia atende o Acre, o Mato Grosso, o Amazonas e também Rondônia. Então, vamos construir, Senador, conjuntamente, para que façamos o que for efetivamente melhor para o Brasil.

A avaliação que eu faço da agricultura é que o Brasil vai bem. Eu acho que o Presidente Lula teve a oportunidade de abrir quase 340 mercados no mundo e fiquei encantado com a imagem internacional do Presidente Lula. Muitas vezes, o que acontece é que o jogador brasileiro está jogando muito bem no Vasco, mas, às vezes, setores da sociedade só o valorizam quando ele vai para o Barcelona. Isso é como o Alceu Valença no meu estado: ele só foi mais valorizado quando foi para o Rio de Janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, hoje – e aqui eu não estou querendo adjetivar nem fulanizar –, a imagem internacional do Presidente tem nos ajudado muito a ampliar parcerias com o mercado internacional, sobretudo no setor portuário e no do agronegócio. Desses 340 mercados... Por exemplo, com o Vietnã, nós assinamos o mercado da carne para proteína animal. Nós estamos falando de quase 10 bilhões por mês que o Brasil vai abrir em operação de carne. Então, eu acho que isso tem ajudado o país e acho que isso vai fortalecer a agenda do agronegócio brasileiro. Também tivemos ampliação do seguro safra, como a gente tem discutido.

Na questão dos armadores, essa preocupação que se tem com o *demurrage*... Há no Brasil uma preocupação com o *demurrage*, que é uma preocupação no mundo, mas a leitura que a gente faz é que, historicamente, nunca houve uma preocupação com o crescimento do setor portuário. Noventa e cinco por cento das exportações do Brasil são feitas pelos portos. E, quando a gente pega as décadas de 80, 90 e até em 2000, percebemos que foi feito muito pouco para o potencial que nós temos no Brasil.

No agronegócio, se não me falha a memória, em 2012, nós tínhamos uma movimentação de 200 milhões de toneladas. Agora, em 2023, fechamos com 320 milhões de toneladas, ou seja, houve um *upgrade* muito grande. Com isso, a gente precisa ampliar os investimentos nos nossos portos. Tanto é que nós estamos fazendo, agora nos quatro anos do Governo, o maior programa de concessões da história do setor portuário. E três portos vão ajudar muito o agronegócio da Região Norte do país: o Porto de Santos, que vai atuar na cabotagem e cuja capacidade será dobrada em 50%; o Porto de São Sebastião, sobre o qual nós fizemos uma delegação ao Governador Tarcísio, porque nós vamos fazer lá uma grande operação; e, concomitantemente, no Porto de Itajaí. Com a retomada do porto, a gente vai ter um *upgrade* na equalização, para diminuir alguns gargalos, entre outros, a descentralização do Amapá, de alguns portos do Nordeste, do Sul, em que a gente tem procurado avançar. Então, o meu sentimento é de que nós teremos, nos próximos três, quatro anos, um amplo avanço no escoamento da produção brasileira.

Em relação ao Senador Mecias, muito obrigado, Senador, pelas palavras. Há três temas que são importantíssimos, um deles é o dos *fingers*. Eu já solicitei à Vinci, a concessionária – está aqui o Secretário Nacional Tomé Franca –, que me apresente – agora eles estão em processo de estudo – como pode se dar a modelagem da questão dos *fingers*, porque, quando isso foi pensado, lá atrás, foi feita a concessão, mas não se combinou que precisaria ser feita a manutenção dos *fingers*. Moral da história: a concessionária fez como queria, e a gente está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tentando contornar para que possa oferecer essa operação do *finger* local e, além disso, a segurança de voos através do Papi, através de outros instrumentos.

O aeroporto de Rorainópolis a gente está trabalhando para colocar no AmpliAR, tendo em vista a importância desse aeroporto.

Em relação à Uiramutã, o senhor esteve lá nos falando. Hoje, na cidade, as pessoas pousam num local muito simplório, que é até arriscado do ponto de vista de pouso – o vetor era de aviões pequenos. A gente está estudando o projeto, que será feito pela Infraero ou pela Codevasf – a gente está estudando –, para que, de posse de um projeto pronto, possamos avançar.

O Brasil tem hoje, efetivamente, o equivalente a, juntando aeroportos e aeródromos, mais de 2.5 mil. A gente não tem estrutura pública para fazer todos os aeroportos do dia para a noite, mas está revisitando o nosso PAN, que é o plano da aviação, é o plano estratégico da aviação brasileira. A gente tem, Senador Jorge, priorizado os aeroportos, no país, com alguns programas de investimento da Infraero, do AmpliAR, com investimentos de emendas parlamentares que alguns Deputados e Senadores têm alocado para a gente poder organizar.

Em relação a essa questão de Rio Branco e de Santa Maria do Boiaçu... Eu queria pedir, Dino, que a gente fizesse uma visita *in loco* – está aqui o Secretário Nacional de Hidrovias –, para que a gente possa tentar discutir a possibilidade de um IP4, para que a gente possa fazer um miniportinho para atender lá o porto na região. Então, vamos colocar na modelagem de estudo para a gente poder avançar nisso. Eu confesso que não tinha ainda esse pleito efetivamente colocado, mas contem comigo nessa causa.

Terceiro, Senador Heinze. Eu quero, publicamente, agradecer o esforço do Senador Heinze, que liderou a bancada de Senadores e de Deputados Federais para que a gente pudesse fazer o Porto de Arroio do Sal. Esse é um porto estratégico que passou quase oito anos com aquele TUP paralisado, sem ter autorização, dependendo de alguns avanços, dependendo da burocracia, do retrabalho. Conseguimos autorizar a operação do TUP, e hoje ele está vigente. A gente esteve lá no Rio Grande do Sul, anunciando isso conjuntamente. Estou à disposição para nos reunirmos até com a iniciativa privada. Muitos grupos empresariais estão procurando fazer investimentos no Brasil. Quem sabe – está aqui o Secretário Nacional de Portos – a gente não possa fazer uma operação, apresentar esse projeto até a parceiros internacionais para que esse porto saia, porque ele será muito estratégico para o Estado do Rio Grande do Sul?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre o aeroporto de Vila Olímpia, eu já conversei com o Ministro Rui Costa, apresentei a ele a importância do aeroporto. A gente está trabalhando para inclui-lo no PAC, porque, incluindo-o no PAC, a gente vai ter uma maior liberdade de recursos, mas a gente entende a importância dele.

E Gramado? Gramado hoje é um ativo do Brasil. O turismo cresce bastante. A gente está fazendo uma reestruturação de Gramado com investimentos do próprio Governo Federal, buscando até alternativas privadas também. Concomitantemente, tem obras de infraestrutura, ainda do Ministro Renan, que sofreram muito com esse processo da estiagem, mas a gente está trabalhando ao lado do Ministério do Turismo para pensar todas as ações concretas que a gente pode modelar para fortalecer Gramado – recebi o Prefeito recentemente – para que a gente possa avançar de maneira mais objetiva.

Ao Senador Petecão, que estava aqui, eu quero me colocar à disposição para discutir o PL 47. Essa pauta da cabotagem nós vamos ter coragem para enfrentar, porque já vem há 20 anos sendo feita essa discussão. A gente sabe que há alguma resistência dos setores, mas, como se diz lá no Nordeste, o possível a gente faz e o impossível o povo ajuda a gente a fazer. Cabe uma discussão sobre isso, e eu acho que é saudável para o Brasil. Acho que a gente não pode fazer cabotagem do dia para a noite, mas, em regiões mais estratégicas que fazem interface com a América do Sul, isso é algo discutível. Então, a gente pode avançar e esperar que essa nova Diretoria da Anac chegue para que a gente faça um amplo debate sobre a cabotagem no Brasil.

E fico feliz de ver o Senador Alan Rick e o Senador Petecão fazendo essa discussão, porque eu sei que dialoga com o sentimento de muitos Senadores essa oportunidade da cabotagem.

Em relação ao Senador Wellington Fagundes, essa questão desse novo perfil de aeronaves para combater desastres ambientais eu acho que é fundamental, mas é preciso que a gente tenha uma regulamentação sobre isso. Como a gente não tinha, Senador, uma regulamentação mais clara, tendo em vista esse novo momento ambiental que a gente vive no Brasil e no mundo, a gente criou uma regulamentação. Há um projeto que está sendo criado hoje, que é o Pati, que é um programa em que a gente vai cuidar da causa animal nos aeroportos, ou seja, é um programa de proteção ao transporte animal.

Da mesma forma, a gente precisa avançar nessa legislação. Tomé, você sai com a missão, ao lado da Anac, para que a gente possa, Daniel, criar uma discussão sobre esse tema, buscando mecanismos de novas aeronaves, de novos perfis de aeronaves, para que a gente possa criar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma legislação mais clara, mais transparente, com começo, meio e fim. Hoje, isso compete muito, muitas vezes, a uma decisão só da Anac, mas que a gente possa ter uma legislação específica para a aviação no combate aos desastres ambientais. Então, eu quero me associar ao Senador Wellington Fagundes.

Em relação à internacionalização do aeroporto de Várzea Grande, foi feita a primeira etapa, com a Receita Federal, a Anvisa, toda a luta. Agora, é a gente poder trabalhar por voos. Eu conversei com o Governador Eduardo Riedel – a gente tem dialogado bastante sobre esse aeroporto e sobre o aeroporto de Dourados também – para que a gente possa buscar voos. Infelizmente... Eu queria, do dia para a noite, colocar mais cem aviões na Azul, 50 na Gol, cem na Latam, mas não depende da gente.

Para vocês terem uma ideia, hoje nós estamos com 20 aviões em solo da Azul e 15 aviões da Gol, aproximadamente: 35 aviões paralisados porque eles não têm condições de pagar o motor do avião. Para cada motor desse nós estamos falando de em torno de US$10 milhões para uma requalificação e uma revisão. A gente está fazendo um crédito, nós vamos dar um crédito para eles se capitalizarem, porque, se não fosse o Estado brasileiro, os bancos públicos no Brasil e no mundo não iam apoiar. A gente está fazendo isso pelo BNDES, por todas as garantias que a gente está dando através do Fnac. Essa legislação será muito saudável para a aviação, e a gente vai trabalhar para poder ampliar a aviação.

Senador Randolfe, eu vou chamar... Eu queria solicitar o quanto antes, Senador, que a nossa Secretaria de Aviação fosse *in loco*, na próxima semana, ao compromisso. A SAC vai lá fazer uma visita, vai pessoalmente o Secretário Nacional, para que a gente possa entender... Essa é a primeira observação que a gente está fazendo.

Eu não ouvi efetivamente alguns movimentos de críticas à operação da NOA lá no estado, mas a gente vai fazer essa visita. Vamos chamar a concessionária, a NOA, para que a gente possa discutir uma qualidade em medidas emergenciais, porque nós não podemos aceitar que as concessionárias do Brasil prestem serviços de má qualidade. Nós não vamos aceitar esse processo lá no Macapá – como também em Guarulhos: eu estou indo pessoalmente, segunda-feira, cobrar que os investimentos sejam acelerados, para melhorar a qualidade das operações do Aeroporto de Guarulhos, porque a gente está sentindo que há um déficit nesse sentido.

Naturalmente, todas essas questões – e aí, Senador, depois eu vou procurá-lo – são de manutenção, porque é uma questão de zeladoria: ar-condicionado, *fingers*, inoperância de acesso... Nós não podemos aceitar isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por último, o nosso Senador Marcos Rogério, que sugere essa Comissão Externa. Eu quero me colocar à disposição como Governo brasileiro. O nosso Secretário está à disposição, e também a nossa equipe, que está participando desta audiência para ajudar no assessoramento desta Comissão. A gente já pode encaminhar todo o plano de investimentos que a gente tem para que a própria Comissão possa dar uma olhada – todas as concessões que foram feitas nesses 59 aeroportos nesses últimos anos – e tenha claramente, assim, um papel pedagógico, um papel orientativo que nos ajude efetivamente a melhorar cada vez mais a aviação no país.

Eu concordo que, em relação à 319, Senador Jaime – sabia que estava faltando –, é importante que seja feita a discussão, ela é fundamental.

Agora, só voltando a essa questão, para concluir, do Madeira, eu queria, Senador, ver se a gente pode... eu vou combinar com o nosso Secretário de Hidrovias para que a gente possa, Mariana, combinar com o Senador Jaime, conversar com o Senador Omar Aziz, com o Senador Marcos Rogério, com os Senadores da Região Norte, para a gente discutir...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sim.

O SR. SILVIO COSTA FILHO – ... a questão do Madeira e ver como a gente pode até avançar na comunicação e na estratégia, analisar quais são os benefícios e quais são os prejuízos que venham a ocorrer...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Podemos.

O SR. SILVIO COSTA FILHO – ... de maneira coletiva.

No mais, Senador, é isso.

Eu quero efetivamente, por último, agradecer a todos os Srs. e Sras. Senadoras, agradecer o apoio, o compromisso e o comprometimento com a agenda do desenvolvimento do Brasil; colocar-me à disposição de todos e todas aqui presentes... Senador Jaime.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ministro, só uma coisa que nós esquecemos: a cabotagem marítima também tem que avançar no Brasil. Nós temos 8 mil quilômetros de costa marítima...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Oito mil e quinhentos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É, mais de 8 mil quilômetros. Então, igual à viação aérea, nós temos que ver a cabotagem marítima também.

Obrigado.

O SR. SILVIO COSTA FILHO – Quero incorporar a fala de V. Exa. – concordo integralmente. Nós estamos discutindo isso também na BR dos Rios. Essa BR dos Rios tem que entrar na pauta que a gente está discutindo, essa questão que foi colocada para a cabotagem, para a gente poder aprimorar essa cabotagem no rios brasileiros.

Então, quero agradecer ao Senador Marcos Rogério e, na pessoa dele, ao Senador Davi Alcolumbre e a todos que fazem o Senado Federal e me colocar à disposição de todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Ministro Silvio Costa Filho.

Eu queria, antes de concluir – eu teria aqui um conjunto de perguntas para fazer, mas nós esgotamos aqui uma lista extensa de Senadores e Senadoras questionando o Ministro, algumas das questões que eu apresentaria foram devidamente apresentadas e encaminhadas pelo conjunto dos meus pares –, Ministro, apenas pedir, e aí é um apelo que eu faço num tema que interessa muito à minha região lá no Estado de Rondônia: nós temos dois projetos sendo encaminhados na Infraero – é um tema que passou pela Secretaria de Aviação Civil e está na Infraero –, que é a elaboração de projetos de aeroportos, dois terminais aeroportuários: um na cidade de Ariquemes e outro na cidade de Ji-Paraná, que é a minha cidade.

Esses dois projetos são uma novela que não termina nunca, porque, primeiro, o Governo do Estado de Rondônia não deu conta de fazer o projeto. Fez um projeto, foi reprovado; eu tinha um aporte de recursos da ordem de quase R$20 milhões para o terminal da minha cidade de Ji-Paraná e parte desse recurso acabou sendo perdida em razão de não ter sido o projeto aprovado dentro do prazo para a execução desse investimento.

Posteriormente a isso, o Governo do Estado, vendo a sua incapacidade de fazer o projeto, então, faz um convênio aí, através da Secretaria de Aviação Civil, com a Infraero, para que a Infraero encaminhasse a feitura desses dois projetos. Eu sei que a Infraero avançou mais em relação ao projeto da cidade de Ariquemes e me parece que o projeto relacionado ao aeroporto de Ji-Paraná está mais travado. E, assim, são duas cidades estratégicas. Agora, a cidade de Ariquemes não tem um aeroporto funcionando ainda, e a cidade de Ji-Paraná já tem uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aeroporto funcionando com um terminal que é vergonhoso. Para se ter uma ideia, quando você tem embarque e desembarque, você não consegue colocar todos os passageiros dentro do espaço de embarque: tem que ficar mais da metade de fora, esperar a primeira metade embarcar, para depois encaminhar. No período de chuva é uma situação constrangedora.

Então, o apelo que faço a V. Exa. é no sentido de dar, através da Secretaria de Aviação Civil, uma atenção especial a estes dois projetos: ao aeroporto, Jaime – o Senador Jaime Bagattoli conhece bem esse tema –, da cidade de Ariquemes. Quem lidera até esse projeto do aeroporto de Ariquemes é o Deputado Federal Thiago Flores. Ele colocou a emenda pessoal, de bancada, da cota dele, integralmente para esse projeto lá de Ariquemes, no primeiro ano de mandato dele, e não saiu. O recurso que eu coloquei, uma boa parte dele já se perdeu. Eu acho que deve ter um remanescente aí de uns 6 bilhões lá na SAC, se eu não estou enganado, para essa obra, e não se faz um terminal com 6 milhões. É uma obra que deve custar ali em torno de vinte a vinte e poucos milhões. Mas o primeiro passo é ter o projeto. Então, eu estou fazendo esse apelo aqui a V. Exa., no sentido de dar essa atenção para essas duas cidades: a cidade de Ji-Paraná e a cidade de Ariquemes. Posteriormente, eu vou atualizar o andamento dessas duas obras.

No mais, quero lhe fazer um agradecimento.

Eu faria uma abordagem em relação a essa questão da competitividade do setor aéreo, colocando algumas iniciativas que a agência, que o regulador faz. Eu sou um defensor fervoroso do papel do regulador. Eu acho que você não tem um mercado seguro, com previsibilidade, um consumidor atendido e respeitado também nos seus direitos sem você ter agências reguladoras funcionando regularmente, com autonomia decisória, com muita eficiência técnica e com percepção do que é o interesse nacional.

Agora, nessa questão da aviação, eu concluiria aqui apenas no sentido de que o ministério possa refletir sobre isso. E elogio o cuidado que V. Exa. teve de trazer a esta Comissão no dia de hoje, além da sua presença, secretários importantes que estou vendo aqui, da aviação civil, da Secretaria de Portos, representantes aqui também da Infraero e de outras pastas que são técnicas, mas que o Ministro, embora muito observador e atencioso nas respostas e nas anotações, mas esses profissionais que aqui estão, cada um, dentro das suas áreas de atuação, significa o zelo e o compromisso de V. Exa. em dar efetivo encaminhamento às preocupações do conjunto dos Senadores aqui. Então eu lhe agradeço por isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí a observação que eu faria é que tem um requerimento do Senador Randolfe, que, na sequência, vou colocar extrapauta, que pede inclusive o convite de um dos diretores da Anac aqui. E aí eu vou encaminhar essa matéria. É porque nós estamos vivendo, como V. Exa. já mencionou aqui, um estreitamento das opções de empresas que operam no Brasil.

Nós temos três hoje – repito: duas delas em processo de fusão, e nós ficaremos com duas – e uma outra empresa, que seria a quarta empresa, com a sua operação suspensa.

E nós tivemos, mais recentemente, uma decisão da Anac. E eu não estou entrando no mérito da decisão, mas eu quero entender, como Comissão de Infraestrutura, as razões que levaram a isso, porque, diante de situações excepcionais, você não opera no sentido de restringir para favorecer grandes grupos econômicos; você opera no sentido de dar maior competitividade no setor. E parece-me que o encaminhamento que foi feito, numa última decisão que foi tomada ali, foi no sentido de restringir.

A decisão, embora, aparentemente, para quem observa num primeiro momento, assegure os *slots* de uma companhia suspensa, na sequência, quando vai avaliar, você tem uma decisão que vai no sentido de restringir a diversificação de ofertas no Brasil. E isso me preocupa, porque, nesse caso, não estou nem aqui fazendo uma observação em razão do interesse, que pode ser legítimo ou ilegítimo, do operador em si ali, mas ali existe um ativo, um componente econômico que poderia ser encaminhado a um terceiro, a uma terceira empresa, a uma empresa nacional ou de fora. E, a partir da decisão que foi tomada, me parece haver ali uma decisão que encaminha uma solução que, daqui a pouco, vai jogar para quem já opera de forma gratuita aquilo que é um ativo econômico.

Aí é preciso ter cuidado com isso. Eu defendo o regulador, mas eu defendo um país que tenha diversificação de ofertas de serviços, competitividade nos serviços oferecidos, para que haja a redução de preços, a redução de custos e a maior eficiência no atendimento à população.

Era essa a observação.

Sei que muitos aqui do setor são do ramo. Não estou questionando, apenas fazendo essa observação e vou questionar diretamente à agência.

Mas os dois pedidos que lhe fiz foram em relação objetivamente à cidade de Ji-Paraná, ao terminal de Ji-Paraná.

Como foi pedido aqui, não lembro quem foi, além dos esforços técnicos e operacionais, ore também para que aconteça, porque é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim que tiver o projeto pronto, vamos verificar o que tem de orçamento lá. Sendo necessário o aporte de um novo recurso para complementar, eu me coloco à disposição, tenho certeza de que os demais membros da bancada também farão esse esforço na mesma direção.

Mais uma vez, obrigado pela sua atenção a esta Comissão.

O SR. SILVIO COSTA FILHO – Senador, sou eu quem agradeço. Agradeço a todos.

Saio com esse dever de casa em relação a Ji-Paraná e Ariquemes.

Ariquemes, a gente está acelerando o projeto na Infraero. Houve alguns ajustes que precisavam ser feitos na questão financeira do projeto, mas a nossa expectativa, já tendo em torno de R$50 milhões de recursos alocados pelo Deputado Thiago Flores e por V. Exa. lá atrás, é de que a gente consiga efetivamente, neste mês de maio, dar essa ordem de serviço a esse aeroporto de Ariquemes, que é fundamental para a região.

Em relação ao terminal de Ji-Paraná, vamos à Secretaria Nacional dar uma olhada nessa situação para podermos fazer essa avaliação e ver as alternativas que nós podemos tomar.

Quero corroborar integralmente a avaliação de V. Exa. em relação às companhias aéreas. Nós defendemos a democratização da aviação brasileira. É preciso que o Brasil, no lugar de três, tenha quatro, tenha cinco, tenha seis, busque mais voos internacionais em companhias aéreas, faça a discussão da cabotagem, porque eu sou da tese de que a concorrência é muito saudável para a sociedade.

Então, quanto mais concorrência, menor preço a gente vai ter na aviação brasileira.

O que acontece aqui hoje é que infelizmente nós não podemos fazer nenhum tipo de intervenção nessas companhias aéreas porque todas são unidades privadas, quer queiram ou não, são uma concessão pública, mas são entes privados em que a gente não pode fazer intervenção.

Mas há um esforço coletivo hoje em três aspectos.

Primeiro, redução do combustível do QAV. Em dois anos reduzimos 20% e as passagens caíram 8%, se pegarmos os dados da Anac, e os dados estão colocados.

Segundo, judicialização. Essas companhias aéreas pagam quase R$1 bilhão de judicialização por ano. É muito alto, e a gente, ao lado do Supremo Tribunal Federal e ao lado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das companheiras aéreas, está tentando buscar uma redução no custo da judicialização brasileira.

E o terceiro ponto é em relação à questão de crédito, que eu acho que com essa agenda de crédito agora a gente espera que as aéreas se fortaleçam para poder ampliar mais investimentos na aviação. Isso não impede que a gente esteja trabalhando com outras companhias aéreas para poderem vir a operar no Brasil.

E, por último, só para agradecer, porque eu sei do adiantado da hora do fechamento da Comissão. Eu quero agradecer a todos, sobretudo à Senadora Margareth, que nos ajudou muito. Senadora, muito obrigado por todo o apoio que a senhora nos deu no projeto do Pata. É um marco do seu mandato, uma bela contribuição que deu, o primeiro programa, o primeiro projeto de lei que nós teremos no Brasil em defesa da proteção animal, ou seja, é o primeiro programa de transporte animal em nosso país.

A gente tem que ter um olhar para a infraestrutura, mas temos que ter um olhar para o social, sobretudo tendo em vista a importância que a causa animal hoje tem para o Brasil. Acho que é uma ação pedagógica e cidadã que a gente oferece ao país.

Muito obrigado, Senador, conte com a gente.

Quero agradecer a todos os Senadores, a todos os servidores e publicamente agradecer à toda a nossa equipe do ministério, a minha gratidão pelo apoio e pelo trabalho que vem fazendo diariamente ao nosso lado lá.

Muito obrigado. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Antes de encerramos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião conjunta.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Eu informo aos membros da CI que imediatamente após o término desta reunião daremos início à nossa reunião deliberativa neste mesmo plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já a CDR também, na sequência da presente reunião, realizará a sua 8ª Reunião, Extraordinária, no Plenário 7.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu suspendo por três minutos a reunião e, na sequência, a gente começa com a deliberativa para que o ministro possa fazer os cumprimentos.

(*Iniciada às 9 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE ABRIL DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e cinquenta e quatro minutos do dia hum de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Professora Dorinha Seabra, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Alan Rick, Margareth Buzetti, Jussara Lima, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Augusta Brito, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Weverton e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Efraim Filho, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Beto Faro e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 22/2024 - CDR, de autoria Senador Cid Gomes (PSB/CE), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senadora Augusta Brito (PT/CE), e PL 1070/2024, de autoria Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Finalidade:** Audiência Pública interativa com o objetivo de instruir o PL 1070/2024, que "institui o Programa de Armazenagem Rural no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências". **Participantes:** Sr. Guilherme Campos, Secretário Nacional de Política Agrícola do Ministro da Agricultura e Pecuária - MAPA; Sr. Eduardo Corrêa Tavares, Secretário Nacional de Fundos e Instrumentos Financeiros do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional - MDR; Sr. José Aldemir Freire, Diretor de Planejamento do Banco do Nordeste do Brasil - BNB; Sr. Misael Moreno dos Santos, Gerente Executivo de Estratégia de Negócios do Banco da Amazônia - BASA; Sra. Michele Alencar Teixeira, Gerente Executiva da Unidade Estratégia Governo do Banco do Brasil - BB; Sr. Heitor Freire, Diretor de Gestão de Fundos e Incentivos e de Atração de Investimentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene; Sr. Raimundo da Costa Veloso, Superintendente Substituto do Desenvolvimento do Centro Oeste - Sudeco; e Sr. José Roosevelt Araújo, Economista da Diretoria de Gestão de Fundos da Sudam (representante de: Wilson Luiz Alves Ferreira, Diretor de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam). **Resultado:** Audiência Pública Interativa realizada. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 5ª Reunião, realizada em 25/03/2025, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a reunião às onze horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Professora Dorinha Seabra
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/01

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 1º de abril de 2025.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 1.070, de 2024, que institui o Programa de Armazenagem Rural no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências, em atenção ao Requerimento 22, de 2024, de autoria dos Senadores Cid Gomes, Professora Dorinha e Augusta Brito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido para comporem a mesa os seguintes convidados: Sr. Guilherme Campos, Secretário Nacional de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa); Sr. Eduardo Corrêa Tavares, Secretário Nacional de Fundos e Instrumentos Financeiros do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MDR); Sr. José Aldemir Freire, Diretor de Planejamento do Banco do Nordeste; Sr. Misael Moreno dos Santos, Gerente Executivo de Estratégia de Negócios do Banco da Amazônia; Sra. Michele Alencar Teixeira, Gerente Executiva da Unidade Estratégia Governo do Banco do Brasil. Estão conosco ainda também participando desta audiência o Sr. Heitor Freire, Diretor de Gestão de Fundos e Incentivos e de Atração de Investimentos da Sudene; Sr. Raimundo da Costa Veloso, Superintendente substituto da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco). E contamos com a participação remota do Sr. José Roosevelt Araújo, economista da Diretoria de Gestão de Fundos, Incentivos e Atração de Investimentos da Superintendência da Amazônia (Sudam).

Informo também que foi convidado o representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), o qual declinou do convite por incompatibilidade da agenda.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos.

Antes de iniciarmos as exposições, gostaria de compartilhar algumas manifestações de cidadãos que recebemos por meio do e-Cidadania, e já deixo aberto também para os expositores que, durante a sua fala, quiserem responder a algumas das manifestações.

Sra. Júlia, do Rio Grande do Sul: "Como o PL 1.070/2024 equilibra o financiamento da armazenagem rural com as demandas de outros setores cobertos pelos fundos constitucionais?".

Fernanda, do Distrito Federal: "[...] de que forma os pequenos produtores serão contemplados por esse projeto de lei?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gabriel, do Rio de Janeiro: "Como a criação [...] [desse programa] pode impactar a competitividade dos produtores rurais das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste?".

Rafael, do Mato Grosso do Sul, faz um comentário: "É melhor incentivar os produtores a terem armazéns em suas fazendas do que a haver grandes estruturas concentradas".

Pedro, de Goiás: "A principal preocupação é que alocar recursos dos fundos para a armazenagem rural [...]".

Bernardo, do Rio Grande do Sul: "O PL 1.070 oferece crédito barato para os grandes produtores, mas exige altas garantias e pode haver risco de poder ampliar a concentração de renda".

Com a palavra, o Sr. Guilherme Campos, Secretário Nacional de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa).

O SR. GUILHERME CAMPOS (Para expor.) – Bom dia a todos. Bom dia, Senadora Professora Dorinha.

Agradeço a oportunidade de discutir este PL e discutir este tema que é tão importante para todo o setor do agro brasileiro, principalmente para Centro-Oeste e Norte, onde o sucesso nos demanda este tipo de trabalho, este tipo de discussão.

Todas as pessoas que estão aqui, à mesa, junto com a Senadora sabem que o sucesso do agro brasileiro tem provocado este tipo de discussão.

O Ministro Carlos Fávaro tem uma preocupação muito grande com este assunto, pediu que desse um abraço especial na Senadora, sua colega, parabenizando-a pela iniciativa de colocar este tema na pauta.

Hoje, nós vemos o reflexo da capacidade de armazenamento abaixo daquilo que é produzido no escoamento da safra, mais uma safra recorde, que poderia ser mais bem trabalhada e mais bem estruturada.

Trazer os fundos constitucionais para o tema é importantíssimo, Senadora, é muito importante mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A capacidade de financiamento do Tesouro é, cada vez mais, limitada.

A taxa de juros que nós teremos que enfrentar, na nova proposta do Plano Safra deste ano, é uma taxa de juros cujo patamar vai ter que nos forçar a ter uma criatividade muito grande para poder colocar um Plano Safra adequado ao agro nacional.

Especificamente, armazenagem é algo com o que nós temos preocupação, e temos a preocupação, principalmente, da armazenagem dentro das fazendas, dentro da propriedade rural. Esse é o grande foco.

Pedimos aqui ao Parlamento, a esta Casa que bote esse assunto na pauta, nos cobre, nos cobre mesmo, nos ajude a achar novas alternativas.

Os nossos parceiros do sistema financeiro, que são os grandes responsáveis para que esse recurso chegue na ponta, também nos provoquem.

E ficam aí os desafios das sugestões a serem incorporadas no novo Plano Safra e das sugestões a serem incorporadas neste projeto de lei, que vem numa hora muito oportuna.

Fico aqui muito mais para ouvir e receber as demandas, dentro de uma concepção daquilo que vai ser colocado no novo Plano Safra e no apoio a este projeto, que já tem a avaliação positiva do Ministério da Agricultura e Pecuária.

Sem mais delongas, vamos às discussões, Professora.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada ao sempre colega Guilherme Campos.

Eu não falei no início: eu sou autora deste projeto, preocupada, inclusive, com a questão da armazenagem não só pelo contexto do aumento da produção. O objetivo maior do projeto, ao contrário até de algumas das manifestações aqui, é tornar acessível aos pequenos e médios produtores, uma vez que permite condomínios, novas formas de associação, porque o problema é gravíssimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obviamente, todos aqui acho que entendem, e, à medida que amplia a nossa produção, o problema se amplia.

E temos muitas áreas pequenas que poderiam se organizar em modelos de consórcio, condomínio.

São essas as abordagens.

Nós estamos dispostos, lógico – o Senador Cid é o Relator –, às adequações que forem necessárias para que o projeto possa avançar.

Eu passo a palavra ao Sr. Eduardo Corrêa Tavares, Secretário Nacional de Fundos e Instrumentos Financeiros do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR).

O SR. EDUARDO CORRÊA TAVARES (Para expor.) – Bom, cumprimento a Presidente, nossa Senadora Professora Dorinha, pela liderança, em nome do Ministro Waldez, num tema tão importante.

Cumprimento também o meu colega Guilherme, do Ministério da Agricultura, grande parceiro, enfim, coordenador do ministério finalístico em relação ao Plano Safra, que é o grande programa do financiamento da agricultura, inclusive, envolvendo vários outros ministérios, numa agenda interministerial que vem sendo fortalecida muito pelo Governo Lula, tanto no âmbito do Pronaf, coordenado pelo MDA, e outras iniciativas que são integradas.

Novamente, em nome do Ministro Waldez, que, enfim, tem sempre se colocado à disposição e reiterado a importância de a gente fortalecer esses mecanismos, agradeço a oportunidade, Senadora, de a gente aqui discutir, aprofundar e melhorar, cada vez mais, as políticas de desenvolvimento regional, que, inclusive, estão sob a sua coordenação agora, neste próximo ciclo.

Cumprimento também os meus colegas: o Freire, do BNB – a gente está com os bancos administradores –, a Michele, do Banco do Brasil, e o Misael, do Banco da Amazônia.

Sem eles, a gente também não chega lá na ponta onde a gente precisa chegar.

Em nome do Heitor, cumprimento todas as superintendências, que têm um papel fundamental no estabelecimento dessa programação, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente vai tratar um pouquinho de governança. Eu acho que esse é um ponto importante para trazer o quanto a gente pode avançar, na verdade, o quanto que esta é uma oportunidade importante para a gente, do ponto de vista de marco regulatório, aproveitar, sim, essas janelas de oportunidade para fortalecer mecanismos, por exemplo, que a legislação, às vezes, ainda não alcança como uma questão que a Senadora colocou em relação aos consórcios, a essas novas modelagens de arranjos.

Por outro lado, há que se reconhecer também esse papel das superintendências, dos bancos, dos Governadores e de toda bancada e, inclusive, a importância da atuação do Congresso e do Senado nestas discussões, que acabam, inclusive, viabilizando o avanço com mecanismos alternativos. Hoje, tem resoluções, tem possibilidades de criação de linhas, ajuste nas programações dos fundos, ou seja, acelerando essa agenda para que ela possa realmente acompanhar o dinamismo e as transformações que a gente vivencia aqui no âmbito das três regiões, principalmente.

De forma muito breve, desde a propositura do PL, Senadora, a gente vem trabalhando, então, uma forma de a gente acelerar essa agenda. A gente sabe que, muitas vezes, o Congresso tem o seu tempo, tem a necessidade de aprofundar temas.

Respondendo até a alguns pontos – à Júlia, que trouxe essa preocupação com o equilíbrio; ao Fernando, essa questão de como os fundos podem enxergar os pequenos –, eu acho que, durante as apresentações, tanto do Ministério quanto dos bancos, a gente vai poder responder a esses questionamentos.

O que a gente buscou?

Desde 2023, com esse impulsionamento do Plano Safra – o Ministro Fávaro foi realmente um dos grandes líderes nesse processo de fortalecimento do plano, de ampliação muito forte dos recursos para essas questões –, a gente vem, então, trabalhando também em soluções para fortalecer a armazenagem. Então, hoje, a gente tem linhas. E, nas três regiões, a gente tem fortalecido essas linhas. São linhas, por exemplo, focadas na armazenagem, que é um pouco a preocupação, a principal preocupação do PL.

De que forma a gente poderia, então, viabilizar, ou seja, melhorar as condições?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vocês vão ver, no final, que a gente tem, inclusive, um comparativo demonstrando que, na verdade, hoje, a gente tem, via linhas, condições até mais favorecidas. Isso não retira, Senadora, a importância de a gente, sim, avançar no PL para buscar mais formas de avançar nessa agenda.

Aqui, a gente traz o exemplo, então, do FCO, que vai ser aprofundado pelo Banco do Brasil. A gente traz aqui algumas linhas gerais em relação a prazo de carência, a algumas taxas que eu vou trazer para vocês mais para frente. Eu não vou me adentrar muito nesse mérito aqui, mas vou trazer, por exemplo, um comparativo. E a gente pediu para os três bancos trazerem isso para a gente aqui também. Então, BNB, Banco da Amazônia e Banco do Brasil vão trazer um pouco dos números.

Mas o que a gente tem aqui hoje? Há uma preocupação, sim, muito grande do PL de trazer, por exemplo, essa possibilidade de um serviço da dívida alongado, então, 12 anos com três anos de carência. Ou seja, a gente tem, então, a viabilidade de implantação e de utilização pelo agricultor dessa armazenagem, e agregação de valor... A gente está falando de melhoria, de resiliência dessa produção, de possibilidade de ele fazer um controle desse estoque, de poder trabalhar até o melhor momento para vender a produção. Enfim, eu acho que isso agrega, inclusive, valor para o próprio agricultor, para a capacidade de garantia, de armazenagem e de boa gestão dessa produção.

A gente vê aí, então, as comparações na questão do prazo, por exemplo. A gente tem, hoje, no FCO, nessa linha que está hoje disponível, o PL prevendo 12 anos, a gente tem até 15 anos; carência de até 3 anos, a gente tem de até 5 anos. Isso variando de acordo com cada fundo.

Mas o que a gente quer trazer, Senadora, para cá é a possibilidade de, sim, a gente aprofundar a ideia e, depois, num desdobramento dessas discussões, ver de que forma a gente pode, eventualmente, aprimorar a legislação para viabilizar novas modelagens, e trazer a oportunidade de a gente ajustar, por meio de resoluções, por meio de alinhamento também com esta Casa, linhas de forma imediata, ou seja, já nesse próximo Plano Safra. É uma concertação importante para a gente garantir essa preocupação que o PL traz.

Aqui é outro comparativo. Os bancos vão aprofundar essa questão das taxas. Isso é um ponto importante, Senadora, que a gente gostaria de trazer. Quando a gente traz a fixação de taxas para a lei, o que a gente traz? A gente conviveu com isso em outros programas em que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente também trata dos fundos constitucionais. A gente tem, então, uma discussão muito grande com o Ministério da Fazenda – e aí há sempre uma discussão de impactos, de medidas de compensação, da interlocução desses tipos de fixação com os instrumentos de planejamento – e, por outro lado, a gente acaba amarrando a possibilidade de...

Hoje, a gente, sim, está com uma Selic muito alongada por uma série de questões, inclusive internacionais, mas há, sim, a possibilidade de, ao longo do tempo, essa Selic ser reconduzida para valores mais acessíveis. E aí, com a flexibilidade que se pode ter, a gente pode viabilizar que as resoluções, as programações possam levar esses recursos a taxas mais módicas para o agricultor, em vez de, muitas vezes, a gente, por exemplo, ter que alterar a legislação, ou seja, fazer um ajuste na legislação, o que pode, inclusive, atrasar uma agenda que é muito dinâmica. A gente está falando de safras, em alguns casos até de duas safras por ano, então é importante que isso tenha um dinamismo.

A questão do risco também é uma coisa importante. Hoje, os fundos trabalham – inclusive, alinhados ao Ministério da Fazenda – essa questão do compartilhamento ou não. Isso impacta na remuneração dos bancos e na dinâmica dos fundos. Então, isso também é um ponto importante. E, hoje, os próprios fundos, a dinâmica dos fundos constitucionais, e o alinhamento com o Manual de Crédito Rural, enfim, outros mecanismos, viabilizam que a gente possa ter essa flexibilidade.

E, hoje, os próprios fundos, a dinâmica dos fundos constitucionais, e o alinhamento com o Manual de Crédito Rural, enfim, outros mecanismos, viabilizam que a gente possa ter essa flexibilidade. Então, isso também é um ponto importante, garantindo que, na boa intenção de a gente melhorar a política, a gente acaba, por exemplo, muitas vezes, caindo no risco de empoçar ou de restringir ou de, inclusive, criar algumas burocracias, quando, na verdade, o que a gente quer é simplificar, desburocratizar e garantir o acesso ao crédito para quem precisa realmente trabalhar numa agenda tão importante.

Aqui, um pouco dos números, Senador, que a gente queria trazer para vocês. A gente tem, por exemplo, no FCO Armazenagem, então, uma curva oscilando, mas sempre crescente, de R$400 milhões, por exemplo, em 2023, de R$300 milhões em 2024; no FNE, por exemplo, de 2019 a 2024 – depois, o BNB vai explorar um pouco mais –, R$3 bilhões; e FNO, R$250 milhões no ano passado, metade de toda a carteira da Amazônia, lembrando que o Banco do Brasil e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

bancos atuam lá também de forma pujante com outros recursos, mas lembrando, um pouco com base nesses números, que, por mais que a gente tenha essa priorização, há uma preocupação muito grande de a gente fixar um percentual mínimo na lei, e isso acabar empoçando recursos, ou seja, a gente acabar travando para outras linhas que poderiam estar atendendo. E aí a gente fala, por exemplo, de Pronaf e de outras linhas que estão dentro do Plano Safra, que também têm uma preocupação grande do ministério.

Aí, para finalizar, Senadora, um ponto importante, então, é quais seriam os caminhos que a gente gostaria de trazer para a Senadora para a gente discutir aqui hoje. Primeiro, a possibilidade de a gente construir em conjunto, então, o reconhecimento da necessidade de a gente olhar as regionalidades. Então, a gente tem não só as distinções entre as regiões, e o próprio Guilherme destacou bem essa questão dos desafios em relação a Norte e Centro-Oeste, diferente, por exemplo, do Nordeste, enfim, questões regionais, e questões das unidades federadas. Ou seja, dentro de cada região, a gente precisa também enxergar que, por exemplo, a prioridade de Mato Grosso é diferente da do Distrito Federal; que a prioridade, por exemplo, para a região do Matopiba lá no Nordeste é diferente da de estados, por exemplo, que estão mais no litoral, buscando mais uma cadeia da pesca, do turismo; regiões, por exemplo, na Amazônia, Pará, Tocantins e Rondônia, por exemplo, têm um perfil muito diferente do Amapá, por exemplo. Então, esses percentuais podem criar essas divergências.

E outro ponto importante que a gente queria trazer para vocês, que virá para esta Casa também, Senador, são as captações internacionais que a gente tem feito. Quanto ao New Development Bank, o banco dos Brics, por exemplo, a gente aprovou, em 2023, a primeira carta de consulta, são US$500 milhões para os fundos de desenvolvimento. Vem para esta Casa, vai passar pela CDR, inclusive, para a gente aprovar, para poder fazer essa contratação ainda neste ano, em desembolsos, com linhas novas, voltadas para uma das prioridades do NDB. Então, energias renováveis, armazenagem e logística. Então, a gente tem, inclusive, possibilidades de *blend*. Então, esse PL pode, sim, possibilitar novos arranjos, novas possibilidades para que a gente possa ampliar esses recursos, como o Guilherme trouxe. Ou seja, é preciso que a gente amplie as disponibilidades para isso, e há, então, novos mecanismos para a gente, inclusive, trabalhar, e aí, para exemplificar, a gente está captando, com possibilidade de serviço da dívida em 20 anos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

taxas de juros muito benéficas em relação ao que a gente tem hoje aqui internamente. Então, há uma possibilidade muito grande de a gente ampliar esses recursos.

Então, Senador, o que a gente queria trazer para esta mesa de discussão, para esta audiência é a possibilidade de a gente estabelecer uma agenda, sim, de divulgação dessas linhas em cada região, e vocês vão ver, na apresentação dos bancos, que a gente tem linhas mais favorecidas, inclusive em alguns pontos em relação ao PL. Então, a gente talvez pudesse estabelecer uma agenda de padronização e de melhoramento do que pode ser aprimorado, um aproveitamento, sim, desse PL, para a gente propor e construir, em conjunto com a Senadora e com o Relator, eventualmente, um substitutivo, enfim...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO CORRÊA TAVARES – ... algum ajuste em relação a isso.

Novamente reitero a disponibilidade do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional de aprofundar uma agenda tão importante que a senhora traz aqui hoje.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Eduardo.

Eu só quero esclarecer, Eduardo, que, quando nós apresentamos o PL, eu marquei uma audiência com o Ministro Waldez, com o Ministro Fávaro e com a Conab. Na verdade, à época, vocês não tinham ainda nem regulamentado. Então, nós fizemos a provocação obviamente, e, ao mesmo tempo, com igual teor, eu fiz a provocação administrativa. O nosso caminho legislativo é para garantir política permanente.

Então, as sugestões que puderem ser agregadas, o fato é que nós precisamos ter segurança. O grande desafio no Brasil continua sendo segurança jurídica, segurança de política pública. As iniciativas que os produtores tomam, no caso específico, é porque eles não podem ficar à mercê de que quem está à frente teve essa visão e construiu determinada ação. Logicamente, se for possível trabalhar em intervalos, que, talvez, em termos numéricos, de percentuais em relação ao bolo, que talvez possa ser uma sugestão, correspondendo hoje, sei lá, fixar em 10%, 15%, ou quais as alternativas que a gente possa garantir em termos de política contínua e de segurança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a palavra, agora em seguida, para o José Aldemir Freire, Diretor de Planejamento do Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

O SR. JOSÉ ALDEMIR FREIRE (Para expor.) – Bom dia, Senadora Dorinha.

Quero cumprimentá-la, saudá-la e parabenizá-la pela iniciativa.

Acho que esse tema da armazenagem é central para o país neste momento, para a expansão, para o grande papel do Brasil. Especificamente para a gente, lá da Região Nordeste, na nossa área de atuação, sobretudo para aquele segmento ali do Matopiba, como a questão da armazenagem é central para a expansão daquela agricultura.

Saúdo aqui os nossos colegas de mesa: nosso sempre companheiro presente nessas discussões, nos últimos anos, Eduardo Tavares; Guilherme Campos; Michele, do Banco do Brasil; nosso parceiro, lá da Sudene, Heitor Freire; Misael, do Basa; e o Sr. Raimundo, aqui do Centro-Oeste.

Vou fazer uma pequena apresentação.

Eu, de fato, vou começar centrando, Senadora, e fazendo uma observação da nossa principal preocupação em relação ao projeto. E voltamos a dizer: nós o achamos relevante, o projeto é importante, é significativo e precisa de aperfeiçoamento talvez pela forma de.... É isto que a senhora disse: entre o momento que ele foi concebido e o momento atual. Hoje, o risco principal é, da forma como está, ele gerar empoçamento de recursos nos fundos constitucionais. Esse é o principal risco que a gente vê neste momento.

Esta aqui é só uma apresentação geral.

Esta é a nossa área de atuação, área de atuação da Sudene, que corresponde à área de atuação do Banco do Nordeste. Aí são 2.074 municípios, mais de 60 milhões de habitantes. O banco tem 294 agências, 688 pontos de atendimento, sobretudo aqueles pontos para o microcrédito urbano e rural. Nós atendemos todos os estados do Nordeste, o norte de Minas Gerais mais o norte do Espírito Santo.

Este é o volume de contratações do FNE de 2020 até o projetado agora para 2025. Então, são valores crescentes. Nesse período foram R$172 bilhões. E aqui a gente chama a atenção para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estes dois pontos: cerca de R$69 bilhões foram destinados à área rural – então, o FNE já destina para a área rural, aproximadamente 40% dos seus recursos entram para o segmento rural –; e R$88,7 bilhões, 51%, são para portes prioritários, que são aqueles pequenos, micros, pequenos e médios produtores. Sobre esse percentual, a partir de 2023, a partir da nossa gestão, da orientação do Presidente Lula e da gestão do Presidente Paulo Câmara no banco, nós ampliamos, a partir de 2024, para 62% a destinação de recursos para os portes prioritários.

Esta é a evolução das aplicações anuais no setor rural do FNE. Neste ano, nós vamos aplicar em torno de R$20,5 bilhões, sendo que é mais ou menos metade para a agricultura empresarial e metade para a agricultura familiar.

Este aqui é o FNE do Pronaf. Olhem só: metade dos R$20,57 bilhões que nós aplicaremos no setor rural em 2025, R$10,47 bilhões serão contratações do Pronaf, e uma parte disso aí com o nosso Programa Agroamigo, que é o programa voltado para o microcrédito rural. Então, o próprio FNE já dá um foco grande à área rural da região, e os segmentos da agricultura familiar e dos pequenos já são fortemente amparados nesse programa.

Esta aqui é a distribuição. Ali, em 2024, 62,28% dos recursos do FNE foram para os portes prioritários. Em 2022, foram 51,15%; em 2023, 51,89%, porque a gente ainda estava com um percentual que foi estabelecido em 2022. A partir da mudança que a gente fez junto com a Sudene, no final de 2023, para valer em 2024, nós ampliamos para 62% os portes prioritários.

E aqui são linhas gerais para aonde vão os recursos do FNE agora em 2025, cerca de R$47,3 bilhões. Essa é uma questão importante para esta discussão. Dos R$47,3 bilhões, R$4,7 bilhões vão para o PNMPO (Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado), basicamente isso aqui é 10%, que a gente destina para o microcrédito urbano; R$4,5 bilhões para saneamento e logística; R$5 bilhões para micro e pequenas empresas; R$10,4 bilhões para o Pronaf; R$29 bilhões para aqueles projetos prioritários, R$4,5 bilhões a mais; e R$33 bilhões... Observem que aqui R$33 bilhões são município prioritário. Então, você não soma isso tudo para dar os R$47 bilhões – R$33 bilhões é distribuição territorial.

Isso aqui é importante, porque são R$47 bilhões este ano de FNE. Vamos imaginar que chegaremos, no próximo ano, a R$50 bilhões – chegaremos razoavelmente tranquilos. O projeto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de lei estabelece 10% para armazenagem. Então, você retiraria aí R$5 bilhões que você deixaria reservado para armazenagem no próximo ano ou R$4,7 bilhões, se valesse, a partir deste ano.

E aqui é onde a gente entra em alguns pontos mais particulares, no sentido de que queremos fazer um aperfeiçoamento do projeto.

O financiamento, conforme o Eduardo já disse, às atividades de armazenamento já existe nos bancos, e a gente já começou a desenvolver, quer com linhas propriamente diretas, quer com linhas gerais que se enquadrem nesse financiamento. E a gente já tem condições mais favoráveis. As condições do FNE de armazenamento são as melhores condições de financiamento que o fundo oferece, semelhante, por exemplo, ao que o fundo oferece para o FNE Inovação, que está ali na faixa de IPCA mais dois e alguma coisa, uma taxa ali em torno de 6%, seis e pouco por cento, que são as melhores linhas de financiamento não só do FNE, mas as melhores linhas do Brasil para financiamento estão nessa área, que, inclusive, entra nessa parte equivalente ao que a gente aplica no FNE Inovação e ao que o BNDES também faz, por exemplo, com suas linhas de inovação. Linhas de inovação geralmente são aquelas linhas que você faz com taxas de juros mais baixos, porque são linhas que você sabe que tem um risco maior, mas que você precisa incentivar, e, então, você oferece um juro mais baixo.

Uma coisa em que eu acho que a gente precisa avançar nesta discussão – e talvez a gente precise modelar um pouco – é que talvez nem todo o problema esteja, exatamente, na oferta de crédito, ou seja, a necessidade de você ter expansão maior talvez não esteja necessariamente no volume de crédito que você ofereça ou nas condições de taxa de juros, mas pode estar em outros elementos. Não estou negando a importância de você ter crédito, mas estou dizendo que talvez você precise olhar outros aspectos, e a gente se dispõe a fazer isso para que a gente possa aperfeiçoar, porque, de 2013 a 2023, só 60% de recursos disponíveis para essa área foram utilizados. Então, não há uma insuficiência de crédito no sentido de volume.

E outra coisa importante...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ ALDEMIR FREIRE – Concluo já.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos últimos cinco anos, nós financiamos R$3 bilhões, ou seja, levamos cinco anos para financiar R$3 bilhões. Se nós estabelecermos 10% hoje do FNE, são R$4,7 bilhões, ou seja, é um volume de recursos que você vai alocar para o segmento que, em cinco anos, você não cumpriu e dificilmente cumpriria, o que você levaria a você ter um empoçamento de recursos.

Quando a gente olha as condições que hoje você tem, nós já temos condições, ou seja, você já financia a construção, reforma, ampliação e modernização de armazém para produtores rurais sem restrição de área cultivada ou porte do beneficiário; produtores rurais, pessoas físicas, jurídicas, associações e cooperativas; não há limitação de capacidade de armazenamento; financia-se 100% da necessidade; a taxa de juros pré-fixada de 6,23% com bônus chega a 6,02% – portanto, ela fica um pouco menor do que o teto do projeto de lei –; prazo de até 15 anos, com cinco anos de carência, melhor do que o projeto de lei, e exigem-se as garantias normais estabelecidas.

Então, o que a gente quer fazer? A gente se dispõe a aperfeiçoar isso, inclusive fazer diálogo com os segmentos nas regiões; unificar talvez as nossas políticas para os diferentes fundos; apresentar as mesmas condições de prazos, de juros, naquilo que for possível na questão de garantias, e concordamos que você possa ter priorizado legalmente a política. A política precisa ser estabelecida prioritariamente, e a gente passar a discutir volume, taxas nas esferas extralegais, porque a gente acha que isso facilita o ambiente. Mas podemos deixar, sim, uma política estabelecida legalmente, sem que ela seja muito amarrada para não travar o desenvolvimento do programa.

É isso Senadora.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu agradeço e vou deixar uma pergunta, para quando voltar. Tem algum problema. Se não tem insuficiência de recursos, tem valor sobrando, tem necessidade – porque é um fato –, tem algum problema. Eu acredito que vocês estão precisando fazer uma tarefa de casa melhor, porque se tem quem quer, tem a necessidade e o dinheiro está guardado, acho que não precisa muita coisa para provocar, para saber o que está faltando aí. Tem algum problema de acesso, de critério,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de restrição. A matemática não fecha – desculpe-me –, mas é para gente pensar como garantir esse acesso.

É a mesma coisa de alguns programas de casa popular que nós estamos trabalhando: tem o programa, tem, mas quem vai ter que pagar aquela primeira taxa não tem o dinheiro. Então, não adianta dizer: "Olha, está aqui, você pode pegar". Mas como é? São provocações de como o projeto pode avançar em relação a isso, não é?

Passo a palavra agora para o Sr. Misael Moreno dos Santos, Gerente Executivo de Estratégia de Negócios do Banco da Amazônia (Basa).

O SR. MISAEL MORENO DOS SANTOS (Para expor.) – Bom dia a todos.

Cumprimento, na pessoa da Senadora Professora Dorinha, todos os presentes. Quero agradecer pelo convite, pela oportunidade de o Banco da Amazônia estar participando desse tema tão importante.

Fazendo coro com os demais, entendemos o mérito do projeto, entendemos o mérito do projeto de lei, da necessidade de incentivarmos aí a questão da armazenagem, sobretudo, na região da Amazônia, que é a região em que o Banco da Amazônia atua, não é?

Um dos desafios nossos é o desafio logístico, e a armazenagem vem como opção de melhoria, enfim, e para trazer competitividade ao setor agrícola e pecuário da região.

Vamos fazer uma breve apresentação, dentro do tempo aqui, uma primeira apresentação do banco, antes de entrarmos na proposta e no aprofundamento das linhas de crédito em que o banco já vem atuando, e, na sequência, fazer o fechamento – é para cá que se aponta?

Então, um pouquinho do Banco da Amazônia. Para quem não conhece, nós nascemos no ano de 1942, completamos 82 anos, este ano faremos 83 anos em julho. E 97% do banco é composto pelo Governo Federal, então, somos um braço do Governo Federal, uma instituição pública.

Atuamos em toda a região da Amazônia, ou seja, Região Norte, adicionados o Centro-Oeste, Mato Grosso e 181 municípios ali do Maranhão, que constituem a Amazônia Legal, com aproximadamente 2,9 mil empregados, 123 agências próprias, além de pontos de atendimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de microcrédito também. Atendemos também nos canais digitais, estamos passíveis de ser abordados pelos canais digitais também.

Hoje, o nosso principal objetivo, a nossa missão, é desenvolver, entre outras coisas, a Amazônia Legal com crédito e soluções eficazes. Nós temos realmente a missão de atuar como uma instituição financeira, sobretudo no desenvolvimento dos setores produtivos da Amazônia, então, o nosso principal valor é a responsabilidade, trazendo aqui a sustentabilidade e a diversidade.

Já disse que o nosso principal braço é do Governo Federal para a execução de políticas públicas. Somos o gestor do Fundo Constitucional do Norte, ali atuando especificamente com o FNO na Região Norte, para financiarmos todos os projetos que envolvem o setor produtivo, seja ele formal, seja ele informal. Não é um atendimento aleatório, é constituído e acompanhado, acompanhando a aderência à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), à Política Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), além das diretrizes do próprio fundo constitucional. Então, toda a nossa pauta é no incentivo aos setores produtivos.

Um pouquinho de números do banco. De 2020 a 2024, o banco vem trazendo uma crescente de aplicações. Fechamos o ano passado com 13,5 bilhões, especificamente com o Fundo Constitucional do Norte, com uma carteira atual de R$59 bilhões. Desses 13,5 bilhões, 8,9 foram voltados ao agronegócio, seja ele de pequeno porte, agricultura familiar, seja ele do agronegócio empresarial.

Então, o crédito feito na Amazônia tem um desafio ainda maior, porque nós estamos numa região mais sensível, em que se precisa de preservação, sempre atuamos de uma maneira muito mais cuidadosa dada a região em que nós estamos inseridos.

Fazendo agora um recorte, avançando agora para a própria pauta. Desses 8,9 bilhões que foram colocados, como o próprio Secretário Eduardo trouxe para nós, na região da Amazônia, R$500 milhões foram aplicados por todos os bancos no setor, dos quais 50% foram aplicados pelo Banco da Amazônia. Isso já vem nessa crescente, já vem nessa participação já há algum tempo, porque antes da proposta, inclusive, do projeto de lei, já havia uma discussão, realmente, de fato, sobre a importância do setor de armazenagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós vimos que, em 2017, havia um déficit de quase 53 milhões de toneladas, hoje isso já ultrapassa os R$100 milhões. Dado a diversos fatores, o próprio ganho de produtividade vem contribuindo para esse déficit, além da melhoria do processo de integração lavoura-pecuária, no qual a pecuária está saindo da pecuária extensiva para uma pecuária intensiva, agregando agricultura no processo, então, a armazenagem vem embarcada na pecuária também. Esse é um ponto positivo na Amazônia para reduzir pressão da floresta, você produzir carne num espaço menor, então, a armazenagem é estratégica para a região também.

Por conta disso, aqui estou trazendo um recorte do PRDA, trazendo o setor de armazenagem como um item prioritário, o qual os bancos que operam o Fundo Constitucional do Norte – tanto os bancos, quanto os repasses dos bancos que operam com repasse – devem observar e apontar as suas estratégias para o incentivo aos setores de armazenagem, o que está inclusive declarado na resolução do Condel de agosto do ano passado. E isso está não apenas declarado, como também vem sendo aplicado aqui na composição – vamos falar mais à frente – das taxas de juros dos fundos constitucionais no que diz respeito à armazenagem.

Aqui tem um bocado de informação no eslaide, mas lá no finalzinho dele tem dois pontos importantes que são as taxas de juros rurais dos fundos constitucionais: a primeira é a taxa pós-fixada; a segunda, lá embaixo, é a taxa prefixada.

Os dois destaques, seguindo ali de maneira rápida... A taxa é composta por vários componentes: dentro dos parênteses ali, BA significa bônus de adimplência, para quem pagar no dia ter o rebate; na sequência vem um CDR, que é um coeficiente de desequilíbrios regionais, que digamos que seja um componente espacial – em municípios com maior necessidade de direcionamento de recursos, ele aplica um redutor na taxa, deixando-a mais atrativa; na sequência tem o FP, que é o fator de programa, esse é um indicador setorial. O indicador setorial atua no segmento, dizendo que, quanto menor o porte – na última coluna da tabela lá em cima, dos menores portes –, quando esse fator de programa for menor que um, ele aplica uma redução na taxa. Note que, por exemplo, em 0,44 para o menor porte, ele aplica esse redutor.

Quando nós descemos àquele terceiro item ali, que são operações sustentáveis e a última de armazenagem, ele aplica o maior redutor da categoria de descontos, vamos dizer. Então, já temos um redutor de 0,32 quando são obras destinadas à armazenagem. Isso já vem desde a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constituição da TFC em 2018 e, por conta dessas discussões, ele vem sendo reduzido e acentuado, trazendo melhores condições nas taxas de juros para aqueles projetos de armazenagem especificamente.

Então, aqui já é um componente extralegal, é muito claro, independentemente da linha do FNO; sendo ela FNO Armazenagem ou não, já tem essa previsão. E, nos demais fundos, existe também esse mesmo redutor, tanto FCO quanto FNE, trazendo de novo a importância do tema, mais uma vez reforçando o mérito do projeto, de que nós temos que realmente arrumar mais mecanismos de incentivo para essa prática. Então, fica aqui a evidência.

Com base nisso, inclusive, seguindo o projeto que foi iniciado, o projeto de lei da Professora Dorinha, foi destacado, no plano de aplicação também, a linha do FNO Armazenagem Rural, porque um dos pontos poderia ser realmente a questão de comunicação, do conhecimento de que existe uma linha específica e que pelo FNO poderia ser financiada, inclusive, a armazenagem, e foi criada uma linha destacada para ficar muito evidente isto aos produtores rurais, que podemos, sim, operar não só com implantação de armazéns, como também com reforma, ampliação e todo o enxoval necessário para colocá-lo de pé. Hoje as taxas também são atrativas, inclusive um pouco menores do que está sendo proposto na ocasião do projeto.

Avançando aqui nos minutos finais, são quatro dimensões que nós observamos no projeto, uma delas é o prazo, que acho que já ficou de acordo que pode ser trabalhado e ajustado para ficar parametrizado ou equalizado entre os três fundos; então, acho que esse ponto é indiscutível.

Sobre a questão das taxas, o que nos levanta o ponto de atenção é que a forma como foi colocada na intenção, obviamente, de favorecer o tomador, pode causar um efeito inverso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MISAEL MORENO DOS SANTOS – ... no sentido de, quanto maior a participação de recursos próprios no projeto, menor a taxa. Isso pode beneficiar aqueles que têm maior capacidade financeira, enquanto a TFC, a própria taxa dos fundos, oferece uma menor taxa para aqueles que tenham menor condição financeira. Então, pode ter um conflito nesse sentido, mas é possível discutir – nós temos uma proposição para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As garantias nós entendemos que não são um problema de acesso. Inclusive, os parâmetros tão citados são praticados pelo banco. Hoje não necessariamente os percentuais, mas as garantias, a regularização fundiária na Amazônia, esse sim é um dos problemas que nós temos que atacar.

A questão do risco da operação, de ser compartilhada entre o banco e o fundo, conflita com a própria legislação do FNO.

Passando rapidamente – já acabei comentando essas quatro dimensões –, nós temos a proposição de manter a TFC, dado aquilo que já foi colocado: já existe o fator redutor, e ele acaba sendo mais vantajoso ao tomador, porque inicia, ou na média, acaba sendo menor, inclusive, do que os 7% propostos. Então, a nossa proposta seria acompanhar esse mecanismo, que foi criado, inclusive, para manter a sustentabilidade dos fundos constitucionais. Isso pode ser colocado em discussão.

Avançando na questão das regras de risco de compartilhamento entre os bancos, teria um conflito entre a própria resolução do repasse, que estabelece que o risco fica para a entidade repassadora, e não compartilhado entre os bancos. A sugestão é manter a legislação atual, mas, de novo, o risco também não tem atrapalhado a chegada desse recurso ao tomador final. Então, ficaria uma sugestão também a respeito.

Eu concluo aqui trazendo a questão das garantias. As garantias não têm sido... O percentual informado na lei não tem sido o problema. O problema tem sido realmente a questão da regularização fundiária. Para os de menor porte existem consórcios, outros mecanismos, que não o próprio imóvel, mas, ainda assim, a regularização fundiária é um desafio lá na Amazônia. Nós teríamos que discutir, trazer mecanismos, fundos de aval ou outros mecanismos adicionais – enquanto o fundiário não é resolvido –, no curtíssimo prazo.

Finalizo aqui a minha apresentação.

Agradeço pela participação e fico aberto para a discussão no decorrer da reunião da Comissão.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu agradeço a contribuição do Sr. Misael.

Vou fazer mais algumas leituras que chegaram.

A Júlia, do Rio Grande do Sul, pergunta: "Qual o impacto da destinação de R$6 [...] [bilhões] anuais para armazenagem na competitividade agrícola e no desenvolvimento regional?".

O Virgílio, do Ceará: "Quanto [...] [o Brasil perde por ano com a falta de logística para escoar] a sua produção? E quando [...] [essa] produção aumentar? [Como será?]".

O Diogo, do Rio Grande do Sul: "A expansão da armazenagem rural pode controlar a inflação e evitar perdas [?] Existem medidas para garantir] o apoio contínuo ao agricultor?".

O Maurício, de São Paulo: "Qual a razão de o Governo propiciar estas estruturas, sendo que o agro é [...] [autossuficiente? São gastos necessários?]".

O Fabrício, de Minas Gerais, faz um comentário: "[...] [O incentivo à] conservação e gestão [...] deve beneficiar pequenos e médios produtores, [com uma fiscalização eficiente do fundo]".

De maneira geral, há muita preocupação em relação à transparência e proximidade dos fundos, ainda bem distantes.

Passo a palavra agora para a Sra. Michele Alencar Teixeira, Gerente Executiva da Unidade Estratégia Governo do Banco do Brasil.

A SRA. MICHELE ALENCAR TEIXEIRA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Cumprimento a mesa: Senadora Dorinha, Secretário Eduardo, Secretário Guilherme e o meu colega do BNB, José Aldemir.

Hoje nós vamos falar um pouquinho sobre toda a transcorrência positiva que tivemos a partir do início das tratativas que versam sobre o PL 1.070.

É importante frisar, antes de compartilhar alguns números do FCO e até mesmo do projeto, que, desde quando teve o início das discussões, ainda minutados, foi possível, entre as superintendências, os bancos e os ministérios, trazer à luz um item muito importante na discussão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é a questão de como vamos tratar o escoamento da produção e como viabilizar isso através de financiamentos de armazenagem.

Vejo que foi um cenário positivo, que viabilizou essas discussões e houve alguns avanços que meus colegas já colocaram aqui e, mais à frente, a gente vai compartilhar.

Vou trazer um pouco aqui da visão do FCO. Nós estamos presentes aqui na Região Centro-Oeste e em todos os municípios com pelo menos uma operação contratada, envolvendo os recursos do FCO nas suas diversas frentes de atuação.

Quando nós olhamos para projeções, para retrospectivas de como foi o avanço do fundo, nós temos um crescimento, comparado a 2023, de 28,6%. Fechamos o ano de 2024 com R$12,7 bilhões. Isso é uma marca pujante; isso faz parte da atuação da Sudeco, juntamente com todos os intervenientes, fazendo com que o crédito seja propagado na região. Principalmente, como trago neste próximo eslaide, quando a gente está olhando para o foco de atuação da nossa superintendência Sudeco e para o fundo constitucional, que são nos micros, meios e pequenos.

Então, em que pese todo o avanço que tivemos, uma preocupação e diligência por parte da gestão do fundo é que nós tenhamos não apenas a meta de recursos apartados para financiamentos com micro, meio e pequenos, mas que ultrapassemos essa meta. Então, nós temos um resultado, em 2024, em que 76,2% dos tomadores são de menor porte. Isso faz com que o crédito circule. Ele viabiliza o fortalecimento e a aplicação da política pública e faz com que os setores se desenvolvam e a região possa crescer.

Trago um pouco das linhas que nós acompanhamos no fundo. Não tem como não deixar de falar do FCO Mulheres. É uma estratégia focada em mulheres empreendedoras, e nós atingimos a marca, em 2024, de R$1,9 bilhão. São mulheres que estão fazendo a diferença no segmento de sua atuação, com crédito facilitado, com taxas diferenciadas e se mostrando competitivas nesse mercado de empreendedorismo. Se a gente compara com 2023, nós fechamos 2023 com R$369 milhões contratados no FCO Mulheres. Então, é uma marca muito significativa, emblemática para nós, de estar fomentando as mulheres no microempreendedorismo.

Como não podíamos deixar de falar, com o olhar da sustentabilidade, nós temos o FCO Verde, e, da mesma maneira, nós tivemos um avanço significativo, fechando o ano de 2024 com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

R$1,2 bilhão. Com o FCO Pronaf e o olhar no campo, Secretário Guilherme, em que atuamos com o FCO, fechamos com R$310 milhões. O FCO Irrigação fechou com R$134 milhões, e o FCO Leite, com R$77 milhões.

Em linhas gerais, é importante compartilhar com todos a nossa atuação com a estruturação de novas linhas. Então, na nossa gestão, nós tivemos a estruturação do FCO Quilombo, focado nessa população, que, de igual modo com o que o colega colocou da Região Nordeste, essa população tem muita dificuldade de acesso ao crédito em razão da documentação, por uma questão cultural, e isso está sendo avançado com essa linha.

Nós tivemos, em razão do enfrentamento das secas, a constituição do FCO Pantanal e Cerrado, com condições diferenciadas para a nossa região, e, por agora, nós tivemos a constituição do FCO Armazenagem, de que eu falarei adiante com um pouco mais de detalhes.

Todas essas linhas são fomentadas também quando nós estamos na Caravana da Sudeco, que tem tido o compromisso de visitar não só capitais, mas cidades do interior. A Caravana Sudeco 2025 inicia-se na próxima semana com Valparaíso, então, convido a todos de Valparaíso e Brasília que possam estar presentes, porque é uma movimentação do crédito na nossa frente, faz fomentar a economia local e tem sido muito significativa.

Para acompanhar toda a evolução que o mercado financeiro tem e fazer com que a gestão do FCO possa ser uma gestão voltada para dados que viabilize a discussão das políticas públicas e facilite o intercâmbio entre as informações, ao longo de 2024, nós atuamos fortemente com a automação e o uso de *analytics* nos dados que estão circundados no FCO. Isso tem propiciado discussões muito mais maduras e tem possibilitado o compartilhar de informações para que nós possamos trazer o fortalecimento cada vez maior para as nossas políticas públicas.

Bom, trazendo aqui um recorte em relação ao tema que nos trouxe hoje aqui, vou falar um pouco da questão da armazenagem no FCO. Esse é um tema antigo que já era tratado sob outro prisma dentro da dinâmica do fundo, mas, com um recorte de 2022, nós temos aplicado em torno de R$1,2 bilhão.

Quanto à linha nova, como foi dito, através do PL houve uma discussão em que foi possível trazer condições específicas, dinamismo e o início – como o Secretário Eduardo colocou – da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constituição de um programa perene. Senadora, é muito importante trazer essa visão de perenidade quando estamos tratando desse tema, porque, com o avanço das discussões do PL, hoje nós temos condições mais facilitadas para essa linha, mas, quando você traz a dinâmica de um programa perene, possibilitamos a priorização dessa linha dentro das programações e a discussão, como foi o que aconteceu em 2024. Então, nós iniciamos com o PL e tivemos, ao longo do ano, a estruturação de uma linha nova e a distribuição desses recursos. Em 2025, agora, que a linha está vigente, com essa nomenclatura específica de armazenagem, nós já temos distribuídos 30 milhões. Então, é uma movimentação significativa. E o que nós vemos aqui é a necessidade de trazer à pauta o arranjo de uma perenidade para o que está sendo estruturado para essa dinâmica da armazenagem. E, sim, quando nós olhamos sob a ótica do agro, nós vemos a produção aumentando cada vez mais e essa dificuldade de se escoar o que está sendo produzido. Então, uma política perene traria um sentido diferente às discussões que a gente está colocando à mesa sobre essa questão da armazenagem do FCO. Como um parâmetro, em 2024, em que pese não ter uma linha específica com as características do FCO Armazenagem, mas olhando a atuação no rural como um todo e o olhar de linhas indiretas que viabilizaram a armazenagem, nós tivemos um volume de 356 milhões aplicados.

Vou trazer um pouco a *timeline*, porque isso é significativo para esta reunião.

Mais ou menos em abril, nós tivemos a apresentação do PL e, de abril a setembro, a outubro, foi possível trazer os intervenientes a uma discussão muito próxima do que seria a criação dessa linha específica do FCO Armazenagem.

Em dezembro, na nossa reunião do Condel, na 22ª Reunião do Condel, a linha foi aprovada e, agora em março, ainda em decorrência das discussões do PL, houve uma equalização em relação a prazo, trazendo o prazo de 15 anos com 5 de carências a essa linha equacionada aos fundos constitucionais, não apenas ao FCO.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MICHELE ALENCAR TEIXEIRA – E aqui eu trago o comparativo dos principais pontos. Quando a gente olha o PL e o que a gente tem constituído das linhas específicas de armazenagem, nós percebemos que as discussões evoluíram e hoje a linha do FCO Armazenagem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

traz condições até mesmo mais viáveis para o produtor, o que é muito significativo e foi em decorrência aí das discussões do PL.

E a nossa proposta de encaminhamento com os demais...

Ah, um ponto de atenção que já foi mencionado aqui é a questão do risco. As IFs hoje, principalmente no repasse, assumem um risco – então, assim, aqui é um ponto a discutir –; a reserva mínima para evitar a questão de empoçamento, e as garantias, porque hoje o próprio sistema financeiro já faz essa legislação. Então seria uma equalização desses pontos dentro do PL.

E a nossa proposta, sim, é uma discussão sobre a viabilidade de uma política perene, trazendo o FCO Armazenagem como foco da discussão.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Dra. Michele Teixeira, Gerente Executiva do Banco do Brasil.

Passo a palavra para Heitor Freire, Diretor de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos da Sudene, colega Deputado.

O SR. HEITOR FREIRE (Para expor.) – Bom dia a todos!

Eu queria primeiramente saudar e parabenizar a Senadora Professora Dorinha pela sua grande atuação, sempre abrilhantando esta Casa, e saudar a todos aqui presentes, na pessoa do meu amigo Eduardo, Secretário, e todos os demais que acompanham as superintendências.

Da Sudene nós não fizemos uma apresentação, para não ficar tão repetitivo, uma vez que a nota técnica do MDR já contempla ali as contribuições da Sudene.

Faço aqui apenas algumas observações. Primeiro, esse tema é essencial. Hoje, talvez, o tema mais debatido no Brasil são os preços dos alimentos. Os preços dos alimentos têm, sim, uma contribuição com a armazenagem, então, tem uma correlação direta. Esse tema é importantíssimo!

As contribuições feitas agregam já as nossas contribuições da Sudene, uma vez que o fundo constitucional operacionalizado pelo Banco do Nordeste já é administrado por um tripé: MDR, Banco do Nordeste e Sudene.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na programação anual do FNDE um longo processo de escuta já é feito durante o ano com as instituições e com a sociedade, e as contribuições ali são feitas. Então, o nosso FNE (Fundo Constitucional do Nordeste) já integra ali as observações feitas pelo Secretário Eduardo e pelo Diretor Aldemir. Foram feitas ali algumas observações.

A Senadora Dorinha fez uma observação muito importante. Existe o crédito, mas o que está acontecendo com os tomadores de crédito? E, na minha observação, na Sudene, eu percebo, Senadora, que o grande muitas vezes não tem problema com a garantia, mas os pequenos e os médios têm problema, principalmente com a questão das garantias, porque muitas vezes, como já foi mencionado, no Centro-Oeste e no Norte têm o problema da terra, às vezes no Nordeste nós não temos. Eles têm já a posse legal da terra e as suas matrículas já devidamente registradas, mas não contemplam o valor total da garantia, então, talvez um tema que pudesse trazer à tona e conversar seriam as garantias.

Ali foi sugerido, no PL, 130%. O banco opera com 110%, mas talvez a gente possa melhorar mais, um por um ou até mesmo a existência de um fundo garantidor para que essa garantia pelo tomador de crédito fosse menor. Isso talvez trouxesse uma democratização maior para os pequenos e médios produtores.

No mais, o que o fundo hoje já oferece talvez tenha até algumas condições melhores como o prazo de 15 anos, foi ofertado ali 12 anos, como taxa de juros. Algumas coisas o fundo hoje já tem uma observação talvez até melhor, mas seria apenas essa observação.

Nós, da Sudene, já passamos a nossa contribuição para o MDR, o que foi contribuído, e quero mais uma vez destacar e apresentar a importância desse tema para esta Casa.

Quero parabenizar a Senadora por trazer esse tema da armazenagem e buscar ali melhorias. Nós, da Sudene, estamos comprometidos com toda essa política em dar segurança jurídica e em trazer essa política perene para todos os produtores.

Então, Senadora, mais uma vez, as nossas contribuições ali foram feitas, juntamente com o MDR e com o Banco do Nordeste. A Sudene está inteiramente à disposição das senhoras e dos senhores para contribuir e melhorar cada vez mais a vida do nosso povo.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada pelas contribuições.

Passo a palavra para José Roosevelt Araújo, Economista da Diretoria de Gestão de Fundos, Incentivos e Atração de Investimentos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

Está como participação remota. Está o.k.?

O SR. JOSÉ ROOSEVELT ARAÚJO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sim.

Bom dia.

Todos me ouvem bem?

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Sim.

O SR. JOSÉ ROOSEVELT ARAÚJO (*Por videoconferência*.) – Bom dia, Senadora Professora Dorinha Seabra.

Eu agradeço muito a participação em nome da Sudam. Cumprimento os demais integrantes da mesa na pessoa da senhora e, assim, agradeço também pelo fato de que o tema é muito recorrente e é um tema muito importante atualmente.

Como a representante do Banco do Brasil comentou agora há pouco, nós também estamos trabalhando com relação ao FNO na Região Norte nessa questão de trazer melhores condições para a questão da linha específica do FNO Armazenagem Rural.

Inclusive, agora, no último Condel, realizado em dezembro, na Sudam, em dezembro de 2024, foi aprovada a linha, foi incluída na programação financeira do FNO para 2025 a linha do FNO Armazenagem Rural, que realmente tem condições diferenciadas com relação ao mercado.

E, assim, como muito já foi colocado na audiência de hoje, muitas informações, para realmente não ser repetitivo eu gostaria apenas de frisar, especificamente sobre essa linha do FNO Armazenagem Rural, que ela não é apenas para a construção de armazéns, para a melhoria da capacidade estática de armazenagem na Região Norte, mas ela também financia a ampliação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a modernização e a reforma de armazéns. Isso está contemplado lá nas condições da linha FNO Armazenagem Rural. E ela também é destinada para o beneficiamento, acondicionamento e também para a armazenagem dos grãos. Então, são informações importantes.

E também quem são as pessoas, quem é o público-alvo que pode ser financiado? Então, são pessoas físicas ou jurídicas, o que inclui produtores rurais, associações ou cooperativas. E, assim, um ponto muito importante que eu gostaria de destacar, Senadora, e que a gente deve trazer sempre para a discussão, além dos números que foram apresentados, que realmente são muito importantes, é a atuação das superintendências, junto com a atuação dos bancos, que são gestores dos fundos constitucionais. Mas eu acredito que um ponto muito importante que a gente deve focar também é com relação a percentuais. Qual é o percentual hoje que temos de armazenagem rural no Brasil?

Eu fiz uma pesquisa sobre esse assunto e, segundo dados do IBGE, apenas 69% da safra recorde que vamos ter em 2024/2025 vão ser possíveis de serem armazenados com a capacidade estática de armazenamento que temos hoje.

Então, realmente isso é um problema que acaba recaindo também na fala do Superintendente da Sudene, que é um problema que acaba sendo repassado em valor para os alimentos, e isso consequentemente impacta a inflação, que é um tema muito recorrente que está sendo tratado hoje.

Então, além dos números que são muito importantes, que denotam essa atuação mais direta, mais incisiva dos bancos e das superintendências, a gente tem que ter um olhar um pouco mais apurado para essa questão da armazenagem, onde nós devemos atacar mais, porque realmente, ano após ano, estamos tendo recorde de safra de grãos.

Então, temos que ter aí uns mecanismos para que a gente não tenha perdas de safras, para que isso não possa impactar lá na ponta, no próprio repasse dos alimentos para a venda, para que realmente isso impacte a inflação no bolso do brasileiro.

Eu agradeço novamente a participação nesta Comissão, é de muita importância esse tema, e deixo aqui as minhas considerações.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu agradeço a participação remota do José Roosevelt Araújo, da Superintendência da Amazônia, da Sudam.

Passo a palavra, para a nossa última colaboração, ao Sr. Raimundo da Costa Veloso, Superintendente substituto da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco).

O SR. RAIMUNDO DA COSTA VELOSO (Para expor.) – Quero parabenizar a Senadora Professora Dorinha pela iniciativa deste PL. Em nome da nossa Superintendente Luciana Barros, que está em viagem fora do país, quero agradecer o convite.

Tratar de um assunto tão importante, como todos já trouxeram aqui, e falar por último, é difícil trazer algo novo, uma vez que muitos pontos já foram colocados.

Bom, no âmbito da Sudeco, esse assunto já vem sendo tratado – como bem colocou a colega Michele – já há alguns anos, ao ponto de, no final do ano passado, quando se tratava das diretrizes para 2025, criou-se a linha especial de armazenagem com juros mais atrativos, prazos, valores. Vendo aqui no PL, enquanto o PL estabelece 12 milhões, nós já estamos com 20 milhões, podendo chegar até 100 milhões. Então, vê-se que é um assunto que está sendo bem de uma grande preocupação também para Sudeco, e estamos avançando.

É claro que, como todos já falaram, o PL é de suma importância, e estamos prontos para contribuir no que for necessário. A nossa equipe técnica da Sudeco está sempre atenta às demandas dessa natureza e está sempre buscando melhorar essas condições, juntamente com o Banco do Brasil – a Michele bem pontuou a nossa atuação, os nossos valores –, e é isso.

Então, mais uma vez, nos colocamos à disposição para contribuir no que for necessário.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Agradeço ao... (*Pausa.*)

Na verdade, é recorrente, como eu disse, as ações administrativas, e em muitos casos eu estou vendo que a mudança está acontecendo agora, em 2025, enfim, com os encaminhamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero só fazer este destaque da necessidade urgente de nós repensarmos os critérios de acesso, a questão da... Achei interessante a sugestão do Presidente Heitor sobre a possibilidade de pensar um fundo garantidor, formas de acesso. Não adianta... Nós temos necessidade, a demanda cresce a cada tempo, nós precisamos pensar na democratização desse acesso, e de maneira igual. E aí é uma – embora não seja tema desta audiência – preocupação minha em relação aos fundos constitucionais e, ao mesmo tempo, dos bancos, de o quanto essa informação tem chegado a quem precisa, e principalmente pensando nas pessoas que têm mais dificuldade de ter a informação.

Eu hoje sou Relatora de um projeto que trata da regularização fundiária do meu estado. Tocantins foi criado na Constituição de 1988, e o nosso percentual de áreas que estão hoje ainda no domínio da União, indevidamente, é muito alto. Nós temos, ao longo da BR-153, que pega o estado inteiro, 100km de um lado e 100km do outro, tudo na mão da União, indevidamente; além de outros problemas pela criação do estado, por legislações interiores. Então, muita gente, muitos produtores não conseguem acessar os recursos por vários motivos, mas esse é um exemplo. Isso acontece no país inteiro.

Na minha leitura, é também uma provocação em relação a um número de assentamentos enormes que nós temos. Quais são as condições que eles têm hoje de acessar os recursos? E como eu disse, ações e programas... Até me chamou a atenção, cheguei a anotar que alguns mencionaram "por determinação do Ministro", "por determinação do Presidente Lula", "por determinação de", "por determinação do", e isso não significa política e programa público. Ele é um programa que pode ser desenvolvido, e obviamente o acerto do programa pode garantir a sua continuidade, mas, quando a gente pensa na questão da legislação, é a oportunidade de perenidade, de continuidade.

Eu passo a palavra agora para as considerações finais. Quero agradecer a presença do meu Vice-Presidente, Senador Jorge Seif. Nós estamos falando dos fundos constitucionais e armazenagem, e é muito importante a sua presença.

Passo a palavra agora para o Guilherme Campos, Secretário Nacional de Política Agrícola...

Antes de passar, quero só saber se o Senador Jorge Seif quer fazer alguma indagação, ou se mais à frente, caso queira...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pode ser.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Passo a palavra, então, para o Guilherme Campos, Secretário Nacional de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa). Em qualquer momento que o Senador Jorge Seif quiser interromper para suas colocações, fique à vontade.

Guilherme.

O SR. GUILHERME CAMPOS (Para expor.) – Senadora, mais uma vez quero parabenizar pelo projeto, pela audiência e pelo tema. É um tema que vem para a pauta pelo sucesso, é o sucesso do agro brasileiro que traz esse assunto para a pauta, onde a capacidade, toda a competência do produtor rural brasileiro da porteira para dentro, na hora em que vai da porteira para fora, principalmente na logística, tem um impacto muito grande no seu resultado. É algo que, com certeza, será corrigido ao longo do tempo.

Vamos pegar aqui a palavra da Senadora: o seu estado existe há menos de 50 anos. Toda essa fronteira agrícola que foi aberta pelo Brasil é coisa de 20, 30 anos. Nós estamos construindo um novo país a partir do sucesso do agro brasileiro, que tem uma política de Estado, sim, focada na produção de alimentos, focada na produção daquilo que vai ser a grande transição energética do país, que é a bioenergia, tudo isso se complementando e transformando o país. A transformação por que o país passa é algo fenomenal, é fantástico. E, mais uma vez, é um bom problema. Esse problema está colocado, e tenho certeza de que será resolvido.

Quando se coloca, tanto pela Michele quanto pela senhora, Senadora, da perenidade do projeto, a gente tem que tomar cuidado. Esse projeto tem que ser perene enquanto o problema existir. Teria que ter uma avaliação, diria até, anual da necessidade desse projeto, de a lei existir, em dois aspectos: da sua necessidade e na vinculação dos recursos. Quando você vincula recurso, você dá uma travada. Que isso pudesse ser avaliado, porque esse é um problema que com certeza será resolvido. Não será em um ano, dois anos, mas de cinco a dez anos, muito provavelmente, com certeza... Muito provavelmente, não, com certeza, será muito minorado, a menos que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

capacidade do produtor rural brasileiro seja muito mais rápida que isso e a gente aumente demais tudo aquilo que é produzido.

Para se ter uma ideia de números... Eu não fiz apresentação para colocar muito número, porque número é fácil de colocar; agora, sobre o geralzão, pelo que a gente se compromete a estar aqui, sob a orientação do seu colega, Ministro Carlos Fávaro, do Presidente Lula, eles também são responsáveis. Peguem só essa viagem para o Japão, já vai aumentar o nosso problema: está vendendo mais para fora – Japão e Vietnã.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GUILHERME CAMPOS – É, bom problema, bom problema! São viagens produtivas que trazem mais divisas aqui para o Brasil a partir da grande vocação nacional que é a produção de alimentos, energia, fibra, celulose e tanta coisa mais em que o Brasil é *show* de bola. Se não está mais dentro do campo *show* de bola, no campo é *show* de bola, viu? É *show* de bola mesmo! De 2019 até 2024, Senadora, foram programados para armazenagem 18,74 bilhões, e foram concedidos 15,3 bilhões dos recursos controlados. Não é por falta de recurso, mais uma vez, que foi disponibilizado.

Vamos pegar agora um número mais recente? Tem aqui a colinha do Plano Safra. Está aqui.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME CAMPOS – Essa colinha anda comigo para onde eu vou: você tem o PCA e tem o PCA de até 6 mil toneladas; você tem recursos com 4,5 bilhões e 3,3 bilhões; taxa de juros de 8,5% ao ano e de 7% ao ano; dez anos de prazo, mais dois de carência. E qual não foi nossa surpresa, quando o nosso querido Banco do Brasil, que a Michele representa, nos consultou da possibilidade da migração do recurso que estava programado para o PCA, com armazenagem a menos de 6 mil toneladas, para custeio? Quinhentos milhões, no meio desse caos que nós estamos vivendo aí, da necessidade de aumentar a capacidade de armazenamento. Aconteceu neste ano; aconteceu no mês passado. Não é falta de recursos, é uma... Algo de errado tem. De errado, não! Algo está acontecendo. Primeiro, a restrição e a falta de apetite dos agentes financeiros ao risco, porque efetivamente este ano foi um ano atípico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo, será que o Manual de Crédito Rural não está rígido demais na hora em que define as regras para a concessão desse crédito? Não poderia ser revisado e facilitado o acesso do tomador a esse recurso? O nosso foco é do armazém na propriedade. O foco nosso é esse, para diluir o pico...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME CAMPOS – Como não usei todo o meu tempo anterior, vou ser aqui...

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Fora do microfone*.) – Pode, por mais dois minutos.

O SR. GUILHERME CAMPOS – Vou usar aqui um pouquinho mais.

É diluir o pico do transporte no auge da safra. Se nós pegássemos só o exemplo do milho, saindo de 50 para 80, numa safra ele paga o seu investimento na sua silagem, na sua capacidade de armazenamento. E o armazenamento pode ser também de vários tipos: pode ser o mais simples, que é pura e simplesmente o transbordo; e o mais completo, para segurar por mais tempo, uma silagem mais complexa. É algo que quem vai definir e vai ver aquilo que é mais adequado para a sua atividade é o produtor rural.

E, mais uma vez, o grande problema nosso é Centro-Oeste e Norte – o Norte em função do Matopiba.

Matopiba, Senadora, começou há quanto tempo? Há dez anos? – se não é menos até. Nós temos que construir tudo aquilo que o Matopiba está gerando em questão de produção. Nós estamos correndo atrás, trocando o pneu com o carro andando, fazendo todos esses investimentos da porteira para fora, para dar vazão ao sucesso e à competência da porteira para dentro.

O Plano Safra está sendo concebido; nós estamos abertos às sugestões. Projetos de lei como esse são muito bem-vindos, colocam o tema na pauta e mostram a necessidade de ações efetivas para compatibilizar a capacidade de escoamento com a capacidade de produção. É um bom problema isso aí, é um problema de Estado, não é um problema única e exclusivamente do produtor rural, porque o Brasil que vem quebrando todos esses recordes é o novo Brasil, esse aí que vem recentemente para cá – tanto é que o problema de armazenagem no Brasil onde a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agricultura já está mais estruturada, Regiões Sul e Sudeste, não é tão necessário, não é tão emergencial.

E só um número para mostrar como isso aí vem se resolvendo ao longo do tempo: só a participação dos portos do Arco Norte nessa safra em 30% já mostra a capacidade que o Brasil tem de fazer as suas adequações e procurar as melhores soluções para a parte de logística, que é fundamental para dar rentabilidade a tudo aquilo que é produzido aqui no Brasil. E nós temos esse mato alto para cortar. Uma vez vencido esse mato alto da logística, o nosso produto fica ainda com mais competitividade – para desespero dos nossos concorrentes. A turma lá fora está muito preocupada com o Brasil, e o preço dos alimentos tem impacto na questão da logística: não é só da porteira para dentro, é todo um complexo, e está sendo olhado como um todo na hora de se fazer o planejamento, o planejamento do Plano Safra.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senadora, se eu puder...

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Senador Jorge Seif, Vice-Presidente, para suas considerações.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Senadora Dorinha, esse projeto da senhora é muito meritório. Eu trabalhei lá, sob a gestão da Ministra Tereza Cristina, e é uma cantilena, já é uma reclamação antiga dos nossos produtores rurais de que às vezes o valor do Plano Safra já é insuficiente para eles fazerem o plantio, quanto mais para investirem em infraestrutura, em estrutura de silagem.

Então, quero falar aqui o que todos nós, todos os debatedores e quem está nos assistindo, especialmente os produtores rurais, já sabem de cor e salteado, mas com aquela máxima de que o óbvio precisa ser dito.

Bom, qual seria a importância das estruturas de armazenagem nas propriedades rurais? Primeiro, a redução de perdas e o aumento de lucro. No Brasil, segundo a Conab, cerca de 10% da produção de grãos é perdida entre colheita e consumidor, sendo uma parte significativa dessas perdas, Senadora, atribuídas à falta de estruturas adequadas de armazenagem nas propriedades – perda de 10% da produção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos Estados Unidos, graças à armazenagem, é menos de 1% o que é perdido – 10% é muita coisa. Ou seja, o pequeno e médio produtor brasileiro perde parte da renda, simplesmente, por não ter onde guardar seus produtos em boa condição.

Segundo, autonomia comercial para o produtor. Sem estrutura de armazenagem, o agricultor é obrigado a vender imediatamente após a colheita, quando os preços estão mais baixos por excesso de oferta. Com silos e armazéns próprios, eles podem esperar melhores cotações, ganhando mais. Por exemplo, o milho. Vendeu milho a R$40 a saca e, meses depois, a R$60 a saca, aumentando 50% do seu lucro, apenas por armazenar e esperar o mercado reagir. Isso, inclusive, retiraria do produtor tanta necessidade de recursos públicos, como o próprio Plano Safra, se ele tivesse uma lucratividade maior. Ou seja, além de não se capitalizar, ele precisa de recursos do Governo Federal e está perdendo ainda 10% da sua produção por falta de silagem.

Terceiro, logística mais eficiente, como o Dr. Guilherme falou. A armazenagem nas fazendas desafoga o transporte e os portos em época de Safra, reduzindo filas, desperdícios e custos com fretes emergenciais. E, além disso, Senadora Dorinha, melhora a logística interna das propriedades, permitindo uma colheita mais fluida e racional.

Tem aqui um mapa, só vou dar três números aqui: o Brasil tem 190 milhões de capacidade de armazenagem; os Estados Unidos, 580 milhões; e a Argentina, com uma produção inferior, bem inferior à nossa, 120 milhões de toneladas. Praticamente, 40% da produção da Argentina tem silagem; 70% nos Estados Unidos; e aqui, de 15% a 20%.

Então, o projeto é meritório e é importante esse debate com todos esses atores. Precisamos, realmente, utilizar esses fundos constitucionais para ajudar os nossos produtores rurais a se equiparem com silagem, o que vai melhorar, em todos os aspectos, o nosso Brasil e a nossa produção.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Senador Jorge Seif.

Essa é a nossa preocupação, com os números, a questão do acesso e, principalmente, a perda. Num país que ainda tem fome, perdermos 10% é muito alto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria só, pela fala do Secretário Guilherme, dizer: o projeto tem um tempo; ele não é aberto, não.

Ele coloca já que programa vigoraria por dez anos e pode, inclusive, ser introduzido pelo Relator "mediante avaliação". Então, requer um monitoramento, inclusive para dizer em que área pode, em que região precisa continuar, não precisa ser igual. Pode ser estabelecida, inclusive, uma avaliação mais global por volta do quinto ano de vigência. Mas o projeto, no seu parágrafo único, art. 2º, já coloca o vigor, em termos de dez anos, podendo ser ampliado por igual período, obviamente, se houver necessidade.

Eu quero passar agora a palavra...

Em especial, queria fazer esse apelo aos bancos que seguram o dinheiro: que eles pudessem, na sua abordagem, dizer isso que a gente vem colocando: tem necessidade, a realidade requer. O que está faltando? Porque não tem sentido um dinheiro ficar parado, sem chegar a quem precisa.

Então, o projeto pode avançar. As sugestões, mesmo se não for possível abordá-las aqui, que sejam enviadas para o Relator – as sugestões de melhoria do projeto. E também pensar que, como eu disse, tem um nó. Onde é que está esse nó do dinheiro parado, que não está chegando para cumprir o seu objetivo?

E, obviamente, o banco não é caridade. O banco precisa ter suas seguranças e cuidados. Qual é? Se é o fundo garantidor ou outra alternativa? Que caminhos têm? Ou por que acontece isso?

Nós estamos na luta pela Bancada Feminina, pela representação das mulheres. Somos 52% da população! E aí o grande discurso de muitos dos colegas é que as mulheres não gostam de política. Será que nós temos, no nosso sangue, alguma coisa? Quando é mulher, tem um DNA diferente? Tem alguma coisa, né?! Nós somos 52% da população, nos qualificamos, nos capacitamos, participamos. Duvido que os colegas aqui, que foram Deputados, se não vão nominar várias mulheres importantes nas suas campanhas políticas. Então, algum problema tem, obviamente. Não está no olho da mulher ou no sangue nosso. Aqui, de igual forma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu passo a palavra agora para as contribuições finais do Eduardo Corrêa Tavares, Secretário Nacional de Fundos e Instrumentos Financeiros do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MDR).

O SR. EDUARDO CORRÊA TAVARES (Para expor.) – Bom, Senadora, só quero reiterar o nosso compromisso com a agenda, reforçando as palavras do Guilherme.

Eu acho que temos aí uma... E aí o Presidente Lula fala muito em transversalidade, em atuação em conjunto. De certa forma, isso é uma agenda de país, uma agenda que a gente está discutindo numa Casa muito qualificada. Ou seja, não poderia haver um lugar melhor, Senadora.

E um ponto muito importante, que eu preciso trazer aqui, em nome do Ministro Waldez, é a importância da sua atuação. O que a gente trouxe aqui de sugestões de aprimoramento das linhas que foram criadas é muito determinado, sim, por diálogos como o que a senhora teve com os ministros, ou seja, essa provocação do Legislativo, do Senado, para que a gente pudesse aprimorar as políticas públicas. Então, a gente já tem um resultado concreto.

É preciso, sim, reconhecer, como a Senadora muito bem colocou, o próprio Senador, a Michele, enfim, a equipe toda, essa questão da preocupação com a perenidade e com uma agenda que, como o Guilherme colocou muito bem, é uma agenda de gargalo logístico que vai agregar ao ambiente de negócio, vai agregar vantajosidade à nossa competitividade, e que, superada, vai abrir espaço, sim, para novas agendas, novas possibilidades.

A gente está falando de sistemas agroflorestais, estamos inaugurando uma agenda, por exemplo, com BID de hidrovias na Amazônia, de transportes de baixas emissões, de ampliação da rede ferroviária, enfim, são várias agendas estruturantes, mas, sem dúvida, a questão da armazenagem é uma agenda de impacto muito rápido, ou seja, é uma agenda em que a gente tem, sim, a possibilidade de fortalecer a agricultura nos vários aspectos – e a gente tem o grande agro e a agricultura familiar, mas são agendas que bebem dessa mesma fonte.

E quero dizer, Senadora, que eu acho que o PL tem, sim, uma oportunidade muito grande de a gente aprimorar e aproveitar algumas ações que estão sendo feitas também no desdobramento da identificação desses gargalos. Na conversa que a Senadora teve no MDR, a gente discutiu, por exemplo, essa questão de melhoria das taxas, de garantias. Em paralelo, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente teve, por exemplo, agendas muito importantes com o BNDES, que tem hoje, em sua administração, o FGI (Fundo Garantidor de Investimentos), que é uma das frentes.

Foi feita, então, a provocação para o BNDES, e o BNDES passou a colocar as cooperativas de produção como elegíveis para poderem utilizar esse fundo. E isso é muito importante por quê? Porque, como os colegas colocaram bem aqui, o grande tem garantias, o grande tem, por exemplo, fazendas de 200 mil hectares. E o pequeno, que trabalha no módulo rural? E os agricultores familiares? E as cooperativas de produção?

Então, como é que a gente consegue garantir que esses pequenos, também, que são uma parte importante, principalmente quando a gente fala de segurança alimentar... A agricultura média é muito importante para os sistemas alimentares e a resiliência desses sistemas é muito importante. Então, de que forma a gente pode trabalhar a garantia e outros gargalos?

Quero reiterar aqui a nossa disponibilidade. É uma agenda, sim, muito importante, e a gente acredita muito nessa agenda.

Agradeço e reitero disponibilidade aqui de todo o sistema.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO CORRÊA TAVARES – A gente já está discutindo aqui com os bancos uma possibilidade de a gente encaminhar para o Senado uma contribuição, uma sugestão em conjunto, do Governo Federal, e ficamos aqui à disposição para esta e outras audiências.

Então, muito obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada pela contribuição do MDR.

O Guilherme gostaria de fazer uma complementação.

O SR. GUILHERME CAMPOS (Para expor.) – Só uma rápida complementação de algo muito importante, que é a questão das garantias.

A ideia do fundo garantidor é muito bem-vinda; agora, como todo fundo garantidor, o que faz o aporte? É o detalhe. A ideia todo mundo sabe, agora, quem faz o aporte?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GUILHERME CAMPOS – É. Quem faz o aporte? É um pequeno detalhe, mas o fundo garantidor poderia resolver muita pendência que hoje não consegue ser viabilizada.

O SR. EDUARDO CORRÊA TAVARES – Já fica aqui, Guilherme, o nosso combinado: saindo daqui, a gente já conversa sobre o fundo garantidor para a gente entregar uma sugestão de aprimoramento do Governo Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Não, tem quem tem interesse. Existem muitos interesses, e é um recurso muito bem direcionado.

Passo a palavra para o Sr. José Aldemir Freire, Diretor de Planejamento do Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

O SR. JOSÉ ALDEMIR FREIRE (Para expor.) – Senadora, só quero reforçar os parabéns pela audiência.

Acho que a proposta do projeto de lei já é vitoriosa pela maioria das discussões aqui, porque ele, por si só, e a ação da senhora de fazer ações de discussões administrativas, já provocaram mudanças no contexto em que ele foi pensado lá atrás.

O Banco do Nordeste quer se colocar à disposição para reforçar isso. Nós já somos parceiros estreitos aqui do MIDR, da Sudene, dialogamos bastante com as outras instituições financeiras que operamos. Nós temos todo interesse em fazer esse programa avançar.

Acreditamos na questão do reforço do fundo garantidor, mas acho também, embora isso talvez não esteja em moda, que é preciso, para o caso da agricultura familiar, que você retome também o poder público como alguém que faz oferta de serviços direta de armazenagem. Eu acho que nós precisamos retomar para o poder público o papel da Conab, e a Conab voltar a ter esse papel de agente de armazenamento, chamar os governos estaduais, chamar hoje... Eu acho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que tem uma relevância hoje, dado o volume, por exemplo, de emendas parlamentares, eu acho devem voltar os Parlamentares também da região a fortalecer o setor de armazenagem pública para atender também esses pequenos agricultores.

Eu não acho que a solução para todos os segmentos e para todas as regiões está apenas na oferta de financiamento. Nós precisamos de uma política mais ampla de armazenagem em que, inclusive, entra o poder público diretamente.

Muito obrigado e parabéns.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada e, com certeza, as bancadas hoje têm condição de ajudar, desde que sejam demandadas. E hoje não tem nenhum agente pedindo.

Passo a palavra agora para o Sr. Misael, Gerente Executivo de Estratégia de Negócios do Banco da Amazônia (Basa).

O SR. MISAEL MORENO DOS SANTOS (Para expor.) – Mais uma vez, quero parabenizar pelo mérito do projeto, pela perenidade dele; a proposta de perenidade é bastante importante, reforçando principalmente na região da Amazônia, onde a logística é um diferencial de competição – os fundos têm o papel de reduzir as diferenças intra e inter-regionais. O ciclo de produção hoje na Amazônia ocorre: a produção acontece, a deficiência de armazenagem vai para regiões onde essa capacidade está instalada, a produção, a conversão daquela produção ocorre lá e retorna para a Amazônia para ser consumida. Então isso pressiona bastante a questão do preço dos alimentos, tira a competitividade dos produtores locais. Então, de novo, quanto ao mérito do projeto, há, sim, necessidade de termos essa visão de perenidade e os bancos realmente, de fato, precisam se aprimorar e entender melhor esse contexto de apoio ao setor de armazenagem para tornar essa política válida e, de fato, que ela venha causar impacto ali na região.

Então, parabéns pelo projeto. O Banco da Amazônia aqui está apoiando e está à disposição para discussões mais profundas a respeito do tema.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra para a Sra. Michele, Gerente Executiva da Unidade do Banco do Brasil.

A SRA. MICHELE ALENCAR TEIXEIRA (Para expor.) – Quero parabenizá-la igualmente.

Como foi mencionado, é uma oportunidade para a gente fazer e aprofundar essa discussão.

Reforço a importância de ter esse programa, de ele trazer critérios e discussões que vão retratar o nosso Brasil tão continental.

Conte com o Banco do Brasil. Estamos juntos em diversas pautas, inclusive incluindo a questão de fundos garantidores também, dos fundos constitucionais lá conosco, como o FCO, sim, o FGO. Então, eu acredito que aqui nós damos ainda continuidade ao que está instaurado aí na discussão do PL, muito propositivo.

A gente viu os avanços que aconteceram em 2025: linha nova, critérios específicos, equalização de prazo entre os fundos. Então, assim, há muito aspecto positivo decorrente da discussão instaurada a partir do PL 1.070.

Eu a parabenizo novamente, Senadora.

Conte com o Banco do Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Obrigada, Sra. Michele, pelas contribuições e pelo que vocês puderem enviar formalmente para o Relator e para o gabinete.

Passo a palavra agora para o Sr. Heitor Freire, Diretor de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos da Sudene.

O SR. HEITOR FREIRE (Para expor.) – Mais uma vez, quero só agradecer à Senadora e parabenizá-la pelo excelente tema.

Lembro que hoje, no Nordeste, nós temos mais de 80% da Transnordestina já concluídos, vislumbrando o término dela em 2026, 2027. Então, o escoamento que nós vamos ter... A Transnordestina hoje é a maior obra linear do Brasil; são 1,2 mil quilômetros que saem do Piauí, em Eliseu Martins, passando por Salgueiro, em Pernambuco, indo até o Porto do Pecém.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Durante trechos da obra, vai ter portos secos, terminais de cargas. Então, o escoamento vai ter, mas agora o tema que está em voga realmente é este: a construção de armazenagem, tancagem, e isso é muito caro. Os grandes, como eu já disse, têm esse acesso, têm as garantias, acessam os recursos subsidiados mais pelas taxas de juros, mas os pequenos e os médios têm essa dificuldade. E, através desse projeto, podem orientar garantias, podem orientar a facilidade do acesso ao crédito, democratizando, assim, o acesso dos pequenos e dos médios.

Então, parabéns! Que o projeto de lei possa contemplar esses pequenos e médios produtores!

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

Passo a palavra para... Eu não sei se ele ainda está conosco. Está? (*Pausa.*)

José Roosevelt, da Sudam.

O SR. JOSÉ ROOSEVELT ARAÚJO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Novamente, eu ressalto que o mérito do projeto, como todos estão falando, é muito importante, e isso também ganha uma importância ainda maior quando se trata de Amazônia, de Região Norte. Devido às próprias questões geográficas da região, essa questão de armazenagem é muito importante. Está em estudos a questão da ferrovia Ferrogrão, que vai do Mato Grosso até chegar ali próximo de Miritituba, próximo a Santarém, para facilitar realmente essa questão também da armazenagem.

Aproveito essa fala para trazer mais uma informação adicional. Já foi comentado a respeito das condições de financiamento das linhas de armazenagem rural que foram criadas tanto no FNE quanto no FCO e no FNO, após o Condel de dezembro de 2024.

E, assim, nós estamos, por solicitação inclusive da Sra. Senadora Professora Dorinha, trabalhando a uniformização das condições de financiamento. Como o FNE tem uma condição de financiamento, principalmente com relação a prazo de financiamento e carência, e também o FCO já trabalhou nisso para uniformizar, nós, na Sudam, estamos trabalhando realmente, após provocação, nessas novas condições de financiamento, para elevar um pouco o prazo de financiamento e também quanto à questão da carência, até mesmo pela própria determinação do TCU, que sempre determina que os fundos constitucionais de financiamento tenham

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

convergência, tenham uniformidade nas informações e nas condições das linhas de financiamento nas três regiões.

Então, eu deixo aqui as minhas considerações.

Muito obrigado novamente pelo convite para participação nesta Comissão de grande relevância.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Obrigada pelas suas contribuições.

Passo a palavra para o Sr. Raimundo da Costa Veloso, Superintendente Substituto da Sudeco.

O SR. RAIMUNDO DA COSTA VELOSO (Para expor.) – A gente percebeu nas falas que a maior preocupação é que os recursos dos fundos cheguem realmente aos pequenos, principalmente àquele que tem a dificuldade da garantia.

Nesse sentido, como a Michele falou, lá atrás, da caravana da Sudeco, a gente já vem institucionalizando essa prática desde 2023, no sentido de justamente levar aos pequenos as linhas de crédito da Sudeco, não só as de armazenagem, mas outras também. A gente sabe o quanto isso é importante, o quanto esse pequeno precisa disso. Não os grandes, que já têm as suas condições mais estabelecidas; é justamente o pequeno que mais precisa. Então, nesse sentido, a gente imagina o quê? Que, com essa discussão que aqui está sendo feita, a gente vai sair no final com um trabalho muito melhor. E espero que os pequenos, esses que têm mais dificuldade de ter as garantias, sejam realmente contemplados e que a gente consiga avançar com esse fundo garantidor, porque já é uma discussão que já vem há algum tempo, mas uma hora vai acontecer.

E, mais uma vez, quero colocar a Sudeco à disposição para as discussões que forem necessárias, visando ao aperfeiçoamento e, como bem falou a Michele, à perenidade desse programa.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

Agradeço a todos que estão aqui conosco participando, aos representantes e, ao mesmo tempo, agradeço a disposição de contribuir para que esse projeto seja votado o mais rápido possível.

Esta audiência foi uma solicitação do Relator, que, por problemas pessoais, não conseguiu chegar aqui, mas a equipe dele está acompanhando, e tudo que está sendo falado hoje vai ser repassado também ao nosso Relator.

Agradeço a disposição.

E é um perfil do meu mandato, sempre que a gente está entrando com uma legislação, fazer também a provocação, a sugestão administrativa. E agradeço a todas as diferentes instituições que tomaram também essa preocupação, que se somou com certeza a preocupações já existentes nas instituições.

E quanto ao projeto e outras sugestões que tiverem, nós estamos à disposição. Meu gabinete está à disposição e a Comissão também está à disposição para qualquer tema que julgarem importante nessa consolidação de fortalecimento e desenvolvimento regional, impossível de acontecer sem o fortalecimento dos fundos, sem o fortalecimento do trabalho que está sendo realizado pelas diferentes instituições. E, se tem dinheiro, vamos soltar esse dinheiro para o povo. É esse o nosso objetivo.

Antes de finalizarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 5ª Reunião, realizada em 25/03/2025.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 9 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 46 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e vinte minutos do dia dois de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Alan Rick, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Fernando Farias, Efraim Filho, Margareth Buzetti, Vanderlan Cardoso, Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Jussara Lima, Wellington Fagundes, Marcos Rogério, Izalci Lucas, Jorge Seif, Beto Faro, Leila Barros, Luis Carlos Heinze, Mecias de Jesus, Tereza Cristina e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Cid Gomes, Zenaide Maia, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Augusta Brito e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. O Presidente registra a presença do ex-Senador Valdir Raupp. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo n° 357, de 2024 - Não Terminativo - que: "Susta os efeitos do Decreto 12.186/2024, que "Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais abrangidos pelo território quilombola Arvinha, localizados nos Municípios de Coxilha e Sertão, Estado do Rio Grande do Sul."" Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). Relatoria: Senador Hamilton Mourão. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para prosseguimento da tramitação. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1648, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, a Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005, que regulamenta o inciso III do § 4º do art. 153 da Constituição Federal, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, para aprimorar os critérios de cobrança do ITR." Autoria: Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT). Relatoria: Senador Fernando Farias. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 12 (doze) Emendas que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto com as Emendas 1-CRA a 12-CRA. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 658, de 2019 - Terminativo - que: "Acrescenta-se o artigo 5°A a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais." Autoria: Senador Weverton (PDT/MA). Relatoria: Senador Mecias de Jesus. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 404, de 2018 - Terminativo - que: "Modifica o art. 11 da Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, que "Institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências"." Autoria: Senador Givago Tenório (PP/AL). Relatoria: Senador Luis Carlos Heinze. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado, por unanimidade, o Substitutivo ao Projeto em Turno Único. A matéria vai a Turno Suplementar nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal. Poderão ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oferecidas emendas no Turno Suplementar, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral. ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 12, de 2025 que: "Requer informações ao Senhor Enrique Ricardo Lewandowski, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, sobre medidas adotadas pelo Ministério no que tange ao acordo firmado no Mandado de Segurança nº 25.463/MS e à sua participação na Comissão Especial de Conciliação da ADC nº 87/DF." Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Resultado: Aprovado. ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 13, de 2025 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os impactos e a constitucionalidade da Moratória da Soja, bem como a recente suspensão da Lei nº 12.709/2024 do Estado de Mato Grosso pelo Supremo Tribunal Federal (STF); com a presença dos convidados que indica." Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA), Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT). Resultado: Aprovado. ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 14, de 2025 que: "Requeiro, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Luiz Paulo Teixeira, Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações a respeito das medidas que estão sendo tomadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), frente a iminente onda de invasões de terras, que são motivadas pelo “abril vermelho”, organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Além disso, prestar informações sobre a atuação da pasta que comanda acerca da Lei nº 14.701/2023, e detalhar sua participação na Comissão Especial de Conciliação instaurada na ADC nº 87/DF, em trâmite no Supremo Tribunal Federal." Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO). Resultado: Convertido em convite. Aprovado. Usam da palavra os Senadores: Marcos Rogério, Luis Carlos Heinze, Hamilton Mourão, Fernando Farias, Jayme Campos e Mecias De Jesus. E o Senador Zequinha Marinho, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Zequinha Marinho
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/02

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A presente reunião está destinada à deliberação de dois projetos não terminativos, dois projetos terminativos e três requerimentos, conforme pauta previamente divulgada.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Senador Marcos Rogério, pela ordem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, se V. Exa. me permite, eu gostaria de solicitar, com a compreensão dos colegas que aqui estão, a inversão do item 7, que é um requerimento de minha autoria, porque há um apelo em relação a esse requerimento e eu tenho uma agenda externa neste momento que vou ter que cumprir e não vou poder estar aqui até a votação desse item. Então, se V. Exa. pudesse fazer a antecipação desse item, a gente poderia fazer o encaminhamento dessa matéria dentro de um ambiente, de repente, de composição dos termos que estão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Os Srs. Senadores que concordam com a inversão de pauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada. (*Fora do microfone.*)

Item 7.

ITEM 7

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 14, DE 2025

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Luiz Paulo Teixeira, Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações a respeito das medidas que estão sendo tomadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), frente a iminente onda de invasões de terras, que são motivadas pelo "abril vermelho", organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Além disso, prestar informações sobre a atuação da pasta que comanda acerca da Lei nº 14.701/2023, e detalhar sua participação na Comissão Especial de Conciliação instaurada na ADC nº 87/DF, em trâmite no Supremo Tribunal Federal.

Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO)

Observações:

- Votação simbólica.

Senador Marcos Rogério, para a sua defesa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, na verdade, eu apresentei esse requerimento em razão do anunciado Abril Vermelho, ou seja, movimentos do MST anunciaram para o mês de abril uma série de invasões Brasil afora, é o que eles chamam de Abril Vermelho.

Esse requerimento busca justamente trazer a esta Comissão o Ministro Paulo Teixeira, para que ele possa explicar as ações que o ministério está desenvolvendo, em face da legislação que nós temos, para proteger o direito de propriedade, para proteger o Brasil desse ambiente de insegurança, de crise, de violência, de agressão que se desenha com relação ao Abril Vermelho.

Portanto, o pedido que está aqui é de convocação do Ministro para que ele possa trazer essas informações, trazer os esclarecimentos – quais medidas estão sendo adotadas pelo ministério para evitar que ocorra essa série de invasões anunciadas? De que forma o Governo tem encaminhado essa pauta? – e também para falar da participação do ministério em alguns comitês que tratam da composição de câmaras que discutem os conflitos no campo. Portanto, o requerimento é de convocação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu até falava com V. Exa. agora há pouco que, havendo concordância... A minha assessoria informava que o próprio pessoal do Governo fez um apelo para que a gente convertesse a convocação em convite. Da minha parte, havendo aqui boa vontade por parte do Ministro de aqui estar, de preferência, já na próxima semana... Porque senão não tem sentido: passar todo o mês de Abril e vir depois, aí o Abril Vermelho já foi. Então, eu acho que é uma medida de urgência. Se houver, por parte da equipe do Governo aqui, a concordância de o Ministro vir, já na próxima semana, trazer esclarecimentos sobre o Abril Vermelho e as medidas que o Governo, que o ministério está adotando para impedir essa ilegalidade, para impedir essa agressão contra o direito de propriedade, contra quem está produzindo no Brasil, eu não teria nenhuma dificuldade de concordar com a conversão do requerimento, que é de convocação, em convite ao Ministro Paulo Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem, Senador.

Então, convertendo aqui a convocação em convite, pergunto aos demais Senadores se concordam.

Senador Hamilton Mourão, tudo bem? (*Pausa.*)

Então, fica o convite...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – ... e, na próxima semana, dia 9, segundo todas as informações que já nos passaram, o Ministro estará aqui.

Submeto à apreciação, em votação simbólica, o presente requerimento.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Senhoras e senhores, sobre o MST, Abril Vermelho: ontem, 1º de abril, reunimos a Frente Parlamentar da Agropecuária para tratar daquilo que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) costuma chamar de Abril Vermelho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É preocupante uma informação que vem da imprensa. De acordo com os jornalistas, existe a possibilidade de um número recorde de invasões de terras pelo MST por todo o país.

Quando defendemos a segurança jurídica, é disso também que estamos tratando. Lembro a todos que o inciso XXII do art. 5º da nossa Constituição é bastante claro ao garantir o direito de propriedade.

Em 2024, o MST contabilizou 35 invasões de terra em 15 estados diferentes do Brasil somente no mês de abril. O número é o dobro do registrado no mesmo período de 2023, que teve apenas 17 invasões. Nos quatro anos do Governo do ex-Presidente Jair Bolsonaro, foram contabilizadas 62 invasões de terras no Brasil. Já no Governo Lula, 61 casos foram registrados somente entre janeiro e julho de 2023.

A terra precisa voltar a ser um direito garantido por lei e não um instrumento de pressão política. Para isso, precisamos votar aqui no Parlamento os projetos que são importantes para frear invasões.

Refiro-me, por exemplo, ao PL 8.262, de 2017, que aumenta a pena para o esbulho possessório; ao PL 4.357, de 2023, que impede que terras produtivas sejam desapropriadas para a realização de reforma agrária; ao PL 510, de 2021, que desburocratiza a titulação de terras; ao PL 3.768, de 2021, que regulariza áreas ocupadas por famílias produtivas; e ao PL 709, de 2023, que dispõe sobre impedimentos aplicados aos ocupantes e invasores de propriedade em todo o território nacional.

É urgente combater essa inversão que retirou a regularização fundiária da agenda do Governo para entrar o uso político da terra como um ativo de poder.

O que vemos hoje é um verdadeiro desrespeito aos ritos legais. Cito a arrecadação de terra por meios duvidosos, como, por exemplo, o cancelamento de títulos e a adjudicação, além do uso da invasão de terra e do conflito fundiário como ferramenta de seleção.

Observando a legislação, a gente pôde observar claramente, numa análise feita ontem na Frente Parlamentar da Agropecuária, que o Governo induz e promove os acampamentos – e não é por aí –, levando o cidadão que não concorda em acampar a ficar fora da política pública das terras ou da concessão de terra. Não pode ser assim. A gente precisa rever todos esses conceitos legais.

E a nossa preocupação aqui, Senador Luis Carlos Heinze, Senador Mecias, Senador Hamilton, Senador Farias, é que o MST, recentemente, declarou que tem 65 mil famílias para assentar, e o Governo sinalizou apenas atender 20 mil famílias, quer dizer, tem aí um déficit de 45 mil famílias. Então, esse abril nos preocupa em função dessa pressão por novas áreas para virar assentamento. E aí,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é preciso que a gente esteja ligado, esteja antenado – e o produtor rural brasileiro muito mais ainda –, porque corremos um sério risco.

Bem, vamos dar sequência à nossa...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Luis Carlos Heinze, Senador, por gentileza.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Pela ordem.) – Quero chamar a atenção dos colegas Parlamentares e de quem esteja nos acompanhando através da TV Senado para essa mobilização na região de V. Exa., no seu Estado Pará; Amapá; Roraima; Rondônia; Amazonas... Nesses estados, Senador Mourão, o que nós temos? Milhares de famílias que estão em cima da terra e não têm o título de propriedade. Aí uma política pública... E o Governo poderia prestar atenção nessa gente e ajudá-los. Vejo esforço de Deputados dessas regiões e de Senadores, colocando recursos para titular a terra deles, porque os caras estão há 30, 40, 50 anos em cima da terra e não têm titulação. Esse é um ponto.

E depois, quando o Governo quer fazer uma política de assentamento, Senador, ele que compre terra; não vá tirar a terra dos produtores. Quer comprar terra? Abra a boca e compre, no estado que ele quiser, a quantia que ele quiser. Quer 100 mil hectares no Rio Grande do Sul, Mourão? Tem. Quer 500 mil? Tem. Em qualquer estado tem. Compre terra; não precisa invadir propriedade, sendo que a terra é de algum proprietário já. Esse é um ponto, para evitar baderna. O Governo quer fazer uma política pública, quer assentar 65 mil famílias? Não tem problema. Quer comprar 10 hectares, 20 hectares, 50 hectares por família? Compre. É só comprar. Se são 65 mil famílias a 50 hectares, são 3 milhões de hectares. Não tem problema nenhum, compre! Não precisa tirar a terra de ninguém.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado a você, Senador.

É interessante compreender que entre compra, aquisição e desapropriação de interesse social é bem diferente. Então, é muito importante que se leve isso em consideração.

Item 1 da nossa pauta de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 357, DE 2024

- Não terminativo -

Susta os efeitos do Decreto 12.186/2024, que "Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais abrangidos pelo território quilombola Arvinha, localizados nos Municípios de Coxilha e Sertão, Estado do Rio Grande do Sul."

Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Votação simbólica.

-> CCJ (NT)

Depois eu faço isso aqui. (*Pausa.*)

Senador Luis Carlos Heinze para a defesa... Não, desculpa aí. Senador Mourão, que é o nosso Relator, para leitura do relatório, análise e voto de V. Exa.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, boa tarde. Boa tarde a todos os colegas.

Esse assunto aqui, Presidente, é muito comum na nossa Amazônia, em particular no seu Estado do Pará, em relação à demarcação de terras indígenas.

Aqui, é a demarcação de um território quilombola, que já existia nesses dois pequenos municípios do nordeste do Rio Grande do Sul, que ficam perto da cidade de Passo Fundo. Esse território tinha uma dimensão pequena, que é expandida por meio desse decreto do Presidente da República, decreto do ano passado. E essa expansão abrange uma área que já era ocupada por 33 famílias de pequenos agricultores. E, obviamente, não há nenhuma negociação, nenhum acerto entre o Incra e esses agricultores, que estão lançados a uma situação de total insegurança jurídica. Daí, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ação, sempre atenta, do nosso Senador Heinze no sentido de buscar sustar esse decreto por meio deste PDL.

Indo à análise, de acordo com o art. 49, inciso V, da Constituição Federal, é competência exclusiva do Congresso Nacional sustar, por meio de decreto legislativo, ato normativo do Poder Executivo que exorbite o seu poder regulamentar.

Nesse diapasão, esta Comissão tem competência para se pronunciar sobre uso ou posse temporária da terra e regularização dominial de terras rurais e sua ocupação, bem como quanto à colonização e à reforma agrária e sobre o direito agrário, conforme o art. 104-B do Regimento Interno deste Senado.

No que tange ao mérito, a proposição visa a impedir que ocorra uma injustiça a pretexto de corrigir outra injustiça.

A situação naquela região é que uma determinada comunidade quilombola já residente em uma área de 24ha, a partir de ato do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, teria, supostamente, direito a mais 364ha por meio de um laudo antropológico – o senhor conhece esse assunto muito bem. Para que ocorra essa expansão, as famílias de produtores rurais que hoje ocupam essa área teriam que ser retiradas do local onde constituíram suas residências e estabeleceram atividades agropecuárias por mais de uma geração. Lembro que são 33 famílias, território de 364ha, dá pouco mais de 10ha, 11ha por cada família. São pequenos proprietários rurais de agricultura familiar.

Sobre este assunto, a Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo assim se manifestou: "A insegurança dos agricultores é enorme. Muitos não conseguem mais financiamento e têm dificuldades para seguir com suas atividades. Entendemos e respeitamos a questão quilombola, e não somos contrários ao direito das famílias". Ademais, ela pontua: "Fizemos uma reunião para ouvir esses agricultores, que estão inseguros e disseram não saber da existência desse processo", ou seja, as famílias abrangidas não sabem de nada.

Por fim, é importante mencionar que a Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, em seu art. 5º, frisa o devido processo e a justa indenização aos produtores, o que V. Exa. mencionou no começo dessa nossa reunião. No caso concreto, a partir do procedimento do Incra, as famílias que moram no local e que serão desalojadas já estão com problemas para concessão de crédito e, dessa forma, impedidas de ter seu sustento. Não parece ter ocorrido o devido diálogo assim como consulta às famílias impactadas, de modo que, em relação a essa situação toda, a aprovação deste PDL e a consequente sustação do decreto concorrem para que a situação no local seja pacificada e que se encontrem formas dialogadas de tratar a questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, resta claro que a forma com que o assunto foi conduzido pelo Incra não se adéqua aos pressupostos da Constituição Federal, de modo que é fundamental que a questão seja tratada de forma mais transparente junto às famílias que correm o risco de serem desalojadas, nos termos da legislação vigente.

Por isso, o nosso voto é pela aprovação do PDL nº 357, de 2024.

É o relatório e o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador Hamilton.

Lido o relatório, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão e submeto o projeto e o relatório, com parecer, à aprovação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam, por favor, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

O relatório passa a constituir parecer da Comissão favorável ao projeto.

Eu quero aqui registrar a presença do nosso amigo ex-Senador Valdir Raupp. Seja muito bem-vindo. Esta Casa é sua também.

Parabéns, Senador Hamilton. Bom trabalho.

Item 2 da nossa pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 1648, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, a Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005, que regulamenta o inciso III do § 4º do art. 153 da Constituição Federal, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, para aprimorar os critérios de cobrança do ITR.

Autoria: Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT)

Relatoria: Senador Fernando Farias

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 12 (doze) Emendas que apresenta.

Observações:

- *Votação simbólica.*

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação em decisão terminativa.

Nossa votação será simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Fernando Farias para proferir a leitura do seu relatório e voto.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Peço licença para ir direto à análise.

Nos termos do inciso XI do art. 104-B, compete à CRA opinar sobre proposições que tratem de tributação da atividade rural. Também de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal, cumpre-nos, nesta ocasião, por não se tratar de matéria terminativa, manifestar-nos primordialmente sobre o mérito do PL 1.648, de 2024.

De um modo geral, concordamos, no mérito, com o teor veiculado no PL 1.648, de 2024, que apresenta proposta de aprimoramento do modelo de cálculo do ITR, para, entre outros: considerar a real área aproveitável dos imóveis a serem tributados; promover a exclusão de tributação de áreas ambientais e de outros itens a serem deduzidos do valor da terra nua; tratar de investimentos e outras aplicações econômicas dos produtores rurais em suas propriedades rurais; ajustar a apuração dos preços de referência da terra para apuração dos cálculos do tributo; e determinar a adequada aplicação dos recursos arrecadados pelo ITR.

Em primeiro lugar, as alterações podem ser realizadas via lei ordinária, visto que não é alterada a base de cálculo do imposto, alterando-se tão somente um dos elementos formadores de seu cálculo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entendemos, por oportuno, que a vinculação do ITR pode ferir o princípio da não afetação da receita de impostos, de que trata o art. 167, inciso IV, da Constituição Federal de 1988, que veda a vinculação da arrecadação dessa espécie tributária a órgão, fundo ou despesa. Por essa razão, respeitando o espírito da medida proposta pelo autor, propomos alteração, no art. 3º do PL, para que o valor arrecadado do ITR pelo Distrito Federal e pelos municípios conveniados seja aplicado prioritariamente em melhorias no meio rural.

Ressaltamos que se entende ilegal a reutilização do §7º do art. 10 da Lei nº 9.393, de 1996, proposto no PL nº 1.648, de 2024, por ter sido revogado pela Lei nº 12.651, de 2012. Em nossa visão, há expressa vedação dessa ação na alínea "c" do inciso III do art. 12 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Portanto, propomos a renumeração do §7º e seguintes para atendimento às regras da boa técnica legislativa.

Ademais, a Lei nº 14.932, de 23 de julho de 2024, acrescenta um novo §5º ao art. 29 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), para autorizar a apresentação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) para fins de apuração da área tributável de imóvel rural; e revogou o §1º do art. 17-O da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, para retirar o caráter obrigatório da utilização do Ato Declaratório Ambiental (ADA) para efeito de redução do valor a pagar do ITR.

Em adição, cumpre ressaltar que a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) alertou sobre o CAR ainda não estar plenamente implementado e validado em todo o país, o que poderia gerar fraudes na autodeclaração. Já a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) manifestou apoio à substituição do ADA pelo CAR, mas alertou sobre o novo modelo precisar garantir segurança jurídica para os produtores.

Ante o contexto apresentado, entendemos ser mais prudente excluir a utilização da ADA do PL, com a consequente revogação do art. 17-O da Lei nº 6.938, de 1981, na forma do art. 4º da proposição.

Outra alteração crucial da proposta corresponde à modificação da abrangência dos valores dedutíveis do ITR e do conceito de área "total" do imóvel para área "aproveitável" do imóvel. Em relação a esse aspecto, é necessária uma ponderação acerca dos imóveis em regiões com elevadas áreas de preservação.

A Receita Federal do Brasil alertou sobre essa mudança poder elevar a tributação para produtores rurais do bioma Amazônico, que têm até 80% da propriedade reservada para preservação ambiental. Essa posição foi integralmente acompanhada pela CNA.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, entendemos ser necessário ajuste no PL para permitir que os produtores rurais do bioma amazônico não sejam penalizados pela alteração da aplicação da área "total" do imóvel para área "aproveitável" do imóvel. Nesse sentido propomos emenda ao art. 2º, de forma a acrescentar um §6º ao art. 11 da Lei nº 9.393, de 1996. Essa emenda deixa explícito que o Grau de Utilização (GU) incide sobre a área aproveitável e não sobre a área total. Dessa forma, cria-se isonomia para os produtores de qualquer bioma brasileiro, estimulando a intensificação de produção na área aproveitável, sem correr riscos de distorções arrecadatórias.

Entendemos que adotar "critérios da NBR 14.653-3 ABNT:2019 e suas atualizações" pode não só levar à obsolescência da futura lei por alterações infralegais, mas também ser considerada inconstitucional por contrariedade ao princípio da legalidade, expresso no art. 150, inciso I, da Constituição Federal. A Constituição exige que os elementos essenciais do tributo sejam definidos por lei, uma vez que as alterações executadas pela edição de nova norma técnica não estariam autorizadas pelo Parlamento, que é o detentor do poder de editar atos legislativos em sentido estrito. Por essa razão, mesmo entendendo a boa intenção do ilustre autor da matéria, propomos ajustes nesse ponto.

Ademais, a Receita Federal do Brasil frisou, na Nota Coordenação/Dired nº 77, de 26 de julho de 2019, que vincular um tributo a um padrão técnico privado pode gerar insegurança jurídica, pois a ABNT poderia alterar a norma sem controle do Legislativo.

A CNA considerou, em posicionamento técnico ao PL, que a definição do VTN (valor de terra nua) com base nas normas da ABNT pode gerar discrepâncias na tributação rural, dependendo da interpretação técnica adotada.

Por oportuno, destacamos que recebemos sugestões de aprimoramento do projeto de lei do Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas por meio do Ofício Pres/CFTA nº 014/2025, de 1º de abril de 2025. Os técnicos agrícolas compõem classe de profissionais de nível técnico que exerce ofício regulamentado, nos termos da Lei Federal 5.524, de 1968, e dos Decretos Federais 90.922, de 1985, 4.560, de 2002, e 10.585, de 2020. A profissão está legalmente enquadrada no Ministério do Trabalho e Emprego, conforme Portaria nº 3.156, de 28 de maio de 1987, e integra o 35º Grupo no plano da Confederação Nacional das Profissões Liberais, a que se refere o art. 577 da Consolidação das Leis do Trabalho. Em síntese, acatamos sugestão dessa importante classe de profissionais, nos limites do PL 1.648, de 2024, para não ficar dúvidas acerca de suas garantias e prerrogativas profissionais no exercício de seus ofícios.

Por fim, devemos ressaltar o projeto de lei de semelhante teor, mesmo propósito e com poucas diferenças de conteúdo em tramitação na Câmara dos Deputados: PL 3.806, de 2024, de autoria da Deputada Marussa Boldrin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto, entendemos que a aprovação do PL irá ser importante para o fomento do setor agropecuário nacional, correspondente à modernização do marco regulatório de regência. Contribuirá, ainda, para promover eficiência na gestão do tributo, ampliar a isonomia tributária e trazer mais justiça aos contribuintes brasileiros.

O voto, Sr. Presidente.

Dessarte, opinamos pela aprovação do PL nº 1.648, de 2024, com as seguintes emendas abaixo.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Lido o relatório, a matéria está em discussão.

Não havendo quem queira discuti-la...

Senador Jayme Campos, por favor. (*Pausa.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para discutir.) – Não é para discutir; é apenas para encaminhar.

Primeiro, agradeço aqui ao ilustre e bilhete Senador Fernando, pelo belo relatório que promoveu em relação a esse projeto de lei da minha autoria, que busca, efetivamente, com certeza, Sr. Presidente, nós zelarmos também para que as pessoas produzam em paz.

Lamentavelmente, esse projeto surgiu na medida em que estávamos vendo muito exagero por parte de algumas prefeituras, não só do estado do Mato Grosso, mas certamente desse imenso país, na medida em que essa atribuição, até então lá atrás, era do Incra. O Incra era o órgão que emitia o ITR e, *a posteriori*, a cobrança. Entretanto, depois foi feita uma unificação em que o Governo Federal, através do Incra, transferiu para que os municípios fossem os órgãos que seriam beneficiados com a sua arrecadação, dando ainda prerrogativa e a autoridade para que eles pudessem dar o valor da terra nua.

Isso causou muita discrepância. Em vários municípios do meu estado, particularmente, os municípios, os Prefeitos estavam praticamente com uma sanha de arrecadar, e chega um determinado momento em que, às vezes, você tem que vender a propriedade para pagar o ITR. Exemplificando aqui: na medida em que, quando você pagava, há cinco anos, quatro anos, R$10 mil, R$15 mil, nessa mesma propriedade, ele superfaturou o valor dela, e isso está chegando a um absurdo, a R$300 mil, R$400 mil. Por quê? Na medida em que você não pagar – o mais grave é você deixar de pagar –, sabe quem que executa o cidadão? Não é a prefeitura, não; é a Receita Federal. Quem fica beneficiado com o tributo é o município, são as prefeituras, mas a execução é feita através da Receita Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro passo que faz a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com os seus procuradores: ela já vai lá e busca o dinheiro que eventualmente você tenha na sua conta, para garantir aquela dívida que nem sabe se você vai ganhar... Porque você tem também o direito de recorrer, mas, em todas as vezes que você recorre administrativamente das prefeituras, não ganha nenhuma – zero! É pior do que mexer com a Justiça trabalhista, em que dificilmente o patrão ganha lá, não é? Perde todas – perde todas.

Está ocorrendo, com certeza, isso aí, um abuso, e muitas prefeituras estão cobrando aquele que certamente não é o valor devido. Entretanto, o que nós propusemos? Que essa emissão dos valores seja feita pelo próprio Incra, que é o órgão competente. Como é que a prefeitura... A prefeitura tem capacidade administrativa, juridicamente, por força da lei orgânica e da própria Constituição, para ela cobrar o IPTU – isso sim. Ela dá o valor venal do imóvel, ali, dependendo se o terreno é baldio, um preço; o terreno de imóvel é outro preço. Essa é a atribuição do papel da prefeitura. Agora, ela dá o valor... Ela não tem essa capacidade de dar o valor da sua terra, quanto vale a sua fazenda, quanto vale o hectare de terra. Não, porque tem uns critérios que são adotados. Sabe disso, né? Dependendo das benfeitorias, de que forma está sendo feito o uso dessa propriedade, e alguns não estavam nem deixando de perder de vista até as áreas de preservação, até as APPs estão cobrando, inserindo dentro das áreas e cobrando. Ora, APP é uma área de preservação que você obrigatoriamente tem. Por força do Código Florestal Brasileiro, hoje está em torno de 20m a 25m, dependendo da região, na margem de qualquer leito de córrego, e lá no Norte do Estado do Mato Grosso, na Amazônia brasileira, lá é 80 a 20. Você tem que ficar... Se tem 10 mil hectares de terra, por exemplo, você tem que ficar com 8 mil hectares de terra em pé. Mesmo assim, queriam cobrar também em cima daquelas áreas em que os cidadãos não podem derrubar uma árvore daquela lá, sob pena de ser preso, na medida em que os órgãos de fiscalização estão lá em cima, seja o Ibama, seja a Sema.

Então, o projeto tem uma finalidade. Primeiro, nós damos segurança jurídica ao cidadão. Por outro lado, os tributos arrecadados por força do ITR têm que ser aplicados também em favor do homem no campo, levando infraestrutura, seja escola, seja estrada, seja postos de saúde, etc. Essa é a essência do projeto num todo aqui, buscando efetivamente nós fazermos justiça.

Mas, concluindo, Sr. Presidente, agradeço ao iminente e ilustre Senador Fernando e peço aos ilustres colegas aqui presentes, ao Luis Carlos aqui, ao Mecias, ao General Mourão, enfim, àqueles que vão votar remotamente aqui a compreensão e o entendimento de que, com esse projeto aqui, nós estamos fazendo justiça ao homem do campo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Senador Jayme.

Está encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas 1 a 12 daqui, da CRA.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação, em decisão terminativa.

Parabéns, Senador Jayme! Parabéns, Senador Fernando.

Item nº 3. (*Pausa.*)

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 658, DE 2019

- Terminativo -

Acrescenta-se o artigo 5ºA a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal, aprovado o Substitutivo no Turno Único, será ele submetido a Turno Suplementar.

- Votação nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Mecias de Jesus, do Republicanos de Goiás, para proferir o seu relatório.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Presidente Zequinha Marinho, satisfação. Cumprimento os demais colegas Senadores.

Sr. Presidente, estou com o relatório pronto pela aprovação do projeto, que acredito que é importantíssimo para a agricultura familiar brasileira, mas recebi um pedido do autor do projeto, Senador Weverton, que estaria fazendo um acordo de texto junto ao Governo Federal e me pediu para segurar esse projeto.

Portanto, eu gostaria de solicitar a V. Exa. que retirasse de pauta no dia de hoje e pudesse colocar na próxima semana, na sessão da próxima semana, para atendermos, assim, o autor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pois não, Senador Mecias. Retirado de pauta, a pedido do Relator, para reexame do seu relatório.

Muito obrigado.

Eu preciso falar bem ali, rapidamente com a imprensa. Solicito, neste momento, ao Senador Hamilton Mourão presidir a Comissão, enquanto a gente se ausenta.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Iniciamos agora o item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 404, DE 2018

- Terminativo -

Modifica o art. 11 da Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, que "Institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências".

Autoria: Senador Givago Tenório (PP/AL)

Relatoria: Senador Luis Carlos Heinze

Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal, aprovado o Substitutivo no Turno Único, será ele submetido a Turno Suplementar.

- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Luis Carlos Heinze para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, nosso Senador Hamilton Mourão, colegas Senadoras, Senadores, esse é um projeto que se arrasta já há algum tempo, de autoria do Senador Givago Tenório, nº 404, de 2018, que altera o art. 11 da lei 9.456, de 25 de abril de 1997, que institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências.

Nós levamos algum tempo para poder fechar esse relatório em função de ajustes que nós tínhamos que fazer com os setores envolvidos. E aqui eu quero agradecer ao Ministério da Agricultura na pessoa do seu Ministro Carlos Fávaro; à Liderança do Governo – não sei se está por aqui a Adriana, mas ela conduziu também esse assunto em nome da Liderança do Governo –; ao Instituto Brasileiro de Florestas, sobre as florestas; ao Instituto Brasileiro de Floricultura também participando; à Unica, à Orplana e à Feplana, do setor de cana-de-açúcar e também à Confederação Nacional de Agricultura – foi um trabalho longo –; cumprimento aqui o Claudio, meu chefe de gabinete, que conduziu toda essa negociação. Chegamos à modernização, Sr. Presidente, colegas Senadoras e Senadores.

A Upov, que é uma organização internacional que controla a lei de proteção de cultivares, no mundo inteiro já fez essa modernização, e faltava o Brasil ainda. Então, estamos ali há cinco, seis anos praticamente fechando esse relatório. Nessa semana, fechamos com o setor da cana-de-açúcar, porque ainda faltavam alguns detalhes para que todos os setores concordassem. Então, a gente agradece às entidades que participaram.

Como o Brasil hoje, Sr. Presidente, é um dos maiores e melhores produtores de alimentos do mundo, também aqui no setor de sementes e mudas tem que evoluir, pode evoluir, vai evoluir. E essa lei é fundamental para nós melhorarmos também as condições dos nossos obtentores, daqueles que se dedicam à produção de mudas, sementes, enfim, para que nós possamos também modernizar esse setor. Faltava uma legislação, que estamos apresentando agora. Flores, por exemplo: o prazo passa de 15 para 20 anos; plantas ornamentais, de 15 para 25 anos; produção de cultivares, de 15 para 20 anos, em geral, excetuando-se videiras, árvores frutíferas, árvores florestais, árvores e plantas ornamentais, cana-de-açúcar – que também não fazia parte antes –, em que passa de 18 para 25 anos. Então, esses são alguns detalhes que nós estamos colocando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou direto para o relatório.

Encontra-se sob exame da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 404, de 2018, de autoria do Senador Givago Tenório, que "modifica o art. 11 da Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, que 'Institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências'".

A proposição, que é composta por dois artigos, tem a finalidade de aumentar o prazo de proteção de cultivares.

O art. 1º altera a redação do *caput* do art. 11 da Lei nº 9.456, de 1997, para aumentar o prazo de proteção de cultivares em cinco anos. Dessa forma, o prazo de proteção das cultivares, que atualmente é de 15 anos, seria alterado para 20 anos.

Especificamente no que diz respeito às videiras, às árvores frutíferas e às árvores florestais, o prazo, que atualmente é de 18 anos, passaria a ser de 25 anos, conforme o PLS.

O art. 1º do PLS acrescenta, ainda, parágrafo único ao art. 11 da Lei nº 9.456, de 1997, para estabelecer que o prazo de 25 anos previsto no *caput* daquele dispositivo seria aplicado, também, às árvores florestais e à cana-de-açúcar que se encontrarem dentro do prazo de proteção na data de publicação da futura lei.

O art. 2º, por sua vez, estabelece a vigência da futura lei a partir da data de sua publicação.

De acordo com a justificação do projeto, aumentar o prazo de proteção é uma forma de incentivo à pesquisa e ao melhoramento genético para desenvolvimento de novas variedades de maior produtividade e com características agronômicas desejáveis.

O PLS nº 404, de 2018, foi distribuído para a apreciação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas à proposição no prazo regimental.

É o relatório.

Análise.

Compete à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal opinar sobre proposições pertinentes à comercialização de insumos, utilização dos recursos genéticos e à política de desenvolvimento tecnológico da agropecuária, na forma dos incisos VI, IX e XVIII do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por se tratar de apreciação terminativa nesta Comissão, a presente análise abordará, além do mérito, a constitucionalidade, a juridicidade, a regimentalidade e a técnica legislativa da proposição.

Inicialmente, verifica-se que o projeto atende aos pressupostos de constitucionalidade formal, uma vez que a competência legislativa da União sobre a matéria encontra-se albergada pelo inciso I do art. 22 da Constituição Federal; é observada a competência do Congresso Nacional para dispor sobre as matérias de competência da União, conforme estabelece o *caput* do art. 48 da Constituição Federal; são respeitadas as normas relativas à iniciativa, uma vez que não se trata de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, nos termos do art. 61 da Constituição Federal, *caput* e §1º; e a espécie legislativa eleita para veicular a matéria – lei ordinária – não fere a Constituição, uma vez que não se trata de conteúdo reservado a lei complementar. Ademais, não vislumbramos óbices no que concerne à constitucionalidade material das disposições que compõem o projeto.

A proposição não merece reparos no que tange à juridicidade e à regimentalidade, pois a matéria inova a legislação vigente mediante proposição parlamentar que imprime generalidade e coercitividade aos comandos que define, com obediência aos princípios gerais do direito e, além disso, tramita de acordo com o que preconiza o Risf.

No que concerne à técnica legislativa adotada, o projeto harmoniza-se com as prescrições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Quanto ao mérito, cumpre-nos registrar que o PLS nº 404, de 2018, do nobre Senador Givago Tenório, visa aperfeiçoar a Lei de Proteção de Cultivares, tornando-a compatível com a versão mais moderna da Convenção da União Internacional para a Proteção das Obtenções Vegetais (Upov).

A Upov é a organização internacional, da qual o Brasil é membro signatário desde 1999, responsável pela implementação da Convenção Internacional de Proteção de Novas Variedades de Plantas. Trata-se de um instrumento que possibilita uniformizar a proteção de variedades de plantas mundialmente, ou seja, busca fornecer e promover um sistema efetivo... de novas cultivares para o benefício da sociedade. Desse modo, os seus conceitos básicos da proteção de variedades de plantas devem ser incluídos na legislação pertinente dos países membros. A Upov entrou em vigor em 1968 e teve sua convenção alterada e revisada em 1972, 1978 e em 1991.

Em sua justificação, o nobre autor argumenta que é preciso adequar regras de proteção de cultivares, tornando-as mais próximas daquilo que é praticado no cenário internacional, especialmente em relação à última convenção, de 1991, que aumenta o prazo das variedades para 20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e 25 anos. Assim, o autor ressaltou a particularidade relacionada ao desenvolvimento de novas variedades de árvores florestais.

No caso do eucalipto, o ciclo de cultivo é de 6 a 7 anos e o desenvolvimento de um novo clone comercial pode levar de 12 a 20 anos, dependendo da metodologia utilizada. Vale ressaltar que, para espécies de pínus, esse prazo é ainda maior.

Para esse setor, em razão do longo prazo para a progressão da utilização comercial de uma nova cultivar, não há alternativa viável que permita o progresso tecnológico sem considerar a aplicação imediata do novo prazo de proteção de 25 anos visando, sobretudo, corrigir a insuficiência técnico-econômica do prazo protetivo anterior. A ampliação dos prazos de proteção é essencial para fomentar o investimento no desenvolvimento de novas variedades e garantir a sustentabilidade econômica do setor.

Não há qualquer óbice jurídico ou prejuízo à sociedade em razão da aplicação imediata do novo prazo de proteção, conforme disposto na nova redação do art. 11 da Lei nº 9.456, de 1997, visto que a medida busca restabelecer o equilíbrio entre os interesses, permitindo o pleno funcionamento e a manutenção do sistema de proteção intelectual, cuja finalidade nada mais é que o benefício da própria sociedade, com novas e cada vez melhores variedades.

Ademais, é preciso mencionar a importância desse segmento em aspectos econômicos e de sustentabilidade para o Brasil. Segundo dados da Indústria Brasileira de Árvores (IBA), o setor de árvores plantadas é responsável por gerar cerca de 3,8 milhões de empregos e R$11,3 bilhões em tributos federais. Consequentemente, os 7,8 milhões de hectares de árvores plantadas absorvem 1,7 bilhão de toneladas de CO_2, equivalente de dióxido de carbono da atmosfera, além de auxiliar na restauração de áreas degradadas e na mitigação das mudanças climáticas.

Dessa forma, considerando a importância desse segmento tanto para a economia quanto para o meio ambiente, nada mais justo que seja corrigida a insuficiência técnico-econômica do prazo protetivo atual, que agora tem a oportunidade de ser revisado com a aprovação do PLS nº 404, de 2018, do ilustre Senador Givago Tenório.

Para conferir maior efetividade ao projeto, apresentamos emenda substitutiva para ampliar o novo prazo de proteção às plantas ornamentais e para excluir o parágrafo único do art. 11, que estendia o prazo de 25 anos às árvores florestais e à cana-de-açúcar, que se encontram no prazo de proteção em vigor na data de publicação desta nova lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A emenda substitutiva ora apresentada também exclui as culturas de flores e plantas ornamentais do âmbito de aplicação das exceções ao direito de propriedade sobre cultivar protegida a que se referem os incisos I, IV e V do *caput* do art. 10 da Lei nº 9.456, de 1997.

Entendemos necessária tal alteração, uma vez que o direito à proteção de cultivares no país restou significativamente esvaziado por esses dispositivos, reduzindo a escala do mercado de cultivares protegidas e inviabilizando o melhoramento genético no setor. Nesse ponto, cabe registrar o argumento da segurança alimentar, que justifica a possibilidade de reserva de sementes para uso próprio, o qual não é aplicável ao mercado de flores e plantas ornamentais, que é caracterizado por um consumo de natureza não alimentar.

É preciso ter em conta, por fim, que a adequação do marco legal da proteção de cultivares aplicável às flores e plantas ornamentais permitirá o melhor desenvolvimento da atividade de melhoramento genético das cultivares e facilitará o acesso do produtor a novas variedades, melhorias essenciais em um setor que é altamente competitivo e dependente de inovações.

Voto.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 404, de 2018, na forma da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº - CRA (SUBSTITUTIVO)
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 404, DE 2018
Altera a Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, que institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências, para aumentar o prazo de vigência do direito de proteção de novas cultivares, e dá outras providências
O CONGRESSO NACIONAL decreta:
Art. 1º Os arts. 10 e 11 da Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, passam a vigorar com as seguintes alterações:
"Art. 10. .....
.....
§ 1º.....
.....
III - somente se aplica o disposto no inciso I às lavouras conduzidas por produtores que detenham a posse ou o domínio de propriedades rurais com área equivalente a, no mínimo quatro módulos fiscais, calculados de acordo com o estabelecido na Lei n° 4.504, de 30 de novembro de 1964, ou cento e cinquenta hectares, o que for maior, quando destinadas à produção para fins de processamento industrial;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

.....

.....

§4º Os incisos I, IV e V do *caput* não se aplicam à cultura de flores e plantas ornamentais." (NR)

"Art. 11. A proteção da cultivar vigorará, a partir da data da concessão do Certificado Provisório de Proteção, pelo prazo de vinte anos, excetuadas as videiras, as árvores frutíferas, as árvores florestais e as árvores e plantas ornamentais, e os respectivos porta-enxertos, quando houver, e as cultivares de cana-de-açúcar, para os quais o prazo será de vinte e cinco anos".

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é meu relatório, Sr. Presidente.

Deu tempo, viu, Mourão? Deu tempo para que o Zequinha pudesse sair, desse uma entrevista e voltasse. Ele queria completar o projeto, não queria que tu completasses. Deu certo aí?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Deu certo.

Muito obrigado, Senador Heinze.

Lido o relatório, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

A matéria está em votação. (*Pausa.*)

O substitutivo tem preferência regimental.

Solicito que preparem a votação para que se possa iniciar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Eu queria solicitar a todos os Senadores que estão nos seus gabinetes ou onde estiverem, acompanhando, para que possam entrar e proceder à votação neste momento. (*Pausa.*)

Quem vota com o Relator vota "sim". (*Pausa.*)

Gostaria de solicitar à Comissão e aos senhores assessores dos Senadores membros da CRA que marcaram presença através do painel que liguem para eles, para que a gente possa ter o voto de todos eles. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem, enquanto estamos em processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Eu gostaria de solicitar a V. Exa., diante do fato de que também somos signatários, junto com o Senador Wellington, que V. Exa. pudesse já ler, por sinal, enquanto está aguardando o processo de votação, um requerimento aqui para uma audiência para o que vai acontecer em relação à discussão da Moratória da Soja, se for possível, claro. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem. Enquanto estamos aguardando mais Senadores votarem, nós vamos seguir com a pauta.

Item 6, Requerimento da CRA nº 13, de 2025...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

V. Exa. pulou o item 5.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Ele solicitou... Você está na agulha aí?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Estou na agulha. (*Risos.*)

Alguém solicitou?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Solicitou aqui o Senador Jayme. Eu gostaria que V. Exa...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Ah, então – o Senador Jayme tem precedência – pode continuar.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Vamos lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 13, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os impactos e a constitucionalidade da Moratória da Soja, bem como a recente suspensão da Lei nº 12.709/2024 do Estado de Mato Grosso pelo Supremo Tribunal Federal (STF); com a presença dos convidados que indica.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT) e outros

Observações:

- Votação simbólica.

Autoria: Senadores Wellington Fagundes, Zequinha Marinho e Jayme Campos.

Concedo a palavra a um dos autores, nosso Senador Jayme Campos, para a defesa do requerimento.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para encaminhar.) – Eu quero, antes de mais nada, agradecer a V. Exa., Senador Zequinha Marinho, pela sua bondade e generosidade, até porque essa é uma matéria extremamente importante. V. Exa., que conhece bem o assunto, sabe desse imbróglio que as *tradings estão criando* em relação à aquisição ou compra de soja em várias partes do território nacional. Eu acho que isso é um absurdo, na medida em que isso aqui praticamente está tentando extorquir – é uma verdadeira extorsão – o produtor rural.

Nesse caso, particularmente, eu e o Senador Wellington – sou signatário com ele desse requerimento – estamos propondo que seja feita aqui uma audiência pública, claro, é natural, convidando representante não só da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, mas sobretudo o representante da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), como também o representante da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec), o representante da Associação Brasileira dos Produtores de Soja do nosso país, Aprosoja Brasil, e também representantes da Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso (Aprosoja), da Confederação da Agricultura e Pecuária e de outros órgãos aqui já bem citados, inclusive representantes de ONGs, como o Greenpeace, a Imaflora, o Ipam, e outros aqui, como o próprio Banco do Brasil também, e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Esses aqui são os representantes que vão ser convidados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Espero que, dessa audiência pública, possamos ter muito proveito, sobretudo buscando, com certeza, não essa parafernália que estão criando, causando sérias dificuldades para os que estão produzindo nosso país.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem, Senador.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam, que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos retornar ao item 4 para a gente fechar ali o resultado da votação nominal.

Não havendo mais quem queira votar, encerro a votação.

Gostaria de que a Secretaria colocasse o resultado no painel.

(Procede-se à apuração.)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o turno suplementar... Sr. Presidente, não poderíamos votar agora, já, o turno suplementar? Aproveitar?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Houve 10 votos SIM; 0 voto NÃO.

O projeto está aprovado. Aprovado, em turno único, o substitutivo ao projeto.

A matéria vai a turno suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.

Poderão ser oferecidas emendas ao turno suplementar, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Cumprimento aqui e parabenizo o autor e o Relator do projeto.

Item 5.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – O segundo turno, o turno suplementar aqui da votação, não foi votado, na medida em que o Senador Mourão abriu questão de ordem, mas eu tenho certeza de que é *fake news*. Entretanto, eu acho que tem que votar o segundo turno.

Eu solicito a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – O Secretário não observou aqui.

Coloco em votação em segundo turno.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Eu solicito a V. Exa., Sr. Presidente, questão de ordem, que seja feita votação por unanimidade aqui, diante de que acho que há concordância. Já houve no primeiro turno...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pode ser.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – No segundo turno, agora, na votação suplementar, nós podíamos votar à unanimidade aqui por aclamação, para agilizar o projeto, para ser pragmático. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Meu Senador, eu estou consultando aqui a assessoria, e o conselho é que a gente deixe para semana que vem para votar o turno suplementar, a fim de que o Regimento seja observado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Nós vamos seguir, então, com relação ao Regimento e fica para semana que vem, tá?

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 12, DE 2025

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lewandowski, informações sobre medidas adotadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública no que tange ao acordo firmado no Mandado de Segurança nº 25.463/MS, em trâmite no Supremo Tribunal Federal e sua participação na Comissão Especial de Conciliação da ADC nº 87/DF.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Observações:

- Votação simbólica.

Concedo a palavra ao autor para encaminhar.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para encaminhar.) – Presidente Zequinha, caros colegas Senadores e Senadoras, o nosso requerimento ao Ministério da Justiça, ao Ministro Lewandowski, é tão somente no sentido de que ele possa nos informar de que forma o Ministério da Justiça está se posicionando diante das questões de demarcações de terras indígenas, sobretudo na Comissão Especial que está instaurada no âmbito do Supremo Tribunal Federal para discutir essas questões para demarcações de novas terras indígenas e de ampliações de terras indígenas.

Nós temos, no Brasil todo, um problema muito difícil, que é a questão de demarcações de novas terras indígenas. Lá no Estado de Roraima, são muitas pretendidas...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – São 46 agora.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – São 46 no Pará, 26 em Roraima.

E há uma dessas terras pretendidas que ocupará metade do perímetro urbano da cidade de Alto Alegre. Portanto, ali estão preocupados não só os produtores rurais, como também estão preocupados os moradores do Município de Alto Alegre, cidade do mesmo nome.

Esse requerimento é para sabermos de que forma o Ministro da Justiça e o ministério estão se posicionando.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem, Senador Mecias.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. Aprovado o Requerimento nº 12, da CRA, que será encaminhado à Comissão Diretora para prosseguimento da tramitação.

Quero, neste momento, agradecer a todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Boa tarde e muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 14 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 32 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE ABRIL DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e vinte e um minutos do dia hum de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Fabiano Contarato e Margareth Buzetti, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Jayme Campos, Zequinha Marinho, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Mara Gabrilli, Paulo Paim, Jaques Wagner, Augusta Brito, Tereza Cristina, Mecias de Jesus e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Professora Dorinha Seabra, Lucas Barreto e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Eliziane Gama, Otto Alencar, Cid Gomes, Jaime Bagattoli, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Leila Barros e Beto Faro. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência comunica documentos recebidos pela Comissão. Na sequência, submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 3ª (terceira) e 4ª (quarta) reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 13, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o transporte aéreo de animais de estimação em voos domésticos." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 1903, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para determinar critérios para o transporte de animais de estimação aplicáveis ao transporte aéreo de passageiros, doméstico e internacional." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 1474, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Estabelece condições e critérios mínimos para o manejo de animais domésticos por empresas de transporte coletivo de passageiros nos modais aéreo, terrestre e aquaviário, e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 1510, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Estabelece critérios para o transporte de animais de estimação aplicáveis ao transporte aéreo de passageiros, doméstico e internacional." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Margareth Buzetti. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5927, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017, para incentivar e promover a produção de biocombustível no âmbito da agricultura familiar." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato (*Ad hoc*), substituiu Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.927 de 2023 e da Emenda 1-CRA. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 577, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, o Decreto nº 10.576, de 14 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a cessão de uso de espaços físicos em corpos d'água de domínio da União

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a prática da aquicultura." **Autoria:** Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **Observação:** Retirado de pauta a pedido do relator para reexame. A Presidência reforça a possibilidade de membros sugerirem ao colegiado políticas públicas para avaliação ao longo do exercício. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/01

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 1º de abril de 2025.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

- Ofício 66/DSP, do Presidente da Câmara Municipal de Itaquaquecetuba/SP, que encaminha o Requerimento 68, de autoria do Vereador Gustavo Ramos de Macedo, solicitando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apuração de possíveis danos ao meio ambiente causados pelo aterro de resíduos sólidos do empreendimento denominado "Parque Natural Municipal de Suzano", que está sendo construído no bairro Miguel Badra, na divisa das duas cidades.

O documento, nos termos da Instrução Normativa 12, estará disponível para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação dele nesse período.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 3ª e da 4ª Reunião, realizadas em 18 de março de 2025.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Anuncio o item 1.

ITEM 1

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI Nº 13, DE 2022

- Não terminativo -

Dispõe sobre o transporte aéreo de animais de estimação em voos domésticos.

Autoria: Câmara dos Deputados

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI Nº 1903, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para determinar critérios para o transporte de animais de estimação aplicáveis ao transporte aéreo de passageiros, doméstico e internacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI N° 1474, DE 2024

- Não terminativo -

Estabelece condições e critérios mínimos para o manejo de animais domésticos por empresas de transporte coletivo de passageiros nos modais aéreo, terrestre e aquaviário, e dá outras providências.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (S/Partido/AP)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI N° 1510, DE 2024

- Não terminativo -

Estabelece critérios para o transporte de animais de estimação aplicáveis ao transporte aéreo de passageiros, doméstico e internacional.

Autoria: Senador Eduardo Gomes (PL/TO)

Relatoria: Senadora Margareth Buzetti

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura.

2. Em 05/09/2024, foi realizada audiência pública destinada a instruir a matéria.

Relatoria: Senadora Margareth Buzetti.

Relatório: pela aprovação do Projeto de Lei 13, nos termos do substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade dos demais projetos e emendas apresentados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações: no prazo inicial, foram apresentadas quatro emendas ao PL 1.474: duas do Senador Weverton e duas do Senador Mecias de Jesus.

Em 05/09, foi realizada audiência pública de instrução.

A matéria será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Concedo a palavra à Senadora Margareth Buzetti para a leitura do seu relatório.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente.

Peço licença para ir direto à análise, porque mesmo a análise é longa.

A competência desta Comissão para apreciar a matéria sob análise encontra respaldo nos incisos I e VIII do art. 102-F do Risf. Considerando que a proposição será subsequentemente analisada pela CI, a presente análise deverá centrar-se nos seus aspectos de mérito relativos à defesa da fauna e outros assuntos correlatos, visto que as questões concernentes à constitucionalidade e juridicidade, bem como os temas atinentes à infraestrutura, serão abordados por aquele Colegiado.

As famílias multiespécies, aquelas compostas por membros de diferentes espécies, geralmente incluindo humanos e animais de estimação, têm se tornado crescentemente mais comuns em todo o mundo, à medida que os animais de estimação são, cada vez mais, considerados membros da família e desfrutam de uma relação mais próxima com seus tutores.

A busca pelo direito dos tutores de permanecer com suas mascotes em todos os lugares que frequentam está ligada tanto à crescente compreensão da senciência animal quanto ao papel central que estes desempenham na vida das pessoas. Para muitos tutores, seus animais de estimação são companheiros leais e queridos, e a separação pode causar angústia tanto para o tutor quanto para o animal.

A questão repercute profundamente no transporte de passageiros, pois as pessoas desejam viajar com seus animais de estimação por diversas motivações. Estabelecimentos de hospedagem aceitam, com mais frequência, hóspedes acompanhados de seus animais. Muitas vezes, não se trata de desejo, mas de necessidade. Casos de mudanças, viagens para tratamento médico, impossibilidade de deixar o animal com alguém sem que isso cause transtorno às pessoas e riscos aos próprios animais, entre outros, são alguns dos motivos que levam os tutores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao deslocamento com seus companheiros não humanos. Nem sempre esse deslocamento é possível ou viável por meio de transporte individual, seja por questões econômicas ou de distância.

No transporte aéreo estão os maiores conflitos acerca da admissibilidade de *pets* em companhia dos tutores. As companhias aéreas ao redor do mundo impõem restrições infundadas e exageradas ao transporte de animais domésticos, independentemente de regulações estatais, restrições essas, em geral, muito superiores às exigências legais e previstas em regulamento. São previsões muito atrasadas em relação ao entendimento da sociedade, que passou a ver a mascote como parte da família.

As restrições impostas são quanto ao tamanho dos animais que podem ser transportados na cabine, geralmente limitados ao peso entre 7kg e 10kg (incluído o peso da caixa de transporte), a depender da companhia aérea, e à exigência de que o animal viaje contido na caixa de transporte, sem contato com o tutor. Animais que não se enquadram nos estritos limites de massa corpórea impostos pelas companhias aéreas para o transporte na cabine são despachados nos compartimentos de carga das aeronaves.

Infelizmente, o caso do cão Joca, que justifica três dos quatro projetos em análise, não é isolado. Apesar da publicidade que as companhias fazem sobre a suposta segurança dos *pets* nessas condições de transporte, a realidade é que ocorrem falhas na prestação do serviço e a ocorrência, inaceitável, de casos cada vez mais frequentes de morte e de perda dos animais, além do estresse psicológico por que passam por serem despachados como carga.

Essa realidade mostra que animais domésticos merecem transporte adequado, seguro e atento ao seu bem-estar. Contudo, é necessário que esse transporte concilie o bem-estar animal a padrões operacionais e sanitários no âmbito da aviação civil.

Inexistia regulação desse tema pela Anac até o ano de 2023, quando foi publicada a Portaria nº 12.307, de 25 de agosto de 2023, da Superintendência de Acompanhamento de Serviços Aéreos. Trata-se de norma que se limita a exigir o cumprimento do que foi contratado, mantendo o caráter facultativo às companhias áreas quanto ao serviço de transporte de animais. Além de deixar a critério das companhias se transportam ou não os animais de estimação, a norma permite restrição ampla por parte das empresas quanto à franquia de peso, espécies admitidas e valores cobrados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Recentemente, o Governo Federal divulgou o plano de melhoria de transporte aéreo de animais domésticos, o Pata. O referido plano foi instituído pela Portaria nº 525, de 30 de outubro de 2024, do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), que, em seu art. 1º, estabelece, como finalidade do Pata, dispor sobre balizas e diretrizes a serem consideradas para que o serviço, quando contratado e sem perder o foco na segurança operacional, seja conduzido em conformidade com os mais elevados padrões nacionais e internacionais de bem-estar animal.

Além do Pata, foi elaborado, pelo Governo, um código de conduta que trata da adesão das empresas aéreas aos procedimentos previstos no documento Live Animals Regulations (LAR) da International Air Transport Association (Iata), dispondo sobre todas as informações e procedimentos necessários para garantir que o transporte aéreo de cães e gatos seja realizado com segurança, conforto e bem-estar.

O Pata e o código de conduta, conjuntamente, constituem um conjunto de diretrizes com foco no transporte seguro e adequado de cães e gatos, internalização de padrões utilizados mundialmente, fomento a medidas de rastreabilidade dos animais transportados, transparência na comunicação entre empresa aérea e tutor, capacitação e treinamento periódico de equipes, serviço de atendimento veterinário emergencial e disponibilização trimestral de dados sobre o transporte aéreo.

Apesar de ser um avanço nos padrões de bem-estar no transporte aéreo de cães e gatos, o Pata padece de problema semelhante ao da Portaria da Anac 12.307, de 2023: esse plano tem caráter facultativo, ou seja, as empresas não são obrigadas a aderir a ele, podendo não implementar as medidas. No caso da referida portaria, a norma faculta às empresas decidirem se transportam ou não os animais e, se optarem por fazê-lo, as companhias estabelecem em que condições transportarão os animais, podendo impor restrições severas. Do mesmo modo, de acordo com o Pata, cabe às empresas decidirem se aderem ou não ao programa, sendo obrigadas a cumpri-lo apenas nas ocasiões em que decidirem transportar cães e gatos e mediante adesão.

No Brasil, os conflitos relacionados ao transporte aéreo de animais domésticos têm sido alvo de inúmeras ações judiciais, em geral com decisões a favor dos tutores. Existem empresas que se especializaram em judicializar pedidos de transporte de animais na cabine de aviões de carreira, em companhia de seus tutores, geralmente sob o argumento de que são animais de suporte emocional. De um lado, é compreensível a urgência dos tutores em transportar seus *pets* adequadamente, sobretudo diante do descaso presenciado nas situações expostas na mídia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nacional. Por outro lado, é importante que esse acesso, seguro, adequado e atento ao bem-estar animal, seja viabilizado atendendo às normas de segurança e às condições necessárias imprescindíveis à operação na aviação civil.

Por todo o exposto, entendemos que urge reformar a legislação para garantir às pessoas o direito de transportar seus *pets* adequadamente, seguros de que reencontrarão os seus animais no destino final da viagem.

Consideramos que, apesar de meritórios, nenhum dos quatro PLs que tramitam em conjunto se mostra suficientes para apresentar uma solução para o problema que se apresenta. Contudo, todos trazem alguma contribuição relevante, de modo que em cada um há elementos que devem ser aproveitados e que não constam dos demais.

O PL nº 13, de 2022, já aprovado pela Câmara dos Deputados, propõe regras pouco factíveis e contraditórias. O cerne da proposição é a obrigatoriedade do serviço de rastreamento dos animais por parte da empresa transportadora, disposição prevista no art. 2º. Entretanto, há dispositivos incompatíveis com essa obrigatoriedade. O art. 3º estabelece que o rastreamento será realizado até a devolução do animal ao seu tutor, mas o art. 5º determina que os animais serão transportados na cabine da aeronave. Ora, se o animal será transportado na cabine, ou seja, no mesmo espaço em que se encontra seu tutor, não faz sentido prever o serviço de rastreamento. A medida só se justificaria no caso de transporte do animal despachado, quando o tutor não estiver presente, ou seja, um tipo de serviço de transporte de carga. Entende-se, portanto, que esse PL propõe o transporte de animal como carga, mas na cabine da aeronave, conforme depreende-se da inteligência do art. 5º. Não fosse essa a intenção, não faria sentido o rastreamento, como já dissemos.

Também é estranha a previsão de que o serviço de rastreamento possa ser realizado pelo próprio tutor do animal, nos termos do parágrafo único do art. 4º. O cliente da companhia estaria prestando um serviço a si mesmo em nome da companhia? Talvez a redação esteja imprecisa. O legislador pode ter tido a intenção de prever o acompanhamento, por parte do tutor, do rastreamento prestado pela companhia de transporte aéreo, contudo apresentou um texto que atribui ao tutor a responsabilidade de rastrear o seu animal de estimação.

A previsão de rastreamento é meritória, devendo ser mantida, todavia é necessário consignar que esse serviço deve ser prestado pela empresa de transporte aéreo em caso de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

animais que viajam sem o acompanhamento de seus tutores, o que entendemos deva ser feito apenas em casos específicos, com a expressa autorização do tutor.

O disposto no §2º do art. 5º anula praticamente a eficácia da lei resultante do projeto, pois faculta à empresa a negativa do transporte de animais de estimação com base em critérios absolutamente genéricos e subjetivos, o que conferirá ampla discricionariedade à companhia aérea. Quais seriam as restrições operacionais ou razões de segurança que impediriam o transporte do animal? Sequer a vedação por risco à saúde é acompanhada de exigência de atestado médico veterinário. Assim, somos da opinião de que esse dispositivo é inadequado.

O PL nº 13, de 2022, determina a presença de médico veterinário nos aeroportos de maior movimento para acompanhamento dos procedimentos relacionados ao embarque, acomodação e desembarque dos animais. Essa previsão, constante do art. 6º, não está bem construída. O dispositivo exige do profissional que certifique o atendimento das condições de que trata o PL, o que nos parece inviável. Essa certificação pode ser interpretada como exigível para todos os embarques e desembarques de animais, o que demandaria uma grande equipe de médicos veterinários para acompanhamento de todos os voos, medida que consideramos exagerada, além de onerosa.

A proposição de intervenções especializadas por meio da assistência veterinária é louvável, mas deixa de ser razoável quando surge como prestação de serviço indiscriminada. Entendemos que o ideal é a existência de uma escala de atendimento a partir de uma lista prévia de disponibilidade de médicos veterinários para problemas constatados, matéria que pode ser mais bem detalhada no nível da regulamentação dos serviços.

O PL n° 1.474, de 2024, amplia demais o escopo, estendendo a lei a todos os modais de transporte coletivo de passageiros. Entendemos que, neste momento, os esforços devem se concentrar no modal aeroviário, o que não impede o tratamento de outros modais em leis específicas, em momento posterior.

O escopo do PL nº 1.474, de 2024, quanto às espécies, abrange todos os animais domésticos. Cumpre informar que essa classificação contempla também animais que não são normalmente mantidos como animais de estimação, como é o caso dos chamados animais de produção, tais como bovinos, suínos, bubalinos, galinhas, entre outros. Opinamos no sentido de que, num primeiro momento, deve-se regular apenas o transporte de cães e gatos, que são os principais animais de estimação, em termos numéricos, existentes no País. Com o tempo e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

experiência, pode-se pensar em estender a regulação a outros animais, contemplando suas especificidades.

No que diz respeito ao mérito e ao estabelecimento de direitos, o PL nº 1.510, de 2024, institui a permissão ao transporte de animais de estimação no transporte aéreo de passageiros na cabine da aeronave, inclusive no transporte de curso internacional, respeitadas as legislações dos países de origem e de destino dos animais. A proposição é meritória ao considerar as exigências sanitárias que assegurem o aspecto da proteção à saúde de todos que embarquem, e as regras de segurança impostas ao tutor são adequadas.

No que concerne à técnica legislativa, o PL nº 1.903, de 2024, é o mais adequado, pois altera lei vigente que trata do transporte aéreo, em vez de criar lei autônoma em assunto já disciplinado por lei. Essa opção se coaduna com o disposto no art. 7º, inciso IV, da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. Esse dispositivo determina que o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa. No mérito, trata-se de proposição pouco efetiva, pois apenas avoca para o texto legal conteúdo de regulamento expedido pela Anac (Portaria nº 12.307, de 2023, da Superintendência de Acompanhamento de Serviços Aéreos).

Diante de nossa análise dos quatro projetos, decidimos pela apresentação de substitutivo que incorpore os aspectos positivos mencionados, relativos a cada um dos projetos ora analisados, mas incluam uma abordagem que preze, simultaneamente, pelo bem-estar animal e pela segurança de voo e condições sanitárias necessárias à aviação civil, em níveis técnico e operacional.

Notadamente, do PL 13, de 2022, de autoria da Câmara dos Deputados, aproveitamos, em termos viáveis, a restrição a cães e gatos no modal aeroviário e o direito de transporte dos animais na cabine, a depender do porte e função. Do PL 1.903, de 2024, do Senador Wellington Fagundes, aproveitamos a iniciativa de alterar a Lei nº 7.565, de 1986.

Quanto às emendas ao PL 1.474, de 2024, acolhemos parcialmente a Emenda nº 3-T, do Senador Mecias de Jesus. Em vez de prever a exigência de acompanhamento de funcionário para prestar informações sobre animais despachados, propomos sistema de rastreamento do animal, sistema a ser detalhado na forma da regulação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O presente relatório se atém à construção de um arcabouço jurídico-normativo atento ao equilíbrio eficiente entre a legislação e a regulamentação, de modo que é fundamental que a proposta legislativa que visa inovar no regramento de mercados regulados atente para a importância primária desse equilíbrio. No caso em pauta, a aviação, que é um dos mercados com maior grau de regulação, exige um cuidado ainda maior na construção desse equilíbrio, pois a complexidade dos sistemas envolvidos demanda intervenções precisas do legislador. É sob esses fundamentos que a proposta substitutiva aglutina e ajusta elementos propostos nos projetos precedentes de forma a consolidar uma proposição que estabeleça um regramento normativo compatível com as melhores práticas internacionais de regulação da aviação civil e, ao mesmo tempo, adicione as diretrizes necessárias para garantir o transporte de cães e gatos de forma segura e minimamente confortável.

A proposta busca esclarecer a distinção entre os animais de assistência emocional e os cães de serviço ou cães-guias, garantindo segurança jurídica para operadores aéreos e passageiros. Para isso, estabelece que apenas cães e gatos podem ser transportados nessa condição e reforça que esses animais não possuem os mesmos direitos conferidos aos cães-guias e cães de serviço pela legislação vigente, ficando sujeitos às regras e restrições de cada companhia aérea. Dessa forma, equilibram-se o direito dos passageiros com necessidades específicas e a autonomia das empresas na gestão da segurança e do conforto a bordo.

A regulação da lei proposta permitirá que as empresas aéreas estabeleçam horários ou dias específicos para voos mais adaptados ao transporte de cães e gatos (voos *pet-friendly*). Nesses voos, a limitação de peso e a quantidade de animais permitidos na cabine poderão ser ajustados, garantindo maior flexibilidade para atender à demanda sem comprometer a segurança e o conforto dos passageiros. Essa medida não prejudicará o transporte já previsto nos voos regulares, mas oferecerá uma alternativa mais adequada para tutores que viajam com seus *pets*, proporcionando um ambiente mais controlado e favorável ao bem-estar animal.

Nesse sentido, em que pese não seja viável incluir o transporte de *pets* na cabine acompanhados de seus tutores em todos os casos, o substitutivo aproveita dispositivos dos projetos de lei apresentados que tornam obrigatório o transporte seguro, adequado às funções e porte do animal, e atento ao bem-estar do cão ou gato transportado. Ademais, neste substitutivo, propõe-se a responsabilidade civil da empresa de transporte aéreo, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados.

Voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelo exposto, e em consonância com o disposto no art. 260, inciso II, alínea "a", do Risf, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 13, de 2022, na forma da emenda substitutiva que segue, ficando prejudicados os demais projetos.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Relatora. Quero parabenizar V. Exa. pela sensibilidade do relatório, pela delicadeza de como conduziu esse tema que nos comove a todos e que impacta efetivamente a vida das pessoas. Quantas pessoas têm a sensibilidade de perceber a importância de ver o seu *pet* ser transportado com segurança até o destino?

Então, quero parabenizar a V. Exa. pelo brilhantismo, pelo relatório e, mais uma vez, falar para V. Exa. do meu carinho pela condução e pela conduta que a senhora tem demonstrado à frente do Senado Federal, que muito dignifica a boa política, representando não só as mulheres, mas a política que tem a sensibilidade, a empatia de se colocar na dor do outro. Eu acho que é isto que nos move a estar na política: ter a sensibilidade de se colocar na dor do outro.

Eu sempre gosto de falar aquilo que Immanuel Kant falava do imperativo categórico e tento trazer isso para mim. Ele falava assim: aja de tal forma de modo que seu comportamento se torne uma lei universal. Quer dizer, se aquela minha conduta se tornasse uma lei universal, seria positiva? Eu faço esse exercício diuturnamente jamais no sentido de buscar a perfeição, mas o aperfeiçoamento enquanto ser humano.

Muito obrigado pelo relatório de V. Exa.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto 13, de 2022, na forma da Emenda 1-CMA (Substitutivo), que acolhe parcialmente a Emenda-3T apresentada ao Projeto 1.474, e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei 1.903, 1.474, e 1.510, de 2024, que tramitam em conjunto e das emendas a eles apresentadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Eu pergunto à Senadora Margareth se ela pode rapidamente assumir a Presidência, porque o Senador Beto Faro é Relator de um projeto de lei e me pediu para fazer a relatoria *ad hoc*.

Serei breve no relatório. Se V. Exa. puder assumir aqui a Presidência, eu faço a leitura rapidamente desse item, que é o último item da pauta, e a gente conclui.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Eu só quero fazer um comentário e um agradecimento ao Mpor, à Abar, à Anac, pois a gente conseguiu ouvir todos para fazer este relatório. Então, a gente demorou muito, acho que uns seis meses; foi feita a audiência pública, foi feito tudo. Eu sou uma pessoa que tem muitos bichos, muitos mesmo! Tenho até um ganso de estimação, o que não é muito provável, não é? (*Risos.*)

Mas eu tento, sim, me colocar no lugar do outro, e o caso do Joca foi realmente algo muito triste que aconteceu. Mas, sobre este relatório, eu quero dizer, Presidente, que a gente conseguiu ouvir todos e conseguimos fechar um relatório possível.

E, com isso aprovado, não será mais uma opção da companhia; ela será obrigada a fazer o transporte dos nossos cães e gatos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

Convido V. Exa. a assumir a Presidência.

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) –

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 5927, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017, para incentivar e promover a produção de biocombustível no âmbito da agricultura familiar.

Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA)

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.927 de 2023 e da Emenda 1-CRA.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com parecer favorável ao Projeto com a Emenda 1-CRA.

2. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa.

Relatoria: Senador Beto Faro. Relator *ad hoc* é o nosso Presidente Contarato.

Passo a palavra ao Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Como Relator.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Como o relatório já foi disponibilizado, eu vou fazer uma síntese desse relatório e passo diretamente ao voto. Está certo?

Ao promover a participação da agricultura familiar na produção do biocombustível, o PL nº 5.927 contribui com impactos positivos ambientais e sociais, já que a produção de biocombustíveis nesse âmbito pode se tornar vetor de desenvolvimento local e sustentável, política esta que já vem sendo incentivada por meio do Selo Biocombustível Social, concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, e regulamentado pelo Decreto nº 10.257.

Concordamos, ainda, com o parecer aprovado na CRA, que, pela Emenda 1-CRA, promove as alterações pretendidas na Lei nº 13.033, que dispõe sobre a adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel comercializado com o consumidor final, medida sugerida pelo Ministério de Minas e Energia e que contribui para a sustentabilidade no uso desse combustível e redução da pegada de carbono brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por essas razões, não restam dúvidas de que o projeto de lei em apreço é meritório e contribuirá para a modernização e sustentabilidade do desenvolvimento da agricultura familiar, sobretudo com reflexos positivos sociais e diretos no meio ambiente.

O voto.

Considerando o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei 5.927, de 2023, e da Emenda 1-CRA.

Esse é o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Margareth Buzetti. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a votação.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 5.927, de 2023, e à Emenda nº 1-CRA.

A matéria vai à Comissão de Infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Fala da Presidência.) – Obrigado.

Antes de encerrar, eu quero mais uma vez aqui lembrar que, conforme anunciado na 3ª Reunião, desde dia 18 de março está facultado aos membros da CMA o encaminhamento de sugestões de políticas públicas para avaliação pelo Colegiado ao longo do ano, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno. Faço esse apelo aos membros desta Comissão para que, havendo interesse, assim se manifestem, para avaliar a possibilidade de sugestão de políticas públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Um abraço a todas e a todos.

(Iniciada às 9 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 57 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e trinta e quatro minutos do dia oito de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Fabiano Contarato e Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Jayme Campos, Alessandro Vieira, Margareth Buzetti, Mara Gabrilli, Jorge Seif, Leila Barros, Paulo Paim, Augusta Brito, Tereza Cristina, Mecias de Jesus e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Weverton, Izalci Lucas e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Plínio Valério, Eliziane Gama, Otto Alencar, Cid Gomes, Jaime Bagattoli, Marcos Rogério, Wellington Fagundes e Beto Faro. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência comunica documentos recebidos pela Comissão. Na sequência, submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3776, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 9.605, de 1998, e nº 8.176, de 1991, para aumentar as penas dos crimes que punem o garimpo ilegal." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator, para reexame. **Observação:** Retirado de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 6046, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, para incluir, entre o conteúdo mínimo do plano diretor, normas de verticalização e ocupação para redução de impactos ambientais por meio da instalação de coberturas vegetadas (telhados verdes) e reservatórios de águas pluviais em edifícios." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação nos termos da Emenda nº 1-CDR (Substitutivo). **Resultado:** Aprovado o substitutivo. **ITEM 3 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei n° 2326, de 2022** que: "Altera o art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder o porte de arma de fogo aos integrantes da Fundação Nacional do Índio em atividades de fiscalização." **Autoria:** Comissão Temporária Externa para investigar, "in loco", as causas do aumento da criminalidade e de atentados na região Norte. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação da Emenda nº 6-PLEN-CSP, na forma da Subemenda nº 1-CSP. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 4, de 2025** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater, em articulação com a Comissão de Educação e Cultura, os desafios para uma educação comprometida com a justiça social e climática, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proteção da biodiversidade e o desenvolvimento socioambiental sustentável." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES), Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/08

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 8 de abril de 2025.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

– Ofício da Associação Civil Monitor Ambiental Antirruídos, que apresenta proposta de projeto de lei para promover a ecoeficiência ambiental e acústica e sustentabilidade ambiental e acústica para cidades limpas, saudáveis e sustentáveis, livres da emissão de ruídos excessivos e desnecessários e poluição ambiental sonora. Segundo a entidade, a aprovação de uma matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nesse sentido traria relevante contribuição, promovendo ambientes saudáveis e livres de poluição sonora;

– Ofício 55, da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente, que solicita o apoio desta Comissão de Meio Ambiente para viabilizar a ampliação do orçamento da Agência Nacional de Águas para o exercício de 2025, com o objetivo de garantir a continuidade dos programas Progestão, de capacitação e fortalecimento do apoio e suporte de estados e municípios na gestão de recursos hídricos, e Qualiáguas com a Rede Nacional de Monitoramento de Qualidade da Água;

– Ofício 92-D10, do Sindicato Nacional dos Analistas e dos Especialistas em Infraestrutura, solicitando nomeação do cadastro de reserva do Concurso Público Nacional Unificado e fortalecimento da carreira de analistas da infraestrutura, por serem essenciais na avaliação de planos de trabalho, e emendas parlamentares no âmbito do Novo PAC, na garantia de que os objetivos estratégicos do eixo de desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática do PPA 2024 sejam atingidos;

– Aviso 285, Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão 1.939, relativo ao processo da relatoria do Ministro Augusto Nardes, com a finalidade de monitorar a implantação do Centro Tecnológico Nuclear e Ambiental, previamente conhecido como Repositório Nacional de Rejeitos Radioativos de Baixo e Médio Níveis de Radiação.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa 12, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar sua autuação nesse período.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 5ª Reunião, realizada em 1º de abril de 2025.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Anuncio que o item 1, o Projeto de Lei 3.776, a pedido do Relator, foi retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3776, DE 2024

- Não terminativo -

Altera as Leis nº 9.605, de 1998, e nº 8.176, de 1991, para aumentar as penas dos crimes que punem o garimpo ilegal.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações:

1. Em 07/04/2025, foram apresentadas as emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR).

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

Antes de continuar os itens da pauta, eu só queria fazer um registro de que, nesta semana, está iniciando uma semana do Acampamento Terra Livre, que é a luta, a reivindicação dos povos indígenas e comunidades tradicionais por um direito constitucional dos povos indígenas, que tanto protegem a pauta ambiental.

Se você quer ver, efetivamente, quem está protegendo a pauta ambiental, vá até as comunidades indígenas. Eu falo isso, porque eu estive lá visitando os guaranis kaiowás em Dourados, Mato Grosso do Sul, assim como nós temos em diversas regiões do Brasil. Você vai verificar, Senador Confúcio... Eu lembro que a Funai confinou povos indígenas numa terra que não tinha água, que não tinha absolutamente nada, sem condições, e um professor indígena me pegou pelo braço e me levou a um olho-d'água morto em que ele plantou, reflorestou, e naquilo brotava a água. Eu queria que os meus colegas Senadores tivessem o mínimo de empatia e sensibilidade para ver efetivamente quem é que está defendendo o meio ambiente como direito humano essencial, porque não basta estar na Constituição Federal desde o dia 5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de outubro de 1988 que todos temos direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Vão ver como nós tratamos os indígenas da população brasileira, vão ver quem efetivamente protege a pauta ambiental em todos os seus biomas. Convido que os nossos Parlamentares saiam dos seus... Deixem os paletós, deixem os gabinetes, deixem os seus carros, mas vão lá, lá às comunidades indígenas, vão visitar os ianomâmis, os guaranis kaiowás, todas as etnias dos povos indígenas.

Eu quero saudar aqui esse Acampamento Terra Livre, que é uma semana em que eles se mobilizam para estar aqui, o que não é fácil, não é fácil! Vão se mobilizar, vão ver qual é o aporte que eles têm para estar fazendo essa movimentação, vão ver efetivamente quem são os políticos que aderem a essa pauta, que têm esse olhar humanizador... É humanizar a dor, é ter empatia de se colocar na dor do outro. A gente tem que ter efetivamente esse olhar.

Esta semana, Senador Confúcio, do Acampamento Terra Livre é justamente para debater, é para justamente reivindicar, é para justamente falar assim: "Nós existimos e nós queremos ser respeitados. Nós existimos e que nós protejamos todos os biomas que nós temos no Brasil como um direito humano essencial, como um direito constitucional. Todos temos direito a um ambiente ecologicamente equilibrado".

Quero fazer o registro de que, no Espírito Santo, na Universidade Federal do Espírito Santo, tem um professor maravilhoso que tem se voltado para a educação de povos indígenas, para a educação indígena. É o Prof. João Porto, que é o meu amigo, um colega aguerrido. Na pessoa dele, eu saúdo todos os professores das universidades federais, dos institutos federais, daqueles que lutam efetivamente para a formação dos povos indígenas, pela formação da educação indígena, para fortalecimento desse direito humano constitucional, que, eu volto a falar, está desde o dia 5 de outubro de 1988.

Então, eu quero fazer essa reflexão só para enaltecer e desejar sucesso ao Acampamento Terra Livre.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para complementar a sua introdução, quando fui Governador do Estado de Rondônia, nós trouxemos as lideranças indígenas para o Governo. Na Secretaria do Meio Ambiente, na Secretaria de Educação e na de Saúde, criei as coordenações indígenas ali dentro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e abri o primeiro concurso para professores indígenas do Brasil, só para indígenas darem aulas. Então, eles são hoje concursados, são efetivos servidores do estado.

Eu me dedico muito a essa pauta e visito muito, levando, por exemplo... A gente pensa que eles moram nas margens dos rios e que estão tomando água limpa. Muitas vezes eles usam água barrenta, e nós estamos colocando unidades de saneamento nas comunidades indígenas. Inclusive há o projeto do próprio Ministério da Saúde, da Secretaria dos Povos Indígenas; eles têm o projeto e eles administram e executam; montam estruturas de água tratada, poços artesianos, para distribuição para a comunidade. É uma festa, é uma alegria imensa para eles terem uma água que sai na torneira, limpinha, adequada. Realmente é fantástico.

Então, essas populações... Eu corroboro, ratifico e aplaudo a sua introdução nesta manhã aqui na nossa Comissão de Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador Confúcio.

V. Exa., eu não tenho dúvida, muito dignifica o Senado. Tem uma história de vida, um comprometimento, um equilíbrio, uma serenidade. Eu não me canso de falar isso quando eu encontro V. Exa., porque eu sei do seu comprometimento como Governador. E tem esse olhar sempre humanizador, que não poderia ter vindo senão de um Governador tão sensível a todas as causas que passam pelos direitos humanos na sua amplitude. E V. Exa. foi visionário quando teve essa possibilidade de ter esse olhar naquele estado, no estado de V. Exa., como Governador, para chamar os povos indígenas, para capacitar, para fazer concurso público e falar: "Vocês existem e são importantes efetivamente para todo o país, para todos nós".

Muito obrigado.

Anuncio o item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 6046, DE 2019

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, para incluir, entre o conteúdo mínimo do plano diretor, normas de verticalização e ocupação para redução de impactos ambientais por meio da instalação de coberturas vegetadas (telhados verdes) e reservatórios de águas pluviais em edifícios.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela aprovação nos termos da Emenda nº 1-CDR (Substitutivo)

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com parecer pela aprovação nos termos da Emenda nº 1-CDR (Substitutivo)

2. Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

3. Será realizada uma única votação nominal para aprovação do Projeto, nos termos Emenda nº 1-CDR (Substitutivo).

Concedo a palavra ao Senador Confúcio Moura para a leitura do seu relatório.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, o senhor fez a introdução à ementa do projeto, eu vou entrar na análise direto.

Nos termos do inciso I do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Meio Ambiente opinar sobre matérias pertinentes à proteção do meio ambiente e ao controle da poluição.

O projeto de lei em exame cuida de matéria inserida na competência legislativa privativa da União, conforme estabelecido no inciso XII do art. 22 da Constituição Federal. Ainda, no tocante à constitucionalidade, não há impedimentos quanto à iniciativa parlamentar, pois a matéria não se inclui entre as listadas no §1º do art. 61 da Carta Magna e reservadas à iniciativa privativa do Presidente da República.

Também é atendido o critério de juridicidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em termos regimentais, não há colisão de normas ou conflitos de qualquer natureza.

No que se refere ao mérito, a adoção de soluções construtivas, como infraestruturas verdes e soluções baseadas na natureza, é crucial para minimizar os impactos negativos da urbanização e garantir a sustentabilidade e resiliência das cidades.

Desse modo, o PL nº 6.046, de 2019, propõe o uso de infraestruturas verdes como soluções construtivas. Este projeto de lei, portanto, reflete uma tendência crescente de incorporar tecnologias sustentáveis no planejamento urbano e na construção civil, buscando mitigar os impactos das mudanças climáticas e melhorar a qualidade de vida nas cidades brasileiras.

Contudo, é importante ressaltar que, de acordo com a Constituição Federal, a execução da política urbana é de competência do poder público municipal, cabendo à União apenas a edição de diretrizes gerais, ainda que o tema do direito urbanístico esteja inserido nas competências legislativas concorrentes da União, dos estados e do Distrito Federal. Ao definir procedimentos administrativos e predeterminar a adoção obrigatória de soluções técnicas específicas, como telhados verdes e reservatórios de águas pluviais, o projeto avança sobre as competências municipais e a aplicação de medidas tão específicas extrapola o escopo de uma norma ou diretriz de caráter geral.

Desse modo, apesar de ser uma proposição que aprimora a legislação ambiental, o projeto de lei em apreço necessita aprimoramento, alinhando as competências da União no tema da política urbana, corrigindo termos tecnicamente inadequados e prevendo a possibilidade de uso de incentivos púbicos para a implementação de tecnologias verdes nas edificações.

Nesse sentido, notamos que o substitutivo aprovado na Comissão de Desenvolvimento Regional oferece uma abordagem mais abrangente e flexível em comparação ao projeto original, ampliando o escopo para “tecnologias verdes” e, em geral, priorizando estímulos e incentivos em vez de obrigações. Ao mesmo tempo, o substitutivo mantém o espírito do projeto original de promover práticas mais sustentáveis no desenvolvimento urbano, mas adota uma abordagem menos prescritiva e mais flexível, permitindo que os municípios adaptem as políticas às suas realidades locais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sendo assim, ao conceder maior autonomia aos municípios para definirem suas próprias políticas de incentivo e integrar o conceito de tecnologias verdes às diretrizes gerais da política urbana, o substitutivo apresenta uma proposta mais alinhada com os princípios de sustentabilidade e respeito às diversidades locais.

Portanto, somos pela aprovação da proposição na forma do substitutivo aprovado na CDR.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela regimentalidade, constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.046, de 2019, na forma da Emenda Substitutiva nº 1, da Comissão de Desenvolvimento Regional.

Era esse, Sr. Presidente, o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador Confúcio. Parabenizo V. Exa. pelo relatório, ao passo que parabenizo também o autor, Senador Veneziano Vital do Rêgo.

A matéria está em discussão.

Para discutir, Senador Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discutir.) – Muito obrigado, Presidente. Bom dia.

Eu achei a ideia fantástica, mas eu queria ver se o... Nada contra, vamos aprovar o projeto, mas eu queria ver, na prática, como é que seria essa cobertura verde aqui, o telhado verde, não é? Tem como dar uma pincelada?

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Aqui mesmo em Brasília, já existem alguns ali no Noroeste com bastante verde até nas janelas, com samambaias penduradas.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Ah, tá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – E elas vão ornamentando... Fica um quadro arquitetônico extremamente bonito, consorciado com os outros cuidados, como, por exemplo, o reúso da água da chuva, reservatórios para coletar a água da chuva, colocar essa água depositada e usar para irrigação dos jardins, lavar calçadas, e fazer tudo isso. Então, esses prédios são harmonizadores. Até a visão é acomodativa, é agradável. Cada arquiteto se junta ao engenheiro florestal, ao paisagista, e eles vão criando esses modelos alternativos, colocando verde no concreto. É extremamente agradável a visão e chama a atenção também. As pessoas param para tirar fotografias. É bem interessante.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – Muito obrigado.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Por nada.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal.

Em votação a Emenda nº 1-CDR (Substitutivo ao Projeto de Lei nº 6.046), nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

A votação está aberta.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Convido os Senadores a exercerem o direito de voto para encerrarmos essa votação do item 2, Projeto de Lei 6.046.

Os que concordam votam "sim". (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Anuncio o resultado.

Votaram SIM oito Senadores; nenhum NÃO.

Aprovada a Emenda 1-CDR, Projeto de Lei 6.046.

Fica prejudicado o projeto.

O substitutivo aprovado será apreciado em turno suplementar, nos termos do Disposto 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

Rejeitado o substitutivo apresentado pelo Relator.

Colocaremos em votação agora... (*Pausa.*)

Ah, perdão. (*Pausa.*)

Perdão, perdão, desculpe. (*Pausa.*)

Eu vou consultar os colegas, porque a Senadora Tereza Cristina pediu... desculpe, Teresa Leitão pediu para colocar extrapauta um requerimento de uma audiência pública.

Requerimento nº 4, de 2025, da CMA, que requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater, em articulação com a Comissão de Educação e Cultura, os desafios para uma educação comprometida com a justiça social e climática, a proteção da biodiversidade e o desenvolvimento socioambiental sustentável. Ela põe aqui as pessoas que fariam parte dessa audiência pública.

Consulto se os colegas têm alguma objeção de a gente colocar extrapauta o requerimento dessa audiência pública. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se opor a isso, está colocado em pauta.

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 4, DE 2025

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater, em articulação com a Comissão de Educação e Cultura, os desafios para uma educação comprometida com a justiça social e climática, a proteção da biodiversidade e o desenvolvimento socioambiental sustentável.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES) e outros

Coloco em votação.

Aqueles que concordam com a audiência pública permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento 4, de 2025, de autoria da Senadora Teresa Leitão e minha.

Anuncio o item 3. Emenda de Plenário ao Projeto 2.326, 2022, não terminativo.

Eu solicito ao Senador Zequinha, se puder, fazer a gentileza de assumir a Presidência para que eu possa relatar, porque eu acho que eu sou o Relator desse projeto...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Está bem.

Presidente, a gente tem dúvidas com relação a isso aqui, e a Liderança do Podemos está solicitando vista, mas o senhor pode ler...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Então, como é que se faz? Já encerro? (*Pausa.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pode ler, né? Aí depois eu solicito a vista. Pode ser? Quer que eu assuma aí? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – O Senador Zequinha Marinho assume a Presidência da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu faço a leitura rapidamente dessa emenda e coloca em discussão. Há o pedido de vista, vai ser feito, vista coletiva, e a gente vai continuar com a pauta.

Muito obrigado, Senador. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Item nº 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2326, DE 2022

- Não terminativo -

Altera o art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder o porte de arma de fogo aos integrantes da Fundação Nacional do Índio em atividades de fiscalização.

Autoria: Comissão Temporária Externa para investigar, "in loco", as causas do aumento da criminalidade e de atentados na região Norte.

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela aprovação da Emenda nº 6-PLEN-CSP, na forma da Subemenda nº 1-CSP.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Segurança Pública, com parecer favorável à Emenda nº 6-PLEN-CSP, na forma da Subemenda nº 1-CSP.

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Leitura e discussão.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu passo direto à análise, uma vez que o relatório já foi disponibilizado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A modificação legislativa proposta pela Emenda nº 6-Plen opera-se pela modificação do inciso XII do art. 6º da Lei 10.826, e, como decorrência lógica, pela modificação da amplitude semântica dos seus §§1º e 2º, que fazem alusão ao referido inciso XII. Assim, quanto ao ponto, o art. 6º da Lei 10.826, passaria a ter a seguinte redação, na forma operada pela ora analisada Emenda nº 6-Plen, que modifica a redação originalmente dada ao dispositivo pelo art. 1º do PL, nos termos já delineados pela Emenda nº 4-CMA, anteriormente aprovada:

> "Art. 6º.....
>
> .....
>
> XII – os integrantes do quadro efetivo da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Instituto Chico Mendes), dos órgãos seccionais (entidades estaduais) e dos órgãos locais (entidades municipais), abrangendo todo o SISNAMA designados para a atividade de fiscalização.
>
> § 1º As pessoas previstas nos incisos I, II, III, V, VI e XII do *caput* deste artigo terão direito de portar arma de fogo de propriedade particular ou fornecida pela respectiva corporação ou instituição, mesmo fora de serviço, nos termos do regulamento desta Lei, com validade em âmbito nacional para aquelas constantes dos incisos I, II, V, VI e XII.
>
> .....
>
> § 2º A autorização para o porte de arma de fogo aos integrantes das instituições descritas nos incisos V, VI, VII, X e XII do *caput* deste artigo está condicionada à comprovação do requisito a que se refere o inciso III do *caput* do art. 4º desta Lei nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei.
>
> ....."

Ou seja, a Emenda nº 6-Plen, de autoria do Senador Jorge Seif, pretende contemplar com o direito ao porte de arma de fogo os integrantes dos quadros efetivos "dos órgãos seccionais (entidades estaduais) e dos órgãos locais (entidades municipais), abrangendo todo o Sisnama designados para a atividade de fiscalização".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vale dizer, portanto, que o objetivo dessa emenda é estender o direito ao porte de arma de fogo aos servidores estaduais e municipais que desempenham atividades de fiscalização ambiental, incluindo aqui obviamente o Distrito Federal.

Assim, não vislumbramos, na emenda, vícios de inconstitucionalidade ou de injuridicidade, nem óbice de natureza regimental.

No mérito, consideramos que a emenda aperfeiçoa o texto da proposição, merecendo ser acolhida.

O que deve ser determinante para a concessão do direito ao porte de arma de fogo, no caso, é a atividade desempenhada pelo servidor – fiscalização ambiental –, independentemente de estar vinculado a órgão ou entidade federal, estadual ou municipal.

Não obstante, como bem apontou o parecer da CSP, o texto da emenda demanda ajustes, para suprimir a menção a "órgãos seccionais" e deixar claro que a extensão se aplica aos servidores estaduais e municipais encarregados de fiscalização.

Na nossa perspectiva, então, o texto da Subemenda nº 1-CSP aprimora a alteração legislativa pretendida pela Emenda nº 6-Plen, sem alterar a sua substância.

Voto.

Diante disso, o voto é pela aprovação da Emenda nº 6-Plen, na forma da Subemenda nº 1-CSP.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Contarato, nós temos aqui um quórum de doze pessoas; portanto, mais de dez. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório e o voto do Sr. Senador Contarato.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 6, de Plenário, na forma da Subemenda nº 1, também de Plenário, aqui da CMA.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Muito obrigado.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. *Fora do microfone*.) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Valeu.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 09 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e oito minutos do dia vinte e cinco de março de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Flávio Bolsonaro, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Marcio Bittar, Sergio Moro, Marcos do Val, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Efraim Filho, Margareth Buzetti, Vanderlan Cardoso, Chico Rodrigues, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Weverton, Paulo Paim, Wellington Fagundes, Zenaide Maia e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Styvenson Valentim, Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Magno Malta e Rogerio Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 3/2025 - CSP, de autoria do Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ). **Finalidade:** Debater a ADPF 635 e seus reflexos na sociedade brasileira. **Participantes:** Sr. Victor Cesar Carvalho dos Santos, Secretário de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro; Sr. André de Seixas, Diretor Presidente da Logística Brasil e Vice-Presidente do Instituto Todos pelo Rio; Sr. André Luiz de Souza Neves, Diretor do Departamento-Geral de Polícia Especializada da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro; Sr. Filipe da Costa Coelho, Presidente do Sindicato das Empresas do Transporte Rodoviário de Cargas e Logística do Rio de Janeiro - SINDICARGA; Sr. Fábio Rossi de Queiróz, Presidente Executivo da Associação de Supermercados do Estado do Rio de Janeiro - ASSERJ; Sr. Paulo Klein, Presidente do Instituto Família Policial; e Sr. Marcelo de Menezes Nogueira, Secretário de Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e vinte e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Bolsonaro
Presidente da Comissão de Segurança Pública

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/03/25

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública do Senado Federal, com o objetivo de realização de audiência pública para debater a ADPF 635 e seus reflexos na sociedade brasileira, nos termos do Requerimento nº 3, de 2025.

Comunico que a audiência será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores – lembrando também que esta Comissão solicitou ao Supremo Tribunal Federal o ingresso na ADPF 635, como *amicus curiae*. Foi deferida essa solicitação, e, após esta audiência pública, nós também vamos enviar esse mesmo conteúdo, que estará disponível no portal, as notas taquigráficas e os documentos que forem aqui apresentados e vamos formalizar também ao Supremo Tribunal, que no dia de amanhã retoma o julgamento da ADPF 635.

Nós esperamos, de verdade, que o que for dito aqui no dia de hoje, nesta audiência pública, produza algum impacto real na tomada de decisão dos Ministros, porque, realmente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quem é do Rio de Janeiro sabe das gravíssimas consequências dessa ADPF na segurança pública do nosso estado, e, por consequência, ainda que indiretamente, em outros estados também, já que, lamentavelmente, o Rio virou um grande laboratório do crime organizado, no qual as pessoas que compõem organizações criminosas – seja de tráfico de drogas, seja de quadrilhas de roubo de carga, seja de milícias – acabam fazendo uma espécie de escola, um estágio, para que outros criminosos de outros estados que venham para cá se sintam seguros, com as restrições que foram impostas de operações policiais do nosso estado, e tenham ali o seu *bunker*, o seu domínio territorial facilitado pelas suas atividades criminosas, com essa restrição na atuação do trabalho da polícia.

Como nós temos aqui sete convidados... Agradeço a todos que aceitaram o convite para estar aqui presente, para falar em defesa não só do Rio de Janeiro, mas da segurança pública de todo o Brasil. E não contamos apenas com quem está operando a segurança pública na ponta da linha, que é quem, de verdade, sabe onde estão os problemas e quais são as dificuldades logísticas e legais, mas também com a participação de setores da economia do Rio de Janeiro, como cargas, turismo, eventos, serviços, porque, obviamente, a segurança pública é o maior problema do Rio hoje, e isso impacta diretamente cada atividade, trazendo um custo ainda maior para todos esses segmentos, por causa da insegurança gerada no Rio de Janeiro por consequência dessa ADPF 635.

Então, como nós temos sete convidados, eu vou fazer a seguinte dinâmica: convido quatro para cá, de quem eu anuncio o nome, aqui, agora, e quem eu for falando pode se dirigir aqui, à mesa. Nós faremos uma primeira mesa com quatro convidados e, na sequência, uma mesa com três convidados.

Aqui o prazo regimental é de dez minutos, mas quem quiser falar por 15 minutos ou mais tempo não tem problema, porque a intenção é, realmente, esclarecer o público, em especial, o que está nos acompanhando pela internet nesta transmissão ao vivo, para que tenha a real dimensão da gravidade do problema no Rio de Janeiro.

Então, dando início aqui ao convite, aos nossos convidados, quero convidar para tomar lugar à mesa o Sr. Delegado Victor Cesar Carvalho dos Santos, Secretário de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro; Sr. André de Seixas, Diretor Presidente da Logística Brasil e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vice-Presidente do Instituto Todos pelo Rio; Sr. Delegado André Luiz de Souza Neves, Diretor do Departamento-Geral de Polícia Especializada da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro; e Sr. Filipe da Costa Coelho, Presidente do Sindicarga (Sindicato das Empresas do Transporte Rodoviário de Cargas e Logística do Rio de Janeiro).

Então, pela ordem aqui dos convidados, tenho a honra de passar a palavra para o Dr. Victor Cesar, nosso Secretário de Segurança Pública, para que traga aqui a sua colaboração para a sociedade e para o próprio Supremo Tribunal Federal, como eu disse, que retomará o julgamento dessa ADPF no dia de amanhã.

Dr. Victor, o senhor tem a palavra.

O SR. VICTOR CESAR CARVALHO DOS SANTOS (Para expor.) – Boa tarde, Senador. Cumprimentando o senhor, cumprimento todos da mesa e todos aqui presentes.

Quero agradecer, primeiro, a oportunidade de estar aqui para poder falar um pouco sobre a ADPF 635. Quando a Secretaria de Segurança Pública foi recriada, no final de 2023, essa foi a primeira missão que o Governador Cláudio Castro nos deu, a de defender a segurança pública do Rio de Janeiro nessa ação que trouxe tanto mal para a segurança pública do Rio de Janeiro.

E, para a gente começar a falar um pouco da ADPF, a gente tem que entender por que alguém propõe uma ADPF. A justificativa é, na realidade, que há um estado de coisas inconstitucionais acontecendo no Rio de Janeiro, esse é o primeiro ponto. E o que seria o estado de coisas inconstitucionais? Seria a violação de direitos individuais e coletivos, de forma genérica e sistêmica. Isso dá embasamento para uma ADPF. A gente concorda plenamente, a gente entende que realmente o Rio de Janeiro vive um estado de coisas inconstitucionais há décadas, não é só de hoje. Com o que a gente não concorda é que quem deu causa a isso teria sido a segurança pública do Rio; quem deu causa a isso foram as organizações criminosas que atuam no Rio de Janeiro. Quando a gente fala de organização criminosa, não é só o tráfico de drogas. Você tem o tráfico, tem a milícia, tem o jogo do bicho, que, durante muitos anos, matou e deixou a população em meio a guerras. Então esses são realmente os causadores desse estado de coisas que vive o Rio de Janeiro. Então este é o primeiro ponto que a gente defendeu em relação à ADPF: quem deu causa a isso não foram as forças de segurança pública, mas sim as organizações criminosas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo ponto é que pegaram uma operação policial na Nova Brasília, em 1993, para mostrar o quê? Que, em 1993, houve uma operação policial em que houve alta letalidade. E essa alta letalidade interpretada aos olhos de quem critica, porque, na realidade, essa operação, no que diz respeito à Justiça brasileira, foi arquivada, mas houve uma condenação por uma corte internacional e pegaram esse fato. E depois trouxeram outras ações, no dia a dia, mais recente, para mostrar o quê? Que existia uma contemporaneidade nessas operações com alta letalidade.

E aí a gente foi dar uma olhadinha nos números – nós temos, no Rio de Janeiro, o ISP (Instituto de Segurança Pública) –, porque eu queria entender se realmente havia essa alta letalidade em operações policiais. É mais uma falácia, porque isso não existe. Basta se fazer uma conta, uma média aritmética: você pega o número de operações e divide pelo número de criminosos neutralizados nessa ação. O número é muito baixo. O que a gente verificou é que existe uma alta letalidade em ações policiais.

E qual é a diferença entre operação policial e ação policial? Na operação policial. por que tem baixa letalidade? Porque existe um planejamento; você produz conhecimento. Existem fases da operação: você tem uma fase de inteligência, quando você produz conhecimento; diante desse conhecimento, você faz um planejamento; e, depois, você tem a fase ostensiva da operação, que é a realização da força policial no terreno. Obviamente, um dos requisitos para que você consiga ter menos letalidade é ter mecanismos inibitórios de ação criminosa contra a força policial. E como é que se faz isso? Superioridade operacional. A conta é simples: a gente chega à conclusão de que, para cada criminoso – a gente tem uma estimativa –, você coloca cinco policiais para aquela operação. É por isso que, no Rio de Janeiro, já há algum tempo, as operações são com um grande número de policiais civis e militares. É exatamente para isto: para mostrar que o monopólio da força é do Estado, e o Estado tem que se fazer presente, grande; é assim que o Estado se faz, e, obviamente, existe uma baixa letalidade.

Aí, muita gente fala: "Poxa, mas e a operação do Jacarezinho? Foram 27 criminosos neutralizados". Bom, vamos olhar essa operação, que veio depois da ADPF. Nessa operação, por exemplo, dos 27, em 26 a própria Justiça já decidiu, já julgou que a ação dos policiais foi legítima, ou seja... Inclusive, nessa ocasião, questionaram a questão da perícia, da autonomia da perícia, e, obviamente, o MP pediu uma nova perícia, que foi feita por uma perícia de São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E qual foi a conclusão dessa nova perícia? A mesma conclusão da perícia realizada pela Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.

Então, a gente vê que, a nosso ver, essa ação não pode prosperar. Ela tem que ser julgada improcedente, porque a base dela, a premissa dessa ação já está errada, porque não existe alta letalidade em operações policiais, e a causa desse estado de coisas inconstitucionais que se vê no Rio de Janeiro não é a força de segurança pública do estado.

A gente tem que contextualizar isso, porque isso, digamos, é o nascedouro, é o início de tudo. Depois disso, são algumas questões que vieram surgindo no meio da ADPF, porque, a cada exigência a que o estado dava cumprimento, uma nova exigência surgia. Aí, são protocolos... É claro: a polícia avançou em relação a isso? Avançou; sinceramente, avançou. Hoje você tem protocolos de operações que avisam como a escola, como a unidade de saúde devem se comportar em relação a quando se tem uma operação policial. Mas a gente vê, em relação a números... Por exemplo: só na polícia militar, no ano passado, 70% das suas operações foram para intervir em guerra de facções pela briga de territórios. Então, não foi uma operação para prender criminosos, mas, sim, para intervir e salvar vidas. E vidas de quem? Daquelas pessoas que moram em comunidades.

Esses valores a gente tem que colocar no seu devido lugar e não entender que a polícia, a segurança pública, está ali para fazer o mal. E aí, alguns questionam o seguinte: "Olha, a cada operação policial que se tem, escolas e hospitais ficam sem funcionar".

Gente... A gente tem que entender o seguinte: o Estado brasileiro tem três serviços básicos – educação, saúde e segurança. Qual desses três é mais importante? Todos os três são importantes.

A gente viu, num passado recente, uma questão de saúde fazer as escolas ficarem por quanto tempo sem aula? Por quê? Era o mesmo objetivo. Naquele momento, um momento de pandemia, o que se primava era a vida; o que se pretendia era salvar vidas. E isso justificou a interrupção por um longo tempo das aulas. E, obviamente, as escolas se adaptaram, escolheram modelos híbridos – à distância, presencial – até que se voltasse à normalidade. E esse currículo escolar foi completado sem prejuízo para os alunos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que, na segurança, tem que ser diferente, se o objetivo da segurança é o mesmo? Salvar vidas! E outra, essas escolas e unidades de Saúde são utilizadas por criminosos, seja para esconder drogas, esconder armas e até para criminosos se esconderem. Então, esse contexto da ADPF trouxe muitos problemas para o Rio de Janeiro. O que a gente tinha, que era o princípio da ostensividade, em que a polícia se fazia presente nessas áreas, hoje foi substituído pela excepcionalidade.

A outra questão que se debate na ADPF, junto ao STF, é o conceito de excepcionalidade. E aí, a gente, que tem formação em Direito...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VICTOR CESAR CARVALHO DOS SANTOS – ... já encontra a primeira dificuldade: como definir excepcionalidade, se o conceito de excepcionalidade é um conceito jurídico indeterminado? Ou seja, como é que a gente determina o que é indeterminado?

E mais, para o policial que está na ponta, o operador de segurança pública que está lá, ele ficou inseguro. A gente fala: "A ADPF não tem, textualmente, proibido operações policiais", mas, obviamente, jogar essa responsabilidade ao operador que está lá na ponta, e ele definir o que é excepcionalidade e correr o risco de a atitude dele ser interpretada por um tribunal superior, é muito grave.

O que ele fez? O que aconteceu? A força policial acabou recuando, e isso trouxe um mal muito grande para o Rio de Janeiro, porque o número de operações diminuiu significativamente e, obviamente, as organizações criminosas, neste momento, aproveitaram e expandiram seu território.

Então, a gente vê, principalmente no período pós-pandemia, até 2023, a tomada de territórios, principalmente na Zona Oeste – a área de Jacarepaguá, Itanhangá e Recreio. Ali, o Comando Vermelho expandiu demais pela guerra de território. Por quê? Território é sinônimo de receita.

Hoje, o tráfico de drogas não representa 15% do faturamento dessas organizações. Hoje, explora-se todo tipo de serviço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Imaginem, vou dar um exemplo para os senhores: na favela da Rocinha, que é a mais conhecida no Brasil, a maior favela da América Latina – são cerca de 80 mil pessoas. Quantas dessas pessoas usam drogas? Agora, quantas usam internet, água, luz, gás, energia elétrica, construção civil, transporte alternativo?

Então, essas receitas hoje são exploradas por todas as organizações criminosas, ou seja, o tráfico aprendeu com a milícia no passado a explorar o território.

Como bem disse o nosso Secretário Nacional de Segurança Pública, o Dr. Sarrubbo, chegamos ao nível de máfia, é assim que funciona, a dominação do território hoje é a coroa da rainha de toda organização criminosa.

E a polícia está aí, a segurança pública está para evitar essa expansão que gera insegurança, que gera guerra e que, obviamente, traz transtorno para toda a população do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Dr. Victor Cesar.

Eu só acabei de explicar um pouquinho, contextualizar um pouquinho para quem está nos assistindo aqui, que essa ADPF 635 foi uma ação judicial promovida por um partido político, o PSB, ainda durante a pandemia, que teve como Relator sorteado o Ministro Edson Fachin e, desde então, decisões monocráticas dadas apenas por ele vêm servindo de embasamento para operações policiais em todo o nosso estado. E a consequência, as consequências, melhor dizendo, na prática, são essas que o Dr. Victor Cesar coloca e outros convidados aqui vão também colocar dentro do segmento em que atuam.

Quero agradecer a chegada aqui do nosso Secretário de Estado de Polícia Militar, o Coronel Menezes; agradecer a presença do Deputado Sargento Portugal também, do Rio de Janeiro; agradecer a presença do meu amigo Senador Carlos Portinho, que está virtualmente.

Eu pergunto só se algum dos Parlamentares quer fazer uso da palavra rapidamente ou se preferem esperar os demais convidados se pronunciarem para, ao final, talvez fazer perguntas ou fazer a sua colocação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sargento Portugal...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência*.) – Eu posso aguardar, Flávio.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Deixe-me só ouvir o Senador Portinho primeiro, que ele está *online*.

Pois não, Senador Portinho, o senhor tem a palavra.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência*.) – Não... Até por eu estar *online*, eu prefiro aguardar, Flávio. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Portinho.

Sargento Portugal, então, por favor.

O SR. SARGENTO PORTUGAL (Bloco/PODEMOS - RJ. Para expor.) – Uma boa tarde a todos.

Queria saudar a todos os convidados aqui. Esta reunião é importante, Senador. A presença do nosso secretário aqui, dos nossos secretários aqui, é fundamental também, e todas as partes envolvidas.

Como bem falou o Dr. Victor, a droga acho que é o menor dos problemas que a gente está discutindo aqui. O território ali... Por ser morador da região de Jacarepaguá, eu posso falar bem isto: se você olhar uma comunidade, você vai observar que nem todo mundo usa droga, como o senhor falou bem. É o que a gente vem falando como um mantra, a droga vai ser tipo aquela loja do posto de conveniência, e você compra um chocolate ali sabendo que é caro, mas você já está ali mesmo. Vai acabar servindo em qualquer lugar, até a hora que ela cair em desuso, porque quem explora a internet não quer um viciado lá dentro roubando fio de cobre.

Como ele falou bem, estão explorando pequenos serviços, venda de cigarro, ovo, queijo, presunto, tudo, farinha de trigo, tabela para você vender um pão francês. E o real, o comércio que não aguenta mais... Tem uns que falam: "Um é melhor do que o outro". Esquece. É tudo crime organizado. Vamos ver dessa forma aí, porque se a gente for botar na balança: "Ah, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tráfico, ou, ah, a milícia...". Se a gente for levar hoje em conta, está tudo parecido. Você não sabe nem mais quem é quem, entendeu? Você mora numa região onde você vê passar um montão de pessoas ali que falam assim: "Caramba, o cara é vagabundo, não é?". A gente não sabe mais quem é quem. Está todo mundo refém dentro de casa, Senador, está todo mundo com medo.

Isso foi uma irresponsabilidade tão grande, como o senhor falou. E não foi só partido, não; várias ONGs também entraram com isso, defendendo, foi uma ideia de defender vagabundo, não tem outra explicação para isso. A polícia prende, tenta operar, vai tentar fazer uma operação e depois vem um montão, em retaguarda, contra as forças policiais no Rio de Janeiro.

A melhor polícia do mundo é a nossa, com o máximo de respeito aos outros estados, porque ninguém tem o trabalho que a gente tem no Rio de Janeiro. Um dia eu participei de uma reunião da segurança pública, da Comissão de Segurança Pública, e falaram: "Pô, Derrite, parabéns! Você é a nossa referência". Eu falei: "Não é não, Derrite. Referência é o Rio de Janeiro. Você tem caveirão lá? Eu tenho. Você tem helicóptero blindado tomando tiro o tempo todo? Eu tenho. Tem barricada? Eu tenho. Tem território dominado onde você não entra? Nós temos". Então, o Rio de Janeiro acabou se tornando uma referência negativa.

E não ficar do lado da segurança pública, não enaltecer a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Degase, a Polícia Penal, o Corpo de Bombeiros, todo mundo, a segurança pública como um todo é, simplesmente, a gente não reconhecer... Todo dia morre um colega nosso – todo dia morre – no Rio de Janeiro. A gente está enterrando todo mundo. Será que não veem isso?

Eu espero, realmente, que dê resultado. Parabenizo o senhor novamente. Podem contar comigo também. Eu trouxe até para entregar ao senhor aqui, porque já está pronto... A gente tipificou barricada como crime. Eu espero que caia na mão do senhor mesmo para relatar isso aqui.

O próprio Governo falou o seguinte: "Portugal, tem como, pelo menos, não incluir uma falta de luz, uma falta de água na região?". Eu entendo. É uma manifestação que é totalmente de demarcar o território.

Eu espero, realmente, que a gente leve isto aqui adiante: de três a cinco anos, no mínimo. Foi escrito até pelo Coronel Vinícius, que é caveira do Bope. Ele me deu esse presente, falou:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Portugal, leve isso aqui, cara, porque só está no CTB". Então, a gente tem que estar atualizando mesmo. Tem coisas que a gente trata aqui que são do século passado. Como é que a gente vai estar, na atual conjuntura, discutindo fuzil, granada? Os *modi operandi* mudaram e as leis não. A gente não acompanha a evolução, estamos perdendo a guerra, estamos perdendo feio. Tem tantas coisas acontecendo aí que a gente não consegue mais monitorar. Em um *show* dentro de uma comunidade, como é que a gente vai saber quantos ingressos foram vendidos lá dentro? Estão lavando dinheiro embaixo do nariz da gente. Rifa, agora, é *online*, centavos cada rifa. Você compra uma rifa de R$0,3, de R$0,5. Estão vendendo ali e entregando, a gente não está acompanhando. Como é que o senhor, como delegado, vai dizer "ó, apura isto aqui: 1 milhão de números que foram vendidos numa rifa."? Tem tanta coisa acontecendo! Eles estão se reinventando e a gente ainda está discutindo, às vezes, coisas aqui que já eram para terem sido superadas há muito tempo.

Então, é válido realmente. Que a gente possa ter mais, que a gente possa debater. É uma pena não ter ninguém aqui hoje, até para confrontar o que está sendo falado aqui, para dar o direito ao contraditório e provar que a gente está errado no que a gente está defendendo.

Parabéns a todos aqui, ao meu Comandante. Espero o senhor lá em Jacarepaguá. Teremos uma reunião muito boa lá, dia 7, para poder passar para a região da Zona Oeste o que está sendo feito. Quero parabenizar o empenho da Polícia Militar ali na região. Se não virou Comando Vermelho o Rio das Pedras, foi por conta do empenho do Coronel Menezes, das forças que está indo para lá: o batalhão de choque, o BAC, o GAM, a UPP, todo mundo está indo para lá.

Agradeço o tempo que nos foi disponibilizado. Vamos conversar. Na realidade, é justamente para agradecer o que o senhor tem feito em comum acordo com todas as secretarias, porque o povo de Jacarepaguá, da Zona Oeste em si, conta muito com o apoio de todos vocês, Secretário, porque... O Dr. Felipe Curi não está aqui, mas leve a palavra a ele, porque, sem vocês, hoje estaria muito pior. Vocês não são culpados do que aconteceu ali. Nenhum desses aqui é culpado, com o máximo de respeito, Senador. Aconteceu muita coisa e demoraram muito a tomar atitude. Eu falei, há dois anos, que a gente ia perder Jacarepaguá, está registrado, quando tacaram fogo numa base da Polícia Militar. Isso era um presságio. Não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fizeram nada. Falei com o Governador: "Troque o Secretário da Polícia Militar, porque ele não está preparado para estar à frente da Polícia Militar". E demorou demais.

Hoje, aqueles que estão aqui estão enxugando gelo por causa do descaso do passado, mas eu acredito na competência deles. Desculpa até falar o termo "enxugar gelo", porque não é isso que eu quis dizer, não – retiro o que falei –; estão recuperando toda a merda que foi feita.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Deputado Sargento Portugal.

Assim que chegar o projeto de V. Exa. aqui na Comissão, com certeza a gente vai dar toda a celeridade.

Já tivemos a nossa primeira reunião ordinária para tratar de aprovação de relatório sobre os projetos de lei e aqui não vai ficar parado projeto que impacte tão diretamente em nossa legislação penal, em especial no endurecimento desse arcabouço jurídico.

Senador Carlos Portinho, o senhor está *online*? (*Pausa.*)

Senador Carlos Portinho, com a palavra.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Senador Flávio Bolsonaro.

Boa tarde a todos os presentes.

Estou acompanhando daqui hoje com uma agenda interna, mas esse assunto é da maior relevância.

Quero começar dizendo o que toda a população deve compreender: nossos policiais são heróis! Eles colocam o peito na frente para que todo mundo de manhã possa chegar ao seu trabalho.

No Rio de Janeiro e em todo o Brasil existem territórios sitiados. Não é mais o poder paralelo, simplesmente o Estado perdeu o território inteiro. No Rio de Janeiro, isso é muito comum, não só pela presença de barricadas, mas pela opressão, pela opressão às pessoas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bem que moram na favela. Eu escuto muito que a maioria das pessoas que moram em favelas, em comunidades, são pessoas de bem, e são! E são por essas pessoas que a polícia militar tem que preservar o seu direito de ir e vir, a sua liberdade, a sua paz.

Então, esse é só mais um erro do Poder Judiciário, essa ADPF, dentre outros vários, mas essa causa uma inércia, imobiliza o Estado. O Estado fica imobilizado, fica incapaz de defender aquelas pessoas de bem que são a maioria em nossas comunidades.

Eu estive Medellín, Senador Flávio, e lá a transformação começou quando essas pessoas disseram "basta", quando essas pessoas da comunidade passaram, através de canais próprios, a denunciar anonimamente onde estava a boca de fumo, onde estava a venda de serviços ilegais, onde estava o paiol dos armamentos.

A gente precisa, ao contrário, trazer essas pessoas para que possam defender os seus direitos, mas, enquanto isso não acontece, e eu espero que um dia cheguemos lá, nós precisamos que a polícia militar, com toda a dificuldade que é uma operação numa comunidade... que certamente um ministro ou eu mesmo aqui sentado, se não tivesse sido Secretário de Habitação e entrado em todas as comunidades do Rio de Janeiro, debaixo de fuzil, porque nem mais autoridade eles respeitam, autoridades, Senadores, Deputados... O fuzil está à vista, a arma de guerra – quantas não entraram pela nossa fronteira?! –, a venda de drogas – droga não se planta, até se refina nas comunidades, mas elas chegam também pelas nossas fronteiras.

E a ADPF não tem a visão do cenário real do campo de batalha, em que um copiloto de helicóptero recebe um tiro, uma rajada na cabeça, com paramilitares absolutamente treinados pelo tráfico, num ambiente de guerra, que é o que se vive hoje. E não é só no Rio de Janeiro, é no Brasil inteiro. Olha o que está acontecendo lá no Ceará: eles dominam o território. Eu acho até que a gente deve tratar com outra nomenclatura, porque não é mais o traficante, não é mais o tráfico de drogas que alimenta o crime organizado – e é muito organizado –, é o domínio do território.

Então, quando o Poder Judiciário inibe a presença da polícia, as operações policiais em territórios, ele está deixando esses territórios, como fez a partir da pandemia com a ADPF, na mão do crime organizado. E as pessoas de bem – que são a maioria – são reféns disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Polícia Militar tem que ser exaltada pelo trabalho que faz. Nenhuma polícia no mundo tem a *expertise* da Polícia Militar, principalmente, posso falar, a do meu Estado do Rio de Janeiro. São heróis, que entram de peito aberto nas comunidades.

É lógico que a gente pode discutir que o estado, a prefeitura tem que entrar junto, né? Este foi o erro das UPPs: por uma questão política, a prefeitura simplesmente se omitiu no passado, não entrou com as UPPs. Mas ali a gente mostrou que é possível a presença da polícia nos territórios ocupados por bandidos. E essa presença tem que ser ostensiva, tem que vir agregada aos serviços sociais, mas é preciso que haja as operações, porque, nesse período, o tráfico se fortaleceu não só pelas barricadas – toneladas e toneladas nessa semana foram retiradas de uma comunidade em São Gonçalo, em apenas uma; se eu não me engano 20 toneladas de barricadas –, não só pela guerrilha urbana e as táticas de guerrilha urbana que são aplicadas em desfavor da nossa polícia por esses bandidos, mas a gente precisa entender que uma escola fechada numa operação policial pode acontecer, e isso é feito para que para que no futuro nenhuma escola mais seja fechada, nenhum posto saúde, porque, se não entrar na comunidade, toda aquela comunidade está fechada e na mão do crime organizado.

É uma insensibilidade enorme de magistrados, sentados em suas cadeiras, que jogam a culpa na polícia; de um do Poder Judiciário leniente, permissivo, que despeja nas ruas diversos bandidos com mais de trinta, cem ocorrências, por muitas vezes, do pequeno furto que hoje se dá com arma, com pistola na rua ao crime organizado, que é o que obriga a polícia a enfrentar batalhas diárias, nas ruas do Rio, contra fuzis, contra armamentos de guerra.

O Judiciário é leniente, é omisso, assim como o Governo Federal. O Governo Federal é omisso, porque as Forças Armadas vêm tendo seu orçamento prejudicado a cada ano, reduzido, o que atrapalha o trabalho de guardar as fronteiras do nosso país junto com a Polícia Federal.

A gente precisa não é de uma ADPF; a gente precisa é de uma política pública de Estado em que haja não a concentração, mas a integração das forças policiais, para que a Polícia Federal e as Forças Armadas evitem a entrada de drogas e de armamento – no meu estado, todos sabemos, muitos pela Baía de Guanabara –; para que a Polícia Rodoviária Federal possa proteger a troca de mercadorias entre os estados, porque ela se dá pelas rodovias e é alvo hoje desses grupos armados; para que a polícia militar possa ter a liberdade de estabelecer a sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estratégia de ação e possa entrar em qualquer território, porque, quando ela entra, ela o faz para defender o cidadão de bem, que é refém do tráfico, refém da bandidagem, refém de grupos criminosos que dominam tudo – o mototáxi, o gás de cozinha... Não é mais a droga; a droga é um pedacinho muito pequeno, é outra discussão.

Agora, os territórios têm que ser recuperados pelo Estado, primeiro pela polícia e, depois, pelos serviços do estado e da prefeitura, que deve entrar a reboque, mas não fazer nada não é uma opção, e o Poder Judiciário obriga a que a gente assista impávido a que toda uma sociedade se transforme em refém do tráfico. E, quando se abrirem os olhos, não vai restar mais nada; ele já vai ter dominado uma cidade inteira. Hoje, no Rio de Janeiro, nem a Zona Sul está imune à ação desses criminosos.

Então, parabenizo a presença das nossas forças militares nesta audiência e de todo setor de logística que está aí presente, representando o comércio, representando o setor de serviços.

Nós Parlamentares temos aqui a obrigação de endurecer; endurecer, Flávio, ainda mais a nossa a nossa lei penal, para que uma pessoa que cometa cem, dois, três, quatro, vinte delitos não volte, na porta giratória da audiência de custódia, para as ruas; e para que a nossa polícia seja valorizada e seja, assim, compreendida pela nossa sociedade. É com a presença dela, cada vez mais, nas comunidades, nos bairros, nas ruas do Rio, que nós perceberemos que eles são os verdadeiros heróis que nos permitem sair de manhã para trabalhar.

No Rio de Janeiro, estão muito preocupados todos com o que está acontecendo, mas parece que em Brasília, no Supremo Tribunal Federal, nem tanto.

Muito obrigado pela oportunidade. Eu vou continuar acompanhando aqui toda esta audiência – um olho aqui e outro olho no STF, nesse julgamento que acontece hoje.

Um forte abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Carlos Portinho. Parabéns pelas palavras.

Quero agradecer também a presença do Deputado Roberto Monteiro. Obrigado por comparecer aqui. Vejo o seu semblante de felicidade. Parabéns pela família!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero só fazer a seguinte dinâmica: eu vou passar agora para o Delegado André Luiz Neves, para ele dar continuidade ao que o Dr. Victor estava falando, dos impactos da segurança pública; depois, a gente parte aqui para a parte de logística também e de cargas; e, nesse intervalo, se o Deputado quiser fazer uso da palavra também, fique à vontade.

Vamos ouvir o Delegado André, depois o senhor fala, pode ser? (*Pausa.*)

Com a palavra, então, o Delegado André Luiz de Souza Neves, Diretor do Departamento-Geral de Polícia Especializada da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA NEVES (Para expor.) – Obrigado, Senador Flávio. Cumprimentando o senhor, estendo o cumprimento a todos os presentes; Secretário Victor Cesar, Secretário Menezes, nosso grande parceiro nessa luta diária que nós enfrentamos no nosso dia a dia no Rio de Janeiro.

Para ilustrar tudo o que nós debatemos até então, eu separei quatro pequenos vídeos de ações recentes da polícia civil e da polícia militar – têm cerca de uma ou duas semanas, no máximo um mês, essas ações – para ilustrar o cenário que encontramos hoje no Rio de Janeiro; um cenário com quase 1,9 mil comunidades, com um domínio e uma extensão territorial do narcotráfico enormes, gigantescos.

Quero passar para os senhores para a gente analisar em conjunto.

Tem áudio, sim.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA NEVES – Travou esse? Não, pode deixar. Eu vou só debater esse.

Essa foi uma ação no Complexo do Alemão e no Complexo da Penha, da Polícia Civil com a Polícia Militar, onde mais de mil tiros foram disparados pelos criminosos, só naquela residência. É uma imagem que parece a Síria, mas não é; é o cotidiano que o policial do Rio de Janeiro encontra diariamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Delegado, só para entender, isso aqui, essa residência, que foi alvo desses tiros todos ali, era um alvo específico? Tinha morador ali? Tinha policial ali? O que era?

O SR. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA NEVES – Foram disparos de dentro de um *bunker*.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ah, de dentro para fora.

O SR. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA NEVES – É, atirando. Acertaram dezenas de casas, e foi comprovado através de perícia que nenhum disparo ali foi disparo da polícia, porque, às vezes, entra esta narrativa o tempo todo de que a polícia chega atirando, a polícia é truculenta. Foram milhares de tiros ao léu, e ficou essa imagem assustadora.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O próximo vídeo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA NEVES – Senhores, como vocês puderam ver, só os traçantes, os tiros de fuzil na nossa aeronave. Isso nós encontramos em quase todas as favelas do grande complexo em que atuamos.

Tivemos um fato trágico, na última semana: um copiloto da Polícia Civil foi atingido com um tiro de fuzil na cabeça, um pai de família, um guerreiro. E tudo o que a gente vem encontrando são esses excessos barricadas, esse enfrentamento bélico absurdo. O Coronel Menezes, que está no nosso dia a dia ali, sabe pelo que a gente passa. Às vezes, demoram duas horas, senhores, para a gente transpor uma barricada até chegar ao nosso alvo.

Temos dezenas e dezenas de criminosos do Brasil inteiro, homiziados nos grandes complexos do Rio de Janeiro. Por que isso? A polícia, para chegar ao miolo da comunidade, tomou milhares de tiros; para transpor uma barricada, demoram-se duas horas para chegar. Eles fogem com esse tempo para a área de mata, onde têm visão privilegiada das nossas equipes, e são milhares e milhares de tiros. Isso fez com que esses grandes complexos se tornassem um grande local de MBA do crime organizado pelo Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente vem analisando que esse modelo de enfrentamento, típico do Comando Vermelho, vem se espalhando para diversos estados da Federação. Em locais em que não havia barricada, você já está começando a ver, porque os líderes da facção estão lá. Você pega o Estado de Goiás, tem mais de cem criminosos de Goiás dentro desses grandes complexos.

Pode passar ao próximo vídeo, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Delegado, só uma pergunta, porque a gente também, infelizmente, está sendo obrigado a conviver com a prática de opiniões de magistrados, fora dos autos e, pelo menos eu, já assisti algumas entrevistas de autoridades do Judiciário, dizendo que o Rio de Janeiro sempre foi assim, que não foi uma consequência da ADPF 635.

Aproveitando que estamos aqui com quem está na ponta da linha, operando segurança pública, houve um aumento ou não desse tipo de obstáculo para o ingresso da polícia, desde a ADPF 635? Porque eu vi também, nos jornais, que o Rio de Janeiro tem uma coisa inédita – e não é para outros estados ficarem com inveja. Até isto os caras conseguiram produzir: nós temos uma nova profissão no Rio, entre aspas, de "gerente de barricada". De tanta barricada nas comunidades, em todo o Rio de Janeiro, é preciso ter uma equipe para gerir essas barricadas.

Imagina! Quando tiram uma, botam duas em outro lugar. A polícia sai, e, no dia seguinte, estão ali de novo, remontando aquela barricada para impedir o acesso, não só da polícia, mas do corpo de bombeiros, da ambulância, do iFood, dos Correios, de todo mundo naquela comunidade, o que, obviamente, cria uma ilha de exclusão.

E essa dúvida: Isso aumentou ou diminuiu com a ADPF 635?

O SR. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA NEVES – Senador, é só você ouvir qualquer – não estou falando só de três representantes, não – qualquer policial da ponta, seja policial federal, policial militar ou policial civil. A posição é unânime. Houve um aumento gigante do fortalecimento do crime organizado, dessas barricadas, do poderio bélico. Nunca se apreendeu tanto o fuzil. A Polícia Militar apreende, por dia, quatro fuzis no Rio de Janeiro. É um volume absurdo de armamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você vê, aquele trilho... O policial tem que desembarcar do blindado. Naquele trilho... Só para quem não é da área de segurança entender, há seteiras, nas grandes comunidades – seteiras são barreiras de concreto onde os criminosos apontam fuzis, esperando você sair do blindado para conseguir transpor aquela barricada sob fogo intenso, tiros de 762, de 556... Então, é um ato heroico absurdo.

Você vai conseguir explodir aquela barricada tomando centenas e centenas de tiros de fuzil. E isso nós passamos diariamente.

E, dos últimos cinco anos para cá, obviamente, sempre tivemos problemas de segurança, claro, no Rio de Janeiro, mas houve um recrudescimento exponencial. Isso não é palavra minha, é palavra de qualquer policial da ponta, qualquer familiar de policial ferido, morto em combate.

Então, obrigado por dar a oportunidade a quem vive e sofre isso, no dia a dia, a sociedade civil também, o representante do Sindicargas...

Nada melhor do que ouvir quem está na rua. É o motorista de Uber, é a senhorinha que está no ponto de ônibus, é o policial que está enfrentando – não é de gabinete, não é ouvir historiador, não desmerecendo nenhuma profissão, mas tem que ouvir a ponta, e a ponta chora, a ponta grita, a ponta sofre muito.

Não só nós, como nossos familiares, dependemos muito desse debate e da conscientização de todos. Não é um trabalho só da polícia; é um trabalho da população, é um trabalho da mídia, do Judiciário. Então, enquanto não houver essa conscientização do real cenário que nós vivemos hoje, a gente não consegue mudar isso.

Então, muito obrigado pela oportunidade de poder vir aqui debater.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Dr. Delegado André Luiz – parabéns pelo seu trabalho também! –, representando aqui o Secretário de Estado de Polícia Civil.

Deputado Roberto Monteiro, V. Exa. quer fazer uso da palavra? (*Pausa.*)

Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO MONTEIRO PAI (Bloco/PL - RJ) – Sr. Presidente, a toda a mesa brilhante que aqui está formada, a todos os presentes e a você que está nos assistindo neste exato momento, um muito obrigado por esta audiência pública.

Eu quero aqui, inicialmente, parabenizar o nobre Senador Flávio Bolsonaro. De fato, à frente da Presidência desta Comissão, ele vai marcar história, como vem marcando história no nosso estado. Graças a Deus, o senhor vai continuar por muitos anos representando o nosso estado nesta Casa e brigando fortemente em defesa do povo que precisa, porque o tema nacional hoje é segurança pública. Temos outras áreas específicas? Temos. Entretanto – misericórdia! –, é o país que está realmente naufragado numa instabilidade de segurança pública. Então, nobre Senador, glória a Deus pela sua vida, porque o senhor tem um coração voltado a sentir fortemente a dor desse povo que está nas comunidades.

Quero aqui também registrar que ontem eu estive num grandessíssimo evento, ocorrido ali na cidade, da Polícia Civil, a gloriosa bicentenária Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. E nós temos ali o nosso Secretário Felipe Curi, que, juntamente com todo o seu time, vem fazendo um trabalho admirável. Nunca se viu tanto, a termo de exposição, a mídia... porque é muito fácil tacar pedra, é muito fácil falar mal, é muito fácil criticar; todavia, hoje nós temos este instrumento aqui. E hoje, graças a Deus, a Polícia Civil tem feito um trabalho e tem mostrado um serviço de excelência e de competência. Não diferente também...

Então, ontem, esse *workshop* que ocorreu lá a respeito da tecnologia, de fraudes virtuais, que é uma coisa que nos preocupa muito, porque o bacana está dentro do banheiro dele e está aterrorizando o mundo através disso aqui. Então, a Polícia Civil ontem fez um grande evento. E eu, particularmente, já me comprometi comigo a investir ali naquele programa, porque vai ajudar muito a segurança do nosso país, do nosso estado.

Quero também aqui registrar a presença de uma pessoa por quem tenho um carinho muito grande, o Secretário da nossa gloriosa bicentenária Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, polícia essa com que eu caminho e convivo aproximadamente há quase 40 anos. Morador da cidade de Niterói, exercendo, seja no Legislativo da cidade, seja no Executivo da cidade, sempre estive ali, no 12º Batalhão, desde o tempo do Coronel Cerqueira, que lá esteve comandando. Eu sempre vi o quanto fazem esses briosos policiais, heróis, heroínas – e não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diferentemente da Polícia Civil também –, que vivem no anonimato, no anonimato. Eu agradeço muito a sua presença. O senhor, particularmente, me perdoe a liberdade de falar, mas eu tenho ouvido muito: "O Coronel Menezes... A tropa gosta do Coronel Menezes, irmão! É um homem diferente". Porque tudo na vida passa. O senhor é humilde, o senhor é sensível à causa do povo. Então eu quero aqui agradecer a sua presença.

Também não posso deixar de falar, independente da ordem, do nosso Secretário da Segurança Pública, Delegado Filipe, corrigindo, Curi, Victor Curi. Muito obrigado por tudo que o senhor faz, o senhor é uma pessoa também muito humilde, uma pessoa... É o Victor Santos. Desculpa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROBERTO MONTEIRO PAI (Bloco/PL - RJ) – É, o Curi é outro, o da Civil. É o Victor Cesar Santos. Então, muito obrigado por tudo. O senhor é uma pessoa de fácil trato, chefe. As pessoas, quando olham para as autoridades da área de segurança pública, colocam, elas mesmas, no inconsciente, uma barreira, e vocês falam a linguagem do povo, na simplicidade, na humildade, porque é o seu estado, a sua família lá está. Então, o senhor vem fazendo um grande trabalho, admirável.

Não posso deixar também de falar aqui da nossa Secretária da Polícia Penal, a Sra. Rosa, a Secretária Rosa, que vem fazendo também um grande trabalho, não é fácil.

Eu, particularmente, vivi a dor de ir, dois anos e quatro meses, conhecendo... Num resumo pequeno, eu não conheci minha mãe biológica, porque ela vendia o corpo dentro de um prostíbulo, alguém a engravidou. Consequentemente fui parar no Padre Severino, que hoje é Dom Bosco, e hoje eu volto lá como Deputado, para investir ali, junto ao nosso Diretor-Geral, que é da Polícia Federal também, Victor Hugo Poubel. Então eu tenho uma sensibilidade muito grande, porque fui morador lá do Padre Severino e agora volto como Deputado para investir, para ajudar.

Voltando e finalizando, ali também a nossa Secretária Rosa, que faz um trabalho admirável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, eu posso dizer aqui o seguinte: dentro das minhas limitações – somos 46 Deputados no estado –, dentro dos meus limites, eu me sinto... eu perco de goleada para o Senador, porque aonde quer que eu vá, eu vejo... E outra coisa: ele não publica, ele não divulga previamente, e cheguei já a determinados momentos em que o Senador está lá investindo pesadamente na segurança pública. Ele sabe disso, eu não estou jogando confete nele, porque ele sabe da importância disso, e por isso que ele está, com muita honra, nesta cadeira. Então, dentro dos meus limites, nas Emendas de 2023/2024, 2024/2025, de bancada, 100% eu destinei para a segurança pública do nosso estado, 100%. Alguns dizem: "Olha, não faz isso, não, isso não te dá voto". Meu irmão, mas dá segurança para o povo. O importante é isto: segurança para o povo.

Então, eu posso falar, eu tenho acompanhado o trabalho, eu tenho ido aos batalhões, eu tenho ido às delegacias, eu tenho visto o trabalho que a segurança pública tem exercido e, lamentavelmente, é muito fácil atacar, é muito fácil criticar, é muito fácil tentar demover, comover uma população contra esses heróis e heroínas.

Vocês podem contar... E eu digo sempre: o meu gabinete não é meu gabinete, é nosso gabinete. Todos vocês que estão aqui preocupados em, cada vez mais, prestar um serviço de excelência, contem com o meu gabinete, com o nosso gabinete. E volto ao senhor: muito obrigado pela sua sensibilidade, por este momento importante.

Finalizando, amanhã certamente nós teremos ali no STF, porque isso é cruel... Uma área em que eu estou investindo muito, para qual eu já destinei, é saúde mental, irmão, porque, imagine, a autoridade policial está ali, daqui a pouco é atacada pela imprensa, pelos direitos humanos. Daqui a pouco todo mundo... Ele chega em casa com um estado emocional fragilizado, correndo o risco sempre de ele sair e a família não saber se ele volta.

Então, muito obrigado por esta oportunidade, nobre Senador.

Eu sou titular da Comissão de Segurança Pública da Câmara Federal, e a Câmara lá está alinhada com o senhor. Naquilo que o senhor orientar, nós seguimos junto com o senhor.

Muito obrigado a todos vocês. Que Deus os abençoe!

E eu não poderia deixar de dizer: eu sou pai de Gabriel Monteiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deus seja louvado!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Deputado Roberto Monteiro. Parabéns pelas suas palavras, pela sua história, pela sua simplicidade.

Quero concordar com V. Exa. Eu fui informado pelo Secretário da Polícia Militar há alguns meses de que, de fato, eu era o Parlamentar do Rio que mais tinha destinado emendas à segurança pública, às forças policiais e, obviamente, o faço com muito orgulho, com o mesmo raciocínio de V. Exa., que é preocupado com o maior problema que hoje o Rio enfrenta.

Voltando aqui à nossa pauta da DPF, eu acho importante agradecer o convite, também, do Dr. André de Seixas, porque os resultados não são apenas da segurança pública, são também de toda a nossa economia. Então, eu queria ouvir o Sr. André de Seixas, Diretor-Presidente da Logística Brasil e Vice-Presidente do Instituto Todos pelo Rio.

O SR. ANDRÉ DE SEIXAS (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Senador Flávio Bolsonaro, Senador Portinho, que está *online*, agradeço o convite, agradeço a iniciativa – agradecemos a iniciativa, tanto a Logística Brasil como o Instituto Todos pelo Rio.

Deixamos o Instituto Todos pelo Rio à disposição da sua Comissão. É um instituto criado recentemente, com lideranças de setores do Rio de Janeiro, e ele começa ali naquele problema do BRT Transbrasil, naquele caos que se ia criar. Unimos as entidades e estamos aqui para prestar total apoio à polícia.

Agradeço também... Cumprimento os demais Parlamentares, Deputados, nossas autoridades policiais.

Digo, de início: nós acreditamos na nossa polícia, nós confiamos na nossa polícia, porque na hora do problema eu não vou ligar para um juiz, eu não vou ligar para ninguém, eu vou ligar para a nossa polícia. Nós acreditamos muito na nossa polícia militar, na nossa polícia civil, principalmente porque nossas forças policiais enfrentam duas guerras: a do dia, quando os policiais saem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu confesso que nunca escutei um estampido de projétil de fuzil no meu ouvido; deve ser muito difícil, todo dia, acontecer isto: chuva de balas sem economia. A gente viu ali, no vídeo passado pelo delegado, a quantidade de balas no chão. Deve ser complicado.

E a gente admira, cada vez mais, esses guerreiros que vão para a rua e não sabem se vão voltar. Todos são pais de família, todos têm seus filhos e suas esposas. Alguns já, avôs, estão aí na guerra, combatendo. Eu tenho amigos meus em locais de recursos especiais, nas operações especiais, que já estão com idade avançada e estão ali na guerra. Não desistem, fazem por amor.

A gente conhece essas unidades e não conhece pela imprensa, porque esta é a segunda guerra que tem que ser disputada: a guerra informacional. É receber a acusação de que um cidadão foi baleado quando, pela direção que veio o tiro, é impossível ser da polícia, mas fica para a polícia. Então, é essa a guerra informacional que se enfrenta no dia seguinte, que é a ressaca, isso é violento.

A gente aqui agradece muito às nossas forças policiais. Agradeço ao Secretário Victor Cesar, que já até me recebeu no gabinete dele, para me explicar as coisas, porque a gente tem que aprender. Se a gente quer defender o nosso estado, a gente tem que aprender.

Eu vou passar o primeiro eslaide, por favor.

Eu vou fazer uma pergunta: se a decisão tomada até aqui no curso da ADPF 635 é tão boa, por que não serve para outros estados? Por que não aplicar? Por que só o Rio de Janeiro que tem domínio de território? Eu acho que nós temos que pensar nisso. Não, ela não é boa. Definitivamente, ela não é boa, e a gente vai passando por isso.

A gente não pode afirmar, obviamente, que o STF é responsável pela toda aquela questão histórica da criminalidade no Rio de Janeiro, como muito bem colocou o nosso Secretário. Contudo, a situação da ADPF 635 piorou e muito a situação da segurança pública no Rio de Janeiro, não é? Eu grifei até ali a questão das operações e ações policiais, mas o Secretário que me explicou essa diferença já falou.

Por que a gente colocou isso aqui, Senador? Porque nós notamos, não é, Filipe? Nós tivemos duas audiências no STF e levamos 80% do PIB do Rio de Janeiro em entidades. Estavam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lá representantes de supermercado, o Todos pelo Rio, representantes do transporte, Firjan, todo mundo lá. E nós notamos um STF preocupado: "A culpa não é minha". Eles estão preocupados, estão preocupados porque estão sabendo. A gente viu, no dia da leitura do relatório, essa preocupação da Corte em se esquivar dessa responsabilidade, de não recair sobre ela essa responsabilidade. Há uma preocupação. A gente nota, em alguns Ministros, que realmente estão entendendo que o Rio de Janeiro está atingindo todos os limites possíveis de uma vida minimamente digna para a sua população.

Isso, até agora, não chegou à Zona Sul, mas vai chegar. É uma questão de tempo. Já está na Zona Oeste. Ela está invadindo, vem para a Barra e vai para a Zona Sul. Talvez, na hora em que chegar na Zona Sul...

Aí eu vou falar aqui, mais uma vez: a polícia, na nossa opinião, entra quando tudo deu errado. Se a gente for parar para avaliar... Fizemos até um evento aqui em Brasília sobre a responsabilidade da municipalidade com a segurança pública, fizemos isso com promotor público e com as nossas forças policiais. O quanto o município poderia ajudar na segurança pública? Barricada, porque é uso do solo. "Ah, mas eu não tenho segurança". Chama a força de segurança! Cadê a atuação da prefeitura?

Pelo contrário. E – aqui com todo respeito – agora o nosso Prefeito fez a Prefeitura do Rio entrar como *amicus curiae* no processo, mas na campanha, na associação comercial, num almoço, ele chegou a dizer que operaria muito bem com a ADPF 635. Isso me revoltou profundamente, porque a gente sabe que vale tudo na política, mas não vale tudo – isso não!

Então, agora ele vê, até pelas próprias pretensões futuras políticas dele, que há um problema ali com que ele não vai conseguir conviver.

Pode passar, por favor.

E aí a gente faz a pergunta: e a democracia, né? Tanto se discute democracia neste país, tanto se fala em democracia! Eu acho a democracia a melhor coisa do mundo, a coisa mais linda do mundo, mas quando as pessoas perdem o direito de ir e vir... Aí eu pergunto: como é que um trabalhador – porque 99%, noventa e nove vírgula alguma coisa por cento ali é de trabalhadores honestos, naquelas comunidades –, como é que eles vão trabalhar? Como é que eles chegam ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

trabalho? Como é que eles desempenham suas funções? Como é que eu não vou falar aqui, em meio a empresários de diversos setores, como nós representamos... Como é que a gente vai falar que a empresa do Rio vai render mais com aqueles funcionários sob estresse?

Você vai sair de casa, não sabe se vai conseguir pegar um ônibus, se o ônibus vai ser usado como barricada ou se vai entrar um bandido para sequestrar aquele ônibus. Então, isso é muito... As barricadas avançando... Então, como é que ele trabalha, como é que estuda? Como é que entra uma ambulância? Naqueles vídeos que nós vimos, os do delegado, a ambulância não entra; se não entra o caveirão, a ambulância não passa. Então, estão vivendo sob leis paralelas, regras de cada facção.

Há as barricadas, não podem receber produtos em suas residências, ambulâncias, nem mesmo visita. É tudo controlado pelo tráfico. A vida dessas pessoas... Nós estamos falando de três a quatro milhões de pessoas, com o avanço. São três a quatro milhões de brasileiros vivendo sem democracia. Que democracia eles têm? Eu pergunto. Por qual democracia se está lutando com essa ADPF? Para que essas pessoas fiquem cada vez mais reféns de bandidos? Porque é isso que está acontecendo.

Nós estamos aqui preocupados com o lado humano, o lado humano das nossas forças de segurança e o lado humano das pessoas que ali moram. Então, a gente fica se perguntando: que democracia? São obrigados a consumir os produtos, já foi falado aqui: é gás, é pão, é transporte, é energia elétrica. Hoje a droga, lá, não é mais o recurso principal. Foi falado aqui.

Então, nós somos obrigados... Cadê o poder de escolha que a gente tem, da concorrência, de buscar o melhor serviço? Os cabos das concessionárias começam a ser arrebentados no meio da rua, porque já tem barricada. E, até sobre barricada, eu queria fazer um parêntese sobre ONGs. Recentemente, para conter o roubo de carga, ali na Maré foram colocados aqueles blocos New Jersey...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANDRÉ DE SEIXAS – Blocos Jersey. É engraçado que a ONG foi reclamar da barricada do Estado, aí você anda mais um pouquinho e tem uma barricada ali, do tráfico. Aquela barricada não entra na reclamação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FILIPE DA COSTA COELHO (*Fora do microfone.*) – Redutor de velocidade.

O SR. ANDRÉ DE SEIXAS – Aquela pode. Foi redutor de velocidade, nem barricada era – boa, Filipe.

Foi redutor de velocidade. Por quê? Para dar tempo de o policial tentar recuperar, sem entrar ali. Se der um tiroteio, morrer alguém, vão falar: "Foi excepcionalidade?".

(*Soa a campainha.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANDRÉ DE SEIXAS – Para carreta não entrar – exatamente.

Obrigado, Secretário.

Então, é a democracia que não existe. As pessoas estão sendo expulsas de casa para vagabundos de outro estado morarem. Tem acontecido isso, e a imprensa tem registrado: expulsas das suas casas.

Aquelas que, por exemplo, receberam uma casa de herança e não têm a documentação em dia são expulsas direto. Isso está acontecendo no Rio de Janeiro, em um Estado democrático de direito, mas para eles não tem. Essas pessoas não têm liberdade de expressão, liberdade de pensamento e consciência de religião – Complexo de Israel.

As religiões de matriz afrodescendente não podem exercer sua religião. Cadê a democracia? Cadê o respeito à nossa Constituição? Será que ninguém vê isso? Eu só vou ficar em democracia em discussão política? Eu não vou ver a situação dessas pessoas? O que essas ONGs estão defendendo?

Porque eu garanto que, se a gente chegar para um morador e conversar em particular, longe do risco de um traficante ouvir, ele vai falar para mim: "Eu prefiro o estado, eu prefiro que o município tenha que assumir sua responsabilidade e venha aqui"; porque, para o serviço entrar, vai ser duro, do jeito que está hoje; não vai ser fácil, teremos danos colaterais. É como se diz: não vai dar para curar esse câncer com morfina. Vai ser difícil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, se a gente não tiver isso, consciência de que qualquer um de nós que transite pelo Rio de Janeiro... Todo mundo que transita ali na Zona Sul ainda está blindado, porque é onde se dá valor, mas, se você vai para a Zona Norte, como eu transito, como o Filipe transita, como todo mundo transita, corre risco de vida, de morte – corre risco.

Então, ninguém aqui está falando: "Ah, você não mora?". Não, a gente corre risco. Todo mundo vai correr mais risco para enfrentar isso aí do jeito que está – e está muito ruim.

A gente tem ainda os pagamentos de taxas, até o ITBI do crime. Quando você transmite um imóvel, agora você tem que pagar um percentual – saiu na imprensa, Senador; a gente não está aqui inventando. A população está sendo vilipendiada nos seus direitos mais fundamentais.

E as barricadas, com o aumento do número de reféns. Hoje, nós estamos entre três e quatro milhões de reféns de bandidos, não gozando de um Estado democrático de direito.

Pode passar, por favor.

E, aí, a gente entra... Eu não quero entrar muito na logística, porque eu acho que o Filipe tem mais propriedade para falar, até pelo trabalho brilhante que o Sindicarga faz na segurança pública.

Então, os bandidos de outros estados estão pagando hospedagem e se refugiando aqui. Viramos *bunker* do crime organizado. Agora, é essa que...

Comunicação das operações aos órgãos. Isso, na nossa opinião, só serve para colocar a vida do policial em risco. Eu não sou policial e eu não sou um especialista em operação policial, até como acredito que o Judiciário também não seja. Então, eu me coloco no mesmo passo para falar, mas pelo menos eu me dou o trabalho de ouvir.

Todos os policiais do Rio de Janeiro – todos – são muito bons, principalmente em áreas íngremes. A posição de tiro do traficante é privilegiada em relação ao policial. É ele que faz o esforço de entrar. É por isso que nós somos melhores que eles. É por isso que o Estado é melhor que eles, porque não é fácil descer embaixo de bala e já com um aviso, dando tiro de seteira, protegido, largando bala em policial. Onde pegar, pegou. Não largam bala, mirando; miram, e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

onde pegar, pegou. E a gente vê aquele número de balas ali que o Delegado mostrou; aquilo não é tiro com alvo, aquilo é tiro a esmo.

Então, isso aqui é um absurdo, assim como querer restringir a operação da aeronave, que serve para proteger o policial; mas a gente está protegendo quem? Nós estamos desprotegendo e desprivilegiando os que nos protegem, colocando em risco, mais uma vez, assim como eu, como o Filipe, como o senhor, pais de família, que têm a profissão de policial, que estão ali por amor, porque todo dia você trocar tiro e ouvir estampido de fuzil no seu ouvido não é fácil, ver seu colega baleado – sabe? –, 90% têm medo. Tem que ser muito corajoso e muito corajosa para enfrentar aquilo ali.

Então a gente tem, como falou aqui o Secretário e o Delegado, o aumento do número de fuzis. Hoje tem mais fuzil na favela do que pistola, é uma farra do fuzil. Não tem fronteira este país. Não tem fronteira, não tem polícia de fronteira, não tem nada. Entram de qualquer maneira. As guerras de facções intensificadas e o avanço do Comando Vermelho tornam a vida das pessoas um inferno.

Então, a gente vai ficando realmente preocupado com o que pode sair amanhã daquela decisão. A gente está muito preocupado, porque achar que... Com todo o respeito à academia, a academia não vive o dia a dia. A academia não vive o dia a dia do policial, não. Ninguém... Só a polícia faz ideia do que ela vive, e a gente vai escutar a polícia, a gente vai escutar os policiais. A gente faz questão disso, e realmente é muito complicado.

E aí, por fim, fica aqui nesta página a pergunta: alguém acha que o Estado entrará com serviços? Porque, na teoria, o Estado tem que entrar com serviços, mas, antes de entrar com serviços, vai ter confronto. Porque hoje, como muito bem colocou o Secretário, como muito bem coloca a nossa polícia em geral, a menor receita deles é a droga. Antigamente, quando era só droga, eles recolhiam e iam embora. Agora tem serviço, tem central, tem servidor, tem uma série de coisas ali de interesse que eles não vão largar. Eles já sabem que a operação vai acontecer. Ficam atirando nos nossos policiais numa barricada, levam tiro, isso demora, eles fogem para a mata, ganham mais posição de conforto e a gente vai se somando a essa guerra.

E aí temos – pode passar, por favor – mais alguns pontos aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A audiência de custódia. É muito triste você ouvir uma polícia se esforçar para prender um bandido, prende... Aliás, mais triste ainda – com todo o respeito ao nosso Ministro da Justiça – é falar que a Justiça solta muito porque a polícia prende mal, prende cem vezes, e ele está solto. Tem alguma coisa errada nessa matemática. Será que a polícia prende seis vezes o mesmo indivíduo, em flagrante, errado? Prende mal? Não dá para não criticar. Então, essas audiências de custódia, realmente... Eu pergunto: qual o ânimo de um policial em prender? Tem que gostar muito do que faz, porque prender – já estamos em 80% – sabendo que vai sair numa audiência de custódia é complicado. Como é que a polícia pode prender 40 mil criminosos em um ano e o sistema carcerário ter 47 mil?

Então, o que a gente tem já é uma política de desencarceramento intenso. Só não vê quem não quer – não no Rio de Janeiro, mas no Brasil –, só não vê quem não quer que essa política de desencarceramento está dando errado. Se estivesse dando certo, nós não estaríamos aqui, o Senador estaria fazendo outras coisas da vida dele, do Rio de Janeiro. Está dando errado, pelo amor de Deus! Aqui ninguém quer encarcerar por raça, por condição social. A gente quer encarcerar aquele cara que comete crime, aquele cara que mata, que rouba, que furta, que trafica, que destrói família. É esse cara que a gente precisa prender. Jogar o coitadismo em cima disso, tornar isso bonitinho, não dá. Então, está dando errado.

Guerra informacional, como nós já falamos, é a segunda guerra que a polícia tem que enfrentar. Naquela operação que o senhor mencionou lá, que foi a dos 220, do Jacarezinho, a gente tem que ouvir de autoridades que nem estão aqui em Brasília, do Judiciário: "A polícia nos deve explicação". Deve explicação de quê? Ela foi lá, com informação de inteligência, e foi recebida à bala. Foi isso que aconteceu, haja vista que 26 dos 27 já estão ali. Tem um detalhezinho ali que eu acho que também vai ser resolvido. O próprio Judiciário já disse... Antes de perguntar o que houve, antes de saber, já está questionando, como se fosse uma instituição qualquer. "A polícia nos deve explicar." Não deve nada! Ela foi lá fazer o papel dela. Se quiser saber, procure o Secretário de Segurança. Porque hoje é a moda, não é? Tem que ter inteligência. Como? É claro que tem! Como é que uma polícia vai a um local com dezenas de reuniões de líderes de facção na hora da reunião? É com o quê? No instinto? Teve informação, teve estudo. A Polícia Militar, no geral, é altamente preparada. Nossos policiais são qualificados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Até praças são qualificados – os praças, não são só os oficiais, não. Então, vamos ter que mudar isso.

E as penas brandas? Por portar fuzil, réu primário fica oito meses preso, nove meses, dez meses. Um pai de família, se for pego com uma arma, em desespero, para a qual não consegue um porte, que é assaltado na sua região, vai ficar dois anos preso, três, vai sofrer.

A receptação – o Filipe vai falar disso, não é Filipe?, com certeza – do roubo de carga, no Rio de Janeiro, virou um negócio profissional dentro dessas comunidades. É coisa de profissional. Eu só não vou dar *spoiler*, porque eu acho que o Filipe tem mais riqueza, tem mais propriedade para falar, mas virou um verdadeiro centro logístico. E essas penas são... Somados esses fatores...

Então, resumindo, o que a gente espera? Que essa ADPF seja arquivada, que não mude nada, porque a pior coisa é a pessoa que não é operacional querer dizer como o operacional vai ser feito. Está tudo certo para dar errado isso. É como se diz: está tudo certo para dar errado.

Então, eu encerro aqui, agradecendo, na esperança de que venha lucidez lá na nossa Suprema Corte. É como até colocou um dos Ministros: não dá para fazer progressão de força no Rio de Janeiro. Ou você já entra com tudo, porque, quando você entra, já sabem que você está entrando, já estão vindo com toda a força, e você quer o quê? Começa com pistola, começa com... Não dá. Tem que ir com tudo.

E o apelo que eu faço à Suprema Corte: não prejudique mais o Rio de Janeiro. Nós estamos, há quatro anos, em cima de uma decisão monocrática, vivendo um inferno na nossa cidade.

Então, penso nas pessoas; penso na nossa polícia e fico muito triste por essa situação toda, muito triste por quem mora em comunidade, que não tem nem direito à liberdade de expressão para fazer isso, porque senão morre; penso no trabalhador; penso nos empregadores, que estão esperando seus funcionários chegarem, e, às vezes, não chegam, na volta para casa, em meio a uma guerra por disputa de território. Ao mesmo tempo, aqui me acende um fio de esperança de que o nosso Legislativo possa agir eventualmente, se isso vier a prejudicar mais ainda o Rio de Janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Sr. André de Seixas, representando aqui a Logística Brasil.

Obviamente, aqui a gente vai fazer a nossa parte sempre, no tocante ao Legislativo. Pelo processo legislativo em si, não é na velocidade que nós gostaríamos, mas tenha a convicção de que esta Presidência da Comissão de Segurança do Senado, enquanto eu estiver sentado nela, vai dar celeridade na aprovação desses projetos. Quando passarem pelo Plenário do Senado, a gente atravessa aqui para o tapete verde, como se fala, para a Câmara dos Deputados, para pedir que lá haja celeridade também e seja pautado o quanto antes.

Muitas vezes, nós enfrentamos dificuldades no atual Governo, que não tem a mesma mentalidade que nós no tratamento da segurança pública, e um exemplo foi o fim das saidinhas de presos durante os feriados. Eu fui o Relator dele aqui, um projeto de autoria do Deputado Guilherme Derrite, que hoje é Secretário de Segurança Pública de São Paulo. O Governo o vetou, e foi um trabalho hercúleo aqui para derrubar o veto do Presidente Lula. Na sequência, nós o derrubamos, e, ainda assim, veio uma interpretação do Supremo Tribunal Federal de que essa vedação só valeria para quem fosse preso a partir da entrada em vigor da lei, porque já havia um direito adquirido do preso que já estava cumprindo pena, portanto ele teria direito a esse benefício. Não raras vezes nós vemos que, nessas saidinhas, uma parte não volta – vai sair para o Dia das Mães, Dia dos Pais, Natal, enfim – para o sistema penitenciário e faz vítimas fatais. Tanto é que o nome da lei é Lei Sargento PM Dias, um PM de Minas Gerais, que foi assassinado, em Minas Gerais, por um marginal que havia saído num desses saidões nos feriados, não retornou e estava lá cometendo crime. Quer dizer, precisou essa e tantas outras vidas serem perdidas para chegar ao ponto de o Congresso Nacional se posicionar a favor dessa mudança legal.

Então, eu quero passar a palavra ao Sr. Filipe da Costa Coelho, que é Presidente do Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário de Cargas e Logística do Rio de Janeiro (Sindicarga), porque, mais uma vez, tudo que está sendo dito aqui e todos os documentos que forem entregues à Comissão vão ser enviados ainda hoje para o Supremo Tribunal Federal, porque esta Comissão de Segurança agora faz parte dessa ação também, como *amicus curiae*,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apenas uma forma de auxiliar e dar informações para que os Ministros possam também se basear nisso para tomar a sua decisão. Obviamente, a gente espera que alguns, pelo menos, leiam e tomem ciência do que está sendo dito aqui hoje dos impactos não só na segurança pública, mas também na economia do Estado do Rio de Janeiro com as restrições que foram impostas por causa dessa ADPF no tocante às operações policiais.

Dr. Filipe, por favor, com a palavra.

O SR. FILIPE DA COSTA COELHO (Para expor.) – Boa tarde, Senador Flávio. Cumprimentando-o, eu estendo o cumprimento a todos os presentes aqui.

Eu gostaria de iniciar a minha fala parabenizando o Secretário Victor Cesar e toda a sua cúpula das forças de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, porque nós temos vivido, desde a implantação da ADPF 635, um cenário de guerra que se agrava a cada dia e começou-se a enxergar um sinal de reversão a partir da nova cúpula de gestão, a partir da nova estratégia de gestão da segurança pública que tem sido conduzida pelo Dr. Victor Cesar, pelo Dr. Felipe Curi e pelo Comandante-Geral Marcelo de Menezes. Aos três e a todo o seu efetivo, a toda a sua tropa, a nossa gratidão pela coragem no enfrentamento não só nas operações, mas também no enfrentamento à guerra das narrativas, como já foi posto, e a eventuais ações civis e criminais às quais os senhores respondem com o seu CPF no exercício de suas funções. Então, eu trago o agradecimento do setor produtivo fluminense, que já se manifestou por diversas vezes a favor da gestão que os senhores realizam.

O Sindicarga, Senador, é um sindicato que agrega as empresas de transporte rodoviário de carga e logística do Rio de Janeiro, e, dentre as nossas atribuições, como atual Presidente que estou, está a defesa dos interesses do setor. Não há como... Dentre as bandeiras que nós enfrentamos, a gente fala que é preciso haver carga para que o Sindicarga exista e é preciso haver desenvolvimento econômico para que haja a carga para que nós, transportadores, possamos atuar.

Esse desenvolvimento econômico é aquele mesmo responsável por gerar os empregos que geram a renda para a população, para mantê-la ocupada e poder conquistar os seus desejos, seus sonhos a partir da remuneração que lhes é auferida a partir do seu trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que acontece é que, ao longo dos últimos cinco anos – e eu vou tentar abreviar o máximo possível para não chover no molhado, como se diz, dentre todas as falas aqui que já foram postas –, a gente vem enfrentando diversos desafios: já vivemos guerra fiscal, já vivemos burocratização, e o mais severo deles é a questão da segurança pública.

Todos os pontos já foram trazidos aqui por todos que me antecederem em suas falas, mas eu queria trazer a vocação do Rio de Janeiro, Senador, como posição geográfica privilegiada de servir como *hub* logístico do país. O Rio de Janeiro já foi a sede do Império, já foi a capital da República, ainda é a segunda maior potência econômica do país – está ao lado do primeiro, ao lado do terceiro –, tem uma população de 17 milhões de habitantes, quer dizer, nós somos um estado populoso, e a gente tem se submetido ao amargor de ver empresas saindo do Rio de Janeiro por não se sentirem seguras de estabelecerem suas operações lá, de não se sentirem seguras em oferecer o devido ambiente de trabalho para os seus colaboradores lá exercerem seu trabalho, exercerem suas profissões. Nesse período, nós temos visto uma debandada de empresas relevantes, empresas exportantes, empresas ícones, expoentes da economia fluminense, e é contra isso que nós lutamos.

Não há como dizer que esse movimento de êxodo econômico que o Rio de Janeiro viveu nos últimos anos está completamente dissociado do estabelecimento da ADPF. Não, ele está diretamente associado ao estabelecimento da ADPF 635.

A gente entende que o momento em que a ADPF 635 foi instituída foi um momento excepcional, foi um momento de pandemia, e lá na redação da ADPF o Ministro fala que ele suspende durante o período da pandemia as operações policiais nas comunidades, exceto em casos de situações absolutamente excepcionais. A pandemia acabou há três anos e as operações policiais continuam restritas, as nossas forças de segurança continuam atuando e enfrentando um cenário bélico fortíssimo e enfrentando com a coragem e com as mãos amarradas, porque o helicóptero que é utilizado é utilizado com severas restrições, porque o *drone* não pode ser utilizado.

Quando a gente entra numa abordagem que o Secretário Victor Cesar já fez da exposição de operações e ações, trazendo um pouco para o nosso cenário do roubo de cargas, durante uma exposição que a gente fez na Suprema Corte aos nossos Ministros, sobre o número

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trazido... "Ah, mas o número de roubo de cargas diminuiu". De fato, o número absoluto diminuiu, mas o número absoluto diminuiu, porque a modalidade do roubo de cargas mudou completamente.

Antigamente, aquele roubo que acontecia, da Fiorino, do *motoboy* que ia fazer uma entrega e tinha a mercadoria que estava sob seu domínio roubada, ou, às vezes, furtada, essa metodologia mudou. Por quê? Porque o tráfico, o roubo, o crime organizado passou a entender que, para ele, era mais vantajoso levar uma carreta para dentro da comunidade do que roubar dez Fiorinos, roubar três caminhões Truck.

E ele entendeu que podia levar essa carreta para dentro da comunidade e, lá, descarregar essa carreta, porque ele sabia que a polícia ia ter medo de entrar, justamente pelo risco de tomada de decisão do operador que, por vezes, estava perseguindo aquele veículo. "O operador entrou na comunidade, eu não vou entrar".

Quando o Secretário Victor Cesar assumiu – e eu me lembro desse discurso, Secretário, que o senhor fez, corajoso, de que quem decidia o que era absolutamente excepcional, era a liderança das forças de segurança, era a Secretaria de Segurança. A partir daí começamos a notar um enfrentamento do crime contra essa modalidade de roubo de cargas.

Só que o estrago estava feito. Durante todo esse tempo que as forças de segurança foram privadas de entrar, foram restritas de entrar, o crime organizado se fortaleceu dentro das comunidades. E ali foram criados verdadeiros *bunkers*. Então, o criminoso percebeu que ele podia levar a carreta para dentro da comunidade, que ele ia ter tempo para descarregar essa carreta, porque até se decidir entrar na comunidade, obter-se autorização, essa carreta já estaria descarregada, e o motorista, com o equipamento, estaria liberado de volta para o asfalto, de volta para a rua. E isso aconteceu durante muito tempo.

Então, quando a gente faz uma comparação, eu até trouxe um eslaide – é o primeiro eslaide, se puder apresentar... O segundo eslaide, desculpa –, é muito evidente essa diferença quando a gente traz uma comparação do número de roubo de cargas. Em 2018, que foi um corte que nós fizemos, o valor nominal roubado do desenvolvimento econômico foi de R$37 milhões para 9 mil episódios. E, quando a gente olha para números absolutos, esse número vem diminuindo, mas, trazendo uma análise do valor, de 2024, nós tivemos quase R$300 milhões de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mercadoria roubada. Porque o crime entendeu que, assim como o Dr. Vitor Cesar trouxe, não é mais o tráfico. Vale a pena eu levar uma carreta para dentro da comunidade que, por vezes, eu estou trazendo R$1 milhão de mercadoria roubada aqui para dentro.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só para esclarecer, a quantidade de eventos, de roubos de cargas, diminuiu, mas, se você mensurar o valor dessas cargas, multiplicado por mais... Quanto?

O SR. FILIPE DA COSTA COELHO – Quase dez vezes.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Quase dez vezes: de R$37 milhões para R$300 milhões.

O SR. FILIPE DA COSTA COELHO – Quase dez vezes.

E aí é importante a gente enxergar, por quê? Porque às vezes a narrativa distorce os fatos. E, quando se trazem fatos para a Suprema Corte e a Suprema Corte vem com esse argumento de que, "não, mas me parece que o número de episódios de roubo diminuiu..." De fato. Mas qual é o impacto?

(*Soa a campainha.*)

O SR. FILIPE DA COSTA COELHO – E aí, Senador, como defensor da logística no nosso estado, a gente entende – por essa vocação natural, nossa atividade portuária – que a posição geográfica é uma posição bastante privilegiada para a gente expedir e receber cargas, o país vive hoje... E a gente estava discutindo isso, um pouco mais cedo, da questão do agro nas suas exportações: o Rio de Janeiro era o local ideal para se escoarem as cargas do agro do interior, do Centro-Oeste brasileiro, de Minas, e hoje se opta por se abster do Rio de Janeiro e rodar, às vezes, 500 quilômetros, 800 quilômetros, 900 quilômetros a mais para essas cargas migrarem para outros portos, porque os motoristas têm medo de circular nas nossas estradas. Esse temor não é decorrente da inação das nossas forças de segurança, muito pelo contrário: esse temor é decorrente de toda a publicidade que acontece em cima de uma realidade que, de fato, nós vivemos.

Hoje, quando a gente entende que as nossas forças de segurança... O Deputado Sargento Portugal retirou o "enxugar gelo", e eu, com permissão, trago de novo o "enxugar gelo", porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é justamente essa a situação. Por vezes, a gente acompanha um crime de roubo de cargas com prisão em flagrante, e às vezes o criminoso sai da delegacia antes de o policial militar acabar o registro da lavratura do ato. Então, o que está acontecendo, com isso? O que está acontecendo é um esvaziamento econômico do Rio de Janeiro, e, quando a gente tem um esvaziamento econômico, a gente tem a perda de emprego, a gente tem a perda de renda e a gente cria um círculo, uma espiral descendente que a gente não quer saber onde vai parar.

A reação de todo o setor produtivo fluminense tem sido a de apoiar as nossas forças de segurança e combater as restrições da ADPF, porque os dados têm nos mostrado que, se a gente se mantiver nessa linha, toda a sociedade vai perder. E aí eu não quero, Senador, aqui, dizer que – assim como já foi feita a reflexão pelo nosso Secretário, e tenho certeza de que também pela polícia civil e pela polícia militar – não há oportunidade de melhoria, evolução, aprimoramento das estratégias de combate, das táticas de combate, e que a ADPF de alguma forma não provocou essa reflexão. Eu acho que nem as próprias forças de segurança negam que, de fato, houve um aprimoramento a partir das reflexões, mas o que é importante fazer também é uma reflexão de que o remédio proposto para essa suposta doença se tornou veneno: foi proposto um remédio para uma suposta doença, que era a letalidade; por números, foi comprovado que essa suposta doença não existia da forma como foi posta; foi proposto um remédio; desse remédio, exacerbou-se a dose; esse remédio se tornou veneno, e aquela população mais vulnerável, a quem se tinha a missão de proteger, tornou-se refém.

Essa população é a população que tem toque de recolher, é a população que, como já foi dito, só pode comprar produto autorizado de comércio pelo crime organizado. Um dos setores que atuam conosco nessa batalha é a Aderj (Associação dos Atacadistas e Distribuidores), e a informação que a gente tem é que o atacadista só pode vender dentro da comunidade para os pequenos comércios, se ele aceitar pagar o pedágio que é exigido pelo crime organizado. Quer dizer, aquela população que está dentro da comunidade não pode mais comprar o que ela quer: ela compra o que lhe é permitido comprar, pelo preço que ela é obrigada a pagar.

Então, esse suposto remédio se tornou veneno, e aí é importante – e é o nosso apelo à Suprema Corte – que, tal como as nossas forças de segurança fizeram seu exercício, fizeram a sua reflexão e aceitaram a evolução, o aprimoramento das suas estratégias e táticas, é importante que a Suprema Corte entenda que, por mais bem-intencionado que tenha sido, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

remédio virou veneno, e a população fluminense está sofrendo. Isso tem se agravado de uma forma bastante acintosa.

Eu queria, para não me alongar mais, trazer uma reflexão até inspirada pelo que o André falou sobre o fato de a comunidade, de a população da comunidade, virar refém. Quero trazer uma situação hipotética, uma ilustração. Se o Rio de Janeiro, Senador, hoje, fosse um estado limítrofe a um país, fosse um Rio Grande do Sul, por exemplo, e começasse a ver seus bairros serem invadidos por tropas uruguaias; se os territórios do Rio de Janeiro começassem a ser ocupados por tropas uruguaias e, dentro desses bairros, a lei que passasse a vigorar fosse a lei imposta pela tropa uruguaia; se a bandeira afincada, estabelecida dentro desses bairros, fosse a bandeira uruguaia, a reação da sociedade, a reação dos Poderes, seria a mesma reação que estão tendo com o que acontece no Rio de Janeiro? Porque a situação é exatamente a mesma.

Nas comunidades, hoje, o que existe é o domínio de um poder paralelo que pode muito bem ser análogo ao domínio de um país invasor, estrangeiro. Eles colocam as regras, colocam as leis, e a população tem de se sujeitar. E a população ali não mais está sujeita às leis e às regras do Estado democrático de direito, da nossa Constituição, mas está subjugada às leis impostas. Então, será que, se fosse como nesse exercício, o comportamento da nossa Suprema Corte seria de realmente colocar essa restrição ou a nossa Suprema Corte iria trabalhar, junto com o Parlamento, junto com a União, junto com os estados e municípios, para reverter esse cenário de invasão e trazer a liberdade novamente àquela população feita refém, pelo inimigo, pelo invasor? Será que o comportamento seria o mesmo? Eu tenho certeza de que não. Eu acho que é essa a reflexão que é importante a gente fazer.

Eu ouvi uma frase do Secretário Victor Cesar em que ele fala o seguinte: "Quando as forças de segurança entram nas comunidades, entram para estabelecer a ordem, e a opção do enfrentamento não é das forças de segurança, a opção do enfrentamento é do criminoso". Por vezes, o que vem para a mídia é que a polícia entrou e que a polícia... Não, a polícia reagiu à forma como foi recebida. A polícia só entrou para trazer e garantir a liberdade e a ordem para aquela população que está ali.

Para finalizar, existem os papéis. A sociedade civil, o setor produtivo, têm buscado contribuir, Senador, no exercício das atribuições que lhe cabem, como formadores de opinião,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da forma como é possível fazer. Mas existe o papel do Parlamento, existe o papel do Estado, existe o papel do Judiciário e existe o processo de aprimoramento das leis de que nós já falamos.

Aqui nesta Casa, Senador, existe o Projeto de Lei nº 714, de 2023, a relatoria dele foi do Deputado Ramagem. Esse projeto de lei, salvo engano, determina a prisão preventiva na audiência de custódia em determinadas situações, e uma delas é a reincidência. E nisso a gente ajuda as nossas forças de segurança a acabarem com esse processo de enxugar gelo.

Existem diversos projetos de lei, aqueles encabeçados pelo Gesp, inclusive, que trazem contribuições significativas ao aprimoramento do nosso Código Penal, que precisam ter a sua devida celeridade. A gente entende as dificuldades que a Casa enfrenta, mas a gente precisa enfrentar essas dificuldades para aprimorar a legislação.

Eu encerro aqui a minha fala, Dr. André.

Eu tenho, e aí eu pedi... Eu participei de uma exposição e eu tenho umas imagens que, se o Senador permitir, corroboram com a fala que o senhor trouxe, e aí a própria interpretação da imagem eu deixo para o senhor, para o Comandante Menezes – estão aí, são os próximos eslaides. Eu as obtive com o Dr. Fabricio, numa apresentação que ele fez –, o Coordenador da Core, lá no Rio de Janeiro.

A instalação de barricadas acontecendo à luz do dia, à vista de todos – pode passar, por favor –, cenários enfrentados, cenários de guerra enfrentada. Quando a gente enfrenta cenários de guerra, a gente não pode achar que essa guerra vai ser combatida sem força, com flores; infelizmente, o nosso cenário de guerra precisa ser combatido com uma força maior do que aquela que a gente está enfrentando.

Pode passar, por favor. Pode passar.

Mais uma barricada, duas barricadas, uma aqui na frente, outra lá. Esse é o cenário que as nossas forças de segurança enfrentam.

Pode passar, por favor. Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, Dr. André, essa é a seteira, para quem não conhece. Eu também não conhecia, aprendi o que era uma seteira numa exposição feita pelo Dr. Fabricio. Se o senhor quiser explicar como que a seteira funciona, mas é isso aí que as nossas forças de segurança enfrentam quando tentam restabelecer a ordem nos locais controlados pelo crime organizado.

O SR. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA NEVES – A seteira é aquele... Eles botam o fuzil naquele buraco ali, eles estão atrás dessa parede de concreto, ou seja, o tiro do policial não acerta. Eles direcionam exatamente para onde o policial sai do blindado para romper o obstáculo da barricada, ou seja, é uma ação altamente arriscada para você desembarcar do blindado, conseguir romper aquele trilho de trem para você progredir na comunidade.

A imagem anterior mostra também um outro grande problema que a gente enfrenta no Rio de Janeiro... Mais um pouquinho. A região de mata... Eles ganham essa região de mata. Você demora um tempo para se transpor a essas barricadas, depois tem *snipers* deles posicionados dentro dessa mata atirando o tempo inteiro contra as forças policiais.

Então, é só você imaginar o cenário de guerra que o policial do Rio de Janeiro vive e, com isso, o risco, porque você não enxerga ninguém na mata, com o criminoso te vendo, atirando de G3, de fuzil de longo alcance.

O SR. FILIPE DA COSTA COELHO (Para expor.) – Pode seguir, pode passar, por favor.

E aí, dentro do que o Secretário Victor Cesar falou sobre a questão das escolas, olhem o alvo, como a polícia fica vulnerável. A vida do nosso policial vale tanto quanto a vida de um Parlamentar, que foi assassinado de forma injusta. As nossas forças de segurança são compostas por pais e mães de família, que têm seus filhos em casa. Por que a vida dos componentes das forças de segurança vale menos? Olhem a covardia que a viatura da polícia civil enfrenta.

Pode passar, por favor.

E aí, Secretário Victor Cesar, quando se fala da questão das escolas, olha o que a criminalidade faz: a seteira, Dr. André, é colocada dentro de uma sala de aula. É dali que partem os tiros que as nossas forças de segurança vão enfrentar, e, depois, vai-se colocar a culpa em cima das forças de segurança porque parede da escola foi alvejada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar, por favor. (*Pausa.*)

Pode passar, por favor.

Aí são alguns dados interessantes de serem trazidos: quase 300% – eu acho que esse número hoje já passou, porque essa é uma apresentação a que eu assisti, do Dr. Fabricio, em novembro – de incremento no ataque às aeronaves; 765% de aumento nos danos sofridos pelas aeronaves, entre eles o dano que atingiu o piloto, o Policial Civil Felipe Marques, na semana passada; 1.800% de aumento no ataque a carros blindados; e a redução do número de operações.

Pode passar.

Eu trago um vídeo que eu vi que o senhor trouxe também, Dr. André, mas acabou que o seu não passou ali. Esse é o vídeo do ato que vitimou o policial Felipe Marques – que está no CTI, lutando pela vida – na semana passada, durante uma operação. A quantidade de tiros é absurda; é cenário de guerra. Entender, achar que as nossas forças de segurança vão conseguir vencer essa guerra sem o apoio da sociedade, sem o apoio do Parlamento e sem o apoio da nossa Suprema Corte é de uma covardia quase que leviana da nossa parte, como viventes desse ambiente que é o Rio de Janeiro.

Pode soltar, por favor? (*Pausa.*)

Com esse vídeo eu encerro a minha fala, Senador.

Agradeço a oportunidade e o trabalho do senhor na...

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. FILIPE DA COSTA COELHO – Eu acho que não é razoável a gente imaginar que isso aconteça dentro de uma cidade que já foi a capital do Brasil e que é do estado ainda detentor do segundo maior PIB da nossa nação.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Sr. Filipe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, Dr. André.

O SR. ANDRÉ DE SEIXAS (Para expor.) – É um minuto. Complementando a brilhante apresentação aqui do Filipe, as brilhantes falas, é um raciocínio lógico: a cada ponto em que você restringe a polícia de atuar, é um vácuo que se abre e é um espaço que o bandido ocupa. É isto que a gente tem que entender do STF: cada vez que ele criar uma regra, vai abrir um espaço, vai ficar um vácuo, e o bandido vai ocupar. A história do Rio de Janeiro já nos mostra que, toda vez que alguém tentou intervir ou mexer na operação, a coisa deu errado. Isso já começou na década de 80, lá na época do Brizola; está voltando a acontecer agora, e a coisa está degringolando.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Verdade, Dr. André.

Quero agradecer aqui, então, ao Filipe, pelas suas palavras, pela sua apresentação.

É óbvio que isso aqui é para deixar qualquer um revoltado. É inimaginável como alguns ainda insistem em defender que essa ADPF trouxe algum benefício, tendo em vista a quantidade enorme de efeitos colaterais negativos.

Isso tudo, obviamente, esse empoderamento dos marginais, se deve às restrições das operações policiais. Obviamente, quando elas não são feitas, eles vão aumentando o seu arsenal, vão recrutando mais gente, menos marginais são presos... E é óbvio que eles ficam cada vez mais fortalecidos, ao ponto do que disse aqui o Delegado André sobre as horas a mais que eles levam hoje, em relação a há quatro, cinco anos, para ingressarem em algum local, por causa da proliferação dessas barricadas.

Eu vou chamar os próximos três convidados.

Eu quero agradecer aqui ao Secretário de Segurança, Dr. Victor Cesar; ao Delegado André Luiz; ao Dr. André; e ao Dr. Filipe, pelas apresentações. Eu vou pedir que vocês ocupem aquele espaço ali na bancada, de frente para nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido aqui o Fábio Queiróz, Presidente Executivo da Associação de Supermercados do Rio de Janeiro (Asserj); o Sr. Paulo Klein, que é Presidente do Instituto Família Policial; e o Sr. Coronel Marcelo de Menezes Nogueira, Secretário de Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Enquanto eles ocupam aqui os seus lugares, eu quero agradecer a presença do Deputado Guilherme Delaroli e do melhor Prefeito da história de Itaboraí, Marcelo Delaroli, também ex-Deputado Federal, e do meu amigo aqui, companheiro de Comissão de Segurança, Senador Jorge Seif.

Senador, quer fazer uso da palavra, enquanto os nossos convidados se posicionam aqui na mesa?

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade.

A gente está com bastante trabalho na Casa, mas eu sou catarinense por opção e carioca de nascimento, e não poderia deixar de fortalecer aqui tantas autoridades que sofrem, no dia a dia, no Rio de Janeiro, onde parte da minha família sobrevive, vive – e sobrevive, na verdade.

Então, eu queria fazer um breve texto para ajudá-los e mostrar nossa solidariedade, nosso apoio aqui, irrestrito, às forças policiais do Rio de Janeiro contra essa ADPF 635.

Um absurdo! Mais um absurdo jurídico dentro de um Brasil que não tem pé nem cabeça, com um Judiciário que acolhe bandido e dificulta a vida das forças policiais, os heróis do Brasil, que são especialmente os nossos PMs, as nossas polícias civis.

Sr. Presidente, Flávio Bolsonaro, e especialistas que lutam contra o crime organizado, esta audiência dá voz a milhões de brasileiros que vivem atrás de barricadas, reféns de um apagão institucional no Rio de Janeiro, causado pela famigerada ADPF 635.

Essa decisão judicial, Senador Flávio Bolsonaro, proposta por nada mais e nada menos que o PSB (Partido Socialista Brasileiro) e ONGs – ONGs que defendem vagabundo, bandido e morte de civis inocentes trabalhadores, como nós sabemos, nós conhecemos o assunto –, restringiu operações policiais nas favelas, inicialmente, sob o pretexto de pandemia. Será que acabou a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pandemia, ou só foi aqui em Brasília? Lá no Rio ainda tem pandemia? Não sabia, não. Mas sua imposição persiste.

O Ministro Edson Fachin...

Alô, Ministro, acorda para a vida! Pelo amor de Deus, vê o que foi apresentado aqui. Pelo amor de Deus, respeite os cariocas e as forças de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro!

Ele impôs exigências que paralisaram a polícia, Senador Flávio, enquanto facções criminosas cresceram exponencialmente.

O Comando Vermelho, que aliás deve estar batendo palma para a nossa Suprema Corte – tem que bater palma mesmo –, ampliou seu domínio para mais de mil localidades – mil, Flávio! –, evidenciando o abandono do território pelo Estado brasileiro.

Em 2024, Senador Flávio, 732 fuzis foram apreendidos pelo Rio de Janeiro, reflexo do fortalecimento bélico do crime durante a vigência da ADPF.

Aqui, toda minha saudação à Polícia Militar do Rio de Janeiro e à Polícia Militar do meu Estado de Santa Catarina. Não tem Super-Homem, não tem Mulher Maravilha, The Flash, Batman: vocês são os heróis da nossa sociedade. Muito obrigado pelo trabalho que vocês fazem.

A letalidade policial caiu, mas não houve pacificação, Senador Flávio; houve rendição. Rendição! O crime organizado, Flávio Bolsonaro, expandiu-se, substituindo o Estado na gestão das comunidades. Hoje, 4,4 milhões de pessoas vivem sob domínio de facções ou milícias. Moradores não têm acesso a ambulâncias, serviços ou segurança. Denunciar o crime custa a vida, Flávio, como aconteceu com o Major Wagner Bonin, sequestrado, torturado e queimado vivo!

Ataques a veículos blindados, como já vimos aqui, da Core, cresceram só 1.745%. Nossa, que número ínfimo... 1.745%! E helicópteros da polícia, 300%. Estão derrubando helicóptero na cara de todo mundo e ninguém faz nada, sob a custódia, a proteção e a benevolência do Supremo Tribunal Federal, especialmente Edson Fachin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O roubo de cargas no Rio disparou, enquanto outros estados reduziram os crimes. Relatório da Polícia Civil confirma que a ADPF favoreceu a migração de líderes do tráfico para o Rio de Janeiro, intensificando conflitos e aumentando a violência em todo o país.

Já estou terminando, Senador Flávio Bolsonaro.

Mais do que uma medida fracassada e vergonhosa, a ADPF 635 é um abuso do Supremo Tribunal Federal. Usurpou competências estaduais, violou o pacto federativo e impôs uma doutrina que vilaniza a polícia e protege criminosos. O Judiciário legislou por meio de interpretações subjetivas, impondo normas internacionais, sem respaldo legal.

O que está em jogo, Senador Flávio, não é apenas a segurança do Rio de Janeiro, mas a separação dos Poderes, a autoridade do estado e o direito do cidadão de viver sem medo. Essa audiência precisa marcar um ponto da virada para restaurar a ordem e a soberania da lei no Rio de Janeiro.

Muito obrigado e parabéns a todos os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Jorge Seif, pelas palavras.

Mais uma vez, nós esperamos que encontre eco o que está sendo discutido aqui, nesta Comissão, no julgamento dessa ADPF 635, que vai ser retomado amanhã pelo Supremo Tribunal Federal.

Então, vou chamar aqui, na sequência, o Sr. Fábio, depois o nosso Coronel Menezes e depois o Paulo Klein. Mais uma vez, o Sr. Fábio vai fazer uma análise dos impactos da ADPF na perspectiva do setor econômico de alimentos, em especial de eventos; mais uma vez, o Coronel Menezes aqui, como Secretário de Estado de Polícia Militar, vai dar uma perspectiva da realidade, de como é que os policiais militares estão tendo as dificuldades, o que ele ouve da tropa com relação aos efeitos dessa ADPF; e, por fim, o Dr. Paulo Klein, para também fazer uma análise na perspectiva da pessoa física, da família do policial militar, que é impactada também por esse trabalho ainda mais dificultado aos nossos policiais no Rio de Janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, com muito prazer, é uma honra, passo ao meu amigo, Dr. Fábio Queiróz, Presidente Executivo da Asserj (Associação de Supermercados do Estado do Rio de Janeiro).

O SR. FÁBIO ROSSI DE QUEIRÓZ (Para expor.) – Boa tarde a todos! Boa tarde, Senador Flávio Bolsonaro. É um prazer atender o convite de V. Exa.

Boa tarde a todos que compõem esta audiência, principalmente aos membros da força policial, à qual nunca é demais render todas as nossas homenagens, sobretudo no Rio de Janeiro. Então, este é um agradecimento não só de um líder empresarial, mas um agradecimento de cidadão também do estado onde escolhi, Coronel Menezes, criar os meus filhos. Eu sou carioca de nascimento, mas continuar morando no Rio de Janeiro é uma escolha, e eu a faço todos os dias com muita convicção e por me sentir extremamente representado também pelas forças policiais do nosso estado.

Bom, eu sou Presidente da Associação dos Supermercados do Estado do Rio de Janeiro, que emprega diretamente 300 mil colaboradores; indiretamente, 900 mil colaboradores. E, segundo o IBGE ainda, Senador Flávio, a família brasileira é composta em média de quatro membros. Então, se vocês forem ver, dependem economicamente, direta ou indiretamente da nossa atividade, amigo Filipe, 4,8 milhões de pessoas, o que dá aproximadamente, amigo André, quase 30% da população do Estado do Rio de Janeiro.

Eu também sou 1º Vice-Presidente da Associação das Américas de Supermercados; Presidente da Associação Rio Produtivo – então, falo em nome de toda a cadeia de abastecimento, mas também de bares, de restaurantes, com esse movimento associativo empresarial no Rio de Janeiro realmente –; e fundador e Diretor da Rio Innovation Week, o maior evento global de tecnologia e inovação, que leva o Rio no nome.

Em respeito ao tempo de todos aqui, eu não vou falar sobre segurança. Vocês expuseram brilhantemente. Todos que me antecederam aqui colocaram para mim todas as questões relacionadas à segurança e seus efeitos, seus impactos. Mas eu me predispus – e agora aqui o farei – a falar sobre os impactos econômicos na cadeia de abastecimento e também na cadeia de consumo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amigos, o relatório do CNJ encomendado pela decisão da ADPF do Ministro Fachin – e aí o CNJ fez todas as entrevistas, visitou os órgãos de segurança, os municípios, etc. – diz que há inúmeros mandados de prisão que não podem ser cumpridos porque, simplesmente, os criminosos se escondem em áreas de difícil acesso, como vocês muito bem colocaram aqui.

Os supermercados têm uma característica de receber o público, então a gente recebe esses criminosos em nossas lojas cotidianamente. E temos uma outra característica, Coronel Menezes, de escutar o público. Nós somos o último elo da cadeia de consumo. A gente tem o contato, diretamente, com o consumidor. E a gente fica com nossos colaboradores, é claro, assustados. As leis locais mudam, porque as leis são ditadas por esses criminosos.

O problema... E aqui – eu só não me recordo agora quem foi – se colocou muito bem que não há mais diferença entre criminosos de facções e milicianos. Então, quando eu me dirigir aqui a criminosos, quero dizer milicianos, quero dizer...

O SR. MARCELO DE MENEZES NOGUEIRA (*Fora do microfone.*) – Comando Vermelho...

O SR. FÁBIO ROSSI DE QUEIRÓZ – ... Comando Vermelho, enfim, um Terceiro Comando, seja lá o que for – obrigado, Coronel Menezes. Mas o que mais impacta, como foi falado aqui muito bem pelo André, pelo Filipe, eu não tenho a menor dúvida, é o roubo de cargas.

E, pela nossa perspectiva, Filipe, pela nossa perspectiva, André, eu quero acrescentar sobre o custo logístico que hoje nós pagamos, que chega a ser de até 20%. O Rio de Janeiro paga em sua mercadoria... Os supermercados do Rio de Janeiro – e não há milagre, é claro que isso vai para a ponta – chegam a pagar 20% a mais pela mercadoria, quando a mercadoria chega.

Amigos, eu quero compartilhar aqui com vocês fatos. Um fato é: na Zona Oeste, já há algum tempo – e digo mais ou menos uns dois anos –, não há uma conhecidíssima marca de sorvete destinada ao consumidor, Flávio. Por quê? Porque a empresa se recusa a entregar. Simplesmente o fornecimento foi erradicado, suspenso, porque, quando os caminhões iam para lá, eles eram interceptados na rua. Eu vou trazer isto já, já, de como esse poder não está restrito apenas às comunidades, a territorialidade aumentou, ela está maior, e já trago isso aqui para vocês, na minha fala. Pois bem, os caminhões lá não vão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Flávio Bolsonaro esteve comigo, lado a lado, na pandemia, na dura, na dificílima tarefa de abastecer a população no meio da pandemia. Eram vários fatores. E aí, Senador, todo o nosso esforço hoje está em xeque, porque a gente tem desabastecimentos pontuais. Este é o fato, não vamos alarmar: nós temos desabastecimentos pontuais, mas tememos, e muito, que esse desabastecimento vire contumaz.

Os caminhões têm os seus rastreadores – a gente tem um grupo com a polícia, e, quando há os roubos, a gente comunica, imediatamente, no grupo –, e a missão do policial é interceptar a carga até que ela chegue à comunidade, porque, a partir daquela linha, Flávio, parece uma gincana de mau gosto, não há mais o que fazer.

Isso também causa insegurança alimentar, isso é importante. São frangos sendo descarregados no sol, todo o nosso esforço para abastecer com segurança a população também é posto em xeque dentro dessa história.

Já falaram aqui, brilhantemente também, que na receita, hoje, do crime organizado, a droga é troco e o roubo de carga, há muito tempo – né, Filipe? A gente vem acompanhando –, já se tornou uma grande, grandessíssima, fonte de receita.

E aí, amigos, eu continuo com um novo fato, o fato de que, hoje, nas comunidades, os supermercados são afetados diretamente pelos criminosos, mas, Flávio, isso agora está indo para o asfalto e também para os preços. Então, dentro de comunidade, não nos é novidade que a gente já tinha supermercado sob o jugo pesado e cruel desses criminosos, mas começa a ir para o asfalto. A modalidade que lhes trago é ovo, coco, sacola plástica. Eles obrigam que o supermercado compre deles ao preço que eles determinam unilateralmente. E estou falando, repito e enfatizo por importante que é: no asfalto. Eu não estou falando mais dentro da comunidade.

Claro, as taxas recorrentes que todo mundo sabe que os comerciantes – e aqui falo por todo o comércio – são obrigados a pagar semanalmente, e também não...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FÁBIO ROSSI DE QUEIRÓZ – ... se tem a opção de deixar de pagar as taxas dos serviços públicos, contando com a proteção desses criminosos, porque as empresas lá não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chegarão para cortar a luz, para cortar a água. Essa é a realidade de um comerciante hoje no Rio de Janeiro.

E também, claro, se há essa supressão da taxa, todo o Rio de Janeiro fica mais caro, porque é lógico que, se você não paga a luz numa área, a luz vai ficar mais cara para quem paga. Isso não sou eu que estou trazendo, isso é uma realidade conhecida por todos.

Desestímulo aos investimentos: eu sou a maior testemunha disso. Para quem ainda não se atentou, o interior do Rio de Janeiro não é tão forte economicamente como a gente vê em São Paulo, como a gente vê em Minas Gerais. E a gente não tem uma vocação muito grande para o agro. A gente tem ali na região serrana, a gente pode melhorar, mas não adianta, porque, se plantar em outras regiões, nós não seremos tão bem-sucedidos. Qual é a saída? A atração de indústrias. Eu sou testemunha viva de que há um desestímulo já arraigado, há algum tempo, e será difícil de a gente tirar isso das indústrias se estabelecerem no Rio de Janeiro, quando não saem. Então, o movimento tinha que ser o contrário. Em vez de permitirmos a saída, a gente tem que fazer todos os esforços para que venham, principalmente no interior do Rio de Janeiro, que possui essa característica.

Tenho dez anos na Presidência da associação – farei agora em agosto, então, tem quase dez anos –, e há uma diminuição do número de associados na Asserj, nessas áreas de risco. Por quê? Porque a lei lá é outra. A Asserj não consegue defender os interesses junto aos milicianos e junto aos criminosos.

Aqui confesso também um episódio que estou passando com o Coronel Menezes, esse herói que, brilhantemente, nos atende prontamente. Flávio, a gente está com medo de denunciar. Coronel, sabe por que eu não liguei de novo? Porque os supermercadistas optaram por não passar as informações – essa é uma verdade. São pais de família, e, inicialmente, fizemos um trabalho aqui com o Coronel, que, repito, prontamente nos atendeu, mas, Coronel, a verdade por que o seu telefone ainda não tocou é que eles estão acuados, com medo, e por aí vai.

Bom, não preciso dizer da vocação turística do Rio de Janeiro, e isso está batendo na nossa alma, porque... E eu estou falando pelo aspecto econômico, não estou falando pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aspecto de o turista ir ao Rio de Janeiro. Eu estou falando é que, com a cidade cheia, o comércio está cheio, e isso nos impacta enormemente.

A CNC fez um estudo e entregou para o Ministro Lewandowski, Flávio, com um impacto de R$12 bilhões por ano na economia do Rio de Janeiro...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FÁBIO ROSSI DE QUEIRÓZ – Acho que são R$12...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FÁBIO ROSSI DE QUEIRÓZ – Pior ainda! Então, o nosso amigo André vem me complementando a informação de que R$32 bilhões são retirados da economia por conta da insegurança do nosso dia a dia.

Isso para nós faz muita diferença, é 0,9% do PIB do Rio de Janeiro, ou seja, 1% do PIB a gente joga fora do nosso estado. Isso é muito importante para todos nós.

Então, eu encerro a minha fala alertando: a gente quer uma polícia atuante. A gente confia na polícia! E essas restrições realmente... Todos vocês mostraram aqui brilhantemente o impacto disso no aumento da criminalidade, mas, num viés especificamente, exclusivamente econômico, eu rogo pela improcedência da ADPF 635, em nome da saudabilidade das relações de consumo e obviamente também da convivência dos meus filhos num estado pacífico.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Fábio.

É triste ter que constatar isso, mas é uma realidade o impacto na nossa economia do crescimento da insegurança pública.

Eu queria passar a palavra ao Secretário de Polícia Militar, o Coronel Menezes, porque a gente sabe que o Rio de Janeiro não fabrica fuzis, o Estado do Rio de Janeiro não tem plantações de maconha, no entanto há o aumento da quantidade de fuzis que são apreendidos no nosso Estado, o aumento da quantidade de drogas que são apreendidas no Rio de Janeiro. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

há todo esse impacto em diversos índices de violência. Por mais que a polícia militar e a polícia civil nunca tenham prendido tantos marginais, nunca tenham apreendido tanta quantidade de drogas, ainda assim, a gente tem esse *plus*, esse complemento, de ter uma ADPF impactando diretamente o trabalho, a efetividade do nosso policial na ponta da linha, dos nossos soldados, cabos, sargentos, principalmente.

Passo a palavra ao senhor, para que faça uma análise também desse impacto, como isso está refletindo dentro da tropa na prática, porque a gente percebe, Coronel Menezes, que há muita teoria envolvida naqueles que estão também participando da promoção dessa ADPF 635, como se vivêssemos num mundo ideal, como se o policial tivesse uma segunda chance na hora de tomar uma decisão, se puxa ou se não puxa um gatilho, na forma como os policiais são recebidos nessas localidades, com o marginais cada vez mais fortemente armados.

Então, passo a palavra ao Coronel Menezes.

O SR. MARCELO DE MENEZES NOGUEIRA (Para expor.) – Bom, boa tarde a todos e todas.

Eu queria cumprimentar aqui o Senador Flávio Bolsonaro. Queria cumprimentar todos os meus colegas secretários aqui presentes; cumprimentar o Dr. André Neves, representando o nosso amigo, Secretário Felipe Curi; cumprimentar todos os Parlamentares aqui presentes, todas as pessoas que estão nos assistindo, os funcionários desta Casa, Casa pela qual eu tenho muito respeito, Senador Flávio.

Gostaria de aproveitar o ensejo para manifestar aqui a minha satisfação de poder participar de um debate tão profícuo, tão importante para o Rio de Janeiro, para o Brasil, sobre um tema de tanta relevância como a segurança pública, que é um tema hoje central: central para a economia, central para a questão da qualidade de vida das pessoas, central para várias atividades econômicas.

Eu costumo dizer que a segurança pública hoje é uma agência de fomento: ela fomenta várias atividades, como aqui foi bem dito.

E falar depois de pessoas com tanto quilate... Deixaram-me por último, não é, Dr. Victor? Eu estou sempre por último. O Dr. Victor, lá nas nossas discussões... É um grande amigo, mas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por uma questão de disposição na mesa, eu sempre falo por último e, às vezes, o assunto já está debatido exaustivamente. Então, a gente acaba sendo um tanto quanto recorrente em determinados assuntos, mas é importante fazer algumas colocações aqui.

Como o senhor disse, Senador, o nosso trabalho é importante porque a gente tem a oportunidade aqui, num espaço tão importante quanto o Senado Federal, de poder colocar a opinião da polícia militar, de poder colocar a rotina da polícia militar, de poder colocar a ótica da polícia militar, que são os operadores, juntamente com a polícia civil, que estão de frente nessa batalha diária, nessa realidade, nesse cenário, que é um cenário... E a gente conversa muito. Nós temos, na polícia militar, um órgão representativo, que é o Conselho Nacional de Comandantes-Gerais, que representa todos os comandantes gerais das polícias militares do Brasil. E a gente conversando, a gente trocando experiências, vê que o cenário enfrentado no Rio de Janeiro é um cenário que não se reproduz em nenhuma unidade da Federação.

Na realidade, não sei se é um fato a comemorar, mas é um fato que precisa ser comentado e pontuado: o que acontece no Rio de Janeiro reverbera para todas as unidades da Federação. Basta ver tudo o que foi dito aqui – e aí a gente começa a falar um pouco da ADPF 635 e dos seus desdobramentos, das suas consequências, de tudo aquilo que decorre desses anos da ADPF 635 – que a gente já percebe práticas recorrentes, práticas criminosas dessas organizações, dessas máfias, em outras unidades da Federação, ao passo em que, se a gente não tiver esse debate, se a gente não partir para a prática de uma política pública integrada, liderada pelo Governo Federal, ouvindo, numa participação ativa, os estados, as unidades da Federação, não chegaremos a lugar algum.

Então, eu quero aqui fazer uma análise principalmente do Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro, como já foi dito pelo setor produtivo, tem o segundo maior PIB do Brasil. A gente tem uma questão que é preciso que seja dita, que impacta na nossa atuação policial, que são três pilares importantes.

O primeiro é o relevo da cidade. Quem opera a segurança pública e trabalha em operações policiais sabe que, quando você opera e o seu oponente está num patamar superior, ele está sempre em vantagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o segundo eixo a ser abordado – e a gente precisa entender que ele torna o Rio de Janeiro diferente de todas as outras cidades e de todos os outros estados e está atrelado a esse primeiro eixo – é a questão da ocupação desordenada. No Rio de Janeiro, impera a desordem humana. Nós temos 900 comunidades no nosso estado, e, diferentemente de outras regiões metropolitanas, as comunidades estão concentradas e convivem fisicamente com áreas nobres da cidade. Isso faz com que o desafio nosso aumente, porque você – e aqui não é nenhum discurso seletivo, nem divisão de classes – coloca no mesmo espaço o camarada que tem uma BMW, de US$500 mil, com um camarada que não tem R$5 para comprar um pão francês. Isso gera, obviamente, um desafio maior, sob a ótica da segurança pública. Há uma ocupação desordenada na cidade, que é fato que a gente precisa pontuar.

E o terceiro e principal ponto são as máfias hoje. A gente falava de organizações criminosas, que já estão subindo para um patamar de máfia, e o Rio de Janeiro se depara com uma disputa constante por domínio de territórios. Como já foi dito aqui pelas nossas autoridades, pelos nossos colegas, o território hoje representa faturamento, representa dividendo, representa musculatura financeira. A gente se depara hoje no Rio de Janeiro com essa dificuldade que as polícias têm, principalmente a Polícia Militar, que é a polícia ostensiva, que é acionada e demandada a todo tempo, diante dessa disputa territorial; 70% das nossas atuações se dão por conta de atuações que vêm no sentido e com o objetivo de debelar invasões criminosas. Isso é fato.

Então, por conta da ADPF 635, muitas questões são pontuadas a nosso respeito, dando conta de que a nossa atuação interfere no ano letivo ou na atividade escolar, quando, muitas das vezes, a Polícia Militar entra para proteger uma população que está ali oprimida, para proteger um corpo docente e discente que está ali oprimido e está querendo desenvolver a sua atividade. O Estado precisa atuar, e, obviamente, isso impacta essa questão da atividade escolar.

Então, eu gostaria de pontuar algumas questões que eu acho que são importantes no que tange à ADPF, e aí, Senador Flávio, é importante que as pessoas também tenham essa ótica.

Antes do advento da ADPF, a Polícia Militar tinha, como tem hoje, em cada unidade operacional um grupamento de ações táticas. Para as pessoas que não sabem o que é isso, grupamento de ações táticas, que a gente chama de GAT, são policiais militares em viaturas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

geralmente do tipo *pickup*. A gente forma comboios com 15, 20 policiais militares, cada viatura com quatro policiais militares. E esses policiais são treinados, são preparados, são adestrados para atuar em comunidades e fazer incursões em favelas.

E o que foi que isso proporcionou, o que foi que isso ocasionou com o advento da ADPF? Antes da ADPF, esses policiais tinham algo que é a habitualidade, ou seja, eles passavam todo o serviço atuando em comunidades de maneira rotineira, ou seja, a ostensividade sempre durante todo o serviço, não havia restrição ou não havia o conceito de excepcionalidade, seja ele qual fosse – e eu não vou entrar nessa seara, nessa discussão, porque já foi amplamente explorado aqui –, mas os nossos policiais... E aí, nós precisamos entender e atrelar isso ao conceito de cidadania, porque quando a Polícia Militar entrava nessas comunidades, de alguma maneira, o Estado estava ali presente, e o Estado fornecia um serviço que é fornecido para aquela comunidade – e eu não sei quem citou, acho que foi o André –, para aqueles dois, três, quatro milhões de pessoas que hoje estão segregadas e subjugadas a um grupo criminoso.

Então, o que se tinha anteriormente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO DE MENEZES NOGUEIRA – ... eram grupamentos de policiais que iam rotineiramente às comunidades e prestavam serviço, fazendo com que o crime organizado não prosperasse, não ganhasse musculatura e não se desenvolvesse da forma como hoje essas organizações ganharam esse poderio.

Então hoje o que é feito? Nós programamos uma operação conjunta com a Polícia Civil ou uma operação com a Polícia Militar, em que nós juntamos algumas unidades ou acionamos, de acordo com o nosso planejamento, uma força do Comando de Operações Especiais. E, de acordo com a criticidade, de acordo com o grau de periculosidade daquela comunidade, a gente faz uma avaliação e faz uma modelagem específica para cada atuação em determinado complexo ou comunidade.

A partir daí, feita aquela operação, não se faz mais nada. A gente realiza tão somente uma única operação num único dia, ou seja, perdeu-se a capacidade de fornecer segurança pública de maneira rotineira para determinado grupo de cidadãos e determinada parcela da população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não é isso, Dr. André? Exatamente o que o Dr. André falou. Existem pessoas no Rio de Janeiro que não têm a capacidade de usufruir desse serviço prestado a outras regiões da cidade.

Então é importante que se coloque isso para que a gente entenda que não há – e às vezes a gente é acusado, Senador –, que essa crítica vai de encontro a uma resistência que as polícias têm pelo controle externo da atividade policial. E eu quero dizer aqui que não há nenhum problema, nossa relação hoje com o Ministério Público é a melhor possível, não há nenhum problema por parte das forças policiais.

Eu entendo até, não posso falar em nome da Polícia Civil, mas eu entendo que a Polícia Civil também não tem nenhum problema em relação à prestação de contas ou fazer um relatório circunstanciado a cada atividade nossa: o porquê de que nós fomos, qual o resultado operacional, qual foi a guarnição que participou da operação.

Não há problema nenhum em relação a isso, até porque a ADPF – e obviamente nem tudo na vida tem só lados negativos – trouxe esse lado positivo da aproximação entre o Ministério Público e principalmente a Polícia Militar, no sentido de que hoje há um capítulo à parte, há um entendimento do Ministério Público – isso dito por integrante e pelo nosso Procurador-Geral de Justiça – de que hoje há um entendimento maior da realidade em que as polícias operam, na região metropolitana e no Estado do Rio de Janeiro. Então, há um entendimento mais claro do tipo de cenário, hostil e perigoso, cada vez mais crítico, em que os policiais do Rio de Janeiro operam.

E um outro eixo que eu gostaria de colocar, que eu acho que não ficou discutido aqui, que trouxe... Eu acho que a gente precisaria de uma outra audiência para discutir só isso, mas é preciso que a gente pontue essa questão, que é a questão da colocação de câmeras corporais em todos os policiais militares.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só para explicar, porque essa também está sendo uma exigência do Ministro Fachin com relação à Polícia do Rio de Janeiro.

O SR. MARCELO DE MENEZES NOGUEIRA – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Essa ADPF 635.

O SR. MARCELO DE MENEZES NOGUEIRA – Isso. Exatamente, eu ia colocar isso.

A ADPF 635 trouxe, como exigência para a Polícia Militar e para... Eu acho que só a Core, não é, Dr. André? Só a Core utiliza.

Esse tipo é algo também questionável, porque, de forma doutrinária, colocar câmeras em forças especiais não existe em lugar nenhum do mundo. Existem algumas questões que precisam que seja guardado o sigilo necessário funcional para que essas forças mantenham esse grau de capacidade e de poder de reação do Estado em momentos de crise.

Então, é importante a gente ressaltar que a única... A ADPF trouxe essa realidade em que nós da Polícia Militar, através de um processo que foi um processo de quebra de paradigma, que nos causa hoje, até hoje, um desafio muito grande...

Para que o senhor tenha noção, a maior polícia do Brasil é a Polícia Militar do Estado de São Paulo. A Polícia Militar do Estado de São Paulo tem 89 mil homens. Há cerca de 8 mil câmeras funcionando no Estado de São Paulo, apenas em algumas regiões, em alguns comandos de policiamento de área.

O Rio de Janeiro tem 43 mil policiais militares e tem 13 mil câmeras. Todos os policiais do Rio de Janeiro, em todos os setores, em todas as atividades, possuem câmeras, inclusive o nosso Batalhão de Operações Especiais.

Isso traz um desafio maior às polícias e um aspecto que é a necessidade de reflexão, porque o mesmo Governo Federal que nos impõe a prática e nos impõe a necessidade de utilização de câmeras, possui uma Polícia Rodoviária Federal que não utiliza câmeras. Então, é algo que precisa ser discutido.

Eu tenho muito respeito pela Polícia Rodoviária Federal, mas é uma atividade ostensiva e que, até hoje, não possui câmeras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Isso trouxe um desafio maior para nós. Obviamente que os policiais, historicamente, não utilizavam a câmera e isso provocou um impacto na atividade policial que a gente precisa discutir.

Eu acho que uma nova audiência, um novo capítulo... Porque é um assunto bastante profundo que precisa ser discutido, mas é importante dizer que a câmera trouxe um impacto na atividade policial, trouxe um impacto nos resultados e na produção policial, isso de maneira óbvia.

Uma outra questão que eu precisava colocar, que é um desafio para nós hoje em dia, é a questão da guerra informacional, que já foi aqui colocada, que é algo muito importante, né? A gente, aqui no Rio de Janeiro – aqui, não, lá no Rio de Janeiro – se depara diariamente com órgãos de comunicação com uma linha extremamente dura com relação à atividade policial – isso é fato. E eu quero aqui citar – e é bom a gente ter esse espaço para citar – uma operação ocorrida no ano passado.

Isso vai de maneira intrínseca ao encontro de tudo que foi detalhado. E é esse *folder* aqui, eu achei muito interessantes os tópicos que foram colocados aqui, porque resumem basicamente os impactos da ADPF em toda a atividade policial e no trabalho das polícias.

Então, Senador, nós tivemos, em outubro do ano passado, uma operação na Cidade Alta... E é importante a gente estar neste espaço aqui esclarecendo os bastidores, e aí a gente faz uma conexão com a questão da cidadania. Nós temos ali, naquela região, que eu não gosto de chamar de Complexo de Israel, porque é uma atribuição que o criminoso atribuiu àquilo ali... É uma região do bairro de Parada de Lucas, Brás de Pina, em que existem algumas comunidades, e, obviamente, por uma questão que a gente conversou aqui anteriormente, houve uma desordem urbana muito grande.

As comunidades cresceram ao longo dos anos e formou-se ali a Cidade Alta, que é um condomínio habitacional, para quem conhece, é um residencial que a gente chama de conjunto habitacional, e, ao lado da Cidade Alta, você tem as comunidades de Vigário Geral, Parada de Lucas, Cinco Bocas e Pica-Pau, que formaram um grande complexo de comunidades em que há uma atuação forte e conhecida de uma organização criminosa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nessa data, nesse período, nós recebemos a informação – e isso é algo que o Dr. Victor sabe, o Governador também sabe – de que nós recebemos a solicitação da empresa Vivo... e nesse dia da operação, a empresa Vivo estava com vários colaboradores, vários técnicos no pátio do 16º Batalhão para que nós adentrássemos aquela comunidade no sentido de restabelecer a condição e o direito daquelas pessoas de usufruírem de um serviço de internet e telefonia de maneira legal. Cerca de 70 mil pessoas que moram naquela região estavam simplesmente incapacitadas e proibidas de ter acesso a esse serviço que não fosse associado a uma empresa operada pela organização criminosa.

Então, naquela ocasião... E aí eu posso dizer aqui que eu assumi a corporação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO DE MENEZES NOGUEIRA – ... em abril de 2024, e só nesse período, Senador Flávio, de abril a outubro, quando houve aquela operação... E aí eu cito operação em que quatro trabalhadores foram mortos dentro do ônibus, em que narcoterroristas atiraram contra trabalhadores que estavam indo trabalhar, deslocando-se para o seu trabalho – operação na Cidade Alta.

Então, nós já havíamos feito 12 operações no período em que assumi a corporação, de abril até outubro, na Cidade Alta, com o mesmo planejamento que foi feito naquela região, obedecendo todos os requisitos da ADPF, com o mesmo número de policiais, 60 policiais, dois blindados... E ali a operação tinha um objetivo, que era restabelecer e garantir a integridade física para que os operadores e técnicos da empresa Vivo pudessem entrar na Cidade Alta e efetuar o seu trabalho de forma a restabelecer aquele serviço.

Mas o importante, na questão da guerra informacional, é que, a partir daí – e em segurança pública, estou aqui diante de policiais experientes – existem variáveis que você não controla. Obviamente que, naquele momento... E isso nunca aconteceu na história do Rio de Janeiro, na história da segurança pública, de marginais atirarem contra um ônibus que passava por uma via expressa, com trabalhadores dentro, como forma de desestabilizar a ação policial. Então, o que a gente percebe, por dados de inteligência, e pelo que foi apurado após aquela operação, é que os nossos policiais chegaram muito perto da liderança daquela região e marginais da lei atiraram contra os ônibus para que a operação fosse desestabilizada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A partir daí, a grande mídia do Rio de Janeiro passou a questionar as seguintes questões. Na minha visão, como gestor de polícia, a gente precisava enaltecer o trabalho da polícia no sentido de enfrentamento ao crime organizado, de trazer cidadania àquelas pessoas que moram naquela região para que sinais de telefone e internet fossem restabelecidos. O que a gente passou a sofrer de críticas e de indagações por parte da grande imprensa? A operação foi mal planejada; a operação teria que utilizar o Batalhão de Operações Especiais...

Ora, nós fomos 12 vezes antes e não houve qualquer resultado parecido com aquele. Então, obviamente que a partir daquela situação, a gente estabeleceu novos protocolos e toda vez que a gente opera naquela região, hoje, como protocolo de segurança, a gente fecha a Via Expressa. Inclusive, algumas vezes, a gente é acusado de que a Via Expressa foi fechada por conta do crime organizado. Não, a gente fecha a Via Expressa.

E o que a gente fica mais triste, Senador, é que em nenhum momento... E aí. quando a gente percebe... Hoje, como Secretário, estou Secretário de Estado da Polícia Militar, estou Comandante-Geral da PM, tenho responsabilidade sobre aqueles homens e mulheres que estão sob meu comando ali, e me sinto responsável por cada homem e mulher que a gente manda para uma comunidade, às 4 horas da manhã, às 5 horas da manhã, para enfrentar homens – o que já foi mostrado aqui nos vídeos – fortemente armados, com armas de guerra, armas de grosso calibre. E também me sinto responsável por toda a população que mora naquelas regiões ou transita por ali.

E aí, em um outro momento, na questão da guerra informacional, nós fomos acusados de termos recuado.

Ora, Senador, o bem maior a ser protegido pela polícia são as vidas. Se a gente, em algum momento, se depara com uma situação que nunca aconteceu antes na história das polícias do Rio de Janeiro, se nos chega a notícia de que quatro moradores foram atingidos por narcoterroristas, em ônibus que estava transitando na Avenida Brasil... A operação perde qualquer sentido quando vidas são ceifadas e a gente correndo o risco de que se aumentasse o número de vítimas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a ordem para paralisar a operação foi minha, porque eu tinha ali, naquele momento, a responsabilidade sobre aqueles homens e mulheres e a responsabilidade sobre os cariocas e fluminenses que transitavam naquela via.

Então, é importante se dizer aqui que a narrativa e o que se diz na guerra informacional no Rio de Janeiro é que o criminoso está sempre em vantagem, não se exalta o trabalho policial, qualquer notícia de assalto passa em rede nacional. Eu desafio aqui: qualquer roubo a coletivo que passe em rede nacional como é passado um roubo a coletivo que ocorra na Avenida Brasil, pela manhã, no Rio de Janeiro. É passado no jornal local, é passado no jornal de meio-dia e é passado no jornal da noite; um simples roubo a coletivo que ocorre em qualquer capital do Brasil.

Então, assim, o nosso desafio é muito grande.

A ADPF trouxe novas realidades para a gente, mas impor às polícias e à segurança pública do Rio de Janeiro, que é um estado que tem uma característica econômica pujante, que é o segundo maior PIB do Brasil e que, de forma recorrente, como disse meu amigo Fábio, recebe grandes eventos e tem a vocação de grandes eventos... No último Carnaval, o Rio de Janeiro recebeu quase 8 milhões de pessoas. Nós tivemos uma ocupação recorde da rede hoteleira de 95,8%, algo que nunca aconteceu na história do Rio de Janeiro.

Então, por tudo isso, por esse caldo de coisas, é preciso que o Rio de Janeiro sirva como um caso, como exemplo para o Brasil, porque se nós unidos conseguirmos avançar na segurança pública, certamente todo o Brasil virá a nosso reboque, porque o Rio de Janeiro é o tambor de ressonância deste país.

Então, eu queria aqui agradecer a oportunidade.

Obviamente existem outras questões a serem aprofundadas.

Eu queria dizer, Senador, que poucas vezes um Comandante da Polícia Militar teve a oportunidade de participar de uma discussão dessa magnitude e dessa profundidade. Nós, enquanto Polícia Civil e Polícia Militar, precisamos ser mais ouvidos. A nossa realidade é uma realidade dura, mas nós, que operamos a segurança pública do Rio de Janeiro, precisamos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessitamos ser ouvidos, porque certamente cada degrau avançado na segurança passará pelos policiais do Rio de Janeiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Coronel Menezes, por compartilhar conosco a sua experiência.

O Rio de Janeiro tem uma outra peculiaridade: como o senhor colocou, do maior veículo de comunicação do Brasil a sede é no Rio de Janeiro. Eu nunca entendi por que não se faziam reportagens sob a ótica do policial. Obriga-se à utilização de câmeras. Numa situação como essa que o senhor relatou, lá na Cidade Alta, por que não tem a perspectiva de um policial tomando tiro? Por que não tem a perspectiva de como ele é recebido quando chega a uma determinada comunidade? Que isso fosse ao ar para, assim como aconteceu com a proximidade da PM junto ao Ministério Público, que a população tivesse uma noção melhor do que é ser policial no Rio de Janeiro.

Sobre esse protocolo, sobre essa exploração midiática, que acaba obviamente criando uma narrativa contra os nossos policiais, você vê a hipocrisia, porque quando há uma invasão a um campo de futebol, por exemplo, o protocolo das empresas que estão fazendo a transmissão daquele jogo de futebol é não filmar o gramado, para não dar visibilidade para aquela pessoa que resolveu invadir o campo, sei lá, para aparecer ou para ficar famoso.

E é exatamente o que poderia ser aplicado em situações como essa, e não ficar fazendo um sensacionalismo, dando, na verdade, um motivo para os marginais ficarem gozando com a cara dos brasileiros, dizendo: "Olhem, eu toquei o terror, eu acabei com a operação policial, porque eu atirei em pessoas inocentes, eu matei trabalhadores que estavam passando por uma via expressa" – na Avenida Brasil, no Rio de Janeiro, para quem não conhece... Uma pessoa que não sabe e nem entendeu o que aconteceu estava de repente ali, acordou 4h da manhã para ir trabalhar, já estava na terceira condução para chegar até o seu trabalho, estava olhando o celular, e, de repente, simplesmente, a pessoa é desligada, porque é baleada por um marginal inconsequente como esse. E aí vêm os grandes veículos de comunicação dar visibilidade, exatamente, para esse subterfúgio usado por esses marginais, para interromper uma operação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

policial e tirar a vida da pessoa inocente do nada, que não tinha absolutamente nada a ver com o que estava acontecendo.

Então, fica aqui mais uma sugestão para os grandes veículos de comunicação que tomem o devido cuidado para não enaltecerem esse "trabalho", entre aspas, de marginais, que estão levando o perigo às ruas, que estão impactando as vidas de todas as pessoas, inclusive dos donos desses grandes veículos de comunicação, dos funcionários, dos colaboradores que estão na folha de pagamento deles, de todo mundo.

Não é possível que não haja um comando editorial para, em situações como essa, você não enaltecer o ato criminoso, mas enaltecer, sim, a bravura dos nossos policiais de se colocarem em risco ali, pela nossa segurança e pelo nosso direito de ir e vir.

Bom, então passo a palavra ao nosso último convidado aqui, desta audiência pública, o Dr. Paulo Klein, que é Advogado Criminalista, Presidente do Instituto Família Policial, para que também nos dê uma perspectiva de como essa ADPF está impactando, na realidade, o CPF, a vida de um policial, a sua família, e como ele hoje, por defender policiais militares nesse instituto, enxerga que essa ADPF está impactando a vida dele, se é verdade ou não, por exemplo, Dr. Paulo Klein, que o policial está muito mais preocupado em precisar de um advogado para defendê-lo no Judiciário do que às vezes enfrentar um marginal fortemente armado.

O SR. PAULO KLEIN (Para expor.) – Boa tarde, Senador.

Na pessoa de V. Exa., eu cumprimento todos os presentes e as autoridades presentes.

Ouvindo todos os meus antecessores, eu vejo que nós estamos no caminho certo com a criação desse instituto. Eu diria que é algo até revolucionário, porque, pela primeira vez, se apresenta o instituto em prol da polícia, em defesa dos policiais.

Nós vemos muitas organizações e sociedades civis que se dizem defensoras da sociedade, mas na verdade estão vinculadas ao crime organizado.

Infelizmente, são essas informações que vêm por essas instituições que estão subsidiando as decisões do Judiciário. Aliás, essa ADPF, como foi dito aqui pelo Secretário, Dr. Victor, nasce a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

partir de um partido político, mas com informações enviesadas, informações estas fornecidas por essas instituições que estão sendo alimentadas pelo crime organizado.

Então, a nossa instituição foi criada com o objetivo de criar um contraponto inédito, porque muitas vezes essas informações não chegam a tempo de o Judiciário tomar as melhores decisões.

Nós vimos aqui, ao longo da exposição, várias informações distorcidas, como, por exemplo: o número de letalidade nas operações é uma informação equivocada. Como o Secretário bem apontou, se nós formos fazer uma análise depurada dessas informações, nós vamos ver que não é verdade que o número de letalidade aumentou. Isso não é uma verdade.

As decisões que vêm do Judiciário muitas vezes estão baseadas em informações equivocadas, justamente por falta de um contraponto. Então, a nossa instituição se coloca à disposição das autoridades, desde já, para que justamente possamos levar as informações corretas para que o Judiciário possa tomar as melhores decisões. Eu entendo que a instituição, nesse particular, vai ser fundamental.

Outro ponto muito importante é que não há como se falar em segurança pública sem olhar o policial, sem olhar a defesa do policial e sem olhar a defesa da família do policial. O que tem acontecido na prática? O policial vai à guerra, vai à guerra que se está enfrentando no Rio de Janeiro, e, quando acontece qualquer problema, ele é alvo de uma ação e ele tem que se defender no CPF. Isso é caríssimo. O custo de uma defesa num processo criminal é caro. Quem cuida desse policial? Quem auxilia esse policial? É isso que eu tenho visto, a dificuldade de esse policial ter uma boa defesa. Esse policial, quando está respondendo uma ação penal – muitas vezes injusta –, é retirado das ruas, perde a sua gratificação de rua, que muitas vezes representa 30% a 40% do salário dele, a sua família é penalizada, a sua família fica numa condição horrorosa.

Isso é que a gente tem observado, isso é que inclusive motivou a criação do instituto, a partir da defesa de um policial acusado injustamente de ter matado criminosos, afastado das ruas. Eu pude perceber ali o sofrimento daquela família com toda essa situação, sem amparo nenhum. Então, o instituto também vem com esse objetivo de amparar esse policial. Isso é muito importante, muitas vezes desprezado e não informado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro ponto que também nós pretendemos trazer com o instituto, algo também inédito, é a questão dos direitos humanos do policial. Será que aquele policial que é morto, assassinado pelo criminoso, na sua atividade, não é sujeito dos direitos humanos? Será que aquela família que também tem sua vida impactada por essa morte também não é sujeito dos direitos humanos? Evidentemente que é, mas será que nós já ouvimos falar de direitos humanos para o policial? Eu, pelo menos até hoje, não ouvi, 25 anos de advogado criminal e eu nunca ouvi falar desses direitos humanos para os policiais.

Então, uma das missões do Instituto Família Policial é lutar por esse policial, fazer a defesa técnica desse policial, cuidar da família desse policial e também ser o contraponto da informação. Essa missão é muito importante. Nós precisamos levar essas informações, esses contrapontos às autoridades, ao Judiciário, aproximar o Judiciário, trazer essas informações de forma que o Judiciário possa tomar as melhores decisões.

Eu não tenho observado isso ao longo do tempo. O que eu tenho visto são decisões judiciais – e a ADPF é um exemplo disso – baseadas numa visão unilateral, enviesada, fornecida por organizações que muitas vezes estão vinculadas diretamente ao crime organizado. Precisamos ser um contraponto.

Então, o instituto vem – e mais uma vez me coloco à disposição de V. Exas. – para que possamos ser um canal de informação para o Judiciário, levando essas informações a tempo para que o Judiciário possa tomar as melhores decisões.

Cito aqui basicamente três pontos importantes da ADPF. Vocês vejam, a primeira delas foi que a ADPF criou... Muito embora o Supremo tenha negado essa condição de que a decisão judicial não impediu a ação das polícias nas favelas, a verdade é que infelizmente, por uma série de colocações, uma série de imposições que foram feitas, isso criou, sim, uma dificuldade de acesso a esses territórios, e fato é que as organizações criminosas entenderam aquilo como um passe livre para a criação desses territórios. Tanto é assim que várias lideranças de outras localidades passaram a se alocar nessas comunidades.

Então, esse é um efeito inegável...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Fora do Rio para cá.

O SR. PAULO KLEIN – Fora do Rio para cá.

Então, esse é um efeito inegável que causou e a que, infelizmente, não é dado o devido tratamento. O que foi colocado é que essa ação foi exigida, essa decisão foi exigida a partir do momento em que haveria uma grande letalidade nas ações policiais. Isso não é verdade. Há uma inversão de valores. Na verdade, o que acontece é a criminalidade agindo intensamente, evidentemente, a ação policial é necessária e, em decorrência disso, confrontos há, mas não se pode atribuir à polícia a autoria de eventuais letalidades. Quando acontece uma morte dentro de uma comunidade, aparece sempre uma organização, uma ONG, para apontar que o policial é quem causou aquela morte. Será que isso é verdade?

Acho que essa situação que aconteceu aqui e que o Coronel Menezes acabou de relatar evidenciou, de forma muito clara, de forma irrefutável, que o tiro partiu da criminalidade. Mas será que em outras oportunidades também não foi o criminoso que matou aquele cidadão? E isso é sempre colocado na conta da polícia. Aí o policial é preso, é afastado das ruas, é penalizado, fica respondendo anos de processo, com um custo altíssimo, e depois se prova que aquele tiro não partiu da arma do policial. Eu posso testemunhar, eu já acompanhei alguns casos em que não ficou provado sequer que aquele tiro partiu da arma do policial, e ele enfrentou anos de processo, com um custo altíssimo.

Então, nós precisamos ter esse contraponto, precisamos mostrar que o policial não é o vilão da história; muito pelo contrário, o policial é o herói. Precisamos defender esses policiais. Então, este é o objetivo principal do instituto: fazer um contraponto mostrando e levando essas informações ao Judiciário e também defender esse policial, que dá a sua vida, muitas vezes coloca sua liberdade em risco para fazer a defesa da sociedade, e infelizmente é invisível.

Outro ponto também muito importante que eu queria destacar para V. Exas. é que, infelizmente, eu tenho observado, ao longo do tempo, o enfraquecimento do poder discricionário da polícia. Infelizmente o Judiciário, não só o STF, mas sobretudo o STJ vem, cada vez mais, proferindo decisões em que mitiga, fragiliza a avaliação do policial na rua. Será que esse Ministro, será que esse juiz, será que esse promotor sabe mais do que acontece na rua do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o policial? Será que ele tem o tirocínio, que é aquela vivência de rua, maior do que o policial? É justo que aquele Ministro, aquele juiz, aquele desembargador que está lá no seu gabinete, vive numa bolha, possa decidir se aquela ação do policial ali, ao analisar o caso concreto, deve ser válida ou não? O que nós estamos observando é que, cada vez mais, as decisões dos policiais na rua não têm sido referendadas pelo Judiciário. Isso está causando uma insegurança jurídica muito grande e, com certeza, se já não está afetando, afetará o poder-dever de polícia preventiva. Não é razoável que nós mitiguemos, que nós possamos mitigar esse poder-dever do policial que tem essa experiência, colocar em xeque isso, não permitindo que o policial faça seu trabalho na rua, sob pena de depois vir a responder por processo. Eu já vi casos em que Ministros determinaram inclusive a apuração, através de processos administrativos e até mesmo judiciais, da conduta desse policial, por entenderem que aquela prisão foi ilegal. Então, isso é muito preocupante

E também nós pretendemos, através do instituto, fomentar essa discussão, aproximar o Judiciário e poder levar a posição e a visão dos policiais, que é muito importante para que os juízes, promotores e desembargadores possam...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO KLEIN – ... entender a visão do policial, a importância desse trabalho preventivo e desse trabalho que é fundamental para a sociedade, mas muitas vezes desprezado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Dr. Paulo Klein.

Mais uma vez, a gente sabe que no fundo é isto: o policial preocupado em responder na pessoa física a um processo, mesmo acreditando que tenha feito a coisa certa, e acabar parando no banco dos réus. Isso gera uma mensagem para a tropa que é difícil de administrar.

O Coronel Menezes quer também fazer mais uma colocação, quer passar um vídeo também, não é, Coronel?

O SR. MARCELO DE MENEZES NOGUEIRA (Para expor.) – Eu queria só, porque acabou que, na minha fala... Já foi abordada pelos colegas a questão do efeito pernicioso, e eu acredito que o efeito mais contundente da ADPF 635 é a multiplicação de barricadas pela cidade e pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado do Rio de Janeiro. Aquelas pessoas que estão nos assistindo, muitas vezes, não têm a dimensão do que a barricada representa: ela tem uma questão simbólica de demonstração de força pelo crime, mas ela tem uma questão prática quando impede o morador de usufruir do seu direito de ir e vir. Ela impede o morador de usufruir de serviços públicos, como a coleta de lixo adequada, a questão da entrada de ambulância, de veículos de polícia, linhas de ônibus que são desviadas por conta dessa multiplicação de barricadas...

É importante também frisar, Senador, neste espaço, que a polícia do Rio de Janeiro é a única polícia que dispõe de uma unidade de demolição de barricadas. Pasmem os senhores, o Rio de Janeiro possui, num investimento feito pelo Governador de R$11 milhões, seis *kits* de demolição; ou seja, como o Dr. André Neves já colocou aqui, as barricadas hoje são verdadeiros artefatos e obras de engenharia em que eles colocam perfis metálicos. Para fazermos frente a essa demanda, nós possuímos uma unidade de demolição em que nós dispomos e treinamos policiais soldadores, operadores de máquina retroescavadeira, motoristas de carretas prancha, para levar máquinas pesadas para essas regiões. Só no ano de 2024, a Polícia Militar do Rio de Janeiro recolheu 7,7 mil toneladas de barricadas – esse é um número alarmante.

A gente produziu um vídeo – a minha assessoria colocou – de retirada dessas barricadas. Essas barricadas, como já foi dito aqui anteriormente, somente a polícia militar tem a capacidade desse enfrentamento; ou seja, a gente desce, em operações com a polícia civil, à base de tiro, de disparo de arma de fogo. Aí entra aquela questão que nós conversamos do relevo, das matas, em que os criminosos se deslocam por essas matas e por esse relevo montanhoso do Rio de Janeiro. Enquanto a gente precisa fazer um trabalho de soldador, um trabalho de operador de máquina, embaixo de disparo de fuzil, a gente tem toda essa empreitada para poder progredir no terreno.

Então, é importante frisar aqui – eu não poderia deixar isso passar em branco – que um efeito que eu reputo como um dos mais perniciosos da ADPF 635 foi permitir que houvesse a multiplicação indiscriminada de barricadas por áreas antes inimagináveis no Rio de Janeiro, áreas, inclusive, de bairros, áreas que eram totalmente urbanizadas. Os marginais, como uma forma de enfrentamento, desafiam o poder público, as forças policiais e estão espalhando esse tipo de barricadas em todos os lugares. É importante a gente ilustrar e aproveitar o espaço para ver como é o nosso trabalho nesse enfrentamento a essas barricadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode colocar, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É uma triste realidade!

Estava conversando aqui com o Dr. Paulo Klein, até a retroescavadeira tem que ser blindada...

O SR. MARCELO DE MENEZES NOGUEIRA (*Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... para suportar essa saraivada de tiros quando está no momento ali de precisar abrir o percurso para que esse braço do estado chegue até lá.

Para encerrar, o Dr. Paulo Klein também quer exibir um vídeo.

O SR. PAULO KLEIN (Para expor.) – Eu peço um pouquinho de paciência a V. Exa., mas acho que é importante porque mostra bem a guerra de narrativas.

Sempre é dito que a ação policial violaria direitos humanos, mas será que a situação que encontramos hoje, justamente pelo impedimento das ações policiais, também não causa a violação dos direitos humanos? Essa é a pergunta que fica.

Eu tive a oportunidade de fazer um compilado aqui de manifestações de pessoas que vivem nessas comunidades e que estão sofrendo diretamente com as ações dos marginais, então, isso é muito importante, como disse, o contraponto, mostrar que na verdade o que acontece hoje, sobretudo com a ação da ADPF, vem causando a violação dos direitos humanos de toda a sociedade.

Isso é muito importante e eu gostaria de pedir a gentileza de exibir esse vídeo, são só dois minutinhos.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PAULO KLEIN – E aí então fica a pergunta, Senador: de que lado o Judiciário quer ficar? Essa é a pergunta que fica. Ele quer ficar do lado dos marginais, que dizem ter os seus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direitos violados, os seus direitos humanos violados, ou da sociedade, das pessoas de bem que vivem nas comunidades? E 99.9% das pessoas que vivem em comunidades são reféns desses marginais aí e sofrem com esses marginais.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas é isso, Paulo. Os efeitos da ADPF que inviabilizam, como foi dito aqui, o serviço policial, que funcione 24 horas por dia, todos os dias da semana, para as pessoas mais humildes, a consequência é que elas estão sendo obrigadas a passar por isso tudo. Veja que em todos os vídeos as vozes são distorcidas, ou seja, são pessoas que têm medo de falar por medo de represália. E a realidade é que elas estão agora vivendo sob uma lei imposta por traficantes, por milicianos, por essas organizações criminosas.

O SR. PAULO KLEIN – Veja que curioso: quando são moradores que vão falar em prol dessas organizações, dessas ONGs, para combater o trabalho, para criticar o trabalho da polícia, eles mostram os rostos. Mas por quê? Porque eles estão ali amparados pelo crime organizado naquela localidade. Aliás, não é nem só amparados, eles são colocados à força ali para falar. Muitas vezes esse morador, que é colocado na frente da câmera, instado por aquela ONG, é obrigado a falar aquilo ali, obrigado a acusar o policial, obrigado a criticar o trabalho policial, quando, na verdade, ele não queria fazer essa crítica; quando, na verdade, ele não viu que o policial matou aquele cidadão. É o contrário. Então é isso que tem que ser observado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A gente percebe que é um pedido desesperado para que a polícia esteja presente. Quer dizer, é o contrário do que a narrativa tenta fazer as pessoas crerem de que o morador não quer a polícia. Não, o morador quer a polícia, porque ele quer viver sob a lei. Ele quer pagar seus impostos, dentro da lei, para o Estado, quer ter direito não apenas à segurança pública, como à saúde, à educação, ao saneamento básico, ao ordenamento urbano, pagar o justo pelos serviços que são prestados ali naquela comunidade.

Antes de encerrar, eu quero agradecer também a presença aqui do Deputado Sanderson. Se quiser fazer uso da palavra, Deputado, fique à vontade, porque acho que vem muito a calhar.

Na primeira reunião que nós fizemos aqui, na Comissão de Segurança Pública – eu fui Relator –, foi aprovado um projeto de lei, de autoria do Deputado Sanderson, que fala muito do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a gente está discutindo aqui, criando um novo tipo penal de domínio de cidades com intimidação violenta. E é exatamente para isto: combater esse domínio territorial imposto por organizações criminosas das mais diversas maneiras, inclusive com barricadas, com obstáculos que são incendiados... E, obviamente, esse novo tipo penal – nós, já vacinados com o que foi trazido aqui também pelos secretários presentes nesta audiência hoje – nós colocamos num outro projeto de lei, criando um crime autônomo, deixando bem claro que, se houver outros crimes que porventura estejam sendo praticados por essas pessoas que tentam impor seu domínio em uma determinada localidade, como tráfico de drogas, como milícia privada, como porte ilegal de armas, como exploração de serviços públicos de forma ilegal, esses marginais responderão tanto pelo crime de domínio de cidades com intimidação violenta como também por esses outros crimes que porventura também estejam cometendo.

Então, Deputado Sanderson, é uma honra ter V. Exa. aqui para fechar nossa audiência pública hoje.

Com a palavra o senhor.

O SR. SANDERSON (Bloco/PL - RS. Para expor.) – Cumprimento o Senador dirigente, Senador Flávio Bolsonaro. Com a sua chegada aqui, na Comissão de Segurança Pública, no Senado Federal, nós lá na Câmara já ficamos bastante contentes porque sabemos, estamos otimistas – são dois anos aqui, não é? Lá na Câmara, é um ano – de que nesses dois anos muita coisa vai finalmente andar. Esse projeto do domínio de cidades, entre aspas, "o novo cangaço", há muito tempo nós queremos levar adiante e conseguimos, agora, a partir da sua Presidência e da sua relatoria – o senhor é o Relator e o Presidente da Comissão de Segurança Pública.

Parabéns. Meus cumprimentos.

Nós sabemos – eu ouvi o Dr. Paulo Klein comentando ali – que um dos problemas da segurança pública é o STF. Não dá para dizer que são os juízes, mas é a Suprema Corte brasileira, porque, nessa ação irresponsável, essa ADPF 635, movida por um partido de esquerda que, historicamente, sempre atacou os profissionais de segurança pública – e procuraram ali fazer uma espécie de uma guarida que serviu até de muro de arrimo para a criminalidade –, o Ministro Fachin, na época, deu uma decisão liminar, que depois foi confirmada pelo Plenário, e o Brasil se tornou, nesse sentido, o único país do mundo em que as polícias militares, as polícias,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enfim, não podem prestar segurança pública, que é um serviço público essencial à população brasileira. Eles disseram "não". A população das comunidades do Rio de Janeiro está tolhida; eles não vão ter acesso à segurança pública. É isso que está escrito nessa ADPF. Isso poderia ter sido mudado, talvez, se o Senado tivesse mais Senadores tipo Flávio Bolsonaro. Aí, nós teríamos condições de fazer com que não... Isso é uma decisão esdrúxula, contra o interesse público.

Porque todos nós, Comandante Victor, que já tivemos alguma oportunidade de entrar numa favela, vamos verificar que a maioria esmagadora da população que ali está é de trabalhadores decentes, honestos, que saem às 5h da manhã, mas são subjugados pelo crime organizado, agora protegido – eles podem negar, lá no STF, mas está protegido – por uma ADPF que serve apenas para, primeiro, desvalorizar e vilipendiar a atuação dos profissionais de segurança pública, porque largaram a pecha, e a imprensa adorou: "ah, a polícia brasileira é abusiva, comete violências e comete, inclusive, homicídios", quando não é verdade.

Eu, conversando, na semana passada inclusive, com o Secretário de Segurança Pública Guilherme Derrite, que é Deputado Federal e hoje é o Secretário de Segurança Pública lá em São Paulo, ele me passou os números, e eu fiquei estarrecido, porque muito embora usem esse argumento de que a polícia é violenta, na verdade, a polícia brasileira é a mais protetiva e mais legalista do mundo inteiro. Ele me passou os números ali. No Rio de Janeiro, é a mesma coisa, mas, de São Paulo, eu peguei os números: 50 mil ocorrências por dia – 50 mil ocorrências por dia – atendidas pela Polícia Militar de São Paulo. Aí ele me passou o número de incidentes que eles classificam ali como, em tese, um acidente de trabalho: uma dúzia no ano inteiro. Uma dúzia de ações que, no ano inteiro, aconteceram, que poderiam ser classificadas como erro profissional, para 50 mil ocorrências por dia. Isso aí dá 0,001%. E eles vão lá, nessa exceção, para dizer: "ah, a polícia brasileira é violenta", quando não é.

Então, passa pelo Parlamento, Câmara e Senado – claro, a Câmara dos Deputados tem parcela importante de culpa nesse estado de coisas, claro que tem, tem, sim. Mas unidos, Senado Federal e Câmara dos Deputados, nós precisamos dar uma resposta à população brasileira, que não aguenta mais, sobretudo nas grandes cidades, não aguenta mais tanta violência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos, por exemplo, o Código de Processo Penal, que foi votado aqui no Senado. Por isso que eu digo muitas vezes – dizem: "ah, o Senado" –: a Câmara dos Deputados tem muita responsabilidade nisso. O Senado votou, há 12 anos, o novo Código de Processo Penal, e a Câmara está com o projeto parado lá há 12 anos. E ali tem uma série de modificações, de modernidades que retiram alguns recursos, para que um traficante, um homicida, um latrocida, um estuprador, um pedófilo cumpra a pena de forma efetiva. E o projeto lá, parado na Câmara dos Deputados, como também outros tantos projetos que precisam de uma força, de um empenho, de alguém que queira realmente entregar a segurança pública, porque hoje há muito discurso. E efetividade de obra? Nós vimos agora esse projeto do domínio de cidades andar, em uma semana. Ficamos dois anos aguardando a aprovação, e, em uma semana, o Senador Flávio pegou e fez andar. Como é fácil fazer quando há interesse político!

Então, parabéns a todos os senhores. Ali na Câmara dos Deputados, nós estamos bastante atentos para que esse enfrentamento seja efetivado, seja realizado na defesa do interesse público.

Essa ADPF, que nós temos acompanhado, é um absurdo, um absurdo jurídico inclusive, porque eles resolveram num "canetaço", sem autorização do Parlamento brasileiro, alijar milhares e milhares de pessoas da segurança pública. Elas não estão tendo segurança pública sob esse argumento falso de que a polícia brasileira é violenta.

Parabéns, Senador Flávio. Lá na Câmara, nós estamos e sempre estaremos à sua disposição.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Deputado Sanderson.

Bom, na verdade, muitos projetos de lei estavam parados aqui no Senado, em especial, porque tem um projeto de lei, não sei de qual ano exato, de autoria do Senador José Sarney – veja quanto tempo faz –, que exatamente faria a reforma do Código Penal como um todo. E, pela lógica, não é um projeto ou outro andando que vai resolver. Se estivessem todos os projetos de lei que são necessários para atualizar nossa legislação andando em conjunto, ao mesmo tempo, resolveria. Então, muitos ficavam aqui com o seguinte parecer: "olha, não tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parecer da Comissão de Segurança ou da CCJ, porque tem que aguardar; vamos votar, vamos apreciar esse projeto dentro dessa reforma do Código Penal".

E eu, percebendo que, obviamente, as coisas não andam, porque, para fazer uma reforma ampla, é muito mais difícil, tem que ter muito mais debate, há muito mais interesses envolvidos, tem muito mais divergências do que convergências muitas vezes, eu tomei a postura de que – e vai ser assim nos meus dois anos de Presidência da Comissão de Segurança Pública – eu vou fazer andar todos os projetos. O que conseguir ser transformado em lei, por interesse nosso, por motivação dos profissionais de segurança pública... Diversos projetos que estão tramitando, Dr. Paulo Klein, são de autoria intelectual desses secretários, desses policiais que estão aqui hoje, nesta Comissão, porque, mais uma vez, faço questão de ouvir quem entende mais do que eu do assunto segurança pública. Eles sabem onde estão os gargalos, onde estão as brechas legais. E não é mais do que a obrigação nossa fazer esses projetos chegarem a virar lei.

E, para concluir, no tocante à ADPF 635, o que está muito claro aqui hoje... O que é uma ADPF? Ação de descumprimento de preceito fundamental. Então, uma ação política promovida por um partido político de esquerda, alegando que direitos humanos, que são uma garantia constitucional, estavam sendo suprimidos no Rio de Janeiro pela atuação policial... O que nós vemos é que as consequências reais dessa ADPF são que, de verdade, muitos, muitos mais cariocas, muitos mais fluminenses tiveram seus direitos humanos vilipendiados, por causa, exatamente, da dificuldade legal imposta por um juiz, em decisões monocráticas, aos nossos policiais militares. Então, a consequência prática da ADPF – aí, sim, há um verdadeiro descumprimento de preceitos fundamentais – é que as forças do Estado foram alijadas, tiveram seu trabalho dificultado para levar, talvez, o único serviço público que esses moradores de favela, as pessoas mais humildes, tinham, que era a segurança pública. Como nós vimos nos depoimentos das pessoas, é exatamente isto: "Olhem, nós queremos a volta do Estado, porque ninguém está aguentando mais ser massacrado por esse poder paralelo de facções criminosas, que estão aqui explorando pessoas honestas, pessoas trabalhadoras, vítimas inocentes". É quase uma súplica!

O conteúdo desta audiência, assim que estiver pronto, minha assessoria jurídica vai mandar eletronicamente para o Supremo Tribunal Federal. Se eles tiverem a curiosidade, a sensibilidade, a responsabilidade de, pelo menos, assistirem a alguns trechos do que foi dito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui, do que foi mostrado aqui nesta audiência pública, eles vão, de pronto, declarar a improcedência dessa ADPF, porque, se ela foi, mais uma vez, apresentada com um falso argumento de defender direitos humanos, a gente viu que as consequências práticas dessa ADPF são exatamente as de que os direitos humanos, agora, sim, é que foram vilipendiados, agora, sim, é que essas garantias constitucionais estão sendo descumpridas para milhões de pessoas, especialmente as mais humildes. Acho que nem os autores dessa ação imaginaram que os efeitos práticos dessa ADPF seriam tão nocivos para aqueles que dizem defender. Na verdade, eles estão colocando mais pessoas na condição de vítimas de criminosos, de facções perigosas, violentas, de tráfico de droga, de milícia, de narcomilícia, dessas máfias, como foi dito aqui.

Por fim, agradeço, de coração, a todos os profissionais que compartilharam o seu conhecimento com a gente hoje, teórico e prático.

E, mais uma vez, suplico aqui ao Supremo Tribunal Federal que tire essa espada da cabeça dos nossos policiais no Rio de Janeiro e que isso não se replique por todo o Brasil, porque o laboratório no Rio de Janeiro comprovou que os efeitos são nocivos quando se tenta fazer uma interferência político-judicial em força de segurança de qualquer lugar do mundo, incluindo aqui um debate que a gente ainda vai ter que fazer sobre as câmeras corporais, porque claramente isso também inibe, preocupa o policial que fica incomodado com aquilo. A gente não tem câmeras corporais 24 horas ligadas nos Senadores, ligadas nos Deputados, ligadas nos juízes, nos Ministros do Supremo Tribunal Federal, porque todo mundo tem a sua privacidade. Todo mundo fica preocupado, porque sabe que, na prática, na grande maioria das vezes, essas imagens vão ser usadas, sim, para condenar um policial e não para absolver um policial. A gente pode colocar câmeras em tudo quanto é lugar da cidade, com inteligência artificial, para buscar marginais que estão com mandado de prisão expedido, para monitorar placas de carros roubados e furtados que estão lá no sistema, que estão circulando por aí e que não tiveram baixa nas delegacias. Para isto servem a tecnologia e as câmeras: para combater marginais e não para inibir o trabalho de policiais.

Eu quero agradecer a todos que participaram aqui desta audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos encaminhar tudo para o Supremo Tribunal Federal e continuar trabalhando pelo arquivamento, pela improcedência dessa ADPF 635, conforme todas as provas, depoimentos e fatos trazidos, não só aqui nesta audiência, mas também, tenho certeza, dentro da tramitação dessa ação lá no Supremo Tribunal Federal.

Boa tarde a todos. E voltem com Deus. (*Palmas.*)

(Iniciada às 14 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 21 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE ABRIL DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e onze minutos do dia um de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Flávio Bolsonaro, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Sergio Moro, Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Margareth Buzetti, Jorge Seif, Eduardo Girão, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia, Wellington Fagundes, Augusta Brito, Weverton, Lucas Barreto, Izalci Lucas e Cleitinho, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Marcos do Val, Styvenson Valentim, Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Magno Malta e Rogerio Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5550, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera os arts. 155, 157, 180 e 180-A do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para agravar as penas aplicáveis aos crimes de furto, roubo e receptação, bem como aperfeiçoar a redação dos referidos tipos penais." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta, e contrário à Emenda nº 1. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2734, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, e a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder porte de arma de fogo aos advogados, para defesa pessoal." **Autoria:** Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA/RJ). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 2530, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 8.906, de 4 de julho de 1994 – Estatuto da Advocacia, para garantir aos advogados o direito de porte de arma de fogo para defesa pessoal, em todo o território nacional." **Autoria:** Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA/RJ). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao Projeto de Lei nº 2734/2021, na forma do substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade do projeto de Lei nº 2530/2024. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3605, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera os arts. 121, 155, 157, 158 e 159 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para agravar a pena dos crimes de homicídio, furto, roubo, extorsão e extorsão mediante sequestro, quando praticados contra motorista de transporte público ou privado, ou ainda de atendimento por meio de aplicativo de internet, durante o expediente de trabalho ou em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

decorrência do exercício de sua profissão." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2775, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a presença obrigatória de um profissional de segurança nas escolas." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo que apresenta, e contrário à Emenda nº 1. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 5 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei n° 2326, de 2022** que: "Altera o art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder o porte de arma de fogo aos integrantes da Fundação Nacional do Índio em atividades de fiscalização." **Autoria:** Comissão Temporária Externa para investigar, "in loco", as causas do aumento da criminalidade e de atentados na região Norte. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Favorável à Emenda nº 6-PLEN, na forma da subemenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável à Emenda nº 6-PLEN-CSP, na forma da Subemenda nº 1-CSP à Emenda nº 6-PLEN-CSP. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 5664, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Torna obrigatória a disponibilização de exemplar do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil nas recepções dos prédios dos órgãos de segurança pública previstos no caput do art. 144 da Constituição Federal e nos estabelecimentos prisionais estaduais e federais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 4, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de colher informações sobre a atuação da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional – USAID em território brasileiro." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Aprovada a inclusão do item como extrapauta. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 5, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de obter informações e esclarecimentos sobre áudio vazado de Eduardo Tagliaferro, ex-assessor de Moraes, acerca de ameaças de morte contra ele." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Aprovada a inclusão do item como extrapauta. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 6, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ouvir o empresário e dirigente do PT, Fernando Nascimento Silva Neto, procurador do ex-ministro José Dirceu acerca de supostas orientações dadas ao coronel Jorge Eduardo Naime." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Aprovada a inclusão do item como extrapauta. Colocado em votação, é aprovado o requerimento, com a inclusão, como convidado da audiência pública, do senhor Jorge Eduardo Naime. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Bolsonaro
Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/01

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 3ª e 4ª Reuniões, realizadas respectivamente em 18 e 25 de fevereiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens constantes da pauta.

A Presidência esclarece que nas votações nominais os Senadores poderão votar tanto nos computadores localizados neste Plenário quanto por meio do aplicativo Senado Digital, desde que tenham registrado a presença pessoalmente na Casa.

Comunico que, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno, membros da CSP podem sugerir, por meio de requerimento, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para avaliação pela Comissão ao longo desse exercício.

Como tem alguns Senadores que vão relatar projetos que ainda não chegaram, eu queria sugerir aqui a inversão da pauta para apreciação de um requerimento de autoria do Senador Eduardo Girão.

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 4, DE 2025

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de colher informações sobre a atuação da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional – USAID em território brasileiro.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

O senhor quer que eu vote e depois o senhor fala ou o senhor quer falar antes de votar?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Porque são três, tá? Dois já chegaram aí, dois extrapauta que têm assuntos correlacionados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Por enquanto tem um só aqui, não é?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Já chegou outro aí e está a caminho o outro, Sr. Presidente.

Eu acho muito importante que esta Comissão possa...

Eu falo depois. Então o senhor aprova esse, depois eu falo no segundo.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Está definido o período que vai ser abrangido nessa avaliação? Na questão das ações da Usaid aqui no Brasil, você definiu o período ou vai deixar...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Aqui no requerimento, meu querido Senador Hamilton Mourão, nós estamos colocando aqui entre 2023 e 2024...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – A Usaid destinou aproximadamente US$44,8 milhões, cerca de R$267 milhões, apenas para organizações não governamentais brasileiras.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Está na justificativa.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo, essa era a minha preocupação, para limitar o escopo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Em votação o requerimento do Senador Eduardo Girão.

Os senhores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Girão, quer fazer uso da palavra?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Quero. Eu quero já agradecer aos colegas aí pelo apoiamento. É muito importante essa visita do Sr. Michael Benz, funcionário do Departamento de Estado dos Estados Unidos, que virá à Câmara dos Deputados, no Brasil, e aproveitará também para nos responder aqui aos questionamentos dos Senadores.

Também tem outro requerimento meu, Sr. Presidente, que já chegou aí à Secretaria, só confirmando, que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Requerimento nº 5, né? (*Pausa.*)

Então, vou, também, incluí-lo extrapauta aqui, Senador Girão.

Informo que foi solicitada a inclusão do Requerimento nº 5, de 2025, como extrapauta.

Consulto o Plenário se há objeção em relação à inclusão do referido requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo nenhuma objeção, vamos ao Requerimento nº 5, também de autoria do Senador Eduardo Girão.

EXTRAPAUTA

ITEM 8

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 5, DE 2025

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de obter informações e esclarecimentos sobre áudio vazado de Eduardo Tagliaferro, ex-assessor de Moraes, acerca de ameaças de morte contra ele.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os senhores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado também este requerimento do Senador Eduardo Girão.

Quer fazer uso a palavra, Senador, para justificar?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Queria.

Queria, em primeiro lugar, agradecer mais uma vez aos colegas e ao senhor, Presidente, por ter colocado extrapauta.

O Brasil está estarrecido com mais um áudio vazado de uma conversa muito estranha envolvendo o Sr. Tagliaferro, ex-chefe da Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Então, nesse requerimento, a gente está convidando aqui para vir ao Senado o Sr. Sérgio Tavares, que foi quem revelou, ontem à noite, esse áudio escandaloso. Já tem outro que também carece de informação, ainda de 2024, que foi matéria da *Folha de S.Paulo*, inclusive, revelado pela *Folha de S.Paulo*, e esse assunto sumiu – misteriosamente esse assunto sumiu. Eu acho que esta Comissão pode fazer um bom debate para buscar a verdade.

Então, nós chamamos aqui o Sr. Sérgio Tavares, o Sr. Eduardo Tagliaferro, o Sr. Marco Antônio Martins Vargas, que é o juiz auxiliar do gabinete do Ministro Moraes, o Sr. Airton Vieira,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é juiz instrutor do gabinete também do Ministro Moraes, e o próprio Ministro do Supremo Tribunal Federal, para que a gente possa ter aqui um esclarecimento.

A justificação está bem embasada aqui, com todos os fatos. Eu vou poupar os colegas de lê-la, mas agradeço a todos pelo apoiamento para que a gente faça esta audiência pública, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E, como o Senador Eduardo Girão está muito inspirado hoje, tem um terceiro requerimento dele aqui de... (*Risos.*)

Também informo à Comissão que foi solicitada a inclusão do Requerimento nº 6, de 2025, como extrapauta.

Consulto o Plenário se há objeção em relação à inclusão também deste referido requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo objeção...

EXTRAPAUTA

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 6, DE 2025

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de ouvir o empresário e dirigente do PT, Fernando Nascimento Silva Neto, procurador do ex-ministro José Dirceu acerca de supostas orientações dadas ao coronel Jorge Eduardo Naime.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Os senhores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado também.

Senador Girão, também quer fazer um esclarecimento à Comissão aprofundado?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Eu gostaria de fazer um aditamento, se for possível, também chamando o próprio Coronel Naime, para que ele venha a esta Comissão, porque esta é a matéria de hoje, agora, do jornal *O Estado de S. Paulo*: "Ex-procurador de [José] Dirceu aconselhou coronel da PM no 8/1 e prometeu cargo [...] [na gestão do] governo Lula". É, no mínimo, estranha essa situação. Então, eu queria pedir só esse aditamento, para a gente chamar os dois.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Está em discussão o aditamento feito pelo Senador Eduardo Girão.

Os senhores que concordam permaneçam como se encontram.

Em votação. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, também aprovado o aditamento.

Obrigado, Senador Eduardo Girão.

Como está aqui o primeiro projeto? Quem é o Relator? Hamilton Mourão.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 5550, DE 2020

- Não terminativo -

Altera os arts. 155, 157, 180 e 180-A do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para agravar as penas aplicáveis aos crimes de furto, roubo e receptação, bem como aperfeiçoar a redação dos referidos tipos penais.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta, e contrário à Emenda nº 1.

Observações:

1. Em 18/03/2025, foi recebida a emenda nº 1, de autoria do Senador Fabiano Contarato;

2. Em 25/03/2025, foi recebido novo relatório do Senador Hamilton Mourão;

3. Em 01/04/2025, foi recebida a emenda nº 2, de autoria do Senador Fabiano Contarato;

4. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

Com a palavra o Relator.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, colegas, bom dia a todos.

Eu acabei de receber, agora, Presidente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Pois é. Acabou de chegar outra emenda, agora, do Senador Fabiano Contarato. Ela faz uma majoração das penas, mas eu vou desconhecer essa emenda agora, Presidente, e deixá-la para ser analisada na CCJ, porque esse projeto ainda vai para a CCJ, não é?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim. Mas tem que fazer a leitura do relatório ou já foi feita?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Na leitura do relatório, V. Exa. dá o seu parecer sobre a emenda.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo.

Então, vou direto à análise, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com a alínea "a" do inciso I do art. 104-F do Regimento Interno, compete a esta Comissão opinar sobre proposições pertinentes ao tema “segurança pública”.

O projeto é meritório.

Apesar da queda de vários indicadores da criminalidade nos últimos anos, os números em si continuam preocupantes. De 2022 a 2023, conforme dados do último Anuário Brasileiro de Segurança Pública, apesar da queda de furtos e roubos de veículos (-9%), ainda foram quase 355 mil veículos roubados e furtados em 2023, o que atinge cerca de 1% dos domicílios brasileiros com carro.

O roubo e furto de celulares, apesar da queda de 4,7%, respondem por quase 1 milhão de aparelhos subtraídos em 2023. Taxa de 461 por 100 mil habitantes. Esses crimes são portas de entrada do crime organizado para o mundo virtual e peça-chave no crescimento do medo e da insegurança da população, o que gera respingo nas taxas de estelionato, que vêm apresentando crescimento (de 2022 a 2023, de 8,2%).

Em relação a essa questão de furto de celular, hoje está na imprensa que o Governo Federal pretende apresentar um projeto de lei também majorando as penas em relação à receptação de celular.

Foram 421 mil transeuntes roubados em 2023 nas ruas.

A lei penal não tem gerado dissuasão. Precisamos de penas mais duras e mais vagas no sistema prisional. Além disso, o PL acerta ao impor maior rigor penal sobre a receptação, que permite a circulação e o acesso a esses produtos no mercado negro.

A emenda do Senador Fabiano Contarato propõe que a pena agravada de furto do veículo automotor transportado para outro estado ou para o exterior já incida se houver a intenção de fazê-lo sem necessidade do transporte efetivo. A emenda propõe transformar o crime de material para formal, sem necessidade de ocorrência do resultado. A nosso ver, o recrudescimento da pena só se justifica com o resultado previsto e a movimentação das engrenagens do mercado negro transterritorial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora há pouco chegou em minhas mãos, Presidente, outra emenda do Senador Fabiano Contarato, aumentando mais ainda as penas. Eu vou deixar esse assunto para ser discutido na próxima Comissão, que é a Comissão de Constituição e Justiça.

Não obstante, o PL demanda ajustes de técnica legislativa. Com efeito, como redigido, o PL acaba revogando, sem intenção, os §§4º-B e C do art. 155 do Código Penal. Por fim, não é tecnicamente apropriado transformar reincidência em um crime qualificado (novo §7º para o art. 180). O crime qualificado demanda a adição de um elemento mais grave quando comparado à forma simples. O código resolve isso ao prever a reincidência como circunstância agravante, que aumenta a pena em um sexto (em regra), o que nos parece suficiente. Em casos excepcionais, a depender da fundamentação, o Superior Tribunal de Justiça tem aceitado aumentos superiores na reincidência específica.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PL nº 5.550, de 2020, com a rejeição da Emenda nº 1-CSP, assim como da emenda apresentada agora pelo Senador Fabiano Contarato e com o oferecimento das seguintes emendas:

> EMENDA Nº - CSP.
> Acrescente-se linha pontilhada entre os § 4º-A e § 5º do art. 155 do Código Penal, na forma do art. 1º do PL no 5.550, de 2020.
> EMENDA Nº - CSP.
> Suprima-se o § 7º do art. 180 do Código Penal, na forma do art. 1º do PL nº 5.550, de 2020, renumerando-se o pretendido § 8º como novo § 7º.

É o relatório e o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Em discussão o relatório apresentado. (*Pausa.*)

Senador Fabiano Contarato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar o Senador Hamilton Mourão pela sobriedade.

Senador, eu só queria aqui fazer um esclarecimento a V. Exa. com relação ao §5º do art. 155, que trata do furto de veículo automotor, que foi até objeto de discussão num outro projeto e que foi um acordo para o Senador Petecão acatar.

Na verdade, Senador Hamilton, o que ocorre na prática? Uma pessoa pratica um furto de veículo automotor, por exemplo, aqui e só vai ter a qualificadora prevista no §5º se ela efetivamente entrar em Goiás, porque ele fala "que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior". O que eu estou fazendo é até o que já acontece na extorsão ou na extorsão mediante sequestro, basta a finalidade. Então, imagine um estado grande como o da Bahia. Houve um furto de veículo automotor em Salvador. Se ele não for levado para outro estado, ele pode percorrer o estado todo da Bahia que não vai ter a qualificadora. E o mais interessante é que quem vive num crime de subtração de veículo automotor, Senador Girão, não pega o veículo todo, pega aqui, desmancha e leva as peças.

Então, o que eu tinha proposto é, primeiro, corrigir uma *abolitio* pena que tem no §5º, porque, se você pegar o *caput* do 155, a pena é de reclusão de um a quatro anos e multa, ou seja, pena pecuniária e pena privativa de liberdade; se você pega o §4º, pena de reclusão de dois a oito anos e multa; e se você subtrair o veículo automotor no §5º, a pena é só de reclusão, não tem a pena pecuniária. Então, a minha emenda é, pena de reclusão de três a oito anos e multa – e multa –, se a subtração for de veículo automotor, elétrico, *jet ski*, montado, desmontado, remontado, com o fim de ser transportado para um estado ou para o exterior. Aí sim, nós pegaríamos aquele bandido que subtraiu o veículo automotor, que o desmanchou lá em Salvador e que ainda está indo lá para o meu Estado do Espírito Santo. Aí teria a qualificadora, porque bastaria a finalidade.

A subtração, a *res furtiva*, não é que tornou o crime como crime formal, o crime continua sendo material, porque o tipo penal do 155 é subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel. Esse foi o momento da subtração. Agora, o outro momento em que ele vai, com o fim de levar para outro estado ou para o exterior, é depois.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, é lamentável! Eu estou falando porque eu fui delegado e inúmeras vezes vi isso. Os tribunais são unânimes. Quando você usa a expressão gramatical "que venha a ser transportado para outro estado", é necessária a entrada. Se você não entra, você pode estar na fronteira, mas, se ainda está no estado em que ele subtraiu, não vai ter a qualificadora, ele vai ser condenado por um furto simples ou, no máximo, com a qualificadora do §4º do art. 155.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Essa discussão que nós fizemos foi para furto também?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Foi no furto, o do Petecão... (*Risos.*) Só que a gente tem que jogar em todas, não é, Senador? (*Risos.*)

Então, eu fiz um apelo ao Senador Hamilton Mourão, falando que o mestre... Se ele acolhesse... (*Risos.*)

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Por gentileza, empreste-me a minha emenda, por favor.

A emenda é simples, ela só fala: pena de reclusão de tanto a tanto e multa se a subtração for de veículo automotor, elétrico, *jet ski*...

Infelizmente, a minha equipe não está com a emenda aqui, mas eu faço um apelo ao Senador.

A outra, Senador Mourão, é porque, mais uma vez, pediria só, Senador Flávio – o senhor sabe do meu carinho e respeito por V. Exa. –, eu sempre toco neste assunto, porque eu não acho razoável... Minha gente, por favor, você pega aqui um crime, por exemplo, de lavagem de dinheiro ou você pega um crime de corrupção ativa, a pena é de 2 a 12. Mas por que dois? Porque se o juiz condena à pena mínima, vai ter *sursis*, que é a suspensão condicional da pena, e ainda vai ter o acordo de não persecução penal. Então, já que a gente está aumentando a pena do furto, por que a gente não aumenta a pena do peculato? Onde está de 2 a 12, 6 a 12. Lavagem de dinheiro, 2 a 12, para de 6 a 12, e assim sucessivamente. Aí, sim, nós vamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

começar a encher as cadeias não só com a população pobre e preta, mas também com a dos crimes contra órgão tributário, sistema financeiro, lavagem de dinheiro, corrupção ativa, corrupção passiva, peculato... Nós teríamos esse comportamento.

A minha emenda... (*Pausa.*) Está no sistema. Desculpe-me...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É a Emenda nº 2, não é?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – A Emenda é a nº 2... Cadê?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Está aqui a Emenda do Senador Fabiano Contarato, ampliando as penas dos arts. 312, passando de 6 a 12; 313-A, também 6 a 12 e multa; 316 também aumenta a pena para 6 a 12 e multa. No §2º do art. 316, a mesma coisa. A mesma coisa para o art. 317 e também para o art. 333.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu só estou fazendo... Eu só queria aproveitar o ensejo que ele está tendo, se ele tiver a boa vontade, para que a descrição passasse a ser essa, Senador Mourão, se o senhor acatar verbalmente:

> §5º A pena é de quatro a dez anos de reclusão, e multa, se a subtração for de veículo automotor, elétrico ou híbrido, de reboque, semirreboque ou de suas combinações, bem como de seus componentes ou equipamentos, ainda que montados ou desmontados, com o fim de ser transportado para outro Estado ou para o exterior.

Aí nós vamos condenar essas pessoas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, eu vou refazer, está bem? O Senador Contarato me convenceu da validade do argumento dele. Então, eu vou refazer e também vou analisar essa nova emenda que ele apresentou agora – porque eu não tive tempo de analisar –, e a gente refaz o relatório, com a sua autorização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Está suspensa a votação, para que o Senador Hamilton Mourão possa rever o seu relatório.

Próximo item da pauta.

ITEM 2

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI Nº 2734, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, e a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder porte de arma de fogo aos advogados, para defesa pessoal.

Autoria: Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA/RJ)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI Nº 2530, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 – Estatuto da Advocacia, para garantir aos advogados o direito de porte de arma de fogo para defesa pessoal, em todo o território nacional.

Autoria: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao Projeto de Lei nº 2734/2021, na forma do substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade do projeto de Lei nº 2530/2024.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. Em 01/04/2025, foi recebida a emenda nº 1, de autoria do Senador Fabiano Contarato, ao PL 2734/2021;

2. As matérias seguirão posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

Passo a palavra ao Senador Alessandro Vieira, para a leitura do seu relatório e para dar parecer sobre a Emenda nº 1.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Peço licença para ir diretamente à análise.

De início, cabe lembrar que a competência para o exame da constitucionalidade da proposição será feita na CCJ, cabendo à presente Comissão, portanto, analisar o projeto no contexto do controle e comercialização de armas, nos termos do art. 104-F, I, alínea "n", do Regimento Interno do Senado Federal.

No que toca ao mérito, entendemos que os projetos são convenientes e oportunos.

A previsão do porte de arma de fogo para advogados, além de assegurar um eficiente meio para a proteção pessoal desses profissionais, equipara-os aos membros do Judiciário e do Ministério Público, categorias que já possuem essa prerrogativa.

Esse tratamento isonômico mostra-se necessário, uma vez que, como muito bem destacado nas justificações das propostas, não há hierarquia entre advogados, juízes e promotores de justiça. Ademais, embora desempenhem funções distintas, todos integram corpos técnicos essenciais à função jurisdicional do Estado.

Não obstante o mérito das proposições, entendemos que é possível conciliar pontos vantajosos de um e outro PL, bem como proceder a ajustes técnicos, na forma do substitutivo apresentado ao final.

O PL nº 2.734, de 2021, tem o mérito de garantir o direito ao porte de arma fogo aos advogados, tanto no Estatuto da Ordem, como na Lei nº 10.826 (Estatuto do Desarmamento). A despeito disso, em alguns aspectos se mostra redundante, quando, por exemplo, se propõe a disciplinar matéria já prevista no Estatuto do Desarmamento, como a previsão da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obrigatoriedade do registro da arma de fogo, a necessidade de comprovação de capacidade técnica e aptidão psicológica e a perda do porte em casos de embriaguez, consumo de drogas ilícitas, etc.

Verifica-se, ainda, que há pontos tratados no referido PL que poderiam ser objeto de norma regulamentar, a exemplo da previsão do prazo de validade do porte de arma de fogo e da respectiva abrangência territorial, da proibição de porte ostensivo, etc. Para se ter uma ideia, um parâmetro: no caso de magistrados e membros do Ministério Público, o Decreto nº 11.615, de 2023, norma que regulamenta o Estatuto do Desarmamento, delega ao Conselho Nacional de Justiça, para os magistrados, e Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), para os membros do Ministério Público, respectivamente, para o Ministério Público, a regulamentação do porte de arma de fogo.

Já o PL 2.530 de 2024, pelo seu turno, propõe tão somente uma alteração no Estatuto da Advocacia, para elencar, entre os direitos do advogado, o direito de "portar a arma de fogo para a defesa pessoal em todo o território nacional, sendo o comprovante de exercício da atividade o suficiente para demonstração da sua efetiva necessidade". A redação sugerida nos parece adequada, pois reúne pontos fundamentais, no caso, o direito de portar arma de fogo, a abrangência territorial do porte e a presunção da efetiva necessidade.

Assim, na linha do PL 2.734, de 2021, estamos aproveitando as previsões do direito ao porte de armas de fogo feitas no Estatuto do Desarmamento e no Estatuto da Advocacia e, nesse ponto, também nos valendo a redação apresentada pelo PL 2.530, de 2024, na forma do substitutivo apresentado ao final. Por outro lado, estamos remetendo ao regulamento, o detalhamento da matéria.

O voto, então, Sr. Presidente, é pela aprovação do projeto e faço, com brevidade, a análise também da emenda apresentada pelo Senador Fabiano Contarato.

O Senador Fabiano, sempre muito cuidadoso com as matérias de Direito Penal e Processual Penal, apresenta uma emenda com o seguinte teor: "A autorização para o porte de arma de fogo aos integrantes das instituições descritas nos incisos V, VI, VII e X do *caput* do artigo está condicionada à comprovação do requisito a que se refere o inciso III, do *caput* do art. IV desta lei". Essa lei a que ele está se referindo é o Estatuto do Desarmamento, ou seja, ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quer trazer – e aí consulto o próprio Senador Fabiano – os requisitos que estão previstos para a aquisição de arma. Só que, assim, a gente não mexeu nos requisitos de aquisição; nenhum dos dois projetos toca nisso. Eles apenas tocam na questão da presunção da necessidade, mas, para aquisição da arma de fogo, e considerando que a carreira dos advogados não é uma carreira que fornecerá armas funcionais, eu vejo como desnecessária a sugestão de V. Exa. e, *a priori*, me manifesto pela rejeição da emenda. Mas me parece que o conjunto da obra está bem entendido. Estamos nivelando o tratamento dado a magistrados e a promotores aos advogados, mas os advogados, evidentemente, deverão comprovar os requisitos de lei para poder adquirir uma arma, ter essa arma para sua posse e porte.

Então, Presidente, rejeitando a emenda apresentada pelo Senador Fabiano, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei 2.734, de 2021, na forma de substitutivo, restando por consequência prejudicado o Projeto de Lei nº 2.530 de 2024.

É como voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Alessandro Vieira.

Em discussão.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Sr. Presidente, eu queria discutir, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para discutir.) – Eu vou tentar ser breve aqui.

Na verdade, Senador Alessandro, quero parabenizar V. Exa. pelo relatório – e o senhor como proponente. Só queria fazer aqui uma reflexão aos colegas.

Hoje estamos equiparando aqui o tratamento dado aos juízes e aos promotores, dando aos advogados, mas a gente tem que lembrar: quantos juízes nós temos no Brasil? Nós temos mais de 18 mil juízes – 18 mil. Quantos promotores? São 12.157. Quantos advogados? São 1,370

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

milhão de advogados. Nós vamos armar – nós vamos armar – 1,370 milhão de advogados. Olha, a minha preocupação é tão somente essa. Por isso que eu fiz uma emenda falando: não basta ser inscrito na OAB, como eu sou, com muito orgulho, que eu vou estar apto a portar uma arma. Eu tenho que cumprir, no mínimo, os requisitos previstos na Lei nº 10.826, que é o Estatuto do Desarmamento, que não são os mesmos daquele da aquisição, porque, se você pegar um juiz ou um promotor, Senador Alessandro, eles não vão ter que fazer esse exame psicotécnico, de habilidade, nada disso! Eles são ungidos: "Pelo simples fato de ser juiz, tome o porte de arma; pelo simples fato de você ser promotor, tome o porte de arma; pelo simples fato de você ser inscrito na OAB como advogado, tome o porte de arma".

O que eu estou falando é: nós vamos colocar arma para 1,37 milhão de advogados; nós não vamos exigir que eles sejam submetidos aos testes que passam pela aptidão, pela qualidade, pelo psicotécnico, pela capacidade física, pela capacidade intelectual, pela capacidade mental, para que eles tenham, efetivamente, condições de manuseá-la?

Se os colegas acham que isso já está na lei, então, com todo o respeito, o que abunda não prejudica. Acolham a emenda e falem: a concessão será condicionada para que ele preencha os requisitos de que tenha condições mentais, psicológicas, emocionais e habilidade no manejo daquela arma para portá-la, porque, do contrário, com todo o respeito, a interpretação que tem aqui é: bastará ser advogado para você ter concedido o porte de arma.

E o que eu estou falando é que hoje você pega... Vou dar um exemplo do meu sobrinho. No nono período do curso de Direito, ele passou na OAB. Não era o nono, era o décimo período; ele colou o grau e já tinha a OAB. Já vai ter porte de arma? No país que mais mata, num país com elevado índice de feminicídio, num país em que nós temos disparos de arma de fogo?

Eu só estou tendo a cautela de pedir que, se os colegas, tanto o autor, como o Relator, acham que o requisito para concessão do porte de arma, de aptidão, habilidade, prática no manuseio daquela arma e a capacidade psicológica, intelecto-volitiva, se isso já é inerente ao Estatuto do Desarmamento – o que eu e a minha consultoria entendemos que não –, eu acho que a gente podia, por cautela, como... Eu volto a falar: nós temos 18.911 juízes, nós temos 12.157 membros do Ministério Público. Você, para ingressar como juiz e promotor, faz um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concurso de provas e títulos, você tem que ter três anos de magistratura, três anos de exercício, você tem uma série de coisas. E aqui nós vamos ter 1,37 milhão de advogados com porte de arma.

Essa é a minha preocupação. Eu só queria um esclarecimento porque, se for dessa forma, eu queria... Se vocês conseguirem me esclarecer, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador, eu acredito que o Senador Alessandro Vieira até colocou... Está no relatório dele, está no substitutivo final. Obviamente, não é dessa forma.

O magistrado, para ter o porte de arma, tem que passar, sim, pelo exame psicológico, pelo exame prático. Isso tudo está no próprio regulamento do CNJ, no caso do juiz, do CNMP, no caso dos magistrados, e, obviamente, o Relator está condicionando a uma regulamentação pelo Estatuto do OAB.

Outra coisa: é uma falácia dizer que nós vamos armar um milhão e não sei quantos advogados, porque o que esse projeto diz, Senador Contarato, não é que ele vai poder... "Aprovamos a lei, entrou em vigor; vá lá e compre uma arma", que está resolvido. Além de passar pelos requisitos todos que se tem que passar, é para quem quiser.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obviamente, não serão todos até porque, dentro da própria categoria, não são todos que são favoráveis a ter essa prerrogativa.

E o nosso intuito com o projeto de lei, eu falo como autor, é exatamente o que o Relator colocou: a equiparação a outras categorias que, pelo menos no Judiciário, em tese, eram para ter uma isonomia – advogados, promotores e magistrados. E o que na prática esse projeto faz é simplesmente tirar um requisito subjetivo que hoje o Delegado de Polícia Federal tem, um grande poder, de indeferir um pedido, porque acredita que o autor do requerimento, para ter um porte de arma, não tenha efetiva necessidade de comprar uma arma.

Mas quem sabe da efetiva necessidade é quem está requerendo. E eu já vi, inúmeras vezes, até um indeferimento sem nenhuma justificativa, mais ou menos assim, Senador: "Olha,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu indefiro porque eu acho que você não tem efetiva necessidade", e acabou, ponto. E está indeferido. Não se tem a quem recorrer.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Sr. Presidente, eu entendo perfeitamente, mas eu faço só um apelo. Se vocês acham, e como eu não entendo dessa forma, então acolham a emenda, porque o que abunda não prejudica.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Senador Fabiano...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Relator Alessandro Vieira para...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Permita-me apenas colaborar aqui no entendimento.

Veja, o Supremo Tribunal Federal já avaliou, Fabiano, essa questão dos requisitos, no caso, dos magistrados.

Eu vou ler aqui, textualmente. Relator: Ministro Edson Fachin. No item 3, ele registra: "A prerrogativa funcional do magistrado quanto ao porte de arma de fogo (art. 33, V, da Loman) não pressupõe a efetiva habilidade e conhecimento para utilizá-la, necessitando, portanto, comprovar possuir capacidade técnica e aptidão psicológica".

Como o autor, o Presidente Flávio Bolsonaro, já verbalizou, esta é a estruturação feita. Você não afasta os pressupostos, os requisitos, apenas afasta a necessidade de demonstração da efetiva necessidade.

E aí vai muito do entendimento e da visão de mundo de cada um. Eu, particularmente, ao longo desses últimos seis anos, tenho me manifestado sempre no sentido de que é preciso ter controle e fiscalização forte com relação à arma de fogo, mas que o porte e a posse são um direito do cidadão que assim deseje, comprovando ter a aptidão necessária, as condições necessárias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E repito, novamente, o que falei na leitura do relatório. A OAB não vai distribuir arma de fogo para ninguém, ou pelo menos imagino que não irá. A OAB não dá nada para ninguém, imagine se vai dar arma de fogo.

A brincadeira vai com os nossos queridos Presidentes.

Então, não existe essa hipótese de um milhão de advogados armados instantaneamente. Acho que a gente tem que tratar as coisas com a sobriedade necessária.

O advogado e a advogada que entenderem que têm essa necessidade, que têm esse desejo, que comprovarem todos os requisitos, se adquirirem a arma de fogo, terão o direito ao porte, na forma do regulamento, que, muito provavelmente, vai reproduzir o regulamento feito para as outras carreiras de igual porte no Judiciário.

Então, entendo que o projeto é adequado e faço mais um registro, aí sim, apelando até para o bom senso do rito processual. Não é um projeto terminativo. Então, teremos uma nova oportunidade de debate, imagino, na CCJ, aí poderá ser novamente aferido se existe ou não necessidade de aceitação da emenda de V. Exa.

Eu mantenho a rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Sergio Moro, para a discussão.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Eu quero aqui fazer uma ponderação.

Nesse caso, embora divirja muito do nosso colega Fabiano Contarato, eu concordo com ele nesse caso. Se estamos falando que precisa da capacidade técnica e aptidão psicológica, e estava no texto original, acho que tem que ser mantido. O que a gente não pode é levar em consideração que, provavelmente, no regulamento, vai ser consignado isso. Nós estamos, implicitamente, fazendo essa interpretação e creio que o que abunda aqui não prejudica. Seria oportuno, porque, de fato, existe um número muito maior de advogados do que de magistrados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra ponderação que eu faria aqui, que a meu ver é necessária. Algumas questões seriam interessantes que ficassem bem estabelecidas. Por exemplo, o advogado com porte de arma vai poder entrar no fórum armado? Vocês não imaginam a confusão que isso vai gerar se formos deixar isso aberto à interpretação futura, porque muitos advogados... E eu sou advogado hoje, tenho OAB – na verdade, eu estou financiando a OAB hoje, porque eu não advogo, mas estou pagando anualmente lá e compartilho essa visão aqui que foi colocada pelo Senador Alessandro, de brincadeira, mas que é um pouco verdadeira, de que não tenho retorno. Na prática, eu estou pagando a minha OAB ano a ano.

Mas, brincadeiras à parte, tem algumas questões que são importantes que a gente deixe bem delimitadas para que não se entenda amanhã que nós estamos aprovando uma lei que dá direito ao advogado de entrar armado num julgamento, de entrar armado num fórum, de entrar armado num presídio. Essas questões têm que se deixar explícitas, e não entregues a uma provável regulamentação razoável.

Na própria referência ao caso do Ministro Fachin, veja, havia uma interpretação diferente. Havia uma interpretação dos magistrados de que o porte era automático, não precisava fazer teste de aptidão nenhuma e de nada. Houve, depois, essa construção interpretativa, mas uma construção que, aliás, se questiona até hoje. Então, eu creio que aqui, se a gente vai mexer na legislação, e eu não sou daqueles que têm pânico de permitir que as pessoas possam ter uma arma para se defender em casa ou possam ter uma arma em circunstâncias especiais, eu creio que a gente tem que fazer um trabalho aqui mais detalhado.

Então, eu pediria aqui... Eu vou pedir vista desse projeto para a gente poder discutir mais profundamente, eu acho que algumas inserções são necessárias para a gente deixar claro.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Em discussão.

Alguém mais para discutir? (*Pausa.*)

O.k.

Encerro a discussão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Presidente, só fazendo aqui um esforço porque, como eu disse, é um projeto que vai para outra Comissão, então, terá mais espaço...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Não, e é direito regimental, mas, apenas em construção aqui com o Senador Fabiano Contarato, existe um problema técnico da posição topográfica da sugestão de V. Exa., porque o senhor traz requisitos de aquisição para o porte.

Então, nos incisos... No caso aqui, o inciso XXII do art. 7º da Lei 8.906, de 4 de junho:

> Portar arma de fogo para defesa pessoal em todo o território nacional, sendo o comprovante do exercício da atividade suficiente para demonstração da sua efetiva necessidade, mantidos todos os demais requisitos de lei para o porte.

Atenderia a demanda de V. Exa.?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. *Fora do microfone.*) – Eu só quero que ele tenha capacidade de manusear uma arma.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Mas isso aí não tem...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Para mim é o óbvio.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senador Sergio Moro, eu quero agradecer a V. Exa.

A minha preocupação... Por exemplo, nessas audiências, a gente sabe como lidar. É claro, a gente fala: ele vai ter que ter poder aquisitivo? Claro que vai ter, mas nós já estamos colocando um requisito de natureza objetiva: pelo simples fato de ele ser inscrito na OAB ele tem o direito de ter o porte de arma. Ponto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, se a gente... Eu só quero... Por isso que eu pedi ao Senador Alessandro e falei: "Meu Deus, o que de mais traria para o projeto se a gente reforçasse, então, o óbvio, que, para ser concedido, ele teria que preencher os requisitos estabelecidos na Lei 10.826, que é o Estatuto do Desarmamento". Ele tem que ter habilidade de manusear essa arma, tem que ter capacidade psicológica, psicotécnica, saúde física, aí, sim!

Agora, as outras exceções, como muito bem colocou o Senador Sergio Moro, também me preocupam, mas essa me atenderia se o Senador assim o fizesse.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Então, só para fazer esse ajuste de redação aqui, a gente acata parcialmente a emenda do Senador Contarato, acrescentando, ao final do inciso XXII, o art. 7º, da Lei 8.906, de 1994, a seguinte redação:

> Portar arma de fogo para defesa pessoal em todo o território nacional, sendo o comprovante do exercício da atividade suficiente
> para demonstração de sua efetiva necessidade [vírgula], incluindo-se a comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio da arma de fogo atestadas na forma disposta no regulamento desta lei.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu acho que atende.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu ainda assim vou manter o pedido de vista. Imaginem que um delegado vai interrogar um preso acompanhado do advogado. O advogado: "Eu tenho porte de arma e tenho o direito de estar com porte de arma aqui no ato interrogatório". Essas questões, a meu ver, o momento próprio para a gente resolver isso tem que ser neste projeto de lei, e, cá entre nós, na Comissão de Segurança. Se a gente for falar: "Não, mas não importa porque vai para outra Comissão, ainda pode ser mexido lá"... Acho que a Comissão de Segurança é o local próprio para a gente discutir com essa composição, inclusive, qualificada, porque tem pessoas entendidas em segurança pública, como o próprio Senador Alessandro, como o Senador Fabiano, todos os demais e V. Exa. Acho que este é o momento próprio de a gente resolver essas questões, e não deixar para uma Comissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

futura, com uma outra composição e que não reflete, vamos dizer assim, muitas vezes, esse conhecimento qualificado da área de segurança.

Então, essas questões, a meu ver, têm que estar bem esclarecidas, e vou contar com a compreensão do Senador Alessandro para manter o meu pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Bom, eu, como autor do projeto, estou bem atendido pelo relatório do Senador Alessandro Vieira, acatando parcialmente a emenda do Senador Fabiano Contarato, mas, regimentalmente, concedo vista coletiva, então, a todos os membros desta Comissão.

O item 3 foi retirado da pauta a pedido do Relator.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 3605, DE 2021

- Não terminativo -

Altera os arts. 121, 155, 157, 158 e 159 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para agravar a pena dos crimes de homicídio, furto, roubo, extorsão e extorsão mediante sequestro, quando praticados contra motorista de transporte público ou privado, ou ainda de atendimento por meio de aplicativo de internet, durante o expediente de trabalho ou em decorrência do exercício de sua profissão.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

1. Em 18/3/2025, foi lido o relatório e adiada a apreciação da matéria;

2. Em 25/3/2025, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Fabiano Contarato;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Se for possível, por conta da agenda, fazer uma inversão e permitir a relatoria do item 6...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vamos, sim.

Então, passo ao item 6, também de relatoria do Senador Alessandro Vieira, para a leitura do seu relatório.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Peço licença para ir diretamente à análise, Sr. Presidente.

Destaco, inicialmente, que compete a esta Comissão de Segurança Pública, nos termos das alíneas “b” e “c” do inciso I do art. 104-F do Regimento Interno, opinar sobre proposições pertinentes aos temas das polícias civil, militar, federal, rodoviária federal e ferroviária federal, bem como sobre o sistema penitenciário.

É nesse contexto que analisamos o PL nº 5.664, de 2023, já aprovado pela Câmara dos Deputados.

A proposição legislativa em exame é conveniente e oportuna. Diferentemente do que muitos possam crer, o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil não é um estatuto social, de natureza particular, mas, sim, uma lei federal de observação cogente para todos (Lei nº 8.906, de 1994).

Nesse passo, as prerrogativas profissionais ali asseguradas não se dão em favor da pessoa do advogado, mas foram criadas e estabelecidas para proteger os direitos de seus clientes, sendo assim um favor para toda a cidadania.

Como bem colocou a justificação do projeto, infelizmente, não são raros os casos em que as prerrogativas da advocacia são desrespeitadas, muitas vezes até de forma institucionalizada, permeando todo um órgão da segurança pública de sua cúpula até a base.

A exigência de que as repartições da segurança pública e do sistema prisional deixem ao acesso da população o teor da lei com o intuito de afastar interpretações equivocadas e de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ocasião terá forte apelo pedagógico e, por que não dizer, também simbólico, que não pode jamais ser desprezado.

Então, com essas considerações, Sr. Presidente, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.634, de 2023, que essencialmente garante a obrigatoriedade e a disponibilização de um exemplar do Estatuto da Ordem nas recepções dos prédios dos órgãos da segurança pública previstos no *caput* do 144 da Constituição.

É como voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Alessandro Vieira.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Alessandro Vieira.

Passamos ao item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2775, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a presença obrigatória de um profissional de segurança nas escolas.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo que apresenta, e contrário à Emenda nº 1.

Observações:

1. Em 2/05/2023, foi lido o relatório e adiada a votação;

2. Em 4/06/2024, foi realizada audiência pública para instruir a matéria;

3. Em 3/09/2024, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Fabiano Contarato;

4. Em 20/03/2025, foi recebido novo relatório do Senador Hamilton Mourão;

5. A matéria seguirá posteriormente à CE, em decisão terminativa.

Passo a palavra ao Senador Hamilton Mourão para a leitura do seu relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, este projeto do Senador Mecias é de 2022. Já estamos em 2025. Ele foi construído na esteira de acontecimentos que haviam ocorrido em diversos estabelecimentos de ensino com mortes de alunos que, posteriormente, voltaram a acontecer.

Então, irei direto à análise.

De acordo com o art. 104-F do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições pertinentes à segurança pública e às políticas públicas de prevenção à violência e de promoção da paz social.

Não foi encontrado nenhum vício de constitucionalidade, juridicidade ou regimentalidade no projeto.

Quanto ao mérito, a proposição é conveniente e oportuna.

Concordamos com toda a argumentação do autor, mas o projeto merece um aperfeiçoamento na forma de um substitutivo, para incluir detectores de metais e prever sanção para o caso de descumprimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entendemos que, embora a ação de presença de um profissional de segurança seja necessária, a medida, ainda assim, não será suficiente; ou seja, seria extremamente difícil, quiçá impossível, ao profissional de segurança, sozinho, revistar bolsas e mochilas de todos, por ocasião da entrada.

Nesse contexto, a colocação de detectores de metais na entrada, que deverá ser uma só para canalização e revista, deverá ter um resultado muito mais eficaz do que a mera presença de policiais ou qualquer outro profissional da segurança, já que ambos os dispositivos atuarão em conjunto.

Compreendemos que tais medidas são paliativas, emergenciais e preventivas e não esgotarão outras ações defensivas.

Sabemos que, com o tempo, haverá melhoras na tecnologia de segurança, no preparo humano, na *expertise* dos professores e funcionários e na conscientização dos alunos.

Temos, também, a noção de que a ameaça pode surgir tanto de fora para dentro (terceiros estranhos) quanto de dentro para fora (próprio corpo de alunos, professores e funcionários), mas o que o substitutivo propõe certamente contribuirá significativamente para evitar que alguém entre com arma de fogo ou arma branca nas instituições de ensino.

Concedemos prazo de 180 (cento e oitenta) dias para que as instituições de ensino públicas e privadas possam providenciar os detectores de metais e os vigilantes.

Com relação à Emenda nº 1, temos que ela deve ser rejeitada, porque, ao exigir dolo, estabelecer uma excludente por impossibilidade financeira e eliminar a pena de multa, na prática, retira todas as sanções por descumprimento do projeto, tornando-o inócuo.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.775, de 2022, nos termos do seguinte substitutivo, e pela rejeição da Emenda nº 1:

EMENDA Nº – CSP (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI Nº 2.775, DE 2022

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para tornar obrigatória, na entrada das instituições de ensino, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instalação de pórtico detector de metais e a presença de um vigilante durante todos os turnos de funcionamento.

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 12-A:

"Art. 12-A. É obrigatória, na entrada das instituições de ensino, a instalação de pórtico detector de metais e a presença de um vigilante durante todos os turnos de funcionamento.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, consideram-se instituições de ensino as creches, escolas, universidades e faculdades públicas e privadas.

§ 2º O descumprimento do disposto no *caput* deste artigo:

I – configura infração disciplinar grave para o gestor de instituição de ensino pública;

II – sujeita a instituição de ensino privada à multa de 10% (dez por cento) de seu faturamento bruto anual.

§ 3º As despesas públicas resultantes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas no Orçamento, suplementadas se necessário."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

É o relatório e o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Em discussão.

Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Presidente, é evidente a necessidade de melhorar a segurança das escolas. Nós vivenciamos em 2023 vários meses seguidos nos quais ocorreram ataques violentos, inclusive no próprio Estado do Paraná e, antes, infelizmente, também alguns ataques, como um que chocou o país, lá em São Paulo, por pessoas muitas vezes perturbadas ou maléficas mesmo. E nós temos que melhorar isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, inclusive, aqui apresentei um projeto, que nós aprovamos nesta Casa, para tratar um novo tipo penal: de massacre nas escolas ou em estabelecimentos públicos. Aprovamos, e ele está lá na Câmara aguardando a tramitação.

A minha única preocupação aqui em relação a esse belo projeto feito pelo Senador Hamilton Mourão é a questão do custo. E conversava com ele há pouco sobre um pedido de vista, até para sugerir uma alteração: de eventualmente nós colocarmos que se destina a instituições de ensino com determinado porte, com um número x de alunos. Porque, como instituições de ensino, temos grandes colégios, grandes universidades, e temos aqueles pequenos estabelecimentos, alguns que não têm nem quadro nem giz. E creio que seria oportuno aqui se buscar fazer um ajuste para deixar claro que essa obrigação seja factível de cumprimento em todo o país.

Então, com todo o respeito ao Senador e elogiando aqui o intuito do projeto e a técnica adotada, eu me permitiria pedir vista para propor alguns ajustes para a próxima sessão já.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para discutir.) – Eu queria fazer uma complementação também, sem entrar no mérito, mas só fazendo uma reflexão: esse projeto, é meritório, mas a gente também tem que partir aqui da responsabilidade de se colocar na dor do gestor.

Quando eu faço a emenda no sentido de que o gestor só seria responsabilizado a título de dolo, é porque nós sabemos o que acontece pelos rincões do país. Imagina uma escola em que o Governo não dá a condição mínima para aquele gestor, e ele está ali, por uma falta porque o próprio Governo não deu; quanto à culpa, ele não agiu dolosamente, pode ter agido com imprudência ou com negligência – isso seria elemento de culpa, e não dolo –, e vai ser condenado ali. Outra coisa é a gente ter a cautela que tem... Se você pegar 10% do faturamento bruto de uma escola privada, você vai acabar com aquela escola.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que é meritório. No Estado do Espírito Santo, teve um massacre: um jovem entrou e matou literalmente várias pessoas. A gente tem que legislar nesse contexto.

Volto a elogiar o relatório do Senador Hamilton Mourão, mas concordo com o pedido de vista e acho que é prudente a gente se debruçar melhor sobre esse tema.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Bom dia a todos.

É só para somar aqui com relação a essa questão do custo. Realmente, esse é um fator que tem que ser pensado com muito cuidado, por todas as razões já expostas aqui, tanto no setor público quanto no setor privado. Mas, por outro lado, nós também temos que... Existem vários projetos que tratam da segurança nas escolas, e eles estão, de certa forma, estagnados em algumas das Comissões por aqui e não chegaram ao Plenário ainda.

A minha preocupação com isso é semelhante à preocupação que nós temos com relação a desastres naturais. Temos vários projetos parados, aguardando acontecer mais um desastre natural para ter mais um empurrão. E aqui é basicamente isto: aguardando ter mais um problema numa escola, um problema sério com morte de crianças e profissionais, para que eles comecem a andar novamente.

Então, seria muito importante... Isso aqui é um pouquinho fora do tema desse projeto em si, mas ele trata basicamente de todos os outros projetos, e nós temos que cumprir a nossa função de colocar essas leis para realmente serem efetivas o mais rápido possível; e não só isso, mas que também seja feita a cobrança nas escolas, dos gestores públicos, de forma que possam efetivamente ajudar a reduzir esse problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O fato é que eu tenho visto muitas discussões – eu sou da Comissão da Educação, e tratamos de vários desses projetos lá, mas nenhum deles foi para frente ainda. Então, precisaria haver um esforço de todos nós para convencer o Presidente do Congresso, os presidentes de Comissões para dar prioridade a esses projetos.

Obrigado, Presidente.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone*.) – Detector de metal...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Por exemplo, tem algumas universidades que têm vários prédios e o acesso a elas é aberto... Em cada prédio vai ter um detector de metal? A gente não tem nem porta detectora de metal em todos os presídios do Brasil. Então, é um desafio grande. Entendo a preocupação com a segurança, e, de fato, temos que melhorar a segurança dos estabelecimentos de ensino, mas existe um desafio aqui que não é tão simples de ser resolvido.

Eu penso, por exemplo, na PUC do Paraná, em que, quando você entra no estacionamento, tem vários prédios – várias faculdades são assim. Na Universidade Estadual de Maringá, em que eu estudei, são vários blocos e você entra lá... Como vai fazer? Em cada bloco vai ter um detector de metal? Por isso, é necessária, eu acho, uma reflexão maior, sem embargo da necessidade de a gente realmente melhorar.

Eu estou com um projeto também, cujo relatório vou apresentar até amanhã, Presidente, que é do Senador Alan Rick, sobre este tema de política de segurança nas escolas. Nesse projeto, até a redação original que foi apresentada coloca como uma opção o detector de metais, que até já ajuda, porque muita gente também acha que tem direito de não passar no detector de metais, o que não existe. Por questões de segurança, a pessoa pode ser obrigada. Mas eu realmente vejo uma dificuldade a obrigatoriedade dessa imposição, sem embargo de entender o mérito.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Girão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Rapidamente, Sr. Presidente, porque eu não posso, nesse assunto, ficar calado. Estou aqui no Senado muito por causa de um massacre que aconteceu lá nos Estados Unidos, e meus filhos estavam na escola. Esse assunto me toca profundamente a alma. Alguma coisa nós vamos ter que fazer aqui.

Eu quero cumprimentar o Senador Mecias de Jesus e o Senador Hamilton Morão. Também concordo com o Senador Sergio Moro e com o Senador Fabiano no sentido de ver a questão do porte e fazer uma análise com relação à operação disso, mas a gente não pode esperar acontecer outra tragédia.

Então, eu faço uma sugestão ao senhor, que é Presidente desta Comissão, que também vê com muita sensibilidade essa questão da segurança pública, que, com todo o respeito a quem pensa diferente, está esfacelada no nosso país hoje. O crime organizado está tomando conta do Brasil. Nós temos, Senador Sergio Moro, no Estado do Ceará, ataques sucessivos aos provedores de internet. Nós estamos ficando com cidades inteiras – não é uma cidade, não; são várias cidades, Senador Cleitinho – sem internet, porque nós temos o estado paralelo, que manda hoje no Governo do Estado do Ceará, e a gente não vê ação efetiva para enfrentar o crime organizado.

O Senador Sergio Moro, enquanto era Ministro da Justiça do Governo anterior, do Governo Bolsonaro, foi ao Ceará, a partir do pedido do hoje Ministro da Comunicação, Camilo Santana – que, nesse aspecto, teve a humildade de pedir uma GLO para o Estado do Ceará, pois estavam explodindo ponte, explodindo viaduto –, e conseguiu conter, com a Força de Segurança Nacional, num trabalho bem focado. Ele conhece bem a realidade. Agora nós estamos tendo alguma coisa similar ou pior, porque os maiores investimentos de geração de emprego hoje, na ordem de 50 bilhões neste ano no Estado do Ceará são justamente com relação à conectividade ali do Porto do Pecém, que, como você sabe, da Praia do Futuro saem os cabos submarinos de conexão para a Europa. Sai do Ceará 90% da conexão do Brasil. E eles estão atacando exatamente essas empresas. Teve uma empresa que perdeu dois mil clientes agora, nessa semana, a Brisanet, que abriu o capital. Então, nós estamos tendo uma zorra no Estado do Ceará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pedi intervenção federal ao Governo Lula, diretamente ao Presidente da República. Faz uma semana hoje, Senador Hamilton Morão, que pedi intervenção, mostrando todos os dados, e não tive resposta ainda. Não é porque o Governador é do PT que vai ficar cozinhando isso, empurrando com a barriga. A população está à mercê do crime. Então, nós precisamos desse apoio federal. Eu acredito que seria um golaço do Governo Lula se fizesse isso, porque não está vendo partido, porque fui eu quem pedi, porque sou oposição. Esquece isso. Nessa hora, não tem que ter política na história. Nessa hora, nós temos que cuidar da população, que está apavorada no direito de ir e vir.

Então, quanto a essa questão da segurança nas escolas, o que eu sugiro, Presidente, ao senhor, que tem essa sensibilidade? Fazer um mutirão com relação a isso; fazer uma semana tematizada para a gente aprovar vários projetos nesse sentido. E o senhor, junto com outros Presidentes, como o da Comissão de Educação, pode tentar fazer alguma coisa de forma conjunta com o Presidente Davi Alcolumbre.

Eu conheço o projeto do Senador Marcos Pontes, que sempre fala, no Plenário, que está parado o projeto dele.

Que possamos juntar tudo isso, fazer um esforço com essa equipe de assessoria competente que nós temos na Comissão, para botar para votar logo, porque, se acontecer outra tragédia e a gente não tiver feito nada, nós vamos ter as digitais nossas com relação ao sangue de inocentes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Eduardo Girão.

Eu tenho uma preocupação, Girão, com relação a isso que o senhor levantou aqui agora, porque nós temos um exemplo ruim de vários projetos que modificam o Código Penal ou o Código de Processo Penal e que ficam aguardando a votação de um projeto da reforma do Código Penal como um todo. Então, tem essa dificuldade, e eu acredito que as ponderações que foram feitas aqui são muito razoáveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos só fazer diferente: para não ter que fazer audiência pública ou fazer mutirão, eu vou conceder vista coletiva para toda a Comissão e, em vez de voltar na próxima reunião, a gente volta na subsequente, daqui a duas reuniões – sem ser a próxima, a outra –, porque aí já dá tempo de todos apresentarem as sugestões ao Relator, e ele analisa com calma essas emendas e vê como é que consegue construir, porque é importante ter esse critério.

A minha preocupação sempre foi, Senador Mourão, esta: na prática, como é que isso vai ser executado? Tem ofícios aqui da Confederação Nacional dos Municípios demonstrando preocupação também com o impacto. É uma realidade que muitas escolas não têm um porte que permita a elas fazerem um investimento na segurança privada, que é caro, ou monitoramento de câmeras ou colocação de detectores de metais. Essa questão das universidades também tem este problema: em muitas delas, os seus *campi* são abertos. Talvez tenha que ver os prédios de acesso às salas, eu não sei... Aí teria que ver uma redação. Eu acho que dá para chegar numa redação com esse critério de quantidade de alunos que frequentam determinada unidade educacional, para que a gente possa aprovar um texto que seja exequível.

Mas esta é uma voz aqui uníssona: todo mundo concorda que alguma coisa tem que ser feita antes que a próxima tragédia aconteça.

Por exemplo, eles não vão fazer uma emenda aqui para conceder porte de arma para os professores, porque o Senador Fabiano Contarato vai ficar bravo comigo. Não sei se é esse o caminho. Eu, particularmente, sou a favor de que o cidadão que cumprir os requisitos legais e tiver necessidade possa requerer, mas não vou colocar em discussão isso aqui neste projeto de lei.

Vamos combinar com a Comissão desta forma: daqui a duas semanas, nós voltamos com o projeto, mas eu peço que todos façam as emendas o quanto antes, para que o Relator tenha a possibilidade de analisá-las com mais calma, com mais tranquilidade.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para discutir.) – Perfeito, Sr. Presidente. Deixe-me só complementar por um minuto, por gentileza.

Eu concordo *ipsis litteris* com V. Exa. Eu só queria fazer aqui uma reflexão aos colegas também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só quero falar do retrato da educação básica, hoje, no Brasil: 83% das escolas não têm laboratório de ciências; 73% não têm biblioteca; 73% não têm acessibilidade, não têm quadra poliesportiva. Como é que essas escolas... E aí você atribuía título de culpa – não dolo, porque a emenda que eu propus era dolo. Isso não é razoável. Nós temos que fazer alguma medida, não tenho dúvida, mas temos que ter cautela em como vai avançar este tema.

E outra coisa: aqui nesta Casa – o Senador Girão sabe do que eu vou falar; o Senador Sergio Moro não; o Senador Mourão não –, aqui, até um passado recente, há uns anos, Senador Marcos Pontes, quem passava pelo detector de metal? Efetivo? Não passava. Comissionado? Não passava. Terceirizado? Passava. Isso é uma demonstração inequívoca de que esta Casa criminaliza a pobreza. Como se o pré-requisito para entrar aqui fosse: o servidor terceirizado, esse sim, vai entrar armado. Agora, não. A primeira coisa que eu fiz aqui quando eu tomei posse foi oficiar ao Ministério Público do Trabalho e falar assim: ou todo mundo passa ou ninguém passa. É simples assim. Todos somos iguais. E aí esta Casa reformou essa determinação e, hoje, graças a Deus, todo mundo passa, à exceção dos Parlamentares, o que eu acho... Eu não me importaria, de forma alguma, de passar no detector de metal. Eu só estou falando que esta Casa fazia isto: para uns tinha detector de metal, para os pobres. Olhe aqui: os terceirizados, justamente quem ganha menos. Como se o pré-requisito fosse ser pobre ou ganhar menos para entrar com uma arma. Depois de tudo o que aconteceu, agora não é assim, todo mundo passa.

Então, eu só acho que – eu volto a falar – você atribuir... Convoque os gestores de escola pública e fale: a partir de hoje, se você não implementar isso que nós aprovamos, você, independentemente de dolo ou culpa, vai ser responsabilizado. Pegue uma escola particular e fale: em 10% do seu rendimento bruto, você vai ser penalizado. A gente tem que saber equacionar isso.

Muito obrigado.

Parabéns pela decisão.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Tem outro ponto também, Senador, lá no Rio, a primeira coisa que vem à cabeça é: como é que você vai também exigir que uma escola coloque lá uma segurança privada armada, por exemplo, ou alguma coisa assim, em um local onde, sabidamente, é um domínio de traficantes armados com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fuzis? Você vai botar duas pessoas, uma pessoa? Esse aspecto também é mais um a ser levado em consideração sobre essa punição que é dada ao gestor de um estabelecimento privado ou público, porque, às vezes, na realidade, pelo menos momentânea – enquanto o Estado não cumpre a sua obrigação de garantir a segurança pública, o direito de ir e vir de todos os cidadãos ali – você punir o gestor de uma unidade educacional que não implemente o que a gente está propondo aqui nessa lei... porque, obviamente, isso vai acabar tornando essa segurança refém de um crime organizado que ali se impõe. Infelizmente, essa é uma realidade em vários lugares do Brasil, não só no Rio de Janeiro. Isso é algo que a gente tem também que levar em consideração na hora de chegar nessa difícil redação final.

Então, boa sorte, Sr. Hamilton Mourão, para V. Ex. concluir esse relatório. (*Risos.*)

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Vamos adotar uma linha de ação: ou é todo mundo com ou é todo mundo sem. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, está concedida a vista coletiva para que não se encerre o prazo para a apresentação das emendas. E nós voltamos, sem ser na próxima, na seguinte sessão da nossa Comissão.

Vou passar ao último item aqui da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 2326, DE 2022

- Não terminativo -

Altera o art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder o porte de arma de fogo aos integrantes da Fundação Nacional do Índio em atividades de fiscalização.

Autoria: Comissão Temporária Externa para investigar, "in loco", as causas do aumento da criminalidade e de atentados na Região Norte.

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável à Emenda nº 6-PLEN, na forma da subemenda que apresenta.

Observações:

1. A matéria seguirá à CMA e, posteriormente, à CCJ.

Passo a palavra ao Senador Fabiano Contarato para a leitura do seu relatório.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vou ser bem breve, porque isso já foi deliberado, já foi discutido, e entramos num consenso, num acordo.

Como dito, a Emenda 6, de Plenário, de autoria do Senador Jorge Seif, pretende contemplar com o direito ao porte de arma de fogo os integrantes dos quadros efetivos "dos órgãos seccionais (entidades estaduais) e dos órgãos locais (entidades municipais), abrangendo todo o SISNAMA designados para a atividade de fiscalização".

Como se vê, o objetivo dessa emenda é estender o direito ao porte de arma de fogo aos servidores estaduais e municipais que desempenham atividades de fiscalização ambiental.

Não vislumbramos, na emenda, vícios de inconstitucionalidade ou de injuridicidade, nem óbice de natureza regimental.

No mérito, consideramos que a emenda aperfeiçoa o texto da proposição, merecendo ser acolhida.

O que deve ser determinante para a concessão do direito ao porte de arma de fogo, no caso, é a atividade desempenhada pelo servidor – fiscalização ambiental –, independentemente de estar vinculado a órgão ou entidade federal, estadual ou municipal.

Não obstante, o texto da emenda demanda ajustes, para suprimir a menção a "órgãos seccionais" e deixar claro que a extensão se aplica aos servidores estaduais e municipais encarregados de atividades de fiscalização.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante disso, o voto é pela aprovação da Emenda 6, de Plenário, na forma da subemenda que está disponibilizada neste parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à Emenda nº 6, de Plenário, da CSP, ao Projeto de Lei nº 2.326/22, na forma da Subemenda nº 1, da CSP.

Obrigado, Contarato.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente.

Antes de encerrar a sessão, esclareço que as atas aprovadas no início da reunião se referem às 2ª e 3ª Reuniões, realizadas nos dias 18 e 25 de março.

Eu queria pedir a compreensão aqui dos meus colegas de Comissão de Segurança Pública para ler uma nota de pesar, porque foi assassinado no Rio de Janeiro ontem um policial civil, casado com uma magistrada do 3º Tribunal do Júri do Rio de Janeiro, e eu queria fazer aqui a leitura e pedir a permissão para que seja uma nota conjunta de todos nós aqui da Comissão de Segurança.

Nota de pesar.

> João Pedro Marquini Santana deixa um legado de coragem, dedicação e lealdade na Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE) [da Polícia Civil do Rio de Janeiro]. Respeitado e admirado por seus irmãos, tornou-se uma referência nas operações especiais.
> Ao longo de sua trajetória, buscou incessantemente o aprimoramento. Formou-se nos mais elevados cursos operacionais da Polícia Civil, incluindo o Curso de Operações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Táticas Especiais (COTE) e o Curso de Operações Aéreas (COA). Tinha orgulho de ser um Falcão da CORE!

Seu talento e determinação também o levaram a se destacar internacionalmente, representando a CORE com honra nos Estados Unidos, onde concluiu com destaque o tradicional curso da SWAT da Miami Police.

Por inúmeras vezes, colocou sua própria vida em risco para proteger seus irmãos e a sociedade, sempre com bravura e altruísmo. Tantos eventos heroicos permitiram que ele fosse promovido rapidamente ao posto mais alto de sua carreira: Comissário de Polícia.

Sua paixão pelo trabalho e sua incansável dedicação ao bem maior fizeram dele um exemplo que transcende o tempo, e seu legado seguirá inspirando gerações de agentes de segurança pública.

Marquini, Falcão 116, deixamos aqui o nosso muito obrigado [e os nossos sentimentos a toda a sua família e amigos e à nossa gloriosa Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro]!

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente sessão, desejando um bom dia e uma ótima semana a todos.

(*Iniciada às 11 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 23 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e quarenta e oito minutos do dia vinte e seis de março de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Plínio Valério, Alan Rick, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Jorge Kajuru, Romário, Eduardo Girão, Carlos Portinho, Teresa Leitão e Augusta Brito, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim, Professora Dorinha Seabra, Weverton, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Paulo Paim e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4842, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.448, de 9 de setembro de 2022, para instituir campanha permanente de conscientização em arenas esportivas e respectivas transmissões dos eventos para a prevenção e o enfrentamento da violência contra a mulher." **Autoria:** Senadora Augusta Brito (PT/CE). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. **Resultado:** Adiado. **Observação:** A Presidente, Senadora Leila Barros, adiou a análise do item para análise da Emenda nº 2, apresentada pelo Senador Carlos Portinho antes da reunião. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4439, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, que institui a Lei Geral do Esporte, para incluir entre as exigências da organização esportiva formadora o dever de conscientizar os atletas em formação sobre a limitação temporal da carreira esportiva e o planejamento para a transição de carreira." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 6, de 2025** que: "Requer que a Comissão de Esporte avalie o Programa Paradesporto Brasil em Rede, no exercício de 2025." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 7, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Esporte avalie o Programa Segundo Tempo como política pública, no exercício de 2025." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Durante a reunião, a Presidente, Senadora Leila Barros, subscreveu o requerimento. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 8, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 2/2025 - CEsp sejam incluídos os convidados que relaciona." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Romário (PL/RJ), Senador Eduardo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Girão (NOVO/CE), Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Durante a reunião, o Senador Carlos Portinho subscreveu o requerimento e sugeriu alterações na lista de convidados, que foram acatadas pela Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/03/26

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 26 de março de 2025.

Sras. e Srs. membros da Comissão de Esporte do Senado Federal, colegas Parlamentares, representantes das entidades esportivas, atletas e demais presentes, e todos que nos acompanham pelo sistema de comunicação do Senado Federal, meu bom dia a todos.

É sempre uma satisfação declarar aberta mais uma reunião da Comissão de Esporte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, reunimo-nos para debater proposições que buscam assegurar avanços para o esporte nacional e para a nossa sociedade como um todo.

Além disso, é sempre uma oportunidade para discutir os desafios do esporte brasileiro, reconhecer e celebrar conquistas e enfrentar questões que ainda demandam atenção e ação.

Gostaria de iniciar parabenizando a nadadora, campeã olímpica e ex-Ministra do esporte do Zimbábue Kirsty Coventry, por sua eleição histórica como Presidente do Comitê Olímpico Internacional, tornando-se, na história da entidade, a primeira mulher a ocupar este prestigioso cargo.

Tive a oportunidade de manifestar minha enorme satisfação com essa vitória pelas redes sociais, no dia do ocorrido, porém é tão importante, para nós mulheres, esse feito, que é preciso retomar o assunto e registrar novamente essa conquista – em 110 anos de entidade, é a primeira mulher eleita; pasmem: em 110 anos. Afinal, trata-se de um marco que simboliza um avanço significativo na promoção da igualdade de gênero no esporte mundial e serve como inspiração para todos nós que buscamos uma representação mais equitativa em todas as esferas esportivas. Isso sem falar na novidade que representa na promoção das mulheres nos espaços de poder de forma geral, algo que precisamos urgentemente ampliar.

No cenário nacional, depois de uma noite... para esquecer, né, gente? Eu não vou falar... (*Risos.*)

Poxa, colocaram aqui... Difícil esquecer a noite de ontem, o resultado: de 4 a 1, o Brasil perdeu para a Argentina, uma goleada de forma lamentável no Estádio Monumental de Núñez.

Nós registramos a reeleição, por unanimidade, do Sr. Ednaldo Rodrigues como Presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) até 2030. Esperamos que a continuidade no cargo represente uma oportunidade para que o Presidente efetivamente fortaleça o futebol brasileiro, necessariamente promovendo mais transparência, mais inclusão e mais desenvolvimento em todas as categorias da modalidade.

Cabe ainda a esta Comissão reforçar a necessidade de um firme compromisso do Presidente da CBF no combate ao racismo, problema que continua a assombrar o futebol em nosso país e em todo o continente sul-americano. Infelizmente, temos assistido à negligência da Conmebol na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adoção das medidas eficazes contra essa prática inaceitável, e é fundamental que a CBF assuma uma posição de protagonismo nesse enfrentamento.

Também é essencial que o Presidente da CBF dedique atenção especial ao fortalecimento do futebol feminino no Brasil e da presença das mulheres nas decisões sobre futebol. Apesar dos avanços recentes, a modalidade ainda enfrenta desigualdades estruturais e carece de maiores desenvolvimentos.

Além disso, é urgente que a CBF reforce seus mecanismos de proteção a atletas, garantindo um ambiente seguro e respeitoso. E, nesse sentido, recebemos com extrema preocupação as denúncias de assédio sofrido pelas jogadoras do América Mineiro durante a estreia do Campeonato Brasileiro Feminino. Quatro atletas registraram boletim de ocorrência contra um dos assistentes da partida, relatando comportamentos inaceitáveis que violam a integridade e o respeito que devem permear o ambiente esportivo. Esse episódio lamentável reforça a urgência de implementarmos medidas eficazes para prevenir e combater o assédio no esporte, protegendo nossas atletas e garantindo um ambiente seguro e respeitoso para todos.

Sras. e Srs. Senadores, a valorização da mulher no esporte tem sido uma pauta constante e necessária. Nesse sentido, destacamos a realização, em meados de abril, do 2º Fórum Mulher no Esporte – acho que é importante a gente falar de algumas iniciativas que estão ocorrendo no nosso país –, promovido pelo COB (Comitê Olímpico do Brasil). Esse evento, ampliado e com a presença de medalhistas olímpicas, aborda temas cruciais, como liderança feminina; a presença das treinadoras, o que é muito raro, nós temos pouquíssimas treinadoras no ambiente esportivo do Brasil, principalmente no alto rendimento – elas atuam mais na base, com os jovens atletas; e os desafios da maternidade na carreira de atleta.

Iniciativas como essas são fundamentais para promover a equidade de gênero e incentivar, claro, a participação feminina em todas as áreas do esporte.

Eu aproveito para parabenizar a nova Vice-Presidente do COB, a Yane Marques, pelo seu envolvimento com o evento e com esta pauta tão importante para o ambiente esportivo do nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, agora vamos comemorar, né? Uma notícia muito importante: no atletismo nós celebramos a conquista do Caio Bonfim e da Valdileia Martins, os melhores do ano. Eleitos por um júri técnico, eles foram premiados no último domingo na cerimônia do 4º Prêmio Melhores do ano do Atletismo Loterias Caixa, que reconheceu os destaques do ano olímpico. Seus desempenhos exemplares elevam o nome do Brasil no cenário esportivo internacional e servem de inspiração para os jovens atletas em todo o nosso país.

Bom, é nosso dever continuar apoiando e investindo no atletismo nacional, garantindo que talentos como Caio e Valdileia tenham as condições necessárias para prosperar. Aliás, falando em Caio, ontem a World Athletics anunciou que Brasília foi escolhida para sediar pela primeira vez o Mundial de Marcha Atlética por equipes no ano de 2026. A previsão é que o evento aconteça em abril, mês de aniversário aqui da nossa capital, e provavelmente poderemos assistir às tradicionais vias largas da Esplanada dos Ministérios sendo transformadas num cenário que abrigará os melhores marchadores do mundo, inclusive o nosso Caio Bonfim.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – O Caio é daqui?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – É, o Caio é daqui, é de Sobradinho.

Por fim, Sras. e Srs. Senadores, devemos sempre celebrar os recentes resultados positivos do time Brasil em diversas modalidades. Eu vou sempre reforçar aqui, porque eu acho que é importante todos estarem atualizados: no esqueite, a Rayssa Leal brilhou ao vencer a primeira etapa do STU Pro Tour, em Porto Alegre; no surfe, o Yago Dora conquistou a etapa de Peniche, em Portugal, da World Surf League; e, além disso, na canoagem *slalom*, a nossa querida Ana Sátila e o Pepê Gonçalves alcançaram excelentes resultados nas competições internacionais. Esses resultados evidenciam o talento e a dedicação dos nossos atletas e a importância de continuarmos investindo no esporte brasileiro e em suas mais variadas modalidades.

E, diante desses acontecimentos, reafirmo o nosso compromisso em trabalhar incansavelmente para promover as políticas públicas que incentivem o desenvolvimento do esporte nacional, assegurem a igualdade de oportunidades e protejam nossos atletas de qualquer forma de violência ou discriminação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que esta reunião seja produtiva e que possamos juntos trabalhar para elevar o esporte brasileiro a patamares cada vez mais altos, com integridade, respeito e excelência.

Bom, vamos à pauta agora, já agradecendo...

Comunicados da Presidência. Eu comunico que, na próxima quarta-feira, dia 2 de abril, o Ministro de Estado do Esporte, Sr. André Fufuca, comparecerá a esta Comissão de Esporte para expor os assuntos de relevância do nosso Ministério do Esporte. Então, estão todos convidados para participarem conosco na próxima semana, quando estará o nosso Presidente.

Bom, antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 3ª Reunião, realizada em 19 de março de 2025.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

O Senador Kajuru pediu para fazer uma inversão de pauta rapidamente. Vamos para o item... Eu pergunto se nós podemos fazer isso, porque ele vai ter que sair. Pergunto aos colegas se podemos fazer essa inversão de pauta e irmos para o item 2, para depois tratarmos do item 1. O.k.? (*Pausa.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 4439, DE 2024

- Terminativo -

Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, que institui a Lei Geral do Esporte, para incluir entre as exigências da organização esportiva formadora o dever de conscientizar os atletas em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

formação sobre a limitação temporal da carreira esportiva e o planejamento para a transição de carreira.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

1. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 11/12/2024 e 12/03/2025.

Autoria desta Presidente.

Eu concedo a palavra ao Senador Jorge Kajuru para a leitura do seu relatório.

Bom dia, Senador.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Como Relator.) – Bom dia, amiga e irmã, há 30 anos, Leila do Vôlei.

Só aproveitando, na sua fala, eu pensei que você iria esquecer o placar de 4 a 1 de ontem. Se tivesse o Messi, seria 7 a 1.

Eu sou tão abençoado, Girão, que Deus está tirando a minha visão agora, porque aí, se Deus quiser, eu não vejo futebol. Entendeu?

Porque eu não tenho nenhum problema. Até porque o argentino Jorge Luis Borges – para quem já leu esse escritor extraordinário –, na altura da cegueira dele, escreveu os seus melhores livros. O melhor se chama *Elogio da Sombra*, que tem uma frase linda que diz: "O contrário do amor não é o ódio, é a indiferença, é o desprezo. E o esquecimento é a única vingança e o único perdão". Escritor argentino. Porque eu não tenho essa bobagem de odiar a Argentina. Como é que eu vou odiar um país de Carlos Gardel? Pelo amor de Deus!

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – De Messi e Maradona!

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – De Messi e Maradona! Di Stéfano, não é, Portinho?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Di Stéfano!

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Né? Pelo amor de Deus!

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – De Fillol, goleiro do Flamengo.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Exato, goleiro do teu Mengão.

Então, gente, eu sou do tempo, Leila, em que a CBF não era Confederação Brasileira de Futebol, era "casa bandida do futebol". Mas, pelo menos nessa época, quando a gente tomava de 4 a 1, tipo da Argentina, o técnico era demitido no vestiário. Não sei se vocês tiveram a oportunidade de ver, depois da entrevista coletiva dele, ele não viu o degrau e caiu, quase que ele foi para o chão. Mas, na verdade, o "ele tinha que cair" que eu falo era ser demitido. Porque o futebol brasileiro não teve, na nossa seleção, infelizmente, nenhuma evolução. Eu até brinquei com um bolsonarista agora, mas de brincadeira, eu falei: "Ó, o Presidente Bolsonaro não tem muita sorte com futebol, não, porque ele começou a vestir a camisa da seleção brasileira e o Brasil nunca mais ganhou nada!".

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, ele ganhou sim, ganhou um; e o 7 a 1 não foi no Governo dele, não. (*Risos.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Mas não foi no do Lula também não. O 7 a 1 também não foi. Mas é uma brincadeira.

Mas, enfim, eu sou do tempo em que se demitia, né, gente? Não tem condições – concorda, Girão? – de esse Dorival continuar, ué! Pelo amor de Deus!

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Como eu não sou entendedora do esporte, eu só escuto.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Você está sendo entrevistadora, portanto você já sabe tudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, antes de mais nada, eu não faço isso só no mês de março. Quem aqui lê as minhas redes sociais sabe disso. Todo dia eu faço um poema para as mulheres nas minhas redes sociais, ou faço um alerta para os homens. Hoje eu vou trocar o poema por um alerta. Homens, aprendam a seguinte frase minha: antes de conquistar uma mulher, misture-se a ela. Entenderam, homens? Desculpem-me, é a minha especialidade – e aproveitando aqui três damas do nosso Senado presentes e as assessoras também.

Bem, gente, compete à CEsp manifestar-se em proposições que versem sobre normas gerais de esporte, tema presente no Projeto de Lei nº 4.439, de 2024, exímio, por sinal – já a cumprimento, Leila!

Relativamente à constitucionalidade da proposição, verifica-se ser concorrente com os estados e o Distrito Federal a competência da União para legislar sobre desporto, nos termos do art. 24, inciso IX, da Constituição Federal.

No que concerne à técnica legislativa, o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No que tange ao mérito, esta sua proposta, Senadora Leila, se revela extremamente significativa e pertinente, seja por tratar da dignidade dos atletas, seja por promover avanços na responsabilidade social das entidades esportivas. A consciência sobre a limitação temporal da carreira esportiva é essencial para que os atletas entendam a necessidade de planejamento para o seu futuro, uma vez que as oportunidades no esporte profissional são, por natureza, restritas e muitas vezes breves.

A adoção de medidas que garantam a preparação dos atletas para sua transição de carreira contribui para minimizar os impactos negativos que a aposentadoria prematura ou abrupta pode causar. Isso inclui os aspectos econômicos e emocionais, já que a falta de suporte no momento de transição tem provocado, com frequência, além da desestruturação financeira, a perda da identidade pessoal e profissional.

Também, a sua proposta de alteração da Lei Geral do Esporte para incluir essa obrigatoriedade às organizações desportivas representa um avanço substancial na proteção dos direitos dos atletas, por reconhecer a situação de vulnerabilidade. A conscientização e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

planejamento resultam em um ambiente mais favorável à saúde mental, senhoras e senhores, meus únicos patrões, e ao bem-estar dos atletas e, por conseguinte, promovem um ciclo virtuoso que pode transformar a cultura esportiva para que se torne mais inclusiva e sustentável.

Fechando, diante desse contexto, a proposição sob análise se revela meritória e oportuna, na medida em que traz importante aperfeiçoamento para a nossa legislação.

Vou direto ao voto.

Ante o exposto, o voto, obviamente, é pela aprovação deste, repito, exímio Projeto de Lei nº 4.439, de 2024.

Espero que você, Leila, irmã, coloque no seu gabinete um quadro com este meu relatório. Sou humilde, hein? (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – É, hoje você está naquele dia – já vi! (*Risos.*)

Bom, vamos lá.

A votação vai ser nominal.

Em votação o projeto... Não, desculpem! Primeiro, em discussão a matéria. Perdão, gente. Está tão no automático...

Senador Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É, eu gostaria...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perdão. Pois não.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Senadora Leila, Senador Girão, a medida é muito meritória. A minha preocupação é que ela engessasse demais, mas eu vi que não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os temas que aborda são temas fundamentais para a carreira do atleta. É difícil, pois essa garotada começa, muitos acham que vão deslanchar, não conseguem, se frustram e não têm outra opção.

Eu me lembro... Eu joguei futebol.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Ai, ai, ai...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É. Você veja que eu fiz a pausa esperando o seu comentário, Senador Kajuru. (*Risos.*)

Eu joguei futebol. Eu fui até o juvenil, na minha época, do Flamengo – então, não devia ser tão perna de pau assim. Fui goleiro. Vai dizer que goleiro é mais fácil não! (*Risos.*)

Eu me lembro, Girão, de que eu parei de jogar, inclusive, por isso...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O atacante agradeceu.

Era época de prova na escola – e o meu treinador na época era o Liminha, inclusive, ídolo do Flamengo –, e eu tive que faltar no treino para poder fazer a semana de prova. E aí me lembro de que, naquela época – a gente estava falando aí de 1980 e alguma coisa –, ele falou: "Menino, ou estuda ou joga bola, os dois não dá". E eu fiquei com aquilo na cabeça, um dilema para um jovem – não uma criança, mas um jovem – de 16 anos. E, quando eu cheguei à minha casa, fiquei com aquilo... E aí minhas notas pioraram. E o meu avô, que era quem pagava o meu colégio, falou a mesma frase: "Ô, guri, ou estuda ou joga bola". E eu fui estudar, enfim... Hoje, estou aqui, em parte pelos meus estudos, mas a gente nunca sabe o nosso futuro.

E embora isso tenha mudado um pouco... A gente tem alguns atletas que se dedicam aos estudos – é bom que se diga isso. Muitos, inclusive, que se dedicaram hoje estão aí – não é, Leila? – nas confederações, participando na gestão de clubes... Isso é importante, porque a gente tem outros que, depois de uma carreira vitoriosa, que é muito rápida, se aposentam rápido...

Eu soube, por exemplo – quero até fazer um registro aqui –, Kajuru, que o Aldair, zagueiro do Flamengo, campeão do mundo pela seleção brasileira, está vivendo, no Espírito Santo, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma ajuda de R$3,5 mil da associação. É um ídolo do esporte, que deveria estar lá ajudando a treinar a seleção – pelo menos a zaga não faria tão feio quanto ontem –, mas vejam como é difícil essa transição de carreira.

O meu comentário é para elogiar tanto a Leila, pela iniciativa como autora do projeto, que viveu isso, que tem conhecimento de causa, quanto o Senador Kajuru, que viveu e vive também essa realidade como jornalista esportivo – dos maiores do Brasil, agora eu digo. Então, quero elogiar e dizer que o PL encaminha o voto "sim" e votará favoravelmente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigado, Senador Portinho.

Senador Girão? (*Pausa.*)

Bom, rapidamente, eu acho que o Senador Portinho foi muito assertivo. Este projeto se confunde um pouco com a minha trajetória. É muito difícil para um atleta... Muitos deles... Chega um momento, como o Portinho falou... Você devia estar com 16, 17 anos quando decidiu. É esse o momento em que a estrada bifurca, e aí a gente tem que tomar decisões para as quais muitas vezes a gente não está preparado, a gente não tem estrutura. E a gente joga um pouco na sorte. E o que acontece quando nós decidimos e optamos, como foi o meu caso, por nos tornar atletas? Eu dei sorte, disputei Olimpíadas, mundiais, tive títulos individuais como o melhor dentro da minha modalidade, mas eu sei que eu sou uma minoria privilegiada.

E, mais do que isso, eu acho que é importante os clubes, as entidades, todos se envolverem também nessa preparação do atleta, até aquele mesmo que se torna – como você falou do Aldair – uma estrela, mas que não tem uma preparação, se ganha muito recurso e muitas vezes se acaba por total despreparo. Eu acho que isso é fundamental, porque é uma carreira efêmera. Normalmente, Augusta, a gente encerra a carreira com 35, 40 anos, sendo que estamos no ápice de qualquer outra profissão com 30, 40 anos, quando ainda temos muito tempo.

E é isto: o atleta tem que acreditar que dá para continuar, dá para estudar, dá para fazer muitas coisas ainda, se ele tiver o devido preparo e aconselhamento.

A minha preocupação vai nesse sentido, eu sempre tive essa preocupação, porque eu sei... Acho que o fato... Igual ao que o Portinho falou... Cheguei aqui pelos meus estudos, sei que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também grande parte da minha trajetória e por eu estar aqui também é pela minha trajetória como atleta, então, existe essa balança, mas eu sou também uma minoria. Então, é importante, sim, que o atleta seja preparado, que ele seja orientado, que ele tenha esse suporte para o pós-carreira de todo o sistema esportivo.

O atleta fortalece o sistema, é ele que é a estrela principal, é ele que de alguma forma inspira os atletas mais jovens, inspira uma nação, seja um jovem que é atleta, seja simplesmente um jovem que curte esporte. E ali o exemplo do atleta de superação, da pressão ali dentro também serve de inspiração para qualquer área. Tem um exemplo muito positivo a figura do atleta, e ele precisa desse suporte no finalzinho da carreira dele.

Eu gostaria de agradecer o seu relatório, Kajuru, e o apoio dos colegas, porque eu acredito ser fundamental para o atleta esse tipo de iniciativa aqui dentro da nossa Comissão. Obrigada.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Como Relator.) – Presidente, só me permita, Leila...

A sensata fala do Senador Portinho ao se recordar do Aldair...

E eu estava nesta Copa do Mundo em que ele foi campeão, a de 1994, nos Estados Unidos... Eu fiz nove Copas do Mundo presencialmente e seis Olimpíadas, uma delas foi quando eu a conheci, inclusive, pessoalmente. Aliás, conheci também uma argentina – a gente está falando de argentinos aqui, e nos esquecemos de falar de mulher argentina –, uma das mulheres mais lindas, mas mais competentes no tênis – antes de linda, competente – que é a Gabriela Sabatini. Eu fiz uma entrevista com ela. Ela, sentada, Leila – eu pelo SBT –, começou a tirar o tênis, a meia, aí eu falei: "Por favor, deixe-me falar mais do seu talento, a sua beleza a televisão está mostrando". E ela é educadíssima, me deu uma entrevista exclusiva. Eu virei amigo dela, da Gabriela.

Sobre o Aldair, nós aqui devemos dar uma satisfação à sociedade esportiva brasileira, porque somos quatro – o Portinho, eu, Leila e Girão – que participamos da aprovação daquele projeto das casas de apostas, dos 18% que as casas de apostas estão pagando agora de impostos: foi iniciativa nossa incluir os ex-atletas. Lembram-se disso?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Os *masters*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Os *masters*, né? Então, a nossa Comissão poderia enviar um ofício, Presidente Leila, para o Ministério da Fazenda ou para o Secretário de Apostas, para que ele informasse quanto, mensalmente, esses ex-atletas, *masters*, estão recebendo entre os 18% que nós fizemos questão de incluir. E, agora, ao tomar conhecimento dessa notícia do Aldair, o que é muito triste, porque eu era amigo dele acima de tudo. E não tem só ele, né?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Não.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Essa é a verdade.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Se nós formos parar para falar... Eu também tenho uma lista aqui de atletas que...

Então, é por isso a iniciativa.

Parabéns pelo relatório, Kajuru.

Bom, a votação será nominal.

Em votação o Projeto de Lei nº 4.439, de 2024, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Eu vou pedir para a nossa mesa da Comissão abrir o painel.

Já podem votar, por favor.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Eu consulto as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estão presentes se já votaram. (*Pausa.*)

Então, nós atingimos o quórum de votação.

A votação está encerrada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou pedir para a mesa abrir o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Votaram SIM 5; NÃO, 0.

Abstenção: 0.

A matéria, o projeto está aprovado, já parabenizando meu parceiro aqui, Jorge Kajuru, pelo relatório e apoio, apoiamento de todos os colegas.

O projeto está aprovado e a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Vamos para o item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 4842, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 14.448, de 9 de setembro de 2022, para instituir campanha permanente de conscientização em arenas esportivas e respectivas transmissões dos eventos para a prevenção e o enfrentamento da violência contra a mulher.

Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a Emenda nº 1-CDH.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. A matéria constou da pauta da reunião do dia 19/03/2025.

3. Em 19/03/2025, foi concedida vista ao Senador Carlos Portinho, nos termos regimentais.

4. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a(s) emenda(s), nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Bom, agora de manhã, eu e a Senadora Augusta estávamos numa reunião das bancadas da Câmara e do Senado com a Ministra Cida, para tratar de inúmeros itens da pauta, dentre eles a diminuição do Orçamento para ações de combate à violência contra a mulher. Pasmem: no Orçamento estavam previstos 162 milhões, foram cortados 110 milhões, só temos 52 milhões para um país que vive uma epidemia, aliás, uma epidemia não, uma pandemia de violência contra a mulher e de feminicídios.

Eu acho, assim, eu convido, convido mesmo... Às vezes, quando a gente trata aqui de pauta feminina, é minha obrigação, como Líder da Bancada Feminina. Isso não é um papo demagógico, não é um papo de esquerda, de direita, é um papo de Brasil, de sociedade.

Qual é a minha preocupação hoje? Eu convido os colegas para que todos nós possamos ter acesso às estatísticas. Nós temos o Observatório da Mulher aqui, o próprio Ministério da Justiça lança os números anuais sobre os índices de violência e, entre eles, está a questão da violência contra a mulher, os índices de feminicídio, enfim, inúmeras estatísticas, porque eu acho que a gente ainda tem tratado não com a devida responsabilidade e prioridade – quando a gente trata – essa violência. A impressão que me dá, e eu até comentei algumas vezes – inclusive, me emocionei, e já pedi mil desculpas, porque a gente se emociona, a gente fica histérica, dizem, mas, como eu falei, eu não perdi essa minha capacidade de me emocionar –, é de que é uma preocupação que deveria ser de todos nós, sem exceção.

Então, quando a gente traz algumas iniciativas para dentro das Comissões, é porque a gente tem total ciência do que está acontecendo. Quando nós estamos tratando deste Projeto 4.842, de iniciativa da Senadora Augusta, é porque isso foi tratado dentro da Bancada Feminina, foi conversado com a Ministra e todo o Congresso tem ciência, pelo menos, as bancadas. A Bancada Feminina tem muita ciência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, como essa emenda chegou agora de manhã e a gente adiou a conversa para a semana... Chegou na semana passada, tivemos uma semana, chegou a emenda agora de manhã e, por cautela, já pedindo desculpas à Senadora Augusta, principalmente, eu resolvi adiar, mas eu queria trazer à consciência dos colegas.

Eu sei que a ludopatia é um tema que nós temos discutido diariamente aqui, temos tratado do racismo, inclusive, na minha fala, diariamente, mas a gente não pode tratar a violência contra a mulher simplesmente como uma pauta nossa. Eu estou trazendo esse tema para cá porque, quando a gente fala de campanha, de campanha de conscientização, eu não estou falando de campanha publicitária. Eu não posso dizer que só o Estado tem o dever de tratar dessa pauta. Isso é uma pauta da sociedade. Nós estamos falando que mulheres estão sendo assassinadas, mulheres estão sendo vítimas de todo tipo de violência em qualquer lugar, inclusive nos jogos de futebol. Então, aqueles que promovem o espetáculo, que ganham com o espetáculo, e não é pouco, em publicidade, em ingressos, em estádios lotados, todo mundo tem que ajudar, que participar. Para mim, eu encaro, inclusive, até como um gesto: um gesto das TVs, um gesto dos patrocinadores, um gesto das torcida, um gesto de toda a comunidade que está fazendo aquele espaço para com as mulheres. É isso!

Que façamos só justiça neste mês de uma forma respeitosa. Esse é um apelo que não é da Líder, não é da Presidente desta Comissão; é um apelo das mulheres do nosso país que frequentam jogos de futebol, que, às vezes, estão em casa assistindo aos jogos de futebol com o marido, ele vai bebendo, ele vai se irritando, vai lá e dá um tapa nela na frente dos filhos. Isso é real, eu não estou inventando.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Aumenta 21%.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pronto.

Eu vou deixar agora a nossa autora falar, porque é um apelo. Eu estou fazendo um apelo, que tratamos... Eu sou a Presidente desta Comissão. Vamos tratar, sim, sobre a ludopatia, vamos tratar sempre, sempre terão o meu apoio com relação ao racismo e a qualquer tipo de discriminação, mas, de uma forma muito especial, é um gesto que nós estamos fazendo às mulheres do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu acho que a TV, que os patrocinadores, que os clubes, 15 segundos que nós estamos pedindo, vamos fazer alteração, tem alteração lá, de 15 a 30 segundos. Nós não estamos pedindo nada, para um espetáculo de duas horas; 15 segundos para tratar de uma temática fundamental; é um gesto para com as mulheres do país.

Então, assim, só de forma muito especial. Vou adiar a votação, eu vou adiar, para pedir aos amigos, aos meus colegas parceiros desta Comissão, que a gente só ponha a mão na consciência e façamos esse gesto de tratar como prioridade essa pauta, e, numa outra oportunidade, se for pertinente, se vocês acharem correto e necessário, vamos tratar das demais, mas é só um gesto que eu peço.

Vou passar a palavra para a Senadora Augusta.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Para discutir.) – Obrigada, Senadora Leila.

Quero aqui cumprimentar todos os Senadores, assessores, as Senadoras.

É exatamente desta forma como eu vejo, como disse aqui tão bem a nossa Relatora, a quem eu já agradeço pelo relatório que foi apresentado. Eu também ainda não tive como estudar e ver a emenda que foi sugerida agora, exatamente pelo motivo que a gente estava fora, e foi apresentada agora pela manhã, mas eu queria aqui... Eu sei que já foi retirado de pauta, eu quero aqui agradecer a consideração da nossa Relatora e Presidente, mas eu queria colocar aqui alguns pontos, para que servissem de reflexão, embora não seja a discussão, porque depois eu vou discutir, mas em defesa também deste projeto.

Trata-se de uma mudança na lei, exatamente...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Aliás, Senadora Augusta, não é só as mulheres não, são as famílias, porque, quando um marido bate na mulher na frente dos filhos, isso não afeta só a mulher não, o filho está assistindo aquilo ali, então assim, nós estamos fazendo um gesto à família brasileira; às mulheres, mas é óbvio, às famílias.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Às famílias, exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trata-se aqui de uma mudança que a gente propôs, dentro de uma lei que se criou e foi aprovada aqui pelo Senado Federal, que é a Lei do Agosto Lilás. A gente não está mudando nem a Lei Geral de Esporte, porque, na Lei Geral de Esporte, no seu art. 11, no inciso XVII, já consta que o esporte atribui ao sistema nacional do esporte a responsabilidade de :

> XVII - adotar as medidas necessárias para erradicar ou reduzir as manifestações antiesportivas, como a violência, a corrupção, o racismo, a xenofobia, a homofobia, o sexismo e qualquer outra forma de discriminação, o uso de substâncias ilegais e os métodos tipificáveis como dopagem;

Já consta na Lei de Esporte. A gente está só botando e pedindo essa alteração na Lei do Agosto Lilás, que é uma lei específica, que fala sobre o combate à violência contra nós mulheres. Então, estamos mudando especificamente uma lei que fala de violência contra as mulheres, não tirando o mérito e nem o debate de outra possibilidade em que se possa ter a oportunidade de também constar. Eu também não tive como me aprofundar na questão da emenda. Pode até ser questionado, por que está se pedindo e se criando essa lei especificamente?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Porque a gente tem que tomar medidas específicas e direcionadas em relação ao combate à violência contra nós mulheres.

Nós temos aqui dados, essa pesquisa foi do Fórum Brasileiro de Segurança, que, em dia de jogos de futebol, especialmente futebol, aumenta a violência física contra nós mulheres em 21%. Ela não precisa nem estar dentro do estádio de futebol. É do Fórum Nacional de Segurança Pública.

E não precisa nem de ela estar no estádio de futebol, mas aquela frustração, muitas vezes, do homem, pelo machismo estrutural, que foi construída na vida inteira dele – também não o culpo; aqui ninguém está para culpar ninguém...

Então, o que se pede é que, dentro dos estádios onde tem uma maioria de número de homens, porque também existe um dado aqui dizendo que 90% das agressões cometidas contra as mulheres nos dias... são pelos homens. Então, ali é um espaço em que tem, na sua grande maioria, homens. Se a gente puder fazer esta prevenção de 15 segundos, fazendo essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

propaganda, que eu também acredito que a sociedade como um todo e as empresas deveriam pedir para fazer, como a gente vê no Magazine Luiza, que faz aí tantas ações independentemente da ação do Governo ou não... A gente tem que chamar a sociedade para a responsabilidade, que também é nossa, porque a gente não vai conseguir verdadeiramente diminuir nem acabar com a violência contra nós mulheres se a sociedade por inteiro não se envolver nesse combate à violência.

E também foi dito aqui, eu tenho muitos dados aqui de pesquisas que falam também sobre a questão dessas agressões físicas que são cometidas: 78% são de ex-companheiros ou companheiras. Então, a gente sabe que ali é a violência doméstica familiar. Se a gente puder fazer esse gesto para as mulheres brasileiras de poder ter essa inserção dentro das arenas de futebol, seja no jogo de futebol, seja em qualquer outro tipo de jogo, de 15 segundos, até a gente tirar essa limitação de tempo – pode ser até um tempo menor –, mas que se consiga passar uma mensagem exatamente desconstruindo o machismo, fazendo com que...

Eu sei, minha Senadora, Senadores aqui, que essa iniciativa, para alguns ou para algumas pessoas, pode-se até dizer assim, "está sendo repetitiva", "já existe uma lei do esporte", mas não é! Eu acredito que, se com essa lei aprovada, a gente conseguir realmente botar essas inserções de prevenção à violência contra nós mulheres, e através dessas inserções a gente conseguir fazer com que uma mulher não sofra violência, para mim já valeu. Porque se fala de uma mulher, se fala de uma família, se fala de uma estrutura, e é assim que a gente tem que construir, aos poucos. Pode parecer pouco para alguns, mas, para nós, que sentimos e sabemos do grande nível de violência que existe contra nós, mulheres, a gente sabe que é essencial.

Eu não queria fazer o discurso agora de defesa, porque não é o debate, mas eu queria falar só para poder tentar sensibilizá-los e dizer que a gente está totalmente à disposição para mostrar os dados que a gente tem, para mostrar a importância e para construir, se for o caso, alguma alternativa também de outras coisas que tenham que ser faladas no estádio, enfim, outras iniciativas que não através desse projeto. Eu queria que esse fosse, de uma forma mais rápida, aprovado, se assim for, para que a gente pudesse ter a sanção dele e essa obrigatoriedade. Muitos estádios, inclusive aqui em Brasília, já fazem; no Ceará já faz também essa inserção, mas a gente queria que todo o nosso país pudesse também fazer esse grande gesto aí de prevenção e combate à violência contra nós, mulheres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, minha Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Eu só vou fazer uma correção, porque, mais que uma obrigatoriedade, é uma parceria. Acho que é uma grande parceria.

Senador Portinho, mas já dizendo que nós vamos retirar para reexame...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Não, sim, mas eu preciso também aqui ocupar esse lugar de fala, primeiro, porque qualquer propaganda é dirigida aos homens, né? Porque, na luta contra o combate à violência feminina, contra a mulher – desculpa, a violência contra a mulher –, ou a gente envolve os homens ou ela não vai nunca chegar ao que a gente pretende.

E aqui eu falo como homem e me sinto muito à vontade de falar no tema, primeiro porque a história da minha família é ligada à luta dos direitos da mulher. Minha tia Carmen Portinho foi sufragista junto com Bertha Lutz, primeira mulher urbanista do Brasil, terceira mulher engenheira. E o mais importante, agora é diretamente sobre o tema: muitos não sabem, mas a minha mãe, como psicóloga, tem a vida dela dedicada à assistência a mulheres vítimas de violência. Então, esse é um tema que é muito presente dentro da minha casa desde garoto e hoje mais ainda. Minha mãe presta assistência, em cinco municípios do Rio e em Minas Gerais, gratuitamente, inclusive, em muitos, a essas mulheres.

Então, primeiro eu quero aqui mostrar as nossas convergências, dizer que essa é uma causa muito meritória.

O que eu trago na emenda... E aí eu procurei... quero dizer, a lógica dela é fazer do limão uma limonada, e com um resguardo, porque, fazendo uma pesquisa aqui no sistema da Câmara e do Senado – e até estimulo que façam –, tem mais de uma centena de projetos que querem expropriar tempo de TV para causas que são, como todas essas, meritórias, valiosas para a nossa sociedade. Então, a gente teria quase 15 horas diárias de tempo de TV dedicado a causas.

Quando a autora do projeto fala do estádio – eu não vi aqui, ela fala *en passant* do estádio –, eu acho que o principal, o que me chamou a atenção, é justamente pegar um tempo que é privado. Embora seja uma concessão, é privado. A gente não está falando para a Confederação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasileira de Futebol pagar, do que ela recebe de direito de imagem, de transmissão, essa propaganda; a gente está falando para tirar das empresas de rádio e de TV – é diferente –, ou seja, elas pagam ao detentor dos direitos de transmissão e ainda iriam perder, por força da lei, um tempo de TV. E, considerando que tem mais de uma centena de projetos com causas valiosas tanto quanto esta que querem o mesmo, a gente vai abrir um precedente. Então, eu procurei fazer do limão uma limonada, para a gente poder equacionar essas duas questões.

E agradeço por retirar de pauta, porque aqui eu acho que a gente tem que buscar as nossas convergências. Eu comecei falando das nossas convergências e eu sou favorável ao projeto, à lógica do projeto. O que eu estou discutindo só é a forma. E a minha emenda mexe muito pouco no mérito e mexe muito na forma, sim. Por quê? Da violência contra a mulher, é fundamental que, por peças publicitárias, haja a conscientização. Que isso esteja exposto para que as pessoas criem consciência. Agora, no esporte, além do problema – porque eu conheço os dados, que são verdadeiros e são severos – de violência contra a mulher, principalmente depois das partidas de futebol, a gente não pode se esquecer da violência entre torcidas. Lá na partida de Santa Cruz e Sport, houve pessoas empaladas – empaladas! – na rua e mortes. A gente não pode se esquecer de um outro problema do esporte, que é a ludopatia – e a gente está aqui, inclusive, com outros assuntos de publicidade e restrição e a gente tem que buscar publicidade positiva, aquela que conscientiza a pessoa do que é a ludopatia e não só a publicidade de compra e batom, jogue, jogue, jogue, jogue, que é o outro tema que a gente tem hoje.

E o racismo! Gente, o racismo é estrutural e é um problema que a gente está vendo aqui agora, esse é imediato, esse é na tela da TV, literalmente, para todo mundo ver. Ontem, na partida, um rapaz pardo até, argentino, fazendo sinal de macaco para o torcedor brasileiro, que era branco. Para você ver como é que está enraizado, o rapaz era pardo, o argentino. Você vê o que acontece com o Vini Jr. nos campos do mundo, com os atletas negros.

Nesse aspecto, eu não estou querendo diminuir a causa que é a proteção à mulher, o combate à violência contra a mulher; ao contrário, eu estou trazendo dentro de outros temas que, no esporte, como meio de propagação, são relevantes e são presentes tanto quanto o combate à mulher.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha emenda coloca a violência de torcidas, junto com a contra as mulheres, ludopatia e racismo.

E outro ponto em que eu mexo é a forma. Como a gente vai custear isso? Expropriando? No país, essa palavra não cabe. Direito de propriedade e concessão... A gente não pode ir tirando pedaço da iniciativa privada, gente. A gente tem que achar uma forma disso fazer.

Quando a Senadora Leila fala que diminuiu o orçamento para o combate à violência contra a mulher, o que é lamentável, principalmente neste Governo...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Foi o Congresso que votou.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim...

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Tudo bem, então tudo bem... Vamos deixar a questão política de lado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Isso, eu te peço isso.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Está bem.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Isso foi um Relator e com a conivência nossa aqui, votação absoluta.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vamos deixar a questão de lado, então, porque aumentou do MST, diminuiu do esporte, tudo bem... Vamos deixar tudo isso de lado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Meio ambiente, COP 30 agora chegando, combate a incêndio zero, mas enfim...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas, quando você diz que reduziu no Orçamento a verba para combate, eu estou dando aqui inclusive uma alternativa a isso. O meu projeto aumenta o orçamento, porque ele pega a Lei 12.232, de 2010, que é lei – é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lei – que regula a publicidade dos governos – e não só do federal. Eu não trato só de Governo Federal, porque a gente sabe que tem competição, como o Campeonato Carioca, o Campeonato Paulista, que não é Governo Federal, é estado.

Eu estou pegando a lei que já tem a previsão, e que talvez seja... E aí, sim, eu vou falar deste Governo em que o maior orçamento de todas as pastas seja publicidade, dizendo que o Governo vai pagar isso, porque está dentro da cota de publicidade dele. Ele já tem para gastar. Por que ele não pode gastar, então, com uma campanha positiva, seja para coibir a violência contra a mulher, seja a ludopatia, a violência distorcida ou o racismo? Eu acho que assim a gente resolve a fonte, porque recurso tem. Esse recurso de publicidade de Governo tem; aliás, ele aumenta a cada ano. Então, eu estou tentando buscar...

Com isso, a gente dá também uma resposta aos outros mais de cem projetos que a minha equipe levantou que tem para a causa do câncer, para a causa do idoso, porque a gente vai, então, colocar dentro do mesmo saco, do mesmo recurso lá na frente.

Agora, se há um problema na sociedade, Leila, desculpe, mas é um problema do Estado, sim! É um problema do Estado na hora em que ele cria, como no Rio de Janeiro, a delegacia da mulher. É um problema do Estado quando ele cria a Patrulha Maria da Penha. E por que não pode, na sua publicidade, em vez de gastar tanto com o que gasta – e a gente todo dia ouve nas rádios e vê nas TVs –, ele gastar com uma campanha positiva, sendo que a Lei 12.000 exige e a Lei Geral do Esporte também?

Então eu estou tentando do limão fazer uma limonada e eu peço essa sensibilidade de todos, porque a nossa causa é convergente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Senadora Augusta.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Pela ordem.) – Rapidamente aqui, só para contribuir. Como eu não tive acesso à emenda, eu não posso nem questionar nenhum ponto dela ainda. Mas, da mesma forma, a gente tem uma lei, que aqui me passaram, que também institui uma verba das loterias brasileiras para os times, o que também poderia ser uma saída, para que se pudesse também garantir... Então a gente pode pensar em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alguma forma desse financiamento, porque essas verbas que são destinadas, que são a Timemania, a loteria brasileira, distribuem parte da sua arrecadação também para os clubes de futebol. Por que também os clubes de futebol não podem patrocinar, de certa forma, uma coisa que é um benefício para todos?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Augusta, mas deixe-me só...

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Vamos assim pensar.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Isso é questão só de esporte, só em cima. Porque a Timemania... A gente pensa que o clube de futebol é o Flamengo, que tem 1 bilhão de faturamento, é o Atlético Mineiro, é o São Paulo, é o Palmeiras. A Timemania distribui dinheiro para o Alecrim, para o Brasiliense, para o Volta Redonda.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Hã-hã.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Aí a gente vai mexer no orçamento do esporte, mas isso eu e a Leila aqui temos inclusive resistido, porque no final falta dinheiro para o atleta.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Eu estou querendo arrumar uma saída.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É um projeto sobre campanha publicitária. Eu estou pegando, de uma obrigação, de uma lei que existe já, tanto da Lei Geral do Esporte quanto dessa 12.232, um caminho para a gente implementar isso, porque o cobertor é sempre curto.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – É.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu acho também que tirar de um clube... Da Timemania está se tirando de clube que não tem nem partida televisionada. Então está tirando duas vezes.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Mas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Deixe a Senadora Augusta concluir o seu...

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Não é para a televisão, é para o público que está dentro do estádio.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A publicidade... Deixe-me até deixar claro, não sei se no projeto está claro isso.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Não, não vi, não. A questão é uma sugestão...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Esses 15 segundos dentro do estádio, eu não tenho... se quiser colocar como obrigação dos clubes, do organizador da competição, eu não tenho nenhuma ressalva. Nenhuma ressalva, porque isso aí no telão do Maracanã é o famoso não custa nada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Olhem só, Augusta, Portinho, vamos lá.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – É por isso que eu acho que a gente pode entrar num acordo.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Não, sabe por quê? Porque quando a gente fala de racismo, Augusta, quando um atleta é vítima de um racismo, automaticamente, ao vivo ali, na TV, todo o público está vendo, existe solidariedade. Nós estamos falando de uma ação que nós não estamos vendo, que é na casa da vítima e que é muitas vezes provocada por esse espetáculo. E acho que todos, sim, têm que dar a sua contribuição, Portinho. Então assim...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Se quiser restringir no estádio à questão do combate à violência da mulher, eu estou de acordo.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Mais uma vez, não vamos restringir, nós vamos para o debate. Já falando...

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Eu comecei isso aqui chamando a empatia dos colegas à temática, ao objeto do projeto. Mais uma vez eu chamei vocês à reflexão. Trata-se de um gesto às famílias e às mulheres.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas por que o preconceito, então, em relação ao racismo, ao ludopata?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Não é preconceito, Portinho. São ações... Não, deixe-me lhe falar.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Desculpe, mas a empatia recíproca, Senadora Leila. A causa é a convergência.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Nós estamos falando de uma lei específica...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Olha só, Portinho, você está querendo inverter a situação. Eu não vou entrar no debate com você aqui. Nós vamos conversar fora, de forma civilizada, tá? Como a gente sempre fez, sempre fizemos... sempre fizemos. Então, assim, vou retirar para fazer a nossa... Vamos adiar e vamos fazer o reexame...

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Até porque a gente ficar mudando uma lei que fala especificamente da violência...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Vamos debater, vamos tranquilo, vamos conversar. Mais uma vez, só isso, só reforçando: é só um gesto. E acho que todo mundo pode contribuir, mas nós vamos para os argumentos. Vamos conversar como a gente sempre conversou – nós, as nossas equipes, inclusive. Por favor, Senadora Augusto, se quiser participar, Senador Chiquinho também. E é isso. Volta para reexame, vamos adiar para reexame e volta na próxima semana para a pauta o projeto. Já agradecendo... já agradecendo. Eu não estou querendo fazer aqui nem um cavalo de batalha, nem um cabo de guerra. Muito pelo contrário, eu acho que é simplesmente uma situação que está acontecendo, que é real, e seria um gesto. E nós vamos trabalhar para que a gente consiga entrar numa convergência, de uma forma bem tranquila, Portinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Isso... E baseado em pesquisa, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Eu o conheço, pois todo mundo aqui é bem tranquilo. (*Risos.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Do amor.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – É, tranquilo.

Vamos, então, agora para o item 3 da pauta, não é?

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 6, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que a Comissão de Esporte avalie o Programa Paradesporto Brasil em Rede, no exercício de 2025.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)

Inclusive, eu vou conceder... Ela está no remoto. Eu vou conceder a palavra à Senadora Mara, que é autora do requerimento, para sua fala.

Bom dia, Senadora Mara.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Para encaminhar. *Por videoconferência*.) – Senadora Leila, bom dia a todos.

Sra. Presidente, requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Esporte avalie o Programa Paradesporto Brasil em Rede, no exercício de 2025.

O Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR) é uma iniciativa do Governo Federal para democratizar o acesso ao esporte para pessoas com deficiência no país, especialmente nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regiões Norte e Nordeste. Instituído pela Portaria do Ministério do Esporte nº 38, de 19 de março de 2024, o PPBR propõe a criação de uma rede colaborativa entre núcleos estabelecidos em universidades e institutos federais de ensino, oferecendo atividades paradesportivas gratuitas e estimulando a produção científica relacionada ao tema.

O programa destaca-se por sua relevância social ao priorizar a inclusão e assegurar que ao menos 50% das vagas sejam destinadas a mulheres e meninas com deficiência. Além disso, prevê o fortalecimento da formação profissional em Educação Física e áreas correlatas, promovendo a qualificação técnica necessária para atender adequadamente às especificidades desse público.

Considerando a importância social, educacional e inclusiva do PPBR, bem como seu potencial impacto positivo sobre a saúde e a qualidade de vida das pessoas com deficiência, acreditamos ser fundamental acompanhar e avaliar o desenvolvimento desse programa já em seu primeiro ano de execução. Ao nosso ver, a avaliação permitirá identificar os pontos fortes e possíveis desafios desde a fase inicial de sua implementação, garantindo intervenções tempestivas e eficazes para seu aprimoramento contínuo.

Por esses motivos, entendemos que a escolha dessa política pública para avaliação por parte da Comissão de Esporte terá grande importância para assegurar que seus objetivos sejam plenamente atingidos, contribuindo para a efetiva inclusão e melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência no Brasil.

Muito obrigada.

Estou emocionada aqui, Presidente Leila, porque não tem uma ferramenta de inclusão mais poderosa do que o esporte, então é uma alegria com emoção poder fazer essa leitura aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Para nós que é uma honra, Senadora, ter a senhora conosco aqui na Comissão de Esporte tratando de um setor do esporte nacional, que é o paradesporto. Em melhores mãos impossível! E o paradesporto nacional é um exemplo de vida, de superação, traz tantas medalhas para o nosso país! É incrível a gente estar neste momento tratando dessa política, vamos tratar dela com muita responsabilidade, ainda mais tendo você à frente desse trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – E, Presidente Leila, além de ser um exemplo para o Brasil, tem sido um exemplo para o mundo.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Sim, nossa, é uma potência!

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Porque a gente saiu lá de baixo para ir parar lá em cima, com aqueles países que há muitos anos já têm centro paraolímpico...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Em São Paulo, é maravilhoso.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – ... e agora que nós temos centro paraolímpico em São Paulo, a gente mudou de patamar. Então a gente tem que dar valor, para que os nordestinos e o povo do Norte consigam também, porque eles vêm frequentando aqui, mas a gente quer fazer com que isso se dissemine – e esse é um exemplo para todo mundo.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito. Nós estamos entre as cinco maiores potências do paradesporto mundial.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Parabéns ao nosso paradesporto.

Por favor, Senador Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Muito bom, muito bom ouvir nossa Senadora Mara Gabrilli numa causa tão valiosa, tão importante, que nos remete à inclusão – e o esporte é uma grande ferramenta de inclusão.

Você sabe, eu fiquei muito triste, Senadora Leila, porque recentemente os atletas paraolímpicos, Senadora Mara, foram ao Cristo Redentor, na minha cidade; e, para a vergonha de todo carioca, o ICMBio não tem nenhuma acessibilidade, não criou nenhuma acessibilidade, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atletas paraolímpicos não puderam ver o Cristo Redentor. Você sabe que por isso, entre outras razões, é que tem um projeto já aprovado na Comissão de Turismo, que está indo para a Comissão do Meio Ambiente – por isso que eu digo –, para a gente voltar à origem da história e a Igreja Católica, que sempre teve uma solidariedade com todos, poder retomar o que foi dela, que é o patrimônio que é o Cristo Redentor. E que possa fazer o que o ICMBio não faz, porque foi uma vergonha de página de jornal os atletas não poderem ir ao Cristo Redentor por falta de acessibilidade; eram os atletas paraolímpicos.

Então faço um registro e elogio a sua iniciativa também, Senadora Mara.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito, Senador Portinho.

Mais alguém para comentar? (*Pausa.*)

A votação será simbólica.

Mais uma vez agradeço, Senadora Mara, a sua participação e iniciativa.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento apresentado pela Senadora Mara permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Vamos dar os encaminhamentos.

Obrigada, Senadora Mara. Grata pela participação.

O item 4 da pauta eu vou subscrever, é o Requerimento da Comissão nº 7.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 7, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Esporte avalie o Programa Segundo Tempo como política pública, no exercício de 2025.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

Fica subscrito por mim.

Vou ler aqui o requerimento dela, para o entendimento dos colegas.

> Há um entendimento consensual de que os esportes desempenham um papel essencial na vida da população, abrangendo uma ampla gama de benefícios que se estendem desde a saúde física e mental até o desenvolvimento social e educacional.
> O Programa Segundo Tempo, iniciativa do Ministério do Esporte, tem por objetivo democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social oferecendo, ademais, oportunidades para a descoberta de talentos esportivos.
> Reconhecido esse potencial transformador dos esportes, o Governo Federal tem implementado políticas públicas para fortalecer o senso de comunidade, reunindo a população em torno de um interesse comum, promovendo o lazer e entretenimento, desenvolvendo o turismo esportivo, gerando inclusão social, oportunidades e redução da violência.
> Diante dessas iniciativas, torna-se essencial que a Comissão de Esporte avalie o impacto desta política pública, importante para o desenvolvimento da prática esportiva no Brasil, para o fomento ao esporte amador e educacional, para o lazer e a inclusão social. Essa análise permitirá identificar avanços, desafios e oportunidades, garantindo que o país aproveite plenamente a capacidade de transformação social, promoção da inclusão, o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida dos brasileiros [todos].

Bom, esse é o texto.

Nós vamos colocar em votação também, para fazer a análise do Programa Segundo Tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Só para eu entender: é uma Subcomissão? Como é que a gente faz essa análise, Leila? Desculpe-me.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Boa pergunta. Deixe-me consultar aqui. (*Pausa.*)

Ah, tá. Na verdade é uma sugestão... Em cada Comissão, neste ano, nós vamos avaliar dois tipos de política pública. Então, essa é uma das sugestões, da Senadora Teresa: o Programa Segundo Tempo, que já é conhecido pela maioria, já tem um histórico.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim. E tem até uma questão...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – E aí ela dá, como sugestão, essa avaliação pela Comissão.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu registro o meu interesse e os parabéns pela iniciativa, até porque eu tenho visitado muito o programa que as Forças Armadas fazem...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – O Profesp.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O Profesp.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Eu apoio, é sensacional.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, é fantástico.

E eles me trouxeram... Você sabe, o Profesp e o Segundo Tempo não são programas que se anulam, eles têm que se somar. E, numa das visitas que eu fiz – não lembro qual era a força –, disseram-me que estavam perdendo aluno, porque os alunos estavam indo para o Segundo Tempo, senão perderiam alguma coisa lá. Eu confesso...

Então, é até para a gente avaliar isso, porque todo programa, toda política pública de segundo tempo é valiosa, e é bacana que se somem. Legal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Boa. Sábia observação.

Bom, eu me perdi aqui, só um minuto.

Vamos colocar em votação simbólica.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento foi aprovado.

Já parabenizo a Senadora Teresa, e eu vou acompanhar esse debate aqui, que é bem interessante.

Inclusive podemos chamar as Forças Armadas para vir falar um pouquinho também do projeto, do Profesp.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – O gargalo, né? Exatamente, exatamente. É, exatamente.

Vamos para o item 5 da pauta.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senadora Leila...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pois não.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Eu não sei... Aquele requerimento da audiência pública, da lista de participantes, se pudesse passá-lo à frente, porque eu tinha outro compromisso. Por uma boa razão, nós chegamos aqui a um acordo em número de participantes e nomes, e eu queria só relatar. É aquele projeto que eu relato, sobre as apostas, junto com o Senador Petecão. Combinamos de fazê-lo juntos e, depois da audiência pública, o Senador Petecão abre mão da relatoria para mim e nós fazemos um só. (*Pausa.*)

É o item 4...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Não, é item 5, é o que eu estou lendo agora.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ah, é. Desculpe.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pode ser?

Então, vai lá.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 8, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 2/2025 - CEsp sejam incluídos os convidados que relaciona.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO) e outros

Autoria: Senador Jorge Kajuru, Senador Romário e Eduardo Girão.

Eu vou conceder a palavra ao Senador Carlos Portinho, para a leitura do requerimento.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para encaminhar.) – Sra. Presidente, requeremos, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública objeto do Requerimento 2, de 2025, da Comissão de Esporte, sejam incluídos os seguintes convidados.

E aí eu abro parêntese aqui para esclarecer que chegamos a uma convergência. Eu conversei com o Girão – com a assessoria, com ele –, conversei com os outros Senadores que indicaram. Havia um número muito grande: cerca de 33 pessoas para serem ouvidas. E aí, por mais que a gente divida em dois dias, não seria o suficiente, iam ter que ser quatro dias para ouvi-las.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, de uma maneira salomônica, cada parte abriu mão de um lado ou de outro. E aí eu vou até ir lendo agora os nomes e dizendo a lógica para que todos entendam.

Convidado o Sr. Regis Dudena, Secretário de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, e com isso o Governo se faz representado; inclusive o próprio Ministério do Esporte, que eu estou excluindo, na verdade, mas porque o Governo já está representado pelo Ministério da Fazenda. Eu acho que ele tem dados para nos trazer.

O Sr. José Francisco Manssur, ex-Assessor Especial do Ministério da Fazenda, nós estamos retirando porque o Ministério da Fazenda já está também representado.

Então, Regis Dudena é o convidado.

O Sr. Ednaldo Rodrigues, Presidente da Confederação Brasileira de Futebol, ou quem ele indicar para falar sobre o assunto, naturalmente, representando a CBF. O futebol é onde tem um volume maior, inclusive, de todas as modalidades de apostas e de publicidade.

O Sr. Paulo Wanderley Teixeira é outro convidado, porque ele representa... Na verdade, desculpe, não é mais o Paulo Wanderley Teixeira, é o Sr. Marco La Porta...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – É o La Porta...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... que é o Presidente do COB.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Importante, importante.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Corrigindo aqui: o Marco La Porta, ou quem ele indicar, porque o COB representa todas as outras modalidades fora o futebol.

Com isso, eu estou dispensando a indicação do Radamés Lattari, Presidente da CBV, porque a CBV já está representada pelo COB e este poderá falar por todos.

O representante do Banco Central é desnecessário nesse assunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou mantendo o representante – estamos mantendo, né?, porque isso é uma convergência – da Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão), que são os veículos maiores de publicidade.

Estou mantendo o Sr. Rodrigo Saraiva Marinho, Diretor Executivo do Instituto Livre Mercado. E, com isso, o representante da Associação de Bets e Fantasy (ABFS), que pediu para participar... Eu sei que a ABFS é uma coligada do Instituto Livre Mercado. Então, peço que entre em contato com o Instituto Livre Mercado e transmita ao instituto que a represente aqui, entre outros que ele representará. Então, o Sr. Rodrigo Saraiva Marinho, Diretor Executivo do Instituto Livre Mercado.

A Sra. Juliana Albuquerque, Vice-Presidente Executiva do Conar, que é um órgão de autorregulamentação publicitária. Importantíssima a presença.

Um representante da Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL). E, com isso, estou dispensando – estamos dispensando – um representante da Associação Internacional de Gaming (Aigaming), porque a nacional já está representada, essa é a lógica.

O Sr. Rodrigo Mattos, jornalista do *UOL*, poderia aqui contribuir, mas eu acho que é importante ouvir o setor diretamente. Então, está sendo dispensado.

O representante da empresa Betano, que pediu para participar, e o da empresa Sportingbet também – o CEO da Sportingbet –, pediram para participar e são os mais atingidos, naturalmente, pela restrição de publicidade, de uma forma para o bem e para o mal.

O Sr. Eduardo Godoy, Vice-Presidente do Cenp – Fórum da Autorregulação do Mercado Publicitário. Importante o Cenp também se manifestar aqui, porque trata de autorregulamentação junto com o Conar.

O Sr. Fernando Vieira, Diretor...

Ah! E aí estou dispensando o Sr. Marcelo Paz, grande Presidente do Fortaleza, que representa a liga LFU, e o Silvio Matos, que representa a liga Libra, porque a CBF, que representa o futebol, está representada, então estou dispensando esses.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, o Marcelo Paz, um dos maiores Presidentes homens do futebol. Mas está representado pela CBF.

Então, para vir também, como convidados: o Sr. Fernando Vieira, Diretor Executivo do Instituto Brasileiro de Jogo Responsável; o Sr. Hermano Tavares, Psiquiatra e Professor da USP; o Sr. Thiago Henrique Cunha Basílio, Subcoordenador do Núcleo de Defesa do Consumidor; a Sra. Maria Mello, Coordenadora do Programa Criança e Consumo do Instituto Alana; um representante do Jogadores Anônimos; e um representante do Conselho Federal de Medicina.

Assim está equilibrado, de forma que, no total, reduzimos para 18 convidados.

E aí, Senadora Leila, um pedido: acho que ter 18 convidados num dia só fica muito maçante, então que a gente pudesse alternar em dois dias: no dia 9, e depois a gente tem que ver, só porque dia 18 é feriado. Dia vinte... Espere aí. Deixe-me ver aqui. Seria dia 9 e dia 24 de abril. A gente tem uma semana em que tem vários feriados casados aí. Então, acho que, até para a audiência, o melhor é que fosse 9 e 24.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Dia 24 dá numa quinta, então é dia 23.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ah, perdão! Dia 23, perdão!

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Isso. Então tá!

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Dias 9 e 23.

Dias 9 e 30, ou passa o do sedentarismo já...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Não, eu acho que pela urgência, pela necessidade desse debate – do sedentarismo, inclusive, fui autora –, nós podemos passar o do sedentarismo para após o dia 23...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Dia 30.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Isso, porque acho muito importante a gente fazer esse debate. Vamos pegar para não perder muito o *timing*. Então, vai ser nos dias 9 e 23, Senador Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ótimo. E eu vou limpar aqui a lista, consolidá-la e encaminhar para os convites.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito.

Então, vou fazer a votação, mesmo com essas alterações aí do Senador, depois ele encaminha. A votação vai ser simbólica.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Bom, depois de uma sessão quente, vamos para o encerramento, já agradecendo a todos.

Portinho... (*Risos.*)

É, vamos embora, vamos embora, vamos para o debate.

E quero agradecer a participação de todos aqui, do Senador Chiquinho, o Chico Rodrigues aqui, meu Vice-Presidente.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Eu queria só registrar a subscrição do documento com essa listagem.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Ah, do requerimento. Perfeito.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – No sistema não apareceu.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – E o meu também, a subscrição do requerimento da Teresa, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradecendo a todos a participação e nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Até a próxima quarta. Obrigada.

(*Iniciada às 10 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 08 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e quarenta e seis minutos do dia nove de abril de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Leila Barros, Chico Rodrigues e Carlos Portinho, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Efraim Filho, Plínio Valério, Alan Rick, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Jorge Kajuru, Romário, Eduardo Girão, Teresa Leitão e Augusta Brito, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra, Jorge Seif, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Weverton, Paulo Paim e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 10, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 2/2025 - CEsp, seja incluída como convidada, a Senhora Heloísa Diniz, representante da Associação de Bets e Fantasy Sports." **Autoria:** Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB), Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Durante a reunião, a Presidente, Senadora Leila Barros, subscreveu o requerimento. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 11, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 2/2025 - CEsp e do REQ 3/2025 - CEsp, sejam alterados os convidados para que seja substituído o representante dos jogadores anônimos pelo senhor Hélio Roberto Sales Lima Júnior, jogador compulsivo em recuperação, e incluído o Senhor Felipe Tavares, Economista da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), e o Senhor Renato Meireles representante do Instituto Locomotiva." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Durante a reunião, o Senador Carlos Portinho subscreveu o requerimento. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 14, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 2/2025 - CEsp, seja incluído, como convidado, o Advogado André Sica, representante de clubes do futebol brasileiro." **Autoria:** Senador Romário (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 13, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Audiência Pública objeto do REQ 2/2025 - CEsp seja incluído como convidado o Senhor Álvaro Guilherme de Oliveira Chaves, Advogado e Mestre em Direito pela UnB." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 2/2025 - CEsp, de autoria Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), REQ 3/2025 - CEsp, de autoria Líder do PL Carlos Portinho (PL/RJ), REQ 8/2025 - CEsp, de autoria Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Romário (PL/RJ), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), PL 2985/2023, de autoria Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), e PL 3405/2023, de autoria Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Finalidade:** Instruir o PL 2985/2023, que "altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa, para vedar ações de comunicação, publicidade e propaganda", e o PL 3405/2023, que "altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para estabelecer proibições no tocante à publicidade no âmbito do sistema de apostas relativas a eventos reais de temática esportiva". **Participantes:** Sra. Tathiane Campos Soares, Subcoordenadora do Núcleo de Defesa do Consumidor da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro; Sr. Thiago Henrique Cunha Basílio, Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro; Sra. Yane Marques, Vice-Presidente do Comitê Olímpico do Brasil - COB; Sra. Christina Hajaj Gonzalez, Membro da Câmara Técnica de Psiquiatria do Conselho Federal de Medicina; Sra. Daniele Correa Cardoso, Coordenadora-geral de Monitoramento de Jogo Responsável da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda (representante de: Sr. Regis Dudena, Secretário de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda); Sr. Rodrigo Saraiva Marinho, Diretor Executivo do Instituto Livre Mercado; Sr. Alexandre Fonseca, CEO da Superbet Brasil; Sr. Pietro Cardia Lorenzoni, Diretor Jurídico da Associação Nacional de Jogos e Loterias - ANJL; e Sr. Hélio Roberto Sales Lima Júnior, Jogador compulsivo em recuperação. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/04/09

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia a todas e todos presentes.

Havendo número regimental, eu declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 9 de abril de 2025.

Senhoras e senhores membros da Comissão de Esporte do Senado Federal, colegas Parlamentares, representantes das entidades esportivas, especialistas, convidados, atletas e todos que nos acompanham pelos canais de comunicação do Senado Federal, esta reunião da Comissão de Esporte tem como ponto central a realização de audiência pública destinada a instruir dois projetos de lei de grande relevância: o PL 2.985, de 2023, que veda ações de comunicação, publicidade e propaganda relacionadas às apostas de quota fixa; e o PL 3.405, de 2023, que propõe restrições específicas à publicidade no âmbito das apostas esportivas.

Vivemos um momento de necessária reflexão sobre os impactos da expansão do mercado de apostas no Brasil, em especial no universo do esporte. É fundamental que o Congresso Nacional se debruce sobre os efeitos dessas práticas, não apenas na integridade das competições, mas também sobre sua influência no comportamento de jovens, na saúde pública e no ambiente escolar e familiar.

O debate que faremos hoje é urgente, técnico e, sobretudo, voltado à proteção do interesse público. Não podemos ignorar os desafios que o esporte brasileiro tem enfrentado nos últimos dias.

Gostaria de registrar, com pesar, o falecimento do ex-goleiro Manga, um dos maiores ídolos do futebol nacional, com passagens marcantes por clubes como o Botafogo e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Internacional, além da Seleção Brasileira. Manga nos deixa um legado de talento, coragem e paixão pelo futebol. Sentimentos meus e de toda a Comissão para a família e os amigos. E também fica o sentimento a todos de que devemos seguir inspirados pela atuação e pelo legado do Manga.

Infelizmente, também nós precisamos lidar com os episódios que envergonham o esporte. No último final de semana, durante uma partida no Recife, foi arremessada uma banana no banco de reservas do time do esporte, num claro gesto de racismo, um ato abjeto, inaceitável que exige respostas firmes das autoridades e das entidades esportivas.

Nesse sentido, acompanhamos a reunião entre CBF e Conmebol que tratou do combate ao racismo no futebol sul-americano. É preciso transformar esses encontros em ações concretas e efetivas. A impunidade não pode mais ser regra no futebol e no esporte de um modo geral.

Aliás, no que se refere à CBF, seguem surgindo denúncias e críticas quanto à falta de transparência e às decisões arbitrárias que envolvem desde a arbitragem, como no caso recente do jogo entre Sport e Palmeiras.

Nesse contexto, eu aproveito para comentar, com a devida seriedade e sobriedade, as denúncias veiculadas em reportagem da revista *Piauí*, que trata das chamadas extravagâncias administrativas e financeiras da entidade. Os relatos são, no mínimo, preocupantes e precisam ser investigados.

A CBF é responsável por gerir o nosso futebol, que passa, sim, por um momento dramático. A Seleção Brasileira vive sua pior fase em décadas, com resultados decepcionantes e ainda sem treinador.

É hora de repensar práticas, rever prioridades e retomar o compromisso com a transparência, com a ética e, sobretudo, com a defesa do nosso futebol. O torcedor brasileiro merece respeito e respostas da entidade.

Por outro lado, celebramos as boas notícias do esporte nacional. O time Brasil teve uma semana brilhante com conquistas no boxe, no atletismo, no ciclismo e no tênis. E também eu não poderia, entretanto, deixar de registrar, com enorme satisfação, a vitória da Seleção Brasileira Feminina de Futebol sobre a seleção dos Estados Unidos, depois de um jejum de mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de dez anos. Então, parabéns às nossas meninas. Nessa madrugada passada, as meninas venceram as norte-americanas de virada, por 2 a 1, e, ainda por cima, quebraram um tabu de nunca terem vencido esse adversário em sua própria casa – nessa ocasião, na cidade de San Jose. Esses resultados são reflexo de esforço, investimento e perseverança e devem ser amplamente reconhecidos. Parabéns ao nosso futebol feminino.

E, neste mês de abril, também celebramos duas datas simbólicas que eu acho importante citar aqui: o Dia Mundial da Atividade Física, no dia 6 de abril; e o Dia Mundial da Saúde, no dia 7. Ambas reforçam o papel fundamental do esporte como ferramenta de promoção de saúde física e mental, prevenção de doenças e melhora da qualidade de vida. O esporte é uma política pública – nós sempre reforçamos aqui – essencial e deve ser tratado como tal.

E, por fim, não posso deixar de mencionar o alarmante número divulgado recentemente. Mais de 10 mil pessoas foram flagradas em exercício ilegal da profissão de educação física no Brasil. Isso é gravíssimo. Além de inferir a legislação, coloca em risco a saúde da população. É preciso fortalecer os mecanismos de fiscalização e valorização dos profissionais devidamente habilitados.

Senhoras e senhores, o esporte brasileiro vive uma encruzilhada entre oportunidades e ameaças. Que esta audiência pública contribua para consolidar um marco regulatório equilibrado e justo para as apostas esportivas que não comprometa o desenvolvimento saudável do esporte nem a integridade dos seus valores. Que tenhamos um debate técnico, respeitoso e comprometido, principalmente com o bem comum.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Senadora Leila, posso acrescentar um outro fato lamentável...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Por favor, por favor.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... que aconteceu no esporte nessa semana, apenas para registro, e aproveitando a presença do Senador Kajuru, que foi Presidente da CPI da manipulação de resultados no esporte – no futebol, especificamente –, e do Senador Romário, que foi o Relator?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Registro o lamentável episódio que envolveu denúncia de manipulação de cartão amarelo por conta de apostas em partida da Série A do Campeonato Brasileiro e envolveu, segundo a investigação que está em curso, atleta da equipe do Juventude. A gente já viu o caso do Paquetá, já viu também o do Bruno Henrique, aos quais a CPI teve acesso. Embora aquele fosse um valor de bagatela, esse era um valor significativo. E isso está sendo investigado.

E quero parabenizar aquelas empresas que fazem o monitoramento e que divulgaram o alerta. Agora, o alerta sozinho não é nada; é importante a investigação.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito, Senador Portinho.

Quero só cumprimentar o Senador Romário, aqui presente, e o Senador Jorge Kajuru.

Vamos aos comunicados da Presidência.

Comunico que foi apresentado à Comissão de Esporte o Relatório de Gestão 2024 do Comitê Brasileiro de Clubes (CBC).

O documento já foi encaminhado aos Senadores membros desta Comissão e, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, está disponível para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Vamos para a aprovação da ata rapidamente.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 4ª Reunião, realizada no dia 26 de março de 2025.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião está dividida em duas partes: a primeira, deliberativa; a segunda, audiência pública interativa.

Primeira parte, deliberativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião é destinada à deliberação de requerimentos apresentados a esta Comissão.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pois não, Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Gostaria de fazer um pedido de um requerimento de urgência.

Considerando a relevância do tema a ser tratado na audiência pública e a necessidade de se garantir ampla representatividade e pluralidade de perspectivas, solicito a inclusão do referido nome, que atuará como representante de mais de 30 clubes de futebol. A participação dele se faz imprescindível para enriquecer o debate, assegurar a escuta qualificada de setores diretamente impactados e contribuir para soluções mais eficazes e justas. No caso, é o Sr. André Sica, advogado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Então, já comunico aos colegas que os requerimentos que nós vamos colocar extrapauta tratam só sobre o objeto da audiência. Então, hoje nós vamos aprovar os requerimentos que ainda faltam. Nós vamos inseri-los extrapauta. São só os requerimentos de solicitação dos Senadores para retirada ou inclusão de expositores na próxima audiência pública.

Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente e amiga Leila do Vôlei.

Só aproveitando aqui que o nosso ídolo mundial Romário entrou... E eu faço uma tabelinha sempre com ele, e o querido Senador Portinho adora a parceria e a tabelinha. A tabelinha chama-se Pelé-Coutinho, e o Pelé sou eu, para ficar bem claro, o.k.? (*Risos.*)

E ele falou que é verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, eu quero apresentar também, por gentileza, o pedido para que, na audiência pública objeto do Requerimento 2/2025, da CEsp, seja incluído o seguinte convidado: o Sr. Álvaro Guilherme de Oliveira Chaves, que é advogado e mestre em Direito pela UnB.

Agradecidíssimo.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito.

Eu vou sugerir que façamos uma votação única de todos os requerimentos aqui apresentados.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Então, eu vou aproveitar o ensejo para... Havia um acordo com o Senador Girão. Por um erro material, ficaram de fora três nomes e eu quero fazer esse conserto. E, por isso, eu requeiro, nos termos do art. 58, §2º, da Constituição, e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que nessa audiência pública sejam alterados os convidados, para que seja substituído o representante dos jogadores anônimos pelo Sr. Hélio Roberto Sales Lima Júnior, jogador compulsivo em recuperação, e incluído o Sr. Felipe Tavares, economista da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, e o Sr. Renato Meirelles, representante do Instituto Locomotiva, deixando claro que esses nomes, em acordo com a assessoria do Senador Girão, deveriam ter constado, e não foram.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito.

Então, vou à leitura dos requerimentos aqui que já estão na pauta, além dos requerimentos extrapauta que já foram lidos aí.

1ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 10, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 2/2025 - CEsp, seja incluída como convidada, a Senhora Heloísa Diniz, representante da Associação de Bets e Fantasy Sports.

Autoria: Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)

É um dos requerimentos que vou subscrever.

1ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 11, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 2/2025 - CEsp e do REQ 3/2025 - CEsp, sejam alterados os convidados para que seja substituído o representante dos jogadores anônimos pelo senhor Hélio Roberto Sales Lima Júnior, jogador compulsivo em recuperação, e incluído o Senhor Felipe Tavares, Economista da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), e o Senhor Renato Meireles representante do Instituto Locomotiva.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Então, vamos para a votação.

A votação dos quatro requerimentos será simbólica.

Em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados todos os requerimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos para a segunda parte da nossa Comissão, da nossa reunião de hoje.

Audiência pública interativa.

Esta parte destina-se à realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2.985, de 2023, que "altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa, para vedar ações de comunicação, publicidade e propaganda", e o PL 3.405, de 2023, que "altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para estabelecer proibições no tocante à publicidade no âmbito do sistema de apostas relativas a eventos reais de temática esportiva".

Em atenção ao Requerimento nº 2, de 2025, de autoria do Senador Jorge Kajuru; ao Requerimento nº 3, de 2025, de autoria do Líder Carlos Portinho; ao Requerimento nº 8, de 2025, de autoria dos Senadores Jorge Kajuru, Romário, Eduardo Girão e Carlos Portinho, e ao Requerimento nº 11, de 2025, de autoria do Senador Eduardo Girão.

Considerando que esta audiência contará com a participação de nove convidados, organizados em duas mesas, convido, neste momento, para compor a mesa inicial, os seguintes participantes: a Sra. Tathiane Campos Soares, Subcoordenadora do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro; (*Palmas.*)

o Sr. Thiago Henrique Cunha Basílio, Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro; (*Palmas.*) a Sra. Christina Gonzalez, membro da Câmara Técnica de Psiquiatria do Conselho Federal de Medicina; (*Palmas.*) a Sra. Yane Marques, Vice-Presidente do Comitê Olímpico do Brasil (COB); (*Palmas.*) e a Sra. Daniele Correa Cardoso, Coordenadora-Geral de Monitoramento do Jogo Responsável, da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda. (*Palmas.*)

Estamos com a mesa recheada de mulheres.

Bendito é o fruto, não é, Portinho?

Uma salva de palmas para esta mesa. (*Palmas.*)

Sejam todas bem-vindas.

Informo também que foi convidada a entidade Jogadores Anônimos, que respondeu que não indicaria representantes para participar da presente audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra aos nossos convidados e convidadas à mesa, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal da Comissão, assim como as apresentações que foram utilizadas pelos nossos expositores nesta mesa inicial.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. No caso da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, o tempo será compartilhado entre a Sra. Tathiane Soares e o Sr. Thiago Henrique Cunha Basílio. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Vamos agora para as exposições iniciais.

Passo a palavra para o nosso Relator, o Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado, Senadora Leila, Senador Kajuru, Senador Romário, nosso ídolo.

Eu queria, como Relator, fazer uma breve introdução apenas para nortear a condução desta audiência.

Num princípio de lealdade e estimulando justamente o debate nesta audiência pública, tanto eu, no meu relatório do projeto de autoria do Senador Styvenson Valentim, quanto o Senador Petecão, no relatório dele do projeto de autoria do Senador Girão, já os divulgamos, o que não significa, naturalmente, que eles não serão alterados. O que nós divulgamos é um texto inicial, é a base da nossa discussão. Em algumas questões, inclusive, já avancei, até em conversa com o Senador Kajuru, com o Senador Girão e com o Senador Romário.

Recebi diversos representantes no meu gabinete de plataformas digitais, de casas de apostas, de associações. Quero fazer o registro de que recebi e li as notas técnicas da Abert, do Conselho Digital, da Associação Nacional de Jogos e Loterias, da ABCBET e da ABFS, do Fantasy.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Recebi todas as notas técnicas, e, àqueles que queiram continuar encaminhando suas notas técnicas, todas serão não só recebidas, mas lidas e dedicadas.

Quero esclarecer que o objeto de ambos os projetos é regular a publicidade, e a gente deve fazer a distinção entre patrocínio, por isso, e publicidade.

Quero também registrar que há uma preocupação muito grande quanto a essa publicidade massiva, que é um ponto comum inclusive com as casas de apostas, plataformas e veículos de comunicação, no sentido de que o público-alvo não é, nunca será e nunca foi, na intenção dos próprios, o jovem e a criança, que infelizmente, pela ausência de uma regulamentação sobre publicidade – e falo pelo meu filho inclusive –, têm sido massivamente inundados de publicidade e têm sido estimulados ao jogo. Esse é o ponto principal deste debate.

Estive com representantes de plataforma digital e já adianto aqui que quase me convenceram de que é possível filtrar o que é enviado a esses jovens e a essas crianças, que, repito, não são o público-alvo de apostas. E quero trazer aqui uma curiosidade de que quase me convenceram, porque eu fui levar os argumentos de que haveria esse filtro, Leila, ao meu filho de 15 anos – 16 na semana que vem –, e ele falou, desculpe o termo, mas foi assim: "Ah, papai, você está de sacanagem. Você acha que eu, meus amigos ou alguém da minha idade dizemos qual é a idade que realmente temos?". Então, é para a gente ver que realmente essa publicidade está chegando àqueles que não são o público-alvo. E essa é uma preocupação, Senador Romário, que a gente deve ter.

É lógico que a gente tem que estimular a livre concorrência, a regulamentação – esse foi o propósito da regulamentação das apostas no Brasil. E eu vi aqui, na maioria das manifestações de notas técnicas que me foram enviadas, que agora as próprias *bets* regularizadas voltam suas armas contra as *bets* ilegais. Eu até disse a quem eu recebi: "Curioso, porque disseram que a regulamentação ia justamente evitar a prática ilegal dessas outras *bets*". E agora eles se socorrem do Senado e devem se socorrer, sim, é função nossa. Mas eu achei curioso porque o argumento inicial da aprovação do projeto era o de que ia acabar com as irregulares, com a irregularidade, com a pirataria, com o jogo clandestino. Mas agora – e é bom que seja assim –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

socorrem-se do Senado, Senador Kajuru, para ajudar no combate a *bets* ilegais. E o propósito desse projeto também é separar o joio do trigo.

Então, com esses esclarecimentos, com a divulgação das notas técnicas e a certeza de que as recebi, queria fazer essa introdução para que possa guiar o nosso bom debate.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Muito bom, Senador Portinho.

Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Presidente e amiga Leila, perdão. Eu fui convocado para uma reunião urgente, agora ao meio-dia, com o Ministro Fernando Haddad, mas eu vou ficar aqui até a hora que eu puder, evidentemente, em respeito a todos que estão aqui e àqueles que saíram de seus estados.

Eu quero objetivamente aproveitar a fala preciosa do Senador Carlos Portinho, que, antes de Senador, para mim foi o melhor advogado esportivo do Brasil. Portanto, o seu preparo é inquestionável. Eu já posicionei ao Portinho do que eu discordo, senhoras e senhores, meus únicos patrões, que é o radicalismo sobre a questão de publicidade das casas de apostas nos 40 principais times de futebol do Brasil e em todos os veículos de comunicação do Brasil.

Eu tenho 50 anos de carreira nacional na televisão brasileira e não vou apoiar, em hipótese alguma, o radicalismo de você oferecer o total desemprego nos veículos de comunicação. E aqui eu informo a vocês que conversei com todos eles, porque fui funcionário de todos eles. Eu sou o único jornalista esportivo do Brasil – o Romário sabe – que trabalhou em todas as redes abertas e em todas as fechadas. Portanto, todos os patrões conversaram comigo. E a conclusão qual é? "Kajuru, se acabar com a publicidade total...". Entendo a posição do Portinho – saber regular, mas sem radicalismo. Se acabar, a única emissora que sobrevive, Romário, é a Rede Globo; as outras vão à falência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou dar um exemplo rápido, porque a Leila já ouviu de mim, e vários Senadores concordaram comigo – ontem, inclusive, o Esperidião Amin. Ele falou: "Kajuru, eu sou contra o jogo, mas, se o jogo está legal, se tem *bets* que estão pagando rigorosamente os seus tributos, finalmente, ótimo, excelente!". Eu entendo o que você falou. Por quê? Porque eu sou do tempo... O Portinho é mais novo do que eu, e a Leila é bem mais nova do que eu, não tem nem comparação. Mas eu sou do tempo... Eu acho que aqui as que estão presentes... Estou vendo aqui a Vice-Presidente do COB, a Tathiane, que é do Rio... Eu acho que vocês não se lembram do tempo em que em todo intervalo comercial de televisão tinha quatro mulheres fazendo o comercial de cerveja. Lembra? Nuas, praticamente nuas. Por quê? Porque tinha o patrocínio de cinco cervejas, uma diferente da outra. Hoje, com o monopólio da Ambev, cerveja não se anuncia mais – correto? – e nem patrocina camisas de times de futebol.

Bancos. Eu sou do tempo em que Santander, Unibanco, Bradesco e Itaú anunciavam em todo intervalo de rádio e televisão e patrocinavam os times de futebol. Pergunto: qual time de futebol hoje tem patrocínio de banco? Qual time de futebol hoje tem um patrocínio?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Hein? Só o Mengão. Só o seu Mengão, inclusive, e do Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Meu não.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, Romário? (*Risos.*)

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, eu sou América.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Romário é América, gente. Isso é igual a um jornalista esportivo famoso de São Paulo... Perguntaram para ele: "Para que time você torce?". "Eu torço para o Portuguesa". Estão de brincadeira, eu não sou Portuguesa, não tem nada a ver.

Para concluir, nós não podemos nos esquecer dessa questão da publicidade, que pode ser regulada, sim, claro, mas ser excluída? Não é isso que pensa o Relator Portinho, mas, infelizmente, tem quem pense assim aqui – e é um irmão meu, sou amigo dele, sou do seio da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

família dele; vou para Fortaleza e fico na casa dele, e ele é obrigado a deixar inclusive uma caixa de vinho lá para mim. Eu estou falando do Girão, para não haver dúvida. Eu amo o Girão, mas eu não consigo concordar com o radicalismo, Presidente Leila, porque, gente, nós vamos provocar uma situação financeira terrível não só nos meios de comunicação, como nos times de futebol que não têm outra empresa a patrociná-los mais.

Eu disse ao Girão: "Girão, me fala uma outra empresa que patrocinaria os times de futebol hoje". Ele falou assim: "Construtora, Kajuru". Eu falei: "Qual?". Ele: "A MRV no Atlético Mineiro". Eu falei: "Não, não, não. A MRV comprou o Atlético Mineiro, não é patrocínio; ela virou SAF dela". O dono da MRV é o mesmo dono da CNN. Ele comprou o time, não é patrocínio na camisa – não tem nada a ver, é uma outra coisa.

Então, que a gente reflita sobre essa questão. Eu respeito a opinião de todo mundo, evidentemente, e sei conviver com a divergência. Não desqualifico ninguém quando eu discordo, apenas apresento os meus argumentos.

É isso, Presidente Leila, que eu queria deixar claro aqui. Essa é a minha preocupação. E nós devemos inclusive – eu falava com a Vice-Presidente do COB antes de começar a reunião, em seu nome Presidente, não só pelo seu prestígio, mas por ser a Presidente da Comissão – enviar um ofício ao Ministério da Fazenda para que ele informe a nós o quanto foi recebido até agora, de janeiro até agora, dos tributos das casas de apostas e como está aquela distribuição que nós definimos com relação a jogador *master* – ...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... o Romário inclusive quer fazer essa pergunta –, com relação ao COB, que tem a participação também nos impostos, que é fundamental para o trabalho de base, para tudo aquilo que o COB representa no país e que hoje tem como Diretor-Geral um nome unânime no país, que é o de Emanuel Rego, recordista mundial em medalhas, como jogador de vôlei. Enfim, era essa minha observação.

Eu, às vezes, tento escrever, mas escrever para mim acaba sendo pior, porque eu quero que o meu coração fale.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para fechar, de uma vez, eu não vou provocar um desemprego na minha classe. Eu sou jornalista esportivo, eu não vou provocar situação financeira difícil de ex-jogadores de futebol – o Romário pensa como eu e o Portinho também. Você não pode – meu Deus" – proibir um Zico, um Romário, um Ronaldo, um Cafu... Esses têm dinheiro, tudo bem, não precisam, mas e os que precisam que estão aí, como o Portinho se lembrou do Aldair, tetracampeão do mundo, que está passando dificuldade financeira no Espírito Santo?

Então, eu não vou provocar desemprego na minha classe de forma alguma e não vou querer ver os times de futebol de que eu gosto do estado que eu amo, que é Goiás, ou São Paulo, Rio ou Minas, estados em que eu trabalhei, simplesmente em situação desesperadora financeira pelo fim do patrocínio.

Muito obrigado. Era mais um desabafo do que um comentário, mas eu tinha que fazer.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito, Senador Jorge Kajuru.

Só falando aos amigos que existe, é claro, um ecossistema que é duramente afetado que é o esporte, mas é para além disso. Tem a questão dos jovens, a questão mental, tem toda uma questão que nós não podemos também descartar, ignorar e que tem que ser debatida aqui também na Casa. Mas concordo, nada de radicalismo. Esta Presidência preza demais pelo diálogo e pelo consenso, eu acredito nisso. Eu acho que nós podemos, sim, fazer as nossas decisões aqui, trazer algo mais equilibrado, mais moderado e que seja bom para o coletivo, não para um setor ou para outro, mas para o coletivo.

Obrigada, Senador Jorge Kajuru.

Eu vou passar a palavra agora para a nossa primeira expositora, a Sra. Tathiane Campos Soares, Subcoordenadora do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. Seja bem-vinda, Dra. Tathiane.

A SRA. TATHIANE CAMPOS SOARES (Para expor.) – Olá, bom dia a todos. Inicialmente, cumprimento todos os presentes na figura da Presidente, Dra. Leila.

Eu vou passar a palavra inicialmente para o meu colega Thiago, porque ele vai fazer a introdução da nossa fala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pois não.

Thiago Henrique Basílio, Defensor Público do Estado de Rio de Janeiro, seja bem-vindo.

O SR. THIAGO HENRIQUE CUNHA BASÍLIO (Para expor.) – Bom dia, Exma. Senadora Leila Barros, na pessoa de quem cumprimento os demais Senadores desta Casa e as demais autoridades presentes aqui hoje para falarmos sobre um tema de suma importância, esse tema que tem tomado a pauta e que a gente vê presente nas redes sociais, a gente vê presente na mídia, a gente vê presente nas famílias e, especialmente, a gente vê presente no nosso atendimento diário na Defensoria Pública. Quando eu falo aqui hoje, eu falo no lugar de fala de quem atende esses consumidores na Defensoria do Rio, reforçado por um sentimento reproduzido pelas demais Defensorias do Brasil, no sentido de o quanto a gente tem debatido os impactos negativos das apostas esportivas nas famílias.

A gente, lá no Rio de Janeiro, tem, desde 2005, um departamento de atendimento e prevenção ao superendividamento no nosso Núcleo de Defesa do Consumidor. Desde lá de trás, a gente faz esse atendimento a pessoas que vêm passando por severos problemas financeiros, não conseguindo viver ou mesmo sobreviver dignamente em razão do alto comprometimento de renda. E, recentemente, a gente tem visto um movimento de consumidores buscando a assistência da Defensoria Pública, em razão da destinação de boa parte da verba para as apostas esportivas, e buscando também esse apoio psicológico. Então, acho que, quando a gente fala disso hoje – são pessoas que pegam na nossa mão e pedem ajuda, seja da Defensoria Pública, seja das equipes de saúde –, percebe-se o quanto isso tem afetado vidas e desestruturado famílias.

Não tem como a gente iniciar sem falar rapidamente dos impactos financeiros das apostas esportivas, o quanto essa abertura de uma hora para outra e de uma forma muito abrupta desse mercado, sem uma abertura lenta, gradativa, com uma regulação prévia que permitisse acompanhar os dados, avaliar o que dava para avançar, o que dava para retroagir... A gente, do dia para a noite, pulou da proibição para ser um dos líderes mundiais em volume de acesso. Então, acho que a regulação e a publicidade têm que estar atentas ao risco dessa atividade.

O jogo acaba tendo um grau de aleatoriedade que não dá para confundir com investimento, mas é isto que a gente vê: às vezes, a propaganda, a publicidade fazendo as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas crerem que seria uma forma de melhora da capacidade de renda. E isso é ainda mais perigoso para as classes D e E, que são mais vulneráveis a esse tipo de gasto por terem menor disponibilidade de recursos e por buscarem formas mais rápidas de melhora da renda. A gente, lá na Defensoria Pública, defende, sim, que não dá para haver essa propaganda como a gente tem acompanhado hoje, de uma forma desenfreada, sem permitir à pessoa entender um pouquinho como se dão os riscos dessa atividade.

E os jovens, desde mais novos... A gente tem este hábito de acompanhar programas esportivos, de ter jogadores como ídolos, de buscar reproduzir comportamentos muitas vezes incentivados. Quando a gente se depara com uma publicidade numa mesa redonda, que a gente está acostumado a ver no Brasil, com um gráfico do lado das *odds*, das apostas, isso, sem dúvida, acaba normalizando uma atividade de risco. Então, acho que, sim, há de se buscar o consenso, mas a gente não pode perder de vista que a regulação precisa ter ferramentas eficientes de controle. E isso não ofende a livre iniciativa ou a ordem jurídica – basta ver o que houve com o cigarro. Lá atrás, a gente tinha um cenário de uma abertura maior para a propaganda do cigarro e se viram os prejuízos que ele causava na vida das pessoas e a importância de se ter uma regulação mais restrita.

Eu mesmo, nessa semana, estava com o meu filho de 6 anos, como já foi falado pelo Senador Portinho, assistindo a um jogo às 7h da noite, um horário em que a criança ainda está junto comigo. Interromperam a transmissão, e entrou uma voz falando: "Aumente o ganho das suas apostas em x% com o *site* tal". Não dá para a gente normalizar isso sem nenhum tipo de contrapropaganda ou contraenquadramento de que é uma atividade de risco.

Entendemos também que não dá para a gente achar suficiente ter uma mensagem dizendo "jogue com responsabilidade", como se isso fosse, lavando as mãos, para colocar nas... transferir mesmo para o apostador individual o controle volitivo de apostar ou não. O jogo responsável é importante, sim, quanto ao compromisso do agente apostador de ter responsabilidade nessa oferta, mas acho que temos que ir além. Acho que, se a gente pensar lá atrás, a gente não vai conseguir proteger a dignidade, a saúde física e financeira dessa pessoa, apenas colocando nos seus ombros esse controle. Se a gente pensar lá atrás, imaginemos que a campanha do cinto de segurança, em vez de ser uma campanha eficiente, fiscalizatória, fosse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apenas uma propaganda "use o cinto com responsabilidade, a escolha é sua". Acho que não teríamos esses números eficientes que tivemos nessa campanha.

Da mesma forma, também, com a publicidade como é hoje, a gente não permite que o apostador patológico que às vezes enfrenta uma luta para sair do vício se desvincule desse mundo. Como tem sido hoje, no horário aberto, em qualquer local, a pessoa acaba não conseguindo se desvencilhar desse mundo. A gente sabe que uma orientação para a pessoa que tem algum tipo de vício é "tente se distanciar daquele sentimento que você tinha quando realizava aquele vício". A gente não oferece essa oportunidade para o apostador patológico. Como se desvencilhar, se em qualquer horário, a gente tem essa propaganda?

Então, concluindo, a gente vê iniciativas da Secretaria de Prêmios e Apostas, a própria Portaria 1.231, muito importante, mas acho que é muito bem-vindo por parte dessa Casa a gente ter um projeto de lei que seja aprovado como forma de restrição dessa atividade. Acho que faz parte do importante papel de prevenção do Estado para que a gente avance e desconstrua esse estado de coisas.

Bom, encerrando, eu passo a palavra para minha colega.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada pela participação, Sr. Tiago Basílio.

Eu vou passar a palavra agora para a Tathiane Soares, Dra. Tathiane Soares.

A SRA. TATHIANE CAMPOS SOARES (Para expor.) – Obrigada.

Complementando o que o Dr. Thiago disse, o que a gente está trazendo aqui, essa questão envolve justamente a saúde do consumidor. A ludopatia é um conceito que já foi reconhecido desde 1980 pela Organização Mundial da Saúde que consiste justamente num desejo incontrolável de continuar jogando. É por isso que as apostas se enquadram no art. 9º do Código de Defesa do Consumidor, que eu peço licença para ler, que diz o seguinte: "O fornecedor de produtos e serviços potencialmente nocivos ou perigosos à saúde [...] deverá informar, de maneira ostensiva e adequada, [...]" acerca desse risco. É só isso que a gente quer, a gente quer que esse risco seja informado ao consumidor, porque não está sendo informado. O que a gente vê atualmente é um descumprimento desse art. 9º, que é até perigoso para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

próprio fornecedor de serviço, porque, não cumprindo esse artigo, está fornecendo um serviço defeituoso, que enseja na sua responsabilidade civil objetiva pelo art. 14 do Código de Defesa do Consumidor. Então, o que a gente está tentando é só minimizar esses riscos de forma a informar ostensivamente isso ao consumidor.

A gente acredita que uma publicidade apenas falando "jogue de forma responsável" não consegue alcançar o intuito da norma, que é trazer o risco do jogo patológico. O que a gente tem visto é justamente isso na televisão, atrelando muito essa questão dos jogos à diversão, ao mero entretenimento; nas redes sociais, ainda mais perigoso, porque estão atrelando as apostas a uma nova forma de renda extra para o consumidor, a uma forma de investimento, e isso faz com que o público afetado seja o nosso da Defensoria, com mais força, que é justamente a classe D e a classe E.

Já temos estudos da Febraban que apontam que só no ano passado nós já tivemos 7 milhões de brasileiros endividados com apostas *online*. Então, isso tem afetado a saúde e o bolso do consumidor.

A gente pede aqui para que essa publicidade seja controlada, porque está violando o Código de Defesa do Consumidor. E a gente traz como exemplo o direito comparado, porque ele já tem esse sistema de aposta há mais tempo e a gente precisa ter exemplos de sucesso dessa regulamentação.

Eu trago aqui o exemplo da Espanha, que é a que mais está avançada em relação à regulamentação do assunto. Na Espanha, a publicidade é, sim, permitida, não tem uma proibição absoluta, mas ela é permitida na TV, no rádio, na televisão e nos meios digitais entre 1h e 6h da manhã. Isso minimiza de maneira bem significativa...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TATHIANE CAMPOS SOARES – ... chegar aos menores.

Na Inglaterra, é algo que não é tão radical, na qual eu acho que a gente poderia se inspirar: é proibida a publicidade durante as partidas de futebol. Veja, não é proibido o patrocínio na camisa, no estádio; é proibida a publicidade durante os jogos de futebol, cinco minutos antes e cinco minutos depois. Isso já diminui o alcance aos menores de 18 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, a gente gostaria de concluir falando que o objetivo justamente não é um radicalismo, o objetivo é criar limites, porque uma publicidade sem limites é um convite ao vício. E esse não é o nosso objetivo. A gente quer proteger o consumidor, a gente quer concretizar o art. 9º do Código de Defesa do Consumidor.

A gente agradece muito o convite de estar aqui, podendo participar desse debate democrático.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Nós que agradecemos a participação da Dra. Tathiane e do Dr. Thiago, Defensores do Estado do Rio de Janeiro, grata pela participação.

Vou passar a palavra agora para a Sra. Christina Gonzalez, membro da Câmara Técnica de Psiquiatria do Conselho Federal de Medicina.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – As perguntas serão depois?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Isso, depois das exposições.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – É porque eu tenho que ir lá ao Ministério da Fazenda. Eu só vou fazer um registro rápido aqui, porque eu aprendi uma coisa na minha vida – e você que me conhece há 30 anos sabe disso –: eu não discordo de mulher de jeito nenhum, com tudo que ela falar eu concordo, tudo.

Mas, Thatiane, só uma observação. Respeitei todos os seus argumentos, vi que você não é radical, isso é fundamental. Agora, você querer a publicidade da 1h às 6h da madrugada só, aí me poupe, desculpe-me discordar de você, respeitosamente.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, é o direito comparado, Senador. Ela só está dizendo como é...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Só está dando exemplo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... na Espanha. Não será assim.

A SRA. TATHIANE CAMPOS SOARES (*Fora do microfone*.) – Espanha e Inglaterra.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sim, mas você sabe...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E ela faz a distinção entre publicidade e patrocínio, é isso que tem que ficar bem claro.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu entendi. Sobre isso eu concordei plenamente com ela.

Agora, só quero dizer para você o seguinte: tem Senador – você sabe disso – que quer publicidade só da 1h às 6h da madrugada. Da 1h às 6h da madrugada, senhoras e senhores, rapidamente...

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, não é o Corujão. É o Fala que eu te escuto – lembra? –, na Record. É programa religioso... Tudo na nossa emissora, em que nós trabalhamos, Leila, a Rede TV. Na madrugada inteira, é só igreja, é em nome de Jesus, é em nome não sei o quê... "Kajuru, põe a mão na cabeça." "Demônio sai da sua cabeça."

Desculpa. Só queria fazer essa observação, porque eu tenho medo de chegar ao radicalismo de publicidade ser apenas da 1h às 6h da madrugada, aí é pelo amor de Deus.

A SRA. TATHIANE CAMPOS SOARES (Para expor.) – Só respondendo, o que eu trouxe são comparativos do direito comparado. E a Espanha é a que está mais avançada. Isso é algo gradual. O objetivo aqui não é colocar isso como pauta, é só trazer mesmo exemplos de como tem funcionado nos outros países.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente Leila...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pois não, Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu, assim como o Senador Kajuru, também tenho um compromisso, mais ou menos 11... Meio-dia eu tenho que sair. Eu não poderia adiantar perguntas para a Sra. Tathiane?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Eu vou consultar o Relator... Ele falou que pode sim. (*Risos.*)

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – São duas perguntas, assim, bem...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pode sim, porque que tenho que aproveitar, assim... Primeiramente, quero pedir desculpas aos nossos expositores, porque terça e quarta-feira aqui é uma loucura. Os Senadores aproveitam para estarem com o Executivo ou mesmo as reuniões...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – É, a gente atropela as nossas agendas, atropela.

Então, Senador Romário, pode deixar as suas perguntas, pode deixar aí para os nossos expositores.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Eu queria fazer uma pergunta tanto à Sra. Tathiane quanto ao Sr. Thiago.

Mesmo no caso do jogo responsável, vocês entendem que o ideal seria não ter o jogo?

O SR. THIAGO HENRIQUE CUNHA BASÍLIO (Para expor.) – Senador, eu, enquanto defensor público, entendo que a gente tem que ponderar interesses. A nossa preocupação número um é com a proteção da saúde física e mental e financeira dessas pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não diria que eu sou contra o jogo. Acho que o jogo responsável é importante sim. Eu não acho é que dá para achar que a gente está cumprindo o nosso papel apenas botando a mensagem "Jogue com responsabilidade". Acho que tem que ter ferramentas, por parte do Estado, de regulação que limitem o próprio controle e a responsabilidade, porque, se a gente colocar nas costas só, transferir o risco só para o consumidor, para que ele tenha essa responsabilidade, ainda mais quando é um caso patológico, a gente não vai ter os resultados esperados.

Não diria que eu sou contra o jogo. Eu acho que a gente tem que pensar, número um, sempre é na proteção da saúde mental deles. No caso, como a gente se encontra hoje, a gente não está cumprindo esse papel. Acho que a gente pode melhorar para o futuro.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Qual seria, na opinião de vocês da Defensoria Pública, uma forma adequada de informar ostensivamente...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Risco, risco.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... a esses jovens e a essas crianças, às pessoas em geral, o risco.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Um exemplo: como é no cigarro, não é? Qual seria a mensagem.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Isso.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Boa pergunta, Romário.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Tathiane quer falar.

Rapidinho. Depois eu passo para o Thiago.

A SRA. TATHIANE CAMPOS SOARES (Para expor.) – Acredito que quem pode dizer isso não é a Defensoria. Acho que isso é muito mais a parte de saúde, para não afetar e não estimular, porque tudo tem que ser feito de forma muito cuidadosa, mas acredito que contrapropaganda, a limitação da propaganda já vai trazer uma forma de jogo responsável, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não vá atingir crianças e adolescentes da forma que vem atingindo, e mecanismos de proteção, como, por exemplo, colocar nos aplicativos, nos *sites*, aquele escâner, para ver se quem está jogando é uma criança ou não. São vários mecanismos.

A frase específica para ter um jogo responsável não nos incumbe, porque eu acho que não é jurídica; é muito mais uma questão atrelada à saúde.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito.

Perfeito?

O.k.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – *O.k.*

Por enquanto.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – *O.k.*, Romário.

Obrigada aos dois.

Vou passar a palavra agora para a Sra. Christina Gonzalez, membro da Câmara Técnica de Psiquiatria do Conselho Federal de Medicina, que pode também, em cima da pergunta do Senador Romário, em sua fala dar a resposta.

Obrigada.

A SRA. CHRISTINA HAJAJ GONZALEZ (Para expor.) – Bom dia a todos. A gente agradece, na figura da Presidente, o convite para participar desta reunião.

A ideia, hoje, é a gente falar um pouquinho sobre o transtorno do jogo, ou o jogo patológico, como era chamado um pouquinho mais atrás, ludopatia, mas essa doença reconhecida pela Organização Mundial de Saúde e em todas as classificações diagnósticas da psiquiatria, incluído o CID-10, CID-11, o DSM-5, etc.

Então, para me apresentar, eu sou Christina Gonzalez, eu sou psiquiatra, Professora de Psiquiatria da Universidade Federal de São Paulo, e estou aqui representando o Conselho Federal de Medicina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Declaração de conflito de interesse: eu não tenho conflito de interesse.

Vou falar um pouquinho sobre o que é o transtorno do jogo, considerado uma dependência comportamental, muito semelhante, muito análoga às dependências químicas, então álcool, cocaína, tabaco, etc. Então, é muito parecido nos seus fenômenos. Como não tem exatamente uma substância química externa, que entra no corpo, a gente chama de uma dependência, uma adição comportamental, caracterizada por comportamentos repetidos e persistentes relacionados a apostas ou hábito de apostar. E esses comportamentos causam prejuízos significativos na vida pessoal, social e profissional do indivíduo.

O indivíduo pode apresentar alguns sintomas e algumas características que a gente vê: o indivíduo pode apresentar a necessidade de apostar quantias de dinheiro cada vez maiores, a fim de conseguir atingir a excitação desejada – então, se antes ela jogava um pouquinho, vai aumentando, aumentando, que é o fenômeno que a gente chama de tolerância; há uma inquietação ou irritabilidade quando a pessoa tenta parar de jogar ou diminuir o seu hábito de jogo; a pessoa tem preocupações constantes, então ela está fazendo alguma outra coisa, está cuidando de alguma outra coisa, mas a cabeça está ali com vontade de jogar; tentativas de recuperar o dinheiro perdido no jogo, voltando para tentar jogar mais, para assim: "Não, eu vou recuperar o que eu perdi, eu vou lá e vou jogar mais"; muitas vezes, há comportamentos de mentiras para acobertar os seus hábitos e os prejuízos que a pessoa teve por conta do jogo; prejuízos em relacionamentos pessoais, na educação, profissionais; e muitas vezes necessidade de recorrer a outras pessoas para obter dinheiro para tentar sanar seus problemas financeiros causados pelo jogo, muitas vezes, inclusive, recorrendo em empréstimos feitos por agiotas, etc. e se comprometendo cada vez mais tanto do ponto de vista jurídico, financeiro e também, claro, emocional, familiar, etc.

Nós temos dados absolutamente saindo do forno e inéditos. Esses dados são do III Levantamento Nacional de Álcool e Drogas, dados coletados nos anos de 2023 e 2024, que foram divulgados anteontem, segunda-feira de manhã, na Unifesp, pela equipe. Foi um levantamento financiado pela Senad; quem coordenou a pesquisa, conduziu a pesquisa, foi a Profa. Clarice Madruga; e a equipe da Uniad foi coordenada pelo Prof. Ronaldo Laranjeira, nosso colega.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nessa amostra, 16.608 brasileiros com 14 anos ou mais, de 349 municípios de todas as regiões do país, foram entrevistados; foram aplicados questionários sobre o uso de drogas, uso na vida, uso no último ano. E os dados de um dos módulos, que é um módulo de transtorno do jogo, foram divulgados anteontem. Então foi editado também um caderno temático, derivado do III Lenad, chamado Jogos de Aposta na População Brasileira. Esse módulo avaliou a frequência e o impacto dos jogos de aposta para os brasileiros.

Quero lembrar que disso aqui também a gente nem tem como fazer uma avaliação ou uma comparação, por exemplo, com o primeiro e o segundo LENADs, porque são dados inéditos após o surgimento das plataformas de jogo *online*, das *bets* no país e também após a pandemia. Então, são dados absolutamente inéditos.

Como é que o brasileiro aposta? Falando da proporção da população que jogou no último ano ou fez com diferentes graus de risco para se tornar dependente, 82,6% dos brasileiros responderam que não jogam, não têm o hábito de jogar – e aqui vale de tudo, desde loteria, Loto, Supersena, Mega-Sena, etc., enfim, até *bets* e outros tipos também de jogos no sentido dos jogos de azar –; 10,6% das pessoas responderam que jogam, mas, preenchendo um questionário a respeito do seu comportamento em relação às apostas, não preencheram critérios suficientes para mostrar um comportamento de risco para se tornar dependente do jogo; 3,4% jogam com baixo risco de se tornarem dependentes; 2,6% com risco moderado; e 0,8% preencheu critérios para um jogador problemático, então com altíssimo risco ou mesmo já um jogador patológico.

Os jogos mais populares e o perfil etário. As loterias ainda são as mais procuradas, seguidas por plataformas de aposta *online*, as preferidas dos adolescentes. E aqui é que a gente começa a falar sério, não é? Não que eu não estivesse falando antes, mas é muito sério. (*Risos.*)

Por quê? A gente sabe que o cérebro do adolescente é um cérebro ainda em maturação, em formação, é um cérebro muito mais suscetível a dependências, vícios e impulsividade, que estão nesses comportamentos de dependências.

A gente olha ali qual é a maior modalidade de apostas para quem aposta no Brasil: 7,1% de loterias; 34,1% de *sites* de apostas *online*, ou seja, apostas *online* superaram o jogo do bicho no Brasil; o jogo do bicho é 28,9%; raspadinhas, 18,8%; e jogos de cassino, 12,4%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, na porcentagem de brasileiros que apostaram no último ano por faixa etária, a gente vê que tem uma proporção: 4% de 14 a 17 anos – opa, é proibido o jogo para quem tem menos de 18, mas tem gente que joga com essa idade –; 16,8% de 18 a 24 anos; 50,6% de 25 a 49 anos; 20,5% de 50 a 64; e 8,1% de 65 ou mais.

Ainda no III Lenad, a gente vê que os grupos que apresentam maior risco para desenvolver o transtorno do jogo são: adolescentes, como o Dr. Thiago falou agora há pouco: pessoas de baixa renda, e falou que classes D e E tem mais suscetibilidade, mais vulnerabilidade a se tornarem dependentes e adeptos das plataformas *online*. A maneira como a plataforma *online* é feita, é feita de uma maneira para que se estimule, inclusive, áreas do cérebro que proporcionam você criar uma adição. Então a história de ter luzes, comemoração, reforço positivo, chance de um reforço imediato...

(*Soa a campainha.*)

Está acabando.

E as plataformas *online*, as *bets*, por essa alta disponibilidade, acesso pelo celular, possibilidade de reforço imediato com sensação de recompensa e gratificação, aumentam significativamente o risco para desenvolvimento de transtorno do jogo.

Mesmo com o jogo sendo proibido no Brasil para menores de 18 anos, no levantamento foi identificado que 4% dos apostadores eram adolescentes. Dos jovens que apostam, 84,1% fazem por meio de plataformas *online*. Jovens que apostam apresentam risco maior para desenvolver o transtorno do jogo quando comparados a adultos.

Os autores do III Lenad, com a colaboração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, elaboraram um conjunto de recomendações... (*Pausa.*)

Obrigada.

... um conjunto de recomendações, medidas para amenizar o risco de se desenvolver comportamento de risco e o transtorno do jogo. Seis dessas recomendações são destinadas ao Governo e às autoridades reguladoras dos jogos no país, portanto, inclusive a esta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à regulamentação e à supervisão, implementar requisitos mais rigorosos de licenciamento para operadores de jogos de azar *online*, assegurando a transparência na oferta desses serviços e a responsabilização de quem o oferece, por potenciais danos.

Assegurar que órgãos regulatórios independentes tenham autoridade para fiscalizar o setor, monitorar as práticas comerciais e principalmente aplicar sanções, quando necessário, quando houver abuso.

Proteção de crianças e adolescentes. Tornar mandatória a proteção de crianças e adolescentes por meio da exigência de dados pessoais para ter acesso à plataforma de apostas, respeitando rigorosamente os requisitos da idade mínima.

O Senador Portinho falou agora há pouco: "Ah, o pessoal burla". Então a gente sabe, por exemplo, que as plataformas *online* têm acesso, algoritmos, tecnologia, etc., que podem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. CHRISTINA HAJAJ GONZALEZ – CPF, exatamente.

... aumentar o nível de segurança. Por exemplo, reconhecimento facial, que nem no Uber. De vez em quando ali, aleatoriamente, tem no Uber...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. CHRISTINA HAJAJ GONZALEZ – Isso. Reconhecimento facial, exatamente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. CHRISTINA HAJAJ GONZALEZ – Para poder apostar, exatamente.

Então modernizar o sistema de cadastro e monitoramento, incorporando estratégias, como a verificação biométrica, por exemplo, reconhecimento facial, análise de comportamentos e padrões de uso, averiguação de documentos com auxílio de inteligência artificial, por exemplo, ou autenticação por meio de fotografia *selfie*.

Ainda, para crianças e adolescentes: estimular a apresentação nas escolas de conteúdo educativo sobre os riscos associados aos jogos de azar e sobre estratégias de resistência a influências sociais e midiáticas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CHRISTINA HAJAJ GONZALEZ – Estou terminando.

Reduzir a exposição de menores de idade aos jogos de azar, proibindo ou restringindo o acesso deles a essas plataformas, interditando o *marketing* e o patrocínio de jogos de aposta em canais acessíveis a esse público, que é exatamente do que a gente está falando hoje nesta audiência. Algo ainda não definido pelo marco regulatório.

Proteção para grupos vulneráveis, como implementar registros obrigatórios de usuários para possibilitar o rastreamento de padrões; criar sistemas universais de autoexclusão, permitindo que indivíduos limitem voluntariamente seu acesso às plataformas; oferecer ferramentas tecnológicas de monitoramento, como alertas personalizados, bloqueios automáticos com base em comportamento de risco; e, passando aqui, na mudança da abordagem da comunicação, substituir o discurso centrado na ideia de jogo responsável, que transfere a responsabilidade do comportamento exclusivamente ao apostador, por outro que alerte para os riscos envolvidos nos jogos de aposta; promover campanhas educativas; exigir transparência e restrições à publicidade, como proibir a publicidade de jogos de azar em mídias acessíveis a menores de idade, em horários de ampla audiência – desculpe-me, Senador –; limitar o uso de figuras públicas, influenciadores e atletas na promoção de apostas; obrigar a inclusão de alertas claros e visíveis sobre os riscos associados aos jogos, semelhantes aos utilizados, por exemplo, nas campanhas antitabaco.

Para se refletir, eram algumas coisas que a gente já estava falando agora.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Nós é que agradecemos, Dra. Christina.

E peço desculpas; como nós temos duas mesas, nós vamos dar um acréscimo de três minutos para cada expositor, caso não consiga concluir nos dez minutos.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pois não, Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Bom, 11h47 – daqui lá no Senado, dez minutos. Então, eu só quero fazer uma observação aqui, porque eu ouvi atentamente a todas.

Primeiro, Dra. Christina, quero dizer para a senhora, como psicóloga, como psiquiatra, que a senhora não fique muito tempo aqui, no Senado, porque nós estamos aqui em cinco Senadores – somos 81 –; a maioria de nós precisa de psiquiatra para viver o dia a dia aqui, que não é o nosso caso. Então, a senhora está livre de nós, mas cuidado, não vá lá para a Câmara, lá para o Plenário, porque a senhora vai ganhar clientes demais. (*Risos.*)

Bom, com o meu respeito à sua profissão, quero só deixar aqui uma observação, para quem quiser comentar. Eu fiz sugestões – já conversei com o Portinho, com o Romário, com o Girão, com vários Senadores –, por exemplo: na questão de aposta, você limitar a aposta apenas ao resultado da partida. Então se proibiria, a partir de agora, apostar em pênalti, apostar em escanteio, em arremesso manual. Na minha opinião, Portinho, isso reduziria bem a corrupção, se você apenas apostasse no resultado da partida de futebol. No relatório do Senador Romário, exímio, de quase 700 páginas, ele colocou exatamente isso. Tanto eu como ele, aprovamos a ideia do Senador Portinho sobre a questão do reconhecimento facial. Eu sei que é difícil, mas, se no reconhecimento facial, Doutora, você acrescentar que ela tem que apresentar o documento dela... Concorda? É uma sugestão minha, porque não tem jeito de ela estar mentindo a idade dela; ela vai ter que mostrar o RG dela.

Isso é igual ao reconhecimento facial. Vocês são mulheres, não vão aos estádios de futebol – algumas vão, mas a maioria não, até porque não vale a pena, não precisa ir, não –, mas, nas catracas e nas bilheterias, hoje tem reconhecimento facial em vários estádios de futebol, que é uma maneira de você impedir alguém que já fez uma barbaridade no estádio, que já agrediu mulher, que já agrediu um torcedor. Então, hoje o Goiás, inclusive, em Goiânia, é um exemplo, e o Atlético Paranaense, no Paraná, que têm já o reconhecimento facial nas bilheterias e nas catracas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, na questão da renda, eu tenho uma sugestão também: a gente definir para todas as casas de apostas, ao receberem o apostador, que ele apresente documentalmente a sua renda, comprovadamente, onde ele trabalha, o que ele faz, quanto que ele recebe por mês, e você aí limitar, por exemplo, quem ganha R$2 mil, a apostar até 10%, até R$200. Acho que isso reduziria essa questão de gente que se desespera e vai à falência e às vezes até comete uma barbaridade na sua vida, ou seja, perder a vida.

Então, eu queria deixar isso como sugestões ao Relator Portinho, para que a gente possa discutir, porque isso não saiu só da minha cabeça, não; saiu da cabeça de muita gente neste país que eu ouvi, nesse assunto, nesse tema polêmico.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Para a próxima audiência, eu vou pedir para os colegas – eu sei que vocês estão saindo –, porque a gente tem ainda mais duas mesas, serem mais objetivos. Pedindo já vênia aos colegas, porque ainda tem mais expositores e o Portinho ainda vai falar, quero pedir para a gente ser mais objetivo, por favor.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu fui objetivo, tanto que eu não ouvi campainha.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Não, tudo bem, mas vamos para os expositores e depois eu deixo todos falarem.

Quer falar também? Vocês dois, porque vão sair, rapidamente.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu tenho três perguntas para fazer para...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Deixe-me só fazer uma intervenção breve, Romário, sobre a fala, até para conhecimento de todos.

Essa questão do reconhecimento facial foi uma emenda, foi minha não, foi nossa, porque foi admitida e tem surtido muitos efeitos. Eu conversei com as casas de apostas que me procuraram, inclusive elogiando a nossa iniciativa, porque elas têm um trabalho hercúleo, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estão conseguindo com isso reduzir pelo menos a participação de menores, porque, na hora do reconhecimento facial, elas conseguem identificá-los; e aí, para os outros pedidos de documentação que para apostar são exigidos, o cruzamento tem surtido efeito. Esse é um ponto positivo, para a gente falar também da nossa atividade legislativa, no que a gente contribuiu positivamente e do esforço também do outro lado do balcão das casas de aposta.

Com relação à questão da limitação das modalidades de aposta, que foi conclusão inclusive da CPI, está lá no relatório do Senador Romário, é uma matéria, Senador Kajuru, estranha a esse projeto, não que isso não possa ser discutido, porque eu lembro que esse projeto não trata nem disso, nem da limitação a patrocínio – e vou deixar inclusive claro no relatório final isto: ele trata da restrição à publicidade –, mas essa iniciativa está no ar, acho que deve ser discutida, embora a gente tenha que tomar cuidado para não estimular também a aposta em *sites* clandestinos, que foi justamente a razão, o propósito da regulamentação.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito, não é o objeto dessa temática do PL.

Por favor, Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – A Dra. Christina, logo no final da sua fala, diz que uma das coisas que pode acontecer é limitar a atuação das pessoas públicas. Por exemplo?

A SRA. CHRISTINA HAJAJ GONZALEZ (Para expor.) – Como a gente vê que ocorre em outros países, por exemplo, o senhor, como jogador de futebol, sendo um garoto-propaganda de uma *bet*, fazendo comercial de uma *bet*, etc. Seria essa recomendação.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ou seja, pessoas públicas como ex-jogadores, jogador atual, cantor, *influencer*, no entendimento da senhora, não seria possível? Seria proibido isso?

A SRA. CHRISTINA HAJAJ GONZALEZ – Esse entendimento não é meu. São recomendações feitas por conta desses resultados obtidos no levantamento sobre uso de drogas e, no caso aqui, sobre o comportamento de jogo no Brasil. Então, são essas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recomendações para se tentar minimizar o impacto dos jogos nos apostadores, na sua saúde mental, física, financeira, etc. Essas são algumas recomendações.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só para todos entenderem, eu não estou aqui advogando em causa própria, eu sou proibido porque eu sou Senador e também Presidente de um clube, mas discordo 100% desse pensamento.

Outra coisa é o seguinte: sabemos que a ludopatia é um grave problema de saúde pública. Como especialista no assunto sob o ponto de vista médico, quais sugestões a senhora tem a oferecer no sentido da formação de políticas de proteção ao vício em aposta?

Eu fui Relator da CPI, a senhora concorda, por exemplo, que a proposta contida no nosso relatório, que é a obrigatoriedade de alertas nas propagandas desse tipo de atividade, ajudaria?

A SRA. CHRISTINA HAJAJ GONZALEZ – Pode ser. Ajudaria, como, por exemplo, nas referências que são feitas em propagandas de tabaco, de álcool, com alertas. Ajudariam, mas a gente acha que, por exemplo, o alerta atual que existe, que é "jogue com responsabilidade", tem esse risco de passar para o apostador a responsabilidade única e exclusiva pelo seu comportamento. Então, alertas podem, sim, ajudar, mas tem que se tomar cuidado inclusive com a mensagem que será colocada nos alertas.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Qual seria esse risco? A mensagem, desculpe.

A SRA. CHRISTINA HAJAJ GONZALEZ – A mensagem? Por exemplo, nas propagandas de cigarro, a gente vê que em todo maço de cigarro atrás tem lá: o cigarro pode causar câncer, infarto do miocárdio, etc. Pode-se colocar assim, olhe: o uso exagerado de plataformas de jogo, o uso...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. CHRISTINA HAJAJ GONZALEZ – Isso. Apostas podem causar dependência, alertas nesse sentido.

E a gente sabe que o uso desse tipo de alerta, por exemplo, para o cigarro foi um dos aspectos que fez com que a gente conseguisse reduzir drasticamente o consumo de tabaco no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

país. No Brasil, a gente tinha em torno de 30%, que é o que a gente vê na população mundial com tabaco – não só adultos, mas crianças também e adolescentes – e hoje a gente tem na ordem de 10%, 11%. É um índice que quase nenhum país conseguiu descer em pouco tempo, em duas décadas, enfim. Então, a gente sabe que é uma das coisas que pode, sim, ajudar.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Nesse mesmo sentido, a senhora entende que o Sistema Único de Saúde (SUS), no caso, está preparado para lidar com esses casos, oferecendo tratamento adequado e suficiente para aqueles apostadores e apostadoras acometidos pela ludopatia?

A SRA. CHRISTINA HAJAJ GONZALEZ – Nem o SUS, nem o sistema suplementar, nem o privado. Não estão...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Hoje ninguém está preparado?

A SRA. CHRISTINA HAJAJ GONZALEZ – Não, preparado eu digo assim... Existem pessoas, é claro, pessoas e profissionais preparados, mas na quantidade suficiente absolutamente não. Isso vale também para álcool e drogas e, enfim, outras modalidades de dependências comportamentais.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O.k. Obrigado.

A SRA. CHRISTINA HAJAJ GONZALEZ – Obrigada, Senador.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mais objetivo impossível, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Romário. Grata.

Eu vou passar a palavra agora para a Sra. Yane Marques, Vice-Presidente do Comitê Olímpico do Brasil.

A SRA. YANE MARQUES (Para expor.) – Bom dia, minha gente.

Vou trazer um sotaquezinho diferente hoje aqui, viu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Leila, obrigada, todo mundo – o Portinho saiu, foi ao banheiro –, obrigada pelo espaço, pela oportunidade de estar dividindo com vocês um pouquinho da nossa história aqui. Eu falo em nome do Comitê Olímpico do Brasil, entidade em que estou Vice-Presidente para o ciclo 2024-2028, fomos eleitos no ano passado. Eu e Marco La Porta, a gente tem um timaço aí que sua camisa, apaixonados todo mundo pelo esporte.

E quanto a esse assunto, muito embora a gente não traga as evidências que Thiago, Tathiane e Christina trazem, por questões óbvias, a gente tem um compromisso grande com a integridade do esporte. E a gente tem práticas no Comitê Olímpico do Brasil que mostram isso. Nós temos uma plataforma do nosso setor de educação do COB, que é o Instituto Olímpico do Brasil, a gente tem 16 cursos lá, gratuitos, *online*, acessíveis, práticos, com uma aplicabilidade incrível.

E, entre esses cursos, eu trouxe alguns aqui que eu acho que têm a ver com a nossa pauta: o curso de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e Abuso no Esporte, essa é uma pauta importante, a gente tem esse curso; o curso de Esporte Antirracista: Todo Mundo Sai Ganhando; curso de Conduta Ética na Prática; o curso Equilibrando o Jogo: Igualdade de Gênero no Esporte. A gente tem especificamente direcionado para o público jovem: o esporte e os estudos, orientação à saúde, apoio para a preparação mental, planejamento e carreira de atleta, valores olímpicos para a vida e alcançando a igualdade de gênero no esporte.

Com isso, eu digo que nós temos esse compromisso. A gente está preocupado. Obviamente, a gente não corrobora com a manipulação, a gente não corrobora... E queria até dizer um pouco da minha tranquilidade, porque, nas conversas antes de vir para cá, falávamos muito nesse bom senso, nesse equilíbrio, no não radicalismo nessa pauta, a gente já conversa e eu fico um pouco confortável. Ouvindo um pouco disso, eu sinto que tem sensibilidade, tem bom senso. Esse equilíbrio honesto me parece muito interessante. Nós do Comitê Olímpico do Brasil temos pautado as nossas decisões em escutas, em participações, eventos, onde tem um momento como este hoje, a gente está aqui para dar um pouquinho da nossa colaboração que a gente tem feito para esse movimento, e é muito importante.

E eu queria pontuar também uma outra frente desse assunto, já deixando muito clara a nossa preocupação com o tema. O Comitê Olímpico do Brasil já começou a receber um pouco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos repasses oriundos das *bets*, a gente ainda não sabe como vai poder usá-los, a gente não tem ainda os ritos para o uso desse recurso. Acho que talvez isso esteja perto de acontecer, porque os recursos precisam ser usados. E eu queria assumir aqui outro compromisso, que esse recurso vai ser usado em uma boa causa: para o fomento das modalidades esportivas, para o apoio às confederações, apoio à carreira dos atletas. E isso impacta muito positivamente a sociedade, a gente está transformando e colaborando, a partir dos valores e dos princípios que o esporte ensina para a vida da gente, com indivíduos de melhor convivência na sociedade. A gente acredita demais que os valores olímpicos vão ajudar a colaborar de alguma forma a limpar e a aparar essas arestas que ainda tem no esporte de uma forma geral.

Finalizo reafirmando esse nosso compromisso com a integridade do esporte e o nosso desejo de participar sempre dessas discussões, dessas conversas. Já aprendi muito ouvindo os colegas aqui. E a gente vai estar sempre disposto e pronto, dentro das nossas possibilidades, do nosso alcance, da nossa interlocução, da nossa participação e envolvimento com o esporte olímpico, com a intensidade que a gente vive e se entrega, a colaborar e corroborar para chegarmos a um acordo justo, honesto, sensível, plausível e que seja interessante para todo mundo.

Eu gostei muito quando a Leila falou que a gente vive agora uma situação de oportunidades e ameaças. Esse equilíbrio é possível, e a gente precisa de muitos debates como este para chegar...

E eu queria, de verdade, me colocar e colocar o Comitê Olímpico do Brasil à disposição para colaborar com esse assunto e tantos outros de que a gente tem participado efetivamente.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Yane.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Sim, pois não, Portinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Primeiro, eu não tive a oportunidade de esclarecer a todos e ao Senador Romário que eu tenho tido muita sensibilidade no relatório em refletir sobre a questão da participação de ex-atletas em aposta esportiva, que é a finalidade, é o esporte, e sei que é uma fonte de renda para muitos. A gente vê o caso do Aldair, que está aí vivendo de ajuda e poderia, inclusive, estar, de alguma forma, recebendo, embora a gente saiba que a imagem do atleta pode induzir ao jogo.

Agora, o atleta em atividade – eu quero deixar clara aqui uma posição pessoal – eu acho que é um risco para a própria casa de aposta. Imaginem se o Paquetá tivesse sido garoto-propaganda, se esse menino aí do Juventude que está envolvido com cartão amarelo fosse garoto-propaganda... Então, pelo menos com o atleta em atividade, eu acho que há uma convergência de interesse comum de preservar também os dois lados.

Com relação ao COB, eu quero também deixar claro – repito – que nós aqui estamos tratando de publicidade. E eu digo isso porque votei contra, mas infelizmente fui vencido, porque o esporte escolheu as apostas. Então, a partir do momento em que essa é uma escolha do esporte, o patrocínio eu não estou e não vou restringir. Se, no relatório inicial, isso pareceu de alguma maneira, quero deixar claro que é sobre isso que eu ando refletindo, para que a gente distingua patrocínio de publicidade.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Bem, Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sra. Yane, como representante aqui do Comitê Olímpico do Brasil, pode esclarecer se esses recursos já estão sendo repassados para o COB?

A SRA. YANE MARQUES (Para expor.) – Sim.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu teria quase um minuto para chegar a essa pergunta, mas eu estou resumindo, tá? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. YANE MARQUES – Que prazer, viu, minha gente?

Olhe, o recurso está chegando, sim. A gente ainda não consegue quantificar. Cada casa de aposta está fazendo o seu aporte de acordo com o percentual que lhe cabe e de acordo com o percentual que recebe. Esses recursos estão entrando numa conta que foi criada para isso lá no Comitê Olímpico do Brasil, mas, para usar esses recursos, a gente precisa saber como. E esse como a gente ainda não tem. Então, com muita responsabilidade, a gente está recebendo, de bom grado. A gente pensa, obviamente, em muitas ações que vão canalizar esse recurso para o esporte brasileiro, obviamente, não é? A gente tem hoje uma política que fala muito de criar no Brasil, juntos, uma nação esportiva e, para isso, a gente precisa de aporte financeiro, a gente precisa de investimento e de muitas mãos envolvidas trabalhando para esse propósito. A gente ainda está aguardando a forma legal e correta de usufruir dessa grana, mas o recurso está, sim, sendo depositado lá na nossa conta.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A senhora tem uma ideia mais ou menos do valor desses recursos?

A SRA. YANE MARQUES – Não, a gente não tem, a gente não consegue estimar esse valor ainda. É o primeiro... Foram os primeiros depósitos, o primeiro mês. Mas, se é de fato uma curiosidade, isso vai se tornar público, por óbvio. Assim que a gente tiver, eu posso trazer, dividir e compartilhar. Enfim, é um recurso com que a gente agora já conta, inclusive.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Para finalizar, Presidente, é rápido.

O COB possui hoje alguma regra ou restrição para os atletas em relação às apostas esportivas?

A SRA. YANE MARQUES – A gente tem as nossas... Além desses cursos que a gente faz, a gente obriga todos os atletas que participam de missões do COB, quem vai viajar, atletas, dirigentes, chefes de delegação, chefes de equipe, enfim, eles precisam fazer esse curso e se comprometer e tudo, mas a gente não tem nada que proíba os atletas de fazerem apostas. A gente trabalha com educação, com exemplo, com boas práticas, valores e princípios que o esporte ensina e educa e a gente traz para a nossa vida, mas a proibição não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É só para finalizar: se por acaso o COB descobrir que tem determinados atletas que estão fazendo esse jogo que a lei, na verdade, proíbe, a senhora poderia me dizer qual seria a atitude do COB em relação a esses atletas?

A SRA. YANE MARQUES – Você falou que a lei proíbe.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Isso.

A SRA. YANE MARQUES – A aplicabilidade da lei. Não? (*Risos.*)

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mesmo um jogador que seja medalha de ouro mundial?

A SRA. YANE MARQUES – Ah, sim. A gente tem um *compliance*, a gente tem Conselho de Ética, a gente tem todos os encaminhamentos que são feitos, são membros eleitos, são membros com legitimidade para fazer tudo isso que você está propondo, sugerindo, eu não sei, mas a gente, sim, lógico, obedece a esses ritos.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Já fica uma missão para a Yane, porque nós vamos convidar o COB depois para vir aqui à nossa Comissão para conversarmos sobre as políticas desenvolvidas pelo comitê. Aí você já traz para nós esses números...

A SRA. YANE MARQUES – Trago, sim.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – ... precisos de quanto está sendo repassado.

A SRA. YANE MARQUES – Acho que a gente já vai ter algo mais concreto para trazer.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito. Mais uma vez, obrigada, Yane Marques, Vice-Presidente do Comitê Olímpico do Brasil (COB).

Vou passar a palavra aqui rapidamente para o Hélio Roberto Sales Lima Júnior, que é jogador compulsivo em recuperação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já pedi permissão para a Dra. Daniele Cardoso, que é Coordenadora-Geral de Monitoramento do Jogo Responsável da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, porque o Hélio tem voo já previsto agora, tem que sair às 12h30.

Então com a palavra o Hélio. Seja bem-vindo, Hélio.

O SR. HÉLIO ROBERTO SALES LIMA JÚNIOR (Para expor.) – O voo é às 13h30.

Bom dia... Boa tarde!

Eu me chamo Hélio, sou um jogador compulsivo. Hoje eu estou com 42 anos de idade, eu jogo mais ou menos desde os 17 anos. Comecei jogando naquelas máquinas caça-níqueis que existiam antigamente, bem antigamente, mas o jogo era bem moderado. E começou a piorar a situação do jogo, a aumentar a quantidade de apostas, quando chegou o jogo *online*. O jogo *online* aumentou muito a minha quantidade de apostas, piorou a minha compulsividade pela aposta, isso em meados de 2014, nessa época que foi quando realmente chegaram os jogos *online;* em computador ainda, não era celular, mas já era tela, já era computador e tudo. E aí piorou bastante. Com essa situação do jogo, eu já cheguei a jogar em cassino, em tudo...

Em relação a números, perdas financeiras, eu não tenho nem como calcular o que já se foi de financeiro. A maior perda financeira que eu tenho de memória em um dia foi 65 mil em mais ou menos quatro horas – rapidamente. Isso dentro de uma *bet online*, porque, na verdade não são só *bets*, porque não tem só *bets* dentro. Tem *bets*, tem cassino, e daí um puxa o outro. A pessoa que entra, o jogador compulsivo não entra só para jogar *bets*. Ele joga *bets,* e os *bets* vão puxando: vai para *bets*, vai para cassino, vai para *poker*, vai para tudo, porque o jogador compulsivo não joga só um.

Essa situação do jogo compulsivo não só me desestabilizou financeiramente, como me desestabilizou emocionalmente e mentalmente. Minha família ficou um pouco... ficou desestruturada, né? Tem uma frase da minha esposa que carrego até hoje que ouvi quando fui buscar uma internação. Ela disse: "Eu preferiria viver na miséria do que no abandono emocional que tu causastes a mim e ao teu filho". Eu até me emociono quando eu falo isso. Então, isso pesa muito para mim até hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou em recuperação há um ano e três meses, quando foi a minha terceira internação. Eu me internei pela primeira vez em 2021, buscando essa recuperação em relação ao vício do jogo. Quem nunca passou não tem noção do que significa o vício do jogo para quem é viciado, porque ele é um vício silencioso. O da droga e o do álcool são visíveis, e o do jogo não é. Quando ele vem à tona, o rombo já está feito. O cara já está detonado fisicamente, espiritualmente, mentalmente e financeiramente.

E muito se fala no financeiro em relação ao vício do jogo, mas o financeiro não significa quase nada do que a gente passa, entendeu? Porque vem a vontade do suicídio, vem a fadiga mental, porque o cara vive para jogar e joga para viver. A vida da pessoa que se vicia no jogo é mais ou menos essa. Ele passa a viver uma outra vida. Ele não é mais um indivíduo ativo na sociedade.

Eu, por exemplo, perdi um grande emprego que eu tinha numa multinacional por conta de jogo. Eu tinha uma franquia de distribuição de suplementação animal e a quebrei. E assim sucessivamente, falando financeiramente, mas, em relação à família, graças a Deus, a minha esposa e o meu filho nunca me abandonaram. Até brinco que eu acho que a minha esposa é quase uma santa, um anjo, alguma coisa do tipo, porque aguentar o que ela aguentou... Nunca tive problema com droga, com alguma coisa desse tipo, mas é muito parecido o que acontece, porque a pessoa vira a noite, o cara some, o cara desaparece, o cara mente. Ele faz tudo praticamente o que se faz com... o vício é vício. O que se faz com qualquer tipo de vício o jogador compulsivo também faz. Ele vai mentir, ele vai tentar ludibriar as pessoas, e assim vai.

E ele é progressivo, assim como são os outros vícios. Tudo começa com R$10, com R$5, assim como começa uma dose e progressivamente vai... E assim eu comecei, com aquele "caça-niquelzinho", botava na época R$0,25, R$0,10, e assim trocava R$1, ia jogando R$1 e cheguei a jogar R$65 mil em quatro horas. E assim foi.

Graças a Deus a minha família não me abandonou, mas eu conheço vários casos de pessoas cuja família as abandonou, conheço casos de pessoas que quebraram, que foram morar na rua, pessoas que tinham uma condição financeira muito boa e abandonaram filhos por conta de jogo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E não falo só de homens, eu falo de homens e mulheres. Outro dia, um dia desses, a minha mãe recebeu uma ligação de uma senhora na minha cidade, falou com minha mãe que queria uma ajuda porque o filho – é o que estavam falando agora há pouco de menor – de 16 anos dela estava viciado em jogo, o menino vivia dentro do quarto jogando.

E tem essa situação do menor por conta dessa propaganda de *influencers* na internet. O menor é influenciado por conta da propaganda dos *influencers*. Você entra num... Não vou citar nomes porque também não é o caso, mas você entra num YouTube desses, um *reality show* desses que tem *influencers* dentro do YouTube, é tudo patrocinado pelas *bets*. O cara fala das *bets* toda hora, tudo que vai acontecer dentro do *reality show* é *bets*, é *bets*, é *bets*. Tudo são *bets* que patrocinam ainda. Então, para o menor, isso causa aquilo ali.

E as propagandas falam justamente nisso, de um enriquecimento fácil em relação a essa situação do jogo. Isso não é verdade. Quando você começa a jogar e quando você vira um jogador compulsivo, você nunca ganha, porque, quando você ganha, você vai jogar até perder o que você ganhou porque você acha que está com sorte e, quando você perde, você vai jogar para se endividar mais para recuperar o que você acha que você perdeu. Você nunca vai ganhar. É isso realmente o que acontece no jogo. Entendeu?

Então, não tem aquela situação do fundo do poço; você sempre vai cavar o poço até... nunca acaba. O poço do jogador compulsivo não tem fundo. Ele sempre é cavado, até o final. Todos os dias ele cava mais, porque todos os dias ele vai jogar. Muitos falam só no financeiro, mas não é só no financeiro. Ele corre risco de vida porque ele acaba indo para a mão de agiotas, isso depois que ele rouba toda a família. Depois que ele se rouba, porque primeiro ele se rouba, ele quebra o que ele tem, depois ele vai roubar o pai, vai roubar os irmãos, vai roubar quem ele puder roubar ou enganar, e depois ele passa para a agiotagem, que é onde ele vai correr risco de vida.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HÉLIO ROBERTO SALES LIMA JÚNIOR – Então, ele corre tudo isso, e a situação é essa. O jogo é um vício igualmente aos outros vícios, de droga, de álcool, o que for. Eu digo que, se for possível, não faça a primeira aposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Sr. Hélio Roberto Sales Lima Júnior, pelo seu depoimento bem impactante, mas é real, é o que a gente tem; pelos números que foram trazidos aqui pelos nossos expositores, é um número real, um número alarmante, um número preocupante. Realmente o seu depoimento aqui, a sua vivência, por ser um jogador compulsivo, é bem impactante para todos nós. Que bom que você está se cuidando, está se tratando, sua família está do seu lado. É isso. Nós vamos ficar aqui com a nossa missão de tratar desse tema aqui, para que a gente não se depare com mais histórias assim como a sua, viu? Que Deus o abençoe, viu? Que bom! Um abraço na sua família.

Bom, eu vou passar a palavra agora para a Sra. Daniele Correa Cardoso, Coordenadora-Geral de Monitoramento do Jogo Responsável da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda. Seja bem-vinda, Dra. Daniele!

A SRA. DANIELE CORREA CARDOSO (Para expor.) – Obrigada.

Bom, eu vou me permitir dar bom dia, considerando que eu ainda não almocei, então vou me permitir dar bom dia a todos. (*Risos.*)

Quero cumprimentar aqui a Senadora e, na pessoa dela, cumprimento os demais, as demais e o demais colegas da mesa, e o Senador Portinho aqui também.

Bom, no tempo de fala aqui de que a Secretaria de Prêmios e Apostas dispõe, nos parece ou me pareceu aqui importante trazer um pouco daquilo que já está posto nos normativos, tanto na Lei 14.790, de 2023, no que foi posto pela Lei 13.756, de 2018, da portaria que a gente já dispõe, do que já está previsto ali sobre a temática disso aqui, sobre publicidade, propaganda e *marketing*. E eu tomo aqui a liberdade de fazer uma pequena retrospectiva, porque eu acho que é importante trazer algumas informações até os dias atuais, até esse cenário em que nós estamos.

Então, eu acho que é importante trazer, falar um pouco de 2018, quando a gente tem a Lei 13.756, de dezembro de 2018, que legaliza uma modalidade que é a modalidade lotérica de cota fixa, e essa modalidade disponibiliza a aposta esportiva, ela traz a possibilidade de uma modalidade específica que é a aposta esportiva. Essa lei também já traz duas questões importantes, que é a necessidade da regulamentação, e a regulamentação prevista estabelecida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já traz pelo Ministério da Fazenda, e traz também um prazo de regulamentação de dois anos, prorrogáveis por mais dois.

Caminhando aqui pela linha do tempo, a gente chega em 2023, e chega-se à conclusão de que a lei, naquele momento, de uma maneira simples, trazendo e legalizando esta modalidade lotérica, precisava também de outros dispositivos. Então, a gente fala da Lei 14.790, que também é de dezembro, do final de dezembro de 2023, e esta lei traz uma série de dispositivos, entre eles, uma seção que trata de ações de comunicação, publicidade e *marketing* nesse tema de apostas.

Por que foi identificada essa necessidade? Porque tinha uma série de outras questões e pontos que precisavam ser estabelecidos, como a proteção dos apostadores, como a questão de lavagem de dinheiro, como a questão da sanção que precisava ser estabelecida, como a questão da própria outorga, como é que se ia dar essa autorização, essa outorga. Então, são esses pontos ali identificados, todos necessários de regulamentação pelo Ministério da Fazenda.

E aí, em ato contínuo, a gente tem, em janeiro de 2024, a criação da Secretaria de Prêmios e Apostas, que, em fevereiro, tem uma agenda regulatória imposta dizendo: olha, entre janeiro e julho de 2024, é necessária a edição de várias... de um normativo ali referente a todos os itens colocados pela Lei 14.790.

Eu estou fazendo um pouco desse histórico para dizer que, entre as portarias publicadas ali, tem a Portaria 1.231, de julho de 2024, que é a portaria que traz regras e estabelece diretrizes sobre o jogo responsável, sobre ações de comunicação, *marketing*, publicidade e propaganda e também traz ali uma série de regulamentos de direitos e deveres dos apostadores e dos agentes operadores. Então, essa portaria, a partir de... E aí a gente vem com toda essa questão... Essa é a portaria, então, que trata sobre jogo responsável e, obviamente, sobre propaganda e publicidade.

Mas é importante dizer que essa portaria também vem da necessidade estabelecida na própria Lei 14.790, que dispõe que um dos itens que precisavam ser regulamentados era justamente essa questão do jogo responsável e, no art. 16, ela traz a necessidade da regulamentação da publicidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou tomar a liberdade aqui, porque eu acho que é importante e porque muitas coisas foram ditas e muitas coisas essa Lei 14.790 já traz, já estabelece: quando a gente fala aqui, por exemplo, do art. 16, a gente coloca ali a necessidade das ações de comunicação, publicidade e *marketing* de loterias de apostas de quota fixa, que vai observar a regulamentação do Ministério da Fazenda, e incentiva ali a autorregulação. Esse é um ponto importante, de que vou falar um pouco mais à frente. Essa questão da autorregulação também é importante e está também na nossa Portaria 1.231.

Então, a lei já traz ali uma série de vedações. Por exemplo, é proibido, é vedado veicular informações infundadas sobre as probabilidades de ganhar, os possíveis ganhos que os apostadores podem esperar; é vedado apresentar aposta como socialmente atraente, contendo informações de personalidades conhecidas ou de celebridades que sugiram que o jogo contribui para o êxito pessoal ou social; é proibido qualquer tipo de comunicação ou informação que sugira ou dê margem para que se entenda que a aposta constitui alternativa de emprego, solução para problemas financeiros, que substitui fonte de renda, ou que é fonte de renda adicional, ou que é forma de investimento financeiro, enfim, que promovam *marketing* – está proibida a promoção de *marketing* em escolas e universidades –, ou que promovam apostas esportivas dirigidas a menores de idade. Então, tem uma série já posta e estabelecida de vedações.

E, olhando para a portaria – obviamente que, na portaria, a gente tem que ficar adstrito ao que a lei disponibiliza –, a portaria... A própria lei traz a questão do reconhecimento facial, e isso foi de fato uma ferramenta e uma implementação importante, porque não só no cadastro dessas empresas que são regularizadas você tem o reconhecimento facial, mas no momento de saque, em diversos outros momentos é necessário o reconhecimento facial, justamente como uma ferramenta de inibir ou, enfim, de minimizar a possibilidade de um menor ali estar jogando.

E, na Portaria 1.231, nos arts. 10, 11 e 12, a gente traz várias questões sobre comunicação. Toda comunicação tem que ter uma responsabilidade social e tem que promover uma conscientização ali. Então, é vedado, por exemplo, qualquer tipo de comunicação, publicidade ou propaganda – e aí a gente já está falando da Portaria 1.231 – que sugira a obtenção de ganho fácil, que associe à ideia de sucesso ou de aptidões extraordinárias, que encoraje práticas excessivas de aposta, enfim, que contenha informações falsas ou enganosas, que diga que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aposta é uma prioridade de vida. Não é possível ser veiculada em locais como atendimento médico, como atendimento psicológico, em todos os níveis de escolaridade. Não é possível veicular informações enganosas, que tragam probabilidade, que digam que não tenha perdas financeiras. Enfim, é uma série de situações ali que incluam, na questão da criança ou do adolescente – isso é importante dizer –, a participação de pessoa que tenha ou que pareça ter menos de 18 anos – não pode ter –; que sejam dirigidas a crianças ou adolescentes ou que tenham esse público como seu público-alvo; que utilizem imagens de crianças e de adolescentes ou elementos particularmente apelativos para os menores de 18 anos. Enfim, tem uma série de questões ali já trazendo essa questão – tentando trazer, pelo menos – da proteção ou minimizando para criança e adolescente.

Dito isso, acho que é importante também comentar, e aí foi dito muito aqui sobre jovem...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DANIELE CORREA CARDOSO – Eu tenho três minutos ainda, né?

... com responsabilidade, porque o art. 13 dessa portaria traz a necessidade de que toda ação de comunicação, de publicidade, de propaganda, de *marketing* por parte dos agentes operadores de apostas tenha na sua peça uma restrição etária, que é o símbolo do 18+, ou tenha uma frase de advertência sobre o transtorno de jogo patológico. E, assim como é incentivado pela Lei 14.790, a portaria também incentiva a questão da autorregulação.

Então, no âmbito de atuação das ações que estão sendo desenvolvidas dentro da Secretaria de Prêmios e Apostas, a gente tem, na sua estrutura procedimental, uma subsecretaria destinada à autorização, uma subsecretaria destinada ao monitoramento e à fiscalização, e uma subsecretaria destinada às ações sancionatórias. Então, se, no início, a partir de 1º de janeiro, quando de fato entram em vigor todas essas portarias, a gente tinha uma preocupação anterior, obviamente, nesse processo de autorização, hoje, agora, a gente tem uma preocupação nesses três meses – e será um ato contínuo – de monitoramento e fiscalização.

Nesse sentido, a gente tem feito algumas parcerias, inclusive nesse processo de autorregulação, que é uma parceria com o Conselho Nacional Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária, que é o Conar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o Conar trouxe, no seu anexo 10, que ele chama de Anexo X, dentro do Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária, a questão das apostas. Então, o anexo X é destinado a como deve ser identificada ali a publicidade, as ações de *marketing* e propaganda para as apostas. E o Conar traz algo muito similar e muito parecido com o que é disposto nas propagandas de álcool. Então, é muito parecido, é bastante similar, mas ele obviamente traz ali todas as preocupações.

E ele traz ali as frases de advertência. Na verdade, ele traz inúmeras frases de advertência. A primeira frase de advertência, que talvez seja, de fato, a mais suave, ou que talvez dê essa interpretação de que se está jogando para o apostador a responsabilidade, é: "Jogue com responsabilidade". Mas ali tem uma série de outras frases, enfim, que poderiam ser utilizadas e que deveriam estar abarcadas em qualquer material publicitário de propaganda e *marketing* utilizado pelas casas de apostas, por exemplo, ou pelos agentes operadores. Esse é um ponto.

Paralelamente a isso, a gente tem um processo de monitoramento contínuo. Então, a coordenação de monitoramento de jogo responsável está ali debruçada nessa Portaria 1.231, que, na verdade, é uma portaria grande, que traz vários aspectos. O aspecto da saúde mental está ali, o aspecto da saúde financeira está ali, a questão do superendividamento, a questão...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DANIELE CORREA CARDOSO – Eu tenho mais três minutos? Só para...

... a questão do superendividamento, a questão da publicidade e da propaganda, a questão de toda a necessidade de SAC, ouvidoria, atendimento ao cidadão ou ao consumidor apostador que esteja apresentando questões de saúde, como isso vai ser endereçado, a questão do autoteste... Então, tem uma série de medidas ali na perspectiva dos direitos e proteção dos apostadores.

E, paralelamente a isso, a gente tem feito esse monitoramento. Então, hoje, na secretaria, a gente já tem processos fiscalizatórios em âmbito de questões de publicidade. A gente tem um canal específico com a Meta, diferenciado, onde a gente consegue rapidamente, quando é identificada a necessidade de remoção de um conteúdo, dar fluidez a esse procedimento. Então, já existiram algumas remoções de conteúdo, algumas remoções de páginas, algumas remoções

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de publicidade, dentro desse período de três meses em que a gente vem trabalhando nesse monitoramento contínuo.

E aí – só para finalizar mesmo –, foi estabelecido um grupo interministerial, um grupo de trabalho, um GT interministerial, que é voltado para prevenção e para a gente trabalhar um plano de ação do jogo patológico. Então, fazem parte ali o Ministério do Esporte, a Secretaria de Comunicação Social da Casa Civil, da Presidência, e o Ministério da Saúde, para que a gente consiga ali pensar em várias ações destinadas, principalmente, à questão da saúde mental.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senadora Leila, posso fazer uma ponderação?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Excelente. Grata pela participação, Dra. Daniele.

Pois não, Senador Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – A minha grande crítica, uma vez aprovada a Lei das Apostas, que permitiu isso, é justamente que o Governo não só deu um ano grátis de impostos para todas as casas de apostas, como ele demorou um ano para conseguir implementar uma regulamentação.

Esse projeto aqui justamente vem em resposta a isso, porque nós esperamos um ano para que fosse regulamentado e fosse efetivamente cumprido.

Quando vi a mensagem – depois, se puder repetir, Dr. Thiago – que incentiva a investir na aposta, "aumente seus ganhos, seus investimentos", e, quando eu escuto que o Governo tem uma portaria restritiva a isso, a gente se pergunta: "Mas o que estão fazendo?".

Você pode repetir a frase, Dr. Thiago? Porque ela é muito impactante, e ela é exatamente o que é proibido.

O SR. THIAGO HENRIQUE CUNHA BASÍLIO – Era no meio do jogo, eram 19h, e, aí, interrompeu a transmissão e entrou: "Aumente seus ganhos em x por cento com o *site* tal".

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, a gente vê que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. THIAGO HENRIQUE CUNHA BASÍLIO – Você encontra propaganda, sem nada, e o seguinte é isso.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... a prática não corresponde aos fatos e à necessidade de por que é que a gente está, através de lei, reforçando, vou chamar assim, essa disciplina com relação à publicidade das apostas, não só porque demorou um ano, não só porque não é efetivo, mas porque é urgente e imediato que o Congresso Nacional se posicione, através de uma legislação própria.

Eu sou absolutamente favorável à autorregulamentação. Dei aula de Ética na Comunicação como professor acadêmico, em universidade, conheço de ponta a cabeça o Conar, respeito o Conar em todas as suas manifestações, tudo que ele fez, mas, passado um ano, o quadro se agrava: a publicidade é massiva; a publicidade é direcionada a quem, muitas vezes, não é nem o público-alvo, mas ao jovem, à criança; a publicidade é predatória. É predatória dentro do próprio setor.

E tive a oportunidade de conversar com casa de aposta. Por que é que, assistindo a uma partida, final do Campeonato Carioca, a Superbet, que está aqui, é a patrocinadora, tem os *naming rights* da competição, e, durante o jogo, eu contei 37, contando com o *banner*, casas de aposta que anunciaram, inclusive concorrendo com quem pagou para ter o *naming right*.

Então, essa é a reflexão sobre publicidade que eu trago e trarei no meu relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito, Senador Portinho.

Quero agradecer a participação da Sra. Daniele Cardoso, que é a Coordenadora-Geral de Monitoramento de Jogo Responsável da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda.

Nós estamos encerrando a primeira mesa aqui. Eu gostaria de agradecer a participação das nossas expositoras pelas contribuições relevantes. Agora eu solicito que ocupem a segunda fileira de cadeiras do plenário, para que os próximos convidados possam...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pois não, Senador Chico Rodrigues, nosso Vice-Presidente desta Comissão.

Até peço desculpas, Senador. Estou tão envolvida aqui no tema... Perdão não o ter citado.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – V. Exa. já ia encerrando, mas não percebeu que estava na fase...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Não, eu vou para a segunda mesa ainda...

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para interpelar.) – Está *o.k*.

Então, eu gostaria apenas de dirigir algumas perguntas especificamente à Dra. Daniele Correa Cardoso.

Quais medidas o Ministério da Fazenda já implementou para regulamentar a publicidade nas apostas de quota fixa?

A segunda pergunta: qual o impacto previsto das propostas de extinção da publicidade sobre a arrecadação pública e sobre o mercado regulado – duas perguntas.

Eu gostaria de fazer as quatro perguntas, porque tem outras que estão na mesa aqui e que também serão... Posso me dirigir às perguntas...?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito.

Pode concluir.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – À Yane Marques, do COB...

Eu não sei qual é a sua origem de estado, mas arriscaria dizer que é pernambucana, porque eu também sou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual a importância dos patrocínios das casas de apostas para a sustentabilidade financeira de clubes, federações e atletas?

A segunda: como o esporte pode contribuir para conscientizar o público jovem sobre os riscos das apostas? As duas perguntas.

Quem mais?

A Dra. Tathiane deixou cravada aqui uma frase, Senadora Leila, campeã do vôlei. Ela disse que publicidade sem limites é um convite ao vício, que deveria ser um meme em todos os veículos de comunicação deste país. Isso é absoluta verdade.

Quem mais?

O Thiago também. Para os dois: a publicidade atual de apostas pode ser considerada abusiva nos termos do Código de Defesa do Consumidor?

Outra pergunta para os dois: quais mecanismos legais são necessários para reforçar a fiscalização dessas práticas?

À Dra. Christina Hajaj Gonzalez: o CFM (Conselho Federal de Medicina) considera necessário algum tipo de restrição à publicidade como forma de prevenção à dependência?

A segunda pergunta: a ludopatia deve ser tratada com o mesmo grau de gravidade e cuidados que outros transtornos?

Eram essas as perguntas para enriquecer, inclusive, o debate proposto por V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Senador Chico Rodrigues.

Eu vou passar, primeiro, a palavra para a Daniele Cardoso, para as primeiras perguntas; depois à Yane Marques, à Tathiane, ao Thiago e, por fim, à Sra. Christina Gonzalez.

A SRA. DANIELE CORREA CARDOSO (Para expor.) – Se eu me lembro, a primeira pergunta era relacionada com as medidas que a SPA tem feito em relação a esse tema de publicidade, propaganda. Então, enfim, a gente tem, como já foi dito aqui, além do que está estabelecido e previsto na Lei 14.790, a nossa Portaria 1.231. A gente tem estabelecido uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parceria com o Conar, que tem sido bastante efetiva, porque o Conar também faz todo esse trabalho, junto com a gente, de monitoramento.

A gente também tem feito uma conversa, um acordo, na tentativa de pensar em um plano de ações ali estabelecidas junto com o Conselho Digital, porque é importante a gente ter essa parceria com as plataformas digitais, considerando o meio em que essa massificação de propaganda acontece e essa rapidez e a velocidade com que as coisas acontecem nesse ambiente digital.

E a gente tem, obviamente, a Subsecretaria de Monitoramento e Fiscalização, que, de ofício ou quando a gente recebe uma denúncia, seja de uma outra entidade, seja de um órgão, faz toda uma análise, e a equipe ali procede à abertura de um processo fiscalizatório para retirada e remoção desses conteúdos. Mas o desafio é justamente a velocidade com que isso acontece, considerando que a gente está falando de um ambiente digital.

A segunda pergunta acho que era alguma coisa de arrecadação...

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Qual o impacto previsto na proposta de restrição à publicidade?

A SRA. DANIELE CORREA CARDOSO – Essa informação eu não saberia te dizer, até porque é uma informação que está muito... A parte de arrecadação está ligada à Receita Federal, mas talvez, se essa informação for importante, haja necessidade de se encaminhar algum ofício ao Ministério da Fazenda.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Eu vou dar para cada expositor aqui dois minutos para responderem às perguntas, para a gente dar celeridade, porque ainda temos a segunda mesa.

Agora, a Sra. Yane Marques.

A SRA. YANE MARQUES (Para expor.) – Então, acho que a primeira pergunta foi sobre a importância das apostas, sobre esse aporte financeiro, esse recurso, né?

O Comitê Olímpico do Brasil hoje tem uma arrecadação grande, substancial que vem do percentual das loterias, da Lei Agnelo/Piva. E agora a gente soma a esse recurso esta nova fonte,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é esse percentual das *bets*. Então, a gente tem um programa de Governo que tem uma missão, e a gente tem traçado algumas diretrizes, algumas ações, algumas frentes de que a gente tem cuidado para atender esse nosso objetivo. A gente cuida do esporte olímpico, a gente tem programa de participação olímpica, a gente tem os atletas da base, a gente tem os clubes que são vinculados ao Comitê Brasileiro de Clubes e, naturalmente, a gente tem muitas modalidades clubísticas no Brasil, o que alimenta essa massa. Então, é importantíssimo, porque soma, ajuda a gente a atingir nosso objetivo, e a gente vai fazer isso com muita responsabilidade, como a gente tem feito até então com os recursos LAP...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. YANE MARQUES – ... que são muito auditados e são muito controlados.

O senhor tinha feito outra pergunta que eu tentei anotar aqui, mas me perdi.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – É sobre a contribuição do público jovem. Como o esporte pode induzir, orientar, enfim, esse público jovem sobre os riscos das apostas?

A SRA. YANE MARQUES – Ah, tá. Então, é um pouco o que o Romário falou, das apostas por parte dos atletas. A gente tem um código de conduta ética e, nesse código – eu até o trouxe aqui para ficar mais prático –, tem o art. 53, que diz que, nas competições, é vedada a realização de apostas ou participação, direta ou indireta, em atos de exploração financeira individual ou através de empresas.

Então, a gente, parte das denúncias. A gente tem no Comitê Olímpico do Brasil um *compliance* muito bem estruturado. Essas denúncias chegam ao *compliance*, passam pelo Conselho de Ética, que segue todo o ritmo das denúncias, para a gente apurar e tomar as providências, e aí já não é mais COB, são órgãos independentes. A gente tem muito cuidado com isso, mas eu queria reforçar o nosso zelo e a nossa atenção na educação, na preparação, para que esses atos não aconteçam, para que eles se eduquem e estejam precavidos para não cometerem excessos e chegarem a esses extremos.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, a Sra. Tathiane Soares e, na sequência, Sr. Thiago Basílio.

A SRA. TATHIANE CAMPOS SOARES (Para expor.) – Agradeço a sua pergunta.

Inicialmente, quero começar pela limitação à propaganda, à publicidade abusiva que tem sido feita atualmente. Acho que este debate é muito enriquecedor, começando a limitá-las principalmente em relação aos menores de 18 anos. Acho que a gente pode ter por base o direito comparado para ter essa limitação a essas publicidades no meio do jogo de futebol, de forma que o consumidor nem perceba que aquilo é uma publicidade. Isso eu acho que é um passo inicial essencial.

E, além da limitação à publicidade, a gente deve fiscalizar o que a gente já possui, porque não adianta só a gente criar legislação, criar normas, se não houver uma efetiva fiscalização, como, por exemplo, essa iniciativa de exigir o reconhecimento facial. Ela é ótima e ela vai evitar bastante alguns problemas que nós já temos, mas isso precisa ser fiscalizado, e as sociedades que não estão cumprindo precisam ser punidas.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TATHIANE CAMPOS SOARES – E deve ter também um incentivo, haver a criação de mecanismos de educação financeira; e também, de repente, se pensar na criação de um fundo para tratamento e prevenção da ludopatia com essa verba que as empresas de apostas são obrigadas a dar.

Eu acho que isso seria bem interessante para o Sistema Único de Saúde, que não está preparado atualmente para contemplar as pessoas que estão sendo atingidas por isso.

O SR. THIAGO HENRIQUE CUNHA BASÍLIO (Para expor.) – Bom, acho que, como a Dra. Tathiane...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Desculpe-me, Dr. Thiago.

O SR. THIAGO HENRIQUE CUNHA BASÍLIO – Obrigado.

Como a Dra. Tathiane já disse na fala inicial dela, acho que o art. 9º do Código de Defesa do Consumidor, que fala de atividade de risco, juntamente com o da publicidade abusiva já dão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um norte. A própria Lei 14.790, junto com as alterações legislativas que se propõem aqui, acho que serão medidas suficientes para a gente conseguir coibir isso. A própria Secretaria de Prêmios e Apostas também vai conseguir fiscalizar e aplicar as medidas sancionatórias cabíveis.

Como a Dra. Tathiane falou também, a gente tem debatido a possibilidade, até mesmo através desta Casa, de um projeto de lei, porque a gente sabe que tem a fonte de arrecadação das apostas com uma parcela destinada para várias áreas, e, se um projeto de lei puder destinar também uma parte disso para ser uma verba carimbada para programas de educação financeira, campanhas educativas, cartilhas para a população, acho que seria de suma importância.

(*Soa a campainha.*)

O SR. THIAGO HENRIQUE CUNHA BASÍLIO – A gente tem valores para saúde, para escolas, para segurança, turismo; eu acho que um percentual dessa arrecadação destinado para programas de educação financeira para a população seria de suma importância.

Como a Daniele também falou, acho que a regulação do Conar traz algumas referências, mas acaba que, como ficam várias opções de mensagens para serem adotadas pela publicidade, sempre se está optando pela que coloca isso mais nas costas do consumidor, esse "jogue com responsabilidade". E tem outras mensagens lá, como na campanha do cigarro, que poderão muito contribuir para uma mensagem mais direta e mais explicativa dos riscos dessa atividade.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Dr. Thiago Basílio.

Vou passar agora a palavra para a Dra. Christina Gonzalez.

A SRA. CHRISTINA HAJAJ GONZALEZ (Para expor.) – Bom dia, Senador. Desculpe-me, mas a primeira pergunta que o senhor fez...

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – O Conselho Federal considera necessário algum tipo de restrição à publicidade como forma de prevenção à dependência?

E a segunda: a ludopatia deve ser tratada com o mesmo grau de gravidade e cuidado que outros transtornos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CHRISTINA HAJAJ GONZALEZ – Certo.

Claro, a gente trouxe aqui hoje os resultados de um levantamento do III Lenad, um levantamento nacional sobre drogas no Brasil, e a gente viu com preocupação... Esses números eu não coloquei na apresentação, até porque eu tinha que fazer uma coisa um pouco mais curta, mas hoje, no Brasil, o vício ou transtorno de jogo aplicado às plataformas *online*...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CHRISTINA HAJAJ GONZALEZ – ... está em terceiro lugar nas dependências que a gente tem, juntando as químicas e as comportamentais. Só perde para álcool e tabaco, em terceiro lugar vem o transtorno do jogo. Então, isso a gente já está respondendo aí, se a ludopatia deve ser tratada com o mesmo grau de gravidade: com certeza, colocada aí hoje como a terceira dependência na população brasileira.

E o CFM, sim, colocou as recomendações trazidas pelo grupo que coordenou o Lenad, são as mesmas recomendações que a gente sugere também, até porque essas recomendações são baseadas em levantamentos internacionais, inclusive, e nos resultados do III Lenad. Então, com certeza.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Dra. Christina.

Satisfeito, Senador, com a sua pergunta?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Então, está bom.

Encerrada a participação do primeiro grupo de convidados.

Inclusive, eu quero agradecer a todos que estão aqui conosco nessa primeira audiência pública pela participação e pelas relevantes contribuições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Solicito que fiquem à vontade, ocupem a segunda fileira de cadeiras do nosso plenário para que os próximos convidados possam compor a mesa.

Eu convido para tomar lugar os seguintes convidados: o Sr. Rodrigo Saraiva Marinho, Diretor-Executivo do Instituto Livre Mercado; o Sr. Pietro Lorenzoni, Diretor Jurídico da Associação Nacional de Jogos e Loterias; e o Sr. Alexandre Fonseca, CEO da Superbet Brasil.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Aproveitando a formação do painel, Leila, se me permite fazer um registro de presença.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pois não, Senador.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Ele estava acompanhando, certamente, toda a audiência pública do seu gabinete, porque aqui a gente faz três, quatro coisas ao mesmo tempo, mas aqui se dispôs a estar presente o Senador Styvenson Valentim, do Rio Grande do Norte, que é o autor do projeto que eu relato, o Projeto 2.985, de 2023. É importante sua presença, porque a participação a gente já tinha.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito, Senador Portinho.

Com a palavra o autor da iniciativa aqui, o Senador Styvenson Valentim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN. Pela ordem.) – Obrigado, Senadora Leila.

Senador Portinho, agradeço por ter relatado, melhorado e aperfeiçoado o nosso projeto de lei, que não tem a intenção de restringir a liberdade de ninguém, mas de proteger o consumidor, principalmente os jovens e aqueles que são mais vulneráveis. Então, o nosso pensamento é mais este: ninguém está aqui com a intenção de proibir a publicidade, mas sim de restringir alguns pontos que foram aperfeiçoados pelo senhor. Agradeço demais por ter pegado esse relatório e ter trazido aqui esta audiência pública para a gente discutir. O melhor lugar para discutir o projeto de lei vai ser aqui com os senhores.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Senador Styvenson.

Bom, como na primeira mesa, cada convidado poderá fazer o uso da palavra por até dez minutos na exposição inicial; ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem perguntas ou comentários.

Só aproveito e agradeço a participação no e-Cidadania, que está bombando – literalmente bombando. Depois eu faço as perguntas e os comentários e os passo também para os nossos expositores.

Bom, eu vou passar a palavra agora, para a sua exposição inicial, ao Sr. Rodrigo Saraiva Marinho, Diretor-Executivo do Instituto Livre Mercado.

Seja bem-vindo, Rodrigo!

O SR. RODRIGO SARAIVA MARINHO (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

É uma honra e um privilégio estar ao lado da senhora, uma gigante do nosso vôlei, e um privilégio tê-la no trabalho aqui no Senado.

Quero agradecer ao meu querido amigo, que ontem tomou posse como Presidente da Frente Parlamentar pelo Livre Mercado, o Senador Carlos Portinho.

É um privilégio e uma honra estar aqui na audiência pública depois de um dia tão emocionante, de um momento tão especial para o Brasil sobre liberdade de escolha, sobre defesa da livre iniciativa e a visão sobre os temas.

Eu vou começar falando que a gente tem uma regulação sobre a Portaria 1.231/2024 e a resolução do Conar.

Como o Senador Carlos Portinho disse, eu também sou professor de Direito e adoro a ideia de autorregulação com a previsão básica, aquilo que não é proibido é permitido. E nós autorizamos expressamente a ideia de apostas esportivas.

O Senador foi muito feliz ao dizer: "Ó, não estou discutindo esse tema, não; é o tema objeto dessa discussão". Que bom, porque eu acredito muito fortemente, Senador Styvenson, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possibilidade de acabar com o tal do Estado paternalista. Incrivelmente as pessoas devem ter a sua possibilidade de escolha e decidi-la. Eu acho que casos, como os apresentados aqui, merecem ser tratados, não como uma regra, mas como uma exceção, certo? Porque, se a gente for colocar todas as pessoas que se tornam viciadas em alguma coisa e proibir o vício, a gente está proibindo que as pessoas optem pelo que elas querem fazer com a sua própria vida, com a sua própria decisão.

Uma visão fundamental sobre a ideia de liberdade é as pessoas errarem, cometerem suas próprias escolhas, decidirem o que vão fazer e aquilo que não vão fazer. Não é porque eu sou um apostador... Acho que eu confesso que particularmente eu nunca apostei na minha vida, mas eu defendo absolutamente o direito de qualquer pessoa fazer a sua aposta. E, obviamente, quando a gente torna uma atividade como essa lícita – porque tenha certeza que isso acontecia de maneira ilícita antes –, nós permitimos, à luz do Senado da República, na nossa Casa revisora, no Congresso Nacional, discutir o tema de maneira aberta, clara e fundamentada para escolher como deve funcionar isso.

O primeiro ponto que eu queria trazer sobre liberdade de escolha é que a nossa regulação entrou em vigor, a 1.231/2024, em 1º de janeiro de 2025. Não tem como medir uma política pública, de fato, metrificar uma política pública em tão pouco prazo. Nós estamos em abril, certo? A Lei de Liberdade Econômica é clara em dizer, Senador, análise de impacto regulatório. Qual foi o impacto regulatório? O que aconteceu? Não estou dizendo que não devem ser punidos abusos, não devem ser notificados por ele, não deve ser descumprida a lei. No caso: "Ah, pode ter 37 vezes?". Talvez... O Conar que dê uma segurada nisso: talvez não deva ser a notificação colocando para cumprir a legislação conforme combinado, conforme determinado? Não seja cumprir a legislação da 1.231/2024? Porque talvez positivá-la – o que talvez seja a ideia do Senador Carlos Portinho para deixá-la mais clara, ou também mais eficaz para todos – seja algo razoável.

Mas é fundamental deixar que as políticas públicas caminhem, porque, se nós quisermos regular hoje e montarmos todo um cenário... Porque todo e qualquer empreendedor baseia todo o seu custo, toda a sua operação, todo o seu funcionamento baseado naquela política pública que está posta hoje. Se, no meio do jogo, eu mudo a política pública, eu quebro. "Ah, mas as apostas esportivas são muito ricas?" São, mas têm custo, têm funcionário, têm emprego,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

têm definição, têm uma série de pessoas que foram trazidas para isso. E, felizmente, agora estão no Brasil, porque havia muitas empresas que estavam fora do Brasil, não investiam nada, muito longe da regulação nacional, que nem participavam disso. Não que eu seja contra empresas estrangeiras. Muito pelo contrário, sou absolutamente favorável que as empresas do mundo todo estejam no Brasil. Quanto mais empresas do mundo todo estiverem no Brasil, mais possibilidade de a gente conseguir ganhar jogos olímpicos. Nosso país ainda está muito aquém pelo tamanho que ele é, pela nossa população, de conseguir isso. Eu espero sinceramente que o dinheiro que está sendo usado pelo Comitê Olímpico Brasileiro seja usado para a gente ter grandes campeões olímpicos, ao invés de depender de bolsa de Governo, ao invés de depender de bolsa governamental para isso. Podia ter um resultado muito melhor, mais efetivo. Os Estados Unidos, que são um exemplo nessa sequência muito grande, conseguem fazer isso pela iniciativa privada com muito mais força.

Nessa visão, uma coisa importante sobre publicidade, numa visão liberal, numa visão de livre mercado. Um primeiro ponto, que eu concordo com o relatório do Senador Carlos Portinho, é a transparência. Nunca pode a aposta ser confundida com investimento. Aposta não é investimento. Tigrinho não é investimento. Nada disso é investimento. Aposta é, e o próprio nome diz, aposta. Quando eu invisto numa empresa nacional, Grupo Ultra, na Apple, eu não estou apostando, eu estou aportando o meu recurso, acreditando que aquela empresa dará certo. Quando o pessoal fala que o mercado financeiro é um grande local de apostas, isso é uma mentira. O mercado financeiro é baseado em fundamentos, e eu estou colocando o investimento na empresa. A aposta é um risco imenso de perder ou ganhar.

O meu time é o Fortaleza Esporte Clube. Há oito anos, você imaginar o Fortaleza jogando na Libertadores pela terceira vez era algo praticamente impossível. Nos últimos quatro anos, o meu time joga a Libertadores pela terceira vez. Até então, nunca tinha jogado. Eu saí da Série C em 2017, no final do ano de 2017. Olha a loucura de imaginar essa aposta. Isso é uma aposta; não dava para dizer isso. Havia um risco imenso envolvido, e aquilo nunca pode ser entendido como eu capitalizar ou melhorar o meu capital, que é o que o apostador, quando viciado, acha disso. Repito, essa pessoa, como tem um viciado em drogas, viciado em qualquer outra coisa, precisa ser tratada, mas não é o negócio todo que precisa ser tratado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro ponto: transparência é fundamental, veracidade, ou seja, eu estou apostando nesses critérios – isso é claro. E é perigoso, eu concordo. Toda vez que tem um individualismo, a conduta na aposta é algo absolutamente perigoso. Eu forço um cartão amarelo: beleza, é lindo isso; eu forço uma falta: quem vai fazer a primeira falta? Isso é muito perigoso. Você tende a gerar um risco muito grande. Foi muito feliz a fala do Portinho para dizer: "Opa, isto aqui talvez tenha um certo risco".

Mas, mais uma vez, não dá para punir todo o sistema, todo o negócio porque eu tenho alguém que descumpre a lei. Eu tenho que punir o criminoso. Eu tenho que punir quem descumpre essa regra do jogo.

Por fim, óbvio, responsabilidade. Nós precisamos entender que, se as pessoas escolhem apostar, é uma decisão delas. Era muito engraçado, Senador, quando criaram o Bolsa Família, lá atrás, no primeiro Governo Lula, que veio do Governo Fernando Henrique Cardoso. Era muito comum, Senadora Leila, se dizer o seguinte: "Se eu der dinheiro para as pessoas mais pobres do Brasil, essas pessoas vão beber cachaça". Essa era a expressão. Eu sou cearense, sou de Fortaleza, sou de Baturité, na realidade, e era muito comum essa frase ser colocada, não é? "Se essas pessoas receberem, elas vão cometer as piores escolhas possíveis." Para os nordestinos, o Bolsa Família foi fundamental, e, incrivelmente, os nossos conterrâneos, Senador, usaram esse dinheiro da melhor maneira possível.

É muito engraçado, porque agora a gente está ouvindo que parte do dinheiro do Bolsa Família está indo para os jogos. Amigo, não fizeram isso até agora. Estão fazendo agora, Senador Styvenson, lá em Natal, lá no Rio Grande do Norte? Estão há 23 anos com esse sistema acontecendo, e agora é que está dando a escolha errada? Sempre acertaram nas escolhas? Não é desprezar os mais pobres? Não é desprestigiar as pessoas de fazerem as suas melhores decisões e, principalmente, não é intervir profundamente em pensar que essas pessoas são irresponsáveis com a sua própria família, com a sua própria vida para isso?

Olha o absurdo do paternalismo que está sendo colocado nisso. Olha a irresponsabilidade que está sendo colocada, que eu já ouvi até dizendo o seguinte: "Agora, se a gente der o Bolsa Família, vamos proibir as pessoas de gastar o dinheiro delas em Bolsa Família" – e aí com a possibilidade, muito longe ainda, de moeda digital. Espera aí, as pessoas podem tomar as suas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

decisões, incrivelmente. A gente não é pai de ninguém, não. Essa pessoa tem pai, certo? Agora se houver um menor, esse menor não pode participar, porque, incrivelmente, ele tem pai, e esse pai, no limite, deveria ser até punido por isso. Nós temos previsões legais no Estatuto da Criança e do Adolescente, muito claras sobre esse tipo de punição.

Então, a publicidade não deve, obviamente, nunca omitir os riscos dos jogos. Nós fizemos isso com cigarro, nós fizemos isso com uma bebida, a gente está colocando essa visão, é claro por isso. Principalmente, quem tenta ver um jogo sem estar pagando os *streamings* que existem hoje – existem imensos –, sempre tem aquela aposta: "Se você depositar o Pix, você vai ganhar agora". Aquilo ali não é aposta; aquilo ali é fraude, aquilo ali é crime, aquilo ali é estelionato. Não pode ser confundida uma coisa, Alexandre, da forma da outra. Isso é fundamental para ser entendido. Nesse ponto, para trazer e caminhar para o final da minha fala, a publicidade não pode obviamente ser vedada.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO SARAIVA MARINHO – Não pode ser vedada, não existe essa possibilidade. Nós já autorizamos com o Congresso Nacional o jogo, e foi uma das melhores decisões feitas nesta Casa, foi uma das melhores decisões feitas no Congresso Nacional, porque, se o jogo fosse ilícito e as pessoas jogassem, a gente estava discutindo aqui o crime, a gente não estava discutindo a melhor forma de tratar, de resolver a situação do viciado, de resolver uma situação como essa. A gente estava dificultando e dificultando muito a vida do senhor que estava falando ali que era viciado em jogos, porque ele não se tornou viciado em jogos depois que os jogos passaram a ser regulares. Foi mágica, a partir de um ano, agora que foi regulado, ele virou viciado agora. Ele jogava antes, ele era viciado antes, ele tinha um problema antes, mas finalmente, Senadora Leila, nós permitimos aqui, à luz da nossa Casa revisora, bicentenária, permitimos discutir de fato se essa pessoa deve ser tratada, como deve ser tratada, como a gente se preocupa com ela. Se não houvesse a possibilidade e a permissão disso, seria triste.

Eu estou falando disso, mas tem uma discussão imensa aqui no Senado também sobre a regulação, por exemplo, cigarro eletrônico, *vape*, tabaco aquecido. É a mesma. Hoje 100% dessa brincadeira é ilegal. Pertence, sabe a quem, como pertencia antes o jogo? Ao PCC, ao Comando Vermelho, ao crime organizado, como era operado o jogo no Brasil. Finalmente temos grandes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresas, sérias, trabalhando com seriedade, tentando cuidar de pessoas como esse senhor, pagando até, muitas vezes, para conseguir fazer o tratamento para isso. Esse foi o avanço que o Congresso Nacional permitiu. É isso que a gente tem que trabalhar fortemente, não só para permitir que as pessoas façam isso, tomem suas próprias decisões, para quem quiser fazer isso, mas principalmente para permitir que senhores como esse, viciado compulsivo, possam ser tratados e conseguir sair desse vício.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Grata pela participação e pela exposição, Sr. Rodrigo Marinho, Diretor Executivo do Instituto Livre Mercado.

Agora passo a palavra para o Sr. Pietro Lorenzoni, Diretor Jurídico da Associação Nacional de Jogos e Loterias, a ANJL.

Muito bem-vindo.

O SR. PIETRO CARDIA LORENZONI (Para expor.) – Boa tarde. Muito obrigado, Presidente Senadora Leila. Gostaria de agradecer a V. Exa. assim como ao Senador Portinho, autor do requerimento da audiência pública, pela oportunidade.

Sempre audiências públicas são espaços de debate democrático, extremamente relevante para o desenvolvimento e, especialmente, nesse setor que é tão polêmico, por um ponto específico que talvez surpreenda um pouco e acredito que também o Sr. Alexandre Fonseca, CEO da Superbet, vai concordar comigo, que é, representando a Associação Nacional de Jogos e Loterias como uma das empresas do setor de apostas de cota fixa, nós não discordamos dos princípios de nada do que foi dito até aqui, acho que esse é um ponto essencialmente importante de se ressaltar. Contudo, alguns contextos e alguns dados são importantes de serem trazidos justamente para tentar fazer um debate informado a partir disso.

Primeiro ponto e talvez o ponto mais relevante é que a regulamentação da forma como feita pelo Ministério da Fazenda está funcionando há 90 dias, pouco mais de 90 dias, esse é um ponto essencial para entender. A representante do Conselho Federal de Medicina trouxe as recomendações do III Lenad sobre apostas, sobre como fazer uma regulamentação saudável. Especialmente, Senador Portinho, gostaria de recordar, nesse sentido, que a regulamentação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atual adota as seis primeiras recomendações feitas pela conselheira do CFM, e esse é um ponto essencial para perceber que a regulamentação feita em algum grau foi seguindo essas melhores práticas internacionais.

Da mesma forma, a Dra. Tathiana e o Dr. Thiago, da Defensoria Pública – e é sempre um prazer dialogar com um órgão tão qualificado como a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro –, recomendaram a questão do reconhecimento facial, que também está sendo implementada justamente por uma emenda do Senador Portinho, tão bem posta pelo Senado Federal e utilizada de forma unânime pelas 90 empresas reguladas pela autorização federal hoje.

Aqui a gente tem um dado extremamente importante, Presidente Leila, que é o seguinte: nós temos cerca de 20,1 mil *sites* ativos hoje no Brasil, 90 deles regulados, com licença federal, supervisão, que passaram por esse processo; mais de 20 mil *sites* ilícitos. A questão que vem daí é: o que aconteceu de errado? A lei foi mal feita, aprovada em 2023 pelo Congresso Nacional? A regulamentação eventualmente foi mal feita, feita pelo Ministério da Fazenda? Parece-me que não. Parece-me que nós temos uma das leis mais avançadas do mundo, inclusive recentemente o regulador chileno veio atrás do próprio Ministério da Fazenda, assim como das associações, para tentar entender melhor o reconhecimento facial, porque nós somos um dos primeiros países do mundo a adotar essa forma de reconhecimento como forma eficiente para evitar que crianças e adolescentes joguem nas plataformas autorizadas.

Mas toda nova forma de regulamentação é um processo. E esse é um ponto central em entender em que momento do processo nós estamos, e esse vai ser um dos focos da apresentação justamente por isso. Para entender esse processo e o sucesso dele, tem um conceito internacional que trabalha com a ideia de canalização. Qual é a ideia da canalização? A ideia da canalização é quanto do mercado como um todo entra para o mercado regulado, seja regulação federal, seja regulamentação estadual. Esse é o ponto chave.

Nós estimamos no âmbito da ANJL hoje... e eu vou trazer alguns dados, aqui apresento o racional dos PLs, mas talvez o mais importante esteja aqui, a diferença entre o jogo lícito e regulado e o jogo ilícito e proibido. Aqui pouco mais de 12 mil, mas uma comunicação recente do Ministério da Fazenda trouxe 20 mil *sites* ilícitos. Nós estimamos, no âmbito da associação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o faturamento mensal das empresas reguladas seja de algo como R$3 bilhões, aproximadamente. O mercado ilícito, o mercado não regulado fatura como algo, pelas nossas estimativas, R$6,5 a 7 bilhões/mês. Veja, isso significa que a lei deu errado e que a regulamentação deu errado? Não, nós canalizamos cerca de 30% a 40% para o mercado lícito.

E, vejamos, por que existe a aposta de cota fixa no Brasil, criada pela Lei 3.756? Para servir como fundo de financiamento do Fundo Nacional de Segurança Pública e para o fundo de saúde, assim como o Funcap, FG-Fies e outros fundos públicos, ou seja, isso só existe no Brasil hoje como uma forma para financiar política pública. A capacidade de canalizar isso do mercado não regulado para o mercado regulado significa mais dinheiro nos cofres públicos para financiar políticas públicas essenciais: saúde e educação. É como a estrutura funciona hoje.

Mas nós ainda temos um desafio relevante, que é o mercado ilícito de R$6,5 bilhões mensais. O IBJR, que é outra instituição do setor, vai discordar, mas a discordância dos valores do número é se o mercado ilícito tem entre 40 e 60%. Sendo um ou sendo outro, ainda é muito alto, Senador Portinho, ainda é muito alto. E qual é a problemática? O mercado ilícito não respeita regras. O mercado ilícito não tem reconhecimento facial. O mercado ilícito não proíbe adolescentes de jogarem. O mercado ilícito não tem estrutura de jogo responsável que a legislação, tão bem feita pelo Congresso Nacional, trouxe, Presidente Leila, como, por exemplo, o dever das casas de aposta não só colocar o adesivo – o adesivo não, desculpe –, a chamada, o aviso de atenção, como a Dra. Tathiane trouxe, mas também que tenham instrumentos internos para analisar perfil de cliente, indícios de ludopatia.

Aquele gráfico tão bem apresentado pela representante do Conselho Federal de Medicina que aponta o jogador sem risco, com pouco risco, com baixo risco e com muito risco, tem que ser integralizado nos sistemas internos das empresas autorizadas pela regulamentação federal. E, talvez, deixar isso ainda mais claro na legislação, em que pese boa parte das empresas já o façam hoje, as empresas reguladas já o fazem. Talvez esclarecer isso ainda mais na regulamentação seja extremamente produtivo, e é um dos pontos de consenso, parece-me, dessa audiência pública.

E justamente nessa linha, nós temos alguns instrumentos essenciais também para entender esse papel da publicidade no âmbito desse mercado regulado. A publicidade é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essencial como forma de informação e proteção do consumidor. Por quê? A partir de 20,1 mil *sites*, como identificar quais são os *sites* sob supervisão do Ministério da Fazenda, sob supervisão dos órgãos de segurança pública, quais *sites* estão no Brasil, têm representante no Brasil, têm estrutura de jogo responsável, e têm endereço para eu bater na porta e dizer: "Olha, por que determinado jogo está sendo ofertado de forma ilícita para crianças e adolescentes?". Então isso é um mecanismo de proteção, mas nós temos ainda outros 20 mil *sites* que não têm essa identificação, que estão no mercado ilícito e que a gente não consegue atingi-los. Por isso que a publicidade acaba ajudando a identificar quais são as operadoras que estão dispostas a trabalhar conforme a legislação brasileira.

O grande ponto talvez aqui seja a gente entender dentro dessa medida: "Bem, precisamos regular a publicidade". O.k. Como regular a publicidade? E me parece que esse é o grande ponto da audiência pública, tão bem-posta pelo Senador Portinho. E aqui elogio inclusive o direito comparado trazido pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. E, na mesma linha da discussão do *benchmarking* internacional, talvez seja interessante colocar uma camada de complexidade relacionada com dois estilos de mercados: um mercado com regulação incipiente como o nosso, que existe há 90 dias; e um mercado com regulação madura.

Quando nós trazemos dados, como vocês tão bem trouxeram, Dra. Tathiane, relacionados, por exemplo, com o mercado do Reino Unido e o mercado da Espanha, esses são mercados muito maduros em termos de regulamentação. O conceito de canalização já está a favor deles.

Alguns dados simples relacionados com isso: o Reino Unido, por exemplo, regulamentou o jogo em 1960, o jogo *online* foi regulamentado em 2005, isso significa 20 anos de experiência regulatória e uma taxa de canalização altíssima. Praticamente não tem jogo ilícito no Reino Unido, o percentual é muito baixo. Na medida em que o percentual é muito baixo e esse jogo já está canalizado no mercado regulado, é muito fácil colocar regras que vão restringindo a publicidade, talvez, quiçá até desincentivando o jogo exagerado. E me parece que esse é um ponto central. No Reino Unido é fácil, 20 anos de regulamentação. O consumidor brasileiro ainda não sabe qual é o jogo lícito e ilícito, esse é um ponto chave.

E talvez um dos pontos do relato tão sensível do Sr. Hélio Roberto esteja justamente relacionado com isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. PIETRO CARDIA LORENZONI – Perder R$65 mil em quatro horas numa plataforma me parece impossível nas plataformas reguladas hoje sem um processo de conhecer seu cliente qualificado, porque essa plataforma vai apontar: "Tu estás jogando demais. Qual que é a tua capacidade econômica para lidar com esse tipo de gasto?". Qual que é o padrão de jogo compulsivo e o padrão de jogo saudável? Esse é um ponto central.

Contudo, o nosso processo está muito mais parecido com a Itália, que é uma regulamentação incipiente, uma regulamentação jovem, como a do Brasil.

A Itália, em 2018, com o Decreto Dignità, proibiu publicidade. Os impactos foram negativos com a proibição do decreto. Começaram a aumentar o número de *sites* de aposta ilegal. Os consumidores foram revertidos para o mercado ilícito, e isso significa: sem proteção do consumidor, sem proteção da criança e do adolescente e, além disso, sem financiamento de políticas públicas, porque a aposta só existe para financiar políticas públicas.

A partir desses impactos negativos, recentemente, a Comissão de Cultura do Senado Federal, que tem essa responsabilidade de competência temática, decidiu liberar a publicidade de novo, como uma forma de informar o consumidor primeiro de qual é o mercado correto, regulado e autorizado, para depois fazer restrições de publicidade.

Então, em que pese seja sempre muito produtivo o *benchmark* internacional, talvez um debate sobre em que momento nós estamos desse processo de regulamentação também possa ser saudável para que medidas de aperfeiçoamento legislativo com boa intenção não acabem tendo o efeito contrário, o efeito, por exemplo, de aumentar o mercado ilícito que está à margem da atuação do Estado brasileiro. Isso significa que não é possível aperfeiçoar a legislação? Com certeza é.

Acho que nós temos várias medidas extremamente produtivas do ponto de vista legislativo e regulatório para aperfeiçoar a legislação, começando, por exemplo, pela legalização dos princípios publicitários – princípios de publicidade que toda publicidade precisa adequar ao seu princípio de veracidade e informação –; proteção a crianças e adolescentes; responsabilidade social e jogo responsável; identificação publicitária – consolidar o direito do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consumidor a uma informação responsável das casas de aposta, e até mais, por que não? Hoje não está prevista na legislação a exigência de conter a identificação da licença. Isso foi feito pela autorregulamentação do Conar, mas não está em lei; proibição de publicidade em canais, programas ou conteúdos veiculados a menores de 18 anos; legalizar a necessidade de *age gating*, por exemplo, aquele bloqueio dos *sites* – boa prática. Por exemplo, todos os associados do NJTL, inclusa a Superbet, adotam a prática de *age gating* hoje, mas isso não é uniforme através do mercado. Por que não?

Então, temos medidas para aperfeiçoar, mas me parece que elas não passam por uma restrição de horário, nem por uma proibição da publicidade, porque essas duas medidas têm a consequência provável de abrir espaço para o ilegal. E me parece que nesse início da regulamentação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PIETRO CARDIA LORENZONI – ... é justamente o que a gente quer evitar.

Então, essas são algumas das nossas propostas.

Agradeço, mais uma vez, Senadora Leila, pela atenção e pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Somos nós que agradecemos a participação do Sr. Pietro Lorenzoni, Diretor Jurídico da Associação Nacional de Jogos e Loterias.

Vou passar a palavra agora para o Sr. Alexandre Fonseca, CEO da Superbet Brasil.

Seja muito bem-vindo, Sr. Alexandre.

O SR. ALEXANDRE FONSECA (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora.

Boa tarde a todos presentes. Boa tarde, Exma. Senadora Leila, na pessoa de quem eu cumprimento todos os Parlamentares aqui presentes.

Eu agradeço muito a oportunidade de ser convidado para tratar de um tema tão fundamental e importante para o esporte brasileiro, que é a pluralidade da publicidade e o seu papel fundamental na consolidação de um setor regulado, que hoje é o das apostas esportivas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhoras e senhores, a publicidade é parte essencial da solução desse problema, ela não é o problema.

O debate no Legislativo é essencial para a consolidação desse entendimento e para que possíveis tensionamentos sejam devidamente resolvidos por meio do debate amplo com as empresas, as associações, o Comitê Olímpico do Brasil, os especialistas em publicidade e propaganda, o Conselho Federal de Medicina, entre outras entidades.

O mercado de apostas esportivas no Brasil passou por uma profunda transformação e hoje, com quase cem plataformas autorizadas a operar, é um dos setores mais plurais da economia nacional.

Isso exige, naturalmente, espaço para publicidade legal, responsável, sob diretrizes claras, com a obrigatoriedade da promoção do jogo responsável, como bem colocou o meu colega Pietro Lorenzoni.

Senador Portinho, restringir a publicidade nesse setor significa prejudicar diretamente o princípio da livre concorrência. A publicidade não apenas garante a visibilidade do mercado legal e competitivo, como também é fonte essencial de receita para clubes, ligas, federações e, sobretudo, os clubes menores, que dependem de múltiplos patrocinadores para, enfim, custear suas operações, suas estruturas, contratações, até estruturas de base.

Devemos enfatizar que, diante de um setor regulamentado há apenas 90 dias, ainda assim também em linha com o meu colega Pietro, me parece muito prematuro discutir qualquer tipo de restrição à publicidade. Fizemos questão de estar aqui hoje participando desse debate e contribuindo para essa discussão, mas ainda não há uma evidência clara do impacto causado por publicidade de apostas após o mercado regulamentado.

É importante observar que o risco de ações restritivas neste momento que sejam implementadas de forma precipitada poderia comprometer o processo de consolidação desse setor que, somente em 2024, Senador, contribuiu com R$5 bilhões de investimentos no Brasil e, já no primeiro trimestre deste ano, gerou mais de R$1 bilhão em arrecadação de impostos.

Estamos testemunhando um processo de profissionalização nesse setor, como investimentos em tecnologias, ferramentas de proteção ao apostador, campanhas educativas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

iniciativas voltadas à prevenção da ludopatia, que, sim, é um problema central para a nossa indústria. E eu aqui, como operador regulamentado desse mercado, assim como todos os outros, temos o nosso compromisso em debater, controlar e tentar mitigar o máximo possível. Esse problema não é um problema só da sociedade, ele é um problema da nossa indústria, e a nossa indústria também é parte dessa sociedade.

As plataformas clandestinas são, na verdade, o problema que a gente enfrenta hoje. Quando eu vejo alguns participantes desta Comissão aqui falando da presença de menores de idade, depois da regulamentação, com a implementação dessas medidas de verificação, eu diria que é próximo ao impossível um menor de idade abrir uma conta hoje e apostar numa *bet* legal no Brasil. O que acaba acontecendo é que, como o Pietro acabou de colocar, temos 20 mil *sites,* hoje, ilegais operando no Brasil. E, dentro desses 20 mil *sites*, sim, é onde o ludopata acaba encontrando um abrigo, o menor de idade acaba encontrando um terreno fértil para se envolver em jogo de azar. Então, eu acho que hoje a gente tem um problema que é muito mais grave, muito mais sério, que é o combate às *bets* ilegais no Brasil.

E, obviamente, mais uma vez, eu acho que, restringindo a publicidade do mercado regulamentado, dos operadores regulamentados aqui estabelecidos, isso acaba, sem dúvida nenhuma, nos rebaixando à posição de um operador ilegal, evitando criar essa diferenciação entre o operador que é legal e o operador que é ilegal.

Então, só para concluir, qualquer iniciativa que busque restringir a publicidade das empresas regulamentadas acaba na prática beneficiando diretamente as operadoras ilegais. Isso enfraquece quem está cumprindo a lei, fortalece quem a ignora deliberadamente. E nós não podemos permitir, Sras. e Srs. Senadores, que o mercado irregular avance justamente por essa falta de diferenciação. É exatamente essa diferenciação que precisa ser criada com urgência. Sra. Presidente Leila, a única forma de proteger a população é dar clareza ao consumidor, é a propaganda responsável, é permitir visibilidade para as empresas licenciadas por meio da publicidade responsável.

A regulamentação inteligente da publicidade – e eu acho que aqui a gente está tratando do mesmo tema e entendo que estamos concordando com ele –, sim, é necessária. Ao mesmo tempo, é necessário adotar medidas rigorosas contra as operadoras ilegais e, principalmente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contra os provedores de serviço que hoje insistem em prover os operadores ilegais. Vamos entender que, no Brasil, hoje, os operadores ilegais ainda encontram uma brecha para fazerem publicidade das suas *bets*, eles ainda têm processadores de pagamento participantes do Sistema Financeiro Nacional provendo o processamento do pagamento deles. Nessas *bets* ilegais, senhores, é onde acontece a maioria dos casos de manipulação de resultados, é onde acontece a lavagem de dinheiro, a corrupção de agentes públicos, é lá!

Hoje, quase todos os clubes das séries A e B do Campeonato Brasileiro contam com algum tipo de patrocínio das empresas do setor de aposta. Esses contratos são fundamentais não apenas para manter o equilíbrio financeiro das equipes, mas também para garantir toda essa infraestrutura, como eu já havia colocado aqui anteriormente. Restringir essa fonte de investimento... Tenho total clareza, Senador, de que o senhor não trata da restrição dos patrocínios aos clubes, mas existem outros direitos que orbitam, enfim, no ecossistema financeiro dos clubes: os direitos de publicidade de arena, os direitos de publicidade de televisão, que hoje têm como seus grandes clientes as casas de aposta, e, a partir do momento que a gente restringe aquela publicidade, ela acaba afetando diretamente a receita dos clubes.

Além disso, só para finalizar aqui o meu discurso, as empresas regulamentadas estão investindo em mecanismos de controle para evitar abusos. Desde o final do ano passado, é um pouco mais comum – a Superbet é uma empresa que adota, outras empresas também adotam – campanhas de conscientização, campanhas sérias produzidas de forma profissional, veiculadas em TV aberta, em grandes canais, que visam justamente dar clareza ao público de que o jogo é diversão: se ele não é mais divertido para você, pare de jogar; tudo que é compulsivo, obviamente, é ruim e com o jogo não é diferente; então, se existe um sinal de compulsão ao jogo, se você não consegue controlar os seus hábitos, dentro das casas de apostas regulamentadas pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, todos os usuários têm acesso a ferramentas de autolimitação, autoexclusão, e ainda contam com programas de parceiros que hoje oferecem tratamento psicológico, psiquiátrico, e também através de assistentes sociais que ajudam o jogador não só a identificar que, de fato, tem um problema de compulsão ao jogo, mas também a tratar aquele problema. Obviamente que, da nossa parte das casas de apostas, somos diligentes ao ponto de fechar aquela conta e encerrar a participação dele conosco, uma vez que a gente entende que o jogador não tem um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comportamento saudável, e isso pode prejudicar, sim, a saúde física, financeira e psicológica dele.

Então, para finalizar, Sras. e Srs. Senadores, gostaria só de repetir o seguinte: a publicidade não é um problema, eu acho que ela é a parte essencial da solução, e depende de nós aqui encontrarmos uma forma de uma regulamentação inteligente à publicidade, de forma que crie a diferenciação entre o mercado regulamentado e o mercado ilegal, ainda assim preservando a saúde da população, que é isso que todos estamos buscando nesse mercado.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Nós que agradecemos a participação e a exposição do Sr. Alexandre Fonseca, CEO da Superbet Brasil.

Quero aproveitar e citar a presença aqui do Paulo Maciel, que é o nosso Presidente do Comitê Brasileiro de Clubes.

Seja muito bem-vindo, Paulo!

Bom, feitas as considerações iniciais dos nossos convidados, eu passo a palavra agora para o Relator e depois para o autor – e se o Senador Chiquinho também quiser –, para as perguntas, enfim, as considerações.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Aproveitando e agradecendo a participação de todos, como o Instituto Livre Mercado, fundamental.

Eu sou um liberal, tenho muita preocupação em restringir ou tutelar, que acho que é o melhor dizendo, a iniciativa privada. Por isso, eu prefiro dizer que o propósito maior é disciplinar a publicidade. Eu deixei muito clara a distinção entre patrocínio e publicidade: patrocínio não é o objeto dessa maneira de disciplinar, mas a publicidade disciplinada. Foram muito bons alguns exemplos que foram trazidos do direito comparado. Eu compreendo, Pedro, que, onde amadureceu o jogo hoje, você talvez tenha uma incidência menor dos *sites* ilegais, das apostas ilegais, clandestinas ou não autorizadas, e também na questão da publicidade, na própria convivência com a atividade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sempre digo: eu tenho amigos – eu sou especializado em dopagem no esporte –, por exemplo, que moram em Amsterdã, e, na questão das drogas, se você for a Amsterdã hoje, é completamente diferente de 30 anos atrás a relação do morador da cidade com isso, porque você acaba convivendo e começa a se disciplinar. Aí é um amadurecimento da sociedade, que leva tempo, como você trouxe aqui alguns exemplos em relação ao jogo.

Mas a minha grande preocupação – e eu tenho deixado claro – é com a publicidade massiva; não é a publicidade, não é a publicidade, por exemplo, que decorre de um patrocínio, que está investindo em clubes, que está investindo em campeonato; é uma publicidade de um jogo que deve ser responsável, mas deve ter também a mensagem correta para o consumidor, porque, se a gente, no Anexo X, tem tantas mensagens, talvez uma só mais diretamente bastasse, e talvez a que menos é efetiva é justamente a do jogo responsável, porque para o homem médio não diz muita coisa, pois o ser humano se acha responsável, e ele deve se achar dentro do princípio da liberdade dele de agir.

Eu tenho vivência na própria família da dependência e do abuso no uso de álcool e droga, e dentro do processo de recuperação é instigado que isso é uma decisão pessoal. Tanto no álcool ou na droga ou na ludopatia, ele tem que querer, não adianta o familiar chorar. Às vezes, a internação é necessária para que ele possa se deparar com o problema que ele enfrenta e se conscientizar de que ele precisa se recuperar. Se não tiver a vontade da pessoa... Então, isso está dentro, Rodrigo, do que eu defendo, sim, que é o princípio da autonomia das decisões do ser humano e da sua própria responsabilidade.

Quando a gente fala aqui em disciplinar a publicidade, inclusive até para o bem, primeiro, do próprio mercado, porque, como eu tive a oportunidade de dizer a alguns que me procuraram, Leila, até mesmo dentro da minha bancada Senadores que não são ligados ao tema, nos nossos almoços, quando surge, eu até me surpreendi... Teve um que falou: "É melhor parar com tudo isso, está tudo errado". Então, o próprio mercado tem que tomar um cuidado, porque a autorregulamentação é importante, mas o que a gente está fazendo aqui, hoje, é um reforço disso, porque também a gente não vai estar desassociado do Anexo X – a gente pode trazer uma coisa a mais –, até para a preservação do mercado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o projeto do Senador Styvenson e do Senador Girão parte de uma mensagem rígida e rigorosa para o momento que a gente está enfrentando no país, porque é recente. E, de novo, a minha grande crítica é que, durante um ano, o Governo deu um ano grátis de imposto e não fez nada com relação a isso. E a causa é o que a gente está tentando enfrentar, porque só tem 90 dias que entrou em vigor tanto a parte de arrecadação quanto a parte de disciplina da publicidade, mas, nesse período todo, foi uma terra arrasada. E eu acho que nem o mercado quer isso.

Então, a gente também não pode errar na mão, isso é verdade, mas a gente chamou a atenção, os dois autores chamam a atenção ao problema com o projeto nosso aqui, Leila, através desta audiência pública. O Senador Kajuru, o Senador Chico Rodrigues também e eu pedimos para que a gente possa amadurecer, mastigar, digerir melhor este momento que a gente vive, para não errar na mão. Eu também não sou a favor de "vamos acabar com toda a publicidade" ou "vamos acabar com o jogo". Já foi aprovado, vocês sabem minha posição a respeito, e a gente tem que lidar com o que a gente está enfrentando neste momento.

Eu tenho duas questões: uma para o Pietro... Acho que para ambos que estão aqui representados, porque, primeiro, o Pedro inclusive fala na sua colocação, diz que a publicidade ajuda a distinguir o que é legal do ilegal. Inclusive trouxe aqui, até falei para ele, uma boa recomendação, que é a questão da exposição do número de licença, para que o consumidor identifique o que é uma propaganda legal.

Outro dia até, quando esteve me levando aqui pela ANJ o seu parecer, eu entrei no meu X e falei assim: "Vamos lá, esta casa de aposta aqui que toda hora insiste em me mostrar propaganda no X é legal ou ilegal?". Eu não sei. Teve que ter um trabalho de entrar no *site* para pesquisar: "Não, ela é legal". Então, você traz aí também até uma contribuição, ao ter estampado o número da licença. A gente já começa a conseguir...

E aí, dentro da minha pergunta e dentro da sua colocação, você não enxerga que justamente essa disciplina sobre a publicidade vai poder ajudar também a distinguir e a combater o que é ilegal? Porque, por exemplo, se eu tenho um horário sem prejuízo – e já adianto que eu tenha refletido sobre a publicidade durante... Não o exemplo da Espanha, que eu acho um pouco radical. De novo, o esporte escolheu as apostas, então não ter propaganda,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

publicidade durante uma transmissão não faz muito sentido, mas sobre você restringir uma transmissão talvez a um horário diferente do que tiver a permissão e, naquele período, você poder ter a publicidade que tem a ver com a transmissão, já que o esporte escolheu as apostas, no sentido inverso na verdade da Espanha, me parece interessante refletir.

Então, você poder ter um horário de restrição – no meu relatório, eu coloco das 10h às 6h, e não vejo problema nenhum se for das 9h às 6h –, mas, durante a transmissão de um evento esportivo, você permitir 30 minutos antes, 30 minutos depois, durante o intervalo ou durante um determinado tempo de transmissão para aquelas que não são futebol. E aí, naquele outro espaço de tempo em que não é permitido, se você tiver propaganda... Isso vai facilitar até, na minha opinião, a fiscalização. Ela vai ver: "Se nesse espaço que não é permitido eu estou vendo a propaganda, aquilo é um *site* ilegal". E aí você consegue, naquela propaganda direta, porque eu sei que tem a indireta também, que é um outro detalhe...

E aí eu pergunto se essa disciplina sobre a publicidade, ainda que tenha as restrições, como tem para o tabaco e para o álcool, ainda que tenha uma certa flexibilidade por entender que o esporte escolheu as apostas e que não dá para proibir, não dá para, durante uma transmissão, não ter publicidade alguma... Até porque, na camisa do atleta, vai ter porque é patrocínio; no nome do estádio, vai ter porque é patrocínio; eventualmente nas placas... E essa é uma questão com a qual a gente tem que tomar um cuidado para não limitar a concorrência. Isso eu já compreendi também, quero antecipar. Estou refletindo sobre isso. Mas pergunto se vocês não acham que, exatamente porque o que não for dentro daqueles horários ou daquele momento permitido será ilegal, isso vai acabar ajudando o Governo.

Aqui no Congresso, a gente legisla, mas o Executivo também tem que fiscalizar. E aí eu também falo: tem só 90 dias, mas o que foi feito? Tem 20 mil *sites* ilegais; o que está sendo feito? Então, assim, eu também tenho que cobrar do Governo, porque aí é a parte dele.

Então, primeiro, quero saber se justamente, dentro do que você mesmo falou, a disciplina – não errando na mão, eu espero – da publicidade, nos horários em que ela não é permitida ou nos meios em que ela não for permitida, vai ajudar a identificar mais fácil aquelas ilegais – isso somado à sua contribuição da licença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, com relação ao tema sensível, que o próprio Romário trouxe, de que o projeto original do Senador Girão proíbe a participação de qualquer influenciador, artista, atleta, ex-atleta e tudo mais... E eu acho, de novo, que o esporte escolheu as apostas, então você também proibir a participação de ex-atletas... Embora, no meu relatório, eu tenha colocado isso para discussão – e venho amadurecendo; para isso serve a audiência pública –, como uma fonte de renda, inclusive, para os ex-atletas, isso me parece razoável. Mas a pergunta é: para os atletas, a minha colocação procede de alguma maneira? Porque eu vejo um risco para a própria atividade: se o cara contratou um atleta que amanhã está envolvido em atividade de manipulação, isso já é um risco para a própria casa; ou não? E aí eu queria saber, dentro desses princípios aqui que eu já até adianto, como Relator, o que pensam sobre a participação de pessoas – vou falar de pessoas em geral – em publicidade de aposta.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Eu gostaria de saber do nobre Senador Carlos Portinho se V. Exa. gostaria de ter a resposta deles agora ou poderia passar para o autor do projeto primeiro?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, podem responder agora. (*Fora do microfone.*)

Essa é a minha última intervenção, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – O.k.

Então, eu concedo a palavra ao Pietro.

O SR. PIETRO CARDIA LORENZONI (Para expor.) – Muito obrigado, Vice-Presidente, Senador Chico Rodrigues.

Senador Portinho, acho que, inicialmente, primeiro quero elogiá-lo, porque é uma postura absolutamente republicana, liberal e exemplar. Acho que a abertura para o diálogo é o ponto mais relevante. Então, quero agradecer publicamente V. Exa. por isso.

Quanto ao ponto da justa medida, na questão da publicidade, eu deixo um pouco mais para o Alexandre, que é um grande especialista justamente sobre o tema e que talvez tenha,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive, mais dados de mercado que eu, mas, do ponto de vista de princípio, Senador, eu acho que concordo com o senhor em dois pontos essenciais. O primeiro, da necessidade de uma boa, de uma certa justa medida nessa regulamentação, e de que é possível se disciplinar melhor e mais essa publicidade e que talvez seja também possível disciplinar melhor essa publicidade predatória, em algum grau que acontece...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PIETRO CARDIA LORENZONI – Então, concordo com V. Exa., especialmente com respeito à livre concorrência, e acho, mais uma vez, que o Sr. Alexandre tem muito a contribuir aqui, e num segundo ponto que o senhor também traz e com o qual concordo especialmente – eu gostaria até de ressaltar com V. Exa. –, que é o relacionado com essa publicidade de influenciadores em mídias sociais.

Nós temos um ponto relevante, no Brasil, que é a questão do mercado de afiliados, e não tenho como não me recordar da própria fala do Hélio Roberto, jogador em recuperação, em que ele diz que foi vítima de uma propaganda de enriquecimento falso. Isso não está na televisão. Isso está nas mídias sociais.

Nós ainda temos, hoje, em *sites* ilegais, diversos influenciadores fazendo publicidade não responsável e predatória e promovendo ganhos ilícitos irreais. E talvez aqui tenhamos – e o senhor acerta tão bem na colocação – também a necessidade de regulamentar essas mídias não tradicionais e a forma pela qual fazê-las, para conseguir proteger o consumidor, e, nesse ponto, absolutamente concordo com V. Exa.

O SR. ALEXANDRE FONSECA (Para expor.) – Bom, começando pela parte da publicidade, Senador, muito em linha com o que o Pietro acabou de colocar.

Quando a gente faz uma restrição de uma publicidade televisiva, por exemplo, de um horário televisivo, hoje, para você veicular um filme, uma campanha publicitária, em qualquer canal de TV aberta ou fechada, você passa por uma diligência em que você tem que apresentar sua licença de apresentação no Brasil, um filme, e esse filme vai ser revisto, vai ser revisado pelo veículo, e vai ser aprovado ou não, até por critério próprio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, fazer uma restrição... E para deixar claro: eu acho que publicidade de aposta no período da manhã, por exemplo, não faz nenhum sentido. Em geral, é o horário em que a criança está assistindo à televisão de fato... Assim, não é uma coisa que nós fazemos, então, não há o porquê de haver publicidade no período da manhã.

À tarde, questionável. Final de semana, você tem ainda tem um jogo de futebol ou outro... À noite, eu acho que, sim, faz total sentido e é, de fato, o horário, o *prime time*, como eles chamam, então, o horário mais, mais...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O *prime time*... Em quais horários, exatamente, são...

O SR. ALEXANDRE FONSECA – De 6... De 18h até a meia-noite. Esse é o *prime time*, hoje, de TV aberta.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE FONSECA – E você tem também a questão da mensagem. E, aí, eu concordo muito com os outros participantes aqui, em que a mensagem "Só jogue com responsabilidade" talvez não sirva para o propósito. A gente precisa enriquecer isso. A gente precisa, assim, começar a conversar com a indústria e saber se a indústria quer se autorregular, no sentido de enriquecer essa mensagem, e trazer advertências mais contundentes para a audiência ou se prefere que o Poder Legislativo regule isso, mas concordo totalmente que essa mensagem precisa ser, sim, enriquecida, e precisa ter a obrigatoriedade da campanha de conscientização, informando que o jogo, enfim, é diversão, mas existe um potencial risco de adição que precisa ser considerado, existe um risco de perdas financeiras nele, e isso precisa ser, sim, comunicado.

Eu acho que a clareza é o mais importante para todos nessa indústria.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Com relação à participação de pessoas, tratar de pessoas, é lógico que tem a questão dos influenciadores indiretos, afiliados – que, inclusive, aprendi, não sabia. Mas, falando especificamente de atletas em atividade, é um problema haver a restrição para publicidade feita com atletas em atividade? Objetivamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FONSECA – Veja, Senador, assim, o que eu acabo vendo... A gente tem, por exemplo, o patrocínio do Thiago Silva na Superbet. É um atleta, obviamente, mundialmente reconhecido em atividade. Eu acho que é tão arriscado, tanto para nós, empresa, quanto para ele, que a chance de ele cometer hoje uma manipulação de resultado é mínima, porque ele sabe que todo mundo está olhando-o de lupa.

Então, assim, para você ter uma ideia, na questão do caso do Paquetá – isso dados divulgados já na internet –, a maior vítima da suposta manipulação que houve no caso do Paquetá foi o *site* de apostas, que patrocinavam o Aston Villa, que era o clube onde o Paquetá jogava à época. Então, a casa de apostas foi vítima também ali. Então, acho que existe um risco, sim.

Enfim, se o Poder Legislativo entender que existe uma restrição a atletas em atividade, o que eu também entendo e respeito, obviamente, a gente vai acatar a medida de pronto, como deve ser. Agora, se você for olhar o retrospecto, não me lembro de um caso em que houve o envolvimento de um atleta patrocinado por uma casa de apostas numa suposta manipulação. Então, acho que, quanto mais luz você joga ali, menor o risco de que isso ocorra. Pelo menos é a visão até o momento.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada.

Vou passar a palavra agora para o nosso autor, o Senador Styvenson Valentim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN. Para interpelar.) – Obrigado, Leila.

Ficou claro que o projeto de lei tem uma visão. Eu vi muita discussão que entra para a questão da liberdade. Também sou favorável à liberdade da pessoa, à autodeterminação das pessoas, à economia se autoliberar, mas eu sou contra que essa autoliberdade destrua a vida da pessoa, porque, senão, a gente não teria consumidor, senão a gente não teria quem iria consumir o seu produto. Para isso, para as drogas, para o álcool, para o jogo, para qualquer outra coisa, a autodeterminação tem que ter limites, e o limite está aqui. Por isso que, ainda, o Estado tem que fazer alguma coisa sobre esses assuntos, principalmente sobre os vulneráveis. Eu não trato só de criança mais não, eu trato de adultos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu posso fazer uma pergunta ao Sr. Alessandro: o senhor contrataria para fazer propaganda das *bets* alguém que não fosse *influencer*? Alguém que não tivesse nenhum mínimo de influência sobre as pessoas seria contratada pelas *bets* para fazer uma propaganda?

O SR. ALEXANDRE FONSECA (Para expor.) – Senador, por princípio, eu respondo que não, porque se a gente faz um contrato...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – Tem um propósito.

O SR. ALEXANDRE FONSECA – Exatamente.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – E o propósito é influenciar, consumir.

O SR. ALEXANDRE FONSECA – O propósito é o alcance e a visibilidade que dá.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – Alcance em visibilidade, alcance em consumo, alcance em atrair mais pessoas para a sua *bet*. Por isso que o senhor falou que existe um problema de competição, poderia ter um problema de competição, porque algumas *bets* podem pagar mais por jogadores mais caros.

Leila, é impossível. Em dois dias, Neymar consegue vender 150 mil camisas a R$500 reais. É um *influencer*. É um poderoso *influencer*. Qualquer time quer um homem desse. O Messi, nos Estados Unidos: 1 milhão de camisas, Portinho. Não é um *influencer*? Ele não consegue trazer as pessoas para consumir o produto que ele calça, que ele veste? Tem gente que quer saber a cueca de Cristiano Ronaldo para vestir, acreditando que aquilo que ele veste é bom.

Então, o tema que está sendo discutido, da restrição ou não de utilizar pessoas com poder de influência sobre os demais, e aqui ele estava tratando até de adolescente e de criança, e eu já vou agora além, na sua autodeterminação... Perder R$75 mil? Não é crível, não é possível que um ser humano qualquer concorde com isso. Que ele é viciado, o.k. E o Sr. Alexandre me disse que identifica o comportamento dessas pessoas, identifica o comportamento do senhor que perdeu R$75 mil. Quantos não estão perdendo agora não R$75 mil, mas o pouco que têm para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se alimentar, para pagar a luz, para pagar a água, acreditando que vão apostar e tirar mais dinheiro, retornar mais dinheiro para poderem ter um conforto?

Talvez seja essa a nossa discussão aqui. E eu não estou falando de um modo geral, porque queria eu – sinceramente, queria eu – permitir os pequenos vícios que não se tornassem hábitos. Se fosse só um vício em um determinado momento, em um certo dia, como o beber habitual, o tomar só um vinho na hora do jantar, e não virar um alcoólatra...

Então, essa é a preocupação do projeto de lei. E trazer os senhores aqui para ouvi-los é importante, porque eu não quero atrapalhar o comércio de ninguém, ainda mais em um país em que eu defendo a liberação, mas sou contra a liberação de drogas, sou contra a propaganda de álcool na televisão também, sou contra a propaganda de cigarros, que já foi extinta e por isso caiu muito. Não é à toa que o *viper* quer entrar com a ideia bacana de que não é fumígeno, quer atacar um mercado de 17 bilhões, que são os jovens. E a gente está tratando aqui de vícios, de possibilidades.

Eu queria esperar do Sr. Rodrigo, assim, se um dia for possível, e do Sr. Pietro uma estatística de vocês das *bets*, se a gente consegue tipificar, qualificar, classificar quem são os usuários. Porque o Banco Central disse – foi o Banco Central que disse – que o pessoal está usando dinheiro do Bolsa Família, que não é para essa finalidade, para fazer aposta. E eu também discordo disso. Eu sou a favor da autoliberação, mas pegar dinheiro que já é de uma arrecadação pública, que é destinado para alimentos, que é destinado para uma finalidade e fazer ali uma aposta achando que vai ganhar mais, e perde... Então, eu queria saber qual é o perfil dessas pessoas. Porque de quem perde 75 mil eu não sei se vocês têm controle, se sabem quanto ele tem na conta para poder gastar com o que quiser. Eu também concordo que posso fazer o que eu quiser com o meu dinheiro, desde que não comprometa a minha família, não comprometa a minha saúde, não comprometa a minha paz, a minha capacidade psicológica, não comprometa o meu sono, que eu não dê um tiro na minha cabeça depois, devendo a agiota. É com isso que a gente está preocupado.

A nossa preocupação é essa, mas eu vejo que a preocupação de muitas empresas, de muitas *bets,* de muitas outras, como a do cigarro, a da bebida, é só em lucrar. A gente tem que saber... E até o traficante sabe que se o viciado, o dependente químico morrer, ele não tem a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quem vender. Ele não pode usar uma droga tão potente que o mate num instante. Ele tem que ter o cliente para poder vender a droga dele, já que a gente está falando de vício aqui.

Eu coloco uma sugestão, Carlos Portinho, no nosso projeto de lei – acho que a gente vai colocar, já que o senhor o está relatando –: colocar ali, como o senhor disse, aquela tarja da propaganda: "propaganda o.k.", entendeu? Para dizer também nas propagandas das *bets* na televisão que isso, como qualquer outra droga – eu não estou tratando vocês como droga, mas causa dependência química, psicológica –, que esse produto pode causar dependência, que esse produto pode arruinar a sua vida, que esse produto pode... Como o cigarro, a cerveja ou qualquer outro. Porque o fato é que tem gente sendo destruída nesse Brasil, tem família sendo destruída. E tem muito Parlamentar que está vendo já com outra visão essas *bets*. Não sou eu que estou vendo. Eu estou aqui tratando do meu projeto de lei, que dá um limite para a publicidade, para que a gente não influencie tantas pessoas por um caminho só. Querendo ou não, um cara que vai vestir uma camisa de um time e consegue vender em dois dias 150 camisas... Ora, para eu conseguir cem votos é uma luta! (*Risos.*)

E faço um monte de coisas. Então, você não me contrataria para as suas *bets*, certamente eu não seria garoto-propaganda das suas *bets*.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – Você vai renunciar, Leila, para fazer...? (*Risos.*)

Seu propósito aqui é outro. Mas você faria, Leila, uma propaganda se você tivesse a consciência de que poderia estar influenciando pessoas a perder R$75 mil e comprometer sua família? Você teria consciência disso? Será que quem faz isso tem consciência disso? Será que vocês da *bet*... É uma vida, gente, que você está destruindo, em troca de quê? O nosso projeto de lei só quer proteger as pessoas. Só isso. Eu não quero destruir o seu trabalho, pelo contrário, nós mesmos aprovamos. Agora, que a gente precisa corrigir, sim, os erros que vêm acontecendo durante o processo, precisa. E tem que ser corrigido.

Então, Senadora Leila, sobre as evidências que o Sr. Alexandre falou, quando ele disse que não há evidência sobre o tamanho da influência que causa, eu dei algumas dicas só. Garanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para você que o xampu que o Cristiano Ronaldo usa na cabeça eu estou usando, para ver se eu fico bonito igual a ele. É assim que se faz o *marketing*. Isso é *marketing,* e vocês sabem melhor do que eu. Talvez eu, como político, não saiba fazer o *marketing* que vocês fazem. Eu não posso contratar para a minha campanha eleitoral um jogador caro para pedir voto para mim, mas vocês têm as condições financeiras e a possibilidade jurídica para que isso aconteça.

A gente só quer diminuir o impacto da influência naquelas pessoas fracas, naquelas pessoas que não têm a mesma capacidade que o Sr. Rodrigo, que não joga, como eu, que também não jogo, porque eu sei que se eu jogar eu vou perder. Não jogo nem na Mega-Sena, porque eu tenho a certeza de que a probabilidade não vai ser a minha, e também para não ocorrer o fato do vício em mim. Deve ser prazeroso ficar ali assistindo ao jogo, na expectativa de ganhar alguma coisa. Deve ser prazeroso isso aí. Prazer e vício estão unidos.

Agradeço, Leila, mais uma vez, a audiência de todos os senhores e senhoras que passaram por aqui. Perdoe-me a primeira bancada, que eu não tive a oportunidade de ver. Eu só quero deixar registrado, Carlos, que a gente precisa fazer alguma coisa. Quando eu tentei fazer algo com as propagandas de bebida, aí houve aqui o engavetamento de um projeto de lei. Espero que esse aqui não seja engavetado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - RN) – Não, depende... Porque o que a gente quer... Eu não queria que fossem vocês na situação daquele senhor que perdeu, de outros que estão perdendo a vida aí para agiotas, ou, se não, que estão acabando com seu patrimônio e com a sua família. Eu não queria que ninguém dessa sala fosse uma dessas pessoas. Então, vamos ficar um pouquinho só no lugar, vamos nos sentar um pouquinho só no lugar de quem realmente está desprotegido e espera algo da gente.

Eu não quero ser o policial da sociedade, não, nem quero ser o censor de vocês, não, mas ano passado o Ministro Fux já determinou a suspensão de certas propagandas. Já houve suspensão de propagandas das *bets*. Então, a gente parece que não está numa contramão, não. Parece que o Judiciário e o Legislativo estão andando no mesmo ritmo, pelo mesmo caminho. E o que nós estamos querendo fazer aqui é justamente algo legal que fique permanente, que seja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bom para todos, bom para vocês, bom para a sociedade. Quando eu falo bom para a gente, é bom para a sociedade. Está bom?

Obrigado, Leila.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Eu acho que, na sua fala, o mais importante é o esforço coletivo, tentando buscar – o Portinho o tempo todo tem falado isto – a questão do equilíbrio. E isso está na fala de todos aqui. Todos entendem a importância de se fazer o debate e de se ter, através de um bom senso e de muito diálogo, o que é importante, o senso coletivo para o coletivo.

É importante para o esporte, porque o cobertor é curto. Eu entendo, por ter sido atleta, que muitas vezes o esporte também se associou às *bets*. Não, às vezes, porque era o caminho preferido, mas era uma alternativa que foi plausível, que ajudou e que vem ajudando o esporte e, ao mesmo tempo, a questão das *bets* e a publicidade. Então, eu acho assim que...

Eu tenho certeza de que vocês entenderam, através desta audiência pública, que não vai haver radicalismo até pelo perfil do nosso Relator e desta Comissão. O que nós queremos é um equilíbrio entre fazer uma regulação necessária para essa publicidade, num esforço coletivo – coletivo –, de todos, para que a gente saia com o melhor projeto desta Comissão, que ainda vai para Plenário. Mas, enfim, um melhor Relator era impossível, porque o Portinho está muito envolvido nessa temática e tenho certeza de que vai fazer um excelente trabalho nesse sentido.

Bom, nós recebemos aqui, antes de finalizar a nossa primeira audiência, algumas manifestações de cidadãos que eu gostaria de compartilhar. Não são todas, mas, enfim, olhem, caem muito naquilo que nós conversamos aqui, que nós ouvimos dos nossos expositores, do nosso Relator, do autor e dos demais Senadores:

Mariana, do Distrito Federal: "[...] Como vão proteger pessoas vulneráveis de *bets*? Como prevenir o endividamento e o vício [...]?".

Júlia, do Rio Grande do Sul: "A proibição da propaganda de apostas esportivas pode reduzir o vício entre jovens e grupos vulneráveis?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é um questionamento se de fato essa redução vai acontecer, porque tem os *sites* que não são regulados, são ilícitos.

Felipe, de Rondônia: "Em vista do §8º e do *caput* do art. 226 da Constituição Federal, a proibição de publicidade é suficiente para a proteção da família?".

Willian, do Paraná: "Como equilibrar a liberdade econômica das *bets* com a proteção de jovens expostos a estratégias de *marketing* altamente viciantes?". Já foi falado aqui.

Fabrício, de Minas Gerais: "[...] [O projeto] conseguirá proibir publicidade de *bets* em canais de esporte, campos de futebol, em camisas de times famosos e em canais de TV [...]?".

Franceline, de Santa Catarina: "O [...] [projeto] inclui também rifas fraudulentas promovidas por influenciadores nas redes, ou apenas apostas esportivas comerciais?".

Aline, de São Paulo: "Como [...] [será] a fiscalização, uma vez aprovada a lei? Qual será a punição para as casas de aposta que operam de maneira irregular?".

Carlos, da Bahia: "Acho que a democracia é aberta, não se deve proibir nada neste país e, sim, discutir para tenta resolver o problema".

Ana, de São Paulo: "As apostas e os *influencers* que as promovem devem ser banidos, pois contribuem para o vício e o prejuízo financeiro de muitas pessoas".

Nailton, da Bahia: "Acho extremamente válida a proibição, assim como ocorreu com a publicidade de cigarros. A quantidade de fumantes caiu de forma significativa [no país]".

Larissa, do Ceará: "Não seria mais efetivo trabalhar com a proibição das *bets* do que apenas restringir sua publicidade?".

Fabrício, de Minas Gerais: "Essa proibição também vai alcançar *youtubers* famosos, [...] [celebridades] e grandes emissoras de TV aberta?".

Sidinei, de São Paulo: "Com a proibição da publicidade, qual seria o impacto no esporte de alto rendimento, em especial no futebol?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também estão preocupados, não é? Porque, diminuindo a publicidade, essa redução, se a gente não tiver um acordo aqui, um bom senso, também pode prejudicar, com certeza, a questão financeira do futebol e de outras modalidades.

Ronan, do Rio de Janeiro: "[...] [Quais] alternativas de comunicação restariam para as empresas de *bets*, caso o PL seja aprovado?".

Lucas, do Rio: "Acho que deve ser regulamentado, [...] as emissoras de TV em jogos de futebol já fazem as propagandas das *bets*".

David, do Pará: "Nem tudo que é legal é moral. *Bets* devem ser limitadas [...] [pelos] prejuízos causados na população, até mesmo proibidas, [...] [se for necessário, claro que] futuramente".

Juliana, do Tocantis: "Concordo com a proibição total de publicidade de jogos de qualquer tipo!".

Enfim, são inúmeras as manifestações a favor, contra. Isso é democracia, meu povo. E eu, como Presidente desta Comissão, li, não li todas, mas, enfim, quero agradecer.

Gostaria de saber se o nosso Relator gostaria de dar alguma palavra final antes de encerrarmos.

Eu vou dar um minuto, antes de encerrarmos, que já estão falando ali para eu encerrar. Vou dar um minuto para as considerações finais aqui dos nossos expositores e... Você não vai falar?

Vamos lá. (*Pausa.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Quero agradecer a presença de todos e sei que isso é democracia.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Isso aí, vamos embora.

Um minuto, Rodrigo; um minuto, Sr. Alexandre; e o Pietro.

Vamos lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO SARAIVA MARINHO (Para expor.) – Como eu não falei a primeira vez, eu vou pedir mais um minuto de saída já. Primeiro, quando eu falei da Senadora Leila, ela falou da venda de camisas, que era a referência que o Senador Styvenson estava falando naquele momento, para ser claro em relação a isso.

Primeiro ponto, contra a liberdade da pessoa, que foi a fala do Senador Styvenson. Na realidade, a gente não pode tratar uma pessoa, que é um viciado, e colocar isso para toda a sociedade. A gente tem que resolver o problema do viciado, não da sociedade como um todo. A sociedade como um todo não se vicia de uma vez em bebidas, em jogos, em cigarro; pessoas individualmente se viciam, e a gente trata isso individualmente. Não acho que o Estado tenha que fazer algo. Tudo que o Estado faz, ele faz muito mal. Aqui eu cito uma frase de Reagan: "O Estado não é a solução; o Estado é o problema".

Se você pensar lá na situação do Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel, o maior hospital de Natal, neste momento, notícia dessa semana agora, está superlotado e com vários problemas da realidade do SUS, Sistema Único de Saúde de Natal. É sério que o SUS vai resolver o problema relacionado à questão da ludopatia? Ele não tem nenhuma capacidade nem de atender aos pacientes graves. Imagina resolver essa questão.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Para concluir, Sr. Rodrigo.

O SR. RODRIGO SARAIVA MARINHO – Por fim, o IJF, minha realidade do Ceará, e aqui caminhando para o fim disso.

Eu concordo plenamente com o que o Sr. Alexandre falou: "A publicidade mais a abertura é a solução. Luz é a solução, clareza é a solução". Se isso vai ser aproveitado? Sim, pelos ilegais, como é em quase todo o mercado. E esse mercado hoje é controlado por uma coisa muito perigosa para o país, que está tomando a economia formal, que é o PCC, que é o Comando Vermelho. Não podemos deixar brecha para o crime organizado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Sr. Alexandre Fonseca.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FONSECA (Para expor.) – Vou começar agradecendo o convite para estar aqui hoje, parabenizando também esta Comissão pela convocação da audiência.

Quero deixar claro que o jogo patológico e o impacto negativo que o jogo *online* pode causar à sociedade são preocupações também na nossa indústria. E, por isso, contem conosco para discutir e apoiar as iniciativas, propostas pelo Legislativo, pelo Executivo, pelo Judiciário, para que a gente possa, dentro da medida do possível, mitigar, fazendo obviamente votos de que a gente consiga eliminar o jogo patológico – o que seria uma utopia –, mas que a gente possa, dentro do possível, mitigar os impactos que o jogo causa e poder, dessa forma, também contribuir para a sociedade. Eu acho que isso é um compromisso que os operadores têm como, enfim, empresas constituídas no Brasil, e, sendo assim, têm compromisso com a sociedade.

Então, basicamente é isso.

Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado, Senador Carlos Portinho. Foi um prazer estar aqui hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pietro Lorenzoni.

O SR. PIETRO CARDIA LORENZONI (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente Leila.

Faço coro às palavras do Sr. Alexandre. Agradeço pela oportunidade, pelo debate democrático, Senador Portinho, Senadora Leila. Acho que é não só extremamente relevante como a forma correta de se desenvolver esse processo legislativo, e quero nos colocar absolutamente à disposição, não só da Casa, mas também dos demais expositores: Instituto Livre Mercado, Defensoria Pública do Estado do Rio, o próprio Conselho Federal de Medicina.

Nós temos um interesse relevante de participar e de fazer propostas de desenvolvimento legislativo e regulatório, aquilo que cabe para a associação, com base em evidências. Então, acho que, em todos os dados que a gente conseguiu trazer para mesa, adequados para a utilização do Brasil, a gente vai estar absolutamente à disposição de vocês.

Agradeço mais uma vez. Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – O nosso Relator Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Já finalizei.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Já finalizou? Então, está bom.

Mais uma vez, eu quero agradecer a todos a participação.

Antes de encerrarmos a presente de reunião, eu informo que a segunda audiência pública sobre o tema está prevista para ser realizada no próximo dia 23 de abril. Nós vamos só tentar puxar o horário para um pouco mais cedo, porque ele se estendeu muito, pelo nível qualificado dos nossos expositores e também o nível de debate. Hoje, houve um envolvimento realmente dos Senadores. Eu acho importante, e nós vamos puxar para mais cedo.

Agradeço a presença de todos vocês, de todos os expositores, por estarem conosco aqui, ao nosso Relator Carlos Portinho.

Nada mais havendo não tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente de reunião.

Até mais, gente. Obrigada, boa quarta.

(*Iniciada às 10 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 04 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 45637E51006BA288.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.